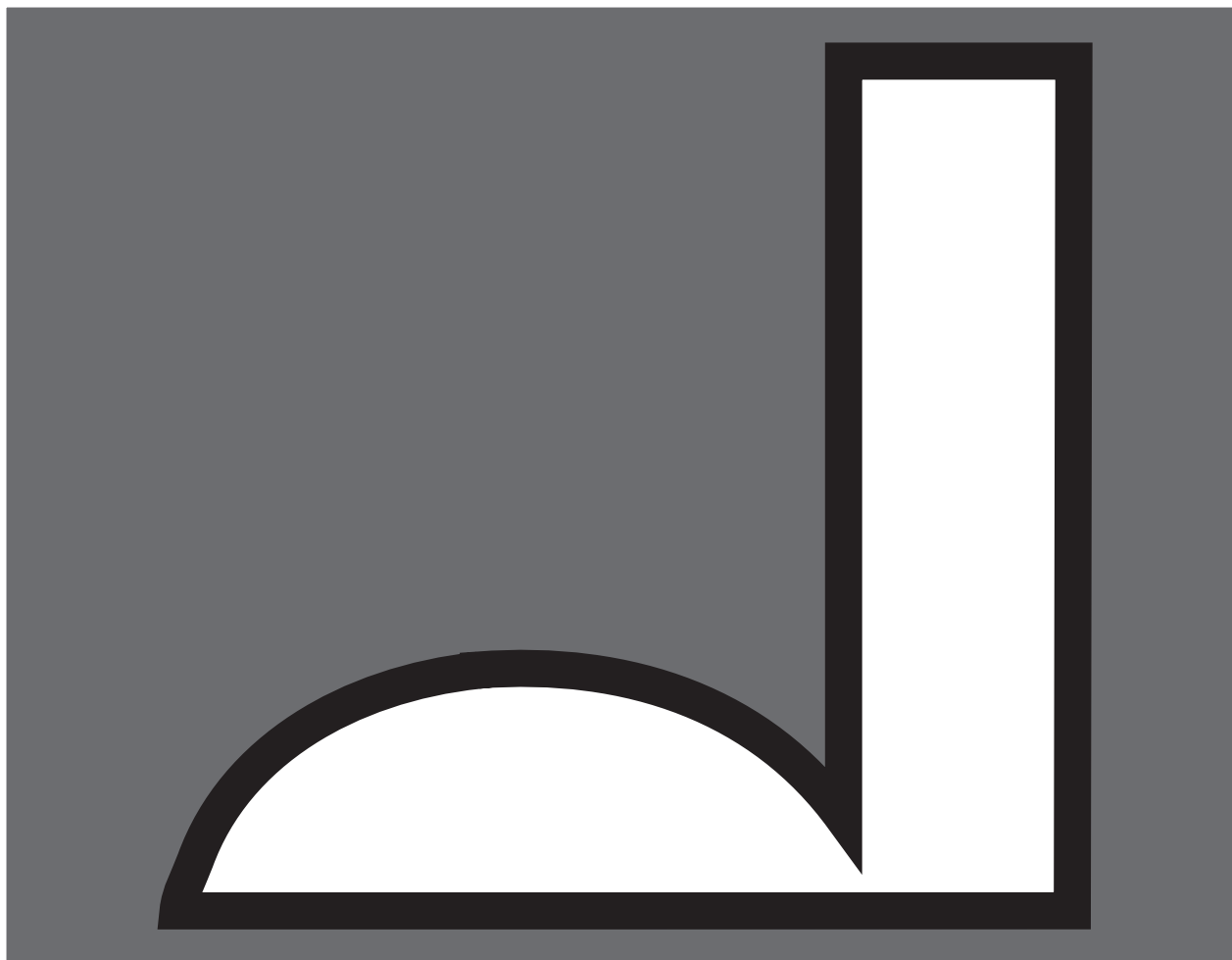




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ANO LXVI – SUP. AO Nº 76 – TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE		4º SECRETÁRIO
Marta Suplicy - (PT-SP)		Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE		
Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO	
1º SECRETÁRIO	1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)	
Cícero Lucena - (PSDB-PB)	2º - João Durval - (PDT-BA)	
2º SECRETÁRIO	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
João Ribeiro - (PR-TO) ¹	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

Notas:

1. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 4 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - PSDB (9) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
		PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES		
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de abril de 2011.....	5	
1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de abril de 2011.....	33	
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2011.....	56	
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de abril de 2011.....	74	
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de abril de 2011.....	89	
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2011.....	108	
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de maio de 2011.....	128	
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2011.....	152	
1.2.2.1 – Subcomissão Temporária para Análise do PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa		
Ata da 1ª Reunião, realizada em 16 de março de 2011.....	180	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 22 de março de 2011.....	185	
Ata da 3ª Reunião, realizada em 5 de abril de 2011.....	202	
Ata da 4ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2011.....	225	
1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2011.....	244	
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de abril de 2011.....	274	
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de abril de 2011.....	275	
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2011.....	287	
1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Direito do Consumidor – CMA		
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de abril de 2011.....	318	
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2011.....	319	
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2011.....	340	
1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2011.....	374	
1.2.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de abril de 2011.....	402	
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2011.....	439	
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de abril de 2011.....	463	
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2011.....	492	
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2011.....	520	
1.2.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011.....	553	
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de abril de 2011.....	584	
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2011.....	597	
1.2.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR		
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2011.....	610	
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2011.....	617	
1.2.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2011.....	624	

1.2.10 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Ata da 1ª Reunião Conjunta, realizada em 26 de abril de 2011.....	658
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2011.....	648
Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de abril de 2011.....	695

SENADO FEDERAL**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS****ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e onze, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ana Amelia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 9ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 39 de 2011, de 31 de março de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de fevereiro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 40 de 2011, de 31 de março de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de fevereiro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Ofício nº 125/COFIG/MF, de 6 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93 do Senado Federal, relatório sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-PROEX, relativo ao quarto trimestre

de 2009; Ofício nº 126/COFIG/MF, de 6 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93 do Senado Federal, relatórios sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-PROEX, relativos aos primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2010; Aviso nº 41 de 2011, de 6 de abril de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.082/2010-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 58 de 2010. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias, constantes da pauta. Item 1-Projeto de Lei do Senado nº 117 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o ‘Quinquênio da Alfabetização’”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4 – CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Em 5/4/2011 foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 2-Projeto de Lei do Senado nº 112 de 2010, não terminativo, de autoria da Senadora Maria Do Carmo Alves, que “define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Em 12/4/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra as Senadoras Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin, o Senador Cyro Miranda, as Senadoras Ana Amelia e Lídice da Mata, o Senador Blairo Maggi. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. Item 3-Projeto de Lei do Senado nº 527

de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão concede vista à Senadora Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais. Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 272 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador José Bezerra, que “garante o ressarcimento, por parte do Poder Público, do valor da extorsão sofrida pelas vítimas dos crimes de extorsão mediante restrição de liberdade e extorsão mediante sequestro”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Lido o relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 5-Projeto de Lei do Senado nº 294 de 2005, terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que “cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro)”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CCJ. Lido o relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1 a 5-CCJ-CAE, por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 6-Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Inácio Arruda, autor do Projeto, e Benedito de Lira. A Matéria é retirada de pauta. Item 7–

Projeto de Lei do Senado nº 337 de 2009, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. Lido o relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto, por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, e a Emenda nº 1-CAE por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da devolução do Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa o Senador Cyro Miranda Relator “Ad Hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “Ad Hoc”, usa da palavra o Senador Cristovam Buarque, autor do Projeto. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto, por nove votos favoráveis, cinco contrários e nenhuma abstenção. O Presidente da Comissão designa o Senador Lindbergh Farias Relator do Vencido. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Casildo Maldaner, João Vicente Claudino, Relator da Matéria, Lindbergh Farias e Cyro Miranda. É solicitada vista pelos Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão concede vista coletiva, nos termos regimentais. Item 10– Projeto de Lei da Câmara nº 149 de 2010, terminativo, de autoria do Presidente da República, que “autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento”, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRE. Após a leitura do relatório pela Relatora, usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CRE-CAE, por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 11– Requerimento nº 11 de 2011, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública tendo como convidado o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sr. Eduardo Pereira Nunes, para apresentar os resultados do Censo Demográfico 2010”. Em 12/4/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 11 de 2011-CAE. Item 12– Requerimento nº 12 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática-CCT; Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ; Assuntos Econômicos-CAE; Educação, Cultura e Esporte-CE; e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle-CMA, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116 de 2010, que “dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert; Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra; Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA; Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil; Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; e Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA”. Em 12/4/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 12 de 2011-CAE. É apreciado, ainda, pela Comissão o seguinte Requerimento constante da Extrapauta da Reunião, Item 1– Requerimento nº 15 de 2011, de iniciativa do Senador Romero Jucá, que “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com a participação do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Exmo. Sr. Nelson Barbosa; do Secretário de Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Na-

cional de Política Fazendária – Confaz, Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana; do Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo, Exmo. Sr. Maurício César Duque; do Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Exmo. Sr. Andrea Calabi; e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Robson Andrade; a fim de instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”. Usam da palavra para encaminhar a votação do Requerimento os Senadores Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Ana Amelia, Lindbergh Farias, Casildo Maldaner e Benedito de Lira. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 15 de 2011-CAE. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 13, 14 e 16 de 2011. O Requerimento nº 13 de 2011, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Inácio Arruda, requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de discutir o tema “Transporte Ferroviário: falta de concorrência prejudica o desenvolvimento brasileiro”, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Sr. Luiz Antonio Fayet (Coalizão de Usuários), Consultor para Logística de Transportes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Luis Henrique Baldez (Coalizão de Usuários), Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (ANUT); Sr. Marcelo Spinelli, Diretor de Ferrovias da VALE; Sr. Paulo Basílio, Presidente da América Latina Logística (ALL); e Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). O Requerimento nº 14 de 2011, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, requer a realização de audiência pública para debater a dinâmica dos preços de combustíveis no Brasil, tendo como convidados: Sr. José Sérgio Gabrielli – Presidente da Petrobras; Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Sr. Paulo Miranda Soares – Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis); Sr. Vinícius Marques de Carvalho – Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e Sra. Lisa Gunn – Coordenadora Executiva do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). E o Requerimento nº 16

de 2011, de iniciativa do Senador Romero Jucá, requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo—CDR, a fim de discutir a situação atual do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país, com a presença dos convidados: Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero; Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; e Exmo. Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 10ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com alegria do Senador Cyro, já satisfeito com o início desta reunião.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 9ª reunião.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso do Banco Central nº 39, de 2011, de 31 de março de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de fevereiro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Esse aviso está à disposição de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos.

Avisos do Ministério da Fazenda:

Aviso nº 40, de 31 de março de 2011, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de fevereiro de

2011, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Item nº 3: Ofício nº 125, Cofig-MG, de 06 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93, do Senado, relatório sobre financiamento com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex) relativos ao quarto trimestre de 2009.

Ofício nº 126, Cofig-MG, de 06 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93, do Senado, relatório sobre financiamento com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex) relativos aos primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2010.

Aviso do Tribunal de Contas da União nº 41, de 06 de abril de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC032082/2010-0, bem com do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 58, de 2010.

Como eu disse inicialmente, todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Portanto, estarão à disposição para análise das Sr^{as} e Srs. Senadores.

Nós vamos entrar na pauta. Se todos estiverem de acordo, vamos somente inverter a pauta. Nós temos dois requerimentos: itens nºs 11 e 12. Se V. Ex^{as} estiverem de acordo com a inversão da pauta para, depois, entrarmos na pauta ordinária... Agora nós temos quórum e vamos somente colocar em votação dois requerimentos.

Item 11:

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, tendo como convidado o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sr. Eduardo Pereira Nunes, para apresentar os resultados do Censo Demográfico 2010.

A iniciativa é do Senador Eduardo Suplicy.

Em 12/04/2011, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em votação o requerimento.

As Sr^a e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento de nº 11, de 2011-CAE, de autoria do Senador Suplicy.

Item 12.**REQUERIMENTO DE Nº 12, DE 2011-CAE.**

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), CCJ, CAE, Comissão de Educação, Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, para debater o Projeto de Lei da Câmara de nº 116, de 2010, que *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória de nº 2228-1, de 6 de setembro de 2001; e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 66, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências*, com a presença dos seguintes convidados:

- Presidente da Ancine;
- Presidente da Anatel;
- Presidente da Abert;
- Presidente da ABTA;
- Presidente da Telebrasil;
- Presidente da ABPI-TV;
- Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por assinatura, ABPTA.

A iniciativa é da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento de nº 12, de 2011-CAE.

Aproveito para, dentro dos atos que foram aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos, ler os atos que foram relatados pela Senadora Gleisi e pelo Senador Blairo Maggi. Vou ler dois requerimentos apresentados.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE.

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública com o objetivo de discutir o tema “Transporte Ferroviário: Falta de concorrência prejudica o desenvolvimento brasileiro”, com a presença dos seguintes convidados:

- Bernardo Figueiredo, Diretor da ANTT;
- Luiz Antonio Fayet, Coalizão de Usuários, consultor para logística de transportes da CNA;
- Luiz Henrique Baldez, Presidente Executivo da ANUT – Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga;
- Marcelo Spinelli, Diretor de Ferrovias da Vale;
- Paulo Basílio, Presidente da LL.

Justificação.

A ferrovia deveria ser um instrumento estratégico para induzir o desenvolvimento econômico brasileiro, como mostra a propaganda institucional que vem sendo veiculada na televisão. Este era o anseio da sociedade quando foi concessionada a operação da Rede Ferroviária Federal. Acontece que, passados 15 anos, a realidade é muito diferente. Importantes segmentos de usuários têm reclamado da qualidade deficiente do serviço prestado, da insuficiência da oferta de transporte de cargas, da ineficiência das empresas com extrema demora no tráfego. Entretanto, o mais grave é a desativação de trechos que têm demanda, a pouca utilização do direito de passagem e tráfego mútuo, o abuso de poder econômico e imposição de reajuste de tarifas muito superiores a elevação de custos e a constante falta de respeito das empresas ferroviárias pelos contratos firmados com o setor privado, com prática de *overbooking*, e o desvio de carga para outros terminais sem autorização do usuário.

Há muito espaço para melhoria da produtividade. O trem com granéis agrícolas leva 40 horas para percorrer pouco mais de 1.000km, do Alto Araguaia, em Mato Grosso, para Campinas, São Paulo. E gasta mais de 40 horas para chegar ao Porto de Santos, uma distância inferior a 200km.

O momento é decisivo para discutir questão tão relevante.

O País cresce rapidamente e, mais do que nunca, demanda transporte competitivo para movimentar grandes massas por longas distâncias.

O Brasil irá perder oportunidades de acelerar seu desenvolvimento econômico e social se prevalecer os interesses de um número muito reduzido de empresas concessionárias. Um dos grandes desafios é melhorar as condições para atrair os investimentos necessários à melhoria do sistema existente e expandir a malha que não cobre adequadamente as várias regiões do País.

A ANTT está promovendo três consultas públicas, da mais alta relevância para aperfeiçoar aspectos regulatórios: código de defesa dos usuários, operações de direito de passagem e tráfego mútuo e a repactuação das metas de produção e segurança por trecho.

É necessário que o Congresso Nacional conheça os problemas e colabore na busca e viabilização das ações para melhorar o ambiente regulatório e contribuir com novos projetos de lei que incentive a competição e a eficiência, bem como o equilíbrio na relação entre concessionário e usuário, eliminar possibilidades de abuso econômico, garantir que as novas ferrovias trabalhem um novo modelo com segregação clara entre o concessionário da infraestrutura das empresas

operadoras do transporte ferroviário, eliminar óbices aos investimentos na melhoria da malha existentes, equacionando os gargalos que impedem melhorias de produtividade, estimular investimentos de novas ferrovias, retomar trechos que estejam inativos por falta de interesse econômico da concessionária em explorá-lo.

Em boa hora as mudanças nas questões regulatórias e mecanismos de investimentos contribuirão para ajudar o Brasil a movimentar as suas safras recordes de grãos, além da produção crescente de açúcar, etanol, madeira, celulose, papel, minérios, combustíveis, insumos e cargas especiais.

Com o intuito de fornecer subsídios para avaliar o assunto, torna-se necessária a realização dessa audiência pública com os representantes do setor.

Esse requerimento aqui é encaminhado pela Presidência da Comissão, e nós vamos votá-lo na próxima semana. Esse assunto de ferrovia é um assunto importante, especialmente para a Região Nordeste, Região Centro-Oeste, para não dizer também para a Região Sul e também a Região Sudeste. É um grande problema para o Brasil todo.

Portanto, vai ser uma excelente oportunidade, aproveitando a audiência pública que o Dr. Bernardo Figueiredo está realizando na ANTT, nós discutirmos também esta questão com essas pessoas que seriam convidadas.

O outro requerimento da Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE.

Requeiro nos termos do art. 93, II, a realização de audiência pública para debater a dinâmica dos preços de combustíveis no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados:

- Sérgio Gabriele, Presidente da Petrobras;
- Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Paulo Miranda Soares, Presidente da Fecomcombustíveis – Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes;
- Sr. Vinicius Marques de Carvalho, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça;
- Lisa Gum, Coordenadora Executiva do IDEC – Instituto de Defesa de Consumidor.

Essa é uma bela discussão também essa questão de preço de combustíveis que eu me sinto corresponsável nessa...

Será votado, Senador Moka, na próxima semana, dentro dos atos aprovados aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Votamos então, aos itens da pauta:

Item 1:

Quanto ao item 01, o Relator, Senador Eduardo Suplicy, solicita a retirada de pauta da matéria para reexame.

A matéria já constou da pauta de duas reuniões da CAE; o relatório já foi lido pelo Senador Armando Monteiro, na 8ª reunião, realizada em 05 de abril, ocasião em que foi concedida a vista à Senadora Gleisi Hoffmann.

Portanto, nós vamos adiar esse item 1 para a próxima semana, terça-feira, Senador Gleisi, a pedido do Senador Eduardo Suplicy.

Item 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2010 (Não terminativo.).

Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

A autoria é da Senadora Maria do Carmo Alves.

A relatoria é do Senador João Vicente Claudino.

O relatório é favorável ao projeto com as Emendas de nºs 1 e 2 que apresenta.

A matéria ainda será apreciada na CCJ, em decisão terminativa.

Em 12 de abril de 2011, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator, Senador João Claudino, na 9ª reunião, realizada em 12 de abril, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador João Vicente Claudino, se deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não querendo fazer uso da palavra, a matéria está em discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero falar, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi, Senadora Vanessa, Senador Cyro.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, para dizer que esse projeto vem corroborar com iniciativas que temos nesta Casa de aumentar a participação das mulheres nos espaços públicos.

Aqui tivemos um grande debate sobre a reforma política e conseguimos, na discussão da lista fechada, intercalar a participação das mulheres, garantindo, dessa forma, 50% da presença feminina, inclusive nas cadeiras do Parlamento, no caso do voto em lista.

Então, eu queria dizer que é um projeto importante. Eu não tive a oportunidade de fazer esse debate na reunião anterior da Comissão, porque eu não estava nesse momento, já que estava participando de um outro evento na Casa. Mas queria dizer da importância que ele tem para que comecemos, de fato, a colocar mulheres – e são muitas mulheres competentes que nós temos na esfera do Poder Executivo – para participar de cargos que são importantes na decisão da vida das empresas.

Então, eu queria manifestar a minha posição favorável e também orientar a nossa bancada pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Senadora Vanessa Grazziotin, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero também, primeiro, cumprimentar não apenas a Senadora Maria do Carmo Alves pela iniciativa e apresentação do projeto, mas também o Relator da matéria, Senador João Vicente Claudino, pelo belo relatório que preparou, belo e sensível, porque, Presidente, eu acho que todo dia é dia de debater a situação da sociedade e, principalmente, de localizar a situação da mulher na sociedade.

Eu, particularmente, em decorrência dos debates que temos tido em relação à reforma política, estou sentindo muito a resistência de uma parcela importante da sociedade de reconhecer que a discriminação existe. Ela não é legal, mas ela é visível e existe na prática.

Porque não pode uma sociedade que tem mais da metade de mulheres, com uma melhor preparação e formação educacional do que os homens.. Senador Lindbergh, foi aberto, na minha universidade federal, um curso de doutorado de desenvolvimento sustentável. Onze são os estudantes, os doutorandos: dos quais nove mulheres e dois homens. Então, o preparo da mulher é maior, mas nós não estamos presentes nos cargos de direção. Alguma barreira existe, e é essa barreira que nós temos que transpor.

Então, esse projeto da Senadora Maria do Carmo é um projeto que reconhece a discriminação, mas reconhece do ponto de vista positivo e visa a combater esse discriminação.

Então, Sr. Presidente, eu acho que nós, que fizemos o pedido de vista na semana passada, devemos

ter lido e estudado o projeto. É um projeto muito realista, porque ele prevê uma participação mínima, em 2016, ou seja, daqui a cinco anos, de 10% e, chegando a 2022, com 40%. É o mínimo. Quem sabe, em 2022, possamos ter até mais do que os 40%. Agora, isso é importante, porque, nos cargos que exigem apenas a demonstração da competência e do preparo técnico, as mulheres chegam. Daqui a dez anos, uma década, Senador Delcídio, as mulheres serão no mínimo 70% no Poder Judiciário. Mas, quando há indicação política, a ascensão é difícil e lenta.

Então, a aprovação do projeto é muito importante. Da mesma forma que a Senadora Gleisi falou, tenho certeza de que vamos aprová-lo por unanimidade nesta Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Bom dia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Discordo um pouco dessa posição, porque, em primeiro lugar, não vejo que há a proibição da mulher ocupar o cargo no conselho. Não existe a proibição. Acho que a meritocracia é automática. Se amanhã 100% das mulheres estiverem nesses conselhos, é lógico que será porque terá prevalecido o bom-senso. Dessa maneira, vejo uma discriminação. Assim, estamos discriminando.

Hoje, isso não existe mais primeiramente porque a sociedade não tem mais esse modelo. Se a gente estivesse falando isso há 20 anos, há 10 anos... Mas, hoje, não. Acho que, assim, se engessa dos dois lados e se está hoje dizendo que não existe a capacidade quando é muito pelo contrário: a capacidade da mulher é muito grande e, atualmente e em muitas áreas, até bem maior do que a do homem.

Então, acho que não se precisa limitar. Não se tem de limitar. Ela é aberta. Isso é democrático; é meritocrático. Portanto, sou contra a que se limite no mínimo ou no máximo. Isso tem de ser democrático.

Essa é minha posição. Sou contra e peço também a meus pares o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra a Senadora Ana Amelia e depois a Senadora Lídice da Mata.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e colegas, na verdade, não se está imaginando aqui uma ideia de excepcionalidade, mas apenas a constatação de que hoje é mínima, para não dizer inexistente, a presença de mulheres nos conselhos das empresas. Em algumas estatais,

como a Caixa Federal, por exemplo, já houve comando de uma mulher. O próprio Ministério do Planejamento, por meio da Assessoria Parlamentar, solicitou um re-exame do assunto, que está inconcluso. Mas tenho a impressão e a certeza até de que, hoje, comandado por uma mulher, a Ministra Miriam Belchior, haverá manifestação favorável a isso.

Penso que é na área pública que possa haver as atitudes mais propositivas em relação à presença da mulher no cenário da Administração Pública. Valho-me do argumento usado pela autora, Senadora Maria do Carmo, segundo o qual, o estabelecimento dessa garantia da participação das mulheres se justifica pela necessidade de que haja a devida correspondência entre a participação das mulheres na condução dos bens públicos e sua presença nos órgãos que decidem os destinos dos recursos produzidos pelos esforços de toda a sociedade, inclusive de maneira cada vez mais crescente, do trabalho feminino.

Então, é na condição de uma abertura desse espaço para a presença da mulher que também apoio o projeto da Senadora Maria do Carmo e o relatório do Senador Vicente Claudino, endossando as palavras da Senadora Gleisi Hoffmann e da Senadora Vanessa Grazziotin, favoráveis a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, justamente por todas as razões aqui levantadas, eu gostaria também de dar minha posição favorável a esse projeto. Na verdade, o projeto não obriga; ele obriga a um mínimo. Obviamente, ele não impede que, além desse mínimo, possa haver mais mulheres. É uma filosofia de discriminação, sim, mas uma discriminação afirmativa, buscando uma política compensatória do afastamento da mulher do poder decisório em nosso País.

Portanto, é uma proposição relevante para que possamos reconhecer o papel da mulher tecnicamente na Administração Pública no Brasil, que é hoje governado por uma mulher Presidente, que tem algumas Ministras mulheres ministras, há uma ministra na área econômica, na área do planejamento econômico, uma mulher dirigindo o planejamento do País, e que, portanto, precisa introduzir um elemento de quota mínima de participação da mulheres na Administração Pública federal.

Acho que vem em bom tempo. E é claro, como toda política de quota, é uma política transitória. Pode ser que cheguemos a um tempo em que não precisemos usá-la. Será modificada. Mas a lei vem para geralmente ordenar costumes. Por isso, sou plenamente

favorável. Creio que ela vem ao encontro da luta das mulheres do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui endossar o relatório e parabenizar a autora da proposição da lei.

Ocupei, por dois mandatos, o cargo de Governador do meu Estado, e, embora não tenhamos muitas empresas em Mato Grosso – quase tudo foi privatizado no passado –, nas poucas que ainda existem, a presença da mulher é muito pequena.

E há que se reconhecer que a política, o Executivo é dominado por homens e que a ausência das mulheres nas empresas, na direção, se dá no contexto em que tudo se arranja, você está sempre conversando, sempre deliberando com um grupo de homens. Isso faz com que, naturalmente, haja um afastamento das mulheres para ocupar este tipo de cargo na Administração Pública.

Então, embora não concorde muito com quotas, penso que o setor público tem que puxar algumas coisas. Nós, aqui no País, talvez até na iniciativa privada, não estejamos acostumados, como os países mais desenvolvidos, principalmente os europeus, em que não somente as mulheres, mas os próprios empregados das empresas têm uma participação efetiva no comando, na diretoria da companhia. Estão lá não só defendendo os interesses dos empregados, mas obviamente interesse geral da companhia.

Penso que é uma discussão que virá pela frente. Tenho uma experiência na Noruega, onde tenho um negócio, e lá a gente vê perfeitamente como é importante a presença, na diretoria, dos representantes dos empregados dentro do negócio também. Então, é uma coisa que vem para o futuro. O País vem se modernizando, o País vem avançando, e a gente tem que deixar os velhos preconceitos, a velha forma de enxergar as coisas e partir para o futuro, e o futuro é novo, o futuro é desafiador. E as mudanças, muitas vezes, nos trazem medo, nos trazem preocupações.

É importante a gente avançar, é importante a gente seguir na direção que o mundo vem seguindo. A gente não inventa a roda. Ela já foi inventada, e a gente só vai aperfeiçoando e criando possibilidades para que todo mundo possa se desenvolver.

Quero parabenizar, aqui, a autora da matéria e o Relator pela forma como foi colocado o seu relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Não havendo mais nenhum Senadora ou Senador inscrito, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador João Vicente Claudino.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu só queria colocar, como o Senador Blairo, que sou contra a quotas. Acho que a mulher não precisa de quotas. Vou votar favorável porque acho que a mulher está bem mais acima hoje do homem em várias e várias posições.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Afinou, não é, Senador Cyro?

Com as palavras do Senador Cyro Miranda...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Se for assim daqui a alguns anos, vamos precisar de quotas para os homens.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, aprovado, por unanimidade, o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto com as Emendas de nºs 1 e 2, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, em função de nós precisarmos de quórum por ser uma matéria terminativa, gostaria de solicitar inversão de pauta para a apreciação do nosso parecer, até porque tenho uma reunião daqui a bem pouco tempo, a alguns minutos, na Subcomissão do Nordeste, com a presença do Diretor de Planejamento da Sudene. Gostaria de participar, como Senadora da Bahia, pois integro aquela Comissão.

Se for possível, portanto...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a inversão é no sentido de votarmos todos os projetos terminativos se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu concordo, mas preciso perguntar à Comissão se todos estão de acordo em já examinarmos as matérias. Como temos quórum nesta terça-feira, véspera de Semana Santa, o que não é fácil, eu gostaria de já abordar os itens que são terminativos e, por solicitação da Senadora Lídice, começar pelo Item 10, se todos estiverem de acordo.

Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Item 10:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, DE 2010 *(Terminativo.)*.

Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.

Autoria da Presidência da República.

Relatoria da Senadora Lídice da Mata.

O relatório é pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CRE.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº1-CRE.

Lembro que o projeto é terminativo, portanto, precisamos de quórum qualificado.

Com a palavra a Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, passo a ler o relatório.

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010, de ementa em epígrafe, de autoria da Presidente da República.

O projeto autoriza o Poder Executivo a efetuar doações a instituições internacionais destinadas a apoiar o desenvolvimento na área de saúde de países de menor renda relativa.

O art. 1º autoriza contribuição à Aliança Global para Vacinas e Imunização (Gavi) no valor de US\$20 milhões ao longo de vinte anos com o objetivo de financiar ações de vacinação e imunização em países de baixa renda.

O art. 2º, por sua vez, autoriza contribuição à Central Internacional de Compra de Medicamentos – United na proporção de US\$2.00 por passageiro que embarque em aeronave no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo País.

O art. 3º atribui ao Ministério da Fazenda a liberação dos recursos destinados à United e o art. 4º estipula a vigência da lei após a sua publicação.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – CCJ em 6 de julho de 2010.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, cabendo à última proferir decisão terminativa.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Na primeira Comissão, o projeto foi distribuído ao Senador Eduardo Suplicy, que se pronunciou favoravelmente à matéria com a emenda de redação.

Reunida a Comissão em 18 de novembro de 2010, foi aprovado o relatório.

A proposição foi então encaminhada a esta Comissão, cabendo a mim a honra de relatá-la.

Análise.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice, eu queria, por favor, pedir silêncio às assessorias. A Senadora Lídice está relatando o Item 10. Eu peço um pouco mais de silêncio para que a gente ouça o relatório da Senadora.

Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I do Regimento Interno, examinar a matéria sob seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Impende assinalar preliminarmente que não há óbice de ordem constitucional ou jurídica à proposição. Ademais, ela atende aos requisitos de regimentalidade, técnica legislativa e, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Cabe lembrar que a Constituição Federal exige a aprovação de lei específica para autorizar o Poder Executivo a efetuar tais doações aos fundos internacionais.

Em relação ao mérito, a matéria já foi devidamente apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, nos termos do relatório do Senador Eduardo Suplicy.

No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. O envolvimento do Brasil por meio de contribuição financeira representa importante iniciativa tanto do ponto de vista humanitário, quanto da perspectiva da inserção do nosso País na cena internacional pela via de proposta altamente meritória.

Em relação aos aspectos econômico e financeiro, cabe considerar que a iniciativa representa ônus ao Tesouro Nacional. A doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização – Gavi, no valor de US\$20 milhões será distribuída em parcelas iguais e sucessivas ao longo de 20 anos. Portanto, significará um aporte anual equivalente a US\$1 milhão, atualmente cerca de R\$1,7 milhão. Trata-se de aporte financeiro a fundo perdido ao mecanismo de financiamento internacional para imunização.

Já a doação à Central Internacional de Compra de Medicamentos – United seria na proporção de US\$2.00 por passageiro que embarque em aeronave no território brasileiro com destino ao exterior. O número desses passageiros foi estimado em cerca de 6 milhões em

2006, conforme a Exposição de Motivos nº 20/2006, do Ministério da Fazenda, que acompanhou o projeto de lei. Portanto, significará um aporte anual de cerca de US\$12 milhões ou cerca de R\$20 milhões.

Certamente esse número está subestimado, considerando o crescimento das viagens internacionais observado desde então. Não obstante, tais custos podem ser suportados pelo Orçamento Geral da União.

Ademais, essas doações podem ser consignadas mediante abertura de crédito ao Orçamento Geral da União para 2011.

Por fim, consideramos adequada a emenda de redação oferecida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, substituindo a palavra “dotações” por “doações” na ementa do projeto. Essa redação corrige a alteração equivocada introduzida pela Câmara dos Deputados, restituindo a ementa original do projeto de lei.

Voto.

Portanto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010, com a Emenda de Redação nº 1, da CRE.

Sr. Presidente, esse projeto foi apresentado no início do Governo Lula. É meritória a posição do Brasil inclusive de liderar esse projeto de ajuda humanitária aos países de baixa renda.

Peço, portanto, às Srªs e aos Srs. Senadores desta Comissão a aprovação para que nós possamos cumprir com os compromissos que o Brasil assumiu internacionalmente. Há mais de noventa países que recebem essa ajuda humanitária, portanto, é extremamente positivo que a Comissão possa hoje aqui aprovar nosso relatório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Quero parabenizá-la pelo relatório.

A matéria está em discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, da mesma forma que a Senadora Lídice da Mata o fez por meio de seu relatório, quero destacar a importância desse projeto. Acho que o Brasil tem destacado sua liderança mundial não apenas pelo posicionamento dos nossos indicadores econômicos e sociais, pelo tamanho do nosso País, pela importância, mas principalmente por essa relação extremamente solidária que mantém com outras nações, principalmente com nações menos desenvolvidas, com nações cuja população é carente de absolutamente tudo.

Eu acho que o que nós estamos debatendo neste projeto, primeiro, é autorizar o Brasil a fazer doações na área da saúde, tanto para campanhas de vacinação em países mais pobres, como para compra de medicamentos. Eu acho que isso é fundamental, e mesmo porque, Sr. Presidente, nós também estamos nos destacando cada vez mais no cenário internacional quanto à pesquisa e ao desenvolvimento de fármacos e de vacinas, de produtos imunológicos. E isso é muito importante.

Então eu quero, mais uma vez, destacar esse ato importante do Governo Federal, muito importante. É por essas questões que o Brasil é cada vez mais respeitado no mundo. E que aprovemos esse projeto para que ele possa vigorar.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda nº1-CRE. E eu vou começar aqui a chamar.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Favorável. Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente. É melhor ter para dar do que pedir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, eu não vou chamar a Relatora aqui, porque todo mundo conhece o voto dela. Então...

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente, parabenizando-a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto... Quantos votos? Foram 13 votos “sim”; nenhum voto “não”. Nenhuma abstenção.

Portanto, o projeto está aprovado em caráter terminativo.

Quero, mais uma vez, parabenizar aqui a Senadora Vanessa da Mata... Perdão, pela Senadora Lídice da Mata. É que a nossa Vanessa da Mata é da nossa região lá, do nosso... Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão projetando muitos cantores e cantoras. Não é, Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Voltamos para o Item 5.

Eu peço aos Senadores que permaneçam, porque nós estamos tratando de matérias terminativas.

Item 5:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2005 *(Terminativo.)*

Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005, que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 – Política Nacional do Livro.

Autoria do Senador José Sarney.

Relatoria do Senador Inácio Arruda.

Relatório pela aprovação do projeto e das Emendas de nºs 1 a 5 da CCJ.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com Emendas de nºs 1 a 5.

Com a palavra o Relator, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o projeto, digamos assim, de iniciativa do Senador José Sarney, é autoexplicativo, quer dizer,

são as exigências que remanescem no Brasil. Nós temos essa facilidade da oralidade. Nós falamos bem, falamos um bom português, fazemos um bom discurso, mas o nosso povo ainda lê pouco.

A gente vê muita televisão, ouve muito rádio e lê pouco. O esforço do Presidente José Sarney é de que a gente amplie o espaço da leitura no nosso País, e o faz com competência.

A matéria recebeu emendas na Comissão de Constituição e Justiça; cinco emendas, que nós acolhemos.

O nosso voto, o nosso relatório é pela aprovação, com as emendas que foram adicionadas ao projeto na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, o projeto é terminativo, e o meu apelo é para que a gente vote de imediato, porque precisamos fazer o povo ler mais no nosso País.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Inácio Arruda, pela objetividade do relatório de V. Ex^a.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e as Emendas de nºs 1 a 5, da CCJ.

Portanto, votação nominal.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Clésio Andrade.

Como vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – MA) – Sr. Senador, eu voto com o relator Senador Inácio Arruda. Sim ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Do Senador Inácio Arruda o voto é conhecido; do valoroso Senador cearense Inácio Arruda.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eunício Oliveira. O cearense Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Favorável ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator. Quatorze votos a zero.

Nenhum voto “não”.

Nenhuma abstenção.

A Comissão aprova o projeto, com as Emendas de nºs 1, 2, 3, 4 e 5 da CCJ/CAE.

Item 6:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2009 *(Terminativo.)*.

Projeto de Lei do Senado de nº 193, de 2009, que cria o fundo de atendimento às situações de emergência decorrentes de calamidades públicas e dá outras providências.

Autoria do Senador cearense Inácio Arruda.

Relatoria do laborioso Senador João Vicente Claudino.

O relatório é pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator, Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, esse relatório já foi lido e foram pedidas vistas no dia 14 de julho de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só que agora não valem mais as vistas, meu caro Senador. Então, V. Ex^a...

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Tenho que fazer nova leitura?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nova leitura, com a objetividade que lhe é peculiar, meu caro Senador João Claudino.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria registrar, Senador João Claudino, que é por causa da mudança de Legislatura.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Ah, de Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, as coisas se renovam.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu queria fazer uma ponderação. Parece-me que haveria um entendimento para que esse projeto não fosse votado hoje. O autor está insistindo na votação? Porque eu teria algumas ponderações a fazer. Já existe o fundo criado. O projeto de lei de criação de fundo tem que ser um projeto autorizativo. É inconstitucional lei parlamentar criar fundo. Então, eu não sei em que pé... A Senadora Gleisi talvez possa complementar as colocações que eu iria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu fiz uma consulta ao Senador Inácio Arruda sobre a possibilidade de não votarmos o projeto hoje, até porque já temos um fundo e várias iniciativas na Casa, de outros Senadores e também de Deputados no Congresso Nacional; e iniciativas do Poder Executivo em relação a essa matéria. Parece-me que existe já uma comissão na Casa para discutir e agregar todas essas matérias.

Eu conversei um pouquinho com o Senador, e ele disse que deixaria vir a discussão à tona para fazermos um encaminhamento conjunto. Então, eu gostaria de consultar o Senador Inácio Arruda se ele concorda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Antes do Senador Inácio Arruda, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, foi criada uma comissão temporária para discutir todo o sistema nacional de defesa civil. Foi uma proposta do Senador Jorge Viana, que já foi aprovada no plenário, Senador Inácio Arruda, e vai ser constituída na próxima semana esta comissão. De fato, e o Senador Inácio Arruda está muito atento a este tema há muito tempo, a nossa legislação sobre o tema é débil. Este fundo que existe hoje, o tal do Funcap nunca funcionou e nunca vai funcionar.

A lógica desse fundo que existe hoje é a seguinte: o Município coloca R\$1,00 e o Governo Federal coloca R\$2,00 e aí se constitui. Ou seja, imaginar que algum município vá antes da tragédia com o aperto financeiro dos municípios alocar recursos a esse fundo? Então o fundo que existe hoje é uma grande ficção. Existe no Governo Federal um grupo interministerial tratando de todo um novo marco regulatório do sistema nacional de defesa civil. A Presidente Dilma, quando veio encaminhar a sua mensagem ao Congresso Nacional, chamou este parlamento, Senado e Câmara dos Deputados, a discutir também um novo marco regulatório para a questão.

Então, indo no caminho da Senadora Gleisi Hoffmann, acho que a proposta do Senador Inácio Arruda é uma boa proposta, tem que ser discutida, muito melhor que este fundo atual, mas acho que o local apropriado seria nesta comissão, que vai apresentar uma proposta global sobre o sistema nacional de defesa civil, vai ter conversações com o Governo Federal, então o meu apelo é que este projeto fosse encaminhado para discussões nesta comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Antes que o autor da proposta, Senador Inácio Arruda, imita sua opinião como autor, até para pensarmos em relação a este tema, o Senador Lindbergh Farias disse que foi criada e, na verdade, nós participamos dela, uma subcomissão para tratar das questões de calamidade no Brasil. Nós somos considerados um país imprevidente em relação a isso. E, para reforçar, tenho uma proposta já da outra legislatura nesta Casa já tramitando, está culminando já com o parecer favorável, que deve vir a esta comissão na próxima reunião, já com parecer favorável, de nossa autoria, criando um fundo, Sr. Presidente. Eu já havia conversado uma vez com o Senador Inácio Arruda e, sem prejuízo, claro, se

ele entender que devamos votar essa proposta, o nosso não, ele propõe que, de todo seguro que se faça no Brasil, nós vamos destinar 1% disso; desses valores, um terço fica para a defesa civil nacional, outro terço para o Estado originário do seguro, que seja o Mato Grosso do Sul de V. Ex^a e do Senador Moca, e para fechar um terço vai para o Município, se é de Campo Grande ou é de outro lá, onde se originou isso, que tenha a defesa civil organizada.

Só quero dizer para V. Ex^{as}, o levantamento que temos, só do seguro, e não é aumentar o preço do seguro, Sr. Presidente, sai do prêmio. Quando fizer mil reais de seguro de um carro, já vai esse valor automaticamente para as entidades, na origem, no município. Nós vamos levantar, por ano, hoje, R\$700 milhões. Que isso não vai ser do orçamento, vai ser alguma coisa que já fica à disposição. Aconteceu alguma coisa lá no município X, já existe alguma coisa à disposição. Eu sofri muito quando governador do meu Estado, porque se faz os levantamentos, vem para a defesa civil nacional, depois tem que encaminhar para a Casa Civil, aí vem um decreto para o Congresso Nacional, se passou meio ano., a escola está no chão. Não tem não sei o quê. Já passou. Já veio a seca depois do negócio.

Quer dizer, essas são propostas. Eu acho que vamos encontrar um caminho para resolvermos em conjunto, com o fundo que existe hoje, com a proposta do Senador Inácio Arruda, com a proposta... Essa Subcomissão de Defesa Civil vai tentar criar alguma coisa. Pode ser que a nossa proposta não seja a melhor, mas eu quero colocá-la na mesa, Sr. Presidente, para nós analisarmos isso.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra, agora, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, registrar o zelo e a atenção do nosso Relator João Vicente com a matéria.

Veja: as calamidades maiores a que nós temos assistido e que têm mais impacto midiático são as grandes enchentes, que levam e arrastam, simultaneamente, dezenas e, às vezes, centenas de pessoas. Mas nós vivemos calamidades longas que são as calamidades do Nordeste brasileiro, do Norte: são períodos mais longos de calamidades, de estiagem, que precisam de fundos que realmente funcionem.

O que o Lindbergh acabou de dizer é que existe um fundo que não existe. Essa que é a realidade. Esse fundo que está não funciona em hipótese alguma. E mais: é um fundo pós-calamidade, que não tem nenhu-

ma atitude de prevenção. Então, estamos trabalhando na ideia preventiva.

Eu jamais deixaria de atender a um pedido da Senadora Gleisi Hoffmann, porque tenho a absoluta certeza de que vem no sentido de nós encontrarmos o caminho mais ajustado para o êxito da iniciativa que propusemos e que pode se somar a outras. O que nós queremos é que haja um fundo capaz de agir preventivamente e, se a calamidade, mesmo agindo preventivamente, existir, ele estará disponível.

Eu assisti ao problema de Santa Catarina, estou vendo agora a situação no Acre, no Rio de Janeiro, e não houve ação preventiva. Não há ação preventiva nessas áreas. Então, acho que o nosso fundo tem esse sentido e está bem colocado para o dia de hoje: primeiro, porque temos número suficiente para votar; segundo, porque acabamos de criar um fundo. Então, estava ótimo. Não havia nenhum embaraço constitucional, digamos assim, porque nós já resolvemos o embaraço constitucional na votação anterior.

Mas eu quero ir na direção da Senadora Gleisi Hoffmann, do Lindbergh. Senador Casildo, acho que nós podemos associar esforços. É assim que aprimoramos uma iniciativa. Acho que é muito importante, porque nós estamos pensando aqui não na iniciativa de um ou outro Senador. Nós estamos pensando em situações que se repetem no Brasil. Quer dizer, vire e mexe, é Santa Catarina; vire e mexe, é Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí – uma parte, pelo menos, do Piauí, em que há estiagens mais prolongadas. Agora, no Norte, nós estamos assistindo novamente às calamidades, que são recorrentes. Não é uma coisa episódica. São recorrentes.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de que V. Ex^a pudesse atender à solicitação da nossa querida Senadora Gleisi Hoffmann, para que pudéssemos sentar, somar esforços e trazer à pauta uma matéria, digamos assim, mais afinada ainda com esse interesse nosso de agir preventivamente no Brasil em relação às calamidades.

Esse é o sentido do nosso projeto, pois, desde 2009, nós estamos lutando pela sua aprovação. Acho que vamos chegar a bom termo e vamos aprovar uma legislação capaz de atender, de forma efetiva, às necessidades da população diante de calamidades que se repetem na nossa Nação.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Senador Benedito de Lira, primeiro, e, depois, Senadora Gleisi e Senador Casildo Maldaner.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que esta Casa e esta Comissão, com especialidade, devem

adotar as providências mais urgentes possíveis. Creio que o projeto do Senador Inácio Arruda chega numa boa oportunidade.

Eu vou dar, como exemplo, o fato de que o País não tem absolutamente nenhuma providência preventiva a respeito do assunto. As coisas só começam a aparecer dentro de um processo de dificuldades enormes. Burocraticamente, é uma coisa inacreditável. Cito, como exemplo, o meu Estado, que foi acometido de uma grande catástrofe em dezenove Municípios, inclusive alguns deles arrasados, totalmente destruídos; e as coisas continuam andando da mesma forma, porque a burocracia, Senador, é impressionante.

Então, a Comissão está criada – muito bem –, mas essa Comissão vai demandar tempo para que as coisas possam ser compiladas e ser encaminhada para o Governo uma proposta, uma iniciativa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Benedito, vamos pedir ao Dornelles para dirigir essa Comissão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito bem.

Então, quero cumprimentar o Senador Arruda. Acho que precisamos adotar providências urgentes. O Estado de V. Ex^a foi acometido de uma catástrofe ecológica, como meu Estado. Santa Catarina, há mais de dois anos, sofreu uma catástrofe ecológica; e as coisas continuam praticamente sem acontecer.

Então, é preciso que esta Casa e o Congresso Nacional assumam esse compromisso e o comando de adotar as providências urgentes. Tudo bem. Vamos aguardar a manifestação dessa Comissão. Mas qual é o tempo que vamos ter para essa Comissão concluir seu trabalho, fazer o encaminhamento ao Governo e esperar que o Governo tome a decisão? A decisão tem de partir daqui, Senador.

Quero cumprimentar o Senador Arruda. Acho que, se é proibido constitucionalmente criarmos o Fundo, por que o projeto não sofre alteração, dizendo: “Vamos autorizar o Governo a criar o fundo preventivo.”? Se não, vamos continuar tendo os mesmos problemas; e as mesmas dificuldades continuarão.

Por isso, quero cumprimentar o Senador. Mas rendo-me logicamente à decisão que a Comissão tomar. Se depender da decisão de voto a voto, sou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, Senadora Gleisi e Senador Casildo.

Peço aos Senadores e às Senadoras que permaneçam, porque temos mais algumas votações em caráter terminativo. É muito importante a presença dos senhores e das senhoras.

Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer imensamente ao Senador Inácio Arruda pela compreensão. Não estamos aqui discutindo o mérito do projeto, porque ele é valioso e necessário para que realmente possamos avançar nessa matéria. O Executivo também está tendo algumas iniciativas, como o cartão para os momentos de calamidade, recentemente lançado pelo Ministro da Integração Nacional.

Penso que essa Comissão Especial, dirigida pelo Senador Jorge Viana, poderia ter uma reunião muito rápida, inclusive reunindo outras Comissões da Casa que têm interesse na matéria. Por exemplo, fizemos uma solicitação na Comissão de Agricultura para que o Ministro Fernando Bezerra participasse de uma audiência pública para falar das medidas do Executivo. Talvez devamos nos reunir numa audiência pública o mais rápido possível, logo depois da Páscoa, para discutir esses temas e um procedimento.

Quero me comprometer aqui com o Senador Inácio Arruda. Vou ser bastante parceira nessa discussão pela relevância e pela importância da matéria – o Paraná passou por momentos delicados como esse – para que a gente possa, no tempo mais urgente possível, ter uma proposição e, de preferência, já encaminhada com o Poder Executivo. Desse modo, já saberemos que as coisas andarão mais rapidamente.

Então, eu queria agradecer. Muito obrigada, Senador. Coloco-me à disposição, junto com o Senador Lindbergh e com o Senador Inácio, para que conversemos com o Senador Jorge Viana e possamos marcar essa reunião o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como diz a Senadora Gleisi, o Senador Jorge Viana é Presidente dessa Subcomissão para catástrofes, enchentes no sentido de encontrar a solução, reafirmado pelo Senador Lindbergh. Acho que vamos encontrar, Sr. Presidente, a saída. Com a tese do Senador Inácio Arruda de concordar com essa providência, com aquela que temos e outras tantas, vamos – quem sabe – levar para o Governo, como diz a Senadora Gleisi, uma proposta harmônica. Acho que vai facilitar. É claro que, como diz o Senador Lira, temos de ter um prazo – esta Comissão. Não podemos esperar muito. Temos de avançar para levarmos alguma coisa que seja factível e palpável.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Então, de comum acordo, retiramos o item 6 para que este assunto venha a ser discutido na Subcomissão que vai tratar especificamente do assunto.

Quero agradecer o Senador Inácio Arruda pelo bom entendimento.

Vou passar para o Item 7.

Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO 337, DE 2009 (*Terminativo*).

Projeto de Lei do Senado 337, de 2009, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados à dessalinização de água.

Autoria do laborioso Senador João Vicente Claudino.

Relatoria do valoroso Senador cearense Inácio Arruda.

O relatório pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, esse é daqueles projetos que, talvez, não tivéssemos nem necessidade de ler relatório.

É uma intervenção que o nosso Senador João Vicente busca fazer para dar solução ao um problema grave para nós especialmente do Nordeste, porque em muitas regiões vivemos disso, temos que furar um poço e, quando chega no poço, o poço é salobro e cria imensas dificuldades.

Então, você tem que fazer um tratamento da água, você tem que comprar o equipamento lá na regioazinha mais longínqua do Piauí, do Ceará, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, de Sergipe, Pernambuco, Bahia tem muitos, que precisam dessa solução.

O impacto é mínimo ou zero do ponto de vista financeiro. Então, não há por que se deixar de votar e aprovar a iniciativa do Senador João Vicente.

O nosso parecer, portanto, é pela aprovação. Fizemos uma emenda apenas na ementa, quase redacional, então também não tem ... é uma emenda de redação simples, que resolve o problema de entendimento. Então, o nosso pedido é aprovação. Apelo aos nossos Senadores para que a gente vote de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Com o relator, Sr. Presidente. Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o relator, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom o Senador Inácio Arruda, todos já sabemos do seu ponto de vista.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lima.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É para as fazendas lá do Ceará que são pequenas e precisam desses equipamentos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor. Nós estamos em votação. Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – favorável ao relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Claudino não vota porque é o relator.

Quantos votos? (*Pausa.*)

Foram 14 votos ‘sim’.

Nenhum voto “não”.

Nenhuma abstenção.

A Comissão aprova o projeto com a Emenda de nº 1-CAE.

Parabéns ao Senador João Claudino e ao Senador Inácio Arruda.

Item 8.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2009 (*Terminativo.*).

Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2009, que estabelece que após os idosos, os professores, terão prioridade para recebimento da devolução do Imposto de Renda da pessoa física.

Autoria Senador Cristovam Buarque.

Essa matéria já constou de quatro reuniões da CAE. Portanto, indico como relator *ad hoc* do projeto o Senador Cyro Miranda.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É o 8º, não é, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 8, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Relatório.

Vem ao exame desta comissão o Projeto de Lei do Senado, PLS nº6, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, o qual tem por propósito conferir prioridade aos professores no recebimento da devolução do Imposto de Renda – Pessoa Física.

A proposição, constituída por dois artigos, altera, por meio de seu art. 1º, o art. 10º e o art. 16 da Lei nº9.250, de 26 de dezembro de 1995, para determinar a seguinte ordem de procedência no recebimento de

restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física: idoso, contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério e demais contribuintes.

O art. 2º do projeto dispõe que a lei na qual vier a se converter entrará em vigor no 1º dia do ano seguinte de sua publicação.

Na justificação, é assinalado que o estímulo à educação passa necessariamente pela criação de mecanismos que beneficiem as pessoas que trabalham diretamente no setor, não sendo possível melhorar a qualidade da educação, sem oferecer melhores condições de trabalho e remuneração aos profissionais do magistério.

Nesse sentido, o estabelecimento de prioridade aos professores no recebimento da restituição do Imposto de Renda – Pessoa Física constituiria uma medida com tal finalidade.

Antes de chegar a esta comissão, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Não lhe foram apresentadas emendas.

Análise. Compete a este colegiado, nos termos do art. 9, 1º, inciso I, e 99, IV do Regimento Interno do Senado Federal, pronunciar-se terminativamente sobre o projeto.

Em que pesem os nobres propósitos que animaram o autor da proposição, entendemos existirem óbices intransponíveis a sua aprovação.

Com efeito, a regra veiculada pelo PLS nº6, de 2009, afigura-se incompatível com o disposto do art. 150, II da Constituição Federal.

Art. 150: Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

II – Instituir tratamento desigual entre contribuintes que encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por elas exercidas, independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

O poder público não pode, portanto, estabelecer tratamento diferenciado entre contribuintes, baseado em sua ocupação profissional ou função por ele exercida.

Sobre esse dispositivo constitucional, observa José Afonso da Silva. Comentário Contextual à Constituição São Paulo, Malheiros, 2007, pág. 654:

A norma refere-se a qualquer tributo, mas é mais expressivamente dirigida aos impostos pessoais e ao de renda, em relação a esse. Contudo há que se levar em conta a regra da progressividade constitucionalizada no art. 153, §2º, inciso I. Aqui se cuida da igualdade, em sentido jurídico, como paridade de posição, com exclusão de qualquer privilégio de classe, religião e raça. De modo que contribuintes que se encontrem em

idêntica situação sejam submetidos a idêntico regime fiscal que coincide com a generalidade de imposição e que, para realizar a justiça fiscal, depende de ser complementada com igualdade em sentido econômico, fundada no princípio da capacidade contributiva.

Como se vê, o critério básico para o estabelecimento de discriminações positivas, no caso dos impostos pessoais, é a capacidade contributiva, e não a natureza de ocupação do contribuinte. Esse é também o entendimento do Supremo Tribunal Federal. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.655, Diário da Justiça de 2/04/2004, na qual se discutia a concessão de isenção de impostos sobre propriedade de veículos automotores, associados de uma cooperativa de exploração de serviços de transporte escolar, o Tribunal acentuou *verbis*:

A Constituição Federal outorga aos estados e ao Distrito Federal a competência para instituir um imposto sobre propriedade de veículos automotores e para conceder isenção, mas, ao mesmo tempo, proíbe o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem na mesma situação econômica.

Em outra ocasião, a Corte declarou a inconstitucionalidade da lei estadual que conferia isenção do pagamento de determinadas taxas a membros do Ministério Público por ofensa ao art. 150, inciso II, da Carta Magna.

Conforme advertiu o Ministro Relator, o simples fato de pertencer a uma determinada instituição, não constitui motivo para receber tratamento privilegiado em matéria tributária.

Analogamente, podemos concluir que o simples fato de pertencer a uma determinada categoria profissional não é razão suficiente para conferir tratamento favorecido a determinativos contribuintes.

O dispositivo constitucional não veda absolutamente todo tipo de tratamento diferenciado, mesmo porque o princípio da isonomia pressupõe que sejam tratados desigualmente os desiguais. Entretanto, para ser legítima uma discriminação positiva, deve aguardar consonância com o princípio da razoabilidade.

No caso específico, entendemos não ter sido atendida essa condição. Ninguém nega a importância do ensino e da atividade desempenhada pelos professores. Todavia, outras atividades como a medicina são igualmente importantes, não se justificando um tratamento favorecido do magistério em relação a elas.

A justificação do projeto atenta para a necessidade de incentivar que bons profissionais optem pela carreira de magistério, assinalando que, ao beneficiar os professores, a medida será positiva para o sistema de ensino como um todo. Não obstante, é pouco crível que a possibilidade de receber a restituição do

Imposto de Renda alguns meses antes que a maioria dos contribuintes, constitua fator impactante na escolha da carreira do Ministério.

O recebimento de restituição depende de circunstâncias concretas, remuneração recebida durante o exercício, pagamento dedutível, *quantum* de imposto retido na fonte e insustentáveis de previsão no momento da opção por determinada carreira.

Por essas razões, dada a sua incompatibilidade com o dispositivo do art. 150 da Lei Maior, concluímos que o PLS em exame não reúne condições para ser aprovado.

Voto. Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 06, de 2009, nos termos do art. 133, II, do RSF. Sala de Comissões.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

A matéria está em discussão.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente e demais Senadores desta Comissão, primeiro agradeço poder usar da palavra sem ser membro desta Comissão e até informo que na hora da votação sairei para não constranger nenhum voto.

Mas quero insistir na razão de ser desse projeto. Esse projeto visa dizer ao Brasil inteiro que professor é uma figura especial. Tão especial que tem o privilégio, o privilégio republicano, como diz o próprio parecer, a isonomia deve ser tratar diferentemente os diferentes, quando necessário.

Então, o objetivo é dar um passo a mais e precisamos de muitos passos para que a carreira de professor tenha uma conotação especial. Eu sei que muitos dizem e todas as profissões são especiais, mas poucas são tão relegadas como a dos professores. E a gente precisa mostrar que é uma categoria especial.

Quanto à constitucionalidade, eu poderia dizer que isso seria uma decisão da CCJ, mas quero argumentar depois de ler o parecer inclusive as referências à inconstitucionalidade que o que diz corretamente, republicaneamente, que ninguém pode ser tratado diferente é no sentido de pagar mais ou menos impostos e, mesmo assim, esse País está cheio de privilégios através dos incentivos fiscais, dos subsídios dados a empresários.

Mesmo assim, tratamos diferentemente e alguns pagam mais do que outros, mas não se trata no projeto de lei de reduzir o imposto pago pelo professor até porque, lamentavelmente, no Brasil, muitos nem pagam imposto de renda de tão pouco que recebem. Não vai reduzir o imposto, não vai criar uma diferenciação não-republicana. Apenas trata-se de dar mais

um passo no sentido de dizer que professor é especial no Brasil. O contrário do que a gente vem dizendo há cinco séculos: que professor é o oposto de especial no Brasil.

Então, é nesse sentido que eu faço um apelo para que o parecer do Senador seja rejeitado e que a gente aprove, nesta Comissão, a ideia de que professor receberia esse carinho de que o imposto que ele já pagou e o que ele descontou a mais do que deveria e que gera um saldo para ele receber seja pago juntamente com os idosos, por exemplo, que têm direito a receber também antes dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Cristovam.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Quero pedir aos Srs. Senadores. Nós temos mais um item em caráter terminativo. E agora, não poderemos perder nenhum Senador, senão nós ficaremos prejudicados aqui na votação. Nós vamos segurar Senador no laço, aqui.

Então, vamos proceder à votação do projeto.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Apesar da iniciativa do Senador Cristovam e da sua luta constante em relação aos professores, nesse caso vou votar com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, quem vota com o relator, vota “não”. Quem vota contra o relatório do relator, vota...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, não, Sr. Presidente. Quem vota com o relator, vota “sim” com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão, perdão. Quem vota com o relator... Aliás, pra simplificar...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O que está sendo votado é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É. Vota-se com o relator ou contra o relator. Então, eu entendi claramente a posição da Senadora Gleisi.

Senador Lindbergh Farias.

Pois é isso. Mas vota com o relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou votar com o Senador Cristovam Buarque, Sr. Presidente. Eu acho que é um projeto simbólico. Eu concordo com a tese dele. Pra mim, isso tem muito peso na minha história como um todo, porque o professor tem uma característica especial.

Eu, como Prefeito do meu Município, lá em Nova Iguaçu, tive a honra de dar o maior salário de professor em todo o Estado do Rio de Janeiro. Enfrentei um em-

bate parecido com o de outras categorias. E o nosso argumento é de fato. Tem uma natureza especial.

Eu acho que essa homenagem aos professores vai criar problema, sim, em como proceder essa organização pela Fazenda. Mas acho que é simbólico um projeto como esse. Vou votar com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o Senador Lindbergh vota contra o relator.

Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu não votarei com o relator porque acho que a exceção já foi efetivada quando se deu a prioridade para os idosos.

Quanto aos professores, realmente eu concordo com o argumento do Senador Cristovam e do Senador Lindbergh. Seria um gesto de extrema simbologia para valorizar o professorado brasileiro, que se encontra em grande dificuldade em todo o País. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o voto da Senadora Lídice da Mata é contra o relator. Dois a dois.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – MA) – Bom, Sr. Presidente, quero dizer que a minha... eu sou farmacêutica de formação, mas tive o privilégio e a oportunidade de militar dentro de uma sala de aula como professora. E entendo que nós... Fui inclusive Vice-Presidente Norte da Confederação – hoje – dos Trabalhadores em Educação. Na época, era CPB.

Eu sei que precisamos de fato valorizar a Educação. E não se valoriza, não melhora a qualidade da Educação sem que se valorize o professor. Mas acho que temos conseguido dar passos importantes, principalmente a partir do Governo do Presidente Lula.

E aqui, que ninguém confunda. Não estou aqui dizendo que a história começou com o Presidente Lula, porque ela começou bem antes, mas nós não podemos deixar de reconhecer que foi com o Presidente Lula que a gente deu passos importantes no reconhecimento e na valorização do magistério brasileiro.

O pré-sal. Nós dedicamos 50% do Fundo do pré-sal para a Educação. Esse é um outro passo significativo. Aliás, o Fundo do pré-sal é significativo. É um outro avanço. Não teríamos o Fundo e nem a mudança do marco do petróleo se não fosse o comprometimento desse Governo com o povo brasileiro. Então, acho que nós devemos reconhecer.

Quero ver o projeto do Senador Cristovam como um projeto simbólico, tão somente isso, porque acho que se valoriza o magistério de outras formas. Ganhamos, recentemente, no Supremo, o reconhecimento da legalidade do piso nacional salarial dos professores e das professoras do Brasil. É um gesto, Senador Cristovam, que é muito ligado à área de educação, que faz. Eu, como professora, Sr. Presidente, acho que não é isso que vai resolver o problema, mas, simbolicamente, fico com o Senador Cristovam e voto contra o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Contra o parecer do Relator.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, vou votar contra o Relator, porque entendo que a exceção já foi criada quando se possibilitou o pagamento, a devolução prioritária para os aposentados. Se os aposentados merecem, os professores também merecem. Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Contra o Relator.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu voto com o Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, contra o Relator.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu acho, Sr. Presidente, que todo profissional tem o seu mérito. O enfermeiro, o médico, o administrador devem ter. Agora, queiram ou não, todos passaram por uma sala de aula; essa sala de aula teve um mestre; e esse mestre... Em função disso, dessas razões, eu diria que é uma coisa muito emblemática para todos nós, para todas as categorias, até para o aposentado, que um dia chega lá. Então, como é uma coisa muito emblemática, isso não implica em aumento de alguma coisa, apenas antecipa um pouco para quem tenha, por acaso, a devolução de imposto de renda. Por ser uma coisa emblemática, eu voto com o autor e, portanto, contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Contra o Relator.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que nós estamos aqui discutindo uma questão que diz respeito a todo um processamento que é feito em lotes, quem entra na malha fina, quem não entra na malha fina. Nós estamos discutindo aqui que vai ser dada prioridade a professor. A que tipo de professor? O professor que só tem como única atividade pública a sua ação como

professor ou um professor que é advogado e professor da universidade, à noite? Ou seja, nós temos aqui uma série de questões que, na verdade, criam dificuldades operacionais. O ideal é que a restituição do imposto de renda seja dada imediatamente aos procedimentos que sejam feitos de acordo com os lotes que sejam processados.

Então, por uma questão de constitucionalidade, não discutindo o mérito... Não estamos deixando aqui de dar prioridade aos professores. Se fosse possível, constitucionalmente, dar prioridade, eu daria também aos médicos, aos profissionais de saúde, que também se dedicam. Há uma situação grave no País hoje. Há uma crise na saúde pública no País. Os funcionários de saúde hoje, tanto quanto os professores, precisariam ser priorizados, sem falar na questão da segurança, porque arriscam a vida todos os dias. Então, por uma questão técnica de constitucionalidade, meu voto não pode ser diferente de seguir a posição do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota, portanto, com o Relator.

Senadora Ana Amelia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Senador Cristovam Buarque; contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Contra o Relator.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu acho que o mérito, nós temos que analisar o mérito nesta Comissão. A questão da constitucionalidade, em que pese o Relator ter razão – acho até que ele possa ter –, eu acho que deveríamos deixar essa questão da constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça. Ele é terminativo aqui, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ele é terminativo aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu, quinze anos em sala de aula, não tenho como votar contra o professor. Sou favorável ao projeto, contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Contra o Relator.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, para existir o advogado, o economista, o médico, enfim, todas as atividades profissionais liberais, todos passaram pela sala de aula.

O magistério brasileiro, ao longo da sua história, tem sido tratado muito aquém daquilo que ele representa. As exceções acontecem, já aconteceram., consequentemente eu fico com o projeto e voto contra

o Relator porque acho que o magistério precisa ter muito mais daqui do estas casas do Congresso Nacional tem dado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Contra o Relator, Senador Benedito de Lira.

Senador Cyro Miranda, é o voto conhecido como Senador *ad hoc*.

V. Ex^a está perdoado.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Como estou e pertenço a uma Casa de leis, eu não posso ser incoerente, porque se trata de um projeto inconstitucional proferir princípios de igualdade e de impessoalidade. Independente disto, também acho que nós temos os deficientes, os nordestinos que passam por enchentes.

Então, fica muito difícil avaliar quem precisa mais, em um País onde todos precisam.

Então, pela inconstitucionalidade, eu voto a favor do Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, nove votos a favor do projeto e cinco votos contra o projeto.

Portanto, a Comissão aprova o projeto do Senador Cristovam Buarque.

Item 09, que é o último item de caráter terminativo.

O Senador Romero Jucá está angustiado.

Item 09:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2010 (*Terminativo*).

Projeto de lei do Senado de nº 203, de 2010, que autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega Sena, com finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes dos Estados: Pernambuco e Alagoas.

Autoria do Senador Cícero Lucena.

Relatoria do laborioso Senador João Vicente Claudino.

O relatório é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Relator Senador João Claudino.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDÇB – RR) – Sr. Presidente, é apenas para registrar que pedirei vista da matéria, porque como esse projeto foi feito no período em que havia a questão das enchentes de

Pernambuco, depois foi destinado uma série de recursos que, na verdade, já atuaram no sentido de minorar este sofrimento.

Então, para não votar contra, nós vamos pedir vistas, vamos informar sobre a questão da Defesa Civil e vamos informar se é preciso isso ou não, porque existe outros estados na mesma situação e nós iremos criar um precedente que na verdade substituiria até a ação da defesa civil.

Então, eu peço vista para evitar qualquer tipo de demanda sobre a questão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para completar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É mais uma demonstração, não que sejamos contra a essa proposta de Pernambuco ou Alagoas, mas uma demonstração que já faz um ano, um ano e pouco, que precisamos criar uma solução, Sr. Presidente, temos que ter alguma coisa que funcione para não levar tanto tempo. E a sua Comissão terá que mergulhar no tema para nós encontrarmos o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Casildo Maldaner,

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só fazer uma ressalva que eu não estou contra não, porque eu sou inclusive pernambucano, viu Presidente, porque eu quero apenas fazer uma questão de criar um procedimento que seja efetivamente um procedimento natural para todos os estados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A sugestão do Senador Romero Jucá é pertinente, é sensata.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Isso só mostra a necessidade, Senador Lindbergh de nós temos uma discussão das intempéries climáticas de um fundo pra não se criar a iniciativa dessa natureza. Aqui sempre foi uma praxe de se aprovar, apesar de não prosperarem na Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, Sr. Presidente eu acho até que na discussão do procedimento que vamos criar do sistema esse pode ser um mecanismo de arrecadar recurso. Quer dizer se faz tanta coleta, se procura... de certa forma se comove outros estados, os estados querem ajudar, de repente a própria utilização de uma mega sena, enfim de uma ação em que o País todo possa participar daquele evento sabendo que está contribuindo com o estado, pode ser um caminho, mas acho que nós temos que sistematizar e criar um procedimento padrão, porque da forma como ocorreu em Pernambuco ocorreu em

outros estados e vai continuar ocorrendo porque isso é uma questão cíclica no nosso País, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero anunciar que vou ligar para o Senador Jorge Viana, já tem me falado de constituir essa comissão temporária. Tem um prazo definido para nós elaborarmos todo um projeto sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil.

Seria muito importante que os Senadores interessados em participar e que já atuam nesse debate falassem com as lideranças do seu partido – o Senador Casildo já o fez. Então, vou ligar para o Senador Jorge Viana para ver se ele, como autor do requerimento de instalação dessa Comissão, já a constitui, colocando-a em funcionamento na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, pedido de vistas, até por sugestão também do Senador Cyro Miranda.

Concedo vista coletiva.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Na verdade, Sr. Presidente, é um pedido de vista, mas remete a matéria à subcomissão, que, efetivamente, vai tratar de toda a questão para que possamos conciliar os procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso. Na verdade, é o mesmo conceito de um projeto anterior que nós remetemos à subcomissão que vai cuidar da matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero voltar aqui, rapidamente – peço um pouco de paciência aos Senadores –, ao Item 3 e ao Item 4, que são não terminativos.

Item 3:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2007 (*Não terminativo.*)

Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2007, que dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel.

O projeto é de autoria do nosso querido Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria do Senador cearense, Inácio Arruda.

O relatório é favorável ao projeto.

A matéria já foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável com a Emenda de nº 1.

A matéria também será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Inácio Arruda.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu gostaria de pedir vistas dessa matéria, Sr. Presidente, por algumas dúvidas que tenho em relação ao tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, o Senador Inácio Arruda pode ler o relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pode dar por lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pode dar por lido. Vai ser dada a vista. O material vai ser remetido a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, mas não pode. Regimentalmente, eu tenho que ler o relatório, mas eu não vou fazer uma leitura como todos querem, palavra por palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª tem sido muito objetivo nas relatorias. Entendo que V. Exª será também...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quero apenas demonstrar... Acho que é justo o pedido de vista. Essa é uma prerrogativa quando se tem dúvida sobre qualquer item da proposição, mas esse é um daqueles projetos autoexplicativos.

Ao se ter um empréstimo para comprar um imóvel, com as prestações consignadas, já vem descontado. Não há o que discutir sobre a matéria. Mas, para que não restem dúvidas, acho que é necessário que elas sejam.... Se há dúvida, vamos colocá-la na mesa.

Então, o nosso relatório é pela aprovação com a emenda. Lamento que ele ainda tenha que tramitar em tantas comissões, porque deveria ser terminativo aqui para resolvermos o problema.

Então, o nosso parecer é pela aprovação.

Bela iniciativa do Senador Zambiasi!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, por lembrar-se do Senador Zambiasi, Senadora Ana Amelia. Uma pessoa muito querida de todos nós e que foi um grande parceiro nosso no Senado Federal, na nossa Casa.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Seu vizinho de gabinete, gabinete que eu ocupo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu vizinho de gabinete. Agora, somos vizinhos.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Somos vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vistas da Senadora Gleisi Hoffmann ao Item 3 da pauta.

Item 4:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2010
(*Não terminativo.*)

Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2010, que garante o ressarcimento por parte do Poder Público do valor da extorsão sofrida pelas vítimas dos crimes de extorsão, mediante restrição de liberdade, e extorsão mediante sequestro.

A autoria é do Senador José Bezerra.

A relatoria é do Senador Flexa Ribeiro, que já chegou pronto para relatar a matéria.

O relatório é contrário ao projeto.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator, o Senador paraense, minha querida terra também de adoção, Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, planta amarga, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, , quero dizer a V. Ex^a, Senador Delcídio, que acabo de chegar porque estava na cerimônia do Exército Brasileiro de homenagem ao Dia do Soldado, 19 de abril, onde fui condecorado com a Ordem do Mérito Militar pela Presidente Dilma. Apressei-me. Vim tão logo terminou a cerimônia para estar presente nesta reunião da CAE. Lamento a Presidente não ter condecorado o Senador Lindbergh. Eu até disse a ela que ele merecia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A gente aqui na Comissão e V. Ex^a com a nossa Presidente Dilma...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois é. Para você ver como são as coisas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para você ver como o negócio está feio para nós!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2010, de autoria do Senador José Bezerra, visa estabelecer a obrigatoriedade de ressarcimento pelo Poder Público de valores extorquidos de vítimas do chamados sequestros relâmpago e sequestros em geral.

O projeto é composto de dois artigos.

Fica estabelecido que o Poder Público será obrigado a ressarcir vítimas de extorsão mediante sequestro e de extorsão mediante restrição de liberdade dos valores comprovadamente pagos pela vítima. Em casos de demora de mais de um ano, a vítima poderá descontar o valor no imposto de renda.

Interessante o projeto.

O projeto é justificado pelo autor pela necessidade de forçar o Estado a garantir segurança pública aos cidadãos, mediante a obrigação de ressarcimento por situações que teria o dever constitucional de evitar.

A proposição foi distribuída à CAE e à CCJ, onde será apreciada em caráter terminativo.

Análise.

Mesmo sendo certo que segurança pública é dever do Estado, entendemos que não há como se estabelecer uma responsabilização objetiva do Estado pela sua suposta omissão ao não coibir o cometimento de crimes de extorsão.

Não podemos confundir “assistência aos herdeiros e dependentes de pessoas vitimadas” com obrigação de ressarcimento à própria vítima, mormente quando o art. 245 expressamente determina a não exclusão da responsabilidade civil do autor do ilícito.

Feitas essas considerações iniciais, passemos ao §3º do art 1º, que mais diretamente diz respeito às atribuições desta Comissão.

O dispositivo faculta ao contribuinte “descontar” do imposto sobre a renda o valor comprovadamente extorquido que não tenha sido ressarcido em prazo de até um ano.

O projeto não faz a necessária distinção de responsabilidades em relação à Administração Pública, já que a possibilidade de ressarcimento via dedução de tributo é feita sobre o imposto de renda, tributo de competência da União. Ainda assim, não é essa a possibilidade de dedução que recomenda a redação do projeto, visto que ela é apenas acessória.

O que nos preocupa é o mérito da proposta principal. Não temos dúvida de que o projeto virá em prejuízo dos cidadãos de bem. Parece-nos claro que a garantia de ressarcimento, ao contrário do que certamente pretende seu autor, tem potencial para alimentar a indústria do sequestro, além de fomentar seriamente a ocorrência de falsos crimes resultantes de conluios entre falsas vítimas e sequestradores. Garantir ressarcimento significaria garantir o pagamento de resgate em um processo perigoso e deletério para a sociedade.

Voto.

Sr. Presidente, ante as razões expostas, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador que queira discutir a matéria, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Flexa Ribeiro permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Senador Flexa Ribeiro, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

E agora para concluir, meus caros Senadores...

Primeiro, se todos estiverem de acordo, o Senador Clésio Andrade solicita que, naquele requerimento que foi lido, o Requerimento nº 13, sobre transporte ferroviário, seja incluído o Dr. Rodrigo Vilaça da CNT.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Muito justo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E acho que também seria importante para esse debate a inclusão do Dr. Rodrigo Vilaça.

Se todos estiverem de acordo, vamos colocar essa emenda para votar na próxima semana esse requerimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, estamos de acordo e vamos pedir para subscrever os requerimentos para tratar do transporte ferroviário no Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu apresentei, na semana passada, um requerimento e, paralelamente, à apresentação do requerimento, entrei em contato com as autoridades que fazem parte do requerimento para que eles pudessem vir na semana seguinte à Semana Santa aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Esse requerimento convida o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; o Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Confaz, Carlos Martins Marques; o Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo, Maurício César Duque; o Secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi e o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade, para uma audiência pública para tratar do Projeto de Resolução nº 72 de minha autoria em que V. Ex^a é o Relator, que trata exatamente das alíquotas de ICMS dos produtos importados entre os Estados.

Estamos hoje sofrendo uma guerra fiscal, um problema grave de desindustrialização no País porque estão dando incentivo fiscal a produtos importados em detrimento de produtos da produção brasileira.

No final do ano, apresentei essa proposta para que pudesse ser discutida aqui. Entrei em contato com diversos Governadores de diversos Estados, diversos Secretário e, agora, a matéria está pronta para iniciar o processo de discussão já tendo sido debatido em uma reunião no dia 1º de abril do Confaz entre os Secretários de Fazenda.

Eu queria pedir a V. Ex^a que pudesse colocar hoje em votação essa matéria. Sei que há uma norma da semana seguinte, mas como estaria prevista a vinda, na semana seguinte, dessas autoridades contactadas, se a gente colocasse só na semana seguinte, haveria um problema no calendário das autoridades.

Então, pediria a V. Ex^a a inclusão na pauta e a atenção dos Colegas Senadores e Senadoras no sentido de quebrar esse protocolo tendo em vista que é uma matéria que deveria ter sido votada na semana passada e terminou não sendo votada porque não pude estar presente e acabou não sendo votado o requerimento. Então, queria pedir esta exceção a V. Ex^a.

Tenho também um requerimento que convida o Presidente da Infraero, o Presidente da Anac e o Ministro Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil para discutir a questão da aviação, a questão dos aeroportos e toda a questão do transporte aeroviário em conjunto da CAE com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, mas essa pode ser votada na próxima semana. Ela não tem nenhuma urgência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E Infraestrutura também.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Infraestrutura já convidou. Por isso que não coloquei a Infraestrutura, mas o Desenvolvimento Regional e Turismo.

Estamos também colocando...Essa pode ficar para a próxima semana. Eu não pediria a quebra do protocolo, apenas essa que diz respeito à questão da Resolução nº 72, do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, em caráter excepcional, se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, eu leria o requerimento do Senador Romero Jucá.

Quero até fazer um registro: sou Relator dessa resolução. Essa resolução é extremamente relevante e importante para os Estados. E, num momento crucial em função de guerra, o que isso tem representado para a economia brasileira...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – De baixa do dólar. A questão cambial que é uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, acho essa resolução talvez uma das matérias mais relevantes que a Comissão de Assuntos Econômicos e o Senado Federal vai efetivamente discutir.

Queria só fazer esse registro porque há uma resolução que todos os Estados estão interessados, repetindo aqui o que o Senador Romero Jucá disse, isso inclusive na última reunião do Confaz, esse assunto foi amplamente discutido pelos Secretários de Fazenda.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Dalcídio, eu concordo com o Senador Jucá e com V. Ex^a. Esse é um assunto da mais alta relevância.

A política de incentivo que alguns estados da Federação têm adotado é para serem porta de entrada para os produtos importados, baixando o ICMS na importação. Vêm sendo adotados e essa política começou no Espírito Santo, há muitos anos atrás, quando ele, de forma inicial, baixou o ICMS na importação e tornou o Espírito Santo uma porta de entrada inicialmente para veículos e depois para todos os produtos. Com isso, teve um ganho de receita muito grande. Em seguida, outros estados passaram também a adotar essa mesma prática.

É evidente, e o Senador Jucá tem razão, que isso é uma política nociva para a indústria brasileira, porque vem no sentido da desindustrialização do Brasil. Nós temos que discutir esse assunto.

Eu conversava há pouco com o Governador Simão Jatene, do meu Estado do Pará, que é um Estado penalizado pela Lei Kandir, porque vem no sentido contrário. Quer dizer, ele é penalizado porque tem a sua base econômica toda na exportação de produtos primários, que são isentos, pela Lei Kandir; e deveriam ter o seu ICMS, que não é cobrado na exportação, reposto pela Federação; mas não é. Então, o Pará perde, por ano, algo em torno de um bilhão e 500 milhões de reais de receita de ICMS que a União deveria repor e não o faz.

Então, o Governador Simão Jatene estava estudando exatamente essa política de tornar o Pará uma porta de entrada para a importação de produtos, de tal forma que pudesse ter, aí sim, na receita do ICMS na importação, a passagem da exportação para o Brasil daqueles produtos importados do exterior, ganhando o ICMS na exportação interna para outros estados. Então, acho que precisamos discutir.

Eu vou votar favoravelmente ao requerimento do Senador Romero Jucá. A relatoria está nas mãos competentes de V. Ex^a, mas eu gostaria, se o Senador Jucá concordar, de aditar dois nomes da relação já colocada no requerimento, de um Governador de um estado que já adota a política, que poderia ser do Espírito Santo, que foi quem iniciou, o nosso Renato Casagrande, colega nosso, e do Governador do meu Estado, Simão Jatene, que estuda a possibilidade de vir a adotar a política.

Então, faremos aqui o contraponto, para que a gente possa ter, junto às autoridades...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, eu só queria ponderar a V. Ex^a que se prevalecer essa questão dos governadores, nós vamos ter que chamar todos os governadores aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não, um representante.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Flexa, só uma observação. Já está convidado, já está na relação o Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo. Já está na relação dos convidados. A ideia é nós termos uma discussão técnica entre secretários e entre o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. Posteriormente a essa discussão a gente poderá convidar alguns governadores para termos uma discussão política. Não vamos misturar com técnica...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Uma questão de ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então eu peço a V. Ex^a a concordância para que o Secretário da Fazenda do Estado do Pará possa vir à reunião. Pronto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Tudo bem...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu também peço a presença de um representante do meu Estado, porque essa medida tem um impacto violento no Estado de Goiás, em Minas, no Rio de Janeiro e todos aqueles que tem incentivo. Acho que isto estamos começando uma reforma tributária. uma reforma tributária não pode ser feita dessa maneira.

Com licença, Senador. Eu estudei bastante porque isso tem um impacto. Nos Estados que estão se industrializando, não está havendo a desestruturação

desses Estados. É uma maneira permissiva que nós vamos ter que, então... Acho que é um viés da reforma tributária por um caminho que não vai ser por aí. Nós vamos ter que ouvir todo mundo. O meu Estado não pode ficar fora de maneira nenhuma.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Na reunião do Confaz, ficou combinado que o Secretário da fazenda da Bahia, que é o que está convidado, de certa forma, representaria a posição do Confaz. Ele é o Secretário do estado da Bahia, que representa o Confaz. Essa primeira rodada de convite é exatamente para levantar o tema e ouvir o Confaz, o Ministério da Fazenda... V. Ex^a veja que não estou nem convidando o Ministro da Fazenda, porque ele vai ser convidado em uma etapa posterior, junto os Governadores.

Então, eu pediria que nós pudéssemos iniciar esse debate e, a partir do início do debate, nós iríamos complementar com outros estados, outras questões vão aparecer. Se trouxermos dez pessoas, na verdade, vai terminar não sendo produtiva a discussão. Então, tanto a questão de Goiás quanto a questão do Pará, ficamos com o compromisso de inserir no debate, ou político, ou com o Governador, ou com o Secretário da Fazenda na segunda rodada, quando a gente traria outras pessoas. Mas já tem cinco. Se chamarmos mais de cinco, na verdade, terminamos não tendo uma posição...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas teríamos, então, que ter um outro requerimento para outra etapa, porque não pode morrer aí.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Nós não vamos votar uma resolução como essa ouvindo só essas pessoas. Esse, na verdade, é o início de um processo de organização tributária. É uma reforma tributária que vamos fazer; é um passo importante pela base. É a reforma tributária fatiada. Esse projeto é importante, de interesse do Governo, de interesse dos Estados, de interesse do País. Nós vamos ter que ajustar, o meu projeto dá alíquota zero. Vamos ter que ajustar a alíquota, vai ter que haver uma transição, não vai ser uma coisa do dia para a noite; vai ter que colocar fora alguns setores, como o setor de energia e alguns setores que tem problema. Então. Nós sabemos que estamos iniciando um procedimento. Então, quero tranquilizar os Estados, tranquilizar os Senadores registrando que nós vamos ter um amplo debate aqui. Todos terão direito de colocar suas questões, de trazer os convidados. Nós queremos construir uma

solução boa para o Brasil sem prejudicar nenhum Estado da Federação.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Senador Presidente, reforçando apenas o argumento do Senador Romero Jucá, nesta oportuna proposição, todos os Estados exportadores, com é o caso do Rio Grande do Sul. A guerra fiscal está instalada. O Rio Grande do Sul já perdeu várias indústrias de calçados para o Nordeste e indústria de outros setores pra outros Estados que concedem incentivos fiscais. Por ser, também, um Estado exportador de produtos primários, produtos agrícolas, commodities e exportação de carne, também é penalizado. Mas, estando próximo do Mercosul, sofre, também, com a importação de arroz, agora na hora da safra, é, também, subsidiada, a rigor, com o recurso, com isenção de tributos e o Estado é penalizado, ou os produtores rurais.

Então é absolutamente oportuno, dentro desse limite técnico para discussão, que se inicia, como disse o Senador Romero Jucá, uma digamos, reforma tributária – agrária nós precisamos também – fatiada, que extremamente urgente nesse momento de câmbio defasado, de logística deficitária e de uma guerra fiscal instalada no Brasil.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias. Depois, Senador Flexa Ribeiro, Senador Casildo Maldaner, Senador Benedito de Lira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, só para me associar e destacar a importância desse tema. Quero parabenizar o Senador Romero Jucá. Nós estamos com um problema que é real no País: a pressão desse câmbio sobre a indústria, com a desvalorização da moeda americana e da moeda chinesa. Nós estamos com um problema nas exportações. E essa é só uma grande brecha: com uma guerra fiscal no meio de tudo isso, facilitando a entrada de produtos importados e prejudicando a nossa indústria, acho que este Senado Federal tem que se dedicar ao tema.

Nós temos que, de uma vez por todas... Por isso que eu o parabenizo. Esses são os grandes projetos, Senador Romero Jucá, desta Casa – e eu me associo a V. Ex^a, que disse o mesmo. É um dos grandes desafios nossos: a questão do câmbio, da inflação. Eu acho que o Banco Central tomou uma medida extremamente correta, no seu último relatório trimestral da inflação, ao colocar a busca do centro da meta para 2012. A preocupação da inflação é uma preocupação central do Governo. Mas, no momento em que a indústria en-

frenta essa dificuldade com o câmbio, dificuldade de exportar seus produtos, por essa competição, imaginem aumentar a taxa de juros de forma tal a chegar ao centro da meta este ano. Nós íamos derrubar a atividade econômica neste País.

Nós estamos aí com a reunião do Copom acontecendo, eu acho que a autoridade monetária vai tomar a decisão correta. Ninguém está aqui descuidando da inflação. A Presidenta Dilma tem falado sempre, nas suas intervenções, sobre o cuidado com a inflação. Agora, o relatório trimestral da inflação, também acho que foi muito feliz ao entrar na caracterização das causas da inflação: uma parte vinculada, logicamente, ao preço internacional das commodities, as questões sazonais e há uma inflação de demanda também. Mas creio que temos que ter um cuidado muito grande para não derrubar a economia neste momento de grande dificuldade da indústria no nosso País.

Então, só quero parabenizar o Senador Romero Jucá e dizer que estamos, todo o Senado Federal, atento a essa proposta, e seria muito importante tomarmos uma decisão com mais brevidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Senador Flexa, depois o Senador Casildo e Senador Benedito de Lira. A não ser que o Senador Romero Jucá queira fazer um debate qualificado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, Senador Delcídio, eu volto para novamente dizer que o Senador Jucá traz a debate um tema da maior importância. E eu gostaria que ele, como Líder do Governo, pudesse trazer ao Congresso Nacional, a discussão, a questão da reforma tributária por inteiro. Não dá para a gente ficar discutindo de forma fatiada a questão da reforma, que é o que a gente tem feito aqui ao longo de todo o tempo, desde o governo passado. E, quando me refiro ao governo passado, é o governo do PSDB, governo do PT. E o Brasil precisa que o Congresso e o Executivo parem, para que possa ser feita uma reforma realmente e que possamos diminuir a carga tributária. Tivemos aqui uma comissão, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, com o Senador Dornelles, que concluiu um trabalho. Esse trabalho acho que foi para os arquivos do Senado, não evoluiu.

Então, Senador Jucá, eu próprio tenho um projeto que deve estar parado em alguma gaveta aqui no Senado sobre o Confaz. Estou recebendo aqui o PLS 240/06, que foi aprovado na CCJ. Onde é que se encontra? Está na CI, com o Senador Dornelles. Pedi para aprovar, que é a questão sobre a unanimidade do

Confaz. Todos sabemos que, no Confaz, para aprovar qualquer política de incentivo, tem que ser por unanimidade. Se algum não concordar, o Estado proponente fica impossibilitado de ter a sua política de incentivo à industrialização aplicada.

Não sei se esse seu projeto, o que V. Ex^a traz à discussão, vai ter que passar também pela análise e aprovação do Confaz ou não. Não passará pelo Confaz. Graças a Deus, porque, se passasse, os Estados que já aplicam o incentivo diriam não e aí todo o esforço nosso estaria perdido.

Então, temos que começar a rever toda a legislação, toda essa questão de carga tributária, para que o Brasil possa ter maior liberdade de crescimento. E, aí sim, a indústria brasileira ter competitividade, porque o que nós vemos é que os encargos dos produtos que estão chegando ao Brasil vêm com condição de competição muito maior do que os que são produzidos aqui. Aí não tem jeito para a indústria brasileira.

O que acontece? As indústrias brasileiras estão indo se instalar lá fora e exportando para cá. São produtos brasileiros fabricados em outro país para serem vendidos a brasileiros no Brasil.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O que agrava o problema interno de guerra fiscal, que passa a ser um detalhe diante da fuga de empresas de fundição, de empresas produtoras de latas de alumínio, de alumínio, fora do País; no Rio Grande do Sul, de peças e autopeças de moto, indo para a China todas porque as condições competitivas de produção são muito melhores, e o câmbio é uma peça fundamental também, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Ana Amelia, são os brasileiros aproveitando a situação e produzindo lá fora para o Brasil.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cacildo Maldaner e depois o Senador Benedito de Lira, para nós encaminharmos a votação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ficando mais na questão interna, nesse rol todo, é claro que o Senador Romero Jucá, ao apresentar essa proposta, foi – deve ter sido – inquirido pelos governadores, secretários de fazenda. Isso, na verdade... Hoje no Brasil existe uma espécie de balbúrdia no bom sentido. Existe isso. Há uma intranquilidade, Presidente Delcídio.

Como o Senado representa os Estados, vai tentar buscar uma regulação que venha a normatizar, a harmonizar esse questão.

A Senadora Ana Amélia levantou há pouco que várias empresas do Rio Grande do Sul, em função de incentivos, é claro, já se deslocaram para outros lugares no Brasil. Aí fica a intranquilidade. Na última sexta-feira, em Xapecó, quando fazia palestra sobre reforma tributária, jovens empresários de Santa Catarina me questionaram sobre uma pequena indústria de carros e jeeps, carros pequenos, que está iniciando em Joinville, em Santa Catarina. Ela iniciou suas atividades há dois, três anos e agora a imprensa divulgou que ela está indo para a Bahia, está saindo.

Quer, dizer, iniciou com tecnologia avançada, o que era uma questão de honra para os catarinenses... Ele me perguntavam por que ela ia para a Bahia. Até brincavam: "O que é que a baiana tem que a santa não possui?" O que a Bahia tem que nós não possuímos? O que é que a Bahia tem e Santa Catarina não tem?

Esse questionamento é presente. Aí a razão de nós discutirmos isso e começarmos a encontrar o melhor caminho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cacildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O Senado Federal, realmente, está trazendo à discussão, com essa proposta do Senador Romero, os grandes temas nacionais. Esse é um grande tema nacional; é o tema que vai tratar da economia exatamente para que a gente possa ter, senão igualdade entre os Estados, mas, pelo menos, uma posição diferente da que temos hoje.

Cito como exemplo quando nós abrimos a barreira... É interessante que continuemos com a barreira aberta para o comércio internacional, mas que a gente não apenas os perdedores. O Brasil tem, realmente, perdido muito, pelos seus Estados, no que diz respeito à exportação.

Meu Estado, por exemplo, Sr. Presidente, Alagoas, hoje é o terceiro ou quarto produtor de açúcar e álcool do Brasil, mas nosso produto principal, que é o açúcar, não circula, não vem para o Brasil. Nós o vendemos internamente e temos a quota de exportação. Nossa alíquota na quota de exportação é zero. O Estado perde consideravelmente com. Com essa resolução – tenho certeza absoluta – que vamos encontrar os caminhos para atender à demanda dos Estados brasileiros. Espero que meu Estado possa melhorar sua performance no que diz respeito à arrecadação do ICMS.

Por isso, eu queria cumprimentar o Senador e, conseqüentemente, cumprimentar V. Ex^a, que vai ser o relator dessa matéria. Tenho certeza de que teremos um belo relatório e que V. Ex^a vai olhar para os Estados

como um todo. O início dessa caminhada, no que diz respeito à reforma tributária, tenho certeza absoluta de que vamos buscar os caminhos.

Por isso, eu queria cumprimentar o Senador Romero e dizer que é interessante que continuemos trazendo os grandes temas para discussão, nesta Comissão e no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Portanto, para encaminhar, em caráter excepcional, porque nós, agora, temos os atos que disciplinam a questão dos requerimentos, passo a ler o requerimento do Senador Romero Jucá.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE.

Requeiro a V. Ex^a, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública neste órgão técnico, com a participação do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Barbosa; do Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária, Confaz, Sr. Carlos Martins Marques de Santana; do Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo, Sr. Maurício César Duque; do Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Sr. Andrea Calabi; e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Robson Andrade, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Em votação o requerimento.

Se todas as Srs. Senadoras e todos os Srs. Senadores estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Romero Jucá.

Então, na terça-feira, às 10 horas, nós faremos essa audiência pública com os convidados aqui apresentados.

Quero, também, aproveitar para ler, para votar depois, dentro dos atos, o requerimento do Senador Romero Jucá.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública por esta Comissão, juntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional, a fim de discutir a situação atual do tráfego aéreo no País, as condições da estrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da

modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional – Copa do Mundo e Olimpíadas, que serão realizados nos próximos anos no País.

Apresentamos, para tal, os nomes dos seguintes convidados:

– Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero;

– Sr. Carlos Eduardo Pelegrino, Diretor Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);

– Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC).

Portanto, vamos votar este requerimento na próxima semana, dentro do que os atos determinam; ele é muito pertinente, porque a situação aeroportuária brasileira é lamentável.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, considerando que as pessoas elencadas pelo Senador Romero Jucá, elas vão tratar do assunto que diz respeito à infraestrutura, possivelmente, do sistema aeroportuário, eu perguntaria ao Senador Romero, que é autor do requerimento, se não seria interessante também convidarmos o Ministro dos Portos para integrar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, são só os terminais aeroportuários, os aeroportos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Nós podemos discutir os portos em outra oportunidade, porque aí convidaríamos o Ministro dos Portos e o Ministro dos Transportes, porque os portos marítimos é da Secretaria dos Portos; os portos fluviais é com o Ministro dos Transportes. Então, ficaria para uma outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas esse requerimento, no meu entender, é somente para os aeroportos, Senador Benedito de Lira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o requerimento do Senador Jucá prevê uma audiência conjunta de que comissões, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – De Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E a de Infraestrutura, ela vai fazer isolada, amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estará fazendo amanhã. O ideal era juntar todas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Como sempre, o Senador Jucá tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem razão.

Não havendo mais matéria a discutir, dou por encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agradecendo aos Srs. Senadores, às Sras Senadoras, às Assessorias e também à imprensa.

Casa cheia hoje, apesar do feriado de Semana Santa. Limpamos a pauta, votamos todas as matérias e já nos preparamos para as próximas semanas.

Aproveito para desejar Feliz Páscoa a todos.

Muito obrigado.

Até a próxima terça-feira, às 10 horas da manhã.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia treze de abril de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, João Ribeiro, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião e Gim Argello.

Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011** Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 31/03/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que recebeu Parecer pela prejudicialidade. Em 06/04/2011, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que recebeu Parecer pela rejeição. **Resultado:** **Concedida vista coletiva, nos termos regimentais.** **ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2003** Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia. **Autoria:** Deputado Euler Moraes. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2007** Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Contrário aos Projetos. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado:** **Retirado de Pauta para reexame do Relatório.** **ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2010** Dispõe sobre o fomento à capacitação tecnológica da população e seu financiamento. **Autoria:** Deputado Ariosto Holanda e outros. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa. **Resultado:** **Retirado de Pauta para reexame do Relatório.** **ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 2005** Altera o § 2º do art. 230, para acrescentar-lhe os incisos I e II, na Constituição Federal (programa de amparo aos idosos). **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** **Adiado.** **ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2008** Confere interpretação autêntica ao art. 70, caput, e ao art. 58, I e III, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõem sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. **Autoria:** Senador José Sarney. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com quatro Emen-

das que apresenta. Em 06/04/2011, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Em 06/04/2011, foi concedida vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais, que não apresentaram manifestação. **Resultado:** **Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ.** **ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2008** Acrescenta parágrafo ao art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre leilão de veículos de motoristas alcoolizados. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Em 06/04/2011, foi concedida vista aos Senadores Magno Malta e Jorge Viana, nos termos regimentais, que apresentaram Voto em Separado, que conclui pela aprovação do Projeto. **Resultado:** **Retirado de Pauta para reexame do Relatório.** **ITEM 7) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 2010** Acrescenta 2 (dois) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Em 12/04/2011, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** **Adiado.** **ITEM 8) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2008** Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais. **Autoria:** Senador Lobão Filho. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2008** Regulamenta o dano moral e a sua reparação. **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos. **Resultado:** **Concedida vista ao Senador Pedro Simon, nos termos regimentais.** **ITEM 9) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006** Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de

Assuntos Econômicos. Durante a discussão o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresenta sugestão à Emenda Substitutiva, acatada pelo Relator, Senador Marcelo Crivella. **Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 310, de 2006. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. EXTRAPAUTA: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2011 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), define jurisdições e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a finalidade de tratar da questão de segurança nas escolas brasileiras, envolvendo toda forma de ilícitos, tais como: porte de armas, uso e tráfico de entorpecentes, rixas, ameaças, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, estupro, bullying e uso de bebidas alcoólicas. Para debater o tema proposto, solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: um representante do Ministério Público do Distrito Federal; um representante do Ministério da Justiça; um representante do Ministério da Educação; secretários de segurança pública dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal; e diretor(a) da Escola Municipal Tasso da Silveira, do município do Rio de Janeiro.” **Autoria:** Senadores Marcelo Crivella, Eunício Oliveira, José Pimentel, Inácio Arruda e Senadora Marta Suplicy. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às doze horas e dezenove minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vejo que V. Exª já patrocinou o importante acordo com o nosso Deputado Ariosto Holanda. A matéria... Parece que, de ofício, V. Exª está retirando de pauta o Item 3 da pauta, que é muito significativo, e acho que é assim que devemos proceder. V. Exª já patrocinou o acordo, e acho que é muito importante para que a gente possa aprimorar mais ainda o projeto.

Não em substituição, mas de grande importância para nós todos no Ceará, estou relatando o PLC nº 3, de 2011. Nós concluímos o parecer, e rogo a V. Exª, se houver anuência de todos, que a gente possa incluir como projeto extrapauta e analisar, porque tem muito impacto para a questão do trabalho no Estado do Ceará. V. Exª tem tido muito zelo com este projeto e muita atenção. Agora o relatório está pronto. Se for possível, gostaríamos de vê-lo aprovado, se V. Exª permitir que ele entre na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, o Item 3 da pauta, PLC nº 120, de 2010, é um relatório também da lavra de V. Exª, extremamente importante para a questão do avanço em várias questões da ciência e tecnologia. O Deputado Ariosto Holanda, que vem hoje ao plenário, faz um entendimento com o Governo para que voltemos com este projeto na próxima semana. Então V. Exª vai ter tempo de fazer esta negociação com o Ministro Aloizio Mercadante e obviamente com a Liderança do Governo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª.

O item a que V. Exª se refere já está constando aqui como extrapauta. Portanto, V. Exª permaneça até o final da reunião, porque ele será obviamente o item que vai entrar como extrapauta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se entrar extrapauta eu peço preferência, Presidente, pela relevância.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno darei a palavra a V. Exª para que faça isso.

Senador Luiz Henrique, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, V. Exª me designou para relator do projeto de lei do Senador Pedro Taques, relativamente ao fuso horário do Estado do Acre. Igualmente fui designado pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, ex-Presidente Fernando Collor, e da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral.

Eu pediria a V. Ex^a que, em articulação com os dois presidentes dessas comissões, designe, se possível, para a semana logo após a Páscoa, para que eu possa apresentar o relatório que já está pronto e sendo encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quando a Presidência o designou já sabia da celeridade que V. Ex^a daria a este caso.

Senador Petecão, eu só pediria um minuto para que a gente desse início aos trabalhos, porque, ao abrir a sessão, o Senador Inácio Arruda pediu a palavra pela ordem e eu não tive a oportunidade ainda de propor a dispensa da leitura da ata.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O pedido de dispensa de leitura da ata foi feito pelo nosso Vice-Presidente e ilustre Senador pelo meu Estado do Ceará José Pimentel.

Coloco em votação a ata da reunião anterior, que foi distribuída aos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da reunião anterior.

Pela ordem, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Só para parabenizar o Senador Luiz Henrique, que entendeu o nosso apelo e, com a sua sensibilidade, chamou para si essa responsabilidade de relatar essa matéria, que é de suma importância para o povo acreano, para resolver de uma vez por todas. Se Deus quiser iremos trazer o nosso horário de volta.

Parabéns a V. Ex^a por essa escolha. Quero agradecer de público ao Senador Luiz Henrique.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão, isso foi um acordo de líderes desta Comissão e deste Plenário. Portanto, coube a esta Presidência dar seguimento ao entendimento e, tão logo o Senador Luiz Henrique nos entregue o relatório que acaba de anunciar que já está pronto, iremos fazer uma sessão conjunta, já em entendimento com os outros dois Presidentes, para debater esse importante tema que V. Ex^a com tanto brilhantismo tem procurado aqui afirmar ao povo do seu Estado, o Acre.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item I da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011. Não terminativo. Altera o procedimento de apre-

ciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

Relatoria: nobre Senador e ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves.

As observações do relatório de V. Ex^a são que: no dia 31 de março de 2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que recebeu relatório pela prejudicialidade.

Em 6/04/2011, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que recebeu o relatório pela rejeição.

Portanto, este relatório coube ao Senador Aécio Neves, a quem concedo a palavra para proferir aqui um relatório que, além de representar o seu pensamento, vai representar o pensamento do Senado e vai, obviamente, colocar a sua experiência com ex-Presidente da Câmara dos Deputados, no momento em que as medidas provisórias foram ali discutidas.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eunício, ilustre Presidente desta Comissão, companheiro que foi na Câmara dos Deputados, inclusive do início do processo de transformação da tramitação das medidas provisórias. Sr^{as} e Srs. Senadores.

Antes, ilustre Presidente, de passar à leitura do meu relatório, faço apenas uma breve introdução, chamando a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores em relação à importância daquilo que estamos hoje tratando.

Há um consenso nesta Casa, onde, além da responsabilidade de sermos ou da oposição ou da base, está a compreensão de que o Poder Legislativo hoje caminha, em grande parte, a reboque das intenções ou das ações do Poder Executivo, qualquer que seja ele. Faço justiça porque este não é um processo que se inicia neste Governo ou mesmo no Governo anterior, mas, desde a criação do instituto das medidas provisórias, na Constituinte de 1988, estávamos vivendo um processo de distorção da representatividade ou da importância do Poder Legislativo.

Apenas fazendo aqui uma rápida recuperação histórica, a medida provisória nasce para substituir o decreto-lei utilizado de forma reiterada pelo regime militar, mas nasceu com uma grave distorção, porque não trazia no seu bojo, na sua consolidação, e foi uma falha que nós, Constituintes de 88, temos que reconhecer, uma falha nossa, ela não trazia a obrigatoriedade da sua votação, fosse pelo Plenário da Câmara ou do Senado. O que ocorria de forma muito clara e objetiva é que as medidas provisórias eram reeditadas sucessivamente. Elas tinham, inicialmente, um prazo

de validade de trinta dias, mas, findo este prazo, eram reeditadas sucessivamente, sem qualquer necessidade de manifestação do Poder Legislativo. Isso significava, em suma, que o Poder Executivo absorvia a responsabilidade de legislar do Poder Legislativo.

Em face disso, no entendimento do qual me orgulho de ter participado e de alguma forma coordenado como Presidente da Câmara, numa intensa negociação com o Poder Executivo de então e com o próprio Presidente Fernando Henrique, vencemos a primeira etapa, fizemos a primeira modificação estrutural na tramitação das medidas provisórias, estendendo o prazo de validade para 60 dias, prorrogáveis automaticamente por mais 60, portanto, garantindo um prazo de 120 dias. Ao fim desse prazo, a medida provisória trancava a pauta, obrigando a sua votação.

A nossa intenção naquele instante era, com isso, com a obrigatoriedade da votação, criar junto ao Poder Executivo uma certa parcimônia, uma cautela maior na edição de medidas provisórias ou a opção, em muitos casos – era o que esperávamos –, por projetos de lei, mesmo com urgência urgentíssima, até por que, na minha avaliação, a medida provisória deve ser a exceção e não a regra, como infelizmente continua ocorrendo hoje nas mais diversas matérias.

Depois dessa negociação avançamos. As medidas provisórias passaram, portanto, a ter essa nova tramitação que vigora até hoje. Mas ela traz também as suas distorções, que buscamos aqui corrigir. Então, eu resumiria, Presidente Eunício, que vencemos a primeira etapa no ano de 2001, com a obrigatoriedade da votação das medidas provisórias. Precisamos agora vencer a segunda etapa e, concluída essa etapa para a qual tenho a enorme confiança de que teremos aqui o apoio da maioria dos Srs. e das Sras Senadoras, vamos recolocar o Congresso Nacional na posição em que deve estar, de Poder independente e altivo, e não dependente e caudatário das iniciativas de um outro Poder.

Um dos efeitos colaterais percebidos por todos nós e objeto de manifestações as mais variadas no Plenário do Senado Federal é o pouco tempo que o Senado da República vem tendo para discutir efetivamente o mérito das medidas provisórias. Hoje mesmo temos uma medida provisória na pauta cujo prazo de validade expira daqui a dois dias. Portanto, teremos de votar essa medida provisória hoje, sob o risco de seus efeitos não vigorarem mais.

Então, a primeira correção proposta pelo Presidente Sarney, e logo em seguida passo a ler o meu relatório, é que garante um prazo maior para que o Senado possa também discutir adequadamente o mérito das medidas provisórias.

Estendo esse prazo na Câmara, que era de 55 dias, segundo a proposta do Presidente Sarney, para 60 dias. Se nesse prazo de 60 dias a medida provisória, Senadora Marta, não for aprovada pela Câmara dos Deputados, ela perde a sua validade e, portanto, estabelecemos um prazo mais rígido para a Câmara, ficando os 50 dias subseqüentes para a análise do Senado Federal, que, da mesma forma, se não validar, aprovar, a medida provisória perde os seus efeitos, ficando os 10 dias restantes para o retorno à Casa iniciadora, no caso de emendas terem sido apresentadas.

Achei adequado que não estendêssemos o prazo, hoje estabelecido em 120 dias, para a sua tramitação final na Câmara. Mas introduzo, Sr. Presidente, e chamo a atenção das Sras e dos Srs. Senadores para esses aspectos. Na verdade, recorro à Constituição e de alguma forma retorno à vontade, ao sentimento do constituinte de 1988, quando, ao criar o instituto das medidas provisórias, estabeleceu que elas deveriam cumprir os requisitos de relevância e urgência para que tivessem a sua admissibilidade aprovada pelo Congresso Nacional.

Então, com base nos aspectos positivos que hoje assistimos em relação a vários aspectos da tramitação das MPs, mas, em especial, com o objetivo de corrigir os aspectos negativos, antecipo, propondo, no meu relatório, a criação de uma comissão mista permanente, Câmara e Senado, responsável por julgar e avaliar se a medida provisória cumpre os requisitos, os pressupostos constitucionais da relevância e urgência. E, o que é, a meu ver, mais importante, os efeitos da medida provisória passam a vigorar após a aprovação da sua admissibilidade. Esta Comissão terá um prazo de três dias para o julgamento e, portanto, para a aprovação ou não da medida provisória. Se a Comissão não se manifestar imediatamente, há a transferência dessa responsabilidade para o Plenário, um recurso automático ao plenário, que terá um prazo também de três dias para se manifestar.

No caso da aprovação da medida provisória pela Comissão em relação a sua admissibilidade ou mesmo da sua negação, há possibilidade de recurso, desde que respaldado por $\frac{1}{4}$ dos Srs. Congressistas. Portanto, um quórum qualificado que obviamente selecionará de forma clara e positiva esses recursos.

Portanto, Sras e Srs. Senadores, esses eu destacaria como os aspectos centrais dessa modificação estrutural na tramitação desse instrumento essencial à governabilidade, mas que não pode continuar a ser utilizado de forma tão pouco criteriosa como vem sendo, repito, não apenas por este Governo, pelo Governo passado, mas pelos vários governos.

Encerro esta minha introdução, Sr. Presidente, até para dar um testemunho. É muito importante nós nos respaldarmos no que acontece no dia a dia e nos exemplos reais.

Criou-se, desde que estabelecemos em 88 o instituto das medidas provisórias, uma verdadeira usina de geração de medidas provisórias dentro do próprio Governo, repito, de todos os governos.

Os próprios Ministros de Estado... Eu estive, por oito anos, muito próximo do Governo que antecedeu o Governo do PT. Isso continua no Governo do PT, mas a lógica é a mesma. Os Ministros, os Secretários ligados à Presidência da República buscam sempre o caminho mais próximo da medida provisória para solucionar questões internas das áreas sob sua responsabilidade, na verdade, deixando de utilizar o instrumento do projeto de lei, mesmo que com urgência urgentíssima, que me parece o mais adequado. Repito: a medida provisória é necessária, é importante, mas deve ser exceção e não a regra, como ocorre hoje. Com essa reconstrução nós concluímos aquela alteração iniciada no ano de 2001, que já foi positiva, mas que demandava essa complementação.

Portanto, se aprovarmos esse relatório, nós estaremos não só garantindo ao Governo Federal, ao Poder Executivo, tranquilidade para exercer o instituto da medida provisória quando necessário, mas sobretudo estaremos fortalecendo o Congresso Nacional, garantindo as prerrogativas desta Casa que, na verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, não nos pertence. Todos nós, Deputados e Senadores, somos eleitos para garantir e preservar as prerrogativas do Poder Legislativo, somos delegados para cumprir essa missão.

É nesse sentido, com essa intenção, que se coloca muito além da situação – repito – de sermos governo ou oposição, que recorro à iniciativa que tive quando era Governo, quando fazia parte da base de apoio do Presidente Fernando Henrique como Presidente da Câmara. Foi ali que tomei a iniciativa de iniciar a correção dessas distorções. É com esse mesmo sentimento que retorno, agora no Senado Federal, com a proposta que complementa essa transição em favor do Poder Legislativo, da democracia e, certamente, de forma muito especial, dessa geração de Parlamentares que têm responsabilidade de corrigir essas distorções.

Passo, Sr. Presidente, à leitura do relatório.

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, de autoria do ilustre Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, cuja ementa é acima transcrita.

A proposta estabelece a seguinte sistemática para tramitação das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE.) – Só para pedir um pouco de silêncio aqui à assessoria.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Eu agradeceria se pudesse nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE.) – Há um orador na tribuna, um Senador está na tribuna lendo um relatório importante.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Eu agradeço, Sr. Presidente, e agradeço aos assessores que nos ajudam a concluir o trabalho:

a) Publicada a matéria, a Câmara dos Deputados terá até 55 dias... Refiro-me à PEC apresentada pelo ilustre Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney. Publicada a matéria, a Câmara dos Deputados terá até 55 dias para apreciá-la, entrando a proposição em regime de urgência e sobrestando todas as demais deliberações legislativas da Casa após 45 dias, até que se ultime a votação;

b) Aprovada a matéria pela Câmara dos Deputados, ela será enviada ao Senado Federal, que terá igual prazo para concluir sua apreciação, aplicando-se o mesmo regime de urgência e sobrestamento da pauta;

c) Havendo emendas no Senado Federal, a medida provisória retornará à Câmara dos Deputados para apreciação dessas até o prazo final de vigência do ato.

d) Caso a Câmara dos Deputados não examine a medida provisória no prazo, a matéria será remetida, no estado em que se encontrar, ao Senado Federal, que terá até 55 dias para apreciá-la, entrando a proposição em regime de urgência e sobrestando todas as demais deliberações legislativas da Casa após 45 dias, até que se ultime a votação.

Faço aqui apenas um parêntese para dizer que também fiz uma modificação nessa alínea, porque, na proposta do Presidente Sarney, cuja intenção é a mesma nossa, poderia acontecer um caso inusitado: se a Câmara dos Deputados, no prazo de 55 dias, não coloca em votação a medida provisória, e ela vai ao Senado e, no prazo de 55 dias, sem que a Câmara tenha discutido a matéria, o Senado da República vota, aprova e emenda, quando essa matéria retornar à Câmara, ela não poderá mais impor nenhuma modificação, apenas terá de aprovar ou não as modificações do Senado. Nós teríamos uma situação que me pareceu esdrúxula de apenas uma das Casas do Congresso Nacional ter discutido, no mérito, efetivamente a matéria.

No meu substitutivo, cuja leitura farei em seguida, busco sanar esse problema, garantindo um prazo de 60 dias para a Câmara dos Deputados. Se a Câmara, nes-

se prazo de 60 dias, não analisar e não votar a medida provisória, ela perderá seus efeitos. Na verdade, nós antecipamos aquilo que vem ocorrendo hoje no prazo de 120 dias para o prazo 60 dias, garantindo que cada Casa cumpra os prazos estabelecidos, sem prejudicar, obviamente, a discussão na Casa vizinha.

Na hipótese do item anterior, por exemplo, falando da alínea e:

e) A Câmara dos Deputados manifestar-se-á logo após a deliberação do Senado Federal, observado o prazo de vigência da medida provisória, quando poderá – exatamente o que eu disse – aprovar ou rejeitar a medida provisória e as emendas desta Casa, vedada a inclusão de novas emendas.

Seria o caso de a Câmara dos Deputados, portanto, não participar da discussão efetiva, não ter a possibilidade de apresentar emendas à medida provisória.

Além disso, a PEC extingue a necessidade de prorrogação do prazo de validade das medidas provisórias, mantendo, entretanto, a sua vigência total em 120 dias – o que mantenho no meu relatório – e elimina a Comissão Mista encarregada de examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, o que também faço, já que essa iniciativa tem se mostrado, Sr. Presidente, absolutamente sem sentido. Nós não tivemos... Para dizer que tivemos, em todos esses anos, apenas uma comissão se reuniu, que foi a do salário mínimo, e mesmo assim não votou a matéria. Portanto, as comissões formadas ou constituídas para discussão das medidas provisórias não têm tido o efeito que, julgávamos, deveria ter. Portanto, estamos extinguindo esse mecanismo absolutamente inócuo hoje.

Explicam os ilustres autores – mais uma vez me refiro à PEC apresentada pelo Presidente Sarney, à qual foram apensadas outras – “que a presente Proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo o aperfeiçoamento dos procedimentos de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional, tendo em vista a preservação da legitimidade do processo legislativo” e lembram “que a prática tem demonstrado que a atual sistemática de edição e análise das medidas provisórias restringe a atuação das duas Casas Legislativas ao exame desse instrumento normativo que, excepcionalmente [grifo, excepcionalmente], confere ao Presidente da República o poder de legislar, atribuindo-lhe função própria do Parlamento”.

Registram ainda os signatários da proposta que “a mudança mais significativa trazida é aquela que diz respeito aos procedimentos de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional”.

Com efeito, durante o prazo de 120 dias de vigência da medida provisória, as duas Casas Legislativas

terão garantidas, de forma equânime, as suas prerrogativas no decorrer do processo legislativo”, proposta que inspirou também o nosso substitutivo.

A proposição, senhoras e senhores, recebeu duas emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, pretende inserir a previsão de que a medida provisória somente terá força de lei após a aprovação da sua admissibilidade pelo Congresso Nacional, bem como disciplinar os procedimentos para tal.

A Emenda nº 2, do Senador Vital do Rêgo, busca estabelecer que as medidas provisórias que disponham sobre matéria orçamentária sejam encaminhadas previamente ao seu exame pelos Plenários das Casas do Congresso Nacional à análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Passo, portanto, à análise da proposta.

Cabe a esta Comissão, Sr^a e Srs. Senadores, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, proceder a análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista da admissibilidade, a proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, preenche o requisito do art. 60, inciso I, da Constituição, sendo assinada por mais de 1/3 dos membros desta Casa.

Ademais, a proposta observa a regra constitucional que veda a emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa e tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, inciso I, §§ 1º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, § 1º e 2º, e 363 do Regimento Interno do Senado Federal).

Também não incorre na proibição prevista no art. 371 do Regimento Interno do Senado Federal, em razão de a proposta não visar a alteração de dispositivos sem correlação entre si.

Vamos ao mérito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

No tocante ao mérito já é consenso nesta Casa a necessidade de alteração das normas de tramitação das medidas provisórias estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, promulgada quando tínhamos a honra de presidir a Câmara dos Deputados.

É certo que à época a alteração da sistemática representou um grande avanço em comparação com a situação anterior, quando a reedição mensal das medidas provisórias, seu reduzido prazo de vigência de 30 dias e a obrigação de sua votação em sessões

conjuntas na prática impediam a sua votação e as eternizavam.

Foi aquilo que disse anteriormente, apenas porque chegaram aqui outros Senadores. Nós não tínhamos a possibilidade de discussão das medidas provisórias no Congresso. Elas eram reeditadas sucessivamente.

Eu me lembro, para ilustrar isso, de que, quando assumi, em 2001, a Presidência da Câmara, as medidas provisórias do Plano Real, publicadas no ano de 1994, que conceberam ou viabilizaram o Plano Real, nem sequer tinham sido discutidas pelo Congresso, o que acontece até hoje. Não sei se todos sabem, mas nós ainda não observamos e votamos as medidas provisórias do Plano Real e uma série de outras anteriores ao ano de 2001.

Ou seja, o que ocorria é que, efetivamente, o então vigente procedimento de tramitação de medidas provisórias possibilitava o que todos sabemos: que o Poder Executivo legislasse sem qualquer participação do Poder Legislativo no processo.

Impõe-se, entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, dar um passo adiante e é para isso que chamo a atenção dos meus nobres pares, nesse momento em que o País se encontra em plena estabilidade institucional e a inovação legislativa não exige a urgência de tempos mais difíceis. Trata-se, ademais, de modificar a sistemática de tramitação das medidas provisórias, amadurecer a própria relação entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional, ampliando a responsabilização mútua e a participação dos dois poderes na elaboração legislativa, como exige a Constituição e, infelizmente, não vem ocorrendo hoje.

Esse tema já foi objeto de inúmeras manifestações dos membros desta Casa. Os fatos recentes, quando medidas provisórias tiveram que ser votadas de afogadilho ou rejeitadas por esta Casa, por absoluta carência de tempo para discuti-las a contento, só reforça o fato.

E lembro que à tarde estaremos todos juntos no Plenário para votar mais uma medida provisória, cujo prazo de validade finda nas próximas 48 horas.

Assim, em primeiro lugar, é necessário recuperar uma idéia que já chegou a ser aprovada – e chamo a atenção também para esta questão – por unanimidade por esta Casa, quando, em 8 de fevereiro de 2006, votou em segundo turno a PEC nº 72, de 2005, cujo primeiro signatário foi o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi também sugerida na emenda apresentada pelo ilustre Senador Randolfe Rodrigues. Trata-se de prever que as medidas provisórias somente terão força de lei depois de ser consideradas e admitidas pelo Congresso Nacional. Caso contrário a matéria

passaria automaticamente a tramitar como projeto de lei em regime de urgência constitucional.

Portanto preservamos aqui a intenção do Governo, a visão do Governo no sentido da urgência daquela matéria, apenas distinguindo os momentos em que a matéria deve tramitar através de medida provisória ou através de projeto de lei, repito, que deve ser a regra.

Adaptamos aqui o que previa aquela proposição e a Emenda nº 1. Estamos propondo que a medida provisória deverá ter a sua admissibilidade apreciada por comissão mista permanente de Deputados e Senadores, em processo sumário, com recurso para o Plenário do Congresso Nacional ou, durante os períodos de recesso, pela Comissão Representativa, que cumpriria essa função. E só após a sua admissão adquirirá forma de força de lei.

A existência, Sr. Presidente, de uma comissão mista é fundamental, uma vez que se trata de uma manifestação em nome do Poder Legislativo como um todo. E, tendo em vista a urgência com que a matéria deve ser apreciada e a necessidade de vigorar, a partir daí, com força de lei, não haveria como ouvir separadamente as duas Casas quanto à admissibilidade.

A criação da comissão mista é o instrumento mais célere de que dispomos para, repito, no prazo de três dias garantir ou não a admissibilidade daquela proposta. Admitida a medida provisória, entretanto, seria sempre cumprido o princípio constitucional – e esse aspecto também merece a atenção dos Srs. Senadores – de que as matérias de iniciativa do Poder Executivo têm a sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados, de forma a manter a harmonia do texto magno e assegurar o funcionamento do nosso sistema bicameral, que é cláusula pétrea da nossa Constituição, na medida em que é a garantia da perenidade da Federação. Ou seja, a apreciação do mérito da medida provisória iniciar-se-ia sempre pela Câmara dos Deputados.

Eu já havia antecipado ao Presidente Eunício e a alguns outros Senadores e tive o cuidado, Presidente, de conversar com líderes na Câmara dos Deputados e com o próprio Presidente da Câmara, no sentido de que essa iniciativa pudesse também ser acolhida de forma adequada pela Câmara dos Deputados. Portanto, fiz questão de respeitar o procedimento que já existe em todas as matérias de iniciativa do Poder Executivo e que de forma correlata manter-se-ia também em relação às medidas provisórias da Casa iniciadora, a Câmara dos Deputados, e a Casa Revisora, o Senado da República, garantindo agora, a partir desta proposta, um prazo de pelo menos 50 dias para o Senado da República, aprovada a admissibilidade, discutir o mérito.

Impõe-se daí, em nome do mesmo princípio, dividir os prazos de tramitação desse tipo de ato entre

as duas Casas do Congresso Nacional. Nessa divisão, estamos sugerindo, conforme inclusive já constava da citada PEC nº 72, de 2005, dar à Câmara dos Deputados um prazo um pouco mais longo. Em função da estrutura, do número de Parlamentares que obviamente debaterão a matéria, nós estamos sugerindo que, diferente do prazo da PEC, de 55 dias em cada Casa, a Câmara dos Deputados tenha 60 dias para discussão do mérito da matéria, que só passariam a contar após a aprovação da admissibilidade, ficando o Senado da República com 50 dias para essa discussão.

Procura-se aqui permitir que aquela que é a Casa iniciadora e mais numerosa possa, portanto, se desincumbir de sua obrigação sem atropelos. Essa alteração leva também à extinção da Comissão Mista *ad hoc*, encarregada de dar parecer sobre as medidas provisórias que não vêm funcionando. Já alertei os Srs. Senadores de que essa Comissão *ad hoc* não tem tido qualquer eficácia no que diz respeito aos objetivos para os quais foi criada. Portanto, a experiência já mostrou ser preciso, uma vez que esse colegiado nunca funcionou a contento, fazer também essa alteração. Tudo isso vai ao encontro da ideia presente na PEC ora em análise, bem como dos objetivos dos seus eminentes autores.

Parece-nos necessário, entretanto, inclusive como forma de homenagear o sistema bicameral vigente no Brasil, alterar a sistemática adotada na proposta, promovendo de forma completa a divisão dos prazos que aqui proponho entre Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Trata-se, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, de dar às medidas provisórias tratamento similar àquele adotado pela Carta Magna nos projetos de lei que, se rejeitados em uma Casa Legislativa, não vão a outra. Assim, não votar uma medida provisória num prazo estipulado para tal traduzir-se-ia exatamente em rejeitá-la.

Ou seja, o que se propõe? Como tem lugar com todas as demais proposições legislativas, que a tramitação das medidas provisórias em cada Casa do Congresso Nacional seja autônoma, representando um ciclo completo. Apenas introduzo as medidas provisórias hoje no bojo, no conjunto das iniciativas que seguem este rito: matéria rejeitada por uma Casa não vai a outra Casa.

Mantém-se a previsão do sobrestamento da pauta caso a Câmara dos Deputados não vote a matéria em 45 dias e o Senado Federal, em 35, ou seja, o sobrestamento contemplaria o não cumprimento de prazos em cada Casa isoladamente e não como é hoje, com prazo de sobrestamento comum às duas Casas. O prazo é o mesmo, de 120 dias. Hoje a Câmara dos Deputados, de forma peremptória, utiliza praticamente

a totalidade desse prazo, restando ao Senado Federal apenas aprovar, como vem ocorrendo na grande maioria das vezes, ou rejeitar a medida provisória sem tempo para debatê-la.

Além disso, estamos também propondo, como forma de permitir maior flexibilidade para as Casas legislativas, que o sobrestamento da pauta não se aplique a matérias que também estiverem em regime de urgência constitucional. Também é o aspecto que merece observação dos Srs. Senadores.

Adapta-se também o texto do § 10º do art. 62 da Constituição para nele incluir a hipótese de inadmissibilidade das medidas provisórias e para padronizá-lo com a redação dos arts. 60, § 5º, e 67.

Finalmente, aqui buscando inspiração no que propõe o ilustre Senador e correligionário Paulo Bauer em sua PEC nº 8, de 2011, estamos incorporando algumas restrições ao âmbito do material das medidas provisórias, vedando a edição dessa espécie normativa sobre criação ou transformação de cargos, empregos ou funções públicas e criação ou transformação de ministérios e órgãos de entidades públicas que deveriam ou devem tramitar nesta Casa através de projetos de lei, até porque não preenchem, de pronto, os requisitos de relevância e urgência preconizados na Constituição para edição de medidas provisórias.

Trata-se de matérias que, com certeza, podem ser apreciadas através de projetos de lei, nada havendo nelas, repito, que demande o processo excepcionalíssimo das medidas provisórias.

Temos a certeza, Srs. Senadores, de que a aprovação desta PEC irá assegurar o adequado papel desta Casa na apreciação das medidas provisórias, sem, de forma alguma, minimizar o da Câmara dos Deputados como casa iniciadora. E, de outro, fazer com que a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo evolua para um outro patamar no qual a autonomia e a convivência harmônica sejam reforçadas.

Com relação à Emenda nº 1, conforme já comentado acima, seu conteúdo absolutamente correto, e cumprimento mais uma vez o Senador Randolfe, é incorporado ao substitutivo de outra forma mais adequada, mas mantendo o mesmo sentido e intenção do proponente, restando então prejudicada, repito, apesar de ter o seu objetivo acolhido no mérito.

Já no tocante à Emenda nº 2, ainda que reconhecendo a justeza das preocupações prestadas pelo seu ilustre autor, não nos parece que a sistemática lá prevista se harmonize com o procedimento que estamos aqui buscando implementar para o exame das medidas provisórias. A manutenção da análise da espécie normativa pela Comissão Mista de Orçamento quando tratar de abertura de crédito extraordinário

acabará obrigando atrasos em sua tramitação, o que nós não queremos aqui impor.

Voto, portanto, Sr. Presidente, ante o exposto, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, na forma do seguinte substitutivo, restando prejudicada a Emenda nº 1 e rejeitada a Emenda de nº 2.

A proposta aqui está. Pergunto a V. Exª e aos Srs. Senadores se querem que eu leia o texto final do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode-se resumir ao voto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que vou pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ordenar os trabalhos.

Deixem o relator terminar o relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Eu fiz uma consulta a V. Exª, Sr. Presidente. V. Exª me deixou à vontade, então passo a ler o texto do Substitutivo que estou apresentando para que, após concluída esta parte da sessão, os Srs. Senadores possam naturalmente se manifestar.

Portanto, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – este é o texto da Emenda à Constituição e do Senado Federal –, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgo a seguinte emenda ao texto constitucional:

O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias que terão força de lei, depois de aprovada a sua admissibilidade, devendo submetê-las de imediato, ao Congresso Nacional.

Leio apenas os aspectos onde estamos modificando o procedimento atual:

Alínea e:

Criação ou transformação de cargos em empregos ou funções públicas.

Estamos acrescentando criação ou transformação de ministérios, órgãos e entidades públicas. Estamos incluindo junto às vedações já estabelecidas.

§ 3º. As medidas provisórias admitidas na forma do § 5º, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12, perderão eficácia desde o início de sua vigência, devendo o Congresso Nacional disciplinar por decreto legislativo as relações jurídicas delas decorrentes se não forem aprovadas.

I. Pela Câmara dos Deputados, no prazo de 60 dias contados de sua admissibilidade;

II. Pelo Senado Federal, no prazo de 50 dias contados de sua aprovação pela Câmara dos Deputados.

III. Pela Câmara dos Deputados, para apreciação das emendas do Senado Federal no prazo de 10 dias contados de sua aprovação por esta Casa.

§ 4º. Os prazos a que se refere o § 3º suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º. A medida provisória somente terá força de lei depois de aprovada a sua admissibilidade por Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, observado o seguinte:

I. A Comissão terá três dias úteis contados da publicação da medida provisória para se manifestar.

II. Da decisão da Comissão cabe recurso sem efeito suspensivo ao Plenário do Congresso Nacional, assinado por ¼ da sua composição, que deverá ser protocolado até dois dias úteis após a decisão.

III. O Congresso Nacional será convocado no prazo de três dias úteis para, em sessão conjunta, apreciar o recurso que constará da Ordem do Dia com prioridade sobre os demais itens, sendo considerado desprovido se não apreciado nesse prazo.

IV. Se a Comissão não se manifestar no prazo a que se refere o inciso I, a decisão sobre a admissibilidade transfere-se para o Plenário do Congresso Nacional, que será convocado no prazo de três dias úteis para se manifestar em sessão conjunta, após o que, também não havendo decisão, considera-se inadmitida a medida provisória.

V. Se o Congresso Nacional estiver em recesso, caberá à Comissão Representativa de que trata o § 4º do art. 58 apreciar a admissibilidade, em única instância, no prazo de três dias úteis contados da publicação da medida provisória, após o qual, não havendo decisão, esta será considerada inadmitida.

VI. Se a medida provisória não for admitida, será ela transformada em projeto de lei em regime de urgência.

Repito: se a medida provisória não for admitida, será ela transformada em projeto de lei em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 64, com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 6º. Se, no caso dos incisos I e II do § 3º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, respectivamente, em até 45 e 35 dias, a medida provisória entrará em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

§ 8º. As medidas provisórias, após a sua admissibilidade, terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 10º. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de matéria constante de medida provisória que tenha sido inadmitida, que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

Art. 2º. Revogam-se os §§ 7º e 9º do art. 62 da Constituição Federal.

Art. 3º. Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

E, por fim, Sr. Presidente, todos sabemos, antevimos que esta seria uma matéria objeto de uma discussão profunda nesta Casa, mas repito o que disse anteriormente, quando não estavam aqui todos os Sr. Parlamentares. O que me inspira na apresentação deste substitutivo é o mesmo sentimento que me inspirou como Presidente da Câmara de conduzir as negociações que venceram a primeira etapa, corrigiram os primeiros equívocos de tramitação das medidas provisórias onde o Congresso Nacional perdia a sua função fundamental de legislar, transferida ao Poder Executivo pela não discussão pelo Congresso das medidas provisórias.

Criamos a obrigatoriedade dessa discussão, mas é preciso que alguns equívocos sejam corrigidos e as medidas provisórias voltem a ser um instrumento utilizado de forma excepcional, e não de forma usual e corriqueira. Para isso, o que estou propondo é muito simples: o respeito à Constituição, criando aqui um instrumento que me pareceu mais ágil e adequado para discutir a admissibilidade das emendas, que é a Comissão Mista.

Faço apelo as Sr^{as} e Srs. Senadores, compreendendo as vozes divergentes e agradecendo aquelas que, acredito, não serão poucas também convergentes para este texto. Que discutamos esta matéria não com o sentimento de sermos apoiadores ou oposição ao atual Governo. Na verdade, é o sentimento que nos uniu no ano de 2001, na Câmara dos Deputados – Base e Oposicionistas – para aproveitarmos essa oportunidade raríssima, talvez única, de recolocar o Poder Legislativo na dimensão que ele precisa ter: de poder ativo e independente e que atue de forma harmônica com o Poder Executivo.

Esta foi nossa intenção. Encerro aqui o meu relatório e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero Jucá com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero registrar a importância desta matéria, louvar o relatório do Senador Aécio Neves,

mas dizer que esta é uma matéria que precisa ser debatida. Nós vamos conversar com todas as lideranças, inclusive da Base do Governo. Portanto, eu peço vista para que a gente possa amadurecer o texto e, inclusive, apresentar sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pediu a palavra o Senador Pimentel, Senador Randolfe, Senador Pedro Taques, Senador Vital do Rêgo...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O primeiro registro é para pedir vista. O segundo é que a proposta – quero saudar o Sr. Relator, nosso Senador Aécio Neves – modifica profundamente a apresentada pelo nosso Senador José Sarney e inviabiliza totalmente a medida provisória.

A primeira grande mudança: a medida provisória, nos termos apresentados na emenda José Sarney, mantém a sua eficácia. Aqui, a medida provisória só passa a ter eficácia após a aprovação pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

A proposta apresentada pelo Senador José Sarney acaba com a Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional. E esta daqui restitui...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir mais uma vez aos senhores assessores: há um orador na tribuna, um Senador na tribuna. Eu não quero ser indelicado com os senhores, mas, por gentileza, vamos respeitar o orador que está na tribuna.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, muito obrigado.

O substitutivo aqui apresentado mantém a Comissão Mista do Congresso Nacional com outras funções, inclusive quando a Comissão Mista inadmitir a medida provisória não tem eficácia. E ali tem recurso para o Congresso Nacional. Se o Congresso Nacional também não se reunir, perde a eficácia. Portanto, com esta redação é preferível extinguir a medida provisória.

Com todo o respeito que tenho ao nobre Senador, eu acho que a Oposição que apresenta uma matéria desta não espera ser governo nos próximos tempos, sob pena de não ter qualquer viabilidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto... Questão de ordem para a Presidência...

Srs. Senadores, há...

Srs. Senadores, Srs. Senadores, a matéria... Foi pedida vista. Vista coletiva foi dada aos Srs. Senadores. Não tem por que ficarmos agora discutindo a matéria, com o devido respeito ao Senador Pimentel, com o de-

vido respeito ao nobre Senador Aécio Neves, que fez seu relatório. A matéria não está em discussão, porque houve o pedido de retirada de pauta. E a Presidência concede a retirada de pauta coletiva.

Se algum dos senhores quiser se manifestar peça a palavra para outro assunto, porque este já está fora de pauta.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente,

Eu queria cancelar meu pedido de inscrição para falar, tendo em vista a disciplina que quero incorrer com V. Ex^a. Já conversei com o Senador Aécio por uma questão de esclarecimento com relação a minha emenda, e nós vamos conversar ainda e aprofundar esses esclarecimentos para um termo comum.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Presidente Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Como V. Ex^a tem buscado fazer ordem nesta Comissão, no momento em que se pediu vistas obviamente não se abre para discussão do mérito. Mas V. Ex^a, talvez não achando que fosse esse o objetivo, permitiu que o ilustre Senador Pimentel aqui discutisse o mérito, fazendo uma acusação, na verdade, de uma intenção que não é do Relator, até trazendo essa discussão para o âmbito que não precisa ter entre Oposição e Governo, até porque, ilustre Senador Pimentel, reconhecendo a sua contrariedade ou mesmo a sua discordância em relação ao texto, quando em 2001 buscamos corrigir ou normatizar a regulamentação das medidas provisórias – V. Ex^a era Parlamentar, se não me engano, eu era Presidente da Câmara dos Deputados –, setores da própria base do Governo tiveram a mesma reação histriônica, a mesma reação radical, como V. Ex^a, achando que estávamos tirando poderes do Presidente da República. A Oposição, inclusive o PT, se aliou a nós positivamente naquele instante, até porque era Oposição, e nós buscamos elevar esse debate, levando ao patamar de Congressistas: Poder Legislativo e Poder Executivo, e não interesses de base, interesses de governo.

Estou absolutamente seguro de que o que estamos propondo aqui garante ao Governo a prerrogativa constitucional, legítima e necessária da edição de medidas provisórias. Apenas buscamos cumprir a Constituição, garantindo a observância do requisito da relevância e da urgência.

Se encontrarmos um mecanismo mais adequado do que esse, muito bem, mas ao negar de forma pe-

remptória toda a intenção do texto, colocando-o como iniciativa da Oposição que não vai chegar ao Governo, nós apequenamos, Senador Pimentel, uma discussão extremamente séria. Os governos são passageiros, ilustre Senador, agora as instituições não devem ser. O que estou fazendo aqui é propor o fortalecimento do Poder Legislativo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Questão de ordem ou pela ordem?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Para uma questão de ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, tive a grata satisfação de chegar a esta Casa, juntamente com o Deputado Aécio Neves, em 1995; tive uma presença forte ao seu lado, aprovando, inclusive votando com V. Ex^a em várias matérias. Enfim, estou aqui há 17 anos pelo mérito e a vontade do povo cearense. Portanto, respeito o senhor bastante, mas também exijo respeito. Ao lado disso, quero registrar...

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Ninguém está desrespeitando V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. PMDB – CE) – Não é esse o debate.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ...que esta matéria precisa de um grande debate e nós somos daqueles que entendemos que...

O SR. MAGNO MALTA – Sr. Presidente, encerre essa conversa. Isso não existe.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. PMDB – CE) – Eu quero ver a questão de ordem do Senador Pimentel, eu quero ouvir.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É exatamente porque ele registra um conjunto de fatores e nós temos uma clareza de que essa matéria precisa ser enriquecida e nós queremos, ao término...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. PMDB – CE) – A questão de ordem de V. Ex^a, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Porque eu fui citado e tenho o direito de fazer referência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. PMDB – CE) – A matéria volta na próxima quarta-feira, quando os Srs. Senadores terão oportunidade de fazer o debate.

Item nº 2 da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Pedro Taques. Se for sobre a matéria não tem sentido.

Senador Pedro Simon está pedindo a palavra pela ordem. Se for sobre a matéria não vou conceder a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu não vou discutir a medida. Eu vou discutir a Constituição. É diferente de discutir a medida provisória, se V. Ex^a me permite.

O tema, na Constituição...

Eu pedi a palavra pela ordem. Eu não estou discutindo o projeto apresentado; estou discutindo a Constituição da República. Eu pedi a palavra pela ordem e gostaria que fosse assegurada a palavra.

A Constituição da República estabelece a independência entre os poderes. Esse tema da medida provisória é o mais importante desta legislatura. Não estou falando desta sessão legislativa, estou falando desta legislatura. E nós, com todo o respeito, não estamos alcançando a importância deste tema. Por isso solicito a V. Ex^a que a Constituição da República seja cumprida. Não estou falando do Regimento Interno. O Regimento Interno tem que ser interpretado de acordo com a Constituição, não a Constituição de acordo com o Regimento Interno. Então, nós temos o direito constitucional de debater isso aqui sim. Por mais que um Senador tenha pedido vista do processo, ou mais de um Senador, a Comissão de Constituição e Justiça tem o dever de trazer este tema à discussão. Este tema não poderá ser discutido só na quarta-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a terá o direito de debater esta matéria quando ela estiver em votação. Nós temos outros temas, nós temos uma pauta a ser cumprida, que foi distribuída aos Srs. Senadores, respeitando a Constituição e o Regimento desta Casa.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a pediu a palavra pela ordem, dizendo que não era para debater a matéria. A matéria está fora de pauta neste momento. Cabe à Presidência dirigir os trabalhos desta Comissão. Peço a compreensão de V. Ex^a para que a gente ordene os trabalhos.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Parabéns V. Ex^a pela condução dos trabalhos, mas tenho o direito de falar.

O SR. PEDRO SIMON – Respeito a decisão de V. Ex^a, mas eu pediria vênias apenas para dizer que essa é a matéria mais importante que vamos travar nesta Casa. Essa matéria é fruto de um erro grosseiro

da Constituinte: era para vigorar quando era previsto o parlamentarismo. A medida provisória faz parte do parlamentarismo. Quando caiu o parlamentarismo, a medida provisória não precisava nem de emenda. A emenda de redação deveria retirá-la. No entanto, ela ficou e esta Casa foi levando, foi deixando, deixando, e até agora nada. Precisou haver esse excesso e houve essa coincidência com o Senado novo, com gente da maior competência que está dando vida nova ao Senado, inclusive com V. Ex^a na Presidência da Comissão, para essas matérias virem à discussão. Já tivemos aqui no Senado vitórias que nunca tínhamos tido. Rejeitar emenda, rejeitar medida provisória, somente nós fizemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, eu pediria a compreensão de V. Ex^a, que chega a esta Comissão hoje. Todos nós louvamos a presença de V. Ex^a aqui, mas o tema está retirado de pauta. Se for o caso, na próxima quarta-feira ela volta, compreendo que esta matéria é extremamente importante para o Congresso Nacional, para o Senado, para a Câmara e para o País. Por esse motivo, pediria a compreensão dos Srs. Senadores, porque tem cinco ou seis Senadores pedindo a palavra pela ordem para discutir o mesmo tema. Então, eu pediria aos senhores que... Inclusive, na quarta-feira que vem, eu vou reduzir as matérias para que façamos aqui um amplo debate sobre essa matéria que, entendo, é extremamente importante, mas está fora de pauta na reunião de hoje, regimentalmente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente. A matéria está fora de pauta neste momento, mas está dentro da pauta deste País, porque desde a Constituinte esse crime está acontecendo e é a primeira vez que vejo de uma maneira positiva a chance de resolver. Primeiro, o José Sarney foi nota dez no momento em que tomou a decisão de terminar com aquele fato grotesco de o Senado ter de votar a favor, porque se não vota a favor cai, e às vezes é um empréstimo importante, um auxílio importante para uma determinada situação. A emenda do José Sarney é nota dez e a emenda apresentada por esse jovem Senador é nota mil. Vamos ter a chance de ver. Nós temos condições de, com a maior tranquilidade, encontrar o meio-termo. Qual é o meio-termo? O Presidente da República entra com a medida provisória, mas a Câmara, em medida de urgência urgentíssima, no prazo de 15 dias, vai dizer se ela deve ou não entrar em vigor. Se nós aprovarmos isso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. PMDB – CE) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Calma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Estou calmo, só quero saber de V. Ex^a o seguinte: ordem nesta Comissão. Há um regimento a ser cumprido...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso, Sr. Presidente. V. Ex^a tem toda razão e peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senão todos os outros Senadores, com o devido respeito a V. Ex^a, vão querer debater a matéria e não é justo que apenas um Senador faça o debate.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vá cumprindo o Regimento. Talvez um dia V. Ex^a se lembre de cumprir com os seus deveres com a República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Na próxima semana, se os Srs. Senadores concordam, vou trazer essa matéria para que façamos aqui um grande debate. Concordo com V. Ex^a que essa é a matéria mais importante, talvez, que tenhamos para discutir no Congresso Nacional, mas não neste momento.

Próximo item da pauta, Item 2.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem tem precedência, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, solicito a retirada de pauta do Item 7. Vou relatar outras matérias importantes, não versam sobre o assunto anterior. Só para que não configure mais na Ordem do Dia.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Pedro Taques. Depois V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Só gostaria de registrar o protesto deste representante do Estado de Mato Grosso, pois V. Ex^a, de forma não regimental, cortou a minha palavra e não cortou a palavra de outro Pedro. Ouvi com atenção o que o outro Pedro disse, com respeito. Concordo inteiramente. Só me permita terminar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente com o que S. Ex^a disse, só que no Senado da República não podem existir diferentes entre aqueles que são iguais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, eu gostaria que V. Ex^a ouvisse, porque estou com a palavra, e registrasse este meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está registrado o protesto de V. Ex^a. Agora, só quero registrar também que três vezes pedi ao Senador Pedro Simon para que a gente ordenasse os trabalhos.

Próximo item da pauta. Item 2. Projeto de Lei na Câmara de nº 62.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.) – Solicito a V. Ex^a também retirada de pauta do Item 2, por solicitação da Senadora Kátia Abreu.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 2.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Porque S. Ex^a é autora do projeto e não se encontra presente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agora, só para justificar, Senador Presidente Eunício Oliveira. O Senador Pedro Taques está reclamando aí do Senador Pedro Simon, mas Pedro negou Cristo três vezes; Pedro Simon negou a V. Ex^a três vezes também.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a pede a retirada de pauta.

Só um minutinho, Senador Crivella.

Retirada de pauta do Item 2.

Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu queria pedir a V. Ex^a se nós poderíamos fazer uma inversão de pauta. O Item 9, Sr. Presidente, tem consenso de todos do Ministério Público. Já conversei com as lideranças desta Casa. É um projeto do Senador Tasso Jereissati, já tramitando há muito tempo. Se V. Ex^a pudesse consultar os colegas se pode haver inversão de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Consulto o Plenário. Do jeito que vai, daqui a pouquinho a Presidência não vai ter direito mais à palavra.

Consulto o Plenário sobre o pedido de inversão de pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sobre o pedido de inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...pedido de inversão de pauta do Senador Crivella.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sobre o pedido de inversão de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sobre pedido de inversão de pauta tem a palavra V. Ex^a

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o respeito ao Senador Crivella, com a mesma precedência ou a mesma prioridade, há o Item 5, terminativo, em que houve um pedido de vista na sessão anterior. É um projeto de autoria do Senador José Sarney e peço também preferência. Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos fazer a preferência do 9, que tem precedência, porque pediu primeiro. Vamos fazer o Item 9, se V. Ex^{as} concordarem. Este Plenário é soberano para concordar ou discordar. Se os Srs. Senadores concordarem... O pedido de inversão de pauta, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Perfeito, Item nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a quer inversão de pauta. V. Ex^a está com o assessor lá.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Queria, Sr. Presidente, se fosse possível. Peço apoio aos meus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os Srs. Senadores que concordam.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, como o Item 5 é terminativo, eu pediria que a inversão fosse feita com preferência desse item.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse item também é terminativo.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta a pedido do Senador Crivella.

Item 9 da pauta. Projeto de Lei...

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para pedir para retirar de pauta também o Item 3 para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 3. Já foi retirado de pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o Item 3 foi retirado de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Item 3 foi retirado de pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Foi solicitada pelo Senador Valadares uma inversão de pauta para o Item 5. Eu pediria, em seguida, inversão de pauta para...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos votar o Item 9. Em seguida, V. Ex^a tem a palavra para pedir inversão de pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É a inversão de pauta para o Item 6.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se não não ordenamos os trabalhos hoje.

Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006. Terminativo.

Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração dos seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros.

Autoria: Senador Tasso Jereissati.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Este projeto tem votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pedindo a atenção de todos para o seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria alertar o Plenário de que este projeto tem a concordância do Governo e do Ministério Público, que foi ouvido em diversas ocasiões. Nós acatamos emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do nobre Senador Francisco Dornelles e também do Senador Ciro Nogueira.

Sr. Presidente, é um projeto que já foi debatido exaustivamente. Vou me resumir apenas à análise.

O art. 101, I, d, do Regimento Interno do Senado Federal atribui a esta Comissão poder para deliberar

sobre proposições atinentes a Direito Civil. Nesses termos, os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são, *in generis*, atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre Direito Civil, de acordo com o disposto art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna. Portanto, não há nenhum óbice quanto à juridicidade e à constitucionalidade e também não há contra a técnica legislativa.

Nós registramos o recebimento de ofício da Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, o Profis, com quem conversei pessoalmente, Sr. Presidente, e de quem recebi parecer favorável ao projeto, mas que, porém, pugna pela necessidade de algumas emendas, que são os arts. 2º a 5º do projeto, por considerar que a proposta poderá favorecer o desvio do patrimônio das fundações, que necessariamente têm finalidade social, para associações civis. Então, isso fica vetado no projeto e morrem aqui preocupações dessa natureza.

No mais, a posição do proponente para ampliar o âmbito das fundações, incorporando outras atividades em benefício da coletividade, também fica contemplada no projeto.

Para tanto, estamos acolhendo as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CCJC, que têm teor coadunante com sugestões apresentadas pelo Dornelles. De tal maneira, Presidente, que acho que estamos aperfeiçoando aqui, sobretudo, a administração das fundações, que poderão ser profissionalizadas, dando a elas um caráter, eu diria, mais de acordo com o momento de gestão em que vive o Brasil e o mundo.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei de Senado nº 310, de 2006, na forma do substitutivo que apresento, parabenizando o Senador Tasso Jereissati, que lutou muito, na ocasião em que foi Senador conosco pela aprovação deste projeto.

Era esse o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O Senador Randolfe se inscreve para falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, primeiro congratulo-me com o Senador Marcelo Crivella quanto ao seu relatório, mas permita-me apresentar uma divergência sobre o teor do relatório. Aliás, menos sobre o teor do relatório e mais em relação ao mérito da matéria. Para tanto, Sr. Presidente, eu queria fazer a citação de um artigo da Professora Sara Granemann, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que ela diz exatamente o seguinte:

“A definição das áreas de atuação permite algumas cristalinas conclusões sobre a natureza de projetos de fundações estatais:

1) É um projeto de contrarreforma do Estado brasileiro, no âmbito das políticas sociais, isto é, no âmbito das ações estatais que respondem aos direitos e demandas da força de trabalho ocupada excedente e incidem sobre as condições de vida das camadas sociais mais empobrecidas.

2. além das áreas de políticas sociais, também as ações e as políticas de cultura e de conhecimento, bases republicanas de primeira importância para o cultivo da soberania das nações, tornam-se espaço de atuação das fundações estatais; [...].”

Sr. Presidente, esse projeto segue uma linha que, no meu entender, retira o que compreendo ser função do Estado brasileiro. É uma regulamentação que amplia, na prática, a área de atuação das fundações estatais, relegando para a iniciativa privada o que, no meu entender, é claramente tarefa do Estado brasileiro. Esse caminho de terceirização, de relegar para instituições, para fundações privadas essas tarefas, não me parece ser o melhor caminho. Já está demonstrado claramente na nossa história, pelos processos que ocorreram nesse sentido no final dos anos 90, que esse modelo não tem prosperado no Brasil.

Dessa forma, Sr. Presidente, quero manifestar o voto do nosso Partido contra o teor do projeto de lei, respeitando, é claro, o relatório do eminente Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Crivella pelo seu substitutivo, que aprimora o projeto de lei. O substitutivo amplia o rol de finalidades que essas fundações podem incorporar, fixa a competência do Ministério Público para atuar nessa matéria e retira o ponto que era crítico no projeto, o qual permitia a doação do patrimônio das fundações para associações.

Nos termos do parecer, o Sr. Relator diz o seguinte: “Ao se permitir a incorporação de tais bens ao patrimônio de uma associação, ainda que sem fins lucrativos, abre-se a porta à fraude e ao locupletamento ilícito dos associados, pois os atos de alienação das associações não pertencem à esfera de fiscalização do Ministério Público”.

Portanto, quero parabenizar o nosso Relator pela iniciativa. A base do Governo, Sr. Presidente, vai votar favoravelmente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o Partido Progressista acompanha

o Governo, aprovando o projeto do Senador Tasso Jereissati, nos termos do parecer do Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, V. Ex^a pediu a palavra?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero também me pronunciar favoravelmente à matéria, porque se trata de um projeto que aperfeiçoa o regime jurídico das fundações de direito privado, ampliando – o que é interessante – o rol das finalidades, que fixa a competência do Ministério Público para fiscalizar essas fundações em funcionamento e que também dispõe sobre a remuneração dos dirigentes, porque, muitas vezes, é um problema o fato de não haver uma forma jurídica adequada para eles serem remunerados, e acaba causando muito transtorno essa não possibilidade.

Então, meu voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou colocá-la em votação.

A votação é nominal, porque o projeto é terminativo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria que o ilustre Relator prestasse um esclarecimento: o que ele entende por “respeitados os valores praticados pelo mercado”? Qual é a função do acréscimo dessa expressão?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador Aloysio, o Senador Tasso Jereissati, acompanhando a preocupação que o mundo tem na questão da gestão, introduziu um avanço: o sujeito que, hoje, presta serviço voluntariamente numa fundação nem sempre é o melhor, nem sempre é o mais preparado. Então, agora, o sujeito poderá se dedicar, por exemplo, à Fundação Getúlio Vargas e poderá ser remunerado, e a remuneração, que será fiscalizada pelo Ministério Público, deverá observar valores de mercado. Esse texto foi introduzido pelo Tasso na época dele, apenas para dar a ideia de que não pode haver numa fundação salários exorbitantes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu entendo, excelência. Apenas a minha dúvida é se se deve colocar na lei que os salários

deverão ser aqueles praticados pelo mercado efetivamente. Eu preferiria deixar isso a critério da fundação. Concorro com a ideia da remuneração para aqueles que exercem a função executiva. É uma forma de profissionalizar, atrair talentos, atrair executivos competentes para a gestão dessas fundações, que têm um papel muito importante e muitas vezes complementar ao papel do Estado. Apenas a colocação na lei de que deverão ser valores do mercado me parece excessiva. Eu deixaria essa fixação a critério da fundação, cujo estatuto, de qualquer maneira, será sempre submetido à aprovação do Ministério Público.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um aparte, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Será que a intenção não é dizer que não pode ser acima do mercado? Porque abaixo sempre pode. Como é que se controla que algumas fundações não ponham um salário completamente fora...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Ministério Público, Senadora.

SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Você está preservando o Ministério Público de ter que voltar lá e entrar com uma ação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Ministério Público sempre acompanha as alterações estatutárias. Os estatutos têm que ser aprovados pelo Ministério Público. Parece-me excessivo colocar na lei essa menção. No mais, Senadora, estou plenamente de acordo. Apenas me parece excessivo dizer que deverão ser os valores praticados no mercado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Qual é a sugestão de V. Ex^a?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A minha sugestão é retirar essa expressão “respeitados os valores praticados pelo mercado”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Sr. Presidente, acredito que, com a fiscalização do Ministério Público, estamos criando aqui um dispositivo, colocando na lei alguma coisa que poderá até ser retirada, já que é o Ministério Público que fiscalizará. Eu consulto o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a é o relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não vejo problema de a gente fazer uma emenda supressiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem que alterar o relatório. Senador

Crivella, se V. Ex^a alterar o relatório, não tem problema, alteramos...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu acato a emenda supressiva, porque nós temos o beneplácito, quer dizer, nós temos a fiscalização do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a acata a emenda e incorpora a sugestão do Senador Aloysio.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A emenda de V. Ex^a está sendo acatada pelo Senador Crivella e incorporada ao substitutivo que vou colocar em votação neste momento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o substitutivo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, me permita. Com a supressão,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – ...então, da expressão, fica incompleta. Tem que suprimir mais, me parece. Porque a frase é a seguinte: “respeitados os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo o seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação.” Então, tem que suprimir mais aí, para a tese ter sentido, para a frase passar a ter sentido.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu sei. O certo seria a gente dizer “ouvido o Ministério Público”. Mas será uma redundância.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minutinho. Há uma explicação do Senador Crivella e eu preciso saber que matéria eu vou submeter ao Plenário. V. Ex^a tem que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a tem que tentar esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a, Senador Crivella, tem que esclarecer ao Plenário, ao Senador Aloysio, ao Senador Demóstenes, qual é a matéria que vou colocar em votação no Plenário, com o relatório de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Estamos debatendo, Presidente. O que nos tranquiliza a todos é que essa remuneração, decidida pela convenção, pelos diretores da fundação, será sempre

submetida ao Ministério Público, que tem uma instância especial para cuidar de fundações e associações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem um limite máximo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Nós dissemos que deveria ser uma remuneração – aliás, isso já vem do Tasso Jereissati – que seria de mercado, de acordo com a região. Isso desagradava...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vamos colocar...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Só um instante, Senador Dornelles. Isso desagradava ao Aloysio.

Aloysio, perguntei se o senhor tinha uma sugestão. O senhor disse: supressão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ordenar os trabalhos. Um Senador de cada vez.

SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para atender à preocupação do autor e também à preocupação manifestada pela Senadora Marta Suplicy, talvez se pudesse colocar “respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pronto. Está bom. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pimentel tinha pedido a palavra. V. Ex^a concorda?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Concordo. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria. É nominal a matéria e terminativa.

Senador José Pimentel, como vota?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator, com o adendo feito pelo nosso Senador Aloizio Mercadante... (*Risos.*) Aloysio Nunes. É o velho hábito, chamar Aloizio Mercadante.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ele está com saudades.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Ambos são paulistas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos em processo de votação nominal.

Nós estamos em processo de votação nominal. Embora o Regimento não permita interrupção, o Senador Dornelles tem apenas o aviso para...

Obrigado.

Em votação.

Senadora Marta Suplicy, como vota V. Ex^a?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto pela aprovação do substitutivo, com a emenda do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, como vota V. Ex^a?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, com a emenda do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Jorge Viana, como vota V. Ex^a?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator e com a emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta, como vota V. Ex^a?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Voto com o Relator e com a emenda do Senador Aloysio. Porque ele chegou e não deu bom-dia a ninguém é que foi chamado de Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, como vota V. Ex^a?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Voto com os dois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, como vota V. Ex^a?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator e com o Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Marcelo Crivella não vota, é o Relator e já se manifestou.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Voto conhecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta Presidência não tem direito a voto...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Agora, eu tenho a impressão de que se...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, como vota V. Ex^a?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu me abstenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Abstenção do Senador Pedro Simon. Senador Romero Jucá, como vota V. Ex^a? (*Pausa.*)

Saiu o Senador Romero.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – (*Fora do microfone: “Com o Relator...”*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, como vota V. Ex^a?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o relatório do Senador Crivella, considerando também acatada a sugestão do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, mas também registrando os cumprimentos ao ilustre Senador Tasso Jereissati, autor da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator e com a emenda do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não.

Como vota o Senador Waldemir Moka? (*Pausa.*) Desculpe. Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu voto com o Relator e com a emenda do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Waldemir Moka, como vota V. Ex^a?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator e com a emenda do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todos votaram?

Todos votaram.

Aprovado o substitutivo, será submetido a turno suplementar, na próxima reunião, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, com relação ao Item nº 6, eu havia até solicitado inversão de pauta. Trata-se de projeto do Senador Cristovam Buarque, cujo parecer foi lido na sessão anterior e foi pedido vista. O Senador Demóstenes e o Senador Jorge Viana me solicitaram que tivéssemos mais tempo para encontrar uma solução que viabilizasse a iniciativa meritória do Senador Cristovam Buarque, já que, como o projeto está, é inconstitucional. Eu atendi à solicitação dos Senadores e peço a V. Ex^a que o retire de pauta para que tenhamos mais uma semana e possamos encontrar uma solução que viabilize a proposta do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retirado de pauta pelo relator.

Item 6:

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pedi a retirada de pauta do Item 4 e não do Item 3. Convoco todos os Srs. Senadores para nossa reunião com a associação dos juizes federais hoje, às 14h30, neste auditório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retirada de pauta do Item 4.

Item 5 da pauta: Projeto de Lei do Senado Federal nº 127/2008, terminativo, com votação nominal, que confere interpretação autêntica ao artigo 70, *caput*, e ao artigo 58, incisos I e III, da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o instituto da democracia e a Ordem dos advogados do Brasil. Autoria, Senador José Sarney, relatoria, Senador Antonio Carlos Valadares.

Observação da votação nominal: em 6 de abril de 2011, foi recebido o relatório formulado pelo Senador Antonio Carlos Valadares; no mesmo dia, foi concedida vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nenhuma objeção, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nenhuma objeção.

Por esse motivo, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para suas considerações finais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, este projeto que visa a alterar o estatuto de advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, de autoria do Senador Sarney estabelece que o poder de punir não deve ser dos conselheiros seccionais. Essa atribuição pode ser conferida ao Conselho Federal da OAB. Para aperfeiçoar o projeto e não transformá-lo em substitutivo, prestigiando assim o seu autor, nós apresentamos quatro emendas que em resumo se referem a normas regimentais e resoluções, criando câmaras ou turmas para julgar em grau de recurso questões decididas pelo tribunal de ética e disciplina; e outra que cabe ao Conselho Federal instaurar processo e julgar originariamente os processos disciplinares quando a falta for cometida em suas dependências ou quando for imputada a membro de sua Diretoria ou Conselho Federal ou a Presidência do conselho seccional. Outra emenda, § único: quando as consequências da infração ou suas repercussões à dignidade da advocacia ultrapassarem a base territorial do conselho seccional em que ocorreu a falta, o Conselho Federal, de ofício ou mediante solicitação de qualquer conselho seccional, poderá originariamente instaurar e julgar processo disciplinar.

Final, Sr. Presidente, o próprio Conselho Federal de Educação, quando da tramitação desta matéria, nos pediu essas alterações que fazemos e submetemos à apreciação desta comissão, de vez que já existem decisões do Conselho Federal da OAB que consubs-tanciam o que aqui nós escrevemos no relatório com as emendas apresentadas.

É o voto, Sr. Presidente, salvo melhor juízo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – “Sim”, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, com o relator.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

Já votou.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Álvaro Dias?

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim; com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovado o projeto, ressalvadas as emendas.

E eu consulto o Plenário se podemos repetir a votação das emendas incorporadas ao projeto anterior. (*Pausa.*)

Como todos concordam, estão incorporadas e aprovadas as emendas.

Será feita a devida comunicação ao Sr. Presidente do Senado federal para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial.

Item 8:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2008

(*Terminativo com votação nominal.*)

Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais.

Autoria: Senador Lobão Filho.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008, que *regulamenta o dano moral e a sua reparação.*

Autoria: Senador Valter Pereira; Relatoria: Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto do Senado Valter Pereira estabelece parâmetros e limita o valor de indenizações por danos morais, bem como o projeto nº 334, do mesmo autor, que regulamenta o dano moral e sua reparação.

Sr. Presidente, eu vou sintetizar o parecer, que é longo e que conclui pela rejeição do projeto.

Imagino que os Srs. Senadores já tomaram conhecimento do teor do parecer, uma vez que foi distribuído; porém, ressalto que o projeto tem por objetivo, como disse, alterações em dois artigos e a adição de cinco incisos ao art. 944 do Código Civil, com a fixação de teto indenizatório por danos morais em R\$20 mil e a possibilidade de o juiz reduzir a indenização se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano causado.

O art. 944 passa a estabelecer o seguinte:

“O juiz. Ao estabelecer a indenização por danos morais, atenderá aos seguintes critérios:

I – extensão e a gravidade do dano;

II – gravidade e repercussão da ofensa;

III – sofrimento experimentado pelo ofendido;

IV – condição econômica do ofensor; e

V – se o valor pleiteado se ajusta à situação posta em julgamento”.

O §1ª estabelece: “fica vedada qualquer indenização superior ao valor de R\$20 mil (vinte mil reais)”

O §2ª preceitua: “Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir equitativamente a indenização”.

Portanto, Sr. Presidente, o projeto fixa valores que não corresponderiam necessariamente às circunstâncias examinadas em cada caso de reparação de danos, ao adotar patamares elevados, não cogitar de parcelamento do valor devido a título de compensação por dano moral e permitir a fixação da reparação em somas que não ultrapassam a duzentos mil reais.

VOTO

Diante das considerações, embora o projeto seja constitucional, e diante das inconsistências das proposições reveladas no exame do mérito, o voto é pela rejeição. Portanto, estamos rejeitando não em razão da inconstitucionalidade, porque é constitucional, mas em razão do mérito. Opinamos pela rejeição do projeto.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Peço vista deste projeto. De minha autoria, o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1999, é absolutamente igual a este e foi aprovado por unanimidade no Senado. Foi para a Câmara, misturou-se com uma série de outros projetos e, se não me engano, foi até rejeitado. Quero apenas ver a comparação deste projeto com o que aprovamos anteriormente para fazer a ligação do fato de aquele ter sido aprovado e de este não estar sendo aprovado. Por isso, se o nobre Senador concorda, seria interessante fazermos a comparação. Por isso, peço vista.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida ao Senador Pedro Simon do item nº 8 da pauta.

Item extrapauta, que seria o item 10º da pauta de hoje

PLC – PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 3 de 2011

Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), define jurisdições e dá outras providências.

Autor: Tribunal Superior do Trabalho.

Relator: Senador Inácio Arruda.

Convido meu companheiro cearense, Senador Inácio Arruda, para proferir o parecer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, de forma bastante breve...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Acho que o parecer vai ser favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Seria porque a Presidência é do Ceará e a Relatoria também?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Essa é uma combinação entre o Estado gaúcho e o Estado cearense.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) –

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O Projeto em tela, Sr. Presidente, visa a corrigir um desequilíbrio absurdo entre os tribunais. O Ceará teve por circunstâncias próprias – temos 82% do Estado em uma área semiárida, no cristalino; às vezes, as pessoas não entendem e pensam que é cristal, mas é uma pedra que aflora – nos levou, de forma inusitada, segundo o Presidente emérito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Professor Aziz Ab Saber, a examinar aquilo ali e olhar e dizer assim: “puxa vida, há uma população imensa o Estado do Ceará em cima desse território”. Então, mesmo diante dessa realidade inóspita, o Ceará tem uma população enorme, e essa população carece também de um aprimoramento da justiça trabalhista no nosso Estado. E há um descompasso entre os tribunais das outras regiões e o tribunal do Ceará. Ficamos minguados no tempo, e a demanda é explosiva no Estado do Ceará. Evidentemente, nas condições atuais, o Tribunal não dá conta. Por isso, Sr. Presidente, a proposição do Tribunal superior do Trabalho é de criar seis Varas: atende à Fortaleza, que explodiu demograficamente, tem quase dois milhões de habitantes, a cidade de Maracanaú, que é da região metropolitana da nossa capital, também uma explosão, porque a principal cidade industrial do Estado do Ceará é Maracanaú e atende ao município de Canindé, que é uma região desassistida no sertão central do nosso Estado, para onde tivemos um deslocamento fabril espalhado em vários municípios – e Canindé seria a sede dessa região.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável, a matéria tem grande significado para os trabalhadores do nosso Estado, o Estado do Ceará. Atendendo ao apelo de V. Ex^a, busquei dar rapidez à aprovação desse projeto bem como o pedido do nosso Senador Pimentel.

O nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Inácio Arruda pelo seu parecer e registrar que a peça orçamentária para 2011, que é a Lei nº 12.381, tem expressamente, no seu anexo V, o número desse projeto e a sua previsão orçamentária.

Ao lado disso, o Tribunal Regional da 7ª Região tem uma das menores quantidades de varas trabalhistas em todo o Nordeste.

Por isso, votamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovada a matéria.

Senador Inácio Arruda, pediu a palavra pela ordem ou como Relator?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, só pela ordem, porque quero fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, quero registrar a presença dos alunos do Instituto Brasiliense de Direito Público. Eles estão aqui, presentes na nossa Comissão, prestigiando o trabalho que V. Ex^a conduz, acompanhados pelo professor Isaac Reis, professor de Extensão e Prática Jurídica.

Então, é um registro importante, porque vão conhecendo o esforço e o trabalho do Congresso Nacional e do Senado, já às 12 horas e 15 minutos. Muitos estão almoçando neste horário e nós continuamos aqui, no batente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se quiserem voltar às 14 horas e 30 minutos, nós teremos audiência pública aqui, com a Ajufe, inclusive, com a presença da Ajufe.

Sobre a mesa, requerimento.

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência

pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ –, com a finalidade de tratar da questão de segurança nas escolas públicas brasileiras, envolvendo toda forma de ilícitos, tais como porte de armas, uso e tráfico de entorpecentes, ameaças, rixas, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, estupro, *bullying* e uso de bebidas alcoólicas.

Para esse tema, eu pediria a permissão do Senador Marcelo Crivella, porque eu gostaria de, como Presidente desta Comissão, subscrever o requerimento de V. Ex^a, se V. Ex^a concordar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero também subscrevê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pimentel o subscreve e o Senador Inácio Arruda também subscreve esse requerimento.

Para debater o tema proposto, solicito que sejam convidados...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu também gostaria de subscrevê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Senadora Marta Suplicy também subscreve o requerimento de V. Ex^a e eu vou pedir também a permissão de V. Ex^a para que aprovemos esse requerimento e, após aprovado o requerimento, nós o incorporemos a um outro requerimento que esta Presidência já tinha feito, na questão do combate ao *crack*, para fazermos uma única audiência pública, pela importância que tem o tema para a juventude brasileira.

Portanto, para debater o tema proposto, solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: um representante do Ministério Público do Distrito Federal, um representante do Ministério da Justiça, um representante do Ministério da Educação, secretários de segurança pública dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal – aí, eu queria incluir o nosso querido Estado do Ceará, com a permissão dos senhores –, e o diretor da Escola Municipal Tasso da Silveira, do Município do Rio de Janeiro.

Sala de Reuniões,

Senador Marcelo Crivella, Senador Eunício Oliveira, Senador José Pimentel, Senadora Marta Suplicy, Senador Inácio Arruda.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando os Srs. Senadores para, às 14 horas e 30 minutos, audiência pública no plenário desta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h19min)

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quinze horas do dia treze de abril de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Armando Monteiro e Gim Argello e a Senadora Marta Suplicy. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. O Senador José Pimentel passa a Presidência ao Senador Aníbal Diniz. Passa-se à deliberação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a discutir os seguintes problemas relatados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE: 1) ameaças que vêm sofrendo os juízes federais criminais e suas famílias, por parte de organizações criminosas; 2) prerrogativa única e exclusiva à Justiça Federal, para análise e julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos; 3) impasse remuneratório vivido pela magistratura federal (reajuste subsídios); e, 4) ampliar a participação dos membros da Magistratura Federal nos Tribunais Regionais Eleitorais, conforme Requerimentos nº 4 e 7, de 2011-CCJ, ambos de iniciativa do Senador Aníbal Diniz. **CONVIDADOS:** Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; Glauber Pessoa Alves, Juiz Federal; Raquel Domingues, Juíza Federal; José Francisco Andreotti Spizzirri, Juiz Federal; Roberto Veloso, Juiz Federal. Justificou ausência: Ministro Dias Toffoli, Presidente Comissão de Juristas para a elabo-

ração do anteprojeto de Código Eleitoral. Usam da palavra os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Pedro Taques e Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Aníbal Diniz) declara encerrada a presente reunião às dezoito horas e vinte e seis minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **JOSÉ PIMENTEL**, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE.) – Há número regimental.

Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da presente ata. Peço ao Aníbal, se concordar...

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE.) – E aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública que tem por objetivo discutir problemas relatados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe, conforme os requerimentos nºs 4 e 7, de 2011, desta Comissão, de iniciativa do Senador Aníbal Diniz.

Convido a comporem a nossa Mesa os Srs. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe. *(Palmas)*

Convido também o Sr. Glauber Pessoa Alves, Juiz Federal. *(Palmas)*

Convido a Srª Raquel Domingues, Juíza Federal. *(Palmas)*

Convido o Sr. José Francisco Andreotti Spizzirri, também Juiz Federal. *(Palmas)*

Justificativa de ausência: Ministro Dias Toffoli, que é presidente da comissão de juristas para a elaboração do anteprojeto de Código Eleitoral.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas.

Os convidados farão sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de

três minutos, assegurado igual prazo para a resposta dos interpelados, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Convido o Sr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy a fazer sua exposição por vinte minutos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE.) – Pois não, Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Gostaria de sugerir que os demais juízes integrantes da Ajufe ocupassem esta primeira fila para que fizéssemos uma foto condizente com a importância deste ato.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE.) – Claro.

Vou aproveitar também, Senador, para convidá-lo a presidir estes trabalhos. Eu ficarei ali.

Portanto, antes de iniciar a sua exposição, transfiro a Presidência para o Senador Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Como o Presidente, Senador Pimentel, já falou dos motivos desta nossa audiência pública, eu passaria a palavra, de imediato, ao Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Sr. Gabriel Wedy, que vai falar um pouco sobre as motivações desta nossa audiência e, especificamente, sobre um dos temas que vamos tratar, qual seja, a prerrogativa única da Justiça Federal para análise e julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos.

Vale ressaltar que além deste tema, teremos também os Drs. Glauber Pessoa Alves e Raquel Domingues, que vão falar sobre ameaças que vêm sofrendo os juízes federais criminais e suas famílias por parte de organizações criminosas. Vai falar também o Dr. José Francisco Andreotti sobre o impasse remuneratório vivido pela magistratura federal, o reajuste do subsídio e a equiparação com categorias correlatas. E, por último, falará também o Dr. Roberto Veloso sobre a importância de se ampliar a participação dos membros da magistratura federal nos tribunais regionais eleitorais.

Então, começamos pelo primeiro tema com o Dr. Gabriel Wedy.

Sr. Presidente, a palavra é sua.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – O Senador Anibal Diniz tem se revelado um grande amigo da magistratura e do Estado democrático de direito por propiciar um debate tão importante para a sociedade brasileira. Saúdo também – não está aqui presente, mas auxiliou nesta audiência – o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, o Senador Eunício Oliveira, Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Faço uma saudação especial ao

Senador José Pimentel, que também tem permitido e contribuído para o grande debate do aperfeiçoamento do Estado democrático de direito. E não é a primeira vez, Senador Pimentel, que faz isso. V. Ex^a é respeitado pela magistratura federal do nosso País.

É bem verdade, e gostaria de aqui colocar, que a harmonia entre os Poderes é fundamental. Como magistrado federal, entendo que é um grande equívoco o controle prévio dos atos legislativos. Temos que garantir a independência do Poder Legislativo, a independência do Poder Judiciário e também a liberdade de imprensa – a imprensa está aí –, pois são sustentáculos do Estado de direito: a independência dos Poderes e também a liberdade de imprensa, a liberdade de informação, que são, efetivamente, muito importantes.

Agradeço o Senado da República por esta oportunidade de colocarmos aqui as nossas posições.

Saúdo aqui o Presidente da Anamatra, que está ao fundo, Dr. Luciano, presente aqui, da Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho. Neste momento, também os colegas aqui presentes: juízes federais, presidentes de associações de juízes federais, servidores do Poder Judiciário, da segurança do Poder Judiciário, que têm tido um papel importantíssimo na garantia da segurança dos juízes federais, os quais ficam sem segurança, muitas vezes, porque não há um efetivo, no nosso País, da Polícia Federal, por mais que se esforce e por mais boa vontade que tenha de fornecer a segurança adequada aos nossos juízes federais. Também está presente o Presidente do Sindicato do Agepoljus, para quem também faço uma saudação muito especial.

Em verdade, precisamos levar uma Justiça mais célere à população brasileira. Foi identificado, pelos últimos números do CNJ, um verdadeiro gargalo nos tribunais regionais federais. É por isso que a Ajufe está trabalhando para que exista a ampliação dos atuais cinco tribunais regionais, federais no nosso País.

Em 1989, nós tínhamos apenas 100 varas federais no País. Hoje, nós temos 1.000 varas federais. Mas a estrutura dos cinco tribunais regionais federais permanece a mesma: 27 desembargadores nos tribunais da primeira, segunda, terceira e quarta regiões e, na quinta região, apenas 15 desembargadores. Portanto, eles não conseguem dar vazão por mais que trabalhem a ampliação da Justiça Federal e também – é importante que se diga – o aumento populacional, que, de 1989 para este ano, aumentou de 130 milhões para 200 milhões de brasileiros. Então, nós precisamos criar isso e também atender a população de nosso País.

Nós temos apenas cinco tribunais regionais federais. Nós precisamos de um tribunal regional federal na Bahia; um tribunal regional federal no Amazonas,

onde tem questões ambientais importantíssimas, por onde passa o tráfico internacional de drogas, que tem sido combatido pela magistratura federal com as suas decisões; o tribunal do Paraná. Por isso estamos lutando também pela aprovação da PEC nº 544, no sentido de levar uma justiça mais rápida à população brasileira que necessita de uma justiça célere, expedita e barata. Assim, também trabalhamos nesta Casa na Comissão de Reforma do Código de Processo Civil.

Também estamos trabalhando junto ao Ministro Ari Pargendler com o anteprojeto de lei que cria o cargo de juiz das turmas recursais. Hoje os magistrados acumulam, inclusive gerando problemas de saúde – centenas de magistrados têm relatado isso –, a função de magistrado na vara de origem com a atuação nas turmas recursais. E esse é um serviço vital para a população brasileira.

As turmas recursais atendem a população brasileira de mais baixa renda, aquele cidadão que litiga naquelas causas de até 60 salários mínimos. Aquele cidadão que tem seu benefício indeferido pelo INSS na vida administrativa, que pena nas filas do INSS, recorre ao Poder Judiciário; aquele cidadão que necessita de um medicamento, de um leito hospitalar recorre ao Poder Judiciário e utiliza os serviços dos juizados especiais federais e das turmas recursais.

Para os senhores terem uma ideia, os juízes federais, desde o ano de 2004, atenderam a nove milhões de brasileiros e pagaram R\$20 bilhões em benefício à população de direitos devidos que poderiam ter sido concedidos na esfera administrativa.

É por isso que a AJUFE está trabalhando ao lado do presidente do Superior Tribunal de Justiça, que tem feito uma grande gestão pensando no futuro da Justiça em nosso País para estruturar os juizados especiais federais. E esse projeto de lei deve vir ao Congresso Nacional nos próximos dois meses.

Estivemos conversando com o Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, com o Presidente Sarney, que estão engajados com a Ajufe nesse serviço que é essencial para a população brasileira, aquele serviço que atende a população que litiga naquelas causas até 60 salários mínimos.

É importante também colocar que, para esses investimentos, a Justiça Federal é superavitária. No ano de 2009, nós arrecadamos nas varas de execução fiscal, Senador, R\$9,7 bilhões. O custo total da Justiça Federal, com estrutura, pagamento de vencimento de servidores, subsídio dos juízes foi de R\$6,1 bilhões. Nós temos um superávit anual de cerca de R\$4 bilhões na Justiça Federal. E esse dinheiro é arrecadado através das decisões dos juízes federais. Isso é muito importante.

Estamos também trabalhando aqui em parceria com a Ministra Maria do Rosário, a Secretária de Direitos Humanos, o Senador Aníbal Diniz também é um grande defensor dessa tese, no sentido da federalização dos crimes contra os direitos humanos para evitar impunidade, porque o juiz federal está livre de pressões locais e tem melhores condições de julgar crimes que violam os direitos humanos. Temos de ter muito cuidado com esses crimes, porque o Brasil pode estar sujeito a sofrer sanções internacionais dos organismos competentes.

Então, a federalização dos crimes de direitos humanos, através de um projeto de lei é fundamental para a sociedade brasileira. Não podemos mais aceitar em nosso País violação aos direitos humanos, o trabalho escravo, o trabalho infantil. Nós temos de evoluir e levar cidadania à nossa população. Por isso a federalização dos crimes contra os direitos humanos é fundamental para evitar a impunidade em nosso País e também evitar sanções internacionais.

Em relação à segurança dos juízes, todos têm acompanhado o que a imprensa tem noticiado. No último ano, talvez, mais de 20 casos, colocando por baixo. Tivemos uma reportagem da revista VEJA, que colocou casos alarmantes. Inclusive trouxemos aqui a colega Raquel, que foi vítima dessa situação e, no dia 28 de maio, traremos mais juízes ameaçados, em uma reunião que haverá na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paim, em que estarão presentes também os presidentes dos sindicatos de juízes de Portugal, da Espanha e da Itália, que também fizeram movimentos reivindicando a independência da magistratura e maior segurança aos magistrados.

Estamos reivindicando a criação de um órgão colegiado, com três juízes, para que julgue, numa forma semelhante do grande julgamento que houve em Palermo na operação Mãos Limpas, quando houve aquele mega julgamento em Palermo, com mais de 600 condenados da máfia siciliana, naquele processo da justiça pública contra a Cosa Nostra, nós vamos criar, estamos propondo, está no Senado para ser apreciado, este PL nº 03, de 2010. Inclusive o Governo tem mostrado boa-vontade em discutir esse assunto com o Senador Mercadante. O Governo está sensível para essa questão. Mas precisamos evoluir e colocar isso em prática para dar segurança aos colegas que têm botado na cadeia os líderes do crime organizado, do tráfico internacional de drogas. Podemos ver casos, por exemplo, de Hildebrando Pascoal, casos de Fernandinho Beira Mar e todos os grandes líderes do narcotráfico internacional presos por juízes federais. Inclusive, através de uma decisão do colega Odilon, lá no Mato Grosso do Sul, foi evitado o sequestro do

filho do Presidente da República, Lula, e de mais um Ministro do Supremo Tribunal Federal, através de decisão de um juiz federal, que andam ameaçados. Os colegas que atuam na Baixada Fluminense, inclusive uma colega está indo para o trabalho com um carro blindado, o comprou usado, evidentemente, pelo valor absurdo, incompatível com o que um magistrado percebe, mas comprou, com as suas economias, um carro blindado usado para poder ir trabalhar na Baixada Fluminense.

O crime organizado do Rio de Janeiro, apesar da UPP's, ele continua forte. Há uma espécie de humanização das comunidades, o que é muito importante, mas é um risco muito grande para a sociedade brasileira. E o juiz, como diz o grande jurista Paulo Brossard de Souza Pinto, meu conterrâneo, lá do Rio Grande do Sul, no dia em que o juiz tiver medo para julgar ninguém da sociedade...

O SR. PRESIDENTE ((Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Dr. Gabriel, peço um segundo de interrupção para anunciar a presença do Juiz Roberto Veloso, e o convidar para compor a mesa junto com a gente. (Palmas.)

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Inclusive o Dr. Odilon está sendo ameaçado. Ele vive, há 13 anos, com um segurança da Polícia Federal. E é caríssimo para a Polícia Federal o sustentar, porque não existe estrutura para a Polícia Federal dar segurança ao colega Odilon. Há 13 anos ele vive em uma casa de dois pisos, sendo que o primeiro piso é apenas da segurança. Já tiveram pelo menos sete emboscadas contra o referido magistrado, que é colega da Dr^a Raquel, que está aqui ao lado. Inclusive foi divulgado pelas organizações criminosas, que o assassinato dele custaria US\$300 mil. Fatos assim, que ocorrem, realmente nos deixam muito preocupados. Precisamos criar uma polícia judiciária, e não vai haver qualquer custo para a União, isso porque os agentes de segurança já são concursados – estão aqui presentes –, são treinados e poderiam inclusive sofrer até uma supervisão da Polícia Federal, com o serviço de inteligência, uma parceria. Mas eles têm pago o porte de arma inclusive do próprio bolso. É um absurdo que um agente de segurança da Polícia Federal esteja pagando o porte de arma do próprio bolso.

Temos o caso da cole Liza, de Ponta Porã, que foi ameaçada. Estive com o Ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça, que nos recebeu muito bem; a Polícia Federal também, o Dr. Daielo; assim como o ex-diretor-geral, Dr. Luiz Fernando Corrêa, que nos recebeu da melhor forma possível; só que nesse caso, por exemplo, da colega Liza, que foi ameaçada por um líder do tráfico internacional de drogas em Ponta

Porá, pedimos auxílio ao Ministro da Justiça; ele determinou que esse auxílio fosse concedido; a Polícia Federal teve efetivo para levar segurança até a colega 15 dias depois. Voltamos lá e o Ministro mandou imediatamente. Mas não tem efetivo. Por mais que se esforce – faz um grande trabalho a Polícia Federal no nosso País, digno de nota, mas não tem efetivo para fazer a segurança dos magistrados, de suas famílias e também da população que frequenta os prédios da Justiça Federal.

Tivemos o caso de um cidadão que tomou um tiro no Juizado Especial de Mogi das Cruzes em São Paulo, por exemplo, em outubro do ano passado, um Oficial de Justiça na verdade. Então, precisamos dar condições de trabalho aos agentes de segurança da Polícia Federal, para que eles possam fazer a polícia ostensiva. Inclusive eles auxiliam muito na condução dos presos. Às vezes demora 15 dias para um preso ser ouvido, no Sul, porque não tem efetivo da Polícia Federal, e quem ajuda é o Grupo Especial de Segurança da Polícia Federal do TRF4, o GES, que tem feito um trabalho espetacular em defesa dos magistrados, mas estão pagando porte de arma do próprio bolso, não têm poder de polícia para fazer essa segurança fora dos prédios para os magistrados e famílias ameaçados, para os servidores e para a população que frequenta esses prédios.

Estamos precisando de uma sensibilidade do Governo nesse sentido, e não haverá prejuízo porque já estão concursados e contratados.

Ora, aproveitamos o espaço para dizer que estamos lutando pelo cumprimento de uma decisão do Conselho Nacional de Justiça que garantiu, no ano passado, o que a Constituição já garante, a igualdade de direitos entre o Poder Judiciário e o Ministério Público. Uma decisão tomada por dez a quatro, vencido o Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Cezar Peluso. Essa decisão não foi executada até hoje. E essa decisão iguala os direitos do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Registro aqui que não existe lugar nenhum do mundo em que o Poder Judiciário esteja abaixo do Ministério Público em matéria de direitos e prerrogativas. Não existe lugar nenhum do mundo, não existe sistema constitucional nenhum do mundo que o Poder Judiciário esteja abaixo do Ministério Público e de carreiras jurídicas hoje que já ultrapassaram o Poder Judiciário. O Poder Judiciário é aquele que decide. Em toda e qualquer constituição, ele é o ápice das carreiras no sistema constitucional, por uma questão de organização dos poderes: Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo. Então, está se perdendo essa situação.

É importante então que se faça um diálogo. Sugerir inclusive ao Ministro Peluso, em reunião que tivemos há um mês, que se leve ao Terceiro Pacto Republicano essa situação. Talvez se discuta isso no Terceiro Pacto Republicano. Vejo uma boa vontade muito grande no Congresso no Governo da Presidente Dilma, que é uma técnica, tem feito um bom governo pelo País, está abrindo as negociações nessas questões importantes; é um governo que está agindo com maturidade e com o qual vamos construir juntos uma alternativa para essa situação, que não é uma situação dos juízes e condições de trabalho para atender bem à sociedade. E eu confio muito, estou muito otimista com as conversas que temos tido com o Governo. Esperamos que o Presidente do Supremo avance nessas discussões para que possa, também, entrar nesse ritmo, que já ocorrendo entre o Legislativo e o Poder Executivo.

Então, anuncio mais uma vez que no dia 28 de abril, aqui no Senado, haverá essa – está confirmada, Senador? – audiência pública com o Senador Paim com a presença do presidente dos sindicatos da Itália que vai falar sobre a Operação Mãos Limpas. Os Presidentes da Espanha e Portugal, porque lá houve greve. Nós vamos fazer dia 27 não é uma greve, é uma paralisação. Vamos atender à toda sociedade brasileira e todas as questões urgentes serão atendidas pelos juízes federais e vamos fazer um grande debate com a participação da sociedade e da imprensa, em especial, que precisa participar. Precisamos de uma imprensa livre, uma imprensa que informe. A Presidente Dilma nesses dias disse uma frase que gostei muito. Ela colocou que ela preferia uma imprensa firme e que critica e que fiscaliza do que o silêncio da ditadura. Uma grande frase da Presidente Dilma e é isso que esperamos da imprensa, uma crítica que se manifeste, que participe do debate. Isso é muito importante.

Também estamos lutando na Justiça Eleitoral, Senador Diniz, ouvindo um clamor social, inclusive, porque a Justiça Eleitoral é uma Justiça Federal, e queremos ampliar para mais dois juízes federais nos TREs. E também estamos lutando para que onde existe justiça federal no interior do País, porque tínhamos 100 varas federais apenas em 1989, hoje nós temos 1000. Ou seja, a Justiça Federal está interiorizada. Sendo a Justiça Federal uma Justiça Eleitoral, é evidente que essa competência deve passar para a Justiça Federal porque ela é uma competência federal e vai economizar, vai gerar economia aos cofres públicos, porque hoje os colegas estaduais que fazem um bom trabalho recebem gratificações. Então, a medida da Ajufe que entramos com pedido junto ao Ministro Carvalho, do TSE para que seja alterada a interpretação da Resolução do TSE para levar a competência do juiz federal

para julgar essas causas eleitorais, com a vantagem que a Justiça Federal, hoje, está toda informatizada no País; seu corpo de servidores, hoje, grande parte possui pós-graduação, é uma justiça expedita, rápida e vai gerar, sem dúvida nenhuma, uma economia aos cofres públicos e sem contar outra questão muito importante, além da economia aos cofres públicos, porque o juiz recebe subsídio da União. Hoje o juiz estadual recebe recursos que vêm da União Federal, quando exerce competência eleitoral.

E, talvez, o mais importante seja o seguinte, o juiz federal está vinculado à União. Ele não sofre qualquer ameaça ou pressão lá no município, lá no Estado. Então é isso o que precisamos, a exemplo do que ocorre na federalização dos crimes contra os direitos humanos, também ocorre na Justiça Eleitoral, Senador Diniz.

Nós precisamos ter uma Justiça Eleitoral moderna, transparente. Ela já evoluiu muito, mas podemos avançar ainda nesse sentido com economia para o País e com uma justiça de excelência e os juízes federais querem participar disso aí. E os juízes estaduais continuarão com uma competência residual; onde não tem vara federal eles continuam julgando sem qualquer problema. Continuariam com a competência de 77% das zonas eleitorais do País, os juízes estaduais. Nós ficaríamos com 23%. Evidentemente, as maiores cidades e capitais, porque a Justiça Eleitoral, repito, é uma Justiça Federal como determina o texto constitucional e, hoje, a realidade é outra, porque a Justiça Eleitoral está interiorizada em todo o nosso País. Não há dúvida disso e há um clamor social, inclusive, para que isso ocorra.

Por último, vou dar algumas pinceladas porque estou com o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul, Presidente da Associação dos Juízes Federais da 5ª Região, que engloba oito Estados e o Presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região, Ajufer, Dr. Roberto Veloso que representa 14 Estados da Federação.

Vou dar uma pincelada rápida, porque participei disso. Nós trabalhamos, Senador, junto ao governo Lula irmanados com o Presidente Jobim, que era Presidente da STF à época do Pacto Republicano.

Construímos o Pacto Republicano juntos, porque existia no país àquela época, Senador Pimentel, salários no serviço público imorais, que violavam o princípio da moralidade, que variavam entre R\$80 mil e R\$100 mil por mês, salários realmente imorais.

A Ajufe lutou publicamente em 2005 para que se criasse o teto constitucional do funcionalismo público, ou seja, nenhum servidor público do país poderia ganhar mais do que o subsídio do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Fizemos uma negociação, a Magistratura abriu mão dos adicionais por tempo de serviço, a Magistratura abriu mão das gratificações, abriu mão de quaisquer vantagens para viver exclusivamente do subsídio. Havia quem tivesse cinco, seis, sete adicionais por tempo de serviço. Abriram mão disso em defesa desse fim mais nobre para a sociedade, que era o teto constitucional para evitar os supersalários.

O Estado brasileiro, evidentemente, economizou muito desde 2005 com a criação do teto constitucional, que foi resultado de uma parceria do Congresso Nacional, do Senado, da Câmara, do Executivo, com o Presidente Lula, o Presidente Jobim, que vinha muito a esta Casa fazer essa articulação, conversar – e construiu uma saída com sua qualidade de jurista e de grande político constituinte. Foi construída essa alternativa benéfica que gerou economia para a sociedade brasileira.

Ocorre que foi inserido no texto constitucional que esse teto receberia uma reposição anual de acordo com o índice oficial do Governo. Isso foi escrito na Constituição. Está escrito na Constituição que todo ano tem de haver uma reposição inflacionária. E não se pode dizer que isso seja uma responsabilidade do Legislativo ou do Executivo. O Judiciário precisa negociar isso. O Judiciário precisa conversar, construir uma saída, debater. Isso é muito importante, tem de ser construído. Não adianta. O Poder, principalmente a cúpula... O Supremo Tribunal Federal é um tribunal político. É necessário que se construam as grandes políticas públicas em nosso país. É preciso construir, debater sobre política, conversar, isso é muito importante.

O teto constitucional está há seis anos sem revisão, recebeu apenas uma reposição de 8%...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Presidente, eu pediria que concluísse mesmo, sob pena de ficarmos com as outras falas prejudicadas por conta do nosso tempo limite.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Vou concluir.

É importante que se aprove o Projeto de Lei nº 7.749 para que não comecem as corporações a criar projetos de lei para furar o teto, para que não se comece a procurar decisões judiciais para furar o teto constitucional. Vamos fazer com que o teto funcione nesse Pacto Republicano. Isso já foi sugerido ao Ministro Peluso. Vamos fazer com que esse teto funcione. Isso é muito importante para o nosso país. Esse teto foi altamente moralizador

Então, é disto que precisamos: que esse teto constitucional funcione, que a Constituição seja cumprida. Esse é um esforço que não é só do Congresso, é um esforço que deve ser dos três Poderes, mas é

preciso haver diálogo, é preciso conversar, é preciso construir.

Agradeço a palavra, agradeço a paciência de todos por ouvirem a minha fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Passo imediatamente a palavra para o Dr. Glauber Pessoa e também para a Dr^a Raquel Domingues, que vão dividir o mesmo tema. Pediria um pouco de concisão na exposição porque me parece que temos Ordem do Dia logo em seguida e, quando isso acontece, todas as comissões têm de se ser paralisadas. O Senador Pimentel pode me corrigir se eu estiver enganado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Na verdade, não se pode deliberar, qualquer deliberação é nula.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Perfeito. Então, temos um pouco mais de tempo.

O SR. GLAUBER PESSOA ALVES – Senador José Pimentel, eminente Presidente desta CCJ; Senador Aníbal Diniz, que ora preside esta Comissão; colega Gabriel Wedy, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, em nome de quem saúdo todos os colegas aqui presentes e demais assistentes, tenho a honra de falar em nome da Ajufe e também da Associação Regional que presido, a Associação de Juizes Federais da 5ª Região.

Leopoldino Marques do Amaral atuou como Juiz no Estado do Mato Grosso e denunciou um esquema de corrupção. Antônio José Machado Dias atuou como Corregedor das execuções penais em Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, que mantinha sob segregação, e mantém até hoje, membros de conhecida organização criminosa daquele Estado. Alexandre Martins de Castro Filho atuou como Juiz Corregedor das execuções penais no Espírito Santo.

A triste coincidência entre esses três magistrados é que todos eles estão mortos. Todos foram assassinados.

Leopoldino Marques do Amaral foi assassinado de forma especialmente cruel, com um tiro no rosto e outro na nuca. Quem tem algum conhecimento sobre crime organizado, sobre máfia, sabe que esse tipo de execução é um recado muito forte de retaliação do crime organizado, porque desfigura o rosto daquele que foi morto e atinge essencialmente os familiares, que sequer poderão velar o corpo em caixão aberto.

Antônio José Machado Dias foi morto ao sair do fórum.

Alexandre Martins de Castro Filho foi morto ao chegar a uma academia de ginástica.

Todos eles juízes de Estados diferentes da Federação: Mato Grosso, São Paulo e Espírito Santo. No ano passado, em 2010, o Desembargador Luís Antônio Araújo Mendonça, que então integrava – não sei se ainda integra – o TRE de Sergipe, sofreu forte atentado, tendo sido seu carro atingido por vários tiros. Ele saiu ferido e atuava no Tribunal Eleitoral.

São todos juízes dos Estados ou juízes que integram TRE exercendo jurisdição da União, jurisdição federal.

No âmbito da Justiça Federal, temos Odilon de Oliveira, que, durante muitos anos, foi o responsável pela região de fronteira. Ele condenou diversos criminosos no nosso País. Odilon vive desde 1998 sob escolta da Polícia Federal.

No interior de Pernambuco, o colega Tiago Antunes de Aguiar, que descobriu um esquema e atuou em um processo de fraude em leilões públicos e em esquemas de departamentos de trânsito, descobriu um plano de assassiná-lo, um plano de assassinato.

Em Alagoas, o Juiz Rubens Canuto descobriu uma quadrilha especializada em fraudar os cofres do INSS. Havia um pistoleiro contratado para assassiná-lo e ao Procurador da República que atuava no caso.

Lisa Taubemblatt, do Mato Grosso, condenou um traficante e houve um plano para assassiná-lo.

A colega Raquel, que vai falar com mais profundidade, atuou como Corregedora de um presídio de segurança máxima em Mato Grosso. Ao se negar a transferir um conhecido narcotraficante, teve sua família ameaçada de sequestro e rapto.

Pedro Francisco, magistrado que atuou no Acre durante 13 anos – o Senador Anibal Diniz certamente conhece –, descobriu que um grupo de pessoas que ele prendeu estava com um plano em andamento para assassiná-lo.

Ana Paula Vieira de Carvalho é Juíza Federal no Rio de Janeiro e responsável por casos polêmicos, especialmente máfias de jogos ilegais. Hoje vive sob ameaça e também anda com segurança e com carros blindados.

O colega Ademar Aires Pimenta da Silva, de Tocantins, após condenar uma quadrilha de narcotraficantes que utilizavam aviões, fazendas e se valiam de proteção legal para a distribuição de drogas, descobriu um plano de sequestro do seu filho de quatro anos, por ter atuado nesse caso.

Destaquei os juízes do Estado, destaquei um desembargador no Estado que estava em exercício no TRE e destaquei colegas da Justiça Federal que sofreram ou sofrem, ainda hoje, a repercussão de ter atuado no combate ao crime organizado no Brasil.

Esses colegas foram atingidos naquilo que para todos nós é mais sagrado: a nossa família. É dessa forma que o crime organizado age, tentando desestruturar mentalmente, sentimentalmente os colegas que atuam.

Ao lado disso, o colega Wedy já acentuou, foram instaladas, no processo de interiorização da Justiça Federal, varas nos mais diferentes rincões do País. Hoje podemos dizer, com muita profundidade, que, do Oiapoque ao Chuí, nós temos juízes federais atuando no País. A Justiça Federal, que antes se concentrava nas capitais e nas maiores cidades, está hoje presente em cidades de porte médio e em cidades de pequeno porte, principalmente em regiões de fronteira.

A instalação das varas federais não se tem feito acompanhar da instalação de uma estrutura de apoio por parte do aparato de segurança estatal. Nem sempre sedes de vara federal são sedes de delegacia da Polícia Federal. Ainda sim essas varas são responsáveis pelo combate ao crime. Ainda sim esses colegas têm de atuar destemidamente como forma de repressão, como forma de honrar a profissão que exercem.

A Ajufe apresentou uma sugestão à Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa da Câmara dos Deputados, que virou hoje o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010, em trâmite neste Senado da República, que traz alguns pontos essenciais, que não são uma blindagem, mas um aprimoramento do processo de proteção dos agentes do poder judicial.

Os pontos principais são a formação do colegiado de juízes para atuar no processamento dos agentes criminosos que integrem o crime organizado. Sempre que o juiz do caso entender necessário, ele pode, em decisão fundamentada, pedir que se forme um colegiado para atuar em decisões específicas, em casos específicos, onde a dispersão da responsabilidade pela decisão monocrática seja acarretada pelo julgamento plúrimo, pelo julgamento que dilua a responsabilidade e o risco à integridade física de vida do colega que, ao decidir monocraticamente, verá a sua vida e a de seus familiares ameaçada.

Ao mesmo tempo, medidas de segurança são implementadas no PLC: a instalação de detectores de metais e câmaras de vigilância, de equipes de segurança nos tribunais de todo o País. Isso é o mínimo que tem de existir.

Propõe-se também por esse PLC a alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal. No Código Penal, para autorizar a perda de bens e valores dos agentes envolvidos no chamado crime organizado. Prevê também o aumento de pena para o crime de formação de quadrilha. A alteração no CPP permite a alienação antecipada do produto do crime obtida por

esses agentes. Prevê também a alteração do Código de Trânsito Brasileiro para que os veículos das autoridades judiciárias sob ameaça tenham restrição na publicidade de seus dados. Altera-se também o Estatuto do Desarmamento – isso foi objeto de consenso aqui na Casa legislativa – permitindo que aos tribunais, aos órgãos do Ministério Público seja concedido porte de arma para que, mediante regulamentação específica do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público e desde que esses agentes tenham suficiente preparo psicológico e técnico, nos termos do Estatuto do Desarmamento, esses agentes também possam prestar, sob forma complementar, a proteção e a segurança dos magistrados.

Ao mesmo tempo, há um artigo de capital importância que prevê expressamente que competirá às forças policiais a proteção às autoridades judiciárias e aos membros do Ministério Público, assim como a seus familiares a proteção em situações decorrentes do risco do exercício da profissão.

Esse PLC, os eminentes Senadores já têm conhecimento, entrou na pauta do dia 23, mas houve um requerimento de autoria do Senador Gim Argello para solicitar o adiamento da votação por 30 dias.

Nós conversávamos hoje no almoço e sensibilizou-me especialmente a situação da colega Raquel, e ela vai dar dados mais precisos sobre como o crime organizado age e como ele procura desestabilizar as instituições democráticas por meio dos agentes políticos que exercem as funções republicaneamente estabelecidas.

Mas eu trouxe uma situação peculiar, de um colega que pediu para não declinar seu nome: uma vez descoberto um plano para assassiná-lo, primeiro foram oferecidos R\$30 mil a um pistoleiro, que declinou, porque disse que não mataria um juiz federal por esse valor e que precisaria de mais. No entanto, foi oferecido esse valor a outro pistoleiro, que declinou porque teria problemas renais. Finalmente, apareceu um que se ofereceu para assassinar o colega por R\$120 mil, porque ele teria de fugir para o Mato Grosso, porque seria muito perseguido e teria muitos problemas por conta disso.

Esse colega pediu a proteção do Estado, do presidente do Tribunal em questão, houve um inquérito policial para apurar essas ameaças e esse inquérito está em andamento. Ao mesmo tempo, ele pediu a proteção da Polícia Federal. O setor responsável da Polícia Federal naquele ano, em 2009, 2010, disse que não forneceria proteção àquele magistrado porque na estrutura da Justiça Federal existiam os cargos de agentes de segurança e esses cargos dariam proteção aos juízes. Ao mesmo tempo, a Superintendência da

Polícia Federal do Estado estava negando os portes de arma aos agentes de proteção.

O colega perguntou: “Quem vai fazer a minha proteção? A Polícia Federal? A polícia judiciária está-se negando, diz que não tem contingente ou não tem recursos.”

A gente não tem uma norma que, por lei, garanta aos servidores especializados e tecnicamente preparados o exercício da proteção da autoridade, a chamada polícia judiciária, que foi tão bem destacada por Wedy. Não é uma superpolícia, como talvez alguém pense. Não é a criação de um aparato de segurança, é um aparato de defesa. Esse conceito de segurança é até abandonado no âmbito dos Estados, que não falam mais em secretaria de segurança pública. É secretaria de defesa, é um aparato de defesa para que os magistrados possam atuar de forma independente. É o mínimo existencial.

Esse colega se sentiu extremamente desprotegido pelo Estado quando teve esse pleito e não pôde se sentir reconhecido pela sua União, pela Federação, como agente de segurança.

Um detalhe: eu estive, no ano passado, num evento na Espanha e, lá, a gente tomou conhecimento da estrutura judiciária daquele país.

Nós, brasileiros, temos mania de nos compararmos a outros países do primeiro mundo, do antigo primeiro mundo, trazendo as coisas boas. Para as coisas ruins, a gente meio que fecha a vista, não é? Mas, uma coisa interessante: a Audiência Nacional, que é um órgão de jurisdição daquele país similar, em competência, à Justiça Federal, tem cerca de 100 a 150 magistrados. Eles têm um aparato de segurança que envolve mais de 400 agentes de proteção, que dão proteção aos magistrados, e aos magistrados em situação concreta de risco, dia e noite. Dia e noite. Os colegas de lá nos deram o depoimento de que se sentem absolutamente seguros e independentes para julgar o crime organizado.

Aquele país tem um problema sério com o terrorismo que nós ainda não temos, mas que, se o Estado não der uma resposta, nós teremos um dia, porque as organizações criminosas não agem como no passado. Elas são empresas, elas pensam e atuam como empresas para o fim de ver o seu lucro ser ampliado. Os juízes são um detalhe nessas empresas. Então, os juízes têm de ser anulados, porque juiz, para uma organização criminosa, um juiz atuante significa menos lucro, ou significa prejuízo.

Então, a gente tem de raciocinar dessa forma.

Nesse particular, a Ajufe, a Rejufe e as demais entidades representativas da magistratura federal – acredito que o colega Veloso e o colega Spizzirri também

se associam a isso –, ora elevadamente representadas pela CCJ, requerem a aprovação imediata do PLC 3, de 2010, para garantir a segurança dos cerca de 15 mil juízes brasileiros da magistratura federal e da magistratura estadual, para que exerçam serenamente sua profissão. Mas eu faço uma solicitação especial ao Senador Aníbal e ao Senador José Pimentel. Solicito às gestões dessa...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Pedro Taques, que é Procurador da República, nos honra com a sua presença também.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Solicito especialmente a esta Casa, se possível, oficie, se possível, mantenha o contato direto com o Ministério da Justiça e com a direção da Polícia Federal para que sempre que haja uma situação concreta de risco à integridade de magistrados, não é banalização disso, mas sempre que haja uma situação de risco, haja uma especial agilidade no sentido de propiciar a proteção a esses agentes. Essa proteção tem sido negada sobre as mais diversas sorte de alegações, mas, essencialmente, falta de contingente, ou falta de recursos para pagar as diárias dos agentes.

A pergunta que fica é: que sociedade será essa em que os agentes judiciários não terão sua proteção assegurada, que sentirão receio de julgar e que, por terem receios de julgar, estarão cedendo ao chamado crime organizado?

Esta a solicitação que, sensivelmente, eu peço a esta Casa, no sentido que interceda a esse favor.

Agradeço pela atenção de todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Passo, imediatamente, a palavra a Dr^a Raquel Domingues Conion, Juíza de Direito Federal.

A SR^a RAQUEL DOMINGUES – Saúdo todos os presentes nas pessoas dos Senadores Aníbal Diniz, José Pimentel e Pedro Taques.

Eu gostaria apenas de compartilhar com os senhores, que são os representantes do povo brasileiro, e com todos os presentes uma situação vivida por mim, como Juíza, como cidadã brasileira e, sobretudo, como mãe, no ano de 2008, quando, então, eu substituí o Dr. Odilon de Oliveira, na 3^a Vara de Lavagem, em campo Grande, Mato Grosso do Sul, e na execução penal do presídio federal e também era Juíza lotada da 5^a Vara Criminal Residual, por ocasião de o juiz titular estar em férias. Então, eu acumulava, no Mato Grosso do Sul, a competência de três Varas Criminais.

Naquela ocasião os presídios federais eram recém-implantados. O Presídio Federal de Catanduvas tinha sido implantado, se não me engano, no ano de 2006/2007, e o Luiz Fernando da Costa, de todos

conhecidos neste País, havia sido transferido para o Presídio de Catanduvas e, logo a seguir, para o Presídio Federal de Campo Grande. Os senhores devem se recordar que, em 2006, houve uma série de distúrbios em São Paulo: ônibus queimados, prédios públicos incendiados, em um movimento organizado pelo organização criminosa, conhecido como primeiro comando da capital. Quando Luiz Fernando da Costa foi cumprir pena em Catanduvas, ele passou a ter contado com membros dessa organização criminosa do PCC. Assim que foi transferido para Campo Grande, trouxe consigo, segundo as investigações feitas à época pela Polícia Federal, a ideia de articular em Campo Grande, uma cidade até então com 800 mil habitantes, um movimento semelhante ao que aconteceu em São Paulo, com o objetivo de sair do presídio federal. As investigações apontavam que o custodiando, o apenado, Luiz Fernando da Costa, gostaria de voltar a cumprir pena no presídio estadual de Bangu, no Rio de Janeiro, estava inconformado de continuar nos presídios federais.

Naquela ocasião, o Delegado Elzio Vicente da Silva e a Delegada Paula Fontanele, que inclusive poderiam ser ouvidos por esta Comissão, comandava uma investigação sobre esse “mover” do PCC e do Comando Vermelho, no sentido de engendrar a fuga do Luiz Fernando e de outros presos dos presídios federais.

Esses delegados nos procuraram em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, porque na época eu era a juíza da Execução Penal da 3^a Vara e da Vara de Lavagem, para relatar esses fatos, procurar o Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, na época chefiado pelo Dr. Blal. Fizeram várias reuniões conosco, relatando que a investigação apontava no sentido de que seria feito um distúrbio dessa natureza em Mato Grosso do Sul.

Meses antes, o Luiz Fernando da Costa havia sido condenado pela vara do colega Sérgio Moro, também juiz federal, em Curitiba. Não só ele como sua esposa, Jaqueline. Luiz Fernando estava também inconformado com a condenação da esposa, Jaqueline.

Foram feitas essas reuniões. Advertiram-nos de que poderia haver, em Campo Grande, esses distúrbios. Essa investigação prosseguiu e, no decorrer desses dias, recebemos um ofício do juízo da execução penal do Estado do Rio de Janeiro, que havia pedido a inclusão do Luiz Fernando nos presídios federais, no sentido de que Luiz Fernando deveria voltar para o Rio de Janeiro. Paralelamente a isso, havia a investigação que apontava que ele queria fugir e que estava tramando toda essa história juntamente com o PCC.

Na época, assim que recebi esse ofício da colega juíza estadual da execução penal do Rio de Janeiro, também recebi um telefonema do Dr. Cristiano, membro do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, que comandava uma força-tarefa no sentido de que Luiz Fernando da Costa deveria permanecer no Presídio Federal de Campo Grande. Ele não poderia voltar ao Rio de Janeiro porque não só ele arquitetava um plano de fuga ali, mas pretendia também ceifar a vida de um membro do Ministério Público, uma promotora de Justiça, no Rio de Janeiro.

Esse era o quadro. Recordo-me como hoje que, numa quinta-feira, fomos visitados pelos dois delegados. A investigação não era feita pela Superintendência de Mato Grosso do Sul, e sim pelo DIP, Departamento de Inteligência, aqui em Brasília. Na época, o Diretor de Inteligência do Presídio da Polícia Federal era o Dr. Daniel Lorenz. Participaram dessa reunião os procuradores da República que atuavam em Campo Grande e os juízes federais. Inclusive até juízes de varas cíveis, porque havia risco de um ataque ao prédio da Justiça, ao prédio do Ministério Público.

Antes de ser juíza, sou mãe. Tenho hoje três filhos. Na época, eu tinha os dois mais velhos. Eu tinha um filho com nove anos e outro com um ano e meio. Nessa mesma reunião foi aventado que eu poderia sofrer risco de extorsão, porque já havia uma movimentação do PCC e do Comando Vermelho na cidade de Campo Grande. Eu estava para decidir se o Luiz Fernando da Costa voltaria ou não para o Rio de Janeiro. Havia um pedido da Justiça Estadual do Rio de Janeiro, havia um pedido do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro no sentido de que ele não voltasse, havia uma investigação da Polícia Federal que apontava a fuga de Luiz Fernando, e eu estava com essa decisão sobre a minha mesa.

Dias depois, uma colega da Vara de Lavagem do Rio de Janeiro, Margareth, juíza federal, condenou Luiz Fernando da Costa em um processo de lavagem e pediu a inclusão dele na execução provisória da pena no presídio federal. Então, ali, eu tinha argumentos jurídicos, tinha um motivo para que Luiz Fernando continuasse em Mato Grosso do Sul, no presídio federal.

Recordo-me de que, numa quinta-feira, depois daquela reunião na qual fomos advertidos de que poderia haver esse distúrbio em Campo Grande, eu poderia ser vítima de uma extorsão, um dos meus filhos poderia ser sequestrado para que eu desse a decisão tal qual o custodiando almejava, o que me ocorreu foi pedir a ajuda dos meus pais, de Deus, dos amigos, porque eu tinha que cumprir meu dever como juíza, mas antes, claro, cumprir meu dever como mãe. Então, um casal de amigos dos meus pais, a quem devo muita

obrigação e sempre serei grata, um casal de idosos, com quem eu não tinha contato imediato, então, que jamais levantaria a suspeita de que meu filho estivesse lá, se propôs a acolher meu filho na casa deles para que eu tivesse paz de espírito e serenidade para tomar aquela decisão.

Eu me recordo como hoje que meu pai chamou meu filho para tomar sorvete. Levou meu filho até um *shopping*, entregou meu filho nas mãos desse senhor. Esse senhor saiu pelo estacionamento e levou meu filho para a casa dele. Meu filho permaneceu lá por vinte dias.

Isso foi na sexta-feira. No domingo – meu marido é agente da Polícia Federal e trabalhava na Delegacia de Imigração –, por volta das nove horas, ele foi acionado, porque acontecia um ataque ao Presídio Federal de Campo Grande. Naquele momento, nós não sabíamos o que estava, de fato, acontecendo. Poderia ser aquele ataque difuso para que o DIP havia nos alertado na quinta-feira e que poderia acontecer na cidade de Campo Grande. A investigação do DIP era compartimentada. A Superintendência de Mato Grosso do Sul não tinha conhecimento dessa investigação. Essas investigações da Polícia Federal são compartimentadas. Quando houve o distúrbio no Presídio, a Superintendência, de imediato, convocou meu marido. E então me veio à mente: “Já está acontecendo. Avisaram-nos na quinta-feira e já está acontecendo”. O que eu fiz? Liguei para o prédio da Justiça, para pedir para os guardinhas tomarem as providências, os agentes de segurança, fiz contato com o Ministério Público e fiz contato com aquele Delegado, o Dr. Elzio Vicente da Silva, e ele fez contato com a Superintendência. E, naquela noite, a Polícia Federal mandou para a minha casa alguns agentes, para que cercassem minha casa porque eu morava em um prédio que fica na frente de uma avenida completamente vulnerável a uma ação. E tudo apontava para o início de uma ação semelhante à que havia ocorrido em São Paulo, em 2006, em que casas de magistrados poderiam ser alvo de atentados.

Na mesma noite, a Polícia Federal levou para o quartel da Polícia do Exército o Dr. Odilon de Oliveira, sua esposa, seus filhos, seus netos, todos passaram aquela noite no quartel. Eu me lembro que na minha casa tem um corredor, no apartamento onde eu morava tinha um corredor. Meu marido jogou um colchão naquele corredor e pediu que eu ficasse ali deitada com meu filho de um ano e cinco meses, porque ele tinha receio de que a casa fosse alvejada, e aquele corredor era o local mais seguro.

Eu sei que, naquela noite, por volta das três, quatro horas da madrugada, eu saí da minha casa com meu filho de um ano e seis meses em um camburão

da Polícia Federal. Um camburão, que é tão criticado pelas pessoas, mas eu, como juíza, também já andei em um camburão da Polícia Federal, nessa situação. Coagida por bandidos. Fui levada. E pedi para ir para a casa de uma amiga, Procuradora da República, a Dr^a Danilce Vanessa, Procuradora da República em Mato Grosso do Sul, que morava em um prédio menos vulnerável. Juntei algumas coisas, minhas roupas de trabalho do dia seguinte. Nesse momento, já havia uma investigação em andamento. Paralelamente a isso, havia uma investigação que apontava que também poderia haver sequestro de autoridades da República. Sobre esse fato, sou impedida de falar porque, nesse processo, há segredos de Justiça pontuais, mas creio que os membros desta Comissão podem officiar ao Dr. Dalton kita Conrado, Juiz da 5^a Vara, onde está esse processo, processo da vulga “Operação Xis”.

Naquela noite, fui para a casa de Vanessa, que me acolheu, a quem sou grata também. Na manhã seguinte, fui para a Justiça, com a roupa do corpo. E havia a recomendação de que não voltasse para a minha casa porque minha casa era vulnerável. Até então, não se sabia o que estava acontecendo. Fiquei uma semana sem ter para onde ir. Ir para um hotel? Como um juiz, em situação de risco, com filho, vai para um hotel? O hotel é vulnerável. Ir para a casa de amigos, expor os amigos? Ir para a casa dos meus pais? Eu nem queria que soubessem quem eram os meus pais. Meus pais são pequenos comerciantes, e eu tinha receio que, nesse contexto, até o comércio deles, a atividade de trabalho deles fosse atingida.

Naquele momento, eu contei com o apoio de servidores da Justiça Federal. Uma servidora da 5^a Vara, que era minha auxiliar datilógrafa, me acolheu. Chegou e me convidou para dormir na casa dela porque ninguém perceberia. E eu iria no final do expediente. Passei uma semana dormindo na casa dessa servidora – eu, meu marido, meu filho menor, de 1 ano e 5 meses.

Nessa semana, a Polícia Federal me disponibilizou uma escolta no trajeto; ida e vinda. E eu não pude ir para minha casa enquanto a investigação continuasse. Tive que levar a babá do meu filho de 1 ano e 5 meses para dentro da Justiça Federal, sem o menor conforto. É a Sr^a Natalina, que está viva e é testemunha. Pessoa muito simples que, na sua simplicidade ficou horrorizada: como um juiz tinha que enfrentar o crime organizado sem nenhum apoio do Estado? Na sua simplicidade, ela comentou comigo: “Como a senhora tem que fazer esse trabalho tão difícil, tão perigoso, sem nenhum apoio?”

Essa é a realidade dos juízes federais; não só a minha. Essa é a realidade do Odilon de Oliveira, que

conta hoje com escolta, mas já correu o risco de perder essa escolta. Perdeu, mas a Ajufe atuou e o Dr. Paulo Lacerda, na época Diretor da Polícia Federal, restabeleceu. Nessa situação está a colega Lisa e aqueles outros colegas que o Laubert relatou.

Meu filho Otávio, de 9 anos, na época desses fatos, permaneceu 20 dias mais precisamente na casa desse casal de idosos, sem ir à escola. A última coisa que ele quer é ser juiz. Ele já me perguntou várias vezes por que não sou arquiteta, engenheira, médica. Eu tentei explicar para ele que sou juíza porque amo ser juíza, porque quero servir ao meu País como juíza.

Uma república é feita de homens e mulheres, de pessoas de carne e osso, e os bandidos sabem disso. O Poder Judiciário, encarnado por juízes que são pais e mães que precisam defender suas famílias. Da forma como estamos fazendo, não vamos combater o crime organizado.

O fato lamentável que aconteceu no Rio de Janeiro, e a imprensa está explorando ao máximo, é monstruoso, é terrível, é chocante. Mas eu digo aos senhores que essa monstruosidade acontece de forma silenciosa todos os dias, sob nossos narizes, meninos e meninas ceifados pelo *crack*, aquela pasta base. Ali chocou por causa da monstruosidade do impacto daquele homem entrando lá e atirando nas pessoas. Mas não se esqueçam os senhores que os traficantes, os membros do crime organizado matam todos os dias com mais requintes de crueldade do que aquele insano que entrou em Realengo. E não podemos tratar esses homens que estão solapando o poder da República, que estão solapando o Estado democrático de direito, tão duramente construído – e esta Casa, os *Anais* desta Casa são prova disso –, não podemos tratá-los da forma como estamos tratando, com ingenuidade.

Se o direito à privacidade é um direito fundamental, a segurança pública também é fundamental. Está aqui no artigo 5^o. É só a gente reler a Constituição: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança”. A segurança aqui não é só a segurança formal, segurança jurídica, não; é a segurança material, é a segurança pública. Segurança pública é consectário da dignidade da pessoa.

E digo isso por experiência própria, de pele, porque naquele dia que saí de minha casa, de camburão, eu, uma juíza que estava cumprindo com o meu dever, tive a minha dignidade não só como juíza, como membro de Poder, mas como cidadã, solapada.

Enquanto tratarmos essa questão com hipocrisia, não vamos avançar. Precisamos urgentemente reestruturar a carreira dos agentes de segurança da

Justiça Federal. Esses homens têm que ter poder de polícia, têm que ter arma e têm que ter treinamento. Precisamos reestruturar a legislação, dar aparato e efetivo à Polícia Federal, para que ela garanta a segurança dos juízes da República. Precisamos tipificar o crime de conspiração contra a vida de autoridade. Hoje, o sujeito conspira contra a vida de um juiz, conspira contra a vida de um procurador da República, e esse tão só fato de conspirar é atípico. Mas esse é um crime formal. Em outros países isso, por si só, é crime. Precisamos tipificar a conduta daquele advogado que deixa de ser advogado, que trai esse múnus lindo que a Constituição da República lhe confiou, para gerir atos do crime organizado.

Está aqui: “O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão e nos limites da lei”. A Constituição outorgou esse múnus, essa responsabilidade à advocacia, uma das profissões mais nobres. E aquele advogado que trai a Constituição, que trai esse dispositivo legal e trabalha como pombo-correio do crime organizado, para o bem da própria advocacia, ele deve ser punido, deve ser condenado e colocado no mesmo lugar onde está o cliente dele. Falo isso de peito aberto e sem medo. (*Palmas.*)

Tudo isso é o que espero dos senhores, como cidadã brasileira, como juíza e como mãe, mãe não só dos meus filhos, mas me sinto mãe de todos esses filhos que estão sendo tragados pelo crime organizado.

Hoje a imprensa está fazendo uma super exposição da questão de Realengo, mas coisas piores estão acontecendo no dia a dia. É como aquela metáfora do sapo: coloca-se o sapo num caldeirão de água morna e a água vai esquentando; a água ferve e ele não percebe que está cozido.

Nós, senhores, senhoras, estamos sendo cozidos no pouco fogo do crime organizado. E precisamos, nós cidadãos de bem deste País, precisamos tomar medidas imediatas; uma delas é resguardar a independência e a autonomia da magistratura brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Eu passaria a palavra imediatamente ao Dr. José Francisco Andreotti e pediria que acelerássemos só um pouquinho para poder ter a participação dos Senadores que estão presentes.

O SR. JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI – Perfeitamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Só uma questão, Senador Aníbal, é que logo, logo vamos ter votação nominal em plenário e aí, forçosamente, teremos que encerrar a reunião. Então,

seria muito importante aproveitar esse tempo que temos. Muito obrigado.

O SR. PEDROTAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de me inscrever, desde logo, para falar.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O SR. JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI – A minha participação será muito breve, Senador, inclusive tomei a liberdade de...

Em primeiro lugar, pelo protocolo: Exmº Sr. Senador José Pimentel, vice-presidente da CCJ, Exmº Sr. Senador Aníbal Diniz, na presidência dos trabalhos, em cujas pessoas saúdo todos os integrantes desta audiência, inclusive aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado; a mim coube falar sobre o tema Impasse Remuneratório Vivido pela Magistratura Federal – Reajuste e Subsídios, e sempre é muito difícil falar sobre uma pauta de remuneração quando se está falando fora da nossa corporação, fora da nossa instituição.

É um tema sempre antipático e parece um pouco menos importante ainda quando a fala da gente calha de cair depois desse depoimento tão candente e tão apaixonante da Drª Raquel. Mas eu quero crer que independência e autonomia do Judiciário, que são as duas últimas referências que ela deu, não são questões tão alienadas, tão distantes e tão desfocadas do tema remuneração, como pretendo fazer ver ao final da minha fala.

Vou seguir o roteiro aqui para ser mais breve.

É uma honra poder ocupar o espaço dessa audiência pública para denunciar a grave situação de desprestígio institucional e aviltamento a que vem sendo submetida a Magistratura brasileira, em especial os Juízes Federais, notadamente no que tange à falta de vontade política da Nação em dar cumprimento à disposição constitucional que determina a revisão anual do teto remuneratório, modulador da remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Os Juízes brasileiros e suas associações foram leais aliados do Congresso na formulação da reforma do Judiciário que, atendendo a um clamor social por maior transparência no trato das questões intestinas do Poder Judiciário, produziu frutos de inequívoca qualidade, como o Conselho Nacional de Justiça, um fórum de constante depuração das mazelas do Poder, até há pouco ignoradas ou comodamente relevadas a pretexto de um cômodo sentimento de autoindulgência e preservação da imagem do Judiciário.

Imbuídos do espírito da reforma, os Juízes igualmente foram intransigentes defensores de outra medida radical e moralizadora, consistente na estipulação de um teto constitucional, corporificado nos venci-

mentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e destinada a ser a maior remuneração a ser praticada no setor público brasileiro. Para tanto, o Judiciário, de forma republicana, cortou na própria carne e extirpou a incômoda chaga dos superssalários, referida pelo Presidente Gabriel, de composição sempre nebulosa e que atingia valores verdadeiramente estratosféricos para a realidade social brasileira.

Sabidamente, contudo, o legislador constituinte derivado, autor da reforma do Judiciário, proveu o teto constitucional com um mecanismo garantidor da própria sobrevivência desse limitador, ou seja, previu que ele fosse anualmente revisado como forma de garantir a sua expressão econômica num nível condizente com a adjetivação desse teto enquanto ápice remuneratório do setor público.

Nessa toada, a Magistratura deplora o paulatino amesquinamento do valor do teto constitucional, que, desde a sua criação, no distante ano de 2005, somente foi revisado uma única vez e já amarga defasagem real de no mínimo 14,79%, percentual consignado no PL nº 7.749, de 2010, encaminhado pelo STF em agosto do ano passado e atualmente pendente de apreciação na CETASP da Câmara dos Deputados, e o pior: sem perspectiva concreta de votação expedita.

A prevalecer tal estado de coisas, o decantado teto moralizador está fadado ao irremediável desvirtuamento para piso do setor público, ao qual ficarão submetidos apenas os Juízes, classe remunerada com subsídio em parcela única e à qual são sonogados até mesmo os mais mezinhos direitos reconhecidos à universalidade das categorias de trabalhadores brasileiros, indistintamente integrantes dos setores público e privado. E aqui em valho de alguns exemplos: o pro-saico vale-alimentação, para não mencionar rubricas remuneratórias outras como horas extras, adicional noturno, periculosidade, insalubridade, remuneração por plantão, remuneração por exercício de função administrativa, FGTS, um plano de saúde decente, verba de gabinete, 14º salário etc.

A carga de trabalho atribuída aos Juízes Federais é brutal e nem de longe compensada pela gama cada vez mais reduzida de direitos e prerrogativas de que depende a Magistratura para desempenhar a sua função de forma minimamente satisfatória.

Quem quiser tolher a independência do Juiz que subtraia suas condições dignas de existência, traduzidas em nossa sociedade capitalista e de consumo como um padrão remuneratório condizente com as responsabilidades do cargo.

As restrições impostas pelo exercício da atividade jurisdicional se estendem ainda por outras searas, como a impossibilidade do exercício de qualquer ou-

tra atividade remunerada salvo uma de professor. Juiz também não pode participar de sociedade comercial e sequer lhe é reconhecida a cidadania passiva, como até pouco eram os membros do Ministério Público, o que compromete a plenitude do exercício da cidadania, pois, ao longo da história republicana, somente duas classes de cidadãos foram sistematicamente alijadas do direito de serem votados. Essas classes são: os presos e os juízes.

A comparação com os membros do Ministério Público remete à outra constatação estarrecedora, qual seja o Brasil é, dentre as democracias ocidentais, o único País onde o juiz auferia remuneração inferior ao Ministério Público. Aqui, se denuncia outra violação constitucional passivamente aceita pelos poderes constituídos, pois muito embora a Carta Magna prescreva textualmente a igualdade e a comunicação de regimes jurídicos entre a Magistratura e Ministério Público, já havendo inclusive o Conselho Nacional de Justiça decidido nesse mesmo sentido, os juízes brasileiros, ainda que corporifiquem parcela do Poder Judiciário, ainda são tratados, pela cúpula desse poder, como categoria inferior ao Ministério Público.

Sinteticamente, não podemos enxergar boas intenções no discurso daqueles que acusam a magistratura de ser pródiga de direitos e remunerada em excesso. O discurso da economia orçamentária à custa de cortes no orçamento do Judiciário é falacioso pois o poder é superavitário, arrecada mais do que gasta. Em verdade, baixos salários sempre estão a serviço de uma ideologia antidemocrática, que se traduz na captação de profissionais cada vez menos qualificados para a magistratura com flagrante comprometimento dos serviços alcançados à população e da própria independência dos juízes, subtraindo ao Judiciário, como um todo, sua inalienável função de fiel da balança do Estado de direito do regime republicano.

Essa ação sintetiza telegraficamente as angustias que, por dever de cidadania, os juízes brasileiros se veem compelidos a participar ao povo brasileiro nesta audiência pública, todas elas componentes de um cenário sombrio que, a prevalecer, será prenúncio de um futuro incerto onde perderão não somente os juízes, mas, sobretudo, a sociedade e a democracia.

A reflexão que proponho aos senhores, fazendo o *link* com o início da minha fala e que me tocou muito – ouvimos a Dr^a Raquel dar esse depoimento muito sensibilizador – é a seguinte: temos que nos perguntar se, com a situação de amesquinamento da figura do juiz, até quando podemos pretender, como sociedade, contar com magistrados da envergadura da Dr^a Raquel. Essa é a primeira pergunta que lhes faço. E já adianto a resposta, com base em uma assertiva da

Drª Raquel: o filho dela não quer ser juiz. O filho da Drª Raquel não quer ser juiz. Por que será? Temos que pensar em segurança, remuneração. As questões não estão tão dissociadas. É a reflexão que proponho aos senhores, e já encerro a minha fala para dar lugar aos demais companheiros de Mesa. Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Tenho que informar que a Ordem do Dia já começou. Temos que acelerar muito para encerrarmos. Peço, então, ao Dr. Roberto Veloso, ser bem sucinto na sua fala para termos a participação dos Senadores, já que vamos ser convocados para a Ordem do Dia.

O SR. ROBERTO VELOSO – Senador Aníbal Diniz, ilustre Presidente desta audiência, Senador José Pimentel, ilustre Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senadores Jorge Viana e Pedro Taques, meu colega Gabriel Wedy, Presidente da Ajufe, colegas José Spizzirri e Glauber Pessoa, que são respectivamente Presidente da Associação do Rio Grande do Sul e da 5ª região.

Inicialmente, quero dizer aos senhores que me coube falar sobre a questão do Eleitoral, mas vejo aqui, nesta audiência, que, antes de tudo, aqui está representada a nossa legitimidade para requerer essa participação.

As palavras que a Drª Raquel acabou de pronunciar neste momento revelam de fato o que tem sido a Justiça Federal para o Brasil. E eu vejo aqui, também nesta audiência, que os Srs. Senadores são também testemunhas disso. Eu vejo aqui os Senadores Aníbal e Jorge Viana, do Acre, e eles sabem não em relação mesmo ao eleitoral, mas em relação à atividade da Justiça eleitoral no combate ao crime. Vejam a figura do Dr. Pedro Francisco no Acre, o que ele representou no combate ao crime organizado,

Mas não só isso. Eu estive agora há pouco tempo no Acre e vi uma obra importantíssima lá realizada, o canal da maternidade. Se não fosse a Justiça Federal, com certeza, aquele canal não teria sido construído. E a sensatez da Justiça Federal. Eu vejo aqui o Senador Pedro Taques, meu colega de concurso, o Julier. Dr. Pedro Taques é testemunha do que representou o Julier lá no Mato Grosso, a sua atuação, o seu dinamismo, o combate que ele fez lá também ao crime organizado.

Mas disso eu poderia dar exemplo em todo o País, como bem representou aqui a Drª Raquel. Isso tudo nos leva a crer que é justa e legítima a nossa reivindicação de participarmos da Justiça eleitoral. Porque, hoje, nós juízes federais de 1ª instância estamos completamente alijados do processo; nós não participamos da Justiça eleitoral de primeiro grau, apesar,

como disse o nosso Presidente, de a Justiça eleitoral ser uma justiça da União; apesar de os servidores da justiça eleitoral serem servidores da União; apesar de o orçamento da justiça eleitoral ser o orçamento da justiça da União; os juízes federais estão alijados. Os juízes federais não participam da Justiça eleitoral de primeiro grau.

E se formos analisar do ponto de vista da legislação, da sua interpretação, isso ainda mais se justifica, por que? Porque o nosso Código Eleitoral é de 1965, quando não havia ainda Justiça Federal. A Justiça Federal foi criada em 1966 e somente, vamos dizer assim, instalada em 1967. Quando foi promulgado o Código Eleitoral, em 1965, os TREs possuíam a seguinte composição: três desembargadores estaduais, dois juízes estaduais e dois juristas. Quando criada a Justiça Federal, a Constituição foi reformulada e passou a prever a presença de um juiz federal. Então, saiu um desembargador do Estado e entrou um juiz federal. Ficaram dois desembargadores do Estado, um juiz federal, dois juízes estaduais e dois juristas.

Mas àquela época somente havia 44 juízes federais no Brasil. Evidentemente que não se justificava que os juízes federais detivessem a primeira instância, porque praticamente só era possível mesmo compor com um representante nos tribunais regionais eleitorais. Em 1988, à época na nossa Constituição, a realidade não era muito diferente, por quê? Porque havia, àquela época, 170 juízes federais, o que possibilitou a criação de cinco tribunais regionais federais. E aí, inclusive, um aspecto que gostaria de fazer o registro é que os juízes federais de primeira instância saíram dos TREs, porque a vaga passou a ser do desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Aliás, da 1ª, da 2ª, da 3ª, da 4ª e da 5ª. É o caso, por exemplo, do Dr. José Francisco Andreotti Spizzirri. Ele, como Juiz de 1ª Instância, nunca comporá o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, por quê? Porque lá existe uma sede de um Tribunal Regional Federal. Então, a vaga é do Desembargador do Tribunal. Assim, nós, Juízes de 1ª Instância, na verdade, só ocupamos os TREs naquelas sessões judiciais que não possuem sede dos tribunais regionais federais.

Essa situação ainda vai se agravar porque, inevitavelmente, pela situação por que passa o Brasil, haverá a criação de novos tribunais regionais e daí nós sairemos ainda mais da Justiça Eleitoral.

Mas, hoje, qual é a realidade? A realidade é que nós teremos cerca de mil Varas da Justiça Federal em 2014 e teremos dois mil juízes federais. Se nós formos entregar, vamos dizer assim, as zonas eleitorais das capitais para a Justiça Federal, hoje nós temos condições de ocupar todas as zonas eleitorais, mas nós

não queremos ocupar a Justiça Eleitoral exclusivamente. Não é essa a nossa idéia, como foi divulgado. Por exemplo, eu fui Juiz Federal em Imperatriz; em Imperatriz tem uma área de jurisdição que abrange Açailândia, Montes Altos, Sítio Novo, Porto Franco e assim sucessivamente. Então, divulgou-se que o juiz federal quer ser juiz eleitoral de todas as zonas. Eu disse: “Não, o juiz federal somente será juiz eleitoral da sede”. Ou seja, se acontecesse isso agora, o juiz federal iria ser o juiz da zona eleitoral de Imperatriz e as zonas eleitorais dos outros Municípios circunvizinhos da área de jurisdição daquela Vara continuaria sob jurisdição do juiz estadual.

Então, a nossa proposta é uma proposta de participação, é uma proposta da Justiça Federal que tanto tem contribuído para a República, que tanto tem contribuído para o País e nós queremos também participar da Justiça Eleitoral de 1º Grau. Um outro argumento é que não se justifica o fato de dizer que os juízes federais não são juízes eleitorais. Não. Hoje, nos TREs, os suplentes dos juízes federais nos tribunais são juízes auxiliares da propaganda. Então, os juízes federais são também juízes eleitorais.

Por essa razão, eu peço que o Senado Federal registre essa importante reivindicação de participação dos juízes federais para que, de fato, nós tenhamos uma Justiça Eleitoral na qual todos os órgãos do Judiciário brasileiro participe.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Passo imediatamente a palavra ao Senador Pedro Taques, o primeiro inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, parabéns pela audiência, quero cumprimentar os demais Senadores que aqui se encontram, Srs. Juízes Federais, vou ser bem objetivo porque nós temos a Ordem do Dia.

Um primeiro ponto, no tocante à participação dos juízes federais na Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral é uma Justiça Federal especializada, não há razão jurídico-constitucional para que ela só possa ser exercida e comandada pela Justiça Estadual em sede dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Nós temos, na Justiça Eleitoral, nos Tribunais Regionais Eleitorais sete membros, dois desembargadores escolhidos pelo Tribunal de Justiça, dois juízes da entrância mais elevada, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, dois advogados, escolhidos pelo Presidente de uma lista fornecida pelo Tribunal de Justiça. Isso é uma excrescência constitucional – estou falando tecnicamente o termo, é uma teratologia constitucional, porque é uma Justiça especializada Federal. Nada con-

tra juízes de direito, a sua representação deve existir na Justiça Federal especializada, mas nós precisamos federalizar uma Justiça que, em razão da sua própria natureza constitucional, assim é. Concordo inteiramente com o Dr. Velloso no sentido de que o Código Eleitoral, ao estabelecer isso, não levou em conta – e não podia – a Lei nº 5.010, de 1966, que estabeleceu os Juízes Federais de 1º Grau de jurisdição, instalados em 1967, e eram poucos. Com a interiorização e municipalização da Justiça Federal, isso hoje é possível do ponto de vista prático, do ponto de vista da eficiência, conforme determina o art. 37 da Constituição.

Então, eu vejo que o pleito é absolutamente legítimo e constitucional. Mais uma vez dizendo, nada contra os juízes de Direito, que são respeitáveis servidores públicos e devem, sim, participar da construção da democracia com a participação na Justiça Eleitoral.

A respeito da questão remuneratória, o federalista, ali está escrito o seguinte: mexer no subsídio é mexer na consciência. Existem alguns argumentos que são medíocres e hipócritas, comparando salários de Juiz Federal, de membros do Ministério Público Federal com o salário mínimo. Esse argumento é pedestre, com todo respeito à expressão. A Constituição diz que devemos ter uma República que seja livre e justa e, para que ela seja justa, precisamos diminuir a distância que separa aqueles que ganham muito daqueles que ganham pouco. A questão é de justiça social, não é de valor de salário. Então, quanto a essa questão, vamos precisar tratar aqui com essa clareza, permitam-me.

O último ponto foi tratado pela Drª Raquel – quero parabenizar a senhora pelo seu trabalho e dizer que, o que a senhora viveu e penso que ainda vive, eu passei durante 15 anos no Ministério Público. Fui Procurador da República por 15 anos e, desses 15 anos, eu passei quase 8 anos vivendo sob escolta policial da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Em 15 anos, 8 anos sob escolta policial.

Muito bem, nesse período, eu poderia contar 200 casos. Eu recebo um telefonema um dia da Polícia Federal em que eles estavam investigando um caso em que um cidadão contou à Polícia Federal que a minha filha estava sendo seguida na igreja, que iam sequestrar minha filha, com interceptações telefônicas. E aí peguei esse processado da interceptação telefônica, dando conta de que minha filha poderia ser seqüestrada em razão da minha atuação como membro do Ministério Público Federal.

Vim a Brasília, entreguei isso a uma autoridade. Permita-me, Sr. Presidente, não revelar o nome dessa autoridade. Ela disse assim: “Pedro, mas isso não existe no Brasil”.

O que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente? Algumas pessoas no Brasil, notadamente aqui em Brasília, entendem que o crime organizado é coisa de filme americano. O mais próximo que já estiveram da investigação é na televisão de 60 polegadas com ar condicionado. Não sabem a realidade nacional no tocante ao crime organizado. Nós estamos criando um ovo de serpente, porque estamos a tratar de crime organizado com o Código Penal de 1940. O art. 288 foi criado pensando no bando de Lampião. Por isso ele fala bando ou quadrilha. Se formos analisar o Código Penal de 1940, o Nelson Hungria estava pensando no bando de Lampião. Hoje nós estamos falando em crime organizado. E não há que se falar em crime organizado ou organização criminosa, de acordo com o estatuto tratado em Palermo, sem falar da participação de agentes públicos. Temos aí a participação, sim, de agentes do Estado, e temos que pensar nisso.

Crime organizado existe no Brasil, e algumas pessoas aqui em Brasília entendem que é televisão, que é filme americano. Não é. Sem falar, Sr. Presidente, em terrorismo. A palavra é essa. O art. 5º, inciso XLIII, da Constituição, traz o mandado expresso de criminalização, e até agora o Congresso não decidiu o que é terrorismo e quem vai julgar terrorismo não serão os juízes de Direito não, serão os juízes federais, e a denúncia será feita por procuradores da República. Nós estamos brincando de fazer política criminal no Brasil. Temos de tratar isso com a necessidade que se faz presente. Nós precisamos de uma agência que faça a segurança de juízes federais – e aqui trago também procuradores da República – porque não adianta, o juiz não vai decidir sem que alguém peça. Não podemos fazer uma campanha: “Mate um procurador, não mate um juiz”, ou “Mate um juiz, não mate um procurador”. Não podemos fazer isso. Porque quem pede também vai sofrer as consequências daquele que decide.

Essa agência é interessante, e eu já vou encerrar, Sr. Presidente. A agência é interessante porque só quem vive e já viveu a realidade...

Eu poderia citar aqui os procuradores da República do Acre: o Santoro, o Luiz Francisco, o Marcelo Serra Azul, que pediram. No caso do Hildebrando Pascoal, quem decidiu foi o Pedro Francisco, grande juiz federal brasileiro. Eu realizei dois júris do Hildebrando Pascoal. Só fiz esse júri porque um juiz federal conduziu esse processo da melhor maneira possível. Eu poderia citar aqui o Odilon, juiz sério, o juiz mais antigo da 3ª Região. Não aceita promoção porque ele quer exercer o seu múnus constitucional. Os procuradores que fizeram o pedido a ele. Poderia citar o caso do Dr. Julier Sebastião que viveu sob escolta policial até dois anos atrás – quase dez anos sob escolta po-

licial. Poderia citar outros casos. Mas nós precisamos concretizar através de legislação.

Dois pontos e já encerro a minha fala. Nós estamos aqui discutindo o caso do Rio de Janeiro, muito bem relatado pela Drª Raquel. Nós todos estamos horrorizados com o que ali ocorreu. Nós todos. Agora eu pergunto seguinte: se aquelas crianças, que todos aprantamos a morte, se essas crianças tivessem sido mortas com facas, nós proibiríamos a faca no Brasil? No Japão, é proibido o uso de arma. Em 2001 no Japão, houve um atentado em Osaka, nem por isso o atentado deixou de existir. Eu quero dizer que, discutir isso agora, só isso agora, dessa forma midiática como está sendo feito, não passa de oportunismo. Não estamos combatendo as causas, estamos combatendo simplesmente efeitos midiáticos, e isso não é bom. E, mais uma vez, lamentarmos o que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, eu prometo que é por fim, a falar a respeito da participação dos advogados. Nós todos temos orgulho da classe dos advogados. Eu tenho uma esposa, é advogada; eu defendo o exercício da advocacia. Agora nós temos que pensar em algumas legislações tais quais existem na Itália. Quero trazer essas discussões aqui. Nós temos o direito constitucional à defesa. Esse direito é sagrado. Muitos já morreram no mundo e morreram no Brasil por esse direito.

Agora, nós temos que começar a tratar a respeito de advogados que deixam de ser advogados e passam a ser criminosos. Isso tem que ser tratado, inclusive na Lei de Lavagem de Dinheiro, estabelecendo necessidades. Existem resoluções do Parlamento europeu sobre isso, o Tratado de Palermo também faz referência a isso: participação de advogados e também participação de agentes políticos. Nós temos que começar por nosso própria casa.

Parabenizo V. Exª pela fala e saúdo a Magistratura Federal brasileira. Também essa audiência deveria ter a participação dos procuradores da República, porque o juiz só pode decidir se houver um pedido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Perfeitamente, Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero começar registrando que a quantidade de informações que a nossa Magistratura nos oferece nos permitirá nas próximas decisões ter uma gama de informação para melhor subsidiar, particularmente, esta Comissão de Constituição e Justiça.

Queria começar registrando que, no Governo Lula, nós estamos abrindo 413 varas federais. Eu fui relator das duas matérias: em 2003, quando autorizamos 183 varas; em 2007, 2008, autorizamos mais 430

parcelados, de acordo com que acertamos com o Conselho Nacional de Justiça. Basicamente nos dobramos a quantidade de varas federais no Brasil. Como todos sabem, cada vara tem um juiz titular e um substituto. E fizemos isso com outro olhar. Não foi para federalizar a Justiça Eleitoral, foi para diminuir a quantidade de processos que estavam abarrotando as varas federais. Fizemos essa ampliação com a intenção do Estado oferecer à Magistratura os meios para que a função jurisdicionada fosse cumprida.

É verdade que tem uma série de matérias que estamos resolvendo. Por exemplo, em 2008, tínhamos 5,8 milhões processos da Previdência Social. E não bastava apenas resolver os processos. Era preciso também criar um conjunto de medidas formais e administrativas para evitar que novos processos fossem ali gerados. Aí conseguimos fazer uma série de mudanças.

E fui nomeado Ministro da Previdência Social pelo nosso Presidente Lula, para ajudar a fazer isso. Se levávamos, em média, dois anos para conceder um benefício, hoje é meia hora, e aqueles escritórios de advocacia que encaminhavam processos incompletos, faltando algumas peças – inclusive, sabíamos de antemão quais eram elas –, simplesmente para haver indeferimento administrativo e imediatamente se ajuizar uma ação, e, com isso, levarem-se seis meses de benefício. Nós resolvemos isso com a inversão da prova, que é o CNIS, Cadastro Nacional de Informação Social, que permitiu essa mudança toda.

E, com o apoio da magistratura, estamos fazendo aqueles mutirões de acordos. Em 2009, demos baixa em um milhão de processos. A grande preocupação na época era se haveria recursos suficientes para pagar, e nós conseguimos pagar. Em 2010, repetimos: mais um milhão; em 2011, queremos fazer a mesma coisa.

Portanto, quanto a esse estoque previdenciário, queremos chegar a 2015 com ele resolvido, até porque o custo médio de um processo previdenciário do INSS é de R\$10 mil para o Estado nacional. E a sua indenização é da ordem de R\$5,5 mil. Portanto, se o Estado nacional resolvesse pagar 100% dos 5,8 milhões de processos que havia em 2008, teria uma economia de 40% e reduziria em torno de 35% tudo que abarrota hoje a Justiça Federal brasileira e com repercussão na Justiça Comum.

Nós, também com as súmulas vinculantes, com as várias medidas que foram tomadas, vamos aos poucos resolvendo isso, mas, na nossa leitura, só devemos ampliar as ações da nossa Justiça Federal, quando tivermos um prazo razoável nas decisões da própria Justiça. Enquanto houver processos que ultrapassam dois anos ou um ano... Sou daqueles que entendem que justiça tardia também é injustiça. E precisamos,

no pacto que estamos fazendo, encontrar uma forma de um prazo razoável para julgar nossos processos. Isto não pode continuar: ações movidas em 1981, 1982 e 1983, que discutem a questão da casa própria, até hoje não estarem resolvidas.

Fui advogado da Arquidiocese de Fortaleza na questão da casa própria naquele período, e lamentavelmente, ainda hoje, há ações daquela época, porque nosso juiz não tem estrutura para julgar.

Portanto, nós, com toda a franqueza, queremos discutir a questão da justiça eleitoral e queremos também discutir a não judicialidade do processo eleitoral brasileiro. As instituições precisam chegar ao estágio de maturidade de que só devemos procurar a Justiça, quando for impossível a sua solução nas instâncias normais que tratam dessa matéria, que são os partidos políticos. Aí é outro debate que precisamos fazer.

Mas esse processo de judicialização do processo eleitoral traz uma grande insegurança para a sociedade brasileira, uma insegurança jurídica. Querem ver um exemplo? Nós ficamos de 1988 até 2006 dizendo, nas decisões do Poder Judiciário, que o mandato pertencia ao candidato, ao parlamentar. Mudou a composição, e o mandato passou a ser do partido, e vem a questão confusa, agora, da suplência.

Nós passamos, de 1988 até 2010, nas decisões unânimes da Corte, dizendo que toda matéria eleitoral que tratava de inelegibilidade não estava subordinada ao princípio da anualidade. Mudou a composição, agora, já em 2011, altera-se esse entendimento.

Portanto, queremos discutir essas coisas. Também temos a convicção de que a definição do teto nacional foi uma das coisas mais republicanas que o Brasil fez. Vocês todos conhecem, tanto quanto nós, que a Constituição de 1824 já tratava do teto nacional de remuneração. Chegou a haver na Emenda nº 19, de 1998, a chamada Lei Quadrúpede, uma lei de quatro Presidentes. Essa lei nunca chegou a esta Casa.

Na Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nós alteramos o inciso XI do art. 37, em que de novo fui o Relator dessa matéria. Foi lá que se fixou o teto. E o primeiro teto delegamos ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, por resolução que entrou em vigor em fevereiro de 2004. O teto foi para R\$19.200,00. E aí a primeira legislação foi de 2005 e houve duas outras depois fixando isso. Qual é o problema grave que temos hoje? É que na década de noventa não se tinha reajuste da remuneração da magistratura e nós fomos eliminando os interstícios de baixo, porque as pessoas tomavam posse na magistratura e no dia seguinte a abandonavam. Para evitar a perda de bons juízes, de bons magistrados e de boas magistradas, nós utilizávamos, na década de noventa, o expediente de retirar

as faixas de baixo. Hoje entre o salário de ingresso e o de aposentadoria a diferença é mínima. Esse é um dos problemas que está dificultando a atualização do teto. Eu achava que vocês fosse tratar disso. Já fizemos algumas discussões sobre essa matéria, particularmente em 2007, quando estávamos discutindo as atualizações e também o orçamento para 2008. Não tivemos êxito, mas precisamos rediscutir o plano de cargos e carreira de maneira que o interstício entre o salário de ingresso e o subsídio de aposentadoria tenha mais faixas. Aí nos dá margem para que possamos elevar com mais consistência, mas da maneira que está hoje inviabiliza esse debate. Portanto, precisamos que nos ajudem nessa construção, para que nós possamos ter um subsídio razoável de ingresso e um salário digno no final da carreira, porque hoje é desestimulante para a magistratura porque a diferença é mínima.

Por último, Sr Presidente, há a questão da segurança. Sou daqueles que entendem que na casa quando você faz muitos “puxadinhos”, ela não se comunica e nossa moradia fica pior. Entendo que deveríamos fortalecer ainda mais nossa Justiça Federal. Aí podemos pensar numa área especializada para acompanhar a magistratura com menos problemas, com menos burocracia. Sou um daqueles que têm muitas dúvidas. Será que criar outra área de segurança é a melhor forma? Sabe por quê? Porque a formação, a capacitação fica fragmentada. O contingente de pessoas é limitado, e os vícios começam a aparecer. Venho de uma instituição que tem mais de duzentos anos, que é o Banco do Brasil. Uma coisa que aprendemos ali foi fazer o rodízio dos servidores nas várias funções para evitar maus hábitos e, principalmente, a incapacidade de conviver com a diversidade.

Portanto, quando você tem um contingente maior de pessoas, você consegue fazer os rodízios, você consegue evitar exatamente o compadrio e uma série de outras questões que vêm em detrimento do bom serviço público. Eu sei que não é isso que vocês estão colocando aqui, mas não tenham dúvida de que em qualquer agrupamento menor há muito mais facilidade de um tentar acobertar o erro do outro do que em uma instituição mais forte, como é a nossa Polícia Federal. Tem razão a magistratura na lentidão e nos problemas do acompanhamento, mas acho que criar a segurança específica não é o melhor caminho.

Estou aberto para ser convencido, mas até hoje – sou franco com vocês – tenho trabalhado no sentido de fortalecer a Polícia Federal, de discutir e criar um espaço, um departamento, que seja destinado aos nossos magistrados. Precisamos protegê-los para que vocês possam dar as sentenças que a sociedade espera de vocês.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Jorge Viana era Governador do Acre quando houve o desmonte do crime organizado, que teve a participação muito solidária do Ministério Público Federal, da Justiça Federal, com o Dr. Pedro Francisco. O Governador Jorge Viana, à época, também teve que vivenciar essa situação de ter que andar em carro blindado, com segurança.

Gostaria de saber se o Governador gostaria de usar da palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Para mais bem aproveitar o tempo dessa audiência pública, eu não posso nem devo repetir, mas queria somar minhas palavras às do Senador Pedro Taques e às do Senador Pimentel e dizer que é muito doído nós ouvirmos, Dr^a Raquel, depoimentos como o seu. No caso do Acre, nós chegamos a viver num Estado à margem da lei. Foi um esforço de instituições, foi a ação corajosa de alguns abnegados que nos fizeram reencontrar com a legalidade, com o Estado de direito. O próprio Senador Pedro Taques cumpriu um papel, o Serrazul, como ele bem disse, o Dr. Santoro e tantos, e um juiz federal, especificamente, teve a coragem, a ousadia de por em risco a vida dele e de seus familiares para fazer o seu dever de cidadão e de juiz: o Dr. Pedro Francisco.

O certo é que não foram poucos os que sofreram com essa busca de fazer com que um Estado da Federação se reencontrasse com o Estado de direito. O Acre deixou de ser uma referência negativa, deixou de ocupar as páginas policiais e tem conseguido grandes avanços. É óbvio que ainda tem um processo longo pela frente, um caminho longo a seguir.

Faço esta observação porque o Ministério Público Federal e a Justiça Federal, no caso do Acre, foram determinantes. O Ministério Público Federal, por ousar enfrentar aquela situação e demandar e o acolhimento que nós tivemos em membros da Justiça Federal que deram provimento às demandas do Ministério Público Federal. E o certo é que daí surgiram outras instituições, que se somaram.

Falo isto como testemunha, porque eu era... Depois assumi o governo e pude contar com a colaboração institucional. E aqui, a agenda, hoje, é de que acho que o Brasil precisa fazer com que a ação das senhoras e dos senhores possa ser plena. Nós estamos discutindo o juiz invisível, que é um processo importante para poder enfrentar algumas situações sem que situações como a da Dr^a Raquel possam se repetir em várias regiões do nosso País.

Mas as demandas que os senhores trazem eu acho que estão chegando no lugar adequado, que é a CCJ.

Eu queria parabenizar o Senador Aníbal pela iniciativa de propor esta audiência pública e tenho certeza de que aqui, com o Dr. Pedro Taques, especialmente, que é nosso colega e muito nos honra e é capaz de nesta matéria nos guiar, e a experiência do ex-Ministro Pimentel também, a gente pode recolher os depoimentos, as propostas, as preocupações, as solicitações desta audiência e fazer chegar ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, e daí fazer um procedimento, dentro do Senado, que possa dar o respaldo institucional necessário para que nenhuma juíza e nenhum juiz deixe de adotar, deixe de cumprir seu papel funcional e institucional por conta de não guardar e de não ter e de não receber as condições adequadas para exercer bem sua função com independência e fazendo cumprir a Constituição e as leis no País.

Muito obrigado, Senador Aníbal, pela oportunidade. Fica aqui minha solidariedade.

Não vou falar da minha experiência pessoal, não tem sentido, mas fica aqui também um compromisso de me somar aos meus colegas no encaminhamento do que foi debatido, do que foi apresentado nesta audiência.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Bom, o que a gente pode reafirmar aqui para o Sr. Presidente da Associação dos Juízes Federais, a Sr^a Juíza Raquel Domingues, o Dr. José Francisco Andreotti, o Dr. Roberto Veloso e também o Dr. Glauber Pessoa é que nós, a partir desta audiência, a gente já estava ganhando para a causa dos juízes federais, juntamente com... A gente vai também poder ouvir os procuradores da República, vamos ter um momento oportuno para isso, e a gente vai encontrar um meio porque esta Casa de Leis tem que encontrar os instrumentos adequados, e a gente já está com um estudo junto à Consultoria Legislativa vendo o que é possível, o que pode ser adequado. E neste sentido a gente precisa inclusive do assessoramento de vocês e a gente vai estar propondo, sim, uma proposta de emenda constitucional que possa contemplar a ampliação da participação da Justiça Federal nos tribunais regionais eleitorais e também estamos estudando uma outra PEC no que diz respeito à exclusividade da Justiça Federal nos casos de crimes contra direitos humanos.

Nesse sentido, sei que posso contar com o assessoramento, com a orientação de um Senador como o Pedro Taques, também como o Senador Pimentel,

como o Senador Jorge. A gente vai coletar aqui, vai mobilizar as assinaturas necessárias para que essas propostas de emenda constitucional ou projeto de lei possam tramitar na Casa e a gente fazer nossos esforços, envidar nossos esforços no sentido de que os pleitos trazidos por V. Ex^{as} nesta reunião extraordinária sejam levados ao conhecimento do conjunto dos Senadores desta Casa e, na medida do possível, a gente ter também uma vitória, mesmo com a constituição de um marco legal que possa contemplar os pleitos aqui defendidos.

Eu agradeço muito a honra da presença de cada um de vocês e, dado o avançado da hora, nós vamos ter que encerrar imediatamente esta reunião, a não ser que o Presidente, em nome do conjunto, tenha um minutinho para fazer também as despedidas e as considerações finais.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Muito obrigado, Senador Aníbal Diniz, Senador Pedro Taques, que saúdo agora, também um grande defensor do estado de direito, Senador Jorge Viana, Senador e ex-Ministro Pimentel.

A disposição da Ajufe é construir junto com o Congresso Nacional, com o Senado e com o Governo alternativas para as questões que foram debatidas hoje aqui. Vejo uma boa vontade no Governo e no Senado também, uma vontade muito positiva de debater, e acho que nós vamos construir saídas não importantes para a Magistratura, mas importantes, em especial, para que nós possamos prestar uma justiça cada vez melhor para a sociedade brasileira.

Então, a Ajufe deixa seu compromisso de construir junto com o Congresso Nacional, junto com o Senado e junto com o Governo uma saída positiva nesse impasse que a Magistratura federal vive hoje no País.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 16h59min.)

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte de abril de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José

Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Benedito de Lira, Fleixa Ribeiro e da Senadora Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Pedro Simon, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Gim Argello e a Senadora Marta Suplicy. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à deliberação da Pauta: **ITEM 1) Terminativo TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006** Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. Em 13/04/2011, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 310, de 2006, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 310, de 2006, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF.** **ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2008** Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais. **Autoria:** Senador Lobão Filho. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2008** Regulamenta o dano moral e a sua reparação. **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos. Em 13/04/11, foi concedida vista ao Senador Pedro Simon, nos termos regimentais. **Resultado: Adiado.** **ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2011** Altera o art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para explicitar a proibição de aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher. **Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Pela apro-

vação do Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Adiado.** **ITEM 4) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2011** Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar coligações partidárias nas eleições para vereador e deputado. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Adiado.** **ITEM 5) Não Terminativo PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, DE 2007** Acrescenta inciso no art. 104-C, do Regimento Interno do Senado Federal, Resolução nº 93, de 1970, alterado pela Resolução do Senado Federal nº 01, de 2007, para dispor sobre a apreciação de indicação de autoridade que menciona. (Dispõe sobre indicação de nomes de Presidente e Diretores de Agências Reguladoras do Setor de Telecomunicações). **Autoria:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Durante a discussão o Senador José Pimentel apresenta sugestões ao Relatório, acolhidas pelo Senador Benedito de Lira. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.** **EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1 AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº178, DE 2010** Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário. **Autoria da Emenda PLEN nº 1:** Senador Alvaro Dias. **Autoria do Projeto:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 1, de Plenário. **Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 1-PLEN.** **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CCJ** Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ a compra de terras no Brasil por estrangeiros, com a participação dos seguintes convidados: representante da Advocacia-Geral da União; representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do INCRA; representante do Ministério Público Federal; e representante do Ministério do Meio Ambiente. **Autoria:** Senadores Vital do Rêgo, José Pimentel e Jorge Viana. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, e, para constar, eu, Ednal-

do Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta 10ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª sessão legislativa ordinária, da 54ª legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Estou solicitando a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dispensada a leitura da ata, por solicitação do nobre Senador cearense José Pimentel.

Submeto aos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que dispensam a leitura queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª, Senador Eunício Oliveira, que, ouvido o Plenário, V. Exª pudesse submeter a retirada de pauta do Item 2, cujo relator é o Senador Alvaro Dias, que não se encontra presente. É um projeto terminativo. Como relator, eu pediria a V. Exª, se os meus pares concordarem, que ele fosse retirado de pauta para a próxima reunião da CCJ.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O Item 3. A Senadora Marta Suplicy também está fora do Brasil, em missão externa, então, se possível, gostaríamos de retirá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto ao plenário a retirada, a pe-

dido do Senador Flexa Ribeiro, do Item 2; e a pedido do Senador José Pimentel, com a justificativa da ausência, em missão oficial fora do Brasil, da Senadora Marta Suplicy, o Item 3 da pauta.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a retirada dos Itens 2 e 3 da pauta.

O Item 4, por solicitação do Senador Luiz Henrique, também há um pedido de retirada de pauta. Ele é o Relator e encontra-se ausente do Brasil nesta manhã.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, quero fazer um comunicado aos Senhores membros desta Comissão.

Em cumprimento ao art. 89, II, do Regimento Interno do Senado Federal, faço conhecer as seguintes correspondências, bem como o expediente que lhes foi conferido.

Ofício nº 1 – 014/2011, de 03 /02/2011 dirigido pela Câmara Municipal de Sobral a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sugestão de Proposta de Emenda à Constituição para que se estabeleça em benefício dos comprovadamente pobres a gratuidade do registro de escritura pública do imóvel destinado a residência familiar.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 39/2011 à Presidência desta CCJ do dia 19/4/2011 pelo qual se informa à Câmara de Sobral que, na sessão legislativa de 2010, esta Comissão aprovou parecer pela rejeição da PEC nº 55/2005. Ressaltou-se, porém, que a PEC sobre a mesma matéria já pode ser reapresentada nesta sessão legislativa por força do art. 60 do § 5º da Constituição. Devendo-se também considerar ainda que a composição do Senado mudou a partir de 2011. Informou-se-lhe, porém, que para a sua apresentação é necessário que tal proposição seja subscrita por 1/3 da composição desta Casa. No ensejo, aproveito para comunicar a sugestão da Câmara de Sobral a este plenário.

Havendo interesse de algum dos Srs. Senadores, que possa ser novamente oferecida a PEC nesse sentido.

A presente reunião destina-se à apresentação dos itens de 1 a 5.

Há um comunicado.

“Comunico aos Srs. Senadores membros desta Comissão que recebi o Ofício nº 461 de 15 de abril de 2011 no qual o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, comunicou à Presidência desta Comissão que em reunião de líderes realizada nesta semana ficou decidido que os trabalhos do plenário desta Casa serão desenvolvidos em torno de pautas temáticas. E, desta forma, houve a sugestão de que as Comissões

também adotassem esse procedimento, o que reforçaria os objetivos traçados pela Casa na apreciação de matérias e temas prioritários ao País. Desta forma, solicitou-se ao Presidente desta Comissão que colaborasse no desenvolvimento e deliberação de pautas temáticas. Assunto que já tínhamos conversado e definido em reunião anterior.

A sugestão inicial apresentada pela Presidência do Senado Federal é de que, na última semana do mês de abril, o plenário e as comissões analisem e votem matérias relacionadas ao tema saúde e, na primeira semana do mês de maio, projetos relativos ao tema segurança pública. E, na semana seguinte, matérias relacionadas a outros temas de direitos sociais aqui na Comissão de Constituição e Justiça e, obviamente, no plenário do Senado Federal.

Item nº 1

– Terminativo –

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006

Altera os arts. 62,63,66,67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros.

Autoria: Senador Tasso Jereissati.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Em discussão a matéria, esclarecendo que por ser terminativo essa matéria já foi votada na semana passada em primeiro turno. Poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral, conforme preceitua o art. 282 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão.

Em votação.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado. O art. 284 determina que, sem votação, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação do Diário Oficial do Senado Federal.

Tendo em vista que, em relação aos itens 2, 3 e 4, foi aprovada por este plenário a sua retirada de pauta, coloco em discussão a matéria do Item 5.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

Em relação à matéria anterior, quero manifestar a repetição do meu voto do primeiro turno em relação a essa matéria, que é o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB-CE) – Voto contrário de V. Exª registrado.

Item nº 5 da pauta.

Item nº 1

Não Terminativo

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, 2007

Acrescenta inciso ao art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal nº 93, de 1970, alterado pela Resolução do Senado Federal nº 1, 2007, para dispor sobre a apreciação de indicação de autoridade que menciona e dispõe sobre a indicação de nomes de Presidente e Diretores de Agências Reguladoras do setor de telecomunicações. Autoria do nobre ex-Senador Wellington Salgado de Oliveira. Relatoria do Senador Benedito de Lira. O relatório é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, nobre representante do povo de Alagoas, para proferir seu relatório. V. Exª tem a palavra, Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado a V. Exª pelo adendo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer ao projeto de resolução altera o Regimento Interno da Casa para que a Comissão de Ciência e Tecnologia possa ter maiores atribuições.

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para parecer, o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 5, de 2007, que acrescenta novo inciso ao art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

De autoria do Senador Wellington Salgado, a proposição tem por objetivo incluir entre as competências da então recém-criada Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) a análise “da indicação de nomes de Presidente e Diretores de Agências Reguladoras do Setor de Telecomunicações”.

Sem que fossem oferecidas emendas no prazo regimental, a matéria foi inicialmente distribuída a esta Comissão e à Comissão Diretora.

Posteriormente, sofreu arquivamento ao término da legislatura e viu-se desarquivada por força de requerimento aprovado em Plenário. Foi, então, redistribuída para o exame da CCJ – onde também se encontra o PRS nº 17, de 2009, que altera o RISF –, devendo, na

sequência, ser apreciada pela Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.

ANÁLISE.

O Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2007, vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por força do disposto no art. 40, inciso II, item 1, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhada também à Comissão Diretora nos termos do art. 401, § 2º, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição em tela será submetida à análise daquele Colegiado, conforme o disposto no art. 98, inciso IV, do referido Regimento. Portanto, cabe à Comissão emitir parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da iniciativa.

Neste contexto, cumpre inicialmente analisar o que dispõe sobre o tema o Regimento Interno desta Casa, alterado recentemente por meio da Resolução nº 1, de 8 de fevereiro de 2007, que criou a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática.

O RISF estabeleceu, como atribuição à nova Comissão, além da análise de matérias relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico, opinar sobre proposições pertinentes à comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora, edições e imagens – art. 104-C, inciso VII.

Com isso, foi revogado especificamente o inciso VI, 4, do art. 102 do Regimento Interno, retirando da Comissão de Educação essa competência, repassando-a à Comissão de Ciência e Tecnologia.

Note-se que a redação do art. 104 do Regimento, que estabelece as atribuições da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), não foi alterada pela Resolução nº 1, de 2007. Dessa forma, foram mantidas sob a deliberação daquele Colegiado as matérias relativas a “transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes”.

Ou seja, os temas relativos a comunicação, imprensa e radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão), antes sob a responsabilidade, nesta Casa, da Comissão de Educação, foram transferidos à alçada da CCT, ao mesmo tempo em que os aspectos afeitos à infraestrutura e aos serviços de telecomunicações, e sua agência reguladora, permaneceram sob a responsabilidade da CI.

No entanto, segundo entendemos, tal configuração de competências não mais se justifica. Com efeito, em anos recentes, notáveis desenvolvimentos tecno-

lógicos estabeleceram a convergência entre mídias clássicas de informação e entretenimento – como o rádio, a televisão e o jornal – e as telecomunicações e a informática, como suportes a um sem número de novas aplicações.

Nesse cenário, em que as barreiras entre serviços e, por consequência, entre empresas de telecomunicações e de comunicação social vêm se tornando cada dia mais tênues, não mais se admite que assuntos afetos ao órgão regulador do setor deixem de ser analisados pela comissão da Casa com competência para deliberar sobre temas da área de comunicações.

Por essas razões, defendemos que a competência para avaliar as indicações para os membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), como previsto na proposição em tela, deva ser transferida da Comissão de Serviços de Infraestrutura para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Contudo, importa adequar o texto da ementa e do *caput* do art. 1º do PRS nº 5, de 2007, aos mandamentos da boa técnica legislativa inscritos nos arts. 5º e 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Ademais, consideramos necessário preencher lacuna existente no texto: de fato, ao limitar-se a transferir a competência para a CCT, a proposição deixa de promover a necessária adequação do RISF no que concerne às competências da CI, o que poderia levar a uma interpretação equivocada do real intento da iniciativa.

Registramos, por fim, não haver óbices constitucionais nem legais que impugnem a regular tramitação da matéria em exame.

VOTO

Ante todo o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2007, com as seguintes emendas:

Dê-se à ementa do Projeto de Resolução nº 5, de 2007, a seguinte redação:

EMENDA Nº – CCJ

Altera os arts. 104 e 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de dispor sobre a competência para apreciar indicações de nomes de presidente e diretores das agências Reguladoras do setor de comunicações.

EMENDA Nº – CCJ

(ao PRS nº 5, de 2007)

Dê-se ao art. 1º do PRS nº 5, de 2007, a seguinte redação:

“**Art. 1º** Os arts. 104 e 104-C do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 104.**
.....
.....
.....

Parágrafo único. O disposto no inciso I não se aplica à indicação de nomes de Presidente e Diretores das agências reguladoras do setor de telecomunicações.’ (NR)

‘**Art. 104-C.**
.....
.....
.....

IX – indicação de nomes de Presidente e Diretores das agências reguladoras do setor de telecomunicações’;

X – outros assuntos correlatos.’ (NR)”

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o nosso relator, o Benedito de Lira, pelo seu parecer, e registrar que as correções que aqui ele apresenta são necessárias para evitar duplicidade entre as ações e a tramitação dos projetos na Comissão de Infraestrutura e também da comissão aqui objeto do debate.

No entanto, o inciso I do art. 104, além de tratar da indicação, diz também, entre outras tarefas, o seguinte:

Compete à infraestrutura:

“Transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes.”

Eu proporia ao nosso Relator que, se ele aceitasse, o Inciso I do art. 104, nós deveríamos retirar a expressão “serviços de telecomunicações”, para evitar duplicidade e tramitação nas duas comissões. Então a redação que eu proporia era, evidente que o art. 104 “c”, que trata da Comissão de Telecomunicações está correta, mas o Inciso I, se o nosso relator acolher, eu proporia que ele ficasse com a seguinte redação:

“Transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes”, retirando

a expressão “serviços de telecomunicação”. Seria esse o adendo ao voto, se o nosso relator assim acolher.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A participação de V. Ex^a é sempre perfeita, eficiente. E eu consulto o relator se ele incorpora a proposta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP–AL) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Pimentel está dando uma contribuição extraordinária e não traz nenhuma maior dificuldade. A Relatoria aceita a substituição, não tenha dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srs. Senadores, eu quero parabenizar o relator e o Senador Eduardo Braga, atual Presidente da Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação do Senado Federal. A observação do Senador Pimentel é pertinente. Eu quero parabenizá-lo, Senador Pimentel. V. Ex^a, como regimentalista, foi preciso, porque o Regimento está correto, porque esta Comissão é recente no Senado Federal. Ela foi instalada há 4 anos e não existia, ela foi destacada da Comissão de Educação. Então a Comissão de Infraestrutura abrangia, tinha a incumbência de ter, de fazer a aprovação dos indicados à Anatel na área de comunicação. Esse projeto é de autoria do Senador Wellington Salgado, que foi o primeiro presidente, e, quando eu presidia a CCT, tentei fazer com que esse projeto do Senador Wellington Salgado tramitasse, mas não obtive êxito àquela altura, e, hoje, o Senador Eduardo Braga, dentro de um acordo com os líderes consegue com que o projeto possa ter andamento e faz exatamente aquilo que é correto: levar para a comissão de mérito, que é a Comissão de Comunicação do Senado Federal o objeto de discutir a aprovação dos indicados para a Anatel, que é a agência de regulação, de fiscalização de telecomunicações no Brasil.

Quero parabenizar o relator e o autor do projeto, primeiro Presidente da CCT, o Ex-Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT– CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, nós concordamos com a sugestão dada pelo Senador Pimentel, ao tempo em que, considerando

que houve uma modificação na emenda, eu gostaria de comunicar à Mesa que também admito a supressão do parágrafo único do art. 104 do meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Flexa Ribeiro, esse projeto talvez não tivesse chegado aqui a essa discussão, a essa Mesa de hoje, se V. Ex^a não tivesse dado a sua contribuição como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e sensibilizado todos nós para que esse projeto, que tem fundamento, que coloca hoje o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, esse Governador que honrou a todos os brasileiros, especialmente ao meu PMDB, que preside aquela Comissão, o Senador Eduardo Braga.

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência coloca em votação, com as alterações propostas pelo Senador José Pimentel e as alterações incorporadas e propostas pelo Relator Benedito de Lira. Essa matéria, embora não conste do relatório distribuído, está com a anuência e incorporação feita pelo Relator e submetida aos senhores membros desta Comissão para discussão.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir, coloco o Relatório em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador e Líder Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a e também à Comissão para que nós pudéssemos votar a emenda que foi apresentada em plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 178, o projeto que cria os 500 cargos de médicos peritos e os registros das agências novas do INSS. Já foi aprovado aqui na comissão, em caráter terminativo, houve um recurso do Senador Alvaro Dias – o Senador Alvaro Dias, que está chegando agora, fez esse recurso no plenário, apresentou uma emenda. Essa emenda veio aqui à Comissão, para eu dar parecer, eu estou apresentando o parecer à emenda, e eu gostaria de pedir que pudéssemos votar esse parecer que está pronto, está sobre a mesa, para que nós pudéssemos retornar essa emenda com o parecer ao plenário e votar na próxima semana essa matéria no plenário.

É uma matéria urgente, várias agências do INSS estão prontas, aguardando seu número de registro para poder funcionar, e, portanto, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que pudéssemos votar essa matéria agora, inver-

tendo a Ordem do Dia e colocando neste momento a matéria pleiteada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero Jucá, nós tínhamos cinco itens na pauta de hoje. Tendo em vista o pedido de retirada de três desses itens, nós votamos dois itens da pauta. A matéria que V. Ex^a traz a Plenário é extremamente meritória e, por esse motivo, eu submeto ao Plenário a inclusão desta matéria como extrapauta.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. A matéria está incluída em extrapauta. (Pausa)

Aprovada.

Emenda de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2010, não terminativo, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e cria os cargos de perito, médico previdenciário.

A autoria da Emenda de Plenário nº 1 é do Senador Alvaro Dias. A autoria do projeto é da Presidência da República. A relatoria é do Senador Romero Jucá.

O Relatório é contrário à Emenda nº 1 de Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, para proferir o seu Relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, rapidamente, nós vamos apresentar o parecer contrário à emenda do Senador Alvaro Dias, porque, na nossa visão, independente do mérito da emenda...

Eu quero dizer ao Senador Alvaro Dias que, quanto ao mérito, estou encaminhando ao Ministro Garibaldi Alves para que analise o mérito. O Senador Alvaro Dias está apresentando uma emenda ao projeto de lei para alterar o art. 4º, do Anexo II, de uma portaria do Ministério da Previdência Social. Então, estaria usando um projeto de lei para alterar uma portaria do Ministério da Previdência.

Neste caso, meu parecer é pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria, porque não é pertinente esse tipo de instrumento. Para alterar uma portaria, um projeto de lei não seria o instrumento adequado.

Quero dizer que, quanto ao mérito, vou encaminhar ao Ministro Garibaldi Alves para que analise o mérito dessa questão da portaria. Não quero nem entrar no mérito da questão.

Como instrumento legal, esse não é o instrumento apropriado. Nosso parecer é contrário. Portanto, peço a rejeição da emenda na forma como foi apresentada, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu peço para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O Senador Alvaro Dias tem a palavra para discutir.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, como todo respeito, eu discordo do Senador Romero Jucá. Por projeto de lei, nós alteramos inclusive decreto do Presidente da República. Há, sim, essa competência para alteração de portaria por meio de projeto de lei, até porque o projeto de lei se sobrepõe à portaria.

Não vejo nenhum impedimento regimental ou de jurisprudência no que diz respeito à alteração dessa portaria por meio de uma emenda ao projeto de lei conforme pretendemos. De qualquer maneira, nós vamos discutir isso no plenário. Certamente pelo número, nós seremos derrotados aqui na comissão, provavelmente também seremos derrotados no plenário.

Mas é nosso dever discutir essa questão. Já é um avanço o Senador Romero Jucá informar que está conversando com o Ministro Garibaldi sobre esse assunto.

O que nós estamos assistindo nos últimos anos é ao aparelhamento do Estado brasileiro. Os cargos comissionados foram ampliados. Nós tivemos um crescimento exorbitante do número de cargos comissionados. Aquele discurso de certa forma pomposo, que são aqueles que passam pelas portas largas do favorecimento político com um discurso de palanque. Mas é a realidade. São milhares de pessoas ocupando muitas vezes funções que exigem qualificação técnica sem tê-la. Isso puxa para baixo a qualidade da Administração Federal.

Este é o caso: por meio dessa portaria, estabelece-se que aqueles que exercem atividade sindical ou tenham uma presença em movimentos sociais passam a ter vantagens para ocupar cargos comissionados. Mas que qualificação técnica a atuação sindical confere a ele? Que qualificação técnica pode oferecer à alguém na área de saúde pública quem atua num movimento social?

Portanto, não há, eu creio, razões objetivas para se questionar essa tentativa de se moralizar a ocupação desses cargos comissionados. É evidente que nós desejamos que essas agências do INSS funcionem o mais rapidamente possível, que atendam a população. Mas o que nós desejamos é evitar exatamente a ampliação dos cargos comissionados em função do favorecimento político.

Nós temos é que avançar no sentido de reduzir o número de cargos comissionados no País, na Administração Pública: federal, estadual, municipal. Reduzir e valorizar o concurso público, que premia o talento,

o estudo, a qualificação técnica. E, dessa forma, nós vamos melhorar a qualidade da Administração Pública no País.

Estou falando em tese. Não estou me referindo apenas a esse episódio. Esse é um episódio entre tantos. Estou falando, em tese, que há uma necessidade no Brasil. Isso deveria fazer parte de uma grande reforma administrativa. Tenho dito que não há ousadia política para reforma administrativa. O Governo cresceu demais, engordou exageradamente. É um Governo obeso que sustenta paralelismo, superposição de ações, inúmeros cabides de emprego, e não há reforma administrativa.

Eu creio que uma das providências da Presidente Dilma mais apoiadas pela população seria a reforma administrativa para reduzir o tamanho da estrutura da Administração Pública Federal e qualificá-la mais. O Brasil ganharia muito com isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Romero Jucá pelo parecer em que deixa claro que mudança de portarias e decretos são instrumentos que não são feitos por projeto de lei. O nobre Senador Alvaro Dias tem um decreto em tramitação nesta Comissão que propõe modificações em outros decretos. Não apresentou projeto de lei. Foi redistribuído recentemente, e aquele projeto de decreto legislativo apresentado pelo nobre Senador Alvaro Dias, que revoga um decreto presidencial está correto sob o aspecto formal, mas lamentavelmente para retardar a inauguração de 260 agências da Previdência Social no interior do Brasil – por exemplo, a agência de Viseu, no Pará, está pronta para ser inaugurada. E de Viseu, a agência mais próxima, onde aqueles trabalhadores vão à procura do salário-maternidade para as mulheres, fica a 520 quilômetros, e vão de barco. Portanto, só quem não conhece o Brasil pode se insurgir contra um projeto dessa magnitude. Desde o dia 2 de março que nós votamos nesta Comissão. Se não fosse objeto desse recurso para trazer para o debate uma portaria que já foi revogada por um decreto e por outra portaria, nós já estaríamos inaugurando a agência de Viseu, no Pará, e tantas outras agências no Brasil. Exatamente por isso aqueles que têm preocupação com os mais pobres têm clareza do que representa essa matéria.

Quero adiantar que aqui não se trata de nenhum cargo comissionado; trata-se de funções comissionadas, todos, servidores públicos concursados é que vão ser gerentes nessas agências. Nós somos daqueles que entendemos que é para ontem o concurso dos médicos

peritos, para que possamos atender mais rapidamente aqueles que adoecem e precisam de suas licenças. Aqueles que se insurgem contra esse projeto estão impedindo o concurso público para peritos médicos da Previdência Social, estão impedindo a inauguração de 260 agências que estão prontas. Portanto, Sr. Presidente, nós acompanhamos o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu concordo com V. Ex^a quando manifesta essa posição de que a matéria é meritória e do ponto de vista de instalação de agências nós temos urgências prementes no Brasil.

Para discutir a matéria, com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de me somar à posição de S. Ex^a o relator Romero Jucá, e à posição do Senador José Pimentel.

Veja, a questão de modificarmos decretos e portarias por projeto de lei me parece ser efetivamente uma questão em que precisaria ter bastante cuidado para que isso não se transformasse numa rotina. O mais importante, Sr. Presidente, e que efetivamente nos faz discutir essa matéria é que existem 260 postos do INSS. Quando apreciamos o mérito dessa matéria, tive oportunidade de dizer da importância na Amazônia da implantação imediata desses postos com os peritos do INSS. São direitos do cidadão brasileiro que vive na Amazônia, em locais longínquos. Nosso Senador citou o Município de Viseu; eu poderia citar o Município de Fonte Boa, o Município de Itamarati, o Município de Pixuna, que são absolutamente isolados no interior do Brasil. Lá existem brasileiros que estão à espera do seu direito previdenciário e, lamentavelmente,

Lamentavelmente, a postergação da contratação desses peritos retarda o acesso ao direito desses cidadãos. Portanto, eu gostaria de expressar aqui minha posição em defesa da aprovação do relatório do Senador Romero Jucá, dizendo da importância, da premência, da necessidade, para aqueles que estão aguardando a previdência no interior do Brasil, da nomeação dos referidos peritos.

Portanto, voto com o Relator. Gostaria que meu voto fosse consignado na Ata desta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

Em seguida, eu a concederei a V. Ex^a, Senador Randolfe.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A discussão, aqui, deve cingir-se à seguinte questão: se uma lei pode modificar uma portaria. A Constituição se coloca no ápice do sistema; abaixo da Constituição, está a lei; abaixo da lei, está o decreto; abaixo do decreto, está a portaria. O nome disso é teoria da construção escalonada, desde 1926. Esse é o ponto. Se há conflitos entre regras, esses conflitos se resolvem pelo critério da hierarquia, em que a norma superior revoga a anterior; ou pelo critério da cronologia, em que a norma mais nova revoga a mais antiga; ou pelo critério da especialidade, em que a norma especial derroga a norma geral. Aqui, não se trata de conflito entre uma lei e uma portaria, que está abaixo de um decreto.

Portaria vem da palavra “porteiro”, como diz o professor de Direito Constitucional Michel Temer, no seu livro *Elementos de Direito Constitucional*. Esta portaria – estou falando portaria, não porcaria – padece de vícios de constitucionalidade, ao meu juízo. Mas esse instrumento legislativo, normativo – lei no sentido genérico –, não é o instrumento hábil para revogar essa portaria.

Concordo com a necessidade de aprovação desse projeto, que, no mérito, exige, pela oportunidade e conveniência, sua aprovação. Vou votar favoravelmente à aprovação desse projeto. Mas essa portaria tem o condão de diferenciar pessoas em razão da necessidade de participação em organismos sociais. O cidadão tem o direito constitucional de se associar ou não a uma entidade como essa. E esse seu direito constitucional de não se associar a esse tipo de entidade não lhe pode ser prejudicial em nenhum campo do Direito.

Sr. Presidente, o Relator, Senador Romero Jucá, ao estabelecer a necessidade de ser comunicado o Ministro da Previdência, contenta-me com isso, para que possamos aprovar esse projeto. Mas essa portaria não encontra razão de constitucionalidade. Este não é o momento de discuti-la aqui, neste projeto de lei, com cuja aprovação concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero me expressar no mesmo sentido do Senador Pedro Taques. O art. 59 da nossa Constituição estabelece uma espécie de hierarquia das nossas normas, iniciando pela emenda à Constituição e terminando com as resoluções. Vejo que a Constituição, inclusive, não se refere às portarias, que

é um instrumento de regulação bem menor do que o previsto no art. 59 da Constituição.

Em relação à forma da apresentação do parecer, não vejo impedimento. Qualquer proposta de alteração legislativa de projeto de lei pode revogar tudo o que estiver abaixo; do contrário, não teria sido possível que a Constituição Federal de 1988 revogasse, ato contínuo, a Lei de Segurança Nacional. Então, o que pode mais pode menos, pela nossa hierarquia de normas.

Mas a questão central é o mérito. Essa matéria é de fundamental importância para a Previdência Social do País. E, por conta da questão de mérito, nosso voto vai ser favorável ao projeto, para que, o quanto antes, possamos votar a matéria no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco o relatório em votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar, Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar a matéria, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Quero dizer que, em nenhum momento, fomos contra a abertura desses postos do INSS. Queremos que sejam abertos, que funcionem e que não se busque pretexto para o seu não funcionamento. Embora eu discorde quanto à questão técnica, entendo que é possível sim, como disse o Senador Randolfe, corrigir esse equívoco da legislação através da emenda que apresentei.

Não vejo nenhum vício de constitucionalidade na apresentação dessa emenda, mas, apesar disso, vamos votar favoravelmente ao projeto e vamos procurar, através de um projeto de lei, regulamentar essa situação, evitando o aparelhamento dessa forma, inclusive distinguindo pessoas, considerando uns melhores que os outros. Se eu exerço uma atividade sindical, eu sou melhor do que aquele que não exerce atividade sindical, mesmo que eu não tenha nenhum aperfeiçoamento técnico para a função que vou exercer e o outro tenha. O fato de eu exercer uma atividade no sindicato me dá esse privilégio? Portanto, temos que corrigir esse equívoco exatamente contra o aparelhamento que se deseja através desse dispositivo com certa esperteza.

Portanto, votamos favoravelmente ao projeto, obviamente voto favorável à minha emenda, não há razão para não votar, mas, conscientes da derrota, vamos já preparar uma nova proposta. Quem sabe com essa nova proposta possamos ser vitoriosos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que esse é o caminho correto para nós mudarmos os critérios de pontuação efetivamente; criar um projeto de lei que crie normas gerais que deem condição efetivamente de se ter esse disciplinamento. Quero dizer que a proposta que o Senador Alvaro Dias apresentar, nós vamos analisar, contribuir e discutiremos aqui uma norma que seja importante para o País. Eu acho que essa é a forma construtiva de conduzir a questão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede a palavra para fazer encaminhamento em nome do PDT...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Encaminhamento em nome do PDT, não. Eu quero discutir ainda, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria? Sem problema. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só um dado interessante: no Brasil, temos 200 milhões de habitantes e um número exagerado de cargos de DAS; não é o caso aqui. Nos Estados Unidos, 300 milhões, o Barack Obama tem direito a nomear lá pouco mais de 500 pessoas diretamente. Isso mostra que precisamos criar no Brasil uma burocracia organizada, burocracia sem o seu sentido pejorativo para que o Estado possa prosseguir independente do Governo.

Eu concordo com o Senador Alvaro Dias quando diz que essa portaria permite o aparelhamento do Estado por um partido político. Nós não podemos permitir que partidos políticos que são importantes, não interessa quais, não interessa a ideologia, possam aparelhar o Estado. Eu, durante toda a minha vida só fui servidor público, não fui outra coisa. E o servidor público precisa ter orgulho dessa burocracia organizada. Nós precisamos atentar para isso. O cidadão tem o direito constitucional de se associar a uma associação, a um partido, a um sindicato. Agora, se ele não se associar – e ele tem o direito constitucional de não querer se associar –, isso não pode lhe ser prejudicial em nenhum momento. Neste caso, está sendo prejudicial porque ele entra em desvantagem em relação àquele que está sendo associado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relatório, não é Sr. Presidente? Está em votação o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O relatório de V. Ex^a, Senador Romero.

Não havendo manifestação contrária, apresentado o relatório...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o voto conhecido da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o voto conhecido da oposição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Ex^a.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão contrário à emenda de Plenário de nº 01, a matéria vai ao plenário do Senado.

Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, existe, na Comissão de Constituição e Justiça, uma subcomissão de segurança pública que precisa ser instalada para começarmos os trabalhos. Eu requeiro a V. Ex^a que possamos começar a discutir isso, notadamente, tendo em conta a comunicação do Presidente do Senado que vamos votar de forma temática lá no plenário.

Desta feita, esta Subcomissão de Segurança Pública poderia dar a sua contribuição discutindo previamente esses projetos relacionados com a área de segurança, sempre lembrando que segurança não quer dizer só polícia; quer dizer políticas públicas votadas para que o crime não exista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu recebo a solicitação de V. Ex^a e esta Presidência tomará as providências necessárias.

Requerimento sobre a mesa.

“Requeiro, nos termos..”

Esse requerimento deve ter sido distribuído aos Srs. Senadores, conforme havíamos combinado anteriormente.

“Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, a compra de terras no Brasil por estrangeiros, com a participação dos seguintes convidados:

– Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado Geral da União;

– um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mapa;

– Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Incra;

– um representante do Ministério Público Federal.

Justificação.

Há muitos anos, o Brasil lida com um grave problema que parece crônico: a ocupação ilegal e a venda indiscriminada de terras para pessoas, grupos, mineiros, empresas agrícolas e outras grandes companhias internacionais.

Ao longo das últimas décadas, esses acontecimentos de invasão, grilagem e compra ilegal de terras por estrangeiros só aumentam e continuam a ameaçar o nosso controle institucional.

Hoje, além da cobiça pelas matérias primas, pela biodiversidade, pelos minerais, que continuam a motivar a ânsia dos estrangeiros por novas áreas em nosso território, existe a questão da produção de alimentos e de biocombustível, que são os grandes desafios mundiais do século XXI.

Diversos relatórios, pesquisas e estatísticas com credibilidade nos informam que os investimentos estrangeiros em compras e aluguéis de terras têm aumentado consideravelmente no Brasil nos últimos anos.

De acordo com uma pesquisa recente realizada pelo Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar, com sede em Washington, Estados Unidos, em 2006 a 2010, investidores estrangeiros arremataram mais de vinte milhões de hectares de terras nessas regiões, em operações financeiras que ultrapassam US\$30 bilhões.

Segundo a mesma fonte, essas transações envolvem empresas, fundos de investimentos, governos e pessoas físicas, em negociações na maioria das vezes suspeitas, cujos contratos são recheados de artifícios que servem para burlar a legislação existente em nossos países-alvos.

De acordo com o Incra, mais de quatro milhões de hectares de terras agrícolas brasileiras estão registradas em nome de estrangeiros. Todavia, na opinião do próprio Instituto, como os proprietários não declaram a nacionalidade no cartório de registro, estima-se que a área talvez ultrapasse quinze milhões de hectares.

A maioria dessas áreas está situada notadamente na região amazônica e no Centro-Oeste. No Mato Grosso, por exemplo, as terras produtivas têm alta cotação.

Nessas extensões, as empresas proprietárias, de origem asiática, árabe, europeia, norte-americana, investem principalmente na produção de grãos, cana-de-açúcar, algodão e na plantação de eucalipto para a indústria de celulose.

Segundo os especialistas em política agrícola, a competição com o capital internacional já gerou uma

especulação desenfreada e elevou o preço de terras em até 300% em várias partes do Centro-Oeste.

É importante salientar que o Governo atual, a maioria da sociedade e dos meios políticos e diversas entidades representativas do setor agrícola estão muito preocupados com a continuidade dos abusos do capital internacional no meio rural brasileiro.

No apagar das luzes do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Advocacia Geral da União, AGU, através da Consultoria Geral, encaminhou ao Palácio do Planalto parecer recomendando o fechamento de brechas à compra de terras por estrangeiros acima dos limites estabelecidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971.

Apesar dessa decisão, os negócios de compra e de fusão por estrangeiros de empresas brasileiras detentoras de imóveis rurais no País continuam sem a devida obediência às novas determinações.

Em face da continuidade dos abusos, no dia 15 de março passado, a Presidente Dilma Rousseff decidiu bloquear todos os novos negócios de terras envolvendo investidores estrangeiros com o intuito de burlar as restrições estabelecidas. Avisou mais ainda aquela Presidente que, a partir desse novo aviso, qualquer operação que contrarie as normas legais vigentes poderá ser suspensa pela Justiça.

Pelo exposto, urge que esta Comissão se debruce sobre a matéria que exige uma fiscalização rigorosa de modo a enquadrar o avanço ilegal de estrangeiros sobre nossas terras, sobre nossa Pátria e a atuação de outros que se recusam a respeitar a lei.

Sala de Comissões,

Senador Vital do Rego.

Para discutir o requerimento, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Quero parabenizar o Senador Vital do Rêgo em propor essa audiência pública para discutir um tema que é objeto de discussão nos vários setores da sociedade brasileira.

No que diz respeito aos convidados para essa audiência pública, um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é corretíssimo; um representante do Ministério Público Federal, que vai mandar a pessoa mais especializada nessa matéria, também é correto; bem como o Sr. Celso Lisboa de Lacerda, que é o atual Presidente do Incra. No entanto, quanto ao Sr. Luiz Inácio Lucena Adams, Sr. Presidente, eu acho que seria mais razoável nós convocarmos um representante da Advocacia-Geral da União, que nos mandaria o Advogado que está tratando diretamente dessa matéria. Pode ser o próprio Sr. Luiz Inácio Lucena Adams, mas, como eles têm lá

as câmaras setoriais para cada tema, eles podem ter um gestor especializado nessa área.

Por isso, eu proporia ao Senador autor do requerimento e ao Plenário que, ao invés de nós termos o Sr. Luiz Inácio Lucena Adams, nós tivéssemos um representante da Advocacia-Geral da União e que eles nos mandasse aquele advogado especializado nessa matéria.

Seria essa a pequena alteração.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, ao parabenizar o Senador Vital do Rêgo, eu queria me associar ao Senador José Pimentel. Esse tema é extremamente atual. É pertinente, pois, esse requerimento. Na verdade, nós não temos nenhum número, ou ainda, o tamanho do problema. Aqui está na justificativa do Senador Vital do Rêgo que o Incra fala em 4 milhões de hectares de terra em nome de estrangeiros, mas, na verdade, os proprietários não são obrigados a declarar a nacionalidade no cartório de registro. Então, o número pode ser muito maior; pode ser 15 milhões, pode ser até mais. Ou seja, não temos a dimensão desse problema. E não há nada que centralize essas informações.

Então, quero parabenizar o Senador Vital do Rêgo, dizer que a Advocacia-Geral da União está se pronunciando sobre o tema; já enviou um parecer ao Palácio do Planalto; a própria Presidenta Dilma Rousseff também se pronunciou sobre o assunto. Então, acho fundamental o Senado entrar nesse debate, tentar entender, ver se há alguma forma de nós termos minimamente um controle desse número, porque temos notícia de que cresce muito fortemente a compra por estrangeiros de terras brasileiras. Contudo, não temos números. Assim, acho que o Senado Federal pode ajudar o Governo brasileiro a estabelecer algumas normas, alguns procedimentos.

Eu me preocupo centralmente com os números. É preciso que saibamos o tamanho desse problema para decidir que tipo de política pública nós vamos estabelecer para controlar de alguma forma essa crescente compra de terras brasileiras por estrangeiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu sou relator nesta Casa do projeto que trata de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros.

Eu quero cumprimentar o Senador Vital do Rêgo, associar-me a ele nesse requerimento de realização dessa audiência pública.

O tema é muito importante, estou debruçado sobre ele, porque aqui temos dois pontos a serem debatidos: a República Federativa do Brasil quer se inserir no contexto internacional, estamos pleiteando posições no Conselho de Segurança da ONU, a ONU possui agência que combate a fome – a FAO – e que traz relatórios a respeito da falta de alimentos ou da necessidade de aumentarmos a nossa produção até 2020. Esse ponto é importante.

Agora, falar de propriedade de imóvel rural no Brasil é falar de alimento. E isso envolve um ponto de geopolítica alimentar, o que faz com que nós, no Senado, tenhamos mais responsabilidade em debater esse tema. Por isso a necessidade dessa audiência pública.

Esse tema é tão importante que, se voltarmos a anos anteriores, no início do séc. XX, discutia-se a questão do petróleo; depois, passou-se a discutir a questão da água; e hoje estamos discutindo a questão alimentar.

Ao falar em propriedade de imóvel rural por estrangeiros, temos que fazer essa ligação, sim, com alimentos.

Portanto, é uma questão geopolítica, e o Brasil precisa atentar para esse fato. A audiência pública é oportuna, e é necessário que estes convidados aqui venham – eu concordo com o Senador Pimentel: o Ministro Chefe da Advocacia-Geral da União, pois lá existe um grupo de trabalho que está analisando o tema; no Ministério Público Federal, existe um grupo de trabalho que também analisa ao tema. Concordo com o Senador Pimentel sobre a necessidade de convidarmos esse representante da AGU que trata especificamente desse tema.

Para encerrar, cumprimento, mais uma vez, o Senador Vital do Rêgo pela oportunidade dessa audiência pública, e trarei o projeto – já o estou relatando – depois dessa audiência pública, que debaterá um tema de suma importância para a soberania nacional.

Eu só encerro, dizendo um exemplo do Chile. O Chile, como todos sabemos, tem uma extensão de quase 5 mil km, se não me engano, e uma parte do Chile tem 300 km de largura. Uma organização não governamental comprou uma parte ali, o que dividiu o Chile.

Temos que debater esse tema sem xenofobia, mas pensando na segurança nacional e na chamada segurança alimentar, que é um tema atual hoje no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra a esse bravo representante do povo do Acre, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela homenagem que V. Ex^a faz ao povo acreano.

Fico contente de ver aqui na comissão, que é tida como uma das mais importantes nesta Casa, a discussão de temas como esse.

Parece que é simples, é um simples requerimento; mas não é um requerimento qualquer. Ao contrário. Acho que meus colegas que me antecederam já foram precisos. E, por último, especialmente o nobre Senador Pedro Taques, que vem do Ministério Público, que é uma instituição que defende o interesse da sociedade como prerrogativa principal, e ele, como relator de uma matéria, se associa a essa iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que merece os elogios pela iniciativa.

O nosso Governo – e falo aqui pela Liderança do Governo – tem tanto interesse que, no dia 15 de março, a própria Presidente Dilma já tomou a iniciativa de bloquear, para que o País possa melhor definir o acesso de organizações estrangeiras, de cidadãos de outros países a terras no Brasil.

Mas eu queria aqui, além de concordar com os que me antecederam, propor um aditamento para uma convocatória. E tento me explicar. Eu queria que a Comissão estudasse a possibilidade de incluirmos aqui um representante do Ministério do Meio Ambiente. E por que digo isso? Por conta do que os meus colegas já falaram: o Brasil tem mais de 8 milhões km²; 60% desse território é Amazônia. E a questão é a terra? De fato, é a terra. Mas o mundo está mudando. Vejo ali o Randolfe, que é um guardião da foz do nosso rio Amazonas. Eu estou lá nas cabeceiras, na fronteira do Brasil com o Peru e com a Bolívia.

Penso, Presidente Eunício, que hoje o Brasil é signatário da intenção do mundo de equilibrar a temperatura do Planeta. Se nós não evitarmos que haja um aumento de dois graus na temperatura do Planeta até 2050, nós podemos pagar um preço muito alto, principalmente as populações mais pobres do mundo.

E o que isso implica em terra? No caso do Brasil, boa parte das possíveis alterações da temperatura, da grande maioria das emissões do Brasil, decorre de queimadas. O Brasil assumiu o compromisso de redução de 80% de suas emissões. Quando o Brasil assina um documento como esse, está se impondo que as atividades econômicas cumpram esse compromisso de redução das emissões. E aí nós temos um risco novo que não está diretamente vinculado à terra, mas ao que temos acima e abaixo dela. Também hoje é parte

do interesse da discussão sobre o Código Florestal a compensação por danos ambientais. E aí está se discutindo se faz no mesmo bioma, na mesma região ou em outra região. Isso é complicado, porque nós podemos ter algo novo, trazido por um representante do Ministério do Meio Ambiente, para que a gente não estabeleça uma camisa de força na Amazônia.

Acho que a maneira mais eficiente de mantermos a Amazônia conservada e produtiva do ponto de vista econômico e da sustentabilidade é fazermos o uso dos seus recursos de forma sustentável. Então, queria propor aos colegas, a este Plenário, que pudéssemos trazer também para este debate fundamental um representante do Ministério do Meio Ambiente, que tanto pode ser diretamente do Ministério do Meio Ambiente, como do Instituto Chico Mendes ou do Ibama.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir o requerimento, concedo a palavra ao nobre representante do povo de Rondônia, Senador Valdir Raupp, Presidente do meu Partido, PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também me associar a todos aqueles que já aderiram a esse requerimento apresentado pelo Senador Vital do Rêgo, que por motivo de viagem não pôde estar presente, mas tenho certeza de que gostaria de estar aqui defendendo seu requerimento. Mas em nome do PMDB faço uma defesa e me associo a esse requerimento, pois entendo que é um tema da mais alta relevância para o Brasil.

Como falou o Senador Pedro Taques, sem xenofobia, nós precisamos discutir essa matéria com muita transparência. E, além do representante da Advocacia-Geral da União e do Ministério do Meio Ambiente, temos que convidar alguém do setor produtivo também, porque a informação que eu tenho é que isso pode afetar fortemente o setor de celulose, que tem muitas terras, são grupos multinacionais e também arrendamentos, pois trata-se também de arrendamentos, não é, Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se V. Ex^a me permite um aparte. Nesse projeto que estou relatando, estou discutindo também a questão do arrendamento. Grupos argentinos, chineses arrendando propriedades no Estado de Mato Grosso, nos Estados do Centro-Oeste, notadamente produtores da proteína vegetal soja.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Nós já temos algumas leis que tratam das empresas, das participações societárias nas empresas, que os estrangeiros têm direito a entrar com uma participação

de até x por cento. Da mesma forma, a aviação civil está permitindo uma abertura, ampliando de 20% para 49%, para reforçar as empresas aéreas brasileiras.

Eu vejo que essa questão da terra pode também ser um modelo semelhante ao que temos hoje de participação, não de compra direta exclusivamente por estrangeiros, mas que eles possam participar trazendo novas tecnologias e melhorando a nossa produtividade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o requerimento com inclusão de um representante do Ministério do Meio Ambiente, por solicitação do Senador Jorge Viana, e de um representante da AGU, por solicitação do Senador José Pimentel.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Isso.

Então, em vez de dirigido ao Sr. Luís Inácio Adams, colocar um representante da Advocacia-Geral da União.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para ficar mais amplo. Submeto à apreciação dos senhores.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovada a matéria.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para justificar a não apresentação no dia de hoje de um requerimento. Eu creio que esta Comissão tem essa responsabilidade. Nós sabatinamos aqui os indicados pela Presidência da República para o STJ e para o Supremo Tribunal Federal. Ontem, no plenário do Senado, suscitei uma questão que ganhou espaço na mídia nacional no último final de semana, um episódio inusitado e deplorável em que o Presidente da República, segundo a divulgação, fez acusações em função de informações que recebera de um amigo. O fato não foi esclarecido. O ex-Presidente não foi ouvido, não se manifestou a respeito. Nós ouvimos apenas declarações do Ministro Asfor Rocha, ex-Presidente do STJ, dizendo que foi vítima de calúnia e difamação. Até provem o contrário, nós acreditamos nas suas afirmações.

Mas o fato não pode permanecer na penumbra. É preciso que ele seja colocado à luz, porque, se

houver envolvimento, se houver ato ilícito, há que se combater.

Portanto, Sr. Presidente, nós não vamos apresentar um requerimento neste momento. Sabemos das dificuldades de aprová-lo. Vamos aguardar. Já que o Dr. Roberto Teixeira ajuizou um pedido de explicações ao ex-Presidente do STJ e ao jornalista Policarpo Júnior, nós vamos aguardar o andamento desse procedimento para verificar a oportunidade de convidarmos a esta Comissão as pessoas que foram envolvidas nesse episódio. Nós não podemos fechar os olhos para o fato, para a denúncia. Até em defesa da instituição, do Poder Judiciário, até em respeito ao próprio Ministro César Asfor Rocha, nós temos que esclarecer essa situação. Ela não pode ficar – repito – na penumbra. Nós precisamos oferecer à sociedade brasileira respostas aos questionamentos que estão sendo, neste momento, apresentados aos envolvidos nesse episódio. Em primeiro lugar, o esclarecimento para que nós possamos saber quais as providências que devem ser adotadas. Eu não sei se já há movimentação no Conselho Nacional de Justiça, se o Ministério Público tem algum procedimento em curso. Soubemos apenas que o advogado Roberto Teixeira ajuizou uma ação para pedir explicações. E nós vamos aguardar, Sr. Presidente, para verificar se temos condições regimentais de adotar algum procedimento aqui no cumprimento do nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. O Senador Pedro Taques tem a palavra, antes do encerramento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado. Eu quero me associar ao Senador Alvaro Dias, em termos, no que ele disse. Penso que aqui nós tenhamos que pautar a nossa atuação para não prejudicar os inimigos nem para beneficiar os amigos. A lei é o limite. A amizade vai até a legalidade. Esse é um ponto que é interessante que seja ressaltado. Essa notícia que saiu nessa revista de circulação nacional, uma revista séria, respeitável, é grave. É grave.

Sem fazer juízo de valor a respeito da verdade ou da mentira da notícia, se isso é uma “focologia” aplicada como se diz, ou se alguém está querendo ganhar dinheiro em cima disso, mas o fato é grave.

Esta Comissão de Constituição e Justiça e o Senado constitucionalmente – esta Comissão regimentalmente – tem a atribuição de aprovar os Ministros do Supremo e do STJ. E ali se fez referência, em

tese, à prática de um crime. Alguém prevaricou se o fato existiu.

Então, eu, por hora, associo-me em termos ao que disse o Senador Alvaro Dias e me parece que um dos envolvidos já interpelou judicialmente, no Supremo Tribunal Federal, o Ministro do STJ Cesar Asfor Rocha, que é um cidadão decente. É um Ministro que nós todos devemos elogiar, mas o fato é grave. Eu só queria expressar isso.

Se essa interpelação – esperamos que ela dê resultado – der o resultado de que o fato existiu, esta Comissão tem a obrigação constitucional e regimental de ouvir essas pessoas envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu acho que o Senador Alvaro Dias faz bem em esperar – há uma interpelação ao STF – e acho que foi prudente. A Oposição age de forma prudente. Vamos ver os desdobramentos desse fato. De forma que quero parabenizar a cautela.

Aqui não é tema somente de exploração política. Houve uma matéria na revista *Veja* que deve ser levada em consideração. Acho que a Oposição faz bem em esperar o desdobramento desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Já me sinto contemplado tanto pela palavra do Senador Lindbergh quanto pela do Senador Pedro Taques, mas era mais no sentido de fazer o registro sobre a postura adotada pelo Senador Alvaro Dias.

É óbvio que por conta do papel regimental constitucional que esta Comissão tem, uma matéria mesmo saindo num veículo de comunicação, o que não é condição suficiente para que se traga para cá o tema, mas é algo que deve ser observado, o ideal é que se espere um pouco mais, até porque um dos envolvidos, Sr. Roberto Teixeira, já entrou com interpelação. E o outro nome envolvido – eu quero aqui também fazer um registro – é o Ministro Cesar Asfor, uma pessoa que tanto eu quanto o País temos na melhor conta. Então, com base nos fatos, acho que a prudência é aguardar um pouco mais o desdobramento.

Eu queria aqui registrar o cumprimento ao Senador Alvaro Dias por não ter apresentado hoje e ter aguardado um tempo que considero necessário para avaliarmos se esse tema deve ou não estar presente na Ordem do Dia, na pauta desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o que vai fazer esta Presidência. Prudência e esperar os acontecimentos.

Nada mais havendo a tratar, quero agradecer a presença dos Srs. Senadores, que deram quorum a esta reunião. Desejo a todos uma feliz Páscoa, extensiva a todo o povo brasileiro, especialmente ao povo do meu querido Ceará.

Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Roberto Requião, Armando Monteiro e Gim Argello. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011** – Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 31/03/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que recebeu Parecer pela prejudicialidade. Em 06/04/2011, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que recebeu Parecer pela rejeição. Em 13/04/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado: Adiado. ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2008** – Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406,

de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais.

Autoria: Senador Lobão Filho. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2008** Regulamenta o dano moral e a sua reparação.

Autoria: Senador Valter Pereira. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos. Em 13/04/11, foi concedida vista ao Senador Pedro Simon, nos termos regimentais. **Resultado: Adiado.**

ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2011 – Altera o art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para explicitar a proibição de aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher. **Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta. Durante a discussão o Senador Pedro Taques apresenta sugestões ao Relatório, acolhidas pela Senadora Marta Suplicy. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. ITEM 4) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2011** – Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar coligações partidárias nas eleições para vereador e deputado. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2010** – Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela reautuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Adiado. ITEM 6) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010** – Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Flexa Ribeiro e Marcelo Crivella, nos termos regimentais. ITEM 7) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009** – Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissio-

nais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal. **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e será apreciada, posteriormente, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. **Resultado: Concedida vista aos Senadores José Pimentel e Lobão Filho, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2011** – Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2011** – Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. **Autoria:** Ministério Público da União. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CCJ** “Requeiro nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiências Públicas Regionais desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater, no âmbito da Reforma Política, maior participação da mulher nos cargos eletivos, a serem realizadas em São Paulo – SP, Curitiba – PR, Goiânia – GO, Manaus – AM, e Salvador – BA.” **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 6, de 2011-CCJ, de minha autoria, aprovado em 23/03/2011, para a inclusão do Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Senhor Humberto Verona, como convidado para participar da audiência pública destinada à instrução do SCD nº 268/2002 – Ato Médico.” **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às doze horas e dezoito minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, da 1ª sessão legislativa ordinária, da 54ª legislatura.

Bom dia a todos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Atendida a solicitação do Sr. Senador José Pimentel para dispensa da leitura da ata.

A ata foi distribuída aos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram.

Aprovada a ata da reunião anterior.

Srs. Senadores, em cumprimento ao art. 89, II, do Regimento Interno do Senado Federal, faço conhecer do recebimento das seguintes correspondências, bem como o expediente que lhes foi conferido.

OFÍCIO nº 063/2011, de 02 de março de 2011, assinado pelo Juiz Federal Substituto, Bruno Takayashi, da Justiça Federal, seção judicial do Paraná, subseção judiciária de Jacarezinho, que encaminha ao Congresso Nacional o documento intitulado Carta de Jacarezinho, contendo sugestão de Proposta de Emenda à Constituição, para adotar providências referentes a alteração do Art. 109, § 3º da Constituição Federal, de modo a estabelecer que a competência da Justiça estadual para julgamento de causas relativas a benefícios promovidas em face do INSS passa a abranger somente as comarcas distantes de mais 80 km de Município sede da vara federal.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº40/2011, da presidência desta CCJ, de 20 de abril de 2011, pelo qual se ressaltou ao juiz federal substituto que, para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição é necessária a subscrição de 1/3 da composição desta Casa, ensejo este que aproveito para comunicar a sugestão ao plenário desta CCJ para, havendo interesse de algum Sr. Senador, Srª Senadora, possa oferecer a referida PEC nesse sentido.

Eu olho ali para o ex-Ministro e Senador José Pimentel.

OFÍCIO CIRCULAR DE Nº 98/2010, gabinete da Presidência do Conselho Federal de Enfermagem, COFEN. Alertando sobre a possibilidade de aprovação de regime de urgência para a tramitação de Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 268/2002.

Expediente encaminhado em resposta. O Ofício de nº 42/2011 da Presidência desta CCJ, em 26/04/2011,

esclarecendo que a matéria encontra-se em trâmite nesta Casa e nesta Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, com audiências públicas a serem realizadas em breve, relatório a ser apresentado e parecer a ser aprovado.

COMUNICADO

Comunico aos Senhores e Senhoras Senadoras o recebimento do Ofício nº 50, do Conselheiro Nelson Tomás Braga, do Conselho Nacional de Justiça, que encaminha para conhecimento cópia da nota técnica de nº 424535/2010-2000000, julgada na 123ª sessão ordinária do CNJ, em 29 de março de 2011, no sentido da impropriedade da proposição para incorporação da Justiça trabalhista pela Justiça Federal. Oferecida por Edson Freitas de Siqueira, consultor jurídico permanente da Frente Parlamentar Mista dos Direitos dos Contribuintes, e Presidente do Instituto de Estudos dos Direitos do Contribuinte, IEDC.

O referido documento será enviado para os gabinetes dos membros desta Comissão via e-mail.

A presente reunião destina-se a deliberações de itens de 1 a 4 do sumário da primeira pauta, distribuída aos Srs. Senadores; e de 5 a 7 em pauta extra, distribuída aos Srs. Senadores.

Comunicado às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores:

Na reunião desta Comissão, realizada no dia 23 de março, o Senador Pedro Taques manifestou-se sobre a questão dos vetos presidenciais. Em decorrência, foram remetidos ao Presidente do Senado, José Sarney, as notas taquigráficas dessa reunião por esta Presidência. E no trecho em que se requer a adoção de suas providências para que se sejam apreciados vetos presidenciais pendentes. Após entendimentos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, o Senador José Sarney convocou sessão conjunta do Congresso Nacional para o dia 11 de maio, do corrente ano, quarta-feira, às 12 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de mais de mil vetos presidenciais.

Sobre a mesa, requerimento da ilustre Senadora representante de São Paulo e 1ª Vice-Presidente desta Casa, Senadora Marta Suplicy, que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº..., DE

“Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, do Senado Federal, a realização de audiências públicas regionais desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater, no âmbito da Reforma Política, maior participação da mulher brasileira nos cargos eletivos a serem realizados em São Paulo, Curitiba, Goiânia, Manaus, Salvador.

Sala das Comissões,

Senadora Marta Suplicy.”

V. Ex^a quer fazer uso da palavra para defender o requerimento?

A SR^a MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

Em virtude do debate sobre a Reforma Política, nós mulheres Senadoras, mas mulheres que estão mais ligadas a essa discussão, porque essa discussão, como Senadores e Senadoras têm acompanhado, a sociedade não está acompanhando porque ainda não pegou fogo, ainda não é algo que tem chegado na sala de visita das pessoas. Entretanto, eu tenho percebido, assim como outras pessoas que estão acompanhando os debates, que existe uma possibilidade, como foi aprovado aqui na comissão especial do Senado, de ser aprovada a lista fechada. Caso seja aprovada a lista fechada, nós não podemos correr o risco de não termos alternância de gênero nessa lista. Ou a mesma coisa, caso seja aprovada a lista fechada ou mista.

Percebemos, também, que se não houver uma grande pressão, uma grande compreensão por parte da sociedade dessa necessidade, isso talvez não ocorra.

Daí me pareceu interessante ter o mesmo gesto de ação quando conseguimos aprovar a lei das cotas – e sobre ela eu não vou falar aqui, mas temos bastante a dizer de forma crítica, porque não deu o resultado esperado que em alguns países como Argentina e outros deu, que criaram as cotas mas em lista fechada. E hoje tem 38% de mulheres no Parlamento, enquanto nós não chegamos a 10%.

Então, me parece que para aprovar naquele momento, faz mais de 10 anos, nós fizemos muitas audiências públicas em capitais importantes, e isso levou maior consciência das pessoas da sociedade civil e também dos políticos do que estava em jogo.

Nós sabemos que essa Reforma Política é uma reforma que não veio para ficar aí dois, quatro, cinco anos; ela veio para ficar por gerações, e nós não podemos correr esse risco.

Daí a necessidade de colocarmos essas audiências públicas uma em cada região do País, para que possamos fazer a sociedade ter maior acesso a essas informações, e a necessidade da alternância da questão de gênero, caso seja aprovada a lista fechada.

É essa a questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento de autoria da Senadora Marta Suplicy.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy.

Requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

REQUERIMENTO Nº..., DE

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 6, de 2011, desta CCJ, de minha autoria, aprovado em 23 de março de 2011, para inclusão do Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Sr. Humberto Verona, como convidado para participar da audiência pública destinada à instrução do SCD nº 268, de 2002, Ato Médico.

Sala das sessões.

Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento de inclusão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se quiser colocar o item 6 na pauta, agradeço, porque estou inscrito para arguir o Ministro das Relações Exteriores na Comissão vizinha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de colocar em votação a inversão de pauta de V. Ex^a, eu queria pedir a anuência do Senador Aécio Neves, sobre uma matéria importante, a PEC nº 11, de 2011, que altera o procedimento de apreciação de medida provisória pelo Congresso Nacional.

Tenho recebido vários apelos dos Srs. Senadores, Senador Aécio Neves, e também da liderança do Governo, a fim de que procuremos um entendimento antes de colocar essa matéria em votação, que é de interesse de todos nós, do Congresso Nacional, do Governo e do Brasil; que essa matéria, antes de ser votada, tivesse um pouco mais de prazo, para tentarmos esse entendimento.

O líder Romero Jucá me ligou há pouco, pedindo que eu fizesse esta intervenção e fizesse esta solicitação a V. Ex^a. Embora sendo o primeiro item a ser apreciado hoje, que tirássemos a PEC de pauta e voltássemos na próxima semana, buscando agora um entendimento.

Havendo entendimento, ótimo; não havendo entendimento, na próxima semana, teremos duas posições a votar: o relatório de V. Ex^a ou a PEC original, de autoria do Presidente José Sarney.

Portanto, consulto V. Ex^a se concorda com a retirada desse item de pauta, embora esta Presidência tivesse, de ofício, o poder de fazê-lo. Mas, por deferên-

cia e respeito ao autor, Aécio Neves, consulto se V. Ex^a concorda com esta negociação, Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente Eunício, sou testemunha, e o Plenário desta Comissão também, da forma equilibrada com que V. Ex^a tem conduzido os trabalhos desta importantíssima Comissão. Sou testemunha da flexibilidade que tem orientado algumas decisões de V. Ex^a, permitindo que mesmo os temas mais áridos possam ter o debate adequado nesta Casa, onde, não apenas a maioria, mas as minorias possam também se manifestar e construir suas ideias, seus projetos. Portanto, obviamente, não negaria uma solicitação nem me oporia, até porque, regimentalmente, não teria qualquer efeito. Mas, do ponto de vista político, V. Ex^a faz mais um gesto no sentido da convergência das nossas relações dentro desta Comissão. Obviamente, atendo à ponderação de V. Ex^a, mas não sem antes fazer aqui uma rápida reflexão.

Todos sabemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da importância dessa matéria.

Aqui, não estamos tratando de uma questão que possa ser definida como posição de oposição ou como posição de governo. Estamos tratando daquilo que é essencial à existência e ao funcionamento desta Casa, que são suas próprias prerrogativas. Estamos tratando, na discussão dessa matéria, do equilíbrio entre os Poderes e, em última instância, da própria democracia.

Apenas solicito aos Srs. Senadores que façam essa reflexão, para que nos encontremos aqui, na próxima semana, para discutir essa matéria, na dimensão exata que ela deve ser apresentada, não como algo que possa ficar restrito à nossa situação de sermos base de governo ou de sermos, eventualmente, oposição, porque tudo isso é circunstancial, é efêmero, é passageiro. Na verdade, temos a oportunidade única de fortalecer o Parlamento sem inibir o Governo, sem tirar do Governo prerrogativas absolutamente necessárias e inerentes ao próprio Poder Executivo.

Mais uma vez, para encerrar, recorde, Sr. Presidente, que, em 2001, quando fizemos a primeira profunda alteração no rito das medidas provisórias, criadas na Constituição de 1988 para substituir os decretos-leis, eu era governo, eu presidia a Câmara dos Deputados e conduzi, com o apoio de lideranças de todos os partidos, do PT, em especial, uma negociação árdua, na época, com o Governo do Presidente Fernando Henrique, em que transformamos o processo que permitia a reedição sucessiva e indefinida de medidas provisórias em um processo que obrigava que as medidas provisórias, a partir de um determinado prazo, em torno de 120 dias, fossem objeto de discus-

são e votação do Parlamento. Foi um primeiro passo extremamente importante. A partir dali, o Parlamento reergue-se. Aquele foi compreendido pela sociedade brasileira como o grande momento do Parlamento, porque vivíamos um processo em que o Poder Executivo usurpava, quase na totalidade, o poder de legislar do Congresso Nacional.

Mas, hoje, estamos defronte a outros desafios, que é o uso continuamente abusivo das medidas provisórias. O que queremos com essa nossa proposta, única e exclusivamente, é atender o que prevê a Constituição, fazendo com que a admissibilidade de medidas provisórias seja efetivamente discutida por esta Casa. Obviamente, nos casos de relevância e de urgência, a medida provisória passa a vigorar. Em casos em que a relevância e a urgência não se fazem notórias, a matéria tramita como projeto de lei em regime de urgência urgentíssima.

Portanto, deixarei, obviamente, para fazer a defesa do relatório na próxima semana. Rogo que, realmente, possamos, na próxima quarta-feira, iniciar os trabalhos desta Comissão com esse tema, mas atendo a V. Ex^a e me esforçarei, junto a V. Ex^a, ao Líder do Governo e aos demais líderes partidários, para que possamos ter a compreensão da dimensão do que estamos votando e – quem sabe? – encontrar um consenso em torno de alguns avanços que, hoje, são absolutamente necessários para que o Congresso Nacional faça o que a Constituição determina, ou seja, para que o Congresso legisle, não apenas venha a ratificar decisões do Poder Executivo, como vem ocorrendo não apenas neste Governo – faço aqui esta ressalva –, mas ao longo de vários outros governos.

Atendo a V. Ex^a e espero que possamos iniciar, na próxima quarta-feira, na reunião desta Comissão, a discussão dessa importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Expresso o agradecimento desta Presidência. Acredito que V. Ex^a, que, habilmente, negociou o trâmite das medidas provisórias quando era Presidente da Câmara dos Deputados e, como disse V. Ex^a, quando era governo, terá, agora, na oposição, compreensão em relação a esse assunto e utilizará toda a habilidade que lhe é peculiar para promover, se possível, na próxima quarta-feira, a feitura aqui de um relatório consensual e negociado entre os líderes, V. Ex^a, que é o Relator da matéria, e os membros desta Comissão. É o que aguardo, é o que espero. E me comprometo com V. Ex^a, no sentido de que essa matéria será colocada como o próximo e primeiro item da pauta da reunião da próxima quarta-feira.

A pedido do Senador Suplicy, tendo em vista que aqui há outros projetos terminativos – e me parece

que, na Comissão de Educação, está havendo uma reunião em que se trata da questão da Copa do Mundo –, submeto à decisão dos Srs. Senadores a inversão de pauta, para que o Item 6 seja o segundo item da pauta, ou melhor, seja o primeiro, tendo em vista que esta Presidência retirou de pauta o primeiro item.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inversão de pauta para o item 6.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pediria a V. Ex^a, após a inversão de pauta que acabou de aprovar, do Projeto do Senador Suplicy, que pudéssemos também colocar à apreciação do Plenário a inversão de pauta do item 7, de que sou Relator, também não terminativo, para que eu pudesse fazer a leitura do relatório. V. Ex^a tem razão, está havendo uma audiência pública na Comissão de Educação, da CBF, sobre a transmissão dos jogos, e eu me retirei para vir fazer a leitura do parecer e retorno, se V. Ex^a permitir a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em seguida colocaria a inversão de pauta de V. Ex^a, assim que o Senador Suplicy fizer o seu relatório.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010
– NÃO TERMINATIVO

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional do Desenvolvimento do Brasil Rural (PND-BR).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

A matéria será apreciada pelas Comissões do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos, de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, composto de 11 artigos, o PLS do Senador Antonio Carlos Valadares institui a política sobre o Plano Nacional com a finalidade de orientar a ação do Poder Público para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País.

O Projeto define território rural como a unidade de planejamento e execução das ações da Política, priorizando os que tenham menos de oitenta habitantes por quilômetros quadrados e população média municipal inferior a cinquenta mil habitantes e, ainda, os critérios de menor índice de desenvolvimento humano e educacional, mais beneficiários de programas governamentais de transferência de renda, maior concentração de agricultores familiares, quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária.

A Política de Desenvolvimento do Brasil Rural tem como princípios: a democracia, a sustentabilidade social, cultural, política, econômica e ambiental das ações, a inclusão socioeconômica, cultural, política de população, a diversidade do patrimônio ambiental e cultural dos territórios, a equidade no acesso a direitos e benefícios e a solidariedade.

Os objetivos da Política são: promover a superação da pobreza e das desigualdades sociais nos territórios rurais, desenvolvendo-os socioeconomicamente, assegurando suas funções econômicas, sociais, culturais e ambientais; desconcentrar e democratizar a propriedade fundiária; fortalecer a agricultura familiar e a dinamização econômica dos territórios; formular e implementar políticas públicas baseadas na multifuncionalidade de controle e gestão social dessas políticas; e estimular hábitos alimentares saudáveis da população.

A Política tem como diretrizes: a potencialização da diversidade e da multifuncionalidade dos territórios; a valorização das interdependências e complementaridades entre as atividades das áreas rurais; o incentivo a iniciativas inovadoras, a dinamização econômica dos territórios pelo uso de suas vantagens comparativas e das formas associativas de organização social; e a criação de instrumentos político-institucionais capazes de integrar e aprimorar as ações setoriais.

O PLS nº 258, de 2010, dispõe que é dever do Poder Público cuidar das ações da Política e respeitar, proteger, promover, informar e monitorar os direitos dos povos indígenas, das populações tradicionais e dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

O PLS institui também o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento do Brasil Rural (SNIDBR) para organizar o registro informatizado da situação do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e estabelece os princípios de seu funcionamento, e o Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR), com vigência quadrienal.

Estabelece, ainda, que a Conferência Nacional de Desenvolvimento rural Sustentável formule as diretrizes do Plano (art. 9º).

Podem participar do planejamento do PNDBR o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), conselhos estaduais, distrital e municipais, órgãos de execução de ações, colegiados e instituições privadas (art. 10).

O último artigo trata da cláusula de vigência.

O PLS foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II. Análise:

Conforme o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias.

Quanto à constitucionalidade do PLS nº258, de 2010, cumpre destacar que está entre as competências da União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (art. 21, IX, da Constituição Federal). A matéria trata de temas cuja regulação é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 23 da CF). Ademais, a matéria limita-se a estabelecer normas gerais da política de desenvolvimento rural.

O PLS apresenta matéria que dispõe sobre plano de desenvolvimento, o que encontra amparo nas atribuições do Congresso Nacional, e não fere a iniciativa ou competências privativas do Presidente da república.

Quanto à juridicidade, o PLS do nobre Senador Antonio Carlos Valadares inova o ordenamento jurídico. A norma proposta, como lei ordinária, é a mais adequada para tratar do assunto e está de acordo com as determinações da lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em atendimento ao disposto no art. 101, II, do RISF, a análise do mérito será feita pelas demais comissões, CMA, CAE e CRA.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, a quem cumprimentamos pela iniciativa.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o Senador Flexa Ribeiro;

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu tinha me inscrito para discutir, mas foi pedido vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi pedido vista.

Há uma solicitação do Senador Flexa Ribeiro para inversão de pauta para o item 7 da pauta.

Coloco à disposição do plenário desta Comissão a solicitação de inversão de pauta do Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se acham.

Aprovado o pedido de inversão de pauta do Senador Flexa Ribeiro.

O item 7 da pauta:

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 423, de 2009.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria pedir vista também, para ficar vista coletiva.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vista coletiva no Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No item 6 da pauta. Vista coletiva concedida.

Item 7: PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 423, de 2009.

Não terminativo.

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária, bem como para dispor sobre o trabalho do pescador profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

Esse projeto é de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e a relatoria é do Senador Flexa Ribeiro.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e será apreciada posteriormente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa naquela Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, Srs^{as} Senadoras, Srs.

Senadores, primeiro ,quero agradecer a inversão de pauta concedida pelos Senadores . Em seguida, quero dizer que esse projeto de lei do Senador Garibaldi Alves Filho é da maior importância, porque ele vem aperfeiçoar o Projeto de Lei 11959 de junho de 2009, que é referente à Lei da Pesca que trouxe a possibilidade de fomentar o setor da pesca em nosso Estado e possibilitou a consolidação e a instalação, pelo Presidente da República, do Ministério da Pesca. Hoje exercido pela Senadora Ideli Salvatti. O Senador Garibaldi Alves encaminhou o Projeto de Lei do Senado nº 423 de 2009 que hoje está sendo submetido ao crivo desta Comissão, que tem por objeto a equiparar a atividade pesqueira à agropecuária, além de dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

O art. 1º do projeto equipara a atividade pesqueira à agropecuária, para

classificá-la, na forma do art. 8º da lei, em duas categorias principais: pesca comercial e pesca não-comercial.

Já o art. 2º do projeto, com o acréscimo da Seção IV ao Capítulo IV da Lei nº 11.959, de 2009, incorpora a esta os arts. 17-A e 17-B, de modo a dispor sobre os contratos de trabalho dos empregados na pesca industrial (art. 17-A), sem olvidar a criação do contrato de parceria na pesca artesanal (art. 17-B), se inexistente a relação de emprego.

Em sua justificção, enfatiza o ilustre proponente que o projeto, além de equiparar a atividade pesqueira à agropecuária, preenche a lacuna legal decorrente do veto presidencial aos arts. 14,15, 16 e 17 da Lei nº 11.959, de 2009.

Em sua justificção, o Presidente da República justificou a aposição dos vetos sob o argumento de que tais artigos possibilitariam que os tripulantes das embarcações de pesca fossem contratados ora sob o regime trabalhista comercial, ora sob contrato de parceria, sem que houvesse justificativa plausível.

Aduziu, ainda, o Presidente da República que, da forma como foram redigidos os referidos dispositivos, estaria verificada a completa ausência de definição acerca dessa contratação comercial e a insuficiente caracterização do contrato de parceria.

Em face dessas circunstâncias, o proponente optou por apresentar o projeto de lei sob análise, regulando por completo o contrato de parceria na pesca artesanal, como o instrumento jurídico destinado exclusivamente à realização da atividade pesqueira em regime de associação por cotas-partes, não gerando, portanto, vínculos trabalhistas.

No que se refere à pesca industrial, o proponente justificou a apresentação do projeto, com fundamento na legislação trabalhista em vigor, no sentido de preservar os direitos do pescador profissional.

Em 2 de dezembro de 2009, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o relatório do Senador José Agripino, que passou a constituir o parecer daquela Comissão, favorável ao projeto em comento.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

O PLS nº 423, de 2009, não apresenta vício de regimentalidade e os requisitos formais e matérias de constitucionalidade são atendidos.

Já no que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável.

No mérito, destacamos a conveniência e oportunidade da proposição. Realmente, atende ao melhor pragmatismo: inscrever, no direito positivo, disposição que conceda eficácia ao contrato de parceria na pesca artesanal, de modo a distingui-lo das contratações trabalhistas dos pescadores empregados na pesca industrial.

(...) a Lei nº 11.959, de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, além de regular as atividades pesqueiras, foi sancionada para promover o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira no Brasil. (...)”

A lei buscou a regulamentação e a definição das demais modalidades de pesca, dando lastro jurídico para o incremento das relações comerciais e produtivas do setor sem olvidar de proteger os direitos dos trabalhadores.

Entretanto, ao vetar quatro artigos, o Presidente da República acabou decerto por gerar incômodas lacunas no nosso ordenamento jurídico. Fica evidente, portanto, que esse projeto supre a lacuna uma vez que normatiza por completo contrato de trabalho dos pescadores recrutados sob regime da legislação trabalhista, distinguindo-o do contrato de parceria de pesca artesanal, elaborado sob o manto do Direito Civil.

Ao deixar de regulamentar aquelas matérias, o referido diploma legal, já nasceu amputado.

Como já dito na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto apresentado pelo Senador Garibaldi Alves Filho exsurge como alternativa bem fundamentada ao propósito de assegurar à atividade pesqueira e aos milhares de trabalhadores nela inseridos trabalho digno e respeito à legislação trabalhista.

Assim, este projeto acrescenta a definição e caracterização do contrato de parceria na pesca ar-

tesanal, equiparando-o à atividade agropecuária. Tal iniciativa colhe as suas razões nos dispositivos previstos para a parceria rural, de modo a permitir aplicação analógica.

O que se pretende é distinguir o contrato de parceria da relação de emprego, na qual há um chefe com maior poder decisório e de barganha produtiva, além da garantia dos direitos trabalhistas previstos em lei.

Por sua vez, no contrato de parceria de pesca artesanal, haverá apenas sócios, sem patrões e subordinados. Haverá partilha de lucros e prejuízos na exata medida da cota-parte de investimento de cada um dos parceiros.

Ao restam dúvidas de que precisamos de um setor pesqueiro cada vez mais forte e produtivo.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, esse projeto de lei do Senador Garibaldi Alves Filho vem suprir a lacuna, como foi dito aqui no parecer, da lei da pesca.

Os vetos apostos pelo Presidente da República, à época, foram corretos porque eram duvidosos na forma como estava redigida a lei. Mas, o projeto do Senador Garibaldi Alves elucidou as dúvidas e trouxe no seu bojo os esclarecimentos necessários e com a aprovação desse projeto ele vai propiciar com que o setor da pesca no Brasil possa realmente vir a levar o País a ocupar uma posição de destaque no cenário mundial. O Brasil pode e será, num futuro próximo, um *player* importante na produção de pescado a âmbito mundial.

Então, eu peço aos Senhores e Senhoras Senadoras que possamos aprovar. Não é terminativo, ele ainda irá à Comissão de Agricultura para que, depois, possa ir a plenário.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Solicito vista da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria o Senador José Pimentel, inscrito, e depois o Senador Lobão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o nosso pedido é de vista, tendo em vista que é extrapauta e eu preciso estudar melhor a matéria. Portanto, solicito vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida ao Senador Pimentel.

Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Sr. Presidente, eu também havia recebido orientação do Governo no sentido de pedir vista, e eu confesso que eu não ia pedir vista porque acho o projeto extremamente relevante, acho que o projeto atende a uma classe das mais sofridas no País, que são os pescadores. Eu ia me recusar a pedir vista.

Infelizmente, foi pedido vista. Então, vou pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida ao Senador Lobão Filho.

A SRA. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, poderia haver inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta. Pedido de inversão da pauta...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Sr. Presidente, o meu projeto aqui é o próximo da pauta. Já existe quorum no plenário da Comissão para começarmos a votar os projetos terminativos.

Eu não vejo sentido alterar a pauta, tirando o meu da próxima linha de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão, V. Ex^a tem razão. O problema é que nem está aqui o relator, que é o Senador Álvaro Dias, e nem...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Eu vi ele aqui. Deve ter saído.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...o Senador Pedro Simon, que pediu vista...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Ele havia entrado. Eu pensei que ele estivesse aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, com a anuência de V. Ex^a...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Com toda a anuência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...vou conceder a inversão de pauta à Senadora Marta Suplicy, se V. Ex^a não se opuser, para o item 3 da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Gostaria de pedir que fosse colocado em votação extra-pauta o projeto a que fiz referência a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno, darei a palavra a V. Ex^a para colocar a sua solicitação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 3 da pauta.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49/2011

Altera o art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para explicitar a proibição de aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher.

Autora: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatora: Senadora Marta Suplicy.

Essa votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para proferir o seu relatório.

A SRA. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O projeto altera o art. 89 da Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099, de 25 de setembro de 1995), para prever explicitamente que a suspensão condicional do processo não poderá ser concedida nos casos de crime cometido com violência doméstica ou familiar contra a mulher, nos termos do art. 41 de Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Até o momento, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

II – Análise

O direito processual penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, ex vi dos arts. 22, I, e 48, caput, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

A proposta de lei citou em sua justificativa o Habeas Corpus nº 154.801/MS, julgado pelo STJ. Trata-se do caso de um homem do Mato Grosso do Sul que foi denunciado por tentar sufocar sua companheira. Ele foi condenado à pena de três meses de detenção, substituída por prestação de serviços à comunidade. O promotor de Justiça entrou com pedido de suspensão condicional do processo, que foi negado pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, em virtude da proibição prevista no art. 41 da Lei Maria da Penha. Irresignado, o acusado impetrou *habeas corpus* junto àquela Corte Superior, que, pela sua Sexta Turma, em dezembro de 2010, decidiu pela concessão da ordem.

No caso, a Sexta Turma do STJ entendeu que a suspensão condicional do processo não implica o afastamento ou diminuição das medidas protetivas à mulher previstas na Lei Maria da Penha. A decisão foi de encontro ao pensamento até então dominante naquele Colegiado, que não aplicava a suspensão prevista no art. 89 da Lei dos Juizados Especiais aos casos relacionados à violência doméstica contra a mulher.

Oportuno olhar para essa decisão num contexto mais amplo.

A Lei Maria da Penha trouxe, no seu corpo, o seguinte artigo:

Art. 41. *Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.*

Nos seus quase cinco anos de existência, esse artigo sofreu mudanças de interpretação.

O dispositivo tinha um objetivo claro: preservar o tratamento diferenciado e mais rigoroso para os crimes cometidos no âmbito das relações domésticas contra a mulher e evitar, portanto, que a esses crimes fossem aplicadas normas de natureza despenalizadora. Ou seja, o art. 41 da Lei Maria da Penha mostrava a carga valorativa que a nova lei emprestava ao tema: os crimes que envolvem violência doméstica não podiam ser considerados de menor potencial ofensivo.

Na forma como escrito, a primeira leitura da norma leva à conclusão de que nenhum instituto previsto na Lei dos Juizados Especiais se aplicava aos crimes cometidos mediante violência doméstica. No entanto, aos poucos, a interpretação do Poder Judiciário foi alterando o conteúdo do art. 41 da Lei Maria da Penha.

A primeira alteração se deu em relação à espécie de ação penal.

O art. 88 da Lei dos Juizados Especiais previa que a ação penal referente ao crime de lesões corporais leves seria condicionado à representação da vítima. Com o advento da Lei Maria da Penha, essa norma restou afastada dos crimes cometidos mediante violência doméstica, que deveriam se processar mediante ação penal pública incondicionada. Ou seja, entendeu-se que se tratava de matéria de relevante interesse público e que o Estado levaria adiante a persecução penal mesmo contra a vontade da ofendida.

Vários tribunais decidiram, inclusive o STJ, que mesmo em caso de violência doméstica contra a mulher, a ação penal nos crimes de lesão corporal leve cometidos em detrimento da mulher, no âmbito doméstico e familiar, é pública, condicionada à representação da vítima.

Ou seja, o art. 41 da Lei Maria da Penha sofreu uma redução no seu raio de alcance: passou a referir-

se apenas à exclusão da aplicação do procedimento sumaríssimo dos juizados especiais e das medidas despenalizadoras, como composição civil dos danos, transação penal e suspensão condicional do processo.

Agora, mais recentemente, no final de 2010, o art. 41 sofreu nova redução de conteúdo, em virtude do julgamento de um *habeas corpus* pela Sexta Turma do STJ, conforme mencionado, que entendeu ser possível a suspensão condicional dos processos dos crimes cometidos mediante violência doméstica.

O PLS nº49, de 2011, da ilustre Senadora Gleisi Hoffmann, ao trazer expressamente no corpo do art. 89 da Lei dos Juizados Especiais a exceção para os crimes cometidos mediante violência doméstica contra a mulher, resolve, a nosso ver, questão. A redação é clara e direta, e não abre espaço para interpretações relacionadas ao alcance da norma excepcionada, ao contrário do que aconteceu com o art. 41 da Lei Maria da Penha.

Aproveitamos a oportunidade para incluir emenda sobre a ação penal que deve ser ajuizada para o início dos processos sobre violência doméstica contra a mulher, questão que, conforme já exposto, também sofreu alteração no entendimento dos nossos tribunais. Trata-se de tema de relevante interesse público, portanto, a ação penal deve independer de autorização da vítima, que normalmente é ameaçada pelo seu ofensor, podendo e devendo a autoridade policial e o Ministério Público, de ofício, adotar as providências arroladas na Lei Maria da Penha, sem a necessidade de representação.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2011, com a apresentação das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa do projeto de Lei do Senado nº 49, de 2011, a seguinte redação:

Altera os arts. 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para vedar a suspensão condicional do processo e a ação penal condicionada à representação nos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher.

EMENDA Nº – CCJ

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2011, renumerando-se o atual para art. 3º:

“Art. 2º O art. 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 88.....

.....
Parágrafo único. A ação penal nos crimes de lesão corporal leves praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher é pública e incondicional. (NR)”

Vamos explicar, rapidamente, o que levou a Senadora Gleisi a fazer esse projeto de lei.

A Senadora teve a percepção de que a Lei Maria da Penha, que foi amplamente aprovada pela população e tem o respaldo avassalador da sociedade civil, começou a ser “aguada” pela interpretação de juízes que passam a considerar que não é bem assim, que podem interpretar de forma diferente.

Quem trabalha com essa situação da mulher sabe que, muitas vezes, esses agressores, que geralmente são familiares – por isso a lei fala em violência doméstica e familiar –, são reincidentes em seu comportamento e se passam a ter que pagar cesta básica ou coisa do tipo, com esse comportamento, a lei passa a ser inócua.

A Lei Maria da Penha é muito clara no que ela deseja, é muito clara quanto à punição de quem bate em mulher. Agora, parece que tem que haver um complemento – foi essa a intenção da Senadora –, para que juízes, diria, machistas não interpretem a lei de acordo com o seu machismo...

E que, aí, possam realmente não seguir o que a Lei Maria da Penha, essa grande conquistas das mulheres brasileiras, determina e, dessa forma, seja inutilizada, na medida em que, se mais e mais abrirmos essa porteira, juízes vão passar a colocar os processo na Lei do Juizado Especial e dar penas normais, de outro tipo, quando acharem que o caso não remete a algo mais sério.

Em relação emenda de o Ministério Público manter a queixa, é porque sabemos – tenho uma experiência que remonta até o TV Mulher – que a mulher, quando apanha e não tem alternativa a não ser voltar para casa – vai dar queixa. E aí ela não tem casa para ir, não tem como pagar as contas. O marido diz que só a deixa voltar se ela retira a queixa. Ela retira a queixa, só que a segunda surra, às vezes, não é igual a primeira; na segunda, ela morre. Então, acho que hoje temos o entendimento de que essas questões são públicas e que o Estado tem que intervir. Não estamos mais na época em que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Mete, sim, porque hoje não podemos suportar uma sociedade em que as mulheres são agredidas, uma vez que geralmente essas agressões ocorrem no âmbito familiar, doméstico e, muitas vezes, têm sido mortas e assassinadas de forma brutal.

Por isso, apelo aos senhores colegas – infelizmente hoje não há Senadoras aqui –, mas que aprovelem este projeto de lei da Senadora Gleisi Hoffmann. Ele não acrescenta nada mais além do estrito cumprimento da Lei Maria da Penha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria. Antes, comunico aos Srs. Senadores que estamos em processo de votação de projetos terminativos aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e há necessidade de, pelo menos, doze Senadores presentes

Existe quórum neste momento. Passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para discutir a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, esse projeto é extraordinário. Tive oportunidade de participar da formatação da Lei Maria da Penha. A relatora foi a Senadora Lúcia Vânia, mas a concepção, as discussões que aconteceram naquele momento era de que se tratava de uma lei que visava a proteger apenas a mulher e, portanto, poderia ter a eiva de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo. Dizíamos naquela ocasião e, afinal, foi o que o Supremo acabou decidindo que, como o índice de agressão do homem contra a mulher era quase 100% e a exceção era a mulher agredir o homem, que essa era uma espécie de ação afirmativa e que, portanto, a exceção deveria ser contemplada para que isso, no futuro, fosse se amainando e as agressões físicas contra a mulher fossem diminuindo. Efetivamente, isso veio a ser comprovado com o tempo. O Supremo já decidiu, muitas vezes, que é constitucional, sim, ter feito uma lei exclusivamente contra a violência doméstica praticada contra a mulher.

A SRA. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Um aparte, Senador.

Não sei se a palavra é curiosidade, mas essa semana que passou, em um casal gay, foi aplicada a Lei Maria da Penha.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ela vem sendo aplicada, por analogia, e efetivamente acaba acontecendo a proteção. Mas o STJ sedimentou uma orientação e o Supremo também sedimentou uma orientação completamente contrária ao espírito da Lei. A primeira é que permite – e é o que a Senadora Gleisi Hoffmann apresentou – a aplicação do *sourcis* processual aos casos de violência doméstica que, como bem relatou a Senadora Marta Supply, acaba matando a lei. Se pode ter qualquer transação, uma suspensão condicional,

Evidentemente, o espírito é este: houve a agressão, a pena é baixa, mas haverá cadeia.

Então, a Senadora Gleisi Hoffmann, com o parecer dado pela Senadora Marta Suplicy, corrige essa interpretação do Supremo, porque deixa claro na lei que não é cabível a aplicação do *sursis* processual.

A Senadora Marta Suplicy foi mais além: apresentou uma emenda em que corrige também outra distorção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, embora a lei diga expressamente que a ação penal é pública e incondicionada – ou seja, a autoridade, tomando conhecimento de que houve a agressão, toma a providência, instaura o procedimento, oferece ação penal e tudo o mais –, disse “não”, disse que, “no caso de lesão corporal de natureza leve, é preciso que haja uma representação da mulher”. A mulher, muitas vezes, é agredida, mas é dependente economicamente. Essa é justamente uma interpretação contrária ao sentido da lei. Então, a Senadora Marta Suplicy apresenta uma emenda, deixando claro que, “em qualquer circunstância, mesmo em caso de lesão corporal de natureza leve, a ação será pública e incondicionada”. Ou seja, a autoridade, tomando conhecimento da agressão, independentemente da manifestação da vontade da mulher, pode instaurar o procedimento e tomar providências. Então, isso corrige duas distorções. Volta o espírito original da Lei Maria da Penha, que é rigoroso.

Parabenizo a Senadora Marta Suplicy, inclusive por ter colocado esse novo dispositivo, que não era a ideia inicial da Senadora Gleisi Hoffmann. Podemos dizer que V. Ex^a, com uma penada só, resolveu os dois problemas: o problema que o Supremo criou com essa interpretação e o problema que o STJ criou com a outra interpretação. Em síntese, passa a não permitir a suspensão condicional nos casos de violência doméstica e restaura o espírito original da Lei, ao dizer “em qualquer circunstância, a ação penal pública será incondicionada”.

Parabéns a V. Ex^a! Com isso, as mulheres brasileiras voltarão a ser protegidas com o espírito original da Lei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Crivella. Depois, falarão o Senador Pedro Taques, o Senador Suplicy e o Senador Valadares.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de me associar ao Senador que me antecedeu, o Senador Demóstenes Torres, e de parabenizar tanto a Relatora, como a autora da matéria.

Apenas quero lamentar que nós, numa lei tão relevante para o País, tenhamos de escrever duas vezes a mesma coisa. Isso nos traz até um desânimo. Os nossos magistrados deveriam ser os primeiros a reprimir

isso. Ninguém admite mais que se agrida uma mulher neste estágio da nossa evolução social, cultural, espiritual e econômica. Sou pai de duas meninas, e uma delas já me deu dois netinhos. Nem posso pensar em ver uma filha minha agredida! Então, é algo em que votamos até com emoção.

Temos de lembrar, Senador Mozarildo e Senador Eunício, que mais da metade do mundo é composta de mulheres e que a outra metade saiu do ventre delas. Dessa maneira, as mulheres são muito importantes, e temos o dever de defender, pelo menos, a sua dignidade no matrimônio.

Só posso dizer que vou votar “Sim”. Espero que essa matéria seja aprovada por unanimidade, em respeito às mulheres brasileiras.

Parabéns à Relatora e à autora da proposição!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontro-me relatando um projeto de autoria do Senador Magno Malta que tem o mesmo objetivo dessa emenda apresentada pela Senadora Marta Suplicy. Esse projeto do Senador já está relatado, e eu o apresentaria na próxima quarta-feira.

Penso que ele restará prejudicado, porque tem razão a Senadora Marta no tocante à necessidade de a ação penal nesse crimes ser a ação penal pública incondicionada, uma vez que aqui o dano não é individual, é um dano social, um dano difuso, que crimes como esse causam à sociedade.

No entanto, Sr. Presidente, este projeto de autoria do Senador Magno Malta – que, repito, tem os mesmos dizeres da emenda apresentada pela Senadora Marta no projeto de Sua Excelência a Senadora Gleisi Hoffmann – sofreu uma subemenda, a do Senador Antonio Carlos Valadares, que faz referência à necessidade de prioridade nos processos judiciais envolvendo os crimes da Lei Maria da Penha, até que sejam criados os chamados Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Desta feita, indago a V. Ex^a se regimentalmente seria mais interessante nós discutirmos esses dois projetos em conjunto, isso em homenagem à subemenda do Senador Antonio Carlos Valadares, neste projeto do Senador Magno Malta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, a emenda a que se referiu o Senador Pedro Taques – e eu agradeço a V. Ex^a, eu ia falar sobre esse assunto, e V. Ex^a se antecipou...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Alguém pediu a palavra pela ordem? (Pausa.)

Então, respondido a V. Ex^a, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Dando uma contribuição à nobre relatora, que exercitou sua inteligência, sua competência no relatório apresentado, e também atendendo à preocupação do Senador Pedro Taques, eu gostaria de incorporar a emenda que apresentei ao projeto do Senador Magno Malta, transformar essa emenda numa emenda ao projeto que estamos a discutir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aí se resolve o problema.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeitamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Matam-se dois coelhos com uma só cajadada.

A SR^a MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – E eu acato, com muita satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A emenda, então, será apresentada por V. Ex^a, Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, apresento esta emenda...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apresenta a emenda, a relatora...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se V. Ex^a me permite, existe esse projeto do Senador Magno Malta, que restará prejudicado, que tem o mesmo teor da emenda apresentada pela Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isso se esse projeto for aprovado. Lembro aos Srs. Senadores que ele é terminativo, e nós precisamos inclusive de quórum aqui, para aprová-lo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, senhor. A emenda do Senador Antonio Carlos Valadares está vazada nos seguintes termos:

Acresce o parágrafo único ao art. 26, com a seguinte redação:

Parágrafo único. *Até que sejam criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, de que trata o art. 14 desta Lei, as ações penais relativas aos crimes previstos nesta Lei terão prioridade de julgamento, sobre todas as demais que estejam sendo processadas no mesmo Juízo, exceto os pedidos de habeas corpus e os mandados de segurança.*

Por entender que esta emenda encontra legalidade e constitucionalidade, e também por honestida-

de intelectual, quero revelar que, no Brasil hoje, temos muitos processos com preferência. A fila de preferência já está quase maior do que a fila dos que não têm preferência. O VIP está sendo mais normal do que o que não é VIP.

Mas esta emenda é constitucional, legal, e dou parecer favorável a sua aprovação, ressaltando a inteligência da apresentação de uma subemenda como esta pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa vai colocar em votação, com a emenda de V. Ex^a incorporada já ao relatório da Senadora Marta Suplicy, com anuência do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Resta saber se a Senadora Suplicy vai acatar ou não a emenda, como relatora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se os três concordarem,

Se os três concordarem? Um apresentou, o outro já concordou, o Senador Valadares. Peço a V. Ex^a, Senador, que diga ao microfone se concorda ou não com a emenda e se V. Ex^a, Senadora, que é a Relatora, concorda com a incorporação do parecer, para que eu coloque em votação o parecer com as emendas de V. Ex^a.

A SR^a RELATORA (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu também concordo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já disse a V. Ex^a, anteriormente, que concordo com a iniciativa do Senador Pedro Taques, que se lembrou da minha emenda. Eu iria falar logo em seguida.

Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por esse motivo, estou dando a palavra a V. Ex^a, para que V. Ex^a se manifeste, tendo em vista que V. Ex^a, com o cuidado que lhe é peculiar, apresentou essa emenda, que é incorporada pela Relatora Marta Suplicy.

Não havendo quem queria discutir a matéria. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Eduardo Suplicy pede a palavra para discutir?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Só para complementar, porque achei tão bem formulada a proposta, a relatoria e a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo quem queria discutir a

matéria, coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Vou colocar em votação o projeto original, ressalvadas as emendas, em seguida votaremos as emendas.

A votação será nominal.

Lembro aos Srs. Senadores que teremos várias outras votações nominais no dia de hoje.

Quem vota com a Relatora vota “sim”.

Pergunto ao Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto da Senadora Marta Suplicy é conhecido.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, como vota V. Ex^a?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Sim, com a Relatora, com o Senador Antonio Carlos Valadares e com a Senadora Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todos os Srs. e Sr^{as} Senadores já votaram? (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Ainda não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Jorge Viana já votou.

Aprovado o projeto, ressalvadas as emendas.

Em votação as emendas. (*Pausa.*)

Consulto os Srs. Senadores se concordam com a votação, repetida no projeto original, para as emendas.

Não havendo manifestação contrária, com a concordância de todos, as emendas foram incorporadas e aprovadas.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e a publicação no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Cumprimento a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Valadares, o Senador Pedro Taques, o Senador Magno Malta e a nossa Relatora, Senadora Marta Suplicy, pela aprovação de importante projeto contra a violência doméstica.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta.

Item 4:

PROJETO TERMINATIVO Nº 47, DE 2011

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunice Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Sr. Presidente, rogo a V. Ex^a que, em relação a esse item, pudéssemos tomar a seguinte iniciativa: retirá-lo de pauta e remetê-lo à comissão que tratou desse assunto recentemente, inclusive da questão da coliga-

ção. Coligação é matéria constitucional, não é matéria de lei ordinária.

Então acho que são dois aspectos importantes: um, que é uma matéria constitucional, e se não me engano é o art. 17, §1º da Constituição, que trata da questão da coligação. E evidentemente que nós não podemos acabar com a coligação por via ordinária; e a segunda é que há uma comissão, essa comissão está discutindo, já tem essa proposição elaborada na comissão, foi emitido o resultado da comissão ao Presidente Sarney e a comissão está agora elaborando os textos das propostas que foram aprovadas e que, com certeza, virão a esta comissão. Então a minha proposição é que a gente retire esse projeto de pauta para possibilitar a tramitação de forma conjunta com as demais proposições que foram fruto de uma comissão especial criada pela Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, estão presentes aqui o autor, que é o Senador Ricardo Ferraço, e o Senador Luiz Henrique. E eu recebi, inclusive, um comunicado extraoficial do presidente-relator da comissão de que, inclusive nesta quinta-feira, estaria aprovando todo o material aprovado pela comissão. Só cabe neste momento aqui ao autor do projeto se bem entender retirar. O que V. Exª poderá fazer é, após lido o relatório pelo Senador Luiz Henrique, V. Exª terá o direito regimental de pedir vista ao processo. Fora isso, eu...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Mas V. Exª, consultado o Plenário, pode, sim, retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu estou consultando o autor, que se encontra presente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu jamais faria uma grosseria dessa natureza com o jovem e brilhante Senador Ricardo Ferraço, que tem a autoria desse projeto que cabe a ele retirar ou não o projeto que é da sua autoria. Ao retirar, ele está abrindo mão de um projeto.

O Senador Luiz Henrique pede a palavra pela ordem. Pela ordem, ainda não como relator.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pois é, na condição de relator da matéria, eu consultei o autor, Senador Ricardo Ferraço, a respeito da intervenção do nobre colega Inácio Arruda, e ele está de acordo com que o seu projeto seja encaminhado à comissão para constar do processo elaborativo do projeto de lei que será redigido pela comissão de re-

forma política, que já aprovou o princípio estabelecido do projeto.

De modo que V. Exª, ouvindo o relator, poderá ter esse encaminhamento solicitado pelo nobre Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, isso mostra o sensibilidade do nosso autor e relator em relação ao debate em curso.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria, com certeza, voltará a este plenário, senão na próxima reunião por solicitação de V. Exª, ou voltará na próxima reunião, ou voltará quando da discussão da matéria importante para o país e para esta Casa, que é a reforma política.

Quem pediu a palavra pela ordem?

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, conforme entendimento mantido com V. Exª e não havendo discrepância entre governo e oposição, é para que se inclua extrapauta o Projeto de Lei da Câmara nº11, d e autoria do Procurador-Geral da República, que cria o cargo, a estrutura organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público. Se houver a possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Assim que esgotarmos a pauta, darei a palavra a V. Exª e ao Senador Pedro Taques para inclusão de pauta de duas matérias extras.

E eu consulto o autor do projeto, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu desejo agradecer a deferência de S. Exª em nos consultar, em consultar o Senador Luiz Henrique, na condição de relator dessa proposta. E me confirma o Senador Luiz Henrique, que é membro da comissão que está agregando e acolhendo as propostas da tão desejada e necessária, e até inadiável, reforma política, que esse tema já foi acolhido por esta comissão. Ou seja, o que se propõe objetivamente é o fim das coligações na eleição proporcional. Esse tema já foi votado na comissão, e a comissão está redigindo a redação final, de modo que, com essa convergência, me parece oportuno e até racional que nós possamos caminhar nessa mesma direção, sendo o Senador Luiz Henrique membro efetivo da comissão permanente que está analisando a reforma política no sistema brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Presidência, com a concordância do autor e do relator, Senador Ricardo Ferraço e Senador Luiz Henrique, retira a matéria de pau-

ta. Nós temos duas matérias a serem votadas. Como são matérias...

O SR. O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador.

O SR. O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu quero sugerir a V. Ex^a que encaminhasse esse projeto ao Ministro Dornelles, presidente da comissão, como contribuição desta comissão e do nobre Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a será atendido regimentalmente ainda hoje. Esta presidência tomará as providências para que chegue às mãos do Senador Dornelles.

Nós temos duas matérias, que são matérias terminativas.

Como os relatores não estão presentes – o Senador Requião está presidindo a Comissão de Educação e o Senador Alvaro Dias está participando da Subcomissão da qual eu, inclusive, faço parte como titular, mas não posso comparecer por estar aqui presidindo a CCJ -, eu passo aos itens de extrapauta: o primeiro item solicitado pelo Senador Pedro Taques e, em seguida, o do Senador Demóstenes Torres.

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados de nº22...

Solicito aos Srs. Senadores que permaneçam aqui, porque o projeto de extrapauta do Senador Demóstenes, que vai relatar, é matéria terminativa. Portanto precisa do voto qualificado de V. Ex^a.

Projeto de Lei da Câmara nº22, de 2011, não terminativo. Dispõe sobre a criação de varas do trabalho da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23^a região, de Mato Grosso, e dá outras providências. A autoria é do Tribunal Superior do Trabalho. A relatoria é do Senador Pedro Taques, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara de nº22, de 2011, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, tem o objetivo de criar varas na Justiça do Trabalho, no Tribunal Regional do Trabalho da 23^a região, no Estado de Mato Grosso. A proposição cria cinco varas, Sr. Presidente, no Estado de Mato Grosso, nas cidades de Campo Novo do Parecis, Juara, Sinop, Tangará da Serra e Várzea Grande.

Para atender às novas varas, a proposição cria ainda cinco cargos de juiz do trabalho, além de cinco cargos em comissão e sessenta e dois cargos de

servidores efetivos e quarenta e uma funções comissionadas.

A justificativa do projeto aponta a necessidade de aumentar o número de varas.

Não foram apresentadas emendas, Sr. Presidente.

Análise. O art. 101, Inciso I, do Regimento Interno desta Casa, atribui a esta comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. O projeto em questão, que trata de matéria de competência dos tribunais superiores, deve ser avaliado também em seu mérito, como determina o art. 101, Inciso II, Alínea P do Regimento Interno.

O art. 96 da Constituição reserva aos tribunais superiores competência para iniciar o processo legislativo dos projetos que alterem a organização e divisão judiciárias ou disponham sobre a criação de cargos dos juízes que lhe forem vinculados. Essa norma de restrição da competência legislativa é atendida por este projeto.

A Constituição Federal, no art. 169, §1º, estabelece como exigência para a criação de cargos públicos a existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que foi cumprido também aqui, Sr. Presidente.

Quanto à exigência contida no art. 80, Inciso IV da citada Lei nº12.309, de 2010, de que compete a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida no dia 26 de maio de 2009, conforme documentação que se encontra entranhada no projeto.

As disposições do projeto não entram em conflito com outras normas do ordenamento jurídico.

O mérito da proposição é inegável. A Justiça do Trabalho no Estado de Mato Grosso deve ter condições de atender o crescente número de demandas trabalhistas registrado na região. A criação de cinco novas varas se faz necessária. O processo de interiorização da Justiça do Trabalho ganha ainda mais relevância, na medida em que facilita o combate à exploração de trabalhadores submetidos a condições degradantes e análogas à de escravo.

Assim, Sr. Presidente, penso que este projeto mereça aprovação.

A Justiça do Trabalho no Estado de Mato Grosso está a completar na semana que vem 70 anos.

Sr. Presidente, eu fui Procurador da República durante 10 anos no Estado de Mato Grosso e, durante 10 anos, por mais que eu tenha procurado, e procurei muito, eu não ajuizei nenhuma ação civil em desfavor da União, Justiça do Trabalho, TRT da 23^a região. Eu não encontrei situação semelhante em outros 10 esta-

dos da Federação onde eu atuei. O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª região do Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente, dentre os 96 tribunais que existem no Brasil, foi o primeiro e único a atingir todas as metas do Conselho Nacional de Justiça.

Desta feita, entendo que a aprovação deste projeto atende a Constituição da República e os princípios da Administração Pública.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão o relatório do Senador Pedro Taques.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham.

Aprovado relatório que passa a constituir parecer desta comissão favorável.

A matéria vai a plenário.

Item nº2 extrapauta.

Projeto de Lei da Câmara de nº11, de 2011, terminativo, portanto votação nominal dos Srs. Senadores. Dispõe sobre o quadro de pessoal e a estrutura organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. Autoria: Ministério Público da União. Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra a V. Ex^a para proferir o seu relatório, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o projeto é de autoria do Procurador-Geral da República que cria o quadro de pessoal e estrutura organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público necessário, porque o conselho foi criado para orientar os promotores, até para homogeneizar a sua ação, promotores e procuradores da república, membros do Ministério Público, para fiscalizar e evitar os desvios, punir aqueles que saem da linha de conduta adequada. Só que a estrutura foi criada para o Conselho Nacional de Justiça e não foi criada para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Previsto já no nosso orçamento, já também o próprio conselho já deu o seu parecer favorável, o projeto cria 209 cargos efetivos, portanto tem que fazer concurso, 62 em comissão e 30 funções gratificadas. Com isso, o Ministério Público, o conselho, terá condição de desempenhar bem o seu trabalho.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o Senador Pedro Taques pede a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, eu quero apoiar o projeto, parabenizar o Sr. Relator e dizer que se faz necessária, sim, a criação desses

cargos para que o Conselho Nacional do MP possa exercer as suas atribuições, inclusive atribuições corretivas e da corregedoria.

Portanto, louvo o projeto do Procurador-Geral da República e parabenizo o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir...

Senador Jorge Viana, V. Ex^a pediu a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, eu queria cumprimentar o nobre Senador Demóstenes Torres e também dizer, como o ilustre Senador Pedro Taques, que, atendendo o desejo da sociedade brasileira e de muitos membros do Poder Judiciário, o Brasil procurou aperfeiçoar a ação do Judiciário, e a criação do Conselho Nacional do Ministério Público é fundamental, e a própria atuação dele, para que se tenha um acompanhamento e uma correição possa ser feita de maneira isenta de uma órgão que cumpra um papel tão importante que é defender os interesses da sociedade e que tem dado uma contribuição importante para o país e, ao mesmo tempo, tem sido objeto de discussão, de debate, quase que diariamente.

E acho que a criação da estrutura necessária, como bem colocou o nobre Senador Demóstenes Torres, que é Relator da matéria, é fundamental para que o Conselho Nacional do Ministério Público possa atuar na sua plenitude e cumprir com esse desejo da sociedade de ver as instituições atuando de maneira plena.

Então eram esses os meus comentários, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, eu coloco em votação o projeto. Trata-se de matéria terminativa nesta comissão. Portanto a votação será nominal. Quem vota com o relator vota sim.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator. Vota “sim”.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Parabenizo o Senador Demóstenes Torres e voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o relator, Sr. Presidente. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o relator.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o excelente relatório. Com o excelente relator. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relatório do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes ainda não é comunista, Senador Romero Jucá.

Como vota o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relatório do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relatório do Senador Demóstenes Torres.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente. Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

Voto conhecido.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todos votaram?

Aprovado o projeto. Será comunicada a decisão da comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial do Senado.

Mensagem sobre a mesa.

Comunico aos Srs. e às Sr^{as} Senadoras, membros desta comissão, o recebimento das mensagens de nºs 62, 63 e 64, de 2011, que respectivamente submetem à apreciação do Senado Federal e a esta comissão a indicação dos Srs. Ricardo Villas Boas Cueva, Antonio Carlos Ferreira e Sebastião Alves dos Reis Júnior para exercerem o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça em vagas destinadas a advogado, nos termos do art. 104, inciso II da Constituição Federal. Cabe ressaltar que, como é de amplo conhecimento dos Srs. Senadores, tais cargos encontram-se vagos há mais de 3 anos.

Nesse sentido, informo que, ao receber as mensagens, esta presidência, para dar agilidade e para que ocupemos de imediato essa posição, façamos aqui arguição e a sabatina dos senhores indicados a ministro, que nessa data de 26 de abril de 2011, designei o Senador Francisco Dornelles para relatar, o Sr. Senador Aécio Neves e o Sr. Senador Ciro Nogueira para que os três relatem respectivamente as Mensagens de nºs 62, 63 e 64, de 2011, de modo que as sabinas possam ser realizadas na primeira oportunidade.

Comunico ainda a realização de audiência pública agendada para as catorze e trinta do dia de hoje, que tem por finalidade debater o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico e à disseminação de entorpecente, especialmente o *crack*, no seio da infância e da juventude brasileira, e tratar da questão de segurança nas escolas brasileiras, envolvendo toda forma de ilícitos, tais como, porte de arma, uso e tráfico de entorpecentes, rixas, ameaças, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, estupro, *bullying* e o uso de bebidas alcoólicas, conforme os requerimentos de nºs 3, 10 e 13, de 2011, desta CCJ, de iniciativa dos Senadores Eunício Oliveira, que preside esta comissão, do nobre Senador Crivella, do nobre Senador José Pimentel, da nobre Senadora Marta Suplicy, com os seguintes convidados: Arnaldo Salles Lima Júnior, Alírio Neto, Pauli-

na do Carmo Arruda Vieira Duarte, Márcia Pereira da Rocha, Wallison Maurício de Pinho Araújo, Paulo Tonet Camargo, José Francisco de Araújo Lima.

Essa audiência pública se dará neste plenário desta comissão, às catorze e trinta. E eu convido os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que fazem parte desta comissão para esse importante debate na tarde de hoje.

Também os Srs. Senadores que não fazem parte desta comissão estão convidados a participar desse importante tema que iremos debater na tarde.

Nada mais havendo a tratar...

O Senador Pedro Taques pede a palavra pela ordem.

Senador Petecão.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, no tocante à primeira mensagem dos indicados para o STJ pela Sua Excelência o Presidente da República, eu indago de V. Ex^a se as três sabatinas serão no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Possivelmente nós faremos. Já que nós estamos há mais de 3 anos, e a culpa não é nossa, a culpa não é nossa, é possível que a gente faça, Senador Pedro Taques, a sabatina dos três durante a tarde inteira aqui nesta comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu só gostaria de solicitar a V. Ex^a, se fosse possível, marcarmos em dias diversos. É lógico que o STJ, o Brasil, a sociedade precisam desses ministros, agora, a demora se deu em razão da Ordem dos Advogados, do próprio STJ e da Presidência da República, que até agiu rápido na nomeação. Agora, o Senado não pode ser obrigado a decidir de afogadilho uma indicação de um candidato, ainda não é ministro, de um indicado ao STJ que vai ficar lá 25 anos, decidir isso em 10 minutos, em 20 minutos.

Então eu solicito a V. Ex^a, se fosse possível isso, nós todos temos que buscar a razoabilidade e não se me afigura como razoável apreciação de indicados para o STJ de afogadilho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos aguardar os relatórios.

Senador Luiz Henrique.

Desculpa. O Senador Petecão havia pedido a palavra anterior. Em seguida, V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Para reiterar uma solicitação que já fiz em outras sessões no sentido de solicitar a V. Ex^a que a articulação com os Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos e Relações Exteriores logre produzir uma

reunião conjunta para que eu possa relatar o projeto do ilustre Deputado Pedro Taques a respeito do fuso-horário do Estado do Acre.

Faço esse apelo a V. Ex^a e sei que contarei com todo o seu empenho.

Como foi um compromisso dessa Comissão, ainda hoje farei contato com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor e com o Presidente Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para que façamos, de imediato, não num dia como hoje, quarta-feira, mas talvez na próxima terça ou quinta-feira a reunião conjunta para tratarmos desse assunto.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão, com as desculpas dessa Presidência, porque invertei a pauta e dei a palavra ao Senador Luiz Henrique

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN-AC) – Não há que se desculpar de nada, até porque as palavras do Senador Luiz Henrique veio também no sentido de esclarecer a pergunta que eu ia fazer à Presidência.

Quero aproveitar para parabenizar o Senador Luiz Henrique, como relator desse projeto que trata da mudança do horário do meu Estado, o Acre. Nós Parlamentares, às vezes, não temos a dimensão do que representa isso para o povo do Acre. Inclusive está-se criando um movimento no Acre, já se criou a expectativa de criar esse novo referendo sobre as armas, o povo do Acre não vai se manifestar sobre o referendo enquanto não for resolvido o problema da volta do nosso horário.

Queria parabenizar o Senador Luiz Henrique pela celeridade que ele deu em elaborar esse relatório. É um relatório muito bem feito, já tive oportunidade de lê-lo. Hoje tive oportunidade de conversar com o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da CAE. Quero reforçar esse pedido do Senador Luiz Henrique para que V. Ex^a nos ajude, pois sou também testemunha do seu empenho para que nós possamos, o mais rápido possível, votar este projeto nas três Comissões: CCJ, CAE e CRE. Quero também reforçar o pedido do Senador Luiz Henrique e agradecê-lo, em nome do povo acreano, pelo seu parecer que procura dar maior celeridade possível à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB-CE) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os senhores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às...horas e...minutos)

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Gim Argello, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, Mário Couto, Flexa Ribeiro e Ciro Nogueira e da Senadora Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Romero Jucá, Luiz Henrique, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a debater o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico e à disseminação de entorpecentes (especialmente o *crack*) no seio da infância e da juventude brasileira e, ainda, a questão de segurança nas escolas brasileiras, envolvendo toda forma de ilícitos, tais como: porte de armas, uso e tráfico de entorpecentes, rixas, ameaças, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, estupro, *bullying* e uso de bebidas alcoólicas, conforme Requerimentos nºs 3 e 10, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira; e nº 13, de 2011-CCJ, de iniciativa dos Senadores Marcelo Crivella, Eunício Oliveira, José Pimentel, Inácio Arruda e Marta Suplicy. **CONVIDADOS:** Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Jefferson Francisco Ribeiro, Secretário Adjunto de Justiça do Distrito Federal, representando o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, representando também o Ministro da Justiça; Márcia Pereira da Rocha, Promotora de Justiça da Promotoria de Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Walisson Mauricio de Pinho Araújo, Técnico em Assuntos Educacionais do Minis-

tério da Educação; Paulo Tonet Camargo, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, representando o Senhor Emanuel Soares Carneiro, Presidente da ABERT; José Francisco de Araujo Lima, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA. Justificaram ausência: José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Francisco José Bezerra Rodrigues, Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará; Luis Marduk Braz Pires Vieira, Diretor da Escola Municipal Tasso da Silveira do Município do Rio de Janeiro. O Senador Eunício Oliveira passa a Presidência ao Senador Marcelo Crivella. Usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício, Senador Marcelo Crivella, declara encerrada a reunião às dezessete horas e nove minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública que tem por finalidade debater o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico e à disseminação de entorpecentes (especialmente o *crack*) no seio da infância e da juventude brasileira, e tratar da questão de segurança nas escolas, envolvendo toda forma de ilícito, tais como: porte de arma, uso e tráfico de entorpecentes, rixas, ameaças, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, estupro, *bullying* e o uso de bebidas alcoólicas, conforme os Requerimentos nºs 3, 10 e 13, de 2011, desta CCJ, de iniciativa dos Senadores Marcelo Crivella, José Pimentel, Marta Suplicy e deste Presidente que vos fala, Senador Eunício Oliveira.

Os convidados para esta audiência pública são: Sr. Arnaldo Salles Lima Junior, Secretário-Adjunto de

Segurança Pública do Estado de São Paulo, a quem convido para compor a Mesa; a Sr^a Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, representando também aqui S. Ex^a, o Ministro da Justiça, a quem também convido para compor a Mesa; a Sr^a Márcia Pereira da Rocha, Promotora de Justiça da Promotoria de Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a quem também convido para compor a Mesa; o Sr. Walison Maurício de Pinho Araújo, Técnico em Assuntos Educacionais do Ministério da Educação, a quem convido para compor a Mesa; o Sr. Paulo Tonet Camargo, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, representando aqui o Sr. Emanuel Soares Carneiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, a quem convido para compor a Mesa; e o Sr. José Francisco de Araújo Lima, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA, a quem também convido para compor a Mesa.

Justificaram ausência: José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Francisco José Bezerra Rodrigues, Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará; Luis Marduck Braz Pires Vieira, Diretor da Escola Municipal Tasso Silveira, do Município do Rio de Janeiro, que justificaram ausência, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

A Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Senadores, pela ordem de inscrição.

Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta dos interpelados, sendo vedado interpelar os membros da comissão. Os Srs. Senadores, no momento oportuno, disporão de cinco minutos para fazer suas interpelações.

Minhas senhoras, meus senhores convidados desta audiência pública, é com muita preocupação, mas também com esperança que abro os trabalhos desta 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, convocada por requerimento de minha autoria e dos companheiros e colegas de Senado Senador Marcelo Crivella, Senador José Pimentel e Senadora Marta Suplicy para aprofundar a discussão e buscar o encaminhamento de soluções para dois problemas igualmente graves e atuais, ligados um ao outro, que são, no nosso entendimento: o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate e na prevenção do narcotráfico e a disseminação de entorpecentes, especialmente o *crack* e, agora, o também chamado os no seio da infância e

da juventude do nosso País e a questão da segurança nas escolas brasileiras, envolvendo toda forma de ilícito, tais como porte de armas, uso e tráfico de entorpecentes, rixas, ameaças, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, estupro, *bullying* e uso de bebidas alcoólicas. Para isso, contaremos com a participação de autoridades públicas e líderes empresariais de todos os setores da mídia, cuja presença nesta comissão, desde já, agradeço aqui.

De fato, a situação é calamitosa e as perspectivas sombrias, sobretudo quando constatamos que seu peso recai desproporcionalmente sobre a parcela da população mais vulnerável, a parcela mais promissora da sociedade brasileira e a mais preciosa para uma Nação, que é seu futuro, justamente sobre os nossos jovens e as nossas crianças, onde estão depositadas todas as nossas esperanças de futuro.

Os números são mais eloquentes que qualquer discurso que possa fazer aqui nesta tarde. O atual Mapa da Violência do Brasil, divulgado pelo Ministério da Justiça, demonstra que, nos últimos 30 anos, a taxa de homicídios cresceu a espantosos números de quase 77% entre os jovens. Sem a menor dúvida, o narcotráfico e o uso de entorpecentes são os maiores vetores dessa escalada mortífera. Estudo do IBGE projeta que, sem uma drástica mudança no quadro atual, mais de 33 mil brasileiros morrerão, até 2013, antes de completarem 19 anos de idade.

A vitimização que acomete a juventude brasileira é, Srs. Senadores, senhores convidados, uma verdadeira calamidade. Segundo estimativas do Ministério da Justiça, o *crack* escraviza mais de 1,2 milhão de dependentes em todo o nosso País. E o já referido estudo da Confederação Nacional dos Municípios realizado em 3.950 municípios brasileiros descobriu que 98% desses municípios enfrentam problemas de segurança pública, de saúde e de assistência social ligado ao *crack* e a outras drogas. A mesma pesquisa também mostra que 91% dos municípios não contam com programas locais de combate e prevenção ao *crack*, nem recebem nenhum tipo de auxílio do Governo Federal e dos governos estaduais para planejar e desenvolver suas ações. Vale lembrar ainda que, por falta de articulação, ou não sei por quê, foram gastos até agora somente 80 milhões do Orçamento total de 410 milhões do Plano Emergencial de Enfrentamento ao Crack, lançado ainda pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E a imprensa fala que os cortes recentes do Orçamento podem afetar a política de combate imediato às drogas e o relaxamento ainda maior das nossas fronteiras. Isso tem de ser revisto.

Nós, aqui do Congresso Nacional, os Srs. Senadores e esta Comissão têm um papel importante nes-

sa discussão que precisamos fazer. Como se isso não bastasse, somos bombardeados com a notícia da chegada ao Brasil dessa droga mais nova, mais perversa ainda e mais letal, o chamado oxi, mistura de cocaína, querosene ou gasolina, ou até óleo diesel, ou ainda solução de bateria, cal e permanganato de potássio, que, além de ser mais barato, causa dependência e morte ainda mais rapidamente que o *crack*.

Convém enaltecer a iniciativa da Confederação Nacional dos Municípios, que ontem lançou o portal Observatório do Crack, que fará um mapeamento geográfico e logístico do problema do *crack* nos Municípios brasileiros, com ênfase nos 580 municípios de fronteira mais vulneráveis ao tráfico. O portal será uma grande fonte de discussão do problema, com dados atualizados, agendas e eventos e exemplos de práticas positivas no tratamento dos dependentes.

Srs. Convidados, Srs. e Srs. Senadores, para triunfar nesta guerra, repito, precisamos buscar iniciativas como parceria, coordenação, integração e cooperação – Igrejas, famílias, entidades filantrópicas. No meu Estado do Ceará, tem uma entidade que há mais de 30 anos trabalha com drogados, crianças e jovens adolescentes, do nosso querido e saudoso Silas Munguba. Então, só com a integração de igrejas, a participação de famílias, entidades filantrópicas, associações empresariais, sindicatos, escolas, instituições acadêmicas e de pesquisa, polícias, prefeituras, governos estaduais e União, todos nós devemos dar as mãos para, unidos, avançar nessa questão.

Prevenção inteligente, repressão bem equipada e recuperação da saúde física e psíquica dos usuários devem caminhar, lado a lado, com a educação em tempo integral, os programas de desenvolvimento cultural e esportivo de atenção à infância e à adolescência, de qualificação e de encaminhamento profissional.

É claro que também não podemos prescindir do concurso dos meios de comunicação social, em razão da sua comprovada capacidade de informar, formar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública brasileira no seu poderoso papel, também de tamanha importância, que é o papel de educar os nossos jovens no combate a essa coisa perversa chamada entorpecente aos nossos jovens brasileiros.

E eu, dando continuidade aos trabalhos, queria convidar também o Dr. Jeferson Francisco Ribeiro, Secretário de Justiça Adjunto do Distrito Federal, para compor a nossa Mesa.

Temos aqui sete convidados que farão suas explicações.

Eu passo a palavra para a Dr^a Márcia Pereira da Rocha, que é Promotora de Justiça da Promotoria de

Educação do Ministério Público do Distrito Federal. V. S^a tem a palavra

A SR^a MÁRCIA PEREIRA DA ROCHA – Gostaria, antes de tudo, de agradecer esta oportunidade de estar aqui representando a Dr^a Eunice Amorim Carvalhido, que, em razão de compromissos anteriormente já assumidos, não pôde vir e me incumbiu do papel de representá-la. Espero fazer o máximo para ajudar todos na construção de um pensamento novo e de solução a respeito dos problemas

Senador, o tema proposto é de extrema importância, de extrema atualidade. Eu o parabeno, assim com a todos os Senadores que assinaram a moção para esse encontro, para a realização desse debate de ideias.

Na pessoa de V. Ex^a, eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Eu gostaria de dizer meu muito obrigado por esse espaço e pontuar que minha presença aqui diz respeito a uma atuação bem específica em face de tudo que foi colocado como tema, porque sou promotora de justiça de defesa da educação do Distrito Federal. Então, as minhas atribuições são no âmbito do Distrito Federal e os dados que apresentarei são em face de processos que trabalhei aqui nesta unidade da federação. Eu não conto, portanto, com dados atualizados a respeito de outros Estados brasileiros.

O tema que me foi colocado diz respeito à prática de violência nas escolas e, sobre essa prática de violência, eu gostaria de dizer aos senhores que nós temos pesquisas da própria Polícia Civil aqui no Distrito Federal e do Ministério Público do Distrito Federal, no qual atuo junto com os promotores e de onde retirei os dados que apresento a V. Ex^{as}.

Os crimes mais comuns e que praticados por adolescentes são ditos atos infracionais, no ambiente escolar ou nas imediações das escolas, são: a lesão corporal, a ameaça, o uso de substâncias entorpecentes, o porte de arma e o desacato. Em outro grau diferenciado de estatística, temos o caso de lesão corporal grave, de roubo, injúria, entre outros números, atos infracionais.

Eu me fixei para trazer aos senhores dados referentes à prática dos atos infracionais, ou seja, de todas essas figuras típicas praticadas por adolescentes.

Hoje, está muito em voga o termo *bullying* como um ato de violência dentro do ambiente escolar e esse termo genérico, na verdade, inúmeras vezes se refere à prática de atos infracionais, que eu mencionei anteriormente, como também à incivildades entre os membros da comunidade escolar e hostilidades entre grupos.

Algumas razões – e eu gostaria de tentar ser a mais objetiva possível na construção dos dados para trazer a V. Ex^{as} – dizem respeito à questão numérica e ao porquê nós observamos esses jovens se envolvendo na prática de atos infracionais dentro do ambiente escolar ou nas imediações das escolas.

Uma das primeiras razões, que salta aos olhos e com a qual eu já tive, inclusive, oportunidade de, em reunião com a Secretária Nacional Paulina em assuntos relativos à política nacional, apresentar é que o adolescente tem uma desmotivação, muitas vezes pessoal, por dificuldades variadas, e essa desmotivação pessoal relativa ao estudo diz respeito à própria continuidade dele como membro da comunidade escolar.

Então, nós vamos analisando os autos dos processos aos quais nós temos acesso e observamos uma grande defasagem entre idade e série do adolescente matriculado. Estou dizendo sempre em relação à rede pública de ensino do Distrito Federal.

O que se observa é que muitos desses adolescentes que têm essa grande defasagem idade e série são praticantes de atos infracionais e muitas vezes repetidamente. Ao conversarmos com os diretores, com os membros da comunidade escolar, observa-se que tanto os orientadores pedagógicos que têm acesso a esses adolescentes nos narram que há uma ausência de um atendimento individualizado na busca de auxílio para esse adolescente, de modo que ele supere a dificuldade que está enfrentando e que faz com que, muitas vezes, busque na prática de ato infracional uma posição de liderança na escola. Essa liderança, ainda que praticada negativamente, é a forma como ele, adolescente, se vê no mundo capaz de se distinguir dos outros.

A questão da ausência de um trabalho individualizado, no contraturno, que seja capaz de suprir as carências desse adolescente em dificuldade pessoal em relação à assimilação de qualquer conteúdo pedagógico, faz, inúmeras vezes, com que ele acabe encontrando na prática de atos violentos uma forma de estar na comunidade escolar.

Uma outra situação muito grave, Senador, que observamos no Distrito Federal, e infelizmente acho que percorre os grandes centros do Brasil, é a questão da vulnerabilidade social na qual esses adolescentes se encontram. Vamos encontrar, nas oitivas que fazemos com esses adolescentes, a notícia de que, no percurso da casa deles até a escola, eles enfrentam situações diárias de conflito urbano. Assim, o uso de substância entorpecente não só por ele, adolescente, mas pelas pessoas com as quais ele convive no seu meio social é uma realidade.

Nós temos, infelizmente, dados muitos ruins em relação a distância, sobretudo em relação ao ensino médio aqui no Distrito Federal, pontuo mais uma vez, do local onde os adolescentes de ensino médio residem e onde eles estudam. Então temos uma problemática dupla muito grave. A distância faz com que esses adolescentes tenham que cruzar áreas urbanas complicadíssimas, e eles estão matriculados, via de regra com relação a essa defasagem idade/série, no EJA, Educação de Jovens e Adultos a Distância, que é o antigo Supletivo, no qual nós acostumamos a ouvir o termo. E esse fato se agrava sobremodo porque, à noite, muitas das famílias não são parceiras da escola.

A própria família tem muito receio de que seu filho esteja à noite atravessando áreas de grande conflito urbano. Assim, a evasão escolar desse jovem adolescente é muito grande. Veja, então, Excelência, que nós temos um trabalho muito grande. Muitos desses adolescentes estão à noite por falta de oferta de estudo de jovens e adultos nos turnos diurnos. Assim, ou ele está matriculado à noite, ou ele não está matriculado no ensino médio, ou nas próprias turmas, ainda que do ensino fundamental.

Então vamos ver um número muito grande, sobre o qual estávamos até conversando, de acesso inicial das crianças. Nós vemos uma quantidade de crianças matriculadas na educação básica, no ensino fundamental sobretudo, porque a educação infantil ainda está muito aquém das metas constitucionais. Essas crianças entram e, ao observarmos a saída dela da educação básica, vamos ver uma perda enorme de jovens e adolescentes que não terminaram a educação básica porque simplesmente desistiram.

Uma outra situação, que é grande desmotivadora, são escolas – inclusive eu visitei várias aqui no Distrito Federal, em todas as regiões administrativas – em que a instalação física é muito precária. Então a própria ambientação escolar não é favorável a trazer o adolescente para o interesse de se manter atualizado em relação às atividades que a escola pode oferecer.

Eu visitei uma escola cuja sala tinha que a quase totalidade de lâmpadas queimadas e funcionava no turno noturno. Quando indaguei à diretora como é que aqueles alunos faziam, numa turma de 45 alunos, com duas lâmpadas funcionando, e ela me disse que eles improvisavam, ficavam com o material, tentando buscar a melhor forma de enxergar. Então, os senhores vejam a precariedade com que a escola recebe o adolescente no momento em que nós temos que captar esse jovem num grande interesse pelo assunto. Em na minha opinião está sendo falho.

Nós temos dificuldade brutal – e nisso a Dr^a Paulina é grande parceira – que é a ausência de parcerias.

Senhores, não existe super-herói em nenhuma área de atuação; não existe superpai que consiga fazer o trabalho sozinho de trazer ao adolescente todas as informações devidas em todos os âmbitos em que seu filho é merecedor de atenção: nas áreas de saúde, de assistência social e educacional. Temos uma rede extremamente fragilizada. Existem algumas medidas básicas que chegam a ser banais para as quais as respostas têm sido negativas. Dou aos senhores exemplos de famílias que reclamam do trajeto que os filhos fazem da escola até o ponto de ônibus. Número 1, porque o ponto de ônibus daquela comunidade escolar é muito longe da sua escola e simplesmente porque não há iluminação pública. Então digo aos senhores que parece que essa estrutura mínima pode ser facilmente objeto de ação. Os diretores e membros das comunidades escolares estão sempre alertando os administradores regionais a respeito da necessidade urgente de atuação nessas áreas.

Com relação ao uso de bebidas alcoólicas e substâncias entorpecentes, sei que a Dr^a Paulina irá se estender, com muito mais propriedade, sobre o tema, eu gostaria somente de pontuar algumas questões que observo aqui que dizem respeito a ausência de unidades de saúde mental no Distrito Federal para atendimento da criança e do adolescente. Eu digo ausência e quero dizer ausência mesmo; não temos leitos hospitalares para internação de crianças e adolescentes no Distrito Federal.

Apesar de V. Ex^a já ter pontuado o aumento do número de crianças que utilizam *crack*, que é uma substância sobre a qual a gente ouve muito a mídia se relacionando com dados estatísticos e somente existe atendimento para crianças em emergência psiquiátrica no Hospital Regional da Asa Sul. Só existe unidade de emergência para adolescentes em uma única unidade do Distrito Federal. Quando um diretor, um orientador pedagógico, uma família, quando todos esses agentes observam que esse adolescente precisa de auxílio e reclama por auxílio, essa rede, infelizmente, não tem se feito presente, inclusive pela ausência de leitos hospitalares, que não existem em nenhum hospital regional do Distrito Federal e também porque a única unidade que temos aqui se encontra na Asa Norte e teve seu espaço diminuído em 50% para instalação de unidade de ensino superior.

Temos pais de adolescentes que nos procuram e de professores e diretores de escolas como por exemplo de Brazlândia e Planaltina, onde participei intensamente de investigações. Os diretores sabem da gravidade do uso de substância entorpecente por adolescentes alunos da escola e infelizmente a única unidade que é esta da Asa Norte fica muito distante

e tem acolhimento somente para casos gravíssimos. E nós temos então a realidade de estarmos sempre apagando incêndio.

Então, Excelência, eu apresento aqui aos senhores a necessidade urgente de fortalecimento da rede. Ela tem de conversar a respeito de estatísticas produzidas pela polícia junto com as escolas, junto com a saúde, para planejamento estratégico, onde estão esses adolescentes, qual é a situação socioeconômico-cultural deles, quais são as dificuldades e onde a rede, enfim, pode atuar no sentido preventivo para não sermos eternos bombeiros apagando incêndio. Há muitas coisas a fazer. Nós temos exemplos intensos de sucesso, que sempre ocorrem com a participação da comunidade.

Obrigada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Concedo a palavra ao próximo convidado, Dr. Paulo Tonet Camargo, pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

V. S^a dispõe de dez minutos.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eunício de Oliveira.

É uma satisfação para a Abert poder compartilhar, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, de algumas das suas experiências e, especialmente, demonstrar a preocupação das emissoras de rádio e televisão do País com esse tema tão preocupante, que é, fundamentalmente – é disso que vou tentar tratar um pouco aqui –, a difusão, como bem apontou V. Ex^a na sua manifestação no início desta audiência pública, do tema do *crack* e do tema das drogas, que vêm assolando a sociedade brasileira. Eu já tive a oportunidade, em outros eventos, de estar com nossa secretária, Paulina, que está aqui na mesa. Eu vou particularmente citar um exemplo, de que estive muito próximo. Refiro-me a uma campanha que nós levamos a efeito na empresa da qual sou vice-presidente, muito exitosa, que mostrarei aos senhores. Essa campanha se multiplicou de forma parecida em muitas e muitas emissoras em todo o Brasil. A par disso, o tema das drogas, o tema do flagelo que têm sido as drogas e da violência que trazem as drogas, da desagregação familiar, do problema, enfim, que trazem para o seio da sociedade, tem sido tratado em muitas novelas em várias emissoras. Cito como exemplo recente uma novela da TV Globo, *Passione*, em que houve um personagem dependente de *crack*. Ficaram claramente demonstrados ali os efeitos devastadores dessa droga, a dificuldade de cura, a dificuldade de tratamento dessa droga, o que causou isso no seio familiar, a desagregação, o crime a que leva. Enfim, isso que é chamado de *merchandising* social, que muitas emissoras, Brasil

afora, em suas produções colocam, levaram em 2010, por exemplo, a 883 cenas, mais ou menos, de conteúdo socioeducativo em vários programas de televisão no Brasil, especificamente na TV Globo. Em séries como, por exemplo, *Malhação*, destinadas ao público jovem, ao público que está em formação e de potencial consumo dessas drogas, existe uma série de personagens ali inseridos que têm como objetivo a demonstração e o alerta para que não entrem nessa saga infeliz, que é o mundo das drogas em nosso País. Fomentam a discussão sobre esse tema. Talvez, eminente Senador Eunício Oliveira, a maior contribuição que os meios de comunicação possam dar ao país seja chamar a atenção dos diversos setores da sociedade para a necessidade da discussão sobre esse tema e o alerta que tem de ser feito. Eu me arrisco a dizer que há cerca de três ou quatro anos – acho que podemos falar em três anos atrás, Dr^a Paulina, – a maioria das pessoas desconhecia o que significava o *crack*, ou pelo menos o seu poder devastador. Foi isso que, pelo menos no sul do País, fez com que nós decidíssemos fazer essa campanha.

Nós, todos os anos, do ponto de vista da nossa responsabilidade social, fazemos uma campanha que nós chamamos de “bandeiras”. Já fizemos isso em relação à educação, à violência contra as crianças, à violência doméstica, à violência no trânsito, enfim, a uma série de questões de natureza social. E há dois anos resolvemos, ouvidos muitos setores da sociedade, enfrentar a questão do *crack*, que era muito pouco conhecido da sociedade. Eu vou mostrar rapidamente aos senhores o que significou essa campanha chamada “*Crack* nem pensar”.

Do ponto de vista social, o tema era de urgência e relevância indiscutíveis, exigia longo prazo para resultados mais efetivos e a atenção da mídia era uma forma efetiva de cobrança e fiscalização dos governos. Por quê? Porque nós entendíamos que, como o tema não era um tema em discussão, naturalmente, se ele não era um tema em discussão na sociedade, ele não era um tema naturalmente em discussão nos governos, porque é assim que, felizmente, funcionam as democracias. Os temas que estão em discussão na sociedade é que devem ser os temas em discussão nos governos.

Bem, o *crack* é o principal problema de saúde pública no Brasil, segundo autoridades e especialistas. É um vício sem volta, gera violência e está na raiz de mais de 60% dos crimes. Talvez o Secretário possa, depois, dizer...

Eu acredito, Secretário, hoje, que esse percentual está desatualizado. Eu acho que o percentual é maior. Talvez esse percentual seja até maior.

O *crack* acerra disputas entre grupos de traficantes e, inevitavelmente, leva à degradação e morte do seu usuário.

Objetivo.

Nós não tínhamos como objetivo retirar pessoas do vício. Nosso objetivo era bem mais modesto, mas talvez mais arrojado. Era nenhum novo consumidor de *crack* no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Vocês iriam dizer que isso é impossível. Mas é preciso ter uma meta. Quando você faz uma campanha, até para poder ter indicadores, é preciso ter uma meta. A meta era arrojada. A meta podia até não ser factível, mas nós tínhamos que estabelecer uma meta. A meta era não permitir novos usuários. E o público alvo: usuários em potencial que ainda não caíram na armadilha do *crack* e, assim, podem ser conscientizados sobre os riscos, familiares de usuários e sociedade, especialmente governos, autoridades, educadores e formadores de opinião. Esse era o nosso público alvo.

E o tripé da iniciativa? No campo publicitário, nós fizemos – tudo isso custeado pela própria empresa e nós vamos mostrar um pouquinho da campanha para vocês – várias peças publicitárias, nós fizemos uma ampla cobertura editorial nos nossos veículos, o engajamento editorial, e uma questão institucional, ou seja, o engajamento institucional, de jornalistas, de comunicadores, de artistas e de atores da sociedade nessa campanha para que houvesse o envolvimento de toda a sociedade efetivamente nessa cruzada contra o *crack*, para que se tornasse o assunto efetivamente do dia e um assunto na vida das pessoas.

Então, um pouquinho do que foi a campanha em 2009. A campanha foi extremamente agressiva. Vocês podem ver que, nas peças, na primeira fase, de maio a agosto, os atores demonstravam os estragos da droga.

Isto é um pedaço da campanha que foi veiculada na mídia impressa, nos jornais, e nós também imprimimos isso como folhetos e também *banners* na Internet, o que mostrava os efeitos que a droga causa nas pessoas.

“Prepare-se para ver imagens chocantes e de forte impacto emocional. Mas, por favor, não tire os seus filhos da sala. As crianças e os adolescentes são as maiores vítimas do *crack*.”

É uma droga tão devastadora, que pode viciar na primeira vez e provocar as piores consequências. Dor, prostituição, roubos e assassinatos são algumas delas.

Não feche os olhos para esta realidade.

Crack, nem pensar.”

Isto é um exemplo da campanha que foi ao ar nas emissoras de televisão. Vocês podem ver que é uma

peça publicitária extremamente chocante. Mas o objetivo era que ela fosse chocante, para chamar realmente atenção para o problema que naquele momento, em 2009, era algo muito desconhecido da sociedade.

Ainda na campanha publicitária, foram feitos adesivos, que foram colocados nas escolas, boxes, envolvimento de artistas e formadores de opinião.

Do ponto de vista editorial, mais de seiscentas inserções editoriais nos jornais do grupo foram colocadas em relação à questão do Cade. Institucionalmente, vários painéis foram transmitidos pelos nossos veículos tratando do tema e envolvendo médicos, políticos, administradores, parlamentares, formadores de opinião, tratando sobre o tema do *crack*.

Em várias cidades do interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina também foram feitos pedágios, passeatas, adesivagens de automóveis, no sentido de mobilizar as comunidades daquelas regiões para que atentassem para essas questões do *crack*, mobilizando também clubes de serviço, enfim, todas as forças vivas daquelas comunidades.

Foram feitas camisetas que a Hering e as Lojas Renner também ofereceram para que as pessoas também fizessem corridas e ingressassem nessa campanha.

Vários adesivos, como eu disse, também foram colocados por artistas nas passeatas no centro das cidades. Cartilhas e cartazes também.

Apenas um exemplo – os resultados medidos: um aumento de 42% no índice de denúncias no Rio Grande do Sul e de 39% em Santa Catarina; a destinação de um milhão de reais no Governo do Estado do Rio Grande do Sul – não havia nada; um milhão é muito pouco, mas começou, pelo menos, a haver uma pequena destinação –; aumento de 90% do índice de apreensão de *crack* no Rio Grande do Sul; em 2009, no *ranking* dos anos, com maior incineração de drogas, seis toneladas, maior a repressão policial no combate às drogas nos dois Estados.

Nós resolvemos, então, continuar a campanha em 2010, mas aí já focados não só no usuário, mas no entorno do usuário, no que isso causava à família do usuário. Continuamos mais um ano com a campanha.

(Reprodução de campanha publicitária: “Além de viciar na primeira vez, e levar à morte, o crack acaba com todos que estão à volta de um dependente. Crack, nem pensar”).

Essa segunda fase da campanha foi lançada em Porto Alegre. Aí estão as peças lançadas em relação à segunda campanha. Foi lançada em Porto Alegre também, nos mesmos moldes, uma enorme cobertura editorial, pelo Ministro José Gomes Temporão, com

um painel que nós fizemos transmitindo ao vivo para os dois Estados, pelas 18 emissoras, com rede com o grupo, em uma enorme tentativa de manter viva a ideia, nas comunidades, de combate e de conscientização para evitar que novos viciados entrem nesse flagelo que é o *crack*.

Tudo isso fez com que se gerasse uma massa crítica muito grande, e, quando se encerrou essa segunda campanha, nós doamos tudo que foi recolhido – as marcas, as campanhas publicitárias – para todas estas entidades: as associações do Ministério Público do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, as associações de juízes dos dois Estados e as duas principais universidades federais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, junto com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, que é a fundação que cuida da questão de responsabilidade social da nossa empresa. E foi criado, então, aí, sob a direção da associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o Instituto Crack Nem Pensar.

O RBS, então, disponibilizou todo esse material, e hoje, através desse instituto, continuam essas iniciativas que buscam continuar com essa ideia de combate à questão do *crack* e difundir em todas as comunidades a necessidade de prevenção e de informação sobre esse tema.

Essa iniciativa que mostrei aos senhores em detalhes, iniciativas como essa, em menor escala, em maior escala, semelhantes e parecidas, são realizadas por várias emissoras de televisão, por várias emissoras de rádio no Brasil inteiro, em grandes comunidades, em pequenas comunidades. Nós mesmos disponibilizamos gratuitamente essa campanha para vários companheiros nossos de outros Estados do Brasil que quiseram colocar no ar a campanha, e até mesmo para a EBC, que, na época, o Ministro Franklin Martins solicitou e nós disponibilizamos para a EBC para que pudesse colocar no ar a campanha.

Essa replicação do modelo nas várias emissoras de rádio e televisão coloca a nossa responsabilidade em relação a isso, eminente Presidente Senador Eunício Oliveira. E queremos dizer que, em relação a esse combate, a essa guerra contra as drogas, contra o *crack*, as emissoras de rádio e televisão do Brasil estão prontas a assumir a sua responsabilidade, estão prontas a continuar fazendo esse trabalho que já fazem e querem se alistar como soldados nessa guerra, na trincheira mais difícil, mais à frente nesse combate e nas posições mais difíceis.

Nós queremos nos colocar para Abert, que representa, hoje, a maioria das emissoras de rádio e televisão do Brasil, como parceiras nessa guerra e nesse combate. Além do que a maioria das emissoras já vem

fazendo nessa difusão de ideias e de informações, continuará gratuitamente participando dessas iniciativas e dessa batalha em relação a esse flagelo que é a droga no Brasil, especificamente o *crack*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Paulo.

Eu convidaria o Secretário-Adjunto da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para fazer uso da palavra.

V. S^a dispõe de dez minutos.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, demais integrantes da Mesa, Srs. Senadores, senhoras e senhores, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, quando chamado a comparecer nesta audiência pública para tratar de tema tão relevante, por óbvio, não poderia se furtar aqui estar presente para trazer a experiência que o Estado de São Paulo vive. A experiência que nós vamos tratar aqui é a experiência como órgão de segurança pública. Portanto, a repressão ao uso de substância entorpecente, sobretudo no uso e no comércio do *crack*, no Estado de São Paulo, em especial na cidade de São Paulo, uma vez que é do conhecimento de todos aqueles que acompanham pelos meios de comunicação a questão da crackolândia na nossa capital.

O Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo é um Procurador de Justiça, Antonio Ferreira Pinto, que, lamentavelmente, por questão de agenda, não pode se fazer presente e, portanto, compareço eu aqui para trazer a nossa experiência.

Ele está à frente da segurança pública do Estado de São Paulo há dois anos e um mês, e eu estou lá há um ano e um mês. Também sou integrante do Ministério Público do Estado de São Paulo, há 25 anos que integro a instituição, hoje como Procurador de Justiça.

Então, num primeiro momento, cabe aqui trazer aos senhores um relato do que as forças de segurança no Estado de São Paulo têm feito para combater o uso e o comércio de *crack*.

Claro que a pauta desta audiência pública é muito mais ampla, fala de outras espécies de criminalidade, como os meios de comunicação podem contribuir para que isso regreda em todo o território brasileiro.

Na questão do *crack*, a Polícia Civil do Estado de São Paulo possui um departamento, que é o Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos, propriamente dito. É o nosso Denarc. E eu, hoje, faço-me acompanhar do Delegado, Dr. Clemente Castilhone, que é um especialista na área, trabalha nesse nosso setor de inteligência e tem, juntamente com o diretor daquele departamento, envidado esforços na procura

de uma solução de polícia para aquilo que acontece na região da crackolândia.

Eu digo uma solução de Polícia, porque a solução definitiva, por óbvio, não passa só pela segurança pública.

Neste ano de 2011, nós estamos no dia 27 de abril, porque a solução definitiva, por óbvio, não passa só pela segurança pública. Neste ano de 2011 – estamos no dia 27 de abril –, a Polícia Civil do Estado de São Paulo apreendeu 32 quilos de *crack* só na região da crackolândia. E a operação que se desenvolve lá, diuturnamente, quer pela Polícia Militar, que exerce o patrulhamento ostensivo e repressivo, quer pela Polícia Civil de São Paulo, que exerce as atividades de inteligência, procurando detectar aqueles que levam a droga para aquela localidade da nossa capital, uma capital que conta com 10 milhões de habitantes, temos verificado realmente que o menor de idade é o foco principal da atuação criminosa. O menor de idade que, quando flagrado com entorpecente, é encaminhado para os órgãos que cuidam da infância e da adolescência e, naturalmente, se menor de 12 anos e fruto de família desconstituída, ele é levado ao Conselho Tutelar. Se maior de 12 anos, ele não está sujeito a nenhuma pena restritiva de liberdade. Por óbvio, sabemos que não é esse o mecanismo adequado para solução desse tipo de mal, mas, quando falamos como órgão de segurança pública, é importante que tenhamos presente o seguinte: é necessário que as polícias disponham de instrumentos capazes de reprimir de alguma forma esse tipo de problema. Por que motivo? Porque a legislação que hoje temos em vigor é uma legislação que avançou significativamente. E, sem dúvida nenhuma, eu, como integrante do Ministério Público, que militei em promotoria criminal por muitos anos e militei em promotoria de infância e juventude, estou convencido de que o usuário de entorpecente não pode ter como destino a cadeia, não é a prisão que vai resolver o problema. No entanto, não é possível que os organismos de segurança não disponham de instrumentos mínimos para fazer com que aquele adolescente que tem por escopo essa atividade não tenha condição de ser submetido a um regime diferenciado, onde o tratamento tenha que ser imposto e não fique à opção dele, ele tem um livre arbítrio, o maior de 12 anos de idade, para deixar aquela entidade assistencial e de lá se retirar.

Então, esse é um problema que enfrentamos no Estado de São Paulo e as Polícias Civil e Militar trabalham diuturnamente para reprimir o traficante, responsabilizá-lo nos termos da Lei nº 11.343, mas a questão do menor que estiver envolvido nessa situação, além de termos o problema de os equipamentos

sociais, do Município, do Estado e da União, trabalhem de forma integrada, é necessário que nós tenhamos a possibilidade de fazer com que esse menor de fato seja integrado num sistema, num processo de resgate, num processo, se é início de uso da substância entorpecente, num processo de convencimento para que ele não volte para aquele espaço que, até então, ele ocupava e que as forças policiais retiraram por um breve período de tempo.

Essa, Dr. Paulo Tonet, é uma realidade que se enfrenta. Tenho certeza de que falo sobre São Paulo, mas, certamente, se repete em todo o território nacional. São Paulo é sempre paradigma para aquilo que é bom e para aquilo que é ruim, e essa é a realidade que a gente enfrenta. Essa interlocução que tenho com os colegas de Ministério Público é a realidade que os policiais vivem nas ações de polícia que desenvolvem em nossa capital, sobretudo.

Mas é importante dizer que, independentemente desse quadro que pede – essa é a nossa concepção – uma nova reflexão sobre o arcabouço legal que trata desse tema, isso certamente é competência dos senhores, porque estamos falando de legislação federal, a nossa Polícia Civil de São Paulo dispõe de uma divisão dentro do departamento de combate ao narcótico, o nosso Denarc, possui uma divisão que tem feito por todo o Estado de São Paulo apresentação em qualquer tipo de escola pública ou privada, procurando mostrar ao adolescente, ao jovem os malefícios da droga. Possuímos lá um centro que procura exercitar aquilo que o art. 28, III, da Lei nº 11.343 impõe, que é um curso educativo de difícil aplicação, porque tem que contar com a boa vontade do usuário. E quer me parecer que a legislação penal brasileira, no que diz respeito ao tráfico de entorpecente, confundiu usuário com o viciado. Usuário é aquele cidadão que, perante o Juiz de Direito, se for ele apenas com a pena de advertência dos malefícios da droga, ele rebater o argumento do juiz, nada poderá ser feito com ele.

Ele poderá dizer: “Olha, seus argumentos são caros, mas eu tenho outros argumentos que me mostram que a maconha não faz mal nenhum. Ela é até favorável”. E o juiz de Direito não tem nenhum outro instrumento a fazer a não ser ouvir aquela fala, desde que respeitosa, por óbvio, e impor aquela punição, cuja punibilidade será extinta no momento seguinte em que aquela sentença transitar em julgado.

Então, quer me parecer que essa situação é uma situação que deve ser repensada. Quero crer até que o nosso colega, amigo de São Paulo, Ministro Cardoso, quando chamado a tratar sobre a legislação penal, que cuida do entorpecente, mostrou uma posição de nova reflexão sobre esse tema e quer me parecer...

Claro que a solução não passa por aí, a solução passa também por aí, para que as forças de segurança, o Poder Judiciário e o Ministério Público tenham instrumentos mínimos para lidar com essa situação quando se revela necessária uma punição mais recrudescida, ainda que para o usuário.

É o juiz de Direito que pode exercitar o poder discricionário e verificar que aquela situação de recalcitrância não é uma situação de recalcitrância, Dr. Paulo, por desinformação, por família desestruturada, mas por uma opção do cidadão.

Já que nós estamos incriminando esse tipo de comportamento, é razoável que o Estado tenha instrumentos para poder fazer com que a legislação tenha efetividade.

No que diz respeito ao menor, quer me parecer que a Lei nº 8.069, de 89, o nosso ECA, merece também ser novamente analisado pelos senhores, na medida em que, repito, o adolescente envolvido no uso de entorpecente por uma opção dele, formado, frequentador de boas faculdades, com contato com os órgãos de informação, porque esses também frequentam a região da cracolândia. Não pense os senhores que é só aquele depauperado. Não é, também é este, achando que aquilo é algo festivo, até porque nada acontecerá.

Eu sou professor de universidade, leciono Direito Penal e verifico muitas vezes, Dr. Paulo, Senador, Secretário, que, quando se trata do termo uso de entorpecente, o aluno fica ávido para saber qual é a possível punição que ele terá se flagrado naquela circunstância. E quando ele sai da sala de aula? Verificando que aquilo pode parecer para ele até divertido, eu não sei se isso não é um fator fomentador do uso de entorpecente, achando que é algo engraçado, que é algo divertido, que é algo que vai mostrar que ele está conectado com o momento presente.

Então, eu trago à reflexão dos senhores esses tópicos, entendendo que, naquilo que diz respeito à atuação de segurança pública, a luta é diuturna, a Polícia de São Paulo trabalha com um departamento especializado em narcóticos de ponta. São duzentos policiais que atuam sem prejuízo dos demais policiais civis – e o nosso corpo de policiais civis atinge a casa de 31 mil homens, nossa Polícia Militar, cem mil homens, sem prejuízo do distrito policial do interior lavrar a ocorrência, mas temos um departamento que exercita a inteligência, procura desvendar quem efetivamente são os traficantes, o monitoramento das bocas de tráfico, para que a gente possa não se curvar a essa realidade cruel que assola o País e que, sem dúvida nenhuma, destrói inúmeras famílias.

Faço apenas esse breve panorama do Estado de São Paulo e me coloco aqui para qualquer tipo de indagação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Dr. Arnaldo.

Passo a palavra ao Dr. Walisson Maurício de Pinho Araújo, de assuntos educacionais do Ministério da Educação.

V. S^a tem a palavra.

O SR. WALISSON MAURÍCIO DE PINHO ARAÚJO – Boa tarde, gostaria de cumprimentar inicialmente o Senador Eunício pelo convite ao Ministério da Educação, em nome do Ministro Fernando Haddad, da nossa Secretária Claudia Dutra, Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

A minha contribuição também é no sentido de fazer algumas reflexões, desde a problematização das violências nas escolas, tentando organizar ou trazer algumas aproximações conceituais, alguns elementos da Agenda de Pesquisa, algumas pesquisas que vêm sendo realizadas sobre esse tema, e, ao mesmo tempo, trazer algumas ações que o Ministério da Educação vem desenvolvendo, bem como desde onde o MEC parte em termos da organização do planejamento público: o Plano Nacional de Educação, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Programa Nacional em Direitos Humanos, no sentido do enfrentamento das mais variadas formas de violação.

Então, vou pedir licença aos colegas de mesa para falar de pé e, assim, conseguir visualizar melhor.

Então, partindo de onde a gente está falando, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, uma primeira referência para este debate acerca das violências nas escolas é um documento produzido pela Unesco, que nos dá essas importantes pistas de como o fenômeno das violências vem sendo abordado na Agenda de Pesquisa e, ao mesmo tempo, como vem orientando as políticas públicas.

No passado, nós tínhamos análises mais centradas sobre a violência do sistema escolar, especialmente por parte dos professores contra os alunos, as punições e os castigos corporais. Na contemporaneidade, essa abordagem em termos da Agenda de Pesquisa vem mudando e, agora, nós temos a análise centrada na prática da violência dos alunos entre alunos, contra a propriedade – e aí nós temos o vandalismo – e, em menor proporção, a violência processada entre os alunos, dos alunos contra os professores, mas também dos professores contra os alunos.

Recentemente, a Agenda de Pesquisa tem de ser orientada para essa abordagem. É importante sempre a gente demarcar que a violência é um fenômeno he-

terogêneo difícil de delimitar e de ordenar. E tem que ver sempre com esse *status* de quem está falando, os professores, os diretores, os alunos. As práticas de violência têm a ver com o lugar ocupado pelos distintos profissionais que fazem educação, ao mesmo tempo, com as questões etárias, de sexo e identidade de gênero e, também, de raça e cor. Portanto, são componentes que dão um ar multidimensional para essa conceituação de violência.

A literatura nacional contempla, evidentemente, não só o conceito de violência física, mas também a ética, a política e a preocupação em dar visibilidade especialmente às violências simbólicas, que também são processadas no cotidiano escolar.

Então, tentando fazer algumas outras aproximações com as violências na escola, essas violências se realizam muito em função da visão que se tem, a comunidade também, o conjunto dos profissionais da educação acerca da própria escola. Muitas vezes, nós temos permeados nessa visão acerca da escola os preconceitos em relação à própria estrutura do ensino, muitas vezes hierarquizada, sem participação, as próprias condições de infraestrutura e as relações interpessoais. Toda visão que se tem acerca da escola também condiciona a um quadro de violência.

Ao mesmo tempo, há uma naturalização do preconceito e uma visão torta acerca da alteridade. Na compreensão da comunidade escolar, nós não estamos defronte a preconceitos ou a discriminações, mas de brincadeiras que são recorrentes no cotidiano escolar. Assim, são socialmente aceitos no espaço escolar e na comunidade apelidos como picolé de asfalto, picolé de breu, Nescau, chocolate, bola fofa, bichinha, que são categorizações que acabam vilipendiando a autoestima, que rebaixam a autoestima de crianças, adolescentes e também de professores e têm um potencial de criação de uma agressividade, sem dúvida nenhuma, no espaço escolar. Também é importante demarcar que o fenômeno da violência está muito associado à pobreza e às desigualdades, mas, ao mesmo tempo, está balizado pela ausência de diálogo e de troca entre professores e professores, professores e lideranças, professores e alunos.

Existe um conjunto de ambiências violentas que nós não podemos reduzir, portanto, a um único fator. É importante a gente demarcar, em especial, a questão da violência física e da violência simbólica – a violência física são as brigas, agressões, as invasões, as depredações – ao mesmo tempo, lançar o olhar atencioso sobre as violências simbólicas, que são difíceis de ser percebidas, mas também têm a ver com o cerceamento da capacidade criativa de estudantes, dos

próprios professores, a vedação, as oportunidades e o exercício da própria criatividade.

Então, refletir também sobre a violência simbólica desde a escola é importante para a gente entender os mecanismos de expulsão de alunos e alunas também da escola e de concretização de atos violentos na escola.

Vou falando rápido, porque a apresentação foi feita para uns 20 minutos, então, na correria e sem me faltar o ar, vou tentar trazer as contribuições para este debate, que é tão importante.

Então, como alguns elementos estruturadores dessas violências, a gente poderia demarcar as formas ou a forma de exclusão social, as relações sociais, muitas vezes permeadas pela intolerância, pela submissão e pela dominação, o tráfico de drogas e a lei do silêncio também permeiam o cotidiano escolar e criam esse clima de tensão, a mediação do professor, que muitas vezes é razoável, boa, mas, ao mesmo tempo, ainda há uma dificuldade de lidar com os questionamentos dessa nossa juventude de hoje e, ao mesmo tempo, uma relutância na valorização da própria cultura infanto-juvenil como um componente que cria tensões e conflitos no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, a reafirmação do domínio masculino sob mulheres e crianças também é um fator que condiciona práticas de violência, o *bullying*, a indisciplina, que vem sendo debatido e vou tentar abordar um pouco mais devagar.

Portanto, temos aí uma complexa interação de fatores individuais de relacionamento comunitários e sociais que se impõem à escola e conformam um quadro de violências.

Então, alguns achados. E essa é um achado de uma dissertação de mestrado, “Violência e Indisciplina no Cotidiano da Escola Pública”, da Ana Paula Corti, da Zona Leste de São Paulo, onde ela contraria algumas expectativas, alguns sentidos comuns. Primeiro, que no período noturno, no ensino médio, tem menos violências registradas, do ponto de vista do público, na pesquisa dessa pesquisadora. Há mais violência entre estudantes do ensino fundamental – portanto, esse também é um achado importante de trazer para o debate; 42,5% indicaram a sala de aula como principal palco de agressões – portanto, não é algo externo à escola, mas que se processa no próprio chão da escola, do ponto de vista da falta de respeito, ofensa verbal e a brincadeira maldosa. Portanto, os alunos têm essa percepção da escola, como principal palco de agressões. E a escola, portanto, na percepção dessa pesquisadora, vem perdendo sua capacidade e sua principal função, que é essa função socializadora.

Adiante.

“Violência nas Escolas: a Mediação do Professor”, de Sonia Koehler, da Unisal, de São Paulo, também faz uma reflexão em torno desse clima de tensão que vem se criando a partir da escola e que vem se agravando a partir dessa abordagem de que há um abuso e uma relação assimétrica de poder estabelecida entre os próprios profissionais da educação, mas também entre os professores e professoras e os seus alunos. Ainda assim, os estudantes conferem uma grande importância ao papel mediador do professor para estabelecer um clima propício a uma aprendizagem de qualidade no ambiente escolar.

Mas, contudo, há essa ideologia fatalista de que muito não pode ser feito contra essa realidade social injusta, desigualdades, etc. e tal, mas ainda assim os estudantes, apesar de um clima adverso, consegue olhar o professor como esse mediador das relações na escola para além da sua função socializadora e produtora de conhecimentos no espaço educativo.

Outro levantamento. Aí a gente aprofundando algumas pesquisas, mesmo que rapidamente.

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, que foi feita com um universo de 5,875 mil estudantes do Rio de Janeiro, revelou que 40,5% dos pesquisados relataram ter se envolvido em episódios de *bullying* naquele ano, sendo que a maioria se colocou na situação de vítimas ou alvos.

Mais uma vez, a gente reafirma que há essa percepção por parte dos próprios estudantes de que praticam relações de violência, de *bullying*, no contexto escolar e que, certamente, isso tem um impacto na sua aprendizagem e na relação que eles vão estabelecendo entre si.

Já os que se apresentaram como autores do *bullying* foram 12,7% e os que declararam ser tanto autores como vítimas foram 10,9%.

Então, essa pesquisa traz um pouco dessa percepção dos estudantes acerca da sua posição enquanto vítimas ou autores do *bullying* no contexto escolar.

Outra pesquisa, realizada em 2005, no interior do Estado de São Paulo, em estabelecimentos públicos e privados, universo de 1.761 alunos, demonstra que 49% dos alunos estavam envolvidos no fenômeno; desses, 22% figuravam como vítimas e 15%, como agressores e 12%, como vítimas e agressores. Portanto, eles conseguem, digo novamente, demarcar bem suas posições, e essas posições, como vítimas e agressores, variando no processo.

São algumas constatações que a gente pode depreender para efeito do desenho de uma política pública, de uma mobilização social no enfrentamento das violências.

Há uma preocupação dos professores com os conteúdos e ainda uma dificuldade em estabelecer relações com os estudantes. Isso sinaliza para a necessidade de investir na valorização e na formação específica dos profissionais da educação, para fazer um enfrentamento das violações e das violências no contexto escolar.

Muitas vezes no espaço da escola, essas tarefas socializadoras são deixadas em segundo plano, em função da prioridade aos conteúdos curriculares. Muitas vezes a gente não consegue estabelecer o diálogo entre os conteúdos curriculares e a realidade de cada um dos estudantes que estão na escola. Portanto, os estudantes passam a agir de acordo com seus próprios modelos. Assim, a gente tem um trabalho de mediação entre conteúdos, práticas e realidades concretas que têm que ser percorridas ainda.

Dessa forma, a gente tem que demarcar sempre essa compreensão de que a tarefa de educar é complexa, desafiadora e, portanto, as condições de trabalho e preparo técnico dos profissionais da educação são muito importantes. É nesse sentido que o Ministério da Educação vem encaminhando.

Em geral, as escolas lidam com as brigas, com os atos de agressividade e diversos tipos de violência por meio das normas: advertências, suspensões, sanções administrativas e muito pouco ainda do ponto de vista pedagógico e educativo, ou seja, os conflitos e as violências como uma motriz educativa e didático-pedagógica.

Ao mesmo tempo, muito dessas pesquisas têm sinalizado para a escola não como um espaço de violência física sobretudo, ou de realização de violência física, mas um espaço também de produção de uma violência simbólica, no sentido do exercício do poder, ao conferir notas, ao ignorar os alunos, e os professores com seus problemas e com as suas especificidades, o tratamento mal que é feito com professores e também com alunos e alunas, as agressões verbais e a exposição ao ridículo por quaisquer desses segmentos no contexto escolar ou no sistema como um todo.

Muitas vezes, e a gente tem percebido isso, as violências se apresentam de forma secundarizada ou elas são banalizadas no espaço escolar, mas muitas vezes elas também são consequência de discriminação racial ou outras formas de discriminação, bem como da exclusão social mais geral porque passa ainda a sociedade brasileira, apesar dos avanços que temos conseguido.

É importante trazer esse conceito do *bullying* para efeito desse nosso debate. É um conceito de um material que o MEC publicou, que eu posso deixar à disposição desta Casa, que caracteriza o *bullying*

como essa violência intencional que se repete numa relação de desigualdade de poder sem uma motivação evidente. Daí, a dificuldade de caracterização desse fenômeno no Brasil com um todo, no espaço escolar em geral.

Então o *bullying* tem a ver com essas relações de dominação, de prepotência por um lado e também de submissão, de humilhação, de conformismo e de sentimentos de impotência, raiva e medo. Tudo isso permeia esse fenômeno que vem tomando conta do debate nos últimos períodos.

Não é um fenômeno recente, é um fenômeno antigo, ainda pouco estudado no Brasil, mas muitas vezes naturalizado no espaço escolar, ignorado ou não valorizado como uma ferramenta pedagógica – o conflito como uma ferramenta pedagógica.

Os estudos sobre o *bullying* escolar tiveram na Suécia na década de setenta e na Noruega, na década de oitenta, e aos poucos vem se intensificando nas escolas dos mais diversos países. No Brasil, as pesquisas ainda são muito incipientes, mas o MEC também vem fazendo um investimento na produção de conhecimentos sobre esse fenômeno. E essa relação estabelecida entre o MEC e a Fiocruz na produção de um documento de referência também lança luz do ponto de vista acadêmico sobre o fenômeno da violência e do *bullying*, em particular.

Então, pensando a questão da diversidade, dos direitos humanos e do *bullying*, é importante marcar bem qual é o eixo organizativo da atuação do MEC no enfrentamento das mais variadas formas de violência. É a educação para a diversidade orientada para firmar e defender os princípios dos direitos humanos como elemento central na prevenção e no enfrentamento das situações de violação.

Considerando que um processo educativo deve promover os valores de igualdade e fraternidade, mobilizar o ambiente escolar na sua integralidade para uma organização do cotidiano que expresse valores, respeito à diversidade, aos direitos humanos, respeito à integridade de crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, assumir o enfrentamento das mais variadas formas de violência incorporando inclusive como objeto de estudo e como componente curricular nas práticas de ensino e aprendizagem.

Aí, vale a pena tentar demarcar nas próximas lâminas como tem se estabelecido, desde o ponto de vista do Ministério da Educação, essa relação e essa coerência entre as propostas de planejamento estratégico do governo e as políticas públicas no âmbito federal, em particular aquelas coordenadas pelo Ministério da Educação. Então há um conjunto de planos e programas nacionais que pretendem orientar a atu-

ação dos sistemas de ensino e portanto dos governos municipais e estaduais na adoção de medidas e de ações de enfrentamento às violências. Esse enfrentamento coordenado passa por essa pactuação, passa por essa implementação desses planos nacionais que pretendemos estaduais e municipais e também pela adesão dos Estados e dos Municípios.

Trazendo um pouco então como está demarcando nesses instrumentos de planejamento as questões relativas ao enfrentamento das violências, o próprio Plano Nacional de Educação, que é um projeto de lei que está sendo debatido ainda na Câmara dos Deputados, traz duas grandes diretrizes que eu destaquei e que dizem respeito à superação das desigualdades educacionais e a difusão dos princípios de equidade, de respeito à diversidade e da gestão democrática da educação. Portanto, o Plano Nacional de Educação demarca essa preocupação com esses princípios e, ao mesmo tempo, na consecução de metas mais gerais como a universalização do atendimento escolar ou no atingimento das médias nacionais para o Ideb também demarca ações estratégicas para a consecução das metas. Destaco a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual e/ou identidade e gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. Portanto, a universalização do atendimento passa também pela adoção de políticas públicas de prevenção à violência, ao mesmo tempo da criação de redes de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e sinaliza também para a garantia de políticas de combate à violência na escola, articulação de programas como fator essencial para proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, sinalizando a nossa necessidade de criação de uma rede de apoio integral às famílias que possa ajudar também a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes. Portanto, a aquisição do aprendizado e do conhecimento passa também pela adoção de medidas de enfrentamento à violência conforme sinaliza o Plano Nacional de Educação para a próxima década.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos sinaliza também ações importantes de enfrentamento às diversas formas de violência.

O decreto Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que foi debatido, também demarca uma diretriz geral e eu gostaria de destacar só essa orientação, essa ação programática para que criemos e implantemos um sistema nacional de registro da ocorrência de violência escolar e aí sinaliza uma recomendação aos poderes legislativos para que elaborem leis específicas que introduzam a obrigatoriedade

de programas de prevenção à violência nas escolas; portanto, o programa nacional de direitos humanos sinaliza uma preocupação com o *bullying* com o registro e tratamento dessas informações relativas ao quadro de violências.

Para concluir, passando o PPA 2008/2011, em vigor, que também demarca ações com orçamento próprio de enfrentamento às violências contra crianças, adolescentes e jovens e de promoção dos direitos humanos, esse é um fator importante, que deve ser apropriado também por Estados e Municípios no sentido de que os instrumentos de planejamento público também demarquem essas ações de enfrentamento da violência.

Quero destacar rapidamente dois programas em que o Ministério vem fazendo investimento em pactuação com Estados e Municípios, que é o Escola que Protege, que tem essa orientação geral de qualificar os profissionais de educação na modalidade presencial ou a distância, para viabilizar uma educação adequada, eficaz e responsável no enfrentamento das violências ocorridas no ambiente escolar.

Para concluir, são ações de formação, de estruturação e de fortalecimento de comissões locais que possam mediar as ações de enfrentamento da violência e, ao mesmo tempo, de produção de materiais didáticos e paradidáticos nessa temática que, portanto, possam qualificar a atuação dos profissionais da educação. Aí são dados gerais de quantos profissionais têm sido formados nos últimos períodos.

O outro programa é o Escola Aberta, que tem essa orientação estratégica para apropriar os aportes da comunidade também no enfrentamento das violações abrindo a escola e promovendo a integração entre as escolas e a comunidade na perspectiva de ampliar esses espaços de acesso e de promoção da cidadania e contribuir, portanto, para a redução da violência na comunidade escolar.

Também algumas informações gerenciais: o Escola Aberta está em todos os Estados e no Distrito Federal, mobilizando milhares de escolas nos Estados e nos Municípios; algumas perspectivas do MEC, que são essas de não criação de um ambiente de tensão permanente e de alarme em relação à violência; o investimento na função socializante e transformadora da escola no sentido de demarcar essa vocação para uma sociabilidade positiva; a aprendizagem de valores; uma formação crítica pautada no diálogo; o reconhecimento das diversidades como fator, também, de enfrentamento da violência e, ao mesmo tempo, a produção e a socialização de conhecimentos e, ainda, o estabelecimento desses vínculos entre escolas e comunidades, tão importante para compreensão do

entorno e para o enfrentamento das violações e das violências.

A outra orientação é a de consolidação de um sistema de garantir direitos com a centralidade no papel da escola que articule os espaços públicos de formulação e de implementação de políticas públicas e, ao mesmo tempo, responsabilize o Estado, a sociedade e a família de forma interligada com responsabilização pelo não atendimento ou atendimento irregular e a vigilância ao cumprimento dos preceitos legais, etc. e tal.

Então são investimentos em estratégias preventivas e de articulação local que possam, portanto, incidir no desenho das políticas públicas. É nessa perspectiva que o MEC, na coordenação nacional, vem fazendo o investimento no enfrentamento das mais variadas formas de violência.

Peço desculpa por ter me excedido, mas eram muitas as informações.

Mesmo na correria, espero ter trazido uma contribuição a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Walisson.

Passo a palavra à Dr^a Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, que é Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, e convido o Senador Marcelo Crivella, como coautor desta audiência pública, para presidir os trabalhos, uma vez que tenho de ir ao plenário.

Em seguida, voltarei aqui.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Boa tarde a todos!

Inicialmente eu gostaria de agradecer, na pessoa do Senador Eunício Oliveira, o convite para participar desta audiência.

Gostaria de cumprimentar o Senador Marcelo Crivella e os demais Senadores presentes, os companheiros de Mesa e os demais participantes desta audiência.

Para nós da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas é sempre uma oportunidade participar de uma audiência como esta. Nas últimas semanas eu tenho estado frequentemente no Congresso Nacional. Na semana passada estive duas vezes na Câmara dos Deputados e uma aqui no Senado, na Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais sobre Dependências Químicas, e dizer da nossa satisfação como Secretária Nacional por ter oportunidade de estar discutindo a questão das drogas.

Especificamente, Senador, quando conversamos, até por telefone, e depois eu recebi o convite para a audiência, eu fiquei muito contente com o tema que foi colocado, ao qual eu tenho me dedicado e me pre-

ocupado nos últimos meses, que é a questão da mídia, da comunicação e da importância da mídia para a discussão do tema droga.

Embora, hoje, os colegas de mesa que me antecederam tenham debatido especificamente situações como a questão do *crack* e outras drogas, eu pediria licença apenas para pontuar algumas questões em relação a esse tema, uma vez que já foram objeto de discussão nas outras comissões das quais eu participei nestas últimas duas semanas, mas gostaria de pedir licença para me deter no tema proposto para a audiência porque é de grande interesse para o Governo Federal o apoio deste Senado para a discussão dessa questão em relação à informação, à comunicação nas políticas sobre drogas.

Bem, em relação ao que foi trazido e ao que foi trazido na mídia, principalmente sobre a questão do *crack*, eu gostaria de dizer que nós temos uma grande preocupação com o que vem sendo veiculado muitas vezes não apenas na mídia, mas também dentro do próprio Governo e também em ações em reuniões até acadêmicas.

Eu pediria que não passasse os *slides*, por favor. Eu pedirei quando for para passar.

Neste sentido, o que nós temos é em relação, principalmente, à questão do *crack*. Nós temos informações absolutamente desconstruídas. Dependendo do programa de televisão, dependendo do tipo de mídia, dependendo do tipo de reunião acadêmica, dependendo do tipo de reunião de governo ou de organização social, nós temos diferentes informações. E aí eu gostaria de trazer uma discussão em que tenho insistido. Não há, no Brasil, nenhuma pesquisa, nenhum dado acadêmico, científico, rigoroso sobre o consumo real do *crack* no Brasil. Nós temos, sim, diferentes pesquisas isoladas com grupos, por exemplo, em São Paulo, algumas pesquisas regionais na cracolândia, algumas pesquisas realizadas isoladamente com um grupo pequeno de usuários, mas não há nenhum estudo epidemiológico nacional reconhecido academicamente que nos dê o número exato de consumidores dessa droga.

Essa questão nos levou, quando o então Presidente Lula lançou o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, a contratar a fundação Oswaldo Cruz para a realização da maior pesquisa sobre o *crack* já realizada no mundo.

Nós estamos concluindo e dentro de mais ou menos vinte dias estaremos divulgando ao Brasil o maior estudo epidemiológico e etnográfico realizado sobre o *crack*. São vinte e cinco mil sujeitos de pesquisa pesquisados no Brasil como um todo, seja nas grandes cidades, nas cidades de pequeno e médio porte e também na zona rural. Por quê? Porque nós

tínhamos informações, temos, evidentemente, o olhar de que o uso do *crack* saiu das chamadas cracolândias e se espalhou por outras regiões, mas isso, por si só, não nos dá a informação correta para dizermos a dimensão do problema. Para que possamos falar claramente sobre o tamanho do problema no Brasil, é preciso, sim, que tenhamos esses dados. Esses dados estarão disponíveis e estarão disponíveis para esta Comissão, Senador, dentro de mais ou menos vinte dias, quando nós faremos um anúncio oficial dos resultados da pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz.

Então, essa é a primeira questão que nós temos que esclarecer, para que nós tenhamos uma discussão no mínimo fundamentada, porque, lamentavelmente, ainda, no Brasil, nós temos uma discussão sobre droga muito pouco esclarecida, e essa discussão se dá a partir de dois elementos. O primeiro elemento é a experiência pessoal de quem está discutindo. Então, a pessoa discute a partir da sua vivência na família, no seu ambiente de trabalho, enfim, a sua vivência pessoal. E o segundo elemento são as informações da mídia. E daí a importância desta audiência, a importância de este tema estar na mídia, porque nem sempre a mídia também obtém fontes seguras de informação para transmitir à população. E essa é uma grande preocupação que nós temos, e contamos evidentemente com a ajuda desta Casa e dos órgãos de comunicação, das associações de comunicação.

Quando nós falamos, então, nessa questão “drogas e comunicação”, nós temos que pensar claramente na responsabilidade que temos. Aí, quando nós falamos “o *crack* é o maior problema de saúde pública do Brasil”, não é verdade. O *crack* é, sim, um problema de saúde pública preocupante, muito sério e muito preocupante, que devasta famílias, que devasta a vida das pessoas.

Mas, se pensarmos em relação à questão das drogas, o que vamos ter é que o maior problema de saúde pública no Brasil em relação às drogas está no álcool, o álcool que é uma droga legal, que é uma droga culturalmente aceita a que nossos jovens e adolescentes têm cada vez mais cedo acesso. Muitas vezes o acesso é na própria casa, bebendo socialmente com a própria família sem muitas vezes que essa família conheça o impacto que essa atitude pode vir a ter na vida desse adolescente, na vida desse jovem.

Então, essas questões nós temos que trazer para a mídia. Trazer para mídia, por exemplo, questões ligadas à própria terminologia usada e às próprias informações. O *crack* é uma droga devastadora? É. É uma das grandes preocupações do Governo em termos de saúde e segurança pública? É. O Governo tem investido pesadamente nessa questão desde o lança-

mento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack? Sim. Continuaremos investindo? Sim. Nenhuma ação do Plano de Enfrentamento ao Crack foi prejudicada com o corte de orçamento. Isso estou lhes dizendo em nome do Governo Federal. Todas as ações continuam sendo implementadas.

Em relação à colocação de que o orçamento destinado emergencialmente ao Plano Crack não havia sido executado, acho que vale o esclarecimento de que a medida provisória que liberou extraordinariamente os recursos para o Plano de Enfrentamento ao Crack saiu no mês de julho do ano passado. O dinheiro esteve para disposição em setembro. Muitas das ações eram ações de caráter imediato, e foram investidos todos os recursos necessários para as ações de caráter imediato.

Agora, muitas ações eram de caráter estruturantes no Plano de Enfrentamento ao Crack, e o dinheiro foi sendo investido de forma paulatina, conforme a ação ia se desenvolvendo. Então, na verdade, mais de 80% do orçamento do Plano de Enfrentamento ao Crack foi executado. Talvez a informação que os senhores tenham é de ainda parte desses recursos está nos restos a pagar para projetos que já estão em desenvolvimento, como é o caso, um exemplo claro, da pesquisa sobre o *crack*, que termina no próximo mês.

Então, com essas informações, eu gostaria de voltar ao tema propriamente dito e dizer que, em relação ao que nós esperamos, ao que podemos fazer, ao que a ciência tem nos apontado como importante em relação à informação e à comunicação na prevenção ao uso de drogas.

São três questões importantes a serem perseguidas em relação a nossas crianças, adolescentes e jovens.

A primeira é a prevenção, e a prevenção se faz por meio de dois tipos de ações: ações de informação – informação qualificada, informação pragmática, informação que não se valha da pedagogia do terror e nem da banalização. Nós não devemos ir nem para o lado fundamentalista de demonizar a questão e nem para o lado da banalização de simplesmente dizer que é uma coisa passageira, que tudo passa. Então, informação qualificada, informação pragmática, associada a orientação – orientação real, efetiva sobre a questão, e que deve ser sempre acompanhada de alternativas para um projeto de vida. Nosso jovem precisa de informação na escola que lhe oriente claramente sobre o risco e o potencial de risco do uso de qualquer tipo de drogas, e aqui eu afirmo: não há uso de drogas sem potencial de risco.

Qualquer uso de drogas traz potencial de risco. Se esse uso é feito por criança e por adolescente,

esse potencial de risco aumenta enormemente, daí a responsabilidade da informação qualificada e da orientação efetiva sobre o tema. Essa orientação deve vir do ponto de vista de que nós devemos oferecer alternativas de projetos de vida que incluam cultura, lazer, perspectiva de trabalho, de formação e de realização completa no desenvolvimento desse jovem e desse adolescente.

A segunda questão que diríamos em relação aos jovens e adolescentes quanto às drogas e violência é a do controle, que deve ocorrer de duas formas: primeiro, o controle social, que deve se dar já dentro de casa, na família, de forma orientada, de forma esclarecida, com a colocação de limites. Hoje temos uma grande dificuldade de gerações de pais com muitas dificuldades para colocar limites em relação aos filhos porque, muitas vezes, confundem a atitude de autoridade paterna com atitude de autoritarismo paterno, o que é muito diferente. Um pai colocar limite em relação ao horário para o filho voltar para casa depois da balada é muito diferente de um pai proibir que esse filho tenha um grupo de relacionamento que tenha diversão, que tenha seu lazer.

Então, trata-se dessa questão do controle, que começa em casa e que deve ser exercido também na escola pela orientação, pelo limite, pelo respeito, pelas regras, e também por conselhos, como o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, enfim, junto com o controle exercido pelo Estado, que vai se dar por meio da legislação, podem sim nos ajudar muito em relação à diminuição da violência, do consumo de drogas e de outros comportamentos de risco de crianças e adolescentes.

E quando falamos de legislação, eu me refiro não apenas às legislações específicas sobre drogas, mas me refiro, por exemplo, à legislação que pode nos ajudar nesse controle, e nesse momento eu tomo a liberdade de me referir a um projeto de lei do Governo encaminhado à Câmara dos Deputados, encaminhado a este Congresso, no sentido de que possamos ter uma ação de restrição à propaganda de bebidas alcoólicas em horários em que crianças e adolescentes assistem à televisão. São situações que certamente não resolverão todos os problemas, mas que muito ajudarão na diminuição da violência, na diminuição de outros comportamentos de risco, como, por exemplo, os nossos jovens maiores de 18 anos que bebem inadvertidamente e dirijam, embora tenhamos a legislação que proíbe claramente esse tipo de comportamento.

Então, esse segundo elemento de controle social e controle do Estado em muito pode contribuir para diminuição de comportamentos de risco para violência e para consumo de drogas.

E o terceiro elemento que eu diria seria o da fiscalização e da repressão propriamente dita. A fiscalização que vai desde o Conselho Tutelar analisar exemplos aqui, evidentemente, ver bares abertos nas proximidades de escola, venda de bebidas alcoólicas em *campus* universitário, e daí por diante, que são facilitadores de comportamentos de risco. Evidentemente, a repressão clara e objetiva do tráfico de drogas em ambientes de maior vulnerabilidade para consumo, principalmente onde estão crianças, adolescentes e jovens.

Essas questões, associadas a outros elementos, a outros programas emanados de políticas públicas e de organizações sociais, certamente, nos ajudarão a levar adiante as políticas de melhoria, de prevenção da violência, do uso de drogas, enfim, as políticas voltadas à qualidade de vida da nossa juventude, das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Para concluir, Senador, eu diria duas questões, e aqui diria aos colegas da Mesa, especialmente aqueles da área de comunicação, como o Tonet, que não há dúvida de que a mídia e as organizações de comunicação ajudam enormemente quando têm ações, como tivemos o grande exemplo referido pelo Tonet na novela apresentada recentemente e na qual tive alguma participação na discussão com o autor, em relação à orientação da condução do personagem usuário de *crack*. Então, há, sim, uma participação extremamente positiva da mídia quando faz esse tipo de *merchandising* social, ajuda a discussão, ajuda a levar ao telespectador e pobre, por exemplo, nessa novela, a esperança de que é possível, sim, dar a volta por cima, ajuda a levar o telespectador a ideia exata de que a questão da droga está muito mais próxima de todos nós do que imaginamos.

Então, esse é um ponto extremamente positivo para a mídia, mas, ao mesmo tempo em que a mídia ajuda quando informa adequadamente, a mídia atrapalha quando alardeia inadvertidamente também. Daí a grande necessidade de que tenhamos uma parceria no sentido de que possamos, cada vez mais, motivar estudantes de jornalismo, pesquisadores da área de comunicação e as empresas de comunicação a qualificar a discussão e a informação sobre drogas. Por quê? Porque, da mesma forma que pode a novela ajudar enormemente, uma informação, por exemplo, que diz que o *crack* faz com que a pessoa se torne dependente no primeiro uso, alardeia e desinforma, porque não é verdade. Cientificamente, está provado que não é verdade. Ninguém se torna dependente do *crack* a partir de uma única fumada num cachimbo. É óbvio que o *crack* é uma droga com altíssimo potencial de dependência, mas não o é numa única vez.

Então, essas questões são importantes e aí, realmente, para terminar, gostaria de propor a parceria a esta Comissão e às empresas de comunicação, quem sabe – aqui a Abert é representada pelo Tonet –, para um seminário que o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas está programando para os dias 21 e 22 de junho, no Palácio do Planalto, um seminário sobre álcool, outras drogas e os meios de comunicação, no qual nós gostaríamos de discutir os seguintes temas: uma mostra histórica do tema álcool e outras drogas na publicidade; a evolução do tema na ciência; campanhas de prevenção e qualificação da informação veiculada na mídia; regulamentação da propaganda de bebidas alcoólicas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA

DUARTE – Estou terminando. Políticas de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários e dependentes; redução de danos; contribuição das diversas mídias e comunicação social sobre o tema; álcool e trânsito; venda de álcool para crianças e adolescentes; álcool, violência doméstica e violência urbana; álcool e agravos à saúde; apresentação de pesquisas científicas e levantamentos nacionais e regionais sobre o *crack* e outras drogas, e a socialização de uma rede de fontes para jornalistas e empresas de comunicação.

Então, eu convido esta Comissão e convido as empresas de comunicação que tiverem interesse em se tornar nossas parceiras nesse seminário, que, ao nosso ver, em muito contribuirá para qualificar a discussão sobre esse tema no Brasil e melhorar a qualidade das informações levadas à população.

Mais uma vez, gostaria de agradecer, Senador, pela oportunidade, trazer o abraço do Ministro José Eduardo Cardozo, e colocar a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas sempre à disposição deste Senado Federal para debater essa questão e outras relativas ao tema: álcool e outras drogas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Nós que agradecemos a ilustre dama do Ministério da Justiça, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, e passamos imediatamente a palavra... O Sr. José Francisco de Araújo Lima já falou?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Por gentileza, Sr. José Francisco. V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Exm^o Presidente, Senador Marcelo Crivella, Srs. Senadores, senhoras e senhores, eu represento nes-

ta audiência a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura.

A Associação Brasileira de TV por Assinatura não representa exclusivamente a comunicação eletrônica, mas também seus produtores, programadores, seus distribuidores e fornecedores de equipamentos e serviços.

É claro que, hoje, com uma expressão bastante diferenciada do passado, em que era uma mídia reservada às classes mais elevadas de faixas a e b, a televisão por assinatura hoje está em dez milhões de lares e, portanto, atinge entre 35 e 40 milhões de expectadores. Já passa a ter uma expressão respeitável em termos de contribuição que pode dar.

Eu, logo que fui convidado para esta audiência, procurei me inteirar sobre o Decreto nº 7.179, de maio de 2010 – está fazendo um ano – e é claro que é um projeto, um plano ambicioso, eu não sei em que nível de desenvolvimento ele está, parece-me que provavelmente num esclarecimento posterior a D^a Paulina pode dar essa informação, mas a coordenação do comitê gestor cabe exatamente ao Ministério da Justiça, e nós lamentamos que até hoje a ABTA, não sei se a Abert já terá sido contatada, nós não fomos contatados por nenhum representante do comitê gestor, embora sempre muito preocupados com a divulgação de campanhas que sejam construtivas e que possam, pelo menos, reduzir essa monstruosa ameaça que a droga representa para o jovem, principalmente, no nosso País, e o novo, o entrante, o que começa a utilizar essas drogas devastadoras, que já vêm agora num processo de barateamento progressivo. Vem esse oxi, que substituiu, talvez, componentes químicos um pouco mais controláveis, como o amoníaco e o bicarbonato, substituindo isso por cal virgem e querosene. Como é que se controla cal virgem e querosene? Então, o oxi vai ser produzido em larga escala, e é totalmente impossível controlar os componentes que serão usados para sintetizar o cloridrato de cocaína.

A nossa visão é de que há, talvez, uma necessidade do próprio Governo, do próprio comitê gestor, que é integrado por uma quantidade enorme de Ministérios, e eu imagino que deve estar operacional e ativo. Se bem que eu também não localizei o *site* que estava entre as ações preconizadas dentro do portal Brasil. Eu encontrei dentro do Portal Brasil um *site* sobre assunto de saúde e medicina, mas não havia nenhuma referência ao problema de drogas.

De qualquer maneira, ao ABTA se dispôs – e isso foi discutido e aprovado em conselho da associação – é de que nós queremos ser associados o quanto mais cedo possível, porque nós temos veículos privilegiados, que são os canais de interesse público e que ocupam

sete canais no nosso *line up*, obrigatoriamente. Portanto, os 40 milhões de expectadores, independentemente do pacote que assinarem, terão em suas casas o canal do Senado, o canal da Câmara, o canal da Justiça, o canal da Educação e Cultura, o canal das Assembleias estaduais e municipais, o canal comunitário. São canais que, tenho certeza, se disporão a qualquer momento, acionados pelo Comitê Gestor. Há uma previsão no item III do §1º do art. 5º de que o Comitê Gestor se incumbirá de promover essa aproximação, o contato e o diálogo com a mídia.

Tenho certeza de que estaremos, provavelmente, sendo contatados. Embora não tenha sido convidado formalmente, mas eu vou tentar também participar do seminário que está programado. A Abert, é claro, tem junto mais penetração e muito mais cobertura que as empresas de televisões fechadas. Mas nós já temos hoje uma apreciável audiência. Portanto, acho que também tornamo-nos veículos importantes, e muito mais pela facilidade que o Governo terá de dialogar com os sete canais, gratuitos e obrigatórios, de caráter institucional e deliberadamente assim constituídos.

Então, eu queria me pôr à disposição do Senado para promover, dentro da ABTA, a mobilização necessária, recebendo campanhas que possam ser veiculadas pelos nossos canais. A Globosat, que eu represento no Conselho e administração da ABTA, já desenvolve, em conjunto com TV Globo, as campanhas que são apresentadas como *merchandising* social. Mas há muitos outros canais, inclusive um número muito mais de canais estrangeiros do que brasileiros.

Uma primeira sugestão seria uma reunião, quem sabe, talvez, promovida pela própria Comissão ou já pelo Comitê Gestor, dos titulares das produções dos sete canais que nós temos no nosso *line up* e que estão desenhados para serem de utilidade pública. Tenho certeza de que nenhum deles se furtará a colaborar, cedendo espaços na sua programação. Também os canais de maior audiência, eu garanto que se disporão a fazê-lo, assim como os dois canais eventuais, muito pouco utilizados e que são para esses casos em situações, como se caracteriza no caso, de preocupação geral e de interesse coletivo.

Então, eu agradeço a oportunidade. Vou ficar dentro do meu tempo.

Eu me limitaria até, mas a introdução fez-se necessária, a prestar qualquer colaboração que a nossa instituição, a nossa associação e os operadores de televisão por assinatura, os programadores e os produtores possam contribuir para que essa campanha, para que esse enfrentamento preconizado pelo Decreto Lei nº 7.179 se torne realmente uma realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Nós agradecemos a presença e a palavra do Sr. José Francisco de Araújo Lima, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA.

Com a palavra o último palestrante, o Sr. Jefferson Francisco Ribeiro, Secretário Adjunto de Justiça do Distrito Federal.

O SR. JEFFERSON FRANCISCO RIBEIRO – Muito boa tarde a todos.

Quero agradecer o convite feito pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, parabenizar a iniciativa do Senador Eunício Oliveira e também do Senador Marcelo Crivella. Na pessoa da Drª Paulina, Secretária de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, saúdo todos os membros da Mesa.

Estou aqui em nome do Governo do Distrito Federal, representando o Secretário de Justiça, Deputado Alírio Neto.

Vou me abster de tratar das causas de consequências relativas ao uso de drogas e álcool no Distrito Federal, porque foi muito elucidativo e muito brilhante o discurso e a falação da Secretária, Drª Paulina, de quem temos sido parceiros nessa luta no combate e prevenção do uso de drogas no Distrito Federal.

Quero dizer que são ações como essa, Senador Eduardo Suplicy, podem realmente fazer com que possamos barrar a escala desenfreada que vem tomando o uso de álcool e droga no nosso País.

Estamos aqui juntos, entidades públicas e privadas, Poder Executivo e Poder Legislativo, discutindo uma questão de tamanha relevância para a nossa sociedade.

Só para vocês terem uma ideia, pesquisas de 2008, do escritório de política sobre drogas e álcool da ONU, informaram que no Brasil são mais de 870 mil pessoas viciadas somente em cocaína. E na pesquisa que deve ser renovada este ano, poderemos ultrapassar um milhão de viciados em cocaína no País.

No âmbito nacional, a Drª Paulina tem razão, nenhuma pesquisa foi feita no País para identificar o uso de *crack*, os locais, as comunidades de risco. Daqui, mais uma vez, parabenizo o Ministério da Justiça, por essa iniciativa, que até setembro, acredito eu – não é, Drª Paulina? –, a Fiocruz conclui essa pesquisa que vai dar... Então, em maio, a Fiocruz conclui essa pesquisa, que vai nos dar um diagnóstico do uso de *crack* no Brasil. Mas o Governo do Distrito Federal tomou essa iniciativa, desde janeiro, quando o Governador Agnelo Queiroz assumiu o Governo. Essa foi uma das preocupações iniciais do Governo.

A pedido do Governador Agnelo, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal fez uma pesqui-

sa no Distrito Federal, que apontou só sobre o *crack*. Essa pesquisa apontou mais de dois mil viciados em *crack* no Distrito Federal. A pesquisa apontou também que mais de 60% da comunidade usuária de *crack* no Distrito Federal está matriculada nas escolas públicas de ensino. E a pesquisa apontou também que o centro do Distrito Federal, a região do Plano Piloto, em Brasília, é a região que mais se utiliza o *crack* aqui no Distrito Federal. Em seguida, vem Ceilândia, Samambaia, Gama e Taguatinga. Mas isso significa dizer que a nossa região central está totalmente contaminada por essa droga.

Eu costumo dizer ao Secretário Alírio que só realmente unindo todas as forças, o Poder Público e a nossa sociedade, e declarar uma verdadeira guerra ao *crack* é que vamos poder conter essa escala alarmante do uso dessa droga no nosso País e principalmente aqui no Distrito Federal.

Na pesquisa realizada pela ONU, ainda em 2008, foi apontado que a maconha é a droga de maior preferência na sociedade. Em segundo, a cocaína, em terceiro, o *ecstasy* e depois outras drogas como o ópio e anfetaminas. Mas, para a nossa surpresa, pode ser que, na renovação dessa pesquisa da ONU, Dr^a Paulina, a maconha seja difícil ultrapassar, mas acredito que o *crack* já deve ter ultrapassado a cocaína e o *ecstasy*. Então o *crack* é realmente uma droga que destrói a pessoa, a família, o ambiente escolar, destrói o ambiente escolar, a sociedade em geral.

Acho que unindo o Governo, as entidades de classe, a sociedade civil organizada – as igrejas, as escolas, as Organizações Não Governamentais e, principalmente, os meios de comunicação. É importante estarmos aqui, nesta mesa, ao lado dos meios de comunicação que podem ser grandes parceiros nessa nossa luta contra o *crack*.

Pensando nisso, Dr^a Paulina, o Governador Agnelo determinou já no mês passado que a Secretaria de Justiça do Distrito Federal também encampasse e coordenasse a criação, no Distrito Federal, de um comitê gestor, porque só ações integradas de várias pastas do Governo podem chegar a bom termo nesse combate ao uso de *crack* e outras drogas.

Nós reunimos a Secretaria de Justiça, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria de Educação, as Secretarias da Criança, da Juventude e da Mulher, um *pool* de secretarias do Governo do Distrito Federal. Inclusive esse é um dos motivos por que o secretário Alírio Neto não está aqui presente. Neste momento, todos esses secretários de Estado estão no Palácio do Buriti, aqui no Distrito Federal, definindo os últimos retoques do decreto que vai não

só implantar o comitê gestor, mas também, a exemplo do Governo Federal, do que foi feito pelo Presidente Lula em 2009, vamos lançar um plano distrital de enfrentamento e combate ao uso de *crack*. Esse decreto deve estar sendo publicado nos próximos dias.

Nós também temos tomado ações. A Secretaria de Justiça tem feito parcerias com a Secretaria de Estado de Saúde e a Escola de Saúde do Distrito Federal na formação de profissionais que possam ministrar palestras de prevenção ao uso de drogas nas escolas.

Nós reestruturamos o Conselho Distrital de Políticas sobre Drogas. Nós estamos lançando, no próximo mês, uma campanha no Distrito Federal com várias peças na publicitárias na TV, nos jornais, nas revistas, nos mobiliários urbanos, nos ônibus, explicando a importância de não se experimentar nenhuma droga, principalmente, o *crack*.

E, aí, para não me estender mais, quero apresentar para vocês um projeto que foi lançado agora no dia 15 de abril, pela Secretaria de Justiça do Distrito Federal, ocasião em que tivemos oportunidade de trazer para dar início a esse programa o Dr. Içami Tiba, um psiquiatra de renome internacional na prevenção, no combate ao uso de drogas, e é da AE de São Paulo. Ele participou conosco.

E tamanha é a importância e a preocupação com esse tema que fizemos um evento no Centro de Convenções que contou com a mais 1.500 pessoas só para o lançamento desse evento, na quarta-feira, pela manhã. Entre os presentes, professores, pais, alunos, preocupados em estabelecer juntos políticas públicas de combate ao uso de drogas no Distrito Federal. Esse projeto se chama “Viva a Vida – droga comigo não rola”. Ele tem por objetivo a prevenção a partir das escolas, primeiro nas escolas públicas e, depois, particulares do Distrito Federal, conscientizando os alunos para a prevenção ao uso de *crack*, álcool e outras drogas.

O nosso público-alvo são os alunos do ensino fundamental e do ensino médio. Essa parceria é com a Secretaria de Educação do Distrito Federal e, principalmente, com a Secretaria de Segurança Pública, que tem um projeto já, que o Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Só que o Proerd trabalha só com a educação infantil e até a quinta série. Nós vamos avançar, complementando esse trabalho que é feito pela Secretaria de Segurança Pública.

Como eu disse, nós primeiro vamos adentrar nas escolas públicas do Distrito Federal; são 690 escolas públicas. Estamos com projeto desafiador porque temos só 30 palestrantes que começaram esse trabalho neste mês e queremos formar no mínimo 120 profissionais que estejam preparados para palestras

de prevenção de drogas. Depois avançaremos para as escolas privadas.

O projeto não é pontual. Nós queremos dar continuidade a esse trabalho mês a mês, ano a ano, e queremos fazer com que cada escola possa incluir no seu projeto político pedagógico este tema de prevenção ao uso de drogas.

O objetivo é envolver toda a comunidade escolar, professores, servidores, diretores, alunos, batalhão escolar; toda a comunidade escolar deve ser envolvida para que possamos conter o uso dessa droga.

Com isso, queremos incluir esta matéria como tema transversal, resgatar a importância da família e da sociedade nesta matéria que não é só de segurança pública; as drogas são uma questão muito mais social do que de segurança pública.

No primeiro momento, a gente conversou com alunos e educadores, diretores de escolas preparando já para depois conversar no segundo momento com os alunos.

Vamos utilizar vários materiais de apoio, pedimos suplementação orçamentária de pelo menos 4 milhões para o Governador para podermos investir pesadamente em campanhas educativas com este material de apoio que será utilizado, cartilhas educativas, informativas do reflexo de cada uma dessas drogas e seu impacto na sociedade.

Por fim, quero agradecer o apoio da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, em nome do secretário Alirio Neto; agradeço a presença da Dr^a Paulina, que tem sido parceira, mais uma vez, nesse trabalho, e dizer que o Governo do Distrito Federal não está parado, não está paralisado diante desta situação alarmante que ultrapassamos com o País em relação às drogas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Agradeço ao Dr. Jefferson Francisco Ribeiro, Secretário-Adjunto de Justiça do Distrito Federal.

Consulto o Senador Eduardo Suplicy se gostaria de usar da palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Marcelo Crivella, quero cumprimentar todos os participantes deste simpósio, que teve sua iniciativa e do Senador Eunício Oliveira. Infelizmente, estamos em Ordem do Dia, em processo de votação, pela informação que tenho, está havendo a discussão da matéria para dentro de instantes se iniciar a votação nominal; desse modo, não terei condições de continuar. Mas quero cumprimentar todos que aqui falaram: Paulo Camargo, José Francisco de Araújo Lima, Walison Mauricio de Pinho Araujo, Márcia Pereira da Rocha, Jefferson Francisco Ribeiro, Arnaldo Lima Júnior e a Secretária Nacional de Política Sobre

Drogas do Ministério da Justiça. Quero cumprimentá-los pelas iniciativas que aqui nos expuseram sobre este problema tão grave que

Tem preocupado a todos no Brasil a utilização do *crack* e de outras drogas. Acho muito importante também que os meios de comunicação estejam muito conscientes a respeito da responsabilidade de todos em promover ações que possam conscientizar sobretudo as crianças e os jovens e também os adultos, para que não se tornem viciados em drogas a começar pelo álcool.

A Sr^a Paulina nos falou da importância do seminário que o Ministério da Justiça está promovendo. Eu acho isso algo muito importante. Entre os temas listados, e foram diversos, eu fiquei pensando se haveria o tema relativo a...

Quem sabe possa haver uma estimativa por parte de todas as empresas que anunciam do total de gastos em publicidade que hoje realizam. Seria importante ter também esses dados por parte dos meios de comunicação, para que pensem todos, se porventura houver, como aconteceu no caso do tabaco, a proibição, a vedação de propaganda de álcool, qual seria o efeito disso tendo em vista a economia dessas empresas, porque esse é um assunto que tem sido objeto de análise de todos nós.

Vou deixar com cada um dos senhores e das senhoras um pequeno texto que o Sr. Asdrúbal Serrano, discípulo de Augusto Bauer e de todos aqueles que desenvolveram o teatro, que do ponto de vista deles se tornou um sistema de aprendizado para todos, como Augusto Bauer, Gianfrancesco Guarnieri e tantos outros. Ele escreveu um texto sobre a renda básica de cidadania na *cracolândia*. O texto foi escrito na linguagem do povo que costuma, prezado Secretário Arnaldo, falar nas ruas da *cracolândia*, em São Paulo, e outro texto em Português mais claro, para quem ainda não compreende a gíria. Vou deixar uma cópia com cada um dos depoentes para que possam examiná-lo. Se ele for avaliado como algo positivo, fica aqui a sugestão...

Eu tenho convicção de que no dia em que for instituída a renda básica de cidadania, que já é prevista em lei, vai ajudar muito, conforme aqui está dito, inclusive, na prevenção da utilização do *crack* e da violência.

Presidente, vou pedir licença para me retirar, pois estamos sendo chamados para ir ao plenário porque a votação já se iniciou.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença ilustre do Sr. Arnaldo Salles Lima Júnior, do Jefferson Francisco Ribeiro, da ilustre dama Paulina do Carmo Arruda

Vieira Duarte, da nossa promotora Márcia Pereira da Rocha, do Walisson Maurício de Pinho Araújo, do Pablo Camargo e de José Francisco de Araújo Lima e dizer que foi muito proveitosa nossa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e quarenta minutos do dia quatro de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Renan Calheiros, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Gim Argello e Randolfe Rodrigues. Justificou ausência o Senador Eduardo Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011** Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 31/03/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que recebeu Parecer pela prejudicialidade. Em 06/04/2011, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que recebeu Parecer pela rejeição. Em 13/04/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 04/05/2011, foi recebido Voto em Separado do Senador José Pimentel, com voto favorável à matéria. Em 04/05/2011, durante a discussão, o Senador Pedro Simon apresenta suges-

tões ao Substitutivo, acolhidas pelo Relator. **Resultado: Adiado.** **ITEM 2) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Ricardo Villas Bôas Cueva para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Nilson Vital Naves. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Votação Secreta. **Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.** **ITEM 3) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Antonio Carlos Ferreira para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Votação Secreta. **Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.** **ITEM 4) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Sebastião Alves Dos Reis JÚNIOR para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Humberto Gomes de Barros. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Votação Secreta. **Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.** **ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2008** Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais. **Autoria:** Senador Lobão Filho. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2008** Regulamenta o dano moral e a sua reparação. **Autoria:** Senador Valter Pereira. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos. Em 13/04/11, foi concedida vista ao Senador Pedro Simon, nos termos regimentais. **Resultado: Rejeitados os Projetos.** **ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2010** Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Sena-

por Roberto Requião. **Relatório:** Pela reatuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Adiado. ITEM 7) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010** Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Em 27/04/2011, foi concedida vista aos Senadores Flexa Ribeiro e Marcelo Crivella, nos termos regimentais. A matéria será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa. **Resultado: Adiado. ITEM 8) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009** Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal. **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Em 27/04/2011, foi concedida vista aos Senadores José Pimentel e Lobão Filho, nos termos regimentais. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e será apreciada, posteriormente, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2011** Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria ad hoc:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2011** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2011** Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CCJ** “Requeiro, em

aditivo ao Requerimento nº 15/2011 – CCJ, já aprovado, e nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiências Públicas Regionais desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater, no âmbito da Reforma Política, maior participação da mulher nos cargos eletivos, a serem realizadas também em Porto Alegre – RS e Belém – PA.” **Autoria:** Senadora Marta Suplicy.

Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CCJ “Requeiro a esta Comissão a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que, no cumprimento de sua atividade constitucional de fiscalização, convide o Presidente da ANATEL, Ronaldo Mota Sardenberg, o seu Procurador Geral, senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaike, o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Marinus Marsico, bem com, solicite nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno o depoimento do Sr. Antônio Domingos Bedran, Ex-Procurador daquele órgão e da srª. Flavia Lefevre, ex-conselheira daquela agência, para prestarem esclarecimentos a respeito dos bens de propriedade da União, móveis e terrenos, que, por força dos contratos de privatização das empresas de telecomunicações, foram cedidos para as empresas privadas com cláusula de reversibilidade ao final dos respectivos contratos.” **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às doze horas e cinquenta minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a Ata.

Senador Vital do Rêgo, V. Exª deseja usar da palavra pela ordem?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, não querendo atrapalhar V. Ex^a, nem ser inoportuno, mas, já com a vênua de V. Ex^a, solicito a inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 21/2011, que altera a composição do Tribunal Federal da Paraíba. É um projeto muito simples. Já passou pela Câmara, onde obteve a aprovação, e é extremamente oportuno depois de 27 anos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após o cumprimento da pauta ordinária, colocarei a matéria de V. Ex^a em discussão e em votação no plenário.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído extrapauta o Projeto de Lei nº 23, de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas de Trabalho na jurisdição do nosso querido Estado do Piauí e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu o farei, terminada a apreciação dos itens ordinários da pauta. Como o Senador Vital do Rêgo, V. Ex^a também pede a inclusão de uma matéria na pauta. Compreendo que são dois temas extremamente importantes para o povo do meu querido Estado do Piauí e para o da minha vizinha Paraíba.

Em cumprimento ao art. 89, inciso II, do Regimento Interno, do Senado Federal, dou conhecimento às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores das seguintes correspondências, bem como do expediente que lhes foi conferido.

Ofício Circular nº 19, de 2011, de 19 de abril de 2011, assinado pelo Vereador Cido Saraiva, Presidente da Câmara Municipal de Araçatuba, no Estado de São Paulo, que encaminha, para conhecimento e providências cabíveis, cópia da Moção nº 3, de 2011, de iniciativa do Vereador Dr. Nava, subscrita pelos Vereadores Professora Durvalina Garcia, Rivaél Papinha e Vereadora Tieza, aprovada durante a 11ª sessão ordinária, realizada no dia 18 de abril de 2011, cuja matéria apóia a aprovação do Projeto de Lei nº 7.833, de 2010, que exonera as entidades sem fins lucrativos do pagamento de direitos autorais.

Encaminha a resposta ao Ofício nº 45/11 da Presidência da CCJ, do dia 3 de maio de 2011, pelo qual esta Presidência lhe informa que a referida matéria tramita, originariamente, na Câmara dos Deputados,

e virá ao Senado se aprovada naquela Casa, ressaltando ainda que a Moção da Câmara Municipal será levada ao conhecimento do Plenário desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o que faço nesta oportunidade.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens 1 a 8 da pauta ordinária.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, está prejudicado o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já respondeu a V. Ex^a?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Autoria: Senador José Sarney e outros Senadores, incluindo este Presidente.

Relatoria: Senador Aécio Neves.

Observações: no dia 31 de março de 2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que recebeu o parecer pela prejudicialidade; no dia 06 de abril de 2011, foi recebida a Emenda nº 02, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo, que recebeu parecer pela rejeição; em 13 de abril de 2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; em 04 de maio de 2011, foi recebido voto em separado, de iniciativa do Senador José Pimentel, do PT do Ceará, com voto favorável à matéria.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, confesso a V. Ex^a que essa Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Senador José Sarney é de fundamental importância para o bom andamento do Senado. Imagino que o Presidente, com quem já conversei, inquieta-se na condição de autor e, com uma margem muito grande de subscrições, inquieta-se muito com a ausência de decisão desta Comissão, no que diz respeito a essa PEC. Todavia, Sr. Presidente, quanto mais leio tanto a PEC quanto o substitutivo do Senador Aécio, mais eu gostaria de discutir no sentido de ver valorizado o Senado da República.

Há uma série de brechas, vazios, possibilidades de uma discussão muito clara entre partidos políticos, entre blocos e entre a base de governo e a oposição. Com essa possibilidade, sinto-me muito à vontade para pedir ao Relator da PEC se, de comum acordo com S. Ex^a o Senador Aécio, poderíamos adiar por mais uma semana, impreterivelmente. Haveria aqui a votação e a deliberação, na próxima semana, com um entendimento. Quero construir, Sr. Presidente – eu estava falando sobre isto há pouco, Senadores Aloysio, Aécio e Pedro Taques –, um entendimento a respeito dessa PEC, a partir da Comissão de Constituição e Justiça. É o meu desejo, a minha vontade, com meu apoio ao Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques pede a palavra pela ordem. Tem a palavra S. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É para debater esse tema, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria não está em discussão ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não está ainda em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador fez uma proposta pela ordem, apenas para tentar ordenar os trabalhos. Obviamente, após a leitura do relatório feita pelo Senador Aécio Neves, a matéria vai estar em aberto para o debate.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse tema é de suma importância não apenas para o Senado, mas também para a Câmara dos Deputados e para o Congresso Nacional. E é de suma importância para o Estado brasileiro. Nos últimos tempos, o Congresso Nacional tem se transformado em um satélite, em um apêndice do Poder Executivo, não interessa o governo que ali esteja. Só quero, na hora dos debates – vou argumentar nesse sentido –, solicitar aos Senadores desta Casa e, notadamente, da CCJ que resolvamos o problema não só do Senado da República. Essa PEC, muito bem elaborada pelo Presidente Sarney, com todo respeito, resolve o problema do Senado, mas não resolve o problema do Legislativo brasileiro. É só isso. Eu me reservo o direito de debater isso no momento correto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas quero tentar contribuir aqui para o ordenamento dos trabalhos. Eu sugeriria a V. Ex^a – obviamente, se V. Ex^a concordasse – que eu pudesse

fazer a leitura resumida do relatório, já que o fiz na outra reunião. Se houver, a partir daí – caberá a V. Ex^a essa decisão –, uma posição majoritária do Plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, iremos na direção de ter um tempo a mais. E, nesse caso, V. Ex^a submeteria isso ao Plenário desta Comissão, como propõe o Senador Vital, de forma improrrogável, até a semana que vem. Nada tenho a opor a isso. Mas, até pela presença aqui de alguns Senadores que não estavam no início desta discussão há duas semanas, penso que seria correto que pudesse ser feita a leitura do relatório, e, a partir daí, prevalecendo a proposta do Senador Vital, V. Ex^a submeteria isso à decisão da Comissão. Eu não me oporia a ela. Se a posição da maioria da Comissão for pela discussão da matéria hoje, quero dizer que estarei pronto para fazê-la, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Presidência gostaria de registrar que concorda com o Senador Vital do Rêgo, que é Vice-Líder do Governo, e com o Senador Pedro Taques, por achar que essa matéria é importante para o País.

Ao Senador Aécio Neves, fiz um apelo, como Presidente desta Comissão, para que fosse buscado o entendimento sobre essa matéria, mas, parece-me, não fui entendido, não pelo Senador Aécio nem pelos membros desta Comissão. Parece-me que não fui entendido, porque, hoje, quando eu estava chegando aqui, disseram-me: “Olha, o senhor vai levar um puxão de orelha, porque essa matéria está sendo protelada na Comissão de Constituição e Justiça”. Não tenho essa preocupação, confesso aos senhores. O que é importante para mim, o que é importante para o Senador Eunício, Presidente desta Comissão, é que cada um dos Senadores que participa desta Comissão, que tenho a honra de presidir, exerça, na plenitude, o seu mandato eletivo.

Busquei, de todas as formas, dar oportunidade ao entendimento e esgotei, do ponto de vista pessoal, a minha cota de protelação na busca de entendimento por meio da Presidência da Comissão. Atendi, inclusive, a um apelo do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que queria buscar, nesse relatório do Senador Aécio, um entendimento. Mas confesso aos senhores que me comprometi com os meios que me procuraram e disse a eles que essa matéria só não seria colocada em votação hoje, meu querido Líder Vital do Rêgo – meus respeitos ao Senador Aécio Neves –, se houvesse uma solicitação por parte do Governo, do Líder do Governo e das lideranças, se houvesse entendimento das lideranças nesse sentido ou houvesse um pedido do Senador Aécio Neves.

Mesmo assim, quero que fique bem claro: o tempo para esta Presidência, no meu entendimento, está esgotado, mas, como, desde o primeiro dia, eu me comprometi com os senhores que este Plenário será sempre soberano – e eu me submeterei sempre à vontade majoritária do Plenário –, após a leitura do relatório do Senador Aécio Neves, vou consultar o Plenário se compreende dessa forma.

O Senador Pedro Simon tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao autor do pedido de prorrogação, quero dizer que não consegui entender aonde ele quer chegar. Não passa pela cabeça de ninguém que essa matéria vai ser votada hoje ou na semana que vem. Vai haver um longo debate, uma longa discussão. Essa é uma matéria tremendamente importante. Temos de aproveitar o fato de que o próprio Presidente do Senado iniciou a matéria. Esse fato foi importante. O Relator faz modificações que, se tivermos coragem de aceitá-las, mudarão a realidade do Congresso Nacional. Estou apresentando, inclusive, uma emenda, neste momento, a essa matéria. Eu acho que vamos discuti-la por muito tempo, Sr. Presidente. E penso que ninguém deve pensar em pedir urgência para essa matéria, ninguém deve pensar em resolvê-la de uma hora para outra.

Essa é a matéria mais importante dos últimos vinte anos em que estou nesta Casa. Esse foi o erro mortal cometido pela Constituinte. No momento em que caiu o parlamentarismo, uma emenda de redação retirava a medida provisória. Não precisava mais do que isso. Lamentavelmente, isso não aconteceu. Então, neste momento, apresenta-se isso de maneira tranquila.

A própria Presidenta da República dá a entender que vê com simpatia o fato de se querer amenizar essa questão das medidas provisórias. Pela primeira vez, conseguimos, no Governo da atual Presidenta, rejeitar uma medida provisória, no sentido de que ela não fosse aprovada imediatamente.

Por isso, Sr. Presidente, devemos ouvir o relatório e iniciar o debate. Talvez, V. Ex^a possa, para não misturar as coisas – por exemplo, hoje, há audiência com alguns candidatos a Ministro –, marcar reunião especial. Não quero atrapalhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a pediu a palavra pela ordem. Eu dei a palavra a V. Ex^a e o estou ouvindo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Digo que V. Ex^a pode, no futuro, marcar uma reunião especial, fora da quarta-feira, só para tratar dessa matéria. Penso que, hoje, não deveríamos iniciar isso, porque já é uma interrogação o que está acontecendo. Pode-

mos permitir ao Relator que leia seu relatório e iniciar o debate sobre a matéria.

Já aproveito para encaminhar uma emenda que apresento, para tentar avançar. Já sei que minha emenda vai ser toda rejeitada, mas, pelo menos, rejeitem a minha e aprovem a do Relator. A do Simon é muito progressista. Rejeitem a do Simon! Fico muito feliz se aprovarem a do Relator.

Por isso, acho que não há explicação para suspendermos a reunião de hoje.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, após o Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O Senador Pedro Simon sabe do respeito e da profunda admiração que tenho por S. Ex^a. Eu gostaria de me posicionar como peemedebista nesta Comissão. Em que pese compor o quadro de vice-líderes do Governo, o coordenador do Governo nesta Comissão é o Senador Jorge Viana. Pontuei minha palavra, menos como vice-líder do Governo, porque o Senador Jorge Viana já havia chegado – e, agora, chega aqui o nosso Líder, Senador Romero Jucá –, e mais como um Senador membro do colegiado de vice-líderes do PMDB.

Continuo buscando a construção de uma solução que sirva para o Senado, para a Câmara, para sociedade, para o País. Essa é a minha posição. Até arguo V. Ex^a se a leitura por parte do Senador Aécio do seu substitutivo já, regimentalmente, cancelaria qualquer proposição de adiamento para a próxima semana. Por isso, mantenho o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Existe um voto em separado feito pelo Senador José Pimentel.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Ex^a.

Como o Senador Aécio Neves já leu o seu relatório e como já foi concedida vista coletiva, após o pedido da palavra pela ordem de V. Ex^a, vou passar a palavra ao Senador José Pimentel para a leitura do voto em separado. Aí haverá dois relatórios, e vou submeter, em seguida, ao Plenário a solicitação do Relator da matéria, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas peço a V. Ex^a, já que estávamos em outra reunião, inclusive com Parlamentares que não estavam aqui na leitura do primeiro relatório, que dê preferência, para que eu possa fazer a leitura do relatório. E já me propus aqui a, de forma resumida, definir os pontos

fulcrais, fundamentais do nosso relatório, para que sobre eles possam refletir os Srs. Parlamentares. Se V. Ex^a optar por atender à solicitação do Senador Vital e por colocar em votação um possível adiamento, repito, nada terei a opor. Mas estou pronto para iniciar o debate, obviamente, após a leitura do relatório, de forma preferencial.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que inclua na pauta, na forma de procedimento extrapauta, o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição daquele Tribunal – Tribunal da 4ª Região do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após o encerramento desta pauta ordinária, V. Ex^a será atendido regimentalmente.

Senador Aécio Neves, vou passar a palavra a V. Ex^a para as considerações finais, pedindo a V. Ex^a que faça apenas um relato resumido da matéria – V. Ex^a já leu o voto –, porque ela vai se alongar. Mas, antes de passar a palavra a V. Ex^a, vou conceder a palavra ao Senador Jorge Viana, que pede a palavra pela ordem.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, conversei com o ilustre Senador Vital do Rêgo, ouvi a ponderação do Relator, Senador Aécio, e, como os demais Senadores e Senadoras, ouvi aqui essa figura que orgulha esta Casa e todos nós, o Senador Pedro Simon, como também ouvi o posicionamento de V. Ex^a.

Essa é a matéria, com todo o respeito às demais, mais importante que tramita nesta Casa neste momento. Tem origem no próprio Presidente desta Casa e em outros Senadores e Senadoras que, junto com ele, assinaram a proposição dessa emenda à Constituição.

Como bem disse V. Ex^a, V. Ex^a, como Presidente, o Relator e todos nós estamos sendo cobrados sobre o posicionamento desta Comissão de Constituição e Justiça sobre essa matéria. Indago – e queria fazer um apelo ao nobre Senador Vital do Rêgo – se não seria oportuno que iniciássemos, imediatamente, como V. Ex^a tem ponderado, o debate dessa matéria, que, aliás, já se iniciou na reunião anterior. E, a partir desse debate, poderíamos discutir, inclusive, o pedido de vista e uma proposição apresentada pelo nobre Senador Pimentel, que também está procurando um entendimento com a proposta original do Presidente desta Casa, o Senador Sarney.

Seria muito importante, então, que fizéssemos o encaminhamento desse tema – é o apelo que eu faria ao Plenário da Comissão –, até porque vamos iniciar esse debate aqui, haverá um posicionamento da CCJ, mas estou seguro de que o debate maior sobre esse tema se dará no plenário da Casa, pela importância que a matéria tem. Com certeza, os partidos, os Senadores, as Senadoras vão querer apresentar um posicionamento sobre essa matéria, e, talvez, seja importante um posicionamento da CCJ sobre essa matéria, independentemente da posição que tomarmos aqui, independentemente de qual posição será assumida pela maioria dos votos dos Srs. Senadores, para que, o quanto antes, essa matéria possa chegar ao plenário do Senado.

É fato que há pelo menos mais cinco medidas provisórias, Senador Pedro Simon, chegando a esta Casa. Isso é muito importante de ser levado em conta. Talvez, o retardo de uma semana ou de duas semanas nesta Comissão nos ponha diante de uma situação real, que é a de que mais cinco medidas provisórias estão chegando aqui.

Daí seria importante que ouvíssemos o Senador Aécio, que iniciássemos aqui o debate e que tomássemos posição aqui no momento oportuno, hoje ou na outra semana. Que isso ficasse assegurado, porque isso vai acontecer independentemente da vontade de uma força política ou de outra! Esse debate, certamente, vai se dar de forma mais ampla e mais adequada ainda no plenário da Casa nos próximos dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu só gostaria de me associar ao que foi dito pelo Senador Pedro Simon acerca da necessidade de a CCJ debater esse tema, sem interrupções. Não vamos conseguir debater esse tema hoje. O tema é por demais importante para que possamos interromper a discussão no meio. Daí por que me associo ao Senador Pedro Simon, para que possamos marcar uma reunião da CCJ para debatermos esse tema de forma exclusiva. O Relator faria o seu relatório, faríamos o voto em separado do ilustre Senador Pimentel, que já li – parabeno-o pelo voto –, e todos poderiam debater esse tema na largueza que se faz necessária. É lógico que esse tema deverá ser debatido também em plenário, mas a CCJ não pode abrir mão da discussão aqui. Seria feita uma reunião para que pudéssemos, de forma ampla, debater esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Romero pediu a palavra?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas quero dizer, primeiramente, que, a meu ver, quanto mais discussão, melhor. Sempre que possível, devemos procurar o entendimento. Na sessão de hoje, está prevista a sabatina de três autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, só leitura.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Só leitura? A informação que tenho é de que seria concedida vista. Então, na verdade, é um ato rotineiro. Seria feita a leitura do texto. Então, dá para debater. Poderíamos iniciar o debate. Dependendo do andamento do debate, se surgirem propostas convergentes, poderemos adiar a votação para outra reunião. Mas o debate deve ser iniciado. Com o decorrer do debate, veremos se haverá posições distintas ou se haverá convergência. Se houver convergência, vamos procurar a convergência. Se for esgotado o debate, iremos para a votação, mas acho que é importante iniciar o debate, para que possamos colocar na mesa as questões e o pensamento de cada Senador e de cada Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, acho importante conceder ao Senador Aécio Neves a oportunidade de apresentar seu relatório, mesmo de forma sucinta, já que nem todos pudemos ouvi-lo na primeira oportunidade. É uma matéria de tamanha importância para o Senado e para o País, que cabe essa deferência especial. É uma matéria que não podemos, de forma alguma, deixar de debater com profundidade, até porque seu resultado é importante para a recuperação do prestígio desta Instituição.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, se formos iniciar o debate, retirarei a proposta, porque ela passa a perder o objeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Vital do Rêgo, já está registrado o apelo de V. Ex^a.

Vou, regimentalmente, fazer o seguinte. A Presidência, depois de ouvir os senhores, faz a seguinte ponderação. Houve um relatório de V. Ex^a, Senador Aécio, e o Senador Pimentel o ouviu e o leu e fez um voto em separado ao relatório de V. Ex^a. Vou dar a palavra o Senador Pimentel, para que leia o voto em separado, e, em seguida, darei a palavra a V. Ex^a para as considerações finais, já que o voto do Senador Pimentel foi apresentado à Mesa e que, regimentalmente, tenho de dar sequência.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, tenho enorme respeito pelo trabalho feito pelo Senador Pimentel, que, certamente, trará uma contribuição importante a este debate, que, pelas manifestações aqui ocorridas, será um debate da maior relevância para o Parlamento. Apequenaríamos o Parlamento se circunscrevêssemos esse debate apenas à situação de sermos oposição ou governo. Mas, a partir do momento em que houve o adiamento da discussão, a partir do pedido de vista, parece-me, até pela preferência que terá a votação do meu relatório, que eu poderia lê-lo, porque o voto em separado do Senador Vital deverá ser apreciado, se não estou enganado, Sr. Presidente, no momento em que for derrotado o meu relatório, se isso ocorrer. V. Ex^a inverte uma prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Desculpe-me, Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio, o Regimento é claro em relação a essa questão do voto em separado. Não vou colocar em votação essa matéria antes de V. Ex^a, como Relator, fazer as considerações finais. Após o voto em separado do Senador Pimentel e após a fala de V. Ex^a, o voto do Senador Pimentel só será colocado em votação – aí, sim, é regimental – se o relatório de V. Ex^a for derrotado. Como não estamos em processo de votação, mas em processo de conhecimento do voto em separado, regimentalmente, vou dar a palavra ao Senador Pimentel, sem deixar de dar a palavra a V. Ex^a, para as considerações finais. Depois do voto do Senador Pimentel e das considerações finais de V. Ex^a e antes da votação, vou consultar o Plenário se deseja que façamos, na terça-feira, pela manhã – na quarta-feira, aqui, haverá a sabatina dos Ministros –, uma reunião especial para debatermos essa matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex^a, porque se trata de algo extremamente relevante.

Nada tenho a opor à leitura do voto em separado do Senador Pimentel. É importante que todos possamos ouvi-lo. Mas vamos estabelecer a lógica que deve orientar nossos trabalhos.

O que me parece adequado, Sr. Presidente? O voto em separado do Senador Pimentel ocorre a partir do relatório que apresentei duas semanas atrás. Muitos

dos Srs. Parlamentares que aqui estão não estavam, naquele momento, aqui, em condições de ouvir meu relatório. O que me parece adequado – e me propus a fazer isso de forma sucinta e resumida – é que eu possa, como é de praxe, reapresentar aqui o meu relatório, que, inclusive, orientou o voto em separado do Senador Pimentel, para que, em seguida, ele, aí sim, fazer a leitura do seu voto em separado. Abre-se a discussão, até porque a lógica da votação será em torno do relatório apresentado por este Relator, Sr. Presidente. Do contrário, haverá uma inversão absoluta de prioridades aqui.

Então, peço a V. Ex^a que mantenha a posição que me parece racional e razoável da leitura do relatório, para que possamos, em seguida, tomar conhecimento do voto em separado do Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, regimentalmente, V. Ex^a já proferiu o seu relatório. Lamento o acúmulo de obrigações que têm os Senadores aqui. Alguns participam de 17 Comissões e Subcomissões. Isso é humanamente impossível. E o próximo tema da pauta que vou trazer a esta Comissão é a mudança no Regimento Interno desta Casa, para dar celeridade. Mas é melhor para V. Ex^a fazer o esclarecimento após a leitura do voto, o que é regimental. Dessa forma, peço a compreensão de V. Ex^a e passo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o meu protesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Respeito o protesto de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso voto em separado está distribuído dentro do avulso, juntamente com o voto já lido do Relator, o nosso Senador Aécio Neves. Portanto, o voto do Sr. Relator já foi lido e está publicado, e o voto em separado também está dentro da Ordem do Dia.

Sr. Presidente, para maior celeridade dos nossos trabalhos, manifesto minha adesão à parte descritiva do relatório do Senador Aécio Neves, da qual constam a súmula da proposição e o registro das emendas a ela oferecidas, acrescentando-lhes tão somente que, uma vez lido o documento na reunião desta Comissão, ocorrida em 13 de abril próximo passado, a Presidência concedeu vista coletiva sobre a matéria, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Como não concordo com a análise e as conclusões de S. Ex^a, apresento, nesta oportunidade, voto em separado, nos termos do inciso I do §6º do mesmo art. 132 do Regimento Interno.

Passo à Análise.

Endosso, preliminarmente, as assertivas do Senador Aécio Neves, acerca da competência desta Comissão para examinar a proposição, bem como sobre os pressupostos de admissibilidade.

Tem sido recorrente o debate no Congresso Nacional, sobre o instituto das medidas provisórias. E as conclusões no curso do procedimento legiferante apontam para direções variadas, contemplando preocupações as mais distintas.

A única matéria que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, logrou converter-se em ato normativo a esse respeito foi a Proposta de Emenda Constitucional nº 1, de 1995, apresentada na inauguração da 50ª Legislatura, que tinha o então Senador Espiridião Amim como primeiro signatário. A promulgação da Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, oriunda dessa Proposta, não foi um processo expedito e fácil. Com efeito, quem verificar a sua tramitação observará ali solicitação formulada em 12 de setembro de 1995 pelo Senador Roberto Requião, para que a matéria já fosse prontamente inserida na Ordem do Dia. A votação desse requerimento foi postergado até 7 de maio de 1996, ocasião em que o Senador Roberto Requião pediu a sua retirada ante o compromisso da criação de uma comissão especial para reexaminá-lo, visando à construção de um consenso em torno do tema.

A inusitada solução não fora gratuita, derivou do constrangimento da base governista em face da injustificável postergação da votação de um requerimento formulado pelo Senador Eduardo Suplicy, a fim de que o Projeto de Lei Complementar nº 13, de 1991, de autoria do Deputado Nelson Jobim, fosse submetido à apreciação do Plenário. Essa proposição também tratava da regulação da edição de medidas provisórias, com base no parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. Fora apresentada pelo então Ministro da Justiça do Governo Fernando Henrique Cardoso, Deputado Nelson Jobim, na época, quando ainda era membro da Câmara dos Deputados. O referido projeto encontrava-se no Senado Federal desde 26 de março de 1991 e, no início da Legislatura seguinte, ainda estava pendente de apreciação, o que motivou o requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Finalmente, em 29 de agosto de 1996, a maioria governista explicitou a posição do Governo, repudiando, definitivamente, a inclusão da matéria em pauta. Ou seja, cinco anos após a leitura de uma proposição apresentada por um jurista de escol, Ministro de Estado da Pasta da Justiça, o próprio governo de que fazia parte o autor se mobilizou para evitar a aprovação de um simples requerimento da oposição que pedia a votação do projeto.

É importante registrar que o Relator da mencionada PEC, Senador Josaphat Marinho, renovou, no âmbito da dita comissão especial, o relatório que já apresentara anteriormente perante a CCJ. A maioria governista, contudo, fez prevalecer o voto em separado do Senador José Fogaça, o qual serviu de supe-dâneo para a Emenda nº 32, de 2001, ora objeto de tantas críticas.

Na verdade, como dito, o problema de regulamentar a edição e a tramitação das medidas provisórias tem sido tormentoso, desde a adoção desse instrumento na Constituição Federal de 1988. A cada tentativa, por emenda constitucional ou por mudanças regimentais, novos problemas surgem, fazendo com que essa questão, de magna relevância, ocupe o tempo e demande o esforço de deputados e senadores.

Isso, contudo, não deve nos impelir à fuga do debate sobre a temática. Na primeira sessão legislativa da Legislatura anterior, em aparte ao então Senador Marconi Perillo, no plenário, o Senador Fernando Collor sustentou, com a experiência de ex-Presidente da República, que os tempos atuais não permitem que o Poder Executivo prescindia do uso de medidas cautelares legislativas anômalas. É preciso que se encontre uma saída contra o uso imoderado e abusivo dessas medidas, afirmou ainda o representante do Estado de Alagoas.

Evidentemente – e não poderia ser de outra forma –, governo e oposição tendem a ter posições diferentes em relação ao tema, mas esse fato não se pode transformar em obstáculo a que se encontre um caminho, um meio termo aristotélico, capaz de dirimir o conflito, levando em consideração, sobretudo, razões de Estado, não de governo. É ao que se visa com o presente voto em separado, que conclui pela aprovação de uma emenda substitutiva.

De pronto, registramos que, quando estivemos na oposição, não abrimos mão de uma questão de princípio: as medidas provisórias devem ter eficácia de lei desde a sua edição. Posição diferente parecem ter aqueles que, quando governo, defendiam essa tese e que, agora, do outro lado, repudiam-na. É difícil imaginar o que sustentariam se, eventualmente, retornassem à chefia do Executivo.

Portanto, permitam-nos ilustrar a relevância desse princípio com um único exemplo que cremos ser o bastante para justificar nosso entendimento.

O art. 3º da Medida Provisória nº 542, de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, estabeleceu que a emissão da nova moeda estaria previamente vinculada às reservas internacionais equivalentes, conversíveis em dólares dos Estados Unidos da América, acrescentando que, para tanto, a paridade a ser obedecida para fins

de equivalência seria de um dólar dos Estados Unidos para cada real emitido. Se, apenas para argumentar, essa norma já tivesse alcançado a sua eficácia três dias após sua edição, simplesmente, não teria sido possível a implantação do novo sistema monetário nacional, pois teria quebrado antes o nosso País, dada a possibilidade que teriam aqueles que têm posse de trocar reais por dólares e dólares por reais, quebrando o Estado nacional.

A tese de atribuição de eficácia de lei à medida provisória, após o crivo de admissibilidade de uma Comissão Parlamentar, procura sua justificação na combinação de argumentos falaciosos. Invocam seus defensores o princípio de separação de Poderes, forte no sistema presidencialista de governo, e o pressuposto de existência de maioria parlamentar, para que o Governo possa avocar o poder de legislar, em substituição ao Parlamento. Esquecem esses, ou deliberadamente omitem, que o sistema de separação de Poderes não é rígido. Há imbricação funcional entre os Poderes de Estado no presidencialismo. Daí preferirem muitos a expressão “freios e contrapesos” ou, na esteira do que diz o Senador Marco Maciel, o conceito de equipotência de Poderes.

Com efeito, se analisarmos o art. 68 da Constituição Federal, veremos que é possível e absolutamente lícito o Congresso Nacional delegar poderes legislativos ao chefe do Poder Executivo, sem necessidade imperativa de o Congresso Nacional ter de apreciar, *a posteriori*, a legislação adotada pelo Presidente da República. Trata-se de uma delegação legislativa, cujos resultados não se sujeitam a controles parlamentares. O § 3º desse artigo estimula que a ratificação congressional só ocorrerá se a resolução do Congresso Nacional, por meio da qual o poder legiferante é outorgado na forma do § 2º, dispuser nesse sentido.

Vale anotar que as duas últimas leis delegadas adotadas pela União, a saber as de nºs 12 e 13, de 1992, resultaram na Resolução nº 1, de 1992, do Congresso Nacional, que não previu a submissão dos textos legais elaborados pelo Presidente da República à posterior aquiescência congressional.

Aliás, no Estado de Minas Gerais, esse expediente, vale dizer, a inexistência de prerrogativa de veto legislativo, vem sendo adotado com regularidade. Em 12 de dezembro de 2002, foi editada a Resolução nº 5.210; em 15 de dezembro de 2006, a Resolução nº 5.294; e, em 20 de dezembro de 2010, a Resolução nº 5.341. Por tais diplomas, concederam-se ao Governo do Estado várias delegações para elaborar leis dispondo sobre a estrutura administrativa daquele Ente federado, incluída ampla autorização para criação de

órgãos e cargos, tudo sem nenhum controle por via de ratificação ulterior pela Assembleia Legislativa.

É importante observar também, que todas essas resoluções foram editadas em final de Legislatura para uso por um novo governo no curto interregno que antecede a instalação da nova legislatura. Isso evidencia a inexistência de uma relação fiduciária entre os legisladores, que deveriam outorgar o poder de legislar ao Chefe do Executivo, que lhes caberia controlar e fiscalizar, e o Governador, que, ao final e ao cão, faz uso desse poder.

Por outro lado, não é certo que, no sistema parlamentarista de governo, a ação legislativa do Executivo pressupõe sempre a existência da maioria parlamentar. Na Alemanha, típico modelo de república parlamentarista, durante o chamado estado de emergência legislativa, ocasião em que o Chanceler, Primeiro-Ministro, legisla em substituição à Câmara dos Deputados, o pressuposto fático é exatamente a inexistência da maioria parlamentar, conforme consta da sua constituição federal.

Diante das críticas mais variadas sobre o uso ou abuso na edição de medidas provisórias no sistema político brasileiro, apresentamos um breve quadro sobre o quantitativo de medidas editadas após a Constituição de 1988, para identificação de algum padrão recorrente.

De 1989 a 2010, é possível constatar um total de 1.116 medidas provisórias, o que dá uma média de 51 medidas provisórias por ano. E aqui vêm os números, de 1989 até 2010, totalizando 1.102 medidas provisórias, deixando claro que é no início e no final de cada governo, quando nós temos um índice de emissão acima da média.

O gráfico abaixo sugere que há uma variável importante que já pode ser identificada, evidenciando um pequeno padrão de uso das medidas provisórias. Nota-se o aumento do número de medidas provisórias no último ano de um governo e no primeiro ano do governo subsequente.

No atual governo, não obstante ainda estejamos no início de uma gestão, nos quase 120 dias de administração, foram editadas apenas oito medidas provisórias. Isso projeta um montante anual de edição de MPs de cerca de apenas 33 atos normativos dessa natureza, uma queda muito significativa se compararmos com o padrão apurado.

Outro aspecto interessante, a merecer registro, é a total inércia do Congresso Nacional quanto ao exercício de sua função de editar competente decreto legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes de rejeição ou perda de eficácia de medida provisória todas as vezes que esses eventos ocorreram.

O debate atualmente instaurado no Congresso Nacional tem como pontos centrais o trancamento da pauta legislativa por um longo período e o pouco tempo destinado ao Senado Federal para análise e deliberação das medidas provisórias. Esses devem ser os focos de discussão sob uma perspectiva equilibrada, longe das paixões políticas.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, que tem como primeiro signatário o Presidente José Sarney, tenta enfrentar essas duas questões. A lógica que permeia a proposição é levar para a Constituição o que ocorre na prática, com algumas inovações. Nesse sentido, propõe-se que Câmara dos Deputados e Senado Federal tenham, cada qual, cinquenta e cinco dias para análise da medida provisória, restando ainda dez dias para apreciação de emendas pela Casa de origem. Advoga-se ainda que o trancamento da pauta ocorra nos últimos quinze dias de tramitação em cada Casa, o que representaria um avanço para o Senado. Isso garantiria um prazo bastante razoável para a deliberação do Senado Federal, bem como impediria que as medidas provisórias aqui chegassem já trancando a pauta legislativa ordinária.

Não se vislumbra, na proposta, qualquer tentativa de subtrair prerrogativas do Poder Executivo ou de inviabilizar o uso desse instrumento. O conflito que poderia surgir na discussão dessa matéria está concentrado na relação entre Câmara dos Deputados e Senado Federal. O substitutivo oferecido pelo Relator está permeado por outra lógica. Há um claro viés de conflito entre Governo e Oposição na proposta apresentada. O foco do debate muda totalmente de direção, deixando de ser um debate institucional entre as duas Casas e passando a ser uma disputa política polarizada pelo facciosismo.

Ademais, o relator propõe ampliar o arrolamento das matérias em que se veda ao Executivo a prerrogativa de editar medidas provisórias, aditando-lhe a interdição do uso desse instrumento para criação ou transformação de cargos, empregos, funções públicas, órgãos e entidades públicas. Apesar de se reconhecer que, por vezes, houve abuso desta iniciativa por parte de todos os governos, não se observa um argumento razoável para limitá-la. O juízo de urgência e relevância é eminentemente político, quer quando de sua edição pelo Poder Executivo, quer quando de sua apreciação pelo Congresso Nacional. Só é residualmente jurídico, conforme tem assinalado o Supremo Tribunal Federal, quando esses aspectos são aferíveis por critérios objetivos à luz do ordenamento jurídico. Recentemente, a Presidente da República editou uma medida provisória (MP nº 527, de 2011) para criar uma secretaria especial de aeroportos, mas enviou ao Congresso

Nacional projeto de lei (Mensagem Presidencial nº 85, de 2011), dispondo sobre a criação de uma outra secretaria especial destinada à questões de interesse das micro e pequenas empresas. O que motivou essas ações discrepantes foi justamente uma análise política de urgência e relevância dos temas.

Conclusão

Assim, por todo o exposto, concluímos pela aprovação total da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, nos termos apresentados pelo Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Passo a palavra ao Senador Aécio Neves, para suas considerações finais e, se desejar, complemento de votos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço apenas a V. Ex^a – certamente não utilizarei nem metade do tempo utilizado pelo ilustre Senador Pimentel – que me dê a oportunidade, de forma absolutamente objetiva, de trazer a este Plenário, trazer ao Congresso brasileiro as razões que me levaram a construir um parecer que, repito, não levou em conta a condição circunstancial e efêmera de nossos partidos políticos na atual conjuntura nacional.

Na verdade, Sr. Presidente, eu retomo, com este parecer, uma discussão iniciada no ano de 2001, quando presidía a Câmara dos Deputados e nos deparávamos com a sucessão de medidas provisórias editadas pelos Governos, e isso já acontecia em governos anteriores, sem que houvesse sequer a necessidade de o Congresso Nacional debruçar-se sobre elas, até porque a regra anterior garantia a reedição, por 30 dias sucessivamente, das medidas provisórias, sem qualquer limite.

Houve, por iniciativa de lideranças do Governo, naquele momento, a coragem política de, numa negociação clara, transparente, com a Presidência da República – e, aqui, o Ministro Aloysio Nunes fez parte dessas negociações –, chegarmos a um termo de entendimento, contando, inclusive, com o apoio de lideranças da oposição, para que modificássemos a sistemática constituída na Constituição de 1988, que garantia a reedição sucessiva das medidas provisórias sem sua deliberação, para se chegar a um processo em que o prazo fatal de 120 dias levaria, no limite, à discussão pelo Plenário da Câmara e do Senado das medidas provisórias. O objetivo era claro, Sr. Presidente: queríamos, com isso, inibir a edição de medidas provisórias, estimulando que matérias relevantes e urgentes pudessem também ter tramitação adequada por meio de projetos de lei, mesmo com regime de urgência. Foi um avanço extraordinário, ocorrido a partir de 2001.

O Senador Renan aqui se lembrará disso, bem como muitos outros que participaram daquele processo.

De lá para cá, tem havido o que eu poderia chamar de efeitos colaterais no processo de votação das medidas provisórias. Nós, no Senado da República, talvez, percebamos isso de forma mais clara, pela exiguidade dos prazos com que temos nos deparado na discussão, seja da admissibilidade ou do mérito das medidas provisórias.

Essa, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, foi a razão que levou o Presidente José Sarney e outros, entre eles V. Ex^a, a apresentar a PEC nº 11, que, na verdade, normatiza o funcionamento das medidas provisórias no que diz respeito à questão dos prazos. E vale a pena registrar quais as mudanças propostas pelo ilustre Senador José Sarney que, aqui, com leves correções do ponto de vista temporal, dos prazos, estamos mantendo integralmente em nosso discurso. Em síntese, ele propõe o seguinte na sua nova sistemática de tramitação de medidas provisórias:

“Publicada a matéria, a Câmara dos Deputados terá até 55 dias para apreciá-la, entrando a proposição em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da Casa, após 45 dias, até que se ultime a votação.

Aprovada a matéria pela Câmara dos Deputados, ela será enviada ao Senado Federal, que terá igual prazo para concluir sua apreciação, aplicando-se o mesmo regime de urgência e sobrestamento de pauta.

Havendo emendas do Senado Federal, a medida provisória retoma à Câmara dos Deputados para apreciação dessas até o prazo final de vigência do ato.”

Isso está absolutamente claro, visa a impedir que a Câmara dos Deputados continue a utilizar praticamente todo o prazo regimental de 120 dias, sobrando alguns dias e, em alguns casos, até mesmo algumas horas para que o Senado Federal se manifeste em relação a essas medidas provisórias.

Ainda propõe o ilustre Presidente José Sarney:

“Caso a Câmara dos Deputados não examine a medida provisória no prazo, a matéria será remetida no estado em que se encontrava no Senado Federal, que terá até 55 dias para apreciá-la, entrando a proposição em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da Casa, após 45 dias, até que se ultime a votação.

Na hipótese do item anterior, a Câmara dos Deputados manifestar-se-á logo após a deliberação do Senado Federal, observado o prazo de vigência da medida provisória, quando poderá aprovar ou rejeitar a medida provisória e as emendas desta Casa, já vedada aí a inclusão de novas emendas.

Além disso, a PEC extingue a necessidade de prorrogação do prazo de validade das medidas provisórias, mantendo, entretanto, a sua vigência total em 120 dias [o que mantenho em meu relatório], e elimina a Comissão Mista encarregada de examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, pela absoluta irrelevância que essas Comissões passaram a tomar, já que praticamente nenhuma delas, com exceção da do salário mínimo, reuniu-se até agora nessa Legislatura, e ainda essa reuniu-se uma vez e não votou a matéria.”

Portanto, a partir dessa proposta de modificação apresentada pelo Senador José Sarney – e, mais uma vez, desculpem-me a repetição –, tenho tratado essa matéria do ponto de vista do fortalecimento do Congresso Nacional. Eu não poderia deixar de aproveitar uma oportunidade como esta para introduzir no texto algumas outras modificações que complementariam o início do processo iniciado no ano de 2001.

Portanto, no tocante ao mérito – sobre isso passo a falar já em torno do relatório que apresentei –, é consenso absoluto nesta Casa a necessidade de alteração nas normas de tramitação das medidas provisórias. Não há aqui um só Sr. Senador ou Sr^a Senadora que não compreenda a necessidade de fazermos algumas alterações no rito de tramitação das medidas provisórias. Alguns se posicionam de forma mais pontual; outros, de forma mais abrangente.

Na verdade, a alteração da sistemática que buscamos fazer em 2001, à qual tenho reiteradamente me referido, representou um grande avanço em comparação com a situação anterior – sobre isso já falei –, quando a reedição mensal das medidas provisórias, seu reduzido prazo de vigência de trinta dias e a obrigação de sua votação em sessões conjuntas, na prática, impediam suas votações e as eternizavam. Isto serve para ilustrar apenas o que ocorria: as medidas provisórias do Plano Real, o plano da estabilidade econômica, até hoje, não foram aprovadas por esta Casa, e olhem que isso ocorreu no ano de 1994.

O que ocorria é que, efetivamente, o então vigente procedimento de tramitação das medidas provisórias possibilitava que o Poder Executivo legislassem sem qualquer participação do Poder Legislativo no processo.

Impõe-se, entretanto, dar um passo adiante, neste momento em que o País se encontra em plena estabilidade institucional e em que a inovação legislativa não exige a urgência de tempos mais difíceis.

Trata-se, ademais, de, ao modificar a sistemática de tramitação das medidas provisórias, amadurecer a própria relação entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional, ampliando a responsabilização mútua e

a participação dos dois Poderes na elaboração legislativa, como exige a Constituição.

Esse tema já foi objeto de inúmeras manifestações dos membros desta Comissão, dos membros de toda esta Casa e da própria Câmara dos Deputados. Os fatos recentes, quando medidas provisórias tiveram de ser votadas de afogadilho ou rejeitadas por esta Casa, por absoluta carência de tempo para discutilas a contento, só reforçam o caminho que estamos buscando aqui construir.

Assim, em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é necessário recuperar uma ideia – esta não é uma ideia minha, e, portanto, aqui, faço justiça ao lembrar onde busquei essa inspiração – que já chegou a ser aprovada por unanimidade por esta Casa, quando, em 8 de fevereiro de 2006, votou-se, em segundo turno, a PEC nº 72, de 2005, cujo primeiro signatário foi o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, e que foi também sugerida, na mesma direção, na emenda apresentada pelo Senador Raulo Rodrigues.

Trata-se – este é o ponto fulcral, fundamental do que estamos discutindo – de prever que as medidas provisórias somente terão força de lei depois de serem consideradas admitidas pelo Congresso Nacional. Caso contrário, a matéria passaria automaticamente a tramitar como projeto de lei em regime de urgência constitucional.

Adaptamos, aqui, o que previa aquela proposição e a Emenda nº 1.

Estamos propondo que a medida provisória deverá ter a sua admissibilidade apreciada por comissão mista permanente de Deputados e de Senadores, em processo sumário, com recurso para o plenário do Congresso Nacional, ou, durante os períodos de recesso, pela Comissão Representativa. E, só após sua admissão, ela adquirirá força de lei.

A existência de uma comissão mista é fundamental, uma vez que se trata de uma manifestação em nome do Poder Legislativo como um todo, tendo em vista a urgência com que a matéria deve ser apreciada e a necessidade de vigorar, a partir daí, com força de lei. Não haveria como ouvir, separadamente, as duas Casas, quanto à admissibilidade, e, por isso, há a proposta da comissão conjunta.

Admitida a medida provisória, entretanto, seria sempre cumprido o princípio constitucional de que as matérias de iniciativa do Poder Executivo têm a sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados, de forma a manter a harmonia do texto magno e a assegurar o funcionamento do nosso sistema bicameral, que é cláusula pétrea da nossa Constituição, na medida em que é garantia da perenidade da Federação. Ou seja:

a apreciação de mérito da medida provisória iniciasse-se sempre pela Câmara dos Deputados.

Impõe-se, daí, em nome do mesmo princípio, dividir os prazos de tramitação desse tipo de ato – retorno ao sentido da proposta do Presidente José Sarney – entre as duas Casas do Congresso Nacional. Nessa divisão, estamos sugerindo, conforme, inclusive, já constava da citada PEC nº 72, de 2005, dar à Câmara dos Deputados um prazo um pouco mais longo. Faço essa pequena modificação na proposta original do Presidente Sarney, sobre ela já concluindo, de certo.

Procura-se, aqui, permitir que aquela que é a Casa iniciadora e mais numerosa possa se desincumbir de sua obrigação sem atropelos. Aqui, os prazos estabelecidos seriam de 60 dias na Câmara dos Deputados, de 50 dias no Senado da República e de 10 dias para o retorno da matéria eventualmente emendada.

Tudo isso vai ao encontro da ideia presente na PEC ora em análise, bem como do objetivo de seus eminentes autores. Parece-nos necessário, entretanto, inclusive como forma de homenagear o sistema bicameral, alterar a sistemática adotada na proposta, promovendo de forma completa a divisão dos prazos entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Trata-se de dar às medidas provisórias tratamento similar àqueles adotados pela Carta Magna aos projetos de lei, que, se rejeitados em uma Casa legislativa, não vão à outra.

Assim, não votar uma medida provisória – e esta é outra modificação extremamente relevante – no prazo estipulado para tal traduzir-se-ia exatamente em rejeitá-la. Se a Casa determinada não cumprir o prazo a ela estabelecido, não votando a matéria, essa matéria seria considerada rejeitada. Ou seja, o que se propõe é que, como tem lugar com todas as demais proposições legislativas, a tramitação das medidas provisórias em cada Casa do Congresso Nacional seja autônoma, representando um ciclo completo.

Mantém-se a previsão de sobrestamento da pauta, caso a Câmara dos Deputados não vote a matéria em 45 dias, e o Senado Federal, em 35 dias. Ou seja, o sobrestamento contemplaria o não cumprimento de prazos em cada Casa isoladamente, não como é hoje, com prazo de sobrestamento comum às duas Casas, o que tem sido exatamente o problema permanente e quase semanal enfrentado pelo Senado da República quando a Câmara dos Deputados cumpre, quase integralmente, o prazo de 120 dias. Além disso, estamos também propondo, como forma de permitir maior flexibilidade para as Casas legislativas, que o sobrestamento da pauta não se aplique a matérias que também estiverem em regime de urgência constitucional.

Adapte-se também o texto do §10 do art. 62 da Constituição, para nele incluir a hipótese de inadmissibilidade das medidas provisórias e para padronizá-lo com a redação dos arts. 60, §5º, e 67.

Finalmente, aqui, buscando inspiração no que propõe o Senador Paulo Bauer, em sua PEC nº 8, de 2011, estamos incorporando algumas restrições ao âmbito material das medidas provisórias, vedando a edição dessa espécie normativa sobre criação e transformação de cargos, empregos ou funções públicas e criação ou transformação de Ministérios e órgãos e entidades públicas. Trata-se de matérias que, com certeza, podem ser apreciadas através de projeto de lei, nada havendo nelas que demande o processo excepcionalíssimo das medidas provisórias.

Temos a certeza de que a aprovação desta PEC irá, de um lado, assegurar o adequado papel desta Casa na apreciação de medidas provisórias, sem de forma alguma minimizar o da Câmara dos Deputados como Casa iniciadora, e, de outro, fazer com que a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo evolua para outro patamar, no qual a autonomia e a convivência harmônica sejam reforçadas.

Portanto, em relação à Emenda nº 1, conforme já comentado acima, seu conteúdo é incorporado ao substitutivo, restando então prejudicada, apesar de ter seu objetivo acolhido no mérito.

Recebo, em plenário, em forma de sugestão, já que a Mesa não recebeu em forma de emenda, a contribuição do Senador Pedro Simon, que incorporo ao meu substitutivo parcialmente, no que diz respeito à alínea “g” do §1º, inciso I, que versa sobre mais de um assunto, e aos incisos I e II do §5º, que estendem o prazo de avaliação da admissibilidade de 3 dias para 5 dias; o inciso II garante que o recurso terá de ser aprovado ou apresentado por um quarto dos membros de cada uma das Casas. Isso aprimora nosso relatório.

Ao final, Sr. Presidente, obviamente externando um sentimento muito pessoal de um antigo parlamentar que esteve aqui por quatro mandatos, quero dizer que alcançaremos, seja nesta Comissão – o que seria mais adequado –, seja no plenário, a dimensão adequada desse debate.

Ouvi, como sempre faço, com o respeito que sempre mereceu e que continuará merecendo, o voto em separado do ilustre Senador Pimentel. Registro apenas que ele não acrescenta algo novo no nosso esforço de dar ou restabelecer ao Congresso Nacional as prerrogativas que buscava ter. Mas me traz – permita-me a franqueza, Senador Pimentel – uma preocupação, pois a minha sempre foi a de não trazer este debate para a discussão menor do fato de sermos situação ou oposição. E falo isso com a autoridade de quem presidia a

Câmara, filiado ao Partido do Presidente da República, de quem havia sido líder por quatro anos. Introduzimos, com a compreensão do Presidente, essa importante modificação. O voto em separado do Senador Pimentel traz uma informação – que, obviamente, não atribuo a ele, mas que, certamente, foi por ele colocada – que dá uma visão absolutamente distorcida do que acontece em alguns Estados da Federação.

Faz questão, não por acaso, o ilustre Senador Pimentel de citar o Estado de Minas Gerais, como se valendo de expedientes absolutamente autocráticos, de expedientes pouco democráticos. Quero apenas esclarecer ao Senador Pimentel – que não tem a obrigação de conhecer profundamente como funcionam as coisas em Minas Gerais – que, com a Constituição, ilustre Senador Pimentel, em cerca de vinte Estados brasileiros, há a previsão do instituto da lei delegada, instrumento previsto constitucionalmente e aprovado para ser utilizado. É necessário dizer isso, mas isso não está no relatório de V. Ex^a. Isso tem de ser aprovado pela maioria da Assembleia Legislativa e reza, única e exclusivamente, sobre matérias administrativas por prazo limitado. Não é prerrogativa do Estado de Minas Gerais. É uma previsão constitucional, que, para ter validade, tem de ser, muito ao contrário do que ocorre com as medidas provisórias, submetida à Assembleia Legislativa. Após o momento em que a Assembleia Legislativa aprova aquela delegação, ela a aprova por prazo determinado e sobre assuntos restritos.

Não sei se foi intenção de V. Ex^a trazer isso para um debate político. Eu poderia usar como contra-argumento que esse é um expediente muito mais democrático do que, por exemplo, o que usa o Governo do Distrito Federal, comandado por um ex-colega nosso e partidário de V. Ex^a, que faz as mesmas modificações que fizemos em Minas e que outros Estados também fizeram por decreto do governador, sem qualquer consulta prévia ou posterior à Assembleia Legislativa. Mas trazer esse debate a esse nível seria apequená-lo. Faço apenas este registro, porque V. Ex^a cita, de forma genérica, o Estado de Minas Gerais, obviamente sem ter a obrigação, repito aqui, de ter o conhecimento profundo sobre a matéria.

Encerro, Sr. Presidente, esta reapresentação sumária do meu relatório, rogando aos Srs. Parlamentares que não percamos esta oportunidade de construirmos avanços em torno de um tema que diz respeito não a governo ou a oposição, mas ao Parlamento e a suas prerrogativas. E digo sempre, Sr. Presidente, que as prerrogativas do Parlamento brasileiro não nos pertencem. Elas pertencem ao povo que nos elegeu e nos delegou aqui a tarefa de garanti-las e de respeitá-las.

Esta é uma oportunidade única para o Congresso Nacional voltar a respeitar-se e fazer-se respeitar pela sociedade brasileira, sem manietar, sem impedir o Governo Federal de utilizar o instrumento das medidas provisórias de forma excepcional, como, aliás, prevê a Constituição Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há aqui nove oradores inscritos para fazer o debate da matéria.

Como eu me comprometi, atendendo ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que pediu prazo. Depois de lido o voto em separado de V. Ex^a, Senador Pimentel, o voto complementar, e de incorporadas algumas sugestões dos Srs. Senadores pelo Senador Aécio Neves, vou fazer o que eu disse que faria. Antes de colocar a matéria em debate, vou consultar o Plenário. Se o Plenário entender dessa forma, no atendimento à solicitação do Líder do Governo, já convocarei uma reunião para terça-feira, às 10 horas, nesta Comissão, se essa for a decisão do Plenário. Se a decisão do Plenário for pelo adiamento dessa discussão, para fazermos isso em uma única reunião, como eu disse que submeteria essa matéria ao Plenário, pedirei vênias aos inscritos para, de imediato, consultar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu sugeriria o encaminhamento do Senador Pedro Taques e do Senador Pedro Simon. Esse é um tema importantíssimo. A gente tem de começar o debate agora; se não der para concluir o debate agora, a gente continua na próxima terça-feira. Ao final desta reunião, podemos dar um tempo para a leitura das indicações dos Ministros do STJ. Mas vamos começar o debate agora, para que ele se estenda até a outra semana. Temos de começar o debate. Estamos ávidos pelo debate.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu disse que consultaria o Plenário, que não retiraria a matéria de prazo, não colocaria prazo a mais para essa matéria, mas há uma solicitação do Líder Romero Jucá, eu me comprometi a submetê-la à apreciação do Plenário e não farei de forma diferente daquela que prometi.

Tem a palavra o Senador Romero Jucá. Depois, falará o Senador Aloysio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, continuo mantendo a proposta de que possamos conversar e chegar a uma convergência. Quanto mais conversa em política, melhor. Já é prati-

camente meio-dia. Será uma hora ou hora e meia de debate. Então, a ideia vai se perder. Concordo com a posição de V. Ex^a de fazer a reunião na terça-feira, discutindo essa questão desde o início e trazendo-a para votação já na terça-feira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu retiro minha proposição, Sr. Presidente Eunício. Na verdade, sou um daqueles que estão com muita vontade de entrar no debate. Mas tudo bem, voltamos na próxima semana.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio pediu a palavra pela ordem. Logo em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Também prefiro discutir a matéria na próxima reunião, senão eu ficaria tentado a entrar numa polêmica partidária, o que não seria oportuno.

Mas minha sugestão, Sr. Presidente, é relativa à data. É que, na terça-feira, a esta hora, haverá reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e a maioria dos membros desta Comissão pertence à CAE. Então, por que não fazê-la na reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, na quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Porque, na quarta-feira, a pauta é imensa, e haverá a sabatina dos Ministros do STJ.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, talvez, seja o caso de inverter: colocar a sabatina na terça-feira. Seria feita a sabatina, abrir-se-ia a votação, os Senadores poderiam votar e, na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na quarta-feira, seria uma pauta única para discussão dessa matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas com uma reserva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a proposta de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria apenas fazer uma ponderação ao Líder do Governo sobre a indicação de Ministros do STJ: começar a votação antes de concluída a sabatina seria uma temeridade. Acho que a sabatina tem de ser concluída antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, nós só vamos fazer a votação após a sabatina dos Srs. Ministros. É o que determina o Regimento, e serei escravo dele.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Luiz Henrique pediu a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria fazer a mesma ponderação do Senador Aloysio Nunes Ferreira; concordo com a proposição de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Quem sabe a gente já faz, numa matéria tão importante como essa, uma inovação, Sr. Presidente? Marca-se uma reunião para amanhã, quinta-feira, e continuamos na sexta-feira. Na quinta-feira e na sexta-feira, por dois dias, ficamos aqui debatendo essa matéria. Nada melhor do isso, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na quarta-feira, pela manhã, eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para esta Presidência, não há dificuldade alguma, inclusive se V. Ex^a quiser marcar a reunião no sábado, pela manhã.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O Relator concorda.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Toda terça-feira e quarta-feira, temos de estar aqui, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então, vamos marcar para segunda-feira, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto ao Plenário a proposta apresentada pelo Líder Romero Jucá.

Os Srs. Senadores que concordam...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Na terça-feira, haveria a sabatina; na quarta-feira, o debate.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na terça-feira, faríamos a sabatina dos indicados para o cargo de Ministro e, na quarta-feira, faríamos o debate em torno dessa matéria em pauta única. Talvez, fiquemos aqui até à noite, se o plenário do Senado não nos atrapalhar.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a proposta.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas o Senador Romero Jucá é o que tem menos autoridade para falar sobre essa matéria, Sr. Presidente,

porque ele conhece essa matéria, ele já votou essa matéria como Líder do Fernando Henrique, ele já votou essa matéria como Líder do Lula. Todo mundo o acompanhou. Então, ele conhece tudo. Para ele, nem precisaria haver reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, faremos o debate na próxima quarta-feira, a partir das 10 horas, com item único na pauta, e anteciparemos para terça-feira a sabatina dos indicados ao cargo de Ministro. Foi o que decidi o Plenário desta Comissão, e serei sempre escravo da decisão de V. Ex^{as}.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Chamo a atenção do ilustre Senador Aécio: faremos isso, desde que, na quarta-feira, não haja aqui a terceira leitura do relatório do ilustre Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Só se houver mais algum voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana, na próxima quarta-feira, vamos entrar... Peço a atenção dos senhores. Quero a atenção de V. Ex^{as}. Deve ficar claro o que vai acontecer na próxima quarta-feira: já entraremos no debate, não haverá mais leitura, nem voto complementar, a não ser que seja pelo entendimento acontecido durante esta semana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Só peço que V. Ex^a mantenha a lista de inscrição para próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Manterei a lista de inscrição para a próxima semana. A lista vai ficar aqui guardada.

Acabei de receber um Twitter do cantor Leo Magalhães, que está nos assistindo neste momento e está gostando do debate na Comissão. Agradeço-lhe a audiência e parabeno-o pelo grande sucesso que vem tendo em todo o Brasil.

ITEM 2

– Não terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Nilson Vital Nunes.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e, em conformidade com o Ato nº

1, de 2007, desta CCJ, publicado no Diário Oficial do Senado de 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feita em duas etapas: na primeira etapa – Senador Pedro Simon, depois, V. Ex^a vai reclamar que não sabe do teor das matérias em pauta –, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendação, se for o caso, para que o indicado apresente informações, ocasião em que não será exigida a presença do indicado, e, após a apresentação da discussão do relatório da primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente por esta Presidência; na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos senhores membros desta Comissão, e, em seguida, será realizada a votação. Portanto, após a arguição, será feita a votação.

Concedo a palavra ao Senador Dornelles para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, há uma situação excepcional, em que há três indicados ao STJ. Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a – e esta é uma situação excepcional, e o que deve ser aplicada é a excepcionalidade – que, em casos como esse, se porventura existirem outros no futuro, não fossem marcadas as três sabinas, as três arguições no mesmo dia, para que pudéssemos valorizar não somente a sabatina e, por consequência, o Senado da República, mas também o próprio indicado. Se isso fosse possível, seria o adequado. Senão, teremos de fazer a sabatina de afogadilho, e não é essa a vontade que está inscrita na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Fica esse registro na Mesa. A Presidência recebe o registro de V. Ex^a com o devido respeito.

Passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, é uma honra muito grande para mim relatar a Mensagem nº 62, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, sobre a indicação do Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O Dr. Ricardo Cueva nasceu em São Paulo, é bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Posteriormente, dedicou-se ao estudo de pós-graduação, tendo alcançado o título de Mestre em Direito pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. No período de 1994

a 1998, cursou e obteve o título de Doutor em Direito pela Universidade de Johann Goethe, de Frankfurt.

O itinerário profissional do Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva consigna o exercício das seguintes funções do serviço público: Procurador do Estado de São Paulo, por concurso público, tendo atuado na Procuradoria Judicial.

Em 1987, foi aprovado, em concurso público, para o cargo de Procurador da Fazenda Nacional, tendo atuado, até 1991, no Estado de São Paulo, elaborando pareceres e atuando na representação judicial.

Entre 1991 e 1994, exerceu o cargo em comissão de Procurador Regional da Fazenda Nacional, no Distrito Federal.

De 1998 a 2004, o Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva voltou a atuar na Procuradoria da Fazenda Nacional do Estado de São Paulo, tendo, a partir de 2001, representado a Procuradoria da Fazenda junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro.

Em 2006, foi reeleito para novo mandato, que foi concluído no ano de 2008, tendo também, entre 2005 e 2008, sido Vice-Presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

Terminado o seu segundo mandato no Cade, o ilustre indicado retornou à sua atividade na Procuradoria da Fazenda Nacional, passando a ter exercício na Procuradoria da Fazenda Nacional, estando ora licenciado para tratamento de assuntos particulares.

Na advocacia privada, o currículo do Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva consigna as seguintes atividades.

Exerceu consultoria em Direito Empresarial, tendo como principal atividade a elaboração de negociação de contratos de financiamento na Advocacia Aldo Raia, em São Paulo.

Voltando-se para a área do ensino, o nobre indicado exerceu o magistério como professor do Ibmeq, em São Paulo, onde ministrou curso de Direito Empresarial.

Cumpra aqui informar que o Dr. Ricardo Cueva tem publicado diversos trabalhos técnicos especializados, nos quais destacamos a sua tese de doutorado publicado na Alemanha. O nome da tese está escrito em alemão. Eu teria de pedir ao Doutor que fizesse a tradução, porque não sei falar alemão.

Também fazemos referência às seguintes publicações: “Aplicação do Direito Administrativo Sancionador nos Julgados do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional”; “Cooperativas Médicas e Concorrência na Jurisprudência do Cade”; “Cooperativas da Ordem Constitucional”, “Cooperativa e Concorrência do Consumidor”; “Proteção da Propriedade Intelectual” e a “Defesa da Concorrência nas Decisões do Cade”.

Por fim, o nobre indicado encaminhou também a esta Comissão a documentação comprobatória do § 2º do art. 1º, referente à declaração prevista na alínea “c” do inciso II, que diz respeito a certidões negativas emitidas pelo Fisco tributário, no âmbito federal e do Distrito Federal.

O indicado também apresentou argumentação escrita que apresenta razões, pela qual mostra sua experiência profissional, formação técnica, afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendo que a Comissão de Constituição e Justiça tem condições e elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do ilustre Procurador da Fazenda Nacional, que eu, que fui Procurador-Geral durante muitos anos, tive a honra de relatar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Se V. Ex^a concluiu o seu relatório, esta Presidência concede vista, automaticamente, ficando para a próxima reunião de terça-feira a sabatina, a arguição e, de acordo com o Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, a votação.

ITEM 3

– Não terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO CARLOS FERREIRA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, publicado no *Diário do Senado Federal* do dia 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que o processo de escolha de autoridades, nesta Comissão, será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator e nobre representante do povo do Piauí, vizinho do meu querido Ceará, Senador Ciro Nogueira, se for o caso, apresentará as presentes informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório da primeira etapa, será concedida vista coletiva, automaticamente, por esta Presidência. E, na segunda etapa, o indicado será submetido, na próxima terça-feira, à arguição dos membros desta Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Ciro Nogueira, para proferir seu relatório.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, fiquei muito feliz com a possibilidade de relatar a indicação do Dr. Antonio Carlos, pela sua história e pelo seu currículo.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o Ato nº 1, de 2007 – CCJ – e com o art. 101, inciso II, alínea “I”, do Regimento Interno, proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação.

Em observância ao art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o Sr. Antonio Carlos Ferreira encaminhou o seu *curriculum vitae* e as declarações pertinentes, que passamos a resumir.

O indicado nasceu em 10 de março de 1957, em São Paulo, Estado de São Paulo. Bacharelou-se em Direito, em 1981, pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), sendo, atualmente, mestrando em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (Ceub).

Ingressou na Caixa Econômica Federal (CEF), por concurso público, em 1979, instituição em que se tornou Advogado de carreira.

Exerceu, de 1982 a 1986, o cargo de Advogado e, de 1987 a 1989, o de Advogado e Assistente-Chefe na Gerência-Geral da filial São Paulo da CEF.

De 1989 a 1990, foi Advogado e Assistente-Chefe no Gabinete da Superintendência Regional de Campinas da CEF.

De 1991 a 1992, foi Chefe da Divisão de Legislação Aplicada do então Serviço de Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda, tendo, em todo o período, respondido pela Delegacia do Patrimônio da União em São Paulo.

Foi, de 1992 a 1994, Advogado e Assistente na Gerência Operacional de Fundos e Seguros da CEF, onde prestou assessoramento jurídico e administrativo.

Em 1994, atuou como Liquidante da Escola Nacional de Habitação e Poupança (EN-HAP), entidade mantida pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) e agentes financeiros integrantes da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

De 1994 a 1997, foi Advogado-Chefe do Jurídico Regional de Campinas, na jurisdição da antiga Superintendência Regional de Campinas da CEF.

De 1997 a 2000, foi Gerente Executivo Operacional da CEF na Matriz.

De 2000 a 2003, atuou como Advogado – Gerente do Jurídico Regional da CEF no Estado de São Paulo.

De 2003 a 2010, foi Diretor Jurídico da CEF, tendo sido, concomitantemente, a partir de 2005, membro suplente do Conselho Deliberativo da Fundação dos Economistas Federais – Funcef – e, a partir de 2008, Presidente do Conselho da Escola de Advocacia da Universidade Caixa, de que foi fundador.

Em documento constante da presente Mensagem, o indicado explica que sua atuação por mais de 26 anos na CEF, a empresa pública de direito privado com objetivos institucionais de grande abrangência e complexidade, proporcionou-lhe ampla visão e experiências nas esferas do Direito Público e do Direito Privado, especialmente na seara da advocacia consultiva e contenciosa. Ademais, como Diretor Jurídico da instituição prestou assessoramento jurídico direto aos órgãos de gestão superior da empresa e liderou uma equipe integrada por mais de 900 advogados.

Administrativamente, o indicado implantou métodos de gestão do acervo contencioso, em que se destaca a prática permanente da conciliação judicial e da desistência e não interposição de recursos em situações específicas, que permitiram a extinção, em oito anos, de mais de dois milhões de ações.

O indicado participou como presidente, coordenador, debatedor e palestrante em vários congressos no Brasil e no exterior, além de ter integrado missões oficiais da CEF no Japão e na Argentina.

Entre os temas abordados em suas palestras e debates figuram: A Racionalização das Atividades Jurídicas das Entidades da Administração Indireta, Termo de Ajustamento e Ação Civil Pública e Prestação Jurisdicional e Resolução de Lide pela Via de Conciliação.

Em 12 de setembro de 2010, o indicado foi selecionado pelo Pleno do Conselho Federal da OAB, após sessão pública e sabatina para integrar a lista sêxtupla encaminhada ao STJ para preenchimento da vaga de Ministro daquela Corte destinada à Advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. Em 7 de fevereiro de 2011, foi escolhido pelo STJ para integrar a lista tríplice, encaminhada à apreciação da Excelentíssima Presidente da República, para o preenchimento da referida vaga, tendo sido o candidato mais votado, com 28 dos 29 votos.

Finalmente, em 18 de abril de 2011, por meio da Mensagem nº 100 da Excelentíssima Senhora Presidente da República, foi indicado ao Senado Federal, para fins do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, na vaga destinada a Advogado.

No tocante às exigências constantes do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, o indicado apresentou as declarações previstas, informando que não há nem houve

parentes seus exercendo atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

O indicado declarou ainda que não tem participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais e que se encontra em dia com as obrigações fiscais, nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme a respectiva documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

No que respeita à figuração como autor ou réu em ações judiciais em curso, o indicado declara que figura como autor no Mandado de Segurança distribuído à 8ª Vara da Justiça Federal/SP, ora em grau de recurso, tendo sido requerida a desistência da ação, nos termos do disposto pelo art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, aguardando-se ainda a homologação em juízo.

Quanto à atuação nos últimos cinco anos perante juízos e tribunais, o indicado declara que, na condição de Diretor Jurídico da CEF, atuou perante o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho e o STJ e que, em decorrência de suas atribuições, representou judicialmente a CEF em âmbito nacional, cabendo-lhe ainda a outorga de mandato judicial, nos termos previstos no Estatuto da CEF. A propósito, o indicado junta ao documento Certidão de Termos de Posse e Exercício no cargo de Diretor Jurídico, a partir de 25 de fevereiro de 2003, e cópia do Estatuto da CEF, no qual são explicitadas as atribuições do referido cargo nos art. 25 e 30. O indicado declara, ainda, ter sido exonerado a pedido do referido cargo em 10 de agosto de 2010, conforme Ato de Exoneração.

Diante do exposto, entendemos que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Antonio Carlos Ferreira para Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Concluído o relatório do Senador Ciro Nogueira, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a próxima reunião de terça-feira, o processo de arguição e de votação, nos termos do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ.

Vamos passar ao Item 4 da pauta.

Comunico aos Srs. Senadores que ainda há uma matéria terminativa nos próximos itens da pauta. Será votação nominal, por ser terminativa.

ITEM 4

– Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. Sebastião Alves dos Reis Júnior, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Humberto Gomes de Barros.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Aécio Neves.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, em conformidade com o Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, publicado no Diário Oficial do dia 24 de outubro, esta Presidência comunica às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação será feito em duas etapas, da mesma forma como fizemos com os demais que já foram lidos.

Antes de passar a palavra ao Senador Aécio, concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas quero frisar uma norma procedimental. Esses pareceres são previamente distribuídos para nós, Senadores. Desse modo, os Relatores poderiam, em vez de lê-los integralmente, fazer apenas a declaração do seu voto, já que eles não serão objeto de deliberação nesta reunião. Eu sugeriria isso, porque economizaríamos muito tempo e teríamos mais tempo para debater as matérias em tramitação nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como o voto na arguição é secreto, como não há revelação de voto, o Relator tem o direito de proclamar seu voto da forma como lhe convier. Cabe a este Plenário apenas a aprovação ou não do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu o farei da forma mais sucinta possível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão a indicação, pela Sr^a Presidente da República, do Sr. Sebastião Alves dos Reis Júnior, para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Humberto Gomes de Barros.

De acordo com o art. 104 da Constituição Federal, os Ministros do STJ são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de 35 anos e com menos de 75 anos, de notável saber jurídico e de reputação ilibada, depois de aprovada a escolha

pela maioria absoluta do Senado, sendo um terço da Corte composto em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Distrito Federal e Territórios, indicados na forma do art 94 da mesma Carta.

Conforme as normas mencionadas, a mensagem presidencial deve vir sempre acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu currículo, tal como devem ser registradas as atividades profissionais exercidas pelo indicado e os respectivos períodos, além de relação de eventuais publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas.

O indicado deve ainda apresentar declaração que informe sobre a existência ou não de parentes seus que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos; eventual participação do indicado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos; sua situação junto à Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal; existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual e dos juízes de Tribunais perante os quais tenha atuado nos últimos cinco anos. Por fim, o indicado deve apresentar sucinta argumentação escrita, na qual demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício dessa atividade.

Em face dessas exigências, o Dr. Sebastião Alves dos Reis Júnior remeteu a esta Comissão seu *curriculum vitae*, breve apresentação escrita, certidão negativa de débitos referentes a tributos de competência do Distrito Federal e certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União.

O indicado encaminhou também declaração na qual informa que sua esposa exerce a advocacia desde julho de 1986 e que seu cunhado é procurador autárquico desde julho de 1995, atualmente lotado no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Foi sócio de Trindade e Reis Consultores e Advogados Associados nos períodos de 10/11/1997 a 20/02/2003 e de 25/09/2009 até a presente data. Sua situação fiscal é regular. É autor de ação de execução de sentença contra o Grupo Ok Construções e Incorporações S/A, em curso na 8ª Vara Cível de Brasília. Atuou, nos últimos cinco anos, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao STJ, ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, a diversos juízes de primeira instância do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, à 15ª Vara

Cível em Natal e ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

Da apresentação escrita e do *curriculum vitae*, extraímos que o Dr. Sebastião Alves dos Reis Júnior nasceu em Belo Horizonte, em 4 de janeiro de 1965, graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília em 1986 e obteve, em 2004, o título de especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. No plano profissional, sempre atuando na advocacia, exerceu funções em vários escritórios que aqui elenca. Exerceu ainda funções públicas na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República como Coordenador Geral na Empresa Brasileira de Comunicações – Radiobras; como chefe da Assessoria Jurídica no Ministério da Integração Nacional, como consultor jurídico e assessor especial. Durante sua passagem por aquele Ministério, atuou em inúmeros projetos como a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, a estruturação do projeto de integração da bacia do São Francisco e das bacias no Norte setentrional, além de outros projetos. O indicado foi também membro da Comissão de Prerrogativas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ante o exposto, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, entendemos que, hoje, todos nós temos informações suficientes e elementos necessários para deliberar sobre a presente indicação para o Superior Tribunal de Justiça, com o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Após a leitura do parecer favorável do Senador Aécio Neves à indicação para Ministro do Superior Tribunal de Justiça do Dr. Sebastião Alves dos Reis Júnior, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a próxima reunião de terça-feira o processo de arguição do candidato, nos termos do Ato nº1, de 2007 desta CCJ.

Passamos ao próximo item da pauta.

ITEM 5

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2008

Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais.

Autoria: Senador Lobão Filho.

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2008

Regulamenta o dano moral e a sua reparação.

Autoria: Senador Valter Pereira.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: pela rejeição dos Projetos.

Observações: – *Votação Nominal.*

– *Em 13/04/11, foi concedida vista ao Senador Pedro Simon, nos termos regimentais.*

Consulto o Senador Pedro Simon sobre eventual manifestação decorrente do seu pedido de vista. S. Ex^a não está presente.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que já proferiu o relatório.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse projeto, com todo respeito, é inconstitucional, ao estabelecer valor para indenização. Ele ofende o princípio da inafastabilidade jurisdicional. Fiz um relatório em cima disso, mas vou dispensar sua leitura. Entendo ser inconstitucional, ao limitar o valor da indenização.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A votação deste Projeto será nominal, pois se trata de matéria terminativa.

Quem vota com o Relator vota “Não”. O parecer do Relator é pela rejeição do Projeto, na forma apresentada pelo Senador Alvaro Dias, cujo relatório já foi lido neste plenário. Os que votam pela rejeição votam com o Relator e votam “Não”.

Consulto o Senador José Pimentel: como vota V. Ex^a?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, voto com o Relator, voto “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, vota “Não”.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto com o ilustre Senador Alvaro Dias: “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Magno Malta? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Voto com o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “Não”, com o Relator.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “Não”, com o Relator.

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Acompanho o voto do Senador Alvaro Dias, votando “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto com meu ilustre Líder, o Relator Alvaro Dias. Voto “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “Não”, com o Relator.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator: “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não”, com o Relator.

Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Sr. Presidente: “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não”, com o Relator.

Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente: “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto do Senador Alvaro Dias é conhecido.

Todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras votaram? *(Pausa.)*

Rejeitados os Projetos – o projeto estava apenas a outro projeto –, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

ITEM 6

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2010

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, Lei da Introdução ao Código Civil.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.
(Pausa.)

Estando ausente S. Ex^a, o Projeto fica retirado de pauta.

ITEM 8

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária, bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira e industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Observações: – *Em 27/04/2011, foi concedida vista aos Senadores José Pimentel e Lobão Filho, nos termos regimentais.*

– *A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e será apreciada posteriormente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.*

Consulto aos Srs. Senadores José Pimentel e Lobão Filho sobre eventual manifestação decorrente de seus pedidos de vista.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, não vou apresentar voto em separado, vou acompanhar o Sr. Relator Flexa Ribeiro, pela análise que faz do projeto, e votar com o Senador Garibaldi Alves.

Esse projeto corrige uma falha que havia na legislação anteriormente aprovada aqui, que foi objeto de veto. Agora, ele fez uma separação muito clara entre a pesca artesanal e a pesca industrial, entre vínculo empregatício e parceria.

Portanto, o projeto está correto, além de ter total acolhimento pelos setores da pesca no Brasil. O nosso hoje Ministro da Previdência, juntamente com o Ministro da Pesca e da Aquicultura, terminou de homologar o Cadastro Nacional dos Pescadores do Brasil, com mais de 950 mil pescadores. E esse público, seja para receber o seguro-desemprego pago pelo Ministério do Trabalho, seja para receber os benefícios previdenciários, não precisará trazer mais nenhum documento. Essa homologação aconteceu no último dia 27 de abril, e esse projeto de lei vem fortalecer esses atos conjuntos entre o Ministério da Pesca, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto é com o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela importância do projeto, mesmo na ausência do nobre Relator, que já distribuiu, preferiu

e leu o seu relatório favorável nesta Comissão, e não sendo a matéria terminativa aqui – é terminativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária –, submeto à matéria à apreciação dos Srs. Senadores.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a matéria.

O relatório passa a constituir o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para decisão terminativa.

Está terminada a pauta ordinária, tendo em vista que, em relação ao Item 6, está ausente o Senador Requião e que, em relação ao Item 7, está ausente o Senador Suplicy – portanto, foram retirados de pauta os projetos.

Passo à apreciação dos itens extrapauta.

Item 1 extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2011

– Não terminativo -

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região da Paraíba e dá outras providências.

O Senador Vital do Rêgo, Relator, já proferiu seu voto e pediu, por motivo de força maior, já que está presidindo outra Comissão agora, que eu designasse, em plenário, outro Relator.

Designo o Senador Luiz Henrique da Silveira como Relator *ad hoc*.

Senador Luiz Henrique, V. Ex^a tem o relatório, que foi distribuído, e a palavra.

V. Ex^a, se concordar, poderá ler ou modificar o relatório, que será submetido à votação no plenário desta Comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, dentro da minha proposta de tornar mais ágeis os trabalhos desta Comissão, como os pareceres se encontram em mão de todos os Srs. Senadores, vou apenas me referir às questões fundamentais do Projeto.

O Projeto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem o objetivo de alterar a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, dos atuais oito juízes para dez juízes, mediante a criação dos cargos correspondentes.

Assinala o ilustre Relator, Senador Vital do Rêgo, que a pretensão do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região é modesta. Porquanto, propõe a criação de dois cargos de Juiz de Segundo Grau, sem as correspondentes assessorias que dariam suporte estrutural

ao funcionamento dos dois gabinetes que serão criados, o que será suprido mediante reforma administrativa interna, sem aumento de despesa e sem criação de novos cargos.

Diante dessa relevância, opino pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Obviamente, vou conceder a palavra, de ofício, ao Senador Cícero Lucena, que é um bravo representante do Estado da Paraíba e que tem muito interesse nessa matéria.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço, em meu nome e em nome de toda a Paraíba, não somente ao Senador Vital, mas também ao Relator *ad hoc*, Senador Luiz Henrique pelo relatório.

Ressalto o quanto é importante essa ampliação do Tribunal em nosso Estado. Eu mesmo, como Senador, dentro das emendas individuais do Orçamento deste ano, já apresentei parte dos recursos necessários para a ampliação daquela estrutura, do fórum daquela cidade.

Então, quero agradecer a todos os que estão colaborando com esse feito

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco a matéria em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto, com a participação do Senador Cícero Lucena.

A matéria vai ao plenário.

Item 2 extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região do Estado do Piauí e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

Concedo a palavra ao Senador Ciro Nogueira, para proferir o seu parecer.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PMDB – PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

Seguindo as orientações do nosso querido Líder Luiz Henrique, serei o mais sucinto possível.

A proposição, Sr. Presidente, cria três Varas da Justiça do Trabalho no interior do Estado do Piauí, nos Municípios de Uruçuí, de Bom Jesus e de Valença do Piauí. Para atender as novas Varas, a proposição cria três cargos de Juiz do Trabalho, além de três cargos comissionados e quinze funções comissionadas.

A justificativa do projeto aponta para a necessidade de aumentar o número de Varas do Trabalho no interior do Piauí, em razão da sua grande extensão territorial, do seu crescimento econômico da região e do crescente aumento da demanda processual, o que tem dificultado o acesso ao Judiciário.

Para uma rápida análise, Sr. Presidente, quanto à exigência contida no art. 80 da citada lei da presente proposição, por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela decisão daquele Colegiado, que acolheu parecer de mérito do Anteprojeto nº 2009/0001559-1.

A disposição do projeto não entra em conflito com outras normas do nosso ordenamento jurídico, do que podemos concluir pela juridicidade.

Com respeito à análise de regimentalidade do projeto, registramos que há ausência de obstáculos ao surgimento da sua tramitação.

O mérito da proposição é inegável. A Justiça do Trabalho do Estado do Piauí deve ter condições de atender o crescente número de demandas trabalhistas registradas na região. A criação de três novas Varas da Justiça do Trabalho no interior do Estado do Piauí concorre para que a Justiça trabalhista se torne mais acessível à população, o que deve contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional no âmbito do TRT da 22ª Região.

VOTO

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2011; e no mérito, pela sua aprovação.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão o relatório favorável do Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, este passa a constituir o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Item 3 extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2011

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para proferir o seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei visa a ampliar a composição do TRT da 4ª Região de 36 juízes para 48 juízes.

O Projeto é constitucional e legal. De acordo com o seu art. 4º, as despesas decorrentes da aplicação dessa lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no Orçamento Geral da União.

O Parecer do Conselho Nacional de Justiça, que acompanha o projeto, assinala que a criação de novas vagas se apresenta dentro dos limites orçamentários em todos os estudos de viabilidade feitos pelo Comitê Técnico de Apoio.

Ressalta que o número de casos requeridos, tanto de juízes como de servidores, está aquém do pleito formulado originalmente pela Corte, mas já permite melhora substancial na prestação jurisdicional.

Diante do exposto, como o parecer, na sua íntegra, está em mão dos Srs. Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão, opino pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O relatório do Senador Luiz Henrique é favorável.

Em discussão o parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2011. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

“Requeiro, em aditivo ao Requerimento nº 15, de 2011, desta CCJ, já aprovado, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas regionais desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para debater no

âmbito da Reforma Política maior participação da mulher nos cargos eletivos, a serem realizadas em Porto Alegre e em Belém do Pará.

Sala das Comissões, Senadora Marta Suplicy.”

É um aditivo a um requerimento já aprovado.

Em discussão o Requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento de autoria da Senadora Marta Suplicy.

Sobre a mesa, há outro requerimento que passo a ler:

“Requeiro a esta Comissão realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para que, no cumprimento de sua atividade constitucional e de fiscalização, convide o Presidente da Anatel, Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, e o seu Procurador-Geral, Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobai-ka; o Procurador do Ministério Público da União, junto ao TCU, Dr. Marinus Marsico, bem como solicite, nos termos do art. 90 do Regimento Interno, no seu inciso V, o depoimento do Sr. Antônio Domingos Bedran, ex-Procurador daquele órgão, e da Sr^a Flávia Lefèvre, ex-conselheira daquela Agência, para prestarem esclarecimentos a respeito dos bens de propriedade da União, móveis e terrenos que, por força de contratos de privatização das empresas de telecomunicações, foram cedidos para as empresas privadas, com cláusula de reversibilidade, ao final dos respectivos contratos.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo a reportagem da TV Band, nos dias 4, 5 e 6 de abril, está havendo negligência por parte daquele órgão de fiscalização, permitindo que empresas privadas se apropriem do referido patrimônio. Esse fato gera prejuízos para os cofres públicos em função do alto valor dos referidos imóveis. De acordo com as reportagens, uma empresa privada teria oferecido a penhora desses bens imóveis para garantir pagamento de dívida para com o Estado de Goiás.

A Lei Geral de Telecomunicações (LGT) determina que os contratos assinados com as concessionárias privadas indiquem todos os bens reversíveis à União. Segundo a ex-Conselheira da própria Agência, que hoje é advogada da Associação Nacional dos Direitos do Consumidor – Pro Teste, a Anatel não cumpriu a lei.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle já aprovou a realização da referida audiência pública. Entretanto, cumpre registrar, que está em tramitação, nesta Comissão de

Constituição e Justiça, o PLS nº 53, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que trata dos contratos públicos oriundos de telecomunicações e pretende findar com o instituto da reversibilidade utilizado nos respectivos contratos.

Dessa forma, torna-se imprescindível, inclusive para instrução da matéria citada, a participação desta Comissão na referida audiência pública.

Sala de reuniões, Senador Pedro Taques.”

Concedo ao Senador Pedro Taques a palavra, se dela quiser fazer uso, para defender seu requerimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse requerimento foi feito não só com base numa reportagem da TV Bandeirantes, mas analisei um dos processos e entendi por bem, na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, solicitar a oitiva dessas pessoas aí elencadas, dessas autoridades.

No entanto, analisando os projetos que se encontram na CCJ, vemos que há esse projeto de lei de autoria do Senador Flexa Ribeiro que modifica o sistema de bens reversíveis. Sabemos que a Lei Geral de Telecomunicações determina que os contratos de concessão estabeleçam a necessidade de reversibilidade desses bens. Entendi, salvo melhor juízo desta Comissão, a pertinência temática entre o que está sendo debatido na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e esse projeto do Senador Flexa Ribeiro.

De antemão, digo que li o projeto. Não concordo com alguns dos seus pontos, mas entendo que existe uma pertinência temática. Daí, salvo melhor juízo desta Comissão, essa audiência seria necessária.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão o requerimento de autoria do Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permanecem sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de autoria do Senador Pedro Taques.

Antes de encerrar a reunião, convoco as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores para a arguição dos indicados para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na próxima terça-feira. E, na quarta-feira, haverá basicamente matéria única na pauta, para discussão do trâmite das medidas provisórias nesta Casa.

Agradeço a todos a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 50 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e quarenta minutos do dia dez de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta e Marcelo Crivella. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Nilson Vital Naves. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Votação Secreta. Em 04/05/2011, foi concedida vista coletiva automaticamente, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a advogado, com dezenove (19) votos favoráveis, dois (2) votos contrários e uma (1) abstenção. ITEM 2) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2011** Submete à apreciação do Sena-

do Federal a indicação do Senhor ANTONIO CARLOS FERREIRA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Votação Secreta. Em 04/05/2011, foi concedida vista coletiva automaticamente, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. ANTONIO CARLOS FERREIRA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a advogado, com dezesseis (16) votos favoráveis, cinco (5) votos contrários e uma (1) abstenção. ITEM 3) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Humberto Gomes de Barros. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Votação Secreta. Em 04/05/2011, foi concedida vista coletiva automaticamente, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a advogado, com dezoito (18) votos favoráveis e quatro (4) votos contrários.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens de nºs 1 a 3 da pauta.

Antes, queria registrar a presença da Ministra Eliana Calmon Alves, Corregedora Nacional de Justiça e Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ); também registrar a presença do Ministro Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, Corregedor-Geral da Justiça Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; a presença do Dr. Francisco Queiroz Caputo Neto, Presidente da Seccional da OAB do Distrito Federal; a presença do Dr. Marcus Vinícius Coelho, Secretário-Geral da OAB-Brasil; as presenças do ex-Ministro Fernando Neves da Silva, Presidente do IBRAD e ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a do Subprocurador-Geral da República.

Item 1:

MENSAGEM Nº 62, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Nilson Vital Neves.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador Francisco Dornelles.

O relatório tem votação secreta.

Item 2:

MENSAGEM Nº 63, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Antonio Carlos Ferreira para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador Ciro Nogueira.

Em votação secreta.

Item 3:

MENSAGEM Nº 64, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. Sebastião Alves dos Reis Júnior para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça em vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Humberto Gomes de Barros.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador Aécio Neves.

Em votação secreta.

Em 04/05/2011 foram apresentados os Relatórios dos Senadores Francisco Dornelles, Ciro Nogueira e Aécio Neves, e concedida vista automaticamente, conforme dispõe o art. 2º, letra "a", §§ 1º e 2º do Ato nº 01, de 2010, desta CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.

A Presidência, baseada no Ato nº 01, concedeu automaticamente vista coletiva na reunião passada.

Na presente reunião procederemos à arguição dos indicados, em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta CCJ. E eu convido os Srs. Senadores Renan Calheiros, Vital do Rêgo e Aécio Neves, para conduzirem os Srs. Ricardo Villas Bôas Cueva, Antonio Carlos Ferreira e Sebastião Alves dos Reis Júnior ao recinto desta reunião e a esta Mesa.

Quero também saudar e agradecer a presença do Ministro João Otávio Noronha, do STJ, que está aqui conosco, nesta manhã.

Quero agradecer, em nome desta comissão, a presença tão ilustre de V. Ex^{as}, que vêm aqui hoje, numa demonstração de apoio aos indicados para Ministro do STJ, Superior Tribunal de Justiça.

Esta Presidência gostaria de convidar para compor a Mesa a Ministra Corregedora Eliana Calmon Alves.

Tendo em vista que V. Ex^a tem agora uma reunião no STJ e pediu vênua para não estar presente até o final da reunião, convido para compor a Mesa, em nome dos demais Ministros, o Ministro Francisco Cândido de Melo Falcão. V. Ex^a, por favor.

Convido as autoridades para tomarem assento na quarta bancada, que seria destinada aos Srs. Senadores. Convido-as para tomarem assento na quarta bancada, na reunião desta manhã.

Pela ordem de chegada dos processos e pela leitura das relatorias, concedo a palavra...

Antes, eu queria ordenar os trabalhos com os Srs. Senadores, fazendo aqui um entendimento regimental. Se os senhores concordarem, nós ouviremos os três indicados a Ministro; em seguida, depois que os três fizerem suas apresentações, nós abriremos, por ordem de inscrição, por cinco minutos, o questionamento para cada Senador. E, a cada bloco de seis perguntas ou de seis questionamentos de Senadores, se os senhores concordarem, daremos a palavra aos candidatos a Ministro, aos indicados a Ministro, para que possam responder. Ou, se eles desejarem, poderão responder individualmente a cada pergunta.

Mas, para que possamos ordenar os trabalhos, para que possamos dar celeridade, para que não se

perca tempo, para que, no final de todos os questionamentos, possamos fazer as arguições, a Mesa entende que devemos combinar que, a cada seis inscrições feitas pelos Srs. Senadores, devemos dar a palavra aos Srs. Ministros, na mesma ordem que serão feitas as apresentações. Todos concordam?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Excelência. Cinco minutos para cada Senador ou para cada indicado a Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os senhores poderão fazer as apresentações. Serão feitas antecipadamente. Os três farão as apresentações antes da arguição. Então, V. Ex^a poderá usar a palavra por cinco minutos. Obviamente que a Mesa terá condescendência com V. Ex^a, é apenas para ordenar os trabalhos. V. Ex^a poderá arguir, fazer quantas perguntas queira aos três, já que eles terão feito suas apresentações antecipadamente.

Combinado assim? Todos estão de acordo? (Pausa.)

Assim será feito.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Villas Bôas Cueva para a sua exposição. Peço a compreensão dos senhores. Esta Mesa terá a condescendência de, se necessário, dar maior tempo aos senhores. Mas queremos estabelecer o máximo de trinta minutos para cada um dos senhores.

Então, V. S^a tem a palavra por até trinta minutos.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – Muito obrigado. Exm^o Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, a quem não posso deixar de agradecer pela fidalguia com que nos recebeu a todos, assim como pela presteza em atender ao pedido do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Ari Pargendler, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Exm^{os} Srs. Senadores, Exm^{os} Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Ministra Eliana Calmon, Ministro João Otávio de Noronha, Ministro Francisco Falcão, Exm^o Sr. Secretário-Geral da OAB, que se encontra aqui presente, assim como o Presidente da OAB do Distrito Federal, demais autoridades presentes, amigos, amigas, é uma honra voltar a esta alta Casa legislativa para mais uma sabatina.

As duas primeiras sabatinas que experimentei foram por ocasião de minha indicação para o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, quando fui sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Após cuidadoso escrutínio de seus membros, tive a honra de ser aprovado não apenas por eles, como também pelo Plenário do Senado nessas duas ocasiões.

No Cade, que é o órgão administrativo judicante incumbido da relevante missão constitucional de reprimi-

mir assim como prevenir o abuso do poder econômico, servi dois mandatos consecutivos como conselheiro e tive a honra de participar de alguns dos mais relevantes julgamentos administrativos atinentes ao direito antitruste no Brasil e de ver como essa Agência, em pouco tempo – nós falamos de uma lei que foi editada em 1994, que deu os modernos contornos ao direito antitruste no Brasil –, granjeou o respeito e mesmo a deferência do Poder Judiciário. Nesse período em que estive lá, alguns dos casos julgados foram levados à barra dos tribunais e quase todos eles tiveram aprovação, confirmação da plena legalidade com que foi efetuado o julgamento.

Ao mesmo tempo, nesse mesmo período, tive a honra de ser vice-presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, que é o órgão encarregado de gerir os recursos provenientes das multas aplicadas em ações civis públicas, em infrações antitruste ou infrações ao direito do consumidor, e que tem por finalidade aplicar esses recursos para a reconstituição do patrimônio histórico, paisagístico, ambiental. E lá pude perceber quão difícil é a função de aplicar esses recursos, muitas vezes a pedido de entidades não governamentais que não têm sequer um cadastro ou um histórico conhecido.

Imediatamente antes desse período, tive a rara oportunidade de participar, como representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, que é um órgão judicante administrativo com composição paritária, vinculado ao Ministério da Fazenda, incumbido de julgar os recursos de penalidades aplicadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Fundamentalmente, antes disso, por quase toda a minha vida, além da advocacia privada, tenho sido advogado público. Imediatamente após formado, fui procurador do Estado de São Paulo, concursado, por dois anos, e exerci a função, na Procuradoria Judicial do Estado, encarregado por ações de responsabilidade civil do Estado. Dois anos depois, também concursado, ingressei na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que, logo em seguida, em 1988, assumiu a enorme atribuição de representar a União em juízo em matéria tributária, e fui testemunha direta da enorme modificação que se operou em uma carreira que, então, contava com cerca de 140 membros no País todo e, hoje, conta com cerca de 2.200 procuradores.

Ou seja, nesses mais de vinte anos de Constituição, houve uma significativa e profunda alteração no papel, na significação, na profundidade da atuação da advocacia pública em geral, que se sofisticou, se aparelhou e teve que acompanhar a enorme revolução ocorrida, nesse período, no direito público e no núme-

ro e na importância das demandas que começaram a tomar conta do Judiciário, que também sofreu, nesse período, uma modificação significativa.

De fato, com a nova Constituição, a cidadania ganhou novos foros e passou a expressar-se com muito mais verdade. As demandas judiciais se multiplicaram, o Poder Judiciário teve também que se expandir significativamente para atender essas demandas, e algumas questões ganharam relevo fundamental. Por exemplo: a partir de 1988, fala-se muito do princípio do devido processo legal, tanto na esfera judicial como administrativa, e tanto na dimensão formal como na dimensão material. Na dimensão material, como todos sabem, o devido processo legal significa que o processo deve ter uma duração razoável. Não é sem razão que esta Casa Legislativa iniciou, pela reforma do Judiciário, uma transformação profunda que tende a se espalhar no tempo e tende a produzir efeitos significativos no período de tramitação dos processos judiciais.

Além disso, os códigos que tiveram início também nessa Alta Câmara prometem produzir resultados muito significativos, tanto na redução de demandas como na redução de prazos e julgamentos de recursos, como na maneira como o Judiciário tenderá a encarar a celeridade da prestação jurisdicional.

O STJ, nesse período pós-Constituição de 1988, como criação dela, desanuviou, ao mesmo tempo, o Supremo, abraçando algumas das competências que pertenciam ao Supremo Tribunal Federal, e passou, com razão, a ser conhecido como o Tribunal da Cidadania, porque sua existência coincide exatamente com a legislação que, de algum modo, deu voz aos direitos difusos e a novos instrumentos de tutela da cidadania em geral, assim como a ação civil pública e as reformas do processo civil, que ampliaram o alcance e a importância de algumas dessas inovações do direito material no nosso ordenamento, como o Direito do Consumidor e o próprio Direito Antitruste.

O STJ é o Tribunal da Federação porque a ele compete uniformizar a jurisprudência acerca da lei federal, e, portanto, diferentemente dos tribunais ordinários ou dos tribunais de apelação, é o Tribunal que não reexamina prova, analisa apenas a questão jurídica, com papel relevantíssimo de afirmar o que seja o Direito em todo o território nacional. Se aprovado por V. Ex^{as} e pelo Plenário desta Casa, procurarei obedecer, fielmente, os mandamentos constitucionais e legais que definem a natureza e o alcance da competência do STJ, com o intuito de contribuir para a realização da Justiça.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Sr. Antonio Carlos Ferreira para sua exposição por até trinta minutos.

Antes porém, quero registrar aqui também a presença do Dr. Juarez Estevam Xavier Tavares, que é Subprocurador-Geral da República e que está nos prestigiando aqui, nesta manhã.

Com a palavra S. Ex^a Dr. Antonio Carlos Ferreira para sua exposição por até trinta minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira; Sr. Relator, Senador Ciro Nogueira, que muito me honra, pela relatoria de minha indicação; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; Sr^{as} Deputadas Federais e Srs. Deputados Federais presentes a esta reunião; Sr^{as} e Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça; Ministra Eliana Calmon, Corregedora-Nacional de Justiça; Ministro Francisco Falcão, Corregedor-Geral da Justiça Federal; Ministro Otávio Noronha, que nos honram com o prestígio de suas presenças; Sr. Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho; Dr. Francisco Caputo Bastos, Presidente da Seccional da OAB do Distrito Federal; demais autoridades; imprensa presente; senhoras e senhores; servidores do Senado; colegas da Caixa, os quais me permito cumprimentar na pessoa do Dr. Carlos Castro, Presidente da Advocéf – Associação Nacional dos Advogados da Caixa; estimados amigos; meus companheiros dessa jornada que se iniciou em agosto do ano passado, Drs. Sebastião dos Reis Junior e Ricardo Villas Bôas Cueva; minha esposa Edna, minha companheira há mais de trinta anos; agradeço a presença de todos e a todos aqueles que acompanham esta reunião pelo Brasil.

Uma saudação especial e fraterna à comunidade jurídica nacional, particularmente às advogadas e aos advogados. Meus agradecimentos.

Saúdo o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, que, com sabedoria e dedicação ímpar, integrou o Superior Tribunal de Justiça pelo Quinto Constitucional na vaga do Ministério Público; vaga agora destinada aos advogados e para a qual tenho a honra de ter sido indicado.

Com a humildade que marca e que sempre marcou toda a minha vida, mas com muita honra, venho à presença de V. Ex^{as} submeter-me a essa arguição, com a intenção de responder a indagações a propósito de temas que envolvem o Direito, a Justiça, especialmente o Superior Tribunal de Justiça, sobre minha vida pessoal e profissional, sobre os temas que possam ser de interesse dos ilustres Senadores e Senadores.

Início minha apresentação com uma análise muito breve da história e do papel do Superior Tribunal de Justiça.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 redefiniu completamente a estrutura do Poder Judiciário. Como resultado de profundos estudos e debates nos meios forenses, visando a resolver a crise no Supremo Tribunal Federal, que se encontrava abarrotado de processos, a Assembleia Constituinte criou o Superior Tribunal de Justiça. Esta, certamente, foi a inovação mais importante no âmbito do Poder Judiciário, pois transferiu do Supremo Tribunal Federal para a nova Corte o exame de toda a matéria infraconstitucional. De outra parte, era extinto o Tribunal Federal de Recursos, transferindo suas funções ordinárias aos cinco tribunais regionais federais também criados.

O Superior Tribunal de Justiça assumiu, pois, ampla competência originária e recursal. Como afirma o Professor Arruda Alvim, o Superior Tribunal de Justiça exerce a função de resguardo do direito federal infraconstitucional. Sua função representa a culminância e o fim da atividade judicante em relação à inteligência de todo o direito federal de caráter infraconstitucional.

No plano processual, está encarregado de julgar, precipuamente, os recursos especiais e recursos de estrito direito de fundamentação vinculada.

No plano da hierarquia jurisdicional, representa a uniformidade interpretativa do Direito federal. No plano dos resultados, representa a pacificação, o encerramento, o final do desacordo interpretativo das leis pelos 27 Tribunais de Justiça e pelos cinco Tribunais Regionais Federais. No plano político, exerce o poder de fazer valer a vontade política do Parlamento, interpretando e dando cumprimento às normas legais e constitucionais, em sintonia com os valores fundamentais da ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito.

Não posso deixar de mencionar o exercício do poder jurisdicional do tribunal para consolidação dos direitos conferidos abstratamente pelas leis, tais como saúde, previdência social, assistência social, educação, trabalho, etc.

Esse é o plano social.

A denominação de tribunal da cidadania decorre da sua condição de tribunal de referência, no que concerne à prestação jurisdicional com qualidade, rapidez e efetividade.

Por tudo, revela-se o STJ como essencial à democracia, à igualdade entre as regiões e à preservação da unidade federativa.

Sr. Presidente, feitas essas observações sobre o STJ, devo fazer uma rápida descrição dos meus passos até chegar aqui.

Construí a minha vida, ao lado de minha família, ao mesmo tempo em que o Brasil reconstruía a sua, ao tempo em que a Nação reconquistava a democracia, a liberdade e consolidava as suas instituições.

Já como advogado, vi chegar ao fim o período de exceção, graças à luta estoica do povo brasileiro. Assisti à instauração de uma Assembleia Nacional Constituinte, a reconstrução do Estado Democrático de Direito e sua afirmação pelos direitos sociais e pela igualdade.

Desenvolvi minha carreira como advogado na Caixa Econômica Federal, que é uma instituição profundamente vinculada às mais legítimas aspirações da população brasileira e que desempenhou, e desempenha, papel relevante nas transformações para melhor ocorridas no País, como agente fomentador de várias políticas públicas.

Nesses 32 anos na Caixa, trabalhei intensamente e dediquei os meus melhores esforços na defesa dos interesses da instituição e do interesse público, na busca pelo Direito, na solução das questões jurídicas, no esforço pela redução da litigiosidade, enfim, no labor cotidiano que absorve os advogados.

Renunciei a outras pretensões, mas não me arrependo. Chego a este momento com o sentimento do dever verdadeiramente cumprido como advogado e como cidadão, e estou feliz por isso. Valeu o esforço de minha parcela de contribuição para a construção de um futuro melhor para o nosso País, mas resta muito ainda por fazer, visando à consolidação de um Brasil socialmente desenvolvido.

A minha experiência na Caixa, especialmente nos últimos oito anos, quando ocupei o extenuante cargo de Diretor Jurídico da instituição, foi no sentido da pacificação dos conflitos, procurando encerrar demandas judiciais que oneravam as partes e a sociedade como um todo, promovendo conciliações, reconhecendo direitos, cumprindo espontaneamente decisões judiciais, desistindo e não interpondo recursos, deixando de ajuizar ações, medidas que implicaram a extinção de mais de dois milhões de processos judiciais.

Trago isso como a mais importante referência profissional que tenho a lhes apresentar, para a qual contei com a dedicação, desde a primeira hora, de todos os advogados e advogadas, e empregados e empregadas da Caixa. Acima de tudo, é um triunfo do interesse público e da justiça.

A meu ver, o Poder Judiciário deve ser a última instância, a última *ratio*, não a primeira, servindo apenas aos casos em que não exista solução extrajudicial.

Com o propósito de servir ao nosso País numa missão mais relevante e abrangente, apresentei-me ao escrutínio do Conselho Federal da Ordem dos

Advogados do Brasil; depois, do Superior Tribunal de Justiça; e, em seguida, à indicação da Excelentíssima Senhora Presidenta da República. Com a mesma disposição, ofereço-me à avaliação das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

Durante esse processo de escolha pelo quinto constitucional, que se iniciou em agosto do ano passado, senti renovado em mim o compromisso que assumi junto à Ordem dos Advogados do Brasil, quando, em julho de 1983, recebi minha carteira de identidade de advogado.

Quando o advogado recebe a identidade profissional, assume o compromisso solene de exercer a advocacia com dignidade e independência, de observar a ética, os deveres e prerrogativas profissionais e de defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático, os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, a rápida administração da Justiça e o aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.

Sempre pautei minha vida pessoal e profissional por esses princípios e por esses valores, os mesmos que levarei ao Superior Tribunal de Justiça, caso o egrégio Senado Federal me honrar com a aprovação de minha indicação.

Agradeço a todos os presentes, agradeço à minha família, que tem sido o meu pilar, meu melhor abrigo nesses anos todos. Obrigado.

Obrigado, Sr^{as} Senadoras, obrigado, Srs. Senadores. Espero estar à altura desse momento, e fico à disposição de V. Ex^{as} para a arguição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Convido a senhora do Dr. Antonio Carlos Ferreira para tomar assento na quarta bancada onde se encontram as autoridades.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Sebastião, gostaria de registrar, com prazer, a presença do Dr. Eduardo Sabo, ex-Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Sebastião Alves dos Reis Júnior para a sua exposição, por até 30 minutos.

V. S^a tem a palavra.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Exm^o Sr. Presidente desta CCJ, Senador Eunício Oliveria; Exm^o Sr. Senador Aécio Neves, a quem agradeço as palavras a mim dedicadas por ocasião do seu parecer; Sr^{as} e Srs. Senadores; Exm^{os} Ministros Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Francisco Falcão, Fernando Neves, meu Presidente Francisco Caputo e Dr. Marcus Vinicius Coelho, Secretario do Conselho Federal da Ordem; amigos e familiares presentes;

senhoras e senhores jornalistas, sou mineiro, de Belo Horizonte, aonde vivi até os meus 15 anos de idade, quando me mudei para Brasília em razão da vinda do meu saudoso pai para compor o extinto Tribunal Federal de Recursos.

Aqui nesta cidade, que adotei como minha, presentei o vestibular e me formei em Direito, pela UnB, em 1986, aos 21 anos.

Minha vida profissional iniciou-se no escritório de advocacia do Ministro José Luiz Clerot. Com a ida dele para o Superior Tribunal Militar, resolvi abrir o meu próprio escritório. Fui advogado da campanha nacional de saúde mental, órgão do Ministério da Saúde, das Centrais Elétricas Norte do Brasil, da Radiobrás e consultor jurídico do Ministério da Integração Nacional.

Chego aqui após um longo processo de escolha, com quatro importantes filtros: o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Superior Tribunal de Justiça, o Poder Executivo e, por fim, o Senado da República, por meio desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e do Plenário desta Casa.

Todas as etapas são igualmente importantes e significativas em um processo que, em que pesem as críticas existentes, torna efetiva a participação e controle por parte dos diversos segmentos da sociedade.

Tenho orgulho de chegar ao Tribunal Superior de Justiça, se aprovado por esta Casa, em um momento tão importante de sua história. Um Tribunal reconhecido como guardião do ordenamento jurídico federal e que, segundo o professor e jurista Sálvio de Figueiredo, tem como sua finalidade precípua a defesa do direito federal e a unificação de sua jurisprudência.

Uma prova efetiva da importância do Tribunal Superior de Justiça, no exercício do seu papel constitucional, é o atual momento efervescente que ele passa, com exames de matéria, muitas em recursos repetitivos, que cuidam de assuntos tão díspares, como financiamento estudantil, depósito prévio em recurso administrativo, princípio da insignificância no processo penal, ação revisional de cláusula de contrato mútuo bancário, prisão civil de depositário infiel, auxílio creche, correção monetária, capitalização de juros e outras tantas.

Na verdade, essa diversidade de questões demonstra a importância deste Tribunal para a vida do cidadão comum. Questões consideradas de menor importância, como locação e penhorabilidade de bem de família, pequenos furtos, pensão alimentícia, guarda de filhos, mas que afetam diretamente o nosso dia a dia não são só apreciadas pelo Superior Tribunal de Justiça como tem por ele a sua melhor interpretação fixada. Não se descuida o Tribunal também de temas importantes para o desenvolvimento da Nação, como,

por exemplo, o direito ambiental, sendo dada a essa questão uma interpretação mais integrativa e atual ou, nas palavras do mestre em Direito Ambiental, José Rubens Morato Leite, uma hermenêutica jurídica esverdeada.

É um Tribunal que não tem medo de enfrentar temas polêmicos e de grande repercussão, como a possibilidade de adoção de crianças em relações homoafetivas, quando faz prevalecer o bem-estar da criança e o princípio da dignidade humana. Isso só faz crescer a relevância do Superior Tribunal de Justiça, de modo a aumentar a responsabilidade de seus integrantes quando determinam a aplicação de uma lei em consonância com o cunho social a que ela se destina e com os efeitos que produzirá. Em um primeiro momento, produz exclusivamente no âmbito do caso concreto, mas, tendo em vista sua competência constitucional, esse tipo de decisão fixará parâmetros para a atuação não só do cidadão comum, como também do grande empresário e do próprio Estado.

Como disse o Ministro Humberto Gomes de Barros por ocasião de sua despedida, o que justifica a existência do tribunal é a segurança jurídica, um valor absoluto no Estado de Direito. Se o Senado da República me confiar a responsabilidade da magistratura, chegarei ao Tribunal num momento importante de reformas de leis fundamentais, como o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal, o Código de Defesa do Consumidor, todas elas de iniciativa desta Casa. Será um momento em que a importância, já relevante do Tribunal, crescerá, tendo em vista a sua obrigação de fixar a aplicação uniforme dos novos institutos e das modificações que irão surgir.

Chamo a atenção, porém, para a necessidade de se ter em mente, tanto o legislador como o aplicador da lei, que a busca de maior celeridade processual não pode colocar em segundo plano as garantias de acesso ao Judiciário, do Estado de Direito, do devido processo legal e da ampla defesa.

Estamos, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, diante de um desafio hercúleo: o Tribunal, em seus 20 anos de existência, já proferiu mais de três milhões de decisões. Medidas recentes de iniciativa desta Casa estão permitindo que essa realidade assustadora comece a mudar. Compatibilizar o princípio constitucional da duração razoável do processo com o da segurança jurídica me parece ser, no momento, o grande desafio a ser superado. Daí a importância cada vez maior de instrumentos como a conciliação, que, nos dizeres da Ministra Nancy Andrighi, tem um importante papel educativo na sociedade, ajudando a construir a pacificação social. Quando as partes aprendem a entender

e respeitar os direitos do outro, diminui o extremismo, propiciando-se a pacificação.

Destaca-se também como outro mecanismo importante a arbitragem, contribuição direta do Congresso Nacional, como bem sabe o Senador Demóstenes Torres, nesse esforço de solução simplificada e célere de conflitos. Para a Ministra Ellen Gracie, os métodos alternativos de solução de litígios são melhores do que a solução judicial, que é imposta com a força do Estado e que padece de uma série de percalços, como a longa duração do processo, o que ocorre no Brasil e em outros países. Compete aos juízes o duro, mas gratificante, trabalho de tornar uma realidade essas e outras soluções alternativas.

O Tribunal, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é um conjunto de vivências e pensamentos e ideias, e é isso que o torna tão grande. Lá, encontramos profissionais vindos de todos os recantos deste País, com formações e experiências diferenciadas. Temos advogados públicos, como o Ministro João Otávio Noronha; advogados oriundos da iniciativa privada, como o Ministro César Rocha; representante do Ministério Público Federal, como a Ministra Laurita Vaz; e estadual, como o Ministro Hamilton Carvalhido; juízes de carreira, como a Ministra Eliana Calmon, oriunda da Justiça Federal; e a Ministra Nancy, oriunda da Justiça do Distrito Federal; e outros que, como o Ministro Francisco Falcão, agregam a experiência de advogado e juiz. O conjunto dessas experiências e vivências é que permite que o mesmo consiga, com inegável qualidade, exercer a enorme responsabilidade que lhe foi imposta pelo nosso legislador constitucional. Espero que as experiências e os conhecimentos que levam possam contribuir de alguma forma para a excelência daquela Corte.

Senador Pedro Taques, quero destacar aqui o que o então Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Souza, por ocasião do vigésimo aniversário do Superior Tribunal de Justiça declarou. Ele afirmou naquela oportunidade que o Tribunal tem lutado para dar a justiça possível quando não é possível dar a justiça necessária. Minha humilde intenção é a de contribuir para que o Tribunal consiga alcançar o ideal de dar a justiça necessária, mas, com certeza, isso só será possível com a ajuda dos senhores e das senhoras. Não se pode aqui, Exm^{os} Srs. Senadores e Senadoras, deixar de destacar a importante participação desta Casa na consolidação do Superior Tribunal de Justiça como tribunal da cidadania. Exemplo disso é a criação de instrumentos, como a TV Justiça, o processo virtual, a modernização permanente de nosso processo, com a criação constante de novos institutos, como recursos repetitivos, por exemplo, que tornaram

e tornam possível que, a cada dia, o Tribunal exerça com maior eficiência o seu papel constitucional. Mas é importante enfatizar que esses avanços não param por aí. Sabemos que esta Casa, com propostas de reforma e atualização de leis processuais, eleitorais e do próprio CDC, tem-se esforçado dia e noite para que a justiça necessária se torne uma realidade.

Senhores e senhoras, com meu pai, juiz de carreira, aprendi a respeitar não só a magistratura, como o jurisdicionado do tribunal. Aprendi que ser juiz é mais do que simplesmente aplicar a letra fria da lei, tendo sempre que considerar a realidade dos fatos. Como disse o Ministro Fux nesta mesma sala há poucos meses, o juiz é antes de tudo sentimento. Aprendi não só com ele, mas com julgadores do porte dos saudosos Ministros Cernicchiaro e Peçanha Martins que o bom juiz é aquele que reúne conhecimento técnico e sensibilidade, que reúne eficiência à cautela, que reúne a sensibilidade ao respeito às partes. O bom juiz é aquele sempre disposto a ouvir o que a parte, por meio de seu advogado, tem a dizer; é aquele que procura, sempre dentro do possível, a melhor solução e não a solução mais fácil. O bom juiz é aquele que ouve seus pares, sustenta e defende suas ideias, mas tem humildade suficiente para reconhecer seus erros; é aquele que não se sente agredido com a divergência, mas é ciente de que o debate e o conflito de posições é o caminho para se chegar à melhor decisão.

Eu tive a felicidade de viver com um bom juiz, e isso criou em mim o desejo e a vontade de ser também, como ele, um bom juiz, de poder um dia, mais do que ajudar a fazer a justiça, que é o que o advogado faz, torná-la uma realidade.

O meu compromisso é com a minha consciência, com a Constituição do meu País, com as leis, com meu Tribunal e com o jurisdicionado. O verdadeiro sentido da independência do magistrado reside no fato de que ele também quer dormir um sono tranquilo, e isso, senhores e senhores, só será possível se eu tiver minha consciência em paz.

Podem estar seguros de que tudo farei para honrar a minha função de juiz, honrar o Superior Tribunal de Justiça, honrar o nome de meus pais, honrar a confiança desta Casa e de minha esposa, e para que meus filhos possam dizer com orgulho quem é o pai deles.

Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a atenção dedicada e me coloco à disposição para as indagações que julgarem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Antes de passar à fase de arguição pelos Srs. Senadores, gostaria de registrar também a presença entre nós do Dr. Henrique Nelson Calandra, que é do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

e Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. V. Ex^a tome assento na quarta bancada por favor, a bancada de autoridades nesta manhã.

O primeiro orador inscrito é o Senador Renan Calheiros, mas acho que S. Ex^a está em outra comissão.

Passo a palavra para a arguição, pelo tempo normal e ajustado com esta Comissão – de cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco –, ao Senador da Paraíba Vital do Rêgo. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, inicialmente solicito a inscrição do Senador Renan Calheiros, que foi defender relatório de sua autoria em outra comissão.

Senhores futuros Ministros do Superior Tribunal de Justiça, gostaria de dizer-lhes da minha felicidade de poder estar vivenciando a emoção que os senhores estão sentido, e o faço na minha condição de advogado formado e sabedor da imensa responsabilidade que os senhores haverão de carregar sobre seus ombros a partir de hoje, quando certamente o Senado Federal homologará a indicação dos senhores para o Superior Tribunal de Justiça.

Elaboramos algumas perguntas para os senhores, mas, antes de apresentá-las, gostaria de dizer da minha tranquilidade neste momento, quando aprecio o currículo invejável de cada um dos senhores, quando vejo a emoção e a motivação dos senhores ao apresentarem os arrazoados que fizeram sobre o Superior Tribunal de Justiça, a sua função, a sua condição de Tribunal da Cidadania. Isso me traz tranquilidade, e essa tranquilidade aumenta diante da presença ilustre das maiores autoridades do mundo jurídico nacional, que aqui apresentam fiança e garantia em relação a sua atuação para nós, que vamos votar a respeito da integridade moral e da carreira brilhante de cada um dos senhores.

Quero saudar todas as autoridades na pessoa de um conterrâneo nordestino, o Ministro Francisco Falcão, Corregedor da Justiça Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e que compõe a nossa Mesa.

O nosso primeiro sabatinado, Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva, falou do devido processo legal. Recentemente o Ministro Peluso sugeriu alterar a Constituição para reduzir o número de recursos e dar mais agilidade às decisões judiciais de segunda instância. Trata-se da PEC dos recursos, que fará parte do terceiro pacto republicano.

Pela proposta, haveria imediata execução das decisões judiciais, logo após o pronunciamento dos tribunais de Justiça e tribunais regionais federais.

A minha pergunta ao Dr. Ricardo Villas Bôas é se essa proposta não concede excessiva autonomia

à Segunda Instância, com possibilidade de prejuízos irreparáveis às partes, e se as decisões executadas forem retomadas pelos tribunais superiores, acerca do devido processo legal.

Uma pergunta apenas para cada um, para facilitar.

Ao Dr. Antonio Carlos, advogado, com forte participação na Caixa Econômica Federal, acompanhei a sua vida, a sua trajetória de servidor público a serviço do País.

As modificações sugeridas para os recursos especial e extraordinário são interessantes. Os tribunais superiores poderão decidir o mérito de um recurso desde que seja tempestivo, afastando defeitos que não sejam graves, como se trata de casos repetidos ou sempre que a decisão da questão de mérito contribua para o aperfeiçoamento do sistema jurídico. Na prática, essa medida não beneficia a parte que negligenciou?

Ao mineiro Sebastião. Eu estava argumentando com o Pimentel, como tem mineiro nesses tribunais. E ele me disse: “Olha a quantidade de universidades que tem lá!”

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Eu já adotei Brasília como minha cidade.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Seja muito bem-vindo. Quero que o senhor adote a Paraíba.

Ao Dr. Sebastião, o STJ...Quando fui visitar o Presidente, recentemente, na companhia do Ministro Falcão, impressionou-me muito a quantidade de julgados do STJ. O Tribunal julgou 330 mil processos em 2010. São quase mil processos por dia. Imagine, Sr. Presidente, esta estatística: 330 mil processos em 2010, quase mil processos por dia, incluídos os finais de semana e os feriados. Desde a sua criação, o STJ julgou 2,8 milhões de processos. Para reduzir o volume de processos e dar agilidade ao Poder Judiciário, tem-se investido na reforma das leis processuais. Aprovamos aqui no Senado os projetos dos novos códigos, do processo civil, do processo penal.

A minha pergunta é a seguinte: o incidente de resolução de demandas repetitivas tem o objetivo de aliviar a sobrecarga de ações repetitivas tanto nos TJs quanto nos tribunais regionais federais. A possibilidade de recursos não torna letra morta a decisão proferida nesses incidentes e os processos acabarão indo para o STJ ou STF?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenho tranqüilidade de votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Segundo orador inscrito...Terceiro orador inscrito, tendo em vista que o Senador Renan Calheiros teve que se ausentar. Darei a palavra ao Senador

quando ele adentrar este plenário. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Falcão, Ministro João Otávio de Noronha, nosso querido presidente da AMB, Calandra, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público Federal, Srs. Sabatinados, Antonio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva e Sebastião Júnior, eu indagaria primeiramente ao candidato Antonio Carlos Ferreira sobre alguns assuntos que têm sido divulgados pela grande imprensa, acerca da sua atuação na Caixa Econômica Federal.

Primeiramente, a revista *Istoé*, depois circundada por todos os grandes jornais do País, que V. S^a, em determinado momento da sua atuação, teria facilitado um contrato com a GTech, que depois esteve envolvida no famoso escândalo do mensalão, V. S^a, de certa forma e embora não assinando qualquer parecer, teria testemunhado silenciosamente ações ilegais, no dizer da própria revista. Se V. S^a puder explicar-nos a respeito.

Um segundo momento em que V. S^a teria agido de forma não republicana seria no episódio do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Quando foi entregue ao hoje Ministro Antonio Palocci a quebra do sigilo do caseiro Francenildo, V. S^a também estaria na Mesa, aguardando o resultado criminoso, que acabou indo parar nas mãos do Ministro Antonio Palocci.

Já, por sua vez, a revista *Veja*, do último dia 4 de maio, traz a informação de que V. S^a, como chefe da Área Jurídica da Caixa Econômica, teria impedido que aqueles seus subordinados que pleiteavam promoção, se tivessem qualquer pendência judicial especialmente em relação à Caixa Econômica Federal, contra a Caixa Econômica Federal, negava-lhes o direito de promoção.

Se isso for verdade, indago a V. S^a se não seria contrário justamente ao espírito do que V. S^a pretende ser hoje, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o que, enfim, termina abarcando todas as ações judiciais para dar guarida àqueles que se acham lesados.

V. S^a se acha na condição de ter lesado direitos dos seus subordinados?

Em relação à jurisprudência sólida do Superior Tribunal de Justiça, eu indagaria, já partindo para o questionamento técnico, se a gravidade do crime, por si só, pode ser causa para decretação da prisão cautelar. O STJ discutiu muito essa matéria e acabou chegando a uma conclusão.

Na segunda hipótese, um segundo questionamento: a fuga do acusado constitui motivo suficiente para fundamentar a prisão cautelar?

Uma terceira pergunta: é dispensável o teste de alcoolemia para configurar o crime de embriaguez ao volante? Também é questão decidida pelo Superior Tribunal de Justiça.

Um quarto questionamento: é típica a conduta de portar arma de fogo desmuniada, sem autorização legal? Ou seja, a arma sem bala pode configurar, por si só, o crime de porte ilegal?

Também perguntaria a V. S^a – uma questão que debatemos aqui outro dia – se é possível a aplicação da Lei Maria da Penha às relações entre ex-namorados.

E também indagaria a V. S^a se é incondicionada a ação penal pública no crime de lesão corporal leve praticado contra mulher no âmbito doméstico e familiar. Também discutimos essa questão aqui um outro dia e acabamos aprovando uma matéria importante a esse respeito, mas é também jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça.

Eu indagaria ao Dr. Sebastião Alves dos Reis Júnior também uma questão que acabou vindo à tona e que diz respeito a um patrocínio simultâneo, que, segundo informações que trouxe a imprensa, em 1995, V. S^a, em primeira instância, assinou uma contestação da Eletronorte contra a empresa Cnec, que havia prestado serviço à Eletronorte. E, posteriormente, veio V. S^a a atuar em lado oposto na mesma causa, configurando a hipótese do patrocínio infiel.

É só o esclarecimento que peço que V. S^a faça.

Em relação às questões do Superior Tribunal de Justiça, também jurisprudência consolidada, eu indagaria a V. S^a se, não fixado o prazo para o cumprimento da medida socioeducativa – alguns juízes fazem isso –, o cálculo da prescrição deve ser o mesmo da medida de internação. Ou seja, o prazo de três anos.

Indagaria também a V. S^a se a aceitação da proposta da suspensão condicional do processo impede a impetração de *habeas corpus* para trancar ação penal. Ou seja, aceitou lá a suspensão condicional, pode a pessoa, ainda assim, ingressar com o *habeas corpus* para trancar ação penal?

Indagaria também a V. S^a: é possível a utilização da prova emprestada criminal na instrução de processo administrativo disciplinar para demissão, por exemplo?

Também indagaria a V. S^a se é possível a concessão de livramento condicional a estrangeiro, ainda que possua contra si decreto de expulsão, matéria também discutida em *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça.

E uma outra questão também já sedimentada pelo Superior Tribunal de Justiça. Eu indagaria a V. Ex^a: é necessária a realização de perícia no produto vencido para configuração do crime previsto no art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.137, de 1990? Eu explico: produto impróprio para consumo. O Fantástico trouxe uma matéria no domingo, por exemplo, em que carunchos passeavam sobre arroz. Nesse caso, antes de fazer a apreensão, é necessária uma perícia ou o Superior Tribunal de Justiça tem considerado isso prescindível?

Também indagaria a V. S^a se os prazos prescricionais que são reduzidos à metade quando o réu for maior de setenta anos na data da sentença, se isso pode ser ampliado quando da prolação do acórdão de apelação. Ou seja, não tinha setenta anos na data da sentença, mas já tinha na data da apelação. Se isso não for reconhecido ou se não tinha setenta anos, quando o Superior Tribunal de Justiça for apreciar o recurso pertinente, essa disposição legal pode ser aplicada?

E perguntaria, finalmente, ao Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva uma questão que também foi muito debatida...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Uma questão que foi muito debatida no Superior Tribunal de Justiça – acabou de ser pacificada – e que nós também discutimos outro dia aqui. O estupro e o atentado violento ao pudor agora estão no mesmo artigo. Desapareceu a figura do atentado violento ao pudor. Embora estando no mesmo artigo, se ocorrerem na mesma cena o estupro das duas formas, com relação vaginal e relação anal, essa pena pode ser aplicada cumulativamente?

Também indago a V. S^a se configura violação ao princípio da presunção de inocência o impedimento do acesso de militar a promoção em face de submissão a perseguição penal. Ou seja, ele está processado, ele pode ser impedido de ser promovido?

Também indago a V. S^a: é cabível o oferecimento de denúncia na hipótese de descumprimento das sanções impostas na transação penal? Ou seja, houve uma transação penal, a parte descumpriu as obrigações que lhe foram impostas, pode o Ministério Público ajuizar ação penal?

E perguntaria também a V. S^a: a subtração de objetos situados no interior de veículo, mediante rompimento ou destruição dos vidros dianteiros, traseiros ou laterais, qualifica o furto? Quer dizer, esse furto é qualificado? Se alguém for pegar alguma coisa dentro do automóvel e tiver que destruir os vidros do automóvel, por ser o vidro do automóvel, isso faz parte da própria ação do condenado?

E também indagaria, faria mais duas perguntas a V. S^a. A defesa do corréu tem direito de participar do interrogatório dos demais acusados do crime? É uma questão que envolveu muito também o Superior Tribunal de Justiça.

E a última pergunta: eu indagaria a V. S^a se é possível a compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, matéria também já decidida pelo Superior Tribunal de Justiça.

Então, agradeço a V. S^{as} e fico no aguardo das respostas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para arguir os advogados indicados a Ministro do STJ, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, fazer perguntas depois do Senador Demóstenes é um misto de tristeza e alegria. Tristeza, porque ele quase esgotou as minhas perguntas, e alegria, porque prova que o Senado da República está cumprindo a sua função constitucional, que é sabatinar os indicados.

Peço a V. Ex^a que, no tocante às perguntas que ele fez, para que possamos auferir a reputação idônea, ilibada – se V. Ex^a permitir –, antes que eu faça as minhas perguntas, eu gostaria que os indicados respondessem as perguntas no tocante à GTech e no tocante à tergiversação, e no tocante à Eletronorte; depois, se V. Ex^a me permitir, eu continuo com as minhas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, nós combinamos com o Plenário que nós íamos ouvir cinco arguições e, depois, passar a palavra aos advogados indicados. Se eles preferirem responder de imediato as perguntas já elaboradas pelo Senador Vital e pelo Senador Demóstenes, não há nenhum problema aqui na Mesa. Agora, houve um entendimento no Plenário – alguns Senadores saíram – e, para ordenar os trabalhos, eu iniciei dizendo que faríamos desse modo. Portanto, acho que V. Ex^a terá o tempo que teve o Senador Demóstenes, de 15 minutos – cinco, mais cinco, mais cinco – para arguir os indicados ao STJ. Eu vou conceder a palavra a V. Ex^a...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, com todo respeito, a despeito do que já foi definido anteriormente por V. Ex^a e pelo Plenário, eu queria insistir, com a vênia de V. Ex^a, na sugestão

do Senador Pedro Taques. Eu creio que o Senador Demóstenes fez muitas perguntas que estão entre as preocupações que trazemos aqui para a sabatina de S. Ex^{as}, candidatos ao posto de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Seria importante ouvirmos, porque alguns dos nossos questionamentos – eu me incluo aí – estarão sanados, e não será necessários repeti-los nas respostas dos sabatinados às perguntas do Senador Demóstenes. Eu queria, com a vênua de V. Ex^a – reiterei –, a aquiescência dessa orientação. Seria importante, neste momento, ouvirmos os sabatinados e, depois, retornarmos aos questionamentos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nós tomamos uma decisão na fase primeira da sessão exatamente para dar oportunidade a todos os Senadores, por bloco, fazerem os seus questionamentos; depois, teremos, pelos aqui indicados, as suas posições, voltando para a réplica. Assim, o processo que nós deliberamos na primeira fase não teria nenhum prejuízo, porque vamos ter a réplica, a tréplica e outros posicionamentos. Portanto acredito que a definição tomada na fase primeira é a mais razoável na condução do nosso trabalho. A alternativa teria sido cada um de nós fazer o seu questionamento e, logo em seguida, teríamos a réplica e a tréplica. Não foi esse o caminho que nós trilhamos. Portanto, apesar do fato de ter vindo esta ou aquela pergunta, eu entendo que deveríamos continuar com o mesmo ritmo e, na tréplica....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo divergência no Plenário, com o devido respeito ao questionamento do Senador Pedro Taques, e com o devido respeito ao questionamento do Senador Randolfe Rodrigues, passo a palavra ao Senador Pedro Taques para fazer sua arguição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Excelência. De acordo com a resposta do indicado Antonio Carlos Ferreira à pergunta do Senador Demóstenes, a minha restaria prejudicada. Mas, se V. Ex^a assim entende, farei a minha pergunta em obediência ao que o Plenário decidiu.

Perguntando de forma objetiva ao indicado Antonio Carlos Ferreira: V. S^a se encontrava naquele fatídico jantar em que, ao que consta, o sigilo bancário de um cidadão foi violado. Eu gostaria de saber como V. S^a, em sendo aprovado por esta Comissão e, depois, pelo Plenário, julgaria o crime de prevaricação numa situação como essa. V. S^a ali se encontrava e se omitiu ou não soube. Eu gostaria que V. S^a respondesse isso.

E o que V. S^a entende pelo delito de condescendência criminosa? Gostaria que esclarecesse esse fato.

Eu ainda continuo nas perguntas para que nós possamos aquilatar – e esta é a função do Senado da República – o notável conhecimento jurídico que o currículo já demonstra, mas o Senado não pode abrir mão de sua função constitucional.

Eu gostaria que V. S^a respondesse o que entende pelo incidente de deslocamento de competência. Se a posição do Superior Tribunal de Justiça, nos incidentes julgados, protege os direitos humanos, conforme prevê a Constituição da República.

Eu gostaria de saber de V. S^a, em sendo aprovado pela CCJ e pelo Plenário, qual vai ser a posição que tomará no STJ para melhorar o tempo que os processos demoram para ser julgados, tendo em conta que o julgamento razoável no tempo é um direito fundamental do cidadão, como V. S^a bem sabe.

Eu gostaria que V. S^a definisse o que significa Estado Democrático de Direito na Constituição e se o ativismo judicial se encontra inserido nesse contexto do Estado Democrático de Direito.

A Emenda Constitucional nº 45, como V. S^a bem sabe, cria o Conselho Nacional de Justiça. Eu gostaria de saber, na opinião e na reflexão de V. S^a, qual é o papel correicional do Conselho Nacional de Justiça. Com isso, quero cumprimentar a Corregedora, a Ministra Eliana Calmon, que aqui se encontra.

Qual o entendimento de V. S^a a respeito do crime de redução à condição análoga a de escravo? A competência, no entender de V. S^a, seria da Justiça Federal ou Estadual? Isso tendo em conta os tratados internacionais que a República Federativa do Brasil firmou.

Por hora, Sr. Presidente, são essas as questões. Depois das respostas, em sendo o caso, pedirei a réplica.

Passo às perguntas ao indicado Ricardo Villas Bôas Cueva.

Tendo em conta que V. S^a é doutor em direito na Alemanha, queria uma reflexão de V. S^a a respeito da jurisprudência de valores da Corte alemã e o ativismo judicial das Cortes brasileiras.

Uma reflexão de V. S^a, Dr. Ricardo, a respeito da possibilidade de agentes políticos responderem também por improbidade administrativa não só pela prática de crime de responsabilidade, previsto na Lei nº 1.079. A reflexão de V. S^a, tendo em conta a posição do Supremo e do Superior Tribunal de Justiça.

V. S^a entende possível o estabelecimento de efeito vinculante às decisões também do Superior Tribunal de Justiça, tendo em conta o número abissal de ações julgadas por esse Tribunal?

Algumas notícias, Sr. Ricardo Villas Bôas Cueva, da imprensa – a meu juízo, não passam de fofoca jurídica, “focologia” aplicada – dão conta de uma participação de V. S^a naquele fatídico caso do Rio de Janeiro envolvendo um procurador da Fazenda Nacional de nome Glênio. V. S^a compunha junto com ele o “conselhinho”, e V. S^a tem informações sobre isso. Eu penso que este é o momento constitucional para que V. S^a possa espantar qualquer sorte de dúvidas a respeito de sua idoneidade.

Ao indicado Sebastião Alves dos Reis Júnior.

V. S^a se qualifica em Direito Penal – V. Se^a poderá julgar, no STJ, matérias do Direito Penal – como um abolicionista ou não?

No tocante ao uso de substância entorpecente, V. S^a entende que a legislação nacional é o bastante para combater esse crime?

Qual a posição de V. S^a em relação aos recursos especiais repetitivos apreciados pelo STJ?

Qual é o papel da Constituição Federal, na posição de V. S^a, no que tange à interpretação das normas subconstitucionais?

Qual é o papel dos direitos humanos na configuração criada pela Constituição de 1988?

E, por fim, qual é a posição de V. S^a no que tange aos tratados internacionais que têm por objeto direitos humanos? V. S^a entende que são normas constitucionais, supraconstitucionais, supralegais, normas ordinárias – qual é a posição de V. S^a sobre os tratados internacionais que têm por objeto os direitos humanos?

Sr. Presidente, por ora, são essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem mais dois minutos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Encerraram-se as inscrições para as perguntas aos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Ainda há o Senador Randolfe inscrito.

V. Ex^a quer se inscrever? (*Pausa.*)

Senador Randolfe, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Ministro Francisco Falcão, do Superior Tribunal de Justiça, e, da mesma forma, cumprimentar os nossos candidatos a Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Sebastião Alves dos Reis Júnior, Sr. Ricardo Villas Bôas Cueva e Sr. Antônio Carlos Ferreira.

Procurarei até não utilizar os 15 minutos que me estão concedidos.

Nós tivemos aqui, Sr. Presidente, a última sabatina que esta Comissão fez para Ministro das Cortes

constitucionais – aí, no caso, diretamente da nossa Corte constitucional, do Supremo Tribunal Federal –, foi a sabatina do Ministro Fux. E, na sabatina do Ministro Fux, tivemos aqui um rico, um profícuo debate e uma contribuição importante do Ministro Fux no sentido de desvendar as posições que ele já tem expressado e que expressará como Ministro na nossa Suprema Corte.

Claramente, o Ministro Fux trouxe ao debate aqui um tema que eu considero central no debate do Direito atual, o tema da interpretação da nossa Carta Magna. Embora o Superior Tribunal de Justiça não seja a nossa Suprema Corte, mas tem funções... e inclusive o seu surgimento e a sua ascensão no nosso ordenamento constitucional teve por objetivo reduzir, minimizar o peso das causas na nossa Suprema Corte, o debate que aqui anteriormente travamos em relação ao Ministro Fux também está presente na sabatina constitucional que temos que fazer aqui aos senhores candidatos a Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Notadamente o Ministro Fux trouxe aqui o debate sobre a interpretação da Constituição e sobre o Direito atual. Se este Direito continua tão positivado quando foi principalmente no século XIX e no decorrer do século XX ou se, de fato, a partir do advento do nosso Texto constitucional de 1988, este Direito passou a ter um caráter mais principiológico, mais valorativo.

É nesse sentido que eu quero apresentar alguns questionamentos no debate com os nobres indicados a Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Quero iniciar perguntando ao Dr. Ricardo Cueva, aproveitando, inclusive, a experiência que teve no doutorado em Direito que fez na Alemanha, o acúmulo de informações que não tenho dúvidas V. S^a tem sobre Direito para tanger alguns questionamentos à luz do extenso e rico currículo que V. S^a apresentou a esta Casa.

A primeira pergunta a V. S^a é no seguinte sentido: qual é o seu entendimento acerca da responsabilidade de derrotabilidade na decisão judicial de uma regra jurídica em face de um princípio constitucional, especialmente quando se considera a presença do princípio da presunção de constitucionalidade das leis em nosso ordenamento?

Veja que trazemos de novo... Pois não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para entender: a pergunta de V. Ex^a é para os três?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. É para o Dr. Ricardo Cueva.

As duas primeiras perguntas serão para o Dr. Ricardo Cueva.

Então, essa pergunta, Dr. Cueva, é continuando o debate iniciado nesta Comissão anteriormente com o Ministro Fux.

Reiterando a pergunta: qual o entendimento de V. S^a acerca da possibilidade de derrotabilidade na decisão judicial de uma regra jurídica, em face de um princípio constitucional, especialmente quando se considera a presença do princípio da presunção de constitucionalidade das leis em nosso ordenamento?

E em homenagem também a V. S^a e pela sua experiência no Direito Constitucional alemão, eu quero trazer aqui uma definição – que o senhor conhece muito bem – do Professor Konrad Hesse, em sua obra “Elementos de Direito Constitucional da República Federal Alemã”. Nessa obra o Dr. Konrad define: “Uma Constituição é o estatuto jurídico do político.” Assim, pela própria índole, é possível afirmar que o Supremo Tribunal Federal, na condição de guardião da Constituição da República, é um tribunal que vai além do jurídico e tem que se demonstrar preocupado com a questão político-constitucional. Nesse sentido, subjacente a esse espírito, inclusive consubstanciado pela nobre definição do constitucionalista e jurista alemão Konrad Hesse, subjacente à magnitude do julgamento do STF, como V. S^a entende que o Superior Tribunal de Justiça pode ser um tribunal estritamente jurídico ou também eminentemente político?

Essas são as minhas perguntas ao Dr. Ricardo Cueva.

Mas eu queria também perguntar ao Dr. Antônio Ferreira o seguinte: qual a concepção que o senhor possui sobre o Estado Democrático de Direito? Essa definição de V. S^a é fundamental em virtude, atualmente, do debate que se tem travado sobre a judicialização da política ou a politização do Judiciário.

Então faço esta pergunta especialmente em relação ao Estado de direito no que concerne aos limites e possibilidades da atuação do Poder Judiciário, na relação entre jurisdição e democracia.

Além disso, eu pergunto a V. S^a, sucintamente: Como concebe a noção de Estado constitucional, e quais os seus fundamentos merecem garantia e concretização por parte do Poder Judiciário?

Ainda para V. S^a, Dr. Antônio Ferreira, eu pergunto o seguinte: Na sua concepção, a noção de bem jurídico e sua proteção jurisdicional é uma construção positivista ou detém uma demissão antológica, que eu colocaria acima da Legislação, podendo ser utilizado para justificar decisões *contra legem*?

Mais uma vez, trago o debate, que aqui temos travado, e creio que esta Casa do Senado Federal nela vai se especializar, que é o debate presente da atualidade sobre a dimensão do papel do Judiciário, se é restrito

à *legem* ou se é de interpretação dos princípios, se é de interpretação dos valores presentes, em especial, no nosso ordenamento constitucional.

Considero este debate central, atual, decisivo para o nosso Direito.

Concluindo, Sr. Presidente, eu pergunto ao Dr. Sebastião Alves Júnior sobre o seguinte: O senhor entende ser possível a derivação direta e jurisdicional de normas-regra, a partir de normas-princípio? Em caso positivo de parte de V. S^a, essa derivação deveria ser utilizada apenas para preenchimento de lacunas, ou poderia levar ao afastando de uma regra contida na legislação? Nesse contexto, pergunto a V. S^a como fica a aplicação do princípio de presunção da constitucionalidade das leis?

E, ainda, Dr. Ferreira, na esteira da pergunta anterior, pergunto o seguinte: Compreendemos que a Constituição não é apenas texto. É assim que nos manda o Poder Constituinte. A Constituição é, antes de tudo, norma. A Constituição, assim, é o que a interpretação permite dizer que ela é. Entretanto, existe quem diga que a Constituição é o que a jurisdição constitucional diz que ela é. Na opinião de V. S^a, como poderíamos tratar essa assertiva: ela seria totalmente falsa, ela seria afirmativa, é essa a definição da Constituição atual, ela se restringe concretamente ao texto, ou ela é mais do que isso, como assim nos define o nosso Poder Constituinte?

Sr. Presidente, eram as perguntas que eu tinha para os nossos candidatos a Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Completando o bloco, como era o primeiro orador inscrito a arguir os candidatos, eu concedo a palavra ao Líder Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer da satisfação de participar desta sabatina, que é importante quantitativa e qualitativamente. E agradecer, aqui entre nós, a presença do Ministro Francisco Falcão que é Corregedor da Justiça Federal; da Corregedora Nacional do Conselho de Justiça, Ministra Eliana Calmon; de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil; do ex-Ministro Fernando Neves; e parabenizar, sobretudo, o Dr. Antônio Carlos Ferreira, um dos Ministros indicados e sabatinados, que foi advogado da Caixa Econômica Federal, desde 1979; foi Diretor Jurídico da Caixa Econômica Federal também e fundador da Escola de Advocacia da Caixa Econômica Federal.

O Dr. Antônio Carlos Ferreira tem, portanto, uma trajetória profissional e currículo que o credenciaram

a exercer a judicatura em uma das mais importantes Cortes do País.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer uma pergunta e que os três Ministros poderiam responder ao mesmo tempo. Acho que isso ajudaria, colaboraria com este debate e, assim, nós tiraríamos o melhor desta sabatina.

Desejo cumprimentar o Dr. Sebastião Alves dos Reis, que, antes da indicação, foi incluído em lista sêxtupla pela Ordem dos Advogados do Brasil; em lista tríplice pelo Superior Tribunal de Justiça. Ele é um advogado militante, acatado palestrante; graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília, em 1986; foi aprovado em concurso público para Procurador do Incra; exerceu com reconhecida competência os cargos de Assessor Especial e Consultor Jurídico do Ministério da Integração Nacional; especializou-se também em Direito Público pela PUC de Minas Gerais.

O seu currículo e a sua trajetória profissional o credenciaram a exercer a judicatura também nessa importante Corte da Justiça brasileira.

Quero cumprimentar também o Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva, que possui uma sólida formação jurídica: é Mestre em Direito pela Universidade de Harvard; é Doutor pela Universidade de Frankfurt; foi Procurador do Estado de São Paulo e foi Procurador da Fazenda Nacional. Além disso, foi um destacado Membro do Cade.

Sem dúvida, o seu currículo e a sua trajetória profissional o credenciam também a exercer a judicatura nessa importante Corte da Justiça brasileira.

Sr. Presidente, eu queria dizer, para finalizar, mais uma vez, da minha satisfação em estar aqui. E fazer uma pergunta, que pode ser respondida pelos três, em função dos problemas que conhecemos da Justiça brasileira.

Então eu queria saber exatamente como os senhores, sob a ótica da instrumentalidade no projeto do novo Código de Processo Civil, veem os dispositivos que combatem a burocracia nos cartórios judiciais, concebendo aos advogados a faculdade ou o dever, em alguma hipótese, de promover a intimação pelos Correios das partes contrárias ou das testemunhas?

Era essa a pergunta que endereço aos três sabatinados.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Apesar da decisão de V. Ex^a de fazer blocos de seis, como eu não desejo fazer indagação e, provavelmen-

te, eu serei o próximo, eu indagaria a V. Ex^a se eu posso ser incluído neste primeiro, apenas para fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a é o sexto desse bloco. Portanto, o último desse bloco.

Então, V. Ex^a tem a palavra assegurada por dez minutos.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Candidatos, depois desses verdadeiros compêndios jurídicos exarados pelos meus Colegas Demóstenes Torres, Pedro Taques e outros não menos brilhantes, restam poucas dúvidas jurídicas. Portanto, só me resta fazer um registro.

E o faço para dizer que, na vacância durante três anos desses cargos, eu tenho acompanhado a luta dos digníssimos três Candidatos aqui presentes para ocuparem essas vagas. Eu tenho ciência de que não foi fácil essa batalha, como não foi fácil na OAB, não foi fácil na lista tríplice do Tribunal, como não foi fácil a indicação da Presidenta. Foi uma verdadeira guerra para que esses três candidatos pudessem estar aqui hoje, tendo sido julgados, analisados por todos, em todas essas instâncias citadas.

Quero registrar aqui a importância deste momento, Sr. Presidente, devido, inclusive, à presença de expoentes do nosso Judiciário, como o Exm^o Ministro Francisco Falcão e a Exm^a Ministra Eliana Calmon. Isso tudo dá o tamanho, a magnitude deste momento, e a força da presença destes candidatos que aqui estão.

Fico triste apenas, Sr. Presidente, que, no meio de perguntas espetaculares que enriquecem esta Comissão, haja outras, até algumas ilações pueris na base do “ouvi dizer”, que tentam macular este momento enriquecedor e grandioso para esta Comissão. Mas tenho certeza de que esses assuntos menores jamais irão minorar ou diminuir a presença de três figuras valorosas que farão parte de importante tribunal da nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Conforme ficou decidido por esta Presidência, vamos ouvi-los pela ordem de inscrição.

Há mais cinco Senadores inscritos, mas combinamos, Senador Pimentel e Senador Amorim, que V. Ex^{as} estão inscritos no segundo bloco e poderão fazer perguntas em seguida.

Passo a palavra, em primeiro lugar, para o Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva, para responder as arguições que lhes foram feitas pelos Srs. Senadores.

V. Ex^a tem a palavra, Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – Sr. Presidente, antes de tudo, agradeço as perguntas formuladas, muito oportunas. Início, então, respondendo a indagação feita pelo Exmº Senador Vital do Rêgo, que levantou a questão da PEC do Ministro Peluso. Na verdade, a ideia que o Ministro Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, deu foi que originou uma proposta de emenda constitucional tendente a suprimir o que ele próprio chama de terceira e quarta instâncias, em prol de uma decisão definitiva dos tribunais de apelação. Ou seja, essa emenda constitucional tenderia a acabar os efeitos suspensivos dos recursos, para evitar que houvesse uma prolongação do debate judicial para uma terceira e quarta instâncias.

Há, inegavelmente, um mérito nessa proposta, já que uma grande parte da demora que se verifica hoje na tramitação dos processos judiciais decorre exatamente da proliferação exagerada de recursos. Agora, isso já, de alguma maneira, tende-se a resolver com o novo Código de Processo Civil, cujo texto foi aprovado – teve origem nesta Casa, já foi aprovado e encontra-se ainda em deliberação no Congresso –, que tenderia, de algum modo, a reduzir drasticamente o número de recursos.

A Ordem dos Advogados do Brasil, com alguma razão, embora reconhecendo o mérito da proposta, tem levantado algumas objeções importantes a ela, no sentido de que ela tenderia a criar um risco de dano irreparável em algumas hipóteses, sobretudo na seara penal, mas também nas demandas de caráter satisfativo, que teriam, então, imediatamente, um efeito irreparável, caso não houvesse a possibilidade de recursos aos tribunais superiores.

Confio que o Parlamento brasileiro saberá avaliar, ponderar esses dois pontos de vista e chegar a uma conclusão que melhor atenda ao interesse do País. Não é uma questão trivial; é uma questão que, certamente, dependerá de um debate prolongado.

Em relação às perguntas do Senador Demóstenes Torres, procurarei responde-las. Agradeço as indagações detalhadas que ele formula e procurarei responder na ordem que eu consegui anotar. Não sou taquígrafo ainda; não consegui anotar todas elas. Se, porventura, eu pular alguma questão, peço a V. Exª que complemente.

A primeira pergunta, pelo que pude anotar, diz respeito à modificação legislativa no Código de Processo Penal que acabou por unir em um único dispositivo as figuras do estupro e do atentado violento ao pudor e a possibilidade de aplicação cumulativa das penas que antes eram tidas como da essência, da existência desses dois tipos e hoje foi posta em questionamento justamente pela convivência novo com o dispositivo.

Realmente, isso deixou o mundo jurídico perplexo. Há dificuldade até hoje de se aplicar cumulativamente as duas penas, já que houve essa reunião.

A segunda questão, peço vênias a V. Exª, é o impedimento do militar à promoção.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É, configura-se violação ao princípio da presunção de inocência o impedimento de acesso de militar à promoção em face de ele estar respondendo à processo penal. Ou seja, isso é muito comum. A pessoa está disputando uma promoção, mas está processado penalmente por alguma coisa. Se ele for impedido de assumir administrativamente aquele posto, isso fere a presunção de inocência? Essa é uma questão já debatida pelo STJ recentemente.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – Em face do entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal de que, enquanto não transitar em julgado, a decisão penal não pode haver uma restrição dessa magnitude, isso, sem dúvida, significaria uma violação ao princípio da inocência, já que não haveria o trânsito em julgado.

A terceira pergunta, salvo engano, que V. Exª formulou, era se é cabível a denúncia em face do descumprimento de algum item da transação penal. Sem dúvida, se a transação penal é descumprida, cabe, então, ter início a ação penal.

A subtração de objeto de veículo mediante a destruição do vidro do automóvel qualifica ou não o ilícito? V. Exª muito bem ponderou que seria da essência daquele tipo de furto ter esse obstáculo, o vidro pela frente, o que não qualificaria. No meu entendimento qualifica, porque há destruição do objeto. A defesa do corréu tem direito a participar do interrogatório....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Dos demais acusados.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – Sim, porque, sem isso, haveria uma lesão à ampla defesa e aos direitos inerentes ao devido processo legal, que, na seara penal, tem uma relevância maior.

A sexta pergunta e última....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É que, às vezes, o STJ decidiu o seguinte: embora corréus, podem estar em lados opostos, por exemplo, receptador e quem praticou o furto. Então, “sim” é a resposta, mas, em algumas condições, por estarem antagonizando-se, o STJ sedimentou que, em raríssimas hipóteses. Mas, claro, V. Exª...

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – Excepciona o princípio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente! Quando um pode prejudicar o outro. Nessa amplitude de defesa, não entraria aí, mas

a regra é essa que defende V. Ex^a. Foi por isso que eu perguntei, por conta da exceção.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – E haveria uma pergunta final que V. Ex^a formulou, se há uma compensação entre agravante de reincidência...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E atenuante de confissão espontânea. Se é possível compensar essa agravante com o atenuante. Quase sempre o STJ recebe nessas condições. Se o primeiro ou o segundo grau decidiu sem levar em conta essa compensação, se é possível que o STJ faça essa compensação e, claro, determine a diminuição da pena se houver a compensação.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – No meu entendimento, não deveria ocorrer essa compensação no nível do tribunal superior. Não sei se V. Ex^a se dá por satisfeito...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu me dou por satisfeito, sim.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – Eu passaria, então, às perguntas do Senador Pedro Taves, a quem também agradeço a oportunidade de levantar alguns temas relevantes.

Início pela última. Na verdade, hoje, fiz questão de ressaltar, na minha breve apresentação, minha participação no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional de 2001 a 2004, que é um item do meu currículo do qual eu muito me orgulho, porque lá pude ver – destaquei isso quando tomei posse no Cade a primeira vez, como conselheiro – que aquele era um modelo de jurisdição administrativa que, talvez, pudesse ser perseguido em outras searas, porque é um Conselho paritário – metade dos seus membros é oriundo do setor público, e a outra metade, do setor privado, mediante indicação de entidades de classe – e porque é um Conselho muito transparente. As sessões desse Conselho são públicas, as decisões são publicadas pela Internet, e há um debate técnico muito cuidadoso que, muitas vezes, produz resultados surpreendentes, unânimes, que revertem algumas punições aplicadas pelas autarquias encarregadas da supervisão do Sistema Financeiro Nacional, do Banco Central e da CVM. Havendo um consenso entre técnicos, ainda que de setores diferentes, muitas vezes, chega-se à conclusão unânime de que não subsistem as razões que levaram àquelas punições.

Durante esses três anos, tive a satisfação de trabalhar fisicamente na sede do Banco Central em São Paulo, onde opinava, como *custus legis*, sobre os recursos de número par, enquanto o ex-Procurador do Rio de Janeiro trabalhava numa sala do Banco Central de lá, opinando sobre os casos de número ímpar. Em 2005, depois de eu haver saído de lá, já estando no

Cade, apareceram graves acusações contra ele, das quais só tive ciência. Então, depus como testemunha, por três vezes, em processos disciplinares contra ele e fui arrolado, como testemunha, pelo Ministério Público Federal na denúncia contra ele e contra outras pessoas que foi apresentada em março de 2010. Então, é assim que, se eu for notificado a, de fato, depor como testemunha, cumprirei, obviamente, meu dever de cidadão, procurando esclarecer todos os fatos atinentes a esse período, como, aliás, já tive oportunidade de esclarecer pessoalmente a V. Ex^a, em seu gabinete.

Agradeço também pelas demais indagações muito oportunas que tratam de questões do dia. São questões que aparecem em outras indagações também.

Há uma questão que trata da corte constitucional alemã, da dispensa dos valores e do ativismo judicial no Brasil. Na verdade, esse é um debate interessantíssimo que mobiliza não só a teoria constitucional alemã, mas a teoria do Direito em geral no mundo inteiro. O famoso debate do Jürgen Habermas, a fórmula-peso de Alexy, que é tão citada aqui, o juízo de ponderação, o sopesamento de valores, a possibilidade de normas principiológicas, de princípios se sobreporem a normas positivadas, todas essas questões são extremamente relevantes.

Na Alemanha, dada a composição, o funcionamento, a origem da Bundesverfassungsgericht, esta é uma corte eminentemente política e entendida como tal, já que seus membros são escolhidos pelos partidos políticos e têm mandatos de até doze anos – apesar de uma formação técnica muito forte, eles têm um mandato até político. Lá essa jurisprudência de valores – e a lei fundamental, como é chamada na Alemanha, a Grundgesetz, tem um papel de orientação principiológica e axiológica da ação política e da interpretação do Direito – acaba sendo objeto de intenso debate e de uma força vinculante enorme.

É muito comum a expressão de que, vencido um determinado partido ou um determinado agente político num debate no parlamento, ele, certamente, irá levar essa questão à Corte Constitucional, que, então, irá arbitrar aquilo com base na aplicação de princípios ou num juízo de ponderação entre princípios e normas positivadas. Isso, obviamente, gera algumas críticas de peso. Por exemplo, Habermas, que, apesar de toda a importância que dá à criação do Estado Democrático de Direito na Alemanha do pós Segunda Guerra, questiona um pouco a amplitude dessa interpretação e da arbitrariedade que ela acaba dando ao juiz para decidir afinal uma questão que possa ter um cunho mais político.

Então, ela é importante na Alemanha, ela tem um peso, ela acaba influenciando decididamente em algumas

questões políticas e ela, por outro lado, não dá azo, pelo menos naquele país, ao ativismo judiciário como nós entendemos nos Estados Unidos, onde é tão criticado, e no Brasil também.

Relativamente ao ativismo judiciário no Brasil, se entendi bem, a sua pergunta é sobre qual o limite que ele pode ter aqui. Eu creio que compartilho dessa visão com V. Ex^a. Eu vejo com alguma reserva o ativismo judiciário. Eu acho que, em algumas instâncias, ele pode configurar uma verdadeira usurpação dos poderes que o parlamento tem em razão das eleições. Ou seja: o único poder legítimo para legislar é o Parlamento. O Judiciário, naturalmente, tem um quadro de interpretação possível que pode ser de algum modo criativo. Não é como o juiz positivista do século XIX, que era um autômato produtor de uma norma positiva individual que era uma dedução daquela norma, como se fosse um silogismo clássico. Certamente, o juiz, como aplicador do Direito contemporâneo, tem um quadro de interpretação mais amplo que aquele juiz caracterizado pelo positivismo tradicional.

Todavia, o ativismo judiciário pode ser perigoso em algumas instâncias na medida em que ele sancione políticas públicas que sejam contraditórias com aquelas traçadas pelo Parlamento e pelo Executivo, sem nenhuma racionalidade. Por exemplo, ao conceder certos benefícios a alguns indivíduos em detrimento de outros, pode criar uma verdadeira subversão à racionalidade de algumas políticas públicas, do orçamento e mesmo de uma relação, obviamente necessária, de custo da política com os benefícios sociais que ela poderá produzir. Além do que, é claro, mesmo quando o Judiciário cede à pressão das demandas sociais e cria políticas públicas mediante decisões individuais, a reserva do possível é um princípio que sempre há de ser o limite, haja vista não ser possível que, por uma decisão judicial, criem-se obrigações que extravasam os limites da possibilidade material de concretização de certos direitos.

A outra questão – e acho que foram três – diz respeito à possibilidade de agentes políticos responderem à Lei de Improbidade Administrativa. É uma questão bastante interessante; é uma questão sobre a qual V. Ex^a, como profissional do Direito e oriundo do Ministério Público, certamente se debruça muito e que tem merecido um debate interessante. Em que medida o agente político tem uma discricionariedade que escapa ao controle, à incidência da Lei de Improbidade Administrativa?

A jurisprudência do Supremo, com dois votos minoritários importantes, era no sentido de que não cabia ao agente político ser responsabilizado pela Lei de Improbidade Administrativa. Eu partilho do entendimento

de que, ao agente político, desde que obviamente não haja abuso de direito, fraude ou qualquer outro mecanismo que indique locupletamento ou algum desvio, desde que ele tenha.... Ele não pode responder pela fixação daquele objetivo que lhe compete em razão de sua discricionariedade para exercer aquele cargo.

Senador Randolfe Rodrigues, eu agradeço a V. Ex^a também pelas excelentes perguntas elaboradas. Parece que a primeira pergunta, de algum modo, eu já respondi, sobre essa questão de normas, regras e princípios e o debate acalorado que se realiza no mundo inteiro, e no Brasil também, sobre o juízo de ponderação e em que medida uma norma pode ceder a um princípio e em que medida isso afeta a presunção de constitucionalidade das leis. Princípio também é norma. A norma seria o gênero, no qual haveria regras e haveria princípios. O princípio como norma uma função e um papel diferentes das regras positivadas que teriam algumas características distintas dos princípios. Então, não seria de todo inédito, mesmo antes do livre curso que essas teorias hoje têm que uma norma positivada, uma regra cedesse passo a um princípio constitucional, a uma valor maior inscrito na Constituição.

Não me parece que isso afete a presunção de constitucionalidade das leis; muitas delas têm um caráter mais aberto, mais reflexivo, menos impositivo e o fato de um princípio acabar prevalecendo na aplicação do Direito; naquela decisão específica, não me parece afete o princípio da presunção de constitucionalidade das leis.

A questão do papel eminentemente político da Corte Constitucional aparece sem dúvida, como brilhantemente lembrado, na doutrina de Konrad Hesse e é uma questão que fica muito claro, sem dúvida, na corte constitucional alemã. No Brasil, em razão da subsistência de outras competências na nossa Corte Constitucional, o STF, muitas vezes esse papel não é tão visível, mas, em algumas decisões, é muito claro esse papel político e essa discussão, essa ponderação concreta dos limites de possibilidades da ação do Estado. Isso é muito mais evidente na nossa Corte Constitucional do que, sem dúvida, no Superior Tribunal de Justiça.

A questão, então, seria: pode o Superior Tribunal de Justiça desempenhar um papel semelhantemente político assim como tem desempenhado o Supremo Tribunal Federal? Me parece que, como um tribunal da federação, como um tribunal que uniformiza o entendimento da jurisprudência nacional, o papel do STJ é muito menos político do que o do Supremo Tribunal Federal, na medida em que cabe a ele dar o entendimento uniforme, uma aplicação uniforme à lei federal em todo o País e, para isso, ele se vale de métodos

de aplicação e interpretação do Direito mais restrito, menos flexíveis, menos dúcteis a essa ponderação, a essa valoração do que o Supremo Tribunal Federal.

Salvo engano, foram essas as duas questões que V. Ex^a me formulou, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Contemplado.

O SR. RICARDO CUEVA – Há também uma pergunta do Senador Renan Calheiros e peço a V. Ex^a a gentileza de repeti-la porque eu também não consegui anotá-la inteiramente.

O SR. RENNAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – A pergunta exatamente foi a seguinte: como o senhor vê, sob a ótica da instrumentalidade no projeto do novo Código de Processo Civil, os dispositivos que combatem a burocracia nos cartórios judiciais, concedendo aos advogados a faculdade ou o dever, em algumas hipóteses, de promover a intimação, por correio, da parte contrária, de testemunhas, por exemplo.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – Eu vejo isso com excelentes olhos, acho que atende aos anseios da sociedade, atende aos reclamos da OAB e é uma medida que trará, sem dúvida, caso seja implementada, grande celeridade ao nosso processo.

Apesar de os advogados serem dura e repetidamente criticados por retardarem o processo, na verdade, os advogados são os únicos agentes do processo que têm um prazo peremptório, que tem que ser cumprido sob pena de preempção mesmo do direito que defendem.

A grande causa do retardamento dos processos provavelmente radica na lenta movimentação que existe burocraticamente nos processos. Se for concedida aos advogados, assim como no direito anglo-saxão, essa faculdade de agirem como verdadeiros agentes auxiliares da Justiça, que já são, mas passarão a ter fé pública para praticarem certos atos processuais, eu acho que tenderemos a ganhar muito em celeridade, e o processo terá uma marcha que tenderá a cumprir plenamente aquele mandamento constitucional, aquele direito fundamental a um processo célere.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeitos, Srs. Senadores, com as respostas do candidato Dr. Ricardo Villas Bôas? (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra ao próximo candidato, Dr. Antonio Carlos Ferreira, eu justifico a solicitação do Ministro Falcão, que ficou conosco até agora, mas, por um compromisso no STJ, vai ter que se retirar.

Eu aproveito a oportunidade para convidar o Ministro João Otávio Noronha para ficar um pouco aqui conosco na Mesa principal.

Passo a palavra ao próximo indicado, Dr. Antonio Carlos Ferreira.

V. S^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Senador Vital do Rêgo, sua pergunta foi quanto à questão dos recursos especiais e a flexibilização na admissibilidade desses recursos no tribunal, se essa questão não estaria a beneficiar a parte que negligenciou com as condições da ação.

Eu entendo que não. Não implicaria um benefício indevido à parte – entre aspas – “negligente” com esse procedimento, porque o objetivo dessa flexibilização é resolver questões que tenham potencial multiplicador, ou seja, o objetivo é o tribunal já definir uma questão que tenha esse potencial, no sentido de antecipar a jurisdição nesses casos. Acho que vem ao encontro do interesse da sociedade e ao encontro da segurança jurídica e da pacificação dos conflitos.

Senador Demóstenes Torres, Senador Pedro Taques, agradeço imensamente a oportunidade que V. Ex^{as} me dão de esclarecer esses episódios que foram divulgados pela imprensa.

Antes eu gostaria de dizer que eu tenho dois filhos, tenho uma mãe. Mia filha tem 18 anos e viu essa revista, viu minha foto na revista, viu essa manchete na revista. E eu confesso a V. Ex^a que me lembrei aqui de um poema de um poeta paulista, chamado Cassiano Ricardo, que diz assim:

*Não foram não os anos que me envelheceram,
Longos, lentos, sem fruto.*

Foram alguns minutos...

Digo a V. Ex^a que foi um dos momentos mais difíceis da minha vida o simples olhar de minha filha naquela foto da revista. Por isso, agradeço a V. Ex^a.

A questão que V. Ex^a pergunta sobre a G-Tech e sobre uma cogitação de que teria um procedimento jurídico, logo no início, em fevereiro de 2003, das negociações que teriam favorecido a essa empresa. Essa empresa teria o domínio total das loterias na caixa do processamento, da gestão das loterias na Caixa Econômica Federal. E existiam diversas pendências judiciais que impediam a Caixa de levar efeito as licitações. Este assunto foi amplamente abordado, discutido em CPIs, e numa CPI aqui, no Senado Federal; foi investigado pelo Ministério Público e amplamente divulgado pela imprensa. E houve uma única cogitação nesse sentido, na época, que foi prontamente afastada. Acho que, pelo contrário, toda a atitude do Jurídico da Caixa, na minha gestão e na gestão anterior, foi no sentido de proteger os interesses da Caixa, de procurar libertar a Caixa daquela dependência completa que existia na época.

A partir de 2003, esse processo foi acompanhado, *pari passu*, pelo Ministério Público Federal; foi acom-

panhado pelo Tribunal de Contas da União, todas as decisões da Caixa eram imediatamente submetidas, tanto ao Ministério Público Federal quanto ao Tribunal de Contas da União.

Quanto aos procedimentos jurídicos adotados, inclusive no aspecto de gestão, nós fizemos uma consulta ao Professor Celso Antonio Bandeira de Melo. Então existe um parecer também, que posso deixar aqui com o Presidente Eunício, que abordou, fez um histórico de toda essa situação contratual. Não houve qualquer mudança de parecer, não houve nada para beneficiar a G-Tech; o que houve foi exclusivamente a defesa do interesse da Caixa pelos advogados da Caixa. E todo o procedimento jurídico submetido ao Professor Celso Antonio Bandeira de Melo, que abou todos esses procedimentos.

Em relação ao episódio do Sr. Francenildo, do sigilo bancário, também outro procedimento, outra ocorrência amplamente investigada pela imprensa, pelo Ministério Público, pelo Congresso Nacional. E meu nome nunca surgiu no inquérito policial; em nenhum momento o meu nome surgiu. Na verdade, eu fui nesse processo mera testemunha. Porque eu estava realmente jantando com o Presidente da Caixa, além de outras pessoas, para tratar inclusive de assuntos de trabalho; era a continuidade de assunto de trabalho, quando um dos Consultores do Presidente, que também veio jantar, trouxe um envelope. Ele recebeu o envelope e nenhum de nós dois, eu e um outro integrante da mesa, tinha conhecimento do que continha naquele envelope. E tão logo eu soube do conteúdo, eu fiz questão de ir à Polícia Federal prestar o meu depoimento meramente na condição de testemunha. E nunca, em nenhum momento, se cogitou de qualquer participação minha nesse episódio.

Quanto a uma segunda reportagem, de que eu estaria impedindo empregados da Caixa de ajuizarem ações trabalhistas, de que eu teria impedido a promoção desses empregados, digo que nós fizemos uma ampla reestruturação na unidade jurídica, a partir de 2004. E, num determinado momento, nós conseguimos obter mais de 40 cargos de confiança de chefia em unidade jurídica. Esses cargos são de livre provimento, cargos de confiança, cargos de comissão. Eram cargos de livre provimento, mas resolvemos fazer o seguinte: em vez de nomear, simplesmente, resolvemos fazer um processo seletivo interno para dar oportunidade a profissionais que não conhecíamos, que trabalhavam na Caixa. E surgiram diversos talentos, profissionais muito comprometidos com a Caixa, que vieram desse processo seletivo. Esse processo seletivo montou um banco de habilitados. Na verdade, montamos um banco de talentos. Quem conduziu esse processo seletivo

foi a área pessoal e não houve qualquer discriminação em relação a esses participantes. A partir da formação desse banco, os gerentes poderiam escolher as pessoas que eles nomeariam para os cargos.

Alguns advogados que compunham esse banco e que puderam participar tinham ações trabalhistas contra a Caixa, em que questionam a jornada de trabalho, horas extras. Advogado da Caixa com ações trabalhistas contra a Caixa. Esses profissionais continuam trabalhando normalmente na Caixa, continuam trabalhando com seriedade, comprometidos com a Caixa, embora discutam uma pretensão trabalhista contra a Caixa. Mas continuam trabalhando normalmente, continuam tendo o seu mandato, têm sua mesa de trabalho, o seu acervo. Trabalham e convivem normalmente com os demais advogados. Então, são todos promovidos, de acordo com os critérios da Caixa, por merecimento ou por antiguidade.

Esse problema surgiu por causa de um empregado que já tinha ações desde 1999; se não me engano, tinha duas ações trabalhistas. E, ao escolher um banco de habilitados, todos no mesmo nível, na mesma condição, ao escolher para um cargo de chefia, e alguns casos era para o contencioso... Evidentemente que se eu tenho vinte candidatos na mesma condição para chefiar uma unidade contenciosa, eu usei a palavra “desconfortável”. Eu poderia usar a palavra moralidade e inclusive até termos mais precisos. Se eu tenho dez empregados e um deles tem ação trabalhista para chefiar uma unidade contenciosa, é razoável, no interesse público, pela ética, que se escolha um advogado que não tenha ação trabalhista. Correríamos o risco de um advogado participar da gestão da unidade onde ele tem uma ação trabalhista ou ser chefe, inclusive, do advogado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Bom, deixa só eu esclarecer. O que V. S^a afirma é que não há qualquer óbice à promoção...

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, a restrição é em relação a cargos comissionados e funções gratificadas, porque V. Ex^a entende que, nesses casos, como a pessoa tem um contencioso com a Caixa, ela não tem condições de chefiar uma área de contencioso da Caixa contra os outros.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Senador, eu...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mais ou menos assim?

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Não teria essa extensão. Eu não vejo... Existem vários gerentes da Caixa que têm ação trabalhista contra a Caixa e tem ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim, mas podem ter contenciosos específicos.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Nesse caso específico, um advogado chefiando um advogado com ação trabalhista, chefiando uma equipe ou participando da gestão de uma unidade que é importante por sua ação trabalhista...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Que vai ajuizar ações na mesma direção...

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Que vai defender a Caixa contra as ações trabalhistas, quer dizer, há um evidente conflito de interesse, uma postura ética. Talvez se eu tivesse nomeado, Senador, se V. Ex^a me permite, se eu tivesse nomeado um empregado nessas condições que involuntariamente tivesse perdido um prazo, tivesse ocorrido algum acidente ou incidente na ação desse empregado, o Ministério Público do Trabalho nessa questão específica entenderia que o meu constrangimento, o meu desconforto já configuraria assédio moral. Mas, se eu o tivesse nomeado e se tivesse ocorrido um incidente, o Ministério Público Federal, talvez, entendesse que eu teria adotado uma postura de improbidade ou uma postura de gestão temerária, algo assim. Então, reafirmo, diante dos senhores, que não há... Inclusive, esse empregado foi promovido normalmente, por antiguidade e por merecimento. Ele só não ocupou esse cargo de chefia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, V. Ex^a está satisfeito?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. S^a continua com a palavra, para responder aos questionamentos feitos pelos outros Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Senador, V. Ex^a me faz perguntas que demandariam que eu fizesse uma pesquisa. Então, já lhe peço desculpas se eu não corresponder à expectativa de V. Ex^a.

V. Ex^a pergunta se a gravidade do crime justificaria a prisão cautelar. Entendo que a mera gravidade do crime não justificaria essa medida. V. Ex^a complementa, perguntando se a fuga seria motivo para essa prisão cautelar. Nesse caso, já entendo que sim, para garantir a persecução criminal.

Quanto ao teste de alcoolemia, em relação aos crimes de trânsito, a legislação anterior ou o Código de Trânsito Brasileiro não previa como prova da conduta atípica a testemunha ou a condução destoante do veículo ou o perigo da direção. Com a nova legislação, com a alteração, impôs-se como meio de prova

dessa conduta o percentual, a quantidade de álcool no sangue, o que é medido pelo conhecido bafômetro. Ao promover essa mudança, condicionou-se a prova a esse quesito. Portanto, não havendo essa prova, não seria viável a persecução penal.

É perguntado se a conduta de simplesmente portar arma de fogo configuraria porte ilegal. Penso que, fora das hipóteses previstas em lei, isso configura, sim, o crime de porte de arma de fogo.

É levantada a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha a ex-namorado. Penso que é essa a hipótese da pergunta. Penso que isso não se aplicaria nessa hipótese, pois o requisito da Lei da Maria da Penha seria a co-habitação familiar, em síntese, em suma.

Foi perguntado se é incondicionada a lesão leve para os crimes também praticados em relação à Lei Maria da Penha. Para a Lei Maria da Penha, independentemente da gravidade do crime, é necessária ainda a representação da vítima. Há um projeto em andamento no Senado que, se não me engano, é de iniciativa da Senadora Marta Suplicy. Na verdade, ela atua como Relatora, mas parece que ela fez uma proposta no sentido de, nos crimes sob a égide da Lei Maria da Penha, tornar desnecessária a representação da vítima.

Senador Pedro Taques, agradeço a V. Ex^a a oportunidade que me dá, por ter condicionado as demais perguntas ao meu esclarecimento quanto àqueles episódios. Continuo à disposição de V. Ex^a, se for necessário esclarecer aquela premissa que V. Ex^a havia colocado para prosseguir com a arguição.

Voltando à questão, eu desconhecia... V. Ex^a fez algumas perguntas com relação à prevaricação, à condescendência criminosa, talvez, vinculando a um pressuposto de que eu pudesse ter participado daquele episódio. Essas duas hipóteses de crime devem ser apreciadas, e serão apreciadas, de acordo com a legislação, de acordo com o Código Penal, com a conduta, enfim. Aqui também – e já me desculpo com V. Ex^a se não for satisfatório – sobre esse incidente do deslocamento de competência, entendo que não ofende a questão dos direitos humanos; pelo contrário, até assegura um julgamento isento.

A posição para a melhoria do tempo dos processos, ou ainda, sobre qual providência poderia ser adotada no STJ para agilizar a solução dos processos. Os Ministros do STJ, no meu entender, já estão em bom caminho. Estão todos, pelo que percebo, trabalhando muito, têm uma jornada extenuante, e todos muito comprometidos com os resultados dos seus gabinetes. Eu procuraria aprender com os Ministros, mas entendo também que a tecnologia da informação

oferece condições que ainda não conhecemos totalmente, com um potencial infinito. E há ainda a simplificação de providências, a simplificação de atos. Mas, certamente, eu aprenderia... Eu procuraria antes, se V. Ex^{as} aprovarem a indicação do meu nome, conhecer a rotina de trabalho mais intimamente dos gabinetes dos Ministros e aproveitar as melhores práticas que eles já levam a efeito hoje, bem como qualquer medida que possa ser tomada para assegurar o princípio da duração razoável do processo. Acho que tem de haver um compromisso nesse sentido.

V. Ex^a me pergunta também o que significa Estado Democrático de Direito e se o ativismo se encontra incluído. Bem, a democracia, Senador, a meu ver, se realiza pela igualdade, pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana, que é um valor supremo. E o Estado Democrático de Direito inclui o estado de direito e também o estado social de direito.

Quanto ao ativismo, Senador, essa prática que se considera como ativismo, que se denominou ativismo, se adotada com prudência, com moderação, levando em conta a reserva do possível e, especialmente, o mínimo existencial, a meu ver, não configura qualquer infração à independência dos poderes. Penso que representa o exercício da jurisdição e o atendimento a uma necessidade a um princípio constitucional.

A Emenda Constitucional nº 45 (CNJ). Qual o papel correicional do CNJ? Eu entendo que a Constituição já define que compete ao CNJ, além da gestão administrativa e financeira, também a análise de aspectos de infração de conduta ou desvios de conduta por parte de magistrados. Eu entendo que, sim, o CNJ vem cumprindo esse papel. Certamente, a extensão dessa competência será ainda... É um órgão novo ainda e será aprimorado ao longo do tempo.

O entendimento sobre o crime de trabalho escravo, se é federal ou estadual, tendo em vista tratados firmados. Senador, entendo que é da Justiça Federal tendo em vista os tratados que são firmados. E, ainda, qualquer redução da condição humana, qualquer... Um dos valores da Constituição é o trabalho, a valorização do trabalho e o princípio da dignidade humana.

Acho que é isso, Senador. Acho que fui...

Senador Randolfe Rodrigues, V. Ex^a menciona o caráter principiológico da Constituição. Acho que a Constituição cidadã trouxe também o caráter principiológico, mas também a intenção de ela própria definir esses princípios, ela própria, em alguns casos, já aplicar e dar efetividade a esses princípios.

V. Ex^a me pergunta sobre a concepção sobre Estado Democrático de Direito. Eu acho que já mencionei aqui numa resposta anterior do Senador Pedro Taques, que se baseia na igualdade, na liberdade e na

dignidade da pessoa humana. Judicialização da política eu também incluo na resposta anterior em relação ao ativismo. Acho que mesmo a Constituição, como eu disse, a nossa Constituição principiológica, mas que coloca também os conceitos, os valores e pretende, por si só, já dar efetividade a esses princípios, por vezes, há um conflito entre princípios ou ausência de determinada política pública ou mesmo na execução dessa política pública. Entendo que o Judiciário cumpre, quando provocado, o seu papel jurisdicional, com moderação, com prudência, com ponderação.

Se a noção de bem jurídico e sua proteção é positivista. Se adotar visões contrárias contra a legis, Senador, eu entendo que o papel do juiz é uma atividade vinculada, vinculada à Constituição, vinculada à lei e vinculada à sua consciência. Em relação à legislação, devem prevalecer na atividade do juiz os princípios e valores contidos na Constituição, com moderação. É difícil falar genericamente, acho que cada caso seria um caso, mas o juiz tem que ter sempre presente a sua consciência e os seus valores constitucionais, principalmente da dignidade da pessoa humana.

Senador Randolfe, não sei se...

Senador Renan Calheiros, agradeço imensamente suas palavras iniciais, fico muito orgulhoso e satisfeito principalmente vindo de V. Ex^a essas palavras generosas. Bom, a indagação de V. Ex^a, já respondida pelo Dr. Ricardo Cueva, eu concordo integralmente. As medidas todas que venham a facilitar, agilizar, simplificar, desburocratizar o andamento do processo são sempre bem-vindas e vêm ao encontro, todas elas, do princípio da duração razoável do processo – o princípio e garantia de que deve ser efetivada.

Ao Senador Lobão Filho também agradeço imensamente as palavras de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Satisfeitos, Srs. Senadores?

Passo a palavra ao próximo indicado, Dr. Sebastião Alves dos Reis Júnior.

Tem a palavra V. S^a para responder aos questionamentos dos Srs. Senadores.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR

– Quanto à questão colocada pelo Senador Vital do Rêgo a respeito do problema do incidente de resolução de demandas repetitivas, eu entendo que é um processo repetitivo ao inverso, ou seja, na verdade, diferente do repetitivo que é uma decisão do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio Tribunal de Justiça em uniformizar o entendimento, já na primeira instância há uma provocação nesse sentido de se, havendo o juiz a percepção de que aquela questão vai ser objeto de várias demandas, há uma tentativa de solucionar de forma uniforme esses processos e com maior celeridade.

de processual. Acho que é um instrumento que pode ser que dê certo, mas temos de ter preocupação só com a segurança jurídica e, eventualmente, com certa precipitação na análise de determinada questão que não esteja madura o suficiente para ser apreciada.

Senador Demóstenes Torres, também agradeço o fato de V. Ex^a ter colocado, e realmente foi uma questão... O fato é muito simples, até tive a oportunidade de explicar pessoalmente ao senhor: eu era advogado da Eletronorte; em 1994, assinei uma contestação pela empresa; em 2000, eu saí da empresa, ou seja, deixei de ser advogado da Eletronorte; em 2003, afastei-me do escritório, em razão de ter assumido a consultoria jurídica da Integração Nacional; em 2004, minha sócia no escritório foi procurada, eu acredito, por uma pessoa que os senhores, em grande parte, conhecem, o ex-Ministro Torquato Jardim, que perguntou sobre a possibilidade de ela ajudá-lo no acompanhamento de alguns processos. Ela aceitou. Era um mero acompanhamento, ou seja, a condução efetiva dos processos continuaria sobre a responsabilidade dele, Torquato Jardim, ou então de um outro advogado, nesse caso específico, o Dr. Tito Ress, de São Paulo. Ela aceitou, o Dr. Torquato preparou o substabelecimento e, indevidamente, incluiu meu nome nesse processo.

Assim que eu tive notícia, renunciei ao mandato. Não houve atuação efetiva minha nenhuma no processo, o processo foi conduzido o tempo todo pelo advogado de origem, que era o Dr. Tito. Foi ele que sustentou, ele que interpôs todos os recursos ou, então, o Dr. Torquato Jardim. Ou seja, não houve a participação, foi um acidente realmente que ocorreu com a inclusão do meu nome no substabelecimento do processo. Não houve má-fé, não houve dolo, não houve intenção de burlar, não houve nada disso. Foi um acidente.

A questão, inclusive – isso eu acho muito importante –, já era de conhecimento do Superior Tribunal de Justiça por ocasião da própria elaboração da lista, e o Tribunal, até por ter me indicado, entendeu que realmente nada de errado aconteceu no processo, não houve nenhuma atuação imprópria ou indevida minha naquele caso.

No que se refere à aceitação da suspensão condicional, ou seja, no caso de acordo quanto à suspensão condicional da pena, a possibilidade de trancamento de ação penal por meio de *habeas corpus*, eu acho que não é pertinente, até porque, a partir do momento em que houve a suspensão condicional da pena, não houve denúncia e há falta de interesse. Não há nenhuma restrição ao direito de liberdade, que seria o direito maior, garantido pela Constituição.

No que se refere à prova emprestada criminal para o processo disciplinar, entendo que é admissível, desde que respeitado o devido contraditório.

A liberdade condicional para estrangeiro com expulsão decretada é uma questão que acho deva ser analisada com muito cuidado, para não se correr o risco de, antes do fim do processo de expulsão, conceder-se essa liberdade e não se ter condições de eventualmente tornar efetiva a expulsão.

No tocante à perícia para comprovação do estado de alimentos, eu entendo que ela é sempre necessária, porque faz parte do tipo penal, e você vai ter que confirmar isso por meio de prova pericial.

Quanto à aplicação dos prazos prescricionais já... do reconhecimento da redução do prazo de pena já na instância superior, em que pese não tenha sido considerado por ocasião da sentença, entendo que sim, que é aplicável, até porque a lei penal sempre tem que ser aplicada de forma a beneficiar o réu.

Acho que era isso, não é, Senador? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Senador Pedro Taques, na questão do abolicionismo, entendo que... Eu não adiro a essa corrente. Entendo que o processo penal, o direito penal é um direito necessário, até de modo a se garantirem os direitos humanos. Eu acho apenas que a nossa preocupação maior agora é tornar o direito penal um direito efetivo, de modo a evitar que realmente haja ofensa a direitos humanos, a direitos individuais.

Quanto à questão do uso de entorpecentes, se a lei é suficiente. É uma situação delicada. No Brasil nós temos em vários campos uma lei em tese muito efetiva, muito completa. A grande dificuldade é a efetivação da aplicação da lei. E aí, nesse ponto, entendo que deveríamos reaparelhar as nossas instituições.

A questão do entorpecente é extremamente delicada, é uma questão que envolve, inclusive, política pública. Se a lei é suficiente ou não, em tese acho que ela pode até ser considerada suficiente. Agora, dependeria dessas medidas paralelas, necessárias para a sua efetivação, inclusive, em especial, as políticas públicas.

No que se refere à questão dos recursos repetitivos, acho que foi um grande avanço que tivemos agora. A situação do Judiciário, em especial dos Tribunais Superiores, era uma situação periclitante. Como disse até na minha apresentação inicial, o Tribunal, inclusive ainda está, não estava conseguindo fazer o Direito necessário, aplicar o Direito necessário e, sim, dar à Justiça o Direito possível naquelas circunstâncias. Era uma situação que estava acontecendo. E o recurso repetitivo, em que pese ser um instituto novo, cuja aplicação ainda está se tornando madura, até sendo

melhor interpretada, melhor conhecida não só pelos próprios aplicadores – uma parte dos julgadores do Superior Tribunal de Justiça –, mas também dos próprios destinatários, ou seja, as partes; há uma necessidade de se compreender o instituto para que a sua aplicação seja madura.

Acho que há um grande avanço, ele está conseguindo propiciar, num primeiro momento, a redução do processo. Julgar uma questão e fixar um entendimento que vincula as instâncias inferiores eu acho que se ganha tempo, se obedece ao princípio da razoável regulação do processo.

Num segundo momento torna factível, concreto aquilo para o qual o tribunal foi criado, que é a uniformização de jurisprudência. É o momento que o tribunal tem, já que é uma questão normalmente madura, já devidamente debatida não só no próprio Superior Tribunal de Justiça como, também, nas instâncias inferiores, de fixar o entendimento sobre determinada questão, e, com isso, estancar uma série de ações que poderiam surgir ou que, em curso, acabam se encerrando.

Quanto à questão da Constituição na interpretação das normas infraconstitucionais, acho que a Constituição hoje fixou um determinado, uma série de limites e princípios que a norma infraconstitucional deve ser sempre interpretada, de modo a não só obedecer a Constituição, como torná-la efetiva. Ou seja, são princípios que foram estipulados e que a efetividade deles depende, muitas vezes, de uma aplicação correta da norma infraconstitucional.

A questão dos direitos humanos na Constituição de 1988 foi um grande avanço e, na verdade, um passo fundamental para a consolidação do Estado de direito. Acho que o Estado de direito passa por uma série de garantias e, dentre elas, o reconhecimento dos direitos humanos. Houve, realmente, uma mudança radical, uma grande evolução, e estamos vendo hoje os tribunais tornando essa questão efetiva.

Volto a falar, esses direitos constitucionais – e temos que ter sempre em mente – eles não podem simplesmente permanecer escritos num papel. Cabe ao legislador infraconstitucional torná-los efetivos, criar os instrumentos necessários para as suas efetividades; e também aos tribunais aplicá-los de forma a se tornar uma realidade. Eles não podem continuar a existir simplesmente como princípios; eles devem se tornar uma realidade. E para isso, há necessidade de uma atuação efetiva do Judiciário.

Finalmente, no que se refere aos tratados internacionais de direitos humanos, entendo até, se não estou enganado, por uma disposição constitucional, que eles têm um caráter constitucional: art. 5º, § 3º, da Constituição, se não estou enganado.

Senador Randolfe, eu volto a falar que... V. Exª fez uma pergunta, mais ou menos, interligada com uma das colocações que foram feitas pelo Senador Pedro Taques, relativa ao papel da Constituição. Ou seja, nós temos uma Constituição hoje repleta de princípios, repleta de ideias, cuja efetivação vai depender de normas infraconstitucionais, de normas, regras, ou seja, vamos ter de torná-las efetivas e aplicadas. E sempre respeitando, é claro, até por se tratar de um princípio constitucional, a presunção da constitucionalidade das leis. Ou seja, de antemão, a lei, sendo aprovada, tem um caráter constitucional, ela é constitucional, até porque já recebe um exame prévio por parte desta Casa. Ou seja, a norma já é submetida a um exame prévio quanto à sua constitucionalidade quando ela é submetida não só a esta CCJ, como à própria Comissão de Justiça também na Câmara dos Deputados.

Finalmente, quanto à colocação do Senador Renan, no que se refere à possibilidade de a intimação ser direta, feita pelos advogados, a intimação direta de testemunhas e partes pelos advogados, entendo que realmente é um modo, uma das medidas que possam ser adotadas de forma a tornar mais célere o processo, mas sempre peço a necessidade de se considerar a questão da segurança jurídica, da garantia do devido processo legal e da isonomia, que acho que são princípios basilares do nosso processo, que não podem ser relegados a um segundo plano.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Estamos bastante esclarecidos e aptos a votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ao segundo bloco, conforme combinamos, de Senadores inscritos.

O primeiro Senador inscrito é o Senador José Pimentel; em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Eduardo Amorim, Senador Gim Argello, Senadora Marta Suplicy e Senador Aécio Neves.

O primeiro Senador inscrito para arguir é o Senador José Pimentel, a quem concedo a palavra.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente Senador Eunício Oliveira, senhores indicados, Ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, nossos operadores do Direito, eu queria começar registrando que estou no Congresso Nacional desde 1995, ou seja, indo para 17 anos, sendo 16 anos na Câmara e um, iniciando, neste primeiro ano no Senado, mas sempre acompanhando as várias arguições feitas pelo Senado Federal. E esse tem sido um dos processos mais longos da indicação do chamado quinto constitucional, seja por conta do processo anterior, mas tem sido feito um forte debate

pelos operadores do Direito, pela sociedade brasileira, pelas nossas academias.

Portanto, ao chegarem os três indicados hoje à CCJ, à nossa Comissão de Constituição e Justiça, já tivemos, por parte dos vários setores da sociedade brasileira, um forte debate, seja dentro da própria OAB, em seguida, no nosso Superior Tribunal de Justiça, onde os nossos Ministros, os seus Corregedores já fizeram um grande acompanhamento, seja por conta do processo anterior e pela indicação dos três aqui hoje arguidos.

Em seguida, vai ao Poder Executivo. No Executivo, o Ministério da Justiça, a Advocacia Geral da União, a Casa Civil, todos esses órgãos também se envolveram na análise do currículo, da capacitação, da idoneidade, de tudo que a Constituição reivindica.

Analisando o voto dos nossos relatores, o Senador Francisco Dornelles, nosso Ministro, apresenta o voto minucioso com relação ao nosso indicado, Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva. Ao analisar esse voto, a forma como ele elaborou, a forma como ele pesquisou, nos dá uma tranquilidade para votar na indicação com o parecer do nosso Senador Francisco Dornelles.

Se nós analisamos o voto do nosso Senador Ciro Nogueira, com relação ao nosso indicado Dr. Antônio Carlos Ferreira, temos um funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal, uma instituição centenária, que ali chegou por concurso público; a sua vida curricular, a sua vida idônea, a forma como ele levanta todos os dados aqui constantes nos dá uma tranquilidade, Dr. Antônio Carlos Ferreira, para acompanhar o parecer do nosso Senador Ciro Nogueira, pela qualidade, pela forma como ele elabora o seu voto.

Se vamos ao parecer do Senador Aécio Neves, que diz respeito ao Dr. Sebastião Alves dos Reis Júnior, da mesma forma, temos um voto minucioso, pesquisado, para que esta Comissão possa tomar, com toda tranquilidade, a sua decisão e, em seguida, levar ao plenário do Senado Federal. Por isso, nosso Presidente, eu só quero parabenizar os nossos relatores e dizer que – o voto é secreto – vou acompanhá-los, todos os três.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok, Senador.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

O Senador Flexa esteve aqui até agora, deve ter dado uma saidinha, então, faço a inversão de nomes, concedendo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Exmº Sr. Ministro João Otávio de Noronha, sua presença muito nos honra neste momento, aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, confesso que eu tinha formulado alguns questionamentos, mas eu acho que o currículo de cada postulante, por si só, já fala, diz da dedicação, da capacidade e do preparo de cada um deles. Portanto, saliento que os três estão preparados para ocupar essa função e dou-me por satisfeito, Sr. Presidente. Gostaria até de sugerir que fôssemos direto ao voto...

Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu disse que o currículo de cada postulante já expressa a dedicação, a capacidade e o preparo dos mesmos. Portanto, eu me considero satisfeito e não farei nenhum questionamento.

Sugiro até, Sr. Presidente, que fôssemos direto ao voto, para que pudéssemos adiantar, porque, à tarde, teremos muito trabalho ainda em comissões, subcomissões e em plenário também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito, Senador Gim Argello. Tem a palavra V. Exª.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu também me dou por satisfeito, tendo em vista a qualidade das perguntas feitas e das respostas que ouvi até aqui.

Vejo o currículo dos senhores futuros ministros e me dá muita satisfação em saber que Corte tão importante poderá contar com pessoas tão preparadas.

Colaborando com o Senador Inácio Arruda e com o Senador Eduardo Amorim, Presidente Eunício, pediria a V. Exª que consultasse o Plenário desta Comissão para que abrissemos o processo de votação dos Srs. Ministros, tendo em vista o adiantado da hora.

Eu, pelo menos, me dou por satisfeito e vejo que a maioria dos Senadores aqui presentes também se dá por satisfeita.

Então, Sr. Presidente, se V. Exª não se sentir confortável em abrir a votação, que consulte o Plenário para que possamos começar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim, no início desta reunião, nós combinamos um procedimento e nós vamos concluir esse procedimento, com o devido respeito à proposta do Senador Inácio Arruda, com o devido respeito à proposta de V. Exª, mas nós temos ainda mais dois oradores inscritos. Em seguida, se não houver ninguém que queira arguir, aí sim, abrirei o processo de votação nominal. Peço um pouco mais de paciência. É importante para esta Comissão e importante também para os indicados e sabatinados.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Será rápido.

Primeiro, quero parabenizar a indicação dos Ministros Antonio Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva e Sebastião Alves dos Reis, compartilhando com os colegas que me antecederam dos currículos e do preparo que cada um tem.

Eu gostaria de fazer uma questão. Gostaria de saber a posição dos senhores sobre este tema: a Lei nº 11.770, de 2008, determinou, em seu art. 2º, que a Administração Pública é autorizada a instituir a prorrogação da licença maternidade por mais 60 dias, passando de 4 a 6 meses. Recentemente, a Primeira Turma do STJ, no julgamento do Recurso Especial nº 1245651, negou esse direito a uma servidora do Município de Belo Horizonte, sob o argumento de que a Lei não obriga a prorrogação da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, somente autoriza o benefício. Quando o projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional, não era pretendido dar ao Poder Executivo uma opção, mas garantir um direito às servidoras. Na decisão, portanto, mostra-se um equívoco interpretativo, mas eu gostaria de saber a opinião dos três a respeito disso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Aécio Neves. Estando ausente S. Ex^a, indago aos Srs. Senadores se ainda há o desejo de algum dos senhores de fazer alguns questionamentos antes de passarmos a palavra aos arguidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não farei questionamentos. Quero tranquilizar meus colegas. Não contra-argumentarei nenhum dos sabatinados. Quero apenas fazer uma saudação à presença nesta Comissão do Ministro João Otávio de Noronha. Já o saudei pessoalmente, mas eu não poderia deixar de fazê-lo neste plenário. A atuação do Ministro João Noronha honra a história do Superior Tribunal da Justiça, do Judiciário brasileiro e da República. Já externei isso pessoalmente ao Ministro. Uma atuação como a dele dá cabo aos procedimentos previstos no nosso ordenamento constitucional. Para nós, é uma honra contar com sua presença no plenário. Eu queria somente quebrar o procedimento aqui, porque eu não poderia deixar de fazer esse registro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não vou fazer outra pergunta, Sr. Presidente.

Também quero externar ao Ministro João Otávio de Noronha o respeito por V. Ex^a e pelo seu trabalho no Superior Tribunal de Justiça. É um trabalho sério e competente. V. Ex^a tem o respeito deste Senador e, tenho certeza, dos Senadores que aqui se encontram. Qualquer um pode ser juiz, mas a alguns juízes falta a coragem. E V. Ex^a, além de ser excepcional juiz, é um homem de coragem, é um homem do seu tempo. Parabéns pelo seu trabalho!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Serei breve, Sr. Presidente.

A exemplo do que fizeram vários integrantes desta Comissão, quero manifestar minha mais absoluta confiança no trabalho edificante que será realizado no STJ pelos indicados, que, nesta Comissão, demonstraram, nos seus pronunciamentos, nas suas explicações, total desenvoltura para tratar do trabalho que irão exercer no STJ. V. Ex^a se preparam. Serão juízes de uma das Cortes maiores deste País. O Brasil precisa de pessoas competentes, capazes, que tenham autonomia no exercício de suas funções. E V. Ex^{as} se prepararam, ao longo de suas vidas, para exercer missão tão nobilitante que lhes será entregue pelo País, por intermédio do Senado Federal, da Presidenta da República e de todos aqueles que compõem o meio jurídico do nosso País. Meus parabéns antecipados! Que Deus os ajude!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais Senador que queira fazer uso da palavra, concedo a palavra ao Dr. Ricardo Villas Bôas, para fazer suas considerações.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – Agradeço à Senadora Marta Suplicy pela pergunta elaborada, embora possa haver algum risco de que, com a resposta, eu venha antecipar algum pronunciamento que seja levado a dar em algum caso levado a julgamento no Tribunal, se esta Casa, naturalmente, aprovar meu nome e me conceder a honra de integrar o Tribunal.

Tendo a concordar com a exegese adotada pela ilustre Senadora. Na verdade, a lei, pelo que me lembro – li essa lei há muito tempo –, teve essa finalidade protetiva muito clara, apenas concedendo, salvo enga-

no, pois não me lembro exatamente dos termos da lei, certa discricionariedade na concessão do benefício. De qualquer maneira, a finalidade protetiva da mãe e da criança era clara, e, ao que me parece, não haveria por que impor essa restrição à incidência da lei.

Com esse comentário, se a Senadora se sentir esclarecida, eu quero agradecer a enorme atenção e as indagações profundas e oportunas desta Comissão. Agradeço a todos os Senadores aqui presentes, com a esperança de merecer a aprovação de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para responder à Senadora Marta Suplicy, concedo a palavra ao Dr. Antônio Carlos Ferreira.

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERREIRA – Senadora Marta Suplicy, com as ressalvas aqui já antecipadas pelo meu colega Ricardo Cueva, eu também compartilho, mesmo porque eu venho de uma empresa que já reconhece esse direito e, por ocasião desse reconhecimento, o Jurídico da Caixa examinou e se posicionou nesse sentido. Portanto, para mim, é muito natural esse reconhecimento.

E, para uma consideração final, gostaria de dizer que entendo que a melhor forma de eu retribuir a confiança que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil depositou em mim, a melhor forma de retribuir a confiança que os Ministros do STJ, por ocasião da eleição, também me conferiram pela honra do seu voto, bem assim a melhor forma de retribuir à Presidenta Dilma a minha indicação e também, caso esta Casa aprove essa minha indicação, a melhor forma de retribuir é trabalhar com espírito público, dedicar-me ao interesse do País, dedicar-me à realização da justiça e para a construção de um país melhor.

Assim, só tenho a agradecer pela atenção e pela generosidade de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para responder à última pergunta e para as suas considerações finais, concedo a palavra ao Dr. Sebastião Alves.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Senadora, primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Congresso Nacional pela iniciativa dessa lei. Eu acho que o objetivo, mais que proteger a mãe, é proteger a própria criança. Então, ela tem todo o mérito. Confesso que não conheço os detalhes da decisão do Superior Tribunal de Justiça, mas entendo, a princípio, que ela teria condições de ser autoaplicável, ou seja, não haveria... A própria administração poderia reconhecer esse direito, essa garantia que foi concedida.

No mais, eu gostaria de agradecer a esta Casa a atenção e o carinho com que fui recebido, não só neste momento como também nas semanas anteriores, quan-

do tive oportunidade de falar com praticamente todos os senhores e senhoras e fui muito bem recebido.

Quero agradecer a atenção, prometendo aos senhores, como disse anteriormente, fazer de tudo, caso aprovado, para justificar a confiança desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada mais...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só gostaria de parabenizar V. Ex^a pela condução desta sabatina e ressaltar a importância de um evento como este. Temos aqui indicados que, em sendo aprovados por esta Comissão e pelo Plenário, servirão à República até os 70 anos. Nós temos milhares, quem sabe milhões, de brasileiros assistindo a uma sabatina como esta. Brasileiros que estão no primeiro ano da faculdade e sabem a importância de estudar, sabem a importância de conhecer a Constituição da República, e esses brasileiros que estão nos assistindo podem ter também o objetivo de, como estes que aqui se encontram, chegar à segunda Corte mais importante do Brasil.

Assim, no ato de julgar, Sr. Presidente, V. Ex^a que bem conduz os trabalhos dessa forma, nós não podemos prejudicar o inimigo nem beneficiar o amigo. Este é o ato de julgar.

Eu, como Senador da República, busquei fazer perguntas aqui nesse sentido para que nós possamos valorizar o papel do Senado e daqueles indicados pela Senhora Presidente para compor essa mais importante Corte. Aqui não pode ser, com o perdão da palavra, um convescote entre amigos. Tenho absoluta certeza que os indicados que aqui se encontram, ao chegarem ao STJ, julgarão pensando na Constituição da República e nos direitos fundamentais da pessoa humana.

Assim, eu quero cumprimentar V. Ex^a, como Presidente, que permitiu que todas as perguntas fossem feitas, o que só valoriza a Comissão de Constituição e Justiça e esta Casa, que defende a federação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concordo com V. Ex^a, inclusive, as minhas duas filhas que fazem Direito e uma delas teve o privilégio de ser aluna de V. Ex^a, acabaram de me dizer exatamente isto, que estão assistindo para que elas tenham a consciência de que vale a pena se dedicar, vale a pena estudar. Sem isso, os senhores indicados não estariam aqui nesta manhã.

Pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES – Sr. Presidente, estou sob pressão do Rio de Janeiro, dos dois Senadores do Rio de Janeiro, então tenho que ser bem breve.

Só para da mesma forma cumprimentar V. Ex^a pela condução que deu a sessão de hoje. Nós fizemos jus aqui a nossa atribuição como Senado da República. Preceitua claramente a Constituição que os candidatos a Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça devem ser, após sabatinados, arguidos pelos membros do Senado Federal da Comissão de Constituição e Justiça, deverá ser submetido à votação.

V. Ex^a honrou o procedimento previsto na Constituição sendo firme na condução, garantindo que primeiro ocorresse a sabatina, para, depois, nós pudéssemos submeter à votação. Esse procedimento de V. Ex^a honra o que está previsto na Constituição e o que é claramente o que é a nossa atribuição como Senadores da República. Quanto mais assim o fizermos mais com certeza será melhor a atuação do princípio constitucional da independência dos poderes e da atuação do conjunto das autoridades da República, notadamente as autoridades judiciárias.

Só concluindo, quero reiterar meus cumprimentos ao Ministro João Noronha. A atuação do Ministro, com certeza, como diz aquela célebre frase do Lênin, que eu repito aqui: “O exemplo arrasta, a palavra apenas convence”.

Então, que o exemplo da atuação do Ministro João Noronha seja um belo exemplo para atuação dos futuros Ministros também do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira arguir os candidatos, vamos ao processo de votação.

Sobre a mesa encontram-se cédulas de votação devidamente rubricadas por esta Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada dos Srs. Senadores.

Primeiro Senador a votar, Senador José Pimentel.

Senadora Marta Suplicy.

Senador Pedro Taques.

São três cédulas devidamente rubricadas pela Presidência.

Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Inácio Arruda.

São três cédulas devidamente rubricadas.

Senador Pedro Simon.

Senador Romero Jucá.

Onde está o Líder Romero Jucá? *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo.

Os senhores indicados podem ficar sentados, porque a votação está só começando.

Senador Francisco Dornelles.

Senador Renan Calheiros.

Senador Aécio Neves.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Demóstenes Torres, a quem tenho a honra de suceder nesta Presidência.

Senador Armando Monteiro, meu Líder.

Senador Gim Argello.

Senador Randolfe Rodrigues, nosso mais novo Senador.

Senadora Ana Rita.

Senador Lindbergh Farias.

Senador Lobão Filho.

Senador Eduardo Amorim.

Senador Cícero Lucena.

Na ausência dos titulares votam os suplentes.

Todos os Srs. Senadores já votaram? *(Pausa.)*

A Presidência já vai conferir. Só um minuto.

Estando o Senador Cícero Lucena ausente, quem vai substituí-lo, como suplente nesta Comissão, é o Senador Flexa Ribeiro, que será o último a votar. *(Pausa.)*

Vou conferir os votos. *(Pausa.)*

O Senador Eduardo Suplicy está presente? *(Pausa.)*

O Senador Anibal Diniz está presente? *(Pausa.)*

O Senador Acir Gurgacz está presente? *(Pausa.)*

O Senador João Ribeiro está presente? *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Rollemberg... *(Pausa.)*

O partido ainda não encaminhou à Comissão a substituição do Senador João Ribeiro, que está de licença, e assumiu o seu 1º Suplente. Aguardo a indicação do bloco.

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

O bloco tem direito a mais um voto para os três Ministros.

Como essas fichas estão rubricadas pela Mesa e pela Presidência, vou torná-las sem efeito e, após a chamada nominal de todos os Srs. Senadores e suplentes, vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Convido os Srs. Senadores Pedro Taques e Demóstenes Torres – eles que são oriundos do Ministério Público, fiscalizadores dos direitos das pessoas e do País – a serem os escrutinadores dessa votação. *(Pausa.)*

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos pelas cores.

Votaram SIM 18 Srs. Senadores; e NÃO, 4.

O nome do Sr. Sebastião Alves dos Reis Júnior foi aprovado com 18 votos SIM dos Srs. Senadores.

Indicado: Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva.

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votaram SIM 19 Srs. Senadores; e NÃO, 2.

Houve uma abstenção.

O nome do Sr. Ricardo Villas Bôas Cueva foi aprovado pela Comissão para Ministro do STJ.

Próximo e último, Dr. Antonio Carlos Ferreira.

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 16 Srs. Senadores; e NÃO 5.

Houve uma abstenção.

O nome do Sr. Antonio Carlos Ferreira foi aprovado por esta Comissão.

Esta Presidência parabeniza os novos indicados a Ministro e comunica que encaminhará essas matérias ao plenário para que, ainda hoje, se assim entender o Presidente do Senado Federal e Congresso Nacional, Senador José Sarney, sejam apreciadas.

Parabéns aos senhores pela aprovação por esta Comissão.

Agradeço a presença e a arguição por parte dos Srs. Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE
REFORMA ADMINISTRATIVA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZESSETE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dezessete horas e cinquenta e seis minutos do dia dezesseis de março de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, havendo número regimental, o Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira, ins-

tala os trabalhos da Subcomissão e passa a direção dos trabalhos ao Senador Eduardo Suplicy. Reunida a Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Vital do Rego, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Cícero Lucena. Após a votação, por aclamação, é eleito e empossado o Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa. É designado relator, o Senador Ricardo Ferraço. Usam da palavra os Senadores Cícero Lucena, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Eunício Oliveira. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às dezoito horas e vinte e seis minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para Análise do Projeto de Resolução nº 96, de 2009, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972 e posteriores modificações, da Comissão de Constituição e Justiça, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente desta Subcomissão.

Convido o Senador Suplicy para presidir a eleição para Presidente desta Subcomissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Na condição de Senador mais experiente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Na condição de Senador mais experiente, já que a Presidência faz essa deferência com o Senador Suplicy.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Ou daquele que tem a juventude mais acumulada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Eu ficarei ali no plenário apenas para acompanhar a eleição que V. Exª presidirá neste momento.

Como eu disse, esta reunião tem o objetivo de eleger o Presidente, que depois escolherá um relator. Quero fazer um apelo aos senhores membros desta Comissão por nós constituída e delegada aos senhores: meu papel, como Presidente da CCJ, é acompanhar os trabalhos dos senhores, respeitando o que vier dessa relatoria.

Quero dizer que essa Subcomissão – porque já vi muitos questionamentos – não tem a preocupação, não é uma Subcomissão para criar nenhum tipo de problema para o Senado, para os servidores desta Casa ou para a instituição como um todo. O objetivo da criação desta Subcomissão é positivo, é do ponto de vista positivo, é de modernizar o Senado, de atualizar o Senado, de valorizar os servidores desta Casa e dar uma resposta à sociedade brasileira sobre o que significa fazer um trabalho de modernidade, de avanço e de atualização de todos os procedimentos possíveis, administrativos, nesta Casa.

Por isso, passo agora a palavra ao Senador Suplicy, que presidirá esta sessão de escolha do Presidente da Subcomissão Temporária para Análise do Projeto de Resolução nº 96, de 2009.

Senador Suplicy, V. Exª tem a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Presidente Eunício Oliveira, da Comissão de Constituição e Justiça, primeiro, quero agradecer a designação, a confiança de V. Exª em mim próprio e, obviamente, nos cinco membros desta Comissão, porque V. Exª nos atribui uma responsabilidade muito grande. Gostaríamos sempre de ter sua colaboração nesses 90 dias. Peço à secretaria que nos informe, se tivermos 90 dias a partir de hoje, da instalação da Comissão, qual é o dia, daqui a 90 dias, em que deveremos encerrar nossos trabalhos, para que o tenhamos claro em mente. É improrrogável, diz o Presidente. Portanto, alerto os colegas, Senador Ferraço, Senador Cícero, de que nosso prazo é improrrogável: 90 dias a partir de hoje para apresentarmos nosso relatório à Comissão de Constituição e Justiça. Isso significa, portanto, que daqui a 90 dias... Que dia será? Está sendo calculado.

Então, nós vamos procurar atender esse compromisso perante o Presidente, toda a comunidade do Senado e os brasileiros.

Gostaria de abrir a reunião, portanto. Sou agora Presidente, nesta abertura da Comissão, regimentalmente, por ser o Senador de maior idade, a não ser que alguém apresente... Eu hoje estou com 69 anos, completo 70 em 21 de junho. Então, acredito ser esse direito por essa razão.

Agora, como primeiro passo, atendendo a sugestões, abro a palavra para os cinco Senadores que gostariam de apresentar sugestões relativas à Presidência desta Comissão.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Tem a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Quero, primeiro, registrar minha satisfação de fazer parte desta Subcomissão, com a real dimensão da importância e da responsabilidade que ela terá neste momento em que o Senado quer falar a todo o Brasil da sua disposição de dar um choque de gestão nesta Casa, inclusive com algumas medidas que, independentemente da reforma, já começam a se processar aqui a partir da oportunidade que o Srs. Senadores me deram de ser o 1º Secretário. Acho fundamental essa discussão da reestruturação desta Casa.

Eu só queria, por motivo de compromissos anteriores assumidos, lamentar porque vou ter de me ausentar, mas coloco meu nome à disposição da missão que os Srs. Senadores acharem por bem a mim atribuir, e dizer que, de uma forma bastante objetiva, vamos fazer isso dentro do prazo. Tenho confiança, pois já há muitos procedimentos adotados nesta Casa, de Comissões, de verificações. Estou confiante e animado de que faremos isso nesses 90 dias.

Mais do que isso, peço aos Srs. Membros e companheiros desta missão que tenhamos uma visão clara de que o que o Senado precisa não é apenas de uma reforma da sua estrutura, mas, sim, de uma visão nova de gestão ou, como eu disse anteriormente, de um choque de gestão. Então, a missão nossa é muito maior do que discutir cargos, quantidade de cargos, mas, sim, criar uma cultura de eficiência e de responsabilidade na gestão.

Então, tenho certeza de que esta Comissão vai dar essa colaboração. E, quanto à missão que me couber, estarei à disposição, não só nela como, futuramente, até na sua implantação, no que couber ao 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Senador Cícero Lucena, muito obrigado pela sua disposição de colaborar conosco, mas agradeço se puder ficar alguns instantes mais, porque a nossa votação é rápida.

Está aberta a palavra para os demais, se quiserem fazer a indicação ou colocar-se à disposição. Primeiro, ao cargo da Presidência, poderão os senhores indicar alguém ou se candidatar, se colocar à disposição, se assim o quiserem.

Peço para serem rápidos, para o Senador Cícero Lucena não perder o voo. Por favor.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, cumprimento V. Exª, que coordena estes trabalhos.

Trago apenas uma proposta muito objetiva, em razão da exiguidade de tempo do Senador Lucena. O ideal seria que pudéssemos eleger o nosso Presiden-

te e o nosso Presidente pudesse designar o Relator, porque nós temos prazo, são 90 dias, e nós temos um trabalho muito denso pela frente, de modo que pudéssemos ser muito objetivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Obrigado.

Senador Benedito de Lira, V. Ex^a gostaria de falar?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Queria cumprimentar V. Ex^a por presidir esta primeira reunião, cumprimentar os companheiros que compõem a Comissão e o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício, pela iniciativa da criação desta Subcomissão para cuidar diretamente de uma reforma estruturante, exatamente, do Senado Federal.

Eu quero me colocar à disposição, se necessário, 24 horas por dia, no período em que estivermos aqui, para que a gente possa, ao término do prazo estabelecido pela Comissão de Justiça, ter a felicidade, Presidente, de colocar à disposição do Senado documento capaz de melhorar a vida desta Casa e, consequentemente, as tratativas que todos nós fazemos aqui diariamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Obrigado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Quero cumprimentar V. Ex^a e estou muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Senador Vital do Rêgo, abre mão?

Prezados colegas Senadores, levando em conta que aqui sou Senador eleito em 90 – de 91 para cá, somam 20 e poucos anos –, creio que tenho uma colaboração a dar. Muitos aqui expressaram. Tenho experiência, sim, nesta Casa, e me sinto também com a responsabilidade de colaborar e muito.

Fui membro da Subcomissão de Reforma Administrativa, Presidida pelo Senador Jarbas Vasconcelos, que teve como Relator Tasso Jereissati, com contribuições significativas do Senador Pedro Simon. Todos recebemos o seu relatório.

Então, quero me colocar à disposição de, inclusive, ser o Presidente desta Comissão, se assim acharem adequado. E gostaria até como um contribuição de apresentar a sugestão de trabalho que encaminho a todos, antes da eleição mesmo, mas como parte da minha contribuição a esta reunião de instalação que estamos tendo para escolha do Presidente e do Relator.

Considerando que, de acordo com o levantamento feito no Portal de Transparência Regulamento Administrativo, existem no Senado 39 órgãos com *status* de Secretaria aos quais estão subordinados numerosos

serviços, sessões e coordenações, será importante que a Subcomissão...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu pediria a compreensão... Que me desse o direito de votar.

Só anunciar quem são os candidatos e me dar o direito de votar, por conta da minha urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Muito bem.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Então, seria V. Ex^a como candidato. Teria mais alguém como candidato a Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Quem sabe V. Ex^a?

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu não sou candidato.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – O Senador Vital do Rego havia colocado o nome dele à disposição também.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Em tese, seriam esses dois candidatos?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Pronto. Se não houver entendimento, temos aqui cinco...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – E eu poderia votar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Pode votar. A votação é secreta.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu pediria ao Senador Suplicy que rubricasse aqui já que ele está presidindo os trabalhos da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Pois não.

Com a palavra o Senador...

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Senador Eunício Oliveira, Senador Eduardo Suplicy, eu até peço vênica, e desculpe-me o meu colega Cícero Lucena. Sei que ele está com um voo quase terminal ou terminativo.

Eu fui instado por V. Ex^a, meu caro Senador Eunício Oliveira, para participar desta Comissão e fui convidado por V. Ex^a para assumir a sua presidência. Tenho efetivamente recebido missões do meu Partido, o PMDB, missões as mais auspiciosas.

Coloco o meu nome à disposição, mas, em nenhum momento, quero disputar votos com o meu querido amigo e Senador Eduardo Suplicy. Eu não me permito fazer essa disputa, tendo em vista a admiração que tenho por V. Ex^a, e sei da sua real capacidade de conduzir os destinos desta Comissão. Coloco o meu

nome, mas *permissa venia* pela forma como tenho estado nesta Casa. Tenho tentado me associar ao sentimento comum deste Senado.

Não quero ir para votos com V. Ex^a, mesmo tendo sido convocado pelo meu Partido, pelo PMDB, para assumir tão importante Comissão, que dará cara nova ao Senado, como disse o nosso 1º Secretário, Cícero Lucena.

Eu peço a V. Ex^a, Senador Eunício, que tente uma fórmula para que evitemos esta posição. Para mim, é inadequada e inconveniente disputar votos com o Senador Suplicy, tendo em vista a admiração e o respeito que eu tenho por essa liderança brasileira e, hoje, internacional.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB –PB) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Senador Vital do Rêgo, quero agradecer as suas palavras e dizer que sempre esse seu gesto será por mim levado em conta e eu tenho a certeza de que terei em V. Ex^a e em cada um dos Senadores aqui pessoas que irão colaborar da maneira mais séria para realizarmos o melhor trabalho possível.

Tem a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB –PB) – Presidente, então se me permite, pelo que eu entendo, só temos um candidato.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Se não há consensualidade e o Senador Suplicy mantém a candidatura, em tudo que ele já participou, eu prefiro votar nele a ser candidato, disputando com ele.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Eu mantenho a candidatura e espero, algum dia, retribuir esse gesto de tamanho significado e de generosidade por parte de V. Ex^a. Quero expressar o meu respeito por esse seu gesto.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Então, a votação pode ser por aclamação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Pode ser por aclamação.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB –PB) – Pode ser por aclamação, porque é candidato único, eu faço parte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Os Srs. Senadores que aceitam que eu possa ser Presidente por aclamação permaneçam como estão. (Pausa.)

Fui aprovado.

Muito obrigado.

Um grande abraço a todos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Então, agora, cabe ao Presidente a designação de Relator.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Eu sugiro o nome de Ricardo Ferraço, até em respeito ao meu queridíssimo companheiro, esse jovem e valeroso Senador do Espírito Santo, que, nas preliminares que antecipou esta reunião, enquanto me tratava como Presidente da Comissão, foi estimulado por este mesmo sentimento de mudança e desta nova realidade com essa gama de novos Senadores no Senado, que traz o Senador Benedito de Lira e tão bem o Senador Eunício, que compuseram esta Comissão, com jovens Senadores que possam trazer uma contribuição também. O Senador Ricardo Ferraço já havia pedido o meu apoio para a sua relatoria. Então, eu também declino de qualquer candidatura à relatoria para apoiar o meu companheiro de Partido, que, igualmente, será extremamente feliz nesta missão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Eu também quero cumprimentar V. Ex^a pela eleição e não tenho, absolutamente, nenhuma pretensão, a não ser trabalhar, colaborar e ajudar a fazer o que nós estamos dispostos a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Senador Vital do Rêgo, eu quero dizer que, com o objetivo de procurarmos ter a maior harmonia possível, eu acato a sugestão de V. Ex^a e indico para ser o nosso Relator, inclusive o Senador Benedito também considera adequado, o Senador Ricardo Ferraço.

Se me permite, está em suas mãos agora, uma sugestão de trabalho,

Mas como eu queria então convidar o relator, Senador Ricardo Ferraço, para vir aqui ao meu lado. Cabe ao Relator, inclusive, fazer sugestões e, se possível, em cooperação com todos nós e com a Presidência, para a ordem de nossos trabalhos. Então, eu passo as suas mãos as sugestões apresentadas para que possamos, nesta Subcomissão, ouvir cada um desses diretores dos 39 órgãos com *status* de secretaria. Depois desses encontros, os diretores ou responsáveis pelas secretarias teriam 15 minutos para, de forma objetiva, listar os órgãos que lhes são subordinados, explicando a denominação de cada um, número de funções comissionadas que lhes são afetas, o valor de cada função comissionada, número de funcionários de cada órgão, descrever as atribuições de cada serviço, seção ou coordenação.

Em seguida, faríamos uma reunião interna para análise comparativa entre a estrutura atual, a proposta pelo PRS 96 e a nova estrutura proposta pelo Sena-

dor Tasso Jereissati, obviamente também levando em conta as sugestões do Senador Pedro Simon. Então o Relator, Senador Ricardo Ferraço, faria apresentação de seu relatório, que será discutido no âmbito da nossa Subcomissão, no sentido de podermos ter uma proposta a ser apresentada à CCJ. Abriríamos um prazo para que os nossos membros apresentem emenda ao seu parecer e daí voltaríamos e no dia 14 de junho, prazo final, encaminharíamos ao Presidente Eunício Oliveira, da CCJ.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, só como contribuição, me permita pela ordem. Gostaria que V. Ex^a determinasse à Subcomissão e aos seus técnicos para reproduzirem o material já disponível, tanto da Fundação Getúlio Vargas, que emitiu um parecer de acompanhamento desta Subcomissão, quanto o relatório final do Senador Tasso Jereissati, quanto o voto e as considerações do Senador Jarbas Vasconcelos, por ocasião dos últimos dias de trabalho desta Comissão, para que os Senadores possam se debruçar sobre esses documentos, que são indicativos, quase que a metade ou mais da metade de um caminho já percorrido por V. Ex^{as} quando ocuparam aqui igual ou subcomissão semelhante a esta. Acho que este é o primeiro passo para que o Relator, Senador Ricardo Ferraço, possa ter em mãos material suficiente de diversas conversas, diversos depoimentos, diversos debates ocorridos na Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Eu perguntaria ao Presidente Eunício Oliveira se podemos contar, como estamos hoje aqui tendo, com a estrutura da Comissão da CCJ para nos apoiar neste trabalho, como, por exemplo, nesta providência, que possa a Secretaria da CCJ providenciar para os cinco membros os documentos referidos pelo Senador Vital do Rêgo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Sem problema. Eu acabo, neste momento, de determinar à Comissão que, através de seu secretário, disponibilize tudo que for necessário para o bom andamento desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Foram anotados os documentos solicitados, não é? Então que possamos até amanhã, se possível, ou no prazo possível, já que os relatórios são muito grandes...

Mas, antes de encerrarmos, poderíamos então combinar a nossa próxima reunião. Pergunto ao Relator se ele considera adequado esse procedimento de ouvirmos. Poderíamos, então, marcar, quem sabe na terça-feira, ao final da tarde.

O Plenário, às vezes, vai até às oito e meia, mas, quem sabe, às seis e meia ou sete horas, ouvimos já

alguns dos secretários responsáveis. Se estiverem de acordo, poderíamos convocar a reunião. O que vocês acham: às seis e meia da tarde seria adequado? (Pausa)

Com a palavra o Relator Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sr. Presidente, ao agradecer a deferência de toda a Subcomissão para assumirmos a Relatoria, confesso que essa não é uma missão nova no Senado da República. No mandato anterior, debruçou-se exaustivamente sobre esse tema. Temos um denso material, temos muita pesquisa, temos a própria assessoria da Fundação Getúlio Vargas. Temos também um substitutivo do Senador Tasso Jereissati. Temos as contribuições de S. Ex^a, como membro da subcomissão, e do Senador Casagrande. Temos a contribuição do ex-Presidente Jarbas Vasconcelos. Temos o Projeto de Resolução nº 96.

Enfim, há muito material, há muito estudo feito e, nesse momento, quero me reservar, não emitir valor de juízo com relação ao tema, porque o que precisamos, nesse momento, é receber todo esse material que foi relacionado, que foi listado, para que possamos, a partir de terça-feira... E não tenho qualquer óbice com relação às nossas audiências, a ouvir os nossos Secretários e a ouvir não apenas, Sr. Presidente, os Secretários. Mas é muito importante também que nós pudéssemos ouvir o ex-Senador Tasso Jereissati, que foi Relator de um substitutivo. Acho também importante que pudéssemos ouvir o Senador Pedro Simon, que participou também. Até porque, pelo o que me consta, todos esses quadros do Senado teriam sido ouvidos inclusive pela Subcomissão anterior, e esses dados podem estar, inclusive, anotados e taquigrafados como elemento de estudo, de pesquisa, para que essa comissão pudesse avançar.

Então, além de ouvir todos esses secretários em audiência pública, aberta, democrática...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – A sua proposta é que primeiro ouçamos Tasso Jereissati? Se ele puder, é claro. E Pedro Simon? Os dois?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – A minha proposta é que pudéssemos ouvir... Pedro Simon...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Tomaram conhecimento do Relatório. Seria uma exposição oral de ambos?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Tomar conhecimento. Porque esta Casa investiu muitos recursos ao contratar a Fundação Getúlio Vargas. Acho importante que pudéssemos convidar, convocar a Fundação Getúlio Vargas, para que ela pudesse apresentar sua visão do que ela assistiu, do que ela

viu, do seu diagnóstico, da sua avaliação do Senado, assim como ouviu o Relator do substitutivo, que é o Senador Tasso Jereissati.

São essas as minhas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Qual é a ordem de sugestão?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Su-giro ouvir a Fundação Getúlio Vargas e, em seguida, ouvir o ex-Relator o ex-Senador Tasso Jereissati e, em seguida, o Senador Pedro Simon. Acho que, inclusive, antes mesmo de ouvirmos todo esse conjunto de quadros do Senado da República – que já foram ouvidos, salvo melhor juízo, pela Subcomissão que trabalhou no mandato anterior. E considerando a exiguidade de tempo, porque precisamos, em até 90 dias, concluir esse trabalho para apresentarmos ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Então, vou perguntar ao diretor da FGV se a pessoa responsável pelo relatório da FGV, se ele puder vir aqui...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Se puder, não. Ele recebeu. Ele foi contratado para isso. Não tem por que... O Senado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Certo, mas às vezes pode ter algum impedimento de ordem de saúde, algo assim, nesse sentido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Ah, bom. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Então, vou consultar o professor responsável pela FGV se ele poderia vir na terça-feira, às seis e meia da tarde. E o Senador Tasso Jereissati, quem sabe ele pode estar aqui na quarta-feira, às seis e meia da tarde. Se houver uma conveniência maior para um ou para outro. Então, iniciaremos por esses dois.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Minha reflexão, Sr. Presidente, é na direção de não inventarmos a roda.

A questão, Sr. Presidente, é na direção de não inventarmos a roda. O mandato anterior e a subcomissão anterior fizeram um estudo muito longo, muito detalhado. V. Ex^a fez parte dele.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Então, se nós pudéssemos nos valer das informações, dos elementos, dos subsídios, dos estudos que foram feitos, acho que tudo isso poderia servir de subsídio, de elemento para avançarmos muito aqui no nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP)

– Então, ainda hoje, procurarei lhes informar. Vou en-

trar em contato imediatamente com o Senador Tasso Jereissati e os professores da FGV.

Presidente Senador Benedito, agradeço muito a presença de todos.

Na mais havendo a tratar, informo-lhes que próxima reunião será terça-feira, às 18 horas e 30 minutos, nesta sala.

(Levanta-se a reunião às 18 h 26 min)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZOITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dezoito horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária Criada para Analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa, com a presença dos Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Cícero Lucena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009** que “Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.” Autoria: Mesa do Senado Federal. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. **Convidado:** Marcus Vinícius Rodrigues, Professor e Coordenador de Elaboração de Projetos da Fundação Getúlio Vargas. **Justificaram ausência os convidados:** Bianor Scelza Cavalcanti, Diretor Internacional da Fundação Getúlio Vargas e Frederico Lustosa, Consultor da Fundação Getúlio Vargas. Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Cícero Lucena e o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy). **REQUERIMENTOS APROVADOS:** 1) Requerimento nº 2-2011-STRA: Requeiro, nos termos dos arts. 73, § 1º, e 215, II, ‘b’, do Regimento Interno do Senado Federal que a Diretoria Geral do Senado Federal informe à esta comissão, o valor da despesa com funcionários, investimentos e manutenção, por unidade, de cada um dos grandes grupos de órgãos do Senado Federal, como por exemplo o PRODASEN, o ILB, INTERLEGIS e todos os demais que distintamente compõem a estrutura funcional do SENADO FEDERAL. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. 2) Requerimento

nº 3-2011-STRA: Requeiro, nos termos do art. 215, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal sejam solicitadas à Comissão Diretora as seguintes informações, relativas ao dia 22/março/2011: I – Listagem das diversas unidades do Senado Federal (Secretarias, Coordenações, Diretorias, Serviços ou Seções), detalhando seus órgãos subordinados e/ou vinculados, o número de funcionários efetivos – comissionados e terceirizados – lotados em cada um. Para cada unidade ou órgão, deverá ser especificada a Função Comissionada atribuída a seu titular. II – Listagem do número de funções comissionadas e cargos comissionados do Quadro de Pessoal do Senado Federal. III – Tabela dos postos de trabalho terceirizados do Senado Federal, detalhando as unidades onde estão lotados, o tipo de ocupação, o número de funcionários e a empresa a que estão vinculados. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. 3) Requerimento nº 4-2011-STRA: Nos termos dos arts. 73, § 1º, e 215, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, e em razão da necessidade de instrução do Projeto de Resolução do Senado Nº 96/2009, requeiro sejam prestadas, pela Diretoria Geral do Senado Federal, as seguintes informações: a) Relação de todos os órgãos, e seus eventuais desdobramentos em órgãos subordinados e vinculados, que integram toda a estrutura do Senado Federal, bem como as identificações e os números dos cargos e funções, providos ou vagos, que compõem os seus respectivos quadros de pessoal, identificando as naturezas de seus vínculos empregatícios, isto é, se funcionário efetivo, comissionado ou terceirizado, na data de 22/03/2011; b) Quadro de postos de trabalho terceirizados do Senado Federal (inclusive na forma de prestação de serviços), na data de 22/03/2011, por cargo e número do contrato. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. 4) Requerimento nº 5-2011-STRA: Requeiro, nos termos dos arts. 73, § 1º, e 215, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública no âmbito desta Subcomissão Temporária para Análise do PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa – STRA, para ouvir os representantes da Comissão de Servidores e do Conselho de Administração do Senado Federal, elaboradores do conteúdo do Projeto de Resolução do Senado Nº. 96/2009, com o objetivo de sustentar e fundamentar as diferenças de estrutura e de filosofia entre a referida proposição e os conteúdos do estudo denominado Relatório da FGV e da proposta apresentada no Substitutivo do Senador Tasso Jereissati, quando relator na Subcomissão Temporária para a reforma administrativa do Senado Federal. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reu-

nião às vinte horas e quarenta e dois minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Cícero Lucena e Tarso de Lira já estão avisados. Devem estar a caminho.

Então, havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Subcomissão Temporária, criada para analisar o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, que altera o regulamento administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da primeira sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, conforme o requerimento oral de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

Nosso convidado é o Professor Marcus Vinícius Rodrigues, professor e coordenador de elaboração de projetos da Fundação Getúlio Vargas. Também foram convidados os Professores Bianor Scelza Cavalcanti, diretor internacional da Fundação Getúlio Vargas, e Frederico Lustosa, consultor da Fundação Getúlio Vargas.

Quero agradecer ao Professor Marcus Vinícius Rodrigues, que, compreendendo o prazo definido para nossos trabalhos, pois, a partir de quinta-feira passada, foi instalada esta Subcomissão, o Presidente Eunício Oliveira definiu que teremos o prazo de 90 dias para apresentar nossas conclusões. Ou seja, o relatório que o Senador Ricardo Ferraço irá realizar será apreciado por nós, aprovado e, então, em 14 de junho, teremos a responsabilidade de apresentar à Comissão de Constituição e Justiça o parecer desta Comissão, já concluído e aprovado.

Resolvemos, como primeiro passo, Professor Marcus Vinícius Rodrigues, ouvir a Fundação Getúlio Vargas, assim como também o Senador Tasso Jereissati, que foi o Relator da Subcomissão de Reforma Administrativa, que trabalhou no ano e meio passado, e, juntamente comigo, com o Senador Pedro Simon,

com o Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Jarbas Vasconcelos, que presidiu, e Antonio Carlos Valadares. Antonio Carlos Júnior também.

Quero também, aqui, agradecer ao Professor Carlos Ivan Simonsen Leal, Presidente da Fundação Getúlio Vargas, que atendeu o apelo, compreendendo a necessidade de iniciarmos nossos trabalhos, no sentido de que pudesse o Professor Marcus Vinícius Rodrigues fazer aqui esta apresentação.

Então, logo os Senadores Cícero Lucena e Vital do Rêgo, que está realizando um pronunciamento em Senado, deverão aqui estar. São 7h. Então, avaliamos que é importante iniciarmos esta exposição.

O senhor tem o tempo que considerar de bom senso e razoável para fazer sua exposição inicial, para, em seguida, fazer quaisquer questionamentos.

Tem a palavra...

O Senador Ricardo Ferraço quer dizer algo antes?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, Sr. Presidente. Acho que o ideal seria que nós, sem delongas, pudéssemos ouvir a Fundação Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Então, tem a palavra o Professor Marcus Vinícius Rodrigues.

O SR. MARCOS VINICIUS RODRIGUES – OK. Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Suplicy, o Senador Benedito e o Senador Ricardo.

Peço desculpas pela ausência do nosso Diretor Bianor, que é o diretor do projeto, mas, infelizmente, diante da convocação, do tempo em que foi feita a convocação, não foi possível o Professor Bianor estar presente.

O nosso entendimento, ao falar com o Senador Suplicy ao telefone, é de que o Senado, esta reunião tem como objetivo uma apresentação do nosso projeto. Essa apresentação do projeto eu dividi em três partes.

Primeiro, um histórico, que é muito importante para o entendimento do que nós apresentamos em agosto. Num segundo momento, algumas diferenças do Projeto de Resolução nº 96/2009 e, finalmente, as propostas que a Fundação apresentou ao Senado.

Essas propostas, esse relatório da Fundação é basicamente o documento, o relatório final da Fundação Getúlio Vargas que os senhores receberam no Volume 2, com alguns acertos, pequenos acertos que seguiram em uma errata num momento posterior, perfeito?

Eu queria iniciar, então, a apresentação. Não sei se está dando para os senhores lerem, mas eu posso fazer um histórico desse projeto, que teve início

em março. Em março, mais precisamente no dia 18, a Fundação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já temos o Senador Cícero Lucena. Seja bem-vindo.

O Professor Marcus Vinícius Rodrigues está iniciando a apresentação do projeto da FGV.

O SR. MARCOS VINICIUS RODRIGUES – OK. Então, em março, mais precisamente no dia 18, a Presidência do Senado assinou com a Fundação um protocolo de intenções. A partir desse momento, tiveram início alguns entendimentos com a Diretoria Geral do Senado da época, no intuito de realizarmos um trabalho de consultoria, que tinha como objetivo a parte de cargos e salários e a reestruturação do Senado.

O evento seguinte foi em abril, já no início de abril, quando a Fundação Getúlio Vargas apresentou, diante das reuniões que nós tivemos, condensando as observações e os apelos realizados por diversos diretores, uma proposta de trabalho, delimitando o nosso trabalho, o trabalho a ser realizado.

Em maio, a Fundação Getúlio Vargas entrega um primeiro relatório, um relatório preliminar. Esse relatório foi fruto de algumas observações e muitas reuniões que tivemos com a equipe diretiva do Senado Federal. Esse relatório, como eu disse, é um relatório inicial para motivar algumas proposições de forma mais sólida, mais consistente. Esse relatório, que foi repassado à Presidência em maio, motivou a convocação, pela Presidência do Senado e pelo Secretário-Geral, de uma comissão, uma comissão formada por alguns servidores. Lembro que ela foi chefiada por um servidor, pelo Dirceu, servidor Dirceu, e essa comissão fez alguns ajustes, procurou contextualizar o relatório da Fundação Getúlio Vargas.

Esse trabalho que foi apresentado por essa comissão foi um trabalho muito bom, um trabalho que, realmente, nos ajudou no entendimento de algumas posições que nós não conhecíamos.

O Senado é uma organização ímpar, então, o entendimento dessa organização, mesmo por consultores da Fundação, consultores experientes, não é simplista num tempo tão curto.

Então, esse relatório, realmente, nos deu um norte mais sólido para, aí sim, fazermos uma proposta definitiva. Essa proposta foi apresentada em agosto. Então, em agosto, nós entregamos à Presidência um relatório final.

Esse relatório final foi encaminhado, em setembro, ao Conselho de Administração do Senado. E este Conselho de Administração fez algumas mudanças nesse relatório, às quais foram encaminhadas à FGV, que apresentou ao Secretário Geral e à Presidência do

Senado, à época, que algumas mudanças sugeridas pelo Conselho de Administração eram mudanças que estavam tirando o foco, o objetivo principal do nosso projeto, tendo o Secretário Geral e Presidente colocado à disposição da equipe da FGV dois servidores. Estes dois servidores, diante da posição apresentada pelo Conselho de Administração, tivemos uma resultante, à qual apresentamos no início de outubro. Ok. Este foi o nosso trabalho em relação ao relatório final de agosto.

A partir daí, consideramos o trabalho da Fundação encerrado. Foi quando, em dezembro, é apresentado o Projeto de Resolução nº 96/2009, pelo Senado. Entendam: a Fundação fez um trabalho de consultoria; a organização tem todo o direito de fazer as mudanças que achar adequadas. Este Projeto de Resolução não era o relatório da Fundação. Então, havia mudanças substanciais do relatório apresentado, tanto o relatório apresentado em agosto, como o dessa resultante, que apresentamos em dezembro.

No início de fevereiro, é formada a Subcomissão, que tinha como Presidente o Senador Jarbas e Relator, o Senador Tasso Jereissati. Esta Comissão nos convoca para uma reunião nesta mesma sala. A partir dessa reunião, essa Subcomissão pede que a Fundação faça um estudo com uma profundidade maior. Esse trabalho tem início em abril. Esse trabalho foi feito com uma equipe de consultores em que tivemos, aí sim, a oportunidade de conhecer, com um detalhamento bem maior, e digo aos senhores, com um detalhamento adequado para a apresentação de uma proposta final. E essa proposta final a apresentamos em julho. Tivemos várias reuniões nesse período, reuniões quase semanais, em que sempre, geralmente nas terças ou quartas-feiras, estávamos juntos com o Senador Tasso e alguns dos Senadores que estavam nessa Comissão. Entregamos esse relatório em julho. Houve alguns ajuste a fazer, que depois seguiram numa errata. Por isso que o nosso relatório final data de agosto e não de julho. Então, nesses acertos, tivemos uma participação efetiva do colega Lucena, que nos ajudou bastante a fazermos alguns alinhamentos em toda essa estrutura e fecharmos realmente o nosso trabalho. Ok.

Então, esse trabalho foi, formalmente, entregue ao Senador Tasso Jereissati em agosto, parece-me no dia 20, em final de agosto de 2010. Ok. A partir daí o Senador elaborou esse documento que, acredito, pela leitura em diagonal, leitura superficial que fiz desse documento, é basicamente o nosso documento, com alguns alinhamentos e com algumas observações próprias, particulares da Comissão. Ok.

Então, esse foi o histórico do trabalho.

A segunda parte do trabalho, o dividimos em duas partes, sendo que a primeira parte foi até outubro do ano passado, e a segunda parte, que teve início em fevereiro, foi até agosto de 2010; a primeira parte, desculpe-me, em 2009, e a segunda, nós a fechamos em agosto de 2010. Ok. Este trabalho obedeceu alguns pressupostos, os quais tiveram como base as diversas reuniões que tivemos com a Comissão. Fizemos vários debates na Comissão em relação a vários aspectos da organização Senado e, a partir daí, partimos com alguns pressupostos. Primeiro, um desenho organizacional que deveria ser traçado em função dos direcionadores estratégicos institucionais. Nós vimos como fundamental, como vital, que uma organização, para ter um alinhamento, tenha que ter uma missão, tem que ter uma visão, tem que ter um objetivo. E delimitar o que chamamos de produtos e serviço. Isso em nível institucional.

No segundo momento, os órgãos administrativos e os atos de gestão devem estar sob o comando da Comissão Diretora e sob o controle político do Plenário, é o segundo pressuposto. O conceito e o decorrente dimensionamento das unidades organizacionais devem estar alinhados com a essência do processo legislativo.

Finalmente, nosso último pressuposto é que as soluções de modelagem organizacional e administrativa devem garantir níveis adequados de diferenciação entre órgãos segundo a natureza de suas atividades, evitando uniformidade e simetria.

Então, esses pressupostos serviram de base para alguns princípios que disciplinaram, que deram um norte ao nosso trabalho. Primeiro, um controle dos agentes administrativos pelo poder público. Segundo, a redução significativa do número de cargos de direção superior; a responsabilização dos principais agentes encarregados pela realização das despesas; o fortalecimento da área de controle interno; a requalificação dos cargos de direção intermediária com alteração dos níveis de hierarquia; o fortalecimento das unidades encarregadas da realização das atividades fins do Senado Federal; a eliminação das estruturas adjetivas; a extinção, fusão e/ou incorporação de órgãos do nível intermediário e operacional, com o objetivo de enxugar a estrutura, que realmente era uma estrutura bastante densa; a redefinição da estrutura hierárquica e de remuneração de cargos de direção, como alteração dos símbolos correspondentes. E, finalmente, a reorganização e fortalecimento das áreas encarregadas pela gestão do conhecimento.

Então, esses foram os princípios que nortearam o nosso trabalho. Todas as nossas propostas, todas

as nossas recomendações e o nosso relatório final tiveram como base esses princípios.

Isso nos levou à construção de um mapa que chamamos de macroprocesso do Senado. Os Srs. Senadores que estão aí com o documento, já que não está tão visível, essa figura se encontra na página 19 do Anexo II. Esse é um mapa de valor extremamente importante, eu diria para os senhores, vital, para uma reestruturação organizacional.

Então, aqui nós estabelecemos os processos finalísticos, que estão na parte central, os processos de gestão institucional e os processos de suporte. A partir daí nós vamos sim verificar qual o objetivo maior da organização Senado e qual a função de apoio, a função de suporte, a função de gestão de cada uma das unidades.

Esse documento foi elaborado após o nosso trabalho de campo. Acho que é importante aqui abrir uma janela para explicar um pouco esse trabalho de campo. Nós tivemos uma equipe na qual contamos, no total, com aproximadamente 12 consultores, consultores seniores, com uma experiência organizacional significativa. Esses consultores foram divididos em pequenos grupos e nós visitamos todas as unidades. Evidentemente, antes dessas visitas, houve um estudo dessa unidade por meio da documentação que o Senado nos disponibilizou. Fizemos entrevistas e...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor está se referindo à pág. 46, não é?

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB– PB) – Não, 19.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ah, 19 em baixo, 46 em cima.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por alguma razão, tem duas numerações.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Então, continuando, esse quadro foi elaborado no final do nosso trabalho, estabelecendo, diante das nossas observações, diante dos dados que nós levantamos no campo, diante das posições apresentadas pelos Senadores da Comissão, fechando esse quadro como sendo o nosso mapa para o macroprocesso.

O macroprocesso deve nortear toda estrutura organizacional. É a nossa base. Porque esse macroprocesso foi feito com base nos objetivos maiores do Senado; ou seja, no produto do Senado. A partir dele, identificamos, fizemos também propostas – isso consta nesse relatório – por área e, depois, procuramos condensar, no âmbito do Senado, todos os pontos fortes e fracos.

Esse relatório por unidade foi também repassado ao Senado – vou deixar um com o Presidente da Comissão. No documento da Fundação, é o relatório, o volume 2/2, aquele que foi repassado inicialmente. Não vi esse relatório aqui. Esse relatório é mais um detalhamento que fizemos em termos de investigação em cada setor. Todo esse detalhamento está apresentado nesse relatório que acabei de repassar ao Senador Suplicy e posso também colocá-lo à disposição do Senador em mídia, para que ele possa, se for o caso, repassá-lo aos senhores.

Delimitamos os pontos fortes – acho que não convém relatar um a um -, os pontos francos, isso no âmbito da instituição. Estabelecendo esse alinhamento estratégico, também fizemos uma proposta de missão e visão de futuro, que contou com a participação significativa dos Senadores da Subcomissão, que nos ajudaram bastante nestas definições: o norte da organização, para onde pretende ir, o objetivo maior e, a partir daí, os objetivos estratégicos.

Esse é o ponto inicial que nos deu suporte para a proposta de estrutura que apresentamos também nesse documento.

Mas antes das estruturas, apresentamos as diretrizes. No documento, essas diretrizes se encontram a partir da pág. 39, no rodapé, e 67, na parte superior.

Nessas diretrizes – deixem-me pegar meu documento, onde já fiz algumas observações -, chamo a atenção dos senhores para a primeira delas: redirecionar os cargos comissionados dos gabinetes parlamentares. Conferir uma maior racionalidade do modelo organizacional do Senado. Outras observações nas diretrizes também significativas: revisar o sistema de gratificação, a parte estrutural; reestruturar o controle interno do Senado; rever os processos e mecanismos de decisão e controle, relacionado a aquisições e contrato; elaborar um plano de tecnologia – isso é vital.

Informamos várias vezes que, se não tivermos esse projeto de tecnologia unificado, poderemos ter problemas muito sérios no futuro. E hoje observamos que há ilhas de grandes competências dentro do Senado Federal, mas sem um unificação, uma otimização dos recursos. É como se houvesse várias organizações dentro de uma organização, cada uma com seus custos e com seus profissionais excelentes. Mas não pode haver isso somente em um setor, tem de haver isso para a organização.

Então, é exatamente essa a proposta de um plano diretor de tecnologia, que pode unificar isso, que pode otimizar esses recursos do Senado.

Todas essas diretrizes, senhores, são diretrizes que vão, ao serem operacionalizadas, viabilizar a estrutura que estamos propondo.

Quando chegamos ao Senado Federal, no primeiro momento, isso aconteceu em março de 2009, tivemos uma primeira dificuldade de entendimento do organograma. Nós tínhamos o organograma. Foi-nos repassado esse organograma. Mas o organograma realmente não batia com algumas informações – ou informações obtidas no próprio Senado e, principalmente, com muitas informações não fiéis que a mídia estava divulgando. A primeira informação era a de que o Senado tinha 181 diretores: isso nunca aconteceu. Nunca aconteceu.

Depois de um levantamento, chegamos a 110 diretores, 110 ou 111 diretores, mas que não eram diretores – que não eram diretores, que não tinham salário de diretores, mas que tinham *status* de diretores, como, por exemplo, a utilização do estacionamento ou do elevador, que utilizavam o nome de “diretor”. Mas eles não tinham essa posição dentro da estrutura. Identificamos 45 diretores, o que, entendam, é realmente um número significativo.

Então, essa estrutura que estou apresentando aos senhores não contempla todos os “cargos” que utilizavam o título de “diretor”. Essa estrutura serviu de base para o nosso trabalho inicial, e, após toda aquela investigação que fizemos, todas aquelas propostas, com aqueles pressupostos e com aquelas diretrizes, nós a apresentamos ao Senado.

Então, essa é a estrutura proposta pela FGV, reduzindo a estrutura do Senado a quatro diretorias. Há duas diretorias, a Secretaria-Geral de Administração e a Secretaria-Geral da Mesa, que estamos colocando num nível diferenciado. Há ali as duas primeiras FC5 e as duas outras FC4, no caso, Comunicação e Gestão do Conhecimento, e quatro assessorias, que estamos chamando de assessorias de um nível estratégico, no caso, a Advocacia, a Consultoria Legislativa, a Consultoria de Orçamento e a Controladoria.

Então, essa foi a macroestrutura, resultante do nosso trabalho. Esse detalhamento de cada unidade não só até o segundo nível, que é o de departamento, mas também até o nível de coordenação ou de serviço se encontra dentro desse documento. E acho que a esse nível de detalhamento não precisamos chegar. Caso os senhores queiram alguma informação, estamos aqui à disposição.

Mas essa é a apresentação da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria-Geral de Administração, da Secretaria de Gestão do Conhecimento, da Secretaria de Comunicação Social. Então essas são as quatro diretorias.

Aquelas unidades de assessoria e de assessoramento estratégico também estão detalhadas dentro desse documento.

Vamos a alguns números. Quando nós pegamos a documentação do Senado, tínhamos alguma coisa... um número alarmante: 3.627 funções comissionadas.

Esse número existia no papel, mas, na prática, parece-nos que ele nunca existiu. Observem aqueles mil setecentos e vinte. O que aconteceu foi que, durante muito tempo, unidades do Senado – não sabemos especificar quais unidades – com objetivos de criar uma nova estrutura, criar um novo cargo, criar uma nova função, criar um novo serviço, foram atribuindo a profissionais algumas gratificações referentes à estrutura, referentes à lotação, referentes ao provimento, referentes à produtividade. Isso foi sendo incorporado. Então, aquele número que os senhores estão observando, três mil e seiscentos e vinte e sete, é um número que não existiu. O que existiu foi o número mil setecentos e vinte, que tem aqui um asterisco. Os outros valores foram obtidos de documentos do Senado.

A proposta feita, o PRS Nº 96, nos apresenta, em termos de função comissionada, mil duzentos e noventa e seis. Nossa proposta, que ali consta como julho de 2010, mas já citei aos senhores que foi agosto de 2010, apresentou novecentos e vinte e seis. Houve um pequeno reajuste e, na verdade, é novecentos e vinte e sete, pois tivemos um problema com um cargo na Mesa e não alteramos essa apresentação.

Aqui vocês têm um segundo comparativo. Isso também foi solicitado, no nosso entendimento, para comparar PRS Nº 96 com a nossa proposta. Então, os senhores têm aqui uma apresentação do PRS Nº 96/2009 com a proposta da Fundação, com redução por nível de função comissionada.

Aqui também os senhores têm não o comparativo, mas o total da nossa proposta. Aqui já estou trabalhando com todas as unidades.

Aqui temos um número, um quadro, tomando o atual, a proposta PRS Nº 96/2009 e a proposta feita pela FGV. Ali, no final, fizemos uma redução. Essa redução que estamos colocando está tomando como base aquele número de cerca de três mil funções, mas, na prática, apesar de estar na documentação, esse número não existe. A nossa proposta da Fundação para o PRS Nº 96, apresenta uma redução, em termos de função, de 25%.

Aqui, há mais um comparativo, tomando uma outra visão para comparar esses dados. Toma-se a estrutura atual, a proposta da FGV e o PRS Nº 96. OK.

Aqui apresentamos aos senhores uma distribuição dos cargos em linha da estrutura, dos cargos de assessoria e dos cargos dos gabinetes. Esse valor atual, pelo menos quando iniciamos o trabalho, de cargos de assessoria, era um valor significativo. Foi feita uma redução, enxugamos bastante essa assessoria.

Aqui, neste quadro, que provavelmente os senhores não vão conseguir ler, apresentamos uma relação dos cargos em comissão, na primeira coluna. Vocês vão encontrar isso no documento. Não procurei a página. Se os senhores me derem um pouco de tempo, localizo. Oitenta e dois. Página 82.

No rodapé, 55. (Pausa.)

Não, não encontrei no rodapé, 55.

Este quadro? Não localizei.

Tem este quadro, Senador

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Cinquenta e cinco, no rodapé.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Pág. 55, no rodapé. Não, eu não tenho...

O.k.! Estou com ele aqui. Então, ele está no rodapé na página 55. Esse é um quadro geral, trabalhando, apresentando os cargos em comissão e as funções comissionadas.

O.k., senhores! Esta é a minha apresentação básica para podermos, a partir desses dados, nos colocar à disposição dos senhores para qualquer questionamento, para esclarecer melhor o projeto.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Obrigado, então, Professor Marcus Vinícius Cavalcanti, que assim nos deu uma síntese do trabalho feito pela Fundação Getúlio Vargas aqui, no Senado Federal, sobre a proposta de estrutura administrativa, com um enxugamento do total de cargos do Senado bastante significativo.

Vou, então, abrir a palavra aos membros da nossa Comissão sobre a Reforma Administrativa para as indagações que possam ter ao Professor Marcus Vinícius.

Vamos começar pelo Relator, Senador Ricardo Ferraço, para suas indagações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de solicitar ao Dr. Marcus Vinícius que ele pudesse deixar a cópia dessa apresentação. Ela está muito bem focada, muito pedagógica, didática. Seria um bom elemento para informação se pudéssemos deixar... Não sei se está em CD, se está em...

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES (*Fora do microfone.*) – Está no *pen drive*, mas eu passo imediatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, ótimo! Queria que a assessoria providenciasse para termos o arquivo dessa apresentação. Acho que ela é importante.

Seria possível também... Nós temos a proposta original, temos a proposta do PRS nº 96 e, não me

lembro, a proposta do ex-Senador Tasso Jereissati também consta ali?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES (*Fora do microfone.*) – É, a proposta do Senador Tasso é essa proposta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Exatamente essa?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – É. E esta é a nossa proposta. Então, o conteúdo das duas propostas, em termos de...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quantitativos?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – ...estrutura é basicamente o mesmo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Tá!

A pergunta que eu queria formular ao Dr. Marcus é a seguinte: na avaliação do senhor e dos consultores da FGV que trabalharam a proposta, quais são as diferenças mais significativas em custo e desempenho operacional entre a situação atual e a proposta pelo estudo e pela FGV?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – O.k.! Pelo estudo da FGV e a proposta...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Atual.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – A resolução?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A 96.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – A 96, o.k.!

Isso, nós apresentamos no nosso relatório. No nosso relatório original, encontra-se na pág. 9. No relatório do Senador Tasso, deixe-me só localizar, para que os senhores possam acompanhar... Encontra-se na pág. 9, também, no rodapé, e 36, na parte superior.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não seria possível que o senhor fizesse alguns comentários a respeito da sua impressão, da sua percepção?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Sim, sim, vou fazer comentários item a item.

O Projeto de Resolução nº 96, uma das alterações é que fossem adotadas de forma integral as propostas apresentadas pela Secretaria-Geral da Mesa; que fosse adotada de forma integral a proposta apresentada pela chefia de gabinete para o Gabinete da Presidência; que fosse adotada de forma integral a proposta da Secretaria Especial de Comunicação Social; que fosse adotada de forma integral a proposta da Secretaria de Recursos Humanos; e que a Polícia do Senado fosse vinculada à Comissão Diretora.

Essas quatro propostas dessas quatro unidades estão inseridas dentro do projeto e são as principais mudanças. O que ocorre não é competência da Fundação. A Fundação apresentou aos Senhores, no entendimento dos técnicos da Fundação, o modelo que nós achamos mais adequado, o modelo que, no nosso entendimento, pela nossa experiência, pela experiência dos nossos consultores, vai fazer com o que Senado funcione de forma eficaz. Agora, é um direito da organização fazer qualquer mudança à proposta da FGV. A FVG fez uma proposta de consultoria e entregou aos Senhores. Nós estamos aqui novamente à disposição dos Senhores para esclarecer essa proposta. Agora essas mudanças que foram sugeridas são mudanças que estão contra os princípios que nós adotamos.

Uma observação muito importante, Senador, é que ou procuramos unificar a organização, a partir do nível estratégico, a partir da Mesa, ou então não temos como estruturar uma organização de forma eficaz, um Senado de forma eficaz. O que ocorre é – e isso me tenta, não é um problema do Senado Federal, isso acontece em muitas organizações, organizações governamentais ou não – é cada unidade achar que ela é o fim. Esse é o grande complicador. Então preciso fazer com que essas unidades entendam que elas estão dentro de uma estrutura e isso só ai ser feito quando a organização definir, de forma clara, quais são seus objetivos. Porque se organização não tiver um alinhamento estratégico a nível macro, não vou ter como motivar, ou até controlar essas unidades para que elas procurem se adaptar a esse modelo. Então, todas as propostas que recebemos de mudanças, essas propostas em particular, são propostas que têm um número de profissionais, um número de cargos, ou seja, uma estrutura bem acima do que entendemos, em termos técnicos, como necessário. Então, até tenho essas propostas, verificamos e é fácil comparar com o relatório quais são essas diferenças.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/ PMDB – ES) – O Senhor poderia mandar essas informações para a Comissão?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Podemos. Essas informações já estão nos dois relatórios.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/ PMDB – ES) – Mas se o Senhor pudesse mandar já decodificado, já processado, facilitaria a nossa interpretação, pela exiguidade de tempo que temos para fazer esse estudo.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Faremos isso. Enviamos esse documento para a antiga Comissão. Vou pegar esse mesmo documento e encaminhar para o Senhor ou para o Presidente, Senador Suplicy e os demais Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/ PMDB – ES)

– A outra pergunta é a seguinte: Qual o valor da despesa com funcionários, investimentos e manutenção por unidade de cada um dos grandes grupos de órgãos do Senado Federal, como exemplo o Prodasen..

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Não tenho condições de responder a essa pergunta agora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/ PMDB – ES)

– Mas é possível o Senhor remeter essas informações à Comissão.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Eu posso responder, nós coletamos alguns dados, mas esses dados são coletados dentro do Senado. O Senado tem esses dados. Em determinado momento, busquei esses dados para nortear o nosso trabalho, mas dentro do Senado o Senhor terá uma ... Para lhe fornecer esses dados, tenho que vir ao Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/ PMDB – ES) – O Senhor recomenda que nós possamos fazer essa pergunta diretamente à Comissão Diretora do Senado.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Sim, às unidades do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/ PMDB – ES) – Perfeito.

Considerando exclusivamente a proposta apresentada no estudo da FGV, quais os critérios que orientaram o dimensionamento da estrutura do Senado nos aspectos qualidade e quantidade.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Eu, no início da minha apresentação – e, se o senhor me permitir, eu retomo aqui –, disse que nós estabelecemos alguns princípios, e foram esses princípios que nortearam todo o nosso trabalho. Então, a redução da estrutura, a mudança da estrutura veio em atendimento aos nossos princípios.

Primeiro, ter um controle dos agentes administrativos pelo poder político; uma redução significativa dos cargos de direção geral. Nós tínhamos uma estrutura cuja parte superior estava inchada, muito inchada. Uma responsabilização... Criar uma estrutura, um fluxo que viabilizasse a responsabilização dos principais agentes encarregados pela realização das despesas; o fortalecimento da área de controle interno – e essa foi uma grande preocupação que nós tivemos; a requalificação dos cargos de direção intermediária, com alteração dos níveis; fortalecimentos das unidades encarregadas da realização das atividades-fins – e isso é extremamente importante. Porque é preciso que o Senado – e isso cabe, como citei na comissão anterior diversas vezes, aos Srs. Senadores – defina o que os senhores esperam de cada unidade, a fim de

saber qual é a função da unidade “a”, “b” ou “c” dentro da estrutura Senado. A partir do momento que o senhor estabelece essa definição estratégica, aí sim, justifica-se que aquela unidade tenha uma estrutura maior ou menor ou uma quantidade maior ou menor de profissionais. Perfeito?

Agora, esse alinhamento, Senador, é um dos grandes problemas que nós temos. Falta esse alinhamento; falta essa definição estratégica. E cada unidade procura se organizar de acordo com o seu entendimento, e, aí, fica naquilo: “eu sou importante”, “eu sou mais importante”, e, assim, passamos a ter ilhas. E, aí, entendam, estou falando em custos, estou falando em desperdícios de recursos, de estrutura, de competências.

Um dado importante, Senador, é que eu sou consultor, trabalho na Fundação desde 88, e digo aos senhores, com toda a sinceridade – e tenho dezenas, centenas de trabalhos de consultoria realizados –, que conheci poucas organizações com profissionais tão competentes e de tão alto nível como o Senado Federal. Foi uma grande surpresa o nível, a qualificação dos profissionais. Então, nós temos um nível de executivos dentro dessa estrutura fantástico. Agora, se eu não tenho esse norte definido, eu não vou conseguir otimizar as competências.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A FGV apresentou, na prática, um ou dois relatórios?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Vamos lá. Nós apresentamos mais de dois, Senador. Nós apresentamos um relatório preliminar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perdoe-me; dois relatórios com proposta de reestruturação?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Foram dois?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Não; nós apresentamos, primeiro, um relatório preliminar, e era preliminar para motivar todo um debate. E isso se deu quando se montou uma comissão. Isso aconteceu em maio. Esse relatório que nós apresentamos em maio... Nós precisávamos de um documento, de uma estrutura básica para começarmos os nossos trabalhos e até envolver os profissionais do Senado. E, aí, nós apresentamos o relatório final da primeira parte em agosto de 2009.

É importante que o senhor entenda que nós fizemos dois trabalhos dentro do Senado; nós tivemos dois contratos com o Senado. O primeiro trabalho gerou um relatório final, que foi esse relatório de agosto. Esse

relatório de agosto foi encaminhado ao Conselho de Administração, e este Conselho de Administração fez algumas mudanças. Depois dessas mudanças, a pedido do Presidente Sarney e do 1º Secretário, Senador Heráclito Fortes, nós fizemos uma análise desse relatório final da comissão, e essa análise gerou um outro relatório. Nessa análise, nós tivemos a participação de alguns profissionais do Senado Federal, que trabalharam com os técnicos da FGV no Rio de Janeiro.

Isso aconteceu em outubro. No começo de outubro, nós entregamos esse relatório. Nós fizemos algumas... Formalmente, eram acertos no relatório de agosto, considerando algumas das propostas e eliminando outras tantas que foram apresentadas pelo Conselho de Administração. Isso no entendimento técnico da Fundação Getúlio Vargas. O nosso trabalho parou aí, parou em outubro.

Então, a Fundação não participou da redação do Projeto de Resolução nº 96. Esse projeto não é o relatório da Fundação. Há mudanças significativas em relação ao projeto da FGV. Quando a FGV foi chamada aqui no primeiro momento, lembro-me que um dos Senadores pediu-nos que analisasse o projeto de resolução. Ele disse – eu tenho que dizer agora –: “esse é um projeto do Senado”. A Fundação não tem, a não ser que convocada para isso, o direito ou a competência para fazer essa análise. Então, entregamos o nosso relatório e, diante do nosso relatório, técnicos da instituição fizeram mudanças que provavelmente acharam adequadas.

Foi aí que, no início do ano, parece-me que em fevereiro ou março, a Fundação foi convocada para uma audiência aqui na CCJ, onde surgiu o relatório, a resolução, e o relatório da Fundação. A partir daí, o Senador Jarbas e o Senador que era presidente da Comissão, o Senador Tasso, o Senador Suplicy fazia parte da Comissão, foi aí que o Senado achou por bem contratar novamente a Fundação, solicitar à Fundação que fizesse um trabalho com detalhamento maior. Então, esse trabalho, entregamos o seu relatório final em julho. E foi esse trabalho que gerou esse documento do Senador Tasso.

Portanto, formalmente eu tenho dois relatórios: o de agosto, que recebeu depois correções, e o relatório que foi entregue em agosto de 2010; ou seja, o de agosto de 2009 e agosto de 2010.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, queria requerer a V. Ex^a que pudéssemos, se esse for o entendimento, julgo ser necessário, quanto à resposta que não foi possível ser dada pela FGV, que pudéssemos encaminhar à Comissão Diretora da Casa ou ao órgão competente e que pudéssemos ter uma resposta objetiva com relação ao valor da des-

pesa com funcionários, investimentos e manutenção por unidade de cada um dos grandes grupos de órgãos do Senado Federal. Eu requeiro a V. Ex^a, nos termos regimentais, que possamos formalizar isso à Casa, como forma de agilizarmos essas respostas que julgo serem importantes para avaliação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já compreendi muito bem, mas vamos encaminhar este requerimento ao Diretor-Geral do Senado.

Estamos todos de acordo que possamos ter esse requerimento aprovado no sentido de que possa a Direção-Geral nos informar o número de funcionários e a despesa por unidades.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu fiz verbalmente, mas posso fazer formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a puder nos encaminhar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estou, por ora, satisfeito. Quero compartilhar com os colegas a oportunidade deles perguntarem também. Volto em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A palavra está aberta aos Srs. Membros. *(Pausa.)*

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Estou tomando conhecimento agora, com a apresentação feita pelo Prof. Marcus Vinícius. Recebemos os relatórios, vou-me debruçar em cima deles, fazer uma análise com mais cuidado para então fazer qualquer tipo de manifestação no próximo encontro que houver ou da Comissão ou em outra audiência pública.

O Relator já fez algumas indagações, e compreendi que é necessário que elas sejam postas, para esclarecimento. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

O Senador Cícero Lucena tem a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, também agradeço ao Dr. Marcus a presença. Ouvi não somente sua apresentação, mas também as indagações do Senador Ricardo. Quero dizer que o senhor foi muito enfático ao dizer que caberia à Casa, aos Senadores, a definição da estratégia, o que se quer para a Casa. Mas me preocupa um pouco que, ao senhor fazer essa afirmação, estejamos, de repente, vendo um trabalho feito em cima de uma redução. Esse trabalho foi feito com base apenas em

número ou também em objetivos? Sei que, quanto à questão da reestruturação proposta como princípios, como pressupostos, isso cabe em qualquer projeto de reestruturação. Para qualquer um, pode ser esse modelo colocado. Esse modelo pode ser colocado para o Senado, para a Câmara, para uma empresa, em qualquer proposta de reestruturação que, eventualmente, uma assessoria venha a apresentar.

Embora me pareça que já tenho sido respondida essa questão, quero fazer uma pergunta ao senhor. Quando a própria Casa encomendou esse trabalho à Fundação – e a Fundação o faz, conforme a encomenda, é claro –, não foram traçados os objetivos. Pareceu-me muito mais uma proposta de redução quantitativa do que uma proposta de um choque de gestão, uma proposta de estabelecer metas, para ser definido como queremos que esta Casa funcione.

Paralelamente, nesse período, nós, da própria Comissão Diretora, criamos um programa de gestão por resultados. Para se ter ideia, Senador Ricardo Ferraço, quanto à pergunta que o senhor fez à Fundação Getúlio Vargas (FGV), a qual respondeu que não tinha essas informações, porque isso teria de ser fruto da própria Casa, quero dizer que nem a própria Casa as tem. Esse programa que criamos de gestão por resultados está em fase de levantamento. Esse relatório que o senhor pediu, para obter essas informações, não temos, hoje, condições de fornecê-lo. Estamos exatamente fazendo um levantamento, que, oportunamente, apresentaremos a esta Comissão.

Minha ponderação – e já a fiz na abertura, na instalação desta Comissão – é a de que não possamos conduzir os nossos trabalhos simplesmente pensando em números de cargos, mas, sim, no que queremos para esta Casa. Há um exemplo muito claro disso na área de Comunicação. Fico bastante preocupado quando alguém diz que, na área de Comunicação, há x funcionários, mais do que determinada rede, fazendo uma comparação com a iniciativa privada. O que queremos para a Comunicação do Senado? Queremos que o Senado transmita todas as sessões ao vivo? Queremos uma cobertura total do plenário? Queremos ou não gerar alguns programas que, hoje, são gerados pela TV Senado, pela área de Comunicação do Senado? Essa estrutura somente será definida quando dissermos o que queremos, quando dissermos como queremos que esta Casa funcione.

É importante que haja o Interlegis? Isso é importante? É. De que tamanho? Com qual proposta? É importante que haja um Prodasen eficiente, como bem disse o Dr. Marcus, com um plano diretor de informática e de tecnologia da Casa? Isso é importante, é fundamental? Preocupa-me muito quando se diz que

o Prodasen precisa ter um número x ou y de funcionários, se nós não dissermos o que ele precisa ser, o que nós queremos do Prodasen.

É importante a Gráfica? É. O que nós queremos para a Gráfica? Dizer que ela está grande, que ela está com muita gente é fácil dizer, mas qual é o papel da Gráfica? Primeiro nós temos que dizer o que queremos da Gráfica. Eu acho que a Fundação ou qualquer assessoria, qualquer entidade que venha prestar serviço, para mim ficou muito claro, de uma forma objetiva e concreta, dizer o que nós queremos para esta Casa.

O número, para mim, eu acho que é consequência do que nós queremos. Nós queremos uma Casa eficiente, uma Casa prestadora de serviço, restrita ao seu papel... Pronto, vamos estabelecer isso! A partir daí, sim, nós podemos dizer que tamanho nós queremos da nossa Casa e a Fundação Getúlio Vargas ou outros poderão nos ajudar a construir esse número.

Acho que esta Comissão tem esta responsabilidade: não apenas dizer quantos servidores ou quantos funcionários nós temos nesta Casa; nós temos que ter um choque de gestão, estabelecer metas, estabelecer metas a serem atingidas e como atingir essas metas.

Eu acho que para mim foi bastante clara a colocação do Dr. Marcos, refletindo sobre todo esse trabalho que vem sendo feito, que vem sendo acompanhado, que vem sendo melhorado. Agora, considero que não se chegou ao ideal e que nós temos muito o que fazer, obviamente com as informações, ouvindo a Casa. Eu também me somo ao Dr. Marcos quando ele reconhece o valor profissional dos quadros desta Casa, nós temos capacidade e competência nesta Casa para se fazer um bom trabalho, agora precisamos dizer à Casa que nós queremos que ela seja eficiente.

Eu tenho tratado isso – e alguns Senadores escutam isso de forma muito clara, até com comentário feito por algum funcionário que não representa o sentimento da Casa que, em determinados instantes, diz: “O Senador passa, o funcionário fica”. Não concordo com essa colocação e não é essa a filosofia desta Casa. Acho que o Senador tem mandato e passa, o funcionário também tem prazo; se ele é efetivo, pode ser que ele tenha um prazo maior do que o Senador, agora o que fica, verdadeiramente, é a instituição. E, para preservar esta instituição, todos têm que dar a sua contribuição.

Creio que é importante termos essa consciência. Existe muito o que se fazer, agora devemos fazer primeiro dizendo o que esta Casa vai ser.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Senador, posso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Professor Marcos Vinícius.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – É só quanto à sua posição que entendi como uma pergunta, Senador. Na primeira parte do trabalho, tivemos uma dificuldade muito grande de ter um interlocutor. Nós tivemos vários e, quando você tem vários, você não tem um norte, ou seja, nenhum. Já na segunda parte, não. Na segunda parte, essas posições que o senhor está apresentando, nós tivemos sempre o Senador Suplicy, os Senadores da Comissão anterior, sempre à disposição. Eu me comunicava com o amigo Lucena: “Lucena, temos que definir este ponto”. Sempre os Senadores estavam, em quase a sua totalidade, dando essas direções. Então, o resultado do nosso trabalho, em termos de quantidade de profissionais e de estrutura, foi consequência dessas posições. Perfeito?

Se o senhor me perguntar: “Professor, as reuniões ou o tempo foram suficientes?” Não, não. Poderíamos ter tido muito mais tempo, mas a Comissão tinha um tempo muito curto, e, dentro desse tempo, nós fizemos várias entrevistas com os Senadores da Comissão; o Senador Suplicy, sempre presente na Comissão, o Senador Tasso, o Senador Valadares, o Senador Júnior, o Senador Pedro Simon, perfeito? Então, esse norte foi definido, esse norte foi definido.

Então, o que está aqui dentro deste trabalho foi motivado por essa Comissão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Dr. Marcos, o senhor me permita perguntar sobre esse norte definido. Por exemplo: foi definido qual o papel do Prodasen, para poder ser dimensionada a estrutura do Prodasen?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Nós fizemos, Senador, várias recomendações. Quando o senhor falou da Gráfica, quando o senhor falou da Comunicação Social... Quando o senhor falou do Prodasen, Gráfica, Comunicação Social... Da Polícia o senhor não falou?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Então, todas essas posições que o senhor está colocando, nós apresentamos aqui, sim, recomendações. Perfeito? Em relação...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sim. Quanto à recomendação, eu concordo. Pergunto se o objetivo de cada setor desse foi definido pelos Senadores, foi proposto pelos Senadores.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Foi definido pelos Senadores um objetivo maior. Nós tivemos...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com base em quê? Em redução?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Ou em metas de cada setor desses?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Há sempre a palavra – e eu até puxo aí a minha formação, sou engenheiro, e a minha especialidade é a parte de qualidade, de eficácia, de resultados, de processo, eu trabalho com processo, essa é a minha área acadêmica. Então, em nenhum momento, veio, em primeiro lugar, a redução; veio o resultado, a eficácia, o que precisamos para ter uma unidade eficaz. Então, esse foi o objetivo. E esse objetivo... E essa contribuição também nos foi dada, foi reforçada e legitimada pelos Senadores da Comissão.

Agora, é preciso – o senhor colocou, e essa minha colocação eu fiz aqui – o que os senhores esperam da Gráfica, o que os senhores esperam da Comunicação. Se não tivermos...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Da área de saúde.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Da área de saúde. Inclusive, a área de saúde nós não citamos. Dentro desse relatório, há observações e recomendações significativas em relação à área da saúde, que é um problema e um custo extremamente elevado – extremamente elevado –, que nós não tivemos como quantificar.

Então, o que temos, Senador... Nós não temos um norte, nós não temos uma estrutura, um planejamento ou direcionadores desse... Ter um planejamento estratégico não é... Não gosto de usar, dentro de um órgão governamental, público, uma Casa parlamentar, o que prefiro é um direcionamento estratégico. Falta, Senador, um direcionador estratégico, ao qual todas as unidades vão ter de se alinhar.

Nós fazemos uma recomendação ao final, Senador – se o senhor me permite, vou procurar essa recomendação –, que é uma recomendação muito importante e que nós colocamos...

Um minuto. Vou citar a recomendação e depois eu localizo; está no final do relatório, em “Recomendações Finais”. Estou tentando localizar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Um, cinco, cinco, na parte superior?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Um, cinco, cinco.

Por favor, na página 155 – essa numeração está na parte superior. Nós fechamos o nosso relatório...

Com a permissão dos Srs. Senadores, eu poderia ler essa parte, o último parágrafo da página... não é 155, por gentileza, é 157. Essa numeração é na página superior.

Posso seguir, Senador?

“Para a eficácia”...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Aquelas da página 155, onde começa o capítulo “Recomendações Finais”?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – É a 157, Senador. O último parágrafo da 157.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – “Para a eficácia da implantação de tais recomendações” – quando digo “tais recomendações”, várias das posições que o senhor apresentou nós tratamos antes, em itens anteriores. “Para a eficácia da implantação de tais recomendações, bem como das propostas contidas nos relatórios, é imperioso que o quadro de gestores responsáveis pelo Senado Federal tenha uma postura profissional firme, rápida, que esteja totalmente comprometida e alinhada com as mudanças sugeridas. Isso é vital. Assim, é necessário que se faça uma verificação do perfil de todos os diretores e chefes de departamento. Apesar de todos serem importantes no presente processo, destacamos entre eles como prioritárias para o sucesso das mudanças algumas unidades que cito.

Então, eu preciso ter um comando estratégico, um alinhamento estratégico, e os diretores, os chefes de departamento devem seguir esse comando. Se não tivermos isso, nós não vamos nunca otimizar a organização. Agora isso deve partir... E a colocação que o senhor fez... Isto é posição da Fundação, que está apresentada no relatório: são os Srs. Senadores que precisam definir, delimitar esse norte.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

Senador Cícero Lucena, está satisfeito, então, com a suas indagações? Terminou as suas indagações.

Senador Ricardo Ferraço, nosso Relator.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Estamos começando esta reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Dr. Marcos Vinícius, a impressão que se tem, sobretudo quem como eu é cristão muito novo na Casa, há pouco mais de 30 dias no Senado da República como Senador, é que essas distorções, essas modificações, essas expansões, tudo isso vem acontecendo no tempo

sem essa visão de unidade, sem essa missão estratégica ou o conceito que queira se dar.

De qualquer forma, o que me parece absolutamente concreto é que o coração do Senado da República é o plenário desta Casa e são as suas Comissões Permanentes, que, inclusive, a partir da Constituinte, ganharam prerrogativa e responsabilidade quando tiveram papel terminativo em algumas questões.

Então, pensando nessa visão e pensando nesse modelo e nesse conceito de que Plenário e Comissões são o coração do Senado da República, porque a pessoa dos Senadores passam, Senador Cícero Lucena, mas os Senadores não passam; eu passo, mas o meu cargo, o cargo do senhor e do Estado que o senhor representa não passa. Eu passo como pessoa física, mas o meu cargo e a minha responsabilidade como Senador de trabalhar pelo equilíbrio federativo, pela solidariedade federativa, pela unidade nacional, isso não vai passar, porque essa é a tarefa do Senado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Senador me permita?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A minha colocação foi pessoal, não do cargo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro, é isso.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Até porque eu disse que o que fica é a instituição, e a instituição é composta pelos servidores e pelo Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu entendi perfeitamente. Só quis tentar caracterizar.

Então, pensando nisso, na visão da Fundação Getúlio Vargas, quais são os órgãos, quais são as unidades que, na visão de vocês, dos senhores, da equipe, precisariam de uma adequação, de um ajustamento, pensando na missão fundamental do Senado, no seu coração, que é o Plenário e que são as suas Comissões e que tudo de resto é assessoramento, é acessório e não essencial para o bom funcionamento do Senado da República?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Nós apresentamos isso, Senador. Eu coloquei no quadro, e esse quadro no relatório está na página de número 19, na parte inferior; e 46, na parte superior.

Quando o senhor pergunta quais são os órgãos, os órgãos surgem como consequência de um norte estratégico, eles surgem como consequência dos macroprocessos. Então, a partir desses macroprocessos, eu vou verificar quantos e quais são órgãos de que eu

preciso e quais são os importantes, quais são os órgãos importantes.³

Então, esse quadro que o senhor tem nessa página e que está exposto no *slide* é o quadro que vai nos nortear. Esse quadro foi um entendimento da FGV na Subcomissão. Nós debatemos muito esse quadro.

Nós questionamos muito. Se o senhor verificar, estamos colocando comunicação social como um processo finalístico. Esse foi um grande debate dentro da Comissão. No momento final, os Senadores verificaram que comunicação é um processo finalístico, ou seja, eu vou ter três tipos de processo: os processos de gestão institucional, os processos de suporte, mas os processos finalísticos são aqueles que merecem ou vão merecer uma maior atenção e uma maior estrutura.

Esse é o nosso Quadro. Esse é o Quadro que a FGV apresentou, diante das nossas observações, diante dos nossos relatórios, das nossas investigações e diante da postura apresentada pelos Senadores da Comissão anterior.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Só a título de informação que, Dr. Marcos, pelo menos eu não percebi, mas a Fundação, mesmo nesse processo, fez algumas recomendações de algumas coisas que poderiam ser adotadas e que poderiam colaborar com isso. Algumas já foram adotadas e outras estão em fase de implantação. Então, por exemplo, a Fundação sugeriu, em função das denúncias, auditoria na folha de pagamento. Isso foi feito. O registro eletrônico de ponto. Isso está sendo implantado, inclusive de forma biométrica. A unificação do RH e compras da Gráfica do Senado e do Prodasen; o planejamento estratégico da comunicação; a extinção de comissões administrativas; o plano de carreira já foi adotado; restrição de horas extras, além de outras medidas que foram sugeridas pela Fundação. Alguns desses passos que citei já foram adotados.

Outras medidas estão sendo tomadas e em estudo. Por exemplo, o programa de gestão por resultados, o levantamento da lotação ideal, eventualmente por setor, além de definir a matriz e as competências, entre outros que precisam que são partes adotadas, em função da busca de uma melhor gestão e uma gestão mais eficaz. Então, as coisas também estão sendo adotadas e nós estamos procurando corrigir. Houve a redução do quarto turno da Gráfica. Estamos estudando outras medidas de redução que, independente de estar no relatório, podem ser adotadas na Casa. Já estamos em fase de execução e de implantação. Obviamente,

algumas dessas precisam ser amadurecidas e aprimoradas. O planejamento nos permite isso, por isso ele é dinâmico. Ao contrário da Lei de Murphy, que nada é tão ruim que não possa piorar, em administração nós podemos inverter a lei de Murphy e dizer que nada é tão bom que não possa melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Professor Marcos Vinícius, para fazer uma reflexão.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Nós fizemos várias recomendações. Eu só queria fazer uma colocação. Uma das recomendações que o senhor citou nós achamos, tecnicamente, muito complicada. No nosso entendimento técnico, nós não devemos ter um planejamento estratégico isolado de nenhuma unidade. O planejamento estratégico tem de ser da organização, perfeito? A partir do momento que fazemos o planejamento estratégico da Unidade, sem verificar as diretrizes da organização, nós estamos, eu diria, até viabilizando o distanciamento entre unidades, porque quem define os objetivos estratégicos é a organização. Uma organização só tem um grupo de objetivos estratégicos, que deve ser definido, no caso do Senado, acredito, pela Mesa. Então, não fizemos a sugestão de criar um planejamento estratégico de nenhuma área isolada. Pelo contrário, como técnico da área, recomendo que o planejamento seja, primeiro, feito na estrutura macro e aí, sim, depois, com base nessas definições estabelecidas pelo nível estratégico, pela Mesa, cada unidade vai ter de se adaptar a esse norte definido pelo macro.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A citação do plano estratégico da comunicação foi uma das referências que já estão sendo adotadas, mas obviamente que qualquer plano estratégico tem que ser de um todo. Isolado, é parte desse todo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pensando nas áreas que suportam os eixos fundamentais desta Casa – Plenário e Comissões – entendi aqui, processos de suporte, mas obviamente que não houve tempo ainda para uma leitura detalhada de todo o trabalho que a FGV desenvolveu, mas os senhores chegam a propor recomendação para esses órgãos que suportam Plenário e Comissão, como Segurança ou Polícia do Senado, Gráfica, Comunicação, Serviço Médico, estruturas para essas unidades que suportam o Senado? A FGV chegou a propor?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Sim. Tudo isso foi proposto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Em que capítulo, por gentileza?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Por favor, Senador, aqui eu tenho... Esse detalhamento está

feito... Tenho aqui... Por favor, página... Peguei aqui somente a estrutura, 145. Em todas as unidades, a partir da página... Deixe-me pegar só o início. Por exemplo, vamos pegar a página 88, página superior.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Superior ou inferior?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Superior. É um exemplo. Tenho todas elas aqui. Então nós temos... Por gentileza, acho que fica mais claro, página 94, por favor, 94, 95.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Superior?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Superior. Então, aqui nós temos a estrutura atual e nós fizemos a apresentação da estrutura proposta. E, nos anexos, temos o detalhamento de cada uma dessas unidades, em termos das obrigações de cada unidade. Então, quando o senhor falou da Polícia, a Polícia está aí. Não localizei, mas ela está dentro dessa estrutura. Gráfica, Polícia, todas as unidades do Senado.

O relatório que entregamos aos senhores são duas brochuras de 300 páginas, pesado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Dr. Marcos.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – O senhor permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Professor Marcos, pois não.

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Qualquer outro esclarecimento, Senador, um detalhamento maior que o senhor venha a necessitar, nós estamos a sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Professor Marcos Vinícius Rodrigues, eu gostaria de fazer uma indagação mais de natureza geral. Se olharmos a Constituição da República Federativa do Brasil, ali, no Capítulo I, Do Poder Legislativo, vemos então o Poder Legislativo exercido pelo Congresso Nacional, composto da Câmara e do Senado, que fala das missões que temos, nós, Senadores, as nossas atribuições. Em síntese, cada um de nós, Senadores, os 81, representamos os Estados, são 3 pelas 27 unidades da Federação. Cada um de nós temos a função de bem representar aqueles que nos elegeram, expressar seu pensamento na medida do possível, mas temos as funções primordiais de bem legislar, de fiscalizar os atos do Executivo. Para bem realizar essa função, já que precisamos ter as informações sobre o que se passa no Executivo, o 1º Secretário, Cícero Lucena, já aqui nos fala de quão importante são as medidas que estão sendo tomadas, mas, sobretudo, para quem

tem que fiscalizar o Executivo, é muito importante dar o exemplo em casa.

Então, as medidas que a Mesa Diretora e nós, os 81 Senadores, temos que realizar primeiro, para bem fiscalizar o Executivo, faz com que aqui a transparência seja tão importante. E, desde que surgiram aquelas notícias – que, inclusive, levaram o Presidente José Sarney a contratar a Fundação Getúlio Vargas –, teve a grande demanda por maior transparência. Houve, então, o Portal da Transparência – uma iniciativa do Senador Renato Casagrande, que foi adotada – e diversas medidas propostas, para que tudo fique aberto e do conhecimento do povo.

Mas a minha pergunta, de natureza geral, é: se levar em consideração todas as atribuições, funções, responsabilidades de nós, senadores, e levando em conta que o Orçamento da União para este ano prevê, como despesas do Senado Federal, R\$3.255.196.076,00, o que significa, dividido por 81, R\$41.051.853,00, de responsabilidade de cada um de nós, 81 senadores, a minha pergunta é: isso está razoável, para um país que hoje tem um PIB de mais de três trilhões e meio? Está razoável, do ponto de vista do Orçamento da União, para este ano? Por acaso a Fundação Getúlio Vargas, nesse estudo, levou em consideração alguns estudos comparativos, com respeito aos gastos de outros países com o Senado? Ou seja, de países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, a França... Ou países da América Latina, como Argentina e México? Teríamos alguns dados comparativos? Também, quando o senhor completou o diagnóstico relativo a 2010, qual era o número de servidores do Senado, para cada tipo de carreira, comissionados e também terceirizados? O senhor tem esse diagnóstico e pode nos dar o número? Na avaliação da Fundação Getúlio Vargas, dos que fizeram o estudo, esses números estão exagerados?

Finalmente, tendo em conta o padrão de vencimentos existente no Brasil – seja o padrão de vencimentos aqui no Distrito Federal, no Poder Público; seja também no setor privado, e considerando que Brasília está no meio de um Brasil, desde os Estados mais desenvolvidos até os Estados mais pobres, de menor renda per capita – a remuneração média que os senhores encontraram no Senado é algo que pode ser considerado de bom senso ou estamos pagando exageradamente? Está razoável ou está não muito bem?

São perguntas que gostaria de colocar, para que o senhor – que teve oportunidade de conhecer com significativa profundidade a nossa estrutura, a nossa finalidade e o quanto gastamos e temos de pessoas aqui – diga, para os objetivos que temos que cumprir:

o que o senhor encontrou, na sua avaliação e da sua equipe, é de bom senso, é razoável, ou há uma distorção significativa que precisa ser corrigida?

O SR. MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES – Senador, vou responder. Como anotei aqui, vou pedir sua permissão para responder na ordem.

Em relação ao número de servidores, o nosso estudo mostrou – não focando o número de servidores, mas focando a estrutura, os macro-processos que apresentamos – que hoje podemos ter uma redução significativa, podemos enxugar, podemos otimizar isso. Quando o senhor perguntou se temos parâmetro, sim, temos. Não poderia aqui fazer um detalhamento maior desse comparativo, porque foram os consultores que trabalharam nesse comparativo. Não participei, exatamente, desse trabalho, mas o trabalho final levou, sim, comparativos. Temos, hoje, algumas relações muito fortes em vários países europeus, em particular, Inglaterra, França, Portugal e Espanha, onde – o senhor que é nosso colega lá da FGV – temos parceria a nível de consultoria, não só de pesquisas, mas consultorias. Algumas patrocinadas pela União Européia, e também fizemos um estudo com os Estados Unidos. Perfeito? Então, digo ao senhor o seguinte: decorrente do nosso trabalho, da estrutura que apresentamos, temos, sim, uma quantidade de servidores superior, no nosso entendimento, ao necessário para as obrigações. Isso sempre levando em consideração a eficácia. Nós podemos fazer bem, agora, entenda: o que preciso é mudar o processo, é mudar o fluxo. Da forma como, muitas vezes, uma organização se encontra, ela pode ter uma quantidade de funcionários significativa e achar que está pouco. Mas não é que há poucos funcionários, o erro não é a quantidade de funcionários, o erro é a falta de uma estrutura inteligente, uma estrutura integrada que venha a trazer eficácia. Então, quando apresentamos esse alinhamento – e me permitam falar um pouco da minha experiência – é um alinhamento primeiro. Para chegar a uma situação ótima, o Senado terá que fazer vários alinhamentos, a médio e a longo prazo. Este é um primeiro passo, que terá correções.

No final desse processo, o senhor me pergunta quanto tempo vai durar. Depende. Se a instituição que for operar isso tiver um apoio do nível estratégico, se os diretores, chefes de departamento, supervisores, coordenadores, estiverem comprometidos com esse alinhamento, sem dúvida nenhuma o tempo será bem menor. Mas sabemos, também, que estamos em uma organização onde existem variáveis – não só as variáveis técnicas – que precisam ser consideradas. E esse entendimento não é da Fundação, quem tem que definir essas variáveis são os senhores da Casa, a Fundação apresenta a posição técnica, o ótimo, a

posição – no entendimento da Fundação –, o que tecnicamente é mais adequado. E essas adaptações cabem aos senhores.

O senhor perguntou, também, sobre a remuneração dos funcionários. Digo ao senhor, a nível de Executivo: temos um salário compatível com o mercado. E digo, ainda, o seguinte: os senhores têm um nível de Executivo bem superior ao que nós tínhamos no mercado. Como o Senador Lucena citou – essa citação fiz durante a minha fala –, nunca fiz um trabalho com maior profundidade no Senado, mas sempre andei nesta Casa, onde tenho alguns bons amigos, e não tinha percebido essa densidade de competências; mas, neste trabalho, identificamos isso. Portanto, temos um salário – nesse nível de Executivo – compatível com o mercado, mas esse profissional realmente é muito qualificado.

Uma outra pergunta que o senhor me fez, Senador – e peço permissão para não responder, até por falta de dados –, quando o senhor me perguntou se o Orçamento do Senado era compatível com as suas obrigações. Eu não tenho esses dados – e aí precisamos fazer um estudo maior –, e prefiro não me posicionar nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB.) – Queria falar, porque temos que ter bastante cuidado com esta coisa, porque existe Parlamento, em que não há remuneração, por exemplo, para os Parlamentares.

Então, de repente, é zero custo. Será que é isso que o Parlamento brasileiro quer? Preocupa-me muito quando se pega o Orçamento e divide pelo número de Senador. Eu, pelo menos, não gasto o que estão querendo atribuir a mim como Senador. Esse custo a que o Senador fez referência R\$40 milhões, eu não gasto isso. Nem eu, nem o Senador Eduardo Suplicy, nem os demais Senadores gastam isso.

Então, é bom ter cuidado com relação a essa colocação, porque pode parecer, para a opinião pública, que esse é o custo para desenvolver o meu trabalho nesta Casa. Não aceito isso, porque não é o meu custo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Senador Cícero Lucena, acho importante que tenhamos o conhecimento de qual é o Orçamento do Senado e, obviamente,

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB.) – Permita-me, Senador, porque V. Ex.^a vai dividir o Orçamento do Executivo por quem? Pela Presidente Dilma, ou pelos 40 Ministros que há no Governo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – É importante que nós tenhamos a no-

ção clara e que possamos dizer aos 191 milhões de brasileiros que o Senado Federal tem um gasto, ou seja, uma coisa é o gasto, por exemplo, com tudo o que acontece, por exemplo, nesta Comissão – com o microfone do qual estou falando, com a mesa, com o copo de água, com todos os assessores, com o gasto do edifício tão bem desenhado e construído, à luz da inspiração de Oscar Niemeyer, e todo o serviço de segurança e de comunicação que temos nesta Casa; a outra coisa é a informação sobre a remuneração de cada Senador, que também é aberta, que está hoje em torno de R\$26.700,00 por aproximadamente cada Senador, e além daquilo que nós, Senadores, temos direito em nosso Gabinete, que, graças ao portal de transparência, está inteiramente disponível para cada pessoa da opinião pública saber.

É importante também que a população acompanhe e que nós forneçamos a informação sobre qual é o Orçamento da Casa. A pergunta que, inclusive, fiz foi com respeito aos objetivos, às funções e às responsabilidades que temos nós, constitucionais, para que bem realizemos as nossas obrigações. O Senado precisa ter um certo Orçamento, que seja hoje do tamanho que mencionei – R\$3,3 bilhões por ano. Essa é uma informação importante.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB.) – Não discuto isso, Sr. Presidente. Acho que a transparência. Agora, não se pode dizer que isso é o custo de um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Não estou dizendo isso, mas é um dado significativo. V. Ex.^a talvez se incomode, mas a população tem o direito de saber que aqui – 81 Senadores – fazemos um trabalho que custa tanto para a Nação. Que custe R\$ 41 milhões por ano. Que façamos jus e façamos a administração muito bem feita.

Hoje, V. Ex.^a tem a responsabilidade, como 1º Secretário, de juntamente com todos nós, ...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB.) – Sr. Presidente, a minha ressalva é muito clara, ...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Eu a compreendi perfeitamente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB.) – Porque existem custos, nesta Casa, que não podem ser debitados ao Senador que está exercendo o mandato, que é da estrutura da Casa. Então, existem várias ações que independem do momento em que o Senador está executando. Existe um valor que precisa ser colocado para a Nação, precisamos ter a transparência.

No portal da transparência que todos nós estamos elogiando, estamos procurando aprimorar. Por exemplo, o que estamos fazendo? No portal da transparência, há a publicação, a disponibilização, dos servidores efe-

tivos, dos servidores em cargos comissionados, e há uma dificuldade em acesso dos prestadores de serviço. Estamos, juntamente com a Direção Geral da Casa, trabalhando, e – espero que dentro de quinze dias – o terceirizado fique disponibilizado da mesma facilidade que tem o servidor efetivo e o servidor comissionado. Isso é muito importante que se faça.

Da mesma forma, é importante, conforme a solicitação do Senador Ricardo Ferraço, que possamos ter, de forma genérica, mas mais detalhada, quanto custa cada unidade desta Casa e colocar no portal da transparência, porque, amanhã ou depois, se a sociedade achar que se está gastando demais em determinados setores, nós vamos buscar corrigir.

Eu acho que este é o trabalho que precisamos exercer: buscar a eficiência. O Senado tem um papel institucional, e nós temos que buscar a eficiência no exercício deste papel, que seja reduzindo cada vez mais o custo. Se há necessidade de corte, acho que os 81 Senadores, com mais os 162 Suplentes e os 190 milhões de brasileiros concordam que seja buscada a eficiência no Senado e em todo o serviço público.

Então, concordamos plenamente com isso, só faça a ressalva, no sentido de que, quando se diz que se pega e divide pelo número de Senadores, nos dá uma responsabilidade que não é necessariamente nossa, porque aconteceram várias coisas. Há vários serviços cujo usufruto não é dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Senador Cícero Lucena, em certo sentido, é perfeitamente razoável dizer que a Presidenta Dilma Rousseff é responsável pelo Orçamento da União de mais de R\$800 bilhões neste ano.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Mas não pode dizer que ela custa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Não. Ela é responsável.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não. V. Exª afirmou que cada Senador custava. Então, estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Não. Eu disse que, se formos dividir a despesa do Senado por 81, então essa é a despesa.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – V. Exª vai dividir o Orçamento por quantos Ministros?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Podemos dividi-los também.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – E cada Ministro custa?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Não. Não é que custa. Não disse isso.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – V. Exª falou *custa*, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Eu falei que o Senado custa tanto. Se formos dividir por 81, são R\$41 milhões e pouco para cada. Todos nós precisamos ter muita responsabilidade sobre bem administrar. Espero poder colaborar com V. Exª, que tem a tarefa, como 1ª Secretário responsável pela administração, de fazer da melhor maneira possível.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – E cumprir o que for decidido pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, há dois requerimentos que gostaria submeter à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Certo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a permissão ao companheiro Relator, porque estou com um pessoal, há muito tempo, no Gabinete, me aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Pois não, Senador Benedito de Lira. O requerimento rápido aqui do Relator Ricardo Ferraço.

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, são dois requerimentos que submeto, nos termos do artigo regimental, à Comissão Diretora da Casa, com informações relacionadas à listagem das diversas unidades do Senado, detalhando seus órgãos subordinados, vinculados, número de funcionários efetivos, comissionados, terceirizados, lotados em cada unidade, para que possamos fazer um aprofundamento dessas informações e do Relatório.

De igual forma, a lista do número de funções comissionadas e cargos comissionados do quadro de pessoal do Senado Federal, além de uma tabela dos postos de trabalho terceirizados do Senado Federal, detalhando as unidades onde estão lotados, o tipo de ocupação, o número de funcionários e a empresa a que estão vinculados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – No caso, terceirizados também?

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES.) – Sim, também. Efetivos, comissionados e terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Muito bem.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Assim, vamos ter com precisão a resposta, inclusive, à pergunta a V. Exª.

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES.) – Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Quero informar que, por sugestão e requerimento do Senador Ricardo Ferraço, tivéssemos uma audiência com o Senador Tasso Jereissati. Será um prazer, mas ele disse que ele preferiria ter mais um diálogo conosco, dada a condição de ex-Senador. Então, vou conversar sobre a melhor maneira, sobre em que ele possa estar aqui, para que possamos ter um diálogo pessoal com ele, a fim de conhecermos as suas proposições. Logo informarei a todos quando isso será possível.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, permita-me. Acredito que a contribuição do Senador Tasso Jereissati será fundamental. Além do exemplo de homem público e de gestor também público e privado, com certeza o que ele vivenciou, as informações que ele possui serão fundamentais para esta Comissão.

Agora, permita-me fazer uma sugestão, no sentido de ficarmos disponíveis – V. Ex^a também participou da Comissão, assim como os Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos – para termos encontro com eles, a fim de que eles nos passassem, dentro da visão que eles tiveram na Comissão.

Independente de ser uma reunião dessa, acho importante termos contatos da Comissão como um todo e com cada um desses membros. Eu, particularmente, estarei à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Hoje, nós tivemos a oportunidade de interpretarmos, de recebermos, a visão da Fundação Getúlio Vargas. Dr. Marcos Vinicius Rodrigues deixou muito claro que a referida Fundação não tem qualquer responsabilidade com PRS nº 96.

Seria importante, julgo eu, mas submeto à apreciação dos Srs. Senadores, que pudéssemos convidar os profissionais que trabalharam na confecção do PRS nº 96, para que possam sustentar e fundamental a sua proposta nesta Comissão, a fim de que pudéssemos cotejar as diferenças de estrutura, de filosofia, de pressuposto, enfim, de missão com o qual os profissionais que se debruçaram sobre quadro de resolução.

Requeiro a V. Ex^a que possamos também discutir e votar essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Então, a proposta do Senador Ricardo Ferraço é submetida aqui à Comissão.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Então, muito obrigado, Professor Marcos Vinicius Rodrigues, por sua colaboração com o Senado Federal e com esta Subcomissão.

Damos assim por encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 20h42min.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia cinco de abril de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária criada para analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa, com a presença dos Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Cícero Lucena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009** que “Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.” Autoria: Mesa do Senado Federal. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Convidado: Haroldo Feitosa Tajra, Diretor da Secretaria Especial do Interlegis. Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Cícero Lucena, Benedito de Lira e o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Havendo número regimental, declaro aber-

ta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária, criada para analisar o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, conforme o Requerimento nº 5, de 2011, STRA, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço. Foi convidado o Diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Haroldo Feitosa Tajra, que, na legislatura anterior, foi Diretor-Geral do Senado.

Por favor, peço que se sente à Mesa.

De acordo com o art. 94, § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado, a Presidência adotarà as normas conforme o seguinte: o convidado fará sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores na ordem de inscrição; os interpelantes disporão de 3 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Gostaria de aqui informar que, na manhã de hoje, convidados que fomos pelo Presidente José Sarney, no seu gabinete, estiveram presentes o nosso relator, Ricardo Ferraço, o Senador Cícero Lucena, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Benedito Dias, os cinco membros portanto da Comissão, presente também o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Eunício Oliveira. Na ocasião, o Presidente José Sarney, nos indagou sobre o desenvolvimento de nossos trabalhos e, no diálogo conosco, fez um apelo no sentido de que possamos na medida do possível antecipar a conclusão de nossos trabalhos, que tem o prazo até 14 de junho, conforme havia sido designado, de 90 dias, pelo Presidente Eunício Oliveira, mas que também fez um apelo para que possamos acelerar os nossos trabalhos.

Então, de comum acordo, inclusive pela avaliação do nosso relator, Senador Ricardo Ferraço, do próprio Senador Cícero Lucena, que é o nosso 1º Secretário e tem muito colaborado com a Comissão nas informações, estando presente a Drª Dóris e a Drª Claudia Lyra... A Drª Dóris, Diretora-Geral hoje, informou-nos que o requerimento que havíamos enviado a ela, aprovado por todos nós, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, solicitando informações a respeito do quadro

de servidores da Casa, com detalhamento sobre número de servidores, a folha de pagamentos e outros detalhamentos, foram documentos que chegaram a ela no dia de ontem. Ela disse que irá encaminhar ao nosso relator até a data de amanhã no máximo.

O que o nosso Relator nos disse na reunião perante o Presidente José Sarney foi que, na medida em que pudermos acelerar os nossos trabalhos e ele obteve todas as informações além daquelas que já estão distribuídas a nós, mais facilmente será possível atender a esse pedido do Presidente Jose Sarney.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço, para complementar as informações. Se o senador Cícero Lucena quiser, por favor. (Pausa.)

Eu gostaria, então, de passar a palavra ao Diretor do Interlegis, Haroldo Feitosa Tajra, ex-Diretor-Geral, responsável pela apresentação do projeto que o conselho consultivo dos servidores do Senado formulou. Que possa fazer a apresentação e se, por ventura, houver comentários relacionados a ponderações que constam do parecer do Senador Tasso Jereissati ou das contribuições dadas pelo Senador Pedro Simon, sintam-se também livre para nos dizer além do próprio relatório pelo qual o senhor teve responsabilidade, junto com os demais membros do Conselho Consultivo do Senado Federal. Tem a palavra, o Sr. Haroldo Feitosa tajra, e muito obrigado pelo seu comparecimento.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Exmo. Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa, Exmo. Sr. Senador Ricardo Ferraço, Relator do Projeto de Resolução 96/2009, Exmo. Sr. Senador Cícero Lucena, Primeiro Secretário da Casa, em primeiro lugar, é uma grande honra estar presente a esta audiência pública para a comissão, tanto pelo meu envolvimento pessoal na reforma administrativa da Casa, como por ser servidor da Casa. Principalmente como servidor, nem tanto pelo exercício de Diretor-Geral, mas como servidor da Casa, foi grande honra ter oportunidade de voz junto aos senhores Senadores.

Senador Suplicy, inicialmente, eu gostaria de fazer um pequeno esclarecimento: não é conselho consultivo; é Conselho de Administração, instância prevista no regulamento administrativo da Casa e que estava desativado já há muitos anos, cerca de 15 anos, até que eu assumi a Diretoria-Geral da Casa. Na oportunidade, uma das mudanças que implementei na administração foi exatamente a reativação do Conselho de Administração. Na minha gestão, o Conselho de Administração se debruçou sobre vários outros temas, não apenas sobre a Reforma Administrativa, inclusive sobre os atos que vieram a disciplinar a jornada de trabalho dos servidores e vários outros atos que foram

levados à Comissão Diretora. A nossa filosofia era que grandes temas, ao serem levados pela administração à Comissão Diretora deveriam passar pelo Conselho de Administração, que, conforme prevê o regulamento administrativo funciona como órgão consultivo da Comissão Diretora. Não é um órgão representativo, os membros do Conselho de Administração não representam categorias de servidores ou coisas assim; mas por ocupar determinadas funções na Casa eles têm participação no Conselho de Administração.

Outro esclarecimento que já tive oportunidade várias vezes de fazer, mas acho importante repetir agora é que o Projeto de Resolução PRS 96/2009 não é o relatório produzido pelo Conselho de Administração.

Ao longo de 2009 foram produzidos vários relatórios tanto pela FGV como por segmentos da Casa. Um deles é o relatório do Conselho de Administração, mas o projeto final, que está tramitando, é o da Comissão Diretora. Ela considerou o relatório do Conselho de Administração, considerou o terceiro relatório produzido pela FGV, que à época havia sido contatada pela Administração da Casa para ajudar na elaboração do relatório. Considerou também uma série de emendas que os Senadores encaminharam ao Primeiro-Secretário, que, junto com a Diretoria-Geral, sistematizou essas emendas e as submeteu à aprovação da Comissão Diretora.

Então é fundamental deixar claro que o relatório proposto pelo Conselho de Administração não é o projeto de resolução que está tramitando.

É importante também lembrar que todos os relatórios que foram produzidos entre março de 2009 e novembro de 2009 sempre foram disponibilizados no Portal da Transparência, que foi lançado à época e sempre foram documentos públicos, porque a tônica da discussão da elaboração do PRS 96 era o amplo debate e a transparência.

Feitos esses dois esclarecimentos, antes de entrar na discussão da elaboração do projeto de resolução, tema para o qual fui convidado a falar, eu gostaria de trazer algumas reflexões para os Srs. Senadores. A primeira – acredito que ela seja a mais importante de todas – é que é preciso discutir a estrutura administrativa que o Senado deve ter em comum acordo com o leque de serviços que a Casa deseja oferecer aos Senadores. É preciso, inclusive, fazer uma discussão prévia do leque de serviços que deve ser oferecido aos Senadores e, uma vez definido esse leque de serviços, aí, sim, tem mais sentido discutir quais devem ser os órgãos da Casa, qual deve ser a estrutura administrativa da Casa.

Essa discussão não foi feita à época da elaboração do projeto de resolução de 2009 porque o Projeto

de Resolução 96, de 2009, foi feito para atender todas as atuais demandas dos Senadores. Isto é importante que se diga: a FGV, quando contratada, várias vezes alertou para esse tema usando o jargão “um alinhamento estratégico”. Dizia que era preciso definir um alinhamento estratégico do que a Casa quer para depois decidir que estrutura deve ser oferecida.

A Administração do Senado em 2009 fez o diagnóstico de que a estrutura administrativa da Casa estava muito complexa – eu usaria a expressão “caótica”, completamente caótica, – e era preciso fazer uma reestruturação com vistas a buscar maior eficiência, maior racionalização na utilização dos recursos, tanto dos recursos humanos, como dos recursos materiais e financeiros. Desenhou uma proposta de estrutura para atender os mesmos serviços que eram oferecidos à época e que ainda são oferecidos até hoje.

Durante muito tempo nesta Casa, a gente ouviu dizer que há a máxima de que o Senador pode tudo, de que o Senado é melhor do que o céu. A estrutura administrativa que existia na Casa, uma estrutura extremamente caótica, uma estrutura extremamente complexa, refletia essa máxima.

Não é fácil, Srs. Senadores, transformar o céu em realidade. Não é fácil fazer tudo que Senador quer, mas se Senador pode tudo, a Administração da Casa é obrigada a dar tudo ao Senador. Aí há necessidade, sim, de uma estrutura extremamente complexa. Ela veio a se tornar caótica – eu até digo por que – nesse processo de atendimento aos Senadores. Se a estrutura administrativa do Senado Federal hoje é grande é porque são ainda maiores as demandas dos Senadores para essa estrutura administrativa.

Essa é uma reflexão que trago a esta Comissão, no sentido de que, antes de se discutir qual a estrutura administrativa que deve ser mantida, se discuta quais serviços devem ser oferecidos. E se, porventura, se tomar a mesma decisão que foi tomada à época, de manter os serviços atualmente oferecidos, aí, sim, passar à discussão da estrutura administrativa que deve ser composta.

Ao longo de 2009 e 2010, durante o meu exercício na função de Diretor Geral e durante toda a discussão da reforma administrativa, uma discussão muito ampla, eu pude perceber uma dicotomia muito clara, um antagonismo até, eu diria, um antagonismo muito forte, entre os discursos dos Senadores envolvidos na discussão da reforma administrativa e as demandas que me chegavam como Diretor Geral. Uma dicotomia, um antagonismo insustentável e insuperável. Ou se busca uma coisa, ou se busca outra coisa.

Acusa-se a administração de ser gigantesca. Acusa-se praticamente todas as secretarias e todos

os serviços do Senado de serem gigantescos. Diz-se, por exemplo, que temos uma estrutura de engenharia que comportaria uma das maiores construtoras do País. Mas, em compensação, eu me deparei, no final da minha gestão na Administração, na Diretoria Geral, com 41 pedidos simultâneos de reforma de gabinete e mais outros tantos de reforma de apartamentos funcionais, além de pedidos crescentes de aumento de área de gabinete de Senadores.

Para atender, simultaneamente, a um volume tão grande de obras de ampliação de espaço, é necessário, sim, uma estrutura de secretaria grande, complexa, com vários contratos, com vários serviços a serem oferecidos.

Eu ouvia nos discursos, eu presenciava nos discursos uma reclamação muito grande com relação à TV Senado, que a TV Senado teria uma estrutura que seria superior à estrutura da TV Globo, que é, salvo engano, a maior rede de televisão do nosso País. Porém, eu via, como Diretor Geral, que nós éramos obrigados a filmar, em tempo real, para transmitir simultaneamente, todas as reuniões de todas as comissões que eram realizadas, éramos obrigados a deslocar equipes para filmar todas as audiências externas que eram feitas, tanto de comissões de Senadores como de comissões especiais que eram criadas, e ainda víamos demandas, muitas demandas – tínhamos que deliberar e atuar – no sentido de disponibilizar o sinal da TV Senado em canal aberto em todas as capitais do País. Hoje, salvo engano, estamos em sete ou oito capitais. Para você ter uma retransmissora da TV Senado em uma capital, você, de cara, já disponibiliza pelo menos cinco ou seis contratos. Você tem que comprar equipamentos adicionais, você tem que garantir a manutenção e a operação desses equipamentos, você tem que buscar um espaço físico para colocar esses equipamentos, você tem que contratar servidores para operar os equipamentos, você tem que contratar segurança para manter os equipamentos, você tem que contratar a companhia de fornecimento de energia elétrica local para fornecer energia para aqueles equipamentos operados e assim sucessivamente.

Então, se achamos a estrutura da TV Senado por demais grande, complexa, exagerada, temos que ter a noção também de que os serviços que são demandados à TV Senado são também muito grandes, imensos.

Eu tive a honra e a satisfação, com muita alegria, de participar da inauguração do sinal da TV Senado no Acre. Digo que foi com muita honra e com muita alegria porque entendo, sim, que o Senado Federal é uma das instituições mais importantes da República, tem um papel imenso na história do País, tendo sido

fundado há 185 anos, e essa expansão das atividades do Senado Federal contribui, sim, para o desenvolvimento da nossa sociedade, e eu concordo com essas ações de expansão da estrutura da TV Senado. Só alerta que, para continuarmos nesse ritmo, temos necessidade, sim, de uma estrutura de comunicação muito grande e muito complexa.

Eu ouvia, lia nos jornais muitos discursos reclamando da estrutura da Gráfica, por exemplo. É outro exemplo que quero dar, que quero trazer aqui. Mas, ao pronunciar um discurso mais relevante para sua atuação parlamentar, os parlamentares exigiam que esses discursos estivessem publicados em livros pela Gráfica em 48 horas..

Para se publicar um livro, demanda uma estrutura também. Para se publicar um livro em 48 horas, demanda uma estrutura maior ainda, porque você tem que dar sequência a toda sua linha de produção que já estava programada e receber um pedido extraordinário urgente que tem de ser atendido de qualquer maneira, para ser produzido em tempo recorde.

Eu vejo também muito discursos falando da estrutura do nosso Serviço Médico, mas, à frente da Diretoria-Geral, tivemos de providenciar, mais de uma vez, deslocamentos com UTI aérea de várias regiões do País nas mais diversas situações, para atendimento em centros de excelência em São Paulo – Albert Einstein, Sírio-Libanês ou outro hospital.

Muito se fala também da nossa macroestrutura de contratação de servidores terceirizados. Nós temos, sim, um leque de contratos muito amplo, e temos um bom número de servidores terceirizados. Muito se questiona se essa estrutura não é grande, não é exagerada, se não estamos terceirizando demais, se não podemos promover um corte nessa estrutura. Contudo, a todo momento, recebemos encaminhamento de nomeações de servidores terceirizados e até para cargos de livre provimento, para cargos comissionados, para os famosos APs da estrutura administrativa também. Sempre lembrando que a estrutura de gabinetes, no meu entender, já é suficiente; já há um número de cargos suficiente para os gabinetes.

Outra Secretaria sobre a qual presenciemos várias reclamações é a estrutura da Polícia do Senado, a SPOL. Mas também, à frente da Diretoria-Geral, tivemos de fazer deslocamentos de efetivos para dar proteção a Senadores nas Capitais espalhadas pelo território nacional. Volto a dizer que concordo com esse serviço. Eu acho que um Senador é um líder da República, um Senador se equipara ao Presidente da República. O Senado Federal é fundamental para o processo de desenvolvimento da nossa sociedade como República e como Federação, e a atuação do

Senador não se restringe a representar os interesses do seu eleitorado. No meu entender, justamente esta é a diferença entre um Senador e um Deputado: um Senador da República tem que ter um posicionamento de República; ele deve pensar como um líder nacional, não como um líder local ou regional; portanto, é obrigação nossa, sim, garantir aos nossos líderes nacionais sua segurança em todo o território nacional.

Por fim, agora já à frente da Secretaria do Interlegis, eu vejo a mesma coisa. Estivemos presentes na discussão da reestruturação, e muitas vezes se falou na pura e simples extinção da Secretaria do Interlegis. Contudo, ao mesmo tempo, recebemos demandas para realização de seminários, oficinas e demais atividades em vários locais da Federação. O caso do Interlegis eu diria que é um caso à parte, e eu gostaria de, mais a frente, tecer alguns comentários sobre o Interlegis, comentários esses que, durante a Subcomissão anterior, a Subcomissão que elaborou o relatório do Senador Tasso Jereissati, eu tive a oportunidade de fazer. O Interlegis – só viemos a ter conhecimento disso após a apresentação do Projeto de Resolução nº 96/2009 – é fruto de um acordo, de um contrato assinado com o BID. E uma das cláusulas desse contrato diz respeito à estrutura do Interlegis. Então, modificar a estrutura do Interlegis vai ser uma ruptura unilateral a uma das cláusulas contratuais. Mas, mais a frente, eu gostaria de falar novamente sobre a estrutura do Interlegis.

Em conclusão sobre esses exemplos que eu citei, eu relembro este ponto. O Projeto de Resolução nº 96/2009 foi elaborado com a intenção de dar uma maior eficiência, uma maior racionalidade na utilização dos recursos disponibilizados ao Senado Federal, mas mantidos os serviços, atendendo-se todos os serviços que hoje em dia são oferecidos aos Srs. Senadores. Porém, antes mesmo de eu assumir a Diretoria-Geral, a Casa chegou a um diagnóstico de que a nossa estrutura administrativa estava por demais caótica e era necessário fazer uma reforma.

De onde vem esse diagnóstico e que dados nos levam a esse diagnóstico?

A questão é muito simples: dentro da parcela de remuneração de um servidor efetivo, existe uma gratificação – que, no nosso caso, é conhecido como função de confiança; no Executivo, como DAS – que é um complemento pago ao servidor pelo exercício de um cargo de chefia, de direção ou de assessoramento superior.

Na estrutura do Senado Federal até junho de 2010, praticamente todos os servidores da Casa tinham funções comissionadas. Todos os servidores.

À frente da Diretoria Geral, fizemos um levantamento, salvo engano em agosto de 2009, onde se cons-

tatou que, dos 3.538 servidores efetivos em atividade à época, 3.280 possuíam uma função de confiança, possuíam uma gratificação por estar pretensamente no exercício de uma área qualquer, de um setor qualquer da Casa ou ocupando um cargo de direção. Ou seja, de 3.538 servidores, 3.200 possuem uma função comissionada, somente 7% dos servidores não possuíam função comissionada. E que servidores são esses? São 200 e poucos a diferença entre um e outro. Eram servidores recém-nomeados num concurso que tínhamos acabado de promover, eram servidores que estavam em transição entre uma lotação e outra, que eventualmente estavam à disposição da Secretaria de Recursos Humanos para realocação. A filosofia da estrutura anterior era que todos os servidores da Casa deveriam receber uma gratificação para o exercício de um cargo de chefia e direção. O que havemos de concordar claramente que é uma distorção, uma situação gravíssima, por dois grandes motivos. O primeiro é um desestímulo total ao exercício dos cargos de chefia e direção. Um dos grandes incentivos ao exercício do cargo de chefia e direção deve ser uma compensação financeira, que seja compatível com um maior grau de responsabilidade que o servidor venha a assumir. Agora, se todos os servidores ganham função comissionada, qual vai ser a diferença salarial entre eles? Nenhuma.

Eu assumi a Diretoria Geral e ganhei R\$300,00 de aumento. E tive obviamente de enfrentar todas as responsabilidades do cargo, além do que todos – dos quais eu concordo plenamente – os procedimentos de fiscalização e transparência movidos pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público.

Não sei se compensa R\$300,00 para tanto esforço.

O diagnóstico que fizemos à época, ao analisarmos o quadro de funções comissionadas da Casa, era que as funções comissionadas poderiam ser classificadas em quatro grandes grupos. Esse grupos eram: as funções de carreira, que eu, como todos os consultores legislativos, tinha uma – e não era somente a carreira de consultor que tinha, praticamente todas as carreiras tinham: a carreira de policial, a carreira de analista de informática do Prodasen, a carreira de médico, as carreiras da comunicação social, quase todas as carreiras tinham uma; não todas, mas um bom número de carreiras possuíam uma função comissionada de carreira. E elas eram ainda divididas em dois grupos: as inerentes e as de lotação. Se a pessoa tivesse uma função de carreira de lotação e, se por acaso estivesse lotado em outro órgão da Casa que não o seu órgão de origem, ele perdia a função.

A função comissionada de consultor era considerada inerente. Independente da lotação do consultor, ele recebi a sua função comissionada. Havia uma outra função, conhecida como função de produtividade, que era disseminada por todos os órgãos da Casa com uma característica muito interessante: aqueles que estavam lotados na Diretoria Geral, independente do número, da quantidade, recebia uma FC de produtividade. Tanto na Diretoria Geral, como na Secretaria Geral da Mesa. E esse dado – de que qualquer servidor que estivesse lotado na Diretoria Geral ou Secretaria Geral da Mesa faria jus a uma FC – nos levava ao seguinte diagnóstico: o número de funções comissionadas no Senado era ilimitado. Era absolutamente ilimitado. Bastava lotar um servidor na Diretoria Geral ou na Secretaria Geral da Mesa, que ele passaria a fazer jus a uma função comissionada.

E os dois últimos grupos nos quais o Projeto de Resolução nº 96 se debruça são as funções comissionadas da estrutura organizacional e as funções comissionadas da estrutura de gabinete parlamentar. Para fazer frente a esse universo de funções comissionadas foi feito diagnóstico que nós deveríamos atuar em duas frentes: a primeira envolvia como fazia jus a remuneração de servidores às gratificações de carreira, elas deveriam ser tratadas num projeto de lei num plano de cargos e salários, que foi elaborado, foi apresentado e foi aprovado em junho de 2010. Esse projeto de resolução extinguiu aproximadamente 1500 funções comissionadas, ele extinguiu todas as funções comissionadas de carreira e extinguiu todas as funções de produtividade.

Então, nós saímos de um universo de 93% dos servidores do Senado tinham função comissionada para um universo de 51% de servidores com função comissionada. Isso foi feito por meio da aprovação do plano de carreira em junho de 2010.

O outro leque de funções deve ser tratado por projeto de resolução porque diz respeito à estrutura organizacional interna do Senado Federal.

Com base nos princípios constitucionais o Senado tem competência para dispor sobre sua organização e funcionamento. Tem competência para dispor sobre sua estrutura organizacional sem necessidade de uma lei porque, dentro do arcabouço jurídico do País, uma resolução do Senado se equipara a uma lei.

Sobre o Plano de Carreira, gostaria de fazer algumas observações.

Primeiro, gostaria de lembrar que o Plano de Carreira não está totalmente implementado. Existe uma gratificação denominada Gratificação de Desempenho que necessita de regulamentação e, para surpresa nossa, um projeto de regulamentação dessa gratifica-

ção já foi apresentado e está tramitando aqui na CCJ no momento aguardando a designação do relator. É o Projeto de Resolução nº 59 de 2010. Assim como foi importante para a subcomissão anterior conhecer a proposta do Plano de Carreira que veio a ser aprovado, é importante que a comissão conheça a proposta de regulamentação da Gratificação de Desempenho, porque uma coisa diz respeito indireto a outra e, eventualmente uma pode anular os efeitos da outra.

Por fim, gosto sempre de lembrar, em todas as ocasiões, que falta implementar o Adicional de Especialização dos servidores do Senado. Esse adicional está previsto desde a Resolução nº 42 de 1993. Ou seja, há quase 20 anos. Esse Adicional de Especialização já foi regulamentado pelo Ato nº 81 de 2004, do 1º Secretário. Sua efetiva implementação depende apenas de uma decisão da Comissão Diretora. Infelizmente, ainda não foi possível a sua implementação.

Com relação à elaboração do Projeto de Resolução 96 de 2009, é preciso, inicialmente, observar o seguinte. FGV foi contratada pela administração da Casa não para fazer um projeto de estrutura do Senado, ela foi contratada como uma instituição que iria prestar consultoria à administração da Casa nos debates que levariam a Comissão Diretora a apresentar o projeto de resolução final. Portanto, em nenhum momento a administração da Casa entendeu que o papel da FGV era apresentar a melhor estrutura do Senado. Até porque, Srs. Senadores, creio que os senhores haverão de convir, que o valor pago a FGV não faria jus a um trabalho de repensar a estrutura do Senado, que não é um trabalho simples. Trata-se de um trabalho de muitas horas, e tiramos até pelo processado da matéria, pelo volume. É um assunto tão complexo que já está a quase praticamente há dois anos sendo discutido pela Casa. Estamos discutindo este assunto por quase dois anos, não porque não sejamos capazes de encarar o problema e encontrar a solução, mas porque somos uma Casa democrática, onde as decisões são colegiadas e elas devem ser fruto de amplo debate.

Ao contratarmos a FGV, eu ainda não estava na Diretoria Geral. Eu me encontrava à dos trabalhos da 1ª Secretaria, com o Senador Heráclito Fortes, inclusive aproveito, Senador Suplicy, para deixar uma sugestão que seria salutar para esta comissão, ouvir o Senador Heráclito Fortes, também. Seria salutar convidá-lo para uma audiência, se a comissão ainda não o fez.

Ao ser tomada a decisão para a contratação da FGV foi definido também uma metodologia de trabalho que deveria ser seguido na elaboração do Projeto de Resolução que veio a ser o de nº 96 de 2009.

Essa metodologia implicava 3 ciclos de debates. Um ciclo de debates com os servidores da Casa, um

ciclo de debates com os diretores da Casa, que veio a ser o Conselho de Administração. Na época em que se discutiu não se falou em Conselho de Administração. Nessa época, lembrando, eu não era o Diretor Geral e o Dr. Agaciel já tinha saído.

O Diretor-Geral era o Dr. Alexandre Gazineo. E havia um grupo... havia uma comissão, constituída pelo 1º-Secretário, Heráclito Fortes. Essa comissão era encarregada de dar início... A competência dela era dar início à implementação do planejamento estratégico do Senado. Ela não deveria fazer o planejamento estratégico do Senado, mas ela iria... Essa comissão iria fazer as primeiras proposições nesse sentido, no sentido de, posteriormente, um outro grupo desenvolver o planejamento estratégico do Senado. E essa comissão veio a ser o embrião do Conselho de Administração, que, posteriormente, já na função de Diretor-Geral, eu convoquei.

A seleção dos servidores que vieram a compor essa comissão era disciplinada pelos cargos que os servidores ocupavam. Havia um leque de diretores e mais alguns servidores que, posteriormente, no Conselho de Administração, não foram chamados, justamente porque não eram diretores. E essa comissão teve seus trabalhos interrompidos pela discussão da reforma. A discussão da reforma atropelou, por assim dizer, as discussões sobre o planejamento estratégico.

Salvo engano... Salvo engano, não, com certeza, essa comissão era presidida pelo Dr. Maurílio Avellar, que, na época, trabalhava na 1ª-Secretaria, e ainda hoje trabalha na 1ª-Secretaria. O Dr. Maurílio foi convidado para ser o presidente dessa comissão pela longa experiência profissional que ele tem, por já ter passado por vários cargos de primeiro escalão nos Ministérios.

Bom, diante da metodologia adotada, diante da consultoria contratada, os trabalhos começaram. O primeiro trabalho foi... O primeiro produto foi um relatório encomendado à FGV, que veio a receber o nome de Relatório Preliminar, que foi amplamente apresentado à Casa, foi amplamente divulgado à Casa. E, para analisar, receber sugestões e sistematizar essas sugestões e, inclusive, produzir outros subsídios à FGV, foi constituída uma outra comissão, uma segunda comissão, que foi presidida pelo Dr. Dirceu Teixeira de Matos. O Dr. Dirceu Teixeira de Matos é um ex-Consultor-Geral Legislativo da Casa, um servidor muito experiente, que ocupou cargos de alta relevância na estrutura da Casa e presidiu essa comissão.

Esse debate foi tão amplo que, na época, foi preciso montar um sistema de computação, um sistema de informática só para receber as sugestões dos servidores. Foram recebidas, aproximadamente,

600 sugestões. Salvo engano, 631 sugestões. A comissão sistematizou todas essas sugestões, produziu um relatório e encaminhou esse relatório para a FGV novamente. Como foi dito, a metodologia de trabalho pressupunha o diálogo com a FGV também, mas nunca o pressuposto de que a FGV seria contratada para desenhar a estrutura do Senado. Ela deveria dialogar com todos os órgãos da Casa.

Com base no relatório da comissão, com base no relatório preliminar da própria FGV e com base em outras informações que a FGV preparou, a FGV preparou um segundo relatório. Esse segundo relatório veio a receber, veio a ser conhecido como Relatório Final da FGV. Mas ele nem foi o relatório final. A FGV produziu um terceiro relatório, de que vamos falar mais à frente.

Com base no suposto relatório final da FGV, aí, sim, o Conselho de Administração, que já havia sido convocado para a discussão de outros assuntos, já havia discutido outros assuntos, o Conselho de Administração pôde elaborar seu relatório, pôde elaborar seu posicionamento.

Neste momento, é importante lembrar dois fatos: como eu disse, as funções comissionadas estavam tratadas em quatro grandes grupos. O projeto de lei iria tratar dos dois primeiros grupos, e dois projetos de resolução iriam tratar do segundo grupo. O projeto de resolução sobre a estrutura organizacional da Casa ia contar com a participação da FGV, e um outro projeto de resolução iria tratar apenas da estrutura dos gabinetes. Havia a pretensão de se fazerem dois projetos separados. O projeto de resolução que trataria da estrutura organizacional da Casa deveria tratar também da parte 1 do atual Regulamento interno, Regulamento Administrativo.

A parte 1 do Regulamento Administrativo trata sobre questões relacionadas a direitos e deveres, em geral do servidor, algo muito parecido com a Lei nº 8.112.

Ao longo das discussões no Conselho de Administração, tomou-se duas decisões extremamente importantes para o entendimento dessa matéria. A primeira foi abandonar a parte 1 do Regulamento Administrativo nas discussões do futuro projeto de resolução. E a segunda foi juntar os dois temas, os dois grupos de funções comissionadas da estrutura organizacional e da estrutura de gabinetes em um único projeto.

Então, quando o Conselho de Administração concluiu o seu relatório, era um relatório voltado única e exclusivamente para a estrutura administrativa da Casa, para as Secretarias, para as atividades da Secretaria-Geral da Mesa, as atividades da Secretaria Legislativa, e não envolvia a parte de gabinetes. Po-

rém, com a determinação de que o segundo projeto não deveria ser o mesmo projeto, o Conselho de Administração decidiu replicar, simplesmente replicar uma sugestão da Fundação Getúlio Vargas no seu primeiro relatório, no relatório preliminar da Fundação Getúlio Vargas de que as funções de gabinete, as funções de chefia de gabinete deveriam ser de livre provimento dos Senadores e de que a estrutura de cargos do gabinete deveria ser limitada a 25 cargos, permitido o fracionamento dos atuais 11 cargos, na verdade, o cargo de motorista não pode ser fracionado, permitido o fracionamento desses 11 cargos, mas desde que limitado até um total de 25.

O Conselho de Administração simplesmente replicou essa decisão. O Conselho não entrou nessa discussão, até porque ela foi uma decisão muito no final do prazo. Pois bem, mais uma vez, produzido o relatório internamente da Casa, esse relatório foi encaminhado à FGV; a FGV pediu, à época, colaboração de servidores do Senado. Foram designados dois servidores, novamente o Dr. Dirceu Teixeira de Matos e o Dr. Luciano de Souza Gomes que era, à época, Diretor-Geral Adjunto, para que colaborassem com a FGV na montagem do que seria, de fato, o relatório final e definitivo da FGV. Mas, é importante esclarecer que a atuação dos dois servidores foi meramente de redação. Eles se deslocaram ao Rio de Janeiro e simplesmente colocaram no papel todas as orientações da FGV. Não houve um diálogo, uma negociação com a FGV, até porque a lógica do trabalho não era essa. Era a Casa produzir algum tipo de documento e a FGV contrapor. A FGV, então, apresentou o seu terceiro relatório e esse relatório foi encaminhado por ofício pelo Presidente Sarney a todos os 81 Senadores.

Os Senadores responderam por meio de ofício, também, redigidos na forma de sugestões de emenda. Por que na forma de sugestões de emenda? Porque, naquela altura, já tínhamos um texto que era um projeto de resolução minutado pelo Conselho de Administração. E o terceiro relatório da FVG também voltou dessa forma. Ao contrário dos relatórios anteriores da FVG, que eram muito mais um estudo do ponto de vista administrativo, com o desenho de organogramas, relatórios, tabelas, esse tipo de coisa, nós já tínhamos um documento que era um texto de projeto de resolução. Para facilitar a sistematização das sugestões apresentadas pelos Senadores foi solicitado que essas sugestões fossem redigidas já na forma de emenda a um projeto de resolução e foram apresentadas 167 sugestões de emendas. Não é correto chamar de 167 emendas porque não havia um projeto legislativo tramitando efetivamente. Mas foram redigidas na forma de emendas. E essas 167 emendas foram assinadas

por 59 Senadores. Esse conjunto de emendas que foi novamente mandado para a FVG, e aí é bom que se observe, a FVG não se pronunciou. Não sei por que razão, mas a FVG simplesmente não nos devolveu nenhuma resposta.

Foi feito um trabalho paralelo, no âmbito da 1ª Secretaria, em conjunto com a Diretoria Geral, de sistematizar essas sugestões de emendas.

E a Comissão Diretora, finalmente, com base no relatório do Conselho de Administração, com base no contrarrelatório da Fundação Getúlio Vargas e com base nas 167 sugestões de emendas, apresentou, aprovou o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, e submeteu à deliberação do Plenário. Esse projeto é o que está tramitando até hoje.

Antes de concluir, Senador, gostaria de fazer mais algumas observações. A primeira delas é relacionada ao tema específico da estrutura administrativa da Casa. Como eu disse, o Senado Federal sempre foi um órgão de vanguarda, um órgão inovador na Administração Pública como um todo. O Senado tinha um grau de flexibilidade, uma estrutura que permitia a incorporação de projetos especiais da qual todos nós nos orgulhamos, e projetos esses que acabavam sendo reaplicados em outros órgãos da Administração Pública e alguns até na Câmara dos Deputados.

Eu acho fundamental que a futura estrutura que venha a ser aprovada pelo Plenário da Casa preserve alguma ferramenta de flexibilidade, para que o Senado continue, sim, sendo um órgão inovador e um órgão de vanguarda. Infelizmente – e eu diria que são dois os “infelizmente” –, a ferramenta que o Senado dispunha para esse tipo de flexibilidade foi usada de forma extremamente abusiva e, infelizmente, pela segunda vez, ela foi extinta, que é o que conhecemos, aqui dentro da Casa, como gratificações de comissão. O Senado incorporava as iniciativas inovadoras por meio da criação de comissões, e temos várias delas, das quais a Casa muito se orgulha, como o Senado Verde, a Curadoria de Artes, o Tour de Visitação do final de semana, o Programa de Acessibilidade e assim sucessivamente.

Não se deve permitir abusos em hipótese alguma, mas acho que não devemos engessar a estrutura da Casa de tal maneira que esses projetos iniciais sejam simplesmente abandonados, sejam deixados de lado, e que novos projetos possam ser desenvolvidos pela Casa. A proibição da gratificação de comissão se deu na discussão do plano de carreira. Era um assunto que deveria ser tratado dentro do projeto de resolução da estrutura administrativa, mas acabou acontecendo com o plano de carreira.

Então não estou fazendo uma pura e simples apologia à volta da comissão de gratificação, não. Mas estou, sim, fazendo um alerta para que seja preservada, dentro da estrutura da Casa, alguma ferramenta que permita uma flexibilidade, de tal maneira que a Casa possa incorporar e desenvolver novas ações. Lembro até que no rol das inovações que o Senado criou se encontra o próprio Interlegis. O próprio Interlegis também é uma inovação do Senado e eu diria até uma inovação talvez em nível mundial, porque o Interlegis possui um componente em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento Mundial, o BID. O Interlegis é o único projeto do BID, em escala global, do âmbito do Poder Legislativo. Todos os projetos dos organismos internacionais de financiamento, de fomento e desenvolvimento internacional são todos no âmbito do Poder Executivo. O único no âmbito do Poder Legislativo é o Interlegis.

É até por esse motivo que hoje pela manhã eu recebi o especialista do Banco Mundial, esse é o nome da função da estrutura de cargos deles, responsável coordenador do projeto Interlegis. Para o BID, o desenvolvimento do Poder Legislativo é, sim, algo que vai promover o desenvolvimento social e é, de fato, uma verdadeira reformulação do papel do Estado.

Já aproveitando a carona e falando sobre a estrutura do Interlegis, sim, eu gostaria de relembrar que a estrutura atual do Interlegis é fruto de um acordo de financiamento internacional firmado com o BID. Mudar essa estrutura por meio do projeto de resolução significaria o descumprimento unilateral de uma cláusula contratual. Quando eu assumi a Diretoria-Geral, eu sabia da existência do financiamento, mas não sabia da existência dessa cláusula contratual. E só no momento em que fizemos uma mudança na diretoria do Interlegis, o meu antecessor, o Alexandro Girão, foi quem me alertou. Mas quando esse alerta me chegou, o projeto já tinha sido apresentado.

Então, por esse componente e por outros elementos da natureza intrínseca do Interlegis, eu acho que seria de bom alvitre – e deixo como sugestão aos Srs. Senadores – que simplesmente tirem toda e qualquer referência do Interlegis dentro do projeto de resolução.

Que outros motivos seriam esses? O Interlegis é a única secretaria do Senado Federal voltada para fora do Senado Federal. O serviço prestado pelo Interlegis é um serviço extremamente complexo, cuja grande missão é modernizar o Poder Legislativo do Brasil inteiro, desenvolver e promover ações visando o fortalecimento das Casas Legislativas em todo o território nacional. Da mesma forma que hoje pela manhã recebi o especialista do BID, recebi, curiosamente –

não foi uma visita surpresa –, o Presidente da Câmara Municipal de Natal. E ele foi lá basicamente solicitar isto: “Olha, eu acabei de assumir a Presidência da Câmara Municipal de Natal, desejo que a minha Câmara seja uma das mais modernas do Brasil e quero contar com o apoio do Interlegis”. E eu disse a ele: “O senhor veio ao lugar certo, porque essa é a missão do Interlegis”. E já agendamos a ida de uma equipe do Interlegis a Natal, num primeiro momento, para fazer um trabalho de diagnóstico da estrutura organizacional daquela Casa, da Câmara Municipal de Natal. E, a partir desse diagnóstico, desenvolver uma série de projetos e de trabalhos visando seu fortalecimento e sua modernização.

A modernização de uma Casa Legislativa não é uma tarefa fácil nem mesmo de conceituar. Nem mesmo de conceituar. E eu garanto aos senhores, Senadores, que eu não tenho segurança se a estrutura com a qual eu estou trabalhando no momento é a estrutura mais adequada para o projeto Interlegis. E no mesmo espírito de amplo debate que conduziu o projeto de elaboração do projeto de resolução... Conduziu em termos, perdão, porque quem conduziu foi a Comissão Diretora, não é? Com a qual colaborei para as discussões que levaram à elaboração do Projeto de Resolução nº 96/09. Já mantive contato com o pessoal do Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa para que nós promovêssemos uma série de debates basicamente para responder a seguinte questão: que elementos uma Casa Legislativa deve ter para que possa ser considerada moderna? E seria a partir desses debates que poderíamos pensar na estrutura mais adequada para a Secretaria do Interlegis. Já definindo também, curiosamente, que será uns três ciclos de debates. Garanto a vocês que foi mera coincidência. Vamos fazer uma discussão interna, aqui, nossa, do Interlegis e do Senado Federal; depois, vamos convidar especialistas renomados em Poder Legislativo, incluindo servidores aposentados da Casa e da Câmara dos Deputados também, convidar cientistas políticos, convidar jornalistas renomados que atuam fazendo cobertura sobre política; e, depois, vamos discutir com as próprias Casas Legislativas, vamos fazer uma terceira e última discussão com as próprias Câmaras Legislativas, com as Assembleias Legislativas e com as Câmaras Municipais.

Nesse pouco tempo que estou à frente do Interlegis é curioso ver como esta discussão é ampla, realmente. Já tive oportunidade de manter contatos com a Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Inclusive, não sei se será possível, ainda hoje à tarde deverei me reunir com o seu 1º Secretário para discutirmos uma consultoria na linha de reestruturação

da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. E, ontem, conversei com o Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Paraná, basicamente com a mesma finalidade. Ele assumiu recentemente a Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e está precisando de apoio, de colaboração de pessoas que possam ajudá-lo no processo de modernização daquela Casa.

Então, Srs. Senadores, se me permitem fazer uma sugestão, eu deixaria a estrutura do Interlegis de fora e acompanharia, de parte, esses debates que vamos promover, e depois acompanharia a tramitação de um outro projeto de resolução que trataria especificamente da estrutura do Interlegis.

Por fim, Senador Suplicy, se o senhor me permite, eu gostaria de aproveitar a ocasião e de trazer uma reflexão dirigida aos servidores do Senado Federal. Eu acho que nós servidores do Senado Federal estamos num momento crucial da nossa história, eu diria, da nossa vida funcional. Eu acho que estamos diante de um momento em que precisamos fazer um seminário de alto nível para pensarmos, estrategicamente, qual é o nosso papel dentro da Instituição, dentro do Senado Federal. Eu digo os servidores efetivos da Casa. E uma discussão que deve interessar sobretudo aos novos servidores, aos recém-empossados. Conduzimos um processo de nomeação de aproximadamente quatrocentos servidores concursados. Como estaremos nós, servidores do Senado, e eu espero estar lá também, nos próximos vinte anos? Essa discussão eu acho fundamental. E aproveito até a ocasião, se o senhor me permite,

Aproveito até a ocasião, se o senhor me permite, Senador, para lançar algumas reflexões. Nós somos servidores da União, nós somos servidores públicos da Federação brasileira. Não somos servidores de projetos políticos individuais de determinado Estado, de determinado parlamentar. Nós somos servidores da instituição Senado Federal. Nós não somos servidores de um determinado parlamentar, de um determinado gabinete. A nossa função principal é oferecer todos os meios necessários para que o parlamentar possa cumprir com o máximo brilhantismo, com máxima eficiência seu mandato parlamentar. Essa é a nossa missão. Dentro dessa reflexão, eu acho que nós servidores deveremos, sim... Acho que as associações de servidores juntamente com o sindicato deveriam, sim, organizar um evento de alto nível, não para discutir salário, não para discutir cargo e remuneração, esse tipo de coisa, mas para discutir o nosso posicionamento estratégico perante a sociedade brasileira, perante os Srs. Senadores, perante a população como um todo.

Senador Suplicy, se o senhor me permite concluir agora, essas seriam as considerações iniciais que eu trouxe ao debate desta subcomissão. Espero ter colaborado, principalmente no tocante ao tema que me foi passado, que era apresentar como foi feito o Projeto de Resolução 96, de 2009.

Estou à disposição dos senhores e dos demais Senadores para resolver algum questionamento. Se porventura eu não dispuser de algum dado agora, comprometo-me a encaminhar posteriormente, até porque ao sair da Diretoria-Geral fiz questão de guardar cópia de todos os documentos relacionados à discussão da reforma administrativa da Casa. Todos os relatórios que aqui falei, tenho todos eles lá guardados comigo, todas as sugestões de emendas que recebemos e até outros documentos e relatórios menores que foram apresentados por mim, como Diretor-Geral, e pela própria FGV.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Dr. Haroldo Feitosa Tajra.

Vamos agora abrir para perguntas dos senhores membros da Comissão.

Apenas, gostaria de perguntar ao Sr. Haroldo desde que data é servidor efetivo do Senado.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Senador, sou consultor legislativo concursado, aprovado no concurso de 1992/1993. Fui nomeado em 1995. Então sou servidor da Casa já há 16 anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para ser consultor então?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – É. Fiz o concurso para ser consultor.

Ao longo da minha vida funcional, tive uma atuação muito próxima às CPIs, às Comissões Parlamentares de Inquérito. Durante a CPI do Judiciário, o então vice-Presidente da Comissão, o saudoso Senador Carlos Wilson, decidiu na época, o que não é comum nas CPIs, como vice-Presidente da Comissão, ter uma assessoria própria. Eu fui designado para essa assessoria própria do Senador Carlos Wilson, vice-Presidente da CPI do Judiciário à época. Acabou que trabalhamos também com a equipe do relator, à época Senador Paulo Souto, da Bahia. Quando o Senador Carlos Wilson assumiu a Primeira Secretaria, ele, juntamente com outros colegas que haviam trabalhado na CPI do Judiciário, compôs a equipe de assessores da Primeira Secretaria, isso em 2001. Eu permaneci na Primeira Secretaria com todos os próximos primeiros secretários, à exceção do Senador Cícero Lucena, que agora assumiu. Trabalhei com o Senador Romeu Tuma, depois com o Senador Efraim Moraes por dois mandatos e trabalhei ainda com o Senador Heráclito

Fortes alguns meses na Primeira Secretaria, até ser designado Diretor-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr. Relator, gostaria de formular perguntas? Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Queria perguntar ao Dr. Haroldo Feitosa, agradecendo naturalmente a presença dele, na visão do nosso ex-diretor, quais são as mudanças mais explícitas das propostas que estão em discussão. Nós temos a proposta original da Fundação Getúlio Vargas. Nós temos o parecer do ex-Senador Tarso Jereissati e temos a Proposta de Resolução 96, que é um misto do Conselho de Administração/Fundação Getúlio Vargas.

A seu juízo, qual é a diferença básica dessas propostas?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – A diferença seria basicamente o número de funções comissionadas de secretarias que compõem cada uma dessas propostas. Há também uma diferença no desenho da primeira linha de diretorias, a primeira linha de diretores.

Na nossa tradição aqui do Senado Federal, costumamos chamar de diretores até o terceiro escalão da Casa. Por isso, na época em que tanto se criticou o Senado pelo número excessivo de diretores, em nenhum momento foi feita a observação de que estávamos falando do primeiro, do segundo e do terceiro escalões da Casa. Qualquer organização que conte o número de diretores até o terceiro escalão, como fazemos, vai ter um número excessivo de diretores. Isso é um elemento cultural dentro da organização. À época da elaboração do projeto de resolução havia o entendimento também de que o número de diretores deveria ser sete; no âmbito do segundo escalão, deveriam ser sete diretores; hoje são em torno de 40. Na hora da discussão, quando a Fundação Getúlio Vargas apresentou seu terceiro relatório e foi aberto o leque de emendas, foi decidido pela criação de mais uma diretoria, salvo engano, do Centro de Documentação e Informação, algo assim, que não estava previsto no relatório do projeto de resolução.

É importante, Senador Ferraço, aquela idéia de que o projeto de resolução é uma escada; ele vinha em discussão desde o relatório preliminar da FGV, o relatório da subcomissão presidida pelo Dr. Dirceu, o segundo relatório da FGV, que recebeu o nome de relatório final, embora não fosse relatório final; o relatório do Conselho de Administração, o terceiro relatório da FGV, as emendas dos Senadores e, finalmente, a posição da Mesa na aprovação do projeto de resolução.

Confesso aos senhores que não fiz um estudo mais detalhado do projeto apresentado pelo Senador

Tasso Jereissati, de maneira que eu não poderia opinar sobre ele.

O SR. RICARDO FERRAÇO – V. S^a, a certa altura, afirma – pelo menos foi esse o meu entendimento, se estiver equivocado posso corrigir – que, de certa forma, foi e é a demanda dos Senadores ao longo do tempo que fez crescer a estrutura do Senado da República.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO – Entendendo que o coração e o eixo do Senado é naturalmente o exercício do mandato dos Senadores e suas atividades em plenário e nas comissões e as consequências naturais dessas responsabilidades, que tipo de excesso teriam cometido historicamente os Senadores ao demandarem, ao pressionarem, ao reivindicarem ao longo do tempo, recente e contemporâneo, ao ampliarem tanto as suas atividades, chegando hoje à conjuntura de termos não apenas o Interlegis, mas também a universidade, a Unilegis?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Senador, eu resumiria essas demandas em duas grandes áreas: a área tocante ao espaço físico, a estrutura do gabinete, a montagem do gabinete em si e a nomeação de pessoas, a nomeação de servidores para o quadro do gabinete. Eu resumiria nesses dois leques. Até porque a própria Unilegis, que o senhor citou, foi criada para qualificar esses servidores. O objetivo foi a qualificação dos servidores. O Interlegis, não.

O SR. RICARDO FERRAÇO – Para qualificar quadro de comissionados?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Comissionados e efetivos.

O Interlegis, não. O Interlegis é um caso à parte, realmente; o Interlegis foi iniciativa de uma equipe de servidores do Prodasen à época, quando a Internet ainda era algo incipiente em âmbito mundial. A idéia do Interlegis era muito a de levar o e-Parlamento, a criação do e-Parlamento para que as Câmaras municipais também tivessem acesso à Internet, com a criação de comunidades virtuais, com a disponibilidade de portal eletrônico e assim sucessivamente. Então, o Interlegis foi, de fato, algo à parte nesse sentido. Foi um grupo de servidores que desenvolveu essa ideia. A Comissão Diretora de então aprovou a ideia e desenvolveu o Interlegis para modernizar as casas legislativas. Hoje o Interlegis não está tão vinculado à questão de Internet não, vincula-se mais à modernização das câmaras municipais como um todo, tanto que se faz um diagnóstico da situação geral da Câmara, incluindo, inclusive – posso até listar –, as demandas que o Interlegis tem hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– O Interlegis hoje, então, não tem uma relação direta com sua criação?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Não, tem, porque o que houve, basicamente, foi uma ampliação do conceito de modernização. Quando o Interlegis foi criado, a modernização estava focada na questão de acesso à Internet e formação de comunidades virtuais. Hoje, o Interlegis está focado na modernização como um todo.

Só para o senhor ter uma ideia: além desses dois casos que eu citei de demandas que o Interlegis recebeu para assessorar e colaborar com a reestruturação organizacional de duas casas legislativas como um todo, nós já recebemos várias demandas de revisão do regimento interno de câmaras municipais, de revisão da lei orgânica dos municípios, de realização de concurso público para a formação de quadro efetivo nas câmaras municipais e assim sucessivamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Quantos trabalhadores tem o Interlegis hoje?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Não sei precisar, Senador, mas acredito que em torno de 80 servidores, sem contar os terceirizados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Junto com a Universidade?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Não, a Universidade só tem dois servidores. A Universidade só tem, basicamente, o cargo de Vice-Reitor Acadêmico, e foi oferecido ao professor Carlos Mathias, o atual Vice-Reitor Acadêmico, um outro cargo da estrutura administrativa da Casa. Ele solicitou que fosse designado um assessor para ele, mas não foi criado um cargo, simplesmente foi deslocado um servidor dos cargos comissionados da estrutura da Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– A Fundação Getúlio Vargas, em suas recomendações finais, faz um conjunto de sugestões, como realização de auditoria externa na folha de pagamento; que todos os lançamentos tenham identificação de suas origens, dos atos que os legitimam, da natureza dos benefícios concedidos e de eventuais irregularidades. Essa medida, segundo a FGV, deve gerar economias permanentes e será autofinanciável. Essa recomendação foi atendida?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Foi sim, Sr. Senador. Agora, a bem da verdade, essa sugestão não foi da Fundação Getúlio Vargas não, essa sugestão foi nossa. Tão logo assumimos a Diretoria Geral, o Presidente Sarney fez, de imediato, uma solicitação ao Tribunal de Contas da União para que abrisse duas grandes auditorias: uma auditoria da folha de

pagamento do Senado e uma auditoria nos contratos do Senado.

E um dos processos de fiscalização que sofri à frente da Diretoria Geral diz respeito justamente aos contratos. A auditoria foi pedida no dia 29 de junho, tendo eu assumido no dia 23 de junho. Ainda assim, ao fazer a auditoria sobre os contratos, o TCU entendeu que eu tinha alguma responsabilidade sobre eles. Na folha de pagamento, o TCU entendeu que eu não tinha responsabilidade alguma, até porque eu assumi a Diretoria Geral e apenas mantive o que vinha sendo praticado. Mas isso foi feito, sim, e essas duas auditorias estão tramitando lá no TCU. A da folha de pagamento tem como relator o Ministro Carrero e a dos contratos, o Ministro José Múcio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Eu gostaria, Sr. Presidente, de requerer que tivéssemos acesso a esses dados, a esses relatórios, a essas conclusões, e também gostaria de convidar os Ministros do Tribunal de Contas da União a virem a esta Comissão para que possamos conhecer os atos que foram levantados por essa auditoria que foi requerida, na avaliação do Dr. Haroldo, pela própria Casa.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Senador, se me permite...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pois não.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – O Tribunal de Contas já se manifestou sobre as duas auditorias preliminarmente, e os respectivos acórdãos são públicos, estão disponíveis no *site* do Tribunal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeito.

Eu gostaria, então, de solicitar à estrutura da Comissão que pudéssemos fazer um levantamento desses acórdãos que foram aqui apresentados pelo Dr. Haroldo para que pudéssemos tomar conhecimento deles.

Por hora me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço ao Senador Cícero Lucena que me substitua para que eu possa ir à toalete.

Com licença, eu já volto.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Eu ia fazer a minha participação, mas, na condição de Presidente, enquanto o Presidente Suplicy equaciona um problema, pergunto ao Senador Benedito se quer fazer alguma indagação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Tenho duas indagações para o Haroldo.

Fui Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas (*fora do microfone*) e fui Presidente da Câmara Municipal de Maceió. E ouvi falar muito a respeito do Interlegis, mas nunca tive a curiosidade,

a bem da verdade, de me manifestar a respeito dos serviços que o Interlegis pode oferecer às Câmaras Municipais, esse intercâmbio de informações.

Eu perguntaria ao senhor quais são os Estados e os Municípios que usam o serviço do Interlegis e qual é a forma de se fazer esse tipo de relacionamento, se é por meio de contratos, convênios, enfim. E indago se o senhor tem, assim, para nos fornecer esse tipo de serviço.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – O Interlegis, Senador, está presente em todos os Estados da Federação. Todas as Assembleias Legislativas possuem o que eles chamam de Sala do Interlegis, porque foi montada uma rede de videoconferência em todas as capitais. Inclusive, é a maior rede de videoconferência do Brasil. Então, tanto na Assembleia Legislativa de Alagoas como no Mato Grosso do Sul, no Paraná, todas elas possuem equipamentos que foram doados pelo Interlegis, com financiamento do BID, para montagem da videoconferência.

Com relação aos Municípios, na primeira fase do Interlegis, desenvolvida até aproximadamente 2005, acredito, havia a ideia, a forte convicção da necessidade da informatização das Câmaras Municipais. Então, foram distribuídos, à época, não sei se até 2005 ou antes de 2005, se em 2005 já tinha acabado – acredito que, em 2005, já tinha acabado –, foram distribuídos, salvo engano, quatro mil computadores às Câmaras Municipais, para que as Câmaras Municipais pudessem ser equipadas, tecnologicamente, do ponto de vista da computação.

Hoje, na fase 2 do Interlegis, o Interlegis oferece um leque de produtos já customizados para as Câmaras Municipais, que são produtos voltados para o acompanhamento e a organização do processo legislativo, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (Sapl), que é um processo, um sistema informatizado, que guarda alguma semelhança até com o sistema que o Senado Federal usa, onde são registradas as proposições, onde são registrados os pareceres e toda a tramitação do projeto até a sua aprovação ou o arquivamento.

As metas mudaram. Naquele tempo, havia a meta de se levar tecnologia e equipamentos para quatro mil Câmaras; hoje a meta é levar o processo legislativo eletrônico para mil Câmaras.

Foi feito, na época, em discussão da elaboração do Interlegis 2, um contrato com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e o Ipea elencou setecentos Municípios que seriam alvos desse trabalho. A partir desse estudo do Ipea, estamos buscando as Câmaras Municipais, por iniciativa própria, como também estamos recebendo, a todo momento, demandas

das próprias Câmaras Municipais, e assim estamos desenvolvendo os nossos trabalhos.

É feita uma adesão ao Interlegis, que é um documento muito simples – um documento muito simples mesmo de adesão ao Interlegis –, e depois é feito esse trabalho que citei, de diagnóstico da Câmara Municipal, em que uma equipe do Interlegis vai até a Câmara Municipal.

Além desse produto que oferecemos, há também um segundo produto, que não citei, que é o Portal Modelo, para que a Câmara Municipal possa ter um portal na Internet.

Então, esses são os dois principais produtos que o Interlegis oferece, de imediato, às Câmaras Municipais.

Além desses dois, em função do diagnóstico, é oferecida uma série de outros produtos, os mais amplos possíveis, como falei, inclusive de elaboração de projetos de plano de carreira, projetos de revisão da Lei Orgânica, projetos, por exemplo, de organização de arquivo, projetos na área de montagem de biblioteca, e assim sucessivamente.

É a partir desses diagnósticos que são citados nos novos projetos. E esses projetos se replicam, Senador. Quando um projeto dá certo em uma câmara municipal, acabamos incorporando e oferecendo para outras câmaras, como esse, de revisão do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Então, o documento de que se precisa é às vezes muito simples. Um *e-mail*, um telefonema já são suficientes para que possamos dar início aos trabalhos. E a conclusão disso é a celebração de um convênio no qual o 1º Secretário, que é o Diretor Nacional do Interlegis, assina, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Por meio do Interlegis, queria saber do senhor o seguinte: o Senado, para manter essa estrutura, tem de ter uma estrutura montada.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Tem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Para atender a esse universo por onde ele deveria passar. O Senado, por meio do Interlegis, tem feito a aferição, para ver o que, na verdade, está acontecendo nos Municípios e nos Estados em que há essa interligação...

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Tem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... ou não tem tido essas informações? Isso, para podermos ter uma ideia. Eu lhe digo, pelo seguinte...

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Mas nós temos, sim, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu lhe digo pelo seguinte: sou de um Estado pequeno, o Estado de Alagoas, com 102 Municípios. E ando muito no Estado. Em determinados momentos, por exemplo... O senhor falou em Lei Orgânica do Município. Cheguei a alguns Municípios maiores, e, principalmente no diz respeito a esta última decisão que ocorreu aqui, com a aprovação de uma emenda que aumentou o número de Vereadores para todas as Câmaras Municipais do Brasil, num determinado momento, levantou-se a hipótese de que era a Câmara, por meio de uma modificação, de uma reforma da sua Lei Orgânica, que poderia estabelecer o número de Vereadores para cada eleição – no caso, era a passada, mas não foi possível.

E ouvi diversos Presidentes de Câmara do meu Estado, que procuraram consultorias, para poderem, então, montar, fazer a Lei Orgânica do Município, porque muitas e muitas Câmaras não tinham sequer isso.

Então, essa minha pergunta se relaciona a isso. O Interlegis tem feito aferição? Qual é o resultado que tem obtido desse intercâmbio ou desse serviço que o Senado tem e que presta às Câmaras e Assembleias Legislativas? Isso é o que gostaria de saber.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – O Interlegis realizou, em 2005, também, o primeiro censo do Parlamento brasileiro, o primeiro censo de todas as casas legislativas e agora fará o segundo censo. E é justamente nessas ações do censo e em outras ações individuais, em parceria principalmente com as escolas do Legislativo, que é feita essa aferição de resultados do trabalho do Interlegis.

Com relação à pergunta sobre a estrutura, Senador, o Interlegis não tem uma equipe de consultores que possa abranger o mais amplo leque de assuntos que as Casas possam demandar. O Senado também não tem. Mas o Senado tem um leque maior, de tal maneira que requisitamos emprestado um servidor de uma determinada área, para nos ajudar.

Então, por exemplo, esse trabalho da revisão das leis orgânicas está sendo feito em parceria com a Consultoria Legislativa, com a atuação de um Consultor Legislativo que faz todo o seu trabalho normal, de Consultor, e ainda esse trabalho para o Interlegis, para as Câmaras Municipais.

Esse trabalho do plano de carreira será feito com um servidor da Secretaria de Recursos Humanos. Já foi feito um contato com a Secretaria de Recursos Humanos e solicitado que ela colaborasse nesse sentido. Certamente, será designado um servidor da Secretaria de Recursos Humanos, que entende bem da estrutura remuneratória de um servidor do Poder Legislativo, para ajudar a Câmara Municipal – não lembro qual é

– que deseja fazer um concurso público para prover seus quadros.

Essa ferramenta do censo é a grande ferramenta que o Interlegis tem para um diagnóstico da real situação do Poder Legislativo no Brasil e de aferimento de suas ações concretas.

E há a estrutura macro do Senado – às vezes até fora do Senado – quando o Interlegis vai buscar consultorias, para atender ao serviço demandado pelas Câmaras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cícero Lucena.

Obrigado, Senador Benedito de Lira.

O Senador Cícero Lucena tem a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente Suplicy; convidado Dr. Haroldo Tajra; Relator Ricardo Ferraço; Senador Benedito; Senador Vital, que saiu há pouco; demais que aqui estão acompanhando-nos, eu queria registrar que eu tive, Senador Ricardo, no início das palavras do Dr. Haroldo, a mesma sensação que V. Ex^a teve quando ele abriu parte do seu pronunciamento dizendo que o tamanho do Senado, em outras palavras, a estrutura do Senado, em outras palavras, o serviço prestado pelo Senado, em outras palavras, é fruto de demanda das necessidades dos Senadores. Tive a mesma sensação que o Senador Ricardo Ferraço teve.

E aí até anotei para perguntar ao Dr. Haroldo Tajras, por exemplo, embora no decorrer, depois do posicionamento dele... Até ele, agora, na resposta do Interlegis, citou que boa parte da demanda do Interlegis era fruto de demanda de Senadores, e deu vários exemplos, colocando que, de repente, o Presidente da Câmara de Natal demandou; que por ofícios é fácil ser demandado, como a mudança que foi aqui lembrada pelo Senador Benedito, no sentido de alterações, de estruturação, de apoio da Câmara, pode ser demandada por outros. Eu, particularmente, Dr. Haroldo Tajra, se não estou enganado, acho que foi fruto inclusive do relacionamento com o Banco Mundial, que viu, na estrutura que existia na Interlegis, uma oportunidade de melhor estruturar o Poder Legislativo e usar esse órgão do Senado para atingir a 4 mil câmaras, como o senhor também afirmou, embora refeito esse programa para mil.

Eu também gostaria de perguntar, por exemplo, sobre algo que o senhor fez comentários, no sentido de que gerou como demanda... – não estando aqui para defender, mas registrou como necessário, porque são coisas que estão pendentes. Por exemplo, quem foi e qual foi o Senador que pediu gratificação de empenho para os servidores?

O SR. HAROLDO TAJRAS – Não, na verdade,...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Permita-me. Quem foi o Senador, quando foi e qual foi o Senador que pediu o adicional de serviço para os funcionários? Quem foi, qual foi o Senador e quando foi que pediu essa estrutura de 4 mil cargos de comissões a que o senhor fez referência lá atrás, embora tenha registrado que foi corrigido? Quando foi e qual foi o Senador que fez essa demanda do número de prestadores de serviço que temos hoje? *(Pausa.)*

Vou continuar porque acho que não é bem o propósito da nossa discussão aqui. Acho que os Senadores têm, sim, uma demanda, de terem o gabinete funcionando, com assessoria parlamentar, e, segundo me consta, na História, em momento algum os Senadores demandaram quantos... Podem até ter aprovado a resolução, porque quando o Senador começou aqui... – V. S^a sabe – quando começou o primeiro concurso para consultor, por exemplo, no Senado, foi algo em torno de 50 ou 60 consultores.

O SR. HAROLDO TAJRAS – Foram 20 vagas, Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Foram 20 vagas para, na época, 50, 60 Senadores. Hoje, temos 81 Senadores e mais de 160 consultores. Quem foi, quando foi e qual foi o Senador que pediu para aumentar para 160? Da mesma forma, me pergunto qual é a quantidade, por exemplo, que hoje que se tem determinados setores: instituto ILB, Senado, na parte de comunicação, na polícia, na limpeza, na vigilância, em vários outros serviços, quando e quem foi o Senador que demandou isso.

Mas, continuando, porque acho que não é essa a razão deste nosso debate, acho que V. S^a colocou algo que é o ponto dessa discussão. O que nós queremos desta Casa?

Eu acho que coloquei isso desde o primeiro instante no debate; tenho colocado sempre que sou provocado para colocar, e meu posicionamento é que não nos devíamos ater à discussão da quantidade, da estrutura, do tamanho dessa estrutura.

Hoje, tivemos a reunião, que já foi relatada pelo Presidente, e sabemos que serviços queremos que esta Casa preste para os Senadores exercerem seu serviço e para a comunidade, para o País como um todo.

Então, acho que isso que é fundamental, e o senhor colocou isso em determinado instante da suas considerações.

Então, o que queremos do sistema de comunicação? O que queremos do nosso instituto ILB? O que queremos do Interlegis? Queremos que ele continue? Achamos que é importante ele existir? Os Senadores

vão ter que dizer isso. Presidente. Para mim está de forma muito clara essa preocupação.

Agora, quanto à estrutura, às evoluções, porque considero que evoluímos, aqui, no Senado, desde que começou a primeira discussão, dois a três anos atrás, quando vivenciamos aquela crise, a partir daí começaram a ser adotadas algumas medidas de avanços, de correções. O senhor mesmo participou de um período que contribuiu nesse sentido, que teve a visão correta.

Acho que a resposta que o senhor deu ao Dr. Ricardo Ferraço ficou parcialmente respondida, quando o senhor disse que cada relatório teve um processo de evolução, mas, para mim não foi conclusivo, porque não identifiquei – permita-me, se o senhor puder me esclarecer, eu lhe agradeço – qual ponto que, eventualmente, poderemos considerar como questão divergente, entre o sentimento da Casa e uma possível proposta da Fundação Getúlio Vargas. Quais são os pontos... Não é só quantitativo; é estrutural, de proposta. O que é que... Se é que existe ponto de divergência, entre a resolução do Conselho Administrativo e a proposta da fundação. E também perguntar a V. S^a se, após encaminhar à Fundação Getúlio Vargas, como o senhor disse, se foi cobrado e se era obrigação da Fundação Getúlio Vargas fazer análise do que foi encaminhado para ela dentro do contrato anteriormente estabelecido.

O SR. HAROLDO FEITOSA. TAJRA – Senador, primeiro, a pergunta de V. Ex^a é perfeita. A maneira pela qual expressei meu pensamento sobre o serviço, oferecido pelos Senadores, leva a indagar qual é o Senador. E não é esse o meu ponto de vista. Posso até refazer minha colocação tratando, especificamente, do serviço.

Então, por exemplo, no caso da engenharia. Quando se decidiu que o Senado não trabalharia com uma câmara com gabinetes padrões, que seria dado ao Senador liberdade para personalizar seu gabinete, abriu-se um leque de possibilidades. Não é uma coisa individual do Senador.

A colocação do senhor foi perfeita. A maneira como me expressei levou à ideia de que fosse possível personificar um Senador ou outro. Não é possível personificar.

Da mesma forma, com relação aos trabalhos da Gráfica. Quando se decidiu que os Senadores teriam uma cota gráfica, levou-se à necessidade da estrutura da Gráfica. Não foi um Senador que demandou um livro, especificamente. Quando se decidiu que todas as atividades, de qualquer comissão ou subcomissão, qualquer colegiado da Casa, seja em Brasília ou fora de Brasília, deveriam ser filmadas, levou-se à montagem da estrutura da TV Senado que temos hoje. Não

foi um Senador, individualmente, até porque já presenciei “n” colegiados ao longo do tempo que tiveram suas atividades filmadas fora de Brasília.

Quando se decidiu também que o antigo serviço de plantão, que atendia o Plenário, em uma situação de emergência, os Senadores, deveria se estender à saúde do Senador como um todo, em todo o território nacional, isso levou à situação atual do serviço médico. E assim sucessivamente.

Com a Polícia também o mesmo caso. Quando se decidiu que era responsabilidade da Casa garantir a integridade física dos Srs. Senadores e seus familiares em todo o território nacional, isso levou à montagem de uma estrutura de polícia.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Permita-me, Dr. Haroldo. Tenho quatro anos como Senador e nunca tive um policial do Senado me acompanhando. Nem a mim, nem à minha família.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Mas, se o senhor requisitasse, a Administração iria providenciar, Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Mas é bom que se esclareça, porque, se colocarmos dessa forma, parece que todos os Senadores... Acho que o Senador Suplicy é igual Amim, o Senador Ricardo Ferraço... Quer dizer, é bom que isso fique esclarecido. Se há essa prerrogativa, eu, particularmente, graças a Deus, com cinco anos, nunca usei e nem preciso, porque, primeiro, quem me protege é Deus.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estamos diante da oportunidade de eliminar esse eventuais excessos que continuam tendo presença nesta Casa.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Esses serviços, Senadores, foram decididos em várias resoluções que foram aprovadas ao longo dos anos. É possível recuperar a resolução que criou a Polícia; é possível recuperar a resolução que criou a cota gráfica, e assim sucessivamente. Não foram demandas individuais.

Com relação à segunda colocação do senhor, ao papel da FGV, o relatório final da FGV recebeu esse nome “relatório final” porque ela foi contratada só para aquela segunda manifestação. A manifestação da FGV sobre o projeto elaborado pelo Conselho de Administração e a manifestação da FGV sobre as emendas foi um adicional que a FGV prestou ao Senado sem estar previsto contratualmente. E a FGV não chegou a se manifestar sobre as emendas que foram apresentadas à época, talvez até por uma questão – porque o senhor perguntou se agente cobrou – de time. Sabia-se, à época, que um projeto de resolução daquela envergadura precisaria de um prazo de tramitação, de um

prazo de maturação, e desejava-se aprová-lo ao final de 2009, início de 2010.

Então, nesse sentido, fizemos logo um exame das emendas que foram apresentadas, fizemos a sistematização dessas emendas, e o projeto ficou pronto para ser submetido ao Plenário em meados de novembro. À época, eu me lembro bem, infelizmente – com a graça de Deus, o Senador Sarney está muito bem –, o Presidente Sarney teve um problema de saúde, e atrasou umas três semanas, por conta desse problema de saúde do Senador Sarney, mas o projeto já estava pronto. Os membros da Mesa já haviam se manifestado, o próprio Presidente já havia dado suas orientações, o Senador Heráclito já havia dado suas orientações, mas a reunião formal de aprovação do projeto só foi acontecer já no início de dezembro.

Então, esse time que haveria, esse prazo de um mês, pelo menos um mês, para que ele fosse votado ainda em 2009 é que nos levou a não aguardar uma resposta da FGV sobre as emendas. Uma vez apresentado o projeto, a manifestação da FGV sobre as emendas perdeu a oportunidade.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Permita-me, Sr. Presidente? Eu queria fazer uma sugestão, junto com um pedido, no sentido de que o Dr. Haroldo Tajra pudesse, vamos dizer, atender à indagação do Senador Ricardo e à minha também, no sentido de, até na forma de nota técnica de uma sugestão, de uma opinião dele, ver que pontos são conflitantes e, consequentemente, qual o posicionamento do senhor nesses pontos conflitantes, que acredito que não teria como fazer isso nesse momento, mas poderiam ser feitos através de nota técnica à Comissão.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Sim, senhor. Farei, com certeza, Senador. Encaminharei à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr. Haroldo Feitosa Tajra, muito obrigado.

Senador Cícero Lucena, eu gostaria de completar e fazer também algumas indagações.

O senhor disse que não conhece tão bem o relatório do Senador Tasso Jereissati, mas, Senador Cícero Lucena, há uma pergunta que eu gostaria de fazer na sua presença, porque, até, hoje, na reunião com o Senador José Sarney, tocamos nesse ponto. Como o Sr. Haroldo foi Diretor-Geral e teve muita vivência nesses aspectos, que ora estão sendo objeto da reflexão, Senador Cícero Lucena, hoje, quando perguntei a respeito da questão relativa à marcação de ponto pelos servidores, mencionou que o assunto está sendo examinado pela Mesa Diretora, pelo 1º Secretário. Então, tenho ouvido da parte de alguns servidores que há algumas observações relativas ao ato ainda de 2010,

que regulamenta o cumprimento da jornada, o horário de trabalho, inclusive a dispensa do registro diário de frequência para ocupantes de funções comissionadas, como FC 9, FC 10, de cargos comissionados SF 3, e, por outro lado, há também uma deliberação segundo a qual Senadores e membros de Comissão Diretora e Lideranças que avaliarem que alguns servidores poderão ser dispensados de controle de frequência poderão comunicar isso ao Diretor-Geral. Isso publicado no portal de transparência. Por outro lado, nós mesmos, os Senadores, temos a responsabilidade de, todos os dias, marcar nossa presença. E temos a responsabilidade de transmitir aos nossos servidores no gabinete... Eu, por exemplo, todos os servidores do meu gabinete, normalmente, têm marcado a presença, desde o chefe de gabinete até todos os demais.

No gabinete, por exemplo, todos os servidores normalmente têm marcado suas presenças, desde o chefe de gabinete até os demais. Aqui em Brasília é feito assim. Muitos perguntam: "Porque alguns estão dispensados? Será que não seria uma norma adequada que fosse feita para todos os servidores? Como está decisão foi tomada durante a sua ação como Diretor-Geral, mas como o 1º Secretário diz que está considerando esse assunto, é que eu resolvi fazer a pergunta na sua frente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSB – PB) – Até porque nessa reunião nós não tínhamos ainda discutido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu só levantei o assunto para pensarmos algo...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSB – PB) – Com certeza. Até porque comungamos nesse aspecto também.

Eu gostaria de – até porque vou pedir licença para me retirar, embora depois tenho todas as informações das respostas que irão continuar – registrar sobre esse assunto específico, pois estamos em um processo de mudança cultural nesta Casa. Temos de entender que até pouco tempo atrás, não é fruto desta Legislatura, como bem disse V. Ex^a, já foi iniciado esse trabalho e discutido, por exemplo, a questão do ponto biométrico não foi desta Legislatura. Foi discutido e começou a ser implantado na Legislatura passada, tendo inclusive o Dr. Haroldo Taggera como Diretor-Geral, e o 1º Secretário o Senador Heráclito Fortes. Então, o que a Casa precisa entender, o que a sociedade precisa compreender é o avanço que estamos dando na mudança cultural. Não havia, em tese, a cobrança do ponto nesta Casa. Havia uma liberdade, de uma forma quase generalizada, desse ponto. A não ser das empresas terceirizadas, que tinham as suas formas de controle. Mas o ponto, que passou a ser estabelecido, inicialmente através

do computador, foi identificado ainda pela Legislatura passada pela administração da Casa. Nós não podemos separar, porque eu estou como 1º Secretário, eu não sou o 1º Secretário, eu estou 1º Secretário, daqui a dois anos, ou menos de dois anos, vem um outro Secretário para assumir, mas a Casa, a Instituição fica. Nas minhas primeiras conversas com o então Diretor-Geral, Dr. Haroldo Taggera, tratamos disso. Para mim não é confortável que, em determinado momento, servidores da Casa dizerem que eles ficam e o Senador passa. Eu não concordo com isso. Eu concordo que os Senadores passam, que o servidores passam, agora, a Instituição fica. E é em nome desta Instituição que todos devemos dar a nossa colaboração.

Então, falando sobre a necessidade de bater o ponto, acho um avanço cultural que estamos tendo na Casa e que todos devemos colaborar. Os desvios têm de arcar com a responsabilidade de quem de direito.

A possível liberação ou o direito de hora extra, acho que vamos amadurecer nisso. Eu até comentava com o Senador Suplicy, que entende que todo mundo tem de bater, inclusive o Senador usou o argumento: "Nós não batemos?" Nós batemos o de entrada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O registro, a presença.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSB – PB) – O registro, que não é considerado como ponto. É a presença para o debate no Plenário. Ao chegarmos às Comissões, também registramos a nossa presença. Então, não é essa relação de Senador com servidor que pode-se dizer igual. Em absoluto.

Segundo ponto – eu até comentei com V. Ex^a –: eu já fui Prefeito, já fui Governador e não batia ponto, mas trabalhava muito mais do que muitos servidores da prefeitura e do Estado. No Estado, você não vai ter como cobrar, por exemplo, o ponto de um Secretário de Estado, porque ele tem atribuições inerentes a sua função e ao seu cargo que, por mais importantes que sejam a verificação do ponto e da presença, o resultado do fruto do seu trabalho. Por exemplo, quando nós tomamos a iniciativa de que o chefe de gabinete ou determinadas funções... É só um exemplo. É claro que já foi colocado para discussão o que nós estamos fazendo a cada momento que surge um problema, porque administração é isso. Não existe administração perfeita; existe administração aberta e transparente. Aberta para modernizar-se, para capacitar-se, para identificar os problemas, para buscar suas soluções.

Então, por exemplo, hoje há uma distorção: o chefe de gabinete não tem direito a hora extra; o subchefe tem. Vamos chegar a determinados instantes, como já está ocorrendo, em que o subchefe está ganhando mais do que o chefe. É aquela preocupação que o Dr.

Haroldo colocou: de repente, ele incorporou – ele e tantos outros nesta Casa – e tem uma condição, ao assumir o cargo de Diretor-Geral, o que, com todo o respeito que merecem os demais cargos, aumenta a responsabilidade, e tem uma gratificação que financeiramente, é óbvio, não compensa, pela demanda de trabalho, pela responsabilidade que se assume, pelas cobranças a que se está sujeito. Então, não é essa questão financeira.

Acho que com essa história do ponto, vamos ver do lado positivo, estamos avançando. Daqui a pouco, podemos avançar mais, podemos verificar por que teve funcionário que bateu o ponto e vai voltar no fim da tarde para bater. Só tem uma forma de controlar isso: o chefe imediato ser responsabilizado por isso e arcar com a responsabilidade do descumprimento disso.

Quanto aos outros pontos, vamos continuar debatendo para encontrar a melhor solução.

Peço desculpas porque eu praticamente disse aqui o que tinha dito ao senhor, mas para que se fizesse de forma pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu agradeço.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu que lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há um interesse muito grande dos servidores do Senado inclusive neste ponto. Eu gostaria então de perguntar, tendo em conta a sua experiência...

O SR. HAROLDO TAJRA – O senhor me permite? Parabenizando-o por sua manifestação, eu só queria esclarecer, Senador Suplicy, que a decisão do gabinete de ter regime próprio é bem antiga, da década de 70, não foi da legislatura passada não. Ela já vem no Regulamento Administrativo da Casa desde os anos 70.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor quer adicionar alguma coisa?

Eu também gostaria de lhe perguntar com respeito à criação e ampliação de órgãos como a Universidade do Legislativo, o ILB, do Centro de Estudos Avançados. Houve demandas de Senadores para que isso tivesse ocorrido?

O SR. HAROLDO TAJRA – No caso do ILB, eu não saberia dizer, mas acredito que não. A necessidade do ILB dá-se pela necessidade de se qualificar os servidores da Casa. Para você ter uma Casa com um quadro de servidores... Ninguém quer uma Casa com um quadro de servidores estagnados, ultrapassados e com conhecimentos defasados. Você precisa, sim, de uma estrutura de capacitação forte e desenvolvida.

Volto a dizer que a Unilegis é quase que figurativa. São dois cargos somente de que a Unilegis dispõe.

Com relação ao Centro de Estudos da Consultoria, na época da criação, eu não estava mais na Consultoria, estava na Primeira Secretaria. Mas acho que foi uma iniciativa interna da Consultoria, porque eu lembro bem, no sentido da proatividade. O consultor, via de regra, trabalha também a pedido, por demanda. O consultor recebe um pequeno formulário, que a gente chama de STC (Solicitação de Trabalho à Consultoria), e aí ele desenvolve um trabalho para os Senadores. O Centro de Estudos, além de buscar um grau de excelência maior nos trabalhos de consultoria, foi buscar proatividade. Tanto que o Centro de Estudos produz uma série chamada Textos para Discussão, que, salvo engano, está com 85 números já publicados sobre os mais diversos temas.

Ao início desta legislatura, também, o Centro de Estudos produziu um texto muito grande, um volume muito grande sobre os mais amplos temas que se imagina serão discutidos ao longo desta Legislatura, nos próximos dois anos. Então, acredito que a busca de ter um trabalho proativo na Consultoria tenha sido o mote da criação do Centro de Estudos da Consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Uma das questões que têm sido objeto da reflexão, inclusive, no relatório do Senador Tasso Jereissati... Em certo momento, ainda na sua introdução, ele disse: “O Senado Federal poderá acabar por administrar uma gigantesca indústria gráfica, um excelente hospital, uma rede internacional de comunicações com repetidoras, possuir uma universidade, uma nova polícia independente, armada e equipada, um excelente museu e tudo mais que a imaginação criar e o poder de convencimento dos técnicos puder operar nos Senadores ocupantes das Mesas Diretores do momento. A cada nova legislatura, tudo que foi acrescido à estrutura do Senado soma-se à rotina da Casa e fica para o futuro”.

Mais adiante, ele coloca algumas questões: Qual é a missão do Senado? Qual é o público que devemos atender? Em que consiste a nossa atividade? O que podemos classificar como atividade fim ou atividade meio? Qual Senado queremos para o futuro?

Em alguns momentos, então, ele coloca questões tais como as que foram apontadas pelo relatório e pronunciamento do Senador Pedro Simon, dentre as quais questões relativas à polícia, outras sobre o serviço médico do Senado. Ainda hoje, conversávamos, nós membros da Comissão, com o Presidente e o 1º Secretário. E eu gostaria de perguntar: é fato que, hoje, nós Senadores temos direito a eventual ressarcimento de despesas médicas com respeito à nossa saúde, nos mais diversos aspectos. Mas há também o serviço médico do Senado, que se estende aos servidores. O

senhor poderia nos fazer uma avaliação? O serviço médico do Senado é composto de quantos servidores? Na sua avaliação, pelo histórico, ele se justifica para poder atender as emergências de todos aqueles que trabalham no Senado Federal, sejam os Senadores, sejam seus servidores? E o tamanho atual do serviço médico, na sua avaliação – o senhor conhece bem –, é adequado? Tem algum exagero nisso, tendo em conta que temos a possibilidade do ressarcimento de despesas em diversos hospitais, inclusive em alguns dos melhores no Brasil?

Por favor.

O SR. HAROLDO TAJRA – Senador Suplicy, se me permite, a questão principal é que o serviço médico não é mais voltado apenas para o atendimento de emergência dos Senadores dentro do plenário. Ele é voltado para atender uma estrutura, seja através de ressarcimento ou através de consultas médicas, para garantir a saúde do Senador em qualquer parte do território nacional. Então, se o serviço médico deve ser voltado para atendimento única e exclusivamente em situações de emergência do Senador nem só no plenário, mas, vamos dizer, nas dependências do Senado Federal, quer dizer, só para atendimento das situações de emergência, de que precisaríamos? Precisaríamos de um hospital que pudesse estar conveniado conosco, para atendimento de situações de emergência, e de uma equipe mínima de plantão, com um serviço de transporte em ambulância. Mas o serviço que se deseja do serviço médico não é o atendimento em situações de emergência. É garantir a boa saúde dos Srs. Senadores em qualquer lugar do território nacional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não entendi. Não entendi. Qual é a relação direta entre o serviço médico e a boa saúde dos Senadores?

O SR. HAROLDO TAJRA – Antigamente, Senador Ferraço, foi diagnosticada a necessidade de se ter equipe de emergência para atendimento em situações de emergência que pudessem acontecer dentro do plenário. Para isso, próximo ao plenário, existe uma equipe de plantão permanente, temos serviço de ambulância, e tudo mais. Se o serviço médico se restringisse a isso, provavelmente faríamos convênio com algum hospital, certamente até um hospital público que disponibilizasse uma área para atendimento de situações de emergência para os Srs. Senadores, porque, mesmo na emergência, ainda tem fila.

Se se conhece o funcionamento de um hospital, sabe-se que, quando se chega à emergência, há uma fila para ser atendido. Então, isso, para dar atendimento prioritário ao Senador.

Agora, no momento em que se abandona o atendimento a situações de emergência, para garantir a

boa saúde do Senador, atende-se a situações que não são de emergência, pura e simplesmente. Inclusive, a odontológica. Aí se precisa de uma estrutura maior.

Se esse serviço de garantia à boa saúde do Senador vai ser feito, como hoje é feito, em comum acordo, parte dentro da Casa e parte por meio dos hospitais que os Senadores podem procurar livremente, oferecendo as notas para ressarcimento, precisa-se, sim, da estrutura que há hoje. Se ela for atendida presencialmente, está aí; se for feita fora, precisamos no mínimo de uma equipe de peritos que possam justificar essas notas que sejam apresentadas à Casa.

E aí volto a usar o exemplo da UTI aérea. Como podemos disponibilizar um serviço de UTI aérea, para deslocar um parlamentar de um Estado até São Paulo, até um centro de excelência, sem termos pelo menos uma equipe de médicos que possam garantir aquele atendimento, que possam acompanhar e presenciar aquele tipo de atendimento, ou pelo menos entrar em contato com o hospital em que o Senador vai ser recebido? São duas coisas diferentes: uma é o atendimento à situação de emergência, outra é o atendimento e a garantia da boa saúde do Senador. Para garantia da boa saúde do Senador, vai-se precisar, sim, de uma estrutura muito próxima da que temos aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas o Serviço Integrado de Saúde atende apenas aos Senadores?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Não. O Sistema Integrado de Saúde é outra coisa, Senador. O Sistema Integrado de Saúde é um plano de autogestão para os funcionários do Senado, não se confunde com o Serviço Médico, são duas coisas distintas.

O Serviço Integrado de Saúde foi montado à semelhança dos planos que ainda perduram em poucos órgãos da Administração Pública, como no próprio Ministério Público, no Supremo Tribunal Federal, não tenho certeza sobre se no TCU, que é um sistema de autogestão, em que, por meio do pagamento de taxas que os servidores pagam. Em vez de contratarmos um plano fora, nós mesmos, servidores, administramos esse pagamento dessas taxas. Mas são duas coisas diferentes. O SIS, o Sistema Integrado de Saúde, é um plano de saúde para os servidores da Casa, e a Secretaria de Assistência Médica Social é o órgão da Casa que tem como responsabilidade principal garantir a boa saúde dos Senadores. São diferentes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só dos Senadores?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Se se vai montar uma estrutura como essa para garantir a boa saúde dos Senadores, por que não estender aos servidores?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sim, mas...

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Para garantir a boa saúde dos Senadores, vai-se precisar dessa mesma estrutura que temos aqui, agora.

Ele poderia ser restrito...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quantos médicos tem essa estrutura?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Não tenho certeza, Senador, mas, certamente, mais de 30.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mais de 30 médicos.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Agora, é esta a pergunta: se se vai montar uma estrutura para atendimento de apenas 81 Senadores e seus familiares, se vai ser exigida uma estrutura tão grande quanto a que temos agora – e certamente seria extremamente ociosa –, por que não estendê-la aos funcionários também?

Mas são duas coisas diferentes. Se se decide estrategicamente que o atendimento deve ser restrito a situações de emergência – e, graças a Deus, na minha gestão, não houve nenhuma situação de emergência dentro das dependências do Senado; houve algumas situações, mas fora das dependências do Senado –, vai ser uma estrutura muito mais enxuta do que a estrutura da SAMS hoje.

Mas se se deseja ter uma estrutura que garanta a boa saúde dos Senadores, vamos ter uma estrutura muito próxima da que temos hoje na SAMS, muito próxima mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr. Haroldo, o senhor mencionou que diversos Senadores ou pelo menos alguns têm requerido a segurança para pessoal. Nenhum de nós aqui presentes temos tido. Eu, há vinte anos e três ou quatro meses, nunca solicitei. Minha segurança é o povo, felizmente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E Deus.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E Deus. Mas gostaria de perguntar: o senhor poderia informar, mesmo que aproximadamente, quantos Senadores dos 81 têm solicitado?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Senador, peço autorização ao senhor para declinar do nome.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não precisa dizer o nome, não. É só para ter uma ideia.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Na minha gestão de Diretor-Geral recebi dois pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dois pedidos.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Dois pedidos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas eu queria fazer... Pois não.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Um foi um pedido extremamente complexo, nós não tínhamos condição de atender. Entramos em contato com o Ministério da Justiça, e a Polícia Federal ficou encarregada de fazer isso. O outro, nós deslocamos um efetivo ao Estado do Senador, para garantir...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A pergunta tem pertinência com a indagação que faz o Senador Eduardo Suplicy, porque, no relatório da FGV, assim ela informa:

Porque, no relatório da FGV, assim afirma a FGV: o sistema de segurança da Casa tem 427 vagas, sendo que 326 são efetivamente preenchidas. Dessas 326 vagas efetivamente preenchidas, somente 150 são do efetivo exercício. Existem 176 pessoas desviadas para outras funções.

Resumindo, na realidade, seriam hoje 150 servidores em efetivo exercício, em função dos desvios, afirmando ainda que esse é um serviço que tem por demanda, em média, mil ocorrências por ano. Qual a necessidade de um serviço tão estruturado para tão poucas ocorrências por ano? Porque se dividirmos mil ocorrências por ano, por 365 dias, sem considerar sábado e domingo, porque esta Casa não funciona sábados e domingos, salvo melhor juízo, qual a necessidade de uma demanda tão estruturada para atender a somente mil ocorrências por ano, não somente dos trabalhadores mas dos visitantes que circulam por esta Casa?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Permita-me, Senador, com relação à questão do desvio de função. Reconheço determinações das normas legais e tudo o mais, mas, na minha opinião pessoal, acho que um servidor que seja da carreira originária da polícia, que esteja momentaneamente no exercício de uma função qualquer da estrutura da Casa, seja de uma função administrativa, como tem alguns, seja dentro de gabinetes, seja de fato um desvio de função. No meu entender, o desvio de função só deve ser aplicado em situações que a lei assim exige, como no caso, por exemplo, pegar-se uma pessoa que não é médica para exercer a profissão de médico. Esse seria um desvio de função efetivamente.

O que aconteceu especificamente no caso do Senado com relação a esses servidores é que, quando da montagem da Polícia do Senado, houve a incorporação de vários serviços à Polícia do Senado. Por isso chegou a esse contingente de 350 servidores na Polícia do Senado, sendo que, na verdade, somente

150 estão em efetivo exercício da Polícia do Senado. Porque muitos servidores já vinham de outras atividades e, depois, passaram para a Polícia do Senado, salvo engano até os motoristas. O antigo quadro de motoristas da Casa passou para o quadro da Polícia do Senado.

Com relação às ocorrências, essa é uma outra discussão, sim, uma discussão bastante complexa que esta Comissão deve desenvolver também, até onde vão os limites de atuação da Polícia do Senado, porque há, inclusive, Senador, um questionamento feito ao Supremo, feito na minha gestão, e até agora, salvo engano, ainda não respondido.

A atuação da Polícia do Senado, tal qual está hoje, não se restringe à atuação de uma polícia preventiva de proteção à pessoa e ao patrimônio. Ela também se reveste das funções da polícia judiciária, com abertura de inquérito e encaminhamento de questões ao Ministério Público diretamente, como assim atuam a Polícia Federal e as polícias civis e as judiciárias.

Embora haja uma discussão sobre a validade desses inquéritos produzidos pela Polícia do Senado, há – fato concreto – o aproveitamento de muitos desses inquéritos em ações que foram levadas a cabo pelo Ministério Público, inclusive com penalização de pessoas. Esse trabalho da Polícia do Senado serviu, sim, de base para a condução de processos judiciais que levaram à condenação de pessoas que eventualmente cometeram algum delito nas dependências do Senado, quer dizer, na área de atuação da Polícia do Senado.

Essa discussão é, de fato, bastante complexa e a Casa precisa rever a decisão anterior ou tomar um novo posicionamento. Mas, na resolução, salvo engano, de 2003, que criou a Polícia do Senado, ainda na administração do Senador Tuma como Primeiro Secretário, decidiu-se, sim, que a Polícia do Senado iria conduzir inquéritos, bastando para tanto que o servidor, presidente do inquérito, fosse formado em direito, sem criar a figura do delegado de polícia – a condução de inquérito é atribuição de delegado de polícia.

Não sou um especialista nessa área penal, mas tenho conhecimento e louvo o trabalho feito pela Polícia no sentido de conduzir inquéritos que foram aproveitados pelo Poder Judiciário posteriormente e que levaram – lamento pela aplicação da penalidade – a imputação de penas às pessoas que cometeram delito.

E todos devem responder pelos seus atos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de lhe perguntar, ao final de sua gestão como diretor-geral, o número de servidores do Senado. Portanto, ao final de 2010, servidores efetivos, comissionados e terceirizados em cada categoria somavam

quanto? E eu pergunto isso para que possa responder que avaliação tem da proposição feita no relatório do Senador Tasso Jereissati, da Comissão de Reforma Administrativa, que, na sua conclusão, sintetiza da seguinte maneira:

“Conforme demonstra o Quadro Comparativo de Cargos e Funções Comissionadas, destacam-se as seguintes reduções: redução de 1499 para 1219 cargos em comissão, cheios na estrutura, com enxugamento de 18,68%; redução de 1781 para 925 funções comissionadas na estrutura, enxugamento de 48,06%; redução nas áreas-fins, de 6,61% dos cargos em comissão e de 37,72% das funções comissionadas; e, finalmente, redução nas áreas-meio de 97,98% dos cargos em comissão e 59,86% das funções comissionadas.”

Pelo seu conhecimento e experiência, considera que tais proposições fazem sentido?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Senador, teria que aprofundar um pouco mais o exame, mas gostaria de fazer algumas considerações.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Primeiro, com relação aos cargos comissionados. Cargos comissionados são os cargos de livre nomeação tanto pela administração como pelos gabinetes. A maioria absoluta dos cargos comissionados são dos gabinetes. Qualquer cargo comissionado que se crie em um gabinete é multiplicado automaticamente por 110, aproximadamente por 110, porque é o gabinete do Parlamentar, é o gabinete das Lideranças e são os gabinetes dos membros da Mesa, o que dá aproximadamente 110.

Então, hoje, a estrutura de gabinete, o gabinete-pagão, vamos assim dizer, salvo engano, à exceção do Presidente do Senado e do Primeiro Secretário, é composto de doze cargos comissionados, sendo cinco assessores técnicos, que podem ser fracionados, seis secretários parlamentares e o motorista – doze cargos. Esses assessores técnicos e secretários parlamentares podem ser fragmentados, divididos em até 65 cargos. Então, 65 no limite máximo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – São 79 cargos... Obrigado pela correção. Na contagem que eu tinha feito, poderia ser dividido em 65.

Mas eu me lembro de um estudo que recebi da Secretaria de Recursos Humanos que mostrava que, se todos os cargos fossem fracionados até o limite, dava nove mil e tantos cargos para nomeação.

Então, a questão do cargo comissionado é essencialmente uma questão do gabinete, do gabinete do Senador.

A proposta que a FGV fez no seu primeiro relatório, que depois o Conselho replicou, mas que o projeto de resolução não definiu, era limitar esse fracionamento a 25. Então, há 12 cargos; podem-se fazer os fracionamentos que quiserem, da forma como quiserem, mas no máximo que some 25.

Com relação às funções comissionadas, vale o mesmo raciocínio, embora eu não tenha a precisão. Mas acredito que esteja na proporção de 60% para a administração e 40% para o gabinete. Uma função comissionada que se crie no gabinete é automaticamente multiplicada por 110 aproximadamente. E, salvo engano – corrija-me novamente, por favor –, o gabinete tem cinco funções comissionadas atualmente e mais uma sexta que pode ser composta. São sete funções comissionadas, mas duas podem ser compostas: a do chefe de gabinete, a do subchefe de gabinete, a do assistente e uma menor, que é a FC-1, que não lembro o nome. Mas duas menores podem ser unidas para formar uma... São seis ou sete funções comissionadas.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Esses são os efetivos?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – A função comissionada é a gratificação que é paga pelo efetivo por ele assumir um cargo de maior responsabilidade, por assim dizer. E essa proporção, Senador Supply, é prejudicial à administração, que não consegue atrair servidores para os seus quadros dentro da administração ou para a parte legislativa; as pessoas acabam indo para os gabinetes.

Indo para o gabinete, ele vai receber uma função comissionada, quer dizer, vai receber um plus salarial e vai ter, eventualmente, a facilidade de ser ou não dispensado do ponto eletrônico. Ou seja, é uma vantagem que é perversa para a administração. E se, eventualmente, algum servidor está desempenhando uma função comissionada na administração e venha a cometer alguma falha funcional, alguma coisa que não possa ser enquadrada dentro de um processo administrativo disciplinar, o que acontece? O servidor diz “tchau” para a administração e vai para os gabinetes e fica lá exercendo alguma função comissionada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A seu juízo, o ideal seria que todos os funcionários efetivos que servem aos gabinetes dos Senadores fossem devolvidos à administração?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Em termos práticos, Senador, isso não tem condição de ser feito atualmente, porque o contingente é muito grande. São aproximadamente 450 ou 500 servidores que estão nos gabinetes. Portanto, a administração não tem condição de absorver esses servidores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – 500 trabalhadores efetivos nos gabinetes dos Senadores, então?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Corrija-me, então, Dayse.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – São cinco vezes oitenta e um?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Mas isso, Senador, é o seguinte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Nem todos são preenchidos.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Senador, é importante dizer o seguinte: foi feito esse levantamento após o início da nova Legislatura. O levantamento que eu tinha feito era no término de uma Legislatura.

Eu disse que há um processo natural dos servidores serem incentivados, convidados para irem para algum gabinete em função de uma questão que aconteça no exercício do seu trabalho dentro da administração.

Eu próprio vivenciei isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Seria bom para a administração do Senado que esses trabalhadores retornassem a sua atividade?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Não. Em primeiro lugar, eles estão nas suas atividades, só que atividades nos gabinetes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Excetuando-se as atividades de gabinetes, seria bom, adequado, razoável para administração que esses servidores voltassem para as suas funções originais? A seu juízo, naturalmente.

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Eu acho que a pergunta seria melhor formulada, talvez, da seguinte maneira: dez por cento do efetivo trabalhar em gabinete... Na Câmara dos Deputados, só trabalha em gabinete servidor comissionado; não trabalha servidor efetivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Qual é a origem, então, da obrigação, por resolução, do chefe de gabinete do Senador ser servidor efetivo? De onde surgiu essa tese, essa norma?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Não sei dizer ao senhor, mas de todos os documentos, dos mais antigos do Senado, que já examinei, que remontam à década de 60...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Como?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Desde a década de 60 era assim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas deve ter uma resolução especificando isto?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Não sei. A primeira resolução que a Cida teve notícia...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– E a última resolução?

O SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA – Não foi mudada até hoje, porque todos os regulamentos, em todas as revisões de regulamentos administrativos que a Casa passou, nunca se discutiu essa questão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Essa especificamente eu posso responder.

Quando o Senador chega ao Senado, há um valor importante em ter em nosso gabinete pessoas que conhecem, que têm experiência no Senado Federal. Eu próprio, por exemplo, achei muito positivo que pudesse ter servidores efetivos, inclusive na chefia de gabinete, dentre os diversos servidores do Senado. Claro que houve diversas alternativas e pude escolher entre funcionários que são de carreira e são de excelente qualidade. Felizmente, tenho servidores efetivos e gostaria até de ter mais.

Hoje não tenho cinco servidores, mas quatro; falta um. Aliás, se alguém quiser, pode...

Quero dizer que entre os servidores do Senado, aqueles que no meu gabinete contribuem, fazem-no de uma maneira muito positiva e contribuem muito para que eu exerça bem, acredito, a minha função no Senado.

Positiva e contribui muito para que eu bem a minha função no Senador. Acho eu eles têm um acúmulo, de experiência, então, que possamos ter alguns efetivos e alguns de livre nomeação, mesmo de fora eu acho positivo.

O SR. HAROLDO FEITOSA TARJA – Senador, eu gostaria de repetir: é uma concorrência desleal para a administração, vamos assim dizer, no sentido de absorção de servidores entre a administração e o gabinete. O gabinete oferece muito mais vantagens do que a administração pode oferecer. A administração oferece responsabilidade e muito peso nos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas isso é algo que deve ser objeto de melhor equilíbrio na forma...

O SR. HAROLDO FEITOSA TARJA – O melhor equilíbrio deveria começar, pelo menos, com o mesmo número de funções na administração e no gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – No meu gabinete, muitas vezes tenho ouvido falar que, dado o grau de exigência de trabalho em meu gabinete, muitas vezes as pessoas não querem ir, porque no meu gabinete as exigências de trabalho e de tempo de trabalho são grandes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Eu não posso falar o mesmo, porque estou aqui há dois meses e o Suplicy está há 20 anos...

O SR. HAROLDO FEITOSA TARJA – Para a minha categoria, Senador, há uma resolução que proíbe o Consultor Legislativo ir para gabinete. Agora, com o último plano de carreira, com a mudança da estrutura das funções comissionadas de categoria, ficou no ar essa dúvida de que, eventualmente, um Consultor Legislativo pode ser chefe de gabinete, não ficou muito clara essa questão. Mas a resolução original de criação da carreira de Consultor Legislativo é categórica ao proibir o Consultor Legislativo de ser lotado em gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de lhe perguntar acerca da solicitação ao Tribunal de Contas para fazer o diagnóstico de auditoria externa do que acontece no Senado. Esse relatório ficou pronto? Ele foi encaminhado à Diretoria-Geral e à Mesa Diretora? Já está pronto isso?

O SR. HAROLDO FEITOSA TARJA – Foram duas auditorias, que produziram dois acórdãos no sentido de promover diligências.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. HAROLDO FEITOSA TARJA – O relatório final da auditoria ainda não foi concluído. As primeiras diligências da auditoria em relação à folha de pagamento, como auditoria, foi logo após eu assumir a Diretoria-Geral, eu não fui elencado no rol de responsáveis para prestar esclarecimentos. Mas, curiosamente, no caso da auditoria de contrato, que é basicamente o mesmo prazo, eu fui elencado e já providenciei o meu posicionamento junto ao Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas o relatório conclusivo ainda não está pronto.

O SR. HAROLDO FEITOSA TARJA – Não, ainda não. No entanto, o Secretário da Comissão já conseguiu o dos contratos – ele mostrou-me –, que conclui pela realização de diligência, o acórdão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Portanto, o seu requerimento, Senador Ricardo Ferraço, é no sentido de que possamos obter as conclusões da auditoria. Mas, segundo informação do Sr. Haroldo Tagera, ainda não está pronto.

O SR. HAROLDO FEITOSA TARJA – Esse acórdão, não sei se seria o termo correto chamá-lo de acórdão preliminar, já está pronto e disponível e já foi inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Acórdão preliminar sobre contratos, e sobre a folha também?

O SR. HAROLDO FEITOSA TARJA – Já foi levantado. E sobre a folha também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Além das informações, eu também estou requerendo um convite ao eminente Conselheiro que avaliou a consultoria, para que possa se fazer presente nesta Comissão, e apresentar as conclusões do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço para que a Secretaria da Comissão prepare o requerimento para que possamos tê-lo aprovado na próxima reunião.

Gostaria de propor também na primeira reunião, com quórum, possamos colocar em votação a sugestão do relator de que o relatório da SGV seja disponibilizado para todos. Mas isto tendo o quórum completo.

Vamos agora encerrar, marcando já a próxima reunião. Não consegui falar com o Senador Tasso Jereissati. Talvez, se puder nos ajudar a conversar com ele, Senador Lucena, agradeço, porque gostaríamos de ter um encontro com ele, mesmo não sendo dessa forma, mas, quem sabe até, ter um encontro, um almoço com ele. Foi o que a Comissão deliberou.

Então, agradeço, Senador Lucena, se puder ajudar-nos a marcar isso, e a sua sugestão para a próxima, tanto a Sr^a Dóris quanto a Secretária da Mesa se colocaram à disposição.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sim, darem suas impressões...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo. Então, se quiser, qual sua preferência? Primeiro a Dr^a Dóris ou a Dr^a Cláudia?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Acho que, eventualmente, podemos até fazer junto, uma reunião conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Também.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Porque são atividades que se complementam.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Podemos... E qual é a sugestão de dia e horário?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, dada a prioridade desse assunto, estou à disposição de V. Ex^a para que possamos, se for o caso, fazer amanhã, fazer quinta-feira, de modo que possamos acelerar e, quem sabe, com esse ritmo, até antecipar a entrega do nosso parecer à Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Poderíamos marcar uma alternativa ou às 8 horas, mas os outros não estão presentes, ou às 14 horas ou ao final da tarde. Vamos, como está iniciada já a Ordem do Dia, certamente, então...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Qual é a sua sugestão? Às 14 horas ou...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A minha sugestão é que possamos fazer uma consulta informal aos demais membros e possamos agendar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E marcaremos daqui a pouco.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Acho também, Sr. Presidente, que seria de bom alvitre que convidássemos, quem sabe, o Senador Pedro Simon. O Senador Pedro Simon chegou mesmo a produzir um livro falando sobre suas impressões, em função de sua longa existência no Senado, conheceu os vários períodos do nosso Senado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certamente, vamos convidá-lo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Um convite ao Senador Pedro Simon seria de bom tom.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Poderíamos, primeiro, então... Vamos, quem sabe, marcar para a próxima semana o Senador Pedro Simon e, se possível, o diálogo com o Senador Tasso Jereissati também. Está bem?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, queremos muito agradecer pela sua contribuição, Sr. Haroldo Feitosa Tajra, e, concluída, faremos mais perguntas se necessário for, ao longo de nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 46 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZOITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos do dia doze de abril de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária criada para analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa, com a presença dos Senadores Vital

do Rêgo, Ricardo Ferraço e Benedito de Lira. Justifica ausência o Senador Cícero Lucena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009** que “Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.” Autoria: Mesa do Senado Federal. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Convidada: Dóris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral do Senado Federal. Usam da palavra o Senador Ricardo Ferraço e o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy). **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-STRA** “Requeiro, nos termos do Art.58, inciso V do § 2º da Constituição Federal Brasileira, e do Art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão Temporária para Análise do PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa – STRA, para ouvir o Ministro do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro, relator do processo nº TC-014.531/2009-0, juntamente com o Ministro do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro, relator do processo nº TC-019.100/2009-4, para discorrer sobre seus pareceres aos referidos processos, que têm como objetos as auditorias realizadas pelo TCU em contratos celebrados pelo Senado Federal e na folha de pagamento de pessoal do Senado Federal” **Auto-ria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às vinte horas e quarenta e cinco minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião da Subcomissão temporária criada para analisar o Projeto de Resolução nº96/2009 que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58/1972, e posteriores modificações da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, conforme o Requerimento nº 5 de 2011, desta Subcomissão, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

Foram convidadas a prestarem depoimento nesta reunião a Drª Cláudia Lyra do Nascimento, Secretária Geral da Mesa do Senado Federal, assim como também a Diretora Geral do Senado Federal, a Drª Dóris Marize Romariz Peixoto. Agradeço a presença de ambas e as convido para tomarem assento à mesa.

Prezado Sr. Relator Ricardo Ferraço, quem sabe possamos iniciar com o depoimento da Drª Dóris Marize Romariz Peixoto, e, em seguida, ouviremos a Drª Cláudia Lyra Nascimento. Primeiro a Diretora Geral, depois a Secretária Geral da Mesa do Senado Federal. Está bem assim esse procedimento? Estão de acordo? Muito bem.

Há pouco conversei com a Diretora Dóris Marize Romariz Peixoto, e ela avalia que poderá, em cerca de vinte minutos, se precisar algum tempo a mais, fazer a exposição inicial para, depois, responder as perguntas do Relator e dos demais membros.

Como o Senador Relator precisou estar por quatro horas e meia na outra comissão, e veio aqui direto, laçado pela minha chefe de gabinete, Srª Edwiges de Oliveira Cardoso, então só vou pedir uma pausa porque S. Exª precisou se ausentar um instante para ir ao toilet, porque é próprio do ser humano. Então, vamos aguardar um minuto de pausa para que esteja presente também o nosso relator.

Gostaria de informar que um dos nossos membros, Senador Cícero Lucena, foi à República Popular da China esta semana, possivelmente acompanhando a Presidenta Dilma Rousseff. O Senador Benedito de Lira deverá em breve estar presente, e o Senador Vital do Rêgo, que estava em reunião de Bancada do PMDB, já foi avisado.

Então, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra a Diretora-Geral Dóris Marize Romariz Peixoto.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Boa-noite!

Agradeço a oportunidade de estar presente.

Gostaria de dizer que a apresentação terá um caráter genérico. Eu tive o cuidado de ler a ata das reuniões anteriores, e identifiquei algumas perguntas que são formuladas ou alguns questionamentos levantados pelos Senadores, que seria interessante iniciarmos a exposição da Diretoria-Geral, fazendo

uma abordagem genérica e dando o formato de como se compõe o Senado.

A nossa força de trabalho hoje é composta por 3.371 servidores efetivos, 2.685 servidores comissionados, aqui destacando que, como estamos no início de legislatura, é normal desse número. No final da legislatura passada, esse número estava um pouco além de três mil e alguma coisa. Estamos também com 3.115 funcionários terceirizados. Isso nos dá um total de 9.171 pessoas que compõem a força de trabalho no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pergunto à Sr^a Dóris se, por acaso, já estão disponíveis o conteúdo das transparências para que os Senadores membros... É claro que estamos acompanhando ali, mas se pudermos ter a cópia desse material poderá ser útil para as nossa anotações.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Pois não, eles já estão providenciando Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Continuando, também é importante demonstrar os inativos e pensionistas. Hoje temos 2.496 servidores inativos, 1.296 pensionistas, e um grupo de beneficiários do IPC e parlamentares que também são aposentados pelo IPC. São 4.721 servidores inativos. Dos 3.371 servidores efetivos, 643, ou seja, 19% já recebem hoje o abono permanência.

No ano de 2009, 99 servidores se aposentaram; no ano de 2010, logo após o Plano de Carreira, deu-se início a uma aposentadoria significativa no Senado. E a partir de 1º de janeiro, 162 servidores também pediram aposentadoria.

Eu trago esses números, porque, logo em seguida, vou abordar a questão do envelhecimento da nossa força de trabalho, que, de certo modo, justifica uma certa amplitude na área dos terceirizados. Mas tratarei disso um pouco mais adiante.

Os servidores efetivos. Isto corrobora a grande preocupação que temos no Senado: com a faixa etária da nossa força de trabalho. Se vocês verificarem, hoje, até 30 anos, são 207 servidores; de 31 a 40, são 338; de 41 a 50 são 1.265; de 51 a 60 são 1.245; e de 61 a 70 são 316. Se nós somarmos as duas faixas etárias (de 41 a 60 anos), nós vamos ter um número preocupante em termos de servidores efetivos à disposição do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E após 70 anos?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – De 61 a 70 só.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Depois de 70 não pode mais trabalhar no Senado?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Nós não temos servidores, só se for comissionado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só se for Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Porque se não eu teria que deixar dia 21 de junho.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Oh, meu Deus, é mesmo, Senador? Mas o senhor pode. Bom, como estamos?

Sempre se discute como é que se distribui a força de trabalho do Senado. É interessante vocês perceberem, tão logo eu apresente a segunda transparência, a segunda demonstração, vocês vão ver algo interessante. Vamos lá.

Nos gabinetes parlamentares, existem 523 servidores efetivos; a Secretaria Geral da Mesa conta com 336; a SECS com 312; a Interlegis com 35; a área administrativa com 1.874; os órgão de assessoramento com 291; perfazendo um total 3.371.

Em seguida, nós vamos observar que se inverte o quadro: ao gabinetes parlamentares contam com 2.486 servidores; a Secretaria Geral da Mesa tem apenas 18 servidores comissionados; a SECS, 13; o Interlegis, 23; a área administrativa, 142; os órgãos de assessoramento, apenas 3 servidores comissionados. São 2.685.

É importante percebermos que a evolução dos cargos comissionados teve início no ano de 1972, quando nós tínhamos apenas seis cargos. De lá para cá, nós chegamos em 2008, com um número de cargos mínimos comissionados de 1.499, podendo se chegar a 9.220 cargos comissionados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quantos Senadores nós tínhamos em 1972?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Cláudia Lyra, você pode me socorrer?

A SR^a CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO – Como os Estados foram criados em 1988, em 1988, 1989 nós tínhamos os 81 Senadores; antes, eu teria que...54?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Em 1972, nós tínhamos 54 Senadores. Depois nós tivemos um crescimento em que ano?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A partir de 1988.

A SR^a CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO – Com a constituição dos novos Estados...os três Estados, os três territórios.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu queria requerer, então, que nós pudéssemos ter

uma comparação, Sr. Presidente, do número de Senadores, historicamente falando, para servidores comissionados, servidores efetivos, servidores inativos, para fazermos uma comparação do número de funcionários em todos os seus níveis e segmentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Dando continuidade, nós estamos trazendo o número de cargos e o total possível e os cargos ocupados.

Nós temos a possibilidade de 9.220; hoje ocupados 2.685; temos um quadro permanente de servidores de 4.159, ou seja, temos 4.159 vagas no nosso quadro de pessoal para cargos efetivos; e desses, nós temos ocupados 3.371. O total de cargos são de 13.379 possíveis para 6.056 cargos ocupados...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A senhora poderia informar sobre os cargos efetivos para eventualmente serem ocupados os 4.159; para isso precisaria haver concurso?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Concurso público.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E há previsão de concurso público presenteemente? Ou há pessoas que prestaram concurso público e estariam aguardando eventual designação?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Perfeito. Eu agradeço a chance de falar sobre isso, vindo como eu vim da Secretaria de Recursos Humanos, é uma preocupação diária na minha vida funcional.

Nós fizemos um concurso... o último concurso do Senado é de 2008, ele previu apenas 150 vagas. À época, o quadro já continha um número de claros para ocupação de perto de 350. Mas o concurso previu 150. Com a aprovação significativa no concurso, nós tivemos uma quantidade de candidatos aprovados, que estavam, portanto, aptos a ingressar nos quadros do Senado. Diante da possibilidade da aposentadoria em massa que estávamos aguardando que acontecesse, a administração do Senado decidiu ampliar a chamada desses servidores. Então, com a previsão inicial de apenas 150 vagas, nós conseguimos fechar o ano passado chamando praticamente 500 candidatos novos do concurso.

Isso foi extremamente positivo. Nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi feito novo concurso?

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Não, senhor. Nós criamos uma espécie de lista de reserva. Houve uma aprovação grande, e nós fomos preenchendo as vagas que já existiam.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Da aprovação do concurso de 2008.

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Da aprovação do concurso de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo.

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Hoje nós temos alguns candidatos em lista de espera. O concurso é válido até agosto deste ano. A intenção da administração é chamar quantos candidatos forem possíveis.

Devo dizer ao senhor também que uma outra preocupação da administração do Senado é que não gostaríamos de fazer um concurso estabelecendo simplesmente o número de vagas. Acho que é chegado o momento de nós, enfrentando, por exemplo, a questão do número de terceirizados que trabalham nesta Casa, já identificarmos novos postos de trabalho e, a exemplo do que determina o acórdão do TCU, estabelecermos vagas de empregos efetivos, de cargos efetivos. Hoje não dá mais para simplesmente nós nos atermos a preencher o quadro da forma que existe. E aqui – sabe, Senador? – a reforma administrativa tem um papel muito importante. Do tamanho do Senado que for, do Senado pós-reforma, também terá um Senado em termos de quadro. Porque na racionalização da reforma, quando você junta um grupo de servidores, você fortalece a mão de obra dali. A gente precisa repensar o concurso público também sob essa ótica, que estamos para enfrentar uma reforma.

Então, são dois grandes desafios. De que forma enfrentar a questão da terceirização e recuperar atribuições que são típicas dos servidores efetivos? Do outro lado, de que forma nós podemos também identificar novos postos de trabalho e finalmente trabalharmos com a lotação ideal para o Senador, que nós não temos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se a senhora me permite. Por que essa diferença tão grande de cargos comissionados que estão efetivados? Para o total possível, onde estariam os cargos comissionados não preenchidos?

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Eles ficam desocupados e aguardando, porque os nove mil...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas, por exemplo, onde? Principalmente nos gabinetes?

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Ah, sim. Isso eu abordei logo aqui no início, quando eu disse onde estão os cargos comissionados. Os cargos comissionados hoje, 2.486, se encontram nos gabinetes parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo. Mas imagino que quase todos os

Senadores tenham utilizado as vagas para cargos comissionados de que necessitam. A senhora ali mostrou que há 2.685 cargos comissionados, mas mais de 9.000 poderiam ser...

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Caso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas onde estariam esses cargos?

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Há fragmentação. Caso todos os Senadores optassem por fracionar seu cargos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, mas então é uma medida... Eu, por exemplo, em quase todos eles não subdivido. Então, mas assim acho que é mais efetivo para a finalidade do meu gabinete. Então, aquele número... Tem que ser levado em conta essa observação; não quer dizer que porque 2.685 pode significar, como no meu caso, eu tenho aqueles aos quais eu tenho direito, mas agora praticamente quase todos a que eu teria direito estão preenchidos e acredito que para quase todos os Senadores é isso. Portanto, aquela diferença tão significativa tem que ter essa qualificação.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Claro, ela precisa ser levada em conta. Como estou abordando a questão do quadro tanto de efetivos quanto de comissionados, eu precisava trazer o número potencial, não necessariamente preenchido. O preenchimento, está sendo demonstrado ali nas colunas verdes e eles estão longe realmente da possibilidade de ocupação de cargos comissionados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu queria perguntar à Dr^a Dóris, Presidente, aproveitando a oportunidade do evento concurso público. O atual Senador Aécio Neves, quando foi deputado federal, quando presidiu a Câmara Federal, ele também se confrontou com circunstância parecida. Nós tínhamos lá servindo aos mandatos, portanto, aos gabinetes, servidores efetivos e servidores comissionados. Foi então construído um pacto na Câmara dos Deputados em que todos os servidores efetivos que estavam cedidos aos gabinetes seriam encaminhados a sua posição de origem, portanto, à administração da Casa, evitando que fosse feito concurso. Porque ao mesmo tempo que temos 523 servidores efetivos nos gabinetes, se esses servidores voltassem à administração da Casa, não deixaríamos de ter necessidade de novo concurso público? Qual é a avaliação da senhora como diretora da Casa com relação a essa experiência que foi vivida lá na Câmara dos Deputados aqui no Senado? Qual é a avaliação da senhora.

SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Senador, essa pergunta se reporta a uma mudança ab-

soluta do modelo hoje adotado. Confesso ao senhor que para se adotar um modelo dessa natureza, nós também teríamos que pensar, me parece, num modelo mais próximo do da Câmara. Hoje, o senador contrata os indicados para cargo comissionado, e eles na verdade são servidores do Senado, com toda a gestão dos gabinetes feita pela área de recursos humanos. Claro que, numericamente, o retorno de 523 servidores à administração, provavelmente nos faria repensar o concurso. É uma decisão de modelo. O modelo de deixar os gabinetes apenas para servidores comissionados? Na Câmara é assim. Como vejo isso em relação ao Senado? Senador, sinceramente, tendo trabalhado em gabinete parlamentar e tendo trabalhado na administração... Se se estabelece parceria entre os servidores efetivos que trabalham na administração e os servidores efetivos do gabinete facilita muito a interação. Esse é um modelo que é interessante para o Senado porque auxilia a administração do Senado e facilita a chegada dos senadores. É como se o Senado cedesse aos mandatos parlamentares cinco servidores, e esses servidores fizessem essa interação. É difícil eu responder sendo servidora da Casa e tendo sido chefe de gabinete no Senado. Devo dizer ao senhor que foi onde eu aprendi mais o que é o Senado. A visão que eu tive nos gabinetes parlamentares em que trabalhei me permitiu sentir o que é ser cliente no Senado. Infelizmente, hoje, eu lamento muito que esta legislatura e provavelmente a anterior tenha encontrado um Senado fragilizado; um corpo de servidores que infelizmente não tem se posicionado como gostaríamos de nos posicionar.

Nós vivenciamos uma crise seriíssima, Senador. A partir dessa crise, houve uma ruptura e houve um enfraquecimento, uma fragilidade. Hoje para um servidor efetivo sentir o que nós vivenciamos no nosso dia a dia com a imprensa é extremamente difícil, porque nós temos consciência da importância dessa Instituição e temos, também, consciência do nosso papel de facilitadores dos mandatos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Onde se identifica a origem dessa crise e quais são os cenários possíveis para reverter toda essa conjuntura e por que chegamos a essa situação?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Senador, eu diria o seguinte: nós chegamos a essa situação, primeiro, pela centralização que vivenciamos nos últimos anos. Chegamos também por um crescimento desordenado. A nossa estrutura administrativa foi aumentando e se agigantando a partir do momento em que, num formato de pressão política, alguém procurava um Senador ou alguns Senadores e, fazendo um documento expondo que para eles era verdade – eu

acredito que eles também imaginassem ser verdade –, propunham um aumento: o que era serviço passava a ser seção, o que era seção passava a ser subsecretaria. E assim foi, Senador. Foi um crescimento desordenado. Aliado a isso temos, e ainda vivenciamos um problema seriíssimo, que é o problema da pouca adequação das normas, do envelhecimento das nossas normas. É até uma contradição interessante: em uma casa que faz leis não conseguirmos nós, servidores, rever a nossa própria norma. Quando a gente abre o nosso Regulamento, quando a gente procura, por exemplo, se posicionar quanto a controle de frequência, quanto a competência para assinar atos X ou Y, nós nos vemos com um emaranhado de normas e com dificuldade absoluta de identificar quem é quem no processo.

Acho que nós erramos aí. Nós erramos porque não fomos capazes de identificar que isso era nossa garantia e o nosso cinturão de segurança. Isso fez com que a Instituição fosse ficando frágil e frouxa, frouxa no sentido de que o crescimento ia acontecendo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E houve, de certa forma, na sua avaliação, uma dispersão daquilo que poderia e deveria ser a energia central dos trabalhadores do Senado, que se concentrava muito em plenário e comissões e aí um conjunto de atribuições passaram a ser incorporadas ao dia a dia do Senado e foi se agigantando e aí fomos perdendo energia no tempo em relação àquilo que é o esforço fundamental para o Senado?

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Não há dúvida. Houve totalmente a inversão: a área administrativa cresceu absurdamente. Prova disso é a diferença significativa de número de servidores efetivos na Secretaria-Geral da Mesa e o número efetivo de servidores na área administrativa.

Claudia Lyra é testemunha de que no último concurso nós tentamos priorizar a área administrativa. Aroldo conduziu isso e nós realmente tentamos recuperar isso, levar servidores novos para a área legislativa. Eu digo ao senhor o seguinte: esse processo provocou uma inversão absoluta da nossa necessidade; foi priorizada por muito tempo a área administrativa. Eu não tenho dúvida disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quando a senhora deixou de ser servidora efetiva e virou cliente da Casa, o que a senhora sentiu?

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Eu senti o quanto a administração do Senado era burocratizada, o quanto a administração do Senado era lenta e o quanto ela se encontrava com pouca capacidade de dar resposta às questões impostas pela área-fim.

Digo isto com toda a clareza e digo isto porque eu acredito que nós estamos vivendo um momento único, onde nós podemos reconstruir esse modelo, e nós estamos caminhando para isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A senhora pode prosseguir, então.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Pois não.

Eu acho que nós já passamos... Eu trouxe apenas a possibilidade, quer dizer, o retrato de como podem hoje os gabinetes funcionar, em termos de...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pode explicar, sim, porque isso é relevante.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Servidores efetivos, hoje, no modelo atual, nós temos um chefe de gabinete, nós temos um subchefe, cinco assistentes técnicos e um assistente técnico parlamentar.

O Ato da Comissão Diretora de 2005, a ocupação da função comissionada de Assistente, símbolo FC-2, fica a critério do titular do Gabinete, condicionada ao bloqueio.

Houve a transformação de duas funções menores para uma função maior. Isso aconteceu.

E a outra forma de fazer isso é mantendo um chefe de gabinete, um subchefe de gabinete, três assistentes técnicos e um assistente técnico parlamentar.

Os servidores comissionados. Aqui nós temos um total de cinco cargos de assessores técnicos. Eu estou me referindo a gabinete parlamentar, não a gabinete de Liderança. São cinco assessores, que são passíveis de desdobramento, chegando a trinta, seis secretários parlamentares, que, com desdobramento, chegam a 48, e um motorista, chegando a 79 possíveis.

Qual é a média de ocupação dos cargos? Vinte e seis servidores comissionados por gabinete. Essa é a média.

No ano de 2010, nossa folha de pagamento: R\$233.058.866,00.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mensal?

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Mensal, senhor.

Eu fiz questão de trazer janeiro porque em janeiro se deu o aumento previsto no Plano de Carreira. Aliás, aqui eu tenho uma satisfação imensa de dizer que a mesma nota que nós liberamos quando da aprovação do Plano de Carreira prevendo o aumento da folha de pagamento é o número que nós temos hoje apresentando aos senhores.

Isso dá uma tranquilidade absoluta quando a gente assume a certeza do que estamos fazendo. É o

mesmo número que, à época, foi informado que nós chegaríamos em janeiro.

Hoje, se abre a folha, o nosso contracheque, e nós temos lá, muito bem colocado, com absoluta clareza, como se compõe nosso salário. Antigamente não tínhamos isso. E o Plano de Carreira trouxe isso para nós.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esse número foi significativamente modificado com a nova legislatura, a partir de fevereiro?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Em que sentido, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Porque houve a contratação dos novos servidores a partir de fevereiro e março. Janeiro era o fim da legislatura.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Isso. Em fevereiro o senhor diz, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E é possível que tenha havido... Não, janeiro era o fim... A partir de 1º de fevereiro assumiram os novos Senadores.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foram contratados muitos servidores nos gabinetes dos novos Senadores e outros foram substituídos.

Então, de janeiro para fevereiro ou março, o valor da folha continua aproximadamente esse? Essa é a pergunta.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – De janeiro a fevereiro nós tivemos uma movimentação de lotação nos gabinetes parlamentares de em torno de 1.500 pessoas. O impacto disso na folha de pagamento não é significativo, mas eu posso, perfeitamente, trazer esse dado comparado para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com os dados de fevereiro e março...

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Eu faço isso.

As nossas funções comissionadas... Aqui cabe um esclarecimento. Nós temos um total de 2.116 funções comissionadas, das quais 1.860 são ocupadas.

Quando se discutiu o Plano de Carreira, uma das orientações, que já foi, inclusive, objeto de orientação da Fundação Getúlio Vargas é que nós precisávamos trabalhar o fortalecimento da gerência no Senado, nós precisávamos dar à gerência a importância que ela teria que ter.

Até antes do plano de carreira, as funções eram 50% da FC na composição salarial. A partir do plano de carreira, as funções passaram a ser 100%, e houve

uma movimentação interessante porque ocorreu uma série de mudanças nos locais, porque as funções se tornaram extremamente atrativas. Isso já foi a primeira acomodação de uma possível reforma administrativa que estava chegando.

No plano, já houve uma redução de mil e quinhentas funções, porque, o senhor sabe, antigamente nós tínhamos funções interessantes, eram funções inerentes, eram funções de lotação, eram funções que você não tinha responsabilidade gerencial, mas você era remunerado para fazer aquilo que o seu contrato de trabalho já previa. Foi uma distorção também corrigida, senhor.

Eu queria agora, antes de entrar na questão da reforma propriamente dita, trazer para vocês o cenário que o Senado vivia no momento em que se optou, em que o Presidente do Senado chamou a Fundação Getúlio Vargas e chamou também o TCU para fazer auditoria na folha.

Quanto ao aumento do trabalho legislativo, com certeza, Cláudia Lyra trará esse assunto com bastante clareza. Nós tínhamos um número e temos um número excessivo de contratos no Senado. É extremamente difícil, porque, hoje, parte do meu dia eu levo com uma equipe da Diretoria e da Diretoria-Geral Adjunta gerenciando situações de contrato, e nessa questão dos contratos de fornecimento para o Senado, contratos de mão de obra, nós já sentimos claramente a falta absoluta de planejamento.

É preciso que a área técnica do Senado – e isso aconteceu a partir do momento em que se pensou, por exemplo, as comissões de contrato, em que se reavaliou a forma de contratação. Só que são mudanças que não acontecem rapidamente. Elas levam um tempo para acontecer, e nós continuamos em processo.

Hoje, quando eu vinha para cá, eu me fiz uma pergunta. Um dos grandes sustos que eu levei quando assumi a Diretoria-Geral é quantos contratos emergenciais nós tínhamos naquela período, em fevereiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quantos eram?

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Emergenciais, seis, mas, além desses, alguns para vencerem, outros já sem validade, a situação era grave. Hoje – eu liguei até para tirar uma dúvida com o diretor da área de compras –, nós baixamos para quatro, Senador, e eu tenho que comemorar, o senhor acredita? Porque já é um ganho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E os não emergenciais são da ordem de quanto?

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Duzentos e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Duzentos e pouco, por isso que são em número excessivo.

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – É um número excessivo, falta planejamento, falta interação entre as áreas, porque é o mesmo copo, o mesmo papel, o mesmo *toner*. Isso tem que ser pensado de forma globalizada. Não há variação do tipo de material a ser adquirido. É planejamento, puro e simplesmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A senhora poderia citar alguns exemplos de contratos e, se nesses contratos, estão também os contratos com empresas terceirizadas?

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Sim, são contratos de fornecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Fornecimento de materiais e...

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – De materiais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E de serviços.

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – E de serviços.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dê alguns exemplos para que tenhamos ideia.

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Alimentos, gêneros alimentícios para o cafezinho do plenário; *toner* para as impressoras, vamos lá.... Todo tipo, tudo praticamente gira. Equipamentos do Prodasen, computadores e impressoras...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Celulares para os Senadores e...

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Celulares, chips de dados, TV, cadeira, mesa. Quer dizer, é uma loucura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O que a senhora está dizendo é que não há um planejamento, uma política de compras eficaz.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Não, senhor. Se o senhor olhar, é muito interessante. E acho até que é... Bom, se o senhor olha para o Senado, se o senhor olha para a estrutura administrativa do Senado, o senhor enxerga claramente centros de excelência. Mas o senhor sabe qual é o grande problema? Esses centros de excelência não se comunicam entre si. Nós não temos visão sistêmica. Nós temos uma área de compra que se modernizou internamente, que hoje já trabalha com projetos básicos como a legislação determina, mas que não soube conduzir o planejamento das compras, que não soube rever o seu trâmite burocrático. Alguém tem que dizer ao

outro como proceder para se obter aquele produto. O Senado não conversa entre si.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A senhora não acha que isso foi feito de maneira propositada? Porque tamanha desorganização tem que ter alguém ganhando, alguém tem que estar de alguma forma se beneficiando. Porque eu não acredito que tamanha desorganização pudesse produzir um resultado neutro.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Eu acredito...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A que a senhora atribui a distorção nesse nível de desorganização?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Eu vou me voltar para a estrutura, Senador. Eu vou responder com a seguinte colocação: num lugar onde se tem muito chefe, não tem muita gente para fazer o básico. Eu acho que a distorção passa muito por aí. Foi um excesso de chefias, um excesso de pseudos-comandos, e esqueceu-se de que alguém tem que fazer...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito cacique e pouco índio.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – É por aí, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Usa-se muito o pregão eletrônico na Casa?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Já estamos usando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não. Historicamente, usa-se muito ou a senhora passou a usar?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Nós começamos no ano passado a usar o pregão eletrônico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Cartas-convite?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Cartas-convite, sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É muito utilizado, não é?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Ainda é. Nós hoje temos cinco pregoeiros treinados. Aí também é muito interessante o processo administrativo. Não adianta no formato do projeto básico, e o Senado se modernizou, e nós trabalhamos com o projeto básico, como prevê toda a legislação. Mas a questão é que, para ter o projeto básico, tenho que tê-lo com uma área afinadíssima de pesquisa de preço no mercado. Porque tem todo um formato a ser cumprido, todo um rito administrativo.

Temos cinco pregoeiros, mas não formamos nossos pesquisadores de preço. O modelo não funciona.

Volto a dizer que é a visão globalizada. É todo mundo enxergando todo mundo, e todo mundo buscando um produto comum. É o nosso desafio. É nos enxergarmos mutuamente e trabalharmos em conjunto.

Falta de padronização na ocupação de espaço. É impossível que alguém acredite que o concreto possa se expandir. Nós estamos completamente limitados pelo espaço. Temos comissões no Senado, e faço questão de citar a questão das comissões, porque ela é a nossa área afim. Elas funcionam nos corredores. Hoje eu participei do lançamento de uma subcomissão da mulher, Cláudia Lyra, lá na sala de audiência do Presidente, e confesso a vocês que foi um momento muito interessante, umas mulheres muito bem colocadas, fazendo discursos – a Ministra Carmem, a Vice-Presidente e algumas outras mulheres, Ministras de Estado – e, de repente, o que vem na minha cabeça é que eu vou ter que acomodar mais uma comissão. Onde? Cadê o planejamento? Tenho hoje áreas do Senado que funcionam em três lugares diferentes. Como é que se dá a supervisão disso no dia a dia de trabalho? Temos tecnologia? Temos. Conversamos por *e-mail*? Conversamos. Mas e a supervisão direta, como é que fica?

É outro grande desafio trabalhar a correta ocupação de espaço no Senado. Nós estamos trabalhando. Aliás, a Gráfica tem sido uma grande parceira na cessão de espaços. O que nós estamos fazendo? Tentando tirar aos poucos as áreas administrativas e levando para outras áreas. A Gráfica tem nos recebido. Com isso o que faço? Não tenho dúvidas de que tenho que atender aos Senadores. Eles são a existência dessa Instituição. E eles têm que ter prioridade. Mas, hoje, nós temos uma limitação absoluta. Estou com uma equipe de arquitetos, engenheiros, patrimônio, trabalhando para me apresentar um plano de ocupação racional para o Senado. Isso com a limitação orçamentária que o senhor sabe, tivemos que cortar o investimento da construção do prédio que seria muito interessante. O prédio resolveria a nossa vida, mas não podemos fazer isso. Não no momento em que nós temos que demonstrar que estamos cortando nosso orçamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Lhe parece viável que, considerando que somos o Senado com nossas características, mas considerando que somos um Congresso Nacional só, que poderíamos pensar em alguns esforços unificados com a Câmara como o Senado e Câmara termos a mesma biblioteca, como Senado e Câmara termos a mesma área de assistência social hospitalar. Como lhe parece isto, tendo em vista a necessidade de racionalizarmos os espaços físicos na Casa?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Senador, acho que a tendência é essa. Temos que partir para pensar dessa forma. Temos que racionalizar sim. O senhor mencionou a área da saúde. Mais adiante vou abordar este assunto. Mas hoje nós temos no Senado um Sistema Integrado de Saúde que tem 17.800 usuários, num plano de auto gestão. Se nós nos juntássemos com a Câmara... Eu digo isso com o coração apertado porque fui fundadora do Sistema Integrado de Saúde, e, na época foi um avanço significativo em termos de saúde para o servidor do Senado. Hoje, mas aí é que está a riqueza da administração, é termos capacidade de se rever a cada tempo. O modelo da época não é mais necessariamente o modelo adequado para hoje. Concordo com o senhor. Acho que nós temos que nos aproximar, sim, e fortalecer o poder, servidores do Poder Legislativo. Acho que biblioteca, serviço médico, poderia ser um grande avanço. Acho talvez que no momento não consigamos, mas temos que caminhar nesta direção, porque ela vai chegar de uma forma ou de outra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Vanessa Grazziotin seja muito bem-vinda à Subcomissão de Reforma Administrativa. Nós estamos ouvindo a Diretora-Geral do Senado, Sr^a Dóris Marize Romariz Peixoto .

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Excesso de burocracia, isso é inacreditável. Inacreditável porque para se fazer um pedido simples de um direito... Só para os senhores terem uma idéia, quando fui Diretora de Recursos Humanos, eu recebia processos de férias. Processos, processos e processos. Férias é um direito do servidor e normalmente ele faz uso uma, duas vezes por ano. Cada vez que o servidor tirava férias era gerado um processo. E era envolvido em torno de 11 passos para se tirar férias no Senado. Com um único processo eletrônico, com a participação de 3 atores e um sistema extremamente simples, nós acabamos com 14 mil processos/anos.

A racionalização é possível, o excesso de burocracia esconde incompetência. É isso que nós temos que trabalhar, porque a transparência nos dá segurança de não nos explicarmos e não nos defendermos, mas demonstrarmos quem somos e o que fazemos aqui.

Fragilidade das normas não consolidadas.

Senador isso é grave, nós precisamos consolidar nossas normas. Precisamos esclarecer, num único ato talvez, com uma norma que dissesse o seguinte: cada vez que se criar um ato, a gente automaticamente já publica o ato na íntegra. E torna o outro sem efeito. Para que se facilite a consulta. Isso é fundamental para a gerência. Cada vez que tivermos procurar alguma

coisa em mil lugares diferentes, isso dificulta o dia a dia do gerente.

Falta de integração administrativa. Vocês se lembram de que, até recentemente, tínhamos a Secretaria de Editoração e Publicações, o Prodasen e o Senado; tínhamos três áreas de recursos humanos; tínhamos três áreas de compra; três protocolos; três áreas de almoxarifado; e por aí ia.

Para vocês terem uma ideia – acho que é um dado engraçado -, nós adquirimos no mercado o Ergon. É o nosso sistema de gestão de recursos humanos. E o Ergon foi adquirido para ser um. Era uma empresa. E nós tivemos que adquirir e pagar para dividir, porque eram três folhas de pagamento, três alimentações de cadastro – três, três e três. Hoje é uma. Isso é muito bom! E estamos caminhando. Por exemplo, a área de transportes já está sendo unificada.

Quando eu digo que, quando se soma, a gente pode ver melhor a disponibilidade da mão de obra, eu não tenho dúvida. Agora, com mão de obra dispersa, não há como a gente saber como é que funciona o todo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Parece-me que, em lugar, por exemplo, de se ter frota própria, seria o caso de, como fazem muitas organizações, com critério, com controle, terceirizar a frota, em lugar de ficar administrando manutenção, conservação, e assim por diante.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Senador, como gestora consciente, não tenho dúvida de que o que nós temos de fazer, daqui para frente, é nos colocar da forma correta diante das decisões que precisam ser tomadas.

Eu acho que o Senado tem que manter sua essência. A estrutura do Senado tem que funcionar para atingir sua missão, o objetivo de sua existência. Nós temos que privilegiar a Secretaria-Geral da Mesa, nós temos que privilegiar as atividades – fins, e o que for possível nós temos que começar a buscar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Qual a frota de veículos hoje do Senado? A senhora tem de cabeça?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Duzentos e cinco veículos, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Duzentos e cinco veículos, sendo 81 para Senadores e o resto da alta Administração?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – São um pouco mais de 100 veículos para Senadores, pois existe uma reserva técnica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Seria bom repetir o número que o senhor falou

para o registro. É um número relevante, se a senhora puder repetir no microfone; ou o senhor mesmo.

O SR. WALTER RIBEIRO VALENTE JUNIOR – Salvo engano, são 205 veículos, entre veículos de serviço e veículos de atendimento aos parlamentares.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O senhor pode se identificar, por favor?

O SR. WALTER RIBEIRO VALENTE JUNIOR – Walter, diretor-adjunto.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Ele é diretor-geral adjunto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Concordo com o senhor: acho que temos de ter a capacidade de enxergar que nunca vamos ser um bom gerenciador de frota de veículos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Até porque essa não nos parece ser a nossa tarefa aqui no Senado.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Acho que não. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, relacionado à pergunta: quantos Senadores atualmente abriram mão do carro oficial de Senador?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Carro oficial?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quantos Senadores não se utilizam do carro oficial?

O SR. WALTER RIBEIRO VALENTE JUNIOR – Eu não tenho exatamente esse número que eu possa afirmar para o senhor. O número pode ser levantado, Senador. Salvo engano, são dois ou três.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dois ou três?

O SR. WALTER RIBEIRO VALENTE JUNIOR – Mas não posso afirmar esse número, porque não o tenho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor sabe quais são?

O SR. WALTER RIBEIRO VALENTE JUNIOR – Não sei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nenhum deles?

O SR. WALTER RIBEIRO VALENTE JUNIOR – O senhor é um que não usa, não é? (*Risos.*) Salvo engano, o Senador Paulo Paim também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Era isso o que ele queria ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu só queria saber...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Você demorou a falar, então ele foi demorando a perguntar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu SÓ queria saber quantos são.

A SRA. DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Falta de integração Administrativa, eu dei o exemplo, o retrabalho, um retrabalho absoluto. Se o senhor pega um processo para analisar o senhor enxerga isso claramente. A falta de treinamento regular dos servidores nós estamos há muito tempo sofrendo seriamente a falta de treinamento.

Falta de informação gerencial.

Como é que um gestor se posiciona se ele não tem informação gerencial. Aliás, devo até ressaltar a dificuldade que até hoje temos em buscar alguns dados. Nós trabalhamos com extrema dificuldade, ainda, com a questão das informações gerenciais no Senado. É uma área que a gente precisa atacar; não há gerente que se posicione corretamente se não tiver informação gerencial a hora e a tempo.

Falta de manutenção preventiva do complexo arquitetônico.

Eu fui visitar outro dia a 309, porque entre as atribuições da Diretoria Geral também está essa de verificar obras, de ir aos locais, e eu tomei um susto com a situação do patrimônio do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A senhora pode identificar, pelo que entendo, que a 309...

A SRA. DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – São os prédios...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – São os prédios onde residem os Senadores que se utilizam dos apartamentos funcionais. Quantos são os apartamentos funcionais?

A SRA. DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – São 78 apartamentos.

Espaço físico eu já abordei; estamos à exaustão do espaço físico; envelhecimento de recursos humanos é outro fato comprovado com número; desmotivação... Eu não vou abordar esse item, isso é visível, nós passamos por um processo delicado. Um tema somente que irei trazer, que acho importante trazer, a hora extra até hoje ela é um tabu para nós.

Quando nós fizemos o plano de carreira, um dos grandes benefícios que nós teríamos seria a redução da hora extra. Isso aconteceu, mas eu fico me perguntando às vezes, numa instituição como o Senado Federal, onde os gabinetes parlamentares muitas vezes chegam a trabalhar doze horas, em determinados dias da semana, não será correto a gente reconhecer, como a 8.112 prevê, o pagamento de hora extra? O

problema não está no pagar a hora extra, está em usar a hora extra de forma errada, o descontrole. Mas, pagar a quem trabalha, a quem passa os seus dias inteiros aqui, isso é justo. Isso me preocupa e acho que precisamos encontrar uma solução para isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A senhora disse que seria muito breve sobre este tema, mas eu agradeço a senhora porque esse é um tema importante. Quando a senhora menciona como parte do cenário do Senado Federal o item desmotivação, a senhora quer dizer que há um problema de motivação dos servidores? Bom, eu quero dar aqui o meu testemunho, e os dois exemplos que temos aqui, da Sra Claudia Lyra do Nascimento e a senhora mesma, Dóris Marize Romariz Peixoto são exemplos de dedicação, de motivação intensa para o trabalho no Senado. No convívio que tenho aqui com muitos servidores, eu vejo muitos extremamente motivados. Aqueles que trabalham no meu gabinete, eu os sinto muito motivados felizmente. Então, eu agradeceria se a Senhora pudesse esclarecer melhor a desmotivação colocada como um problema. Porque, onde existe a desmotivação? Qual a sua natureza? Como, então, motivar mais aqueles que por ventura se sintam desmotivados?

A SRA. DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Eu explico sim.

A desmotivação tem origem quando se tem consciência do trabalho que se realiza, quando se passa parte do dia inteiro aqui; quando se tem consciência de que se está trabalhando com seriedade e, mesmo assim, somos obrigados a assistir a imprensa continuar a questionar a seriedade, o profissionalismo, a competência dos servidores do Senado. Isso, o senhor não tenha dúvida, que é objeto de extrema frustração.

Agora, devo dizer também que nós temos culpa nisso: nós temos culpa quando nós não nos tornamos transparentes, quando nós não sabemos explicitar direito para que a gente existe; e quando nós esperamos que os Senadores tomem as decisões por nós. No dia em que tivermos um grupo de normas muito bem colocadas, que nos dê transparência do que fazemos, um produto muito bem reconhecido do que nós fazemos nas nossas áreas, tenho certeza de que vão parar de nos defender.

Tomo até hoje, eu fico muito ansiosa cada vez que saímos da reunião da Comissão Diretora, por exemplo – e tenho por norma, Senador, um cuidado muito grande: eu na falo com a imprensa, eu aprendi isso na Diretoria de Recursos Humanos, quando assumi, porque não conseguimos trabalhar porque nos dois primeiros dias eram jornalistas correndo para dentro da Diretoria, pegado servidor pelo braço, para prestar

informações, e era uma área de absoluta confidencialidade de dados, é a vida do servidor. E, a partir dali, determinei que não se falava com a imprensa, que só quem falaria com a imprensa seria através da Casa institucional e através da Secretaria de Comunicação Social. Isso permitiu que a gente trabalhasse dentro da Secretaria de Recursos Humanos. E levei isso para a Diretoria-Geral. Tomo muito cuidado com a relação com a imprensa, por um motivo muito simples: acho que o nosso papel é técnico. Quem fala são os Senadores que tiveram voto, ou a Secretaria de Comunicação Social, que existe para isso.

A desmotivação está também, Senador, quando a gente é obrigado a enxergar que continuamos discutindo, por exemplo, a reforma administrativa num formato onde a FGV vem, faz uma proposta, os servidores também participam, mas, no final, é claro, a decisão tem que ser tomada.

Mas acho fundamental que se pense que a decisão também passa pelas pessoas que conhecem o processo, pelas pessoas que vivenciam o dia a dia, e pelas pessoas que também sabem o quanto vai ser difícil conviver com estrutura – e não digo aqui função comissionada, não me refiro... E uma coisa interessante, é importante observar-se: vocês já perceberam que a estrutura da pirâmide de trabalho do Senado é praticamente a mesma, em qualquer reforma? Em qualquer proposta? O que varia? Os níveis hierárquicos superiores. Aí varia. Mas a pirâmide, onde se realiza a atividade, onde o produto é gerado, é a mesma. Os níveis hierárquicos, aí tem milhões de fundamentos, a questão da capacidade de supervisão, a questão de ser ou não estratégico, a questão de estar voltado... Uma grande preocupação que eu tenho com essa reforma, Senadores, o que me preocupa é o fato de que não estamos construindo uma reforma para hoje. Mas nós temos que apontar para onde vai o Senado, deixar claramente definido qual será o Senado de amanhã.

Este é o maior desafio dessa reforma. Não é juntar área, não é rever simplesmente, acaba-se com 60% das diretorias? Concorro e volto a dizer que muita gente mandando é pouco serviço realizado. Isso é matemático, não tem o que se discutir. Mas temos que ter cuidado com a estrutura daquelas que, hoje, já têm claramente o produto do que elas fazem.

E aqui, se me permitem, vou mencionar o Pró-Resultado, que foi lançado. Pela primeira vez, se trabalha a questão de metas e indicadores no Senado. Está sendo extremamente positivo assistir as áreas, os responsáveis pelas áreas, começarem a discutir resultados, começarem a discutir o que é que eu faço nessa estrutura, qual é o meu papel aqui? Eu não digo a vocês que vai ser a solução para tudo, mas pelo me-

nos vai começar a nos dar a responsabilidade que nós temos. A responsabilidade de nos enxergar na estrutura do Senado. Eu tenho certeza de que o Proresultado, aliado a uma política de capacitação que nós já estamos desenvolvendo vai trazer resultados significativos para o Senado.

Quase acabando, eu devo ressaltar que algumas ações já foram implementadas. As Entrelinhas: a Fundação Getúlio Vargas trouxe para nós alguns pontos extremamente interessantes. Na parte de escrita do relatório, eles pontuavam ações que eram necessárias de serem tomadas. E a administração anterior reativou o Conselho de Administração. O Portal da Transparência aqui cabe um esclarecimento apenas. O Portal da Transparência é revisto com alguma periodicidade. Se vocês entrarem no Portal da Transparência hoje, ele já tem um formato diferente porque todos os contratos terceirizados já estão lá por lotação.

A auditoria externa da folha de pagamento nós hoje já estamos no final do processo. Foi um processo longo, mas nós já estamos esperando sua finalização. E praticamente 75% dos problemas apresentados foram corrigidos no plano de carreira. Plano de Cargos e Carreira do Senado, a redução de 51% das funções comissionadas – isso já aconteceu com o Plano – ; o pagamento de horas-extras, 90%...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Perdão, a redução de 51% das funções comissionadas se deu em que período?

Ele teve efeito sobre a folha de pagamento?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Não. Sim e não. Deixe eu explicar para o senhor por quê. A redução é porque essas funções que eram funções... Nós tínhamos uma mágica aqui que era a seguinte: algumas áreas poderiam criar as suas funções, tantas quantas fossem preciso. Isso acabou, essas funções deixaram de existir. Se houve impacto, não, porque aliado a elas nós vivenciamos um plano de carreira. E é impossível se fazer um plano de carreira sem que a gente tenha um aumento da folha de pagamento.

Houve uma compensação. Eu sei que nem todos os servidores ficaram muito satisfeitos com o plano de carreira, Senador, porque não trouxe o ganho esperado ou o ganho que foi possível em planos anteriores, mas corrigiu uma série de coisas.

Bom, vocês sabem que um dos problemas que nós vivenciamos também foi a questão da transparência dos nossos atos administrativos e, hoje, nós temos claramente uma norma que vai para o DOU, o que vai para o Boletim Administrativo, além é claro do nosso DSF, que continuam as nossas matérias legislativas.

Controle eletrônico de frequência: estamos vivenciando uma nova etapa com esse sistema biométrico

de registro de digital. Quero dizer aos senhores que, se nós tivéssemos um quadro de chefias mais...há um tempo atrás, nós fizemos uma pesquisa interessante, nós fizemos um trabalho de clima organizacional e o perfil que se traçou do chefe no Senado foi uma característica muito interessante: o chefe do Senado tem característica de um chefe bonzinho, um chefe camarada. Eu sinceramente acho que se nós tivéssemos uma estrutura de chefia mais firme, nós talvez hoje não estaríamos vivendo a questão do ponto eletrônico. Eu não tenho dúvida disso.

Banco de horas: nós estamos desenvolvendo. Nós já temos hoje...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Permita-me. O controle eletrônico de frequência, a senhora se refere ao fato de os servidores marcarem ao entrarem e ao saírem suas frequências nos seus computadores, por exemplo? A que se refere a senhora?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Não, hoje já utilizamos o controle biométrico, pela digital. O servidor chega, passa seu crachá...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Como a senhora avalia, para efeito de não se submeter às constantes influências políticas, para o bem ou para o mal, que funções como Diretor Geral do Senado e Secretário-Geral da Mesa, a exemplos das agências reguladoras, fossem por mandato em função de seus compromissos institucionais com a Instituição?

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Senador, eu falo por mim. Eu não tenho dúvida que a minha permanência na Diretoria-Geral é por dois anos. O mandato é muito positivo porque dá liberdade para que a gente faça uma gestão dentro dos critérios em que a gente acredita. Quando você administra hoje pensando na sua permanência na próxima Mesa... Isso eu digo num cargo de diretor-geral, porque o cargo de diretor-geral, na verdade, permite uma interação política muito grande inclusive com os Senadores, atendimento, esse tipo de coisa.

Sou favorável, sim. Acho que dois anos é um tempo significativo. Não tenho dúvida de que, com dois anos, vou poder retomar minha vida. É tudo que eu quero.

Banco de horas. Na medida em que nós não vamos pagar mais horas extras da forma como antigamente era feito, nós temos que dar aos servidores uma compensação. E não estamos criando nada, é o que todos os órgãos fazem. Claro que aqui com um cuidado extremamente importante porque nós não podemos permitir que os servidores façam banco de horas de qualquer maneira. Aí entra a supervisão direta do

chefe e uma regra clara, que está para sair a qualquer momento. Nós já estamos trabalhando nisso.

A unificação dos setores já é uma realidade, já funciona.

Fortalecimento do Controle Interno. Para vocês terem uma ideia, antigamente o Controle Interno não tinha acesso à folha de pagamento. Hoje em dia todos os membros do Controle Interno que atuam na gestão de recurso humanos tem amplo acesso à folha de pagamento.

A reestruturação das áreas de aquisições e contratos foi feito.

O planejamento estratégico da Comunicação Social, da Secretaria-Geral da Mesa, da Diretoria de Recursos Humanos; um plano diretor de tecnologia da informação. Isso tudo foi feito.

Agora queria, finalizando, trazer algumas considerações e, propositadamente, Senador, eu não trouxe uma proposta da Diretoria-Geral. Eu acho que isso já está mais que discutido em todos os projetos que estão em pauta. O que eu trouxe são situações que precisam ser pensadas, para que a gente avance no modelo que precisa ser implementado. O PRS aponta órgãos de assessoramento, o relatório da CCJ também. As secretarias-gerais nos dois projetos continuam a mesma: uma geral da Mesa, uma geral de administração.

O que varia entre os dois projetos? São as definições do que é estratégico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A CCJ, a senhora quer se referir ao parecer do Senador Tasso Jereissati?

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Ao relatório, desculpe-me. Ao relatório do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado.

A SR^a DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Desculpe-me, Senador. É o relatório do Senador Tasso Jereissati.

No PRS se pontuou como órgãos estratégicos a Comunicação Social, o Centro de Documentação e Informação, o Prodasen e uma área de gestão de pessoas.

No relatório da CCJ, apenas Comunicação Social e Secretaria de Gestão do Conhecimento.

Eu queria aqui voltar a insistir que a reforma aponta para o futuro. Nós vivenciamos uma centralização que não é saudável. Hoje a administração é participativa, é colegiada. Gestão de pessoas é uma área importante. Ele permeia toda a estrutura organizacional. Ele precisa ter voz. Ela precisa ser ouvida.

O Prodasen trabalha com tecnologia da informação; não é mais fornecedor de equipamento. Tecnologia da informação é estratégico em qualquer local de atuação. É isso que eu queria que fosse realmente objeto de reflexão. Eu me preocupo com essa reforma que dá traços e contornos de situações passadas, situações vivenciadas. Espero e torço para que tenhamos uma reforma que nos coloque ao lado de órgãos que já trabalham e bem com esse conceito de órgão estratégico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– A senhora então defende o PRS 96?

Defendo alguma coisa entre o PRS 96 e a proposta da subcomissão presidida pelo Senador Tasso Jereissati. Acredito que com pequenos ajustes na proposta do Senador Tasso ficaremos entre o PRS e a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – No caso, por exemplo, a consideração do Prodasen e da gestão de pessoas como órgãos estratégicos. É um exemplo do PRS que a senhora considera positivo?

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Eu considero positivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Algumas unidades do Senado como o próprio Senado, a Gráfica e o Prodasen, tinham unidades diferentes de RH, compras, financeiro. É isso?

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – É isso mesmo, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Dentro do mesmo Senado...

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO –

Dentro do mesmo Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– nós tínhamos unidades desvinculadas...

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – É isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Cada uma com uma política, cada uma...

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO –

Inclusive com interpretações diferentes da aplicação das normas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Isso foi unificado?

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO –

Foi unificado, sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Os cargos foram reduzidos?

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO –

Os cargos, não. Entra aí a seguinte questão. A unificação se deu por ato do Primeiro Secretário. O que aconteceu? Nós trouxemos algumas pessoas, não

foram todas, que trabalhavam nessas áreas, trouxemos para dentro do Senado. Não houve redução de função. Não houve. Mas houve unificação do trabalho. Isso aconteceu. Houve redução também na Gráfica, que chegou à conclusão de que o quarto turno dela não seria mais necessário. Então, se extinguiu o quarto turno da Gráfica. A redução das funções, Senador, ainda não foi feita.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Por parte da Casa foi feita alguma avaliação da efetividade e dos resultados de alguns órgãos da Casa, por exemplo, o ILB, o Interlegis, o Centro de Estudos que tem a função, a tarefa de qualificar os profissionais da Casa a respeito da efetiva necessidade, se estamos formando, qualificando profissionais da Casa ou se estamos gastando e dispensando energia com outras tarefas que não as do Senado, como eventualmente – é minha visão pessoal – formando funcionários de câmara municipal etc.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Senador, eu enxergo claramente a seguinte situação: são partes de um mesmo corpo. Cada um tem um papel.

O senhor trouxe o exemplo da área de treinamento, e nós temos o exemplo da Gráfica. Nós temos o Conselho Editorial, temos a Gráfica e temos Edições Técnicas. Se o senhor pegar as partes e montar, o senhor tem um corpo, mas por disfunções burocráticas e disfunções ocorridas ao longo do tempo, eles têm vida própria. Aí entra a parte mais fácil do processo – eu imagino –: é juntar. É definir o papel de cada um e aí se tem o todo.

A questão do treinamento do Senado, eu concordo com o senhor. Daí a preocupação de, em dois meses à frente da Diretoria-Geral, já estar com a minuta de política de capacitação para os servidores do Senado e gabinetes parlamentares.

Essa minuta vai ser agora objeto de discussão com todas as áreas do Senado. A ideia é que, uma vez aprovada anualmente a política de capacitação, isso passe a ser gerido de forma administrativa. Eu digo que é típico da nossa história no Senado Federal discutir e levar para a Comissão Diretora ou para as autoridades, para o Presidente do Senado, por exemplo, para o Primeiro-Secretário, decisões que têm caráter administrativo, que nós temos que responder por elas. Se eu tenho uma política de capacitação aprovada uma vez por ano, a responsabilidade de gerir esse processo é meu e dos diretores. Quer dizer, é do Diretor-Geral e do dos diretores de área.

Eu digo ao senhor o seguinte: minha grande meta é trabalhar com a unidade custo. Quando nós tivermos a maturidade de saber quanto nós custamos e que um gerente pode, pela gestão do seu... Não digo gestão

do orçamento, mas o gerente tem que saber quanto ele custa para a Instituição. Ele tem que ter capacidade de priorizar o que é importante para unidade dele. Se eu tenho uma programação de custo aprovada e de repente os orçamentos precisam ser reduzidos, nós sofremos um corte orçamentário, eu pego o orçamento daquela área para curso submeto ao diretor e digo: priorize. Isso não fica a critério da administração central. É essa consciência, essa maturidade profissional de gestão que temos de construir no Senado.

Já discutimos a questão do realinhamento estratégico gestão de pessoas e tecnologia da informação. Eu queria trazer para os senhores uma informação... A grande discussão sobre se é polícia ou é segurança, nós perdemos esse bonde. Nós acabamos de aposentar um número significativo de policiais por aposentadoria especial. O Acórdão do TCU 2943, de 2010, concedeu aposentadoria especial aos policiais do Senado. A Súmula 397 do STF reconhece a polícia do Senado. Isso é fato; não é mais discussão. Se o papel deles não é de polícia e é de segurança, nós temos de encontrar uma forma de acomodar isso aqui dentro.

Serviço médico, sistema integrado de saúde.

Aqui cabe esclarecer, lembrar que os servidores do Senado contribuem para o nosso plano de saúde. É um sistema híbrido: o Senado assume uma parte patronal e o Fundo de Reserva do SIS, com o dinheiro arrecadado mensalmente pelos servidores formam a nossa reserva financeira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Que percentual é bancado, financiado, pelo Senado e que percentual é bancado, financiado, pelos servidores?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO –

Ele foi criado para ser duas contribuições do Senado para cada uma dos servidores. Hoje já não está sendo mais assim, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Estamos como?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO –

Quando nós chegamos, por exemplo, Senador, para o senhor ter idéia, no ano passado em julho, o orçamento do Senado para atendimento de servidores, para atendimento de saúde já estava esgotado, e nós tivemos que fazer uso do Fundo de Reserva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sendo um para um?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO –

Talvez um pouco menos, não é Marques? Eu posso, depois, verificar isso.

Eu quero aqui dizer aos senhores que esta é outra preocupação absurda da administração: como é que nós gerimos um plano de saúde para dezoito mil

usuários, com mão de obra terceirizada, com estagiário? Sabe por quê? Nós nunca vamos ser bons em gerir plano de saúde porque, por mais que a gente se preocupe com a saúde da gente, não foi para isso que nós fomos contratados no Senado. Preocupa. Estou, Senador, conversando com a Senadora Marta Suplicy, que é a presidente do nosso conselho, para nós criarmos um grupo de trabalho para repensar o plano de saúde. Preocupa-me do ponto de vista orçamentário. A saúde é muito cara. E tudo que nós não queremos, enquanto servidores do Senado, é perder essa conquista. Se nós temos que aumentar nossa mensalidade, se temos que rever o modelo, vamos trabalhar. O que a gente não pode é ficar parado assistindo ao que estamos assistindo no SIS;

Bom, além disso o atendimento aos Senadores. Há uma discussão do tamanho do Serviço Médico. Foi muito bem recebido o plantão de final de semana ser extinto. Trouxe uma economia significativa para o Senado. Realmente é uma medida que há muito se discute, inclusive pela frequência, pela procura do atendimento, porque as pessoas que têm SIS, se passam mal, normalmente vão para o hospital, não vêm ao Serviço Médico.

Nós temos um problema real quanto ao plantão de semana, dos dias de semana, porque a Gráfica tem um terceiro turno, e, tendo um terceiro turno, por lei, temos que ter um plantão médico para atender os servidores, caso aconteça alguma coisa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Dr^a Dóris, há informação, no relatório do Senador Tasso, de que nós temos mil ocorrências por ano no interior das dependências físicas do Senado, o que daria, em tese, três ocorrências por dia, ou menos, porque você não tem sábado, não tem domingo e tem uma redução do fluxo de pessoas nas sextas e segundas, e assim por diante.

Nós temos uma estrutura física da Segurança dimensionada para quantos trabalhadores hoje?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Estrutura física...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – De recursos humanos... Quantos trabalhadores temos? Policiais, enfim...

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Quantos seguranças?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Isso.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – São quatrocentos e poucos cargos, dos quais cento e... Vou lhe dar um número.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Em desvio de função, não é isso?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – É, Senador.

Eu até tinha pensado em projetar isso. Era uma transparência interessante.

Deixa eu ver. Policiais... São quatrocentos e tanto.

Policial Legislativo. São 284 ocupantes, 380 cargos... Quer dizer, consolidado em abril de 2011. São 380 cargos de policiais, dos quais 284 estão ocupados. Desses 284, em exercício na Polícia são 174, parece-me. Os outros estão em desvio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O que justificaria a não necessidade dessas vagas todas, em tese?

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Eu tenho discutido isso muito com o Diretor da Polícia e digo ao senhor que me incomoda chegar ao Senado de manhã e ser recebida no estacionamento por aqueles terceirizados que costumam chamar de “guardetes”. E na portaria somos recebidos por esses funcionários terceirizados. O argumento usado pela Polícia para justificar a necessidade, inclusive, de mais, da contratação de mais policiais é que eles cumprem 24 horas de trabalho, porque eles têm que manter a guarda de todo o parque arquitetônico. Então, eles conseguem demonstrar, num modelo matemático, cumprindo as escalas, isso, aquilo e aquilo outro, que eles estão defasados do ponto de vista de efetivo.

Até, Senador, eu digo ao senhor o seguinte: se nós conseguíssemos que o policial de carreira fizesse as atribuições que hoje são delegadas aos funcionários terceirizados, talvez nós tivéssemos um ganho, inclusive, de que algumas vezes nós passamos por situações do tipo de um Senador, por exemplo, ser barrado porque a pessoa que está naquele dia não reconheceu que se tratava de um Senador. Isso é uma preocupação real.

Eu acho que a gente precisa pensar nisso e encontrar o equilíbrio desses números.

Bom, prometo que nós estamos acabando. As reformas, os projetos requerem também um problema de padronização, mas isso são situações que eu tenho certeza de que, na revisão, vão ser vistas.

Nós temos situações como secretaria; em secretarias são gabinetes administrativos, e, em departamento, nós temos serviço de apoio administrativo.

Comissão, eu queria lembrar que nós hoje nos deparamos com uma situação interessante, nós temos uma Comissão Permanente de Gestão de Contrato, ela é necessária para essa quantidade de contratos que o Senado tem e que, infelizmente, ainda terá por algum tempo, porque não se sai desse modelo de um momento para o outro.

Temos comissões que tem previsão legal, como a Comissão Permanente de Promoção, a Comissão Permanente de Licitação, que precisam de um amparo na reforma. Por quê? Não sei se necessariamente criando estruturas, porque, ao criar estruturas, você multiplica as necessidades, mas reconhecendo a função, reconhecendo a função de pregoeiro, reconhecendo a função de membro de presidente da Comissão de Licitação. Isso é necessário incluir no projeto, Senador, isso realmente faz falta, e a gente lida com um problema sério hoje em dia.

Eu queria concluir, dizendo apenas o seguinte: qual é o Senado que nós queremos?: Esta pergunta se faz muito aos Senadores: qual é o Senado que os senhores querem? Eu acho que está muito bem colocado que o Senado que se quer é o Senado da modernização administrativa, da gestão administrativa profissional, o Senado da consolidação, da transparência, da substituição dos processos mecânicos por eletrônicos, da formação continuada de servidores, da profissionalização dos gerentes, da interatividade das redes sociais, da aproximação com o cidadão brasileiro.

Eu tenho muita esperança de que o Programa de Gestão por Resultado, uma ferramenta administrativa, que, em parceria com a Secretaria-Geral da Mesa....E isso muito bem colocado pela seguinte questão: a forma de medição dos desempenhos são diferentes.

Cláudia Lyra colocou isso muito bem. Não dá para se medir desempenho da Secretaria-Geral da Mesa sob a mesma ótica que se mede da nossa área administrativa, mesmo que ela seja uma unidade administrativa – e é.

Nós acreditamos que, brevemente, daqui a provavelmente quarenta dias, nós vamos ter o primeiro produto desse trabalho, e esse trabalho vai permitir que a gente trabalhe treinamento, que a gente defina onde as competências do Senado não estão esclarecidas e aquelas unidades que fazem trabalhos de outra, Senador. É um grande diagnóstico.

Acho que vai nos trazer a segurança de que precisamos aí para avançar a curto prazo. Nós vamos trabalhar com o conselho de governança – é outro conceito administrativo moderno, necessário, nós temos que avançar nisso, e insistir na sinergia, na sinergia no sentido da busca do todo pelo produto comum, a gestão participativa, a interatividade e a busca pelo modelo ideal para o Senado.

Eu agradeço aos senhores e fico à disposição.

Gostaria apenas de dizer que eu estou encaminhando um relatório formal, Senadores Presidente e Relator da Comissão, um relatório da Diretoria-Geral com todas as informações e com os pontos que nós acreditamos ser importantes. Estamos encaminhando

a cada área subordinada à Diretoria-Geral um comparativo entre o projeto de resolução e o projeto da subcomissão, pedindo aos diretores que justifiquem o que deixou de existir em um e outro e que sustentem a posição deles.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Se nós pudéssemos incorporar – e eu queria requerer à senhora isso –, além de uma comparação entre o projeto da CCJ, digo, do Senador Tasso e da Resolução nº 96, que nós pudéssemos fazer uma comparação para a atual conjuntura. Porque nenhuma dessas duas resoluções está vigendo. O que está vigendo...

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – É a estrutura atual.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...é a estrutura atual. Então, se pudéssemos ter, e acho que podemos ter, um quadro que compare a estrutura atual, a PRS nº 96 e a proposta do Senador Tasso, aí teríamos um quadro comparativo. Isso seria muito importante.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Nós podemos sim. Nós podemos fazer isso e encaminhar à Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dóris, eu preparei uma sequência de perguntas assim muito objetivas, e talvez esse quadro que a senhora preparou, mas não mostrou, responda. Mas eu vou aqui fazer, se a senhora me permite, dez perguntas bem objetivas e vou dar para a senhora. Quem sabe, a senhora, com esse quadro, possa responder, ou, se a senhora avaliar que será melhor responder depois, por escrito, eu agradeço. Mas vou formular as perguntas – está bem, prezado Senador Ricardo Ferraço?

Quantas e quais são as secretarias, subsecretarias, coordenações, serviços e sessões hoje existentes no Senado Federal? Vou passar depois para a senhora.

Quais são as vinculações de subordinações desses órgãos? Por exemplo: quais são as secretarias, subsecretarias, coordenações, serviços e sessões subordinados à Secretaria Geral? Aí quem sabe, em seguida, a Drª Cláudia possa responder também.

Quais são as funções comissionadas e cada um dos titulares responsáveis por esses órgãos?

Quais são as atribuições e responsabilidades de cada um desses órgãos?

Qual é o número de servidores lotados em cada um desses órgãos?

Qual é o número ideal de servidores para cada um desses órgãos e quais as justificativas para esses números?

Quando e que norma legal criou cada um desses órgãos?

Quanto custa cada um desses órgãos, especificando por tipo de despesa: pessoal, corrente e investimento?

A administração dispõe de estudos que permitam visualizar e justificar a transição da atual estrutura da Casa para a proposta constante do PRS nº 96, de 2009?

Existe algum planejamento estratégico acerca dos objetivos e metas que deverão ser atingidos pelos diversos órgãos da Casa? Em caso positivo, quem elaborou e quando foi aprovado?

E, ainda, uma questão de natureza geral sobre um dos pontos que a senhora aqui coloca, a consolidação da transparência, este ponto que a senhora, em alguns momentos, ressaltou como muito importantes.

Acho que o Senado Federal avançou bastante nesses últimos dois anos, inclusive por causa da crise havida em 2009, no que diz respeito à transparência, como o Portal da Transparência, e assim por diante. Eu inclusive apresentei um projeto de resolução que especificava que deveríamos ter a transparência total no que diz respeito a todos os servidores lotados no Senado Federal, por lotação, inclusive eu tinha colocado a respectiva remuneração para ser colocada no Portal da Transparência.

Quando aqui foi apreciado, votado e aprovado, o Relator, então, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, tendo ouvido alguns servidores e seus representantes, avaliou que a divulgação do salário de cada servidor poderia ser considerado inadequado, ainda que eu fosse a favor. Queria lhe perguntar. Qual é a sua avaliação sobre esta proposta se, eventualmente, na avaliação da senhora, constituiria algo inadequado. Vou lhe dizer que quando fui presidente da Câmara Municipal de São Paulo eu resolvi com a direção da Mesa divulgar a remuneração de todos os servidores da casa. Naquela época, como não havia Internet como hoje, era nos anos 89, 90, estava no início a utilização da Internet, a divulgação foi para o Diário Oficial. Ainda que alguns servidores, certo dia, tivessem me procurado e dito: imaginem que o senhor quer divulgar a remuneração de cada um de nós. Imagine o que vai acontecer porque diversos servidores aqui foram casados e sua ex-mulher vai saber ou coisa assim. Eu disse: mas isso é um direito delas. Mas diante daquelas observações solicitei a dois juristas, os professores José Afonso da Silva e Godofredo da Silva Teles para encaminharem um parecer. Ambos encaminharam um

parecer onde diziam que como eram pagos pelo povo era direito do povo saber e, daí, a Mesa Diretora e eu próprio resolvemos divulgar com o propósito, tal como ocorreu aqui, naquela época tinha ocorrido uma situação crítica na Câmara Municipal, dentre as quais em que medida todas as pessoas efetivamente estavam trabalhando ou não, e o propósito foi que cada pessoa, servidora da casa, pudesse transmitir a quem quisesse saber a sua responsabilidade no que diz respeito a sua função e remuneração, assim como, naquele caso, os vereadores tinham a sua remuneração tornada pública, assim como os Senadores têm a sua remuneração e eventuais benefícios todos de conhecimento da população. Também agradeceria se a senhora opinar sobre aquela proposição, segundo mesmo que o projeto de resolução, então, seja considerada na forma como foi aprovada na Comissão de Justiça, mas ainda não votada, que eu saiba, no plenário do Senado, que ela foi aprovada pela CCJ e foi para a Mesa Diretora. A Mesa Diretora ainda não a encaminhou para ser votada no Senado, está na relatoria.

A pergunta é bastante relevante porque a Mesa Diretora como parte do objetivo de transparência, e quero ressaltar que quando eu apresentei essa proposta e naquela forma original, o próprio Presidente José Sarney, em pronunciamento, disse publicamente que ele era favorável à proposta, que foi aprovada, da maneira como descrevi, na CCJ.

A avaliação da senhora é importante até para que o relator na Mesa Diretora possa ter os elementos de recomendação que a senhora puder nos fornecer. São duas partes. Se a senhora avaliar que essas perguntas podem ser encaminhadas depois, porque serão muito úteis para o nosso relator, Senador Ricardo Ferraço, então, pode responder posteriormente.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Parte das perguntas foi respondida no requerimento que foi feito e que, hoje, foi encaminhado à Comissão. Mas, por exemplo, sobre quantas e quais são as secretarias, as subsecretarias, os setores de coordenação e de serviço e as sessões do Senado hoje, não tenho esse número. Há 171 diretorias no Senado, secretarias e subsecretarias. Se o senhor me permitir que eu encaminhe isso por escrito, eu o farei rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem! Ótimo!

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Quanto à segunda parte, o senhor se refere à disponibilização dos salários das pessoas no Portal da Transparência. Parece-me que é isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Veja só: uma possibilidade seria a de se colocar que Fulano de Tal trabalha em tal lugar, na Diretoria-

Geral ou no gabinete do Senador Suplicy, por exemplo, tem tal função, trabalha no gabinete em Brasília ou no escritório do Senador em São Paulo, se fosse o meu caso. Com isso, seria identificado. Além disso, poderia haver ou não a remuneração individual do funcionário, segundo o que registra a folha. Há outra possibilidade que foi aprovada: que esteja registrada, sim, a relação de todos os servidores, onde eles trabalham, sejam os que trabalham no espaço físico do Senado, sejam os que trabalham, como permite hoje a resolução vigente, no lugar onde reside o Senador – ali estaria dito que essa pessoa trabalha lá. O que estará no Portal da Transparência – isto é o que foi aprovado – será a seguinte especificação: para a função tal, a remuneração é tal, mas sem identificar o nome.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Isso é o que foi aprovado. Eu tinha proposto a outra forma, mas peço sua opinião sobre as duas formas.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Pois não. Anualmente, em agosto, parece-me, disponibilizamos, publicamos no DOL a nossa estrutura salarial e também a estrutura das funções. O Portal da Transparência também já traz hoje o nosso quadro de função e a nossa estrutura salarial. Não há uma ordenação do tipo: no gabinete do Senador x, há um chefe de gabinete que ganha tanto ou um subchefe que ganha tanto. Mas todas essas funções estão públicas. O que varia é o salário individual das pessoas, aquela relação que ele construiu, ao longo de sua vida, no desempenho do seu emprego. Isso não está disponibilizado. E aí, se o senhor me permitisse, eu preferiria que realmente não o fosse. Eu não me sentiria bem. Digo ao senhor que sou casada há 36 anos, e meu marido não sabe quanto eu ganho. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É um argumento forte.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – É um argumento forte, Senador. Penso que é importante ser esclarecida a estrutura salarial. Acho que meu marido vai me matar, mas esse é um fato. Esse é um respeito à individualidade das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas, se seu marido se tornar Senador, a senhora vai saber o quanto ele ganha.

A SRª DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Disso eu vou saber.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E, se a senhora se tornar Senadora, isso também acontecerá, ou seja, ele vai ficar sabendo o quanto a senhora ganha.

A SR^a DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – É verdade. Mas, hoje, isso está disponibilizado. Todo ano, publicamos no DOL a nossa estrutura salarial, a nossa estrutura de cargos. E, se alguém se der ao trabalho de identificar a pessoa, o chefe de gabinete ou a diretora-geral do Senado, ele vai ver que a função que essa pessoa ocupa é x e que ela, sendo analista, tem um determinado salário. Vai haver uma variação. Por exemplo, podem ser vinte e sete anos de trabalho no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por causa do histórico. Muito bem! Eu até lhe agradeceria depois. A Dr^a Cláudia Lyra e a senhora mesma poderão dizer à Comissão Diretora que eu gostaria de ver o projeto.

Eu gostaria de ver o projeto apreciado e votado pelo plenário, dessa forma mesmo que a senhora colocou. Eu acho que fica assim definido claramente que o Senador votou mais uma medida para evidenciar a transparência aqui, inclusive para que se tenha divulgado no portal da transparência a relação completa de todos que aqui trabalham, as suas respectivas funções, e se alguém, portanto, quiser saber o grau de remuneração, pelo menos aproximado da pessoa, ela então, terá a função tal, que corresponde a tal remuneração. Isso é um dado importante.

Já o histórico de cada um fica para somente a senhora contar para o seu marido, quando assim decidir. *(risos.)*

Prezado Senador Ricardo Ferraço, tem mais alguma pergunta para a Dr^a Dóris?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Me dou por satisfeito. Apenas para agradecer a forma sincera e franca com que a Dr^a Dóris expressou aquilo que pensa, e a própria coragem que teve de fazer uma avaliação crítica, na condição de servidora efetiva desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

A Senhora está convidada a assistir agora a Dr^a Claudia.

A SRA. DÓRIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, passamos a palavra a Dr^a Claudia Lyra do Nascimento.

Apenas pergunto ao Senador Ricardo Ferraço e a Dr^a Claudia, dado que o depoimento da Dr^a Dóris foi mais prolongado que o previsto, mas de grande riqueza de informações o seu depoimento, pergunto se seria o caso de marcarmos um horário, por exemplo,

para amanhã. Eu me disponho, mas aqui consulto a ambos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acompanho o Presidente, se esse for um ponto de convergência entre o senhor e a Dr^a Cláudia. Da minha parte não há nenhum problema fazermos amanhã, com mais calma, de modo a que pudéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Talvez seja mais produtivo, porque foi tão rico...

Então, vamos aqui decidir o horário para amanhã. Está bom o horário em que começamos hoje, às 18 horas e 30 minutos? A senhora tem previsão se será demorada amanhã a Ordem do Dia?

A SRA. CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO – Temos a medida provisória na pauta e alguns requerimentos que estão dependendo do debate sobre a Medida Provisória 511, que é do trem de alta velocidade. Essa é a medida, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero propor que façamos a reunião amanhã, às 18 horas e 30 minutos, se já tiver sido encerrada a Ordem do Dia, ou se por ventura não tiver sido encerrada, algo após a Ordem do Dia, se for após às 18 horas e 30 minutos, porque a Dr^a Claudia tem que estar presente, e nós também, na Ordem do Dia. E assim nos poupamos hoje de sobrecarregarmos demais a todos que estão aqui. Está bem assim?

E a Dr^a Dóris está convidada para assistir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na reunião anterior eu fiquei de formalizar um requerimento aos Srs. Ministros do Tribunal de Contas da União, Ministro José Múcio Monteiro e Ministro Raimundo Carreiro, que são relatores de processos relacionados à inspeção que foi feita aqui no Senado da República. Estou formalizando o requerimento para que nós possamos processar a demanda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Submeto, então, à apreciação da Subcomissão o requerimento para ouvirmos os Ministros do Tribunal de Contas da União José Múcio Monteiro e Raimundo Carreiro, para discorrerem sobre os pareceres aos referidos processos que têm como objetos as auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União, em contratos celebrados pelo Senado Federal e na folha de pagamento de pessoal do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, nós nos reuniremos amanhã outra vez às 18 horas e 30 minutos. Peço à secretaria da comissão que avise todos os nossos membros.

Muito obrigado, Dr^a Cláudia.
Até amanhã.

(Levanta-se a reunião às 20h45min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

**ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR-
TE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL
DE 2011.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e um minutos do dia treze de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, João Ribeiro, Magno Malta, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Marinor Brito, Waldemir Moka, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, José Agripino, João Vicente Claudino e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 8/11-CE, de autoria da Senadora Lídice da Mata e nº 10/11-CE, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Marisa Serrano, destinados a discutir o tema **“A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol no Brasil nas diversas modalidades de mídia”**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, dos Senhores Deputados Federais Jonas Donizette (PSB/SP), Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; Romário (PSB/RJ), 1º Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; Ribamar Alves (PSB/MA); Danrlei de Deus (PTB/RS); Valadares Filho (PSB/SE) e Carlaile Pedrosa (PSDB/MG). Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Andrés Navarro Sanchez, Presidente do Sport Club Corinthians e o Senhor José Francisco Cimino Manssur, Assessor Especial da Presidência do São Paulo Futebol Clube**. Finda

a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na reunião. Usam da palavra as Senhoras Senadoras Lídice da Mata, Marisa Serrano e Ana Amélia – autoras dos Requerimentos; os Senhores Senadores Alvaro Dias, Marinor Brito, Wellington Dias e Magno Malta e os Senhores Deputados Federais Jonas Donizette, Danrlei de Deus e Ribamar Alves. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, e submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores que concordam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende aos requerimentos de autoria da Sr^a Lídice da Mata, de autoria das Sr^{as} Senadoras Ana Amélia e Marisa Serrano para realização de audiência pública destinada a discutir o tema “A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol no Brasil nas diversas modalidades de mídia”.

Os nossos representantes do São Paulo e Corinthians já estão à Mesa. Os representantes do Flamengo e do Coritiba do Paraná haviam confirmado a presença e cancelaram à última hora.

O presidente do Bahia também não confirmou a presença.

O presidente do Grêmio manda um ofício dizendo que está indo a um encontro em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

O presidente do Flamengo me deixa em uma situação estranha porque ele havia confirmado, e o ofício diz que não vem em decorrência de compromissos anteriormente apazados. Pela lógica, o compromisso anteriormente apazado era com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado da República.

Em todo caso, temos aqui a presença dos representantes do São Paulo e do Corinthians.

Explico as dificuldades que temos em fazer audiências públicas porque o Senado está com onze comissões temáticas, com os mesmos membros; algumas delas funcionando simultaneamente. Além das comissões temáticas, as comissões estão criando subcomissões para determinados temas. Então, estamos com um problema funcional muito sério que acredito que a Mesa do Senado devia resolver de uma vez por todas, propondo uma alteração do Regimento.

Aqui, das Senadoras que requereram audiência, temos a presença da Marisa Serrano e da Senadora Lídice da Mata. A Senadora Ana Amelia provavelmente saiu por alguns instantes porque foi chamada para dar quórum em alguma outra comissão.

Senadora Marisa, uma sugestão sua e da Senadora Lídice, pela ordem: trinta minutos para cada representante de clube, em primeiro lugar fala quem? Democraticamente.

O representante do São Paulo me disse que trinta minutos era muito pouco para o que ele tinha a dizer. Disse que o São Paulo é um clube intelectualizado, que se coloca num patamar cultural superior ao do Corinthians. É uma afirmação com a qual não posso concordar nem discordar, mas simplesmente relatar a vocês.

Começamos então pelo Corinthians. Com a palavra Andrés Navarro Sanchez, presidente do Corinthians.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para registrar a presença em plenário do Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado Donizete.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Que é nosso convidado e que, igualmente aos Srs. Senadores, utilizará a palavra. É um compromisso que eu havia assumido com a Câmara: todos os Deputados presentes terão a oportunidade de participar da audiência pública, em igualdade com os Senadores.

Presidente Sanchez, com a palavra.

O SR. ANDRÉS NAVARRO SANCHEZ – Bom dia a todos! Em nome do Senador Roberto Requião cumprimento todos os Senadores, autoridades aqui presentes e convidados; logicamente o São Paulo é mais intelectualizado, mas nós somos a maioria em todos os segmentos, viu Senador? Em todos, dos bons e dos ruins. O Flamengo deve ter duas ou três pessoas a mais que nós, só. Mas não.

Sinto-me honrado por ser convidado a vir a este Plenário. Logicamente, preferia, gostaria de ter vindo

por outros meios, mas me sinto muito honrado com isso. Vou ser claro e rápido porque é o negócio da televisão, os direitos.

O Corinthians, desde que o assumi em 2007, venho questionando a situação do Clube dos 13, questionando porque acho que o Clube dos 13 deixou há muito tempo de representar realmente os clubes naquilo que se previa, que não é só a cada três anos negociar as mídias e, sim, ver a lei trabalhista, ver os problemas de aposentadoria do jogador de futebol, os problemas de concentração, de jogar só no final de semana – praticamente todo final de semana, sem um domingo livre com a sua família. Acho que o Clube dos 13 tinha outros assuntos muito mais relevantes para discutir que simplesmente a cada três anos a televisão.

Desde que entrei como presidente de clube, logicamente, quero o maior valor possível para o meu clube, independente de redes ou de mídia, e vimos há anos brigando por isso. Este ano deu toda essa confusão, e não vou ser hipócrita de deixar de dizer que obviamente tem um pouco de política também, porque teve uma eleição e, pela primeira vez, o Clube dos 13, em 20 anos, rachou, ficou uma eleição dividida. Isso também afeta um pouco todo o relacionamento, mas o grande motivo era realmente a mídia. E o Corinthians, um ano e meio atrás, pediu questionamento de contas prestadas pelo Clube dos 13 ao Corinthians, que é um dos fundadores. E demorou muito para vir; quando veio, pelo fato de o Corinthians não concordar com os passivos, essas coisas que têm lá, decidi retirar-se do Clube dos 13, o que vai se confirmar agora pelo estatuto que eles fazem, que ninguém entende, porque posso me filiar na hora que quiser, mas para se desligar tenho que pedir e depois esperar 60 dias. São coisas meio arcaicas que ainda existem no futebol, principalmente numa associação, mas agora, no dia 21 de abril será confirmado que estará fora do Clube dos 13.

Automaticamente, comecei a negociar com as televisões e com as mídias sozinho, pelo clube, porque no Clube dos 13 tem uma divisão de cinco clubes que ganhavam: São Paulo, Flamengo, Corinthians, Palmeiras e Vasco ganhavam o mesmo valor, e estavam colocando o Santos junto – seriam seis times – e depois vinham as outras categorias. E as diferenças eram muito grandes. Eu achando que negociando sozinho, obviamente, pelo fato de o Corinthians ser um clube de massa, que mais mídia dá, que mais ibope dá, conseguiria muito mais valor. Mas também acho que não podemos virar uma Espanha, uma Inglaterra, uma Itália, que só têm dois, três times campeões por ano. Futebol se faz com dinheiro. Para ter grandes jogadores, se não tiver dinheiro, não tem time de futebol. E cada dia está ficando mais caro. Decidiu-se então

fazer uma porcentagem muito menor, uma diferença bem menor de um para outro e acho que os clubes, individualmente, estão conseguindo isso.

E o Corinthians negociou sozinho. Eu sentei três horas com a Rede Record, duas vezes; sentei com a Rede TV; sentei com o Terra; sentei com todas as mídias que estavam lá na tal da licitação.

Na tal da licitação, que foi um dos motivos que nos levaram a não concordar, tinha, primeiro, que pagar, num contrato que dizem de cerca de R\$1.200 bilhão, 3% a 4% para a comissão, para a administração do Clube dos 13. Então, estamos falando em R\$40 milhões. Para ter 10, 12 funcionários, é um absurdo! Fora isso, estavam exigindo carta de fiança bancária. Uma carta de fiança bancária, no mercado normal, custa de 5% a 8%. E tudo isso ia sair dos clubes. Os clubes iam deixar. A Rede Globo pagava 25 anos e nunca teve problema de atraso por não pagar. E acredito eu que se ganhasse a Record, a Rede TV ou a Gazeta, quem fosse, também não deixaria de pagar. E nós não concordamos com isso e fomos negociar. Negociamos e o Corinthians, há um mês e meio, fechou com todas as suas mídias, com a Rede Globo de Televisão e com a GLOBOSAT, ouvindo todas as outras que nos procuraram, o melhor contrato da história do futebol brasileiros entre os seis maiores do mundo.

Então eu acho que temos que ter associações etc. mas que trabalhem não só para a cada três anos discutir um contrato de televisão, como também as leis trabalhistas, que, volto a dizer, o futebol tem muitos problemas com concentração, jogador só joga no domingo, não consegue jogar registrado mais que 17 ou 18 anos, não consegue se aposentar. E a gente fala de um Ronaldo, de um Luiz Fabiano no São Paulo, de um grande jogador que ganha fortunas, mas 95% dos jogadores de futebol no Brasil, Senador, não ganham dois salários mínimos. E isso é um problema muito grave. Tudo isso o Clube dos 13 tinha que brigar, tinha que lutar por isso. Porque todo mundo vê um Ronaldo, um Luiz Fabiano, um Rogério, esses são exceções, são 5% do futebol brasileiro. O Clube dos 13 tinha que deliberar por isso.

Esse foi um dos motivos pelos quais ele se retirou do Clube dos Treze e eu estou aqui à disposição. Qualquer pergunta eu respondo sobre televisão que o Corinthians já assinou, foi o sexto ou sétimo time a assinar com a televisão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Com a palavra o Sr. Francisco Mansur, representando o São Paulo Futebol Clube..

O SR. FRANCISCO MANSUR – Bom dia a todos, bom dia Presidente, bom dia Presidente Andrés,

bom dia Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, público presente.

O São Paulo não se considera intelectualmente superior e nem se considera superior em nenhum aspecto a nenhuma outra equipe, mas também não se considera inferior a ninguém. São Paulo luta para se afirmar, porque o São Paulo surgiu depois, São Paulo é um clube da década de 30. Quando o São Paulo surgiu, na cidade de São Paulo, havia dois grandes clubes de futebol, o Corinthians e o Palmeiras, que tinham surgido nas décadas anteriores. Houve um tempo – para quem conhece essa história do futebol – em que se dizia que para o São Paulo ser campeão, Senadora, a moeda tinha que cair em pé, tamanha era a preponderância dos outros dois grande clubes da cidade. Então, o São Paulo lutou desde a sua fundação pelo direito de existir. Numa cidade você ter três clubes grandes, você ser o terceiro, você tem que lutar para existir, depois construir seu estádio, hoje há uma torcida grande, tem crescido muito como instituição. Talvez, por essa origem histórica do São Paulo, por essa história que o São Paulo teve que trilhar para estar aí como clube grande até hoje. O São Paulo mais recentemente, eu acompanho o São Paulo sempre – mais recentemente, eu acompanho mais de perto há pouco tempo – mas tenho a felicidade de poder dizer que desde o tempo em que eu tenho a oportunidade de participar das coisas do São Paulo, o São Paulo tem procurado adotar uma posição de independência em relação às entidades que comandam o futebol brasileiro. Isso é bom, mas custa muito caro, custa muito caro ser independente. O São Paulo paga um preço caro por não compactuar. E quando não compactuam com certas posturas, certas situações do futebol brasileiro, ter que expor isso publicamente. O São Paulo não tem a pretensão de estar certo em todas essas brigas, mas o São Paulo tem o direito de manifestar sua posição e tem sofrido, tem sofrido por isso. Mas não perde a sua grandeza, não perde o direito de se colocar ao lado dos outros grandes clubes do futebol brasileiro.

Eu acho, Presidente, que a contribuição que eu posso dar aqui é tratar um pouco do contexto histórico das negociações de TV. Acho que é isso que eu poderia trazer a esta Comissão despretensiosamente para tentar subsidiar o trabalho que V. Ex^{as} pretendem fazer.

As negociações coletivas dos direitos de TV são a tradição do futebol brasileiro. Nem toda tradição representa o que há de melhor, mas neste caso eu vou tentar explicar alguns aspectos positivos disso. Desde a década de 80 que no futebol brasileiro se tem uma prevalência de negociações coletivas, ou seja, os clubes negociam os direitos de TV em bloco. Isso criou no

futebol brasileiro duas situações importantes. Primeiro a valorização do produto, porque é inegável. Desde a década de 80 até esse contrato que nós estamos discutindo agora, que vai valer para os anos de 2012 a 2014, se não me engano, 2012 a 2015, se não me engano, houve uma valorização no montante que a televisão paga para os clubes de algo como mais de 200%. Então, o produto se valorizou muito. Ainda está muito longe do que os clubes, do que o produto futebol mereceria receber, muito longe. Mas, a valorização aconteceu. E outra grande qualidade da negociação coletiva é que ela proporcionou que não houvesse a disparidade entre alguns poucos clubes, o Presidente Andrés mencionou isso. Nós temos um caso muito emblemático na Espanha onde tamanha disparidade entre o que recebem dois clubes, Barcelona e Real Madrid, com relação aos demais faz com que seja praticamente impossível que um outro clube seja campeão espanhol, que não o Barcelona e o Real Madrid.

Enquanto aqui no Brasil a gente tem em cada campeonato uma média de dez a doze clubes que têm reais condições de brigar pelo título. Isso valoriza o produto e faz com que a competição fique acirrada e todos fiquem envolvidos, isso trabalha em favor da democratização da competição.

Muito bem. Isso era regulado por uma entidade que realmente surgiu em 1987, que é o Clube dos 13, que, com algumas graves falhas e alguns acertos, como em toda entidade, foi escolhida pelos clubes para fazer a regulamentação e o fez, até esse contrato. Nós estamos agora na vigência de um contrato de TV que foi negociado coletivamente que vai acabar agora, em dezembro de 2011.

Muito bem. Ocorre que o Cade abriu em 1997 um processo para investigar uma suposta lesão aos direitos de concorrência. E o Cade focou essa investigação em dois aspectos principais. Primeiro, os contratos de TV que os clubes negociavam tinham uma cláusula de preferência, ou seja, a emissora de TV que era detentora do contrato tinha o direito de igualar a maior proposta que o Clube dos 13 viesse a receber. Então, se uma emissora “A” oferecesse ao Clube dos 13 uma proposta de R\$100,00, essa proposta era informada à emissora que detém os direitos – que eu vou chamar aqui de emissora “B” – e essa emissora tinha o direito de igualar ou superar essa proposta para exercer. E a outra situação é que na década de 80, quando isso começou a ser negociado, a gente tinha uma restrição muito grande de mídias. Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mansur, é “B” de Globo, não é?

O SR. FRANCISCO MANSUR – “B” de “G”. A emissora que detém o contrato hoje é a TV Globo,

que, aliás, eu quero deixar uma coisa bastante clara aqui. Todos esses aspectos positivos, a valorização, a veiculação da imagem, a qualidade na transmissão são uma conquista dos clubes e são uma conquista da emissora também. Não dá para chegar aqui e negar que a emissora fez um trabalho importante, porque fez mesmo e, se for o caso, vai continuar fazendo, mas não há aqui nenhuma crítica. Mas existia a cláusula de preferência. O que eu estava dizendo é que na década de 80 a gente tinha uma mídia só praticamente, que era a TV e o rádio, o rádio não se negociava. A partir da década de 80, a gente começou a ter uma diversificação das mídias. Então, hoje a gente tem a *Internet*, telefonia celular, TV fechada, *Pay-per-view*, todos esses produtos passaram a compor aí o cardápio do que se negociaria na transmissão dos direitos de TV. Então, o que o Cade passou a investigar em 1997 – em 1997 essa investigação começou – foi a negociação em bloco das mídias. Muito bem, no ano passado, 2010 a SDE – Secretaria de Direito Econômico – deu um parecer reafirmando que na visão da SDE o direito de preferência e a negociação em bloco de todas as mídias estaria ferindo direito de concorrência. O Clube dos 13 não teve oportunidade de contestar isso, o Clube dos 13 houve por bem na oportunidade assinar um TCC – Termo de Cessação de Conduta, com o Cade, por meio do qual ele se comprometeu em nome próprio a tirar, excluir o direito de preferência – e nisso a TV Globo também anuiu – e não realizar negociação em bloco das mídias relacionadas com a transmissão dos direitos esportivos.

Então, esse é o contexto histórico que precisa ser passado, porque ele que vai nos levar à situação que a gente enfrenta atualmente. Ato contínuo, a Globo também assinou um TCC com o Cade nesse mesmo sentido, autorizando a exclusão da cláusula de preferência e também se comprometendo a realizar a negociação das mídias separadamente.

A partir daí, o Clube dos 13 criou uma comissão formado por Bahia, Santos, Atlético Mineiro e Botafogo, acho que essa divisão aqui – não conheço a fundo – mas acho que essa divisão aqui teve a intenção de fazer representar cada região do País e criou uma comissão e contratou um profissional que seria responsável por fazer as regras do novo perfil do edital de licitação e concorrência, licitação não é o termo certo, porque é uma negociação entre privados, mas o edital da concorrência dos direitos de mídia, de transmissão da TV para os anos de 2011 em diante.

Esse profissional apresentou um trabalho a esta comissão, em que ele subsidiou os conceitos e os parâmetros do que seria um valor razoável, a partir do que ele encontrou num estudo que ele fez, durante

seis meses na Europa e nos Estados Unidos, sobre o que seriam... A grande dificuldade nesse trabalho, senhoras e senhores, é quantificar o valor do produto futebol brasileiro, é saber quanto vale vender para uma determinada TV, para uma determinada veiculadora de internet este produto que se chama futebol brasileiro. Então, o que se procurou fazer – é um dado objetivo – foi estudar os exemplos que aconteciam no exterior. A partir disso, ele apresentou esse edital de concorrência à diretoria do Clube dos 13, que é formada hoje por São Paulo, Flamengo, Internacional de Porto Alegre e Atlético do Paraná. Esse edital foi aprovado tanto na comissão de vendas dos direitos de TV, como depois pela diretoria. A partir daí, houve um movimento de clubes que discordaram dos critérios da licitação. Esse é o contexto histórico. A partir disso, o Presidente Andrés relatou que alguns clubes, como é o caso do Corinthians, passaram a negociar individualmente. O São Paulo não iniciou nenhuma negociação individual e o São Paulo ainda entende que a melhor forma de negociar os direitos de TV seria coletivamente, mas, em se tratando de uma relação entre privados, o São Paulo é obrigado a respeitar a opção que cada clube vier a fazer com relação à negociação. O São Paulo entende que há dois princípios fundamentais que devem ser procurados por todos, porque, apesar de cada clube tratar individualmente da questão, o produto é coletivo. O produto que se vende é o produto futebol brasileiro. Existe uma coisa que costumamos falar nesses cursos de direito desportivo – está aqui o Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, o advogado Luiz Felipe Santoro, que coordena isso já há muitos anos -: a concorrência do esporte, a concorrência do futebol é um pouco diferente da concorrência nos outros ramos de mercado. Vamos supor que cada um de nós aqui tenha uma empresa que vende sabonete. Se todas as empresas que vendem sabonete forem fechadas e só ficar a empresa do Senador Requião, para ele, é o melhor cenário, pois ele vai vender 100% do sabonete do Brasil. Agora, no caso do futebol, é diferente. Se todos os clubes de futebol fecharem e só ficar o clube presidido pelo Presidente Andrés, acabou o futebol. Então, há um produto...

(Interrupção fora do microfone.)

...há um produto que deve ser alimentado, que deve ser aumentado, que deve ser incrementado coletivamente. Então, esse é um princípio que o São Paulo vai sempre defender, para que continuemos mantendo o que há de mais especial no nosso futebol, que é a competição entre vários e não a competição entre dois ou três, como acontece na Itália e na Espanha, como o Presidente Andrés mencionou. A outra questão – aí

cada um vai buscar pelo seu interesse – é tentar buscar o maior valor.

Vou encerrar, Presidente, falando do que falei no começo. O São Paulo está tratando essa questão como uma questão comercial. O São Paulo sofre muito pelas posições políticas que adota. Ele já sofreu muitas represálias, inclusive em relação a este tema, que, para mim, é mais palpitante que o tema das negociações de TV, porque é interprivados, que é o tema da Copa do Mundo de 2014, no Brasil. Uma Copa do Mundo, que se prometeu que seria feita com recursos privados, hoje tem 98% de recursos privados. Uma Copa do Mundo que, em dado momento, a posição que é exarada pela FIFA é a posição soberana e não merece discussão; em outro momento político, quando a FIFA faz uma crítica sobre os atrasos, ela está errada, porque a FIFA está vivendo um momento político diferente. Nisso, estamos falando de um investimento de R\$16 bilhões para mais – entre R\$16 bilhões, R\$20 bilhões, R\$25 bilhões, quiçá até R\$30 bilhões – em obras estruturais que o Brasil precisa fazer. Tenho muito receio de que essas obras não estejam sendo direcionadas para onde o Brasil precisa que essas obras sejam feitas, mas, sim, para onde uma entidade privada, que é Confederação Brasil de Futebol, quer e pretende que esses investimentos sejam feitos. Então, as posições políticas do São Paulo, o São Paulo vai sempre manter – tomara que continue sempre mantendo – no fórum necessário.

Essa questão da negociação de TV é uma questão comercial, em que o São Paulo trata seus pares com absoluto respeito, trata as emissoras com absoluto respeito e tem respeito e consideração pela emissora que hoje transmite o campeonato pelo trabalho que ela fez ao longo desses anos, mas o São Paulo, como o Corinthians, o Flamengo, o Santos e todos os demais clubes, vai, quando tiver oportunidade de negociar, trabalhar para que o contrato seja o mais vantajoso possível, mantendo os princípios que o São Paulo entende serem fundamentais para manter o equilíbrio, que são: que sempre o produto do futebol brasileiro seja democrático, acessível a todo o País e faça parte, como faz parte pelo art. 2º da Lei 9.615, a chamada Lei Pelé, do patrimônio histórico e cultural do povo brasileiro. Então, é com esses cuidados que o São Paulo trata a questão da TV.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Damos, então, início ao diálogo, que será aberto pelas duas Senadoras presentes e autoras do requerimento para a audiência pública.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata e, posteriormente, a Senadora Marisa Serrano, que podem se dirigir aos dois representantes dos clubes.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, pois não. Muito obrigada.

Bom dia a todos. Quero saudar os dois representantes dos clubes e agradecer a presença, inclusive porque ambos demonstram o respeito que têm pelo Senado, por esta Casa, pelo Parlamento brasileiro, já que outros também foram convidados e, de alguma forma, desistiram de participar. Já conheço os dois Presidentes de clube do tempo da Câmara: o Andrés e o José Francisco. O Andrés é investidor na Bahia e alguém com quem já tive oportunidade de participar de alguns debates. Não tenho meu clube de coração, Bahia, e não estou, portanto, na disputa dos clubes de São Paulo.

Creio que o que estamos enfrentando deixa de ser um aspecto apenas comercial para o futebol brasileiro e principalmente para o torcedor. O grande objetivo de cada time é agradar a sua torcida. Imagino que o futebol e os times vivam delas como os políticos vivem do seu eleitor e do voto – e voto vem de devoto. Imagino que a devoção de cada clube deva ser a devoção ao seu torcedor ou aos torcedores em geral.

Creio que essa discussão tem pelo menos uma boa coisa, que é, de certa maneira, desnudar a questão comercial do futebol brasileiro para o País e para os torcedores.

O Presidente do Corinthians, na sua fala, já respondeu a alguns questionamentos. Ele já disse o que provocou o afastamento do Clube dos 13. Na sua opinião, pelo que ele disse aqui, não foi apenas a negociação. Já vinham com discordâncias maiores e ele tem, ao lado, uma crítica à gestão financeira do Clube dos 13, mas enfatizou que esse afastamento se deu também, como uma gota d'água, motivado por essa negociação. Eu queria que depois o senhor dissesse em que medida essa negociação é ruim ou foi ruim para o Corinthians. Depois, ele afirmou: “eu quero um valor maior para o meu clube”. É uma afirmação também natural, que imagino estar na cabeça de qualquer um dos gestores dos clubes. Só que imagino também que esse não pode ser o único componente, porque essa motivação cria contradição, queiramos ou não, com o objetivo de uma negociação coletiva em ligas. Mesmo existentes nos países que aqui foram citados, na maior parte dos países do mundo, a negociação se dá através das ligas, para que se mantenha justamente algum tipo de liga, algum tipo de ação coletiva, para que se mantenha justamente esse princípio democratizante do futebol.

Creio, portanto, que uma coisa que chama a atenção e que eu queria perguntar aos dois é, primeiro, como fica a situação agora da Rede TV, já que ela foi a emissora vencedora desse leilão. Com o afastamento formal do Corinthians, pelo que estou entendendo, o Corinthians deixa de participar dessa transmissão, dessa negociação, e a Rede Globo passa a ter o direito de transmissão do Corinthians. Do Corinthians, porque é uma negociação individual. E quero dizer que não tenho preconceito nem preferência por nenhuma rede de televisão, estamos discutindo o caso em si. Isso pode gerar uma situação em que um outro time que não faça negociação, individualmente, com a Rede Globo, venda sua transmissão a uma outra emissora, por exemplo, a Rede Record? E no dia em que jogar esse time com o Corinthians, como é que fica a situação? Há uma nova situação jurídica criada nesse campeonato? Portanto, na mesma direção, isso não enfraquece objetivamente os clubes que individualmente vão negociar? Não o Corinthians, que é o maior de todos, que tem a maior torcida do Brasil, e esse é um patrimônio do time, digamos, que assim se coloca, mas outros times que regionalmente não tenham o poderio econômico ou de mídia ou de história que tem o Corinthians, não ficam bastante enfraquecidos nesse processo de negociação? E, por último, que critérios definem a divisão da cota de TV entre os clubes?

O Cade foi justamente em cima de dois aspectos. Primeiro, o direito de preferência, que tem que ser negado. Ele não concorda que uma emissora possa ter a condição preferencial de negociação. No outro caso, que diz respeito à venda do pacote integral, como foi feita a negociação com o Corinthians? É pacote integral que está sendo negociado? Quer dizer, a Rede Globo passa a ter o direito de transmissão preferencial de todos os jogos... Ou melhor, preferencial não, exclusiva de todos os jogos do Corinthians e detém o poder de comercialização de todo o pacote – Internet, *pay per view*, TV aberta e TV fechada? Como é que isso se dá?

Creio que essas... E foi essa a nossa preocupação quando percebemos essa discussão, porque está sendo criado um impasse no futebol brasileiro justamente nos anos que antecedem a Copa do Mundo, o que não pode significar para o País apenas uma meta de impulsionar algumas grandes obras extremamente necessárias para o Brasil e para as cidades-sede da Copa e que serão definidas a partir da Copa. Mas também é preciso deixar um legado no futebol brasileiro, um legado de fortalecimento do futebol brasileiro, um legado de imagem do futebol brasileiro no resto do mundo e que nós precisamos ter e recuperar, se não tivermos.

Portanto, eu gostaria de perguntar se isso não cria uma instabilidade e uma má imagem do futebol brasileiro no resto do mundo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sua pergunta, Senadora, foi para o representante...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Todos dois. Para os dois.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, vamos passar a palavra para o Presidente do Corinthians e, posteriormente, ao Mansur, do São Paulo.

Presidente Sanchez.

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Bom, Senadora, meu sonho, como democrata, cidadão brasileiro e torcedor, é que quem quisesse assinar com a Rede Globo que assinasse, se achasse melhor, mais rentável. E alguns clubes que continuaram lá no Clube dos Treze e que acham que tem que ser, que assinem com outro. E no dia em que for transmitir um time que está com a Rede TV e outro que está com a Globo, que se faça um acordo e transmita o jogo. Esse seria o plano ideal. Todas as emissoras poderiam transmitir e todo mundo ia assistir jogo à vontade. Mas, infelizmente, não é isso que eles querem fazer. Eu disse e repito: eu saí do Clube dos Treze, obviamente que o contrato foi o fundamental, mas tem toda uma administração com que eu não concordo.

O São Paulo falou da Copa do Mundo. Eu respeito, acho que há muitas coisas com que nós temos que ficar espertos, realmente, mas há dois anos, CBF, São Paulo, Fifa, estava tudo junto, porque o Morumbi era o estádio da Copa, o Morumbi era tudo. Aí, perderam o estádio da Copa, já começam os problemas. Mas isso é normal em um país democrático, temos que entender. Eu acho que todos nós, Senadores, Deputados, os órgãos públicos deste País e os cidadãos temos que ficar atentos realmente a tudo.

Dos clubes, fui o único que foi à Record, à Rede TV, ao Terra e à Telefônica. Fui o único. A melhor proposta para o Corinthians, respeitando todas as diferenças – que hoje são menores do que eram nas divisões dentro dos clubes –, foi a da Rede Globo de Televisão. E o Corinthians resolveu assinar com essa emissora. Mas há time que não assinou com ninguém. Esse é o caso do São Paulo, que não recebe a Rede TV, a Record, a Globo, não recebe ninguém.

A Rede TV ligou para o Juvenal três vezes, e ele não atendeu. Mas é normal.

O mais bonito seria cada um assinar com quem quer, com quem achar melhor e faz um acordo para transmitir. O Clube dos 13, quando assinava, quando

negociava em grupo, todo mundo falava que o clube negocia grupo; mas os clubes assinavam individualmente. O Clube dos 13 não tem o poder de assinar pelos clubes. A mídia, toda a imagem é do clube.

Então, os Clube dos 13 tinha o direito de negociar. Havia uma assembléia. Aí se decidia fechar com aquela rede de televisão e cada clube assinava individualmente.

As divisões, obviamente, num contrato que hoje está em R\$1 bilhão, R\$1.100 bilhão, não era justo dar 3%, 4% para os três administrarem 10, 12, 15 funcionários. Simplesmente isso.

E eu negocie com todas, Senadora. Estive com todas as redes por horas e a melhor proposta para o Corinthians – logicamente que a divisão era menor, a diferença de um para o outro – e assinei com a Rede Globo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sr. Francisco Mansur, do São Paulo.

O SR. FRANCISCO MANSUR – Senadora, o aspecto que primeiramente irei abordar da pergunta de V. Ex^a diz respeito a como fica a questão da transmissão.

Hoje, o art. 42 da Lei nº 9615 determina que o direito de ceder, autorizar a transmissão de uma determinado espetáculo desportivo pertence aos clubes participantes.

Então, como o Presidente Andrés colocou, se não houver um acordo e um clube tiver cedido, autorizado essa cessão à emissora A e outro à B e eles não chegarem a um acordo, o clube tem direito de vetar a transmissão da partida, um dos participantes.

Isso é diferente do que acontece em outros países. Há países em que o direito é do mandante.

O ponto relevante é discutirmos se isso é melhor ou pior. Eu, particularmente, entendo que, no contexto do futebol brasileiro, não é juridicamente o mais técnico, porque nem sempre o mandante do jogo é aquele que agrega mais valor ao produto da transmissão. Hoje, há um impasse.

Sob o ponto de vista da negociação em conjunto, o meu entendimento do parecer do Cade, o entendimento do São Paulo do parecer do Cade é o de que não é proibido que uma mesma emissora ganhe, no final da concorrência, o direito de utilizar todas as mídias. Ou seja, que uma mesma emissora de tevê que venha a ter uma plataforma de *Internet*, uma plataforma de celular, tevê aberta, *pay per view* e a tevê fechada possa ganhar todas as concorrências.

O que o Cade determinou, a meu ver, é que as concorrências sejam feitas separadamente. O próprio presidente disse que já participou, já teve negociações com todas as mídias, todas as plataformas, separada-

mente, o que, no meu entendimento vai ao encontro do que o Cade determinou.

No mais, Senadora, entendo que precisamos fazer uma abordagem. Temos aspectos positivos desse processo. Os valores que são noticiados – porque esses valores não foram confirmados oficialmente, a não ser em parâmetros -, os parâmetros que foram confirmados nas próprias notas oficiais dos clubes que já assinaram os contratos afirmam que tivemos, por conta dessa concorrência que foi feita, um reajuste, uma correção do valor muito maior do que se estimava que seria feito antes de começar essa concorrência. Ou seja, as duas tevês que têm contratos assinados com alguns clubes, tanto a Rede TV quanto a Rede Globo, já assinaram contratos por valores bastante maiores do que o que estava estimado caso não tivesse acontecido uma concorrência nos moldes do que começou a acontecer e nem foi levado até o final.

Então, eu acho que o saldo desse processo já é positivo para os clubes. Acho que os clubes já ganharam, já vão ganhar mais do que ganhariam se não tivesse começado esse movimento.

E, mesmo aqui, o fato de estarmos aqui discutindo essa questão hoje, parece, a meu ver, pela primeira vez, no Senado da República, já mostra que nós estamos evoluindo para um processo transparente, um processo de concorrência mais de acordo com as regras do mercado, onde se concorre à luz do dia, onde todo mundo apresenta proposta.

E isso é uma regra do mercado, uma regra do capitalismo. Onde a concorrência é melhor, onde a concorrência é mais estimulada, o valor aumenta. Então, eu acho que nós já estamos num processo que tem mais aspectos positivos do que negativos.

Com relação ao que está acontecendo na Copa do Mundo, Presidente Andrés, há dois anos o que se dizia no jornal é que a Copa seria privada, e o São Paulo, enquanto instituição, não poderia ficar contra isso. O que o São Paulo está absolutamente contra é o que se verifica no jornal sobre o que está acontecendo hoje: 98% de investimento público, uma Copa do Mundo com dez estádios construídos com recursos públicos, estádios estimados em alguns bilhões de reais do dinheiro do contribuinte, em locais que não podemos garantir depois qual vai ser a utilização, com regras da FIFA – o Presidente deve estar hoje ciente delas – que não estabelecem finalidades para os estádios depois que a Copa acabar, com imposições que não são imposições que prezam pelo interesse do torcedor brasileiro, mas por interesses localizados em 30 dias desse grupo que organiza a Copa do Mundo.

Essas são as questões a que o São Paulo hoje se opõe. Se opõe com independência e se opõe com

muita tranquilidade para falar. O São Paulo está, como membro da sociedade, e eu, como cidadão, muito preocupado com a forma como se está levando adiante o processo de realização da Copa do Mundo no Brasil, e sei que o Presidente Andrés, em alguns aspectos, também está preocupado.

Então, o São Paulo não está sendo agora contra. O processo da Copa que se mencionou seria feito há dois anos atrás é muito diferente do que se está vendo agora, faltando três anos para a Copa do Mundo. Por isso o São Paulo se posiciona dessa forma e eu, como cidadão, sou eu que estou aqui, é meu nome que está aqui, fico muito preocupado com o que está acontecendo com a Copa do Mundo de 2014, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o outro autor do requerimento, a Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Primeiro, quero cumprimentar a Senadora Lidice da Mata, porque foi dela a origem do requerimento a que apensamos algumas propostas. E o interessante também é que foram três mulheres Senadoras que propuseram a esta comissão essa audiência pública.

E, depois, dizer que a minha participação é justamente porque a primeira proposta eram só participantes do atual Clube dos 13. E eu achei que o contraditório era importante: ouvir os outros também, para conhecer um pouco da questão, já que eu não tenho uma história de acompanhar muitos jogos de futebol, embora tenha meu clube de preferência no meu Estado, que é o Operário, e em São Paulo também tenha meu clube de preferência.

Mas eu quero deixar aqui claro que o maior interesse nosso é justamente porque o futebol se tornou uma preferência nacional, e tem o interesse também de acompanhamento de milhões de pessoas.

Portanto, não é uma coisa restrita apenas aos grandes clubes de futebol, que têm o direito de decidir o que fazer do futebol brasileiro. O povo brasileiro tem o direito também de poder intervir, de discutir e fazer as suas propostas também.

Então, essas questões são fundamentais. E, depois, tem o pano de fundo que é a Copa do Mundo. Queiram ou não, todo mundo está ligando agora a questão do futebol brasileiro à questão da Copa do Mundo que está vindo, e que, como disse o representante do São Paulo Futebol Clube, é uma questão que diz respeito a esta Casa, a todos nós, porque é dinheiro público que está sendo investido numa Copa do Mundo e não queremos que aconteça o que aconteceu nas Olimpíadas passadas, nos Jogos Panamericanos, cujo legado ficou aí ao Deus dará. E quem é do Rio de Janeiro sabe disso.

Então eu quis colocar isso para dizer o seguinte: nessas negociações que os clubes estão fazendo, por acaso alguma vez se discutiu o horário de transmissão das partidas de futebol?

Porque às 22 horas, que normalmente é o horário em que se transmite, as pessoas ou não vão ao estádio por causa da violência, que é grande neste País, ou não vão aos estádios porque no outro dia têm que acordar de madrugada para trabalhar. E o trabalhador brasileiro às vezes não pode participar no estádio. E quem está em casa tem dificuldade também de poder ver o seu time de futebol jogar num horário tão fora de propósito.

Uma das perguntas que eu quero colocar é justamente esta: não há o que fazer nessas negociações para que aquilo que interessa a milhões de brasileiros tenha um horário compatível com a sua vida diária, com o seu cotidiano?

E a outra pergunta que eu quero fazer é se há possibilidade, talvez, de se discutir um fundo, já que a concessão das TVs é uma concessão pública. Se a transmissão de TV e a concessão é pública, por que não poderíamos discutir um fundo que apoiasse os pequenos clubes de futebol que existem neste País?

A pergunta que estou fazendo é decorrência de uma discussão que houve aqui de como estão os pequenos clubes de futebol, como os clubes de futebol neste País podem se inserir nesse contexto.

E aí eu quero falar do meu Estado, Mato Grosso do Sul. É um Estado dito periférico, mas é um Estado que luta muito para oferecer a todos aqueles seus habitantes um futebol digno. Mas com muitas dificuldades. Como fazer? Talvez um fundo pudesse ser discutido? Um fundo que apoiasse. Já que vão fazer grandes questões, e já que a TV é uma concessão pública, por que não pensarmos num fundo que amparasse os pequenos clubes de futebol Brasil afora?

Esses eram os dois questionamentos que eu queria deixar aqui para os nossos dois convidados, agradecendo a presença dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Começamos agora com a resposta do representante do São Paulo.

O SR. FRANCISCO MANSUR – Senadora, vou começar pela última pergunta. Nós entendemos que se o destinatário da concessão pública fosse impelido a realizar esse fundo para apoio aos clubes menores, só ia melhorar ainda mais o nível do futebol brasileiro. Entendemos que é positivo.

Há uma série de verbas que saem... Por exemplo, a Timemania foi colocada como um princípio para tentar apoiar os clubes que estavam com dívidas, inclusive os menores, e pode haver outras formas de subsídio

para melhorar as condições financeiras dos clubes menores. Mas eu entendo, coerente com o princípio da competição, que quanto mais fortes estiverem todos os clubes, inclusive os menores, é melhor para o nível do futebol brasileiro.

Então, se hoje, na economia de mercado, é necessário que haja uma situação financeira favorável para fortalecer os clubes menores, e se esse fundo é uma decorrência da natureza pública da concessão de TV, o São Paulo vê com bons olhos.

Com relação à questão do horário, é mais um ponto que eu entendo, que o São Paulo entende que a negociação coletiva tem uma possibilidade de adequar isso que a negociação individual não tem, porque cada clube negociando individualmente, cada clube vai estabelecer com a TV o horário da transmissão do seu jogo. E cada cidade tem uma realidade diferente. Cada clube tem um contexto de horário diferente.

O que descobrimos, em São Paulo, é que o melhor horário para a cidade de São Paulo não necessariamente é o melhor horário para a cidade de Belo Horizonte. Não necessariamente é o melhor horário para uma cidade do Nordeste do Brasil. Pelas distâncias, o trabalhador de São Paulo talvez não consiga chegar ao estádio, ao local onde o estádio estiver, no mesmo horário em que um trabalhador em Belo Horizonte, ou em Porto Alegre, ou em Curitiba consegue, tem possibilidade de chegar, e também na hora de ir embora.

Mas o que eu sei é que nesse edital da concorrência que estava sendo levado, havia a introdução de um estudo que iria abranger o Brasil inteiro para definir se haveria possibilidade de estabelecer um horário só, para que isso fosse depois proposto para a TV. Porque também é preciso que a TV faça a adequação à grade. Ela está comprando e ela precisa adequar à grade dela.

Mas a questão do horário do jogo, no meu entender, precisa ser verificada caso a caso. Localmente, cada cidade tem um contexto diferente para essa questão do horário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Andrés Sanchez.

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Eu não vou ser tão polido como o advogado e o doutor do São Paulo. Obviamente que o horário de dez horas da noite é difícil para todo cidadão. Mas se for às oito e meia da noite em São Paulo é o maior problema ainda, porque ele tem que sair direto do trabalho, ir direto para o estádio e do estádio ir para casa. Então, é difícil. E infelizmente tem a lei de mercado: quem paga quer o horário e quer o melhor encaixe na sua grade, na sua televisão. E tem as federações, as confederações, que são as

que determinam os horários de jogos. Óbvio que se os clubes se revoltarem e brigarem, poderia mudar isso ou aquilo? Talvez. Mas nós somos regidos pelas federações e pelas confederações. Simplesmente isso. E sobre o Fundo, vou deixar bem claro aqui: esse negócio de quem põe fundo para time pequeno, time grande, time médio é complicado. O presidente tem que ser responsabilizado. Vocês podem por a lei que vocês quiserem, Timemania, do que for, se o presidente do clube, o diretor do clube não for corresponsabilizado, não vai mudar nunca, Senadora Ana. Daqui a três anos, nós estamos com o mesmo problema seja time pequeno ou time grande. Então, tem que fazer uma Timemania nova, alguma coisa nova, um fundo, se ajeitar tudo e falar: a partir de hoje, são responsáveis pela sua... Infelizmente, isso não aconteceu. Uma hora tira, uma hora põe, uma hora tira, põe. E fica difícil. Eu entendo que os países pequenos – nós somos um país continente, nós temos mais de 250 clubes profissionais no País e só joga na Série A, na Série B e na Série C vinte clubes. Então fica difícil, eu entendo que tem que ter uma revisão global no futebol brasileiro que nós, diretamente no futebol, temos que fazer, mas a coisa é muito mais complicada do que a gente imagina. Principalmente os atletas jogarem todos os domingos e não ter um domingo de folga, isso é um absurdo. Tem que jogar sábado, ter o domingo de folga. E não: eles se concentram dois dias antes, três dias antes, tem treinador que se concentra quatro dias antes, e o jogador não tem aposentadoria, o jogador não joga mais que vinte anos e depois tem esperar mais quinze para se aposentar, não tem adicional noturno, um monte de coisa que tinha, que o Clube dos Treze tinha que fazer, brigar e lutar no Senado e no Congresso, e só ficava discutindo, três anos, televisão. Infelizmente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião.) – Outra das Senadoras autora do requerimento ocupa a palavra agora. Senadora Ana Amelia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Roberto Requião, convidados, muito obrigada pela presença e pela exposição que fizeram, especialmente pela referência do Sr. Mansur a respeito da importância da iniciativa desta Comissão em trazer ao debate no Parlamento um tema de tanto interesse no País do futebol, que tem que obedecer regras de comércio, regras de concorrência, mas sobretudo em respeito aos nossos milhares, milhões de torcedores em todo o País, de todos os clubes.

Eu tenho três perguntas para fazer aos senhores: a primeira delas em parte você já deu uma resposta, mas eu queria voltar ao tema: a licitação dos direitos de transmissão para os times que ficaram no Clube

dos Treze foi ganha pela *Rede TV!* A emissora alega ter comprado os direitos de transmissão de quinze clubes. Assim, eu gostaria de saber como é que ficaram outras agremiações – quinze clubes com a *Rede TV!*, mas outras agremiações fecharam com a *Rede Globo de Televisão* para transmitir, não foi isso que aconteceu? Bom, eu queria saber como fica a transmissão de um jogo entre o Internacional e o Grêmio, por exemplo, se ele não estiver em nenhuma dessas grades. Ou: precisa do aval do time da outra emissora para autorizar a transmissão, como você informou anteriormente. Eu queria saber se o “televisonamento”, a redução do processo de televisão, ou essas limitações impostas, vão ter que seguir essa regra em 2012. Outra: que prejuízo esse sistema trará ao telespectador, agravado ainda pelo fato de que em 2014, na Copa, como vocês disseram, haverá determinação da Fifa que são impositivas. Por exemplo, uma delas é a de o Brasil terá que talvez negociar esse processo porque são acordos internacionais. Então, eu queria saber, em relação a esse tema, como fica a posição não só do telespectador, do torcedor, mas também da regra de concorrência de anunciantes das próprias emissoras com os clubes de futebol.

Outra questão: o Brasil conta com um campeonato de futebol organizado, com um calendário definido e com segurança de respeito ao regulamento, coisas que a gente não tinha há dez anos atrás. Entretanto, essa evolução organizacional não foi acompanhada por uma evolução estrutural e econômica dos clubes, com algumas exceções, como é o caso daqui, que são empresas ou clubes de futebol organizados como empresas. Mas a situação geral não é essa. E eu queria saber como é possível fazer um futebol funcionar fora do gramado. Se o futebol, não tendo essa facilidade da organização empresarial dos clubes, deve ter um funcionamento que agregue e não que dependa apenas da venda de jogadores ou da transmissão de jogos, da transferência de jogadores. E, por fim, eu queria saber dos senhores se acham que a negociação da venda dos direitos deve estar restrita a quem paga mais; outros fatores existiriam, que deveriam ser considerados nessa escolha da transmissão? A audiência seria um fator realmente relevante para auferir outras receitas relacionadas ao campeonato brasileiro? São essas as minhas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o presidente do Corinthians.

O SR. ANDRÉS VASQUEZ – Bom, esse negócio do Clube dos Treze, que a crise começou com a *Rede TV!*, isso não condiz com o que anunciam. O Clube dos Treze, há um ano atrás e pouco, adiantou dinhei-

ro para alguns clubes de um futuro contrato que não existe, ou não existiria ainda e hoje não existe, e deu para aqueles cinco, para aqueles oito e para aqueles nove. E nesse meio tem uma procuração que dá o direito de assinarem pelos clubes perante a televisão. E isso é que ela está usando com a *Rede TV!* Então a coisa é muito mais complexa do que se anuncia. Então, se eu decidir eu vou hoje e pago esse dinheiro, a procuração não tem mais validade. Eu sempre digo: a associação Clube dos Treze era uma repassadora, ela não fazia nada mais do que isso, os clubes assinavam individualmente, o dinheiro era para o clube. Então, esse é o problema. ,

Venda de jogadores: os grandes clubes hoje no Brasil não precisam vender jogador. Isso é o mais fácil de falar. Antes de eu vender um jogador, o empresário, o clube adversário, o clube para onde ele vai, vem aqui, fala com o jogador, fala com o procurador do jogador, oferece três milhões de euros, tal, tal, tal, tal, e o prato chega pronto. E eu posso brigar: pago isso, pago aquilo; pago isso, pago aquilo. O Santos está brigando porque metade é de um empresário, a outra metade é de outro empresário. Caso contrário, ele já teria vendido. A briga não é porque eu quero manter um jogador aqui. E é ridículo quererem manter jogador no Brasil! Se um cidadão, um engenheiro, um médico, um advogado, um cientista, pode trabalhar nos Estados Unidos ou onde ele quiser, por que o jogador não pode? “Ô, mas está vendendo um jogador!” O jogador é a sobrevivência do jogador. O jogador está bem hoje, mas daqui a três anos ele quebra uma perna e esquecem dele. O jogador passa um momento bom e um momento ruim. No momento ruim, o clube chuta o jogador. Nós temos que brigar é pelos atletas, que é quem faz o espetáculo. O meu clube se defende por aqui ou por lá, os atletas não têm defesa. Então, o jogador é vendido porque pagam mais para ele para ele ir embora. E é justo, é um direito dele.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Para ele também.

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Mas é justo, é um direito dele, da família dele, 95% dos jogadores vêm de classe média baixíssima. Então, é a sobrevivência dos jogadores. Por isso é que o sujeito mora em algum lugar lá, onde não há nem cidade, mas infelizmente é a vida de atleta de futebol. É o que digo, repetindo: nós temos que brigar, lógico, Copa do Mundo, clube e tudo o mais. Os atletas são muito abandonados neste País.

E a outra? Qual é a pergunta, Senadora?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É sobre a questão da transmissão das regras. Quero que você

dê uma explicação ou diga o que você acha sobre essa questão de só a grana funcionar em relação...

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Não. Eu, quando negocie, não vi só a grana.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Da transmissão.

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Eu não vi só o dinheiro. Eu tenho 50 milhões na minha camisa de patrocínio. Meu patrocinador quer que tenha onde tiver maior visibilidade. Eu tenho o *pay-per-view*, que “nêgo” fala: “Assina aberta aqui e *pay-per-view*”. A *pay-per-view* tem uma rede de televisão neste País que faz o melhor para futebol: transmite Série B, Série C, todos os jogos. Como é que eu ia fazer com o *pay-per-view*? O grande ganho dos clubes é o *pay-per-view*. Então, tudo isso foi negociado. Tem o nome do Estado – ninguém fala o nome do Estado – que tem que se falar. É muito mais complexo do que só o dinheiro. Obviamente que o dinheiro é importante, mas tem muito mais coisa dentro de um contrato de televisão com o clube, ou de mídia, do que simplesmente o dinheiro.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – A audiência é uma delas?

O SR. ANDRÉS VALDEZ – A audiência é uma delas. A exposição do meu patrocinador, o desejo do meu patrocinador, de uma Nike, de uma Adidas, ele escolhe se quer estar aqui ou lá. Infelizmente isso é lei do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra...

O SR. FRANCISCO MANSUR – Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mansur, só um minuto.

O SR. FRANCISCO MANSUR – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quero registrar aqui a presença dos Deputados Federais. Nosso Presidente da Comissão de Esportes, Jonas Donizete, o Deputado Romário, do PSB do Rio de Janeiro; o Deputado Ribamar Alves, do PSDB do Maranhão; Danrlei de Deus, do Rio Grande do Sul; Valadares Filho, de Sergipe; e Carlaile Pedroso, de Minas Gerais.

Com a palavra, o representante do São Paulo.

O SR. FRANCISCO MANSUR – Senadora, primeiramente eu queria fazer um registro da fala anterior do presidente, da responsabilização do dirigente, um aspecto que merece nossa atenção, concordo plenamente.

O presidente não gosta muito de concordar com nada que o São Paulo diz, e isso é histórico no Corinthians, mas, quando o São Paulo concorda com o Corinthians, a gente manifesta isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Lá no Rio Grande do Sul também é assim com o Grêmio e o Inter. Também é assim.

O Danrlei está aí para provar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – RS) – Não é verdade. Então, quando o São Paulo concorda, eles mudam de opinião?

O SR. FRANCISCO MANSUR – Pode acontecer.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas, agora, com o Falcão no comando do Inter, vão ficar melhores as coisas.

O SR. FRANCISCO MANSUR – A responsabilização de dirigente: o presidente Andrés professa alguns conceitos de modernização do futebol que são uma luta antiga do futebol brasileiro. Oxalá ele, nesse período em que vai permanecer na presidência do Corinthians e na atividade posterior que ele continuará exercendo no futebol, continue manifestando e lutando por esses conceitos, porque vão melhorar a estrutura do futebol brasileiro.

Com relação a essa questão dos clubes, que o Clube dos Treze se entendeu no direito de assinar, é uma questão que, para o São Paulo, é alheia ao São Paulo, porque o São Paulo não fez esses adiantamentos, não assinou esses contratos nos quais tem a cláusula mandato, então o São Paulo não tem condição de avaliar se essa cláusula mandato é válida ou não. Vai ser uma questão que vai ser discutida talvez até judicialmente.

Acredito que nem mesmo o Corinthians fez esse adiantamento para 2012, 2013 e 2014. Então, eu não tenho... Eu seria, aqui, irresponsável se fizesse um comentário sobre uma cláusula que eu, efetivamente, desconheço.

O que eu sei, e já o disse na pergunta da Senadora Lídice, é que o art. 42 da Lei Pelé determina que deve haver a concordância dos dois clubes participantes do espetáculo esportivo para ele poder ser transmitido.

Acredito, Senadora – agora, é uma opinião minha –, que as partes vão-se compor, o campeonato vai ser transmitido como sempre foi e, no final desse processo, a gente vai verificar muito mais aspectos positivos do que negativos, na medida em que os clubes vão ter recebido muito mais do que receberiam.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Fora do microfone.*) No caso, clubes e emissoras de televisão?

O SR. FRANCISCO MANSUR – As emissoras vão pagar mais do que iriam pagar se não tivesse acontecido a concorrência, tenho essa convicção. Acho que,

no final desse processo, o saldo vai ser positivo. Todos vão receber um valor maior.

Com relação à concorrência, Senadora, eu queria fazer uma alusão ao processo público de licitação. Acho que o melhor processo para essa concorrência são técnica e preço – não só preço –, pela natureza do produto.

Então, é, além da que pagar melhor, a que tiver as melhores condições técnicas. Leia-se: abrangência nacional, condição de equipamento, condição de valorizar o produto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O futebol é um espetáculo, não é?

O SR. FRANCISCO MANSUR – Então, eu acho que precisa ser uma concorrência de técnica e preço, como a gente faz no serviço público.

Quando determinados produtos, por exemplo, no sistema de pregão, são similares – para comprar lápis, caneta, o produto é similar –, você vai pelo menor preço. Quando é, por exemplo, para comprar trem, você precisa ter a técnica e o preço, porque precisa ser um trem que atenda a sua demanda, que tenha segurança, que tenha qualidade, que consiga ter um *headway* curto, que consiga limpar sua estação, etc, etc.

Então, eu acho que, nesse caso, concordo com o presidente, também é técnica e preço, e temos de também pensar em quem vai dar melhor visibilidade não só para o patrocinador, mas para o bem mais importante, que é o escudo do clube.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Claro.

O SR. FRANCISCO MANSUR – Esse bem também precisa ser valorizado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um patrimônio.

O SR. FRANCISCO MANSUR – Esse bem também precisa aparecer com qualidade, numa transmissão boa.

Outro aspecto que a senhora colocou: organização empresarial do futebol.

É fundamental que a gente evolua para um processo de organização empresarial nessas instituições, no processo político das instituições.

Acho que só a modernização vai fazer com que cada vez mais clubes consigam ter uma receita melhor, aumentar o nível... Acho que nós estamos vivendo, hoje, um processo de modernização das administrações. O Corinthians é o exemplo e, sem falsa modéstia, acredito que o São Paulo também o seja. O Inter de Porto Alegre é um exemplo, e há tantos outros, de modernização da gestão.

Cada vez mais profissionais estão ocupando os cargos nas instituições. Aquele cargo que era ocupado pelo sócio do clube, que ia lá fazer favor, hoje, é

ocupado por profissionais da área, em quase todos, em praticamente todos os clubes.

A profissionalização vai levar... Hoje, o presidente relatou, aqui, um patrocínio de 50 milhões, ou seja, ele tem uma receita de patrocínio que talvez faça com que, se ele tiver uma proposta para negociar um determinado jogador, ele não seja economicamente obrigado a fazer essa venda porque ele compensa com outras receitas.

Para a senhora ter uma ideia, eu vou dar um dado, aqui: o estádio do Morumbi, em 2002, era deficitário. Então, o São Paulo tinha de vender jogador para manter aquele estádio.

No ano de 2010, o estádio do Morumbi deu, de receita, de superávit, R\$32 milhões. Trinta e dois milhões de reais. Do que vem isso? Venda de camarote, realização de *shows* – e com uma expectativa de aumentar isso caso o Corinthians volte a utilizá-lo.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Provação, provocação.

O SR. FRANCISCO MANSUR – Se houver a possibilidade, porque, hoje, o estádio tem uma demanda grande e não sei se vai... Mas o estádio do Morumbi, que em 2002 era deficitário, hoje, rendeu 32, por quê? Uma administração profissional, uma administração que pega aquele aparelho, que é um aparelho importante na cidade de São Paulo, e o faz para render lucro, da mesma forma como o Corinthians, hoje, consegue explorar a sua marca com um patrocínio absolutamente expressivo como esse que o presidente... Graças a quê? À equipe de profissionais, à equipe de pessoas habilitadas que o Corinthians tem, que o São Paulo tem e que o Inter tem, com o Beira-Rio, com a administração do seu clube, que o Atlético do Paraná e que o Coritiba têm.

Enfim, o futebol está-se modernizando, mas nós precisamos, ainda, fazer uma revisão clara sobre as questões de responsabilização dos dirigentes.

Está, aqui, o Senador Alvaro Dias, que é alguém que tem um histórico nessa luta pela responsabilização das instituições esportivas, pela responsabilidade do dirigente esportivo na confederação, na federação e nos clubes, para que a gente consiga, fazendo uma governança empresarial, aumentar ainda mais as receitas, para que o produto futebol seja cada vez melhor para todos os brasileiros, já que, como eu já disse, é, por lei, patrimônio histórico e cultural do nosso País.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, presidente.

Eu apenas queria levantar a bola, agora, já que estamos falando de futebol, com a presença de tantos parlamentares que vêm do futebol, com nomes reconhecidos nacionalmente, se a participação deles no

processo político brasileiro ajuda, de fato, o processo da influência e da regulamentação nos casos específicos, como você acabou de falar.

O SR. FRANCISCO MANSUR – A senhora está me perguntando sobre os parlamentares?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente.

O SR. FRANCISCO MANSUR – Ajuda muito. O Parlamento tem de refletir todos os segmentos da sociedade, e esse segmento da sociedade é um segmento fundamental.

É preciso que essa representação se dê com qualidade e os parlamentares que aqui estão foram eleitos porque apresentaram ao eleitor essa proposta e conseguiram transmitir ao eleitor a importância de uma plataforma esportiva na política. Aumenta muito. Eles viveram essa realidade. Eles têm subsídios para tratar desses temas que o presidente Andrés está mencionando.

Então, eu acho essencial, acho que o Parlamento representa um segmento importante da sociedade quando traz para dentro das Casas, das duas Casas, os representantes da classe esportiva, que é uma classe especial, uma classe importante na sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o presidente do Corinthians.

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Eu não preciso nem falar, ainda mais sendo ex-atletas de futebol. Eu acho que eles têm de brigar e lutar, até porque eles passaram por tudo que eu falei aqui, de horário, de campo ruim. Quanto a dinheiro, até foram dos poucos privilegiados, neste País, no futebol também, mas eles sabem que os companheiros deles lá, praticamente estão ... Então, acho que isso vai ajudar bastante.

Uma primeira coisa que tem de mudar nos clubes: eu sou candidato, fui candidato há três anos e meio e não tem reeleição no meu clube, quem vota é o sócio. Eu não ganho nada lá.

Então, os clubes tinham de começar... E as federações e as confederações também. Eu sou muito amigo do Ricardo, como ele fala, mas não tenho problemas. Tem de começar a mudar, tem de ter alternância de poder. Isso é democratização.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito bom, muito bom.

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Eu não sou candidato na próxima eleição. No meu clube, é proibido reeleição.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Exemplo, parabéns.

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Espero que o São Paulo, também um exemplo de administração, faça o mesmo.

O SR. FRANCISCO MANSUR – Nem todo critério de reeleição é danoso. No Senado, mesmo, as reeleições são indefinidas e nós temos Senadores de ótima qualidade que se reelegem.

Quando a vontade democrática assim o quer...

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – A rotatividade maior é entre os treinadores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, agora, um Senador que, na já longínqua juventude, brilhou nos peladeiros do Paraná e nos jogos entre parlamentares.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não tão longínqua assim, não é, Requião?

Só discordo do longínqua, hoje...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – (...) ainda extremamente ativo no plenário, embora na terceira idade (risos).

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas, Sr. Presidente, Srs. convidados, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Deputados. Primeiramente, acho que se justifica reiterar que nós não estamos aqui perdendo o nosso tempo porque estamos discutindo futebol. A impressão que se passa às vezes é de se saber por que o Senado se envolve com assuntos do futebol. É preciso que se explique isso. Aliás, depois da CPI do Futebol, que instalamos aqui no Senado, o Congresso passou a legislar sobre a matéria de forma mais eficiente. Não há como ignorar, o futebol não é apenas uma atividade lúdica, a paixão dos brasileiros, é uma atividade eminentemente econômica, geradora de emprego, de renda, de receita pública, promotora do desenvolvimento nacional e, portanto, obviamente, o Estado brasileiro tem de estar preocupado com as coisas que acontecem no mundo do futebol, especialmente no que diz respeito à administração do futebol no país, que pode ser mais eficiente para que os resultados sejam mais significativos econômica e socialmente. Neste caso, não há nenhum propósito aqui de interferência. Acho que é bom lembrar determinados chavões, os princípios da livre iniciativa, a lei de mercado, a lei da oferta e da procura. Tudo isso tem de ser lembrado porque estamos sob a égide do capitalismo no nosso país e é evidente que um clube de futebol tem o direito de buscar aquilo que economicamente lhe possa ser mais conveniente, especialmente porque o grande patrimônio do clube de futebol é a sua torcida, assim como o patrimônio de uma emissora de televisão é a sua audiência. Cabe-nos colaborar para que ocorra transparência em tudo

isso e se estabeleça uma relação de respeito com a opinião pública. Nós só teríamos razões para interferência se estivesse ocorrendo desrespeito em relação ao interesse público. Não é o caso. Ao contrário, até vejo que estamos avançando. Eu, pessoalmente, como torcedor de futebol, nunca gostei de, num domingo, não ter a opção, ver a Globo e a Bandeirantes transmitindo o mesmo jogo de futebol e eu não ter a opção. Eu tenho porque posso pagar o *pay-per-view*, mas, e os que não podem? Portanto, essa democratização significa um avanço. Há algumas questões de natureza legal que provocam dúvidas. O Clube dos 13 vai ao CADE e argumenta que há procuração, que representa a CADE em função de procurações que existiriam com clubes que se afastaram do Clube dos 13, que é o exemplo do Corinthians, que há um estatuto que determina, há um prazo estabelecido para esse afastamento, se esse prazo não foi cumprido. Enfim, são questões legais que fogem à nossa alçada neste momento, mas gostaria de indagar a respeito disso, sobre qual é a preocupação do Corinthians, qual é a opinião do São Paulo sobre essas questões que envolvem o Clube dos 13 e o CADE, que dizem respeito à legalidade dessas operações. Uma outra indagação ao presidente do Corinthians é qual a dificuldade que teria o Corinthians em revelar claramente para a população brasileira. Nós assinamos um contrato com a Globo e o valor é x. Qual é a dificuldade? Nós achamos que o torcedor do Corinthians tem o direito de saber, mas o clube pode ter as suas razões. Nós queremos saber quais as razões que o clube tem para não abrir esse jogo de forma transparente. Eu não ouvi a exposição inicial, por isso estou fazendo algumas indagações que podem até ser repetitivas, mas não vou, nessa questão dos contratos de TV... É até surpreendente ver dificuldades, porque temos exemplos nos países avançados, como a Itália, a Inglaterra, a Espanha...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – os contratos de TV, é até surpreendente ver dificuldades, porque temos exemplos nos países avançados, como a Itália, a Inglaterra, a Espanha, a Alemanha, e certamente não teríamos dificuldades em adotar um modelo, atendendo às nossas peculiaridades, mas que guardasse alguma relação com os modelos bem sucedidos desses países, que significam ganhos expressivos aos clubes. Um clube que disputa um campeonato inglês tem um faturamento extraordinário exatamente em razão desse avanço, sobretudo no que diz respeito à transmissão pela TV. Gostaria só que fosse esclarecido se já há um entendimento consensual em relação àquilo que perguntou a Senadora Ana Amélia, se o Clube dos 13 conta com um clube como o Grêmio, por exemplo, hipoteticamente, o Grêmio vinculado ao

Clube dos 13 e o Internacional não, quando jogam os dois, quem transmite? A Rede Globo ou a Rede TV? As duas transmitem? Quem vai dirimir esse impasse? É a CPF que vai dirimir esse impasse? Não é a CBF. É a justiça que vai dirimir esse impasse? Enfim, é isso que certamente preocupa os brasileiros torcedores de futebol. Antes de concluir, eu gostaria de saber... Eu, como bom corinthiano, concordo com o São Paulo em relação a não se utilizar dinheiro público na construção de estádios. A Copa do Mundo é um espetáculo importante, mas é eventual e passageiro, o Brasil é permanente, é definitivo. Nós temos prioridades, dinheiro público não se joga em estádio de futebol privado. Eu indagaria ao presidente do Corinthians se há dinheiro público na construção do estádio do Corinthians. Espero que não! E quando teremos o estádio concluído, se em tempo, já que essa é uma grande preocupação no país também. Aliás, sem ocupar o tempo, mas as preocupações não dizem respeito apenas aos estádios de futebol, não apenas aos aeroportos, mas a um conjunto de obras necessárias no país para que estejamos em condições de sediar, realmente, com sucesso a Copa do Mundo de 2014. Ao final, uma brincadeira para descontração. Acho que o Corinthians devia voltar ao Morumbi, que foi nosso recreio por muito tempo. Aliás, o São Paulo, no último jogo, deixou de jogar no Morumbi e foi jogar na arena Barueri porque, certamente, no Morumbi as dificuldades seriam maiores. Não sou contra voltar ao Morumbi. Aliás, gosto dos grandes estádios, eu lamento quando uma decisão de campeonato se dá num estádio para 20 mil pessoas, quando poderíamos ter 60 mil torcedores. Os clubes alegam sempre falta de recursos para manter grandes atletas no país, e quando temos a oportunidade de grandes espetáculos, com arrecadações significativas, optamos por realizar essas competições, que são as mais visíveis, procuradas, assistidas e empolgantes, admitimos que esses espetáculos se realizem em estádios para 20 mil, 22 mil pessoas. Portanto, essa indagação sobre o estádio em final, embora não seja da ordem do dia, da pauta do assunto que objetivou este encontro, mas acho importante esse esclarecimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Presidente do Corinthians.

O SR. ANDRES SANCHEZ – Primeiro, é um prazer, Senador Alvaro Dias, mas, respondendo pelo final, é a tal da televisão, é o tal do ingresso, é o tal do jogo. Se não tem um time de futebol naquela cidade que tem 150 mil habitantes e, por competência dela, chegou-se a uma final do campeonato e no estado dela só cabem 20 mil, a final tem de ser no estádio dela. É

o direito do time menor fazer a festa na sua cidade. Aí volta aquela questão: vamos levar para o Maracanã, para o Morumbi, para não sei onde, porque o estádio é maior. Você está prejudicando o time que, por competência, chegou à final do campeonato. Sou a favor de que cada um jogue no seu estado. Como ainda não tenho estádio, jogo no Pacaembu. No Morumbi, até para a receita que eles conseguem, é bem rentável, eles não precisam mais do Corinthians, eles já estão independentes do Corinthians. Despenderam muito tempo, hoje não dependem mais. Hoje não depende mais, o que é um avanço da administração.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O que eu me refiro é exatamente isso. Você pode jogar no Morumbi, vai jogar no Pacaembu.

O SR. ANDRES SANCHEZ – Não joga no Morumbi não. No Morumbi não, Jardim Leonor nunca mais.

Agora da televisão, infelizmente ou felizmente, a imprensa esportiva fica na esfera da esportiva, porque, se elas viessem aqui para o Congresso, para o Senado, a vida dos nossos Deputados e Senadores seria mais difícil. Então, a imprensa já anunciou, sem eu falar nada, quanto é, um pouquinho mais, outros um pouquinho menos. E eu não mostro, não quero falar, porque há o negócio de confiabilidade, mas o Corinthians, desde que eu assumi a administração, todo mês põe o balanço no *site*. Então, a partir de janeiro do ano que vem, quando vir a televisão, vai estar lá o valor. O jornalista, o torcedor ou quem se interessar pode fazer a conta do ano e vão saber quanto é o contrato. Vai ficar uma pendência do *pay-per-view*, porque ninguém sabe ainda a época do contrato, porque ele tem que ser durante o ano. E o valor é isso? O Corinthians é mais de 90 e menos de 130, dependendo do *pay-per-view*

O SR. – (fora do microfone)

O SR. ANDRES SANCHEZ – Ou 91. Depende do *pay-per-view* e do estádio. Eu vou falar primeiro do estádio, depois eu vou falar das procurações.

O estádio, o Corinthians realmente está pegando 400 milhões no BNDES, com garantias da Odebrecht. Qualquer cidadão neste País, qualquer empresa pode pegar esse dinheiro porque vai pagar o juro, vai pagar tudo. E o restante do dinheiro que vai ser formado para fazer o estádio para a abertura da Copa, na próxima semana, vai ser anunciado como é, qual o incentivo fiscal que tem na Zona Leste desde 2003. E é isso que vai fazer o estádio do Corinthians, sem problema nenhum. Não vai ter dinheiro público, nada. O que eu acho, e não tenho vergonha de dizer, o problema...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concluído quando? Para a Copa das Confederações?

O SR. ANDRES SANCHEZ – Não vai ter tempo talvez para a Copa das Confederações.

Mas o que eu acho que pode ser bom na Copa do Mundo é o legado que deixa para as cidades vai ser muito importante. Por isso que é importante uma Copa do Mundo. Cabe a nós todos fiscalizar. E realmente é errado fazer estádio em alguns Estados onde não existem times de futebol suficientes, tamanho grande, para por 40, 50 mil pessoas no estádio no final de semana. Isso eu sou contra. Acho que doze sedes no país é muita coisa. Mas isso envolve um monte de coisas.

Agora, fazer estádio em São Paulo, fazer estádio em Porto Alegre, fazer estádio em Campinas, fazer dois estádios no Rio de Janeiro com dinheiro público, não é, como nós falamos aqui, patrimônio nacional. É um time de futebol que todo mundo gosta e tal, vai fazer um estádio público, vai ser pago por aquilo e os times jogam. O que não pode ser feito é em Estado que não existe praticamente time de futebol. Aí é difícil, aí é difícil. Então, o dinheiro público, todo mundo sabia, desde que veio Copa do Mundo para cá, que 70%, 85% dos estádios são públicos, tirando o Atlético do Paraná, o do Corinthians, na época era o do Morumbi e o do Inter. O resto era tudo estádio público. Ninguém privava por dinheiro público em estádio público.

Se não tiver acordo com dois clubes: “olha nós dois vamos jogar aqui (exemplo, o Maracanã) e a renda por porcentagem vai tanto para pagar isso, vai tanto para aquilo, para ajudar a cidade.” Mas todo mundo, desde que foi falado Copa do Mundo, sabia que os estádios eram públicos. Então, eu não vejo por que tanta surpresa a partir desse momento.

Agora, o que nós temos é tomar cuidado é com o legado em volta, com todas as obras que vão ser feitas, para se fazer da melhor maneira obra possível.

E aeroporto, independente de Copa do Mundo, Senador, já precisava ser melhorado – independente de Copa do Mundo.

E sobre as procurações, é o que eu disse, eles assinaram uma procuração, uns dizem que foi sem saber, outros dizem que sabiam. Aquela discussão que o senhor sabe que tem no Clube dos Treze há 27 anos desde que foi fundado. Todo mundo sempre criticou o Clube dos Treze. Agora está santo. Então, futebol o senhor já sabe, o senhor tem experiência, é meio complicado. E pegaram essa procuração para fazer um empréstimo num futuro contrato que não existe.

O que eu falei: tem que dar a data quando pegarem esse empréstimo, que clube que foi, que data que foi. Nós temos uma eleição há oito meses atrás, um

ano atrás, quando foi o dinheiro, para quem foi. Isso que tem que ser dito. E eu não respondo por isso.

O Corinthians está fora do Clube dos 13. Por estatuto só vai oficializar isso no dia 21 de abril. E o Corinthians não vota no Clube dos 13. O Clube dos 13 para o Corinthians é uma massa que já não existe mais.

Eu acho que não só o Corinthians, mas os clubes vão entender isso. O único que saiu do Clube dos Treze foi o Corinthians. Os outros clubes negociaram individualmente também, mas o único que oficialmente está fora do Clube dos Treze é o Corinthians.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – – Nosso...

O SR. FRANCISCO MANSUR – Senador, o senhor vê como essa questão democrática ela é atraente. O Presidente Andrés anunciou que não vai mais se reeleger, que sai em dezembro. Mas é ele capaz de dar determinações *ad eternum* pelo Corinthians. Quer dizer, ele vai continuar mandando, porque o Corinthians nunca mais vai jogar em determinado lugar. Mas ele sai em dezembro.

Veja como, às vezes, a gente se trai faltando oito meses para o processo eleitoral.

Essa questão da procuração, Senador, eu volto a dizer, eu acho que é uma irresponsabilidade do São Paulo, porque o São Paulo não viu o contrato. Foi um adiantamento. O Presidente Andrés explicou no âmbito que nos é dado a conhecer. O São Paulo não fez esse adiantamento, então, eu não tenho como estabelecer se essa procuração é válida ou não. O que eu acho é que o Cade tem um corpo técnico absolutamente capacitado para julgar essa questão.

Com relação à transmissão, eu volto na primeira pergunta da Senadora Lídice. Cada clube vai ter que chegar a um consenso e eu acredito que vai se chegar ao consenso. E eu acredito que o campeonato vai ser transmitido em TV aberta, em todas as mídias, como sempre foi, sem nenhum prejuízo ao torcedor. Essa é uma crença minha, calcada na forma como os fatos vêm se desenrolando.

Com relação à Copa, queria fazer ressalva, Senador, com relação à forma com que essas exigências que vêm da entidade privada internacional, repisadas pela entidade privada nacional, que é a Confederação Brasileira de Futebol, não trazem – o São Paulo participou desse processo por um prazo de três anos – em nenhum momento uma exigência de uma obra estruturante para a cidade.

Em nenhum momento essas exigências falam de metrô, falam da construção de rede hoteleira, falam da construção de hospital. É a área vip, é o conforto da área Vvip, é a decoração do camarote, linhas de visão absolutamente fora do nosso padrão. Isso que se coloca

como o que a Fifa exige para a construção de estádios. Então são, sim, dez estádios públicos que poderiam custar x, mas estão custando 5x por exigências que não deixam nenhum legado para a cidade quando a Copa acaba. Não se faz exigência de metrô, não se faz exigência de... A única questão que, vez ou outra, se coloca como algo é a questão do aeroporto, que é realmente necessário.

Eu acreditei que a Copa seria feita com dinheiro privado por que eu li um artigo na *Folha 3*, um jornal de grande circulação de São Paulo, onde o presidente do comitê organizador local falou que a Copa seria feita com recursos privados. Eu não inventei, eu li no jornal. E eu não li uma matéria da imprensa, li um artigo assinado: A Copa privada. E a Copa hoje é 98% pública. Então, se eu fui levado a erro, eu fui enganado. Eu não me enganei.

Então, eu queria colocar com relação a essas questões esses itens. A questão da procuração não é dado ao São Paulo responder, porque o São Paulo não fez adiantamento. A questão da transmissão vai ter que haver um consenso por que o art. 42 prevê que as duas equipes têm que concordar. E a questão dos estádios, a exigências não são de complementação da infraestrutura das cidades. São exigências que o próprio deve estar enfrentando agora, acredito que esteja, relacionadas a um aspecto interno que não deixa legado nem para o próprio estádio, nem para a população. Coisas que após a copa do Mundo... O Corinthians tem que fazer um belíssimo estádio sem atender a boa parte dessas exigências que estão sendo feitas, que só servem para aqueles 30 dias. E não tratam de obras estruturantes, de obras que vão melhorar a qualidade de vida do cidadão quando a Copa do Mundo acabar. Esse é o grande receio que a gente tem que ter.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu achei bastante interessante a última observação do Mansur, que é a questão da integração do projeto de um superestádio na malha urbana. E o que me veio à memória foi uma visita que eu fiz com o Lula à Índia, aonde nós vimos o extraordinário Taj Mahal inserido numa região de extrema miséria e pobreza. Não é exatamente isso que nós devemos procurar com a Copa, principalmente com a utilização de dinheiro público na Copa.

Nós temos ainda a Senadora Marinor Brito, Cyro Miranda, Deputado Jonas Donizete, o Senador Wellington e o Senador Eduardo Amorim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu quero fazer uma pergunta, mas eu gosto de fazer em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião) – Então, atendendo sugestão do Senador Wellington, da Marinor e da Senadora Da Mata, vamos fazer três perguntas. Os nossos palestristas aqui anotarão as perguntas e responderão em bloco.

Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas. Eu sou a Marinor Brito, do PSOL do Pará.

Eu queria parabenizar as Senadoras que tiveram a iniciativa de propor à nossa Comissão a realização da audiência. Essa audiência vai ser desdobrada em duas. No dia 27, vamos ouvir aqui os representantes da TVs, como parte de uma preocupação geral levantada pelas Senadoras.

Queria também agradecer, em nome da Comissão, ao Presidente do Corinthians e ao representante do São Paulo, Andrés Sánchez e José Francisco Mansur.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marinor, se me permite, ao contrário do que ocorreu nesta reunião, na audiência do dia 27, já tenho a confirmação do Caber, do Ricardo Teixeira, do Clube dos 13, do Fábio André Koffi, do representante da Globo, da Rede TV e da Record.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Isso é bem importante. E também quero agradecer a presença dos Deputados Federais, que estão participando da nossa audiência.

Acho que dois assuntos principais foram abordados até agora, e um deles diz respeito à importância de fazer o debate na nossa Comissão.

A despeito de ser o futebol um fenômeno da cultura brasileira, de mobilizar o imaginário e as cidades brasileiras em que ocorrem os jogos de futebol, com toda essa rivalidade positiva que existe entre os clubes dos diversos Estados brasileiros; a despeito de mobilizar o comércio brasileiro, de ser um produto vendável, de gerar emprego e renda, há os investimentos públicos a ele destinados, que são utilizados cotidianamente, seja por meio do Ministério dos Esportes, seja por meio das Secretarias Estaduais de Esportes.

É obrigação do Senado Federal, do Congresso debater as políticas públicas relacionadas com a questão do futebol, e, embora estejamos tratando de clubes e empresas, não há como desvincular esta questão do interesse nacional, do interesse do povo brasileiro. Então, já por esse motivo, teríamos obrigação de acompanhar o cotidiano dos clubes brasileiros e os debates que envolvem o interesse do povo brasileiro.

O meu Estado, o Pará, tem uma tradição de grande público. O clube do Remo, que está praticamente sem divisão, como o Paysandu também, coloca 45 mil

pessoas no Estádio, todos sabem disso. Somos recordistas de renda durante o grande período dos campeonatos brasileiros, em qualquer divisão, na terceira, na quarta, na primeira.

E aí queria referir-me àquilo de que tratou o Mansur e concordar com ele, em relação à questão do investimento para a Copa do Mundo. Belém, que tem essa tradição, que tem um belo estádio estadual, que provavelmente não tem os camarotes, o requinte das exigências da Fifa, ficou fora da Copa do Mundo, entre os motivos políticos que envolviam a administração do Pará, por falta de infraestrutura.

Olha, Mansur, o sistema de transporte está falido em todo o País. Não existe sistema de transporte público humano. E pode ser São Paulo, Rondônia, Rio de Janeiro. Poucas são as cidades brasileiras que têm um mínimo de estrutura no sistema de transporte. As distâncias, geralmente, dos estádios são longas, porque se mobilizam pessoas de todas as áreas.

A violência existente nas cidades brasileiras, sobretudo nas capitais, é igual no Brasil inteiro. Algumas estão recordistas em violência, mas são percentuais mínimos em relação umas às outras. Então, cada cidade tem uma realidade diferente. Mas há problemas estruturais iguais, que têm relação com o futebol. Então, deveríamos dedicar-nos um pouco sobretudo aos clubes do eixo Rio–São Paulo, que são os que definem a política do futebol, os que têm poder, recursos e estruturas que mobilizam as empresas de comunicação, que são o grande monopólio neste País que mobilizam os interesses das empresas, inclusive dos patrocinadores. Vocês têm um produto muito mais vendável do que o restante das regiões brasileiras, por isso acho que seria preciso dedicação a essa questão.

Entre as cláusulas do processo licitatório, tinha de entrar esta questão dos horários. É um absurdo tanto para o paulista começar o jogo às 10 horas, voltar tarde da madrugada sem transporte e pegar no trabalho, sair às 5 horas da manhã para pegar transporte de novo para trabalhar, quanto o é para o baiano, para o paranaense. Então, acho que se tinha de pensar a questão do horário de futebol. As pessoas não estão aguentando mais nem assistir ao futebol na televisão, de tão tarde que os jogos são transmitidos.

É preciso refletir nisso, porque o que está vigorando até agora é o interesse das empresas de comunicação, que têm a sua grade pronta, as suas novelas das 8 horas, os seus programas já estruturados. Quer dizer, não existe uma possibilidade de inversão? Vai existir, se, em algum momento, os clubes do eixo Rio–São Paulo, que são os responsáveis por essa questão, entrarem no debate, tiverem interesse por essa questão nacional. Nós assistimos ao futebol do Rio e de São

Paulo lá no Pará, porque o eixo Rio–São Paulo mobiliza o futebol nacional. Isso é uma realidade. Então, acho que deveria haver uma reflexão maior sobre isso.

E, sobre a questão dos recursos, acho que vamos ter de propor uma Comissão do Congresso Nacional, para acompanhar os gastos do dinheiro público que está sendo investido. Vai chegar perto de R\$30 bilhões. Agora, recentemente, o Governo Dilma contingenciou R\$50 bilhões, que vão sair exatamente dos programas sociais. Então, é muito dinheiro, é muito dinheiro público, para não ficar a estrutura de transporte, para não ficar a estrutura na rede hoteleira das cidades, que geram emprego e renda no cotidiano.

Então, acho que é preciso sair do controle da CBF o direcionamento desse recurso. Ele precisa, sim, ser acompanhado pelo Congresso Nacional, sob pena de, no dia seguinte, a política do cotidiano do futebol, do esporte como um todo, que precisamos incentivar, para tirar essa meninada que está matando e morrendo nas ruas, que está, inclusive, em gangues... E depois as torcidas organizadas acabam sendo responsabilizadas. Como há violência em todo canto, como não há alternativa nas políticas sociais, é natural que ela se concentre nas torcidas organizadas. O futebol é um fenômeno da cultura brasileira, todo mundo gosta, então é natural que a violência acabe concentrando-se. Depois o Ministério Público quer extinguir torcida, isso e aquilo.

Até bandeira foi proibido entrar nos estádios de futebol. Então, cada Estado está tendo um tipo de direcionamento. Mas precisamos fazer alguma coisa, porque o futebol, a despeito do lucro que dá para as empresas que estão envolvidas com ele, é um fenômeno da cultura, uma paixão nacional.

Temos obrigação de pensar o lado do povo brasileiro que gosta de futebol, seja o que assiste pela televisão ou que vai ao estádio. Como sou frequentadora de estádios de futebol, desde os 17 anos e se eu puder... Ontem, estava em Belém e participei do jogo do Remo sofrendo, porque o meu time nem divisão tem agora mas espero que a gente pense o futebol na perspectiva inclusiva, na perspectiva do bem nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Federal, Presidente da Comissão de Esporte e Turismo da Câmara Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE – Senador Roberto Requião, quero agradecer o convite que foi feito à comissão, quero registrar aqui a presença do Deputado Federal Carlaile, Deputado Romário, Deputado Danrlei, Deputado Ribamar que está aqui conosco também, o Deputado Romário, Vice-Presidente da Comissão de Esportes, cumprimentar o Andres Sanchez, cumprir-

mentar o Mansur. O Mansur não conhecia ainda, mas conhecia o Juvenal, que esteve conosco na Assembleia; o Andres, que logo que assumiu a Presidência do Corinthians nos fez uma visita lá na Assembleia Legislativa de São Paulo, a convite do nosso amigo Deputado Vicente Cândido, pessoa muito atuante na área de esportes, cumprimentar aqui as Senadoras ao meu lado, dizer que é uma honra participar dessa audiência pública aqui no Senado Federal.

Na Comissão de Esportes da Câmara estamos também nos debruçando sobre esses temas. Temos, Presidentes Andres e Mansur, a compreensão que há uma relação entre entes particulares, uma relação comercial e que, portanto, precisa ser apreciada pelo poder público como tal.

Agora, temos também o entendimento que por ser o futebol o esporte que tem esse foco popular no nosso País e tenho comigo a Lei Pelé, no seu art. 42:

Às entidades de prática desportiva pertence o direito de negociar, autorizar e proibir a fixação, a transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculos ou eventos esportivos de que participem.

No § 3º do art. 42, o expectador pagante, por qualquer meio de espetáculo ou evento esportivo, equiparase, para todos os efeitos legais, ao consumidor.

Então, acredito que aí entra a nossa esfera de atuação, a esfera pública.

Gostei da explanação que foi feita pelos dois dirigentes e eles têm conhecimento de que lugares onde existe a negociação particularizada acaba se formatando um número menor de clubes que disputam, com condições de vitória, os títulos. Foi citada aqui a questão da Espanha, a questão da Itália e essa é uma preocupação nossa no que diz respeito também a essas negociações.

Acredito que é sim no interesse de cada clube, de acordo com a torcida que tem, de acordo com aquilo que representa na fatia do mercado que está sendo negociado, reivindicar um melhor preço para a entidade que ele representa e nem poderia ser diferente. Acho que se existe uma cobrança externa haveria uma cobrança interna se não se posicionasse dessa forma. Cada qual tem que defender a sua camisa, a sua bandeira e acho isso muito legítimo.

Tenho aqui uma preocupação. Sou da cidade de Campinas e temos dois clubes em Campinas, Ponte Preta e Guarani, dois clubes centenários; a Ponte já completou cem anos e o Guarani completou cem anos agora recentemente no começo da semana passada e um deles já foi campeão brasileiro. O outro, a Ponte Preta, disputou momentos de emoção finais do Campeonato Paulista com o Corinthians, que são dois times de tradição. Então, me ocorre essa preocupação

de como ficaria o futebol porque a gente sabe que o futebol hoje tem uma difícil manutenção na parte econômica, os salários dos jogadores são altos, os custos são elevados.

Lembro-me Presidente Andres quando assumiu o clube esteve falando para gente, numa reunião informal uma série de medidas administrativas, falou até do cloro da piscina do clube, o quanto gastava

Então, é difícil tocar o clube no seu dia a dia. Hoje existe algumas parcerias entre os clubes considerados grandes, médios e pequenos até de questão de jogador. Às vezes um jogador não está indo muito bem num clube é emprestado para um clube menor, num acordo que é feito entre as agremiações, para que ele sirva àquele clube por um período, para que adquira experiência, já existe um pouco esse acordo.

Penso que foi falado aqui num fundo e não sei qual seria o instrumento jurídico mas quero deixar, tanto para os representantes que aqui estão quanto para nós também pensarmos um instrumento jurídico porque os clubes, o Corinthians, por aquilo que representa, já foi procurado, já foi demandado, já fechou a negociação, foi falado aqui pelo Presidente; o São Paulo se não foi procurado certamente deverá ser mas fico pensando nos outros clubes que verdadeiramente não foram procurados ainda e eles estão assistindo – e conversei semana passada com o Presidente do Guarani e ele me falava dessa preocupação – estão assistindo isso muito atônitos como vai ficar a situação.

Acho que perde o futebol como um todo. Se perdemos essa estrutura perde na formação de atletas e temos aqui dois atletas, o Romário e o Danrlei, que vivenciaram isso, sabe que precisamos ter um celeiro de criações de atletas para que um dia se tornem personalidades, atletas conhecidos, como foi Romário e Danrlei, mas tudo tem um começo. Meu pai, caipira de Minas Gerais, do sul de Minas onde nasci, falava que começo de angu é mingau. As coisas para começar são mais complexas.

Então, queria deixar essa preocupação e, por último, um tema que sei que é delicado, mas acho que a pergunta tem que existir, independente do que ela causa, às vezes não chega e foi falado aqui de emissora A e emissora B e quero continuar nesse linguajar. Às vezes nos chega que a emissora A ofereceu menos e a emissora B ofereceu mais e, mesmo assim, o clube fechou com a emissora A, mesmo por um valor menor. Isso, na lógica comercial, é um pouco difícil de ser compreendida.

Gostaria de ter uma abordagem desse tema dos representantes dos clubes, mas principalmente nessa questão do torcedor que foi abordado pela Senadora, acho que é uma preocupação legítima da Senadora.

Acho que essa questão dos horários da transmissão e sabemos que isso envolve grandes interesses e quem paga tem o direito de se manifestar naquilo que é interessante para ele. Não deixo de reconhecer esse lado da parte comercial mas também precisamos olhar o lado do torcedor, porque muitas vezes o jogo que termina quase meia noite é impraticável para a pessoa de carro já fica difícil e se for usar o transporte público fica mais difícil ainda.

Acho que são essas considerações, Senador Requião, mais uma vez agradecendo o convite, apenas registrando que a Comissão de Esportes da Câmara e lá nós somos Esporte e Turismo, vamos começar um giro pelas doze cidades sede da Copa do Mundo. Vamos começar por Fortaleza, segunda-feira, vamos fazer doze fóruns legislativos para acompanhar de perto e muito em breve vai chegar para o Congresso Nacional a Lei Geral da Copa, que a gente vai votar para regulamentar as questões pertinentes à Copa, e a gente vai acompanhar de perto e quero deixar aqui o convite aos Senadores para que estejam enriquecendo esses nossos fóruns legislativo. Vamos ter uma formatação de pela manhã visitar a assembleia e ter uma abordagem da autoridade local, do comitê local falando sobre as obras da Copa e depois à tarde vamos visitar *in loco* essas instalações, o estádio e as obras que estejam sendo feitas, lembrando, na esteira do que foi falado aqui a decisão das doze sedes. Na verdade não foi a FIFA, ela até desejaria que fosse um número menor. Essa decisão das doze foi uma decisão do Governo brasileiro e, a meu ver, acertada porque o Brasil é um País de dimensões continentais e a gente precisa pensar no Brasil como um todo e a Copa do Mundo não é só um evento de futebol, ela é um evento que vai mostrar o Brasil para o mundo inteiro. E temos muitas coisas em todas as regiões para o mundo ver, poder se admirar e ter o desejo de vir para o nosso País.

Em outros países o PIB da área de turismo chega a 5%. No Brasil, é apenas de 1%. Temos muito a crescer nessa área e precisamos usar esses eventos esportivos para isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para fazer seus comentários sobre a inserção na mídia do ludopédio nacional, o Senador, pelo Piauí, Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Meu atleta, primeiro, aqui, quem levanta a bola são as mulheres, viu?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lá no Piauí, futebol ainda é ludopédio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ainda é coisa séria.

Eu quero, primeiro, saudar a iniciativa deste debate e a presença dos clubes. Presidente, na verdade, também sou apaixonado pelo esporte, mas não tive o talento do Romário e de outros atletas presentes.

Hoje aprovamos na Comissão de Desenvolvimento Regional, em trabalho conjunto com a Câmara, esta visita que vamos fazer. Destaco que acho que poderá ser um trabalho importante para, além de ver as doze cidades-polo, ver aquelas que estarão como subsedes. No nosso caso, estamos candidatando Paranaíba como subsele de Fortaleza, que é uma cidade próxima da região do delta do Paranaíba.

Quero ser breve. Tenho um time de futebol, que é o KLB, o Ki Lapa de Bucho, que não tem esses problemas que os times profissionais têm. Aliás, estou agora entrando no time do Romário.

Presidente, há algumas coisas que, para mim, são naturais. Veja, aqui a discussão é sobre financiamento de estádio de futebol com dinheiro público. Eu acho tão natural quanto a regra para o teatro, por exemplo, que é de interesse público. Onde é possível fazer com capital privado, faz-se com capital privado.

Dr. Mansur, quanto às exigências que são impostas, muitas vezes fora da realidade, para o que o senhor chama atenção, acho que a gente tem de ter estádios com todo conforto. Hoje, normalmente o mundo trabalha com um complexo de atividades dentro da linha de dar uma viabilidade econômica permanente. Quem viaja para outros países, vê que o estádio ou a quadra onde se pratica o basquete e outros, na verdade, é um complexo que permite um conjunto de atividades que dão viabilidade para aquele equipamento. Acho que esse é um caminho. Agora, existem outras situações em que o poder público, para poder viabilizar o espetáculo, tanto na área de teatral como do futebol...

Eu quero defender a tese, insisto – já tratamos aqui com o Ministro dos Esportes – de tratarmos com as comunicações. Por exemplo, o tratamento que as tevês públicas, puramente públicas, dão à área do esporte ainda é muito débil. A gente tem uma cobrança muito grande em relação a transmissões, e ela é muito débil.

Compreendo que no Brasil a gente tenha um cuidado. Veja, alguém que mora no Amazonas, no Nordeste ou em outros lugares muitas vezes torce por times de São Paulo, do Rio, do Rio Grande do Sul, para o Flamengo, para o Corinthians, para o São Paulo, exatamente por conta da influência que têm as redes de televisão, a sua forma de transmissão. Temos redes nacionais e isso muitas vezes interfere na lógica até em nível regional. Então, creio que, em se tratando de

uma concessão pública, é possível, sim, que se faça algo assim como citei na área da música. Hoje, existem regras para que uma rede que faça transmissão nacional ou regional em mais de um Município tenha a obrigatoriedade de transmitir uma grade de música nacional e de música regional, para citar um exemplo. Então, acho que é possível, da receita de patrocínios para transmissões de times nacionais, seja dada para cobertura em relação ao esporte regional. Acho que há necessidade de ser dar algum tratamento.

A gente esquece que a rede de televisão é um equipamento privado, mas é uma concessão pública e, por essa razão, ela precisa atuar como de interesse público. E isso não pode deixar de acontecer. Creio que, dito isso, precisamos apoiar para que se tenha, cada vez mais, a democratização dos times.

Estou vendo agora no meu Estado uma situação deprimente. A Federação de Futebol do Piauí está com muitos problemas. Agora, numa eleição, depois de repetidos mandatos, a chapa que perdeu recorreu à Justiça. A Justiça deu ganho de causa à renovação, e a CBF não está reconhecendo a Federação que tomou posse. É como se a CBF estivesse patrocinando esse tipo de coisa. É algo lamentável que, infelizmente, acontece.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas o presidente da CBF faz contrato dele com ele mesmo e vai reconhecer Federação do seu Estado?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que isso é que tem de mudar e quanto menos interferência pública melhor. Mas acho que alguma interferência no sentido de ajudar na democratização é possível, porque, repito, trata-se não só de um patrimônio nacional, mas de uma força, eu diria, até cultural de grande importância para todos os brasileiros.

Sr. Presidente, era basicamente isso que eu queria colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós só temos mais um Parlamentar inscrito, que é o Deputado Federal Danrlei de Deus Hinterholz.

O SR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA) – Presidente, pedi inscrição também há tempo, mas meu nome não está aí.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como?

O SR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA) – Eu pedi minha inscrição há tempo. Desde que assinei, pedi à pessoa que veio aqui e trouxe a ficha para preencher.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Deve ter sido um agente diversionista.

Então, vamos estabelecer a resposta com esse bloco.

Começa com o nosso Mansur, do São Paulo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos deliberar na Mesa se é possível a inscrição do Senador Magno Malta, que chegou muito atrasado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Só para explicar para todo mundo, aqui tudo acontece às 10 horas. Todo mundo é titular de um monte de comissões e todo mundo é suplente. Senão, o pessoal em casa não entende.

O SR. FRANCISCO MANSSUR – Vou começar mencionando a fala da Senadora que me chamou atenção em muitos aspectos.

A questão do Estado do Pará na Copa do Mundo é grave. O Pará tem um estádio que está muito perto de ficar pronto para receber uma Copa do Mundo e foi excluído.

Senadora, eu trabalho com futebol, sou profissional do futebol. Eu estou atuando em questões dirigentes, mas eu trabalho. Eu fui trabalhar no futebol também por acreditar que o futebol tem a capacidade de mudar o país. Se o futebol mudar, o país muda, porque o futebol fala a todas as classes, fala ao homem de muitas posses, fala ao trabalhador mais simples e transmite uma série de conceitos de cidadania e sociedade. O que eu não aceito, como cidadão, é a ingerência de um ente privado nos investimentos públicos. A construção de estádios públicos com dinheiro público não é, em si, condenável por si só. O que não se aceita é que uma entidade privada e estrangeira, com uma representação nacional que não nos representa – porque não votei no presidente da CBF. Eu votei no Senador do meu Estado, eu votei no Governador, no Prefeito – definir os investimentos públicos de uma monta importante de dinheiro. Isso é preciso que seja dito.

Vou contar uma passagem que acho que o Presidente Andrés deve saber, porque ele foi chefe da nossa delegação na África do Sul. A cidade do Cabo tinha um estádio no centro da cidade, e esse estádio, segundo as exigências da Fifa, precisaria de US\$120 milhões para ser reformado e receber a Copa do Mundo. Em determinado momento o Presidente da Fifa foi à cidade do Cabo e determinou o seguinte: construa um outro estádio mais perto da área da orla que você vai fazer a abertura da Copa. A cidade do Cabo gastou US\$720 milhões para construir outro estádio,

a abertura da Copa foi em Joanesburgo, e a cidade do Cabo ficou com dois estádios. Qual é a finalidade desses dois estádios na Cidade do Cabo, que, ao que me consta, não tem um futebol muito desenvolvido? O que me incomoda é que acredito que só o Estado pode gerenciar o investimento do recurso público, não o privado.

Eu acredito que só o Estado pode gerenciar o investimento de um recurso público, não privado. É essa a minha...

O São Paulo, o estádio do Morumbi foi escolhido para a Copa. Foi um processo que costumamos chamar de gincana. O São Paulo recebia dez exigências, cumpria dez e recebia 25; cumpria 25 e recebia 50; cumpria 50 e recebia 75. Isso tem sido assim em todos os outros.

Em determinado momento, uma obra que iria custar R\$250 milhões passou a custar R\$630 milhões. São Paulo é um clube privado e entendeu que não iria gastar R\$630 milhões numa reforma do estádio do Morumbi. Foi excluído. Da mesma forma que a Federação do Piauí tem uma decisão judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e foi desfilado. Então, essa ingerência do privado no Estado *lato sensu*, inclusive no Judiciário, isso é...

Eu sei que o presidente Andres também não compactua com isso. O presidente Andres tem uma origem de... O presidente Andres foi fundador de torcida, tem uma origem sindical, teve filiação partidária.

Eu sei que o encargo da presidência – por isso que não estou aqui como presidente – não nos permite certas... Porque você fala pela instituição, o presidente fala pela instituição. Mas eu conheço a formação do presidente Andres Sanchez, eu sei que ele se sensibiliza com o que estamos falando aqui, eu sei.

O fato é que essas coisas vão se repetir no Brasil. Temos um estádio excelente em Belém do Pará, sem nenhum demérito – eu sei que o Senado é a Casa dos Estados – à Amazônia, a Manaus, que vai construir outro estádio que vai custar aproximadamente R\$701 bilhões. Mas poderia haver a representação do norte do Brasil ou nos dois lugares ou nesse estádio do Pará. Da mesma forma que temos, a 150 quilômetros daqui, o estádio Serra Dourada. É essa ingerência do privado, com interesses privados, na definição do direcionamento do recurso público que me incomoda com relação à Copa.

Acho, Senadora, que precisamos levar todos os processos relacionados ao futebol com essa preocupação do torcedor. Por isso que eu falei no começo que o futebol fala muito à população. Temos que nos preocupar em democratizar, por isso que eu acho que uma concorrência técnica e preço são importantes,

porque precisamos pensar no melhor preço e precisamos pensar também em quem vai levar o futebol a mais gente, democratizá-lo, e também pela questão comercial de expor o nosso patrocinador, de expor a nossa marca, o nosso símbolo, etc.

Na questão do horário, como já foi dito, acredito que cada cidade tem a sua particularidade, mas, em determinadas situações, realmente, no âmbito geral, não seriam as mais adequadas.

Deputado, agradeço essas colocações. Acho fundamental que continuemos discutindo isso aqui. Acho fundamental que a Comissão de Turismo faça mesmo essa vistoria nas doze sedes. Acho fundamental, como a Senadora disse, como o Deputado disse, que haja um acompanhamento do Congresso Nacional com relação ao que se está fazendo, porque a Copa tem uma relevância. Se não for meramente financeira, tem uma relevância sob o ponto de vista social, do que ela pode trazer de incremento. Acho sim. E isso eu posso falar por experiência de quem conviveu com esse processo três anos.

Volto a ressaltar a minha preocupação: não há por parte desse nível de exigência que é feito pelo COI, pela FIFA, exigências estruturantes. São exigências relacionadas àqueles 30 dias de VIP, very VIP, very very VIP, super VIP, não são exigências que vão estruturar as cidades. Precisávamos direcionar os recursos públicos para aproveitar a Copa do Mundo e, no mínimo, estruturar doze cidades do Brasil, melhorando a infraestrutura.

Com relação às negociações, como é uma negociação de técnica e preço, Deputado, às vezes, em determinada situação, o preço menor se compensa com uma exposição maior que o seu patrocinador vai ter, etc. É por isso até que, nessa concorrência, se discutiu a questão de dar um ágio para determinada emissora pelo índice de audiência, pela forma como ele vai expor o patrocinador. Mas acredito também que, no final, como todos os clubes, por lei, têm que apresentar balanço... O Corinthians o faz mensalmente, o São Paulo cumpre todo ano... O Corinthians apresenta o balancete mensal e o São Paulo cumpre. Todos os clubes hoje têm que cumprir, inclusive sob pena de destituição do presidente. No final das contas, vamos ter um debate público e o torcedor vai poder dizer se o representante dele no clube, se o dirigente dele fez o melhor negócio ou não, vai avaliar caso a caso, etc.

Acho que todos os dirigentes estarão sujeitos a isso.

Com relação ao que o Senador falou, quero deixar bastante claro e reiterar: nada a opor à construção do estádio público com recurso público; oponho-me, sim, muito, ao direcionamento do recurso público sen-

do imposto, como aconteceu nesse caso da Cidade do Cabo, como está acontecendo por uma entidade multinacional privada que vem a determinados países de quatro em quatro anos e determinada onde os governos vão ter que investir somas de dinheiro que são oriundos dos nossos impostos. Então, quanto a isso, sim, quero colocar aqui a minha contraposição, esclarecendo por que essa é a posição do São Paulo em relação ao que aconteceu no Morumbi.

O SR. ANDRES SANCHEZ – Seguindo a linha do Mansur, realmente sou sindicalista, orgulho-me muito disso, trabalho muito para o social. E temos que parar com essas hipocrisias que eles falam. Eles estão chiando porque a Copa não vai ser no Morumbi. O que a FIFA exige é um documento. Eu fui à África, como ele bem lembrou. A África fez uma Copa, com todo o respeito, mas é brincadeira. Tínhamos que subir 32 degraus para chegar ao vestiário do time de futebol da Seleção brasileira. Houve um problemão, porque o baú não entrava no vestiário.

Então, a exigência que vinha para São Paulo, porque eu participei e vi... São Paulo mandou quatro projetos, depois mandou o quinto, de 635 milhões. Aí ficava 30, 40 dias para mandar as garantias. Mandaram o projeto de novo, de duzentos e poucos milhões. Ou não foi isso? Está bom, então vamos deixar as coisas bem pontuadas aqui. Infelizmente, o São Paulo não conseguiu viabilizar financeiramente o estádio para abertura de uma Copa. Realmente exigem algumas coisas que depois não serão usadas, ou, pelo menos, que se trabalhe melhor para usar.

Quando ele fala 80%, 90% de dinheiro público, estou achando que se todos os estádios, ou pelo menos nove da sede, são públicos, então vai ser dinheiro público. Isso os brasileiros, os cidadãos, os governantes já sabiam há cinco anos, quando decidiram que a Copa do Mundo seria no Brasil. Todo mundo sabia que a FIFA vai a qualquer país do planeta e fala “vai ser assim, assim e assim”. Vai de o país aceitar ou não aceitar. Não adianta querermos agora falar como estão falando que tem que mudar isso e que a FIFA é que impõe. Impõe. Já sabíamos cinco anos atrás. Vai de nós cidadãos e órgãos públicos querermos mudar isso. O importante é ser isso, o resto... Não adianta ficar aqui discutindo o que ele está falando.

Na Copa do Mundo é esse o problema. Temos é que fiscalizar, todo mundo, onde vai ser feita a avenida, onde vai ser feita a ponte, o metrô, esse tipo de coisa. Aí, sim, acho que tem que ser 100% influência pública. Agora, na FIFA, todo mundo sabia que seria assim. Estou fazendo coisa no estádio que... Estou dando um jeito lá para depois poder aproveitar. Mas metade do

que estão pedindo não vai ser feita. É muita coisinha, dão muito valor a essas coisas.

Eu estive na França, estive na África. Na África, eu estive dentro. Não é tudo isso que dizem. É que não se viabilizou. Ponto.

E se vai para Belém, como eu acho que tinha que ser, porque tem dois times de massa... Mas aí Campo Grande ficaria bravo. Infelizmente. E era para ser oito, nove, porque é o normal em todas as Copas do Mundo. Aqui foram doze. Então, infelizmente. Mas eu acho que tinha que ver por *ranking* de clubes que ele tem.

A SR^a – (Fora do microfone.) Por que não investe na infraestrutura?

O SR. ANDREAS SANCHEZ – Não, perfeito. Eu acho que tinha que ser feito em uma cidade por *ranking* de clubes de massa. Acho que isso é um problema muito difícil, mas que foi decidido pelos governantes e por todo mundo. Temos que ficar em cima é quanto ao que vai ser feito do legado. Este é o grande problema. Senão não haverá tempo para fazer a Olimpíada. Vai ter que ser feito ginásio para esporte que o brasileiro nem pratica. E vai ter que ser feito.

Então, as coisas são um pouco delicadas. É muito fácil vir aqui porque perdeu uma posição disso ou daquilo e achar que o mundo é horrível ou é maravilhoso. Vai de nós continuarmos.

Sobre o que o Deputado disse, eu também acho, mas não tem nenhum presidente de clube que assina com televisão pagando menos, pode ter certeza. Se uma tivesse feito uma oferta melhor ou menor, nós brigariamos, ficaríamos lá brigando. É lógico que tem a parte técnica, visibilidade e tudo, mas todo mundo se equipara.

Qual é a outra pergunta? Desculpe. Ah, a do Guarani. Desculpe, sobre o horário. A Rede Globo vai estar aí, a Record vai estar aí, o presidente da CBF vai estar aí. Deviam ter chamado os presidentes das federações também. Nem 20% dos jogos no futebol brasileiro são às 10 horas da noite, não chega a 20%. Mas, quando estiver o pessoal aqui, a senhora pergunte, eles vão dar os dados. A maioria dos jogos é às 16 horas e às 18 horas.

A SR^a – É aí que eu acho que vocês têm influência e que podem influenciar nisso.

O SR. ANDRES SANCHEZ – Não, perfeito. Isso é outra coisa. Mas a senhora há de convir que, infelizmente, há a Federação, a CBF e as redes de televisão.

Eu acho que vocês têm influência e podem influenciar nisso.

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Perfeito. Isso é outra coisa. Mas, a senhora há de convir que infelizmente tem a federação CBF e as redes de televisão, mas não chega a 20%. A senhora pergunte para quando tiver

aqui o representante que ele vão dar o número correto. Mas é minoria. Tinha de ter jogo segunda-feira, às 11:30 horas, para passar na China, que querem pagar uma fortuna. Mas como eu vou fazer um jogo às 11 horas da manhã? Mato os atletas? Os atletas têm de comer quatro, cinco horas antes. Vai fazer o jogo 18:00 horas, eles têm de comer às 13:30 horas, 14:00 horas. Existem uma monte de regras. Não é apenas chegar e mudar. Existem os fusos horários em outros países. Tudo isso aí é complicado.

Sobre o Guarani e a Ponte Preta, é o que eu disse: nós temos mais de 250 times profissionais no Brasil. E é difícil. A receita para dividir entre todos é difícil. Nunca vai se chegar a uma conclusão. Por que o Clube dos Treze existiu até hoje? Porque alguns ex-dirigentes, o São Paulo nunca precisou do Clube, nem ia, o São Paulo foi o fundador e nunca pôs os pés no Clube dos Treze depois. Pelo contrário. Tinha horror ao Clube dos Treze. Mas sempre foi dividido da maneira que eles achavam lá para os times médios, e menores voltarem quem estava no poder. Ponto. Sempre foi feito assim. Agora iam pôr mais gente na divisão. Eu garanto para vocês que as diferenças entre os clubes vão ser menores do que seriam e foram no Clube dos Treze.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião.Bloco/PMDB – PR) – O nosso são-paulino aqui quer um espaço para o protesto. Vamos lá.

O SR. FRANCISCO MANSUR – O que aconteceu no Estádio do Morumbi, comprovado por documentos do Governo do Estado de São Paulo, foi imposto... O São Paulo tinha um projeto de R\$250 milhões. No dia 14 de abril, a FIFA fez uma série de novas exigências e o São Paulo teve de cumprir até 30 de abril. Mandou esse projeto novo, dizendo que esse projeto precisaria de mais três semanas para ser orçado. Orçou o projeto e chegou à conclusão de que esse projeto iria custar R\$630 milhões; fez uma reunião na sede do Palácio dos Bandeirantes, no dia 8 de maio; informou ao Governo do Estado de São Paulo que não iria fazer o projeto de R\$630 milhões, e que iria viabilizar as garantias para o projeto de R\$250. Enviou o projeto de R\$250, e a CBF respondeu no seu site, dizendo assim: "O projeto de R\$250 milhões do São Paulo Futebol Clube, do Estádio do Morumbi, não vai sequer ser analisado porque acabou o prazo para a viabilização das garantias". E há estádios até hoje que não apresentaram as garantias, quase um ano depois de esse fato ter acontecido, e o Estádio do Morumbi foi excluído. Esta é a razão da exclusão do Estádio do Morumbi. É só um adendo histórico. Existem várias versões. O fato que eu acompanhei, comprovado por documentos do Governo do Estado, não documentos do São Paulo Futebol Clube, mas documentos timbrados do Governo do Esta-

do de São Paulo, assinado por Secretário de Estado, foi esse o fato: atas de reunião, etc. O São Paulo não se propôs a fazer por R\$650 milhões. Se ia conseguir viabilizar ou não? Talvez não. Talvez o Corinthians tenha a capacidade de viabilizar um projeto de R\$700 milhões e o São Paulo não tenha de viabilizar um de R\$630. É possível pelas diferenças do Clubes etc, ou não. Isso aí vai ficar, a gente não foi atrás das garantias do de R\$630. As garantias do projeto de R\$250 milhões estão comprovadas e protocoladas no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo. Só queria fazer esse registro histórico, sem nenhum contraponto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião.Bloco/PMDB – PR) – Depois do registro histórico, o Andrés, para a tréplica.

O SR. ANDRÉS SANCHEZ – Não quero que vire debate entre São Paulo e Corinthians, pelo amor de Deus, o debate tem de ser dentro de campo. Muitas das coisas que ele falou têm sentido. Mas não é tudo isso que ele falou não. Eles foram atrás da Odebrecht, eles foram atrás Camargo Correia, foram atrás da OAS... Eles não conseguiram viabilizar o negocio de R\$650 milhões, que é o que custava para a reforma do Estádio. Eu não sou engenheiro, mas pelo que dizem...É verdade, bom... O que eles não entendem é que você fazer uma reforma de um estádio, eu não sou engenheiro, mas pelo que dizem, é muito mais caro do que fazer um novo. É muito mais difícil. É o que dizem.

Quanto ao Corinthians, pode ficar tranquilo, que viabilizou o dinheiro; viabilizou tudo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião.Bloco/PMDB – PR) – Para o último bloco, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, o Deputado Ribamar Alves e, para encerrar, o nosso Senador Magno Malta.

Com a palavra, o Deputado Danrlei.

O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ (Bloco/PT – RS) – Primeiro, terem aceitado o convite de estar aqui. A gente sabe que não é usual nem formal, mas importante, muito importante diante de tudo isso que foi falado, que está sendo falado.

Vi uma preocupação grande, principalmente do Presidente do Corinthians, Andrés, relacionado às questões dos atletas, que são muito deixados de lado.

Quero dizer que essa preocupação pode diminuir agora, que tem dois atletas ou ex-atletas que viveram, que viveram isso, e já conversamos, inclusive tivemos reuniões, o Romário e eu, para começarmos conversar sobre essas questões, porque os atletas têm um tipo de vida diferente. Tem de ter, sim, uma forma de melhorarmos o pós-vida futebol desses atletas. Então, em relação a isso, eu gostaria de dizer que já está sendo pensado, já está sendo conversado, e essa

preocupação não é só de vocês, é nossa. Um pouco também a gente sabe que os clubes deixam de lado os atletas pós-futebol, é muito o que acontece após essa vida do atleta, e os clubes têm um pouquinho de culpa, eu acredito, e acredito que isso vai ser mudado também.

Bom, relacionado agora com o que estamos aqui conversando, não vejo problema em usar o dinheiro público. Vejo problema em usar o dinheiro público em locais onde pós-copa não se tenha, aí sim, uma continuação do trabalho. Acredito que estou indo ao encontro de vocês também, acho que vocês falaram muito bem em relação a isso. O meu único medo relacionado a essas questões, o televisionamento e tudo o mais, é que temos uma preocupação, que é a minha maior preocupação, para que não haja, aí sim, diante de tudo isso, prejuízo para os torcedores. É o meu maior medo. Desde que cheguei aqui, falando na nossa Comissão na Câmara, acredito que possa acontecer, porque eu não vejo, de nenhum lado, o entendimento. Não o de vocês, relacionado a clubes – Clube dos Treze, clubes que pretendem sair –, mas não acredito que, na hora, se chegue a um acordo, como diz o Mansur. Eu vivi a minha vida inteira dentro de clube de futebol. Sabemos e estamos vendo aqui o quanto é difícil essa convivência entre um clube e outro. Temos essas questões também.

Agora falando de estádios, o Rio Grande do Sul é o maior exemplo. O único clube que não usou dinheiro público não está como sede da Copa, que é o Estádio do Grêmio, que já está certo que, em dezembro de 2012, será entregue para a prática do futebol, e não foi um dos estádios colocados. Por que não colocar um estádio que tem o dinheiro privado, que está certo que vai acontecer, diminuindo a colocação de dinheiro público e, ao invés disso, ser colocado em transporte, ser colocado em outras questões que vão ajudar também – acredito – isso? Estou puxando um pouco para o meu lado, mas acontece, está acontecendo. Como se o próprio São Paulo tivesse como sede, seria dinheiro privado. E seriam os dois únicos estádios do Brasil com dinheiro privado. Não tem problema nenhum. Acredito que é natural. Os estádios, na maioria deles, são de administração dos próprios Estados ou Municípios e, aí, nada mais natural que o dinheiro público venha a ser usado, óbvio, devidamente usado. Então, não há problema algum.

Voltando, e rapidamente – sei que daqui a pouco todo mundo começará a ficar cansado –, qual a garantia que vocês podem nos dar de que não vai haver prejuízo nenhum ao torcedor diante dessas negociações e dessas questões de separação dos Clube dos Treze? Futuramente essas questões também não podem, por

exemplo, vamos pegar a emissora que conseguir os direitos direto com os clubes. Hoje elas pagam muito bem, no momento em que elas virem que não tem mais ninguém por trás brigando contra – daqui a pouco, as outras que não conseguirem, vão começar a perder o interesse, pode acontecer –, e aí os clubes não estarão tão fortes, porque não tem aí, como é o Clube dos Treze, pode não fazer tantas coisas como poderiam e deveriam fazer, também acredito, principalmente relacionado às questões de auxílio a atletas – aí ele vão colocar: “Ah, mas aí tem o grupo de atletas...” Tudo isso não vem ao caso agora. Não pode, futuramente, só vir contra os clubes, e essa emissora, não importa se A, B ou C, ela, daqui a pouco vê que não tem mais a concorrência, porque a concorrência, sendo dessa forma, uma hora vai perder o interesse e voltar-se contra os clubes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Ribamar Alves.

O SR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA) – Obrigado, Senador Roberto Requião. Quero parabenizar a Comissão, principalmente a minha companheira de Partido, Lídice da Mata, pela iniciativa desta audiência, cumprimentar o companheiro Romário, grande atleta, com quem estive ontem em uma pelada. Nosso Danrlei, com quem joguei bastante também. Eu dou umas aulas para ele de vez em quando. Não sou são paulino nem sou corintiano, sou vascaíno, o melhor do Brasil. Por isso, posso falar aqui. Sou defensor do futebol, que é uma paixão como a de todo brasileiro. Todo brasileiro é jogador de futebol e médico 100%, e eu sou os dois ao mesmo tempo. Nós temos que preservar aquele que faz com que o espetáculo funcione, o torcedor. É o objetivo maior, sem ele não há por que haver espetáculo, por melhor que seja o atleta do mundo. É como pegar um microfone para fazer um comício em Londrina e não ter ninguém para ouvir o nosso Senador. Imaginem o político sem um público para ouvi-lo. A mesma coisa é o futebol sem o torcedor para ver o jogo. E é o que está acontecendo infelizmente. Apesar de dizer que 20% apenas dos jogos de futebol são transmitidos às 22 horas, mas são os 20% mais importantes, são os clássicos, os principais jogos.

Eu estava em São Paulo – eu sou do Maranhão – e fui visitar um amigo em Alphaville. Quando eu passava para lá, vinha um ônibus do Santos, numa dessas disputas com São Paulo, final de campeonato. Quando eu cheguei à casa do meu amigo, estava acabando o jogo. Então, não vale aqui o argumento do presidente do Coríntias de que os jogos às 22 horas beneficiam o torcedor porque ele tem tempo para ir em casa, porque não dá tempo. O torcedor sai do trabalho, vai direto para o estádio e do estádio vai para

casa, porque tem pegar, às vezes, dois ou três ônibus. Quem vai a estádio, quem precisa de estágio, quem gosta de estádio é aquele apaixonado e é exatamente aquele de classe mais pobre, que tem um poder muito grande de paixão.

Eu me pergunto por que não deixar em aberto para que os clubes negociem livremente com as redes de televisão. O Corinthians está com a Rede Globo, o São Paulo vai com a Rede TV, o outro vai com a Record, de acordo com a sua conveniência. Não há prejuízo de um jogar contra o outro e serem duas televisões. Por quê? Porque o campeonato é de ida e vinda. Num jogo, o Corinthians manda; no outro, o São Paulo manda. Então por que não fazer isso? Por que não deixar para o nosso torcedor...

E outra coisa, quem tem de se adaptar ao futebol é grade da televisão e não o futebol se adaptar à televisão. O jogo no Brasil é consagrado: às 16 horas, aos domingos, e às 21 horas, às quartas-feiras. Isso é em todo o Brasil. Não tem questão de fuso horário, é a questão nacional. Não é justo que tenhamos de esperar acabar a novela, que nem todo mundo gosta, que não está trazendo nada de positivo para nossa sociedade, para nossos jovens, pelo contrário, está prejudicando a formação moral dos jovens no Brasil inteiro, para assistirmos a uma partida de futebol.

Acho que poderíamos analisar essa questão, aproveitar a discussão no Congresso para que a televisão que ganhar a concorrência para transmissão do jogo abra para as televisões educativas, culturais, espalhadas por este Brasil afora, para dar mais espaço para que todos possam ver, inclusive nos longínquos rincões, como na minha Santa Inês, no Maranhão. Poderíamos fazer tudo isso.

Essa questão do contrato do Corinthians com a Rede Globo não pode ser mantida a sete chaves, porque a Rede Globo é uma concessionária pública. Agora mesmo liguei para o gabinete e pedi que fizessem um documento solicitando o valor para que a Rede Globo forneça. Ela tem a obrigação de fornecer ou poderá cometer um crime de responsabilidade. Vamos saber quanto custa esse contrato, não para que não seja feito, mas é uma concessionária pública. É uma empresa privada, mas é uma concessionária pública.

E a questão das procurações do Clube dos Treze, acredito que não seja apenas um repassador de recursos, ela deve ser um órgão que tem uma representação legal, vai entrar o recurso para repassar.

Acredito que não seja apenas um repassador de recursos, ela deve ser um órgão que tem uma representação legal, vai entrar o recurso para repassar, não pode ser só um órgão simplesmente, é isto, é aquilo, passa para cá, para acolá, tem responsabilidade legal.

Isso tem de ser respeitado também, até porque o melhor método introduzido no País foi o da concorrência. Acho que a concorrência tem de ser feita com técnica, qualidade e recurso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nosso último interlocutor inscrito. Com a palavra que tem o tempero indígena de uma moqueca capixaba e a radioatividade das monazíticas areias de Guarapari, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu vou dizer a V. Ex^a que foi o Nordeste que me pariu e o Espírito Santo me adotou. Eu sou adotivo. E realmente sobre a moqueca é verdade o que V. Ex^a está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vivido e temperado no Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com certeza.

Sr. Presidente, vou tomar muito cuidado para não cometer o erro das sessões solenes. Em sessão solene da Câmara, em sessão solene do Senado, os oradores cometem o mesmo erro: todo mundo busca o currículo na Internet, chega atrasado, outro Parlamentar já leu aquelas informações e ele lê a mesma coisa do outro. Às vezes, a Assessoria precisa avisar: olha, eu tirei essas informações da Internet, se você vai chegar atrasado, não as leia.

Então, não quero ser repetitivo e falar aquilo que já foi falado. Quero saudar os atletas, o nosso querido Danrlei, um goleiro que tantas alegrias deu ao futebol brasileiro, um atleta respeitado pela sua história – Romário, que aqui estava, também –, uma história de vitórias e alegrias para nós, cidadãos, para a sociedade brasileira. Fico muito feliz em vê-los no Parlamento, numa tentativa benéfica, saudável de serem úteis como instrumentos do esporte ao País, que imagino seja, sempre imaginei, a grande saída de enfrentamento à violência, ao crime no País, como instrumento de prevenção e instrumento de cura. Falo a partir de uma experiência de trinta anos, Senador Requião, tirando drogado da rua. É o ar que eu respiro, é a vida que eu vivo, convivendo com essa oportunidade e com esse privilégio que Deus me deu. Imagino que o esporte seja o grande instrumento preventivo para essa violência instalada no Brasil hoje, de uma forma que não entendemos e não enxergamos aonde vamos parar.

Dizia eu ao Ministro da Educação que esse é o grande momento de instituímos e instalarmos o esporte de forma obrigatória nas escolas. Nós somos o País do futebol e crescemos, hoje, nas artes marciais no mundo, como nunca. Há uma visibilidade dos atletas das artes marciais no Brasil que é uma coisa tremenda. Eu estava assistindo à luta do corintiano Anderson

Silva e achei que ele estava fazendo publicidade. Falei: você tinha que ter colocado a blusa do flamengo. Ele disse: eu sou corintiano, velho. Perguntei: você não é de Curitiba? Ele respondeu: não, sou de São Paulo.

Aproveito para fazer o registro que sou flamenguista, sou feliz. A diferença entre o flamenguista e outro torcedor é que o flamenguista sofre pouco: os outros sofrem dez anos, quinze anos, e a gente sofre pouco, um ano e meio, dois anos, aí vem um títulozinho. A gente sofre pouco. Agradeço ao Deputado torcedor do Vasco, porque o Vasco é nossa alegria.

Senador, porque tem mais flamenguista do que vascaíno? Porque urubu vem voando e bacalhau, só importado.

Em compensação, não tem cabeça.

Estou muito feliz. Quero cumprimentar o Andres, o José Francisco, do São Paulo, time pelo qual nutro muita admiração. Acho que processo depurativo, aperfeiçoador das administrações do clube... Onde tem gente tem problema. A gente avança e está sempre detectando que há problemas a serem resolvidos. Eu penso que, neste momento, em que nós chamamos para nós, com alegria essa Copa – penso também que é muito dinheiro jogado fora, se avaliar do ponto de vista de R\$700 milhões, R\$600 milhões, R\$200 milhões num estádio que, amanhã, quando a Copa encerrar, ele virará um elefante branco. Esse dinheiro tiraria muita gente do esgoto, faria muita casa, faria muito à infraestrutura. Mas a avaliação não é essa! A colocação do Andres está certo: o que é combinado não é caro! A gente não queria a Copa? Queria! O Brasil disse que queria a Copa! Quem manda não é a FIFA? Estava combinado lá atrás... Estava combinado. Então, é ela quem manda e ia a todos os lugares. Acontecem algumas coisas no meio do caminho... Por exemplo: a Autoridade Olímpica poderia ser Romário... A Autoridade Olímpica poderia ser o Darnlei... Não foi Beckenbauer, não foi Platini? Por que aqui é Ricardo Teixeira? Que faz um contrato eu com eu... A música do Milton Nascimento: eu caçador de mim; eu contratante de mim... Não é? Inclusive, fiz um requerimento ao Presidente Sarney para tirar uma Comissão para acompanhar esse contrato, porque isso é nefasto, isso é absolutamente imoral! Eu gosto de fazer investigação que chegue a algum lugar. Nem diria que nisso cabe uma CPI, mas cabe uma urgência e que o Ministério Público Federal... Não há necessidade de essa Casa instalar isso. Há coisa muito mais prioritária como a questão da criança, a questão do abuso, da violência, a questão mais iminente, do ponto de vista de família, como a questão do enfrentamento das drogas. Mas um Ministério Público eficiente não pode dormir com uma questão como essa. E, aí, entra-se naquelas

questões, que Andreas começou a tocar aqui: “Não, porque é um time menor aqui, reparte-se aqui... Porque são esses que votam para fazer a manutenção do poder, não é? Aí, nego se eterniza! Esse debate é muito bacana. Quando eu vi vocês dois batendo boca, eu disse: deixa, deixa, deixa! Dê réplica, tréplica... E, aí, você acaba tomando conhecimento de uma série de coisas muito bacana. Nesse debate que o povo está vendo pela TV, a gente pode colocar uma série de coisas que podemos depurar para o futuro. Hoje, se diz o seguinte: não se pode fazer o enfrentamento às bebidas alcoólicas, porque a Copa vem aí e elas são as grandes patrocinadoras de cerveja. O Brasil arde em chama, a família, com o advento das drogas. Sabe onde começa? Na bebida alcoólica. Começa na bebida alcoólica! E nós convivemos com o descalabro de... Frente Parlamentar do Crack... Eu tenho 30 anos que apoio os drogados, Senador... Eu tenho 150 drogados, meninos de 7 anos e há gente de 70 anos na minha instituição. E não tem nada de poder público naquilo lá, não! É uma vida, é sacerdócio com minha família. E, aí, tudo começou no álcool aqui e ali, dentro de casa e na porta da escola. Aí, eu vejo o sujeito que teve o privilégio de virar técnico da seleção brasileira e que virou “garoto propaganda da bebida alcoólica” em um país do futebol onde se imita o jogador, se imita a quem venceu, a quem chegou... O sujeito que tinha de dar exemplo não dá...

E, aí, o seguinte: é nefasto você ver alguém... O sujeito fora da atividade ou dentro da atividade com a concordância do seu clube, mas com a camisa da seleção brasileira... Chegou à seleção brasileira... Isso é um privilégio para o jogador de futebol... Seleção brasileira... Aí, ele vestiu, foi lá, jogou na Copa América e virou “menino propaganda” da bebida alcoólica. Quer dizer, o que adianta nós estarmos lutando aqui, Ministério da Justiça, Presidente da República querendo fechar fronteira e nós aqui agonizando com a violência que entra no País... E tudo não começa com o crack... Esse é um debate idiota! Porque o problema no Brasil não é crack, o problema no Brasil é álcool! É um País de hipócritas, de pessoas que se alcoolizam, País de fumantes que põem o dedo no nariz da polícia, põem o dedo no nariz dos políticos para resolverem um problema que começou em casa. Criação de filho é problema de pai e mãe, não é nem de polícia, nem de políticos. Cada qual cuida do seu. Você vê... O técnico da seleção brasileira é o “garoto propaganda” de bebida alcoólica... Mamãe, me acode! Em que mundo nós estamos!...

Então, este é o momento, em que estamos com dirigentes de futebol, pessoas que amam o futebol, pessoas que estão... mau ou bem, ruim ou sei lá o quê,

mas é o que nós temos. Acho que o processo depurativo é o que importa. Fica minha palavra. Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer sobre seu contrato. Acho que é um direito seu. É um direito seu. Embora a rede Globo tenha lá uma concessão pública, e é o direito de o Deputado fazer o requerimento a ela, que tem concessão pública. Você não tem concessão pública, você não tem satisfação a dar a ninguém com relação ao que você faz ou deixa de fazer com seu clube. Você tem a seu Conselho lá e a quem te elegeu. Fora isso, ninguém! E a seu torcedor... Agora, a emissora tem equipamento; a concessão é pública. E, aí, há que responder. Não quero entrar nesse mérito, não quero entrar nessa discussão, até porque não tenho cancha para isso. Conheço por informação. Não conheço em profundidade, não mergulho nessas questões. O País é tão ávido pelo esporte futebol que o torcedor brasileiro, independente da discussão que se coloque – e toda discussão é muito importante –, mas o que se colocar para ele, ele vai... O que colocar para ele, ele vai... É plausível a discussão que nós temos fusos horários, com relação aos países que estão muito longe de nós e até alguns que estão muito próximos, toda essa discussão para se equalizar e chegar àquilo que é melhor para o torcedor brasileiro. Eu penso que precisamos de paz nos estádios. E paz nos estádios se faz com consciência e sem alteração comportamental. E alteração comportamental se dá com bebida alcoólica, com as drogas da legalidade. E, aí, nesse momento, Senador, nós não podemos fazer esse enfrentamento, porque vem a Copa, vêm as Olimpíadas e são eles que vão...

E eu peço o seguinte, Srs. Diretores, que este debate tome conta das diretorias de vocês com relação aos atletas, porque eles viram espelhos das crianças. Hoje, há tantos meninos que cadáveres (estão em cemitério), que morreram, porque começaram com a bebida alcoólica, porque viram jogador de futebol beber. Viva Pelé! Que sempre se recusou a fazer publicidade de bebida alcoólica e não foram poucas as vezes em que foi instado a isso. Viva Pelé! Que se recusou a fazer propaganda de cigarro. Cigarro mata 10 pessoas, por hora, neste País. Então, vivam as pessoas que fizeram esse enfrentamento! Então, minha palavra neste momento, que sou amante do esporte. Sou desportista... Sou flamenguista de coração mesmo! À vera mesmo! E sou cruzeirense também... Sou cruzeirense... E tenho até mais de um: sou Vitória, também, na Bahia. Qual é o problema? Você quer que eu torça para algum time lá? Atlético Paranaense, que é rubro-negro também, eu vou... Onde estiver preto e vermelho... Só o azul que destoa um pouco.

Então, fica minha palavra. Penso que nós vamos ter, realmente, construções de estádios e Estados grandes, que gostariam de receber uma Copa e, de repente, construir estádio para receber time sem expressão. Porque tem seleção que não tem expressão nenhuma. Não vai ganhar nada e vão ser eliminados na primeira. O primeiro tapa que tomar, cai... Entendeu? Aí, constroem um estádio valente, cheiro de dinheiro, para uma seleção de nada, que vai ser tirada para nada. Passa por lá, vai embora e, depois, fica um elefante branco. Mas, o que é combinado não é caro. Nós queríamos a Copa! E isso estava combinado. A Copa veio. Nós ganhamos. Então, não há o que reclamar disso. Imagina-se que, daí para frente, o Poder Público, os homens públicos, os gestores públicos achem uma maneira de utilizar bem esses estádios que vão ficar, de maneira a que sirva à comunidade, de maneira que sirva à sociedade.

Mas, agradeço ao Sr. Presidente, sua benevolência e os cumprimentos. Fica esta minha reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Parabéns, Magno, pelo bom uso do tempo.

Eu tinha advertido pelo tempero indígena, sem a atenuante do óleo de dendê e com a radioatividade monazítica das areias de Guarapari. Colocou, com precisão, uma análise do que acontece nesse jogo todo de interesses e de somas incriveis de dinheiro.

Com a palavra, para iniciar a resposta... O nosso representante do São Paulo escapou da primeira posição. Então, passo para o Sanchez, do Corinthians.

O SR. ANDRES SANCHEZ – Primeiro, responder ao nobre Senador, até por ser Senador, não é?

Senador, eu tenho dois males: eu sou muito franco. Não sou alcoólatra, mas bebo. E, infelizmente, fumo e estou tentando parar de fumar. Mas, o que não pode ter neste País é você proibir a cerveja, seja a bebida que for, em um estádio de futebol. E, no Carnaval, só dá bebida; no rodeio, só dá bebida; no boi, que vai não sei o quê, lá, só dá bebida... E só o futebol não pode ter sua bebida no estádio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Por isso é que eu disse que a hipocrisia com que se trata do assunto é que um País de pessoas que bebem e querem que os políticos resolvam o problema do crack.

O SR. ANDRES SANCHEZ – Isso... Então, eu entendo. Eu, infelizmente, tenho esses dois males: um, estou tentando parar de qualquer maneira...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Parabéns!...

O SR. ANDRES SANCHEZ – O primeiro, não vou parar, porque não chego a ser alcoólatra, graças a Deus. Mas tenho que parar com isso aí: no futebol

não pode; no Carnaval, só bebida; rodeios e essas coisas todas, só bebida. Então, tem de ter um critério um pouquinho diferente, porque somos muito prejudicados nisso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não é que aqui não pode e no outro pode. A sociedade tem de refletir, a família tem de refletir. Na família, deve-se perguntar: “Que tipo de filho estou criando? Que testemunho meu filho pode dar do que vê em casa?” Porque o menino aprende a beber dentro de casa, vendo o pai, não aprende no Corinthians, não aprende no Conselho Tutelar, ele não aprende aqui. Mas na hora em que alguém é morto por droga na rua, essa família, que não deu o exemplo na criação, fala: “Não, a culpa é desses políticos que estão lá só para aumentar o salário deles”. Vem com um discurso que não cabe ou, então, fala: “Não tem polícia na rua!”. Tu não criou teu filho direito, campeão! Teu filho leu errado na tua vida; a leitura do livro da tua vida era muito ruim. Então, a minha reflexão é a partir da família; não é que no futebol não pode e nos outros não pode. Acho que a reflexão tinha de ser que não pode em lugar nenhum.

O SR. ANDRES SANCHEZ – Na sociedade como um todo, perfeito.

Mas, especificamente, o negócio do futebol: veja como são contraditórias as coisas. O Darnlei perguntou... Não me lembro, Darnlei, desculpe.

O SR. DARNLEI HINTERHOLZ (PTB – RS) – Qual é a garantia, já que a gente vê, inclusive aqui, na própria conversa de vocês, que muitas vezes não há entendimento. Isso é normal, natural. Sou de um Estado onde os dois clubes são, realmente, inimigos dentro de campo e, fora, as torcidas não podem se olhar também. Qual é a garantia de que não vai haver prejuízo algum para o torcedor em função dessas negociações separadas?

A outra – tu deves lembrar – é a questão de que, no futuro, daqui a pouco, algumas podem perder esse interesse e vir contra os próprios clubes essa questão.

O SR. ANDRES SANCHEZ – Primeiro, eu repito: sou da opinião de que quanto mais emissoras transmitirem melhor. Que se faça um acordo antes entre os dois clubes – paga aqui, paga ali – e todo mundo transmite, mas, pelo andar da carruagem, não vai ser assim.

O clube responde por você. Acho que não vai haver prejuízo algum para o torcedor.

Quanto aos clubes quererem ou não quererem: é difícil realmente, até pela rivalidade, trabalhar junto. No entanto, há muitas coisas comuns que são importantes para todos. Obviamente que alguns querem colocar o ingresso mais caro ou mais barato, cobrar mais aqui ou mais lá, ganhar ou não ganhar o campeonato, mas,

no resto, todos os clubes conversam. Os presidentes do Inter e do Grêmio conversam, se acertam. Agora, há coisas que realmente ficam difíceis em função da rivalidade que existe, simplesmente isso.

Agora, não vai haver prejuízo algum para o torcedor. Na minha forma de ver, como foi dito... E mandar o meu jogo, aceito na hora. Mas, aí, vai voltar aquilo que aconteceu na Espanha: clubes com mais força vão vender mais caro e os clubes com menos força... Não vou pagar, vou pagar quando você for jogar com o Corinthians, com o Flamengo, com o Vasco, com o São Paulo. Fica uma coisa desproporcional. Então, acho que a lei brasileira, realmente, tem algumas coisas que nos dificulta, mas a maioria, nesse sentido de televisão, é importante.

Agora, o que nós não podemos deixar de fazer é essa emissora não transmitir jogo no Aranhão, não transmitir jogo onde não tenha acesso. Aí fica difícil para o torcedor. No maior, acho que não tem problema algum.

Quanto ao valor, Deputado: o meu balanço está todo mês no site. Eu ponho lá quanto é televisão... Vai estar lá o dinheiro. É só fazer a conta, vai estar lá o valor. Eu não tenho nada de mostrar... É que tem um negócio de confiabilidade que eu não... Meu conselho sabe, meu torcedor sabe, mas, infelizmente, não dá. Agora, eu acho que tinha de mostrar. Já que é uma construção pública, o senhor entende isso, tinha de mostrar quanto a AmBev paga para ele. Também quero saber quanto é porque vai ser a diferença que vou cobrar a mais na televisão, no meu contrato. Então, tem de abrir da AmBev, das Casas Bahia, Magazine Luiza, da Volkswagen, de todas, em todos os canais de televisão, para ver quanto eles cobram para pagar para mim, para cobrar o meu futebol. A conta é essa, Deputado. A conta não é se ele vai me pagar um bilhão ou dois, é quanto ele consegue no mercado publicitário. Ele vai tentar pagar para o meu clube, para o futebol. Se o senhor conseguir isso, eu também quero saber, estar lá dentro, quero ver quanto vai ganhar todo mundo. O senhor pode ter certeza de que vou brigar mais do que o senhor para cobrar mais. Pode começar que o senhor tem o meu apoio. Agora, eu querer mostrar o meu contrato ou não, é direito de cada um. Isso é um direito de cada um.

O horário dos jogos. Eu não disse para o senhor, em momento algum, que os jogos das 22h são bons para o torcedor, não sou hipócrita de dizer isso. Dez horas não é bom para o torcedor, prefiro assistir jogos às 19h, 19h30min, às 20h, não é nem às 21h, mas, infelizmente, pela estrutura existente em todo o planeta futebol, no Brasil tem de ser às 22h, mas não são nem 20% dos jogos, não chega a isso. E só tem

durante a semana, que são jogos da Copa do Brasil ou da Libertadores. As finais dos outros jogos do campeonato brasileiro, do paulista ou dos regionais, sempre, são no domingo à tarde, os grandes clássicos são aos domingos. Aliás, tem até briga na tabela para colocar os clássicos no domingo às 16h.

Infelizmente, os jogos da Copa do Brasil e da Libertadores têm de ser no meio da semana, simplesmente isso. O resto é normal. Mas o senhor pode ir com tudo que tem o apoio de todos os clubes. Na Record, na Rede TV, na Bandeirantes, em todas. Pega o programa às 15h, às 5h, sei lá que horas. Nós queremos saber tudo, Deputado. Se nós conseguirmos pegar... *Pay per view*, então... O senhor pode ir em cima do *pay per view*. Quem assina pelo Corinthians o *pay per view*? Quem assina pelo São Paulo? Vamos com tudo! O senhor tem o apoio de todos os clubes e de todas as torcidas.

O SR. JOSÉ FRANCISCO MANSUR – Eu preciso começar dizendo que, em nenhum momento, eu bati boca com o presidente, não tenho nem a condição hierárquica. E vou dizer mais, Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu errei a palavra, eu não quis falar bate-boca, quis dizer que foi um debate – mas ele falou que você bate boca mesmo!

O SR. JOSÉ FRANCISCO MANSUR – O presidente vai me levar para almoçar depois. Se ficar caracterizado que houve essa briga, ele vai me des convidar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Retiro essa palavra. Coloquei essa palavra, mas com a intenção de dizer que era debate mesmo. Um debate desse é saudável, é importante para que nós, que estamos do lado de cá, tomemos conhecimento. Eu quis falar que era uma coisa saudável. Era debate, não era bate-boca, não tem ofensa, não teve nada.

O SR. JOSÉ FRANCISCO MANSUR – Eu queria pontuar o seguinte, Senador e Deputado Danrlei. Se a gente pegar o registro desta nossa reunião, vai ver que a gente teve muito mais pontos de convergência – muito mais – do que de divergência. Concordo com muitos dos itens mencionados pelo presidente Andres. E agrego este último, porque a questão da bebida no estádio está fazendo com que a pessoa beba muito mais fora, porque ela quer beber uma quantidade grande de álcool antes de entrar no estádio. Se ela pudesse beber lá dentro, pegaria uma fila, teria o jogo para assistir, beberia de uma forma que causaria menos dano, uma coisa mais social – sem prejuízo de reconhecer o trabalho que o Senador Magno Malta faz, que é conhecido no Brasil inteiro. Acho que, na questão da bebida

no estádio, tivemos mais um ponto de convergência com a opinião do presidente.

Temos uma questão divergente relacionada à Copa. Volto a dizer, Senador: na página 3 da *Folha de São Paulo*, quando a Copa veio para o Brasil, o Presidente da CBF escreveu que a Copa seria privada. Então, não estava combinado. Então, não tenho a pretensão de fazer esse contraponto e não queria que ficasse esse substrato dessa nossa conversa, que foi tão rica, porque a divergência ressalta mais que a convergência. A divergência aparece mais, ainda mais quando se trata de futebol.

Então, a gente converge na grande maioria dos pontos; com o que o presidente Andres falou, a gente concordou – não tenho a pretensão de concordar nem de discordar dele –, mas as pequenas divergências acabam se destacando. É assim na imprensa, é assim na vida, deve ser assim também aqui, nas casas legislativas. Na maioria dos pontos, a gente converge, inclusive na minha aceitação do convite dele para almoçar, que espero estar mantido! Ele é presidente e eu, hierarquicamente inferior... É claro que é ele que está me convidando...

O SR. – Quem tem o contrato maior paga.

O SR. JOSÉ FRANCISCO MANSUR – Vou receber então, vou almoçar muitas vezes.

Então, eu queria colocar assim: nós tivemos muito mais... Essa coisa passa... O presidente Andres fez uma manifestação muito importante sobre isso nas semanas que passaram. A gente não pode passar essa questão da hostilidade para o torcedor. Às vezes a gente se excede, é errado. O futebol não tem que transbordar para a violência. Nós temos que divergir em alguns pontos, como os senadores divergem, como os deputados devem divergir em um ou outro ponto. As nossas convergências são maiores e, no final, o que a gente produz, é um produto que se presta à diversão, ao entretenimento, ao aprimoramento cultural e não deve se transformar... Então, longe de mim... Se eu, de alguma forma, bati boca, peço até desculpas, porque eu não tenho nem prerrogativa hierárquica para me colocar assim diante do presidente Andres.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu quero desempatar essa questão como Presidente da Comissão, e quero desempatar com uma observação do pessoal que secretaria a Comissão. Eles me perguntaram em determinado momento: o que está havendo entre o Andres e o Mansur? É namoro ou amizade?

(Risos)

O SR. JOSÉ FRANCISCO MANSUR – Eu continuo acreditando que, no final, haverá entendimento, Deputado Danrlei, porque essa receita de TV ainda é

muito importante para os clubes. Então, os clubes não vão, por falta de entendimento, abrir mão dela. E o não transmitir significa também o não pagar. Quer dizer, acho que, no final, haverá também a convergência, uma convergência debatida, uma convergência buscada com tenacidade. Mas como hoje aconteceu de convergimos – na maioria dos casos convergimos e divergimos na minoria – acho que, no final, o campeonato vai ser transmitido, chegando, democraticamente, aos lugares mais distantes do País. Com relação a esta questão da transmissão de TV, penso que vamos ter muito mais coisas a comemorar, muito mais aspectos positivos deste momento que estamos vivendo do que aspectos a lamentar.

Então, primeiro, quero transmitir esta palavra de conciliação e, segundo, de esperança que a coisa vai ser, sim, bem resolvida para todas as partes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, que foi uma das autoras da convocação da audiência e permaneceu em campo até o fim do segundo tempo. Também quero cumprimentar o Corinthians e o São Paulo que, com coragem, entraram em campo e jogaram este jogo. Quero lamentar a ausência dos times que haviam se comprometido e, não se sabe por que, desistiram à última hora.

Quero comunicar à Comissão que na próxima terça-feira estamos na antevéspera de uma série de feriados. No entanto, determinei à Secretaria da Comissão que perguntasse aos Srs. Senadores se desejavam que a Comissão mantivesse a sua reunião ordinária. Dos 24 Senadores, 13 declararam que estariam aqui.

Portanto, no momento do encerramento desta reunião, convoco a próxima reunião para a terça-feira e dou esta bela audiência pública do Corinthians e do São Paulo por encerrada, agradecendo a presença dos Deputados que nos honraram com a sua participação.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 40 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dezoito de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice

da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Vital do Rego e Fleixa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Marisa Serrano, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro e Marinor Brito. Justificam a ausência os Senhores Senadores João Alberto Souza, Paulo Bauer e Francisco Dornelles. Neste momento, a Presidência informa que mesmo alcançado o quórum exigido pelo Regimento Interno do Senado Federal no livro de presença da Comissão, grande parte dos membros não se encontra presente na sala de reuniões, o que dificulta o debate de matérias importantes elencadas na pauta. Desta forma, ficam adiadas as seguintes matérias constantes da pauta: **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2007; Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2010; Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 260, de 2009; Item 005: Requerimento**, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim e Paulo Davim; **Item 006: Requerimento**, de autoria do Senhor Senador Wellington Dias; **Item 007: Requerimento**, de autoria dos Senhores Senadores Ana Amélia, Marisa Serrano, Kátia Abreu, Marinor Brito e Cristovam Buarque e **Item 008: Requerimento**, de autoria das Senhoras Senadoras Gleisi Hoffmann, Ângela Portela e Ana Rita. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, agradece a presença da Senadora Ana Amélia e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quinze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Havendo número regimental, embora as Sr^{as} e os Srs. Senadores tenham assinado a lista de presença, em função de uma sobreposição de horários de comissões do Senado, não se encontram presentes.

Eu não vou cometer a indelicadeza com o Senado, a televisão, de levar à frente uma comissão sem capacidade de deliberação.

Agradeço a presença da Senadora Ana Amélia, dou por encerrada a sessão e convoco outra para a próxima terça-feira.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 15 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, João Vicente Claudino, Delcídio do Amaral, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, José Agripino, Armando Monteiro e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Neste momento, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 1**). **Item 009: Requerimento nº 16/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria das Senhoras Senadoras Ana Amélia, Marisa Serrano, Kátia Abreu e Marinor Brito; e do Senhor Senador Cristovam Buarque, que requerem "... no intuito de aglutinar os Requerimentos nº 5/11-CE, nº 6/11-CE e nº 11/11-CE, anteriormente aprovados por este Colegiado, e proporcionar uma maior concisão aos debates e a representatividade que o tema exige, a realização de Audiência Pública para discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino técnico profissionalizante". O Requerimento é aprovado. Logo após, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento para inclusão do nome do Senhor Antônio

José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) entre os participantes da Audiência Pública, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 2**). **Item 008: Requerimento nº 18/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Wellington Dias, que requer "... nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE com o objetivo de discutir a interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas. Indico para participarem como expositores desta audiência pública: 1. Glauco Antonio Truzzi Arbix – Presidente da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; 2. Antônio José Medeiros – Ex-Secretário da Educação do Estado do Piauí; 3. Rui da Rocha Loures – Grupo Positivo; 4. Alvaro Toubes Prata – Vice-presidente da ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior". O Requerimento é aprovado. **Item 010: Requerimento nº 19/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria das Senhoras Senadoras Gleisi Hoffmann, Ângela Portela e Ana Rita, que requerem "... com fundamento nos arts. 73, 74 e 76, combinados com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), da *Subcomissão Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar*, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora". O Requerimento é aprovado. A Presidência fixa a Subcomissão em três membros titulares e três suplentes, designando as Senhoras Senadoras Gleisi Hoffmann, Ângela Portela, Ana Rita e Lídice da Mata e os Senhores Senadores Wellington Dias e Inácio Arruda. Determina, ainda, o funcionamento da mesma às segundas-feiras. Logo após, a Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria dos Deputados Fátima Bezerra, Iram Barbosa, Cândido Vaccarezza e Maurício Rands, que "Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, com a abstenção dos Senadores Cristovam Buarque e Alvaro Dias. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador

Wilson Matos, que “Altera o Art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Cláudio Diaz, que “Denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é rejeitado por 12 (doze) votos favoráveis, com voto contrário da Senadora Ângela Portela e a abstenção do Senador Wellington Dias. **Item 005: Ofício “S” nº 46, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que “Encaminha ao Senado Federal, cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito daquela Câmara Legislativa, destinada a apurar ‘eventuais irregularidades no sistema de arrecadação, distribuição e tabela de taxas utilizadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), em Mato Grosso do Sul, relativamente a direitos autorais’”. O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o parecer é pelo arquivamento do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. Neste momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 3**). **Item 012: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 15/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, que requer “Em aditamento ao Requerimento de nº 08/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública, para debater “*A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol profissional realizados no Brasil nas diversas modalidades de mídia*”, requeiro que seja incluído no rol de convidados o Sr. João Carlos Saad – Presidente do Grupo Bandeirantes de Televisão”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 17/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, que requer “Em aditamento ao Requerimento de nº 05/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública, para “*discutir a situação*

nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino, em particular do ensino técnico profissionalizante”, requeiro que seja incluído no rol de convidados o nome do Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 20/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Marinor Brito e Paulo Paim, que requerem “... nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para discutir o aspecto conceitual do Plano Nacional de Educação, assim como fazer um balanço do anterior (2001-2010), e as perspectivas para o próximo PNE (2011-2020). Para tanto, sugerimos os seguintes convidados para participar da referida audiência: Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação; Sr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Sr. Célio Cunha, Assessor Especial para a área de Educação da UNESCO; Senador Cristovam Buarque e Senadora Marinor Brito”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2010; Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 260, de 2009; Item 007: Requerimento**, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim e Paulo Davim; **Item 011: Requerimento**, de autoria do Senhor Senador Clésio Andrade. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os quatro primeiros itens da nossa pauta são terminativos na comissão; portanto reclamam votação nominal. E, embora nós tenhamos na lista de presença o número de Senadores e Senadoras necessário para a votação nominal, em função da sobreposição de reunião de várias comissões, eles não estão presentes neste momento.

Nós vamos aguardar a presença para colocar essas matérias em votação.

Eu abro, então, a nossa sessão com um requerimento da Senadora Ana Amelia que trata da realização de audiência pública para debater a aquisição de direito de transmissão de jogos de futebol profissional realizados no Brasil nas diversas modalidades de mídia. Requeiro ainda, diz a Senadora, que seja incluído no rol de convidados o Sr. João Carlos Saad, presidente do Grupo Bandeirantes de Televisão. É extrapauta esse requerimento.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Senador, eu agradeço muito a inclusão, porque, como a Senadora Lídice da Mata e a Senadora Marisa Serrano estão envolvidas também nesses processo, imagino que não haja nenhum problema em relação ao número de participantes desta audiência pública em função do interesse até demonstrado para, digamos, tornar mais democrático esse debate...

A Senadora Marisa está chegando também!

Subscrever o requerimento desta audiência pública sobre este tema.

Então não entendo que haja problema. Seria muito boa a participação do Grupo Bandeirantes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, e na certeza de que seria aprovado o seu requerimento, a comissão já tomou a liberdade de fazer um pré-convite ao Sr. João Carlos Saad. E ele estará presente na nossa reunião amanhã.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se nenhum Senador se manifesta em sentido contrário, está aprovado o requerimento da Senadora Ana Amelia.

Então, na reunião de amanhã, nós teremos como convidados confirmados o Fernando de Magalhães Furlan, presidente do Cade, o Ricardo Terra Teixeira, presidente da CBF, Fábio André Koff, presidente do Clube dos 13, Evandro Guimarães, vice-presidente das Organizações Globo, e Edjail Adib Antonio Kalled, superintendente de operações da Rede TV, Paulo Calil, diretor de eventos da Rede Record, José Carlos Silveira, diretor de esporte do Grupo Bandeirantes de Televisão.

Na verdade, o representante da Bandeirantes não será o Sr. João Carlos Saad, mas, indicado por ele, o Sr. José Carlos Silveira.

Passamos para o Item nº9 da nossa pauta.

É o Requerimento nº2011 de autoria da Senadora Ana Amelia, Marisa Serrano, Kátia Abreu, Marinor Brito e Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, a Senadora Ana Amelia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, esse requerimento diz respeito a ensino profissionalizante?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – No intuito de aglutinar os requerimentos anteriormente aprovados por este colegiado e proporcionar maior concisão aos debates e à representatividade que o tema exige, a realização de audiência pública para discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino técnico profissionalizante. Estou lendo. Para tanto, sugerimos sejam convidados para participar da referida audiência: o Sr. Eliezer Moreira Pacheco, secretário de educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação, Robson Braga Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Daniel Klüpper Carrara, secretário-executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Sr^a Maria Nilene Badeca da Costa, Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e Presidenta do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed –; senhor Marcos Formiga, Professor da Universidade de Brasília; e o senhor Antônio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional de Educação.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, estou fazendo um aditamento, porque embora tenhamos feito uma reunião com a Senadora Marisa Serrano, a Senadora Marinor Brito e o Senador Cristovam, uma reunião administrativa para decidir a relação dos participantes da audiência pública, imaginou-se que todo o Sistema S... São quatro instituições que operam nessa área e que têm uma responsabilidade muito grande, porque é recurso público aplicado nessa preparação de jovens no ensino profissionalizante. Havia se limitado a cinco pessoas, mas houve uma solicitação da Confederação Nacional do Comércio, que tem o Senac, com um papel relevante na área, especialmente quando se discute turismo, copa do mundo e tudo mais. Por isso, fiz um aditamento para que também a representante da Confederação Nacional do Comércio estivesse presente. O Senador Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, o nosso Senador de Minas Gerais, abriu mão de participar para colaborar com os trabalhos. Penso que não haja também problemas e gostaria que os senadores

entendessem, dada a manifestação da entidade, e participassem também nesse debate, já que o próprio Senador Clésio Andrade abriu mão, como representante da Confederação Nacional dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O requerimento é um aditamento para participação da CNC, enviado ao senhor Antônio José Domingos de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Os Senadores contrários, queiram se manifestar. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste em contrário, está aprovado.

Passamos para o item 8 da pauta.

Requerimento do Senador Wellington Dias, de 2011, não terminativo.

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de discutir a interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, acertamos de fazer, inclusive em conjunto com o outro já aprovado que vai no mesmo sentido. Temos, hoje, inúmeras experiências que dão certo, posso citar aqui um exemplo praticado em muitos Estados. A inovação tecnológica permite, por exemplo, acelerar a qualidade, a melhoria em andamento, e pode perfeitamente ser utilizada de forma eficiente em regiões em que se tem uma baixa qualidade na educação. Cito aqui o Município de José de Freitas, que é um município no meu Estado que tinha o mais baixo IDEB nas suas escolas, com a apresentação de inovações tecnológicas – desde a chamada lousa digital, formas de uso de computadores, de laptops, formas de aprendizado audiovisual, com o uso da tecnologia na matemática, no português – que ajudaram com que essa escola passasse, em apenas quatro anos, da pior situação para quatro anos na frente das metas que estavam colocadas. Então, creio que a experiência que podemos ter aqui, com esses convidados, é de indicar, tanto ao Governo nacional como estaduais e municipais, um melhor uso da tecnologia, da inovação, nessa direção. Por isso que considero importante o debate na Comissão, repito, unificado com um outro requerimento já apresentado, conforme foi tratado aqui na coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Wellington expôs o seu re-

querimento. Senadores que concordam fiquem como estão, os contrários, manifestem-se. *(Pausa)*

Aprovado.

Item 10.

Autoria da Senadora Gleise Hoffmann, Ângela Portela e Ana Rita.

Requer uma criação de uma comissão temporária de enfrentamento à violência no ambiente escolar, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogo com o objetivo de analisar debater as relações no âmbito escolar e apresentar propostas ao Poder Público.

Eu me preocupo muito com essas subcomissões. A informação que tenho é de que o Senado já criou qualquer coisa como 33 ou 36 subcomissões. Tenho certeza de que o Plenário não deixará de aprovar essa proposta das três Senadoras. Mas se as três Senadoras concordarem, eu faria um adendo a esse requerimento: que as subcomissões fossem constituídas, mas que passassem a operar segunda-feira pela manhã ou quinta ou sexta. Senão, estaremos aprovando uma comissão que rigorosamente não vai encontrar espaço para se reunir.

Senadora Ângela Portela com a palavra.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, a nossa ideia, da Senadora Gleise e Senadora Ana Rita é abrir um espaço de discussão na criação dessa subcomissão temporária para abordar o tema da violência nas escolas brasileiras principalmente em função do episódio triste que aconteceu em Realengo, Rio de Janeiro. O tema “violência nas escolas” é recorrente em nosso País. Queríamos, com a criação desta subcomissão, discutir mais aprofundadamente a questão das diversas práticas dessa violência que ocorre nas escolas. Queremos abordar a violência dos alunos com professores, com pais de alunos, o *bulying*, que está muito popularizado, enfim, uma série de ações que são corridas de forma violenta por parte de alunos nas escolas brasileiras. Temos pesquisas do IBGE que mostram que um terço dos estudantes brasileiros, ou seja, 30,8% sofrem violência nas escolas. A maior proporção das ocorrências é na escola privada. São 35,9% contra 29% em escolas públicas.

Então, queremos, com a criação desta subcomissão, fazer um debate mais aprofundado sobre o tema, envolvendo especialistas, professores, Poder Público, autoridades, comunicadores, vítimas da violência, fazer um debate profundo, com análise, com tudo, reflexões. Depois, de posse dessas análises, pretendemos apresentar uma proposta ao Congresso Nacional, à sociedade civil organizada para termos, de certa forma, condições de oferecer nossa contribuição,

a contribuição do Senado Federal, da subcomissão, na direção de obter uma sociedade educadora. Pretendemos, nesta subcomissão, discutir o ambiente escolar, a família e a escola, o papel da mídia na formação educacional, práticas que podem mudar essa realidade nas escolas brasileiras. Então, pedimos aos nobres colegas Senadores a aprovação da criação da nossa subcomissão de enfrentamento à violência no ambiente escolar. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata. Posteriormente Senadora Marisa Serrano.

A SRA. LIDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, obviamente não tenho nada contra o conteúdo da subcomissão que está sendo proposta. No entanto, já me posicionei na própria Comissão de Desenvolvimento Regional – aqui agora o faço novamente bem como já o fiz o plenário – bem como outros Senadores, no sentido de que estamos preocupados com o grande número de subcomissões e a viabilidade de que elas possam ocorrer. Na Câmara dos Deputados, a existência das subcomissões tem papel diferente das comissões do Senado. Lá, as subcomissões se reúnem pra fazer uma pauta para que a comissão debata aquele assunto.

Não existe enquanto forma viva independente. Pelo menos eu não conheço nenhuma experiência de que uma subcomissão na Câmara tenha tido essa independência de ação. Esse tipo de proposta teria sido transformada em um seminário, por exemplo, na Comissão de Educação da Câmara. Tanto eu quanto o Deputado Pinheiro participamos. Não me lembro se a Deputada Angela participou.

Então, é muito difícil votar contra uma proposição que se dispõe a aprofundar a discussão sobre um tema tão relevante como violência nas escolas, que é hoje um tema central na pauta das escolas públicas do País e também das escolas particulares. Eu acho que essa pauta deveria estar incluída na Comissão de Educação, porque eu creio que esta Comissão deve tratar dos assuntos substanciais que dizem respeito à pauta da educação no Brasil.

Portanto, eu queria apenas colocar essa minha dúvida em relação a se o caminho que nós deveríamos traçar seria o da subcomissão, embora constrangida por se tratar de um assunto que reconheço da maior importância que esteja colocado na agenda desta Comissão, ainda mais pela origem da autoria de tal requerimento: três companheiras Senadoras do maior valor, minhas companheiras nas lutas da mulher e que, portanto, prezo, ainda mais por se tratar de uma questão central da nossa participação aqui no Senado da república.

Eu acho que talvez fosse possível V. Ex^a, como Presidente, estabelecer uma maneira mais organizada de fazer com que pudessem coexistir as subcomissões, ou ainda, estabelecer um critério de trabalho que pudesse apresentar, em um mês, um relatório à Comissão geral, abordando o problema, ou então que nós pudéssemos determinar data realmente de existência, prazo de organização e de realização das reuniões dessas comissões, porque eu realmente não estou vendo saída.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, a senhora encarou a realidade da dificuldade da Comissão com as subcomissões e com a pauta.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Uma outra possibilidade seria a criação de um grupo de trabalho e não de uma subcomissão. Um grupo de trabalho, por exemplo, composto pelas três subscritoras do requerimento. Nós vamos ter dificuldades de marcar reuniões.

São duas hipóteses: matemos a subcomissão, se assim desejar o nosso Plenário, e incorporamos à pauta da comissão, quando possível, a discussão do *bullying*, ou criamos um grupo de trabalho que apresentará à Comissão uma proposta e uma conclusão, podendo trabalhar com alguma independência. Estamos nesse pé, neste momento, e passo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. presidente.

Também quero parabenizar as autoras desse requerimento, que acho extremamente importante, não só pelo que aconteceu no Rio de Janeiro, mas porque é algo que está preocupando os educadores brasileiros já há muito tempo.

A minha idéia era justamente essa que V. Ex^a propôs, pois há na Casa centenas de projetos de lei discutindo a questão da violência nas escolas – inclusive eu tenho dois projetos nessa direção. Isso vale dizer que nós precisaríamos resgatar essas propostas todas feitas pelos parlamentares nesses últimos anos, que chegam a quase duas mil entre Câmara e Senado, de modo a que pudéssemos levantar aqueles projetos que são passíveis de serem levados a votação, e a Comissão, por sua vez, também aceitaria o desafio de votar os projetos que esse grupo de trabalho levantar como prioritários.

Então, os projetos prioritários levantados por esse grupo de trabalho ou por essa subcomissão seriam votados na Comissão de Educação com prioridade. Eu acho que, aí, nós daríamos ênfase àquilo que é

mais importante, nós olharmos entre todos os projetos que tramitam nesta Casa. Eu acho que não se trata de fazer mais projetos, mas trazer aqueles passíveis de votação entre os vários aspectos em que eles se relacionam.

Era essa a minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um grupo de trabalho tem a prerrogativa de apresentar à Comissão um projeto de lei que passaria a ser um projeto da Comissão e que seria levado ao plenário do Senado. Penso que essa proposta, de certa forma, flexibiliza um pouco e viabiliza a proposta inicial.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Compreendo a natureza da discussão sobre as subcomissões e, inclusive, a fala da Senadora Lídice da Mata. De fato, é preocupação desta Casa o número de subcomissões que existe agora. Mas, quando apresentamos esse requerimento, tínhamos o objetivo de que essa fosse uma subcomissão temporária, ou seja, teríamos um tempo para apresentar à Casa um trabalho em relação a esse aspecto do *bullying*, da violência nas escolas e da violência contra professores e em relação às boas práticas que estão ocorrendo. Inclusive, queremos discutir o papel da mídia na formação da nossa juventude e dos nossos adolescentes.

Penso que a proposta de grupo de trabalho é boa, mas não sei se daria ao tema a dimensão que gostaríamos. Há uma proposta da Comissão de Direitos Humanos de se integrar a essa discussão. Inclusive, a Comissão de Direitos Humanos cederia o seu tempo de audiências públicas nas segundas-feiras, com a utilização da TV Senado, da Rádio Senado e de toda a estrutura de divulgação da Casa, para que pudéssemos fazer esse debate juntos.

Então, eu gostaria de fazer um pedido à Comissão de Educação, mesmo sabendo do problema. Na realidade, haverá quase o objetivo de um grupo, mas sendo uma subcomissão temporária para atuar juntamente com a Comissão de Direitos Humanos. Poderíamos usar, pelo menos, a cada quinze dias ou uma vez por mês, esse espaço da Comissão de Direitos Humanos, junto com a Comissão de Educação e com a subcomissão, para fazermos esse debate. Em seis meses, poderemos apresentar uma proposta, para, aí sim, a Comissão de Educação apresentar à Casa e ao Executivo uma proposta sobre o tema.

Então, eu queria pedir a esta Comissão a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Essa informação da Senadora Gleisi Hoffmann é importante, porque viabiliza a discussão sobre a violência contra crianças nas escolas, em unidade com a Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Gleisi é uma das autoras do requerimento; a Senadora Ângela é a outra autora; e a terceira autora é a Senadora Ana Rita. Poderíamos incorporar, em adendo, a proposta, essas considerações da Senadora Gleisi?

Concedo a palavra à Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas reforçar o argumento da Senadora Gleisi.

Na segunda-feira passada, a Comissão de Direitos Humanos fez uma audiência pública específica sobre esse tema do *bullying* com alunos, com professores, com líderes da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes). Assisti à audiência. Nela não estive presente, mas a acompanhei pela TV Senado. A audiência foi extremamente produtiva, Sr. Presidente Requião.

Penso que essa unificação do debate com duas Comissões pode dar um resultado melhor, possibilitando, então, que, numa segunda-feira, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e com a Comissão de Educação, o debate sobre o tema tenha continuidade. Já houve um primeiro debate muito produtivo na Comissão de Direitos Humanos sobre *bullying* nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quero só informar ao Plenário que, neste momento, estão tramitando na Comissão de Educação dois projetos de lei sobre *bullying*: um deles é da Senadora Marisa Serrana e tem como Relator o Senador Delcídio Amaral; o outro é do Senador Gim Argello e tem como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Na Comissão, são cinco titulares e cinco suplentes. Na verdade, a estruturação da Comissão é prerrogativa da Presidência da Comissão, mas eu gostaria de compartilhar com os senhores uma solução. Minha ideia era a de que diminuíssemos o número de titulares para três e o número de suplentes também para três, uma vez que vamos nos incorporar à Comissão de Direitos Humanos. Os três titulares seriam as três subscritoras do projeto. Quanto aos três suplentes, para não haver uma indicação unilateral da Mesa, eu gostaria que houvesse voluntários interessados no problema, como, por exemplo, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Wellington e o Senador Paulo Bauer. Ou não? Quem mais?

Acho que profundamente interessado no *bullying* é o Senador Inácio Arruda, então, Senador Inácio Arruda é o terceiro suplente.

Colocada a proposta nos termos expostos pela Senadora Gleisi e contando com a aprovação tácita do Plenário, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

A Subcomissão está formada dessa forma, então, e funcionará às segundas-feiras. Parabéns aos nossos bravos Senadores que todas as segundas-feiras ou nas segundas-feiras escaladas para as reuniões estarão presentes aqui no Senado.

Nós temos quórum para votar as matérias terminativas. Eu quero colocar em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2010.

A relatoria é do Senador Paulo Paim, que não está presente, mas foi lido o relatório e iniciada a discussão.

Então, em discussão o Projeto que declara Nilo Peçanha patrono da educação profissional e tecnológica. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação nominal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, antes de votar, gostaria de ver qual foi a justificativa usada pelo autor. Já foi lido o parecer?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, essa discussão já foi feita e os Senadores já viram os motivos expostos pelo Relator. A discussão foi iniciada, a votação só não foi completada por falta de quórum, o que não ocorre hoje.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E está aqui para que eu leia e veja como voto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está na sua mão.

O Senador precisa de um tempo para leitura da defesa do projeto? *(Pausa.)*

Senador Cristovam, posso pôr em votação?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Senadora Ângela Portela, como vota?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington Dias, como vota?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita? *(Pausa.)* Não está presente.

Senador Walter Pinheiro

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Ribeiro? *(Pausa.)*

Senador Magno Malta? *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amelia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Gleisi Hoffmann. *(Pausa.)* Não está mais presente.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, aprovado, com duas abstenções.

Item 2 da pauta.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2007

Trata-se de um projeto que visa a aumentar na educação básica a frequência mínima exigida para a aprovação. O Relator é S. Ex^a o Senador Inácio Arruda, a quem dou a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o projeto é de autoria do Senador Wilson Matos, que teve breve passagem aqui no Senado, mas é um homem ligado à área da educação, com preocupações pertinentes. Ele ofereceu esse projeto, o qual tenho a oportunidade de relatar, que tem por objetivo aumentar a frequência escolar.

Considero que isso está dentro das exigências da área da educação na formação da nossa juventude nos dias atuais. Aumentamos até em um ano o que era o ensino fundamental, que, de oito anos, passou para nove anos. Penso ser muito significativo aumentarmos a frequência dos alunos nas escolas públicas ou privadas.

Ele propôs 85%; fizemos uma emenda substitutiva, propondo 80%. Mas o mérito do projeto é absolutamente do Senador Wilson Matos. Pedimos, então, a aprovação da matéria, nos termos do substitutivo, porque fizemos essa pequena modificação, para que, em vez de sair de 75% para 85%, ficássemos em 80%, o que seria mais ajustado às condições atuais das escolas no nosso País.

O projeto é meritório, é muito importante. Peço o apoio de todos os meus colegas, para aprovar essa iniciativa do Senador Wilson Matos.

Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está aberta a discussão.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu gostaria de falar em seguida.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos discutido muito aqui a questão da escola em tempo integral, o que é uma exigência da sociedade brasileira, é uma exigência para que se busque a qualidade da educação nacional.

Não estamos, nesse projeto, discutindo aumento de dias letivos, mas justamente de horas/aula, ou seja, horas letivas. Portanto, estamos lutando muito por uma escola em tempo integral, para que nossos

alunos permaneçam por mais tempo nas salas de aula, na escola, para que eles tenham condições de, na escola, desenvolver suas habilidades e suas aptidões e adquirir conhecimento. Acredito que esse é um processo no qual todos nós devemos investir, para que nossos alunos tenham a condição de ficar na escola pelo maior tempo possível.

No Plano Nacional de Educação que, hoje, está começando a tramitar na Câmara dos Deputados, uma das metas do Governo é justamente a escola em tempo integral. Temos de trabalhar nesse sentido. Portanto, sou amplamente favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. Aliás, Senador, o projeto é de autoria do seu suplente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo da minha intervenção é exatamente destacar o perfil do autor do projeto, que é um homem dedicado inteiramente à educação. Seu dia a dia é vivido no *campus* de uma universidade. É reitor de uma grande universidade privada no Paraná, com cerca de vinte mil alunos e com mais oito mil alunos no sistema de ensino a distância. É um professor que visita todo mundo, atrás do aprendizado, da institucionalização do ensino superior, buscando modelos modernos, procurando inovações. Então, o Professor Wilson Matos é, sem sombra de dúvida, um especialista em educação. Aprovamos integralmente seu projeto. Creio até ser desnecessário discuti-lo, pois busca a qualidade do ensino, a presença por mais tempo dos alunos no ensino fundamental, o que é essencial para a formação desses alunos.

Portanto, Sr. Presidente, enaltecendo a figura do Professor Wilson Matos, nosso voto só poderia ser favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quero esclarecer ao Plenário que vamos votar o substitutivo do Senador Inácio Arruda, que rejeitou duas emendas. Posteriormente, votaremos as emendas. E, sendo aprovado o substitutivo e a rejeição das emendas, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do Regimento Interno do Senado e da Comissão.

Os Senadores vão se manifestar agora sobre o Substitutivo.

Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável ao Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Favorável ao Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Ribeiro? (*Pausa.*) O Senador João Ribeiro não está presente.

Senador Magno Malta? (*Pausa.*) Não está presente.

Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, deixando claro que é um projeto de suma importância do nosso ex-Senador, que eu tenho o prazer de votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amelia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Gleisi Hoffmann. (*Pausa.*) Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator, Presidente.

Então, aprovado o Substitutivo.

Segundo o Regimento Interno, uma vez aprovado o Substitutivo, ficam prejudicadas as emendas. Vai para turno suplementar na próxima reunião de terça-feira.

Item 6:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA DE Nº 275, DE 2009

Denomina rodovia Denis William Lawson o trajeto da RB-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria do Deputado Cláudio Diaz.

Relatoria: Senadora Marisa Serrano, a quem dou a palavra.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Esse projeto, como V. Ex^a disse, é de autoria do ex-Deputado Federal Cláudio Diaz, da cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Ele se propõe a homenagear uma pessoa que trabalhou muito para que esse trecho dessa rodovia fosse implantado. É uma pessoa de destaque e que trabalhou muito na região.

Mas eu quero dizer aqui por que o meu relatório é pela rejeição. A BR-101, em toda a sua extensão, tem um nome. A Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, denomina rodovia Governador Mário Covas a BR-101 em toda a sua extensão. Portanto, teríamos que tirar um trecho entre duas cidades e dar-lhe outro nome. Não considero certo retalharmos o nome de uma rodovia que, em toda a sua extensão tem essa denominação dada por uma lei que foi votada nesta Casa.

Como já tem uma lei nesse sentido, achei por bem rejeitar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, sou novato aqui, mas estou estranhando. A Comissão de Educação está discutindo nome de rodovia?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E em caráter terminativo, conforme o Regimento do Senado, desgraçadamente para todos nós.

Há uma comissão de mudança de Regimento e de organização interna do Senado. Podia tratar dessas coisas.

Continua em discussão o projeto.

A opinião da Relatora, Senadora Marisa Serrano, é em sentido contrário, pois a rodovia já leva o nome do ex-Governador de São Paulo, Mário Covas.

Sendo terminativo, e é o último terminativo da pauta de hoje, passo a cobrar a votação nominal.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Favorável à matéria ou à Relatora?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – A aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela aprovação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Abstenho-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela abstenção.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano. (*Pausa.*)
Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marisa Serrano.
Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sérgio Petecão.

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um voto contrário, uma abstenção e 11 votos favoráveis.

Aprovado.

Não terminativo: Ofício nº 46, de 2005.

Encaminha ao Senado Federal cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito daquela Casa Legislativa destinada a apurar eventuais irregularidades no sistema de arrecadação, distribuição e tabela de taxas utilizadas pelo escritório central de arrecadação e distribuição do Ecad de Mato Grosso do Sul, relativamente a direitos autorais.

Autoria: Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Relatoria: Senador Walter Pinheiro, que opina pelo arquivamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª que a matéria fosse retirada dessa apreciação no dia de hoje, até por uma necessidade de revisão do que diz respeito mais precisamente ao relatório.

Aí eu queria pedir a V. Exª, se meus Pares assim concordarem, e eu podia até explicitar em rápidas palavras e não ler o relatório neste momento, deixar o relatório para leitura posterior, tendo em vista um conflito, eu diria, na própria matéria, já que quando nós emitimos o voto em relação a essa questão do Ecad, o fizemos a partir, inclusive, a partir do que foi o consolidado nos pontos levantados pela Assembleia Legislativa, que, efetivamente, no nosso entender, vários desses pontos constam tanto da legislação atual como de norma expedida. No entanto, acrescido a esse material que nos foi enviado, eu tive a oportuni-

dade de receber durante o dia de ontem material ainda coletado pela própria Assembleia Legislativa em que outros pontos de conflitos e dúvidas, na realidade, nos colocam diante de um cenário extremamente delicado para só simplesmente negar o relatório.

Vou dar só um exemplo aqui aos nobres Pares para a gente entender o que efetivamente...porque o meu relatório foi pautado de que vários dos pontos levantados não necessitariam de uma revisão na legislação, bastava o cumprimento dessa legislação.

Alguns pontos que nos foram chegados ontem apontam na outra direção. Deixa eu dar um exemplo a V. Ex^a, que é um homem de larga experiência, um exemplo bem claro: a história da repetição ou da reincidência da cobrança. O que é uma retransmissão e o que é uma utilização em ambiente fechado, por exemplo, que não caracteriza uma retransmissão, meu caro Senador Wellington? Por exemplo, se um determinado prédio comercial sintoniza uma determinada rádio que já pagou o Ecad, se esse prédio retransmite corredores, salas, etc, essa ação é uma ação de repetidora. Portanto, poder-se-ia cobrar o Ecad nessa situação.

Se nesse prédio, meu caro Presidente, V. Ex^a, por exemplo, tivesse uma sala comercial e, na sua sala, V. Ex^a estivesse ouvindo a rádio através de um receptor, de um rádio – portanto, não no sistema de som daquela repetidora...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem a multiplicação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Ex^a está pagando.

Portanto, não é a multiplicação. Então, esse episódio – eu estou citando um exemplo mais prático para gente entender – necessitaria, inclusive, de alteração da lei.

Portanto, o simples fato – eu chequei isso hoje, um pouco mais minuciosamente –, depois de recebida essa provocação para checar na lei as normas de fiscalização elas não cobrem esse fato. Estou dando um entre outros que me foram enviados.

Pediria a V. Ex^a a suspensão dessa apreciação para que eu pudesse, agora, à luz dessa checagem, ver se há inclusive no relatório eu poderia negar as partes efetivamente em que no nosso modo de entender não haveria necessidade de ser modificada por lei mas já remeter o que efetivamente se consagra enquanto absurdo, ou até a ausência de regulamentação ou conflito com a ideia do legislador em preservar direitos como esse e, ao mesmo tempo, direitos autorais também. Pediria a V. Ex^a que me permitisse...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB-PR) – Prazo para elaborar ...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT-BA) – A próxima reunião da Comissão, não mais que isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB-PR) – Perfeitamente, Senador, incluiremos na pauta da próxima reunião.

Reunimos há alguns dias o nosso grupo de pauta e esse grupo apresenta ao plenário um requerimento que vou ler:

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão para discutir para discutir o aspecto conceitual do Plano Nacional de Educação, assim como fazer um balanço do anterior, 2001 e 2010, e as perspectivas para o próximo PNE, 2011, 2020. Para tanto sugerimos os seguintes convidados para participar da referida audiência.

Ministro Fernando Haddad, Sr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, Sr. Célio Cunha, Assessor Especial para a Educação da UNESCO, Senador Cristovam Buarque e Senadora Marinor Brito.

É o grupo que estava encarregado de programar as audiências, públicas no Plano de Educação.

Os convidados sugeridos são esses, mas não temos ainda a data. Senador Cristovam é quem subcreve.

O grupo de pauta então colocará isso no dia avençado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT-DF) – Na nossa reunião, chegamos à conclusão de que ficava difícil marcar a data, só nós. Trouxemos para aqui sem data para que a Comissão escolha a data.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB-PR) – Senador, a secretaria nos informa que o grupo de pauta já definiu essa reunião para a próxima quarta-feira, sem ser a de amanhã, a próxima. Começaríamos com o Plano Nacional de Educação.

Em discussão a proposta do requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem.

Aprovado.

Temos algumas matérias em pauta, mas como os relatores não estão presentes neste momento, postergamos para a próxima reunião.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT-BA) – O Sr. – Sr. Presidente, pela ordem, se V. Ex^a me permite. Apresentei inclusive uma proposta de alteração dessas regras, porque passei a minha vida inteira na Câmara dos Deputados brigando contra isso. Por exemplo, todas as vezes em que um projeto importante chegava na Câmara dos Deputados uma comissão especial era criada para tratar da matéria. Aí a comissão permanente não discutia a matéria que era julgada como

importante. Vi isso na Comissão de Educação por diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB-PR) – Ou seja, a matéria importante se transformava em desimportante para a comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT-BA) – Não, aí tinha que ter uma comissão especial, porque passa por mais de 3 comissões, então cria-se uma comissão especial.

Aí, Sr. Presidente, voltamos para aquilo que tenho reclamado sempre: ditadura de liderança no plenário. O plenário é o palco democrático, é verdade. Mas ele é o local onde se oportuniza menos...

O palco democrático, é verdade. Mas ele é o local onde se oportuniza menos o debate, onde as participações são sempre reduzidas às lideranças. Você não faz o debate, eu diria, consistente. O local apropriado de intervenção do parlamentar é exatamente na Comissão, onde ele pode aprofundar, pode discutir, o colegiado é menor...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sempre com um quorum mais ampliado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Lógico! Então, na realidade, isso é importante. Eu acho que deve ter subcomissões. Não estou dizendo isso. Mas, vou dar um exemplo a V. Ex^a. Nós fizemos na Comissão de Ciências e Tecnologia, há pouco mais de 15 dias. Uma matéria veio para ser criada uma subcomissão. O Presidente achou por bem nomear três senadores – inclusive eu fui um dos nomeados, mais o Senador Raupp e o Senador Aloysio Nunes. Nos foi dado um prazo de quinze dias para apresentarmos uma proposta, trazermos para o plenário. A Comissão já deliberou e estamos trazendo para o Ministério das Comunicações. Acabou.

Nós iríamos criar uma subcomissão, marcar a data para nos reunirmos; ver o dia em que o Senador Aloysio, ver o dia em que o Senador Walter Pinheiro, ver o dia em que o Senador Valdir Raupp tivessem a oportunidade de se encontrar para que essa subcomissão de três pudesse analisar. E não funciona, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Hoje, por exemplo, aqui, 29 assinaturas no livro. Dezoito presentes, o que nos garantiu o quorum para os projetos terminativos, com folga. Mas esses 29 estavam impossibilitados de comparecer porque estão em outras Comissões e Subcomissões.

Mas, de qualquer forma, Senador Walter Pinheiro, vamos ressaltar o espírito desta subcomissão, que vai fazer uma proposta para a Comissão de Educação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu acho que é mais do que louvável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Será uma Comissão que não irá absorver a discussão do tema.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas o problema é esse. Na realidade, tem um outro agravante para o qual tenho chamado a atenção dos Senadores, meu caro Presidente. É que, na medida em que entro, assino o livro e vou embora, vou para outra tarefa, votam uma matéria aqui que, depois, não tenho como...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não tem como dizer que você não votou.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Lógico!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Principalmente não terminativa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E aí? Não tem como. Ah, mas eu não estava lá. Não estava lá porque não quis. Não, na verdade estava em outra subcomissão ou outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, consideraremos sempre que aprovamos com o seu avatar. (risos.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu prefiro que, neste caso, V. Ex^a aprove com a minha ausência. Eu prefiro tomar a falta do que pecar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na última reunião, no livro, embora tivéssemos quorum, eu tinha apenas uma senadora no plenário. Eu suspendi a reunião porque se não nós estaríamos, artificialmente, aprovando matérias sem nenhuma participação dos senhores e senhoras senadoras. E esse vai ser o procedimento da Comissão daqui para frente.

Amanhã os convidados são o Sr. Fernando de Magalhães Furlan, do CADÊ; Ricardo Teixeira, da CBF; Fábio André Koff, do Clube dos 13; Evandro Guimarães, das Organizações Globo; Edjail Antônio Kalled Adib, Superintendente de Operações da Rede TV; Paulo Kalil, Diretor de Aquisições e Eventos da Rede Record; e José Carlos Silveira, Diretor de Esportes do Grupo Bandeirantes.

Acho que poderíamos dar dez minutos para cada um, inicialmente, porque é um número muito grande, são sete pessoas. Setenta minutos, com os intervalos, dá uma hora e meia, e tornaremos flexível o debate.

A idéia seria deixar que todos falassem para estabelecer o contraditório com os senhores e senhoras senadoras posteriormente.

A Comissão concorda?

A nossa Senadora Lídice da Mata, que é a minha *ombudsman*, e autora do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, dou por encerrada a reunião.

(*Levanta-se a reunião às*)

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Magno Malta, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Marinor Brito, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de 2ª Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 8/11–CE, de autoria da Senadora Lídice da Mata e nº 10/11–CE, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Marisa Serrano, destinados a discutir o tema **“A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol no Brasil nas diversas modalidades de mídia”**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, dos Senhores Deputados Federais Jonas Donizette (PSB/SP), Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; Romário (PSB/RJ), 1º Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; Valadares Filho (PSB/SE); Júlio Delgado (PSB/MG) e Danrlei de Deus (PTB/RS). Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Fernando de Magalhães Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Senhor Ricardo Terra Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de**

Futebol – CBF; Senhor Fábio André Koff, Presidente do Clube dos Treze; Senhor Evandro Guimarães, Vice-Presidente das Organizações Globo; Senhor Edjail Adib Antonio-Kalled, Superintendente de Operações da Rede TV; Senhor Paulo Calil, Diretor de Aquisições e Eventos da Rede Record e Senhor José Carlos Silveira, Diretor de Esporte do Grupo Bandeirantes de Televisão. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na reunião. Usam da palavra as Senhoras Senadoras Lídice da Mata, Ana Amélia e Marisa Serrano – autoras dos Requerimentos; os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Ciro Nogueira, não-membro desta Comissão e os Senhores Deputados Federais Jonas Donizette, Romário, Valadares Filho e Danrlei de Deus. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião atende aos requerimentos de autoria das Sras Senadoras Lídice da Mata, Ana Amélia e Marisa Serrano, respectivamente, para a realização de audiência pública destinada a discutir o tema: A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol no Brasil nas diversas modalidades de mídia.

Dando início à reunião, vamos estabelecer um tempo, uma vez que temos aqui sete convidados que irão expor as suas posições, de dez minutos para cada um, e, depois de todos se apresentarem, abriremos às manifestações do Plenário, que farão as suas interpelações em bloco.

Antes de dar início, eu só queria chamar a atenção da Comissão que esta Presidência recebeu alguns convites para participar de reuniões do Conselho Nacional de Educação e da Abertura do Encontro das Universidades Privadas na Bahia.

É uma prerrogativa da Presidência a escolha dos representantes, mas eu prefiro deixar à disposição do Plenário e dos Membros da Comissão essas indicações.

Então penso que a partir deste momento, pensem nisso e resolveremos depois da reunião.

Passo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Fernando de Magalhães Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN

– Bom-dia, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, autoras da requisição, do pedido de audiência, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, para mim é um prazer, uma honra estar de volta ao Senado nesta oportunidade para discutirmos todos os aspectos envolvidos em relação ao Campeonato Brasileiro de Futebol, a sua transmissão, os direitos de transmissão.

Eu inicio fazendo um breve histórico do caso que foi apreciado pelo Cade no ano passado. Houve uma representação alguns anos atrás a respeito principalmente da cláusula de preferência nos contratos de transmissão dos jogos do campeonato brasileiro. Foi realizada uma investigação na Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, que chegou à conclusão de que havia sim situações envolvidas na negociação dos direitos de transmissão dos jogos, que indicavam haver comportamentos que feriam a livre concorrência. Esse processo veio a julgamento no Cade, no ano passado, e o Cade, ao apreciar então esse processo, recebeu então um pedido do Clube dos 13 e da Rede Globo de firmar acordos para pôr fim a esses processos.

Isso é comum no nosso dia a dia, várias empresas investigadas e que são parte em processos administrativos perante o Cadê, é comum que proponham acordos para se verem livres de uma condenação. Foi o que aconteceu no caso desse processo. A Rede Globo e o Clube dos 13 propuseram encerrar o processo por meio de um acordo que foi celebrado com o Cade.

Esse acordo tem várias cláusulas, mas diria que a principal delas é o compromisso de extirpar de qualquer contrato de transmissão dos jogos a chamada cláusula de preferência. Como funcionava a cláusula de preferência? A Rede Globo era detentora dessa preferência e, sempre que os clubes, por meio do Clube dos 13, negociavam com emissoras de televisão a transmissão dos jogos, ao final, a Globo tinha o direito de cobrir as propostas apresentadas pelos clubes, ou seja, sempre

a palavra final era da Rede Globo, que tinha esse direito de fazer uma contraproposta sobre as propostas apresentadas pelas emissoras aos clubes.

No nosso entender, isso feria a livre concorrência, porque engessava e determinava que sempre a palavra final seria de uma emissora. Então as forças de mercado não estavam funcionando livremente, porque sempre haveria um direito de preferência de uma única emissora ao final das negociações.

Então tanto a Rede Globo se comprometeu a extirpar dos contratos essa cláusula como também o Clube dos 13. Existiam alguns outros aspectos, mas o principal deles era esse do fim da preferência. Foi esse o acordo firmado entre o Cade e o Clube dos 13 e o Cade e a Rede Globo.

Nós temos notícias. Vimos recebendo informações e documentos que o Cade exige para aferir o cumprimento dos acordos. As informações que recebemos até agora dão conta de que os acordos estão sendo cumpridos. A cláusula de preferência foi extirpada dos contratos e espera-se que os contratos que serão firmados, que estão sendo firmados não contenham mais essa cláusula, assim os acordos serão cumpridos e o processo administrativo em que são investigados ou estão no pólo passivo Globo e Clube dos 13 será suspenso e, se cumprido integralmente dentro do prazo estipulado, serão arquivados.

Se houver qualquer informação de que os acordos não estão sendo cumpridos conforme as cláusulas, as estipulações que constam deles, então é possível que, ao não serem cumpridos integralmente, o Cade reative a tramitação do processo administrativo. Eu não estou dizendo que esse é o caso. As informações que temos até agora dão conta de que os acordos estão, sim, sendo cumpridos. O Cade, inclusive, deu prazo à Rede Globo para que apresente os contratos firmados individualmente com os clubes de futebol até hoje.

Nós, até a vinda para cá, não havíamos recebido ainda as cópias desses contratos de acordo com o que o Cade exigiu da Rede Globo, muito embora esta ainda esteja dentro do prazo estipulado para que apresente esses contratos. Apresentados os contratos, vamos analisar suas cláusulas e ver se há ali algo que possa definir um descumprimento dos acordos firmados. Se houver algum indício de que foram descumpridos, vamos ter que entender o porquê disso e eventualmente poderemos, sim, dar por descumpridos os contratos e retomar o processo administrativo. Isso é uma possibilidade. Não estou afirmando que isso vai acontecer. Pode ser que aconteça o oposto, que, pelos contratos que a Globo apresentar, fique claro que ela está cumprindo os termos do acordo firmado, então o acordo

permanece em vigor e fica suspenso o processo administrativo.

Acho importante dizer, da nossa parte, que o Cade não é uma agência reguladora nem do setor de telecomunicações, para isso existe a Anatel; o Cade não é agente regulador de serviços de energia elétrica e para isso há a Aneel; e tampouco o Cade é uma agência reguladora do futebol.

Nós não temos competência para regular, para regulamentar, para criar normas ou para regular, fiscalizar o cumprimento dessas normas. A nossa competência é de fiscalizar o mercado, se ele está funcionando dentro das regras de concorrência.

Então, temos limitações em relação a nossa competência. Nós usamos a nossa competência para dizer ao mercado que cláusula de preferência é anticompetitiva e que, se for mantida uma cláusula de preferência, haveria, sim, a possibilidade de uma condenação daqueles que a utilizarem.

Mas nós não temos competência para definir como deverão ser os contratos, como deverão ser as regras. Isso ultrapassa a nossa competência. Nós não somos uma agência reguladora do futebol. Eu acho, tenho convicção de que a iniciativa do Senado é louvável, posto que o futebol brasileiro é um ativo importante, faz parte da nossa tradição cultural, envolve questões de cunho popular. Então, vejo como legítima a iniciativa do Senado Federal de buscar nessa audiência, de entender todos os aspectos que estão envolvidos na situação e buscar uma solução.

Acho que o Senado, como casa legislativa, tem a competência de criar eventualmente normas que deverão ser observadas por todos: clubes, emissoras e todos os agentes econômicos envolvidos. Para isso coloco o Cade a disposição para ajudar o Senado ou o Congresso Nacional a, eventualmente, discutir alguma regulamentação, alguma normatização em relação ao assunto.

O que não temos é competência de assim agir em nome ou, ultrapassando as nossas competências. Fico, então, a disposição para esclarecer qualquer dúvida e me coloco, de antemão, o Cade a disposição para participar dessa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa registra a presença do Presidente da Comissão de Esportes da Câmara, Deputado Jonas Donizette; do Deputado Romário, do PSB do Rio de Janeiro; e do Deputado Valadares Filho, que vem com a recomendação do Senador ACV, que é nosso Colega aqui no Senado da República.

Os Srs. Deputados são convidados da Comissão. E no momento das participações no Plenário, vamos

abrir a possibilidade da palavra aos Deputados. Um Senador e um Deputado alternadamente, pela ordem de inscrições.

Com a palavra, agora, o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente Roberto Requião, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Parlamentares presentes, membros da Mesa, Senhoras e Senhores, creio que o mais importante na minha fala é colocar a participação efetiva que a Confederação Brasileira de Futebol tem na feitura dos contratos de televisão, dos campeonatos por ela regidos, principalmente no caso específico do Campeonato Nacional de Primeira Divisão, que é o motivo da convocação.

A CBF participa simplesmente como interveniente e organizadora do campeonato nesse contrato. A CBF não discute cláusulas, a CBF, volto a dizer, participa somente por ser a organizadora do campeonato. Ela não tem participação financeira em nenhum valor recebido por parte da televisão endereçada aos clubes. Os clubes é que decidem juntamente com a entidade que negociava seus direitos com a televisão valores, modo de administrar esses valores, bem como qualquer coisa inerente à relação televisão/clubes, inclusive com relação aos horários de jogos. Tudo isso já é predeterminado no contrato, que é um acordo entre os clubes e a televisão. Eu diria que a participação da CBF nos contratos de televisão é quase nula na medida em que a própria Constituição reza que os direitos de imagem de todos os clubes pertencem a eles próprios, segundo, inclusive, reafirmação da Lei Pelé, recém-aprovada por este Senado e esta Câmara. A colocação que a CBF tem a fazer com relação a esses contratos é essa.

Fico à disposição para qualquer pergunta com relação ao assunto desde que eu conheça o fato, na medida – volto a dizer – em que nós não tivemos participação em nenhum dos contratos assinados nas discussões para esses contratos desde o ano de 1997, quando isso passou a ser gerido pelo Clube dos 13, em direito do Campeonato Brasileiro da Primeira Divisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O próximo convidado a utilizar a palavra será o Sr. Fábio André Koff, Presidente do Clube dos 13.

Com a palavra André Koff.

O SR. FÁBIO ANDRÉ KOFF – Meus cumprimentos ao Senador Roberto Requião, que preside esta reunião. Cumprimento também, de maneira muito carinhosa, a Senadora Ana Amelia, a Senadora Lídi-

ce da Mata e a Senadora Marisa Serrano, autoras do requerimento que nos proporciona estar aqui agora. Recebi o convite com a distinção e estou aqui com o único propósito de narrar os fatos na sua sequência.

Eu estabeleci um roteiro. Não sei, Sr. Presidente, porque eu tenho tremenda dificuldade de ser protocolar, de ser solene e me polio sempre num ambiente como este. Eu estabeleci um roteiro para falar, mas eu não sairia daqui se não alterasse esse roteiro, sem causar nenhum constrangimento ao Presidente do Cade, alterando e começando pela manifestação do Presidente do Cade, a quem cumprimento, assim como aos demais integrantes da Mesa.

O Presidente do Cade, Dr. Fernando Furlan, afirmou que houve um acordo entre o Clube dos 13 e a Globo, celebrado numa representação que tramitava no Cade por treze anos. E o acordo estaria integralmente cumprido se não houvesse um exercício da cláusula de preferência. Nessa representação, estavam no pólo passivo dela o Clube dos 13 e a Globo. Era um processo só. A desistência do acordo no processo implicava em obrigações para ambos: obrigação para a Globo da renúncia do direito de preferência e obrigação para o Clube dos 13 efetuar uma licitação pública para estabelecer um critério de concorrência, de competitividade, evitando a formação de *trusts* e de monopólio.

O Clube dos 13 acorreu o chamado do Cade e assinou, concordando que faria sim uma licitação com as exigências elencadas pelo Cade. Foi tão cuidadoso o Cade. Vou citar algumas delas:

Os contratos de cessão dos direitos de transmissão não devem abranger mais de quatro temporadas;

Se abster ou utilizar cláusula de preferência ou outra de mesma natureza; realizar a venda dos direitos de transmissão dos jogos da CBFA, de modo separado para cada uma das cinco modalidades, podendo facultar aos interessados realizar propostas isoladas, combinadas ou conjuntas pelas volatilidades;

Definir critérios claros e objetivos na realização das concorrências, para a venda dos direitos de transmissão, mantido o direito de negociar, antes e depois do oferecimento da proposta;

Permitir ao vencedor do certame sublicenciar.

A partir daí, o que cabia ao Presidente do Clube dos 13? Eu acho que são indissociáveis as obrigações. O processo é único. Não terminava o processo se o Clube dos 13 assinava o compromisso de cumprir com as obrigações do Cade e a Globo não. Ambos assinamos. A Globo renunciou ao direito de preferência e o Clube dos 13 se comprometeu a fazer um certame, chamando as empresas para uma licitação aberta, transparente, acompanhada de editais, publicados nos veículos de

imprensa do país, acompanhado pelos clubes. Essa foi uma decisão do Clube dos 13.

A decisão do Cade, na oportunidade, foi saudada pela imprensa do Brasil, saudada pelos clubes, porque eu vivi a experiência – desculpe eu me expressar na primeira pessoa –, eu vivi a experiência. Assumi um contrato de R\$ 10 milhões e 800 mil/ano. Ou seja, 30 milhões, três anos. Hoje, estamos discutindo um contrato que excede o valor de R\$ 4 bilhões, pouco mais de dez anos depois.

Isso foi feito em decorrência de se terem alterado os valores do contrato-mãe, do contrato originário. Terá os valores de base, porque havia só a incidência de correção, até os valores de base, procurando a abertura para as demais empresas de televisão.

Eu não condeno aqui o comportamento da Globo. Foi uma excelente parceira, nesses doze anos que nós mantivemos contrato; cumpridora das obrigações, e ajudou a cumprir esse produto. Tanto é que nós reconhecemos o valor desta mídia, que nós concluímos a carta-convite, dando um ágil de 10% para a Globo. Cada real da Globo para os outros valia 1,10, mediante estudos, mediante pareceres técnicos, mediante a contratação de um executivo que procurou exemplos nas ligas europeias, nas ligas americanas, para construir o produto que era ofertado na licitação.

Vimos ao Cade. Tivemos o cuidado de pedir ao Cade que nos acompanhasse a carta-convite. E aqui nos foi determinado. A exclusão do privilégio à Globo, porque isso ofendia o princípio da isonomia. Retiramos. Comunicamos aos participantes, na época eram três interessados. Retiramos, mandamos uma carta convite que passou pelo crivo do Cade, antes de ir.

O que me restava fazer? Me restava trazer os clubes à licitação, sem que eles tivessem qualquer dependência de qualquer natureza, com qualquer emissora.

Como os clubes antecipam as receitas, que é um processo que a gente vive há doze anos, restava como garantia para mútuos bancários, ofertar, como fizemos em todos os processos, no curso de todos os anos ofertar como garantia o contrato de televisão de 2012.

Os clubes aceitaram, assinaram mútuos bancários. O Clube dos 13 assinou como garantidor e na pessoa do seu Presidente como fiel depositário.

Então estava pronto o quadro. O critério adotado e a licitação tinham sido presididos de um estudo cuidadoso, competente e inteligente do nosso diretor executivo contratado, Dr. Ataíde Guerreiro. Haviam obedecido todas as exigências do Cade e demos curso à licitação. A partir daí, fora, ocorreu resistência. Os clubes começaram a negociar individualmente. É um

direito, como disse muito bem o Presidente da CBF, Dr. Ricardo Teixeira, dos clubes. Não sei se melhores condições do que a licitação proporcionava, porque até hoje é um contrato que ninguém vê e ninguém viu e o Clube dos 13 ficou no pincel sem escada, principalmente eu, que fui cauteloso, acreditei que eu estava no processo certo, estava cumprindo a lei. Eu acreditei, eu não me corriji do ofício de ter sido Juiz de Direito. Eu acredito no Direito. Acredito nos órgãos que exercem o Direito, seja na esfera judicial, sejam os órgãos que representam o Poder Executivo ou os desta Casa.

Não me arrependo do que fiz. Não estou fazendo uma avaliação da validade do contrato que eu assiniei por procuração dos clubes. Não é aqui o foro adequado.

Não estou fazendo uma avaliação se é o contrato da Rede TV que deve valer ou se é o da Globo. Não cabe isso. Eu estou apenas enfatizando que eu agi como o Cade determinou.

Eu não quero colocar, nem jamais iria colocar o Presidente do Cade numa reunião dessa para um constrangimento de responder, mas como ele falou que houve um acordo e mencionou só uma das partes eu me vi na obrigação por um princípio de coerência, por um princípio de convencimento, de fazer essa observação, que são duas partes, uma já cumpriu, a outra está-se procurando saber se ela cumpriu.

Não vou me estender mais porque eu fico à disposição dos Srs. Senadores; quanto à manifestação do Dr. Ricardo Teixeira, nenhum reparo. A CBF não participa dos contratos. Ela participa como anuente, depois dos contratos discutidos e elaborados. É muito importante que ela participe como anuente, porque o calendário do futebol brasileiro, o calendário do campeonato nacional e os jogos nas horas, o horário dos jogos é de competência da CBF, que organiza a competição.

Eu não perco a oportunidade de dizer que organiza muito bem, sim. Nós somos um País que é uma Confederação. Temos 27 federações, 27 campeonatos estaduais, um campeonato nacional, uma Copa do Brasil, com sessenta e tantos clubes. Não há jogo que não comece na hora certa; não há jogo em que os árbitros não estejam lá na hora certa. É bom que se enfatize isso. Muito bem organizado. O Clube dos 13, no que pode contribuir até agora, contribuiu de maneira positiva.

Muito obrigado ao Presidente. Mais uma vez, cumprimento os companheiros de Mesa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estou à disposição para responder qualquer pergunta, ainda que um pouco enfiado aqui. Mas não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Com a palavra, agora, o Vice-Presidente das Organizações Globo, Evandro Guimarães.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Presidente Roberto Requião; Srs. Senadores, Srs. Deputados, companheiros de Mesa, cumprimento a todos na pessoa do Presidente Furlan.

Eu havia me preparado para fazer uma exposição, mas percebo que a audiência está bastante carregada e pretendo rapidamente verbalizar, para oferecer mesmo até um pouco mais de... se possível, contribuir com um pouco mais de tempo para esclarecer e informar aos muitos Senadores e demais Parlamentares aqui presentes.

A questão fundamental que nos perguntam – todos somos apaixonados por futebol – é: o que aconteceu? Por que a Rede Globo? Como afirmou agora essa elegante e querida figura que é o Dr. Fábio Koff, é uma empresa que ajudou a construir esse produto, esse negócio que, como ele mesmo disse, saiu de poucos treze milhões, há algum tempo atrás, e hoje é um negócio que ultrapassa a cifra dos bilhões. É uma empresa que, no dizer do próprio Dr. Fábio, é uma excelente parceira, cumpre as suas obrigações e é cooperativa. O que aconteceu?

Queria dizer o seguinte, assim como o Presidente Ricardo Teixeira expressou que nada tinha a ver a CBF com os contratos, eu quero dizer também o seguinte: o Clube dos 13 é uma associação composta de clubes, de associados; e houve alguma coisa, lamentavelmente, que nada tem a ver com as Organizações Globo, em que os associados divergiram, provavelmente, com a forma como foi feita uma licitação extremamente objetiva, inicialmente, no primeiro momento, assim distribuída para televisão aberta, em que o sistema adotado objetivo foi exclusivamente de preço.

Aí, nós... o cronograma é mais ou menos esse. Estou à disposição dos Senadores para encaminhar um cronograma dos fatos. Nós, uma rede que há quase 50 anos no Brasil disputa a preferência de cada brasileiro, de cada telespectador, começou a pensar: Bom, mas o trabalho que temos feito junto deveria ser valorizado objetivamente também. É o que se chama o lado técnico da proposta.

Quer dizer, os aspectos de cobertura, ou seja, de levar o futebol a todos os brasileiros efetivamente, de ter uma estrutura de geradoras e retransmissoras, de ter condições, especialmente na TV aberta, de ouvir a história dos jogadores, a emoção de cada jogo, a promoção efetiva, no jornalismo e nos diversos programas, de cada jogo, de acompanhar, de maneira apaixonada, o desenvolvimento do futebol brasileiro deve ter pesado na apreciação de alguns clubes que,

após terem comunicado, vários clubes comunicaram antes mesmo de haver esta escolha da melhor proposta, esta escolha da proposta vencedora, manifestaram sua discordância com a forma com a qual o Clube dos 13 havia encaminhado a licitação. As Organizações Globo publicaram um anúncio público de uma página nos principais jornais e colocaram isso também no seu Editorial na televisão e, a partir daí, houve alguma coisa sobre a qual não temos participação que houve, digamos assim, alguma coisa, algum desacordo que é comum acontecer em organizações, acontece em partidos políticos, acontece em associações, em entidades diversas. E nós, que temos o compromisso de serviço público de levar o melhor produto aos brasileiros e que já fazemos futebol há tantos anos, aliás, há tantos anos, sempre com algum parceiro, não é? É bom que os Senadores saibam que, recapitulando, pelo menos, até os anos de 97, sempre tivemos fazendo futebol conosco um parceiro, ora a Bandeirantes, ora a Rede Record, ora a Bandeirantes e mais uma grande produtora independente, enfim, sempre estivemos acompanhados de outra Rede importante de prestígio nacional fazendo o futebol conosco, fazendo esse trabalho conjunto de valorizar o futebol brasileiro.

Mas o fato é o seguinte: com relação à cobertura, a Globo está estruturada. Por que imagino que um clube de futebol deve ter prestado atenção em defender seus interesses com os aspectos objetivos financeiros caros, isso é fundamental, é importante, mas também com os aspectos que continuem a garantir a manutenção da curva ascendente de crescimento do futebol brasileiro? Eles devem olhar para as empresas: bom, essas empresas oferecem realmente cobertura nacional? A Globo tem 122 emissoras próprias e afiliadas, geradoras. O que é uma geradora? É aquela que produz o jornal local, que cobre a família do jogador que está bombando, que está fazendo sucesso no Santos, no Palmeiras ou no Corinthians, a geradora é aquela que faz chamadas locais para os jogos e eventos esportivos que acontecem ali, é aquela que manda notícias e que está perto do fato jornalístico e esportivo.

Outras grandes Redes, como o SBT, tem 94; a Bandeirantes tem 53; a Record tem 78, é uma jovem rede em crescimento; e a Rede TV tem 39. Quer dizer, temos o maior número de pontos de gravação, de exposição do produto sobre futebol, além de uma conhecida capacidade técnica para isso. Mas cobertura também é retransmissora. Retransmissor é o seguinte: a televisão na cidade de um dos Senadores, além de ter o transmissor que cobre a área urbana da cidade, tem também nos Municípios, nos distritos, às vezes, nas localidades vizinhas, retransmissoras, que retransmitem o sinal daquela programação ali localmente exi-

bida. A Globo tem, hoje, entre próprias e afiliadas 3305 retransmissoras. São todos dados do *Diário Oficial da União*, da Anatel e do Ministério das Comunicações. O SBT tem 1441; a Bandeirantes tem 1209; a Rede Record, que está se desenvolvendo fortemente, tem 870; e a Rede TV tem 673. Quer dizer, é muito fácil um presidente de clube entender: se eu quero que o meu clube tenha conhecimento nacional porque vou vender camisas no Brasil inteiro, a marca do patrocinador da minha camisa vai estar exposta em todo o território nacional, o meu clube merece ser visto pelo senso comum dos brasileiros, é muito fácil para alguma empresa que queira fazer, levar em consideração a efetiva diferenciação de cobertura que tem.

Outra coisa importante, sobre a qual não vou me demorar, é que, certamente, o futebol adquiriu essa importância revelada, aqui, pelo Presidente Fábio Koff, o futebol também depende de uma franca e muito vista cobertura jornalística, quer dizer, os fatos, as questões que envolvem as celebridades esportivas, a troca de técnicos, a fofoca entre uma briga interna etc e tal, estão muito bem reveladas no Jornalismo da Globo, que conta com o Bom Dia Brasil, com 41% de participação; o Jornal Hoje, 37%; o Jornal Nacional, 57%; o Jornal da Globo, 34%.

Ou seja, todos esses jornais que têm essas audiências consolidadas, sendo a menor de 34% de participação, contêm o produto futebol, o Campeonato Brasileiro de Futebol e, frequentemente, os patrocinadores. Na Record, há importantes audiências também no Fala Brasil, que tem 25% de audiência na sua respectiva faixa horária, e o Jornal da Record tem 16%, na sua respectiva faixa horária. São dados de março de 2011. Os de abril ainda não foram concluídos. O SBT também, na programação jornalística, tem 18% no Jornal da Manhã; o SBT Brasil tem 7%; e o Jornal do SBT 2ª Edição, também na sua faixa horária, 15%. A Bandeirantes, com o Brasil Urgente que tem 10%; o Jornal da Band, 8%; e o Jornal da Noite, 5%. Na RedeTV, a participação de audiência do principal noticiário é de 3%.

O que eu quero revelar é que, em 2011, transmitirão o campeonato brasileiro para todos os brasileiros a Rede Globo e a Rede Bandeirantes. Se somarmos a importância jornalística e mais o jornalismo esportivo que fazem a Globo e a Bandeirantes, os senhores verão que, quanto a fornecer aos brasileiros um entretenimento e alimentá-los na sua paixão futebolística, os clubes e os torcedores estão bem atendidos.

Essas duas características das propostas, características, digamos, técnicas, que não desvalorizam – ao contrário –, apenas complementam o valor e a importância financeira, fazem-nos lembrar de que,

depois que houve uma discordância, que é interna ao Clube dos 13 e que não nos diz respeito, os clubes, individualmente, como pertencem a eles individualmente os seus direitos, conversaram com as redes de televisão e, particularmente, conversaram muito conosco – boa parte dos clubes preferiu acordar com as Organizações Globo –, levando em consideração o passado, o presente e o futuro: o passado de crescimento evidente aqui já manifesto; o presente, que é essa soma, esse sanduíche bem bolado de cobertura apaixonada, emocionante, com altíssima audiência que têm a Rede Globo e a Bandeirantes; e o futuro, porque os dados que falam de audiência e falam de cobertura credenciam as Organizações Globo junto a cada clube, individualmente, que julga ser esse um parceiro que vai continuar a fazer o futebol brasileiro crescer.

Não há outro interesse da Rede Globo a não ser o de bem atender ao torcedor e aos clubes. Individualmente, vários clubes aderiram a ter seus direitos de, no futuro campeonato brasileiro, a partir de 2012, serem transmitidos os jogos pela Globo.

Nós agradecemos a confiança que esses clubes nos conferiram e não vamos decepcionar. Vou-me eximir absolutamente de falar de qualquer coisa que seja do Direito Administrativo ou do Direito, digamos, Concorrencial, porque confiamos absolutamente na lisura, na absoluta legalidade de todos os nossos gestos e das nossas atividades no campo concorrencial. Também confiamos, por muitos fatos acontecidos, na absoluta competência, na isenção, no profissionalismo, na competência, em relação ao Direito Administrativo e ao direito à concorrência, daqueles que compõem a SDE e que compõem o Cade.

Então, não falaremos de coisas que estão agora sendo entregues ao Cade, que examinará competentemente os contratos, assim como já encaminhamos à SDE nossas argumentações. Confiamos totalmente no fato de que essas instâncias do Executivo, do Direito Administrativo perceberão que o nosso objetivo é derivado da nossa disposição de que, com o tamanho, com a perseverança empresarial que sempre praticamos, conseguiremos continuar a fazer o futebol brasileiro crescer para os apaixonados, os brasileiros em geral, e para os clubes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa registra a presença do Deputado Danrlei de Deus, do PTB do Rio Grande do Sul, e passa a palavra para o Superintendente de Operações da Rede TV, Edjail Adib Antônio Kaled.

O SR. EDJAIL ADIB ANTÔNIO KALEDD – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Senadores presentes, Mesa, todos os convidados, eu acho

que vou tentar ser bem breve porque o ponto é muito central nesta discussão.

Eu gostei muito quando o Sr. Fernando Furlan fala que o Cade não é regulador, fiscaliza se está dentro das regras de concorrência, e ele não permite, o Cade não permite, e fez um acordo, que não poderia ter cláusula de preferência. O que é preferência? A gente imagina o que é preferência. Eu vou contar um pouquinho da cronologia dos fatos, para a gente entender se está infringindo essa cláusula de uma forma diferente ou não.

Nós tivemos reuniões para definição das regras com outras emissoras, com a Record, com a Globo, com o Clube dos 13, a respeito da licitação. Isso foi dezembro do ano passado. Depois, fomos sabatinados por membros do Clube dos 13, sobre projeto, capacidade técnica da Rede TV, para as transmissões do Campeonato Brasileiro.

Depois disso, veio a licitação. A licitação, a única emissora que compareceu à licitação foi a Rede TV, não teve mais nenhuma emissora que compareceu à licitação. Ou seja, a Rede TV levou o envelope fechado. Por quê? Porque ela acreditou no modelo, ela acreditou na lisura do processo e ela consegue trabalhar nesse tempo, nesse tempo diferente em que as coisas são mais transparentes, as coisas são às claras. Tem o envelope, cada emissora entrega o seu envelope e quem der o maior valor leva o evento de transmissão de TV aberta.

Ali não estava sendo discutido nem a licitação foi feita para Internet, para *pay-per-view*, para cabo ou para outras alternativas de direitos sobre a transmissão.

A Rede TV entrega o seu envelope, o Clube dos 13, na presença do Dr. Fábio Koff, Presidente do Clube dos 13, divulga isso em rede nacional, dando a vitória à Rede TV, ou seja, a Rede TV ganha o certame de TV aberta no País, pagando um valor muito superior ao que está sendo pago hoje para a transmissão de TV aberta no ano de 2011.

Pois bem, após isso, a vitória, a divulgação dos valores ofertados em toda a mídia, a Globo apresenta proposta aos clubes para comprar direitos sobre todos os direitos de transmissão, não é só TV aberta, são todos. Isso está divulgado em todos os veículos de comunicação, por fotografia porque assinamos o contrato, cada um falando de um valor, um contrato que até hoje não foi entregue ao Cade, e não dá para demorar a entregar um contrato. Se você imaginar que nos dias de hoje um contrato pode demorar mais que 48 horas para chegar ao Cade, impossível! Então esse contrato também não foi entregue.

A Rede TV fez uma representação ao Cade, ontem, digitalmente, e hoje fisicamente, com relação

a isso. E ela acredita nessa questão principal, que é proibir o direito de preferência para compra dos direitos. O que aconteceu com os direitos de preferência? Eu vou para uma licitação, ofereço um valor, o valor se torna público, e aí outro veículo vai lá aos clubes e fecha com um valor, sabendo o meu valor? Se isso não é preferência de valor, se não é o mesmo molde do contrato antigo, em que ela podia esperar alguém ofertar e dar um valor maior, se isso não é, então eu queria entender mais ou menos como é que funciona o mercado em que a Rede TV é convidada para licitação, participa de uma licitação, entrega o envelope, agora, teria mais dois concorrentes ou três ou quatro.

Então, poderia aparecer lá um envelope maior que o da Rede TV. Lógico, a Rede TV poderia perder. Se a Globo fosse, ela também poderia perder. Então para não correr o risco de perder, eu prefiro que se feche a licitação, sei qual é o valor da ofertado na licitação, aí tenho base de valores para negociação. Então acho que a discussão toda é em cima dessa cláusula principal. Quando o Evandro fala em cobertura, eu acho interessante porque mostra realmente o poderio, o poder econômico da TV Globo sobre a Rede TV, porque a Rede TV é uma empresa que tem 11 anos. Todo início de processo de qualquer emissora realmente é muito difícil, porque sai de um processo complicado, de um processo financeiro complicado em que o mercado tem que acreditar em você, tem que adquirir audiência, tem que adquirir afiliadas, ou seja, estamos crescendo muito em 11 anos e podemos crescer muito mais, podemos ter muito mais audiência com futebol, porque o torcedor brasileiro vai assistir futebol no canal onde passar o jogo.

Mais importante do que cobertura é transmitir os eventos que eu comprei. Aqui os senhores devem assistir ao final do jogo de vôlei. Assim como essa família que o Evandro fala que gosta de ver o jogo, a família do jogador de futebol, a família do jogador de vôlei também quer assistir ao jogo que só é passado na SporTV. Qual é a cobertura da SporTV em território nacional? Qual é a cobertura do cabo em território nacional? Qual é a cobertura de assinaturas? Quantos assinantes temos no Brasil assistindo à SporTV? Então é passado esporte no SporTV como se estivesse passando para o Brasil, mas não está passando para o Brasil.

A RedeTV tem uma cobertura de satélite, tem uma cobertura terrestre, tem onze anos de existência, está crescendo, sim. Esse processo agora vai cercar o crescimento da RedeTV. E isso é muito claro para todo mundo. E por que vai cercar? Porque, se eu tiver o direito de transmitir futebol, poderei fazê-lo em um horário melhor para o torcedor brasileiro. Posso fazer o futebol para bater de frente com uma novela. Posso

ter um conteúdo espetacular e por quê? Porque eu ganhei a licitação. É legítimo.

Eu não estou aqui discutindo nem falando que a RedeTV tem que levar esse contrato. Estou dizendo uma coisa simples: houve uma licitação da qual a Globo não participou e o preço foi aberto. Depois de o preço aberto, vou aos clubes e fecho contrato achando meu valor de mercado e cerceando o direito de outros veículos como o Terra, que não consegue comprar o direito de transmissão na Internet porque já foi vendido para a TV Globo? A Globo tem que apresentar esse contrato que ninguém viu ainda. O Cade precisa analisá-lo.

Quando o Evandro fala da cobertura da Globo, vejo como é interessante. Quando ele fala das audiências, eu gosto mais ainda, porque me mostra a esperança de uma emissora que tem 11 anos e fica claro aonde ela pode chegar com sua audiência.

Trabalhei na Globo no tempo em que sua audiência era de 90%. Quando escuto esses índices de 10%, de 12%, de 14%, de 21%, entendo que realmente o País mudou. Meus filhos, meus netos podem ter esperanças neste País, primeiro, porque as coisas estão mais abertas, estão mais transparentes. As coisas hoje são diferentes neste País. A esperança dos meus netos e dos meus filhos aumenta. A esperança de toda a população aumenta, porque a gente percebe que uma emissora de 11 anos está crescendo, seus índices de audiência melhorando. Quando poderíamos imaginar que uma emissora como a RedeTV, de 11 anos, poderia ter mais audiência em vários minutos do que o Fantástico, que era líder, tinha 90% de audiência no País? Isso mostra que o modelo de televisão no Brasil está mudando.

Tem que mudar também o modelo de negociação sobre os esportes. Temos que deixar as coisas transparentes. Houve um contrato em que a RedeTV ganhou uma licitação no Clube dos 13, depois teria outra licitação sobre TV a cabo, *pay-per-view* e Internet, mas foi cancelado. Por que esse certame foi cancelado? Foi cancelado porque começaram a divulgação de todos esses fatos na imprensa desta forma: o clube tal fechou com a Globo, o clube tal fechou com a Globo, o clube tal fechou com a Globo. O que aconteceu? Foi cancelada a licitação de Internet. Isso comprime o mercado.

Quando o Evandro fala todos esses números, fico imaginando uma jamanta, eu com um fusquinha numa ladeira e essa jamanta atropelando esse fusca. Não atropela apenas o fusca, mas o mercado brasileiro de TV. Arrebenta com o modelo de TV aberta no País, destrói a possibilidade de qualquer veículo de comunicação crescer no País.

O que a gente espera, a RedeTV e eu, como cidadão brasileiro, é que realmente o poder de justiça deste País consiga enxergar o que é o poder econômico, a pressão do poder econômico no mercado. Nós não estamos aqui falando que estamos levando um contrato menor do que foi feito. Nós estamos falando em valores superiores. O valor ofertado pela Rede TV é quase maior do que o de todas as mídias do ano de 2011 de direito de transmissão desse campeonato.

A capacidade técnica da MTV é indiscutível. Indiscutível porque ela foi a primeira emissora no mundo a transmitir sinal HD, 100% HD. Ela foi a primeira emissora no mundo a transmitir sinal aberto em 3D. Isso mostra a capacidade tecnológica. Ela faz a Série B há sete anos.

Nós temos campeonato. Se você pegar o campeonato brasileiro ele aquece todo o mercado de televisão, todo o mercado de produção independente. Se for para o Nordeste, todos os jogos que têm lá não são cobertos por emissoras. São produtoras que têm seu caminhão com doze câmeras, catorze câmeras, oito câmeras e que são alugadas para as emissoras que fazem futebol, que fazem o seu esporte na região.

Então, eu preciso ter parte com todo esse equipamento, com todos esses caminhões para poder fazer os jogos. Eu tenho um caminhão HD e faço a Série B em HD desde 2008. Foi a primeira emissora a fazer futebol no Brasil 100% HD. Então, com relação à capacidade técnica, acho que é indiscutível.

Eu tenho uma esperança muito grande nesse Brasil melhor onde realmente a gente tenha controle dos direitos adquiridos no mercado, e esse mercado aberto. Acho que é uma coisa muito simples. O Evandro fala sobre o jornalismo, em como fazer a cobertura de uma forma adequada.

Na Rede TV o futebol pode começar meia hora antes, meia hora depois. Eu posso falar de futebol. Eu tenho jornalismo e falar de futebol, eu tenho conteúdo artístico e falar de futebol, eu tenho equipe hoje que cobre futebol. Capacidade a Rede TV tem. A discussão não é de capacidade. Não se está discutindo qual é a capacidade da Rede TV.

Nós temos hoje cobertura do território nacional por parabólica e quase 50% da população assiste TV por parabólica e ninguém considera essa cobertura por parabólica. Se essa cobertura não existe, eu desafio qualquer emissora a tirar o sinal da parabólica.

Tivemos um decreto presidencial na última copa para poder passar o futebol na parabólica porque ia excluir quase metade da população brasileira. Temos a TV pública que pode passar em conjunto com a Rede TV. Nós temos as TVs Educativas que é uma prática feita como a Globo já fez, em 82, em Copa do Mundo.

Eu não vejo problema nenhum em cobrir o território nacional, mas uma certeza eu tenho: é um conteúdo que vai passar na Rede TV. Não é um conteúdo que estou comprando para reservar o mercado, para impedir o crescimento de alguma outra emissora.

Era só isso que eu gostaria da observação dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Com a palavra, representando a Rede Record, Paulo Kalil, Diretor de Aquisições e Eventos da Rede.

O SR. PAULO KALIL – Bom-dia, Presidente Requião, Senadores aqui presentes, Senadoras autores e co-autores desse trabalho e os outros Deputados que estão aqui presentes.

Eu vinha acompanhando aqui o que o Presidente Fábio Koff havia falado e o Evandro também. Hoje, não vou me estender muito, mas quero fazer apenas algumas observações.

Estamos diante de uma decisão que afeta a vida de todos, de todos os brasileiros por ser o futebol uma modalidade de paixão nacional. Então, num primeiro cenário, a gente visualiza todo o trabalho feito pelo Cade durante treze anos, até chegar outubro do ano passado e decidir que não pode haver mais uma cláusula de preferência que limita a presença de outras mídias, de outros canais de televisão, de outros interessados no futebol brasileiro.

Desde outubro, então, o Presidente Fábio Koff junto ao Clube dos 13 iniciou um trabalho para se abrir uma concorrência porque tudo que se viu de audiência, de presença da Rede Globo na transmissão do futebol, não se traduziu até então em saúde financeira para os clubes. Muito pelo contrário.

O que se vê: os atletas saem do Brasil e vão jogar em outros países apesar de toda essa exposição, porque quando se coloca que a partida de futebol está sendo transmitida em todo o país e todos têm alcance a essa partida de futebol, logo nos leva a crer que existem muitos e muitos patrocinadores interessados em colocar as suas empresas nas camisas dos clubes não é bem verdade. Nós já tivemos finais de campeonatos estaduais transmitidas para o País inteiro, e o patrocinador da camisa era o endereço eletrônico do clube: "...com.br." Não havia um patrocinador para a final de um campeonato como aconteceu, neste início do ano, em um jogo do Flamengo, quando o patrocinador da camisa era o "flamengo.com.br" na partida final.

Então, diante de todo o trabalho feito pelo Clube dos 13, quando veio a ideia de uma concorrência, vem com ela também a certeza de que os clubes seriam beneficiados financeiramente, que os torcedores

iriam ganhar com essa concorrência, que todos iriam ganhar com essa concorrência, aqueles que fazem o futebol. E, num segundo cenário, nós vimos toda essa concorrência ser destruída. Inclusive, um dos nossos pedidos, uma das nossas recomendações, na época, ao Cade foi o fracionamento do futebol, porque, se hoje ele traz grande audiência e faturamento às emissoras, seria muito mais interessante nós termos partidas às quartas e domingos e também às quintas e sábados. Isso não foi atendido pelo Cade.

Outra posição que nós tomamos também foi as partidas de futebol acontecerem às 20 horas e 30 minutos, por questões óbvias: as pessoas trabalham – elas precisam estar cedo para irem ao trabalho no dia seguinte; no momento em que as partidas acontecem às 22 horas ou de acordo com a audiência do capítulo da novela, é impossível isso acontecer – e até por questões de segurança e transporte público, que está muito mais disponível às 22 horas e 30 minutos do que à meia-noite, quando os torcedores saem dos estádios.

Mas só pelo fato de nós termos uma concorrência, isso já nos deu aquela ideia de que – pronto – o futebol está mudando no Brasil. Nós vamos agora escrever um capítulo diferente. Mas, de repente, nós vimos tudo isso desaparecer, porque, no momento em que a emissora que transmite o evento – e transmitiu durante todos esses anos –, diz que não vai negociar, que não vai participar de nenhuma concorrência, isso cria uma situação de instabilidade, de insegurança financeira, jurídica, que não permitiu, inclusive, que nós fôssemos adiante e apresentássemos a nossa proposta.

Por parte da Record, nós continuamos interessados em ter o campeonato. Eu creio que o que poria a limpo toda essa situação seria simplesmente um recomeçar, uma nova concorrência, um novo processo. Eu creio que isso daria clareza, traria benefícios financeiros para os clubes, porque, como se vê, somente os direitos para a televisão aberta, aprovados pelo Cade no documento enviado pelo Clube dos 13, a proposta não poderia ser inferior a R\$500 milhões para a televisão aberta. Nós estamos falando de valores que são quase relativos a todas as mídias no contrato atual. Então, nós entendemos que isso seria o melhor a fazer.

Fica uma pergunta, que – creio – muitos brasileiros a fazem também: se tudo vai acabar desta forma: o Cade estabeleceu uma concorrência, a concorrência foi destruída e assim termina a história. Os clubes negociam diretamente. Enfim, em um instante havia o fim do monopólio e, agora, se cria outro, em que, simplesmente, os órgãos do Governo e as pessoas que determinaram o melhor para o futebol no País serão

desrespeitados, assim como os torcedores e os patrocinadores, simplesmente nós não vamos mais poder mais elevar a qualidade do futebol brasileiro.

Apenas uma observação: quando se fala que a Rede Globo sempre compartilhou os direitos com os outros canais, esses direitos não foram dados gratuitamente. Nós pagávamos – e pagávamos um valor bem expressivo. Infelizmente, tínhamos que fazer as mesmas partidas que a Globo fazia na maioria das vezes. Nós sequer poderíamos escolher as partidas que iríamos transmitir.

Então, apenas para enfatizar, porque, na medida em que se fala que sempre compartilhamos, parece que os direitos eram cedidos gratuitamente e que quem quisesse poderia transmitir. E nunca foi assim que aconteceu.

Então, nós esperamos uma posição do Cade e torcemos para um recomeço nesse processo, porque entendemos que os clubes vão ganhar, que os torcedores vão ganhar, e o futebol brasileiro vai servir de exemplo para tantos países no mundo, senão vamos partir para um campeonato espanhol, onde dois ou três clubes têm saúde financeira e os demais estão ali apenas para figurar e o que nós vemos também em alguns campeonatos estaduais no nosso país, em que, dentro de um Estado, dois ou três clubes, no máximo quatro clubes, têm saúde financeira para competir e os outros participam e sequer são transmitidos os jogos.

É um cenário lamentável que estamos vivendo no futebol hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, representando o Grupo Bandeirante de Televisão, seu Diretor de Esporte, José Carlos Silveira.

O SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA – Bom-dia, Sr. Presidente Requião, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados aqui presentes, membros da Mesa, Presidente Ricardo Teixeira, Presidente Fábio Koff, Dr. Fernando Furlan, meus colegas de radiodifusão, eu gostaria de fazer uma breve introdução a respeito de como foram esses quatorze anos que nos separam do início do processo do Cade, em 1997, quando nós, da Bandeirantes, detínhamos, à época, o direito de preferência do contrato de televisão, compartilhávamos esses direitos com a Rede Globo, e houve um questionamento por parte do SBT, à época, que acionou o Cade para o início desse processo que culminou, em outubro do ano passado, com a suspensão do julgamento através dos termos de cessação de conduta, assinados separadamente por TV Globo e o Clube dos 13.

O futebol brasileiro, à época, em 1996, todos nós nos recordaremos, não dispunha de um calendário

fixo. Nós tínhamos, a cada ano que passava, uma fórmula de disputa diferente. Os campeonatos regionais não se coadunavam com os campeonatos nacionais. As datas para as disputas de campeonatos internacionais, como a Copa Libertadores e outras, na época, eram definidas de forma descoordenada entre a Confederação Sul-Americana de Futebol, a Conmebol e os representantes dos clubes brasileiros. Ou seja, nós tínhamos uma grande dificuldade, como emissoras de televisão, de programarmos o futebol brasileiro com antecedência necessária, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista de grade de programação, quanto do ponto de vista do produto a ser ofertado aos anunciantes, porque, como todos sabem, os nossos recursos provêm dos anúncios publicitários. Nós vivemos da receita que os anunciantes aportam aos nossos programas, às nossas atrações, e pagam para exibição de suas marcas.

Muito bem. O que houve a partir de então foi um grande esforço, do qual o Clube dos 13, a CBF, a Rede Globo, em primeiro lugar, ao qual nós também contribuímos, para organizar o calendário do futebol brasileiro, torná-lo mais adequado às necessidades dos torcedores, dos clubes, dos anunciantes, dos organizadores, das televisões. E assim foi feito. E chegamos agora, no ano de 2011, com um calendário que é modelo talvez em todo o mundo, onde nós temos uma separação clara dos campeonatos regionais, dos campeonatos de âmbito nacional, das diversas divisões. Os campeonatos são intercalados pelas disputas dos torneios continentais, o que permite que os clubes brasileiros disputem esses campeonatos com cada vez mais com propriedade, haja vista que nós temos hoje, no ano de 2011, cinco clubes brasileiros na disputa da Taça Libertadores da América, todos com chance de caminhar adiante.

Então, o esforço para a construção desse produto de futebol custou muito dinheiro, custou muito trabalho. E, no momento em que nós nos vimos, à época, em 2000, impossibilitados, pelo crescimento do valor dos direitos, de prosseguir com o futebol, nós tivemos que desistir. A Bandeirantes ficou alguns anos sem transmitir futebol.

E voltamos em 2007, num novo acordo de sublicenciamento com a Rede Globo, pelo qual nós compartilhamos esses direitos, pagamos uma fração desses valores e direitos, e transmitimos conjuntamente, alguns campeonatos regionais, o Campeonato Brasileiro da Série A, a Copa do Brasil, e a Copa Sul-Americana, anualmente.

Por que eu faço esse intróito? Para trazer aos senhores a minha surpresa. Primeiro a minha frustração. Eu participei de todo esse processo, quando eu

era diretor de esportes da Band na época em que o processo começou, em 96. Participei junto ao Cade de todas as audiências para as quais fui convocado, e expus a eles a minha preocupação, a preocupação da empresa que represento, a Rede Bandeirantes de Televisão, com um processo de licitação que se avizinhava, alertando para a dificuldade ou para a impropriedade que seria um processo de licitação nos moldes de leilão fechado, que foi o que acabou ocorrendo.

O leilão fechado é uma loteria. O meu colega aqui da Rede TV, muito simpaticamente, diz que a Rede TV está investindo no campeonato brasileiro. Por enquanto só investiu um envelope e uma folha de papel, porque inclusive um dos termos da licitação, que era a apresentação de garantias bancárias, era um item que era desqualificante, o que inclusive nos inibiu de procurar construir uma proposta, porque os senhores imaginam o que pode ser uma fiança bancária da ordem de 1 bilhão e 500 milhões de reais, que era o preço mínimo da TV aberta?

Muito bem, voltando à questão da coordenação dos esforços, das milhas, a licitação por leilão fechado, a nosso ver, seria prejudicial, foi o que acabou ocorrendo. Nós não somos profetas nem nada, mas era natural que isso ocorresse porque é uma loteria e nós somos empresas que prezam pela sua saúde financeira, pelas suas relações com o mercado. Nós estimamos o mercado publicitário de acordo com números históricos. Nós não podemos entrar em aventuras. E a separação entre as mídias, que aparentemente seria uma grande conquista só traria mais confusão e mais dificuldades de acomodação dos diversos interesses e dos diversos *players*, do mercado brasileiro de radiodifusão e de comunicação.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Rede Bandeirantes não participou da licitação, não apresentou proposta. Nós permanecemos no aguardo do desenrolar dos fatos e imaginávamos que fosse ocorrer o que ocorreu, talvez não com a velocidade que ocorreu, mas que a licitação se frustraria por si mesmo. E foi o que infelizmente aconteceu.

E estamos no aguardo para ver o desdobramento dos fatos.

Temos uma parceria de longa data com a Rede Globo em diversos eventos esportivos e mais um esclarecimento, foi citado aqui pelo Paulo Kalil, se não me engano, a questão da transmissão da mesma partida.

Eu faço rapidamente uma reflexão com os senhores. Nós temos a cada rodada do campeonato brasileiro de futebol, da Série "A", dez jogos.

É uma cláusula que já persiste nos contratos de licenciamentos de direitos de televisão, a obrigatorie-

dade da não-transmissão do jogo para a cidade em que ele ocorre, em busca de preservar o público que vai ao estádio, que hoje o maior estádio brasileiro tem 80 mil lugares e uma emissora de televisão abrange no seu município milhões de pessoas.

Então não é permitida a transmissão ao vivo para a praça onde o jogo ocorre, nos termos dos contratos atuais, isso já dura possivelmente 20 anos.

A exceção é dada para um número limitado de jogos em cada temporada, que podem ser transmitidos para prever a situação de um jogo muito importante que define uma classificação ou um campeonato.

Muito bem. É praticamente impossível encontrarmos, a cada rodada, seis jogos diferentes, porque pelo contrato do campeonato brasileiro a possibilidade de transmissão dos jogos de TV aberta são três. Nós teremos que encontrar seis jogos diferentes que cumprissem com essas exigências e permitissem transmissões diferentes entre as duas redes de televisão. O que ocorre é que em possivelmente 90% das rodadas nós não teríamos, nem que quiséssemos, a possibilidade de exibir um jogo diferente de um jogo que é exibido pela Rede Globo.

Muito bem. Eu permaneço à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. E agradeço, muito honrado, o convite da Comissão, Presidente Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós passamos, agora, ao diálogo entre o Plenário e os nossos convidados. Os Parlamentares inscritos são os seguintes: Senadora Lídice da Mata, primeira autora do requerimento; Senadora Ana Amélia; Senadora Marisa Serrano; Senador Pedro Simon; Deputado Federal Jonas Donizette; Senador Flexa Ribeiro; Deputado Federal Romário; Senador Ciro Nogueira; Deputado Federal Valadares Filho; Senador Alvaro Dias; Senadora Marinor Brito; Deputado Federal Danrlei de Deus.

A ideia é que cada Parlamentar, entre Senadores e Deputados, tenha três minutos para sua intervenção. E a sugestão que eu coloco para apreciação do Plenário é que nós façamos essa audiência em blocos de três Parlamentares de cada vez e após as três intervenções dos Parlamentares, a Mesa dará as respostas.

Se os senhores estão de acordo, fica avençado dessa forma o procedimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Diga, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Ex^a... Desculpe-me, mas não dava tempo,

é porque na hora em que V. Ex^a leu a relação dos inscritos... Quero saber qual é a minha colocação aqui na discussão?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sua colocação é extremamente honrosa e diferenciada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ponta esquerda ou ponta direita?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É o sexto colocado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Porque quando me inscrevi, eu pensei que estaria em quarto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós intercalamos os Deputados, numa deferência da Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sem dúvida. Eu queria saber se... Então eu estou na meia-esquerda. Não tem problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não há problema nenhum. Honrosa colocação de 6º lugar. Muito bem classificado no rol dos inscritos.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras e convidados, a quem agradeço a presença, pra tentar ser direta, a minha intenção ao fazer esse requerimento foi de destacar o interesse do torcedor brasileiro, em primeiro lugar; e em segundo lugar, o fortalecimento do futebol brasileiro fazendo-o cada vez mais democrático, permitindo, portanto, um profissionalismo maior e voltado para a promoção e para a esperança de que um time pequeno possa virar grande um dia.

Como a sociedade brasileira exige da política que seja democrática, nós queremos contribuir para que todas as instâncias de organização da vida nacional possam se democratizar.

Nesse sentido, a audiência passada, um pouco esvaziada pelos clubes, porque só dois compareceram, deixou muito claro que não há uma garantia, hoje – que não seja acreditar no bom senso dos parceiros – de que numa negociação individual não possa acontecer que um time que venda o seu direito de transmissão exclusiva a uma determinada televisão e um outro time que venda também esse direito a uma outra televisão – se não houver uma concordância de todas as partes – em determinado momento impossibilite aquele jogo de ser transmitido, porque dependerá exclusivamente do bom senso dos quatro atores em questão, portanto havendo um possível prejuízo se essa situação existir.

Eu quero perguntar ao Dr. Fábio Koff por que, em outros países desenvolvidos, onde o futebol é um

esporte predominante, como Inglaterra, Itália, França e Alemanha, as licitações estão sendo feitas coletivamente e não individualmente? E estão dando certo? Se isso não melhora a competitividade e não faz com que os clubes ganhem mais?

Ao Dr. Evandro, da TV Globo: se a Globo já conhecia os termos, porque assinou o termo de acordo no Cade com o Clube dos 13, por que abandonou, então, a licitação que ele, antes, concordou que houvesse? Por que a Globo negociou os direitos de todas as janelas de exibição se algumas delas não têm plataforma para operação como celular e Internet? Se pensa em revender esses direitos para terceiros interessados? É sabido que, hoje, um dos grandes negócios da televisão e da transmissão é o *pay-per-view*, que cresce o número de assinantes entre 20 a 30% ao ano, enquanto os clubes têm o seu preço de negociação reajustado entre 5 a 6%, portanto, claramente prejudicados nessa negociação. Portanto, se há uma venda e uma negociação em pacote, há um claro prejuízo financeiro do futebol brasileiro e dos clubes brasileiros.

À CBF: há uma enorme diferença, uma imensa diferença entre as negociações da Chave A e da Chave B. O que a CBF, como organizadora, intermediadora, articuladora do futebol brasileiro pode interferir para defender o interesse dos pequenos clubes de futebol no Brasil? Porque, hoje, todo o contrato chega, se não me engano, a R\$30 milhões, olha a diferença, os pequenos clubes chegando a ganhar R\$90 mil por mês, enquanto os grandes clubes de futebol chegam a um orçamento de R\$150 milhões no País. Obviamente, que há um processo de reconcentração financeira permanente nos grandes clubes de futebol. Não é à toa, perdoem-me, que, quando o próprio Dr. Evandro citou as celebridades nacionais do futebol, falava da vida do jogador do Santos ou do São Paulo ou do Corinthians, ou do Flamengo, não do Bahia, do Vitória, do Coritiba, que estão fora desse centro que, hoje, é dominante do futebol brasileiro, não chega nem a ser do Sul, que é só uma pontinha do Grêmio e Internacional, mas que, hoje, é de uma ultra, hiper concentração de poder econômico entre São Paulo e Rio de Janeiro, e olhe lá.

Portanto, creio que essa questão não se reduz a uma discussão econômica da disputa das TVs do direito de retransmissão, mas é necessário se discutir, sim, uma gestão do futebol brasileiro nesse mercado novo que surge no Brasil e no mundo para o futebol. Como fazer com que esse mercado não seja cada vez mais excludente e, portanto, antidemocrático da participação do futebol como uma identidade nacional do futebol com um processo que possa fazer com que haja uma redistribuição desses recursos? O modelo da França,

o modelo da Inglaterra não leva a uma concentração desse tipo, há uma distribuição de 50% dos contratos para time menor. Por que isso não pode ocorrer no Brasil? Uma pergunta que faço para todos.

Finalmente, para, também, a Rede TV: o que pretende fazer diante do impasse que está criado? Vai recorrer à Justiça? Como é que podemos garantir ao torcedor brasileiro que não estaremos diante de mais uma situação que já vivemos no passado de uma certa instabilidade das regras do funcionamento do campeonato nacional?

E ao Cade, uma pergunta: se a venda do pacote fechado não se caracteriza como uma regra de concentração de monopólio e até mesmo de cartelização do processo econômico de organização das transmissões de jogos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, como autoria do requerimento também, a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar os participantes desta audiência pública, que debatem uma questão, como disse a Senadora Lídice, que toca no coração do torcedor brasileiro.

Eu queria, depois de ouvir todos atentamente, fazer uma pergunta à RedeTV, que foi a última a falar – aliás, depois falou a Bandeirantes –, a respeito da licitação ganha pelos senhores de R\$516 milhões.

Com essa negociação individual, não há um risco de criar-se uma elite de futebol, seguindo a linha e a lógica do que falou a Senadora Lídice, desconhecendo a realidade dos nossos times que não estão nesse eixo Rio/São Paulo, com reflexos prejudiciais exatamente por essa valorização? Porque é da base que vêm outros atletas, e assim os clubes crescem. Essa é a primeira questão.

Percebo, também, dentro desse foco, que o futebol brasileiro, hoje, lamentavelmente, está-se sustentando financeiramente, economicamente, pelas transmissões, pelo dinheiro ganho das transmissões pelos clubes e pela venda de jogadores. Desse modo, também há um equívoco no processo.

Eu queria perguntar ao José Carlos, que, para mim, foi muito surpreendente ao revelar uma parceria histórica com a Rede Globo. Por que não foi possível criar, no sistema de transmissão, uma espécie de *pool*, em que, antes de as emissoras procurarem o Cade para criar essa questão relacionada a uma disputa concorrencial, houvesse, como houve com a Bandeirantes e a Globo, um entendimento. Não sei se estou sonhando, mas imagino que poderia haver uma regra de bom entendimento, porque é de interesse de todos,

para fazer uma espécie de *pool* a fim de que todas elas participassem. É claro que as diferenças tecnológicas de cada um são muito grandes.

Chamou a minha atenção também a proposta do Presidente do Cade, Luiz Fernando Furlan, sobre a sugestão de o Cade estar à disposição para uma regulamentação do sistema.

Esta pergunta eu queria dirigir especialmente ao Presidente da CBF, Ricardo Teixeira: nós precisamos de mais uma regulamentação para o sistema do futebol? Já é um País extremamente regulamentado, regulado. Gostaria de saber se isso vai ajudar ou vai complicar o nosso esporte, paixão nacional. Essa pergunta vale também para o Dr. Fábio Koff, nosso conterrâneo do Rio Grande do Sul, embora nossas divergências futebolísticas sejam conhecidas: o senhor é do Grêmio, e eu sou do Internacional.

E eu queria também perguntar ao Evandro, da Rede Globo...

Como?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a não deve lembrar isso agora.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Lembrar hoje isso, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a não devia falar hoje sobre isso.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Ah, não devia. O Senador Pedro Simon está dizendo que eu não devia falar desse assunto hoje com o senhor.

É que eu perdi muito, Senador Simon, com o resultado do jogo de ontem. Mas o senhor sabe como é o Rio Grande. Como é o nome do time que jogou ontem?

Eu queria fazer uma pergunta ao Evandro. A Globo negociou com os clubes individualmente ou em conjunto com os demais clubes?

Outra questão: o senhor falou muito dos investimentos e do sistema que a empresa faz exatamente para ampliar a cobertura, a questão tecnológica, a profissionalização. Então, por que razão a TV Globo desistiu de participar dessa licitação promovida pelo Clube dos 13?

Essas são as minhas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passo a palavra à terceira autora do requerimento, a Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como os nossos convidados estão vendo, são as mulheres que estão aqui comandando esta audiência hoje.

Reportando ao que disseram as minhas duas colegas, quero dizer que a nossa maior preocupação

é com o povo brasileiro, com o público do futebol, com o torcedor que é amante do futebol, principalmente porque estamos próximos de uma Copa do Mundo, que coloca o Brasil nos olhos de todo o Globo. Portanto, nada pior do que haver, agora, uma disputa que nos coloca fragilizados frente a um evento, a um megaevento que movimentará o Brasil inteiro, não só os clubes de futebol, mas toda uma infraestrutura e toda uma estrutura que movimenta o turismo e todas as outras áreas, o que poderá fazer o Brasil dar um passo à frente ou um passo atrás se tivermos ou não competência.

Mas eu quero fazer uma pergunta a todos os senhores que estão à mesa: nessas disputas todas, o torcedor, o telespectador está sendo colocado como peso para as discussões que estão sendo feitas? Os torcedores estão sendo considerados?

Ao Dr. Ricardo Teixeira, eu queria perguntar: como a CBF pretende preservar os clubes menores – como disseram minhas duas colegas, e essa é uma recorrência nesta Comissão –, que servem de celeiro para a formação dos novos gênios do futebol? Alguém tem de cuidar disso, alguém tem de preservar e fazer com que esses clubes não se acabem por não terem torcedores, por não terem visibilidade na mídia como os outros.

Eu gostaria, ainda, de perguntar às quatro redes aqui presentes – Globo, Record, Bandeirantes e Rede TV – se, na avaliação dos senhores, pode ocorrer briga judicial que possa prejudicar o Campeonato Brasileiro, privando o público, que é o maior interessado nos seus jogos. Há um impasse feito. Há saída para esse impasse?

Eu queria perguntar ao Dr. Fábio Koff: o acordo do Clube dos 13 com a Rede TV ainda pode acontecer? E, nessa esteira, a propósito, o Clube dos 13 representa quantos clubes atualmente? Há uma discussão aqui, ouvimos isso na última audiência pública, a respeito de quantos clubes, realmente, o Clube dos 13 representa hoje. É possível, também, V. S^a elencar as agremiações que, hoje, fazem parte do Clube dos 13?

Eram somente esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa registra a presença do Deputado Júlio Delgado, não por ser Deputado, mas por ser filho do Tarcísio.

Os nossos convidados têm demonstrado, até aqui, uma extraordinária capacidade de síntese e de concisão. Eu acredito que esse exercício vai continuar e vai viabilizar a produtividade da nossa audiência pública.

Nós vamos abrir a palavra para os convidados, da esquerda para a direita, para que respondam às per-

guntas que lhes foram formuladas pelos parlamentares, começando com o Evandro, da Rede Globo.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Presidente.

A pergunta feita pela Senadora Lídice da Mata, dirigida a mim, foi se nós já conhecíamos os editais, aos quais não comparecemos, com os quais não fizemos propostas, e, também, um comentário sobre o espantoso crescimento do *pay-per-view*, que é um sistema de pagamento por jogo visto, por pacote de jogos visto, que só cresce acima de 25% ao ano, sendo que o rendimento dos clubes cresce apenas cinco.

Senadora, primeiro, nós...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E se os senhores pretendem revender os pacotes de Internet e de celular.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Sim. Desculpe, eu não tinha anotado isso. A senhora fez, realmente, pergunta sobre Internet e celular.

Bom, em relação aos editais, nós conhecíamos, os critérios foram discutidos, a Rede TV conhecia, a Rede Record conhecia, a Bandeirantes conhecia, o SBT conhecia.

Eu quero dizer o seguinte: não fomos nós que não fizemos propostas. A única empresa que fez proposta foi a Rede TV, porque, a essa altura, já era público e notório que os clubes – e, aí, precisamos começar do começo – são os detentores dos direitos. É aquela história: perguntem aos clubes.

Os clubes já se manifestavam, em grande número, em desacordo com o encaminhamento daquela licitação. Não estou entrando em mérito do trabalho feito pela diretoria do Clube dos 13. Estou dizendo: alguns clubes, pelas razões deles, já discordavam, e nós estávamos prevendo, então, que esse formato não era economicamente viável, não era publicitariamente viável, não era, do ponto de vista da comunicação social, viável. Nós não apresentamos a proposta e explicamos isso à comunidade brasileira, em anúncio de uma página – vou mandar para o seu gabinete em seguida –, razões pelas quais, depois de quase 15 anos de parceria etc e tal, não compareceríamos a esse edital, não faríamos propostas nesse edital. A Record também não fez proposta, a Rede Bandeirante não fez proposta, o SBT não fez proposta, a Rede TV fez proposta, e aí cabe à Rede TV e ao Clube dos 13 falar sobre as condições e as características dessas propostas, o estágio atual do ponto de vista jurídico ou do ponto de vista negocial, que não é assunto de nossa competência.

Em relação ao *pay-per-view*, preciso responder e dar aos Senadores uma informação. O *pay-per-view* é um produto, antes de tudo, de direito dos clubes. Os

clubes têm participação no crescimento *pay-per-view*. O *pay-per-view* é um dos mais importantes itens das receitas dos clubes. Se as receitas do *pay-per-view* crescem 50%, às dos clubes crescerão igualmente. O *pay-per-view* divide, ele é parte, os clubes dependem do crescimento do *pay-per-view*, portanto, acompanha o crescimento do *pay-per-view* as receitas dos clubes. Não há crescimento diferente de *pay-per-view* e renda dos clubes. Aliás, trata-se de uma crescente e cada vez mais importante receita para todos os clubes.

Em relação à Internet e celular, a senhora fez um comentário de que “nós não temos Internet”. Quero lhe dizer que temos o Globo.com, o G1, somos líderes de audiência na área jornalística com o G1, líderes absolutos, e temos Internet, sim. E, sempre – não somos uma empresa concessionária de telefonia celular – que temos os direitos, claro que procuramos otimizar se aquilo tem valor. Agora, esses valores, perto dos valores de receitas de clubes que envolvem direitos de televisão aberta, *pay-per-view*, direitos de televisão paga etc e tal, são valores absolutamente ainda reduzidos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Kalil.

O SR. PAULO KALIL – Respondendo à Senadora Marisa, se o telespectador e o torcedor estão sendo considerados nesse processo, penso que menos do que deveria, porque imaginamos que o cenário ideal seriam as partidas em horários mais adequados e não às 22 horas, para facilitar o acesso do torcedor, por questões que já expusemos aqui, como a questão da segurança, a questão do trabalhador etc. Pensamos também no fracionamento do campeonato, pois o torcedor ganharia com isso, com jogos às quintas e sábados também, e não somente às quartas e domingos. Entre três pontos, o torcedor ganhou um no momento em que o Cade conquistou a vitória de haver uma concorrência para o campeonato brasileiro. Mas o torcedor ainda sai perdendo nesses dois pontos.

A senhora perguntou também se pode ocorrer uma briga judicial que prejudique o campeonato e se a saída para esse impasse... A questão de uma briga judicial, até que o Cade conheça os contratos celebrados entre a Globo e os clubes, nós não podemos responder isso. Eu pelo menos não posso. Mas o Cade, no momento em que tiver esses contratos em mãos e os analisar, ele vai poder dizer se há legitimidade nesses documentos ou não, e daí, então, vamos resolver. Mas a solução para o impasse, a nosso ver, seria um recomeço desse processo, e aí, sim, estabelecer algumas regras para essa concorrência, em que os clubes não poderiam acordar com os canais de televisão e os canais não poderiam acordar com os clubes, para

que houvesse realmente uma concorrência, para que ninguém tivesse a oportunidade de desconstruir um trabalho em que só o torcedor ganha.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O próximo convidado, Fábio Koff.

O SR. FÁBIO KOFF – Respondi apenas às perguntas da Senadora Lídice da Mata, pois percebi que o companheiro respondeu às perguntas da Senadora Marisa Serrano. Eu havia entendido que deveríamos responder todas as perguntas feitas pela Senadora Lídice para se completar o processo informativo a ela.

Não sei se procedi errado, porque fui deselegante ao não responder às perguntas da Senadora Marisa Serrano e da Senadora Ana Amelia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Corrigiremos isso ao fim da reunião. Vamos prosseguir.

Paulo Kalil, por favor. Fábio Koff.

O SR. FÁBIO KOFF – Posso responder às três perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pode responder às perguntas que achar que deve responder.

O SR. FÁBIO KOFF – A primeira resposta é à pergunta formulada pela Senadora Lídice.

Evidentemente, a negociação coletiva é melhor. Não só a experiência das ligas internacionais tem assim demonstrado, mas até a experiência negativa da negociação individual na Espanha. Além de otimizar o valor do produto, a experiência coletiva cria um vínculo entre os clubes na divisão do resultado, estabelecendo critérios de acordo com a resposta que esse clube dá na mídia, falando em termos de televisão, e de um acordo feito na CBF. O Dr. Ricardo está aqui e pode... se tiver lembrança. Havia uma discussão em torno da divisão dos clubes em grupo. Na época, o regime financeiro dos jogos, a renda era do mandante. Para estabelecer um critério mais justo, alterou-se o regime financeiro de acordo com o regulamento da CBF, para que a renda passasse a ser do mandante e não renda dividida, para equilibrar as diferenças que eles receberiam na televisão. Reclamavam os clubes grandes que jogavam em outras cidades com 40 mil torcedores e depois voltavam a jogar no Maracanã ou no Pacaembu com 3 mil ou 4 mil contra o mesmo clube. Então se estabeleceu esse critério.

Acho que, por outro lado, se considerarmos sob o aspecto legal, jurídico, não há negociação individual. Não pode haver. O bem é coletivo, o objeto é comum. O que está comprando a Rede TV, a Rede Globo, é o campeonato brasileiro. Não está comprando o jogo do Flamengo. Está comprando o campeonato brasileiro. Desde que ela compre o campeonato brasileiro, no

meu modo de entender, posso estar equivocado, a negociação é coletiva. E a negociação coletiva, que aqui no Brasil tem sido feita pelo Clube dos 13 por delegação dos clubes, tem proporcionado os campeonatos mais equilibrados do mundo. Não há uma competição que comece com dez clubes com possibilidade de ser campeão em nenhum lugar do mundo.

A Senadora Ana Amelia perguntou se há necessidade de mais uma regulamentação com relação aos negócios envolvendo a venda de direitos de imagem. Eu entendo que não. Até porque entendo que ficou consagrado – repito e enfatizo – no TCC (termo de cessação de conduta) que haveria a necessidade de competição. E a competição nesse mercado é a razão pela qual eu entendo competição aberta sem regulamentação.

Senadora Marisa, a sua preocupação em relação aos times menores é uma preocupação que nós temos também. Nós do Clube dos 13 temos um mecanismo de socorrer aqueles clubes que descendem, que caem para as categorias de baixo. Socorrê-los financeiramente.

A Série B fez um contrato separado. Não conheço o contrato da Série B. Mas acho que, se partirmos para uma negociação individual, nenhum clube vai querer o gesto generoso com o menor, com o pequeno. É para ele. Só há possibilidade de dividirmos o bolo, se houver uma negociação coletiva, mediante uma entidade que tenha a preocupação com os clubes menores.

Representação do Clube dos 13.

O Clube dos 13 iniciou o processo de licitação com a representação de todos os clubes, como fizeram nos anos anteriores. Uma representação para essa negociação explícita e declarada nos próprios estatutos dos clubes, em que os clubes delegam ao Clube dos 13 todo o processo de negociação.

A partir do final, um pouco antes, uns dias antes do final da licitação, dois membros da comissão, que era nomeada pelo Clube dos 13 – os contratos e essa negociação eram feitos por uma comissão, coordenada pelo executivo do Clube dos 13 – declararam que estavam sendo demitidos da comissão, saindo dela. Eu senti a partir daí e aguardei uma formalização com relação aos direitos que os estatutos nos outorgavam para negociar, e, muito mais, aqueles clubes que renovaram esse direito mediante um processo de... mediante uma procuração, com garantia fiduciária – ele é um contrato de fidúcia, para que o Clube dos 13 não só negociasse, como também assinasse sempre os contratos, obrigando.

Nenhum daqueles clubes que deram a garantia ou que exigiram a garantia, ou melhor, que deram a garantia dos contratos de 2012 ao Clube dos 13, para

negociar por eles, formalizou a revogação daquela procuração. Vieram a fazê-lo no curso do tempo.

No dia da licitação, nenhum clube – nenhum! – havia manifestado que assinaram outro contrato, quando não interessava. A partir daí, sim, passou a ser uma questão que fuge ao Clube dos 13 examinar. Envolve-se um aspecto jurídico aí da revogabilidade da procuração, que vigorava até a data em que foi feita a licitação. Hoje não existe mais, porque aquelas obrigações da garantia dada pelo Clube dos 13, e expliquei que fora feita para manter a independência dos clubes num processo de dificuldades financeiras deles, começaram a ser antecipadamente pagas pelos clubes.

Os clubes pagaram empréstimos – muitos que haviam contraído – 30 dias antes do vencimento deles. Esvaziaram a procuração. Hoje não sei quantos clubes assinaram com a Globo. Pelo que li no jornal, são 15 clubes. Com o Clube dos 13 são 20. Restariam cinco. Não sei se fui suficientemente esclarecedor na pergunta que V. Ex^a me fez.

Obrigado.

O SR PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ricardo Teixeira.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Bem, Senadora Lídice, a grande realidade é a de que, há pouco tempo, conseguimos patrocinadores para a CLB. Nem falo da CLC, nem da CLC. Para essas ainda não temos nenhum patrocinador. Quem é obrigado a bancar esse campeonato não tem televisão; são obrigados a bancar os próprios clubes, os Estados e/ou as Federações e/ou a CBF.

No entanto, independentemente disso, temos tido uma evolução grande, que às vezes não acompanhamos. Nós os estivemos trazendo das divisões de baixo, e já estão na primeira divisão neste ano o América, de Minas Gerais; o Figueirense, que voltou; o Atlético Goianiense; o Avaí; e o Ceará. Eles estão na primeira divisão, vindo das divisões lá da segunda e terceira divisão.

A Copa do Brasil é um campeonato completamente diferente do campeonato nacional, porque é uma maneira de fazer uma correção que a CBF acha importante. Antigamente você tinha os grandes clubes da elite do campeonato do Brasil, não saiam do circuito de Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, porque o campeonato se limitava a seis ou sete federações, o campeonato nacional, com a Copa do Brasil que foi criada você tem a possibilidade de ter, como teve agora, o Flamengo jogando a custo zero em Alagoas, você tem a possibilidade de mandar o São Paulo jogar em Ji-Paraná, você tem a possibilidade de pegar um Grêmio que nunca foi a Rondônia e jogar em Rondônia. Isso só foi factível pela Copa do Brasil. Essa é uma manei-

ra de atender o torcedor, de ele poder ver as grandes equipes brasileiras a não ser só pela televisão.

Agora, nós ainda temos dificuldades grandes porque a grande realidade é que você não tem o patrocinador que patrocina as televisões para que elas patrocinem as divisões, a não ser que essas divisões estejam vinculadas entre si, se você isolar uma primeira, uma segunda divisão, é muito difícil você vendê-las individualmente. Então esse é o problema que temos com relação a essas.

A pergunta da Senadora Ana Amélia: se vimos necessidade de normatização, acho que já existe exagero de normas no futebol. Acabou de sair agora, há pouco tempo, a aprovação da Lei Pelé, que novamente normatizou várias coisas, entre elas, por exemplo, que os clubes têm o direito de definir os seus jogos e os seus direitos individualmente, inclusive, se for o caso, como a Senadora citou, que para poder passar na televisão tem que ter os dois clubes. Então, acho que não é necessário mais, na minha cabeça, nenhum tipo de norma.

Com relação aos clubes menores, só tem uma maneira no futebol de você ascender às melhores divisões: é técnica. Não existe nenhum lugar no mundo a não ser o sistema técnico, e é exatamente o que acontece nos campeonatos do Brasil. Você tem a primeira divisão, que é acessada através de quatro equipes primeiras colocadas da segunda divisão; você tem a segunda divisão, que tem acesso através das quatro melhores equipes que vêm da terceira divisão; idem, idem da quarta. É assim que funciona em todo país de futebol do mundo. O acesso e o descenso é a maneira. Quer dizer, menores equipes têm que subir e ascender às divisões de cima, para participarem da elite do futebol naquele país. É assim na Inglaterra, é assim na Espanha, é assim no Brasil, é assim em todos os países do mundo.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Uma questão de ordem, Presidente, antes de V. Ex^a passar para o Presidente do Cade, é que eu queria uma pergunta direta a ele, que não fiz, que é a seguinte: o Presidente do Clube dos 13, Dr. Fábio Koff, diz que a alteração nas regras do jogo e o que aconteceu o deixou pendurado no pincel. Ou seja, foi pedida uma licitação, foi feita a licitação, mas houve só um participante. Eu queria saber dessa posição do Clube dos 13 em relação a iniciativas que o Cade tomará. E como eu não fiz nenhuma pergunta ao Paulo Kalil, eu queria saber qual é a posição dele, no retorno, quando o Evandro responder, qual é a posição sobre essa determinação de que não é permitida a transmissão de jogos em cidades grandes onde a partida é realizada. Se não seria o caso de liberalizar, em função de tudo que foi

revelado agora, inclusive nessa posição, em relação a haver sempre a transmissão desses jogos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A pergunta é para quem, Senadora? Para o Furlan?

Vamos lá. Com a palavra o Sr. Fernando Furlan.

O SR. FERNANDO FURLAN – Eu gostaria de fazer uma observação que talvez responda uma grande parte das perguntas.

Por que o Cade determinou, ao celebrar o acordo com o Clube dos 13, que a venda dos direitos de transmissão fosse feita por meio de um processo de licitação, em que houvesse total transparência em relação ao procedimento de venda? Porque o Clube dos 13 é um grupo de clubes, é um grupo de agentes econômicos. Os clubes hoje estão equiparados a empresas; são agentes econômicos, têm um produto, vendem um produto. E, de acordo com o nosso sistema jurídico em relação à livre concorrência, quando dois ou mais agentes econômicos se unem para negociar, isso pode, sim, trazer preocupações concorrenciais, porque, quando dois ou mais concorrentes se unem, obviamente, a concorrência está mitigada, está diminuída.

Nesse aspecto, é que o Cade exigiu que o Clube dos 13, como um agrupamento de agentes econômicos, ao negociar o seu produto, o faça da forma mais transparente possível, o que nós entendemos que seja por meio de uma licitação. Então, é preciso que a gente entenda o porquê disso. Por que o Cade exigiu a negociação por meio de um processo de licitação, com a maior transparência possível? Porque eram agentes econômicos concorrentes, juntos.

Quando se passa uma negociação privada ou individual, em princípio não há necessidade disso, porque não está havendo um grupo de agentes econômicos reunidos em que a concorrência está mitigada. Pressupõe-se que, se as negociações são individuais, haverá concorrência entre todos.

Quando exigimos critérios objetivos nessa licitação, critérios objetivos não significam simplesmente um critério, que é o preço. Não nos cabe novamente regular ou regulamentar como se dará essa negociação. É preciso que fique claro que há a liberdade de esses critérios serem os mais variados possíveis, e não somente preço. Essa é uma liberdade de negociação prevista na nossa Constituição – livre iniciativa, enfim.

Agora, comentando um pouco o que as Senadoras Lídice, Ana Amelia e Marisa falaram, primeiro, com relação ao fortalecimento dos clubes menores, sem dúvida, a experiência internacional mostra que, quando uma negociação desse tipo é feita em conjun-

to, a tendência é de que haja um fortalecimento dos clubes menores. Quando a negociação é individual – isso não é o Cade que está dizendo, mas a experiência internacional –, a tendência é de que os clubes menores saiam, de certa forma, prejudicados, diferente de quando a negociação é coletiva.

Por exemplo, temos a experiência da Itália. As autoridades italianas exigiram que os clubes italianos negociassem individualmente, e isso gerou muita reclamação dos clubes menores, que se sentiram tolhidos do processo. Então, é natural que, quando haja uma negociação coletiva, o poder de barganha, o poder de negociação dos clubes aumente, diferente de quando eles negociam individualmente com uma emissora, seja ela qual for.

Pacote fechado: o Cade também exigiu, ao fazer o acordo com o Clube dos 13, que, além de um processo de licitação com total transparência, a venda fosse não mais num pacote, mas, sim, separada por mídias – TV aberta, TV por assinatura, *pay-per-view*, celular e Internet. Isso novamente por conta de o Clube dos 13 ser um agrupamento de concorrentes. Quando você passa a ter uma negociação individual, em princípio não há problema de que isso seja feito não num pacote... O importante é que as negociações por mídia sejam feitas separadamente, mas não significa que uma emissora não possa ser a vencedora, ou seja, ganhe o direito de transmissão por todas as mídias. O importante é que seja feito separadamente.

A Senadora Ana Amelia, que tem experiência profissional no setor de comunicações, traz a esta Casa a seguinte pergunta: a regulamentação, afinal, seria boa ou ruim?

Eu, no início, disse que estaríamos à disposição para contribuir se essa fosse a vontade desta Casa. Estamos à disposição para contribuir. Não estou dizendo que será bom ou ruim, isso não cabe a mim decidir, mas aos senhores.

A verdade é que, na Europa, até os anos 90, existia muita regulamentação em relação à transmissão de jogos esportivos, principalmente de futebol. A experiência foi ruim na Europa. Houve muita regulamentação, e isso engessou o setor. Só redes de televisão públicas é que podiam transmitir os jogos. Essa não foi uma experiência positiva. Então, o excesso de regulamentação, tendo em vista a experiência internacional, não parece ser saudável, mas estamos falando em excesso de regulamentação.

Eu não sei se deixei alguma pergunta em aberto. Continuamos à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Essa discussão, Senadora Ana Amelia,

parece a discussão sobre a reforma política: o PT quer lista fechada, o Temer quer voto majoritário.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Aqui, pelo menos, já houve consenso: ninguém quer a regulamentação, pelo menos quem falou até agora se manifestou assim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, José Carlos Silveira, da Rede Bandeirantes.

O SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA – Eu respondo a pergunta endereçada a mim pela Senadora Ana Amelia. Sua pergunta foi se não seria possível um *pool* de emissoras que compartilhassem os direitos e acomodassem todos.

Em tese, Senadora, parece-me muito difícil acomodar os interesses tão díspares dos operadores do mercado de televisão aberta, por assinatura, *pay-per-view*, Internet. É difícil encontrar uma forma para acomodar as tantas e tão diferentes necessidades de cada um desses veículos, as tantas e tão diferentes capacidades financeiras de cada um deles. Provavelmente seria inviabilizada a sequência de uma cobertura como a que acontece hoje, por exemplo, no campeonato brasileiro.

Com dois apenas, os interesses são mais facilmente harmonizados. Muitas vezes a Globo precisa de algum tipo de concessão e vice-versa, e essas demandas podem ser atendidas. Muitas vezes, temos interesse em exibir um jogo diferente do jogo da Rede Globo. Dentro do nosso contrato há essa possibilidade, mas são situações pontuais. Num campeonato com a complexidade do campeonato brasileiro, com 39 rodadas, cada rodada como dez jogos, acredito que seria muito difícil harmonizar tantos e tão diferentes interesses, haja vista a proposta que a Record havia feito de separar os jogos de quarta-feira e domingos e os outros, de quintas e sábados.

Pela experiência de muitos anos que já tenho nesse trabalho, entendo que seria praticamente impossível atender essas exigências sem prejudicar seja a TV fechada, seja o *pay-per-view*. Ou seja, uma das plataformas teria de abrir mão de receita para poder acomodar os interesses da TV aberta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Kalled, da Rede TV.

O SR. EDJAIL ADIB ANTÔNIO KALLED – Vamos tentar responder às Senadoras Lídice da Mata, Ana Amelia e Marisa Serrano, que perguntam se a Rede TV vai recorrer à Justiça em função dessa confusão toda que foi criada depois da licitação ganha pela Rede TV!

O corpo jurídico da Rede TV está analisando a questão para ver a melhor forma de agir. Decidimos

ontem por uma representação no Cade, hoje a protocolamos. O nosso Jurídico vai ter de decidir o que vamos fazer, porque a perda financeira é muito grande, a perda de conceito é muito grande e a perda de audiência é muito grande também para uma empresa que está em franco desenvolvimento.

Esse esporte na Rede TV vai ser tratado como novela, como menina dos olhos. O torcedor brasileiro vai ter a ganhar com a Rede TV, que vai tratar esse produto da melhor forma possível, porque é um produto que vai melhorar muito a sua audiência, a expansão com afiliadas.

Acho que ninguém melhor do que a Rede TV para se dedicar a esse produto e fazê-lo da melhor forma possível. Capacidade técnica, nós temos; necessidade de elevar esse produto e continuar trabalhando nele, também temos. Então, vejo que esse produto, dentro da Rede TV, só tem a ganhar, porque vai ser tratado como a menina dos olhos da Rede TV.

A Rede TV entende que o esporte, de uma forma geral, teria que ter garantia de transmissão em canal aberto. Quando compramos um direito de transmissão, não vamos limitar esse direito de transmissão só em *pay-per-view*, porque isso não atende à população brasileira.

Quando o Evandro fala que foi anunciado antes da licitação que a Rede Globo estava fora, acho normal e acho um direito da TV Globo não querer participar da licitação, não querer os direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro, não vejo problema nenhum. Mas até o momento da licitação, ninguém tinha conhecimento da desistência dos times e que não estariam fazendo parte da licitação onde a Rede TV ganhou com envelope fechado.

Discordo completamente do José Carlos Silveira, apesar de ser nosso amigo de Abra e estarmos na mesma associação, a Bandeirantes. E discordo completamente dele quando diz que esse modelo de envelope fechado não é certo. Acho que isso equilibra o mercado, fica uma forma justa, fica transparente. Isto é tudo o que o Brasil precisa hoje: todo mundo sentado, com as mesmas regras, discutindo os mesmos assuntos.

Acho que a população brasileira ganha não só com o futebol, com a transmissão do futebol, mas ganha de uma forma moral ao prevalecer a legitimidade de direito de uma emissora que ganhou uma licitação, onde levou o envelope, que foi aberto e o único valor foi aceito pelo presidente do Clube dos 13. Acho que a população ganha muito com essa vitória de legitimidade dos direitos da Rede TV, independentemente de todos os benefícios que a Rede vai trazer para o futebol brasileiro, porque vai tratá-lo como a menina dos

olhos, por necessidade de crescimento, necessidade de faturamento e necessidade de audiência.

Não sei se está respondido. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se o Plenário concordar, a Globo, por favor, com a pergunta da Senadora Ana Amelia.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – A Senadora Ana Amelia me perguntou se a Globo negociou individualmente com os clubes.

Em primeiro lugar, quero dizer que os clubes negociaram individualmente conosco e com outras empresas, tendo em vista que o direito pertence aos clubes, no que divirjo frontalmente da informação do companheiro Kaled, da Rede TV. Aliás, como o companheiro me citou, pelo menos nove vezes, na fala dele, quero dizer que acho que ele não entendeu que, quando comecei a minha exposição, coloquei-me com o objetivo de informar aos Senadores de maneira muito clara, de explicar aos Senadores, ajudar no raciocínio para entender por que boa parte dos clubes aceitou e preferiu fazer acordo com a Rede Globo.

Em nenhum momento fiz uma defesa do nosso porte econômico, apenas coloquei-me na posição de um presidente de clube, pois como todos eles são pessoas muito inteligentes, todos eles são pessoas muito preparadas, pessoas muito tenazes no interesse dos seus associados e de seus torcedores, devem ter levado em consideração. E eu me atrevi apenas a imaginar que esses presidentes de clubes, que todos nós sabemos ser pessoas muito antenadas, muito atualizadas, devem ter olhado para a Rede Globo de Televisão e para a Globosat como empresas que têm sido boas parceiras, como disse o Clube dos 13, e como empresas que têm realmente uma estrutura empresarial econômica e uma vocação para comunicação que é de todos conhecida.

Então, para responder. Nós negociamos individualmente com os clubes. A segunda pergunta da Senadora Ana Amelia foi o porquê desistimos da licitação? Já expus isso antes. O motivo foi porque, nessa licitação, ao contrário do que foi dito pelo Kaled, já era público e notório, basta verificar os jornais, e vou fornecer a todos os Senadores presentes um cronograma, já era público e dito por muitos clubes que eles não assinariam um contrato baseado naquele formato do edital feito pelo Clube dos 13.

Também me pergunta a Senadora por que não transmitir jogos em cidades grandes, quando ali se realizam o jogo.

Senadora, isso já acontece. O *pay-per-view* é uma forma de uma pessoa que não quer ir ao estádio comprar o seu ingresso e assistir ao jogo. De novo,

esse assunto não depende de nenhuma das redes presentes. Esse assunto é inerente exclusivamente à apreciação inteligente dos clubes. Se há ou não perda de público no estádio, se há ou não redução, digamos assim, da exposição de outros fatores que estão no estádio, de novo é alguma coisa que tem a ver estritamente com os clubes.

A Senadora Marisa Serrano nos perguntou se o torcedor está sendo colocado como peso.

Senadora, absolutamente, o telespectador é o único patrão da televisão. Se não prestarmos atenção em telespectador, em audiência, em atendimento dos brasileiros que procuram entretenimento, informação e educação na televisão, nós estaremos fritos.

Pergunta também as quatro redes, se pode ocorrer uma briga judicial. Eu não sei, estou surpreso agora em saber que a Rede TV! está fazendo uma representação – não sei em que foi baseada, porque assim como o Sr. Kaled disse que nós não apresentamos os contratos individuais, devo dizer que estamos apresentando-os à autoridade e à instância competente no qual confiamos, que é o Cade. Hoje é a data limite para apresentarmos esses contratos. O Cade avaliará a correção dos contratos feitos entre os clubes. Nenhum clube faz isso porque acha que a Globo é mais bonita. Mas apresentaremos. Também são desconhecidas publicamente as condições e a correção e o conjunto de cumprimentos de disposições do edital do Clube dos 13, do contrato feito com a Rede TV! Diga-se de passagem, uma boa parte dos clubes que conosco tem contrato informa que não após sua assinatura no contrato feito pela Rede TV! com o Clube dos 13.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos organizar agora um bloco de quatro parlamentares que seriam os seguintes: Senador Pedro Simon, Deputado Federal Jonas Donizette, Senador Flexa Ribeiro, nosso sexto colocado, e o Deputado Federal Romário. Em seguida, nossos convidados responderão as perguntas em bloco.

Senador Pedro Simon com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. ilustres convidados, em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação em ver um debate como esse que, tenho certeza, o Brasil está na expectativa do resultado que alcançaremos aqui.

Felicito todos os membros que nos honram com sua presença, o senhor presidente do Cade, o Dr. Fernando; o senhor presidente da CBF, Dr. Ricardo; meu amigo Evandro Guimarães; Antonio Kaled; Paulo; José Carlos Oliveira e, de modo especial, meu amigo Fábio Koff, como diz Ana Amelia, a diferença são as cores, eu prefiro vermelho. Tenho a obrigação de dizer aqui

do carinho, da admiração, do respeito que tenho pelo Fábio Koff. Nas horas mais difíceis da vida brasileira, ele participou com atuação extraordinária. Como juiz ele já ficou famoso pelas pessoas que ajudava a atravessar para o Uruguai e para a Argentina, conseguir chances, do lado de lá, que não tinham aqui. Na minha passagem pelo Ministério da Agricultura, foi o que me salvou. Os jornais publicavam que eu não sabia a diferença entre uma ameixa e uma melancia. Ele me explicou tudo isso, e a atuação dele foi qualquer coisa de fantástico em termos de dignidade, em termos de seriedade.

Na Casa Civil, a mesmíssima coisa. Eu acho que se pode dizer tudo, e este é um debate que a gente entende. Há uma paixão por parte de todos, inclusive dos clubes, de um lado, e das estações de televisão de outro, mas não há como deixar de reconhecer que o Dr. Fábio Koff pegou algo diferente. Depois que ele assumiu, mudou completamente. Hoje, nós temos discutido noutro patamar, o que não acontecia até a época em que o Fábio foi presidente desse clube.

Eu tinha uma série de perguntas, mas, reparem os senhores, embora aceite e ache que a gente não faz muita coisa, a Ana Amelia já tem chamado a atenção disso. Neste momento, está o Ministro das Relações Exteriores, a meu convite, debatendo o problema do Oriente Médio, aquela situação tremenda que existe lá. Neste momento, inclusive, suspendemos.

Nós estamos vivendo um momento histórico no Senado Federal, porque estamos tendo a chance de esvaziar a medida provisória. De um lado, obrigando-a a votar, e há uma emenda apresentada pela Liderança do PSDB no sentido de que a medida provisória não passa a existir obrigatoriamente no momento da publicação, mas vem para o Senado, que tem o prazo de três dias para dizer se ela entra em funcionamento. Isso é... Eu entendo, nós estamos todos aqui porque futebol é futebol! Transferimos a reunião de lá para uma outra oportunidade.

Então, fiz algumas perguntas, de todas que eu tinha, que a mim me parecem interessantes. A primeira, o presidente do Cade. Eu tenho um respeito muito grande pelo Cade e participei, logo no início da redemocratização, das mudanças e das reformas que fizemos. Enfim, transformaram o Cade na grande representação e no grande significado que ele tem.

Eu perguntaria: quais foram as obrigações assumidas, perante o Cade, no termo de compromisso de cessação de conduta? Que obrigações o Cade assumiu em termos de compromisso de cessação de conduta?

A outra pergunta ao presidente do Cade: qual é a força obrigacional do TCC? É verdade que se cons-

titui num título executivo com obrigações de fazer e não fazer? Em caso positivo, quem poderá promover a execução perante o Judiciário?

E a outra pergunta: é possível o descumprimento das obrigações assumidas no Tribunal de Contas, atribuídas no TCC? Quais seriam as consequências desse descumprimento? É possível descumprir as obrigações no TCC? E quais seriam as consequências disso?

Ao Presidente do Clube dos 13, Dr. Fábio Koff: considerando que a TV Globo celebrou contrato com clubes integrantes do Clube dos 13, de maneira individualizada, sem concorrência pública, eu gostaria de saber por que V. S^a optou por negociar os licenciamentos das propriedades e os clubes associados de maneira diversa, isto é, determinando a realização de certame público ou licitação entre as emissoras de televisão.

A outra pergunta ao Dr. Koff: quais as razões que o levaram a firmar o contrato de licenciamento na modalidade de TV aberta em nome de alguns clubes associados?

E a terceira pergunta: V. S^a poderia descumprir os mandatos que lhe foram outorgados pelos clubes?

São essas as perguntas, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Deputado Presidente da Comissão de Esporte da Câmara, Deputado Federal Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB – SP) – Senador Roberto Requião, quero agradecer-lhe pelo convite que fez à Câmara dos Deputados, a Comissão de Turismo e Desporto para estar presente nesta reunião; cumprimentar os convidados, que representam as emissoras de TV; representantes do Cade; Sr. Ricardo Teixeira; Sr. Fábio Koff, quero dizer o seguinte, Sr. Presidente, estamos diante de uma situação de disputa comercial legítima. Temos a Rede Globo, que o Evandro colocou bem sobre o trabalho que a Globo fez e que quer continuar fazendo, em prol do futebol, e as outras emissoras querendo adquirir o que foi chamado aqui de produto. Então, na verdade, existe o interesse do que chamamos aqui de uma disputa pela audiência, que é o produto que a TV vende para o consumidor, para ter sua audiência.

Foi falado aqui sobre a questão do futebol, e quero corroborar no seguinte sentido: realmente, muitas regras do futebol, e acho que a CBF teve uma participação importante nisso... A Copa do Brasil, realmente, é um evento muito significativo, que coloca contrastes. Até quando vão jogar dois times, é muito comum a televisão fazer matéria mostrando que, às vezes, o salário de um jogador de um time paga toda a folha salarial do outro time. Então, acho isso muito saudável para o Brasil, em termos de contexto nacional. Em relação

à regra do campeonato brasileiro, de pontos corridos também, acho que essa estabilidade vai ajudando.

O que quero colocar aqui é que eu acho que a bola, usando uma linguagem muito familiar em relação ao que a gente está conversando, está com o Cade. A Comissão da Câmara já aprovou requerimento para que façamos lá também uma reunião, para que o Cade dê sua posição. Ela estará recebendo os contratos hoje, porque vai ter que decidir se houve algum tipo de desvirtuamento daquilo que foi colocado pelo Cade. Pelo que colocou o Fernando, a questão da individualização descaracterizaria a concorrência coletiva. Mas acho que o Cade, ao receber isso, e demandado que foi pela Rede TV, vai se posicionar sobre essa questão.

Eu me sinto contemplado aqui, em alguns questionamentos que foram feitos. Quero deixar um questionamento para o Sr. Fábio Koff – na verdade, é até mais uma curiosidade: como é que fica a relação jurídica do Clube dos 13 com os clubes representados? O Clube dos 13 foi criado tempos atrás justamente para fortalecer as relações. Ao ter essa negociação individual, e isso permanecendo, o Clube dos 13 deixa de existir? Como é que fica essa relação jurídica entre o Clube dos 13 e seus representados?

E uma outra curiosidade, que quero dirigir ao Sr. José Carlos Silveira, representante da Bandeirantes. Na fala dele, ele colocou que, talvez, a questão da licitação fechada não fosse o melhor modelo. Quero saber se a Bandeirantes ou uma outra emissora ofereceu algum outro tipo de modelo licitatório que pudesse ser feito em conjunto, que pudesse continuar tendo a representatividade do Clube dos 13 nessa negociação.

Por último, deixo aqui minha preocupação também, que foi colocada por alguns Senadores, no que diz respeito aos clubes médios e pequenos. Temos, hoje, um celeiro de atletas no Brasil. Muitos deles oriundos de equipes pequenas, que, depois de se projetarem no cenário por algum jogo, por alguma atuação ou até por olheiros que temos em equipes maiores, são guindados a equipes maiores. Então, não podemos desprezar essas equipes menores e médias, porque a força que o futebol brasileiro tem hoje – e ela existe, estamos vendo aqui – deve-se muito a esses clubes.

Foi colocado por um presidente de clube que esteve aqui, numa audiência que fizemos também, que havia uma taxa de administração no contrato do Clube dos 13, que era uma taxa, se não me engano, de 4%. Havendo essas negociações individuais, não se pode também pensar num percentual que fosse dedicado a estruturas menores, como foi colocado aqui pelo Presidente Ricardo Teixeira? As divisões, até categorias C e D, têm uma dificuldade muito grande nessa questão de patrocínio.

Por último, acho que temos também que olhar para o lado positivo que estamos tendo aqui hoje. É verdade que a questão do futebol, a organização serviu para valorizar o produto? Serviu, mas acredito que o que mais valorizou, que fez subir o preço que estamos pagando para os clubes é exatamente o que está acontecendo aqui, independente de quem vai levar a concorrência, de quem terá o direito. Mas isso é a disputa, é inerente a toda disputa comercial. Onde existe maior interesse, sobe o preço. Então, acredito que se não houvesse interesse das demais emissoras que estão dispostas a disputar e adquirir esse produto, como foi falado aqui do futebol, não teríamos esse resultado, essa elevação tão grande dos direitos para a transmissão do campeonato.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em seguida, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro e, posteriormente, o Deputado Romário.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Roberto Requião, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, senhores convidados, o imbróglgio é muito grande, Sr. Presidente. Acho que o Dr. Furlan terá um trabalho diferenciado no Cade. Acostumado a questões econômicas, entrará na paixão nacional: o futebol.

Dentro dos três minutos regimentais, Sr. Presidente, farei duas perguntas. Acho que o Deputado Jonas e os Senadores que me anteciparam já elucidaram algumas dúvidas, mas pergunto ao Presidente Ricardo Teixeira qual o papel da CBF? Ela faz alguma articulação na negociação das empresas de comunicação com os clubes para a transmissão dos jogos dos campeonatos? A CBF participa de alguma forma dessa negociação? Sabemos, por exemplo, que a Fifa é que negocia a transmissão da Copa do Mundo. Ela faz o pacote e negocia a transmissão. Não sei se a CBF tem participação ou não nessa transmissão dos campeonatos brasileiros. Gostaria que o Presidente Ricardo Teixeira pudesse esclarecer isso nesta audiência pública.

O que vemos aqui, na realidade, é uma grande disputa comercial, não há dúvida quanto a isso, as redes brasileiras querendo, cada uma delas, ter direito de apresentar a imagem dos jogos dos campeonatos brasileiros.

Dr. Fábio, Presidente do Clube dos 13, o clube ainda existe? Porque, parece-me, pelo que temos de notícia, se existe ainda hoje, é só no papel. Ele está desfeito. No momento em que os clubes passaram a negociar isoladamente, eles descredenciaram a figura

jurídica do Clube dos 13 na negociação em bloco. Assim, qualquer negociação em bloco deixa de ter uma forma legítima de representatividade desse conjunto de clubes, porque, já que estão assinando contratos em separado com uma emissora de televisão, eles deixam de ter essa possibilidade de negociar em conjunto.

Pergunto a todas as emissoras de comunicação que tipo de negociação seria mais benéfica, a que paga mais? Essa seria a forma mais correta de se auferir, através da remuneração? Ou seja, aquele que oferecer o maior valor é o que vai ter o direito de transmissão? Quais os fatores que deveriam definir essa escolha? A audiência é um desses fatores que deveriam ser levados em consideração para que pudesse ser feita a escolha? Eu acho que quanto mais se criar regulamentação mais confusão nós vamos ter. Particularmente, a meu juízo, eu acho que o mercado é que vai definir qual a melhor forma e qual o melhor tipo de contratação, sempre levando em consideração o consumidor, o usuário, para quem nós temos que ter as nossas ações voltadas, que é o torcedor. O torcedor deve ser sempre levado em consideração, ter o melhor produto, o maior número de jogos. Ou seja, uma rede de televisão não pode ter o pacote para transmitir e depois decidir: “eu não vou transmitir aquele jogo porque não me interessa transmiti-lo, mas eu tenho o direito de transmiti-lo”. Aí tem que haver uma regra de que, se não houver interesse em transmitir o jogo, ele tem que ser oferecido ou negociado com alguém ou outra empresa que tenha interesse para que possa ser transmitido. São as perguntas que eu quero deixar para os nossos convidados, Sr. Presidente, para esclarecer as dúvidas.

Espero que o meu Paysandu, de Belém do Pará, volte à Série A. Já foi campeão brasileiro da Série B; já esteve na Libertadores de América, ganhou do Boca Juniors, no La Bombonera. Foi o único time do Brasil a fazer esse feito. Está aí o nosso grande Romário...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Presidente Ricardo Teixeira me sopra aqui no ouvido que só cresce com lista fechada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não faça isso. Sou contra lista fechada. Aí estou com o Sr. Presidente Michel Temer. Acho que o voto majoritário é que vai definir. É no voto. Nós temos que ganhar é no voto. Esse negócio de lista fechada...

Eu até gostaria de dar uma sugestão ao Dr. Fábio: se o Clube dos 13 não for extinto, mude o número. Ponha 14, 15, 16. Treze cria muita confusão. Pergunta ao Senador Requião, que entende desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu estava propondo 11.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quarenta e cinco é um bom número, Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não é 51 agora? Com a palavra o Deputado Romário.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Sr. Presidente, Senador Requião, todos os convidados, todas as Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados presentes, todos os que se encontram nesta Casa.

Eu me sinto, primeiramente, muito feliz e honrado em estar participando desta audiência, deste debate, porque, com certeza, daqui sairão coisas que farão o povo brasileiro, principalmente o torcedor brasileiro, passar a ter algum tipo de conhecimento, pois até agora, infelizmente, as coisas não foram muito bem esclarecidas.

Na verdade, já me sinto bem contemplado porque, praticamente, quase todas as perguntas que eu iria fazer já foram feitas aqui pelas Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, mas eu gostaria de colocar uma coisa que é importante: hoje, no Brasil, estamos próximos de sediar um dos maiores eventos do Universo, que é a Copa do Mundo. Faltam apenas três anos e alguns meses.

O mais importante de tudo é que, dentro de dois ou três meses, vai haver o Campeonato Brasileiro, que, com certeza, é tido como um dos maiores e mais importantes campeonatos do mundo. Então, infelizmente, essas questões, esses problemas que hoje estão acontecendo no nosso País – o ideal, é claro, seria para não acontecer. Mas, enfim, é bem legítimo.

Entendo que existe essa disputa. A Globo tem seus direitos, a Rede TV quer ter os seus direitos, a Bandeirantes, a Record, enfim. Aceito isso. Isso é interessante para o futebol, a partir do momento em que não haja o monopólio.

Na verdade, para terminar o que eu queria falar, tenho uma pergunta que pode servir para qualquer dos sete convidados da Mesa. Quem realmente irá transmitir o campeonato brasileiro? A outra pergunta é a seguinte: se não for uma emissora, na possibilidade de serem duas ou três, como seria feito isso legalmente?

Essas são as minhas perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito, Deputado. Da esquerda para a direita, começamos com o representante da Globo, o Evandro.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Senador Requião, não houve pergunta do Senador Pedro Simon endereçadas à minha pessoa. Também não houve

pergunta do Deputado Donizette. O Senador Flexa Ribeiro voltou a perguntar se deve se levar a audiência em consideração. Bom, de novo, é difícil. O direito é do clube. O clube deve levar em consideração; todos os clubes, individualmente, cada um deles deve levar em consideração tudo aquilo que representa, para ele, recursos financeiros, segurança jurídica, recursos de crescimento, visibilidade das marcas, desenvolvimento do seu clube, valorização associativa, etc e tal. Mas eu acho que, poucas vezes, eu conheço vários, vi um grupo de pessoas tão atinadas, tão ligadas, tão próximas dos verdadeiros interesses de cada uma das suas instituições, quanto são as diretorias dos respectivos clubes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O representante da Record, Paulo Kalil.

O SR. PAULO KALIL – Só respondendo ao Deputado Romário, eu creio que, neste momento, se não houver nenhuma mudança, o único canal de televisão que apresentou uma proposta ao Clube dos 13 para a compra da proposta do campeonato brasileiro foi a Rede TV. Então, nós esperamos que haja um recomeço nesse processo, devido a tudo isso, porque eles apresentaram, a Rede TV apresentou uma proposta ao Clube dos 13. De certa forma, ganhou a licitação, a concorrência, só que se vê também em uma situação em que os clubes não estão alinhados com a associação, e, por isso, de certa forma, quase invalida todo o processo que eles têm hoje. É muito ruim. Todos perdem nesse cenário.

Também, se forem duas ou três emissoras, de que forma isso vai se dar. Realmente, é um processo a se discutir. Sempre há essa questão. Inclusive, o José Carlos afirmou que seria impossível fracionar o campeonato, por conta do *pay-per-view* e por conta da TV fechada. Nós estamos falando de um nicho de telespectadores, estamos falando de um processo em que o telespectador compra um pacote de TV por assinatura e também compra um pacote de *pay-per-view*. Então, ele paga duas vezes. Ele paga para ter a TV a cabo e depois paga para poder ter acesso àquela parte de *pay-per-view*. Eu entendo, de certa forma, que o clube ganharia muito mais tendo a sua parte sendo exibida em televisão aberta, num sábado, por exemplo, do que para todo o país, do que sendo exibida num *pay-per-view*, para um número limitado de pessoas.

Agora, realmente se serão duas ou três emissoras, aí teria de ter um processo para se definir como isso iria acontecer e que partidas seriam transmitidas pela emissora “a”, “b” ou “c”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Presidente do Clube dos 13, Fábio Koff.

O SR. FÁBIO KOFF – Deixa o Senador Pedro Simon três perguntas. Antes disso, quero registrar também que mantenho, com muito orgulho no meu currículo, que trabalhei por três vezes com o Senador Pedro Simon. Conheci o Senador Pedro Simon como homem público, como governador, quando ocupei uma Secretaria por um tempo, até ser acometido por um problema na laringe. Voltei depois. Assumi a Corsan, uma das grandes empresas do Rio Grande do Sul, empresa pública; e estive antes, com ele, no Ministério da Agricultura, como chefe de gabinete. É uma das maiores figuras públicas do Rio Grande do Sul. Maior que a figura pública dele, permita-me dizer que conheci proximamente, é o próprio ser humano que ele é, com sentimentos, com lealmente, com convicções inabaláveis. Homem de princípios, homem muito sério.

As perguntas dele, Presidente, já foram respondidas anteriormente, pois foram objeto de pergunta. Por que a Globo negociou, de maneira individualizada? Foi muito bem esclarecido anteriormente. E as razões pelas quais o Clube dos 13 assinou? Assinou como fez, em vezes anteriores, quando se negociou o contrato, para depois ser honrado pela assinatura individual dos clubes, não só pelas regras estatutárias do Clube dos 13, mas também porque havia procuração de alguns clubes em nome dos quais eu assinei, com um mandamento de negociar e assinar. Eu sou Presidente da entidade e devo cumprir o que eles mandam. Então, considero respondidas as perguntas do Senador Pedro Simon.

Deputado Jonas, V. Ex^a me permite responder uma das suas perguntas, e esclarecer um equívoco que foi cometido na reunião anterior, que deve estar registrado em ata. Não sei de onde surgiu a informação de que o clube dos 13 recebe comissão de 4% sobre os contratos de divisão. Não é verdade. As despesas de natureza administrativa do Clube dos 13, de pagamento dos seus funcionários, da participação do Clube dos 13 em eventos de natureza nacional e internacional, a impressão de revistas, e as despesas de viagens são sustentadas por um contrato em que a Rede TV, por iniciativa dela, comprou os direitos de imagem do Clube dos 13. Ela pagou pelos direitos de imagem. Perdão. A Rede Globo e a Globosat: R\$ 6 milhões da Rede Globo e R\$ 2 milhões da Globosat, que são recursos destinados ao pagamento das despesas do Clube dos 13. Foi bom para esclarecer.

Por outro lado, a sua preocupação é uma preocupação da comissão que conduziu o processo de licitação. A Comissão – tem gravação disso no Clube

dos 13 – definiu e decidiu levar, ao plenário, a sua proposta de destinar um percentual não inferior a 10% para os clubes da série “B”, para os clubes menores. Desse contrato, nós tínhamos sobradas razões para entender que ele atingiria 1 bilhão e 400 mil/ano. Esses recursos ultrapassariam em cinco vezes o que eles recebem hoje. Está em ata, e a ata está num disquete que eu posso mandar para cá.

Se o Clube dos 13 – a última pergunta que V. Ex^a fez – ainda existe. E já respondeu a pergunta do Senador Flexa Ribeiro, que foi a mesma.

Eu sou um executivo do Clube dos 13. Escolhi do Presidente por um processo eleitoral limpo, aberto. Fui conduzido três vezes por unanimidade e na última por maioria de votos. Tenho um compromisso só, de fazer o melhor pelos clubes. A entidade não é minha. Eu faço o que os clubes mandam.

Os clubes determinaram que se assinasse o TCC. Eu vim aqui e mandei o procurador dos clubes assinar. É a vontade dos clubes.

Os clubes determinaram que se fizesse a licitação. Faça-se a licitação. Nomeia-se uma comissão representativa dos clubes, escolhida pela diretoria, faça-se a licitação nos rigores exigidos pelo Cade. Temos uma assembléia na próxima semana. No curso, depois da licitação, não há nenhuma deserção anterior, salvo um equívoco que eu possa cometer com relação a um ou dois dias. Depois da licitação criou-se todo o problema.

E eu, desautorizado pelos clubes, convoquei uma assembléia dos clubes para o próximo dia 13 de maio, para saber o que eles querem. Como eles querem definir o futuro?

Querem extinguir uma entidade que no curso desse tempo transformou um contrato de 10 milhões e 800 mil por ano em 1 bilhão e 500 mil por ano, ou 4 bilhões em quatro anos, em negociar separadamente, num retrocesso que está, com relação ao comportamento anterior, condenado na Espanha, está sendo condenada na Itália essa negociação. Eu não quero fazer isso. A vontade é deles. Se eles farão isso, e para fazerem isso eles entendem que há que se encerrar o clube dos Treze, faça-se a vontade deles.

Eu represento a vontade deles. O que eu disse quando a Senadora voltou ao assunto dizendo que me tiraram a escada e me deixaram no pincel, é a pura realidade. Se agora disserem assim: Olha, não vale nada o que tu assinaste. Nós queremos de maneira diferente que tu desistas de tudo. Desisto. É a vontade deles. Eu fiz a vontade deles, não fiz a minha vontade.

Senador Presidente, não sei se V. Ex^a me concede em outro momento, senão encerro aqui a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pode concluir sua resposta.

Depois disso, nós teremos uma nova intervenção do Deputado Romário.

O SR. FÁBIO KOFF – Respondendo ao Deputado Romário, que é uma alegria muito grande para mim tê-lo aqui nesta Casa. Numa convivência curta que nós tivemos, eu pude admirar as virtudes do Romário, a inteligência incomum dele e dizer ao Romário que as manifestações dele até agora todas foram no sentido do que nós esperávamos e esperamos que ele represente nesta Casa, na defesa do futebol e dos atletas, na defesa de que possamos fazer uma Copa do Mundo melhor do que todas as outras e temos condições disso sim. E que nada prejudique esse objetivo que nós temos que alcançar.

Quem vai realmente transmitir, eu não tenho a resposta. Não sei se isso aí vai conduzir a uma decisão de natureza jurídica, de um exame do Judiciário ou não. Eu afirmo nesta Casa e enfatizo na resposta a ti que farei o que os clubes quiserem. Porque essa é a minha obrigação.

Se eles trocaram de lugar, ou não trocaram de lugar o problema é deles.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador. Me senti muito feliz, muito gratificado e muito honrado com o convite.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Romário com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Na verdade, não é nenhuma pergunta, é mais uma curiosidade que serve para o Presidente, Sr. Ricardo Teixeira.

Vamos imaginar que duas emissoras entrem num acordo e consigam o direito de transmissão. São vinte e quatro clubes hoje, não é? São vinte. Vamos supor, a Globo tem dez e a Rede TV tem dez. Nós sabemos que o campeonato Brasileiro é ida e volta. Legalmente, decidido que essa possibilidade de, por exemplo, o Flamengo assinou com a Globo e o Vasco assinou com a Rede TV. É possível quando o mando de campo seja do Vasco a Rede TV transmitir e no caso do Flamengo a Globo? A CBF pode intervir nessa situação, legalmente falando?

Eu quero dizer sempre no ponto de que já esteja legalmente concluído isso entre ambas as empresas e enfim, no Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cada uma transmite meio campo, Romário. (Risos.)

Presidente Ricardo Teixeira.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Bem, eu vou responder, eu vou tomar a liberdade de chamar o Romário de Romário, porque eu o conheço desde que ele era

ainda garoto, nos anos de 90 e foi jogador da seleção, campeão conosco em 94.

Então eu queria dizer o seguinte Romário. A você eu respondo. À Imprensa eu diria: Eu não falo sobre hipóteses. Mas eu vou te dizer que é impossível. É impossível porque existe na Lei Pelé uma determinação em que o direito depende de cada um dos clubes em separado. Ou seja, se o Flamengo tiver contrato com a "a" e o Vasco tiver contrato com a "b" e os dois não tiverem acordado, o jogo não vai ser televisionado a não ser que os dois concordem.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – A partir do momento que os dois concordem, a CBF não...

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não. A CBF como o Clube dos 13, como disse o Fábio aqui, eu sou organizadora, não assino contrato como recebedora de recursos. Assino simplesmente como interveniente e vou cumprir, a CBF vai cumprir literalmente o que vier determinado pelos clubes.

Se os clubes determinarem que é a rede "a", essa vai ser a rede que vai ser autorizada e vai ter todos os direitos de televisionar os jogos.

Se disser que é a rede de TV "b", é a rede de TV "b".

Quer dizer, tudo dentro do que tiver na lei, dentro do direito inalienável que os clubes têm de definir eles individualmente o seu direito de transmissão de televisão.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Só para concluir, alguém dos convidados poderia me responder se existe essa possibilidade?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o representante do Cade, Fernando Furlan.

O SR. FERNANDO FURLAN – Pelo que eu entendo a pergunta é se há possibilidade de um jogo ser transmitido por duas emissoras concomitantemente?

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Isso.

O SR. FERNANDO FURLAN – Como disse o Presidente Ricardo Teixeira, legalmente não há impedimento qualquer. É uma negociação que deverá ser feita entre os clubes e as emissoras e as emissoras entre si.

Do ponto de vista da legislação de defesa à concorrência, isso é uma questão privada, não há nada nesse tipo de negociação que possa afrontar, pelo menos prima face, em princípio, qualquer disposição da legislação de defesa à concorrência, a não ser que seja provado que há algum comportamento ilícito, mas nós não estamos partindo desse pressuposto.

Então se tudo for feito licitamente, é uma negociação privada. Não há nenhum óbice.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Dentro da lei isso pode acontecer?

O SR. FERNANDO FURLAN – Acredito que sim.

Não conheço a fundo a legislação esportiva, há pessoas aqui na Mesa que conhecem melhor do que eu, mas pela resposta prévia do Presidente Ricardo Teixeira, sim.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – José Carlos Silveira.

O SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA – Muito obrigado, José Carlos Silveira, do Grupo Bandeirantes.

Eu devo uma resposta ao nobre Deputado Jonas Donizette a respeito da questão a qual me referi com relação ao modelo de licitação adotado pelo Clube dos 13, que foi por meio do preço fechado.

O preço fechado é um inibidor, evidentemente, na medida em que não considera outros atributos que eventualmente algum dos concorrentes possa aportar à oferta. Nesse modelo de licitação que foi oferecido pelo Clube dos Treze não havia essa oportunidade.

Ao contrário, foi concedido um ágio à Rede Globo no valor de 10% e o próprio Cade entendeu que isso seria irregular, não seria válido; e esse ágio foi retirado, porque poderia ser 10%, 100%, 50%. Por que 10%, 8%, 12%? Não havia... Não deixava de ser uma preferência também, mas na questão do preço fechado em si.

Havia a questão das garantias bancárias as quais me referi. E insisto nesse ponto. Eu entendo... A empresa a qual eu represento entende que há uma dúvida pendente sobre essa questão da garantia bancária, porque o Edital de Licitação exigia, no seu Item 2, apresentação de uma garantia bancária de banco de primeira linha sobre o valor da oferta.

A oferta da Rede TV não trouxe a garantia bancária. O Clube dos 13 aceitou a oferta da Rede TV e a proclamou vencedora mesmo assim, sem ter dado oportunidade a outros competidores, que eventualmente assim o desejassem, de apresentarem novas ofertas sem garantia bancária.

Então, a defesa do meu querido colega Kalled precisaria explicar essa situação. Se nós temos uma licitação pública, clara, transparente – com regras claras com as quais nós não concordamos, porém as regras eram claras – e havia uma exigência firme de apresentação de uma garantia bancária que não é fácil de conseguir, ainda mais um montante desse valor, além de que esse é um ônus adicional que não iria para os clubes, iria para os bancos que oferecessem a garantia bancária, sabemos também que ao firmar o contrato do Clube dos 13 com a Rede TV, essa garan-

tia bancária foi trocada por outras formas de garantia financeira: contratos de publicidade, outros recebíveis da Rede TV.

Então, nós entendemos que esse contrato, se vier reconhecido como válido, ainda deverá passar por um exame muito profundo, para que nós nos convençamos de que tem valor legal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Bem, com garantia ou sem garantia, a palavra para a Rede TV. Kalled, por favor.

O SR. EDJAIL ADIB ANTÔNIO KALEDD – Obrigado, Senador.

Eu queria responder, a princípio, a pergunta do Senador Flexa Ribeiro. Qual a negociação mais correta para esse processo do futebol? A Rede TV entende que a mais correta é a que foi feita: a licitação com envelope fechado.

O Clube dos 13 sempre negociou os direitos de transmissão e a diferença foi que agora tem envelope fechado. Agora, tem a chance de perder essa licitação, porque eu estou num envelope fechado. Alguém pode dar um valor maior que o meu.

A audiência deveria ser parâmetro para definir capacitação de quem vai fazer o evento? Na nossa opinião, nós entendemos que não, até porque o evento traz audiência. Um jogo de futebol vai ser visto independentemente de estar na emissora A, B, C ou D, porque o torcedor quer ver o jogo dele, o time dele jogando. Então, a audiência vem com esse evento. É um evento com uma característica diferente para a televisão.

A gente achar que nenhuma outra emissora tem capacidade para fazer futebol no Brasil eu acho que é uma ingenuidade de análise, porque nós também não tínhamos televisão fazendo novela. Hoje, nós temos a Record com capacidade plena de qualidade para fazer novela, disputando índices de audiência no horário nobre. Nós temos o SBT fazendo novela.

Nós ainda não temos a Rede TV fazendo novela. Por quê? Porque ainda não fecha a conta para se fazer novela na Rede TV. A emissora, no final do mês, tem que pagar suas contas. Ela tem que crescer, investir. Quem banca o evento é o mercado publicitário. A garantia que nós demos foi garantia do contrato publicitário da Rede TV, para o Clube dos 13.

A Bandeirantes não participou nem sequer da reunião que houve antes de saber o que estava escrito no edital. Então, desculpe-me. Somos amigos de trabalho, de associação. Mas é claro, Silveira.

Eu entendo que você está aqui defendendo direito sobre 12, 13, 14 que não é seu. Não é da TV Bandeirantes. Esse é um direito da TV aberta ganho pela Rede TV em licitação aberta no mercado, para o Brasil todo enxergar. Nós não estamos aqui falando

sobre a transmissão de 2011, onde você tem parceria com a TV Globo, porque o produto é sublicenciado pela Bandeirantes.

Você não participou da reunião que aconteceu no ano passado, pra se estabelecer regra, pra se discutir conceito e inclusive discutir sobre quanto valeria a oferta da Globo perante os outros times. A Bandeirantes não estava presente nesse ato.

Hoje, quando a Bandeirantes não participa, não coloca o seu envelope fechado, vir aqui dizer que o contrato da Rede TV com o Clube dos 13, a licitação que a Rede TV levou não é válida é muito cômodo. É aquela coisa que estou falando desde o começo. Espera ver quem ganha, aí estabelece valor, estabelece a regra. Agora, vou no mercado fechar os filmes e faço o evento da forma que eu quiser.

Então, sou completamente contrário à colocação que você fez. Acho que a indústria do futebol vai ganhar muito com isso. Acho que a Rede TV tem grade, sim, para colocar evento num horário melhor para o torcedor. A Rede TV pode colocar, sim, o evento na quarta-feira, na quinta-feira, no sábado e no domingo. Pode fazer, sim.

Quanto aos interesses do *pay-per-view*, nós não estamos aqui falando em população. Quando a gente fala em *pay-per-view*, não estamos falando em cidadão brasileiro. O cidadão brasileiro me dá um número que paga *pay-per-view*. Aí nós vamos entender se estamos falando de um esporte popular ao qual todo mundo tem acesso. Alguns conseguem pagar pra assistir ao Esporte TV e outros, com um pouco mais, vão pagar o *pay-per-view* para assistir ao time jogando.

Nós temos jogos da Libertadores que não passam em lugar nenhum, porque não tem grade pra passar. Isso é pior do que você não ter cobertura. Isso é muito pior.

É muito pior você esconder um jogo da população brasileira ou dar acesso a esse jogo só a quem tem dinheiro para pagar. A Rede TV trabalha num modelo de TV aberta e gratuita. O nosso modelo é esse. Nós não ganhamos com assinatura, com TV a cabo. Nós não ganhamos com celular. Não temos operadora de celular. Nós somos uma emissora aberta, gratuita para toda população.

Por isso, a Rede TV sempre teve preocupação de estar HD no satélite, de estar 3D no satélite. E alguém pergunta: por que a Rede TV está HD e 3D? Está 3D pra quem, se não tem televisão? Sabe pra quem? É para todo mundo, quando a tecnologia e o poder econômico começar a chegar, porque se fosse pensar assim não teríamos televisão no Brasil.

O Chateaubriand, quando veio e trouxe o primeiro transmissor, trouxe o transmissor para quem?

Televisão para quem, se não tinha televisão no Brasil? Hoje, nós temos mais de 100 milhões de receptores espalhados pelo Brasil.

Então, a Rede TV entende que está crescendo, entrando no mercado de uma forma aberta, nesse Brasil novo, onde as coisas estão transparentes. Nós estamos trabalhando de forma transparente. O nosso contrato está pronto para qualquer um poder ler. Inclusive, a Bandeirantes pode ler tranquilamente o nosso contrato. Nós temos representação feita ontem dentro do Cade e vamos aguardar a resposta do Cade, sim.

Então, nós estamos aqui pedindo uma coisa que eu falei desde o começo, que foram as palavras do nosso amigo aqui, Dr. Fernando Furlan: que ela não pode ter direito de preferência. A partir do momento que eu sei quanto custou o negócio, quanto custou a negociação, devo estar impedido de fazer qualquer oferta diferente, porque teve uma licitação com envelope fechado. Desculpe. Isso é, no mínimo, abuso de poder econômico. Está certo?

Então, ao meu amigo Evandro eu gostaria de pedir desculpa se ele foi mencionado nove vezes. Acho que foi mencionado mais de quinze vezes, porque está aqui defendendo o modelo da TV Globo, ao qual sou completamente contrário nesse caso específico da licitação. Não estou aqui nem criticando a qualidade da TV Globo, não estou falando nada disso, porque acho que é uma excelente emissora, com uma excelente qualidade, com uma excelente cobertura. Admiro muito a capacidade profissional do Evandro. Conheço todas as histórias profissionais e admiro a capacidade profissional e de influência que o Evandro tem.

Então, eu gostaria de deixar registrado aqui que a reclamação é única, real e legítima: nós ganhamos a licitação do Clube dos 13 e, depois desse fato, não dá para ninguém ir lá, fechar diretamente com os clubes e dizer que agora tem 15 clubes assinados. O Presidente do Clube dos 13 acabou de mencionar que ele não teve conhecimento sobre nenhum time que não estava participando da licitação. Então, compramos o quê?! Fizemos um contrato com quem?! Valendo o quê?! Teve alguma coisa mais transparente que o que foi feito pelo Presidente do Clube dos 13, pelo Ataíde, quando chamou toda a imprensa lá, quando fomos sabatinados por representantes de clube, em que também não estava a Bandeirantes, para ser sabatinada?!

Então, agradeço muito a presença e o convite. Eu gostaria de agradecer ao Senador. Boa tarde a todos. Espero que o Brasil, a Justiça e todas as forças reais e legais do País reconheçam a legitimidade da RedeTV!.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Entra em campo, agora, o último grupo: o Senador Ciro Nogueira, o Deputado Valadares Filho e, encerrando a nossa reunião com a palavra de Deus, o Deputado Federal Danrlei de Deus. Antes disso, a autora do requerimento para a realização dessa audiência pública está com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, é só porque me pareceu que, nas palavras do Dr. José Carlos Silveira, havia um levantamento da hipótese de haver um direcionamento da licitação, já que ele citou o Clube dos 13, a sua relação com a RedeTV! e disse claramente que a RedeTV! não cumpria as determinações do que estava no contrato. Então, eu gostaria que, antes de terminar tudo e após a fala dos Srs. Deputados e Senadores, não se encerrasse sem que isso fosse esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos lá. Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, serei bastante rápido, até pelo adiantado da hora.

Agradecendo a presença de todos os convidados, um aspecto que eu gostaria de abordar diz respeito à questão da TV aberta nesse edital do Clube dos 13. Pelo que eu tenho conhecimento, o Brasil é o país do mundo que mais transmite futebol em TV aberta, ao contrário do que ocorre na Europa, onde praticamente todos os jogos são transmitidos em TV fechada. Eu não quero que isso venha a ocorrer no nosso País, defendendo os interesses do maior patrimônio dos clubes – que, no meu ponto de vista, não são os estádios e não são os jogadores, mas as torcidas – e o acesso que essas torcidas têm aos jogos de futebol. Segundo sou informado, existe uma cláusula dessa licitação do Clube dos 13 que proíbe a transmissão para as praças onde os jogos acontecem. Eu queria saber qual o impacto para as torcidas, para os torcedores no acesso, se isso realmente se consolidar de uma forma mais imperiosa.

Então, esse será o meu questionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Valadares, com a palavra.

O SR. VALADARES FILHO (PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, senhores convidados, Srs. Senadores, Srs. Deputados, também serei muito breve, até porque praticamente os esclarecimentos já foram dados pelos convidados.

Eu só tenho dois questionamentos bem breves para o Sr. Fábio Koff. Em relação ao Clube dos 13, qual será o papel do Clube dos 13, já que essas negocia-

ções paralelas dos clubes estão se concretizando? A partir daí, qual será realmente o papel do Clube dos 13, já que os clubes estão fazendo as negociações paralelamente? Outra pergunta ao Sr. Fábio Koff é: quantos clubes devem pelo adiantamento dos contratos vigentes? Eles fizeram novos adiantamentos pelos contratos futuros? E isso não fragiliza os clubes em relação às atuais negociações?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Finalmente, a palavra de Deus. Deputado, por favor.

O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ (PTB – RS) – Senador, Presidente, obrigado.

Eu já estou totalmente satisfeito com as respostas. Todas as perguntas que eu tinha já foram feitas pelos colegas.

Apenas me resta, agora, parabenizar esta Casa por esta audiência pública. Acredito que tenha sido muito importante em todos os sentidos, por todas as respostas que tivemos. Torço para que, o mais rápido possível, essa questão seja resolvida, pelo bem do futebol brasileiro, neste momento em que temos, logo à frente, uma Copa do Mundo, e também para que nós, torcedores, possamos, o mais rápido possível, ter essa questão resolvida, que é importante. Acredito que seja muito importante mesmo para o torcedor, para que ele não tenha, no futuro, nenhum tipo de problema relacionado a isso e nenhuma perda, que é o mais importante. Diante de todas essas questões, acredito que o mais importante é o torcedor não ter perda alguma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos inverter o sistema de respostas agora: da direita para a esquerda. Kalled.

O SR. EDJAIL ADIB ANTÔNIO KALLED – Desculpe, Senador Ciro Nogueira, mas a pergunta do senhor foi sobre capacidade de transmissão e direito sobre o contrato de transmissão? Desculpe.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – É sobre a questão da transmissão dos jogos para as praças onde eles acontecem, pois, segundo o edital do Clube dos 13, isso vai se inviabilizar e praticamente esses jogos só serão transmitidos mesmo no *pay-per-view*.

O SR. EDJAIL ADIB ANTÔNIO KALLED – Na verdade, hoje, o modelo que já existe é o que se fecha o jogo para a praça. A justificativa sempre foi em relação à bilheteria, porque, quando se faz uma transmissão local, com o jogo acontecendo na cidade, não se favorece a bilheteria do estádio. E o interesse é levar mais torcedor para o estádio, para que se tenha um espetáculo melhor e volte o torcedor a ir com os filhos ao estádio. Eu também acho meio difícil alguém levar

o filho para o estádio às dez e meia da noite, para sair meia-noite e meia, uma hora. A justificativa do fechamento do sinal local está em cima da bilheteria, para ver se aquece a bilheteria local. Então, não temos o direito de transmitir esse jogo, quando ele é local. Ele fica aberto para o resto do Brasil. Normalmente, fazem-se dois jogos, joga-se um de fora para a cidade onde está ocorrendo o jogo, para as pessoas poderem assistir, e este jogo é transmitido para fora, para não atrapalhar a bilheteria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – José Carlos Silveira, da Band.

O SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA – Rapidamente sobre essa questão do Senador Ciro, o impedimento de transmissão para a praça do jogo existia no passado, com esse objetivo que o... Mais recentemente, dos contratos de 1996 para cá, havia já a perspectiva do *pay-per-view*. O *pay-per-view* é hoje um produto muito importante na receita dos clubes. Ele supre a necessidade daquele torcedor que não tem possibilidade de ir ao estádio, por qualquer motivo, por motivo de saúde ou por compromisso, e que quer assistir ao jogo em sua casa. Ele paga uma taxa que pode ser por aquele jogo unicamente ou pode ser pela anuidade do acesso ao *pay-per-view*, tendo acesso a diversos jogos, inclusive aqueles que ocorrem na cidade onde ele mora. A licitação do Clube dos 13 estendeu essa proibição. Em vez de ser apenas no Município onde o jogo ocorria, essa proibição de transmissão se estende ao Estado da Federação onde o jogo ocorre, naturalmente buscando novas receitas de *pay-per-view*. No entanto, parece-me um pouco exagerada a extensão da proibição para o Estado da Federação, em vez do Município onde o jogo ocorre.

Com relação ao questionamento da Senadora Lídice, eu gostaria de sublinhar bem o que eu disse. O edital de licitação previa uma oferta financeira, suportada por uma garantia bancária de banco de primeira linha. Esse quesito era desqualificante na licitação. Sem a apresentação de uma garantia bancária, a oferta não seria considerada válida. No entanto, a oferta da RedeTV! não foi acompanhada de uma garantia bancária de banco de primeira linha e foi aceita mesmo assim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Joel, permite-me uma observação? No futebol, banco é sempre da segunda linha.

O SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA – Então, é essa questão, que é processual, que eu acredito que, no futuro, caso esse contrato venha a ser reconhecido, contrato entre o Clube dos 13 e a RedeTV!, que o Kalled defende tanto como venceu a licitação. Pode ser que tenha vencido ocorrendo um erro processual. Ou seja, os termos do edital não foram atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Embora não tenha havido nenhuma pergunta direta ao Cade, a oportunidade da palavra é sua.

O SR. LUIZ FERNANDO FURLAN – Obrigado, Senador.

Realmente, as perguntas finais não tocaram em nenhum ponto que possa atrair alguma resposta do Cade.

As perguntas foram feitas, elaboradas sobre assuntos que demonstram o quanto existem questões privadas nesse mercado, e não caberia ao Cade envolver-se nessa matéria ou tentar regular questões privadas, negociações privadas que são dessa esfera e que não atrairiam alguma intervenção do Estado por meio do Cade ou dos demais órgãos de defesa da concorrência. Isso só demonstra o quanto temos limitações em relação a negociações que são eminentemente privadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passo a palavra ao Presidente da Federação, Ricardo Teixeira.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu também não fui instado a falar, mas eu gostaria, com a licença do Presidente, de agradecer a oportunidade de aqui estar e fazer alguns esclarecimentos.

Aproveito para colocar-me à disposição dos Srs. Senadores e Parlamentares para que, se desejarem alguma coisa, não só com relação a esse assunto, mas também com relação a qualquer outro que envolva a CBF, procurem-me no Rio de Janeiro, na CBF, nos nossos locais, a fim de esclarecermos qualquer assunto que seja inerente à Confederação Brasileira de Futebol.

Obrigado e boa-tarde.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Presidente do Clube dos 13, Fábio Koff.

O SR. FÁBIO KOFF – Eu voltei, Presidente.

Eu devo responder as duas perguntas feitas pelo Senador Ciro Nogueira sobre o impedimento da praça, questionamento que o Deputado também fez. Essa pergunta já foi respondida em parte, quando se diz que aumenta o público no estádio e, por outro lado, a TV aberta só existe no Brasil. Nós temos que fazer crescer o *pay-per-view* e também otimizar a vinda do *pay-per-view*. Essa é a razão do impedimento de exibição para a praça. O papel do Clube dos 13 vai ser definido numa assembléia, no próximo dia 3.

Os adiantamentos, Deputado, que foram feitos são um procedimento comum dos clubes em face das dificuldades financeiras e dão como garantia o contrato

de televisão. Como quase todos os clubes, não todos, haviam esgotado os adiantamentos referentes ao campeonato de 2011, eles outorgaram aquela procuração, com poderes para dar, por aquela procuração, que era um contrato de fidúcia, a garantia dos direitos de 2012 para receberem o adiantamento referente a 2012. Essa é uma questão que vai ser resolvida internamente no Clube dos 13.

Danrlei, que foi meu atleta por tantos anos, misturado com as histórias de glória do Grêmio naquele período maravilhoso da década de 90, eu saí daqui convencido, porque assim todos se manifestaram. Primeiro, não havia outra alternativa para o Clube dos 13 a não ser fazer a licitação. Segundo, a negociação coletiva otimiza o preço, agrega valor e permite a democratização desses recursos para os clubes menores. Todo mundo concordou com isso aqui – quem perguntou e quem respondeu.

Por isso, entendo que não excedi os limites que me foram outorgados e sou assim, a partir de agora, em relação ao que o Clube dos 13 definir. Estarei interessado em contornar todos esses problemas para que o torcedor não sofra prejuízo e para que o futebol brasileiro mantenha essa boa imagem que hoje ele não só desfruta aqui dentro, como fora do Brasil também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passo a palavra ao Sr. Paulo Kalil, da Rede Record.

O SR. PAULO KALIL – Sr. Presidente, a Rede Record agradece a oportunidade de participar desse capítulo muito importante da construção do futebol no País, e esperamos que as decisões tomadas, daqui em diante, atendam os torcedores.

A Record nunca, em nenhum momento, prejudicou ou vai prejudicar o futebol brasileiro. A nossa intenção é de poder elevar o futebol brasileiro a um ponto em que os torcedores tenham acesso às partidas, em que os clubes possam usufruir de saúde financeira, em que não venha a haver mais esse êxodo de atletas para fora do País.

Então, agradecemos muito a oportunidade e ficamos aqui esperançosos de que as decisões tomadas pelo Cade e por outros órgãos venham beneficiar os torcedores e venham aclarar essa situação complicada de uma concorrência que foi desmontada, que foi desarticulada, criando-se uma situação muito complicada.

Respondendo à Senadora que me perguntou por que nós não apresentamos a nossa proposta, como a Record bem divulgou à imprensa em nota, instaurou-se um clima de insegurança jurídica tão grande naquele momento que era impossível nós nos comprometer-

mos com algo sobre o qual os clubes já se manifestavam, dizendo que não iriam participar da concorrência. Então, nós preferimos aguardar e estamos até aqui aguardando uma decisão.

Da nossa parte, fica a torcida para que haja um recomeço nesse processo em que haja, realmente, uma concorrência da qual possamos participar. Desde o momento em que fomos chamados ao Clube dos 13, a Record compareceu com a sua diretoria, com a sua presidência, afirmando que tinha interesse, que tem interesse no campeonato brasileiro, mas, diante da situação que se instaurou, infelizmente nós não podemos ir adiante, mas continuamos aqui desejosos de poder transmitir o campeonato brasileiro e levar o futebol a todos os cantos, mais do que se faz hoje.

Obrigado.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Bom, a única pergunta que restou é a do Senador Ciro Nogueira quanto a jogos para mesma praça e, na proposta, a partir de 2012, até para o mesmo Estado.

Só para responder isso, quero retornar ao princípio, ao começo.

Começo dizendo que os direitos são dos clubes. Esse assunto foi resolvido, desenhado, ratificado nesta Casa, no Senado, na Câmara, no Congresso brasileiro, e os clubes, como detentores de direitos – como reconhece, aliás, professa, de maneira magistral, o professor Fábio Koff –, têm que defender seus direitos, comercializar seus direitos, resolver seus direitos, com certo egoísmo empresarial, digamos assim, para conseguirem as melhores propostas, as melhores condições.

Quero terminar dizendo que fico muito feliz pelo Paulo Kalil ter-me agora ajudado em relação ao cronograma, revelando a própria Record também que, realmente, quando se divulgaram as condições sobre a licitação, não havia nenhuma segurança jurídica para que redes do porte da Record, do porte da Bandeirantes, do porte da Globo, digamos assim, se arriscassem sem segurança jurídica, empenhando custos não só para preparar a proposta, como também envolvendo fiança bancária e outras questões inerentes. Então, fico feliz por essa ajuda aqui do Paulo Kalil, registrando que, realmente, à época da licitação, naqueles momentos, não havia segurança jurídica, não havia consenso quanto à validade, ao aspecto de prosperidade daquelas boas intenções que o Clube dos 13, em nome dos clubes – Dr. Fábio Koff à frente –, tentou estabelecer no mercado.

Eu trabalho numa organização, nas Organizações Globo. A questão do Clube dos 13 é... Infelizmente, às vezes, algumas organizações, em certos momentos, passam por alguma desorganização.

Esperamos que tudo seja superado pelo bem do futebol, pelo bem do torcedor, pelo bem do telespectador e também dos profissionais, atletas, técnicos que compõem essa grande atividade brasileira que é o futebol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Lídice da Mata foi a principal subscritora desta audiência pública. Eu quero então, Senadora, lhe passar a palavra, se assim desejar, para fazer as suas considerações sobre a audiência que ocorreu até este momento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada, Presidente, apenas quero agradecer a presença que vieram aqui, que, creio, ajudaram o torcedor brasileiro a compreender melhor o processo que está em curso, que envolveu toda essa negociação, e o que faz com que o futebol fique mais transparente. É claro que existem questões de fundo, de pensamento, de conceito em cada um de nós, diferentemente, e é claro também que existe uma disputa de negócio, de alto negócio, envolvendo o futebol nacional e as redes de telecomunicação do Brasil.

Não vou entrar no mérito dessa questão porque eu sou das que pensam que era possível existir algum nível de regulamentação, não um excesso de regulamentação, mas alguma regulamentação sobre o mercado deveria existir. Porque em qualquer atividade econômica existe uma necessidade de regulamentação porque a economia, o mercado por si só não se resolve, se resolvesse, nós veríamos bancarrotas acontecendo, 2009, no mundo, no mercado financeiro etc. Está mais que provada, num país capitalista, a necessidade do mercado, de regras, mas necessidade também que o Governo e a sociedade devam intervir no sentido de estabelecer regras para que o mercado se organize de forma cada vez melhor.

Então quero agradecer, principalmente agradecer todos que, diferentemente dos clubes, aqui não compareceram, as redes de televisão compareceram e deram a contribuição ao fortalecimento democrático do futebol. A todas as redes que, todas elas, muito competentemente, têm desenvolvido o seu papel e contribuído muito com o futebol nacional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Comissão se soma às palavras da Senadora Lídice da Mata; agradece a gentileza e a presença de todas as Redes, da CBF e do Clube dos 13, todos convocados.

A partir deste momento, a Comissão se debruça sobre as considerações colhidas nesta e na audiência pública anterior para que, se julgar necessário, formule

algum projeto de lei nesse sentido. E está aberta para colaborações da cidadania, das pessoas que nos assistiram pelas redes de comunicação, pela TV Senado, para que nos ajudem a pensar sobre o problema.

Antes de encerrar esta reunião, a Presidência convoca uma reunião ordinária para terça-feira próxima, às 11 horas da manhã.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às.....horas e minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às doze horas e vinte minutos do dia dezoito de abril de dois mil e onze, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, VITAL DO RÉGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, PAULO DAVIM, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, WALDEMIR MOKA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, WILSON SANTIAGO, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO e KÁTIA ABREU**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da **PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CMA**, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II; 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 01, de 2011-CMA, que trata da realização de audiência pública para discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte, a participação dos seguintes convidados, como representantes dos segmentos que serão impactados pela construção da obra: Representante das populações ribeirinhas; e Representante das populações indígenas. Autoria:

Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO nº 22, de 2011-CMA**, que “Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater a política de preços de combustíveis do Brasil e a conjuntura atual do mercado internacional de petróleo, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Representante da Petrobrás; Representante do Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (SINDICOM); e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2) PLC nº 15, de 2009; Item 3) PLS nº 489, de 2008; Item 4) PLC nº 141, de 2010; Item 5) PDS nº 90, de 2007; Item 6) PLS nº 612, de 2007; Item 7) PLS nº 490, de 2009; Item 8) PLC nº 60, de 2003; Item 9) PLS nº 195, de 2009; Item 10) PLC nº 70, de 2009; Item 11) PLC nº 35, de 2009; Item 12) PLS nº 258, de 2009; Item 13) PLC nº 151, de 2010; Item 14) PLS nº 64, de 2010; e Item 15) PLS nº 259, de 2008**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Deliberativa Ordinária da 54ª Legislatura.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria constante do Item 1 da pauta requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e nos termos dos arts. 90, II; 93, II; e 102-A, II, “a” e “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 1, de 2011, da CMA, realização de audiência pública para se discutir o Relatório de Impacto Ambiental do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte, com a participação dos seguintes

convidados como representantes dos segmentos que serão impactados pela construção da obra: representante das populações ribeirinhas e representante das populações indígenas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Enquanto aguardamos a chegada aqui do Relator da matéria constante do próximo item da pauta, o Senador Paulo Davim, consulto a Comissão se podemos incluir um requerimento extrapauta.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com esse procedimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em apreciação o requerimento que solicita, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II; 93, II, e 102-A, II, “a” e “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a política de preços de combustíveis do Brasil e a conjuntura atual do mercado internacional de petróleo, com a presença dos seguintes convidados: representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, representante da Petrobras, representante do Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro. *(Pausa.)*

O Relator do Item 2 da pauta não está presente aqui.

Em função da ausência dos relatores dos projetos que estão em pauta, vamos encerrar a presente reunião, convocando, antes, uma audiência pública, a ser realizada aqui no dia 26 de abril, a partir das 10h, com as presenças do Sr. Achim Steiner, Subsecretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e Diretor-Geral do Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente, para falar de economia verde e de Rio+20, e também do Embaixador Figueiredo, representante do Itamaraty.

Agradeço a todos a presença.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, só a nossa Comissão participará dessa audiência, ou esta será conjunta com...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Será uma audiência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle no dia 26 de abril, terça-feira, a partir das 10h.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a todos a presença.

Declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09h30.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, VICENTINHO ALVES, PEDRO TÁQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, IVO CASOL, MARISA SERRANO, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, JOÃO VICENTE CLAUDINO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA e KÁTIA ABREU**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa a deliberação da **PAUTA. PRIMEIRA PARTE. Item 1) REQUERIMENTO nº 23, de 2011-CMA**, que “requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada

Audiência Pública com a presença do Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para debater o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle". A autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Em discussão, usa da palavra a Senadora Marisa Serrano. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 2) REQUERIMENTO nº 24, de 2011-CMA**, que "requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 22, 2011-CMA, aprovado na reunião do último dia 19 de abril de 2011, para que seja *realizada audiência pública para debater a política de preços de combustíveis do Brasil e a conjuntura atual do mercado internacional de petróleo*, acrescentar o convite para representantes dos seguintes órgãos ou entidades: 1. Ministério da Fazenda; 2. Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis); e 3. União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única)". A autoria: Senadores Antonio Carlos Valadares e Rodrigo Rollemberg. Em discussão, usa da palavra a Senadora Marisa Serrano. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA do REQUERIMENTO nº 25, de 2011-CMA**, que "requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada a "Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20", com prazo até a conclusão da tarefa". A autoria: Senador Cícero Lucena. Em discussão, usam da palavra os Senadores João Pedro e Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. A Presidência informa que a Subcomissão criada pelo Requerimento nº 25, de 2011-CMA será composta por sete membros titulares e sete membros suplentes. A Presidência encerra a primeira parte da reunião às dez horas e trinta e oito minutos. É aberta a **SEGUNDA PARTE** da reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. A Presidência informa que a segunda parte da presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 12, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com o intuito de debater as perspectivas da economia verde no Brasil e no mundo, a realização da Conferência Rio+20, em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e os eventos esportivos das Olimpíadas de 2016 e da Copa do Mundo de 2014, sob o prisma de sua sustentabilidade ambiental. Comparecem os seguintes convidados: Sr. Achim Steiner, Sub-Secretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente – PNUMA; Sr. Luiz Figueiredo, Embaixador e Diretor do Departamento do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Francisco Gaetani, Secretário

Executivo do Ministério do Meio Ambiente; e Sr. Antônio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Após a exposição dos convidados, os Senhores Senadores João Pedro, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Anibal Diniz, Pedro Taques, Cyro Nogueira, Antonio Carlos Valadares e Rodrigo Rollemberg apresentam seus questionamentos. Os convidados respondem às perguntas e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Comunicados da Presidência:

Comunico que se encontra à disposição da Comissão, junto a sua Secretaria, o relatório de apreciações da ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro, sobre a atuação do órgão em 2010. Informo, ainda, sobre o envio, pelo Ministério das Relações Exteriores, de duas edições da revista Diplomacia Estratégica Política – de janeiro a março de 2005, em espanhol, e de abril a junho de 2006, em inglês.

Quero registrar que iremos iniciar a sessão deliberativa com apreciação de alguns requerimentos, mas nossos convidados já estão na Casa e, logo que chegarem, interromperemos a reunião deliberativa para iniciarmos a audiência pública.

Item 1

Requerimento nº 23, de 2011

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, inciso II, 2a, inciso II, e a e b do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, com a presença do Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, para debater o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle.

Em discussão.

Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS)

– Obrigada, Sr. Presidente. Quero deixar bem claro que este é um requerimento que merece todo o nosso aplauso, porque o Tribunal de Contas da União, que é o órgão externo e auxiliar ao trabalho dos Senadores e Deputados, deve estar sempre em sintonia com aquilo que esta Casa pensa, e nós também em sintonia com os trabalhos realizados pelo TCU. O TCU envia a esta Casa, portanto a esta Comissão, os relatórios das suas atividades – às vezes com ressalvas – para que esta Casa possa analisá-las e, por bem, devemos fazer o acompanhamento verificando se as ressalvas feitas pelo TCU são, de alguma forma, acompanhadas pelos resultados dos órgãos jurisdicionados.

Gostaria muito de estar presente nessa sessão, porque poderíamos ouvir o Ministro Presidente do TCU sobre como fazer para que todos aqueles casos em que o TCU levantar problemas neste país sejam acompanhados, *pari passu*, pelo Congresso Nacional, porque são as duas Casas. Isto é fundamental. Não há por que termos um Tribunal de Contas da União e esta Casa aqui não acompanhar os trabalhos executados por ele. Temos a obrigação de acompanhar, já que criamos o Tribunal de Contas da União para ser um órgão auxiliar do nosso trabalho. Portanto, sou amplamente favorável a esse requerimento e acredito que é fundamental, para que a parte desta Comissão que é de fiscalização e controle seja realmente efetuada com todo o apoio e, principalmente, com a seriedade que merece.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Quero comunicar aos nobres Senadores e Senadoras que já entrei em contato com o Presidente do Tribunal de Contas da União e é possível que, já na semana que vem, possamos ter essa audiência pública.

É importante ressaltar que temos um projeto tramitando aqui, que altera a Lei de Licitações, e a imprensa tem noticiado que devemos ter uma medida provisória também alterando a Lei de Licitações. Portanto, nada mais propício do que ouvir, neste momento, o Presidente do Tribunal de Contas da União.

Com a palavra, o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, falamos informalmente sobre a visita

de membros desta Comissão à Hidrelétrica de Jirau, e quero aqui oficializar o encaminhamento de V. Ex^a – se possível a mim e, naturalmente, aos demais pares – do relatório dessa visita, para que possamos ter conhecimento da visita de membros desta Comissão ao canteiro da Hidrelétrica de Jirau.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Vicentinho. O relatório da visita da Comissão composta por seis Senadores a Santo Antônio de Jirau está sendo concluída hoje. O relatório muito provavelmente será concluído hoje ou amanhã. Em seguida, nos o submeteremos aos membros da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item 2

Requerimento nº 24, de 2011.

Requer, nos temos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 22, de 2011, aprovado na última reunião de 19 de abril de 2011, que seja realizada audiência pública para debater a política de preços de combustíveis do Brasil e a conjuntura atual do mercado internacional de petróleo. Acrescentar o convite para os seguintes representantes de órgãos ou entidades: Ministério da Fazenda, Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes, Fecombustíveis, e União da Indústria da Cana-de-Açúcar Única. Autoria conjunta do Senador Antonio Carlos Valadares e o Presidente também subscreve o requerimento.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS)

– Sr. Presidente, eu gostaria de propor também que pudessemos convidar, se os autores, V. Ex^a e o Senador Valadares aceitarem, o Diretor-Geral da ANP, Agência Nacional de Petróleo, que é responsável pela regulação do mercado de combustíveis, que é o Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima. Então, eu gostaria de fazer essa sugestão porque, já que vamos discutir preço de petróleo e combustíveis, nada mais justo do que tê-lo aqui conosco nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Um esclarecimento, Senadora Marisa Serrano: no requerimento original, aprovado no dia 19 de abril já consta o convite par audiência da Agência Nacional de Petróleo.

V. Ex^a, então, está atendida.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há aqui um requerimento extrapauta, de autoria do Senador Cícero Lucena. Consulto V. Ex^{as} se posso inseri-lo como item extrapauta. *(Pausa)*

Item extrapauta:

Requerimento

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada subcomissão temporária de acompanhamento da conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável Rio+20, com prazo para conclusão da tarefa.

Consulto se posso incluir como item extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Em discussão o requerimento.

Para discutir, dou a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A razão desta Subcomissão temporária, já que a realização desse encontro está prevista para o Rio de Janeiro em junho de 2012, reside no fato de ser um item que tem muito a ver, ou tem tudo a ver, com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Além desse importante evento que, a exemplo do outro, notabiliza o Rio a ponto de o mundo começar a discutir de forma mais clara a questão ambiental a partir de 1992, temos a satisfação de dizer que fazemos parte de uma entidade internacional, não só eu, mas também outros Senadores, a exemplo de V. Ex^a, Presidente desta Comissão. Trata-se da Globe Internacional, que é o fórum de parlamentares que desenvolvem trabalhos, legislações, debates pelo mundo afora sobre esse tema do meio ambiente. Ela vai fazer, uma semana antes do início do Rio+20, um encontro de Parlamentares no Rio de Janeiro.

Então, acho que esta Comissão não poderia ficar de fora do acompanhamento da preparação desse evento, de como está acontecendo, já que temos parte dessas informações já que também estamos organizando esse encontro dos Parlamentares oito dias antes do início do Rio+20. Então, essa é a razão de estarmos

Então, essa é a razão de nós estarmos apresentando a defesa dessa subcomissão, e o faço, Sr. Presidente, dando o testemunho de já ter essa tarefa de organizar o Globo+20 por parte dos parlamentares da representação brasileira. Dessa forma e como, normalmente, quem apresenta o requerimento é que preside a subcomissão, eu pediria que me fosse dada a possibilidade de declinar dessa condição de possível indicado para a presidência, como é praxe da Casa, para que seja escolhido outro companheiro para

presidir caso venha ser aprovada a instalação dessa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, para externar a minha opinião sobre a subcomissão. Eu quero concordar com a iniciativa. Considero a Rio+20 um evento importante na busca de construirmos consensos internacionais sobre o debate da sustentabilidade, sobre economia verde, e a subcomissão proposta pode exercer um papel importante, tanto aqui dentro como fora do Senado, junto à sociedade civil, com agendas.

Ao longo deste ano e até junho, julho do próximo ano, poderia cumprir uma agenda, em todo o País, nos biomas, junto à sociedade civil que tem um acúmulo, que tem expertise, de modo a contribuímos para esse debate, não só com entendimentos nacionais, mas com esse espírito que vai nortear o debate sobre a Rio+20, qual seja, o de fortalecer essa articulação internacional da ONU.

Sr. Presidente, a ONU precisa se reafirmar, ela precisa ter uma posição que possa fazer valer a construção de consensos internacionais. Nós temos um evento que foi importante em 2009, na Dinamarca, em Copenhague, e não chegamos a fechar um entendimento depois de Kyoto. O mundo busca esse entendimento. E o Brasil joga um papel importante. Esta Casa, o Senado, com a sua força política, junto com a sociedade civil, nós podemos dar uma grande contribuição.

A Comissão de Relações Exteriores tem uma subcomissão que está tratando o evento do Rio de Janeiro. Agora, esta Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle pode dar um passo importante para trabalharmos juntos. Todavia, a minha preocupação é no sentido de que possamos agregar forças, conhecimento, expertise, saberes junto à sociedade civil. Acho que a Casa pode contribuir com essa agenda e a nossa subcomissão pode desempenhar um papel nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu quero também me agregar àqueles que vão aprovar o requerimento do Senador Cícero Lucena de criação de uma subcomissão temporária de acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Parece que foi ontem, mas já completa vinte anos a Rio-92. Lembro do evento no Rio de Janeiro. Naquele momento, eu presidia a Federação das Indús-

trias do Estado do Pará e participei ativamente, como Vice-Presidente da CNI, das atividades da Rio-92. E, de lá para cá, a questão do desenvolvimento sustentável evoluiu, e, hoje, nada mais se faz neste planeta global sem que se leve em consideração a questão da sustentabilidade ambiental.

Vamos fazer uma avaliação do avanço em relação ao que foi feito, ao longo desses vinte anos, em algumas reuniões, como aqui foi dito pelo Senador João Pedro.

É importante dizer que, lendo matéria do estado.com.br, vemos declarações do nosso economista renomado Besserman, que diz que essa questão do desenvolvimento sustentável é, sem sombra de dúvida, uma questão que vem para liderar as discussões. Ele acredita que, mesmo que não saia um acordo da Rio+20, vamos avançar, com certeza absoluta, na tentativa de chegar a algo que aponte uma linha de consenso.

Estamos discutindo – e esta Comissão de Meio Ambiente é o foco, é o local de mérito para isto – projetos que acontecem em nosso País da maior importância. O Brasil vai sediar eventos esportivos mundiais, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Há obras de infraestrutura da maior magnitude, como Belo Monte. Hoje, em todas essas obras, sem sombra de dúvida, é preciso aliar a questão ambiental e a questão social. Belo Monte, sem desmerecer as demais, talvez, seja a obra que mais chama a atenção do mundo hoje.

O Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, na última reunião da Comissão de Meio Ambiente, acrescentou convite para que os povos indígenas se fizessem representar na audiência pública sobre Belo Monte que será realizada. Quero parabenizá-lo por isso, porque muito se tem falado que os povos indígenas não têm tido a oportunidade de serem ouvidos. Eles já o foram nas audiências públicas que ocorreram em Altamira, no sítio das obras, mas é importante que eles sejam ouvidos aqui, na Comissão de Meio Ambiente, na Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte. V. Ex^a fez esse convite, e eles terão assento aqui, na audiência pública, para que apresentem suas preocupações, sejam ouvidos pelos Senadores e sejam atendidos no que reivindicam com justeza.

Essa Subcomissão que vai acompanhar os preparativos para o nosso encontro no Rio de Janeiro em que se vai tratar da Rio+20 é da maior importância, porque, inclusive, vamos nos preparar em relação aos temas que serão debatidos, para levarmos a preocupação do Senado na questão ambiental pela Comissão de Meio Ambiente.

A propósito, hoje, haverá uma audiência pública em que

A propósito, hoje, teremos uma audiência pública em que entre os temas que serão levantados está a questão da realização da Conferência Rio+20 em junho de 2012. Teremos vários convidados a essa audiência pública e já podemos, a partir de hoje, começar a discutir o tema.

Quero parabenizar o Senador Cícero Lucena e, desde já, coloca a minha atenção e o meu voto favorável à instalação da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão. (*Pausa*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero apenas registrar aqui a importância de que essa Subcomissão trabalhe de forma articulada, permanentemente com a Subcomissão criada pela Comissão de Relações Exteriores, com o mesmo objetivo, cujo Presidente, aliás, para nossa honra, se encontra aqui presente, já que é membro desta Comissão, Senador Cristovam Buarque. É de fundamental importância a articulação para que tenhamos um trabalho conjunto.

Eu quero apenas comunicar que fui informado pela secretaria da Comissão que os nossos convidados já se encontram na Casa e estão em deslocamento para esta Comissão. Portanto, dentro de no máximo 5 minutos já poderemos começar a nossa audiência pública.

Quero, enquanto isso, fazer uma consulta aos membros da Comissão...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Ouvindo as manifestações, há um entendimento para a criação da Subcomissão.

Pergunto a V. Ex^a do número de participantes dessa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero sugerir que o número de membros dessa Comissão seja de sete membros. E quero submeter isso ao plenário.

Aqueles que concordam com sete membros permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria de fazer uma consulta aos membros da Comissão. Nós temos uma série de requerimentos de audiência pública aprovados: a respeito de código florestal, a respeito de Belo Monte, a respeito das

empresas de telecomunicação, a respeito da alta dos combustíveis.

Eu vou solicitar aos autores dos requerimentos que entrem em contato com a secretaria da comissão para definirem, apontarem as datas preferidas para a realização dessas audiências públicas para que possamos montar um cronograma dessas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Bom, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão deliberativa, e vamos iniciar, então, a nossa segunda parte com audiência pública. *(Pausa)*

Dando continuidade à nossa reunião, convido para compor a Mesa o Dr. Achim Steiner, Subsecretário-Geral da ONU e Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; o Dr. Francisco Gaetani, representando a Ministra do Meio Ambiente, que, neste momento, está numa audiência com a Presidente Dilma. E a notícia que tenho é que o Embaixador Luiz Figueiredo está atrasado, mas já está a caminho. Quero convidar também o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Subcomissão encarregada em acompanhar a Rio+20, da Comissão de Relações Exteriores, para fazer parte da Mesa.

Gostaria de consultar o Plenário e consultar, também, para fazer parte da nossa Mesa, com muita honra, o Ministro do STJ Herman Benjamin.

Ministro, por favor.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer, imensamente, a presença dos ilustres palestrantes aqui presentes, o Sr. Achim Steiner, Subsecretário-Geral da ONU e Diretor-Executivo do Pnuma, que, apesar da sua agenda assoborçada, gentilmente, se dispôs a vir a esta Comissão.

Quero agradecer a presença do Secretário-Executivo do Ministério do Meio-Ambiente, Francisco Gaetani, e do Embaixador Luiz Figueiredo, que estamos aguardando e chegará em breve, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, que tem papel destacado nas negociações internacionais relativas à área ambiental.

Agradeço, da mesma forma, ao Ministro Herman Benjamin, amigo que, gentilmente, propiciou o nosso encontro com a representante do Pnuma no Brasil, Sr^a Cristina Montenegro de Cerqueira, a quem também manifesto nossos agradecimentos por ter viabilizado a vinda do Dr. Achim Steiner a esta Comissão.

Acredito que poucas vezes o Senado Federal teve a oportunidade de reunir pessoas tão destacadas e informadas para realizar um debate de alto nível sobre um tema tão estratégico para o futuro do Planeta. É exatamente disto que teremos que tratar: o futuro do planeta, o futuro das próximas gerações,

o futuro de nossos filhos, netos e daqueles que virão depois deles.

De fato, torna-se cada vez mais evidente que a economia baseada no carbono e na predação do capital natural, também chamada de economia marrom, é insustentável e vem entrando em colapso. Esse caráter insustentável não se refere apenas à área ambiental, mas também à área social e à própria racionalidade econômica de longo prazo.

A incorreta locação de recursos e investimentos típica da economia marrom vem esgotando recursos ambientais estratégicos, como a água doce, destruindo a biodiversidade e os ecossistemas, concentrando renda e riqueza, produzindo escassez de alimentos e inviabilizando desenvolvimento de longo prazo.

A rápida acumulação de riqueza, obtida frequentemente às custas da predação dos recursos naturais e da desigualdade social, é seguida por crises, que cada vez mais evidenciam o esgotamento do velho paradigma de produção e consumo.

A recente crise econômica e suas consequências geopolíticas no Oriente Médio demonstram que a transição para um novo padrão de produção e consumo, a chamada economia verde, não é apenas necessária; é emergencial.

No Brasil, já obtivemos alguns avanços relevantes a esse respeito.

Nossa matriz energética é a mais renovável entre as nações industrializadas. Com efeito, no Brasil, 46% de toda a energia consumida provém de fontes renováveis, ao passo que a média dos países desenvolvidos é de apenas 13%; e dos países em desenvolvimento, somente 6%. Ademais, cerca de 76% da energia elétrica consumida no País vêm de usinas hidrelétricas.

Estamos na vanguarda da produção de energia a partir das biomassas. Nosso etanol é o mais competitivo do mundo e nos permitiu criar programas exitosos para substituir a gasolina já a partir dos anos 80.

O potencial brasileiro de geração de energia solar é extraordinário, pois somos a maior nação tropical do Planeta.

Também temos imensas potencialidades na produção de energia eólica, especialmente no litoral do Nordeste e da Região Sul.

Saliente-se que o Brasil aproveitou, até agora, apenas cerca de 25% do seu potencial hidrelétrico. A nova tecnologia de fio d'água nos permitiria explorar esse potencial com impacto ambiental e social reduzido.

Também podemos duplicar nossa produção de etanol, ocupando áreas degradadas, sem comprometer a preservação dos biomas e a produção de alimentos.

Além disso, fizemos avanços importantes em nosso grande calcanhar de aquiles no campo ambiental: o desmatamento. Com efeito, graças a programas como o da Amazônia Sustentável, entre outros, o Brasil conseguiu reduzir o desmatamento de cerca de 27 mil km², em 2003, para 6.500 km², em meados de 2010.

Esses consideráveis avanços internos permitiram ao Brasil assumir compromissos internacionais importantes. Na COP 15, nosso País se comprometeu a reduzir o desmatamento na Amazônia em 80% e suas emissões de gases de efeito estufa em 38,9%, até 2020.

Tais compromissos, muito expressivos e perfeitamente factíveis, elevaram substancialmente o protagonismo internacional do Brasil na questão ambiental.

Temos ainda, e sabemos disso, grandes desafios. Precisamos, é claro, avançar mais na preservação dos biomas, especialmente o cerrado, que tem taxas de desmatamento extremamente elevadas, dispõe de enorme biodiversidade e é responsável pelo abastecimento de grande parte das águas da bacia do Paraná, do São Francisco e do Tocantins.

Devemos investir na aprovação de um Código Florestal equilibrado na reciclagem de resíduos, na eficiência energética e na despoluição das cidades.

Mas estamos no caminho certo.

Pois bem, considero que o Brasil tem de fazer prevalecer esse novo protagonismo na Rio+20. O Brasil não pode ser apenas o país anfitrião. Ele tem de ser também um país líder na articulações e debates relativos à implantação da economia verde, o grande tema da conferência.

A esse respeito, devo dizer que compartilho do otimismo do Sr. Achim Steiner e do Pnuma, com o potencial de economia verde no mundo.

De fato, a economia verde pode concretizar o sonho da conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico com inclusão social. Ela torna possível o desenvolvimento sustentável e tende, assim, a conciliar os interesses dos países desenvolvidos e em desenvolvimento nos grandes debates ambientais.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de nossos ilustres convidados, com a certeza de que o Senado estará à altura de suas responsabilidades na construção de novos paradigmas para o desenvolvimento sustentável.

Quero informar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que o material de tradução simultânea já está disponível, como também já está no canal certo, que é o canal 6, apenas precisando modular o som.

Passo a palavra neste momento, com muita alegria, ao Dr. Achim Steiner.

O SR. ACHIM STEINER – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Ministro Herman Benjamin, Francisco Gaetani, Secretário-Executivo do Ministério, e meu amigo Luiz Figueiredo, que esperamos em alguns minutos.

É um grande prazer e também uma grande honra para as Nações Unidas e para mim pessoalmente estar aqui com vocês hoje, nesta reunião da Comissão.

Quero agradecer a confiança e o interesse pelo trabalho do Pnuma, das Nações Unidas, sobre o tema da economia verde e também a perspectiva sobre o futuro da economia brasileira em contexto de desenvolvimento sustentável, o trabalho sobre os temas da pobreza e também o desenvolvimento das instituições internacionais no contexto do desenvolvimento sustentável.

Se vocês me permitem, quero continuar em inglês, porque é um pouco mais fácil. Se precisam de tradução, está aqui. Senador Rollemberg,

(Texto a partir da tradução simultânea) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, como eu acabei de dizer, também é um privilégio pessoal para mim estar aqui com os senhores.

Eu comecei a minha vida no Rio Grande do Sul e os meus pais, na verdade, nunca pensariam que eu sentaria aqui, em Brasília, com os senhores e lhes falaria como um funcionário da ONU e também como um grande amigo e admirador das autoridades brasileiras dentro do seu próprio progresso econômico e dentro também da comunidade internacional.

O meu interesse em falar-lhes hoje está relacionado aos eventos que vocês irão liderar: em 2012, a Conferência de Desenvolvimento Sustentável, a RIO+20; bem como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Com relação ao desenvolvimento sustentável, a comunidade internacional, especificamente, fala aqui do potencial do Brasil. E, como o Brasil será o anfitrião dos dois eventos já mencionados, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o Brasil está em uma posição bastante privilegiada com relação a como lidar com esses dois eventos quando nós falamos em direcionar a transição para um desenvolvimento mais sustentável.

Nos últimos anos, nós já fizemos muitas parcerias com alguns anfitriões olímpicos e também com alguns anfitriões desses eventos esportivos, como a Copa, não somente porque essas cidades-sede se destacam dentro de uma responsabilidade social; mas a ideia de ser anfitriã desses eventos também está associada às oportunidades nas quais os países podem adotar novas abordagens e tecnologias. Nós também

oferecemos nossas parcerias, apoio e intercâmbio de experiências com o Brasil, por exemplo, com relação às Olimpíadas e à Copa do Mundo. Espero que, nos próximos meses, nós possamos nos reunir e nos juntar para fazermos esse trabalho de forma mais conjunta e compartilhar o progresso que vocês farão para alcançar essas novas tecnologias e abordagens quando vocês forem os anfitriões.

Bom, agora, eu vou falar a vocês sobre o que vai acontecer no Rio de Janeiro. O mundo está, cada vez mais, tomando um rumo de desenvolvimento que, se levarmos em consideração os próximos anos, estamos falando de pontos-chave em termos de escolhas, oportunidades e desafios que vamos enfrentar. Com relação aos próximos quarenta anos, nós teremos pelo menos mais 2 bilhões de pessoas no mundo. Com relação às últimas pesquisas feitas sobre os padrões de consumo, talvez nós iremos triplicar as nossas demandas de consumo, porque não somente vamos ter mais pessoas, mas também vamos ter um total de 9 bilhões de pessoas consumindo mais *per capita*. É quando vamos enfrentar vários riscos em relação à nossa segurança alimentar, vários riscos em relação à nossa segurança energética, e também vamos enfrentar as questões de estabilidade e de como prover empregos para esses jovens que vão entrar no mercado de trabalho e que ainda não conseguiram fazê-lo.

Também será o momento em que, na economia global, as iniquidades ainda vão estar crescendo em todo o mundo. Também a dimensão ambiental e social com relação à sustentabilidade da economia, na verdade, é chave neste momento. Nós podemos comemorar grandes taxas de PIB. Inclusive, deixe-me ressaltar que a agenda da sustentabilidade ambiental no século XXI não é uma agenda de antítese à economia. Na verdade, temos de continuar nutrindo pessoas e gerando empregos, mas o que se tornou um desafio fundamental para todos os países do mundo e, portanto, para todo cidadão é como podemos dissociar esse crescimento econômico de poluições e de efeitos nefastos que estamos criando. Nós somos, portanto, a primeira geração na história do desenvolvimento humano literalmente capaz de alterar os sistemas de apoio de vida no planeta.

Começou, então, com a depredação que vimos da camada de ozônio, que está influenciando todo o nosso ecossistema. Então, não existe nenhuma pergunta ou dúvida de que estamos alterando, de fato, a nossa infraestrutura de implementos, que vai continuar mudando o nosso clima. Nós também podemos influenciar os ciclos nutritivos primordiais dos nossos ecossistemas naturais. Nós estamos destruindo sistemas que apóiam nossa vida e que são primordiais. Cinquenta

por cento dessa estrutura já tem sido depredada nos últimos cinquenta anos. Na verdade, isso não é tão surpreendente, porque faz somente 250 anos que nós incrementamos o número de pessoas de forma extraordinária. Obviamente que nosso padrão de consumo tornou-se um ponto desafiador para o mundo, de tal forma que ele possa continuar sustentando-o.

A questão é: quanto nós consumimos? Quanto nós poluímos *per capita* e quanto que isso, em termos cumulativos, pode criar problemas ou não. E temos, aqui, a questão da transição para uma economia mais verde. A idéia é fazermos isso de forma conjunta com relação aos três pilares: as perspectivas econômicas, sociais e ambientais. Através do desenvolvimento sustentável, a ideia seria difundir esses três pilares, mas o que acontece é que, depois desses vinte anos da conferência Rio92, na verdade nós continuamos com os velhos padrões ainda em voga.

Então, acredito que um dos desafios chave que nós gostaríamos de ver aqui tratados no encontro Rio+20 é como nós, de fato, poderemos colocar isso em prática. A noção que nós podemos incrementar a economia no paradigma corrente e, portanto, com custo enorme tendo como base os recursos naturais, na verdade, não é tangível mais. Portanto, o encontro Rio+20 é uma oportunidade chave para considerarmos todo o conhecimento que temos e começarmos a pensar em um paradigma novo de economia que possa nos mudar rumo ao conceito de economia verde. Uma seria a questão da eficiência dos recursos. Não existe nenhuma razão pela qual os pescados mundiais continuem a operar num modelo das regras de mercado, onde 60% daquilo que é pego nas redes, na verdade, é devolvido ao mar, mesmo que os pescados estejam mortos.

Estamos falando, então, de como vamos alimentar esses 9 bilhões de pessoas que teremos. Nós vamos ter quase 40% do que gastamos em termos de dinheiro, de química e transporte, com vamos fazer? Na verdade, temos de nos conscientizar do muito que nós desperdiçamos de tudo isso, e isso faz parte da cultura de consumo em países industrializados. Um terço da comida, para que vocês saibam, vai diretamente para as lixeiras.

Então, temos aí o desafio da segurança alimentar. Temos também o colapso dos pescados nos oceanos. Então, a eficiência de recursos é um pilar. Temos de ver como podemos colocar tudo isso com eficiência maior.

Outro ponto é a questão da poluição. Já alcançamos um ponto de 80 mil substâncias químicas, com uma economia de combustível fóssil, que produz emissões de gás de efeito estufa, a tal ponto que nós chegamos

à cifra de 400 mil partes e isso de fato irá alterar o ecossistema. Então, devemos dissociar o nosso crescimento econômico desse tipo de poluição.

Nós já tivemos alguns sucessos. Por exemplo, o Protocolo de Montreal, que tentou reduzir essas emissões no seu curso, no ano passado. Também reduzimos o consumo de petróleo. Estamos alcançando algum sucesso, mas em uma velocidade bastante baixa. Então, a ideia é observar o crescimento econômico com menos poluição e também a dissociação de dois pontos que possam depredar todo o sistema social, econômico e ambiental.

Se nós virmos a economia do Brasil hoje, temos aqui duas perspectivas: uma, o Brasil ainda é um país em desenvolvimento, ainda tem muitos pobres, e sua prioridade então deve focar o crescimento econômico de fato. Sim, de fato. Mas o Brasil – e esta é outra perspectiva – de fato já está trabalhando na transição rumo a uma economia de mais desenvolvimento. Talvez ainda não tenha alcançado uma transição completa. E, como já falamos hoje de manhã com alguns colegas de alguns ministérios, ainda não se chegou a uma estratégia plena e completa com relação a essa transição para o desenvolvimento sustentável. Mas, se olharmos alguns indicadores em termos da economia brasileira hoje, como, por exemplo, a energia renovável, veremos que quase 46% vêm dessa energia renovável.

As legislações que promovem práticas mais sustentáveis com relação à reciclagem – e aí me refiro aos plásticos, enfim, e a outros produtos – são algumas ilustrações de quando falamos de transições rumo a uma economia mais verde. Não estamos falando de uma economia alternativa ou de uma ideologia alternativa. Não, estamos falando de uma economia que pode servir [*Inaudível*] em um país. A ideia é: como podemos continuar a crescer não produzindo poluição ou impactos nefastos? Na verdade, o Brasil já está nessa trilha há algum tempo. Você, como brasileiro, valoriza o futuro do seu desenvolvimento econômico se fosse de fato considerar o valor dos seus recursos naturais em trinta anos? Por exemplo, será que o valor do Cerrado, do Pantanal, da Amazônia, da forma como é capturado hoje dentro da economia brasileira, será que está realmente sendo considerado em termos de suas funções reais daqui a trinta anos? Acredito que está sendo subestimado esse valor.

Então, esse é um dos nossos resultados quando temos a percepção do capital desses recursos. Muitas vezes, os valores desses recursos naturais nem mesmo existem dentro dos relatórios de contabilidade dos países. E, se eles não estão sendo valorizados... Filosoficamente falando até, nem têm valor, e, economicamente, teriam valor nulo.

Então, se estamos falando de políticas públicas que querem saber onde se deve investir dentro do Ministério de Finanças, por exemplo, nós teríamos de considerar essa alocação de capitais. Ou seja, essa é a maneira pela qual os países alocam seus melhores recursos nos últimos cem anos.

Então, o que temos visto nos últimos cem anos é que existe uma desconsideração desse capital natural. Então, quando vemos o desenvolvimento do Brasil com relação ao papel da infraestrutura natural, em conjunto com suas infraestruturas de transporte, de benefícios, na verdade existe um grande potencial na economia que pode valorizar essas infraestruturas naturais. Estamos falando aqui da biodiversidade de outros ecossistemas de forma distinta.

Com relação ao conceito de economia verde, que engloba desde os recursos naturais até a tecnologia, também seria interessante perceber que o Brasil, já hoje, de acordo com o trabalho que o [*Inaudível*] tem feito com outros institutos brasileiros. Pode-se ver que o Brasil já tem avançado nesse sentido.

Então, na verdade, seria equivalente a... O Brasil tem gerado empregos verdes, digamos, tanto quanto empregos tradicionais. Então, se nós sairmos um pouco da noção tradicional de voltar àquela infraestrutura rural... Na verdade, não estou falando desses clichês. Se enfocarmos aqui mais claramente no futuro da economia brasileira, acredito que teremos argumentos chave que dizem que, na verdade, o Brasil deve fazer investimentos naturais. Por exemplo, a defesa da Amazônia depende de outros ecossistemas que podem de fato fazer retornar esse capital investido. Nosso trabalho agora mostra que não somente a transição já está acontecendo nos países em desenvolvimento.

Então, se verificarmos a questão da competição, é de interesse de países emergentes, como o Brasil, Índia, China, África do Sul, perceber os setores que vão determinar o modelo competitivo nos anos futuros. Nós já temos aí um cenário de redução de 30% de emissão de gás de efeito estufa. A China também já tem planos de redução desses gases dentro dessa nova concepção, traduzidos em objetivos bastante pontuais em termos de alocação de recursos de seu PIB nessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – Df) – Muito obrigado.

Quero agradecer ao dr. Achim Steiner, Subsecretário da ONU, diretor-executivo do Pnuma, por sua exposição. Quero pedir desculpas a todos que participam desta audiência, porque só foram disponibilizados 30 aparelhos de tradução, e a gente só foi perceber isso após o início da sessão.

E passo agora, então, a palavra ao Embaixador Luiz Figueiredo, diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, agradecendo muito. Já tinha agradecido na sua ausência e agora agradecendo a sua presença aqui, embaixador.

O SR. LUIZ FIGUEIREDO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores!

Senhoras e senhores, é um prazer e, de fato, uma grande honra para mim estar aqui. Eu quero saudar os meus colegas de Mesa, o meu amigo Achim Steiner, amigo de muitos anos e de muitas lutas juntos, Francisco Gaetani, do MMA, meu guru, o Ministro Benjamim, do STF – Não, ainda não. Do STJ. Perdão! Eu tenho grandes planos...

Mas eu queria, antes de mais nada, me desculpar pelo atraso que eu já tinha indicado que poderia acontecer, enfim, completamente fora do meu controle. Mas eu comentei muito baixinho aqui com o Achim Steiner

Que eu achei que ele tinha roubado o meu discurso, porque eu concordo com o teor da análise dele, eu concordo com a visão dele sobre a Rio+20, eu concordo com a maneira como nós países devemos nos comportar diante desses novos desafios.

Eu queria muito brevemente, Sr. Presidente, falar apenas um pouco sobre a Rio+20 e a importância desse tema para nós.

Todos sabem, como disse bem Achim Steiner, que a Rio 92 foi um marco na história do pensamento do desenvolvimento. Foi, pela primeira vez, intuído que não se pode ter um desenvolvimento que seja sustentável sem que haja uma sinergia entre economia, desenvolvimento social e a proteção ambiental. Apenas a ação conjunta desses três pilares levará ao desenvolvimento efetivamente sustentável, e sustentável de várias formas, inclusive ao longo do tempo. É importante que se tenha a noção de que a sustentabilidade não é apenas pelo uso adequado e pelo progresso harmônico, mas o progresso harmônico dos três pilares é o único que permitirá a sustentação do desenvolvimento ao longo do tempo.

Uma coisa que é fundamental nessa visão, uma frase que não é minha, mas que eu gosto de usar: “*A idade da pedra não acabou por falta de pedra, acabou, porque a humanidade se tornou mais eficaz, eficiente.*” A geração nossa, para ser mais eficiente e lidar com os desafios que nós temos hoje, tem que efetivamente, como disse Achim Steiner, tirar o meio ambiente de um gueto, ao menos mental, em que ele se encontra para muitas pessoas e incluí-lo nessa ação harmônica das três áreas.

A conferência do Rio não é, como já foi dito, uma conferência ambiental, é uma conferência de desen-

volvimento, é uma conferência de desenvolvimento da única maneira em que o desenvolvimento poderá ser eficaz. A nossa geração tem que dar um salto de eficiência e se desenvolver de uma forma harmônica e respeitosa e com as vistas não apenas no hoje, mas no amanhã.

Se nós olharmos os temas que ocuparão a Rio+20, que são “Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e o segundo tema, que é o da “Governança para o desenvolvimento sustentável”, esses temas estão no cerne desse salto que nós temos que dar, porque economia verde, como já foi amplamente explicado por Achim Steiner, é uma ferramenta que nos levará ao desenvolvimento sustentável através da

Que nos levará ao desenvolvimento sustentável, através da aplicação harmônica dos três pilares identificados em 1992, no Rio de Janeiro, mas que até hoje não fomos capazes, coletivamente, como países do mundo, de realizar essa integração.

A Rio+20 vai ser uma oportunidade de, finalmente, realizar a promessa do desenvolvimento sustentável.

É muito curioso como muitas vezes há um lapso importante de tempo entre os governos se darem conta de um problema e conseguir transmiti-lo à opinião pública. Vou dar um exemplo:

Em 1992, assinamos a Convenção do Clima. Já dizíamos, naquela época, que a mudança do clima era um problema gravíssimo e que os países tinham que atuar, mas foi apenas em 2009, quase 20 anos mais tarde, que a opinião pública se deu conta de como era grave o problema, coisa que os países já sabiam, que os governos já sabiam, mas que não souberam levar à opinião pública.

O mesmo ocorre com o desenvolvimento sustentável. Desde 1992, é muito claro que não há outra forma de desenvolvimento que seja racional, que seja eficaz.

Queremos ver se em 2012 vamos, finalmente, fazer com que todos entendam e vamos trabalhar para que isso funcione. Como? Aí passo para o segundo tema da conferência, que é o da governança para o desenvolvimento Sustentável.

Enquanto não fizermos uma reforma profunda na governança internacional e, quem sabe, na governança interna dos países, não vamos ter o funcionamento harmônico dos três pilares do desenvolvimento sustentável.

É muito interessante, como disse Achim Steiner, há uma série de medos, uma série de idéias preconcebidas sobre riscos de embarcarmos numa economia verde. Onde alguns vêm riscos, vemos oportunidades,

vemos uma forma de finalmente chegarmos à sustentabilidade no desenvolvimento.

É muito curioso, hoje o Brasil se encontra numa ocasião ímpar para sediar uma conferência como essa. Se levarmos em conta que os países mais desenvolvidos investiram muito no desenvolvimento econômico, já têm um patamar bastante alto de desenvolvimento econômico; investiram muito no social e, portanto, já têm um patamar muito alto também nessa área; mas, para isso, acabaram com seus recursos de uma forma dramática e hoje se preocupam muito mais em dar ênfase ao meio ambiente, dão muito mais ênfase a essa área, até porque as outras duas estão razoavelmente encaminhadas. O nível de bem-estar de um cidadão de um país desenvolvido é de tal monta que ele não tem que se preocupar tanto assim com o social e o econômico, mas ele está muito ligado ao ambiental

Nos países em desenvolvimento, é exatamente o oposto: há um déficit muito grande na área social e econômica e, portanto, uma preocupação muito maior com essas duas áreas e muito menor com a área ambiental. O Brasil se encontra numa posição muito feliz hoje em dia, em que fizemos progressos enormes no econômico, no social e no ambiental. Temos uma condição ímpar de realizar uma conferência como essa e, como eu disse, de liderar um processo de restaurar os valores que, de uma certa forma, estão sendo esquecidos porque, como ele disse, o momento internacional não é o melhor.

Temos que nos focar nesse ponto que foi ressaltado no final por Achim Steiner. A Rio+20 vai ser uma ocasião de restaurar, revigorar a promessa de 1992. Vamos olhar para trás, para os últimos 20 anos, não no espírito de apontar culpados, mas sim no espírito de aprender com os erros e com o que deu certo. Vamos, portanto, olhar para os últimos 20 anos, mas vamos olhar, principalmente, para os próximos 20 anos. O que queremos para os próximos 20 anos. Quando se fala Rio+20, há essa dupla visão: Rio 1992 + 20, mas também Rio 2012 + 20. E essa visão tem que nos animar, especialmente no Brasil, como país sede, porque, em 1992, organizamos talvez a maior e melhor conferência da história. É, portanto, nossa obrigação de, em 2012, realizarmos uma estupenda conferência, tanto do ponto de vista substantivo, quanto do ponto de vista de organização. Como eu e Achim Steiner dissemos, o momento internacional não é o melhor. Há grandes embates em várias áreas, como o clima e também em outras áreas – como a pesca, que foi mencionada –, mas isso não deve nos afastar de uma visão clara do que queremos. O que queremos, para os próximos 20 anos? Esta é a visão que deve nos animar e, sem dúvida, esta Casa, a comissão que V. Ex^a preside, terá

um papel fundamental de pensar o que queremos para os próximos 20 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, embaixador Luiz Figueiredo, a sua presença e a sua exposição, abrilhantando aqui os nossos trabalhos.

Com muita alegria, registro que a Ministra Isabela manifestou o seu desejo de participar pessoalmente desta reunião, mas foi convocada pela Presidente Dilma para uma reunião que a impossibilitou de estar presente. Mas é também com muita alegria que temos a presença do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Francisco Gaetani, a quem tenho a honra de passar a palavra.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Bom dia a todos e todas, com muita satisfação estou aqui representando a Ministra Isabela Teixeira, nesta Casa.

Em primeiro lugar, saúdo meus companheiros de mesa, nosso convidado ilustre Dr. Steiner, Embaixador Figueiredo, Mr. Benjamim, nosso anfitrião, Senador Rollemberg. Esta Casa é particularmente importante para a política ambiental. Hoje, quase todas as políticas públicas são intergovernamentais e envolvem as três dimensões de governo, da Federação. E o Senado é, por excelência, a Casa da Federação. E, hoje, a política ambiental no País depende fundamentalmente da construção de um federalismo cooperativo, em que os distintos níveis de governo desempenhem suas funções de forma sinérgica, de forma compartilhada.

Eu queria, em nome da Ministra Isabela, dizer, em primeiro lugar, que é com muita satisfação que nós hoje estamos nos relacionando com o Legislativo, com o Judiciário, com o Ministério Público em patamares diferentes. Em que sentido? Estamos procurando manter um diálogo permanente com todas as áreas de governo e demais poderes para que a questão ambiental seja entendida, seja compreendida e seja assumida não como um problema e um desafio do Ministério do Meio Ambiente, mas como um desafio de toda a sociedade brasileira, de todas as esferas governamentais, de todas as instâncias de governo.

O Brasil é hoje uma potência ambiental mundial, reconhecida, cada vez mais, pelos países desenvolvidos, pelos países em desenvolvimento, pelos países pobres, como um país diferenciado, um país que, em várias áreas, é único. Se observarmos o Brasil em termos de biodiversidade, apenas a Indonésia e o Congo possuem um patrimônio, em termos de biodiversidade, comparável ao do Brasil. Em termos de floresta, juntamente com Rússia, Canadá e Indonésia, somos os maiores detentores de floresta do mundo. Em termos de água, somos o primeiro país em termos de reserva

de águas fluviais do mundo. Em termos de mudança climática, somos o país cujo potencial transformador na parte de mecanismo de carbono limpo é único. Em termos de matriz energética, temos matriz diversificada, limpa e que tem um potencial de crescimento diferenciado em relação aos demais Brics e países desenvolvidos. Isso nos torna especiais em várias dimensões.

Esse fato de sermos especiais vem, ou melhor, acarreta uma série de responsabilidades. Estamos diante de uma oportunidade histórica para o País. Vamos ter, em cascata, três eventos de repercussão mundial, todos com profundas implicações em relação à problemática ambiental. O Embaixador Figueiredo lembrou, com muita propriedade, o significado da Rio-92. Estaremos, na Rio+20, celebrando esses 20 anos. Mas, mais do que uma celebração e uma tomada de ponto, é também uma reflexão sobre o que aconteceu nesses vinte anos e para onde caminharemos nos próximos 20 anos. Temos o desafio da Copa do Mundo e temos o desafio de promover uma copa verde, ambientalmente correta, uma copa que seja uma oportunidade de o País ser campeão do mundo em futebol, naturalmente, mas também de desenvolver tecnologia, alavancar investimentos e de mostrar ao mundo que somos capazes em termos de transformação das nossas realidades urbanas, das nossas realidades metropolitanas, em termos de transporte coletivo, investimento em infraestrutura.

Temos, finalmente, as Olimpíadas do Rio em 2016. Essa sequência de eventos coloca o País, em termos de cenário internacional, em uma vitrine sem padrão de comparação. Vivemos conjunturalmente uma crise internacional, uma crise financeira que afetou profundamente as grandes economias do mundo. Estamos observando simultaneamente a ascensão dos Brics e estamos vivendo em um mundo marcado por incertezas e indeterminações. Isso não é motivo, e não pode servir de alibi, para que o País não assuma suas responsabilidades em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à sua sustentabilidade à sua transformação em uma economia verde, ao seu caminho rumo ao Século XXI. Já estamos na segunda década do século e estamos, cada vez mais, nos posicionando em relação aos demais parceiros de uma forma distinta.

Na apresentação do Dr. Steiner, acho importante destacarmos alguns elementos que são chaves para a nossa realidade no País. Primeiro: superar as dicotomias envolvem percepções como desenvolvimento e ecologia são uma posição.

(...) Superar essas dicotomias envolve percepções em que desenvolvimento e ecologia, meio ambiente,

são uma oposição. Não existe mais essa oposição. O único desenvolvimento possível é o desenvolvimento verde, é o desenvolvimento sustentável. As outras opções são, em médio e longo prazos, insustentáveis e são exemplos de crescimentos predatórios que destroem as economias e destroem, em médio e longo prazos, o futuro.

A segunda dicotomia: a questão da inclusão. Não existe oposição entre preocupação com meio ambiente e inclusão social, porque não existe meio ambiente que se sustente com base em *apartheid*.

Esses dois pontos, que perpassam, ainda em muitos casos, o debate nacional, precisam ser definitivamente superados e deixados para trás. Não porque não encontrem ressonância nas discussões ou na opinião pública, mas porque eles trazem uma profunda perda de tempo, um dreno de energia em relação às nossas prioridades.

Hoje nós vivemos, no ambiente do Governo, o desafio de integrar as prioridades, que são: crescimento, integração social, incorporação de camadas mais pobres da sociedade ao consumo e à produção, desenvolvimento sustentável e alavancagem da infraestrutura que o País precisa para manter um crescimento sustentável.

Os três pilares mencionados da Rio-92, no Brasil, se misturam e se entrelaçam de forma irreversível. Agora, para que essa irreversibilidade se revele sustentável, nós precisamos também aproveitar as oportunidades que a transformação das economias do mundo em economias verdes nos proporcionam.

Nós estamos vivendo um *boom* do mercado ambiental hoje. E por quê? Praticamente há o desafio de conversão de todo o parque industrial, de toda a agricultura, de toda a infraestrutura, de todos os investimentos em gastos sociais. Então, nós estamos vivendo, através da ascensão da economia verde, oportunidades de mercado únicas, oportunidades para as quais o Brasil se encontra particularmente bem posicionado.

Estamos vivendo oportunidades de inovação excepcionais. O Governo está lançando, nas próximas semanas, a política industrial, incorporando a política de inovação, e uma das prioridades dessa política são as inovações verdes.

O Ministério do Meio Ambiente vai coordenar o Grupo de Produção Sustentável justamente porque há o entendimento de que, do ponto de vista dos fatores econômicos do País, a área ambiental não se situa à margem das discussões sobre crescimento econômico, mas, pelo contrário, está no DNA dessa política industrial.

A discussão sobre energia.

Nós todos estamos vivendo uma situação energética que chama a atenção de todos. Nós temos o problema nuclear, temos a questão do petróleo, temos as questões relacionadas à energia solar. O Brasil não só tem uma matriz energética particularmente diversificada como possui opções de utilização de combustíveis fósseis e renováveis de uma forma diferenciada em relação aos demais países. Isso nos torna cada vez mais responsáveis por um equilíbrio, uma calibragem que é particularmente excepcional para o País; porém, precisamos tomar partido dessas oportunidades.

Finalmente, a economia verde nos traz oportunidades de uma explosão do mercado de trabalho. Falar isso no Brasil, hoje, é até uma ironia, porque eu, pelo menos, desde que me formei há mais de trinta anos, nunca vivi o pleno emprego. Hoje, o País vive uma realidade de pleno emprego, uma realidade de gargalos de mão de obra, gargalos que fazem com que os países desenvolvidos nos olhem com uma inveja e com uma admiração muito grades. Todavia, a verdade é que, hoje, nós precisamos trabalhar para que haja expansão de empregos relacionados à conversão para a economia verde.

No documento elaborado pelo Pnuma, que é um documento importante que todos tenham acesso – está disponível na Internet –, traz diretrizes globais para múltiplas audiências. Ali são listados dez setores que, se trabalhados adequadamente, proporcionarão ao País uma conversão mais rápida rumo à economia verde. Esses setores são: construção civil, energia, transportes, agricultura, turismo, água, indústria, silvicultura e manejo de resíduos sólidos. Quanto a este último, por sinal, estamos vivendo uma oportunidade única no País na medida em que implementamos a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a logística reversa, de modo que hoje o setor produtivo já está liderando o processo de conversão industrial do País rumo à economia verde.

Essas realidades mostram que o País pode dar exemplo, diferenciando-se do ponto de vista de competitividade e do ponto de vista de liderança internacional na área ambiental, diferenciando-se em termos de uma parceria do setor público com o setor privado e com o terceiro setor, rumo a um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O desafio do Brasil, hoje, é fundamentalmente o de liderar pelo exemplo.

O Embaixador Figueiredo disse, com muita propriedade, como estamos nos posicionando hoje no cenário internacional e como somos percebidos nesse cenário.

O Dr. Steiner mostrou, na sua fala, as expectativas que existem em relação ao País, em relação a Rio+20. Essas expectativas são um convite à nossa reflexão,

reflexão essa que envolve o Governo, o Legislativo, o Judiciário, a sociedade. Não só não nos devemos furtar a essa reflexão, como também temos a obrigação de aproveitá-la. Diante de nós, está uma oportunidade histórica, e o custo da inação será imperdoável.

Termino aqui, trazendo da parte da Ministra Iza-bella Teixeira uma saudação a todos, dizendo que consideramos todos parceiros nesse processo e convidando todos a se juntarem ao Ministério do Meio Ambiente nesse esforço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que lhe agradecemos, Secretário, a participação do Ministério do Meio Ambiente nesta audiência pública. Teremos a oportunidade de participar de outras audiências públicas sobre outros temas de interesse comum.

Agora, passo a palavra ao Ministro Herman Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Sr. Presidente, hoje, estou aqui para ouvir os nossos convidados e, especialmente, os eminentes Senadores. Agradeço-lhe muito a oportunidade, mas penso que o tempo é precioso. Seria importante ouvir os eminentes Senadores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu lhe agradeço, Ministro Herman Benjamin, mais uma vez, a intervenção de V. Ex^a, permitindo, propiciando a vinda do Dr. Achim Steiner a esta Comissão.

Então, vou abrir a palavra aos Senadores, para fazerem os questionamentos. Vamos sugerir o tempo de três minutos. Se é pouco, sugiro, então, o tempo de cinco minutos para cada Senador. Faremos um conjunto de três a cinco perguntas. Em seguida, passaremos a palavra ao Subsecretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Dr. Achim Steiner, ao Embaixador Luiz Figueiredo, a quem as perguntas forem dirigidas.

Tenho três perguntas a fazer, mas, primeiro, vou ouvir alguns dos Srs. Senadores. Em seguida, faço minhas perguntas.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, senhores convidados, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, quero dizer da minha satisfação por conta da realização deste debate. É um processo rico até a realização da Rio+20. A própria Rio+20 não deixa de ser um processo. O Embaixador Luiz Figueiredo já falou que esse processo tem mais de vinte anos. Estamos falando de quarenta anos. Mas é um processo muito emblemático para o mundo e para o Brasil. Evidentemente, não posso perder a esperança de valori-

zar esse evento. Aí já quero entrar um pouco no mérito desse processo importante não só para o Brasil, mas também para a humanidade, para o planeta.

Na Rio+20, quero chamar a atenção para o papel da ONU. Sem entrar na questão mais geral do papel da ONU, quero dizer que a ONU tem de se reafirmar nesse evento. Não pode ser somente a Rio+20. A ONU tem de se fazer presente, com proposituras, exercendo um papel importante na liderança, não só reconhecendo avanços. A ONU precisa reafirmar nesse evento compromissos com a humanidade, compromissos com a questão ambiental.

Mas, no mérito, mais no fundo, acho que existe um acúmulo sobre energia, mas nós precisamos tocar nessa questão da produção, nós precisamos enfrentar a questão da agricultura e não só da agricultura industrializada, nós precisamos valorizar as agriculturas com os biomas, mas a agricultura pequena que possa valorizar a vida.

É uma vergonha nós realizarmos esse evento sem tocarmos nessa vergonha que é um bilhão de pessoas passando fome! Então, nós precisamos discutir economia verde, mas mostrar essas feridas. Não podemos nos reunir sem discutir esses novos paradigmas, constatações que...discutir economia verde e olhando os Estados Unidos com mais de 50% de sua população obesa?! Olhar o Brasil, que já está caminhando para uma população obesa?! Que economia é essa?!

Um país obeso, um bilhão de pessoas passando fome e quem ganha mesmo com a agricultura?!

Eu quero chamar a atenção da ONU para isso. Isso é grave! Então, nesse debate, Sr. Presidente, nós precisamos destacar os eventos positivos, mas nós não pode deixar de tocar nessas questões. Como é que a França, a Europa trabalham o que os países produzem, qual o tratamento que dá ao Brasil?

Agora mesmo, os africanos chegando lá e a França...ela é capaz de bombardear a Líbia, mas não é capaz de aceitar os refugiados da Tunísia e da Líbia. Então, a ONU precisa critica isso com veemência, com firmeza. A ONU precisa construir parcerias no sentido de melhorar a qualidade de vida.

Nós estamos fazendo esse debate no contexto da discussão do Código Florestal! E como é que vamos tratar a água, os rios, os lagos? Diminuindo a APP? É este o grande debate: diminuindo?! E V. S^a falou aqui do número de produtos químicos hoje e APP é para isto, para manter a água limpa, garantir os rios. Que agricultura é essa cheia de produtos químicos?!

Então, a agricultura verde é importante, mas é importante nesse evento. E a esta é a pergunta: com é que a sociedade civil vai participar da Rio+20? É preciso que a sociedade civil e principalmente os pequenos

proprietários, os índios, as populações tradicionais. Nós podemos aprofundar essa experiência brasileira, nós temos dois ministérios: um que cuida dos grandes negócios, da exportação e um, da economia familiar. Mas a economia verde tem um princípio: nós temos que cuidar da vida, do ser humano.

Os Estados Unidos ficam empurrando esses sanduíches para o mundo todo, sem respeitar culturas... meu Deus! A ONU precisa puxar uma discussão no sentido de valorizar a vida, os saberes populares e uma economia solidária para nós garantirmos o Planeta Terra e os seres humanos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Com a palavra, agora, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente; Srs. e Sras Senadores; Sr. Steiner; Ministro Benjamin; Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani,

Embaixador Luiz Figueiredo, agradecer a presença de todos aqui e de comentar de uma forma muito clara que quando esse tema do meio-ambiente entrou na pauta da discussão do debate internacional, sem dúvida nenhuma, o Brasil apareceu no primeiro instante como um vilão da questão ambiental. Ouvi do senhor, com muita satisfação, a comprovação de que isso mudou. O Brasil não é o vilão e passou a ter um papel importante de liderança nesse tema. Acho que é fundamental essa consciência que o mundo está tomando e também, paralelamente o Brasil está assumindo, quer seja em termos de governo, de parlamento e de sociedade. Considero isso como algo muito positivo até porque não posso deixar de registrar a iniciativa do então Presidente, na época, Collor da iniciativa do Rio 92 e agora, também iniciativa dele, O Rio mais 20, onde passamos a assumir de forma pública internacionalmente que queremos liderar esse processo dando a nossa contribuição. Há uma participação efetiva do Parlamento brasileiro, nisso. Para o senhor ter uma ideia, além dessa Comissão do Meio Ambiente, além da Subcomissão criada não só na de Relações Exteriores, mas também do acompanhamento do Rio mais 20, há uma Subcomissão do Congresso brasileiro de mudanças climáticas. No ano passado, tivemos a aprovação da questão da política de resíduo sólido no Brasil, depois de 20 anos de debate, mas é uma política moderna, atual, com compromissos futuro. Também estamos avançando, e muito, não só na questão de aproveitar as nossas riquezas naturais com relação à questão de geração de energia limpa, hidráulica, eólica. Tenho certeza de que o Governo agora vai avançar na

questão da energia fotovoltaica, até porque começa a assumir custos que, sem dúvida nenhuma, vão permitir a geração, pois o Brasil tem um potencial muito grande na geração dessa energia, e também com a vontade política de gerar energia limpa. Então considero que o Brasil vai ter um papel importante e fundamental. Tenho a honra de ser o Presidente da Globo Internacional, mas no caso a Globo e Brasil. Para o senhor ter uma ideia temos 4 Senadores que fazem parte, aqui presente nós temos 3: o Presidente desta Comissão, Senador Rollemberg, Senador Ciro Nogueira e a Senadora Vanessa, além de Deputados Federais. A Globo Internacional teve uma preocupação muito grande porque da mesma forma que o Senador João Pedro disse que é fundamental a participação da sociedade civil, é também preponderante a participação dos legisladores internacionais e, em particular, do Brasil. Estamos trabalhando nisso há bastante tempo e a Globo Internacional, com o nosso apoio, assumiu a responsabilidade de fazer um encontro internacional, a partir de 25 de maio de 2012, uma semana antecedendo o Rio mais 20, exatamente para que haja, através dos representantes dos parlamentos, dos congressos, das câmaras, das lideranças desse tema em várias países nós nos encontrarmos no Rio para sairmos com a experiência de cada legislador devidamente amadurecida e compartilhada pelos demais e consequentemente com o fruto que nós vamos vivenciar a ser tirado do Rio mais 20, do encontro a ONU está fazendo, podermos, em nossos países, darmos a nossa contribuição não só de fiscalização, mas também de propor...

Darmos a nossa contribuição de não somente fiscalização, mas de propostas para que haja uma consolidação da legislação em cada país. Então, acho que é uma oportunidade muito importante. Queremos, inclusive, através da Globo e a cada dois anos fazer uma revisão para ver se está sendo cumprido aquilo que foi estabelecido pelo Rio+20 e, consequentemente, darmos a nossa contribuição. Acho que é um momento importante, fundamental, e quero aproveitar para agradecer ao senhor pelo apoio que já vêm dando à Globo Internacional. Um exemplo disso foi o estudo que a Pnuma nos deu em Nagoya, na Comissão Globo e Uso da Terra, em que foi co-presidido pelo nosso ex-Presidente desta Comissão, o Senador Casagrande, que hoje é governador de um Estado aqui do Brasil. E que os resultados estão bastante **desanimadores(?)**, tanto é que será apresentado no próximo mês, em Londres, e teremos a representação na Globo Brasil do Senador Rollemberg e da Senadora Vanessa, para que seja discutida a iniciativa florestal. Então, estamos devidamente integrados; e dizer que ao término desta reunião terei a honra de passar também ao senhor o

lançamento do primeiro estudo de legislação da Globo Internacional Sobre o Clima, que hoje mesmo o nosso Presidente internacional da Globo estará entregando em Bruxelas. O senhor vai receber aqui, das mãos dos senadores que compõem a Globo Brasil, essa primeira versão com a confiança e renovação, que dessa forma estaremos contribuindo para esse objetivo que, tenho certeza, é o objetivo de todos nós para um mundo melhor, com qualidade de vida e respeito ao cidadão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Com a palavra, agora, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, cumprimento os nossos convidados para esta audiência pública. Sejam bem-vindos a nossa Casa. Cumprimento também as senhoras e senhores senadores aqui presentes.

Eu entendo que a questão de uma economia mais verde é muito maior que simplesmente limitarmos às questões agrícolas, por exemplo, que é o que vêm à cabeça das pessoas num primeiro momento. Eu falo economia mais verde: não pode mais derrubar, não pode mais plantar, tem que cuidar disso e cuidar daquilo.

Mas, para mim as coisas são muito mais complexas e maiores que isso; elas vão desde os procedimentos dentro das nossas casas, as relações que temos com os nossos vizinhos. Se cada um não se preocupar em fazer um pouco daquilo que deve ser feito... não adianta somente a ONU, o Brasil ou alguém puxar alguma coisa, porque assim não iremos conseguir. Então, basicamente, a questão da economia verde é uma questão de consciência e convencimento de que algo precisa ser feito de diferente. E parece-me que nós estamos conseguindo avançar bastante nos últimos anos nessa direção. Eu tenho uma neta de 6 anos e vejo que ela pensa muito diferente do que eu quando tinha 6 anos, 15, 20 ou 30 anos. A consciência deles é bem diferente e às vezes a gente até se preocupa um pouco se o fechamento não será demais e não trancará o desenvolvimento do país e do mundo mais à frente. Mas isso é uma questão para se ver mais à frente.

A verdade é que, quando as coisas estão desarrumadas, precisa dar um freio de arrumação para depois colocar em marcha e ver como as coisas vão começar a se desenvolver mais para a frente.

Mas eu queria deixar uma pergunta à Mesa, que é justamente na questão da alimentação, na questão de como é que nós vamos alimentar bilhões de pessoas pela frente, porque não cabe no mesmo espaço, sem um terceiro elemento, a preservação e o aumento de

produção. Nós temos um limite entre o conhecimento da ciência, hoje, no aumento da produtividade, sem que a gente lance mão da conversão de novas áreas para a produção de alimentos. Esse é um grande ponto de interrogação. É claro que poucos países têm estoques de terras agricultáveis como o nosso, e poucos países têm esse capital.

Não me parece que a sociedade vai querer trocar conversão para produção, pura e simplesmente, de alimentos por biodiversidade. Parece-me que esse ponto já foi discutido, e a questão da biodiversidade sobrepõe-se à questão do aumento de produção.

Bom, eu disse que há um terceiro elemento. Ele existe, é a biotecnologia, é a transgenia, que é um avanço da ciência. Mas também esse ponto é um ponto no qual muita gente se opõe a ele.

Então, a pergunta que desejo deixar para a Mesa é exatamente como a gente vai lidar com estes três elementos: preservação, aumento de produção e a ciência? Esta, precisa estar à disposição para que a gente possa aumentar a produtividade e a produção sem a conversão de novas áreas.

E a pergunta específica mesmo é esta: como é que a ONU, como é que a Rio+20, como é que vamos introduzir esta questão da transgenia, da biotecnologia? E deixar claro para a sociedade e para a humanidade que um dos caminhos que temos para fazer a conservação do meio ambiente, ou preservar aquilo que temos hoje, é abrir um outro caminho por meio da ciência. Eu gostaria de entender se nós vamos ter esse posicionamento claro da ONU, porque me parece que é um ponto em que vamos dizer: olha, nós não precisamos mais de abertura, nós podemos produzir o que está aí, mas o que está aí colocado tem deficiências hídricas, nós precisamos de plantas que sejam mais resistentes ao *stress* hídrico, portanto, precisamos da transgenia.

Então, esse é o ponto que quero deixar como pergunta à Mesa para ser respondido depois. E parabéns pelas explicações de cada um aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, para a audiência pública desta manhã, o ideal seria que a gente tivesse as demais atividades do Senado paralisadas por completo para que todos os Senadores se fizessem presentes para assistirem a reflexão que está sendo feita neste momento.

Portanto, recomendo que esta Comissão de Meio Ambiente faça o maior esforço possível para que o conteúdo desta audiência chegue a todos os Senado-

res, a fim de que a gente possa debater os assuntos que dizem respeito à sustentabilidade do Brasil e do Planeta, à luz da reflexão que está sendo feita aqui hoje sobre economia verde, que introduz esse debate sobre o Rio+20.

Então, faço um agradecimento especial ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Achim Steiner; ao Embaixador Luiz Figueiredo; ao Sr. Ministro Herman Benjamin; e ao Secretário-Executivo do Meio Ambiente, Sr. Francisco Gaetani, com quem a gente já teve reuniões muito produtivas para discutir questões relacionadas à produção e sustentabilidade, e ao exemplo que a gente tem de, cada vez mais, reforçar no sentido de que o Brasil seja exemplar no Planeta em relação a sua contribuição.

O que temos de discussão, proposta pelo Sr. Achim Steiner, no que diz respeito à economia verde é um desafio tremendo para nós, no Brasil, que estamos às vésperas de decidir sobre o novo Código Florestal, sobre os caminhos que a gente vai utilizar para definir a utilização sustentável do solo brasileiro, das florestas brasileiras e também a utilização correta e adequada de cada um dos nossos biomas.

Preocupa-me muito quando a gente reflete sobre os pilares que devem nortear essa economia verde, que são o pilar econômico, o pilar social e o pilar ambiental e, ao mesmo tempo, nos faltam os outros três pilares, que são: o pilar da política, o pilar da cultura e o pilar da ética. Por que digo pilar da ética, nesse momento, com tanta ênfase? Porque, as vezes, falta ética no debate. As pessoas dizem: Ah, se a gente não desmatar, a gente não produz alimentos. Mas eu acho que isso é um pouco falta de ética, porque nós estamos discutindo sobre o desafio de como produzir mais poluindo menos, como produzir mais impactando o mínimo possível ao meio ambiente. Nós temos cabeças pensantes no mundo que estão apresentando alternativas excepcionais. E aqui, no Brasil, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Embrapa e outros organismos têm trazido contribuições excepcionais no sentido de que nós podemos, sim, contribuir para o combate à miséria e à fome, ajudar cada vez mais na alimentação do Brasil e do Planeta, poluindo cada vez menos. E esse é o grande desafio que vai estar em pauta na Rio+20.

Por último, eu acho que esses três eventos vitrines que teremos no Brasil, que são três eventos que vão mostrar o Brasil fortemente para o Planeta, que são a Rio+20, em 2012; a Copa, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. São eventos que têm que mostrar o Brasil e os esforços que o Brasil está fazendo como contribuição para a sustentabilidade do Planeta. E aí

nos preocupa muito a maneira como vamos conduzir essa pauta daqui para lá.

Eu pelo menos acho extremamente preocupante se chegarmos a 2002 com o Código Florestal aprovado e sendo um péssimo exemplo de preocupação com a sustentabilidade do Planeta. Então, nesse sentido, a mensagem trazida aqui pelo Sr. Achim Steiner e por todos os componentes desta Mesa é no sentido de que, Srs. Senadores, preocupem-se, prestem muita atenção no que vão aprovar, porque, se não, estarão dando um atestado, não de preocupação com a sustentabilidade do Planeta, mas com o discurso fácil, às vezes culturalmente pequeno, no sentido de contrapor a produção de alimentos à questão da sustentabilidade, quando o grande desafio posto é aumentarmos a produção de alimentos com sustentabilidade.

Nesse sentido, Sr. Achim, nós podemos dizer que o Brasil, neste momento, está discutindo fortemente uma questão que tinha sido discutida muito pouco no passado, que é a questão da piscicultura. Nós queremos contribuir, sim, com a deficiência de pescado dos mares a partir da produção de peixe em água doce altamente sustentável, com uma política de piscicultura que a nossa Ministra da Pesca, Ideli Salvatti, está encampando, com toda a força, e está contando com todo o apoio da Presidente Dilma. E nós queremos levar essa contribuição fortemente para a Amazônia, o Estado do Acre e demais Estados da Amazônia, no sentido de que nós temos, sim, possibilidade de usar o nosso grande potencial de água doce para produzir pescados, para contribuir com as nossas deficiências planetárias, sem agredir o meio ambiente e de maneira a contribuir fortemente com os desafios postos para a Rio+20, em 2012.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz. Cumprimento V. Ex^a por sua intervenção.

Quero registrar, com muita alegria, a presença entre nós do Deputado Federal Antonio Carlos Valadares Filho, do PSB de Sergipe, como também a presença do chefe de gabinete da Ministra Izabella, do Meio Ambiente, o Luizão.

Passo, neste momento, a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a minha pergunta vai ser bem simples.

Nós sabemos que, segundo aqueles evolucionistas e não criacionistas, o universo tem 12 bilhões de anos; a Terra, 6 bilhões de anos. A história começou a ser narrada, a ser contada há 6 mil anos.

Analisando a história, o homem deixou de ser nômade e se sedimentou no espaço na busca de alimentos desenvolvidos na agricultura, e aí surge a necessidade de nós pensarmos no futuro. O futuro é algo novo porque o homem, em determinado momento histórico, não pensava nele. Ele passou a pensar no futuro a partir do instante em que teve necessidade de juntar alimentos. Falar em meio ambiente é falar em futuro. Nós não vamos olhar para os 20 anos passados do Rio até hoje; nós vamos olhar, em 2012, os 20 anos para frente, pensar no futuro, que é algo recente.

Nessa história universal, nós buscamos sempre uma luta entre os

...buscamos sempre uma luta entre os bens, que são finitos, e as necessidades, que são infinitas. Daí surge a economia; estamos falando de uma economia verde, das possibilidades e das necessidades.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a, e revelando por honestidade intelectual a V. Ex^a que nós estamos num debate hoje, no Brasil, a respeito do papel da ciência, na possibilidade e necessidade, o papel da ciência em fazer com que os bens possam – a palavra bem no sentido de uma coisa que seja importante para a sobrevivência da humanidade. E a FAO possui relatórios dizendo que vamos precisar de alimentos daqui a 20 anos. Estamos falando de futuro. Então, qual é o papel da ciência na definição de possibilidade e de necessidade? Qual é o papel da ciência para definir bens, que são finitos e as necessidades, que são infinitas. Sempre lembrando que o futuro é algo recente, o futuro já foi daqui a 100 anos. O passado foi há 50 anos. Hoje, na chamada sociedade de risco, nós sabemos que o futuro é amanhã; o passado é hoje de manhã.

Então, eu gostaria de saber do senhor qual é a importância da ciência nessa definição?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques, eu quero fazer uma consulta ao Plenário. Estão inscritos ainda o Senador Ciro Nogueira e eu. Não tem mais ninguém inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Valadares agora. Isso foi uma provocação, ouviu Senador Valadares, para V. Ex^a se inscrever. (*Risos.*)

A minha sugestão é que ouçamos os oradores inscritos, somos apenas nós três; em seguida, a gente passa para os membros da Mesa.

Com a palavra, o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, serei rápido.

Apenas para saudar, primeiramente, os nossos convidados que honrosamente nos trazem suas explicações, e fazer três questionamentos ao Sr. Steiner.

O senhor, sempre que possível, menciona os riscos de protecionismo ambiental. Produtos mais sustentáveis podem ser vistos como ameaça por outras economias, e não alcançam o potencial internacional. Temos um exemplo claro no país que é o caso do etanol. Como o senhor pode imaginar uma participação maior de países em desenvolvimento na definição de *standards* em regulamentações internacionais? Qual seria o papel do Pnuma nessa questão? Como o Pnuma poderia apoiar o legislador brasileiro a identificar melhores práticas internacionais em termos de legislação ambiental?

O senhor cita, em sua fala, intervenções de baixo custo, como a capacitação institucional, fortalecimento do processo, etc. A nossa experiência é o contrário: o fortalecimento de instituições é demorado; é normalmente subestimado em termos de esforço necessário. As análises apresentadas pelo senhor consideram os custos altos de desenvolvimento dessas instituições?

Eram esses os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ciro Nogueira. Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Srs. Conferencistas, na verdade, nós sabemos que este século 21 é o século das grandes inovações tecnológicas, é o século da defesa do meio ambiente e da prática da energia limpa, em substituição gradativa à energia convencional.

Eu gostaria, apenas, de saber do Dr. Luiz Figueiredo e também do Dr. Steiner o que é que eles acham de uma inovação tecnológica que foi criada na Itália, ou seja, uma turbina eólica, que tem 50% de economia em relação à turbina convencional de produção de energia elétrica e tem, também, uma eficiência muito maior. Basta dizer que com a brisa de 1,5 m/seg. consegue produzir energia em maior quantidade do que a energia convencional. Logicamente que é a ciência, a tecnologia e a inovação que estão funcionando com relação a esse exemplo que estou dando.

Ora, já que estamos falando de energia nuclear como uma fonte limpa, mas perigosa – os próprios cientistas que participaram da construção de Angra reconhecem que, por maiores que sejam os sistemas de segurança, sempre há perigo de autorização da energia nuclear –, eu gostaria de saber se a inovação tecnológica que eu citei lá poderá ser utilizada no Brasil, já que o Nordeste, em questão de vento, é insu-

perável – a nossa grande região Nordeste –, ou seja, a substituição, por exemplo, da energia nuclear pela energia eólica, aplicando esse sistema.

Por último, nós temos aqui vários projetos, inclusive um de nossa autoria, enfocando a questão da agricultura orgânica, visando naturalmente coibir o uso indiscriminado dos produtos agrotóxicos, que interferem na saúde da população. O que acham os senhores da intensificação de estudos, treinamentos de agricultores, de produtores rurais, estímulos do Governo, dentro daquilo que é previsto pela própria ONU, de aplicação de 2% do PIB global visando a sustentabilidade ambiental? O que os senhores acham da utilização da agricultura orgânica como fonte de produção de alimentos no nosso País, no Brasil e no mundo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezados Senador Antonio Carlos Valadares, eu não posso deixar de fazer uma observação. Se houver uma turbina que produza energia através de brisa, a nossa praia de Atalaia vai se transformar em uma potência eólica.

Preparei algumas perguntas para os membros da Mesa e procurarei ser muito breve.

Um dos principais obstáculos à produção de consenso entre os países na área ambiental tange às gritantes assimetrias econômicas e sociais entre nações desenvolvidas e nações em desenvolvimento. Tais assimetrias são, em boa parte, reproduzidas por um sistema mundial de comércio que não favorece os países em desenvolvimento. Por exemplo, o etanol brasileiro é duas vezes mais competitivo que o etanol feito nos Estados Unidos. No entanto, o Brasil não consegue exportar essa *commodity* como poderia em razão dos fortes subsídios dados a tal produção nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos.

Assim como o Brasil, muitos países emergentes e em desenvolvimento são afetados por uma série de barreiras alfandegárias e não alfandegárias impostas aos seus principais produtos de exportação, notadamente no campo da agricultura e da agroindústria.

Os senhores não acham que essa operação das assimetrias no comércio mundial poderia contribuir para a construção de consenso na área ambiental?

A construção de um sistema internacional de comércio menos assimétrico não poderia ser decisiva no contexto da implantação da economia verde? A atual Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio não deveria ser uma rodada em prol do desenvolvimento sustentável e socialmente inclusiva para todos?

As assimetrias entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos estão presentes também em dois grandes gargalos ao êxito da Rio+20: a questão do acesso ao financiamento e a questão da dispo-

nibilidade de tecnologias limpas para as nações em desenvolvimento.

Alguns países desenvolvidos, como a Alemanha por exemplo, já vêm fazendo fortes investimentos em energias alternativas e economia verde. São países que têm capacidade financeira e tecnológica para fazer a transição da economia dita marrom para a economia verde, com maior velocidade e consistência. Porém, a maior parte dos países em desenvolvimento, obviamente, não tem essa capacidade. Como resolver essa questão com relativa rapidez?

A implantação de mecanismos semelhantes à Taxa Tobin, com a criação de fundos mundiais expressivos, não poderia ser usada para atingir essa finalidade? Há perspectiva de se discutir concretamente isso na Rio+20? Ressalte-se que tais mecanismos também poderiam contribuir para regular o sistema financeiro mundial.

No que tange ao desenvolvimento de novas tecnologias limpas, o velho tema da transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, que já foi preponderante no cenário mundial, não deveria voltar a ser debatido? Como fazer isso se alguns países desenvolvidos propugnam por acordos mais restritivos em propriedade intelectual na Organização Mundial do Comércio?

Por fim, a Rio+20 pretende ser não apenas uma conferência dos Poderes Executivos, mas também uma reunião que congregue as sociedades civis do Planeta; como os senhores preveem a participação das sociedades civis e dos Poderes Legislativos na conferência?

Estamos encerrando os questionamentos, Senador Cristovam, e eu quero consultar V. Ex^a se deseja fazer alguns questionamento à Mesa, pois vamos agora ouvir os membros da Mesa

Com a palavra, mais uma vez agradecendo pela presença, o Subsecretário-Geral da ONU para o Meio ambiente, Dr. Achim Steiner.

O SR. ACHIM STEIMER – Países como a Índia e a China desenvolvem como que um setor de energia renovável, como sendo atores fundamentais desse mercado neste ano. E, na semana passada, a Suntech se tornou a maior produtor de painéis fotovoltaicos. Esse tipo de empresa não existia anos atrás. Foi construída no entendimento de que o mercado doméstico tem fundação para se construir a capacidade de se mover para o mercado internacional. A China teve uma mudança na sua política de transporte nesses últimos três ou quatro anos, quando foi expandindo sua indústria de automóvel para transportes públicos, como trens, ônibus, ônibus rápidos, sistemas rápidos, simplesmente porque a China podia ver que não fazia

sentido... A China e a Índia, hoje, são os produtores de energia renovável que mais crescem no mundo e, se vocês não acreditam, a transição verde pode ser além do estágio experimental.

Deixe-me dar um outro número que é muito interessante. O setor de energia renovável cresceu fenomenalmente nos últimos anos. Os investimentos totais nessa eficiência em 2010 foram bem acima de US\$200 bilhões, que é muito mais do total combinado de investimentos em carvão, óleo, petróleo e gás no mundo. Então, nós mudamos de uma economia de energia que era uma coisa para, agora, na segunda parte do século XXIII, para ser um setor de importante investimento no campo de energias no momento. E o que isso nos diz? É que temos uma outra descoberta importante. Se a política pública ajudar o mercado, ambos, os consumidores e os produtores, os funcionários, o industrial, mas também as pessoas que entram no supermercado, que comprem carro ou escolhem usar um ônibus... Então, temos de ter sistemas de incentivo, e essas transições do estilo antigo da economia para uma mais eficiente e menos poluente se torna muito mais rápido. A razão de essa energia renovável ter tal explosão... Não foi de um dia para o outro que um painel fotovoltaico apareceu, mas simplesmente porque os países instituíram políticas verdes, com uma tarifa alimentada que encoraja produtores e fabricantes a investirem nessa transição.

Também há algo que é extremamente relevante para países menos desenvolvidos. Dou o exemplo do Quênia, onde temos um escritório. Tem mais de 40 milhões de pessoas e 80% da população hoje, quase 60 anos depois da independência, não têm acesso à eletricidade. O total da capacidade é de 1300 megawatts. O Quênia tomou uma decisão radical nos últimos anos e, não como um país emergente, mas como um país africano em desenvolvimento, para produzir uma política verde com tarifa ajustada. E, nos últimos 24 meses, o Quênia conseguiu atrair uma mistura de investimentos públicos e privados que permitiu que colocasse, nos últimos meses, projetos eólico e solar que duplicarão ou multiplicarão por três o valor da infraestrutura desse país. É um país em desenvolvimento que, no modelo dos últimos cinquenta anos, não poderia gerar mais de 300 megawatts. Agora é capaz de, com energias renováveis, duplicar ou triplicar a sua produção dos próximos cinco anos e não adicionar um grama de gás carbônico no ambiente.

Então, você não tem que reduzir a infraestrutura, você tem simplesmente que fazer uma nova geração de energia, usando novas tecnologias. É onde eu gostaria de terminar com a Rio+20 no ano que vem.

Senador Rollemberg, o Brasil, em 1992, acendeu o Amazon Global. O Rio92 foi um momento histórico, que mudou paradigmas. Creio que, no momento, o mundo todo está voltando os olhares para o Rio+20. Será uma outra dessas conferências internacionais, onde nos encontramos, passamos dias negociando muitas resoluções, ou será outro momento na história em que conseguiremos inspirar novamente o espírito de 1992? Porque o mundo está procurando muito novas ideias e abordagens. Alguns dos países industrializados e talvez os BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – estão fazendo essa transição sem estar na Rio+20. Eles podem estar em outra cúpula, mas as Nações Unidas garantem que a comunidade internacional não caia num modelo de desigualdade e injustiça social e desenvolva a economia global hoje. Essas 60 nações em desenvolvimento não são parte do G-20, mas são bem pequenas para terem o capital e a tecnologia. Elas estão no limite de serem excluídas para uma outra geração em termos dessa transição de novas tecnologias e uma nova maneira de gerenciar as tecnologias e as políticas públicas e se tornar parte disso tudo.

É por isso que o Rio+20 tem o tópico da economia verde, no contexto da erradicação da pobreza, no centro da sua agenda. É muito importante, porque podemos continuar a experimentar ao nível nacional, e ter políticas individuais, mas, se quisermos abordar esses desafios fundamentais do século XXI, de segurança alimentar, de energia e de água, pescados e recursos naturais, nós temos que escalar e acelerar essa transição em direção à economia verde. Isso só vai acontecer na economia global, onde estamos um contra o outro, como competidores. E, de vez em quando, nessas cúpulas que o sistema multilateral nos dá, nós podemos focar novamente nos elementos de solidariedade, que permitem a todas as nações tomarem um passo nessa direção. E é por isso que o Brasil está organizando essa conferência este ano. Não é a apenas uma outra conferência. É, vinte anos depois da Rio92, com muitas das lições que aprendemos, muitas frustrações que apareceram e uma comunidade internacional que está bem dividida.

Nas negociações de mudanças climáticas, estamos em confronto constantemente, e é uma característica de um mundo que perdeu sua habilidade para tomar decisões a longo prazo. Há interesse comum para ganho zero em negociações de apenas um passo simples. Então, a mudança climática é apenas... A economia verde é uma maneira mais ampla de como podemos ver o desenvolvimento, os interesses sociais, os interesses econômicos.

Bom, no Rio não abordaremos, da maneira como articulamos, o contexto da economia verde, mas va-

mos ver os fatores ambientais que vão determinar o caminho para a maioria de nós neste planeta. Reconhecemos que essas variedades ambientais, as escolhas de desenvolvimento estratégico de meta. No Brasil, temos exemplos do que você pode se tornar. Em termos históricos, vocês estão tendo a oportunidade hoje. São decisões feitas não atrás de uma mesa, olhando os números, mas com uma visão em termos de investimento em novas tecnologias e diversificação de energia em modelos diferentes de desenvolvimento econômico.

Então, por essa razão, Senador Rollemberg, é que estou extremamente grato por poder abordar aqui hoje e compartilhar algumas idéias do que creio que possa ser um conceito motor para a comunidade internacional nos anos que virão. A minha esperança é que o Brasil, como organizador da Rio+20 redescubra a possibilidade de liderar e inspirar, porque para isto é que servem essas cúpulas, para liderar, para inspirar, para convencer, com a mudança dos pensamentos, que não nos permite negociar o futuro, condições [*Inaudível*] sobre o desenvolvimento, em termos de interesse de consumo americano para um carro, por exemplo, que consome muito ou um carro econômico.

No Quênia, com os residentes que estão participando dessa estratégia de clima, a economia verde está recapturando a soberania sobre escolhas nacionais e não permitindo que essas decisões sejam simplesmente resultado de uma equação em que contam a emissão de um grupo e, se eles não reduzirem o suficiente, nós não vamos mover adiante.

Então, tem uma iniquidade no mundo e é muito injusta. Temos uma hipocrisia aí também. E temos nações como o Brasil, com liderança, experiência e lições que vocês têm para ajudar o mundo a não permitir essas abordagens de pequenas mentes, não apenas para esta, mas, com certeza, para as próximas gerações. E, quando falamos de locais como o Cerrado e a Amazônia, particularmente o Brasil, eu digo, é alguém que acredita muito nisso. Não só números, o Brasil é uma nação de coração e alma e você sabe que está anexado aos valores dos sistemas apresentados aos brasileiros hoje, amanhã e dessas gerações para o futuro.

É muito importante permitir isso para a nação que tenha problemas de pessoas com mentes pequenas. É do futuro da economia que estamos falando quando nos referimos à transição em direção à economia verde. Não há um viés ideológico, é ver a maneira como o mundo está hoje e como podemos, em cada setor, em cada negócio, em cada departamento do governo, começar a fazer essas transições para serem mais do que pequenos passos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Embaixador Figueiredo.

O SR. LUIZ FIGUEIREDO – Muito obrigado, Sr. Presidente, quero ser muito breve, corroborando as palavras ditas pelo Dr. Achim Steiner, eu acho que o Brasil faz hoje o que nenhum país fez na história: como se desenvolver e ao mesmo tempo proteger o patrimônio ambiental. Os países de industrialização mais antiga que hoje são os chamados países ricos chegaram lá cometendo vários erros, especialmente na área da sustentabilidade; não é à toa que perdem competitividade claramente. E nós estamos encontrando caminhos que nunca antes foram encontrados. Nós estamos inventando um modelo de desenvolvimento que nunca antes foi testado por nenhum outro país. E é essa a riqueza de oportunidades a que se referiu o Dr. Steiner.

Nós temos, como ele disse, uma diversificação muito importantes, vários dos Srs. Senadores se referiram a temas muito diversos, todos eles da maior importância que fazem parte, sim, de uma reflexão que irá para a Rio+20. Como eu disse a Rio+20 não é apenas voltada para a área ambiental. Ela é, sim, uma conferência sobre desenvolvimento e sobre como fazer o desenvolvimento sustentável.

Nesse ponto, o País tem uma riqueza enorme de ideias, de conceitos.

Esta Casa, como já tive ocasião de dizer, repito, é fundamental no debate, na reflexão, no que ela tem de contato com o dia a dia, com o povo, com a sociedade civil, com os setores empresariais. Toda a realidade de campo nesta Casa aflora e, portanto, o debate aqui é necessariamente enriquecedor para a Rio mais 20.

Complementando, sou um firme crente no multilateralismo no papel das Nações Unidas que é insubstituível como um parlamento internacional que é. A democracia internacional requer um parlamento e este parlamento é a ONU. É neste parlamento que todos têm voz, é nele que todos são representados. Aqueles que menosprezam o papel da ONU como um parlamento é, naturalmente, porque tem visões hegemônicas e convivem mal com a ideia de um parlamento.

Quero dizer da minha firme crença no papel e na legitimidade da ONU. Insubstituível para a solução de questões verdadeiramente globais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB-DF) – Muito obrigado, Embaixador Figueiredo.

Com a palavra, o Secretário Executivo Francisco Gaetani.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Apenas brevemente para responder às questões de alguns Senadores: Blairo, Pedro e Valadares. Queria dizer que nós concordamos, no Ministério, com o que eles afirmam em relação ao papel da ciência. Nós temos hoje, no Ministério, dois secretários: o Secretário da Biodiversidade, Dr. Bráulio Dias da área de Biodiversidade e o Secretário de Mudanças Climáticas, Dr. Eduardo Assad, vindo da Embrapa. Trabalhamos em intensa parceria com o Dr. Carlos Nobre, Secretário do Ministério de Ciência e Tecnologia. Nós compartilhamos entendimentos de que o avanço dessa agenda depende das contribuições relacionadas a nossa política de inovação. Em relação a preservação, o que nós temos procurado discutir no Ministério é a premissa de que o que conserva é uso. Por exemplo, nas concessões que estamos fazendo em algumas unidades de conservação relacionadas à exploração de madeira, a questão da pesquisa é fundamental para viabilizar a diversificação da exploração de madeira de forma a estimular a biodiversidade, não apenas eucalipto e pinus. Esse é um exemplo que temos procurado dar no sentido de mostrar que se não encontrarmos um caminho incorporando ciência e tecnologia à agenda ambiental, essa construção da perspectiva do meio-ambiente numa visão de desenvolvimento econômico e social, ela não sustenta. Para nós superarmos a dualidade com o preservacionismo absoluto com o desenvolvimentismo predatório, nós precisamos muito da ciência ecologia como a agropecuária tem demonstrado de forma excepcional. Então só queria dar esse esclarecimento e dizer que estamos nessa direção e achamos que esse caminho é muito promissor, seja na área de exploração de madeira, seja na área agropecuária, seja na área de resíduos sólidos, utilização de recurso hídricos, enfim em todo o conjunto da agenda ambiental. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB-DF) – Muito obrigado, Secretário, quero aqui, mais uma vez, em nome da Comissão agradecer a presença de nossos ilustres convidados e dizer que hoje foi uma grande manhã, como disse o Senador Aníbal Diniz, tivemos um grande momento de debate, de um debate estratégico para o futuro do País e da humanidade.

Quero agradecer ao Achim Steiner, Subsecretário-Geral da ONU, diretor geral do Pnuma, que abriu espaço em sua agenda nos poucos dias que passaria no Brasil, para nos prestigiar, prestigiar o Senado brasileiro, agradecer ao Embaixador Figueiredo, teremos aí uma interação permanente da Comissão, queremos ter...

Teremos aí uma interação permanente da Comissão com o Itamaraty, com vistas a nossa contribuição

para a Rio+20, agradecer também ao Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Francisco Gaetani; ao nosso querido Ministro Herman Benjamin; agradecer a presença de todas as senadoras e senadores, de forma especial também agradecer a presença de todos que nos prestigiaram, representantes de entidades da sociedade civil, imprensa, a todos que nos prestigiaram nesta manhã.

Comunico aos membros da Comissão sobre a realização da 4ª reunião as Subcomissão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que ocorrerá hoje no plenário 15 da Ala Alexandre Costa, às 14 horas e 30 minutos.

A reunião consiste de audiência pública destinada a coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa de 2014, em especial as condições atuais de infraestrutura e o andamento das obras. Contará com a presença do Sr. Renan Araújo, Secretário Executivo da Secretaria da Copa do Mundo do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09h.

Às nove horas e sete minutos do dia três de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, PAULO DAVIM, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, WALDEMIR MOKA, CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ROMERO JUCÁ e KÁTIA ABREU**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa a deliberação da **PAUTA. PRIMEIRA PARTE**. A Presidência informa que a primeira parte da presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2011-CMA, aprovado em 26/04/2011, de autoria do

Senador Rodrigo Rollemberg, para debater o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle, com o seguinte convidado: Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU. O Presidente faz a leitura de Nota Técnica da Consultoria Legislativa do Senado Federal sobre o tema. Após, o convidado faz a sua exposição e usam da palavra os Senhores Senadores **JORGE VIANA, WALDEMIR MOKA, EDUARDO SUPLICY, EDUARDO BRAGA, JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, MARISA SERRANO, CÍCERO LUCENA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, RODRIGO ROLLEMBERG**. O convidado responde aos questionamentos e apresenta suas considerações finais. É cancelada a **SEGUNDA PARTE** da reunião, destinada à deliberação de matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2011, da CMA, aprovado em 26 de abril de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, para debater o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle com o seguinte convidado: Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União.

Quero agradecer muito, Ministro, a presença de V. Exª nesta Casa, nesta Comissão. A Casa está diante de um grande debate sobre o aperfeiçoamento dos instrumentos de fiscalização e controle do Poder Legislativo.

Encontra-se em tramitação, nesta Casa, pronto para ir a plenário, o PLC nº 32, de 2007, que promove uma série de alterações na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas gerais para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.

Está em debate também na Casa a possibilidade de uma legislação específica relativa às obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas, especialmente as obras dos aeroportos. Portanto, nada mais propício do que ouvir a autoridade maior com o Presidente do Tribunal de Contas da União nesse sentido.

Peço licença a V. Ex^a, até para informação dos Parlamentares e dos telespectadores da TV Senado que nos ouvem neste momento, para ler uma nota preparada pela Consultoria do Senado Federal sobre os principais pontos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados que deu origem ao PLC nº 32.

O projeto sob comento, na forma como foi aprovado pela Câmara dos Deputados, introduz importantes alterações na Lei nº 8.666/93. Algumas delas já constavam originalmente do texto encaminhado pelo Poder Executivo, outras foram introduzidas pelo substitutivo aprovado naquela Casa.

São dignas de nota as seguintes:

1) diversos acréscimos em dispositivos da lei para prever a adaptação do processo licitatório às novas tecnologias da informação, permitindo a realização dos certames por meio de sistema eletrônico, com *review* de propostas dos licitantes pela Internet;

2) a substituição da exigência de publicação dos editais de licitação em jornais de grande circulação pela sua divulgação no sítio oficial da administração na Internet, facultando-se a publicação em jornais, no caso das licitações de maior vulto, bem como dispensando-se a publicidade, na imprensa oficial, quando o decreto do Poder Executivo assim o determinar;

3) adaptação de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93 para nela incluir: normas referentes ao pregão, antes previstas apenas na lei específica dessa modalidade; diversos artigos da Lei nº 8.666/93, na forma do projeto aprovado pela Câmara;

4) atualização dos valores e limites superiores às modalidades de licitação, que passariam a ser os seguintes:

I – no caso de obras e serviços de engenharia, R\$340 mil para o convite e R\$3,4 milhões para a tomada de preços;

II – no caso de outros serviços de compra, R\$180 mil para o convite e R\$1,5 milhão para tomada de preços;

5) definição do pregão como modalidade obrigatória em todas as licitações do tipo “menor preço”, excetuados os casos de obras de valor superior a R\$340 mil, de serviços e compras de grande vulto e serviços técnicos especializados, vedando-se, na hipótese de pregão para contratação de obras, a possibilidade de acréscimos e supressões contratuais;

6) a extensão da proibição de licitar ou contratar com a administração as pessoas jurídicas cujos proprietários e diretores, inclusive quando provenientes de outras pessoas jurídicas, tenham sido punidos com a penalidade de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, aplicando-se a mesma regra quando o licitante esteja manifestamente agindo em substituição a outra pessoa jurídica com o intuito de burlar a efetividade das referidas sanções;

7 – Aplicação das penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade também aos proprietários e diretores de pessoas jurídicas contratadas quando praticarem atos com excesso de poder, abuso de direito ou infração à lei, contrato social ou estatutos, bem como nos casos de dissolução irregular das sociedades.

8 – Disponibilização do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, aos órgãos da Administração Pública de Estados, Distrito Federal e Municípios e criação do cadastro nacional de registro de preços sob a responsabilidade da União e acessível às unidades administrativas dos entes federados.

9 – Permissão para que outras modalidades de licitação além do pregão sejam invertidas às fases de habilitação e de julgamento das propostas, devendo-se publicar, juntamente com o edital, no caso de licitação de obras em que se promovia a inversão de fases, o valor orçado pela administração para fins de identificação das propostas manifestamente inexequíveis.

10 – Redução dos prazos recursais previstos na lei e retirada do efeito suspensivo hoje previsto para os recursos contra decisões referentes à habilitação dos visitantes e ao julgamento das propostas.

Essas são as modificações feitas pela Câmara.

As modificações promovidas pela CCJ e pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado foram as seguintes:

1 – Vedação a que o projeto executivo de obras ou serviço licitado seja elaborado pelo próprio licitante vencedor, quando o valor da contratação for igual ou inferior ao limite estabelecido para a modalidade de convite.

2 – Relativamente aos meios de divulgação do instrumento convocatório da licitação inclui-se o sítio oficial da Administração Pública, sem, contudo, eliminar a obrigatoriedade de divulgação em jornal de grande circulação, como fizeram no substitutivo da Câmara dos Deputados, a qual é dispensada apenas em licitações, cujo valor seja inferior a seis vezes o máximo previsto para a modalidade de convite.

3 – Manutenção dos valores limites hoje vigentes para a licitação na modalidade de convite, R\$150 mil no caso de obras em serviço de engenharia e R\$80

mil no caso de compras e outros serviços, atualizando apenas os valores limites da tomada de preço na forma aprovada pela Câmara dos Deputados.

4 – Em sentido distinto do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, definição do pregão como modalidade obrigatória para licitações do tipo menor preço até o limite de quinze vezes o valor máximo para tomada de preço em licitações de obras e serviços de engenharia, ou seja, quinze vezes o valor de R\$3,4 milhões, vedando-se o uso de pregão nas licitações do tipo melhor técnica e nas destinadas à contratação de serviços técnicos profissionais especializados.

5 – Dispensa da apresentação dos documentos relativos à qualificação econômica financeira pelo licitante que oferecer qualquer das garantias previstas na lei em valor igual a 100% do valor orçado pela Administração.

6 – Impedimento a que o peso atribuído às propostas de preço nas licitações do tipo técnica e preço seja inferior a 50% do total de pontos a obter níveis na avaliação das propostas, limitado, pois, o total de pontos das propostas técnicas ao máximo de 50% da avaliação.

7 – Posição dos seguintes limites aos acréscimos de supressões contratuais: 10% do valor inicial atualizado no contrato das obras do serviço de engenharia; 25% do valor inicial atualizado no caso de reforma de edifício ou de equipamento, e 5% no caso de compras e serviços diversos dos anteriormente indicados.

8 – Previsão de que as multas aplicadas por inexecução total, parcial ou deficiente do contrato nunca sejam inferiores a 10% do valor orçado pela Administração.

9 – Estabelecimento de critérios reguladores da aplicação das penalidades de suspensão temporária, de participação em licitação, de impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade, abrindo-se a possibilidade de aplicação dessas sanções pelos Tribunais de Conta.

Por fim, as modificações do substitutivo da CAE:

De acordo com o texto do substitutivo aprovado pela CAE são sugeridas as modificações a seguir descritas, já incorporadas as emendas da CCJ e da CCT indicadas na reunião anterior, quando não conflitantes com os itens adiante relacionados.

Os dispositivos modificados da Lei nº 8.666, de 1993, encontram-se identificados entre os parênteses.

1 – Inclusão de anotação de responsabilidade técnica como item obrigatório do orçamento detalhado integrante dos projetos básicos de obras (art. 6º, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 1993).

2 – exigência de projeto executivo prévio às licitações de obras e serviços de engenharia (art. 7º, § 2º, I, da Lei 8.666/93);

3 – permissão de que todas as modalidades de licitação sejam processadas por meio de sistemas eletrônicos que permitam a comunicação pela Internet;

4 – dispensa de publicação dos editais de licitação na imprensa oficial quando eles forem disponibilizados no sítio eletrônico da Administração Pública, bem como dispensa da publicação dos editais em jornais de grande circulação para licitações de valor até duas vezes e meia o limite da modalidade convite, quando se der sua publicação na imprensa oficial;

5 – obrigatoriedade da adoção do pregão em licitações do tipo menor preço de valor até R\$3,4 milhões, vedado o uso dessa modalidade nas licitações do tipo melhor técnica e para contratação de serviços profissionais técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

6 – proibição de que participem de licitações empresas que tenham entre seus diretores ou proprietários pessoas às quais hajam sido aplicadas sanções de declaração de inidoneidade ou de suspensão temporária do direito de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração;

7 – manutenção de registros cadastrais de licitantes para efeito de habilitação pela União, Estados e Municípios fiscalizados por comissão integrada por representantes da sociedade civil, Tribunais de Contas, conselhos fiscalizadores de profissões e associações sindicais;

8 – permissão para que os editais de licitação prevejam a arbitragem como forma de resolução dos conflitos contratuais com a Administração;

9 – participação na fase de julgamento de propostas dos licitantes inabilitados que tenham apresentado recurso, o qual passa a ser julgado ao fim do processo licitatório;

10 – possibilidade de inversão completa das fases de habilitação e julgamento em licitações do tipo menor preço e do tipo técnica e preço e de inversão parcial nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia (art. 43, §§ 1º, 11 e 14, da Lei 8.666/93);

11 – proibição de que nas licitações do tipo técnica e preço o total de pontos obteníveis pela proposta técnica seja superior ao total de pontos obteníveis pela proposta de preço (art. 46, § 2º, II, da Lei 8.666/93);

12 – previsão de procedimentos semelhantes aos dos leilões para alienação de bens móveis ou imóveis de valor superior a R\$3,4 milhões;

13 – redução dos limites de acréscimos ou supressão nos contratos administrativos com vedação de compensação entre acréscimos e supressões para fins

de cálculo do montante de alteração dos contratos e de inclusão de bens ou serviços diversos dos previstos na contratação (art. 65 da Lei 8.666/93);

14 – fixação de percentual mínimo de 10% sobre o valor do contrato para multa por seu descumprimento (art. 87, inciso II, da Lei 8.666/93);

15 – possibilidade de aplicação pelos Tribunais de Conta das sanções de declaração de inidoneidade e de suspensão temporária do direito de participar de licitação e de celebrar contrato com a Administração (art. 87, § 7º, da Lei 8.666/93);

16 – criação do crime de fraude à licitação em prejuízo da Fazenda Pública no caso de contratação de obras e serviços de engenharia por elevação arbitrária de preço, alteração da substância, qualidade ou quantidade de serviços executados ou maior onerosidade da proposta da execução do contrato (art. 96 da Lei 8.666/93);

17 – criação do cadastro nacional de registro de preço sob responsabilidade da União e disponível em seu sítio eletrônico oficial (art. 15, a, da Lei 8.666/93);

18 – permissão do uso da modalidade pregão nas licitações do tipo técnica e preço;

19 – fixação em, no máximo, 90 dias do prazo de vigência das medidas cautelares do Tribunal de Contas da União que suspenda ato ou procedimento administrativo.

Em síntese, esse é o resumo feito pela Consultoria do Senado sobre as modificações mais importantes aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Assuntos Econômicos.

É com muita alegria que passo a palavra ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Obrigado, Presidente Rollemberg.

Saúdo todos os ouvintes do plenário, Senador Eduardo Braga, servidores do Tribunal, servidores do Senado.

Venho aqui com muito prazer, Senador, em função da nossa conversa. V. Ex^a teve a paciência de ir ao meu gabinete e formular um convite, no sentido de se estabelecer uma maior integração entre o Senado, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Tribunal de Contas da União. E esta vem sendo a marca das diversas gestões dos presidentes que me antecederam e da minha gestão também: promover a integração entre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União. Afinal, diz a Constituição, o Tribunal de Contas da União auxilia o Congresso Nacional para fins de controle externo.

Portanto, nós temos um contato constitucional absolutamente importante. Há diversas provas de que essa interação entre Tribunal de Contas e Congresso Nacional pode redundar em sistemas de controle extremamente eficazes, eficientes, para a administração pública brasileira.

O Tribunal de Contas da União vem sendo chamado pelo próprio Senado, pela Câmara e pelo Governo, para promover e participar de debates acerca das alterações legislativas mais importantes que estão sendo realizadas no Brasil no campo das licitações, contratos, obras públicas. E o Tribunal não se furta a esse papel. Nós temos técnicos de elevadíssimo nível que têm participado efetivamente dessas discussões, têm trazido a nossa contribuição à elaboração desses diplomas legais. Nós temos a certeza de que essa não é uma competência do Tribunal de Contas da União formal, mas é uma missão do Tribunal de Contas. Nós temos a convicção de que essa é uma ação de controle o mais eficiente possível porque, se as leis forem adequadas e já houver, na elaboração das leis, o prognóstico das dificuldades encontradas quando da efetivação do controle, a chance do sucesso da lei será ampliado extraordinariamente.

E nós temos exatamente a experiência da aplicação das leis. Se não elaboramos as leis, nós aplicamos as leis ou verificamos a correta aplicação das leis. E fazemos isso há muito tempo, é o nosso metiê, é o nosso trabalho e, portanto, sabemos que temos condições de contribuir muitíssimo para este debate.

A minha vinda aqui vai exatamente nesse sentido. Como conversamos, eu pretendo falar de alguns temas que dizem respeito a projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional ou a medidas provisórias que estão sendo concebidas. E falar da posição do Tribunal, a minha posição, a posição majoritária do Tribunal acerca do que vem sendo suscitado.

Nós temos, na verdade, no campo da alteração da legislação de licitações e contratos, duas vertentes fundamentais aqui no Congresso Nacional. Um projeto de lei que altera fundamentalmente a Lei 8.666, a Lei 10.520, do Pregão, e que se propõe, realmente, a revolucionar esse mundo das licitações e dos contratos administrativos, e temos, de forma muito mais recente, a concepção de uma medida provisória que tem por objetivo estabelecer práticas licitatórias diferenciadas e simplificadas para as Olimpíadas, eventualmente para a Copa do Mundo. Também esse tema pode ser suscitado, e devo falar alguma coisa sobre isso.

Esse projeto de lei está parado desde 2007. É óbvio que ele envolve inúmeros interesses, e a gente entende que o processo legislativo tem as suas especificidades. Mas, da nossa parte, entendemos que esse

projeto de lei merece ser analisado, merece ser objeto da atenção do Congresso Nacional. Eu acho que ele, agora, sofre as influências desse regime diferenciado e simplificado que vem sendo concebido para Olimpíadas e para a Copa do Mundo. Ele mesmo já começa, em alguns pontos, a ficar defasado das novas práticas e ideias que podem ser suscitadas. Portanto, nós vamos partir desse projeto, mas vamos falar amplamente dessa medida provisória que trata das Olimpíadas e da Copa do Mundo.

Senhores, como eu disse, esse projeto foi uma iniciativa do Governo Federal, o projeto de lei no âmbito do PAC. Esse projeto de lei foi submetido ao processo legislativo

E a última tramitação dele se deu na Comissão de Assuntos Econômicos, com um substitutivo do Senador Suplicy. Esse substitutivo vai ser, para mim, o meu paradigma. Vou partir desse substitutivo para as análises que vou fazer, sabendo que ele é uma proposta que ainda está sendo submetida à deliberação do Congresso Nacional.

Esses são os pontos de que vamos falar. É óbvio que o projeto de lei é muito amplo. Proponho uma alteração substancial nas leis de licitação, mas vamos escolher alguns tópicos em especial para falar aos senhores.

Em primeiro lugar, a obrigatoriedade do uso do pregão. Bem, a 8.666 foi concebida em 1993 e é uma lei extraordinária, que mostrou sua plasticidade ao longo do tempo, adaptando-se às diversas realidades supervenientes que surgiram. Entretanto, há um grande acontecimento no campo da administração pública, talvez a melhor criação legislativa, no campo da administração pública, que foi a introdução do pregão como modalidade licitatória. Isso se deu, em 2002, pela Lei nº 10.520. Óbvio que isso foi fruto de uma experimentação feita por uma cadeia de medidas provisórias e até pela Lei Geral de Telecomunicações, que facultou à Anatel usar o pregão. Mas o pregão revolucionou as compras públicas. Ele promoveu uma economia extraordinária para a administração pública. Lembro-me de que, quando o pregão começou a ser utilizado de forma disseminada, houve uma redução média da ordem de 30% dos valores das compras realizadas pelo Estado. Ou seja, houve um salto quântico, em termos de economicidade, algo inimaginável, e realmente confiávamos nesse número. Fomos atrás dele e ele se mostrou absolutamente crível e sustentável.

Portanto, um dos pilares desse projeto de lei é a expansão do uso do pregão para outros limites, atingindo limites ainda não utilizados pela Lei nº 10.520.

Uma das coisas que a Lei nº 10.520 estabelece é que o pregão é utilizado para contratação de bens e

serviços comuns, e bens e serviços comuns seriam os bens e serviços cujas especificações sejam usuais no mercado. Na ideia do legislador, imagino, a percepção foi a de que o pregão seria uma modalidade simplificada e absolutamente válida e utilizável para contratação de bens e serviços simples. Só que o uso do pregão em si mesmo ampliou também sua utilização. Lembro-me de que o Tribunal de Contas da União tem uma decisão do Ministro Villaça, admitindo a compra de helicópteros pelo pregão, e nós, no Tribunal, quando deliberamos pelas compras de helicópteros pelo uso de pregão, tivemos a percepção de que o pregão, na verdade, ganhava contornos muito mais amplos do que originalmente pensado.

A lei fala de uma forma muito clara que as contratações que usem o critério do menor preço devem ser licitadas por meio de pregão, e o pregão passa a ser obrigatório até um dado valor, que vai ser discutido no substitutivo do Senador Suplicy, R\$3,4 milhões. Logo, vai-se usar pregão para compras, serviços e obras, que sejam licitados por menor preço e o pregão passa a ser obrigatório até R\$3,4 milhões.

Senhores, obras não eram licitadas por meio de pregão, essa é uma alteração, e havia também a impossibilidade de se licitar bens e serviços que não fossem tidos como comuns. Então, essa ampliação do uso do pregão começa a ser um dos pontos marcantes desse projeto de lei.

Claro, Senador, grande honra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – A questão do limite de R\$3,5 milhões, estava conversando com o Governador Eduardo Braga, que, a princípio, a gente acha pouco, tendo em vista a eficiência do pregão e a garantia que ele dá.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Na verdade, a lei dirá, se a redação for mantida, que o pregão é obrigatório até R\$3,4 milhões e facultativo acima disso, o que não afasta o pregão. E, se não for utilizado o pregão, caberá ao gestor justificar sua não utilização. Quer dizer, ele pode ser utilizado para qualquer valor, é apenas uma zona de aplicação obrigatória do pregão.

Uma das discussões que se colocam hoje é que a Lei 10.520 diz que o pregão pode ser utilizado; ele se mostra uma modalidade tão superior às outras em termos de eficiência, ele democratizou as contas públicas – o pregão eletrônico –, que esse 'pode' passou a ser na prática tido como 'deve'. O Tribunal tem decisões que dizem que a não utilização do pregão no ordenamento jurídico atual pressupõe justificativa do gestor acerca da não utilização, o que mostra que hoje, sempre que for possível usar o pregão, essa passa a ser a opção discricionária prevalente do gestor.

Veja que é um tipo de licitação técnica e preço utilizada para contratação de serviços predominantemente intelectual ou para compras, obras ou serviços que utilizem tecnologia sofisticada, de domínio restrito. Aqui o Estado está em busca de proposta mais vantajosa que pondere não só o preço, mas também a técnica. Daí a razão pela qual a proposta mais vantajosa nasce da maior nota dada às propostas técnica e preço; a nota é média ponderada da nota técnica e da nota de preço. Pois o pregão vai ser utilizado também em licitações desse tipo. É bem curiosa a processualística criada pela lei. O pregão tem fase de lances que podem ser orais ou lances fornecidos por meio eletrônico, mas é nesse momento que os preços caem; é nesse momento em que psicologicamente as empresas abrem mão de certa gordura em seus preços para poderem ter chance de se tornarem vencedoras.

Em técnica e preço, os senhores sabem que não haverá proposta de lances em relação a técnica, mas sim em relação ao preço. Com redução de preços na fase de lance, as notas finais também são reduzidas ou aumentadas, perdão, de forma que haverá uma correlação biunívoca entre os preços lançados e as novas notas; deverá haver um placar que aponte quais as novas notas que resultarão dos novos preços oferecidos pelos licitantes. É uma idéia interessante que tem que ser vista com prudência porque, quando se licita por técnica e por preço, o preço passa a ter importância menor do que no tipo de licitação menor preço. De qualquer forma, é claramente possível e isso mostra a importância do pregão e de como ele deve ser expandido para outros espaços.

Uma questão importante, senhores, e que traz hoje discussão atualíssima acerca das obras para Olimpíadas e Copa do Mundo é o pregão para obras e serviços de engenharia. Qual é o problema de se usar pregão para obras e serviços de engenharia? Basicamente no pregão a fase de lances antecede a fase de habilitação e só se faz a habilitação da empresa vencedora. Isso significa que os concorrentes oferecem propostas, essas tendem a cair muitíssimo, há um licitante vencedor ou provisoriamente classificado em primeiro lugar, e esse licitante vencedor tem as suas qualificações apuradas na fase de habilitação: regularidade fiscal, habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica. Pois bem, o problema do pregão em obras de engenharia é a possibilidade de aventureiros, empresas sem qualificação, entrarem na fase de lance, colocarem o preço em patamar muito baixo e depois não terem condições de se habilitarem ou, pior, não concluírem a obra.

O substitutivo do Senador Suplicy cria um remédio para isso; ele divide a fase de habilitação em duas

etapas, há qualificação técnica econômica primeiro que filtra os aventureiros; vão para a fase de lances apenas as empresas que já passaram por essa fase de qualificação técnica. Depois da fase de lance, aí, sim, a empresa vencedora mostra sua habilitação jurídica e regularidade fiscal. Para obras de grande porte, o substitutivo do Senador Suplicy impõe que as empresas sejam cadastradas, e esse cadastramento se dá previamente, é um processo contínuo em que as empresas vão à administração pública provar sua qualificação técnica e econômica, regularidade fiscal, habilitação jurídica para um específico objeto, provando que elas têm condições de executar obras, prestar serviços ou fornecer bens para determinado objeto.

Ou seja, há todo um cuidado de filtrar os aventureiros, para que os pregões não sejam, afinal, frustrados, para que os resultados do pregão não sejam frustrantes.

Aqui começo a falar um pouquinho do regime diferenciado e modificado para a Copa do Mundo.

Há uma medida provisória em gestação. Temos ciência de sua redação porque nossos técnicos participam dessa discussão. Como a proposta para a Copa do Mundo e para a Olimpíada é produz um processo licitatório mais rápido, este cuidado estabelecido no projeto de lei do Senador Suplicy não foi transplantado para a medida provisória ou para o esboço de medida provisória que temos, ou seja, não há, *a priori*, uma fase de qualificação que preceda a fase de lances. Mas a medida provisória tem o cuidado de estabelecer mecanismos paralelos à licitação, como cadastramento, como a pré-qualificação permanente, que seriam sistemas permanentes que poderiam qualificar empresas para realização de determinados objetos.

A lei não obriga que a pré-qualificação tenha que ocorrer, como o Senador Suplicy coloca, nesse projeto de lei, mas faculta o uso dessa possibilidade.

Temos de ter absoluta certeza – acho que os senhores, como legisladores, sabem muito melhor que eu – de que podemos ter a melhor lei do mundo, mas a capacidade que a lei, que o Direito tem legislado de influenciar a realidade é limitada. Pode-se ter a melhor lei, mas se as práticas administrativas não forem condizentes, adequadas, a aplicação dessa melhor lei resultará em fracasso.

Então, mais importante do que obrigar o uso é incentivar que os gestores tenham consciência de que para obras de grande porte, mesmo para Copa do Mundo, mesmo para as Olimpíadas, há a necessidade de uma quase pré-qualificação, um cadastramento prévio, para evitar o pior dos mundos: a vitória de uma empresa sem condições de realizar a obra. Aí o prognóstico é o pior possível: rescisão de contratos,

punição, judicialização dos conflitos. Isso é algo que temos de evitar de qualquer maneira.

De qualquer forma, é um grande avanço a possibilidade de utilização de pregão para obras públicas. O Tribunal sente que esse caminho é quase impossível de deixar de ser avançado, só que, de acordo com o ordenamento positivo que temos hoje, esse pregão para obras é vedado pela Lei nº 8.666.

Prazo de divulgação do pregão. Quando o pregão, de acordo com o substitutivo do Senado Suplicy, tiver como objeto obras públicas, o prazo para apresentação de propostas é de no mínimo 15 dias – o prazo normal da Lei nº 10.520 é de oito dias úteis.

Senhores, esses 15 dias homenageiam a complexidade que há na elaboração de um projeto de obras públicas. Na verdade, o prazo de 15 dias é mínimo. Temos que analisar, no caso concreto, qual é o prazo para cada hipótese. Há situações em que a complexidade da obra exigirá um prazo superior a 15 dias e esse prazo, na prática, pode inviabilizar a competição. Com ele, pode-se impedir que algumas empresas tenham tempo hábil para produzir um projeto ou uma proposta para competir num pregão de obras públicas. Portanto, esses 15 dias devem ser vistos como uma opção, um prazo mínimo, mas nada impede que prazos superiores sejam afinal estabelecidos.

Necessidade de prévia elaboração do projeto executivo. Esse é um ponto fundamental.

Reparem que, de acordo com o art. 7º da Lei nº 8.666, para que uma licitação seja realizada é necessário dotação orçamentária, projeto básico e orçamento detalhado, estruturado em forma de planilhas.

O projeto básico é um conjunto de informações – está definido no art. 6º da Lei nº 8.666 – que permitem basicamente fazer a orçamentação da obra. Ou seja, com o projeto básico, nós temos a garantia de que é possível elaborar um orçamento da obra estruturado em forma de planilhas, com todos os itens unitários os quantitativos e os preços por unidade.

Muito bem, o Tribunal de Contas da União, ao longo de toda a sua existência, percebe que uma das grandes deficiências da Administração Pública diz respeito à falta ou à deficiência dos projetos básicos. O Brasil tem melhorado muito nesse campo – nós temos que reconhecer –, mas ainda temos deficiência, e isso diz respeito à falta de uma cultura de planejamento que esteja realmente arraigada em nossa Administração Pública.

Então, essa ideia de exigir que haja um projeto executivo já por ocasião da licitação parece muito bem intencionada e vai ao encontro da ideia de boas práticas. Mas eu disse, no início, que boas leis podem existir e podem resultar em frutos frustrantes se a prá-

tica, a aplicação da lei não for adequada. Ou seja, se o projeto básico e o projeto executivo continuarem ou forem sofríveis, de pouco vai adiantar exigir projeto executivo. O importante, na minha opinião, não é exigir o projeto executivo, mas, no momento da aplicação da lei, ter todo o cuidado de se ter um projeto básico e um orçamento que realmente seja feito de acordo com a boa técnica, com as boas regras, particularmente de engenharia em obras públicas.

O efeito final dessa exigência pode ser reverso. Ou seja, pode na verdade, dificultar a agilização das licitações. Ou seja, com bons projetos básicos, ou mesmo com bons anteprojetos, bem elaborados, é possível licitar. Agora, não se garante, exigindo projeto executivo, que vai existir uma melhora nas práticas administrativas.

Vejam que – agora mudando novamente para a medida provisória que tratará das obras das Olimpíadas e da Copa do Mundo – foram criados regimes de execução diferenciados. Num regime de execução diferenciado de obras públicas, criou-se a contratação integrada. Essa contratação integrada será realizada, basicamente, no sistema *turn key*. O que se quer é que o contratado entregue a chave para que a administração use a instalação construída. E nessa contratação integrada não será exigido nem mesmo o projeto básico. Exigir-se-á um anteprojeto básico com a descrição arquitetônica, com um projeto arquitetônico, com as especificações dos requisitos ambientais...

É óbvio que isso diz respeito a uma situação específica que nós temos: o pouco tempo que temos para licitar para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Mas eu digo que essa norma pode ser muito bem sucedida se esse anteprojeto for bem elaborado. Não é um problema de ter projeto executivo; o problema é ter um anteprojeto bem elaborado que permita orçar adequadamente as obras.

O Tribunal entende que talvez possa ser revista essa ideia de exigir projeto executivo e talvez possamos ter até a experiência desse regime diferenciado da Copa do Mundo para iluminar qualquer alteração do projeto definitivo.

Na verdade, digo isto com muita humildade porque essa ideia de se incluir o projeto executivo nesse projeto de lei nasceu também de sugestões de técnicos do Tribunal. Mas é óbvio que nós não temos nenhuma pretensão de sermos os donos da verdade. O que nós queremos é que as obras sejam bem executadas e que elas possam ser executadas com rapidez. Talvez o projeto executivo possa retardar a licitação e a execução das obras.

Muito bem, senhores. Cadastro Nacional de Registro de Preços. Eu acho que os senhores sabem que

uma das formas de contratação mais eficientes trazidas pela Lei nº 8.666 foi o registro de preços. Pela Lei nº 8.666, o registro de preços é utilizado em compras. A Lei nº 10.520 estendeu o registro de preços para compras e serviços.

O registro de preços é muito adequado porque a Administração licita não para assinar um específico contrato. O objetivo não é licitar para assinar um único contrato ao final da licitação. Você licita para confeccionar uma ata de registro de preços onde vão estar registrados os bens, os serviços, seus preços, os preços mínimos dos licitantes vencedores, e as empresas que se tornaram vencedoras.

O importante é que a Administração, sempre que tiver necessidade de demandar o bem ou serviço registrado, vai à Ata de Registro de Preços, convoca o licitante vencedor, e é assinado um contrato.

Então, se você tem uma Ata de Registro de Preços para mil *notebooks*, e o Estado precisa, em março, de 500 *notebooks*, ele vai ao registro de preços e é assinado um contrato para 500 *notebooks*. Dois meses depois, mais 200; um mês depois, mais 100. O Estado não precisa comprar mil *notebooks*, colocar no almoxarifado e ficar tendo todos os problemas de armazenamento, defasagem tecnológica. Ele pode, com o registro de preços, lidar melhor com as demandas sucessivas de contratação de bens e serviços.

Uma possibilidade, uma questão que vem surgindo na utilização do registro de preços é a do carona. Quem faz a licitação do registro de preços é um órgão chamado gerenciador. Ele realiza esse registro de preços unindo-se a órgãos participantes, que somam suas demandas de forma que se possa licitar o maior quantitativo de bens. Exemplo: o Banco do Brasil faz uma licitação para mil *notebooks*, a Caixa Econômica quer 500 *notebooks* e o TCU quer mais 500 *notebooks*. O Banco do Brasil vai fazer uma licitação de registro de preços para registrar 1.500 mais 500, 2.000 *notebooks*. Vejam que isso é extremamente eficiente: evita três licitações, transforma numa única licitação. Banco do Brasil, Caixa Econômica, TCU podem eventualmente contratar com base nessa ata. O Tribunal Superior do Trabalho soube que há *notebooks* registrados, ele pede carona nessa ata e pede ao órgão gerenciador a permissão para contratar mais 200 *notebooks*. Se os senhores perguntarem se essa é uma prática que vem sendo realizada, vamos ser sinceros: essa prática é utilizada inclusive pelo Tribunal de Contas. Nós pegamos caronas em outros registros de preços, outros órgãos pegam caronas nas nossas atas de registro de preços, mas temos uma decisão, provisória ainda, do Ministro Valmir Campelo colocando dúvidas acerca da licitude do carona, da adesão à Ata de Registro de Preços. Por

quê? Porque esse órgão que pediu carona na Ata de Registro de Preços não participou da licitação.

Vejam que há situações práticas em que a licitação era de mil *notebooks* e, daquela licitação de mil *notebooks*, a empresa vencedora forneceu 100 mil *notebooks* para toda a Administração, mil para os órgãos gerenciadores e participantes e 99 mil para 99 caronas que surgiram. Vejam que não há falar em respeito ao princípio da impessoalidade de uma forma singela porque você licitou mil e contratou 100 mil; não há uma correlação entre o que foi licitado e o que foi contratado. Isso é um dos vícios mais graves, que ofendem, evidentemente, o princípio da impessoalidade.

O Cadastro Nacional de Registro de Preços vai permitir uma monitoração das pretensões de demandas dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e pode servir para grandes registros de preços, grandes licitações que possam, antecipadamente, promover um somatório de demandas.

Nós temos alguns problemas jurídicos a vencer, e isso pode ser superado, não é tão simples. O TCU tem o entendimento de que a Administração Pública Federal não pode aderir a atas de registro de preços estaduais e municipais porque a legislação dos Estados e Municípios é um pouco diferente da legislação federal, logo, a regra de publicidade, por exemplo, não é respeitada. Enquanto que, atualmente, nós exigimos a publicação do resumo do edital no *Diário Oficial da União*, no Estado, a publicação dar-se-ia no *Diário Oficial do Estado*. Então, pela legislação, nós não poderíamos comprar um bem que foi licitado com essa regra de publicidade restrita. Mas é algo que pode ser superado, e vai ser superado, por exemplo, no regime simplificado, que passa a dar primazia à publicação em sites eletrônicos.

Bem, isso é algo a se pensar, mas é uma tentativa da lei de universalizar o registro de preços, de possibilitar grandes licitações de registros de preços com somatórios de demandas de diversos órgãos que não saberiam, *a priori*, a existência dessas demandas.

Convocação de consulta pública sobre especificação de objeto. Bem, há uma pretensão do substitutivo do Senador Suplicy de se definir, de se padronizar os objetos licitados pelo Estado. Isso é ainda um problema existente na Administração Pública brasileira.

Isso é ainda um problema existente na Administração Pública brasileira. Você tem objetos com diferentes especificações. Nesse processo, a administração faria uma publicidade acerca de contratar da sua pretensão de contratar um objeto e abriria com a sociedade uma discussão acerca da especificação do objeto. Realizaria consultas públicas, audiências públicas; as empresas

poderiam participar. Ao final, você teria uma decisão com as especificações selecionadas pela administração. E, para a licitação desses objetos especificados a partir desse processo, haveria obrigatoriamente uma regra de pré-qualificação das empresas. Ou seja, as empresas teriam que provar *a priori*, numa pré-qualificação, que têm condições de fornecer aquele objeto com aquelas especificações estabelecidas.

Uma outra questão: a mudança na dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso XIII. Senhores, esse art. 24 cuida das hipóteses de licitação dispensável. O inciso XII é uma dor de cabeça tremenda para o Tribunal de Contas da União, porque permite que seja contratada uma empresa, uma instituição brasileira de inquestionável reputação ético-profissional para atuar no campo do ensino, pesquisa, desenvolvimento institucional e recuperação social do preso.

Essa contratação por dispensa para desenvolvimento institucional foi, durante certo tempo, utilizado como uma porta aberta para se afastar a licitação em caso em que a licitação era a opção desejada pelo legislador. O termo 'desenvolvimento institucional' é muito genérico, é um conceito indeterminado e cabe quase tudo nele. Então, serviços de manutenção predial foram contratados com base nesse dispositivo, sem licitação; serviços de consultoria; serviços que não tinham nenhuma característica de desenvolvimento institucional foram licitados.

O projeto de lei acaba com esse problema, afastando esse termo do art. 24, inciso XIII. Na minha opinião, o faz com muito felicidade, afastando também a possibilidade de utilização espúria da dispensa de licitação.

Aumento dos limites das modalidades, senhores. Aqui, a gente tem que falar um pouquinho das modalidades clássicas da 8.666. As modalidades clássicas da 8.666 de licitação são: convite, tomada de preços, concorrência. Há outras duas modalidades utilizadas para objeto específico: o leilão e o concurso, que não vêm ao caso.

O art. 23 estabelece limites para utilização de cada uma das modalidades. O convite é uma modalidade muito simples, utilizada para a contratações de pequeno vulto. A tomada de preços, médio vulto. A concorrência, contratações de grande vulto.

Há um aumento substantivo nessa divisão de valores por modalidade. O convite fica com uma faixa muito estreita, R\$150 mil e R\$80 mil. Cento e cinquenta mil para obras e serviços de engenharia; oitenta mil para obras e serviços que não de engenharia. Depois, há um grande salto para tomada de preços e para estabelecer o limite entre tomada de preços e concorrência: R\$3,4 milhões e R\$1,5 milhão.

Reparem que esses números abrem então um espaço bastante interessante para a tomada de preços, que é uma modalidade de licitação que pressupõe um cadastramento prévio das empresas. É uma licitação simplificada porque ela, em regra, não tem a fase da habilitação, uma vez que a habilitação foi feita previamente. Também eu entendo que essa é uma ideia muito bem-vinda. A concorrência, que é uma modalidade mais complexa, exige um tempo maior de maturação, um prazo para oferecimento das propostas, prazos recusais maiores. Portanto, se amplia o espaço da tomada de preços, que é uma modalidade mais expedita, mais rápida.

Uma das críticas que eu faria ao projeto de lei seria a manutenção do convite com modalidade de licitação. Houve uma preocupação do Senador Suplicy de dificultar uma eventual fraude em convites. Ele amplia o universo de convidados de três para seis.

Hoje, para que um convite possa ser aperfeiçoado, a administração tem a obrigação de convidar licitantes de se ter pelo menos três propostas classificadas. O número passa a ser seis propostas classificadas.

Só que a nossa experiência, no TCU, com convite é muito ruim, senhores. O convite é uma modalidade em que a possibilidade de fraude e conluio aumenta de forma exponencial. Basicamente pelo déficit de publicidade. Não há obrigação de publicação do extrato do convite, extrato do instrumento convocatório no Diário Oficial. A publicidade do convite se dá pela fixação no mural da carta-convite, o que é muito pouco em um mundo como o de hoje. Dificilmente as empresas vão ter tempo e pessoal disponível para ficar acessando o mural para saber se haverá um convite ou não.

Eu venderia a tese da extinção do convite. Isso não causaria grande impacto na administração. Primeiro, porque o convite hoje já vem sendo utilizado cada vez menos. O pregão substitui o convite. E o novo pregão, com a ampliação do seu objeto, vai substituir o convite numa medida ainda maior. Eu convidaria que pudéssemos fazer uma reflexão e espancar mesmo o convite. Ele teve seu momento de utilização importante, antes do advento de novas tecnologias de informação, do uso da informática de forma indiscriminada, mas, hoje, ele está superado pelo tempo. Para os senhores terem uma ideia, na esfera federal, 60% das despesas licitadas são precedidas de pregão, 30% de concorrência, 10% sobram para utilização do convite, leilão e concurso. Quer dizer, o impacto da extinção do convite, na esfera federal, tende a ser muito pequeno.

De qualquer forma, nada impede que o convite permaneça, mas desde que a gestão seja inteligente e se dê prioridade ao pregão. É como eu disse: a lei

não precisa extinguir, para que a gestão possa ser eficiente.

Uma das características mais importantes do pregão, que vai ser estendida a todas as modalidades de licitação, é a possibilidade de inversão de fases de julgamento e habilitação. Isso é uma coisa extremamente simples e que deu um resultado extraordinário no aumento da velocidade das licitações. No pregão, primeiro se faz o julgamento das propostas, há uma fase de lances, extrai-se um vencedor e só esse vencedor é submetido à fase de habilitação. Só ele tem que apresentar os requisitos de qualificação. Por que isso é muito positivo? Primeiro, diminuiu o trabalho da comissão de licitação, do pregoeiro. Ele não precisa abrir os envelopes da habilitação das 20 empresas que participam da licitação. Mas o efeito positivo principal não é esse. É o seguinte: essa inversão de fases diminuiu o ímpeto recursal, a propensão recursal das empresas licitantes. Porque, antes, uma empresa era inabilitada e ela não sabia a sua posição na tábua de classificação. Então, ela tinha todo o ímpeto para recorrer. Ela paralisava um procedimento licitatório, usava dos recursos administrativos, impetrava um mandado de segurança, obtinha a cautelar, paralisando a licitação ou permitindo que ela prosseguisse na licitação, tudo imaginando que ela tinha chance de ganhar. Agora, ela pode até recorrer, mas ela já percebe que ela está no 13º lugar na tábua de licitação. Quem está em 13º, 8º ou 7º lugar basicamente já perdeu aquela licitação e a sua propensão recursal diminuiu tremendamente.

Então, o que aconteceu foi uma diminuição do número de recursos com o advento do pregão. Essa inversão de fases, portanto, é muito bem-vinda. Ela é uma opção do legislador, de acordo com o PL nº 32, do Senador Suplicy, e ela é mantida aqui na medida provisória que vai cuidar das Olimpíadas e da Copa do Mundo, só que em sentido diferente: a inversão passa a ser a regra e a não inversão tem que ser justificada. A regra é a inversão. Se o administrador decidir não inverter, realizar uma fase de habilitação tradicional, aí ela tem que justificar e fundamentar essas razões. Entendo que a redação da medida provisória atende mais ao interesse público, em razão do que colocamos.

Existe também uma inversão das fases da licitação do tipo técnica e preço. Ou seja, vejam que a expansão do pregão é inacreditável. Mesmo na técnica e preço, em que você tem uma fase de análise da proposta técnica e uma fase de análise da proposta de preço, essas duas fases passam a anteceder à habilitação. O vitorioso dessas duas fases é que vai ter a sua habilitação verificada pela comissão de licitação.

Algo que eu não disse, não está aqui, mas também seria interessante, é um pressuposto, disse o

Senador Rollemberg, quando leu as alterações: que todas as licitações, todas as modalidades de licitação poderão ser processadas por meio eletrônico. Isso significa que não só o pregão eletrônico pode ser feito pela Internet como também as outras modalidades. É claro que isso exigirá do Governo a elaboração de programas de computador capazes de lidar com essas complexidades. Uma concorrência eletrônica tem características peculiares que ainda não foram incorporadas ao programa de computador. Então, nós teremos que ter algum tempo para que se possa fazer concorrências eletrônicas.

Vejam que a medida provisória que cuida dos jogos olímpicos e da Olimpíada também pressupõe a possibilidade de realização, como regra geral, de licitações eletrônicas. Até onde eu saiba, nós não temos ainda programa de computador que possa permitir essas licitações por meio eletrônico. Temos apenas um programa, ComprasNet, que permite o pregão eletrônico. Mas esse desenvolvimento teria que ser feito.

Já falamos sobre o procedimento específico para a licitação de obras e serviços de engenharia. Mas eu gostaria de me debruçar um pouquinho sobre essa questão.

O Tribunal tem analisado as obras e serviços de engenharia da administração pública de uma forma específica, chamada Fiscobras, ao longo dos últimos 14 anos. Nós temos um sistema de controle de obras públicas que é realizado em parceria com o Congresso Nacional e que vem rendendo frutos extraordinários. Eu diria que o Fiscobras é hoje o produto mais interessante do Tribunal de Contas da União e do Congresso Nacional no campo das fiscalizações.

Esse programa de fiscalizações denominado Fiscobras tem por objetivo exercer um controle preventivo sobre as obras e serviços de engenharia. Ele, ao final, produz, tem como produto a remessa ao Congresso Nacional de uma lista de obras com indício de irregularidades graves em que o Tribunal sugere a paralisação dessas obras. Reparem que tudo fica parecendo que o importante do Fiscobras é a paralisação de obras, ou a sugestão da paralisação de obras. Isso não é verdade. O processo do Fiscobras é um processo anual, por meio do qual gestores são chamados a apresentar razões acerca de irregularidades, o Tribunal se debruça sobre essas irregularidades. E o que a gente vê é um processo de redução dos preços das obras públicas importantíssimo ao longo do Fiscobras.

Para os senhores terem uma ideia, no ano de 2010, esse processo de fiscalização de obras permitiu uma economia à União de R\$2,6 bilhões. Isso não é um número metafísico, não é nada que seja um número potencial. Isso é verdade. Eu somaria a cada obra a

ação do Tribunal e a redução de preço. E como se deu essa redução? Primeiro, o Tribunal percebeu editais com orçamentos contendo sobrepreços e determinou a redução. O administrador atendeu à determinação do Tribunal, e isso foi realizado com redução de preços e de gastos para a administração pública. Outro tipo de ação do Tribunal: o Tribunal percebeu que o contrato continha sobrepreços, itens com sobrepreços e determinou a assinatura de aditivos com redução desses valores. Isso ocorreu, e os preços foram reduzidos.

São essas duas ações extremamente simples, mas que exigem técnica, um trabalho de qualificação feito pelas nossas Secretarias de Obras, foram essas ações que permitiram reduzir os preços das obras públicas em R\$2,6 bilhões.

A gente lá no Tribunal diz que esses R\$2,6 bilhões são mais do que duas vezes o nosso orçamento. Não que nós tenhamos a pretensão de justificar a existência do Tribunal pela via econômica. A existência do Tribunal se justifica muito mais pela sua ação preventiva, por aquilo que não é feito em função da ação preventiva do Tribunal. Mas, se fôssemos analisar apenas a ação corretiva do Tribunal, ainda assim ele se justificaria, de uma forma muito simples, por essa economia que promoveu aos cofres públicos.

Para que os senhores tenham uma ideia também, depois dessa fase de remessa ao Congresso Nacional das obras com indícios de irregularidade, começa, de acordo com a LDO, uma fase de audiência pública em que os gestores são ouvidos, o TCU também pode ser ouvido.

O que aconteceu nesse ano 2010 sobre a relatoria do Senador Tião Viana? Nessas audiências, muitos gestores anuíram, concordaram com as determinações do Tribunal da existência de falhas e erros e concordaram em adotar as medidas corretivas apontadas pelo Tribunal. Pois as 32 obras com indícios de irregularidades graves foram reduzidas para seis. Seis obras constam do anexo da Lei Orçamentária. Senhores, essa foi a maior vitória do Congresso e do Tribunal de Contas da União nesse campo. Eu fiz questão de ligar para os Senadores que participaram dessa comissão, dizendo: "Olha, o Tribunal não tem nenhuma pretensão sádica de ver esse anexo com muitas obras". Isso foi a prova da eficiência do Fiscobras, prova da eficiência desse sistema de fiscalização.

A anuência natural do gestor das próprias empresas em adotar as medidas do Tribunal, esse sim é o parâmetro que mede o sucesso do nosso processo de fiscalização de obras.

Senhores, em relação à Copa do Mundo e à Olimpíada, a medida provisória que está sendo concebida é excelente. Ela incorpora excelentes práticas,

muitas delas eu estou falando aqui ao longo dessa minha palestra. Há um ponto nevrálgico que merece ser discutido e referenciado, que é contratação de obras públicas.

No campo da 8.666 e de acordo com a prática... Registro, então, a presença do Senador Waldemir Moka, Presidente da CMO, a que agradeço a presença. Obviamente temos muito ainda a contribuir também no âmbito da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Pela ordem, Presidente.

Eu fui o Presidente da Comissão Mista de Orçamento em 2010, Ministro. Acompanhamos e sou testemunha do que aconteceu lá. Quero até ressaltar o trabalho do comitê que analisou uma por uma, nessas audiências, que fizemos questão que fossem públicas. Eu acho que o trabalho sempre tem que ser preventivo. Acho muito importante e saúdo o trabalho do Tribunal de Contas da União.

Agora, o Congresso tem que chamar para si a responsabilidade. Quem tem que dizer se a obra continua ou não, se libera ou não o recurso é o Congresso Nacional, de forma transparente, por meio de audiências públicas, estabelecendo esses contatos entre o gestor, o Tribunal de Contas da União e o próprio Congresso. Assim foi feito. Como disse o Ministro, 24 obras irregulares foram reduzidas para apenas seis, com a máxima e absoluta transparência da Comissão Mista de Orçamento. Muito obrigado, Presidente.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Senador, pode ter certeza de que nós, do Tribunal, ficamos muito felizes com esse resultado e com a ação do Congresso Nacional, mesmo porque foi feita com absoluta transparência, com um diálogo técnico, com um diálogo político de alto nível, que acompanhamos. No final, temos que esse sistema de controle de obras públicas provou a sua eficiência, provou a que veio e trouxe novos paradigmas para que possamos prosseguir nesse controle obras públicas.

A gente tem a pretensão, já aproveitando o gancho do Senador, de tentar transformar esse sistema de fiscalização de obras públicas que é hoje regulamentado por LDOs, que são leis transitórias, nós temos a pretensão de sugerir ao Congresso Nacional que faça uma reflexão acerca da possibilidade de esculpir esse sistema numa lei ordinária ou lei complementar, fixando definitivamente essas regras. Porque, a cada LDO, surgem discussões sobre como será realizado esse sistema de fiscalização. Para o Tribunal, isso pode ser muito difícil porque começamos o processo de fiscalização em janeiro, e a LDO é promulgada em setembro normalmente. Em setembro, nossos trabalhos

estão sendo concluídos. Então qualquer alteração na LDO do ano pode subverter e causar um transtorno muito grande para o Tribunal e para próprio Governo. Eu acho que a gente já maturidade suficiente – aquelas audiências públicas são a prova incontestada dessa maturidade – para que possamos transplantar esse regime de controle de obras públicas das LDOs – porque não é matéria típica de LDO – para uma lei que fale do controle das obras públicas realizadas entre o Congresso Nacional e o Tribunal.

A LDO acaba sendo um depositário de regras que não dizem respeito à essência da LDO; é uma lei de diretrizes orçamentárias que serve para apontar os objetivos, as metas das leis orçamentárias. Não só em relação às obras, mas em relação a regras de convênios, o que se percebe é que a LDO acaba sendo utilizada como uma espécie de segunda via, um plano B para a inserção dessas regras em diplomas normativos.

Então, essa sugestão é nossa. Conversei com o Presidente Sarney, com o Presidente Marco Maia, também falamos com o Senador Rollemberg, ousamos até apresentar um esboço de alguma coisa que possa substituir a LDO, e pedimos então, humildemente, ao Congresso Nacional que se debruce sobre isso, porque acho que teríamos condições de ter uma eficiência ainda maior nesse sistema de controle das obras públicas.

Mas eu falava da contratação de obras públicas sob a égide da medida provisória que trata da Copa do Mundo, das licitações. Registro a presença do Senador Suplicy, que é o grande autor da PL. Estou ousando mencionar o seu substitutivo como referência para a minha palestra e fico feliz com a presença de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Presidente Benjamin Zymler, pela maneira como, inclusive, fez aqui a sua exposição. Peço desculpas, porque eu estava em outra comissão concomitantemente.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Muito obrigado.

Na Copa do Mundo e na Olimpíada, a medida provisória vai estabelecer uma regra que para nós é uma surpresa, uma novidade para a administração pública. Dirá a medida provisória que o regime de execução prioritário das obras deverá ser ou a empreitada integral ou o regime de execução por preço global ou a chamada contratação integrada.

Em síntese, esses regimes de execução têm características de contratação *turn key*: contrata-se o objeto como um todo, com todos os riscos envolvidos.

Depois de tantos anos no Tribunal, nós temos a certeza de que a prática administrativa no âmbito federal é de contratação por preços unitários. A contratação

por preços unitários tem uma vantagem: ela permite a adequação de um projeto básico, que eventualmente contenha falhas, ao longo da execução do contrato. Você pode, quando contrata por preços unitários, alterar os quantitativos das obras – terraplanagem, escavação, movimentação de material –, e o preço passa a ser justo, porque passa a ser uma multiplicação do novo quantitativo com o preço unitário.

Quando se faz uma proposta global, esse valor passa a ser um valor de risco assumido pela empresa e pelo Estado. Se o Estado não tem um projeto básico adequado ou se os estudos não são suficientes para orçar a obra, esse valor é, na verdade, um chute ou um tiro no escuro, alguma coisa que pode ser benéfica para o Estado ou muito benéfica para a empresa. Se a empresa tiver lucros exorbitantes, se o projeto for mal feito, o orçamento for mal feito e o preço contiver sobrepreço, muito provavelmente o Tribunal de Contas vai apontar esse sobrepreço e não vai permitir que o Estado pague valor superior ao que seria devido por regras de mercado, por preços referenciais de tabelas. Este é o pior dos mundos, senhores: um processo que acabe no Tribunal de Contas com alegação de sobrepreço.

Só é utilizado esse sistema de contratação global quando temos projetos bem elaborados, orçamentos bem elaborados. Vejam que a Petrobras usa muito o regime de contratação por preço global ou empreitada integral, principalmente na construção das suas refinarias, porque são muito específicas; são, na verdade, obras extremamente complexas em que é altamente vantajosa a contratação do todo.

Entretanto, a administração pública brasileira não tem muita experiência nessa contratação. E o nosso medo não é que isso esteja na lei; é a prática do comando legal, o exercício em concreto do comando legal.

Ainda há uma segunda possibilidade: se o preço for muito baixo, suponha que se contrate por preço global e o preço seja muito baixo. Senhores, as empresas que contratam por preço baixo vão, obviamente, tentar fugir do prejuízo, pedindo reajuste, repactuações, revisões contratuais ou – o que seria a coisa pior do mundo – paralisando a obra.

Então, imaginem uma contratação por preço global que eventualmente traga um benefício muito grande ao Estado, mas que cause prejuízo à empresa e ela paralise a execução da obra da Copa do Mundo ou da Olimpíada.

Senhores, eu volto a dizer, o fundamental para que medida provisória funcione, para que se dê prioridade às contratações *turn key*, para que isso seja possível, é absolutamente indispensável a existência de um orçamento confiável, bem elaborado. Disso nós

não vamos poder fugir. Não há mágica que permita fugir à elaboração de orçamentos confiáveis.

É esse o investimento que o Governo tem de fazer, é esse o ponto nevrálgico que tem de ser atacado por todos nós. Não há como esconder isso debaixo do tapete.

Eu diria que a medida provisória suscitada pelo Governo é excelente em 95% dos pontos. Nesse ponto pode ser excelente também se a gestão for adequada, se os orçamentos forem confiáveis. Não há nenhum óbice a se contratar por preço global, contratação integrada, se o anteprojeto básico for confiável e permitir a elaboração de um orçamento confiável.

Bem, outro ponto sobre o qual eu gostaria de falar é a inexecuibilidade das propostas de preço.

Senhores, uma das armas que a Administração tem para filtrar a participação de aventureiros no processo licitatório é a desclassificação de propostas inexecuíveis.

Proposta inexecuível é aquela proposta cujo preço não alcança nem mesmo o custo dos insumos aportados no produto, ou seja, uma proposta inexecuível é aquela que vai resultar num contrato que vai ser paralisado em algum momento ou em pedidos de revisão de preços, de repactuação de preços.

A Lei 8.666/93 foi muito inteligente ao estabelecer, para obras de serviços de engenharia, um critério para se chegar ao limiar de inexecuibilidade, que é matemático. Não vou enunciar aqui o critério, mas a Comissão de Licitação, com uma maquininha, com o orçamento, com as propostas, calcula o limiar de inexecuibilidade. Por exemplo, R\$432 mil. Calculou na hora. Abaixo de R\$432 mil, a proposta tem a presunção de inexecuível e, de acordo, com a jurisprudência do Tribunal, a empresa tem a possibilidade e o dever de provar que a proposta é exequível, ou seja, ninguém é desclassificado *a priori*. Se o preço for abaixo do limiar de inexecuibilidade, a empresa terá a possibilidade de provar a exequibilidade, para que a gente não puna a eficiência. Às vezes uma empresa tem um preço baixo porque ela é mais eficiente, enxugou seus custos, negociou fortemente com os fornecedores.

Portanto, o Senador Suplicy foi muito feliz quando estendeu esse critério de inexecuibilidade para todos os tipos de contratação e não só para obras de serviço de engenharia. Esse é um critério matemático que torna objetivo alguma coisa que é muito subjetiva. Qual é esse limiar de inexecuibilidade? Essa é uma pergunta que não tem resposta. Tem de haver um pressuposto objetivo e depois ser discutido. Dar chance à empresa de provar a exequibilidade.

Na medida provisória da Copa do Mundo e da Olimpíada, por alguma razão, na última versão que

recebi ontem à noite, isso foi afastado, não é? Isso me surpreendeu. Eu estava lendo ontem... Eu até acho que isso deve ser revisto pela relatora, Deputada Jandira Feghali. Acho que é uma forma simples de lidar. Isso está absolutamente ajustado à idéia de licitar rapidamente para a obra da Copa do Mundo e a da Olimpíada.

Então eu sugeriria que a gente continuasse esse entendimento para ver se é possível reinserir no texto da medida provisória esse critério da inexecuibilidade.

Saneamento de falhas. A jurisprudência do Tribunal, os próprios administrativistas têm cada vez mais acentuado o caráter instrumental do processo licitatório. A licitação é um instrumento para as contratações públicas. Para as contratações feitas pelo Estado. Logo, falhas irrisórias, falhas de pequena monta, pequenos desvios na apresentação das propostas ou mesmo na processualística da licitação devem ser saneadas, não devem levar à anulação da licitação, à desclassificação da proposta.

Então, o substitutivo do Senador Suplicy também vai ao encontro dessa nova jurisprudência e permite esse saneamento de falhas pela Comissão de Licitação. A ideia é tentar aproveitar o máximo possível, no limite da possibilidade, tudo que foi realizado, as propostas das empresas, para que a anulação seja uma medida extrema e apenas a última medida possível.

Há alteração de nomenclaturas importantes, garantias e requisitos da qualificação econômico-financeira ...

Efeito suspensivo e recurso. Aqui há uma questão interessante. Normalmente, se nós fazemos uma concorrência, nós temos duas fases recursais: uma fase recursal após a habilitação e outra fase recursal após o julgamento das propostas. Com a inversão de fases, ou mesmo sem a inversão de fases, a lei dirá, o substitutivo do Senador Suplicy, que haverá uma única instância recursal. Só haverá um momento em que a autoridade superior vai analisar os recursos. Isso significa que, se houver uma habilitação prévia ao julgamento das propostas, os recursos podem ser interpostos, mas eles serão recursos retidos nos autos. Eles não serão analisados e julgados. Eles só serão julgados depois do julgamento das propostas. Isso acelera o procedimento, isso simplifica o procedimento e isso, óbvio, foi acatado também na medida provisória da Copa e das Olimpíadas.

Limites de alteração contratual. Aqui, eu chamo atenção, Senador Suplicy, para uma coisa que é muito perigosa. Eu falo com alguma experiência no TCU e alguma experiência como engenheiro de projetos. Eu trabalhei quinze anos em projetos de linhas de transmissão e de subestações.

Houve uma redução dos limites de alteração unilateral dos contratos no seu substitutivo. Para obras públicas, 10%, 5% para compras e 25% para reformas. Ora, em quinze anos trabalhando em projetos, eu não consigo me lembrar de nenhum projeto de que eu tenha participado que não tenha sido alterado, em alguns casos profundamente, principalmente em projetos de longa maturação. Porque esses projetos são colocados sob o crivo da evolução tecnológica natural. Surgem novas possibilidades. E isso tudo se dá numa velocidade extraordinária.

Além das falhas naturais do projeto – porque os projetistas são humanos –, além das superveniências em razão de inovações tecnológicas, existem *insights* que surgem que não são controláveis. Existem grandes “sacações” – vou usar esse termo muito simples –, existem ideias que surgem que revolucionam o projeto.

Eu me lembro do projeto de Belo Monte. Um amigo da Eletronorte conseguiu, numa noite, num dia, conceber uma redução do lago, da área alagada de Belo Monte, de quase 90%, a partir de uma ideia que lhe ocorreu durante a noite, durante o sono. Ou seja, a engenharia também não é controlável. Existe algo de arte na engenharia.

Senhores, eu diria aqui que, com a experiência que nós temos no TCU, se o limite for de 10%, nós vamos paralisar a maioria das obras, porque esse limite vai ser superado em quase todas as obras públicas. E não dependemos, nesse caso, de projetos bem elaborados. É uma questão da natureza humana, de todos esses aspectos que eu mencionei.

Então, seria urgente rever esses limites. O limite de 25% me parece perfeitamente adequado. Ele dá uma boa margem para que a gente não tenha que relicitar, recontratar um limite de adaptação do projeto e permite também que a ideia de impessoalidade seja respeitada, porque variar 25% do objeto não significa uma violação à ideia de impessoalidade.

A medida provisória que nós estamos analisando também, da Copa do Mundo e das Olimpíadas, estabelece 25% e 50% mantém, mas diz que, se a alteração contratual resultar de uma imposição da Fifa ou do Comitê Olímpico Internacional, esse limite não vai ser utilizado. Isso me parece absolutamente razoável, bastante lógico. Isso aconteceu no Maracanã.

Nós estamos analisando a reforma do Maracanã, e foi elaborado um projeto básico, foi licitado, e depois a Fifa veio com outro caderno de encargos, que deve ser atendido pela obra, que não foi previsto no projeto básico. É óbvio que a gente não pode submeter esse tipo de imposição ao limite de 25%. Seria dessarazado, seria ilógico. A própria jurisprudência do Tribunal, não

precisaria nem de alteração legislativa, faculta, nesses casos, a ultrapassagem do limite de 25%.

Responsabilidade pela fiscalização. Esse é um dispositivo que me parece prescindível. Diz que o fiscal da obra pode ser submetido à Lei 8.429, a Lei da Improbidade Administrativa. Na verdade, a lei é tão ampla, permite a tipificação da conduta de improbidade de uma forma tão ampla, que é óbvio que, mesmo sem uma nova norma, a tipificação seria possível, poderia ter apenas um caráter simbólico, mostrando a importância do fiscal das obras e dos contratos, ou seja, a importância de que as medições correspondam ao que foi efetivamente executado pelo contratado.

Manutenção dos contratos, senhores. Essa é uma questão importante. Os senhores sabem que o art. 87 da Lei 8.666 permite a aplicação de sanções de declaração de inidoneidade e de suspensão para licitar e contratar. Uma das maiores dúvidas que foi suscitada é o caráter retroativo ou não dessa sanção, ou seja, uma empresa que teve contra si uma declaração de inidoneidade terá rescindidos os contratos em execução obrigatoriamente ou essa sanção tem efeitos apenas *ex nunc*, para o futuro? O entendimento do TCU foi de que a sanção retroage. Aplicamos isso no caso da Gautama, em que a Gautama foi declarada inidônea. Ela também era responsável pelo aeroporto de Macapá, e o Tribunal determinou a rescisão do contrato. O STJ tem posição divergente, diz que os efeitos são *ex nunc*, só não pode mais contratar, mas os contratos existentes são mantidos.

O substitutivo do Senador Suplicy também, de forma muito sábia, coloca que, em regra, os contratos devem ser rescindidos, porém, aqueles que estejam já em estágio avançado de execução e quando o interesse público apontar a manutenção do contrato, estes, excepcionalmente, poderão ser mantidos. Ou seja, permite ao gestor uma decisão discricionária acerca da continuidade ou não de obras com empresas declaradas inidôneas, mas fixa uma regra, que é a rescisão. Para mim, essa decisão é a mais adequada.

Senhores, para terminar, para não cansá-los em demasia, as penalidades que eram imputadas às empresas podem ser também estendidas para as pessoas físicas; diretores, gerentes de empresas podem ser declarados inidôneos. Se esses, por exemplo, forem acionistas, detentores de capital de outras empresas ou gerentes de outras empresas, essas outras empresas serão também, por decorrência, declaradas inidôneas. Cria-se uma rede de inidoneidade, porque um diretor pode, eventualmente, criar uma nova empresa e essa nova empresa passa a participar de licitações sem a tarja de inidônea. Com essa rede de inidoneidade, você

impossibilita essa manobra dos gestores e dos acionistas e cotistas de empresas declaradas inidôneas.

Finalmente, para terminar, a lei fala do TCU e altera, inclusive, nossa lei orgânica. Ela altera de duas formas. Permite ao Tribunal aplicar as sanções cominadas no art. 87 da 8.666. Acho extremamente interessante esse mecanismo. O Tribunal tem a possibilidade de aplicar suas próprias sanções, mas a declaração de inidoneidade prevista na 8.666 é muito mais possante, poderosa do que a nossa declaração de inidoneidade. Em alguns casos, dentro da processualística imaginada pelo Senador Suplicy, o Tribunal poderá aplicar essas sanções por maioria de dois terços com ampla defesa, com possibilidade de se dar ao órgão a competência para aplicar as sanções. Apenas em situações excepcionais, o Tribunal usaria a faculdade de aplicar as sanções cominadas na 8.666.

Finalmente, senhores, a questões das cautelares do TCU. Aqui, peço a atenção dos Srs. Senadores.

Uma das grandes evoluções que o processo do Tribunal passou foi a expedição de medidas cautelares para sustar, principalmente, licitações que tinham indícios de irregularidade. Essa sustação de licitações impede que a licitação se transforme num contrato, porque o Tribunal paralisa cautelarmente uma licitação, ouvindo ou não previamente o gestor, a empresa.

Qual é a grande vantagem da cautelar? Ela permite que a eficiência do controle possa aumentar. Nós temos uma tremenda eficiência ao controlarmos licitações e uma baixa eficiência quando controlamos contratos, porque, quando controlamos contratos, nós já temos uma obra em execução, um serviço em execução, fornecimento de bens sendo realizado. Qualquer medida mais grave de sustação, paralisação, traz enormes transtornos para a sociedade, para os governos, para as pessoas. Paralisar uma licitação causa um constrangimento, mas é uma questão de republicação de edital, mais um mês, nada de transtornos tão importantes.

Então, o substitutivo do Senador Suplicy dá um prazo de vigência das cautelares do TCU de 90 dias. Depois disso, elas perdem eficácia. Reparem que as nossas cautelares, em média, permanecem por mais de 90 dias. Por quê? Porque depois da cautelar nós temos de ouvir o gestor, temos de ouvir as empresas, as matérias são complexas, as empresas pedem, sistematicamente, dilação do prazo para falar nos autos, os gestores também. Nós compreendemos disso. Nós não estamos falando de questões triviais, estamos falando de obras de bilhões de reais, centenas de milhões de reais. Então, eu sugeriria que esses 90 dias fossem contados somente após a apresentação da resposta final da empresa e do gestor. Aí, sim, nós teríamos um

prazo que corre contra o Tribunal de Contas. Porque esses 90 dias, contados da forma como foi colocado, praticamente inviabilizam as medidas cautelares dos Tribunais.

Então, nós pedimos compreensão dos Srs. Deputados e Senadores para que levem isso em consideração. E estamos predispostos a agir com rapidez. Aliás, essa é a nossa finalidade hoje em dia. Nós temos certeza de que o controle só vai ser eficiente se ele for rápido, preventivo. Mas precisamos de um tempo minimamente denso, para que possamos falar nos autos com eficiência..

Era o que tinha a falar. É obvio que nós temos muitas outras considerações sobre o projeto de lei, a medida provisória, mas era basicamente o que nós tínhamos a falar. Agradeço novamente aos Srs. Senadores, à Comissão, ao Presidente Rollemberg, pela oportunidade que nos deu de contribuir com a Comissão.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Presidente Rodrigo Rollemberg, pela ordem, só para uma breve palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer a exposição tão rica do Presidente Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, agradecer as referências que fez. Quero dizer que vou solicitar a atenção para as notas taquigráficas com respeito a todas as sugestões. Inclusive, queria sugerir que, quem sabe, V. Ex^a possa encaminhar as sugestões por escrito das emendas que aqui sugeri oralmente. Posteriormente, comprometo-me a fazer uma visita ao senhor.

Vou pedir licença, Sr. Presidente, porque sou titular na Comissão de Assuntos Econômicos, iniciou-se a exposição do Ministro Mantega e eu tenho que estar lá. Muito obrigado.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Eu é que agradeço, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar o Presidente, Ministro Benjamin Zymler. V. Ex^a trouxe uma contribuição da maior relevância para o debate. A presença maciça de Senadores nesta Comissão demonstra o interesse do Senado por esse tema.

Quero aproveitar para cumprimentar também o Senador Eduardo Suplicy pelo seu brilhante relatório, lembrando que esse projeto está pronto para entrar em pauta, para ser apreciado pelo Plenário do Senado, já tendo sido aprovado na Câmara dos Deputados.

Nós vamos abrir, agora, para os questionamentos das senhoras e dos senhores Senadores. Vou sugerir, como encaminhamento, cinco minutos para cada um.

Vou tocar rapidamente a campainha quando estiver faltando um minuto, apenas como lembrança.

Lembro que, ao final desta reunião, é nossa ideia instalar a subcomissão encarregada de acompanhar os preparativos para a Rio+20, como aprovado na última reunião desta Comissão.

Nosso primeiro inscrito é o Senador Eduardo Braga, a quem passo a palavra com muito prazer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Presidente, nosso Senador Rollemberg; nosso Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler; primeiro quero dizer da oportunidade desse debate na Comissão Fiscalização e Controle do Senado da República. Oportunidade não apenas pela questão da Copa do Mundo e das Olimpíadas, Presidente Benjamin, mas também porque, nesse final de semana, importantes órgãos do meio de comunicação brasileiro divulgaram relatório comparativo entre a periodicidade da conclusão de uma obra no Brasil e a em outros países.

Lamentavelmente, aquilo que muitos dos Senadores e Parlamentares viveram, suas experiências como prefeitos, governadores, resultou, desse trabalho, uma importante constatação: de que as obras públicas brasileiras, inclusive as da iniciativa privada, têm, como prazo de duração, no mínimo o dobro, se comparadas às dos outros países. Numa síntese bastante resumida, isso mostra a oportunidade desse debate.

Outro ponto que faço questão de realçar é que a Lei nº 8.666, datada de 1993, representa um outro momento e outro quadro da Nação brasileira. É verdade que ela trouxe avanços com relação à lei anterior, trouxe importantes mecanismos de controle e fiscalização, mas é verdade também que, em 1993, por exemplo, a Internet e os meios eletrônicos praticamente inexistiam.

No entanto, é importante destacar que ainda temos dois Brasis. Um dotado de infraestrutura tecnológica, com banda larga, com condições de elaboração de pregões eletrônicos, de acesso a toda essa plataforma tecnológica, e um outro Brasil que ainda luta para ter a infraestrutura mínima de acesso a essa tecnologia.

É importante dizer que, na Amazônia, Presidente Rollemberg, há muitos Municípios que, lamentavelmente, sequer possuem banda estreita, quanto mais banda larga. Apenas para fazer, com humor, uma colocação importante com relação a esses aspectos.

Portanto, quero louvar a oportunidade desse debate.

Segundo, quero dizer da extrema importância das colocações que o Presidente do Tribunal de Contas fez com relação ao projeto que está em tramitação nesta Casa. Muito oportuna a colocação do Senador Suplicy

no sentido de que o pronunciamento de S. Ex^a, o Presidente do Tribunal, seja transformado, obviamente, numa recomendação a esta Comissão para que acompanhe um projeto de lei que já está pronto para ir à deliberação no plenário, mas que ainda pode receber reparos importantes, como, por exemplo, aquele que foi levantando sobre limites de alteração contratual. Foram extremamente oportunas as colocações de V. Ex^a com relação a esse tema.

Gostaria de me ater a dois pontos da explanação de V. Ex^a, porque creio que, diante da circunstância de que o Brasil possui dimensão continental e, portanto, composições de preço, principalmente em obras que são diferenciadas, porque existem regiões brasileiras que sequer têm determinados componentes.... O Amazonas, por exemplo, tem grande dificuldade de pedra; para que se possa fazer certas composições de preço usando pedra, brita, seixo, etc, existe um custo adicional sobre o valor unitário dos preços que não está, por exemplo, na tabela de preços da Sinapi. Aí, quando da elaboração dos orçamentos e quando das análises e das fiscalizações, temos obviamente, pontos que precisam ser discutidos,

Portanto, creio que o Cadastro Nacional de Registro de Preço, quando se vai comprar um *notebook*, por exemplo, as diferenças são apenas de transporte do bem. Portanto, é muito simples, com a atual logística do mundo moderno, adequar-se a isso. No entanto, quando tratamos de preços de obras, isso muda significativamente. Assim, talvez, valesse a pena ouvir o Presidente do Tribunal de Contas, ouvir o Tribunal de Contas. Por que não estabelecer um cadastro de registro de preços por região? Isso seria muito melhor, para que a elaboração de orçamentos fosse efetivamente correta e para que o controle e a fiscalização fossem muito mais efetivos. Essa é uma ponderação. Também reputo extremamente importante, porque é um grande avanço, fazer pregão eletrônico sobre obras. Inclusive, penso que isso vai mudar substancialmente esses prazos. Os meios de comunicação, mais precisamente a revista *Exame*, fazem comparações, dizendo que, em média, uma obra leva oito anos, desde o seu início, para ser concluída no Brasil.

Gostaria de destacar que acho correta a recomendação do Presidente do Tribunal de Contas no que diz respeito a um projeto básico bem elaborado, ao contrário de um projeto executivo, até porque um projeto executivo demandará um planejamento no setor público para o qual o Brasil ainda não está preparado, para o qual o Brasil ainda não está pronto. Seria uma letra na nossa norma que, muito dificilmente, seria cumprida mesmo pelos Estados e Regiões mais desenvolvidos deste País.

Nesse ponto, já que reconheço a importância da recomendação do Presidente do Tribunal de Contas, levando em consideração os aspectos preventivos que o Tribunal de Contas exerce – concordando com sua recomendação, repito –, eu indagaria: o que o Tribunal de Contas poderia fazer no sentido de estabelecer treinamento e qualificação de recursos humanos por Estado, por unidade da Federação, por meio das suas delegacias, para dotar a Administração Pública, seja a estadual, seja a municipal, dos instrumentos do conhecimento e da qualificação para melhorar a qualidade dos projetos básicos?

É notório que, hoje, no Brasil, em função do crescimento econômico, há grandes limitações, principalmente, na área de Engenharia. Hoje, é complicado um bom engenheiro estar no serviço público, em função dos recursos que, hoje, o serviço público destina para a remuneração desse profissional comparados com os da iniciativa privada.

Portanto, ao encerrar, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão e o nosso Presidente do Tribunal de Contas, pela excepcional apresentação feita, com um detalhe importante para esta Comissão. Recomendo que aproveitemos essa exposição para aprimorar, antes de o levarmos à deliberação final no Congresso, no Senado, obviamente, o projeto de lei que está em tramitação, porque creio que essa será uma grande contribuição.

Apenas faço essas duas indagações sobre o cadastro regional de preços para serviços e obras e sobre o treinamento e a qualificação dos nossas unidades federativas e municipais.

Também quero dizer, Sr. Presidente, que sou membro titular da CAE e que terei de me ausentar. Cheguei aqui cedo, como V. Ex^a pôde testemunhar, para cumprir nosso dever. Gostaria muito de estar presente, para ouvir as considerações do nosso Presidente. Já percebi que, como fazemos na Comissão de Ciência e Tecnologia, V. Ex^a dará a palavra aos demais Senadores, para que o Presidente possa dar sua resposta ao final.

Mas quero cumprimentá-lo pela oportunidade deste debate, no momento em que o Brasil discute Copa do Mundo e Olimpíadas e, ao mesmo tempo, discute como avançarmos na modernidade da gestão pública.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Braga, por sua presença aqui desde cedo. V. Ex^a faz duas indagações e, certamente, traz duas grandes contribuições a este debate. V. Ex^a terá acesso às notas taquigráficas e às intervenções do Presidente do Tribunal de Contas da União sobre o tema. Eu vou

adotar o seguinte critério de ouvir os parlamentares para, em seguida, passar a palavra ao Ministro Benjamin Zymler para fazer os seus comentários. Salvo se houver um número muito grande de inscrições, a gente pode intercalar, mas, neste momento, nós temos mais quatro Senadores inscritos. A nossa ideia é o Senador João Pedro, Senador Pedro Taques, Senadora Marisa Serrano e Senador Cícero Lucena.

Com a palavra o Senador João Pedro.

Peço desculpa, Senador Moka, mas o faço agora imediatamente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Presidente do Tribunal Benjamin Zymler, há poucos dias, nós estávamos, antes de o Senador Eduardo Braga sair, numa conversa – a Bancada do Amazonas – com os dirigentes da Infraero. Isso é simbólico, é fato, mas nós estávamos indagando sobre as obras de infraestrutura no aeroporto de Manaus, a reforma. Evidentemente preocupados com a agenda nacional. E eles, então, anunciaram que, para 2014, tinham preocupação com a não conclusão da obra. Mas como, se aqui o anteprojeto está dizendo que o projeto será executado em 25 meses? Você tem que dar um tempo de seis a oito meses para fiscalização, para Ministério Público Federal.

Nós não temos uma tranquilidade para dizer que o Estado, que o País assume um compromisso e que vai concluir obra de infraestrutura, enfim. Por conta do quê? Evidentemente por conta da nossa fiscalização. Então, esse debate aqui me chama a atenção porque essa situação não está só conosco, legisladores. Nós temos que ter um conjunto de normas para viabilizar compromissos do País com obras.

Nós precisamos, Presidente Rollemberg, refletir sobre esse quadro nacional. Acho que não se pode ter uma insegurança, uma imprecisão de o Estado dizer: “Nós não vamos cumprir.”, por conta da legislação. A legislação abre o precedente...não estou dizendo que nós temos que abrir mão da fiscalização. Por favor! Nós temos que ter fiscalização, nós temos que ter rigor com a aplicabilidade do recurso público. Nós temos que ter boas obras. Nós temos que ter hoje as obras relacionadas absolutamente com os compromissos nacionais e internacionais, com a qualidade de vida, enfim. Mas nós precisamos olhar isso porque é inconcebível uma representação parlamentar sair de uma conversa com uma instituição e a instituição dizer que não há precisão para dizer que nós vamos terminar e nós temos que deixar aqui seis, sete, oito meses para essa discussão sobre a nossa legislação. Porque no fundo é isto: a nossa legislação!

Mas eu fico satisfeito com a opinião de V. Ex^a sobre a medida provisória. V. Ex^a anunciou que a medida provisória atende a interesses públicos e que tem prática excelente no bojo da norma. Acho que isso é tranquilizador, porque evidentemente que há também uma discussão e parece que a medida provisória vem no sentido de flexibilizar para perder a qualidade da fiscalização, da responsabilidade de aplicar corretamente o recurso público.

Uma pergunta: o Brasil de hoje e o Brasil dos próximos dois anos é um Brasil de muitas obras, haja vista as grandes obras em execução, as hidrelétricas. Mas é trem-bala, são as arenas, os estádios. Nós temos uma agenda quase que comum de Manaus ao Rio Grande do Sul, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, com muitas obras, mobilidade urbana... O Tribunal de Contas está preparado para acompanhar esse volume de ações, de obras de infraestrutura no Brasil?

Pergunto: quantos engenheiros hoje, no Tribunal de Conta nós temos, para acompanhar de norte a sul, de leste a oeste? Acompanhar, evidentemente, que vai aqui e não tenho nenhum problema em atrasar por conta de fiscalizar: "Olha, nós precisamos fiscalizar, nós precisamos vistoriar, acompanhar a obra, a execução, enfim..." Então, eu gostaria de saber o número de membros do TCU nessa área de engenharia.

Por último, sobre o comentário que V. Ex^a fez sobre a questão de que há uma constatação, há uma deficiência no País em apresentar um projeto básico, o próprio projeto executivo de forma eficiente, rigorosa, com os cuidados que merece e, ao mesmo tempo, V. Ex^a fez um comentário que você pode licitar mesmo com um bom anteprojeto – esse foi o termo. Se não há uma contradição em exigir um bom projeto básico e a licitação acontecer com o anteprojeto. É um comentário, só para aprofundar e eu fazer o meu juízo aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador João Pedro.

Passo a palavra, então, ao Senador Pedro Taves.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, pedir a minha inscrição, por favor.

O SR. PEDRO TAVES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, ouvi com atenção a fala de V. Ex^a. Quero parabenizá-lo pela sua fala e pela sua atuação.

Nós todos sabemos que o Tribunal de Contas é um órgão que auxilia o Legislativo, não é auxiliar do Legislativo. Teria, mais ou menos, a função constitucional do Ministério Público, que é fiscalizar. Aliás, esta foi a intenção do legislador em 1988.

Eu gostaria de uma reflexão de V. Ex^a a respeito desta discussão que existe, hoje, no Brasil, da necessidade de nós termos que realizar as obras da Copa e das Olimpíadas, e eu concordo com isso, num tempo que seja razoável, porque a Copa e as Olimpíadas nós não vamos adiá-las por decreto, precisaríamos de aeroportos, de arenas, precisaríamos de tudo isso. E, se nós temos instrumentos de fiscalização suficientes para isso, se nós temos a necessidade de realizar essas obras, nós também temos a necessidade constitucional de obedecer ao art. 37 da Constituição para que o nosso Estado seja mais honesto.

Nós falamos em muitas obras, mas não falamos em corrupção que envolve a realização dessas obras.

Fiscalização, tempo e necessidade de edificar-mos essas obras.

Eu estava conversando com o Senador Braga aqui, nós todos sabemos que o tempo de uma obra no Brasil é muito largo, diferente de outros países. Só que, em outros países, o índice de corrupção também é bem menor do que existe no Brasil. Ou, ao menos, a punição à corrupção é maior do que existe no Brasil.

Essa reflexão eu queria de V. Ex^a, e a respeito do momento que nós estamos vivendo, se isso não significará... Nós vamos enfraquecer os órgãos de fiscalização notadamente o Tribunal de Contas, o Ministério Público e outros órgãos de fiscalização, sob uma desculpa que não encontra fundamento na razoabilidade. Essa é minha primeira indagação a V. Ex^a.

Faço a segunda indagação. O Tribunal de Contas, como dissemos ao iniciar nossa fala, é um órgão que auxilia o Legislativo. Como o Tribunal de Contas pode participar de uma relação com o Poder Executivo, auxiliando o Poder Executivo na realização de contratos?

Hoje, diz-se que o Tribunal de Contas deve trabalhar junto com o Executivo, mas o Tribunal de Contas é um órgão que fiscaliza as obras que serão realizadas, para que o Congresso Nacional possa ter subsídios, elementos, para determinar a paralisação dessas obras. Essa relação, parece-me, é um pouco promíscua. Fui Procurador da República durante quinze anos e recebia visitas de administradores, gestores, que me diziam assim: "Poderíamos trocar uma ideia a respeito desse processo administrativo?". Membros do Ministério Público, como o Tribunal de Contas, os seus Ministros e Conselheiros, não trocam ideias, mas, sim, exercem sua atribuição constitucional, que é a de fiscalização. Esse é o segundo ponto.

Há um terceiro ponto sobre o qual gostaria que V. Ex^a fizesse uma reflexão: é o que diz respeito ao projeto da LDO. Sabemos que, pela lei de 2010, é

possível o Congresso Nacional paralisar as obras com um simples relatório preliminar do TCU. Esse relatório preliminar não é tão preliminar, não é tão simples assim, pois consiste num relatório de auditoria, e, com fundamento nesse relatório de auditoria, o Congresso Nacional, auxiliado pelo Tribunal de Contas, paralisa essas obras. O projeto de LDO, no seu art. 91, muda essa lógica. Eu gostaria de saber se, no entender de V. Ex^a, como Presidente do Tribunal de Contas da União, como auditor de carreira, o art. 37 da Constituição restará respeitado se aguardarmos o voto de um Ministro ou um acórdão do Tribunal de Contas. Gostaria que V. Ex^a fizesse um paralelo com as obras do TRT de São Paulo e falasse da importância desse chamado relatório preliminar, que não é tão simples, pois possui uma consistência.

Tendo em conta essa pergunta, gostaria de saber se V. Ex^a teria condições de nos informar: quantos contratos foram enviados ao Congresso Nacional, na relação de obras e de serviços com indícios de irregularidades graves, com fundamento nesses relatórios, para efeitos de elaboração da lei orçamentária anual, em cumprimento ao disposto no art. 94 da Lei nº 12.309? E quantos desses contratos continham indícios de sobrepreço e de superfaturamento? V. Ex^a tem esses dados aqui, agora? Do contrário, farei o pedido por escrito. Também nessa mesma linha, quantos desses contratos foram objeto de solução considerada adequada para o sobrepreço até a votação pelo Congresso Nacional?

Essas são minhas indagações. Mais uma vez, parabeno V. Ex^a pelo seu sério trabalho junto ao Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques, pelas contribuições que traz ao debate.

Concedo, agora, a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Ministro Zymler. Seja sempre bem-vindo a esta Casa! O trabalho que o Senado faz junto com o Tribunal de Contas é fundamental para o exercício da cidadania e para a garantia da democracia no País. Portanto, fico muito feliz de contar com sua presença aqui, nesta manhã.

Eu queria lembrar ao Ministro algo que me preocupa muito. Quando acabou o Pan-americano no Rio de Janeiro e as obras daquele megaevento ficaram à disposição da população, verificamos que essas obras não tinham a estrutura que precisariam ter. Todas elas tiveram de ser refeitas, com um gasto excessivo para a União, com descrédito frente à população. Há obras

no Rio de Janeiro que, até hoje, estão inacabadas, não estão sendo utilizadas.

O medo que nós temos, Ministro, é que a gente não consiga fazer com que outro megaevento como a Copa ou as Olimpíadas deixe um legado ruim para a compreensão do povo brasileiro de que não vale a pena nós termos um gasto tão grande se as obras depois não vão ser utilizadas e bem utilizadas pela população brasileira.

E aí eu perguntaria a V. Ex^a: como está a fiscalização do TCU nessa altura das obras? Ela é concomitante à execução das obras? Principalmente falando em arenas e aeroportos, que são as questões mais candentes dessa proposta.

Eu quero dizer que acredito que, nessa altura dos acontecimentos, ainda são sanáveis e passíveis de recuperação; mesmo assim, nós estamos vendo alguns arautos pregando que é melhor não termos a Copa do mundo porque não vamos ter condições. Se não estamos tendo condições até agora, não teremos condições de terminar essas obras a tempo. E deveríamos fazer como a Colômbia fez anos atrás quando disse que não tinha condições e o México passou a ser o organizador dos eventos da Copa do mundo.

Portanto, essa é uma preocupação de todos nós. Se não temos condição, o gasto tem que ser...se o orçamento proposto não vai ser cumprido, não temos condições de chegar em 2014, então, é preferível a gente levantar antes essa hipótese, saber se não temos mesmo competência para isso e tocar outra questão que seria política de fazer com que Copa do mundo não fosse realizada no País. O que seria, acredito, uma tristeza para o povo brasileiro e uma decepção, porque este é o País do futebol e todo mundo está animadíssimo com a possibilidade da Copa do mundo, não só pelo esporte, mas também por tudo aquilo que pode trazer de importante para o País, não só no avanço da tecnologia, mas na área do turismo, na área da melhoria da educação, porque estamos investindo na formação melhor da população, principalmente nas cidades que vão sediar o evento e precisam conhecer um pouco mais dos outros países, aprender um pouco mais.

Então, a minha preocupação é justamente com esse legado da Copa e a possibilidade de não termos condições e competência para executá-la em 2014.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente do TCU, Benjamin Zymler, quero dizer da minha satisfa-

ção em ter participado dessa audiência pública quando nos leva a certeza e convicção de que o Tribunal de Contas da União está no caminho certo.

A explanação feita por V. Ex^a simboliza tudo que vem sendo feito pelo Tribunal, a sua vigilância, atento e se modernizando, que é algo que o País requer e que todos nós precisamos acompanhar. Como o senhor bem disse, existem as leis, mas existe muita gente vendo a melhor forma e conveniência de adotá-las. E o Tribunal, estando atento, está cumprindo o seu papel, o que nos deixa bastante feliz e com a consciência de que para as coisas que precisam ser corrigidas estão sendo tomadas providências necessárias.

O senhor disse, no meio dessa belíssima explanação, que a medida provisória... eu vou me ater não aos procedimentos que já estão sendo rotineiros, estão sendo cuidados, estão sendo procedidos, mas vou me ater basicamente à questão da Copa, que está sendo uma preocupação de todos nós. Na Câmara tem comissão de acompanhamento, aqui no Senado também tem comissão de acompanhamento e eu pediria a V. Ex^a que nos informasse porque, na medida provisória, pela avaliação que eu tive, o senhor colocou em várias oportunidades que 95% dela estaria muito boa e bastante compatível com aquilo que nós devemos ter e acompanhar nesse caso. O certo é que existe 5% que o senhor vê como necessário um aprimoramento, vamos dizer assim. Eu gostaria de saber quais são esses 5% necessários, e o que o senhor teria como sugestão para que esta Casa, que vai debater mais esse assunto, que vai votar esse assunto, possa estar atenta e, com certeza, ajudá-lo a corrigir esses 5%.

Da mesma forma, pergunto se, no Tribunal de Contas, há um grupo específico para acompanhamento desses eventos, para que possa dar colaboração também de prevenção, que o senhor chamou tanto a atenção, papel louvável com que o Tribunal tem orientado as suas ações. E também, aí não somente na Copa, mas de uma forma geral, como o Tribunal está vendo a questão dos índices diferenciais para as características de obras também diferentes. Se há todo um conceito e uma preocupação do Tribunal com esse objetivo.

Mais uma vez, quero parabenizar o Tribunal de Contas na pessoa do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o Presidente do Tribunal de Contas da União. É uma alegria, uma satisfação tê-lo nesta Comissão.

Fui Governador de Rondônia por dois mandatos e, na sua explanação, Ministro, o senhor falava sobre o registro de preço e as caronas que eram pegadas no meio do caminho. Por exemplo, o Tribunal de Contas da União faz um processo de compra de mil computadores, e o Estado de Rondônia pega carona e outros Estados pegam carona. Quero dizer ao senhor que para nós, do Estado de Rondônia, foi fundamental a economia que fizemos quando aproveitamos carona em vários processos de tribunais regionais de Justiça e vários outros órgãos públicos. Isso evita deixar só naquela região, naquele Estado, às vezes, só dois ou três que façam três cantos e tentem ganhar aquele processo licitatório. Com a carona do registro de preço, especialmente com outros Estados da Federação brasileira, possibilita-se, tanto os Municípios como os Estados, acabar muito com os três cantos, desde que um tenha preço de qualidade.

Vou dar um exemplo para o senhor. Comprei caminhonetes para a Casa Militar na época, o preço praticado em Rondônia era um e o preço que eu consegui no registro de preço foi bem inferior, em torno de 8%. Há vários exemplos, não só nessa área, mas em todas as áreas. Nós tivemos muito sucesso nisso.

Vim da outra comissão, da CAE, onde fui marcar presença e onde está presente o Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Lá conversava com o Senador Raupp e o Senador Acir. Nós temos uma preocupação muito grande: no Estado de Rondônia, que é cortado pela BR-364, ontem nós estivemos inaugurando a regionalização do Tribunal de Contas de Rondônia, com o Presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Tocantins e demais Estados, e o trecho entre Cacoal e Médici está intransitável. A burocracia que nós mesmos, homens públicos, colocamos, de um lado, vem coibir o procedimento ilegal e dar mais transparência ao ato público, mas, de outro lado, muitas vezes também vem emperrar.

O senhor falou na questão da Copa do Mundo, que está sendo feita uma medida provisória específica para ela, para evitar muitos procedimentos e muitas contratações, e as empresas depois quebrarem – e o que não falta neste País é empresa de mala, que entra na licitação e não tem condições e, depois, desiste. E há um outro caso grave, Sr. Presidente, que eu enfrentei em Rondônia, com o Eduardo Braga também não foi diferente, e vários outros governadores enfrentaram. Há muitas empresas que, para garantirem obra, têm capacidade para quatro, cinco obras, Presidente Rodrigo Rollemberg, mas pegam dez obras. Acabam ocupando espaço e não executando as obras. Então, as penalidades em cima dessas empresas têm que ser muito maiores. Não se pode ter dó.

Aí essas empresas começam a colocar defeito no projeto, começam a colocar defeito na maneira da execução. E, quando falei da BR-364, se nós temos o preço unitário na execução de um movimento de terra, se nós já temos o preço unitário por toneladas de asfalto, por que não o Dnit otimizar isso com o Tribunal de Contas da União? É só respeitar a questão regional, por exemplo, o custo da distância de algum lugar.

A exemplo do que estou falando para o senhor, se não houver alguma maneira diferenciada para a BR-364, ela vai ficar intransitável, e vai se inviabilizar toda a região Norte em tudo o que ela está produzindo. Será prejudicado desde o escoamento da produção até o produto – Senador João Pedro, que é lá de Manaus – que passa por Rondônia e está ficando. Até fazer o processo do recapeamento, da duplicação, se não for feito urgentemente um tapa-buracos... Agora, se for fazer todo o procedimento normal que está sendo hoje colocado em pauta, a dificuldade é muito grande.

A legislação está aí, mas, como temos outro procedimento que já houve na BR-364, que já houve em outros dados... Eu até ouvi quando o senhor respondeu ao Senador Suplicy sobre diminuir de 25 para 10; se colocar isso, vai ser um problema sério, que, de vez, vai travar todo o sistema de execução das obras no Brasil, nos Municípios de todos os lugares. Não por que há erro, mas porque, no momento em que se está executando, em que se está fazendo, infelizmente, você tem um problema que vai acontecer no meio da obra. Então, seria preciso que o Tribunal de Contas da União, especialmente nas rodovias federais, aproveitasse a carona, como se fosse um tipo de registro de preços, quando o material de asfalto, quando o material de execução é o mesmo. É o mesmo, Sr. Presidente!

Vai fazer no Rio de Janeiro um recapeamento de 8 cm; vai fazer na BR-364, é o mesmo: a pedra é a mesma, a areia é a mesma, o material asfáltico é o mesmo. Tudo é o mesmo. É preço nacional!

Então, tinha que haver um ponto de encontro nisso, para poder diminuir os problemas que temos nas nossas BRs nacionais, sob pena de continuarmos com um pedaço bom, e a maioria do trecho abandonado acabar.

Digo isso a título de sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Passo a palavra agora ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, bom dia.

Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, é uma alegria tê-lo de volta ao

Senado. Para nós é um prestígio muito grande recebê-lo nesta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Quero parabenizar o trabalho do TCU como órgão, como disse o Senador Pedro Taques, auxiliar do Congresso Nacional.

Eu vou começar por onde terminou meu amigo o Senador e Governador Ivo Cassol. Com relação ao registro de preços, acho que é um avanço muito grande para facilitar e ajudar nas compras governamentais, mas, no caso específico citado pelo Senador, do asfalto das rodovias, não é bem assim como o Senador disse, porque há uma diferença bastante importante em função da peculiaridades locais. Quer dizer, o valor do insumo lá em Rondônia, lá no meu Estado do Pará, na BR-163, na BR-230 é bem diferente do valor do insumo no Sul e no Sudeste, porque a pedra britada, o cimento, o próprio asfalto, que vem de distâncias enormes, não são compatíveis com os insumos que estão ao lado das refinarias.

Nesse caso específico, Senador Ivo Cassol, dificilmente um registro de preços de um Estado do Sul poderia ser utilizado para uma rodovia na Amazônia. Mas, em outros casos, sim: a maioria dos preços podem ser aproveitados.

Mas eu quero registrar o trabalho, como disse inicialmente, do Tribunal de Contas da União. A Senadora Marisa fez referência às obras do Pan-americano. O que se viu depois, e foi mostrado à sociedade, foi o desvio, a perda de recursos públicos na execução das obras para atender àquele compromisso do Brasil em sediar os jogos. E as coisas foram deixadas, talvez por não terem sido planejadas em tempo hábil. E o fato de se ter uma data final e irrevogável leva a pressões para a tomada de decisões, Senador Rodrigo Rollemberg, que atropelam as regras normais. Isso pode acontecer com relação às obras da Copa, às obras das Olimpíadas, e é evidente que o TCU e o próprio Governo Federal não podem e não devem compactuar com tal situação.

Eu não tive a oportunidade de assistir à explanação, mas vou tomar conhecimento pelas notas taquigráficas, pois eu estava num outro compromisso. Mas tenho certeza – e perguntei aqui ao Senador Cícero Lucena – de que não houve, na sua explanação, referência às obras do PAC.

As obras do PAC, no meu Estado do Pará, todas elas, com raras... Não quero dizer que haja exceções, mas praticamente todas elas têm problemas sérios, desde as licitações, que foram feitas sem projetos, de forma açodada, para que fossem atendidas ações políticas, eleitoreiras e midiáticas. E o que está acontecendo é que estão praticamente paradas, paralisadas. Não tinham projetos. O Senador João Pedro fez

referência a projetos, se não seria importante, para que não se perdesse tempo, licitar-se com projetos básicos. Eu acredito que a perda de tempo que se tem em ter um projeto executivo para a licitação ganha-se na execução da obra, porque, ao se licitar uma obra sem projeto, você vai ter, ao longo do desenvolvimento da obra, necessidade de paralisá-la para que se possa executá-la, e, pior do que isso, não se tem...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Poderia dizer a obra que foi licitada sem projeto?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – No Pará, eu lhe cito inúmeras delas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT — AM) – Dê uma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador, vamos evitar debate paralelo? Vou garantir a palavra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, ele quer uma, e vou dar: o sistema de abastecimento de água na cidade de Marabá.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Uma, para ficar mais explícito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou lhe dando uma: sistema de abastecimento de água na cidade de Marabá; o desvio da Transamazônica na cidade de Marabá; sistema de abastecimento de água na cidade de Santarém. São várias, todas dentro do PAC. Lá no Pará, eu listo umas... Para não exagerar e cometer injustiça, quase todas foram licitadas sem projetos adequados. Não quer dizer que não tenham projetos, mas foram licitadas com projetos inadequados, o que levou as obras a serem suspensas e terem que ser discutidas pelas empresas...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Já mudou. Tem projeto, então. Não tinha projeto, agora...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Por favor, Senador João Pedro, vamos garantir a palavra ao Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a é engenheiro?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Civil?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Fiz Agronomia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agronomia. V. Ex^a entende, graças a Deus...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador João Pedro, por favor, vamos garantir a palavra...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É que V. Ex^a disse que não tinha projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não tem projeto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Agora V. Ex^a está dizendo que tem projeto inadequado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não! V. Ex^a tem que entender que projeto para executar uma obra é um projeto detalhado, que tem que ter condições técnicas de execução. Aí você tem projeto...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a estava dizendo que não tem projeto, e agora diz que tem projeto?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, vou repetir. Você tem esboço, você tem um projeto básico e você tem um projeto executivo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a é engenheiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sou engenheiro, graças a Deus.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – De quê?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Civil. E tive...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mas, então, V. Ex^a tem que dizer que existe projeto básico e não inadequado ou projeto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas você não pode licitar uma obra – e lutei muito na legislatura passada quando discutíamos a revisão da 8.666, que não se permitisse licitar uma obra que não fosse com projeto executivo. Nós resolveríamos 90% dos problemas existentes nas licitações públicas. O que leva a uma grande dificuldade na licitação pública é a licitação com projeto dito “básico”, entre aspas, porque nem básico é; são esboços daquilo que se quer fazer.

Senador João Pedro, agora mesmo, o Senado aprovou que a União dê um aval para garantir o empréstimo de R\$20 bilhões do BNDES ao trem-bala, que está sendo licitado sem nenhum projeto, sem nenhuma definição ao longo do percurso da execução que será feita. Ninguém sabe qual o tipo de solo em que vai ser executado, ninguém tem ideia da desapropriação. Ou seja, quanto vai custar o trem-bala? O Governo diz que são um pouco mais de R\$20 bilhões; os técnicos da área – e nós tivemos audiências públicas aqui, no Senado – dizem que chegará a mais de R\$50 bilhões. Nós vamos pagar para ver?

Mas não vamos entrar nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Conclua, Senador, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu gostaria de não deixar o Ministro Benjamin Zymmler sem que possa me esclarecer com a sua inteligência, o que eu gostaria de indagar a ele.

A minha dúvida, Ministro, como eu disse, o TCU faz um trabalho que merece de todos nós reconhecimento. Agora mesmo, o Governo pretende, já tentou anteriormente, mas volta a pretender, dentro da Comissão de Orçamento, engessar o TCU na questão de não deixar que as obras sejam paralisadas apenas com o relatório do TCU que demonstra que há incorreções na execução dos contratos em andamento.

Haveria alguma forma de o TCU agir, não após o acontecido, ou seja, como se diz comumente, após a casa arrombada é que se coloca a tranca. Mas não deixar a casa ser arrombada, ou seja, de forma preventiva, de não deixar acontecer esses erros, e, com isso, possamos ter economia de recursos públicos que são da sociedade. Dinheiro na brota de árvore; o dinheiro sai dos impostos pagos por todos os brasileiros, principalmente aqueles das classes mais necessitadas, que pagam quando compram seus alimentos do dia a dia.

Era essa a pergunta, parabenizando novamente o trabalho do TCU, presidido tão bem por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para concluir as palavras do Senador Flexa Ribeiro.

Quero dizer o seguinte: quando sugeri a questão do registro de preço nos materiais, especialmente no conserto de rodovias, o preço do asfalto é nacional. A única coisa que estou colocando aqui como pauta é que o frete seja computado junto. Então, o próprio TCU pode ter esse frete para o Amazonas, para o Pará, para Rondônia, para todos os Estados brasileiros.

É essa a sugestão, portanto, ao Senador Flexa, só para concluir, de que não há prejuízo para as empresas em local nenhum, porque vivemos dentro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra o Senador Valadares, último inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Benjamin Zymmler, sem dúvida, o Tribunal de Contas exerce um papel importante entre as instituições de fiscalização

do Brasil, principalmente auxiliando o Poder Legislativo na realização de obras e serviços em favor da Nação. Utiliza-se o Tribunal de Contas de várias legislações no exercício de suas atividades, não só a Lei de Licitações, como também a Leis de Responsabilidade Fiscal, que são instrumentos importantes na execução orçamentária dos Entes federados.

A Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe um alento à sociedade brasileira, de vez que obrigou o Poder Público a ter uma ação planejada e maior transparência nos gastos, transparência com publicidade efetiva, mostrando as receitas e as despesas realizadas, não só no *Diário Oficial*, como acontecia antigamente, mas também agora na Internet, inclusive com apresentação dos limites de gastos com pessoal. E o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a própria Lei Orçamentária Anual (LOA) são os três instrumentos da chamada gestão planejada,

No Brasil, infelizmente, ainda não temos um orçamento que se possa dizer seja um instrumento de realização de tudo aquilo que foi planejado, pois, logo após aprovado pelo Congresso Nacional, de forma repetitiva, o Poder Executivo, até por excessos do Poder Legislativo, tem feito contingenciamentos e cortes necessários, visando à implementação de obras prioritárias e, conseqüentemente, barrando receitas impossíveis de acontecer.

Assim, eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre a proposta do orçamento impositivo ou do orçamento obrigatório na Administração Pública, tanto na esfera federal, quanto estadual e na municipal.

De outro lado, sabemos que o Tribunal de Contas, no seu papel de fiscalização, condena administradores ou gestores a devolver recursos que foram subtraídos durante a execução orçamentária. E essas decisões, muitas vezes, não saem do papel, simplesmente porque o Tribunal de Contas não tem poder de executoriedade, ou seja, de transformar aquelas dívidas do gestor em título executivo para ser cobrado imediatamente. Quem tem esse poder é a Justiça. Verificando essa falha na legislação, o Ministro Ubiratan, que foi Presidente, colega de V. Ex^a, sugeriu-me a apresentação de uma PEC...

O Ministro Ubiratan, que foi Presidente, colega de V. Ex^a, me sugeriu a apresentação de uma PEC, tornando obrigatório o cumprimento das decisões do Tribunal no que diz respeito aos desvios de recursos e a cobrança imediata pelo Tribunal com a participação do Ministério Público. O que V. Ex^a acha dessa proposta para fortalecer o poder fiscalizador do Tribunal de Contas.

Sabemos que um dos gargalos apontados pelos administradores na demora da realização das obras,

ainda é a Lei de Licitações, muito embora seja uma grande conquista que tivemos. Uns acham que os procedimentos estão invertidos, que, na realização de obras, Sr. Presidente, o que se leva em consideração primeiro é a documentação apresentada, a pré-qualificação, o preço da obra. Então, o que devemos levar em consideração primeiro? Ver a pré-qualificação para saber se aquela empresa tem as condições exigidas pela Lei de Licitações e que possa participar do evento e também a abertura do envelope, *a posteriori*, para saber qual o menor preço.

Eu gostaria também de saber o seguinte: o que se deve levar em conta no que se relaciona às licitações são esses três fatores: pré-qualificação dos concorrentes, condições técnicas e preços. Por ordem, o que V. Ex^a acha que deveria prevalecer? Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valadares, nosso último inscrito.

Antes de passar a palavra ao Presidente, Ministro Benjamim Zymler, também quero fazer três muito rápidas observações para ouvir a opinião do Ministro Presidente.

Sobre a questão de registro de preços, não há dúvida alguma de que se tratou de um avanço e que tem propiciado agilidade na Administração Pública. No entanto, a imprensa tem noticiado, com alguma frequência que, sobretudo e especialmente, no que se refere a registro de preços de eventos, o que acontece é que uma determinada empresa registra vários tipos de serviços para uma atividade de eventos, o que propicia que determinados tipos de serviços estejam supervalorizados e outros nem tanto, mas o que faria com que, numa contratação seguinte, se buscasse utilizar mais aqueles preços sobrevalorizados, o que leva a Administração Pública a prejuízos.

Gostaria de ouvir comentários sobre a maneira como o Tribunal de Contas tem tratado a questão de registro de preços especificamente para eventos. Em relação à medida provisória em gestação, que cria um sistema específico para a Copa e Olimpíadas, que é o sistema de contratação por empreitada integral, com preço global e execução integrada, minha dúvida é a seguinte: o preço global, em relação ao preço unitário, não será muito mais difícil para o órgão de fiscalização, como o Tribunal de Contas? Não será mais difícil fiscalizar uma obra por preço global do que uma obra por preços unitários?

Por fim, eu gostaria de saber, se é que o Presidente pode dar essa informação imediatamente, qual o percentual de multas aplicadas a empresas que descumprem contratos ou a gestores públicos, que efeti-

vamente são recolhidas aos cofres públicos a partir de decisões tomadas pelo Tribunal de Contas da União.

Esses são os questionamentos, mais uma vez, agradecendo ao Ministro Presidente a presença nesta Comissão.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Serei rápido. Apenas quero discutir uma premissa nossa nessa discussão. É uma premissa que não está exclusivamente restrita aos engenheiros.

Eu quero dialogar com o Senador Flexa Ribeiro, porque ele perguntou se eu era engenheiro, e isso não diz respeito a ser ou não engenheiro. Daqui a pouco, ele vai perguntar o meu CPF, o número da minha carteira de identidade. Esse é um assunto diz respeito a todos os Senadores, independentemente de serem ou não engenheiros.

Essa é uma premissa inaceitável por parte do Senador de fazer uma pergunta sobre a profissão deste ou daquele. Não interessa se é engenheiro, educador, historiador ou advogado. Não é essa a questão. O assunto diz respeito a todos os Senadores e é de interesse público, é de interesse do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Sem dúvida.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Então, ele levantou uma questão genérica. Fiz uma pergunta, para que ele citasse a obra. É importante dizer isso, porque...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Está registrado o protesto de V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Isso não diz respeito a esta ou aquela profissão. Hoje, este é um debate importante sobre o TCU.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Quero pedir a compreensão do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só pediria a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Tranquilo o nosso Senador João Pedro, porque também não sou engenheiro. E penso que todos, aqui, têm a mesma prerrogativa, como Senadores executores de um mandato público.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Rollemberg, peço que me dê um minuto. É que meu amigo João Pedro disse...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero insistir com V. Ex^a nisso, para que a gente possa ouvir o Presidente do Tribunal de Contas da União.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, não quero pedir a palavra pelo art. 14 do Regimento, mas eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concedo-lhe um minuto. Eu pediria a compreensão de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Meu querido amigo Senador João Pedro, não tive nenhuma intenção de ofendê-lo, ele que é meu amigo. Eu apenas perguntei se ele era engenheiro, porque estávamos discutindo detalhes sobre qualidade de projeto. Se nós estivermos discutindo aqui uma questão ligada à Medicina, à cirurgia, eu não vou me aprofundar, até porque não entendo disso. Perguntei se ele era engenheiro só porque era discutido se o projeto era de um certo tipo.

Então, Senador João Pedro, tenha a certeza de que não tive a intenção de ofendê-lo quando lhe perguntei se era engenheiro. Eu apenas queria saber se V. Ex^a tinha conhecimento do tipo de projetos: esboço, projeto básico, projeto executivo.

E encaminhei a V. Ex^a uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje exatamente tratando desse assunto, de que os projetos são inadequados quando existem as concorrências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agora, teremos a oportunidade de ouvir o Presidente Ministro, que, inclusive, vai esclarecer esses questionamentos sobre projeto básico e projeto executivo.

Concedo a palavra ao Ministro Presidente Benjamin Zymler.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Primeiro, eu gostaria de agradecer muitíssimo aos Senadores pelas questões formuladas, que são extremamente densas e complexas e que tangenciam toda a rede de atuação do Tribunal de Contas da União (TCU). Vamos tentar responder com alguma objetividade, já que são inúmeras perguntas.

O Senador Eduardo Braga alude a um cadastro nacional de registros de preços regional para obras. Aqui, é preciso estabelecer uma distinção clara: o registro de preços é utilizado hoje para compras e serviços. A obra é licitada como um objeto único, ou seja, um conjunto de serviços e bens aplicados para a construção de um prédio, para a reforma de outro

prédio. Não faz sentido, como está estruturada a Lei nº 8.666, falar em registro de preços de obras, porque o insumo aço, o insumo areia, o insumo brita são comprados pela empresa vencedora, que tem liberdade para lidar com seus fornecedores principais, para com eles negociar fortemente.

Há na jurisprudência do TCU uma jurisprudência predominante que tende a evitar o parcelamento de obras. Se você decompuser uma obra, você pode contratar serviços e bens e eventualmente você pode até usar pregão para licitar obras. Se você decompuser uma obra em itens de serviços e itens de bens, cada serviço de engenharia pode ser licitado por pregão, cada compra de tijolo e areia pode ser licitado por pregão, mas a lei não permite que o pregão seja usado para obras. A 8.666 fala, quando delimita os objetos licitados, em compras, serviços, obras e alienações. Então, não faz muito sentido, de acordo com o nosso ordenamento jurídico, ter um cadastro de registro de preços para obras, já que os itens unitários que compõem uma obra são insumos cuja responsabilização compete ao vencedor da licitação.

O que o Senador Eduardo Braga e o Senador Ivo Cassol e outros Senadores mencionam é a dificuldade de se tem de avaliar o custo dos insumos para as diversas obras realizadas no Brasil. É claro que uma obra na Amazônia, no Acre, em São Paulo, tem insumos diferentes com custos distintos. A nossa referência, prevista na LDO, para cálculo desse tipo de obra é o Sinapi, que é um banco de dados de obras, com preços de mercado coletados pela Caixa Econômica Federal, que faz uma distribuição em razão da distribuição do empreendimento.

Então, nós cotamos diferentemente preços de insumos para verificar se o custo global da obra e os custos unitários estão adequados ou não. Nós verificamos isso junto ao Sinapi, fazemos também as adequações que o Sinapi não pondera. Muitas externalidades, fatores externos, influenciam a composição dos custos de uma obra. O aeroporto de Brasília foi realizado em expediente noturno, ele estava em funcionamento; logo, todos os trabalhadores recebiam adicional noturno – isso não está no Sinapi, foi contabilizado. Nas obras do Acre, o Senador sabe disso, os custos da terraplenagem, o cimento vem de balsa de quilômetros de distância, demora 45 dias para chegar – eu não me lembro quanto tempo, pode me corrigir –, é óbvio que tudo isso tem que ser considerado.

O Tribunal não faz um trabalho amador, ele tem 120 profissionais, auditores engenheiros, que fazem a avaliação nos casos concretos nos preços que podem ser tido como razoáveis. O Sinapi é a nossa referência, mas nós vamos muito mais do que Sinapi. Discutimos

o momento do transporte, se a brita é extraída perto da obra isso é contabilizado, se é comercializada, tudo é levando em consideração. A distância, o percurso, o tipo de rodovia, fatores climáticos são todos ponderados matematicamente para que se chegue ao valor da obra.

Às vezes eu ouço essas críticas e eu falo, do alto dos 20 de Tribunal – fui analista, fui auditor –, como se nós trouxéssemos preços da Amazônia para obra de São Paulo. Se isso fosse feito, como se os nossos engenheiros não fossem engenheiros da Administração Pública, todos com especialização, mestrado. Isso é óbvio que não é feito, nós levamos em consideração todos esses detalhes.

É claro que há obras que são muito específicas, como as obras aeroportuárias que têm alguns itens unitários muito específico e a Infraero pediu auxílio ao TCU para que o TCU acompanhasse a criação de um Sinapi aeroportuário.

Nós estamos evoluindo nisso, ainda não chegamos à construção de um Sinapi aeroportuário, mas incentivamos que esses bancos de dados específicos sejam criados já com a inclusão de todas essas externalidades que influenciam na formação dos preços de obras específicas.

A Petrobras é um universo em si mesmo, ela tem alguns itens de preços de fornecedores que só fornecem para a Petrobras. Alguns itens da refinaria Abreu e Lima, da Comperj só a Petrobras demanda, são montagens eletromecânicas e equipamentos que são fabricados só para a Petrobras. Nesse ponto são para nós equipamentos tarjados cujo custo é impossível de ser verificado porque não há como comparar. Ou seja, o que eu quero mostrar é que Tribunal faz uma análise técnica, consciente, profissional e, quando há essas externalidades, nós levamos em consideração sim e estamos abertos a isso. Aliás, os nossos técnicos estão predispostos a isso e são treinados para isso.

O Senador Eduardo Braga perguntou o que o TCU faz para qualificar recursos humanos.

Senhores, na gestão do Ministro Ubiratan, que me antecedeu na Presidência do Tribunal, foi dada uma ênfase extraordinária no treinamento de gestores públicos, para lidar com licitações de todo tipo, compras, serviços e obras. O Tribunal tem cursos pela Internet e, neste ano, nós já treinamos 5 mil gestores com esses cursos. Nós abrimos esses cursos, divulgamos esses cursos, e as inscrições são realizadas. Elas são preenchidas em pouquíssimo tempo. Mas esse é um dos nossos objetivos. Na nossa gestão, nós vamos dar continuidade a esse programa de treinamento dos gestores públicos

O Senador Pedro Taques tocou num ponto importante. Isso não é uma competência originária do Tribunal. Você não vai ter no art. 71, compete ao Tribunal treinar gestores. Mas nós fazemos isso com a convicção de que esse treinamento pode afastar inúmeros processos que não adentrarão ao Tribunal exatamente porque os gestores saberão fazer. Então, grande parte do esforço do Tribunal, em mão de obra e também em meios materiais, é utilizado não no exercício de suas competências, mas em treinamento dos gestores, porque nós temos convicção de isso poderá provocar um resultado extremamente benéfico para o controle. Mas não temos a pretensão de esgotar e de ter... Nós somos 2,7 mil servidores, 1,7 mil auditores, 1,1 mil na área fim; isso é um número muito pequeno para lidar com o Brasil, com a dimensão da Administração Pública. O cobertor é curtíssimo. Atualmente, a grande arte do Tribunal é saber como puxar o cobertor, que parte do corpo deve ficar descoberta. Alguma parte da Administração Pública deverá ficar descoberta, porque é impossível, materialmente, controlar tudo a todo tempo, toda a execução da despesa pública.

O Tribunal tem investido muitíssimo no planejamento das auditorias, no uso da inteligência, no levantamento de dados públicos, no cruzamento de dados, na tipificação de ilicitudes. Temos, no setor de inteligência, grandes computadores que fazem esse cruzamento de dados, de forma que tentemos utilizar da forma mais eficiente possível a nossa escassa mão de obra.

Quando fiz a minha primeira auditoria no Tribunal, eu fui à Eletronorte e pedi lá ao pessoal da Eletronorte todos os processos de licitação e um computador para trabalhar. Não tinha a menor ideia do que me esperava lá. Hoje os nossos auditores, quando vão à Eletronorte ou a qualquer órgão, já fazem um levantamento por computador, cruzamento de bancos de dados. Nós já sabemos o que buscar, já definimos a área de atuação. É Eletronorte, que área, que zona nós vamos auditar, contratação de serviços, obras, que obra; já vamos especificamente pedindo os dados específicos. Essa é a única forma que temos de otimizar as nossas ações de inspeção e auditoria.

Agradeço, então, ao Senador Eduardo Braga.

O Senador João Pedro fala do tempo da fiscalização do Brasil, que precisa fazer tudo em infraestrutura e que há um tempo da fiscalização que foi aludido pelo Presidente da Infraero, Secretário da Aviação Civil.

Nós sabemos disso. Como o sistema econômico brasileiro é o capitalista, as empresas precificam tudo. Toda a insegurança jurídica, toda a insegurança de controle é precificado; isso é da natureza das empresas que buscam ter um lucro. Nós sabemos que as ações do TCU devem ser exercidas controladoras

por força constitucional. Mas a Constituição, em nenhum momento, diz quando o controle deve incidir. E como a atividade administrativa é exercida de forma procedimental, nós sabemos que nós devemos fazer incidir o controle no nascedouro do processo. É claro que o TCU – o Senador Pedro Taques também fala sobre isso – não se confunde com a ação do Poder Executivo. Nós não executamos gestão pública. Mas, para controlar, sempre dizemos, é preciso uma variável e um padrão. E variável é um ato administrativo, um contrato, um procedimento, e o nosso padrão é a legalidade, a economicidade, a legitimidade. O que nós devemos fazer é tentar antecipar o momento de incidência do controle. Numa licitação, por exemplo, o edital divide a fase interna e a fase externa. Depois da licitação, tem um contrato. O ideal é que a gente incida o controle antes do edital. Ou seja, nós poderemos analisar se os requisitos para lançar a licitação estão presentes: projeto básico adequado, orçamento detalhado, dotação orçamentária. Então, em grandes obras, como na Copa do Mundo, nossa pretensão é anteceder a incidência do controle o mais possível e fazer quase que um controle concomitante, um batimento entre o que é realizado pelo gestor, e isso é o espaço discricionário dele, nós não invadimos isso, mas ele nos apresenta o seu produto, e o produto é imediatamente analisado pelo Tribunal.

Por que qual é o problema? Se nós podemos corrigir um projeto base, falar de uma dificuldade de um orçamento no momento em que ele é concebido, nós estamos salvando uma licitação. Se essa crítica é feita na execução do contrato, senhores, a eficiência do controle é baixíssima. Nós teríamos que falar, começar a aventar a anular da licitação, com a anulação do contrato, rescisão do contrato, e aí a gente está falando de obras da Copa do Mundo, serviços prioritários, compras importantíssimas. Logo, a grande estratégia do Tribunal na Copa do Mundo, na Olimpíada e, de uma forma geral – claro que a gente não tem condição de fazer isso em todas as licitações – é antecipar o controle.

Quem está à frente desse grande processo de controle das obras da Copa do Mundo é o Ministro Valmir Campelo. Nós começamos a controlar isso em 2009, mapeando as zonas de risco do planejamento da Copa do Mundo. Temos um acórdão de 2009 em que a gente remete ao Ministério dos Esportes e a outros ministérios as zonas que entendemos que são zonas de risco e que mereceriam um planejamento adequado. Isso é um controle cooperativo, controle por colaboração, mas que, de nenhuma forma, faz coincidir a nossa atuação com a do gestor.

O Senador Pedro Taques foi perfeito: a gente tem que sempre cuidar de não haver uma integração perniciosa entre gestor e controlador; agora, isso não impede que o controlador tenha uma postura de cooperação e de colaboração, exercendo o controle preventivo. Nós temos as nossas competências, não as confundimos com a do gestor, mas antecipamos o controle para tornar eficiente o efeito final.

Pergunta o Senador João Pedro: o Tribunal está preparado para acompanhar todas as obras? Senador, a grande verdade é que vamos sempre ter que fazer uma auditoria por amostragem, uma fiscalização por amostragem. Com 120 engenheiros, sem a possibilidade de realizar concurso público este ano – estava previsto concurso para 80 engenheiros –, estamos com um problema de contingenciamento e, provavelmente, este ano, não será realizado esse concurso, ou apenas no segundo semestre, mas esses engenheiros só se tornarão realmente efetivos no ano vindouro. Então, temos que fazer sempre seleções por amostragem.

Mas o que digo é que as nossas seleções são feitas por critérios matemáticos, utilizando recursos computacionais. Nós mapeamos o risco, verificamos qual a maior probabilidade de risco, olhamos todos os... As variáveis são ponderadas, alimentam um programa que nos dá um quadro da matriz de risco e onde deve, prioritariamente, incidir o esforço de controle. Agora, é óbvio que nós não temos condições de acompanhar todas as obras.

Agora, na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, todas as obras serão acompanhadas – as que podem ser acompanhadas pelo Tribunal, porque aqui há um outro complicador, Senador. A Copa do Mundo, por exemplo, contém um conjunto de obras realizadas, como os estádios, as obras de viabilidade urbana, as obras aeroportuárias. Alguns estádios são construídos por Estados membros da Federação com recursos próprios ou com recursos emprestados do BNDES, da Caixa Econômica. Outros estádios serão construídos pela iniciativa privada, por concessão, ou PPP. São contratos específicos. As obras de viabilidade urbana podem ser feitas com recursos estaduais, com empréstimos também; os aeroportos são construídos com recursos federais. Vejam: o TCU não tem competência para acompanhar e controlar obras realizadas com recursos estaduais. O Maracanã, por exemplo, está sendo reconstruído com recursos do Estado do Rio de Janeiro, e ainda não começou o fluxo do empréstimo do BNDES para o Maracanã. Isso vai acontecer. O que o Tribunal pode fazer nesse caso? Acompanha o contrato de financiamento do BNDES, verifica se os requisitos para o financiamento estão presentes. O Ministro Valmir Campelo percebeu que eram necessários um reforço,

uma melhoria do projeto básico e do orçamento detalhado. E nós combinamos com o Governador Sérgio Cabral a remessa desses dados para o TCU.

Agora, muitos tribunais de contas estaduais não têm ainda qualificação para fazer um acompanhamento de obras públicas. A que o TCU se dispõe, o Ministro Valmir Campelo, qual foi o sistema que nós criamos? Nós podemos emprestar os nossos escassos recursos humanos, alguns auditores, para que o TCE possa fazer o acompanhamento de uma dada obra, da licitação daquela obra, mas o TCU não pode exercer uma competência que não lhe é cometida pela Constituição e pelas leis.

Nas concessões de serviço público ou nas PPPs, a situação é parecida. São concessões muitas vezes estaduais e ao TCU não caberia analisar as concessões estaduais. Nós controlamos as concessões federais, concessões de serviços públicos federais e as PPPs federais, e fazemos um controle tipicamente preventivo. O nosso controle é feito da seguinte forma: temos uma instrução normativa com cinco etapas; quando se quer fazer uma PPP ou uma concessão, o órgão, a agência reguladora, o Ministério nos remete as informações sobre o estudo de viabilidade técnica, estudo econômico-financeiro, o fluxo financeiro, e aprovamos ou não esses estudos. Aprovados os estudos, o edital sai; olhamos o edital, aprovamos o edital e vamos acompanhando *pari passu* o empreendimento.

Agora, uma vez aprovada a concessão, quem constrói a hidrelétrica, a rodovia concedida, o porto é empresário privado, com recursos próprios ou com recursos do BNDES, ou com recursos tomados de bancos. O Tribunal não fiscaliza a execução da obra por parte... não fiscaliza, no canteiro de obras, a obra do concessionário privado. Vejam que a lei nem mesmo exige que, para licitar uma concessão, seja necessário um projeto básico. Um dos Senadores mencionou que o trem de alta velocidade ou as usinas do rio Madeira foram licitadas sem projeto básico. Foram mesmo, e a Lei nº 8.987 permite, apenas o que a lei exige é que alguns elementos essenciais do projeto básico constem do edital para que o concessionário privado possa elaborar sua proposta. Ele tem de saber qual é a expectativa de receita que ele vai ter numa concessão. Ele tem de saber também quanto vai gastar nas obras para a concessão.

O que quero dizer é que o controle da Copa do Mundo é extremamente complexo, o Tribunal ocupa uma posição central, mas tenta estabelecer relações de colaboração com os tribunais de contas estaduais, com o Ministério Público, com os outros órgãos de controle, para que o controle possa ser feito da melhor forma possível.

Senador João Pedro, todos estão conscientes de que o controle tem de ser preventivo, tem de ser imediato, não há como esperar a conclusão de uma licitação, de uma obra, para iniciar o processo de controle. O Tribunal está com uma tremenda sobrecarga, pode ter certeza. Os nossos auditores da Secob e da Sefid atual hoje realmente estressados; o Tribunal não paga hora extra e o pessoal trabalha virtualmente até altas horas e não há muita alternativa. A nossa perspectiva é de continuidade.

Neste momento, faço uma homenagem pública a esses 120 auditores, que são abnegados e dedicados à causa pública, porque eles não têm condições humanamente possível de fazer o trabalho que estão fazendo. Mas esse é o nosso desafio. A nós cumpre exercer as competências da melhor forma possível.

Acho que essa questão já foi resolvida.

O Senador Pedro Taques tocou exatamente num ponto fundamental, a pergunta é inteligentíssima, foi feita por nós mesmos e, vira e mexe, estamos nos debruçando sobre ela. A ideia do controle de colaboração e de cooperação tem de ser feita com todo cuidado porque o Tribunal tem de zelar pela sua autonomia e independência no controle, e controlar não é gerir recursos públicos. Agora, a gente sabe que é um espaço de entendimento e de colaboração muito grande e está tentando trilhar esse espaço e esgotá-lo.

Eu vejo com muito bons olhos a atuação das nossas equipes técnicas, contribuindo com o Governo, às vezes, com esclarecimentos. Vejam, nas medidas provisórias, por que o Tribunal foi convidado a participar de um grupo de entendimento acerca de uma medida provisória?

Eu poderia comodamente dizer para os meus técnicos que me perguntaram: "Podemos ir?" Estão aqui os técnicos. Falar: "Não, não é competência nossa, que se dane". Isso seria absurdo nos dias de hoje. O desafio é do País, é do Brasil, nós temos técnicos de altíssimo nível que podem contribuir e estão contribuindo com o processo legislativo. Vamos fazer isso até porque nós auxiliamos o Congresso Nacional no controle externo. A nossa relação com o Congresso Nacional é umbilical e seria inimaginável nós não participarmos desse esforço conjunto para lidar com esses desafios.

Mas V. Ex^a foi num ponto excepcional. V. Ex^a fez uma série de perguntas específicas, e os meus técnicos trouxeram aqui algumas informações.

O Fiscobras, que é esse processo de fiscalização conjunta, acarretou a remessa ao Congresso Nacional de uma lista contendo 32 obras com indícios de irregularidades graves e com recomendação de paralisação.

Bem, dessas 32, houve uma redução. Até que fossem realizadas as audiências, muitos gestores conseguem, junto ao Tribunal, comprovar que não há irregularidade grave, que não é caso de paralisação. Então, se não me engano, de 32 baixou para 26 o número de obras com indícios de irregularidades graves no momento em que as audiências começaram. Dessas 26, em dezoito casos os gestores disseram o seguinte, nas audiências: “Erramos, reconhecemos o erro, vamos corrigir”. Assinaram o termo até onde eu saiba – e o Presidente da Comissão não me deixa mentir, se eu estiver...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Na verdade, Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– No ano passado, nós invertemos. Antigamente você tinha uma audiência pública, aí o pessoal comparecia para, depois da audiência pública, fazer aquilo que... Então, na audiência pública, aquilo desgastava. O que foi feito? O Comitê de Obras Irregulares inverteu. Nós chamamos para reuniões internas na própria Presidência – aí eu quero até elogiar o Presidente Ubiratan Aguiar, que esteve lá, foi para lá e permitiu que.... Vou dar um dado concreto: o Governador de Rondônia. Já havia sido eleito um novo Governador, havia uma obra lá que ia ser paralisada, aí, o Governador veio e se comprometeu com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas. E ele tem um prazo de 120 dias para sanar todas aquelas irregularidades e, se isso estiver realmente aferido depois que foram saneadas todas as irregularidades, aí sim você continua. Até lá, a obra continua, porque senão você ia simplesmente acabar com a obra, paralisar a obra, e o prejuízo seria muito maior.

Então, isso é que foi feito, os técnicos do Tribunal de Contas da União tiveram uma participação excepcional, porque nem tudo que o gestor colocou o Tribunal de Contas não aceitou, quer dizer, aquilo foi até que se chegasse a um acordo. O Governador se comprometeu, e eu só estou dando um exemplo.

Na verdade, quem acompanhou essa discussão, eu apenas presidi a Comissão, viu que nós chamamos para nós a responsabilidade. Aquilo que o Comitê, depois de todas essas discussões, entendeu que tinha que manter, não ia ter recurso, aquilo foi mantido, e naquilo que houve um consenso e que as partes entenderam que era possível continuar liberando recurso, assim foi feito.

Eu voltei aqui, Presidente, porque eu acho que esse esclarecimento é importante. Eu quero dizer: se tivesse que fazer isso faria tudo de novo, porque isso foi feito, Senador Pedro Taques, V. Ex^a que representa

aqui o Ministério Público, com absoluta transparência – não representa, mas é membro. V. Ex^a é Senador, mas nós temos por V. Ex^a um respeito muito grande. Então, com absoluta transparência, e o Congresso chamou para si novamente, porque estava aquela discussão: “Não, é o Executivo que vai dizer, que vai liberar recurso”. Não, quem delibera se continuam ou não recursos para as obras é o Congresso Nacional, depois de ouvir, evidentemente, o Tribunal de Contas da União, o gestor e todas as partes envolvidas.

Não sei se fui claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito claro, e quero cumprimentar V. Ex^a por sua competência. Aliás, fui testemunha, na Câmara, da sua competência, Senador Waldemir Moka.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Eu agradeço ao Senador Waldemir Moka e faço minhas as suas palavras. Acho que esse processo funcionou. Em dois casos, por exemplo, Senador Pedro Taques, o Tribunal reviu sua posição, as justificativas foram dadas. Em seis situações, houve uma decisão do Congresso Nacional, soberana, porque a decisão é do Congresso Nacional quanto a paralisar ou não uma obra, levando em consideração aspectos da própria obra, importância social, repercussão econômica. Essas seis outras situações foram liberadas e foram para o quadro apenas seis obras com indícios de irregularidades graves.

Eu digo que a eficiência desse controle de obras não é medida pelo número de obras paralisadas. Pelo contrário, está nos valores que nós conseguimos recuperar para os cofres públicos, os tais 2,6 bilhões a que me referi, que nasceram de uma renegociação e de determinações do Tribunal.

O Senador Pedro Taques me pergunta quantas obras tinham sobrepreço. Das 32, vinte tinham sobrepreço. Essa me parece a irregularidade mais importante, é a que nós também focamos mais. E também, de todas elas, nove não tinham projeto satisfatório. Este é um segundo ponto fundamental, sobrepreço, que às vezes nasce até do projeto insatisfatório. Então, daquelas 32, a composição é essa. Depois eu faço chegar as suas mãos um detalhamento de todos os itens e das irregularidades detectadas e de todo o processo tal como ele nasceu.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permite-me, Sr. Presidente, sem querer abrir o contraditório...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Neste ponto, antes que V. Ex^a, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Ministro Benjamin, continue, V. Ex^a avalia

como satisfatório, do ponto de vista dos trabalhos republicanos, esta atividade?:

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Veja bem. As seis obras que foram retiradas da lista de obras com bloqueio orçamentário continuam sendo analisadas pelo TCU.

Então, vejamos: nenhum gestor deixa de ter a sua responsabilidade verificada pelo Tribunal. Se houver sobrepreço, superfaturamento, a ele será imputado o sobrepreço, terá oportunidade de se defender. Reparem que a única questão que se discutiu ali, na audiência, é a inclusão ou não no anexo, o bloqueio ou não da obra. Essa é uma questão política que deve levar em consideração a repercussão econômica, social. Nós devemos paralisar um estádio para a Copa do Mundo seis meses antes da Copa do Mundo? Tem que ser levado em consideração a importância do evento, nome do Brasil como um empreendedor eficiente no âmbito das nações. Então, isso é uma visão política e foi feita pelo Congresso nacional. Há uma lógica muito singela e muito interessante nesse sistema de controle feito pelo Tribunal e pelo Congresso Nacional. Agora, se houver alguma irregularidade, ela continua sendo apurada no Tribunal, só que o controle agora passa a ser o controle tradicional, repressivo, vai-se instaurar TCE etc.

Bem, do projeto da LDO, não sei se foi o Senador Pedro Tavares... Foi também, é isso.

Existe um pouco de mito nessa discussão da LDO quanto a se obstruir ou se mitigar as competências fiscalizatórias do TCU. Isso é algo que vem se repetindo todo ano. Sempre que surge a LDO, surge na imprensa a notícia de que há uma tensão Governo/Tribunal quanto à diminuição de suas competências. Eu acho que, em grande parte, essa tensão é irreal, é virtual, ela não se dá no mundo real, eu acho que isso tem que ser superado. Essa é uma das razões que me leva a propor que essas regras de fiscalização devam sair da LDO e ir para uma lei ordinária estável, para que esse debate seja feito no âmbito racional.

O que é colocado na proposta de LDO do Governo? E vejamos que o Governo ligou para o Tribunal de Contas da União, pedindo colaboração, contribuição, querendo conversar. Nesse ponto, não há o que questionar em relação ao Governo.

É dito que as decisões que levam à sugestão de bloqueio orçamentário devem passar por uma decisão monocrática do Ministro ou uma decisão colegiada do Tribunal. Das 32 obras que nós remetemos para cá, 29 passaram pelo Ministro ou pelo colegiado. E nos três casos restantes, foi uma opção do Ministro não expedir a sua decisão democrática ou a do colegiado. Analisando isso, nada impediria que o Ministro fizesse isso, foi uma opção, talvez ele tivesse uma dúvida

específica ainda. Ou seja, das 32 obras, em 29 casos, foi o Tribunal que se manifestou por meio de seus Ministros e de seus Colegiados. E aí vem uma questão fundamental: o Tribunal se expressa por meio de seus Ministros e pelo Colegiado. As competências do Tribunal se aperfeiçoam pela deliberação do Plenário e dos seus Ministros.

Fui auditor. Não é uma *capitis diminutio* aos nossos auditores exigir essa manifestação do Ministro. Vejam que os auditores reconhecem, em grande medida, que a atuação deles no Fiscobras é muito rápida e que a decantação, uma análise ponderada do que foi trazido no processo é muito bem-vinda. E esse é o metiê específico dos Ministros. Então, consideramos adequada essa sugestão da LDO. Isso não nos causa transtorno. Não é uma *capitis diminutio* ao TCU. Fico até meio surpreso com o debate que foi travado na mídia. Nunca dei declaração nenhuma nesse sentido.

Então, estamos tranquilos e conscientes de que essa sugestão pode ser assimilada. Vai beneficiar o processo e não vai causar qualquer transtorno ao Tribunal. Mas, mais uma vez, digo: para que não se trabalhe no mundo virtual e real e para que não se crie, de forma simbólica, uma celeuma entre o Tribunal e o Governo, acho que a LDO já deu o que tinha de dar; está na hora de haver uma lei definitiva.

A Senadora Marisa Serrano fala de uma preocupação que, sem dúvida, é também do Tribunal, a de que as obras possam ser realizadas no tempo correto, as da Copa do Mundo e as das Olimpíadas, e a de que não haja os tais elefantes brancos, ou seja, obras que não possam ser utilizadas de forma permanente, com economicidade.

Repare que muitas arenas serão contratadas na forma de PPP, o que significa que o particular vai construir a obra e vai remunerar e amortizar seu capital, cobrando preços dos usuários, com uma contrapartida do Estado. Essa contrapartida do Estado tem de ser bem calibrada, porque, se construirmos elefantes brancos, a contrapartida do Estado será muito maior do que o que o parceiro privado pode arrecadar cobrando dos usuários e das empresas os preços para exploração dos produtos ligados à arena esportiva.

Estamos auxiliando os Tribunais de Contas estaduais na análise das PPPs. Isso aconteceu no Rio Grande do Norte, em Pernambuco. Estamos selecionando servidores, para que façam uma análise desses riscos, da repartição dos riscos, para que as PPPs tenham boas chances de serem bem-sucedidas.

A sua preocupação é a nossa preocupação, mas penso que temos tempo, temos qualificação, temos condições de enfrentar esse desafio com sucesso. É óbvio que o Tribunal vai dar sua colaboração, mas,

com certeza, é o Poder Executivo, no âmbito nacional, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que tem de tomar a rédea. E o Poder Executivo a está tomando, para que tenhamos uma Copa do Mundo e uma Olimpíada condigna.

O Senador Cícero Lucena...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não quero polemizar, mas não fiquei satisfeito com a resposta. Peço escusas a V. Ex^a, Sr. Ministro. É que faltou uma parte da resposta.

Não me cabe, como Senador, defender auditor ou Ministro do Tribunal de Contas. Cabe-me, como Senador da República membro desta Comissão, saber de controle, saber se o princípio da economicidade será melhor respeitado se houver esse relatório ou o voto do Ministro. Quem faz política é o Congresso Nacional e o Poder Executivo. Parto da premissa de que o Tribunal de Contas da União é um órgão técnico, não político.

Eu gostaria de saber se, naquele caso do TRT de São Paulo – fiz essa pergunta –, a obra restou paralisada em razão de um relatório preliminar. Gostaria de saber: se nós tivéssemos de aguardar o voto de um Ministro do Tribunal de Contas – quando digo “nós”, refiro-me à sociedade –, a República Federativa do Brasil teria descoberto aquele escândalo?

Muito obrigado e eu peço desculpas a V. Ex^a, mas faltou responder a essa parte.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Agradeço a V. Ex^a. O princípio da economicidade é um dos princípios que devem harmonizados. A grande arte de praticar o Direito Administrativo é a busca da harmonização dos princípios. Com certeza, a atuação dos Ministros densifica e concretiza todos os princípios, inclusive o princípio da economicidade.

O caso do TRT de São Paulo é um caso antigo, ocorreu antes desse sistema de fiscalização de obras, ele teria um tratamento diferenciado, mas ele nasceu de um relatório de auditoria que passou, se não me engano, pelo crivo do Ministro Paulo Afonso. Era um relatório preliminar com o crivo do Ministro Paulo Afonso, que levou ao plenário todos aqueles achados de auditoria. Os achados de auditoria mostram exatamente a incidência do controle já no momento não mais adequado possível, porque o contrato já estava em execução, já havia sobrepreço, naquele momento o cronograma de pagamento estava à frente do cronograma de execução, logo já não havia mais o que glosar; nós tivemos que instaurar TCE, mas eu me

lembro que foi a primeira vez que eu atuei como Ministro substituto, eu estava em plenário. Para que V. Ex^a perceba como a atuação dos Ministro pode ser muito importante, modéstia à parte. Naquele momento, se discutia se o contrato devia ser anulado ou rescindido. E eu disse: *data vênia* da unidade técnica, eu tinha acabado de ser técnico, o contrato deve ser anulado. Juridicamente é uma tese, mas do ponto de vista prático foi imputado um débito de R\$100 milhões aos gestores. A atuação do plenário naquele momento fez com que o débito imputado aos gestores aumentasse em R\$100 milhões, por uma visão que nasceu no debate do plenário, o que mostra que a atuação do TCU é feita em conjunto, somos parceiros os auditores, os Ministros, mas, do ponto de vista formal, o que não foi falado, o que não nasceu da deliberação de um Ministro ainda não é uma decisão formal do TCU.

O que eu digo é que na prática, Senador – e aí imagino que possa tranquilizar V. Ex^a –, a oitiva já é feita; atualmente a tentativa é fazer com que o Ministro e o Colegiado se expressem o mais rápido possível para que nós não tenhamos nenhuma solução de continuidade nesse processo rápido de controle.

Bem, o Senador Cícero Lucena fala que o TCU está se modernizando, fala que eu aludi a que 95% da medida provisória seria muito bem-vinda e que em 5% teríamos alguns questionamentos. Realmente, há alguns questionamentos e lições pequenos frente à magnitude da medida provisória, que densa e com muitos artigos e – vejam os senhores – que afasta a aplicação subsidiária da 8.666, logo ela tem que trazer um regime jurídico completo, absolutamente completo, sem lacunas para prescindir da aplicação subsidiária da 8.666. O regime é simplificado, mas é bem complexo – nós temos que reconhecer.

Então, algumas coisas que nós falamos, como a crítica à contratação integrada, há talvez uma ênfase demasiada à contratação por *turn key*. Eu acho que a gente não tem tempo hábil, tenho dúvidas no mundo real se a gente tem tempo hábil para mudar a qualificação dos nossos gestores para os que costumam licitar por preço unitário, mudar para *turn key*, o que pode ser uma transformação muito radical em pouco espaço de tempo.

Nós também temos algumas críticas nesse caso de contratação integrada, a medida provisória fala que vai ser usada a técnica e preço. Senhores, a técnica e preço é uma modalidade que dificulta a contratação, leva em conta a ponderação de fatores técnicos, abre margens à questionamentos quanto ao julgamento objetivo, à obediência do princípio do julgamento objetivo. Eu diria que para a finalidade específica da Copa do

mundo e das Olimpíadas, talvez fosse melhor manter a licitação do tipo menor preço – seria uma sugestão nossa.

Uma outra crítica que nós faríamos naquele universo de 5% é que a medida provisória permitirá que na técnica e preço, os fatores, os coeficientes de participação da nota técnica e de preços possam chegar a 70%. A gente acha demasiado isso. Uma licitação que pondere 70% preço e 30% a técnica, acaba sendo de menor preço.

Então, um limite mais adequado da nossa jurisprudência seria muito bem-vindo. E temos o afastamento do crivo da inexequibilidade. Não entendemos esse afastamento; ele deveria retornar tal como no projeto de lei do Senador Suplicy. Facilitaria; isso tudo levando em conta o objetivo de rapidez, singeleza e segurança. Também gostaríamos que houvesse regras mais claras, que estão na LDO, quanto à impossibilidade de aditivos contratuais excederem 10% do preço global, alegando falhas no projeto, porque a empresa que ganhou a licitação tem que assumir o risco do projeto. Ela não pode depois alegar: “Olha, quero aditivar o contrato em 30% porque houve falhas no projeto”. Bem, se houve falhas, ela deveria ter detectado, e esse é um risco dela. Então, tem que haver algum tipo de limitação nesses aditivos. Existe uma regra na LDO atual que é bem interessante. Existe o preço global e o preço calculado pelo somatório dos custos unitários a partir dos nossos padrões. Suponha-se que o preço global dê um desconto de 10% em relação ao somatório dos preços unitários. Esse desconto de 10% tem que ser mantido ao longo de todos os aditivos contratuais. Isso é importante para evitar o que chamamos de jogo de planilha. Jogo de planilha ocorre quando você aumenta os quantitativos dos itens com sobrepreço, diminui os com subpreço. Então, para que incluamos nessa medida provisória uma vacina contra jogo de planilha, seria interessante que importássemos da LDO esse dispositivo.

Senhores, essas seriam as nossas observações e não mais que essas. E olhem que são pequenas frente à dimensão da medida provisória, que é extensa e muito complexa. Continuamos discutindo; a nossa discussão é feita de forma oficiosa, como contribuição, mas temos certeza de que nós podemos ser úteis nesse debate.

Senador Cícero Lucena, realmente há um grupo específico para acompanhar a Copa do Mundo; ele está liderado pelo Ministro Valmir Campelo. Nós delegamos ao Ministro Valmir Campelo, por decisão do Plenário, a função de controlar todos os eventos ligados à Copa do Mundo, para tentar simplificar, agilizar. Seria muito complexo haver oito Ministros deliberando diferente-

mente sobre obras similares. Então, por medida de eficiência, nós centralizamos. Ele está prevento para qualquer obra da Copa do Mundo. O Ministro Valmir Campelo tem trabalhado muito, e esse modelo me parece extremamente adequado. Foi adotado na gestão do Ministro Ubiratan, e eu só tenho elogios a ele.

O Senador Ivo Cassol também fala de um eventual registro de obras, e eu teria alguma dificuldade de conceber esse registro de obras, porque, como eu disse, os insumos são contratados, em regra, pela empresa vencedora da licitação. Mas nada impede que disponibilizemos, eventualmente, esse registro de preços às empresas. Só tenho dúvidas se o Poder Público pode ser mais eficiente que as empresas na gestão com os fornecedores para a compra de insumos. Eu acho que o mercado, a livre iniciativa, nesse ponto, são insuperáveis em termos de eficiência. Não vejo como ensinar a empresas privadas a fazer compras de seus insumos. Na maior parte dos casos, é isso que vai ocorrer.

Ao Senador Flexa Ribeiro, também agradeço as menções ao TCU. O Senador fala do PAC.

Nós temos sempre uma preocupação com as obras públicas, de infraestrutura em especial. Muitas delas, ou quase todas, estão incluídas no PAC. Nós não temos um sistema específico de acompanhamento do PAC. Nós fazemos um controle, e a escolha das obras se dá a partir da sua relevância, da matriz de risco, da probabilidade de risco. E o fato de estar no PAC ou não, para nós não é relevante. Para o Governo, tem a sua relevância, mas para nós isso não é algo que seja relevante especificamente.

V. Ex^a falou no trem-bala, de problemas no edital do trem-bala, na fase do projeto básico. E eu volto a lembrar que o trem-bala, trem de alta velocidade, é uma concessão de serviços públicos, logo, um particular assumirá a construção com recursos próprios ou, claro, por empréstimos conseguidos junto a banco, mas depois ele remunera e amortiza capital, cobrando tarifa, cobrando a passagem dos usuários.

O TCU fez um trabalho interessante com o Ministro Augusto Nardes, criticando, e criticando positivamente, os estudos técnicos e o fluxo econômico financeiro do projeto. Esses projetos são de *project finance*, e o fluxo financeiro deles é importante para remunerar o investimento. Nós fizemos isso, houve uma redução do custo das obras de engenharia, e isso vai permitir uma redução das passagens do trem bala, do trem de alta velocidade. E este é o limite da atuação do TCU nesse primeiro estágio das concessões: é analisar o edital, os estudos, e depois nós vamos acompanhando a execução da obra mais por relatórios semestrais da agência reguladora, da ANTT, ou do ministério setorial

que vai nos informando. Nesse casos, não fiscalizamos a obra em si mesmo, porque é uma obra privada no âmbito de uma concessão.

Falou V. Ex^a da LDO, e eu já disse que não vejo uma redação adequada da LDO... Não me parece causar nenhum problema ao Tribunal quando exige a manifestação de ministro do colegiado.

O Senador Valadares me pede a opinião sobre o orçamento impositivo. E aí volto a ter dúvidas sobre a eficiência de um orçamento impositivo. Se há um orçamento, e ele é impositivo, as despesas incluídas no orçamento “devem ser realizadas”, e não mais “podem ser realizadas”. E no caso de uma superveniência de fatores externos impeditivos da realização da despesa? E, se o gestor não realizar, ele vai ser punido? Qual seria a punição? Seria uma sanção moral, uma sanção que repercutiria pela esfera civil, administrativa, penal?

Vejam que é uma situação muito complexa. A discussão quanto ao surgimento de um orçamento impeditivo deve ser precedida de um debate muito amplo. Ele parece uma pílula dourada, mas traz muitos perigos à sua frente. Eu não gostaria de ser gestor num orçamento impositivo. Eu teria inúmeros receios, fundado receio de me tornar gestor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A não ser que tivesse certa flexibilidade nesse orçamento, não é?

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Exatamente. É preciso, então, chegar a um consenso, talvez um misto de impositivo e autorizativo, mas essa discussão tem que sair da comodidade impositivo *versus* autorizativo para se discutir densamente o que se quer num orçamento impositivo, dentro da realidade brasileira. Nenhuma lei é perfeita. Uma lei só é perfeita para uma dada realidade. Olhando a nossa situação real, estamos preparados para ter orçamentos impositivos?

Falo com Governadores, com ex-governadores, que tiveram sobre si responsabilidade enormes: estariam V. Ex^{as} em posição cômoda com orçamentos impositivos?

V. Ex^a me faz perguntas também sobre a Lei de Licitações. O que é mais importante numa qualificação das obras: a pré-qualificação, a economicidade da contratação? Tudo é importante, mas o pior dos mundos, para mim e para nós do Tribunal, é a contratação por um preço baratíssimo que não vai ser concretizado. Esse é o pior dos mundos. Isso significa rescisão contratual, punição da empresa, paralisação da obra, judicialização do conflito, ou seja, filtrar aventureiros é hoje uma tarefa absolutamente indispensável. É um pressuposto para licitar de forma adequada.

Então, todos os projetos de lei a que me referi trazem instrumentos para você filtrar aventureiros. No do Senador Suplicy, a obrigação da qualificação técnica e econômica antes da fase de lances da obra; só vai para a fase de lances quem se qualificar. Na medida provisória do Governo, tem-se o cadastramento, a pré-qualificação permanente, que são perfeitas e podem exatamente fazer esse papel de filtrar os aventureiros. O único problema da medida provisória é que ela não obriga a pré-qualificação, nem o cadastramento. Talvez, no afã de licitar, esse mais tranquilo possa ser tentador. Talvez obrigar, em alguns casos específicos, grandes obras a uma pré-qualificação permanente, ou seja, só participa da fase de lances quem se pré-qualificar antecipadamente, ou quem se cadastrar, quem demonstrar os requisitos de qualificação.

Bem, agradeço ao Senador Valadares... As decisões do Poder Executivo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ainda tenho uma outra pergunta, Sr. Presidente.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – V. Ex^a fala exatamente dessa questão da LDO, não é Senador? Não estou entendendo. V. Ex^a pode repetir?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não. Eu falei sobre uma PEC que está em andamento no Senado sobre a questão da executoriedade das decisões do Tribunal.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Ah, sim. Essa é uma questão importante.

Diz a Constituição que os acórdãos condenatórios do Tribunal que condenam em débito, que aplicam multa são títulos executivos extrajudiciais. Portanto, se não houver o pagamento voluntário por parte do responsável, o Acórdão do TCU é remetido via Ministério Público de Contas para a AGU ou para os departamentos jurídicos das estatais, ou procuradorias das entidades autárquicas e fundacionais, para execução pelo regime da execução fiscal. A AGU vai entrar então com um processo de execução, pedindo ao juiz que peça ao devedor do Estado que pague ou ofereça bens à penhora. E aí começo o processo de execução.

Por força do Ministério Público da AGU de convênios que nós analisamos, nós conseguimos realmente virar a página da ineficiência nesse tipo de execução. Há dois anos, quando o Ministro Ubiratan veio falar ao Plenário, nós não tínhamos os números que hoje temos. Hoje, de forma simplificada, conseguimos recuperar 90 reais de cada 100 reais que são objeto de condenação.

Reparem que não são dos mesmos processos, é um fluxo de acórdãos; ou seja, entram 100 reais novos, mas nós conseguimos recuperar 90 reais antigos. Ve-

jam que o procurador veio falar comigo e cuida deste assunto, disse que o número está em 120, mas continuo, por força de prudência, falar em 90.

O que jamais resistiremos é uma análise do passivo. Nós temos um passivo muito grande, verdadeiros esqueletos, e sempre quando for comparado o que nós recuperamos versus aquilo que compõe o passivo, o índice de recuperação será baixíssimo.

A AGU está atacando os esqueletos, utilizando mecanismos novos para buscar os credores e obter a satisfação dos débitos. Porém, nós temos um número muito interessante de fluxo de recuperação de valores condenados pelo Tribunal.

Eu diria hoje que essa proposta do Ministro Ubitaran que está numa PEC, ela talvez fosse importante para os Tribunais de Contas estaduais, talvez já não mais para o TCU. Porque teremos que fazer concurso público para contratar procuradores, que teriam competência para executar os nossos acórdãos, e acho que seria ampliar as competências do TCU e levá-lo para um mundo de execução judicial que não é o dele, não é o metiê do Tribunal.

Tribunais de Contas dos Estados têm outras realidades, têm outras questões e acho, sim, que a PEC poderia eventualmente evoluir, mas remetendo, como uma faculdade dos Tribunais de Contas estaduais, ou membro da União, cada um escolhe se quer ou não criar, mas não impor a criação dessas procuradorias, que teriam assim a tarefa de executar os nossos acórdãos. Aí cada Tribunal decidiria de acordo com a sua conveniência.

A resposta ao nosso Presidente Rollemberg, que fala de uma situação que vem criando problemas no âmbito da gestão pública e no âmbito do TCU, que é a utilização do registro de preços para registrar empresas que promovem eventos. Foi esse o caso que levou o Ministro Valmir Campelo a propor que a adesão à ata de registro de preço fosse analisada pelo Governo, pelo Ministério do Planejamento para que houvesse algum tipo de restrição à adesão, porque, no caso concreto, havia uma empresa que tinha vencido uma licitação desse tipo e já havia 62 adesões. E vejam que é verdade o que V. Ex^a coloca: a empresa coloca, por exemplo, que vai oferecer um garrafão de água ou uma garrafinha de água; coloca os dois itens, mas, eventualmente, um com subpreço e outro com sobrepreço. Então, no primeiro contrato, ela atua escolhendo os itens mais econômicos; em outros, ela pode escolher fornecer a garrafa por R\$4,00 – isso ocorreu na prática –, que é um preço excessivo.

A verdade é que são dois os aspectos que nós devemos analisar: quais os limites do registro de preços. Será que podemos usar registros de preços para

serviços desse tipo? Nem todos os serviços, na minha opinião, são passíveis de serem licitados por meio de registro de preços. E, dois, as adesões indiscriminadas devem ser objeto de alguma providência. Realmente há exageros na Administração Pública brasileira. A adesão é bem-vinda, mas ela tem que ser limitada de alguma forma, para lhe dar consistência jurídica e para evitar violações. A ideia de moralidade, economicidade e impessoalidade.

Essa foi a primeira pergunta.

A segunda diz respeito ao percentual de multas aplicadas a empresas que estão sendo recolhidas pelo Tribunal. Eu diria que esse número que eu forneci, ou seja, de cada R\$100,00 que nós condenamos por acórdão, nós recuperamos R\$90,00, e aqui se embutem multas e débitos. Eu não tenho o número sobre o quanto de multas é recuperado ou o quanto de débitos. Eu sei que o Tribunal fez um trabalho há pouco tempo... O Ministro Raimundo Carreira, se não me engano, podem me corrigir, fez uma avaliação do índice de ressarcimento das multas aplicadas pelos diversos órgãos da Administração Pública – o Ibama, as agências reguladoras –, e, realmente, o índice de recuperação dessas multas tende a ser baixo. Em alguns casos vai ser sempre baixo, pois há umas dificuldades intrínsecas a cada situação. Agora, o TCU está evoluindo nesse contato com a AGU e saindo dessa situação de ineficiência na cobrança de multas e débitos. De qualquer forma, não tenho o número só de multas. Mais tarde, comprometo-me a trazê-lo a V. Ex^{as}.

Eram essas as perguntas.

Agradeço a qualidade das perguntas e ao tempo que me foi conferido para falar sobre o Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezado Presidente, Ministro Benjamin Zymler, quero, em nome de toda a Comissão, de todas as Senadoras e Senadores que a compõem, agradecer a presença de V. Ex^a. Tenho convicção absoluta de que tivemos hoje uma manhã bastante produtiva nesta Comissão.

Gostaríamos já de convidá-lo para, em outras oportunidades, voltar a esta Comissão, talvez aí já com o texto da medida provisória, para debatê-la mais profundamente. Formalizaremos novos convites, mas agradeço muito.

Entendo que esta é uma preocupação do Senado federal o aperfeiçoamento da Lei de Licitações brasileira e, ao mesmo tempo, o acompanhamento de grandes obras de infraestrutura e de grandes obras para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Todos aqui reconhecem o papel estratégico do Tribunal de Contas da União, portanto, ficamos felizes

e satisfeitos com a presença de V. Ex^a aqui na nossa Comissão.

Eu vou suspender a reunião por cinco minutos, agradecendo a presença de V. Ex^a.

(Suspensa às horas e minutos, a reunião é reaberta às horas e minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Comunico às Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores que, ao longo desta semana, tentar fazer a instalação da Subcomissão.

Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Apenas para que eu saiba os membros da Subcomissão para que eu possa ter uma ideia. São sete titulares?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou comunicar, ao longo da semana, os membros da Comissão, porque pode haver alteração, uma vez que alguns parlamentares não foram consultados ainda. Quero assegurar que V. Ex^a estará entre os membros.

Faço um comunicado:

“De ordem do Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e fiscalização, Senador Vital do Rêgo, em atendimento do disposto no art. 9º §5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, informo que foi marcada reunião conjunta de audiência pública para o dia 5 de maio, de 2011, quinta-feira, às 10 horas no plenário 2, Anexo Luís Eduardo Magalhães, Anexo II da Câmara dos Deputados com a presença do Dr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil para discorrer acerca da avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo final de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referente ao 2º semestre de 2010.”

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia sete de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Cleisi Hoffmann, Vicentinho Alves, Garibaldi Alves, João Alberto**

Souza, Paulo Davim, Eduardo Amorim, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e participam, ainda, da reunião os não membros Senadores **Geovany Borges, Eduardo Suplicy**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta, deliberativa. Item 01. Requerimento nº 32, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública a fim de discutir a exploração de trabalhadores em obras do PAC, especificamente nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau que compõem o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Convidados: Representante do Ministério do Trabalho; Representante do Ministério Público do Trabalho; e Representante da Secretaria de Direitos Humanos.”Autoria: Senador Cyro Miranda. Resultado: **Aprovado. Item 02. Requerimento nº 33, de 2011**, que requer a realização de audiência pública com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos acerca do conjunto de ações, programas e metas do Governo Federal, em termos de trabalho preventivo, repressão e combate ao tráfico de crack, bem como o tratamento dos usuários, por ser um tema de relevante interesse público. Para tanto sugere serem convidados as seguintes autoridades: a Senhora Paulina Duarte, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça; o Senhor Leandro Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal; e o Sr. Roberto Tykanori, Gerente de Projetos da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde. Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: **Aprovado. Item 03. Requerimento nº 34, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública para avaliar denúncia de ameaças de morte porque passa Irmã Marie Henriqueta, coordenadora da Comissão de Justiça e Paz, da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, Regional N2, bem como discutir possíveis providências para o caso. Convidados: Irmã Marie Henriqueta – Comissão de Justiça e Paz/CNBBN2; Fernando Antonio dos Santos Matos – Departamento de Defesa dos Direitos Humanos/Coordenação – Geral de Proteção aos Direitos Humanos; Luiz Fernando Rocha – Secretário de Segurança do Estado do Pará; Dom Jesus Maria Cizaurre Berdonces – Presidente da CNBBN2; Dom Dimas Lara Barbosa – Secretário Geral da CNBB; Dra. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen – Secretária da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB; e Sra. Dira Paes – Presidente da ONG Humanos Direitos.”Autoria: Senadora Marinor Brito. Resultado: **Aprovado. Item 04. Requerimento nº 38, de 2011**, que requer seja convidada a comparecer a esta Comissão a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Senhora Tereza Campello, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários referentes à sua pasta para os próximos quatro anos. Autoria: Senador Wellington

Dias. Resultado: **Aprovado. Item 05.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2010**, que “Assegura o registro público aos prenomes indígenas”. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 06.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2010**, que “altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **Retirado da Pauta para Reexame. Item 07.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009**, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (SF). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. Resultado: **Retirado da Pauta para Reexame. Item 08.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2010**, que estende para 31 de julho de 2020 o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Retirado da Pauta para Reexame. Item 09.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009**, que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **Retirado da Pauta para Reexame. Item 10.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 2009**, que altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos). Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria ad hoc: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da

matéria, com a emenda nº 01– CAS. Resultado: **Adiado. Item 11.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2010 – Complementar** – que modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2010 – Complementar. Resultado: **Retirado da Pauta para Reexame. Item 12.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a rejeição da Emenda nº 1/2008-CE, aprovação da Emenda nº 2/2008 – CE e apresentação da Emenda nº 1. Resultado: **Adiado. Item 13.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação da matéria, com emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 14.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com três Emendas que apresenta. Resultado: **Retirado da Pauta para Reexame. Item 15.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 1, 2 e 3 – CCJ. Resultado: **Adiado. EXTRAPAUTA. Item 1.** **Requerimento nº 39, de 2011-CDH**, que **adita o Requerimento nº 29, de 2011-CDH**, aprovado em 24 de março de

2011, para incluir como convidado, o Excelentíssimo Senhor Ministro Estado da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo. Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: **Aprovado. Item 2. Requerimento nº 40, de 2011-CDH**, que requer a realização de Audiência Pública, para discutir as condições de segurança dos trabalhadores nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tendo em vista que requerimento do mesmo teor foi aprovado, ontem, naquela comissão. Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Sr. Carlos Roberto Lupi – Ministro do Trabalho e Emprego; Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da Secretaria de Direitos Humanos; Sr. Paulo Safady Simão – Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Sr. Luiz Fernando Santos Reis – Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura (SINICON); Sr. Ítalo Fortes Avena – Chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (DEC); Sr. Arthur Henrique da Silva Santos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e o Sr. Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical. Autoria: Senador Cyro Miranda. Resultado: **Aprovado. Item 3. Não Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010**, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 4. Requerimento nº 41-CDH, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater e encontrar possíveis soluções para as agressões sofridas por jovens, em decorrência do BULLYING. Convidamos os seguintes especialistas: Ana Maria Bereohff – Psicóloga, Dra. Rosa Maria Melloni Horita – Psiquiatra, e outros nomes a serem indicados pelas Comissões. Autoria: Senador Paulo Paim e Paulo Davim. Resultado: **Aprovado. Item 5. Requerimento nº 42-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a situação das Cotas e do Prouni no STF. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 6. Requerimento nº 43-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública debatermos o trabalho dos 45 anos do IPEA “Brasil em Desenvolvimento” e a evolução dos Direitos Humanos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 7. Requerimento nº 44-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a política de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores – Ita-

maraty. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 8. Requerimento nº 45-CDH, de 2011**, que requer seja realizada audiência pública **conjunta** da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, no sentido de que sejam ouvidos o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho; o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo; o Embaixador Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE, Hélio Vitor Ramos Filho; e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Educação – UNESCO, Guilherme Canela Godoi, com o **objetivo de discutir o PLC nº 41, de 2010**, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 9. Requerimento nº 46-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a violência contra os jornalistas em prol da liberdade de imprensa. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa a apreciar a pauta. Após a apreciação da pauta, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Aloísio Tibiriçá Miranda, Conselheiro Efetivo do Conselho Federal de Medicina – CFM, Médico cardiologista, radicado no Estado do Rio de Janeiro, para manifestar-se em nome da CFM. O Senhor Aloísio Tibiriçá Miranda faz sua exposição e convida os membros da CDH a visitarem diversos hospitais com o escopo de conhecer a realidade de trabalho dos Médicos. O Senhor Presidente louva a presença dos Senhores Márcio Costa Bichara, Secretário de Saúde Suplementar da Federação nacional dos Médicos – FENAM e do Senhor José Luiz Dantas Mestrinho, Vice-Presidente da Associação Médica do Brasil – AMB, faz o encaminhamento e o aprova para que seja transformado o convite da CFM em diligência da CDH. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Paulo Davim, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, Mozarildo Cavalcanti e Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT-RS)
– Declaro aberto os trabalhos da 9ª reunião extraordi-

nária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Na pauta de hoje constam uma série de requerimentos e, também, projetos não terminativos e projetos terminativos.

ITEM 01

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011

“Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de discutir a exploração de trabalhadores em obras do PAC, especificamente nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau que compõem o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Convidados: Representante do Ministério do Trabalho; Representante do Ministério Público do Trabalho; e Representante da Secretaria de Direitos Humanos.”

Autoria: Senador Cyro Miranda

Informamos a todos que fizemos um acordo no dia de ontem e essa audiência, Senador Mozarildo, Angela Portela e Senadora Ana Rita esta audiência será em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. Faremos uma única audiência pública para discutir as obras do PAC, com a presença, já confirmada, do Ministro do Trabalho, representantes do Ministério Público, dos Direitos Humanos e, também dos empresários e trabalhadores. Aqui entram centrais sindicais e confederações.

Autoria do requerimento: Senador Cyro Miranda.

Pergunto: se todos os senhores concordam com esse requerimento nós já o colocaríamos em votação.

Não havendo quem queira discutir, havendo entendimento, o requerimento do Senador Cyro Miranda, que será em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais, já foi aprovado ontem naquela comissão, com a presença do Senador Cyro Miranda e Ana Amelia. Fiz alguns adendos e o coloco em votação

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senadora Angela Portela com a palavra pela ordem.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT-RR) – Sr. Presidente, gostaria de incluir na pauta o requerimen-

to que solicita a presença do Ministro da Justiça, José Eduardo na próxima reunião de audiência pública para discutir a Lei Maria da Penha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT-RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela. Pergunto ao plenário se é possível colocarmos o assunto em extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento da Senadora para que seja voltado extrapauta.

Vamos ao mérito.

Sr. Presidente, em aditamento nº 29 da CDH 2011, aprovado em 24 de março de 2011, requeiro nos termos regimentais inclusão entre os convidado em audiência pública desta comissão a fim de debater a Lei Maria da Penha, o Exmº Sr. Ministro da Justiça José Eduardo Martins Cardoso.

Senadora Angela Portela.

Esta audiência pública, Senadora pode nos ajudar está garantida, confirmada para a próxima 3ª feira. E podemos contar, pela informação de V. Exª nos passou com a presença confirmada da Ministra dos Direitos Humanos...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT-RR) – Muito obrigada ao plenário pela aprovação. Já temos confirmado para o dia 12, terça-feira, a presença da Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, da Ministra da Mulher Irene Lopes, para estarmos aqui juntos numa audiência pública discutindo a Lei Maria da Penha no momento em que iremos instalar, Senador Paim, a subcomissão dos Direitos da Mulher. Queria pedir também a nossa adjunta, Ana Rita, querida amiga, que estivesse também presente nesta audiência pública onde iremos discutir as questões relacionadas a violência contra a mulher e, nisso, a Lei Maria da Penha é de fundamental importância.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT-RS) – Em discussão o requerimento.

Na verdade o requerimento, aqui, acaba apontando tanto a audiência pública como a instalação da Subcomissão Permanente da Mulher em que eu havia pela minha livre e espontânea vontade, democraticamente, indicado duas mulheres para presidir. Quem decide são vocês. E a Senador Ana Rita abriu mão para que V. Exª, então, fosse a indicada – e, claro, será votado – para a presidência desta Comissão.

Com a palavra, a Vice-Presidente, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero parabenizar a Senadora Angela Portela, primeiro por ter tido a iniciativa de conversar e de se dispor a presidir a

Subcomissão. Essa atitude foi extremamente importante, Senadora Angela, e queremos desejar a V. Ex^a um bom trabalho. Pode contar com a nossa colaboração, com a nossa ajuda, mas a senhora, com a sua capacidade, com a sua experiência, com certeza fará um brilhante trabalho na Subcomissão. Esse trabalho será muito importante para dar visibilidade às questões da mulher aqui no Senado e para toda a sociedade.

Então, eu acredito muito que a Subcomissão vai cumprir um papel extremamente importante na defesa do direito das mulheres e também no combate, na erradicação da violência contra a mulher.

Pode contar com o nosso apoio, Senadora Angela. Quero agradecer a iniciativa de fazer esta audiência pública. Com certeza, será um espaço muito importante de debate, e a sociedade civil poderá também oferecer aqui sua contribuição e trazer as questões que tanto atingem nossas mulheres.

Parabéns e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Vice-Presidente, Senadora Ana Rita.

Primeiro, vamos colocar em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento nos moldes em que li permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Queria dizer, Senadora Angela, que, na próxima terça-feira, vou estar aqui na abertura, mas, em seguida, tenho que abrir a Subcomissão de Trabalho e Previdência. A Senadora Ana Rita vai coordenar o primeiro momento, vai processar – nada mais justo, não é? – a instalação e a votação da Subcomissão da Mulher, e, a partir daquele momento, V. Ex^a assumirá, então, a presidência dos trabalhos como a nova presidenta eleita e sempre aqui com a nossa querida Senadora Ana Rita ajudando na condução dos trabalhos. E eu vou para outra Comissão – na terça-feira, não hoje -, a de Trabalho e Previdência.

Vamos ao Item nº 2.

Voltamos à pauta normal.

ITEM 02

REQUERIMENTO Nº 33-CDH, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, devendo ser convidados: a Sr^a Paulina Duarte, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça; o Sr. Leandro Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal; e o Sr. Roberto Tykanori, Gerente de Projetos da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos

acerca do conjunto de ações, programas e metas do Governo Federal, em termos de trabalho preventivo, repressão e combate ao tráfico de crack, bem como o tratamento dos usuários, por ser um tema de relevante interesse público.

Eu vou colocar o requerimento do Senador Sérgio Petecão em votação, e depois eu proporia ao Senador que fizéssemos essa audiência conjunta com a Subcomissão de Assuntos Sociais que trata especificamente dessa questão do combate às drogas.

Então, aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Já estão conosco uma série de Senadores: o Senador Vicentinho, que chegou agora; o Senador Paulo Davim; a Senadora Angela saiu; o Senador Mozarildo; a Senadora Ana Rita.

Vamos ao Item 2, requerimento da Senadora Marinor Brito.

ITEM 03

REQUERIMENTO Nº 34-CDH, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos realize audiência pública para avaliar denúncia de ameaças de morte por que passa Irmã Marie Henriqueta, coordenadora da Comissão de Justiça e Paz, da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, Regional N2, bem como discutir possíveis providências para o caso. Convidados: Irmã Marie Henriqueta – Comissão de Justiça e Paz/CNBBN2; Fernando Antonio dos Santos Matos – Departamento de Defesa dos Direitos Humanos/Coordenação – Geral de Proteção aos Direitos Humanos; Luiz Fernando Rocha – Secretário de Segurança do Estado do Pará; Dom Jesus Maria Cizaurre Berdonces – Presidente da CNBBN2; Dom Dimas Lara Barbosa – Secretário Geral da CNBB; Dr^a Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen – Secretária da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB; e Sr^a Dira Paes – Presidente da ONG Humanos Direitos.

Autoria: Senadora Marinor Brito.

Vamos colocar em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 4

ITEM 04

REQUERIMENTO Nº 38-CDH, DE 2011

“Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a

comparecer a esta Comissão a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Senhora Tereza Campello, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários referentes à sua pasta para os próximos quatro anos."

Autoria: Senador Wellington Dias

Só para dizer que o Senador Wellington Dias foi o indicado – os Senadores é que irão decidir – para presidir a Subcomissão de combate à fome, e já toma aqui o seu primeiro procedimento, convidando a Ministra. Oxalá no dia a gente possa instalar a Subcomissão e, ao mesmo tempo, ouvir a Ministra.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Paulo Davim, como sempre, aqui, nós tomamos essa posição e os Senadores têm direito à palavra a todo momento, independente da pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de propor um requerimento solicitando uma audiência pública para debatermos o tema do *boulling*. E eu proporia que essa audiência pública fosse conjunta com a Comissão de Educação. Inclusive, esse requerimento para que seja uma audiência conjunta terá que ter a assinatura de um dos membros da Comissão de Educação, da qual V. Ex^a faz parte.

Então, eu gostaria de solicitar a sua assinatura neste requerimento também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Senador Paulo Alvim. Assim que o requerimento de V. Ex^a chegar aqui a gente coloca em discussão e votação, porque está vindo por parte da Assessoria.

A Senadora Ana Rita está com a palavra.

Só para registro, já estão aqui conosco o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Ângela Portela, Senadora Ana Rita, Senador Paulo Alvim, Senador Vicentinho Alves e o Senador Cyro Miranda, que eu agora havia citado. Já aprovamos o requerimento de V. Ex^a nos moldes da proposta de V. Ex^a lá na Comissão de Assuntos Sociais, em uma audiência conjunta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E também foi mesclado com as pessoas que a Senadora Ana Amélia pediu. Pacificado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. E eu vou convidar, para que o Senador Rollemberg esteja no plenário como Senador, para dar

um depoimento já que ele esteve, inclusive, na região. Mas a gente faz extrapauta.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita com a palavra e, em seguida, o Senador Vicentinho.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, antes de entrarmos na pauta propriamente dita de deliberação, eu gostaria de fazer um registro que considero extremamente importante.

Nós tivemos, no início desta semana, na segunda-feira, a eleição e posse do novo Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo. E é importante aqui fazer um registro porque o Conselho Estadual de Direitos Humanos tem cumprido um papel extremamente importante no Estado do Espírito Santo na defesa dos direitos, particularmente dos presidiários. Ainda passamos por momentos de muitas dificuldades nos presídios do Estado do Espírito Santo, motivo que levou o presidente estadual a fazer publicamente as denúncias em relação à situação dos presos no Estado. Esta semana houve a posse, o presidente que estava em exercício era o nosso companheiro Bruno e, hoje, quem toma posse é o nosso companheiro Gilmar Ferreira de Oliveira, que tem uma história muito bonita e uma história de muito compromisso com os direitos humanos no Estado e, particularmente, no Município da Serra.

Eu quero aproveitar a oportunidade para oferecer aos Colegas Senadoras e Senadores este material, que é uma revista, um livro de prestação de contas da gestão anterior do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Na verdade, são os quinze anos de existência do Conselho reproduzidos nesta revista.

Quero repassar para cada um dos senhores e das senhoras, para que conheçam o trabalho desenvolvido pelo Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo. Penso que isso é extremamente importante. Vou solicitar isso à assessoria. Vou passar este documento, primeiramente, para o nosso Presidente, o Senador Paim, para que conheça o trabalho desenvolvido pelo Conselho Estadual dos Direitos Humanos, e vou solicitar à assessoria que o repasse aos demais Senadores.

Também quero aproveitar, Sr. Presidente, para oferecer a V. Ex^a um livro chamado *Ditaduras não são eternas*, publicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Na verdade, são memórias da resistência ao golpe de 64 no Espírito Santo. É um livro extremamente importante. O prefácio foi feito pelo nosso companheiro Nilmário Miranda, que, à época, era Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos

Humanos e Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. A apresentação do livro foi feita pelo hoje Deputado Estadual Cláudio Vereza, que, à época, era Presidente da Assembleia Legislativa, e também pelo hoje Deputado Lelo Coimbra, que era Vice-Governador e Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo.

É importante oferecer à nossa Comissão esse livro. Eu o entrego ao nosso Presidente. Ele fica à disposição dos demais Senadores e Senadoras, para que possam conhecer um pouco da história dura, difícil, do Estado do Espírito Santo no período de 1964, por ocasião do golpe militar.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ana Rita! A Comissão os recebe. Ficarão na biblioteca desta Comissão os dois documentos. O primeiro faz um levantamento: *Conselho Estadual dos Direitos Humanos: 15 anos em revista*. Quanto ao segundo documento, só o título já nos chama a uma leitura: *Ditaduras não são eternas*.

Neste momento, aproveito a presença em plenário do Relator, Senador Vicentinho Alves, para votarmos um projeto não terminativo do Senador Cristovam Buarque.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de relatar esse projeto, consulto V. Ex^a sobre a possibilidade de a nossa Comissão ter acesso ao relatório da visita dos Srs. Senadores a Jirau e a Santo Antônio. É possível, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É possível, sim. Faremos contato com o Presidente daquela missão, que foi o Senador Rollemberg, para que S. Ex^a remeta a esta Comissão o relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Assim, poderemos ter o conhecimento exato do que está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa, até porque haverá debates em audiências públicas para tratar de direitos humanos e de ações sociais, e nada melhor do que termos acesso ao relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Assim, teremos conhecimento da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Até tentei encaminhar algo nesse sentido ontem, mas penso que não fui bem entendido. V. Ex^a foi muito mais feliz do que eu. Por isso, vou atender, de imediato, à sua reivindicação.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, essa matéria que relatamos trata daquilo que mais justo poderíamos aprovar no Senado Federal. Diz sobre um tratamento diferenciado, um especial tratamento legal, que deve ser dado aos índios, em relação à sua cultura e aos nomes que eles colocam nas pessoas. Eu, por exemplo, sou batizado na aldeia Xerente; faltou-me o nome, mas este significa “pássaro que voa”. Então, é a cultura deles. Desse modo, isso vai regulamentar essa questão, para que nossos índios possam colocar os nomes que eles acharem adequados dentro da cultura deles.

Portanto, somos pela aprovação do projeto, apenas com uma alteração de redação, para melhorar a técnica.

Desse modo, diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2010. Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos colocar em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade, o projeto do Senador Cristovam Buarque, que assegura o registro público aos pronomes indígenas, e a relatoria do Senador Vicentinho Alves, que é um estudioso e conhece a matéria, por isso fez inclusive um comentário de seu parecer de forma resumida. Todos entendemos de pronto a importância desse projeto.

Parabéns a V. Ex^a.

Quero dizer que vai sair de pauta o Item nº 6, a pedido do próprio Relator e do autor.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – E o Item nº 8 também, Sr. Presidente, do qual sou Relator, solicito também a retirada de pauta, para melhorar mais o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. Sendo o projeto de minha autoria e V. Ex^a na relatoria, o projeto só pode melhorar, pela capacidade do nosso querido Relator.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Claro que, de antemão, nós somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei da sua posição.

Então, saem de pauta os Itens nºs 6 e 7, a pedido do autor e do Relator; sai o 8 na mesma linha.

Fiz questão de fazer essas votações, porque agora ficaram só os terminativos e, como não temos *quorum* em plenário para os terminativos, se o Plenário concordar, eu gostaria de lembrar que hoje conversei com alguns Senadores médicos, que estão aqui presentes – Senador Mozarildo, Senador Paulo Davim –

que hoje é o Dia Mundial da Saúde. Então, além de imediato, antes de eu falar, de passar a palavra aos Senadores que já queriam comentar esse tema, depois, se tiver aqui um representante do setor médico, enfim, que não seja Senador, nós vamos dar oportunidade de falar.

Senador Mozarildo Cavalcanti com a palavra sobre a importância deste dia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Paim, eu tenho, com muita frequência até, me pronunciado sobre a questão específica do Sistema Único de Saúde do País. Fui constituinte, defendi a implantação do SUS, o Sistema Único de Saúde, acho que a concepção do SUS é perfeita. Não existem... Aliás, existem países que estão até copiando o modelo brasileiro, só que há uma distância entre o que você concebe e o que você executa. O que vimos, nesses anos, portanto, mais de duas décadas em que o SUS está em vigor, é que o sistema foi distorcido, o sistema foi mal executado e, sobretudo, o sistema foi vítima de muita corrupção.

Então, urge que a gente faça uma reforma nesse Sistema Único de Saúde, e o Dia Mundial da Saúde é um dia muito bom para que reflitamos sobre isso, porque importante em toda a prática médica é fazer o diagnóstico. E o diagnóstico que nos temos hoje do Sistema Único de Saúde é este: um sistema, infelizmente, que precisa ser reformado urgentemente, porque está altamente comprometido em sua execução.

E também os médicos hoje estão fazendo uma paralisação nacional de um dia, coincidindo com o Dia Mundial da Saúde, para mostrar a outra ponta do problema de assistência médica no País, que é a questão dos planos de saúde. Porque praticamente a grande maioria dos brasileiros, até os que fazem sacrifício para ter, têm um plano de saúde. Agora, como é o atendimento desses planos de saúde? Começa que é ruim para o paciente, porque limita número de consultas, limita procedimentos, e o que é pior, o profissional de saúde trabalha numa situação deprimente, tanto no que tange à remuneração – a média levantada esta semana à consulta no plano de saúde é de R\$39,00, o que não dá a diária de muitos trabalhadores, sem desmerecer o trabalho desses trabalhadores, mas que nós estamos lidando, quando falamos de saúde, com o dom mais importante depois da vida, aliás, para ter a vida, inclusive, que é a saúde. E o sistema suplementar de saúde, os planos de saúde, obviamente que eles visam ao lucro, eles não teriam como manter uma estrutura sem ter lucro, mas não se pode pensar em lucro quando se lida com uma área importante como é a saúde.

Portanto, os médicos hoje estão fazendo esse protesto para chamar a atenção não só para a sua remuneração, mas, principalmente, para o prejuízo que dão ao paciente. Vou dar só um exemplo: suponhamos que um médico consulta um paciente e ele já tem aqui um livrinho, dizendo que exames ele pode solicitar. Quando ele vê que o paciente necessita de tal exame não está naquela relação, ou o paciente faz particular ou fica sem fazer. Então, compromete o quê? O diagnóstico e o tratamento, evidentemente.

É preciso que a Agência Nacional de Saúde Suplementar se debruce sobre isso, mas que o Senado, o Congresso como um todo, passe realmente a dar prioridade para esse tema, porque, repito, o dom que qualquer pessoa tem mais importante é a vida, mas, se não tiver vida, nem é uma pessoa. E, tendo vida, para mantê-la é preciso ter saúde.

Portanto é um momento muito bom para reflexão e providências, porque só refletir e não tomar providências não adianta nada. Eu acho que V. Exª faz muito bem ao fazer esse registro e espero que compareçam aqui alguns representantes das entidades médicas, porque esse momento é realmente fundamental para que nós possamos marcar um divisor de águas. Não dá mais para ficar...

Vimos a reportagem do Globo Repórter, mas é todo dia. Todo dia estão na imprensa “n” casos, em todos os Estados.

Olhem outro absurdo. A Controladoria-Geral da União constatou que nos últimos quatro anos, só na Funasa, Fundação Nacional de Saúde, foram roubados, Senador Paim, R\$500 milhões – meio bilhão de reais. Foram roubados de quem? Do paciente, porque a Funasa trata de ações de saúde, sejam preventivas ou até curativas.

No meu Estado, por exemplo, houve uma operação do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal e se constatou preliminarmente que foram desviados trinta milhões na Secretaria de Saúde do Estado.

O meu Estado é um exemplo de hoje, é apenas uma amostra do que está acontecendo no País todo. Veja a Funasa, veja o meu Estado e veja o que todo dia nós vemos.

Então, quero pedir, realmente, que esta Comissão, que é de Direitos Humanos, e eu não vejo outro direito humano mais fundamental do que a saúde... Por que sem saúde como vamos brigar pelos outros direitos?

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Eu vou passar a palavra aos outros Senadores, mas vejam o que me

chegou agora. O pessoal da assessoria me passou a seguinte informação, que é de preocupar a todos: homem invade escola e atira contra estudantes no Rio de Janeiro. Quinze foram atingidos, já confirmadas as mortes de três.

Essa notícia normalmente ouvíamos falar em outros países, e é aqui no Brasil.

Vejam o que diz aqui: “Um homem não identificado entrou na sala de aula em uma escola municipal em Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro, e disparou contra as crianças que estavam no local. De acordo com a Polícia Militar, cerca de 15 pessoas ficaram feridas nesta manhã de quinta-feira, pouco tempo atrás. A Secretaria Municipal de Saúde informou que ao menos três pessoas já morreram no local. A PM cercou a Escola Tasso da Silveira em ao menos dez carros. O Corpo de Bombeiros encaminhou seis ambulâncias ao local para atender os feridos, que estão, aos poucos, sendo encaminhados para o hospital da região. Segundo testemunhas, o atirador teria brigado com alguém e se vingou, atirando nas crianças a esmo, na escola municipal”.

O diretor da escola informa ainda – aqui me chegou da Band FM – que o homem teria entrado no local e se passado por um palestrante.

Veja a que ponto chegou a violência no Brasil, e é um tema que nós vamos ter que enfrentar. Nós temos já um requerimento aprovado nesta Comissão, chamado violência nas escolas, agressão contra alunos e professores. E, no momento adequado, vamos fazer esse debate com a Comissão de Educação, mas eu já passo ao Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, diante da notícia, nossa solidariedade às famílias envolvidas.

Recentemente, Sr. Presidente, a eminente Senadora Ana Rita comentou sobre o sistema carcerário do Estado do Espírito Santo. Nós temos um requerimento aprovado para uma audiência pública sobre o sistema carcerário.

E eu consulto V. Ex^a, Sr. Presidente, se há possibilidade de, no dia 9 de maio, a gente fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que o Senador pede... Quero avisar à assessoria que, mesmo se tiver uma audiência minha, suspende, troca, pois o dia 9 de maio estará reservado para o senhor.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode continuar, só quis mostrar que aqui o Senador aqui manda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria que fosse apreciado um requerimento extrapauta, que encaminho a V. Ex^a, até porque eu o fiz em conjunto, na CAS, com a Senadora Ana Amélia. Peço essa gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Cyro Miranda está propondo um adendo ao requerimento que já tínhamos aprovado. Eu pergunto aos Srs. Senadores que concordam com este requerimento extrapauta que permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Eu já passo à leitura do mérito e já colocaríamos em votação, de imediato, para contemplar a presença de V. Ex^a.

V. Ex^a quer justificar ou eu...

Requerimento de 2011. Requeiro, de acordo com o art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para discutir as condições de segurança dos trabalhadores nas obras do PAC e que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, tendo em vista requerimento ter sido aprovado lá na Comissão com o mesmo teor... Estou simplificando...

Para tanto, sugiro: Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; Representantes da Indústria e do Trabalho; Representante da Secretaria de Direitos Humanos; Sr. Paulo Safady Simon, Presidente da Câmara Brasileira de Indústria e Construção – é bom que estão incluídas as duas partes, meus cumprimentos –; o Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada; Sr. Ítalo Fortes Avena, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro; Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical. Se V. Ex^a me permitir, a gente colocaria um adendo: “E outros líderes das centrais, se assim a Comissão entender necessários...” Porque, na hora, o que vai acontecer? As centrais que não forem contempladas vão em cima do Senador Jayme Campos e deste Presidente. Então, adaptaria, se necessário for, com a presença de outros presidentes de centrais e de confederações.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Totalmente de acordo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqueles que concordam com o teor do requerimento... Se quiserem discutir...

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Está aprovado o requerimento.

Senador Paulo Davim com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente, eu gostaria de registrar que já se encontra conosco o Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Manuel Fortes, e outros companheiros Conselheiros do Conselho Federal de Medicina.

Mas, a respeito do tema do dia de hoje, dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, cujo tema, neste ano, é o da Resistência Microbiana, que é, realmente, uma preocupação – no tocante à saúde pública – muito grande. Aqui eu louvo a iniciativa do Governo Federal quando passou a exigir as receitas carbonadas, quando da prescrição de antimicrobiano. Essa preocupação com a resistência bacteriana é uma preocupação mundial. Mas, voltando ao assunto pelo qual e devido ao qual convidamos nossos representantes do Conselho Federal de Medicina a se fazerem presentes nesta Comissão, que é a paralisação dos médicos do Brasil em um protesto contra a forma desrespeitosa com que nós médicos somos tratados pelas operadoras de planos de saúde.

Darei dados para que todos compreendam essa crise que nós atravessamos. Os planos de saúde, de 2000 a 2009, tiveram um reajuste da ordem de 133%. A inflação acumulada nesse período foi de 106%. Ou seja, teve um ganho real de 23%. Entretanto, não teve o compromisso, a boa vontade de repassar para consultas e procedimentos médicos, proporcionalmente, esses ganhos que eles tiveram, que as operadoras tiveram. E a consulta no Brasil varia de R\$25,00 a R\$40,00. Só que os planos que praticam a consulta de R\$40,00 são...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, permita-me, só para ajudar, nós estamos já dialogando sobre o tema, eu tenho um dado aqui, é claro, o meu é num tempo maior, que diz o seguinte: de 1996 a 2010, os reajustes das mensalidades chegaram a 475%. Nesse mesmo período, a inflação, 255%, e, para os médicos, 110%. Há uma defasagem, se compararmos aqui, nesse período de 1996 a 2010, em relação de quase cinco vezes. Foi um prejuízo para os médicos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Esses dados comprovam esse desequilíbrio entre plano de saúde e prestadores de serviço.

Eu trouxe aqui dados nacionais recentes para a gente perceber o tamanho do problema. O Brasil tem 347 mil médicos em atividade, registrados no Conselho

Federal de Medicina; aproximadamente 160 mil atuam na saúde suplementar; ou seja, atuam os usuários dos planos de saúde. No Brasil, existem 1.044 operadoras de plano de saúde médico-hospitalar, que movimentaram R\$64,2 bilhões, em 2009. As projeções indicam que, em 2010, esse valor chegou a R\$70 bilhões; R\$45,5 milhões, ou seja, 24% da população é o número de usuários de planos de assistência médica no Brasil. O dado é de dezembro de 2010. Setenta e quatro por cento dos usuários dos planos de assistência médica estão em planos coletivos – quase 33 milhões de pessoas; o restante, 26%, tem plano individual ou familiar. Dos usuários de planos de assistência médica, 19,6% ainda permanecem em planos antigos – 8,8 milhões, muitos deles com restrições de cobertura ainda piores do que as praticadas pelos planos novos. Por ano, os médicos realizam, por meio dos planos de saúde, em torno de 223 milhões de consultas e acompanham 4,8 milhões de internações. Em média, os médicos atendem em seus consultórios oito planos de saúde ou seguradoras de planos de saúde.

Então, esses números apontam, e são números convincentes, para mostrar que é um problema grave. É um problema que vem afligindo não só a categoria médica, mas, sobretudo e principalmente, os usuários desses planos de saúde. Existe uma ingerência constante, cotidiana, diuturna, dessas operadoras com o ato médico, com o procedimento médico. Não é raro o médico solicitar um procedimento, um exame ou uma cirurgia ou qualquer procedimento médico, e o plano negar.

Aconteceu comigo, com a minha família. Ontem até eu já relatei esse fato na CAS. Minha mãe internada – minha mãe tem Parkinson avançado – e vive no *home care*, em casa, e eventualmente precisa de uma internação para equilibrar algum problema que surge. Nesses pacientes crônicos, é muito frequente acontecer isso. Pois bem, minha mãe esteve internada e a minha família recebeu visitas constantes de assistentes sociais ou pessoas do plano de saúde, solicitando abreviação da permanência de minha mãe no hospital, quando, na verdade, quem deve determinar a alta do paciente, sem sombra de dúvida, é o médico ou equipe que está acompanhando o paciente. Necessário foi entrarmos na Justiça para garantir o direito da minha mãe. Aconteceu comigo, com nossa família, e tínhamos condição de contratar advogado e fazer frente ao abuso do plano de saúde. Fico imaginando pessoas que não têm condições de contratar um advogado, de pedir um plano de saúde, que têm a consciência do abuso dessas operadoras, que ficam assustadas, que ficam se sentindo desprotegidas. Esse abuso é constante. A gente precisa equilibrar essa relação.

Queremos um reajuste digno. Não aceitamos mais o aviltamento do pagamento dos honorários médicos. Queremos uma relação respeitosa. Queremos que haja respeito à norma da ANS nº 71, Resolução Normativa nº 71, da ANS, que estabelece parâmetros e padrões de respeitabilidade nessa relação prestador de serviço e operadoras de saúde.

Então, enquanto a gente não estabelecer esses pontos, vamos ter esses embates, que, infelizmente, estão acontecendo hoje no Brasil inteiro. Não é só em uma cidade, em um Estado. É no Brasil inteiro. São 160 mil médicos que trabalham para os planos de saúde que estão cruzando os braços no dia de hoje. Ora, todos sabemos que os médicos quando cruzam os braços perdem dinheiro. Então, para registrar esse protesto, fazer-se ouvir nesse problema, nesse embate que já dura anos, décadas, os médicos do Brasil inteiro cruzaram os braços, mesmo tendo prejuízo, mesmo deixando de atender nos seus consultórios, adiando procedimentos, porque a gente precisa ser ouvido.

O Brasil inteiro, Sr. Presidente, está promovendo manifestações. No meu Estado, hoje, está acontecendo uma audiência pública na Assembléia Legislativa e uma mobilização nas ruas. Falei há pouco tempo com o Deputado Federal Eleuses Paiva, que foi Presidente da Associação Médica Brasileira. Ele está em São Paulo comandando uma passeata de médicos, uma caminhada de médicos no centro de São Paulo para denunciar o abuso das operadoras de planos de saúde.

Então, fico muito feliz, Sr. Presidente, que esta Comissão de Direitos Humanos, da qual me orgulho muito de fazer parte, abriu esse espaço para que nós, médicos, trouxéssemos para esta Comissão, com o caráter democrático que ela tem, que lhe é peculiar, os nossos problemas, para que o Senado Federal conheça de perto as angústias que, neste momento, aflige toda a categoria médica.

Então, quero registrar a minha indignação com esse tratamento. Quero, de antemão, agradecer a presença dos companheiros do Conselho Federal de Medicina, mas também não poderia deixar de rapidamente tecer alguns comentários, já que falamos no Dia Mundial da Saúde, sobre a saúde pública em nosso País.

É fato que atravessamos um momento de dificuldade no Brasil. É fato também que o SUS foi um dos modelos de melhor concepção. Acho até que, dificilmente, alguém vai conceber um modelo universalizado tão preciso como o Sistema Único de Saúde, mas também é fato que esse modelo atravessa graves problemas, como, por exemplo, o financiamento. Há quem discuta que não existe subfinanciamento da saúde. Claro que existe, haja vista se compararmos o que se investe

em saúde no Brasil... O Brasil investe um pouco mais de 3,7% do PIB no sistema universalizado, quando o Uruguai gasta 4% do PIB e a Argentina investe 5% do PIB, e não são modelos universalizados. Se a gente fizer um comparativo entre o que se gasta *per capita*/ano no Brasil, vamos ver que no Brasil se investe um pouco mais de US\$400, enquanto qualquer país da América do Sul, aliás, qualquer não, mas alguns países da América do Sul, como Chile, Uruguai, Argentina investem de US\$500 para cima. O Estados Unidos, dois mil e quinhentos. O Canadá é o que mais investe. Enfim, o mundo inteiro investe na saúde. Não teremos jamais uma saúde pública resolutive, uma saúde pública universalizada de bom padrão se não investirmos o que necessário se faz na saúde.

Precisamos ter a coragem de regulamentar a Emenda nº 29. Precisamos ter a coragem de colocar, amarrar um percentual do pré-sal, destinado à saúde, porque é um bem, sim, universal, democrático, universalizado. Se conseguirmos amarrar aos benefícios do pré-sal um percentual destinado à saúde, porque quem não tem saúde não tem disposição para produzir, para fazer este País cada vez mais pujante.

Agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, além do financiamento, nós precisamos ter uma política de recursos humanos para qualificar a gestão do Sistema Único de Saúde. Acabar com esses apaniguados, acabar com as indicações inapropriadas, para gerenciamento e gestão de sistemas de saúde.

Eu acho que precisamos profissionalizar a gestão do SUS, gestão da saúde. Não são todas as pessoas que tem essa vocação e esse talento para gerir o sistema de saúde. Portanto, a gente precisa ter uma política de recursos humanos, valorizando a gestão profissionalizada da saúde. Se assim não for, não adiantará aumentarmos o aporte de recursos para o financiamento, se a gente não tiver uma boa gestão na saúde.

Então, eu defendo isso também.

Mas, por último, Sr. Presidente, para não me alongar, eu sou um defensor intransigente da carreira de Estado. Neste País, tudo que é prioritário, de uma forma ou de outra, consegue se estabelecer como carreira de Estado, haja vista a Receita Federal, o que é justo; a Magistratura, o que é justo; os Procuradores, o que é justo; o Ministério Público, o que é justo. Porque são prioritários, estratégicos.

Será que a saúde não é estratégica também? Não pode ser prioridade? No dia em que a saúde for prioridade, teremos uma carreira de Estado neste País. E aí o meu sonho, Sr. Presidente, é que a gente divida este País em duas bandas. De um lado, saúde pública; de outro, a iniciativa privada. Que elas não se parasitem:

quem for do sistema público seja do sistema público; quem for do sistema privado seja do sistema privado. Agora, que seja em uma carreira de Estado, pagando bem ao servidor.

Aí, teremos uma dedicação exclusiva, onde o servidor vai vestir a camisa do seu hospital, vai interagir com o seu hospital, com o seu serviço. E, aí, vai se dedicar mais. Onde hoje existem dez profissionais, com a exclusividade da carreira de Estado, bastaria quatro ou cinco, e o trabalho seria feito com o mesmo empenho e eficácia.

Darei um exemplo. O nosso Ronaldo Fenômeno, quando ele sofreu o problema no joelho, foi operado no hospital Pitié-Salpêtrière, em Paris, e hospital público. Sabe por que, Senadora Ana Rita, ele foi operado em hospital público em Paris? Por que a maior autoridade em joelho no mundo é servidor público em Paris, o Dr. Gerard. Mas ele só opera em hospital público, porque é servidor público.

O nosso Ronaldo Fenômeno foi operado no hospital público em Paris, no hospital Salpêtrière, pelo Dr. Gerard, porque é um servidor público. Ele só poderá trabalhar na iniciativa privada ou por opção ou quando se aposentar.

Então, precisamos estabelecer essa divisão. Vai ser boa para a saúde do nosso País, vai ser boa para o nosso povo e vai ser boa para o nosso profissional.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senadora.

(Interrupção do som.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – ...referência à fala de V. Exª e dizer que concordamos plenamente com a sua avaliação e com o seu posicionamento. É preciso, cada vez mais, fortalecer a saúde pública. E que ela seja, de fato, universalizada, que ela chegue a todos os brasileiros e brasileiras.

Sabemos das dificuldades por que muitos Municípios e os Estados passam. Particularmente, ontem, tivemos uma reunião com o Ministro da Saúde, juntamente com o Governador do Estado do Espírito Santo, colocando a situação da saúde no Estado do Espírito Santo, que passa por momentos de muitas dificuldades também. Isso fruto de um processo em que não se investiu adequadamente na saúde pública.

É preciso que a saúde pública seja de fato fortalecida, que os trabalhadores da saúde sejam valorizados, que os trabalhadores da saúde tenham condições dignas de trabalho, para que assim possam se dedicar exclusivamente à saúde pública. Porque, na verdade, formamos profissionais nas universidades públicas, mas, depois de formados, vão trabalhar, na maioria

das vezes, na iniciativa privada para conseguirem se manter. Isso é ruim, porque a saúde pública acaba ficando precarizada. Então, é preciso de fato fortalecer a saúde.

Eu entendo e vejo que há um esforço do nosso Governo para fortalecer, de fato, a saúde, destinando recursos para que a saúde possa se fortalecer. Os municípios também precisam se preparar para isso. Sabemos das dificuldades que os municípios têm, mas é necessário que cada um cumpra a sua parte, que o Governo Federal cumpra a sua parte, que os governos estaduais cumpram a sua parte, que os governos municipais cumpram a sua parte.

Muitas vezes, a saúde básica, que é de responsabilidade dos Estados e Municípios, não é tratada com a devida prioridade por parte dos Estados e Municípios. Então, é necessário que o repasse constitucional da saúde seja, de fato, efetivado nos municípios, nos Estados, e que o Governo Federal também faça a sua parte no sentido de assegurar que a saúde chegue a todas as pessoas de forma efetiva, com a qualidade necessária.

Hoje é o Dia Mundial da Saúde. Inclusive, Senador, quero aproveitar a oportunidade para solicitar ao Presidente um ponto extrapauta com relação ao PL nº 189, de 2010, que altera o Sistema Único de Assistência Social. Assim como temos o Sistema Único de Saúde, o SUS, também temos o Sistema Único de Assistência Social, que precisa, de fato, ser efetivado por lei. E queremos fazer isso. Está na nossa comissão, relatamos o projeto de lei e queremos colocá-lo como extrapauta, Sr. Presidente, porque contamos aqui com a presença inclusive do Ministério de Desenvolvimento Social, na pessoa da Srª Denise Colin, que é a Secretária Nacional de Assistência Social, e também da Clara Carolina de Sá, que é Coordenadora Geral de Regulação do SUAS, do Sistema Único de Assistência Social.

Entendo, Senadores aqui presentes, que, além de ser muito importante a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social, também tem um rebatimento na saúde, porque à medida que o sistema se efetiva e se fortalece, nos Municípios e nos Estados, estaremos, com certeza, contribuindo para que a nossa população tenha uma saúde mais digna.

A partir do momento em que implementamos as políticas de assistência social, como é o caso do Bolsa Família, que chega a todos os brasileiros que ainda não têm condições de, por conta própria, ter uma sobrevivência digna, o Bolsa Família vem cumprir um papel extremamente importante na promoção daquelas famílias, assegurando que essas famílias tenham uma alimentação mais adequada, uma condição mais

digna, isso contribui, com certeza, para que elas possam ter uma saúde melhor.

Então, em homenagem ao Dia Mundial da Saúde, quero contar com a colaboração dos Srs. Senadores e Senadoras, para que possamos aprovar nesta comissão o nosso parecer com relação ao Sistema Único de Assistência Social, que depois irá tramitar em outras comissões.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lembro ao Senador Paulo Davim que o Senador Eduardo Amorim está inscrito. E eu meio que atropelai aqui, passei primeiro para a Senadora Ana Rita, mas passarei em seguida para V. Ex^a.

Se V. Ex^a permitir que ele faça a conclusão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, só para concluir mesmo. É só para registrar a presença, mais uma vez, do nosso companheiro do Conselho Federal de Medicina...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos quebrar o protocolo e permitir que ele faça uma saudação à Comissão de Direitos Humanos, em homenagem aos médicos que estão na paralisação neste momento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – A banda de Roraima também é forte lá no Conselho Federal, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Registro também a presença do Virlandi da Luz, que é o 1º suplente do Senador Romero Jucá, com quem já tive a alegria de trabalhar junto.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem por um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Em um minuto quero me solidarizar com o colega, Senador Paulo. Eu já sou admirador dos médicos, já era desde criança, mas agora muito mais. Tenho dois filhos, a Mariana, minha caçula, e o Tiago, que faz Medicina.

Sr. Presidente, fico, às vezes, admirado. Quanta dedicação de um jovem, que, às vezes, deixa de ir a uma festa, a um lazer, para estar dedicado aos estudos da medicina. Hoje, sei a realidade do que é formar um médico ou uma médica. Portanto, a minha solidariedade e o meu apoio com relação à carreira de Estado.

Como a TV Senado, Sr. Presidente, tem uma audiência muito grande no meu Estado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos ao vivo.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pois é. Principalmente em muitas aldeias.

Veio-me uma reclamação lá do Estado agora, há pouco, por uma falha de memória. Quando uma comunidade indígena batiza um cidadão não índio, é uma deferência que eles fazem. Eu sou muito grato por essa deferência. E cometi uma falha quando me esqueci do nome com que me batizaram na Aldeia Xerente que eu quero aqui corrigir, demonstrando a minha atenção, o meu respeito, a minha admiração. Siparimiquá, esse é o meu nome xerente, que significa asas que voam. Portanto, para o Cacique Ribamar que está nos vendo da Aldeia Xerente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já cobrou.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Fica aqui, sem nenhum reparo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um abraço para o Cacique lá e para todos aqueles que estão vendo a TV Senado neste momento.

De imediato, o Senador Eduardo Amorim com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, colegas do Conselho Federal de Medicina, nossos colegas, também sou médico. Estou como Parlamentar, mas sou médico.

A saúde é um direito de todos e obrigação e dever do Estado – art. 196 da nossa Constituição. Apesar de ser o direito à saúde, como dito pelos grandes juristas, um direito de segunda geração – e olhe que já estamos num de quinta, de sexta geração -, ainda é um direito que clama por efetividade em muitos cantos do nosso País, causando, Senador Davim, um sofrimento enorme: sofrimento para quem procura e sofrimento para quem trabalha, para quem exerce essa profissão, para quem vive dessa profissão.

Presidente, pior do que uma má remuneração é, diante de uma cirurgia ou um procedimento de urgência, não ter o medicamento necessário, não ter o instrumento necessário. Muitas vezes, não é custo. Na minha vida profissional, vivi isso muitas e muitas vezes. Ter de fazer uma neurocirurgia numa sexta-feira à noite, madrugada adentro, e, de repente, faltar energia numa unidade hospitalar, pois não se tem um gerador, não se tem um equipamento. Isso é uma realidade em muitos cantos. São contrastes vívidos em muitos cantos do nosso País.

Além do mais, Sr. Presidente, ser remunerado por uma tabela ainda da década de 90, ou seja, do século passado! Muitos convênios se aproveitam disso e é assim que remuneram. Na tabela, não está nem o valor em reais, porque, em algumas delas, não tem nem real. É em port: port1, port2, port3, port4 e aí vai. E criam-se as dúvidas em qual port enquadrar

um determinado procedimento cirúrgico. No entanto, vemos frequentemente reajustes sendo passados para o usuário – os reajustes são anuais. Pensa que isso é reajustado para a categoria, para os profissionais que verdadeiramente exercitam e que são os instrumentos, realmente, do atendimento? Não, Presidente.

Então, é um movimento justo e correto. Precisamos, sim, Senador Davim, de mais investimentos na saúde pública. Estamos longe de garantir ainda esse direito fundamental, embora a nossa Constituição assim nos garanta. Estamos longe disso. Mas é muito mais do que recursos. Às vezes, não se cobra, porque não se sabe de quem cobrar. Eu acho que o nosso SUS tem de ter uma política de recursos humanos, sim – concordo plenamente –, mas ficamos, muitas vezes, na dúvida de quem cobrar. Qual a missão do Município? Qual a missão do Estado? Qual a missão do Governo Federal, da União? Então, no dia em que tivermos isso muito claro no nosso Sistema Único de Saúde, com certeza, cada cidadão e cada cidadã, assim como a gente cobra, ao faltar energia, ao faltar água ou qualquer tipo de fornecimento, a gente saberá a quem recorrer. Mas, muitas vezes, isso vira um jogo de empurra-empurra: se é obrigação do Município, se é obrigação do Estado ou se é obrigação do Governo Federal, para a prestação daquele determinado serviço. Eu acho que essa falta de clareza – e nós temos essa responsabilidade de, muitas vezes, auxiliar nessa transparência, seja normatizando ou ajudando a esclarecer tudo isso – cria uma confusão e uma incerteza. E, aí, a gente se vê, muitas vezes, vivendo esse jogo de empurra-empurra pela prestação de serviço.

Saúde é essencial. Saúde não é acessório. Saúde é principal. Como foi dito aqui: sem saúde, nada se faz. Claro! Então, precisamos, sim, investir muito mais. Precisamos, sim, regulamentar a Emenda nº 29. Espero que seja uma prioridade do Governo fazer isso; tornar os gastos com a saúde muito mais claros, muito mais transparentes – o que é gasto com a saúde, o que não é gasto com a saúde. E a Lei Complementar permite e esclarece isso, fazendo com que os maus gestores não gastem os poucos recursos da saúde com aquilo que não é saúde.

Então, eu me solidarizo com os colegas de profissão, de atividade, que é a saúde, neste Dia da Saúde, em que se manifesta a má remuneração em vários e vários procedimentos.

Presidente, receber, em pleno século XXI, por uma tabela do final do século passado, não é nem ainda do Plano Real, mas, muitas vezes, anterior a tudo isso. Isso é injusto. Isso é muito injusto. Porque, tenho certeza, de que para o usuário é repassado e reajustado anualmente. Então, não é fácil você rece-

ber por um procedimento R\$20,00 e tirar dali todas as despesas e ter uma consulta de retorno. Pague-se o que é justo, porque os profissionais têm também seus familiares e têm de estar treinados e capacitados, anualmente. Assim, eles poderão, com qualidade, prestar seu atendimento.

Tenho esperança de que a gente possa ter uma saúde digna em todos os cantos deste País. Para isso, é preciso ter a colaboração dos profissionais e suas manifestações, trazendo suas críticas construtivas, para que a gente possa, cada vez mais, ajudar o Governo Federal a normatizar. Enfim, priorizar, como está em nosso texto constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Amorim, que dá um depoimento – permita-me usar este termo, Senador – de um trabalhador na área. Quem vive ali sente. É este o depoimento sincero, tranquilo, transparente. Tenho certeza de que a população entende que vocês, médicos, os Senadores como Mozarildo, toda vez que fala, Paulo Davim... Os Senadores que são médicos, não é? É diferente falar em tese sobre isso ou aquilo, diferente daquele que conhece e que tem formação na área e fala do seu dia a dia e de suas dificuldades. Por isso, meus cumprimentos.

Eu acho que a melhor maneira de nós homenagearmos todos os médicos do País e lutarmos para que, efetivamente, a saúde melhore... Se todos os Senadores concordarem – e isso não prejudica em nada o trabalho da Comissão –, nós quebraríamos o protocolo e passaríamos a um representante dos médicos, que estão neste movimento nacional, exigindo melhoras na saúde. Seu exemplo da tabela foi claro. Eu li, ontem, no plenário, uma em que se falava de R\$60,00. Só que, naquela mesma situação, se eu vou a um médico particular são R\$300,00. E sabe lá quanto que o plano cobra... E o médico recebe R\$60,00. Eu tenho um irmão que é Psiquiatra. Não recebe?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) –

Sr. Presidente, R\$60,00 é muito luxo. Só alguns poucos, pouquíssimos que pagam isso. A grande maioria, Sr. Presidente, é um terço disso. Se pagar... E, olhe, quando se paga uma consulta, tem de se lembrar que não é apenas uma, são duas, porque há o retorno. São duas consultas a preço de uma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A preço de uma. Então, R\$60,00 já está no lucro. Veja que situação...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE)

– Sessenta é o que se deseja, o que se espera, mas estamos longe disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Nós recebemos quanto hoje, em média? R\$25,00?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) –

Lembrar, Presidente, que, nesses R\$25,00, tem toda a tributação ainda com que o profissional vai ter de arcar, Imposto de Renda, ISS e o custeio do consultório, da atividade. Então, Presidente, sobra muito pouco. Se dividir por dois esses R\$25,00, vai dar R\$12,50. Tirando toda a tributação, o senhor verá que não é fácil. Isso de uma consulta. Imagine passar numa cirurgia, como anestesista, que sou, horas e horas, muitas vezes até numa condição que não sabemos como superamos tudo aquilo, doze, quinze horas num procedimento cirúrgico... Poucos procedimentos cirúrgicos pagam um médico auxiliar, o que deveria acontecer num procedimento de determinada duração, porque é quase humanamente impossível você enfrentar, Senadora Ana Rita, um procedimento de quinze horas. O paciente está com a sua descarga adrenética enorme, mas o profissional também fica ali “adrenenergizado” o tempo todo, ligado. Então, não pode fazer uma refeição, não pode fazer as suas necessidades fisiológicas.

Então, Sr. Presidente, não é fácil, não. Muitas vezes, a gente vê muitas e muitas perversidades, perversidades que o usuário paga, que não é repassado para o profissional e, quando é repassado, é muito pouco. Tem gente que ganha muito sobre isso. Então, o Governo precisa ser enérgico nisso, dar uma condição melhor, fiscalizar melhor, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Amorim e a todos os Senadores que estão aqui, especialmente aos médicos, que deixaram muito claro. No documento que li ontem na tribuna, que recebi, naturalmente, da categoria, R\$60,00 é o pleito, que não acho exagerado, pelo trabalho de salvar vidas, e que recebe, na verdade, em torno de R\$20,00. Se os senhores me permitirem, a Senadora Ana Rita foi relatora desse projeto extra-pauta, que ela já aqui informou.

Então, pergunto a vocês se é possível colocarmos extra-pauta nesta Comissão o projeto de lei da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, Projeto de Lei nº 3.077, de origem do Poder Executivo, que altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

Ela já fez o relatório. Ela faria agora um comentário e nós iríamos de imediato ao voto e voltaríamos para o debate da saúde, pela sua importância, e passamos a palavra ao nosso convidado, o Dr. Aloísio Tibiriçá Miranda. Está certo, Doutor? Como ela já leu o relatório, não precisa ler tudo de novo, todo mundo já ouviu, já encerramos a discussão. Ela faria só um

comentário e vamos ao voto, voltando ao tema saúde, porque acho que temos de aprofundar de fato essa questão. Todos concordaram?

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srªs e Srs.

Senadores, na verdade, vamos agora apenas fazer a leitura da análise, porque o relatório já foi lido. Mas, antes, gostaria de dizer que a Constituição Federal de 1988 elevou a assistência social à categoria de direito e política pública. A assistência social faz parte hoje do tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência.

Então, este momento é bastante oportuno para que possamos aprovar o referido projeto de lei porque está dentro do tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde, a questão da assistência social. É muito importante que possamos oferecer a todos os usuários da assistência social a alegria de poder ter uma política de assistência social efetivamente assegurada e efetivamente garantida por lei. Então vou ler apenas a análise aqui:

De acordo com o art.102-e, V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão o exame de assuntos relacionados à proteção e integração social das famílias, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas. É pertinente, portanto, a análise do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, por este Colegiado.

A matéria, além de ser regimental, não traz vício de constitucionalidade, pois está circunscrita à competência legislativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIII, da Constituição Federal. Tampouco temos reparos a apresentar no que tange a sua juridicidade e à boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, consideramos que o texto consolida a gestão da assistência social brasileira de maneira descentralizada e moderna, por meio do Sistema Único de Assistência Social, que é conhecido como SUAS, estabelecendo responsabilidades e ordenando a atuação dos órgãos executores da política de atendimento às faixas populacionais mais vulneráveis.

Por fim, acrescentamos que a maior parte das alterações constantes do texto tem a finalidade de trazer formalmente para o âmbito da legislação federal iniciativas já em funcionamento, mas reguladas normas que não garantem sua continuidade e regularidade.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em vista do exposto, apresentamos voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010.

É este o nosso parecer e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT-RS)

– Meus amigos, o projeto foi lido em uma outra oportunidade. Nós não votamos porque não tinha número

suficiente. Hoje nós temos. Nós vamos, naturalmente, permitir aos Srs. Senadores que desejarem fazer alguma colocação sobre o mesmo, lembrando que se trata de um projeto do Executivo, foi para Câmara, veio para cá e daqui ele vai ainda para mais duas comissões e, depois, para o Plenário, para deliberar. Vai para a CAE e para a CAS.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Ana Rita pelo seu relatório e dizer que estamos vivendo um momento histórico. Assim como normatizamos e criamos o SUS anos atrás, está chegando o SUAS. Como a Senadora mesma disse e foi muito feliz na sua colocação, a política social, dos direitos sociais garantidos e esculpidos na nossa Constituição, a partir do art. 193, tem um tripé: a Previdência, a Assistência e a Saúde. Finalmente, a gente vê a assistência ter a sua normatização, depois de tantos e tantos anos, mas finalmente chegou a hora e é um privilégio muito grande estar aqui e manifestar o nosso voto, o nosso sim. Que as outras comissões aprovelem o quanto antes, porque já necessitamos disso há muito tempo.

Nossa Constituição é de 1988. Assim como o nosso SUS foi normatizado, regulamentado, anos depois, finalmente a assistência social tem aí a sua normatização e é criado o SUAS. Parece com SUS; tem apenas o A da assistência social.

Então, parabéns, Senadora Ana Rita, pelo seu relatório. Manifesto aqui, Sr. Presidente, o meu voto de felicidade por este momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT-RS) – Muito bem. Se alguém mais quer discutir está à disposição.

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Aqueles que concordam com o parecer da Senadora, lido aqui e discutido, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade. (Palmas.)

O projeto vai para a CAE e para a CAS.

Ainda quero registrar a presença conosco... Para alegria nossa, já está o Senador Alberto Souza ao meu lado e o Senador Cristovam Buarque. Olhe que o movimento aqui – vou passar em seguida para V. Ex^a, Senadora –, o movimento em relação à saúde. E esse projeto conseguiu um belo *quorum*. Nós estamos com 13 Senadores participando dessa audiência pública, onde a referência... Nós alertamos ontem – o Senador ajudou em plenário, Senador Mozarildo, Senador Amorim e Paulo Davim – que faríamos aqui também uma homenagem ao Dia Nacional da Saúde e aos médicos pelo justo movimento que estão fazendo.

O Senador Cristovam chegou neste momento. Votaremos, vou passar a palavra à Relatora e, em seguida, se os Senadores permitirem, passarei a palavra ao nosso convidado. Falará o Vice-Presidente do Conselho Fiscal, o Sr. Emmanuel Fortes da Silveira Cavalcanti.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos passar para o Aloísio.

Falará a Senadora Ana Rita e, em seguida, V. Ex^a. Pode ser? Ela só quer fechar o Relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente quero agradecer muitíssimo o apoio de todas as Sr^{as} Senadoras e de todos os Srs. Senadores, dizer que, com certeza, não só a população usuária do Sistema Único de Assistência Social, no dia de hoje, fica feliz, mas também todos os profissionais que atuam na área de assistência social e que não são assistentes sociais, mas psicólogos, pedagogos e outros profissionais. Com certeza, estão muito felizes com o apoio recebido por esta Comissão. A gente espera receber esse mesmo apoio das demais comissões pelas quais o projeto de lei passará.

Quero dizer que, na verdade, a política de assistência social já está sendo implementada no País, com muita qualidade. Posteriormente, poderemos falar de alguns números, mas quero dizer que isso já está em funcionamento apenas por normas. Nós precisamos efetivar isso por lei, para que seja uma política que dê continuidade, que seja, de fato, uma política de Estado, para que não haja descontinuidade que, porventura, possa ocorrer em qualquer mudança de Governo.

Parabenizo a todos vocês e a nós neste brilhante momento, que é de felicidade. O nosso Senador reproduziu-o numa palavra muito bonita. É um momento de felicidade pela aprovação do referido projeto de lei.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns à Senadora Ana Rita.

Pela ordem, o Senador Cristovam.

Em seguida, falará o Dr. Aloísio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Peço a palavra por outra razão. É possível? Estou saindo para criar, como o senhor sabe, a Frente Parlamentar Contra o Trabalho Escravo e temos ainda a Comissão de Relações Exteriores, que está fazendo sabatina de diversos embaixadores.

Eu gostaria que não se adiasse mais a criação, nesta Comissão de Direitos Humanos, da subcomissão para o trabalho escravo. Eu gostaria de saber se devo submeter a proposta agora, mas fazendo uma proposta de mudança, porque essa Subcomissão, atualmente, é

de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal, e eu gostaria, se isso fosse possível regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a pode propor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...de que essa Subcomissão deixasse de lado a ideia da regularização fundiária na Amazônia legal, que é assunto para outras, e fosse a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo sob todas as formas, inclusive o trabalho infantil, a exploração de menores e o analfabetismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a remeter à Mesa, nós poderemos votar, sim, a mudança do nome na Comissão principal. Assim, instalaríamos a subcomissão no momento em que V. Ex^a me indicasse os nomes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu tenho que indicar os nomes antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem que indicar os nomes dos Senadores que gostariam de fazer parte desta Subcomissão. Eu gostaria, se pudesse.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pronto! Já somos dois. Faltam quatro, não é? O número mínimo é seis, não é isso? Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria bom que V. Ex^a remetesse à Mesa, para colocarmos em votação o requerimento de mudança de nome.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós poderíamos fazer até hoje a mudança de nome, extrapauta, no encerramento da reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu lhe mando daqui a pouco.

Peço licença a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço que a sua assessoria converse com o Secretário-Geral da Mesa. Eles formulariam o requerimento aqui mesmo na nossa sala de reunião e o votamos hoje, ao término desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço licença para ir ao lançamento da Frente Parlamentar contra o Trabalho Escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Represente-nos lá e fale em nome da Comissão de Direitos Humanos, por favor.

Passamos, de imediato, a palavra ao nosso convidado, ao Aloísio Tibiriçá Miranda, que é Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina do Rio de Janeiro.

O SR. ALOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA – Bom dia a todos, muito obrigado pelo convite.

Hoje estamos vivendo um dia especial sob vários aspectos. Para nós, o primeiro desses aspectos é que os médicos estão no seu limite no atendimento à saúde suplementar e, portanto, em todo o País, hoje, realiza-se um dia nacional de paralisação. Em todas as capitais estão previstas mobilizações. E, para nós, então, é muito bom poder contar com esta reunião do Senado Federal, repercutindo esse assunto, que é a saúde, que, para todos nós, efetivamente, é um direito humano primordial.

Então, a saúde se insere, basicamente, no que chamamos prioridades dos direitos humanos. É muito bom estar hoje nesta Comissão, caro Presidente Paulo Paim, a quem quero homenagear por esta reunião, homenageando todos os membros, colegas médicos e parlamentares que estão aqui. Esse assunto é tratado, no Parlamento, em várias outras comissões e setores, mas o olhar desta Comissão se parece mais com o olhar do médico, com o olhar humano, da humanização da discussão desse tema. Ele sai um pouco da discussão meramente financeira, econômica, numérica e cai na questão dos direitos humanos da população brasileira e da assistência médica. E nós somos os principais agentes dessa assistência juntamente com todos os profissionais da saúde deste Brasil. Então, nossa homenagem.

Este dia especial, que é o Dia Mundial da Saúde, há um ou dois anos, foi comemorado com uma sessão realizada pela manhã, no plenário do Senado. À tarde, historicamente, esta Casa aprovou a regulamentação da Emenda nº 29, que está na Câmara aguardando votação desde o primeiro minuto de 2003.

Então, até hoje – já faz oito anos – essa tão decantada regulamentação, que todos apoiam e que é a maior unanimidade de apoio que já vi até hoje, não foi votada, ou seja, a Emenda nº 29 não foi regulamentada.

Isso é essencial num País como o nosso, de assistência médica chamada universal, isto é, para todos, em que há somente 3,4% do PIB destinados à saúde – quando, em todo o mundo, esse número tem de ser o dobro, no mínimo –; que tem uma saúde pública que atende a R\$150 milhões de pessoas, mas que só tem 45% do gasto total em saúde. Enquanto a saúde suplementar, da qual se trata hoje, principalmente, pega todo o resto, isto é, 55% do gasto em saúde, para atender a 23% da população, a 45 milhões de brasileiros.

Por aí vemos a discrepância hoje dos direitos humanos na área da saúde.

Como se dizia lá na nossa terra de Minas Gerais, em terra de pouco pão, todo mundo briga, e ninguém

tem razão. Começam a surgir vários modelos de saúde. “Ah, vamos acabar com o regime jurídico único”; “Vamos acabar com a administração direta”, “Vamos fazer fundação”; “Ah, tenho uma ideia melhor: vamos fazer organizações sociais”, o que é herança do Estado mínimo do Governo anterior, votado nos anos 90 – não quero citar o fato politicamente; eu o estou citando historicamente.

E hoje surge uma empresa que vai gerir, também, recursos humanos pelo Governo, na área de saúde. Então, é uma salada de quatro propostas, que não se definem, e o financiamento tem por base esse problema.

O concurso público hoje está em desuso, não está sendo aplicado mais, até porque, quando é aplicado, é desmoralizado pelo valor que é pago. Os médicos não trabalham por esse valor; com isso, o concurso público não existe mais.

Então, como os médicos estão trabalhando? Vê-se, em todo o País, que a contratação é improvisada. É médico temporário trabalhando em toda a rede do Sistema Único de Saúde Federal. Venho do Rio de Janeiro. É a maior rede pública do Brasil própria, médico/temporário, contratação temporária, numa solução temporária, improvisada, na rede estadual e municipal. A coisa se repete.

Na saúde suplementar, que vimos aqui colocar prioritariamente – hoje é o dia nacional de paralisação – temos um atendimento a 45 milhões de pessoas, 160 mil médicos se envolvem nesse atendimento. E o que a gente vê? De um lado, o médico dando assistência à saúde e tentando promover a saúde das pessoas – quem é médico sabe, nosso trabalho é esse. De outro lado, empresas cujo negócio é outro, a saúde é circunstancial, mas a atividade básica, contra a qual nos levantamos, é contenção de custos, baseado, primeiro, na interferência direta da relação médico/paciente, impedindo realização de procedimentos, solicitando alta precoce dos pacientes dos hospitais e uma série de interferências apontadas por 90% dos médicos do Brasil, em pesquisa do Datafolha de dezembro de 2010 – está disponível a todos os senhores. Essa não é uma questão hoje colocada somente pela liderança médica, é colocada pelos médicos do Brasil, a interferência antiética na relação com os pacientes.

E o honorário médico? Faz parte da contenção de custos, é a mesma lógica. Hoje, uma média de R\$40,00 é o que se ganha no Brasil, numa valorização da vida humana, numa consulta médica. Tenho dito até, sem querer desmerecer nenhuma profissão, que é o preço de um corte de cabelo no Rio de Janeiro.

(Interferência fora do microfone.)

Aqui é R\$50,00. Então, a consulta é mais barato. Sem desmerecer, claro, quem corta cabelo. Estou colocando só a relação das coisas, e temos oito anos de estudo, no mínimo, para exercer a valorização da vida humana.

Este é o quadro colocado, e nós estamos nessa campanha, chamando a Agência Nacional de Saúde à responsabilidade, não assumida até hoje. Agência Reguladora do Estado é para regular esse chamado mercado e não o faz. A ótica da ANS é voltada muito mais para as operadoras, e os médicos não têm tido o devido respeito das operadoras e nem a devida atenção da agência, que não intervém ou não é eficaz na intervenção desse assunto.

Eu queria, mais uma vez, agradecer à Comissão, aos colegas, aos Deputados, aos Senadores; lembrar que o Senador Mozarildo foi o autor do projeto de lei aprovado nesta Casa, hoje na Câmara, em que regulamenta, como diz – pasmem os senhores – a existência e a obrigação de ter contrato entre as operadoras e os médicos. Estamos na pré-história, Sr. Presidente, na relação de trabalho com as operadoras. O Senador fez um projeto para obrigar a ter contrato. Interessante, não é? Quer dizer, uma coisa que seria normal, e, nesse contrato, ter os índices de reajuste previstos. Qualquer contrato tem seus índices, sua periodicidade, um contrato de locação, um seguro. Nós estamos na pré-história.

Então, as relações são conflituosas e precisamos chegar ao limite para poder fazer um dia de paralisação.

Para terminar, já agradeço à Comissão, eu queria convidar a Comissão, dentro da ótica dos direitos humanos, a ir conosco aos hospitais públicos de todo o Brasil. Acho que o Congresso Nacional tem que sair um pouco para a vida real da população. Achamos que as emergências dos hospitais públicos merecem ser vistas ou por uma comissão especial desta Casa ou pela própria Comissão de Direitos Humanos, porque o que se vai ver ali é um atentado frontal aos direitos humanos, principalmente na assistência de emergência dos hospitais públicos de todo o País, de norte a sul. É um convite que as entidades médicas fazem para que esta Comissão, o Congresso Nacional forme uma comissão especial para que possamos, em campo, verificar a situação atual da atenção aos direitos humanos na área da saúde em todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Dr. Aloísio por sua exposição franca, tranquila, transparente, que não deixa nenhuma dúvida quanto às suas preocupações. Tenho a mesma posição e tenho certeza de que esta Comissão e outras

comissões têm de enfrentar essa questão da saúde. Os senhores estão dando o primeiro basta: “assim com está não dá!”.

Meus cumprimentos a todos os médicos que estão fazendo essa mobilização pela justa reivindicação, porque teriam direito de receber, no mínimo... Mas vou além, até em função de sua fala: é quase que um grito em nome do povo brasileiro em relação à saúde.

Parabéns a V. Ex^a.

Passo a palavra de imediato ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, quero parabenizar a Mesa, o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, por esta oportunidade. Sei que poderíamos fazer até outras comissões ou outra comissão, mas é nesta comissão que se está dando voz à categoria. A saúde, lógico, é construída com médicos, mas também com outras cerca de quinze categorias, como a da Assistência Social.

Quero aqui, como médico e como parlamentar, agradecer a Mesa por esta oportunidade. Como bem diz o nome da comissão – Comissão de Direitos Humanos –, estamos aqui tratando e defendendo um direito do nosso povo e da nossa gente que está inserido, que está garantido, embora não efetivado, em nossos texto constitucional, que é o direito à saúde. Agradeço a vocês por esta oportunidade. Sei que os nossos colegas, profissionais da saúde, não só os médicos, têm esse pensamento.

É triste, Presidente, ver isso frequentemente nos noticiários, mas, como médico especialista em dor, sou um daqueles sonhadores que acredita que este país tem jeito, e o jeito começa por nossas atitudes, pela nossa coragem, pela nossa determinação, sem abrir mão dos nossos princípios. Muito obrigado por esta oportunidade que a Mesa está dando para que os profissionais, principalmente a categoria dos médicos, se manifestem e digam que não suportam mais, que não dá mais para suportar determinadas explorações e perversidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim, a Comissão de Direitos Humanos e todo seu corpo de assessores agradecem por suas considerações em relação às iniciativas que estamos tomando aqui para que esta Comissão seja sempre uma trincheira de resistência pelas grandes causas. E a causa da vida é a número um, o papel dos médicos, da luta em defesa da saúde.

Estão inscritos dois Senadores. Falará agora o Senador Paulo Davim e, depois, a Senadora Ana Rita.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, quero agradecer a iniciativa desta Comissão

na pessoa de seu Presidente, a sensibilidade para o tema, agradecer aos colegas médicos do Conselho Federal de Medicina, que aqui vieram, e pela exposição convincente do colega Aloísio Tibiriçá.

O médico trabalha com o valor absoluto das pessoas, que é a vida. O direito à vida é um direito sacrossanto, não existe direito mais convincente do que o direito à vida. E para se ter o direito à vida precisamos ter uma saúde de qualidade; para se ter uma saúde de qualidade, precisamos ter profissionais capacitados, dedicados e felizes com o que fazem. E esse olhar, na Comissão de Direitos Humanos, para esse tema, quero lhe confessar, Sr. Presidente, que me deixou profundamente satisfeito. É dessa forma que esta Comissão, ao longo dos anos, tem se consolidado como uma comissão absolutamente democrática, porque se preocupa com os valores e os direitos que poucos conseguem enxergar.

Quero parabenizar a Comissão na pessoa do seu Presidente...

Fui lembrado agora pela Manoela que também contamos com a presença dos representantes da Fenam e da Associação Médica Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bom registrar os nomes para ficar nos Anais da Comissão.

Está registrado. Passo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Rita e, em seguida, ao Senador Mozerildo Cavalcanti.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Dr. Aloysio que somos solidários – não sei se seria esta a palavra mais correta –, compreendemos e entendemos toda a situação da saúde no País. Concorro plenamente com o senhor: passamos momentos de dificuldades; é preciso realmente fazer um debate; é preciso regulamentar o art. 29; é necessário investirmos mais na situação da saúde.

Mas eu me inscrevi apenas para dizer duas coisas: ontem, tivemos uma audiência com o Ministro da Saúde em função da situação da saúde no Estado do Espírito Santo e o nosso Governador trouxe um dado extremamente importante, que já era observado por nós e que tem gerado um verdadeiro caos no Espírito Santo.

Temos um hospital, conhecido como Samu, que é responsável pelo atendimento de todas as pessoas que têm problemas de traumas em função de acidentes, enfim, um hospital especializado.

Hoje, é um dos hospitais mais superlotados do Estado por vários motivos. Mas um dos motivos, e isso que nos assusta, por esse motivo é que ao se discutir a saúde é importante discutir todas as questões que têm rebatimento na saúde, é a grande demanda que

chega no hospital de pessoas vítimas de acidentes de trânsito. E das vítimas de acidente de trânsito, mais de 80% é por moto.

Então, acho que são questões que precisamos debater também, porque senão vamos construindo hospitais e mais hospitais, mas não vamos dar conta se não trabalharmos as causas dos problemas.

Nesse sentido, vejo que a grande causa dos problemas está na situação do trânsito das grandes cidades principalmente. E isso é causado por vários motivos, desde a precariedade da sinalização das estradas até à formação dos nossos condutores. E percebo porque também sou motorista, eu dirijo. A grande maioria dos nossos condutores, tanto de veículos como de motos, precisa ser melhor preparada para o trânsito. E isso rebate fortemente na saúde.

Sendo assim, penso que este é um tema que precisamos nos aprofundar, debater e ver de que maneira podemos contribuir com a situação.

A segunda questão que gostaria de colocar, Sr. Presidente, é a seguinte: tivemos a informação, parece-me, de que o Senador Eduardo apresentou um requerimento, na Comissão de Assuntos Sociais, que já foi aprovado e tem a confirmação da presença do nosso Ministro da Saúde, Ministro Padilha, no dia 4. É isto, Senador? Dia 4 de maio. Vinte e cinco de abril? Vamos confirmar essa data.

Eu gostaria de fazer uma solicitação, se V. Ex^a concordar, no sentido de que possamos fazer, conjuntamente, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais, para que possamos debater a situação da saúde, em plena concordância com o Dr. Aloísio, da situação que ele traz para nós, que é conhecida. Enfim, precisamos, realmente, fazer alguma coisa. Acho que o Senado tem o papel importante de fazer essa provocação, juntamente com a Câmara.

Enfim, acho que, se pudermos fazer uma audiência conjunta da Comissão de Direitos Humanos com a Comissão de Direitos Sociais, vamos poder enriquecer o debate e trazer outros elementos. Será um debate, com certeza, muito rico e proveitoso. Daí, com certeza, tiraremos alguns encaminhamentos importantes que a sociedade deseja.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É importante também, só para fortalecer esta discussão, que o Senador Humberto Costa... Na terça-feira, seja instalada, na Comissão de Assuntos Sociais, uma Subcomissão da Saúde, que, naturalmente, também, vai se debruçar sobre esse tema.

Acho que essa conjugação de esforços é que vai apontar o caminho. Já realizamos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência para discutir os acidentes de trânsito. Os dados são alarmantes. Morrem,

neste País, segundo o próprio Ministério da Saúde, 40 mil pessoas por ano. Só em acidentes de trânsito. E formamos aqui uma comissão especial – claro, não é oficial, não é temporária, nem permanente – só para discutir a questão dos acidentes de trânsito, trabalhando, inclusive, com o Estatuto do Motorista, com toda a questão da infraestrutura para todos os motoristas, inclusive a formação dos motoristas.

Então, esta Comissão já se reúne aqui especificamente para discutir os acidentes de trânsito.

Qual é o próximo dia da reunião? Dia 25. A Senadora Gleisi Hoffmann, inclusive, faz parte dessa comissão.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, só para comentar: parabênz a feliz ideia da Senadora Ana Rita. Acho que essas coisas só complementam, só ajudam, fazendo com que a gente encontre a melhor solução. Que não encontremos soluções imediatistas, mas a longo prazo. Que a gente tenha, um dia, o sonho materializado de ter uma saúde digna em todos os Estados do nosso País, em todos os cantos, em todos os Municípios.

O número é este mesmo, Presidente: cerca de 35 a 40 mil vítimas, por ano, no Brasil. Vítimas! Tendo como causa o trânsito, além dos sequelados, cujo número é muito, muito pior.

Então, frequentemente assistimos, nos pós feriados, nos dias imediatos aos feriados, nos finais de semana, parados, diante da televisão, as estatísticas e ouvimos aquelas comparações: se morreu menos, se morreu mais em relação a anos anteriores. Isso é muito triste. Dá um sentimento de passividade, de perda, realmente, dessa batalha, porque são quase 40 mil vítimas por ano, fora aqueles que ficam mutilados e com sua qualidade de vida comprometida.

Então, acho que não dá para a gente ficar com os braços cruzados, vendo essa guerra; uma guerra espalhada pelas nossas rodovias ocorrendo o tempo todo, e nossas famílias sendo ceifadas. Temos que fazer alguma coisa de forma, realmente, urgente.

Mas, parabênz, mais uma vez, a Senadora Ana Rita pela ideia de fazermos as comissões conjuntamente. Acho que tudo isso só vem a somar, a acrescentar e a trazer aqui sugestões para que sejam feitas críticas construtivas.

Quem dera que, um dia, os planos de saúde, não é, Sr. Presidente, reajustassem as consultas nos mesmos percentuais que eles dão para os usuários!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Corretíssimo.

O Senador Mozarildo está com a palavra e o Senador Paulo Davim também.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Só para agradecer a presença dos dirigentes das entidades médicas principais do Brasil.

Quero louvar a iniciativa do Senador Paulo Davim e da Comissão de Direitos Humanos em trazer o tema saúde para a discussão como um direito humano. Porque até aqui, sou membro da Comissão de Assuntos Sociais há vários anos, e o tema saúde tem sido analisado profundamente, está lá na área de assuntos sociais. E aí se perde o foco. Vou dar um exemplo: no meu Estado está sendo feito um seminário que diz assim: *Saúde, dever do Estado e responsabilidade de todos*. Não. Está na Constituição, não precisa nem inventar: É dever do Estado e direito do cidadão. Se é dever do cidadão então é um direito humano. Por isso, acho que o foro próprio é aqui, e queremos sugerir, Sr. Presidente, que façamos esse trabalho conjunto, já que vai ter uma subcomissão da saúde aqui, que trabalhem juntos, subcomissão da saúde e Comissão de Assunto Sociais, para que possamos agilizar. Digamos: os diagnósticos estão feitos. O que falta é a gente realmente colocar a coisa de maneira sistematizada e partir para o tratamento adequado como urgência. Não dá mais para ficar esperando. Temos de ter um plano, não para este Governo ou para o próximo, mas para algumas décadas, neste País, realmente invertendo esse processo perverso. O médico é maltratado e, no final das contas ainda é culpado, pela ponta, do mau atendimento que o paciente tem. Isso tem de ser resolvido, porque nenhum médico é formado para se sentir bem vendo um paciente morrer por falta de medicamento, por falta de equipamento, muito menos em ver que ele deixou de fazer o procedimento porque o plano de saúde não permitiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dar um depoimento. Em seguida passarei a palavra ao Senador Paulo Davim.

Há mais ou menos dois meses, fiz um pronunciamento no Plenário sobre os planos de saúde, e o Dr. Crespo – ele me autorizou dizer o nome dele – foi o médico que salvou o meu filho, que fez uma operação de redução de estômago e deu infecção generalizada. O meu filho se operou no Espírito Santo e, lá, o médico disse-me que a situação era gravíssima. O risco de vida de um a cem estava na casa dos noventa. “Você prefere que ele continue aqui ou vai levá-lo para o Rio Grande do Sul?” E aí me indicou um médico lá, o Dr. Crespo. “Vou levá-lo para Casa.” Então, o levei para casa praticamente para morrer. E o Dr. Crespo, enfim, com a equipe médica, salvou-lhe a vida e o guri está no último ano de faculdade, está trabalhando, enfim, voltou à normalidade.

Mas, quero dizer que fiz esse pronunciamento, há mais ou menos dois meses, sobre os planos de saúde, e ele me ligou, no meio da noite, e disse-me: “Olha, conta comigo para essa batalha aí”. Só disse isso e desligou. “Ouvi o teu pronunciamento. Meus parabéns”. E ali, sobre o plano, eu nem falava das consultas médicas, falava da situação dos planos de saúde. E hoje, com a paralisação que fazem, Dr. Crespo deve estar assistindo, neste momento, tenho certeza, está audiência pública, se ele não estiver operando, ele opera lá e, sem sombra de dúvida, faz todo um trabalho médico, acho que vocês estão dando um alerta neste momento para que olhem, efetivamente para a saúde. Vejam bem: aqui, quando dei o depoimento dos R\$60,00, porque eu achava muito pouco R\$60,00, e aí me esclareceram: “Não, R\$60,00 é o que eles estão pedindo agora. Eles estão pagando R\$20,00, R\$30,00.” Veja o absurdo. A população não sabe o que está acontecendo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Dividido por dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que dá R\$12,00.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Duas consultas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Duas consultas. É brincadeira!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que fosse colocado em votação um requerimento, de minha autoria, de realização de audiência pública para discutirmos *bullying*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Senador me procurou no Plenário, porque tenho dois projetos que tratam da questão do *bullying*, e os dois já foram aprovados aqui e já estão na Câmara dos Deputados. Concorro integralmente com V. Ex^a.

Veja bem: aquela informação que dei na abertura, dizendo que o *bullying* não deixa de ser uma violência, é a violência nas escolas. A última notícia que chega aqui do ocorrido no Rio de Janeiro, é que os feridos foram levados para o hospital. A Defesa Civil do Rio de Janeiro não soube dizer como se encontram todos, mas disse que, dos 15, 10 já morreram. E o assassino, no caso, atirou contra a própria cabeça e morreu também no final. Então, acho que isso aqui mostra que alguma coisa da maior gravidade está, de fato, acontecendo, em todos os sentidos. Por isso, de imediato, proponho aqui a aprovação do seu requerimento. O requerimento é do Senador Paulo Davim. Nós só o assinamos como apoiadores, tanto eu como os outros Senadores. O que diz o requerimento:

“Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V da nossa Constituição, combinado com o art. 90, incisos II e V do Regimento Interno desta Casa, requeiro realização de audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater e encontrar possíveis soluções para as agressões sofridas por jovens em decorrência do bullying.”

Como nós temos aqui um requerimento sobre violência nas escolas, se V. Exª permitir, eu grampeio os dois e faremos uma única audiência pública das duas Comissões: *bullying* com esse complemento de violência nas escolas.

“Sugiro que sejam convidadas as seguintes especialistas: Ana Maria Bereohff, psicóloga, Drª Rosa Maria Melloni Horita, psiquiatra [Acho que é fundamental aqui termos uma psiquiatra], e outros nomes assim indicados por esta Comissão.

As agressões decorrentes do bullying [e aí fala da violência] crescem cada vez mais e merecem uma profunda reflexão e nosso mais enfático repúdio. Trata-se de uma série de violências ocorridas entre jovens que se inscrevem num amplo contexto e que retrata a agressividade e a crueldade cada vez mais frequentes na sociedade atual.

Senador Paulo Davim [e todos os Senadores que se encontram aqui].”

Então, acho que é urgente realizarmos essa audiência pública ainda devido ao fato acontecido agora. Não há como não tomarmos alguma posição.

Os Senadores que concordam que seja extrapauta este requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam com o mérito, o teor do requerimento do Senador Paulo Davim... Se assim entenderem, sem maiores discussões, nós o colocamos em votação. Há concordância?

Em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos ainda outros requerimentos que vamos colocar em votação.

Pode me entregar aqui. Dê uma olhadinha e me entregue os requerimentos extrapauta que existem, porque vou colocá-los em votação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da nossa Constituição, requeiro, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, que seja realizada audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no sentido de que sejam ouvidos o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, o Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, o Embaixador-Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação, Hélio Vitor Ramos Filho, e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), Guillermo Canela Godoi, com o objetivo de discutir o PLC nº 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação.

Está aqui toda a justificativa. Este requerimento é do Senador Walter Pinheiro, que pediu que eu o assinasse porque ele não é membro desta Comissão. Se os senhores concordam que ele entre extrapauta, nós o colocaremos em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o mérito.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Eu quero dizer que em outra comissão também o Senador Walter encaminhou o mesmo requerimento e, se não me engano, acabei assinando-o. Mas quero dizer que o especialista na área é o Senador Walter Pinheiro.

Outro requerimento extrapauta. Este é de minha autoria.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do *RISF*, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a violência contra os jornalistas, em prol da liberdade de imprensa.

Esteve aqui, recentemente, um jovem jornalista – não por ser negro, se fosse branco seria a mesma coisa, mas casualmente era negro – que fez um depoimento emocionante, o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, da agressão que ele sofreu por parte de um advogado. E aqui será dito o nome do advogado no dia. Ele só parou a agressão no momento em que os policiais chegaram e entrevistaram na agressão. Faríamos aqui um debate não somente desse caso – pode ver que eu nem cito o nome dele aqui – de violência contra profissionais de imprensa, mas inclusive daquela questão internacional, do jornalista de *O Estadão*, que é gaúcho, eu me lembro, o Netto.

Em discussão o requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – É até oportuno porque hoje é o Dia do Jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Viu?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, é bom que se vote.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bela lembrança e boa coincidência, não é? Muito bem. O Senador Mozarildo lembra aqui que hoje é o Dia do Jornalista.

O Senador Eduardo Amorim também gostaria de falar sobre o tema.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Pois é, Presidente. Uma profissão que ainda está lutando para ser regulamentada também. Espero que o Congresso faça isso com toda brevidade possível. E parabênizo.

Já que é um dia em que estamos lembrando muitas comemorações, amanhã também é o Dia Internacional de Combate ao Câncer. O Ministério da Saúde, em 2005, por meio da Portaria nº 7.000/07 adotou o dia 8 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Câncer, para que nesse dia fossem enfatizadas as políticas, as lembranças e todos os cuidados que devemos ter com esse tipo de doença. São mais de cem doenças que têm como rótulo tumorações malignas que secularmente ficaram com a tarja de câncer. Lembro que na minha região apenas dois Estados não têm uma unidade hospitalar específica para cuidar de paciente oncológico: o meu Estado, Sergipe, e o Piauí. Estamos nessa luta, Presidente, para que Sergipe tenha, muito em breve, um hospital oncológico para cuidar e para reabilitar as pessoas vítimas dessas doenças e para atender, Senadora Ana Rita, não só sergipanos, mas baianos, alagoanos, pernambucanos, regiões fronteiriças que atendem, mas geralmente dentro de um hospital de urgência, um hospital com quatrocentos leitos, em que quase cem leitos são destinados para a oncologia, com apenas um aparelho de radioterapia. Estamos fazendo esse clamor em nosso Estado e nos mobilizando. Para tanto, por iniciativa nossa, no ano passado colocamos uma emenda de bancada para que Sergipe materializasse esse sonho, o sonho da continuidade da vida e que hoje é um sofrimento não só para nós sergipanos, mas para muitos. E espero que o Piauí, outro Estado da região Nordeste da Federação, também encabece essa luta.

Apenas para registrar que amanhã é o Dia Internacional de Combate ao Câncer e que o Ministério da Saúde tem uma política voltada realmente para essa área.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Senador Eduardo Amorim lembra que amanhã é o Dia Internacional de Combate ao Câncer. E lembramos que esta Comissão recebeu um convite: está sendo organizado aqui em Brasília um encontro

nacional, se não me engano, das primeiras-damas, esposas de prefeitos e governadores, e parece que há inclusive um convite para que a Presidente da República também compareça, para discutir exatamente a questão do câncer de mama. Vamos pedir vá uma representação da Comissão de Direitos Humanos a esse evento. Discutiremos que nomes se dispõem a ir.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Temos percebido, Sr. Presidente, uma sensibilidade muito grande por parte da nossa Presidente com relação a essa questão. Recentemente, ela lançou em Manaus incentivos para a aquisição de aparelhos não só de combate ao câncer de mama, que é o que mais vitima as mulheres. Em nós homens é o câncer de próstata. Em meu Estado, são cerca de cinco mil casos novos por ano. No Brasil, são quase quinhentos mil casos novos de câncer por ano. E pensar que para quem é acometido por uma doença como essa a luta pela vida não fica em apenas um ano, vai se acumulando. Porque, periodicamente, você tem que fazer todos os acompanhamentos, aqueles que conseguiram realmente vencer. Digo isso porque sou funcionário do Setor de Oncologia do meu Estado; lá ajudamos a implantar, a ideia não foi nossa, veio de muitos profissionais que já lutaram e continuam lutando, realmente, para que a gente tenha essa Unidade Hospitalar. No Brasil são 500 mil casos por ano. E a gente tem visto sensibilidade por parte da nossa Presidente e também por parte do Ministério. Mas que a gente ataque isso com mais firmeza e com mais celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O requerimento eu o acabei lendo e depois acabamos aprofundando; lembramos também os outros momentos, que começou hoje com o Dia Nacional do Jornalista; e avançamos sobre a questão do câncer, que é amanhã.

Então, em votação o requerimento que combate a violência contra os profissionais de imprensa permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes que os médicos se retirem, houve aqui uma proposta do Dr. Aloísio que nós transformamos num requerimento, para que haja, desta reunião, um ato concreto, pelo menos, neste momento.

Vou propor, porque a sua sugestão, Senador Mozarildo – e os outros médicos, pelo que vi, também concordaram – vai na seguinte linha, que a assessoria me encaminhou aqui.

Leio o seguinte:

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

“Sr. Presidente da Comissão,

Nos termos do art. 90, combinado com o art. 42, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência aos hospitais públicos do País, com a finalidade de apurar a situação de calamidade que se encontra a saúde no Brasil”.

Eu faria o seguinte encaminhamento, e V. Ex^a, Senador Mozarildo já falou isso: como vai haver a instalação de uma Subcomissão da Saúde, lá na Comissão de Assuntos Sociais, que este requerimento a gente aprove e o encaminhe lá para essa subcomissão; que a gente faça qualquer encaminhamento juntos, mas que passe também por aquela subcomissão. Como o Senador Mozarildo propôs, que a gente faça um trabalho conjunto de Direitos Humanos e a Subcomissão de Saúde lá na Comissão de Assuntos Sociais, que vai ser instalada na terça-feira, de tarde, às 14 horas. Estaremos lá juntos.

Quem aceita o requerimento extrapauta, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quem aceita com adendo, colocado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e que eu traduzi, que seja conjunta com a Subcomissão da Saúde, permaneça sentado. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento por sugestão do nosso convidado, o Senador Aloísio. (Palmas.) Chamei de Senador já o Dr. Aloísio, heim?

Vocês estão liberados. Mas se quiserem continuar, fiquem à vontade.

Vou fazer apenas a leitura de mais dois requerimentos.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

“Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos,

Requeiro, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de uma audiência pública para discutirmos a política do Itamaraty em relação aos direitos humanos”.

Recebi aqui uma delegação do Itamaraty, e eles mostraram para mim, fiquei muito entusiasmado inclusive, qual é a política do Itamaraty em relação aos direitos humanos a nível internacional e algumas questões a nível nacional, do País.

Acatei a sugestão do Itamaraty e vamos fazer essa audiência pública no momento adequado.

Aqueles que concordam com este requerimento extrapauta, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão.

Quem concorda com o requerimento...

Quero registrar a presença aqui do nosso querido Senador Garibaldi Alves, que fez questão de vir aqui

acompanhar o debate da Comissão de Direitos Humanos, fortalecendo este fórum de debates. Obrigado, Senador Garibaldi Alves, que está aqui com a gente.

Aprovado o requerimento, conforme entendimento feito entre esta Comissão e o Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, direitos humanos. E discutiremos, inclusive, a questão do Mercosul.

Temos um outro requerimento.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

“Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos,

De acordo com o disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, do Senado Federal, requeiro, dentro do prazo possível, a realização de audiência pública para discutirmos o trabalho e os 45 anos do Ipea”.

É do meu querido amigo Marcio Pochmann.

Missão cumprida.

Tenho certeza de que terá o apoio de todos os Srs. Senadores para aqui homenagearmos o Ipea pelos 45 anos. E será lançado aqui, naquele momento, o livro *Brasil em Desenvolvimento e a Evolução dos Direitos Humanos*. Estará aqui o Marcio Pochmann e, naturalmente, os Diretores do Ipea.

Quem concorda com esse requerimento – será tudo adaptado a uma pauta que não prejudica os outros requerimentos já aprovados – permaneçam como encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Ela entra na extrapauta.

Agora o mérito. Quem concorda com o mérito permaneça como se encontra.

Aprovado. (Pausa.)

Por fim, o último requerimento:

Sr. Presidente, requeiro o debate nesta Comissão baseado no art. 93, a realização de audiência pública a fim de debatermos a situação da política de cotas em toda a sua amplitude – deficiente, negro, índio, mulheres – e próprio ProUni, que há claro todo um movimento para ampliarmos as vagas.

Os que concordam com este debate sobre o tema amplo de política de cotas permaneçam como se encontram. Ele entra extrapauta.

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito também permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Com esses encaminhamentos, nós concluímos a nossa pauta para o dia de hoje e dizendo que os projetos não terminativos que não foram votados – quero esclarecer aqui – saíram de pauta a pedido dos próprios autores e relatores. Tenho dito que todos os projetos que estão aqui não ficar encalhados, eu vou colocar em votação. Mas, claro, enquanto não houver entendimento

entre autores e relatores, sendo terminativo ou não, nós não colocaremos em votação. Se não vamos seguir o Regimento. Aqueles que entenderem que têm direito a pedir vista pedirão vista, enfim, nós trabalharemos aqui sempre numa linha do entendimento.

Não foi votado o projeto de autoria do Demóstenes Torres, a pedido do autor e também do relator, Senador José Agripino. Não foi votado um outro projeto terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, até porque o relator, Senador Cícero Lucena, não está mais nesta Comissão e a relatoria passou para o Senador Humberto Costa, que já deu parece favorável, só não foi votado porque era terminativo e teria que ter votação nominal.

Também não foi votado um outro terminativo da Senadora Marisa Serrano. A Senadora Marinor já fez o relatório e está pronto para pauta.

Temos outro também do Senador Magno Malta, que não foi apreciado com entendido feito com o relator.

Há um outro projeto que acho importantíssimo do Senador Renan Calheiros que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para simplesmente implementar uma política de centralizar e integrar as informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Senadora Ana Rita, inclusive, passou a ser relatora, porque o Senador Cícero Lucena não faz parte mais desta Comissão.

Aqui só está o requerimento que vou pedir para anexar àquele outro do *bullying* sobre a violência nas escolas contra alunos e professores. Então, nós vamos anexar àquele outro documento.

Nós vamos concluir o nosso trabalho. Eu, simplesmente, se os senhores permitirem, tinha preparado um pronunciamento em homenagem aos médicos no dia de hoje. Vou apenas fazer aqui o meu pronunciamento de forma sucinta, já que eu não me pronunciei sobre o mesmo até o momento. Todos estão liberados. Eu pego dados, números e mostro toda a minha solidariedade aos médicos. E quando temos solidariedade aos médicos, estamos em solidariedade à saúde, às vidas, estamos falando do interesse de todo povo brasileiro.

Por fim, eu apenas digo aqui que gostaria muito que nesta sessão a gente pudesse homenagear, neste dia 7 de abril, o Dia Mundial da Saúde, fazendo algumas reflexões homenageando os médicos do nosso País.

Eu sintetizo aqui, numa pequena carta – Senador Mozarildo, que ainda está aqui, Senador Paulo Davim, Senadora Ana Rita, que está se retirando agora porque tem um outro compromisso –, que vai à Presidência da República.

Eu recebi uma carta aqui na Comissão, os dois Senadores que são médicos, que o cidadão diz mais ou menos o seguinte:

“O senhor sabe, Senador, a gente abre mão de muita coisa para poder comer, dar saúde para nossa família. Por muito tempo eu ficava na fila do hospital esperando a minha vez de ser atendido, e a vez não chegava nunca. E por isso resolvi assumir um plano de saúde.

Só quem vive de salário miúdo não diz que ganha salário mínimo, pois não poderia ter plano de saúde, sabemos disso, só quem vive de salário miúdo, sabe como a doença é mais doída para quem não tem dinheiro. A gente doi da doença e do desespero. Quando a gente vai fazer um plano eles atendem a todos como se fôssemos um rei. Mas na hora em que a gente precisa só tem telefone que batem na cara a gente, portas fechadas. E, nessa hora, a gente doi de novo, de vergonha, por uma culpa que nós não temos. Estou resumindo a carta dele. Eu pago para a previdência, descontado no meu salário, tenho um plano de saúde e não tenho direito à saúde. E aí eles me relatam fatos que a esposa ficou quase uma semana no corredor. Não por culpa do médico. O médico queria fazer... queria operar. Mas não tinha quarto. E o plano de saúde dizia que naquele hospital não tinha mais quarto e ele tinha que procurar outro hospital.

Aqui ele relata todo o drama. E como tenho aqui nesse depoimento que faço uma série de denúncias que recebi. V. Ex^a tem razão, quando o Senador Paulo Davim aqui me alertou. O objetivo dos médicos é pressionar as operadoras para elevar o valor pelo menos a 60 reais. Quando falei de improviso, eu achava que não é o mínimo que os senhores médicos estão pedindo. E aqui há um série de dados de números que recebi da entidade dos médicos da situação atual. Há também um dado que me foi fornecido.

Em artigo escrito pela diretora do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, Sr^a Clau-nara Schilling ela inicia perguntando.

“Qual é a diferença, na área da saúde, entre os Estados Unidos e Canadá?”

Ela responde: É o modelo adotado.

“Os americanos investem em hospitais e equipamentos de ponta para tratar a doença, os canadenses não. Optaram para promover a saúde e evitar e enfermidade. Ou seja, na saúde preventiva Na formação de mais médicos e médico de família”. Ela aponta que não adianta só querer investir em hospital, em tecnologia de alta complexidade se não fortalecer os médicos e não o atendimento para que as pessoas capacitadas... Mas é com alegria que dou o aparte a V. Ex^a estou fazendo um comentário de um tema que não domino

mas tenho mas tenho carinho que é a vida e a saúde das pessoas.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – É isso mesmo Presidente, mas o nosso texto constitucional fala na promoção, no tratamento e na recuperação. Ele é muito mais amplo. O modelo americano fala só no tratamento. Só se pensa na rede hospital. Enquanto isso, muitos americanos hoje, entre inúmeras patologias – cardiovasculares, obesidade mórbida –, eles não focam realmente a prevenção. O ideal é realmente promover a prevenção nas diversas áreas. Como exemplo temos que quando nos preocupamos com o trânsito, as vítimas do trânsito, também estamos promovendo a prevenção de tratamento, enfim, muita gente não seja sequelada. Mas os americanos têm esse modelo e, por isso, talvez a saúde deles seja a mais cara, já que foca quando o cidadão está doente, já está vitimado.

Então não é o modelo que devemos seguir. O modelo que precisamos é o que está no nosso SUS, são os princípios que sustentam o nosso SUS: universalidade, igualdade e integralidade, promovendo as diversas fases.

Precisamos e clamamos por efetividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PR-RS) – Concordando com V.Exª ela diz o seguinte.

“Um dos equívocos é estimular quem lucra com a doença de que o Programa Saúde da Família, é para pobres”. Ela diz que não, é para todos.

“Na verdade, é o modelo adotado pela Holanda, pela Dinamarca, pela Espanha, pela Inglaterra, e todos aqueles que ocupam as primeiras posições no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano” – na mesma linha do que V. Exª está colocando.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É para todos. Os poucos recursos do SUS são para todos. Quando a gente previne, quando a gente tem as políticas de combate à dengue, a outras doenças, é para todos: pobres, ricos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Agora, quando se trata de buscar um posto de saúde, alguém que tenha um plano de saúde vai a um consultório, não vai a um posto de saúde. Mas é para todos. E olhe o seguinte: na alta complexidade, aí é que a gente vê que realmente é para todos. Muitas vezes, muitos procedimentos, a exemplo dos transplantes, o SUS, por exemplo, remunera melhor do que muito convênios da própria rede privada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim.

Eu quero deixar bem claro neste pronunciamento aqui, que vai ficar nos Anais desta Comissão, que eu defendo a Emenda à Constituição 29. E digo mais: alguns dizem que o Governo não encaminha. Não é bem assim. Há um setor muito grande dos governadores que trabalham contra a aprovação da Emenda à Constituição 29, porque eles têm que pagar em torno de 15%. Quinze por cento são pagos pelo Município...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Doze por cento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ainda bem que tenho um especialista aqui comigo. Esse dado eu não tinha aqui, mas a Assessoria tinha me passado, e V. Exª tem razão: são 15% no Município. A maioria dos Municípios estão cumprindo essa parte e querem que se regulamente, mas muitos Estados, que têm que pagar 12%, não estão pagando.

Eu me lembro de que o próprio Rio Grande do Sul, durante os debates que tivemos durante a disputa eleitoral – e não estou aqui voltando ao passado para dizer que alguém seja culpado -, pagava em torno de 6%, e tinha que pagar 12%. Então, muitos governadores não estão querendo garantir os 12% que correspondem a cada Estado.

Como? Só para ajudar? *(Pausa.)*

Oito Estados estão fazendo esse movimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Mas é a minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, é a minoria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – E não pode ser vencido, de forma nenhuma, porque a regulamentação da Emenda 29 diz o que é gasto com saúde e faz uma coisa quase que inédita: diz o que não é gasto com saúde, para que aqueles mal-intencionados, os maus gestores, não desviem os poucos e poucos recursos da saúde.

Então, é preciso que a gente encabece essa ideia. Só com isso, só colocando esse limites, com certeza, já ganharemos muito, alguns bilhões de reais, só colocando os limites, para que os maus gestores não desviem os poucos recursos da saúde para estradas, para esportes, para alimentação. Dinheiro para saúde é dinheiro para posto de saúde, para profissional, para medicamento, para assistência hospitalar, e não para promoção de outras coisas com que alguns mal-intencionados gastam os poucos recursos da saúde, mas que alguns tribunais, infelizmente, entendem ou acolhem, por falta da regulamentação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...da Emenda 29.

Eu quero dizer ao Senador Eduardo Amorim que tenho dialogado muito a respeito dessa questão da

saúde, tenho mostrado nossas preocupações. E não só eu, mas tenho certeza de que todos os Senadores e Deputados. Alguns dizem: “Ah, mas isso é um problema de gestão”. É de gestão, mas também de financiamento. Não há como.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Concordo: é de gestão e de financiamento. Mas olhe, Sr. Presidente, há uma coisa que acho muito grave: essa dúvida sobre qual é verdadeiramente a missão de cada Ente federado cria uma coisa muito perversa, que é o jogo de empurra-empurra.

Qual é a missão do Município? Essa parece que está mais clara: é atenção básica, é assistência básica.

Qual é a missão do Estado?

E qual é a missão do Governo Federal, da União?

Eu acho que, no dia em que tivermos isso muito mais esclarecido... E faço aqui até uma sugestão: vamos trabalhar juntos, para que se coloque aí, com mais clareza, algumas sugestões, algumas normas, se for o caso, alguns projetos que esclareçam qual é a missão de cada Ente federado. Aí saberemos de quem cobrar, e não haverá questionamento de quem se cobrar.

Então, quando falta médico no posto de saúde, a responsabilidade é, sim, do Município.

E qual é a responsabilidade do Estado? É administrar hospitais, é prestar assistência? Mas de que maneira? De que forma? Então, essa dúvida, essa lacuna, esse buraco que existe cria esse jogo maléfico, perverso, que é o jogo do empurra-empurra. Não, eu não tenho que dar o leite excepcional para aquelas crianças que nascem com aquela patologia de alergia a alguma lactose. Não, isso é obrigação do Município. Não, isso é obrigação do Estado. Enquanto isso, a criança fica sem se alimentar, fica sem ter o seu nutriente necessário.

Então, se esclarecermos isso também, pode ter certeza de que vamos tornar isso muito mais fácil, muito mais reto, muito mais transparente.

Faço aqui uma sugestão de que, juntos, possamos aí elaborar algum projeto para que a gente defina verdadeiramente qual a missão de cada Ente federado. No dia em que tivermos isso presente, assim como quando falta energia a gente sabe de quem cobrar, assim o cidadão vai saber de quem cobrar através das instituições, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho interessante a sua sugestão. Vamos pedir ao Tiago, que é aqui da minha assessoria, que entre em contato com a assessoria do Senador Eduardo Amorim, e vamos pegar também um consultor da Casa para a gente tentar construir um projeto coletivo. Po-

demos, primeiro, discutir aqui na Comissão e depois dar entrada em nome dos Senadores.

Me passaram, há poucos minutos, uma nota técnica, que achei interessante, do Conselho Nacional de Saúde, sob o título *Financiamento do SUS*, que é o Sistema Único de Saúde.

Reconhecidamente, uma das maiores conquistas do povo brasileiro nos últimos 22 anos por revelar-se a política pública mais incluyente desde a nossa Constituição de 88, onde todo cidadão brasileiro tem direito a atenção à saúde de forma integral e gratuita.

A nota técnica ainda diz que “ele ainda se propõe a discutir o desafio do financiamento [Era o que estávamos discutindo ainda há pouco aqui] tem se constituído numa preocupação permanente dos gestores e de todos os envolvidos diretamente com a construção do sistema de saúde, tornando-se tema constante em todos os debates sobre a questão da saúde. Garantir a universalidade com integralidade, diante de um cenário de restrições orçamentárias e financeiras. Alocar recursos de forma equânime em um país de tantas desigualdades sociais e regionais, tem se transformado num grande desafio para os gestores.”

Enfim, o que se propõe é um pacto, um pacto pela saúde, um pacto em defesa do SUS. Que a gente faça um amplo debate, apontando caminhos, e o caminho que nos une totalmente neste momento é a Emenda 29. Mas, permita-me – e não está aqui neste documento – eu tenho colocado muito esta questão e não vou me negar a colocar aqui, agora, nesta conversa que estamos tendo, Senador Eduardo Amorim, que é a tal de desvinculação de recursos da União, que incide também sobre a saúde. Vinte por cento dos recursos da saúde podem ser deslocados para outros fins a qualquer momento. Isso vem lá detrás, há mais de 10 anos. Nós tínhamos a DRU na Educação. Houve um movimento no Congresso, e não se pode mais tirar 20% dos recursos para a Educação. Nós poderíamos também, nessa conversa que teremos com os nossos assessores da Casa, construir um entendimento de fazer um movimento para que a DRU não tire 20% como tira hoje da assistência social, da previdência e da saúde; que não se possa retirar 20%.

Se percebermos que há falta de financiamento, por que não aprovar a Emenda 29 e dizer que a DRU não retira mais 20%?

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Concordo plenamente, Sr. Presidente. Eu acho que só com essas medidas ficou tudo mais claro, mais transparente. Com essas medidas, colocando esses limites, com certeza recursos serão garantidos, aportes serão garantidos e, talvez, a gente não precise criar nenhum outro tributo. É otimizar o que temos, tornar muito mais

fácil o que temos. Então, se os recursos são esses, estão garantidos, vamos trabalhar com isso, mas, lógico, vamos brigar por mais recursos porque existe um subfinanciamento sim. Isso é visto, nós temos um modelo que nenhum outro País tem. O nosso SUS é único mesmo. É universal, é integral. Mas volto a dizer e insisto nisto: ele precisa ser mais fácil, é preciso ser visto, com mais clareza, qual a obrigação de cada ente federado, de onde vêm os recursos e como devem ser gastos esses recursos, que é o que a Emenda nº 29 diz, colocando os limites: isto é gasto com saúde, e isto não é gasto com saúde. Só fazendo isso, já teríamos um aporte expressivo, já otimizaríamos muitos e muitos recursos.

Essa é uma boa ideia, Sr. Presidente. Conte conosco nessa luta! Volto a lembrar que saúde é construída, sim, com médicos. Sou médico anesthesiologista e também tenho pós-graduação em tratamento de dor, tanto que minha tese monográfica em bacharelado em Direito foi *O Estado Democrático de Direito e o Combate à Dor Social*, tratando dor como sofrimento, como sofrimento social, como sofrimento coletivo. Falávamos exatamente do título da ordem social na nossa Constituição. Trouxemos esse conceito do mundo médico para o mundo jurídico.

Quero dizer que, quando colocarmos esses limites, estaremos diante de uma grande vitória, Sr. Presidente. E isso não é difícil, não é impossível. Seria uma grande vitória para o nosso Sistema Único de Saúde no dia. E, no dia em que houver mais clareza no que diz respeito à missão de cada ente federado, vai ser muito mais fácil. Se falta médico no posto de saúde, de quem é a responsabilidade? Se falta tratamento naquela unidade hospitalar, de quem é a responsabilidade? Se falta campanha de combate à dengue ou a outros vetores, de quem é a responsabilidade? Com isso, fica muito mais fácil cobrarmos nossos direitos e lutarmos por eles, já que estamos nesta Comissão, que é a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim!

Eu queria ainda, antes de encerrar os trabalhos, fazer duas considerações rápidas.

Primeiramente, quero cumprimentar o Supremo Tribunal Federal, que tomou a decisão, nesta noite, de acatar a posição desta Casa em relação ao piso nacional dos professores, que corresponde a dois salários mínimos. Infelizmente, cinco Governadores entraram com uma ação pelo não pagamento do piso, não queriam reconhecê-lo. E, ontem, o Supremo, por oito votos a um, se não me engano, decidiu a favor do piso nacional dos professores, aprovado por esta Casa. A assessoria pode me ajudar, para que eu não

cometa qualquer injustiça. Se não me engano, nesta Casa, os dois grandes articuladores foi a hoje Ministra da Pesca, Ideli Salvatti, e o Senador Cristovam, que trabalharam muito nessa questão, e todos nós, Senadores, colaboramos, naturalmente, que esse é nosso papel. O Presidente Lula o sancionou, mas, infelizmente, houve uma Adin, que, ontem, caiu, felizmente. Assim, os professores terão direito a receber, pelo menos, o correspondente – não se fixa isso em número de salários mínimos, porque a lei proíbe – a mais ou menos dois salários mínimos.

Isso é mais do que justo, como é justa a questão dos médicos, que estão pedindo que os planos de saúde paguem R\$60,00 por uma consulta.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito bem lembrado, Sr. Presidente! Também subscrevo esse cumprimento ao Supremo. Piso é base, é alicerce, não é complemento, como alguns queriam entender. Então, parabéns ao Supremo por essa medida, por essa transparência! Piso é base, não é complemento. Essa é mais uma grande vitória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Mandamos um abraço a todos os professores do Brasil. Eles são os mestres, são nossos guias. Neste momento, enfim, foram valorizados, pouco ainda, mas foram valorizados.

Quero ainda justificar o meu não comparecimento ao evento em Canoas, em que estará presente o Ministro da Educação, Fernando Haddad, o Governador Tarso Genro e o Prefeito Jairo Jorge. Mais uma grande escola técnica está sendo inaugurada na minha cidade, Canoas, mas não posso lá estar, pelos compromissos assumidos aqui, no Senado. Mas eu acho que a boa é notícia, é garantido o piso dos professores e, ao mesmo tempo, a escola técnica.

Por fim, gostaria de ter a opinião do Senador Eduardo Amorim, eu aqui estou falando, mas na minha cabeça ainda está essa questão do Rio de Janeiro, onde dez crianças foram assassinadas, 15 feridas, e eu não sei o que poderíamos fazer. Eu gostaria que, pelo menos, a gente fizesse aqui, se V. Ex^a concordar, uma moção já de solidariedade, de apoio, de pesar às famílias, em nome da Comissão de Direitos Humanos, que nós, Senadores, assinaríamos e que a gente fizesse um movimento de protesto. Poderíamos pensar em algo até no plenário do Senado.

Eu quero de novo repetir isto: eu via isso em filme e em outros países, mas nunca tinha visto um crime desse porte, dessa forma, em que alguém entra em uma sala de aula e atira em 15 crianças, sem motivo nenhum, porque a briga dele não foi com as crianças, foi indignado com alguém do colégio, mas não é com

as crianças e matou dez crianças, dez dos nossos filhos, que estão sendo velados neste momento, e cinco estão feridos com a maior gravidade.

O Congresso tem que se manifestar, porque nós não queremos que essa cena se repita, como a gente tem visto aí nos noticiários internacionais.

Se pudermos ter uma consideração de V. Ex^a, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, dor é difícil de se dimensionar, de se quantificar, e uma dor como essa eu acho que passa qualquer limite. O mínimo que podemos fazer é primeiro manifestar o nosso pesar, o nosso sentimento, dizer que uma coisa dessas não dá para se aceitar, não dá para se entender, não dá para se compreender. Como V. Ex^a bem disse, visto em outros lugares, até em filmes, mas que está chegando à nossa porta, às nossas escolas.

Então, dá para pensar e imaginar, como pai que sou, um pai tendo ali a vida do bem maior que ele tem, que é o seu filho, a sua filha, retirada de forma muito perversa, por coisas que não tinham nada a ver. Então, coloco-me no lugar dessas famílias, desses pais, dessas mães. Vamos fazer, sim, nossa manifestação em plenário, nosso repúdio em plenário e ver o que é possível de se fazer para que não tenhamos cenas como essas repetidas em nosso País, em nossas famílias mais nunca. É uma dor realmente que não dá nem para imaginar qual o seu tamanho, qual a sua dimensão. Digo isso porque, como pai, vejo que o bem maior que qualquer pai, qualquer mãe tem realmente é o seu filho. O pai e a mãe são capazes de dar a vida em prol da vida de seus filhos.

Então, aproveito aqui e coloco para essas famílias o nosso sentimento, aquilo com que, realmente, a gente pode se solidarizar e sentir realmente essa dor. Vamos manifestar em plenário e vamos o que é possível fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senador. O assessor passou aqui e me disse que não são mais dez, já são 13 o número de crianças assassinadas covardemente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Quer dizer, assassinadas foram aquelas que estão aí com sua vida, devem existir outras, muitas outras, também, com suas vidas por um fio. Então, não dá nem para compreender, mas vamos manifestar, sim, o nosso pesar, o nosso lamentar e ver o que é possível para que essa cena não se repita mais nunca em nosso País. E não gostaríamos, lógico, em nenhum canto do mundo.

É o desvalor, Presidente, de muita coisa. Acho que precisamos fortalecer e valorizar os princípios,

aqueles que norteiam a vida de relação. Então, vamos nos manifestar, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu proponho, mediante entendimento já feito com o Senador, que a gente coloca neste momento em votação, vamos fazer a devida redação, buscando os nomes das crianças assassinadas. Esta Comissão, então, coloca em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovamos uma moção de solidariedade, de pesar, de apoio aos familiares que perderam seus filhos, que, neste momento, são treze, tomara que não aumente. E que essa mesma moção remetamos para o Plenário. É uma Comissão de Direitos Humanos, vamos remeter ao Plenário hoje à tarde, para que seja aprovada por toda a Casa e remetida ao Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, aos familiares.

E, assim, com muita, muita tristeza, nós encerramos esta audiência pública, mas me permita, Senador Eduardo Amorim, o Senador Paulo Davim tinha me lembrado até, eu estou aqui agora pegando, que nós terminássemos, pedindo um minuto de silêncio no plenário. Mas, simbolicamente, faríamos aqui esse minuto de silêncio, e, depois, também no plenário, e depois encerro a reunião. Ok?

A partir deste momento, um minuto de silêncio. *(Pausa.)*

(Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e trinta e cinco minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia sete de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes**

Ferreira, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy** e **João Pedro**. O Presidente informa o recebimento de ofícios do Ministro das Relações Exteriores, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Luiz Henrique. O Senador **Luiz Henrique** faz uso da palavra. Apresentam-se como **itens extrapauta** o **Requerimento nº 7, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme o art. 3º do Ato nº 2, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente a situação extraordinária, seja consignado VOTO DE SOLIDARIEDADE ao Governo Brasileiro, em razão da Declaração de 1º de abril de 2011, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos a Organização dos Estados Americanos, a qual solicita às autoridades brasileiras que ‘se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas’*”. Resultado: aprovado, com voto contrário do Senador Jarbas Vasconcelos. **Requerimento nº 8, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme o art. 3º do Ato nº 2, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente a situação extraordinária, seja consignado VOTO DE CENSURA à declaração assinada pelo Secretário-Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, Santiago Canton, no dia 1º de abril de 2011, em que é solicitado às autoridades brasileiras que ‘se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas’*”. Resultado: aprovado, com voto contrário dos Senadores Jarbas Vasconcelos e Randolfe Rodrigues. Fazem uso da palavra os Senadores **Gleisi Hoffmann**, **Randolfe Rodrigues**, **João Pedro**, **Jarbas Vasconcelos**, **Cyro Miranda**, **Cristovam Buarque**, **Inácio Arruda**, **Blairo Maggi** e **Luiz Henrique**. Tem início a análise da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 3, de 2011**, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador*

do Brasil junto à Romênia”. Relator: Senador **Vital do Rêgo**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 34, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial*”. Relatora: Senadora **Ana Amélia**. O Presidente convida os embaixadores a tomarem assento à mesa. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. O Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno faz sua exposição. A Embaixadora Eliana da Costa e Silva Puglia faz sua exposição. Aberto o processo de votação. A reunião é tornada secreta às onze horas e trinta e nove minutos e é reaberta às onze horas e quarenta e um minutos. Os Senadores **Luiz Henrique**, **Ana Amélia**, **Inácio Arruda**, **Eduardo Suplicy** e **Marcelo Crivella** fazem uso da palavra. Resultado dos itens 1 e 2: Apreciadas as mensagens. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 30, de 2011**, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco*”. Relator “ad hoc”: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 35, de 2011**, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Zâmbia*”. Relator: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Mensagem (SF) nº 46, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VERGNIAUD ELYSEU FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia*”. Relator: Senador **Aníbal Diniz**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva

da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 6 – Mensagem (SF) nº 47, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas*”. Relator: Senador **Randolfe Rodrigues**. O Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra. **Resultado**: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 7 – Mensagem (SF) nº 48, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Butão*”. Relator: Senador **Cristovam Buarque**. A Senadora **Gleisi Hoffmann** faz uso da palavra. **Resultado**: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 8 – Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*Autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana*”. Relator: Senador **Aníbal Diniz**. **Resultado**: aprovado o Parecer favorável. **Item 9 – Requerimento (SF) nº 113, de 2010**, de autoria do Senador **João Pedro**, que “*Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado à Embaixada da Argentina e ao Parlamento do MERCOSUL, voto de solidariedade ao povo argentino, contra a exploração pelos ingleses, de petróleo nas ilhas Malvinas*”. Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. O Senador **Randolfe Rodrigues** faz uso da palavra. **Resultado**: aprovado o Parecer favorável. Apresenta-se como **item extrapauta** o **Requerimento nº 9, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Marcelo Crivella**, que, “*comovido e assaltado por sentimento de profunda tristeza pelo trágico acontecimento, nesta manhã, na cidade do Rio de Janeiro, REQUER, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar às famílias das vítimas – inocentes crianças – e à escola Municipal Tasso da Silveira – palco dessa tragédia*

sem precedentes na história de nosso País”. Faz uso da palavra o Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado**: aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **Randolfe Rodrigues**, **Eduardo Suplicy** e **Cristovam Buarque**. **Item 10 – Requerimento nº 10, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que “*Requer, nos termos regimentais, seja aditado ao Requerimento nº 03, de 2007 – CRE, que criou a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, a competência para acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20. Dessa forma, requer também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas*”. Faz uso da palavra o Senador **Cristovam Buarque**. **Resultado**: aprovado o Requerimento. **Item 11 – Requerimento nº 05, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Francisco Dornelles**, que “*Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para que compareça à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do acordo de “céu aberto” assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos que conduzirá à total liberalização das operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015*”. **Resultado**: retirado de pauta, a pedido do autor. A Senadora **Gleisi Hoffmann** solicita a votação em bloco dos itens 12, 13, 14, 15 e 16. Aprovado. O Senador **Randolfe Rodrigues** faz uso da palavra. **Item 12 – Requerimento nº 11, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao Adido de Inteligência: 1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência – Abin, em funcionamento no exterior; 2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância; 3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares; 4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior; 5. A natureza desses cargos e*

os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados; 6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares”. **Item 13 – Requerimento nº 12, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Fazenda, referentes ao Adido Tributário: 1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior; 2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância; 3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares; 4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior; 5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados; 6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares”. **Item 14 – Requerimento nº 14, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Justiça, referentes ao Adido Policial: 1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior; 2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância; 3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares; 4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior; 5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados; 6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares”. **Item 15 – Requerimento nº 13, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição

Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola: 1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior; 2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância; 3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares; 4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior; 5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados; 6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares”. **Item 16 – Requerimento nº 15, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar: 1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior; 2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância; 3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares; 4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior; 5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados; 6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares”. **Resultado:** aprovados os itens de 12 a 16 da pauta. **Item 17 – Anteprojeto de Lei do Senado nº 1, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas”. **Resultado:** aprovada a iniciativa do Senador Fernando Collor, que passa a constituir Anteprojeto de Lei do Senado nº 1, de 2011 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nada

mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

Esta Presidência deseja prestar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores um esclarecimento relacionado à organização dos trabalhos da Comissão e aos atos regulamentares até agora aprovados. Quando da apreciação da Proposta de Ato nº 2, de 2011, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, houve controvérsias a respeito de matérias que excepcionalmente poderiam ser incluídas na pauta da reunião, ainda que não constassem da agenda distribuída com antecedência das 48 horas regimentais.

De acordo com a redação do art. 3º do referido Ato nº 2, apenas situações extraordinárias justificam a inclusão de matérias não agendadas previamente. E esse tipo de situação, como tive a oportunidade de salientar na nossa reunião ordinária da penúltima quinta-feira, 24 de março, ocorreu no caso do Requerimento nº 248, de 2011, dos Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg e outros Srs. Senadores, que requereram, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade em apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia.

O primeiro esclarecimento que esta Presidência presta é, na verdade, uma reiteração. Reduzir as matérias extra pauta a situações extraordinárias configura uma atitude de respeito para com cada um dos integrantes desta Comissão, pois trabalhar de forma organizada, sem margem para surpresas políticas, é a garantia de que os trabalhos realizados por este Colegiado serão sempre muito transparentes e, com isso, deles todos terão participação plenamente assegurada.

O segundo esclarecimento, mais específico, diz respeito ao que devemos considerar como situações extraordinárias, no caso do requerimento apreciado

naquela reunião e que contou com a relatoria da ilustre Senadora Ana Amelia, quando estava em questão o posicionamento do Senado brasileiro a respeito da execução de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizara uma intervenção militar em um Estado soberano, a Líbia.

O início das operações militares na Líbia no dia 19 de março foi um fato de repercussão internacional, decidido por um organismo de representação dos Estados do mundo inteiro, e caracterizou uma postura da ONU em relação aos conflitos políticos que recentemente expandiram-se por diversos países árabes. Por todos esses aspectos e pela importância internacional dos acontecimentos, esta Comissão não poderia protelar o seu pronunciamento, o que determinou o enquadramento da matéria como situação extraordinária e a consequente inclusão em pauta do requerimento.

Esse caso serve para que esta Presidência possa, portanto, exemplificar o que considera uma situação extraordinária para efeitos de inclusão de matéria em pauta quando não estiver previamente agendada.

Há que se tratar de acontecimento nacional ou internacional de grande repercussão para o País ou para o conjunto de nações. Além disso, a manifestação desta Comissão ou do Senado precisa ser inadiável.

Pelo menos esses dois requisitos são necessários para justificar que a Comissão inclua uma matéria sem que todos os seus integrantes tenham sido prévia e oficialmente notificados pela Secretaria deste Colegiado.

São estes esclarecimentos que eu acredito se fazem necessários para deixar bem clara a decisão tomada quando da apreciação do requerimento apresentado pelo Senador Suplicy e outros Srs. Senadores.

Outro comunicado que gostaria, com a permissão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, de fazer a esta Comissão diz respeito às chamadas medidas cautelares divulgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – coincidentemente em uma data... 1º de abril –, que provocaram perplexidade na sociedade brasileira e merece o nosso repúdio.

Tais medidas solicitam a suspensão do licenciamento da usina de Belo Monte e a realização de processo de consultas nas comunidades indígenas da área. Essas consultas, devo registrar, já foram realizadas, como todos nós sabemos, por meio, inclusive, de audiências públicas, com a participação de lideranças indígenas, de entidades da sociedade civil e com a participação dos três Poderes da República. Foram realizadas em cumprimento às determinações da legislação brasileira, que é uma das mais avançadas do mundo no campo ambiental, concomitante com os

estudos técnicos que demandaram cerca de 12 anos do início da sua concepção até a instalação do seu canteiro de obras.

Congratulo-me com a rápida e adequada posição brasileira de iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff e defendida pelo Itamaraty. Repudio a indevida ingerência da Comissão dos Estados Americanos em áreas onde o Brasil tem caminho na vanguarda. Assumo essa atitude com a tranquilidade e segurança de quem patrocinou a conferência Rio 92, marco no desenvolvimento da consciência socioambiental. Propus em 2007, aqui nesta Casa, realização da conferência da ONU de seguimento e avaliação, em 2012, a Rio +20, iniciativa essa aprovada pelo Governo brasileiro e aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Na vertente específica do tema indígena, foi no meu governo que se deu a aceleração da demarcação das terras indígenas, como a dos Yanomâmis, a da Cabeça do Cachorro, dentre outras, decisões que contaram com a resistência de alguns segmentos, mas que consolidaram a nossa visão social em relação aos direitos dos povos da floresta.

O Brasil não deve aceitar a interferência externa, principalmente em temas nos quais temos tomado a dianteira. Medidas como as da Comissão de Direitos Humanos da OEA prejudicam a imagem brasileira no exterior e são, na verdade, levianas, pois não levam em conta um imenso percurso, tanto social quanto ambiental, que já percorremos.

O Brasil detém uma bagagem de realizações que não pode ser desconsiderada, que foi construída por governos de distintos matizes partidários e legitimada pela sociedade brasileira ao longo dos anos.

Em relação à atualização da crise no norte da África e no Oriente Médio.

Alguns acontecimentos da semana passada confirmam o entendimento sobre a complexidade e a gravidade da situação no norte da África e no Oriente Médio, especificamente na Líbia. Os ataques da coalizão intensificaram-se. O Presidente dos Estados Unidos fez pronunciamento sobre o tema e realizou-se a conferência de Londres sobre a Líbia no dia 29 de março de 2011.

A intensificação das ações aéreas para a implementação da *no-fly zone* permitiu aos rebeldes importantes avanços, favorecidos na segunda onda de invasões aéreas pela utilização de aviões a hélice para atacar diretamente as colunas de Kadafi.

Esses aviões, em voos com menos altitude, podem ser extremamente precisos para atingir tropas e veículos em zonas mais povoadas, embora apresen-

tem maiores riscos, tanto para seus pilotos quanto para civis nas áreas alvo.

As ofensivas aéreas mostraram, no entanto, a quase total dependência dos rebeldes em relação ao apoio da aviação de guerra da coalizão, pois, à medida em que as tropas governamentais líbias se recompunham e passavam ao contra-ataque, os rebeldes entravam em desorganizada retirada.

No momento em que se realizava a Conferência de Londres sobre a Líbia, as forças de Kadafi conquistaram terreno, e continuava o impasse caracterizado pelos avanços e recuos. Mais bem armados e treinados, os soldados do regime anulam as hostes rebeldes, que se caracterizam tanto pelo entusiasmo quanto pela falta de preparo, de equipamento e de organização. É possível que os recuos das forças governamentais obedeçam também a razões táticas, pois o líder líbio preferiria combater nas cidades, onde os bombardeios aéreos seriam praticamente inviabilizados pelo temor de que atingissem a população civil.

Na véspera da Conferência de Londres, o Presidente dos Estados Unidos fez pronunciamento em que defendeu e justificou a ação militar. Naturalmente, ele reiterou que a finalidade básica é a defesa da população civil em relação ao que ele chama de tirano ilegítimo. Mais importante, no entanto, foi a sua reafirmação da liderança norte-americana e do direito de intervenção por razões humanitárias. Embora com nuances de estilo em relação às iniciativas do governo anterior, Obama mantém clara a opção pela substância representada pelo direito de intervenção, se necessário, aos interesses americanos.

A Conferência de Londres mostrou, de um lado, o empenho da coalizão em implementar a Resolução 1973 e, de outro, a mudança da visão inicial de operação de defesa da população civil para o objetivo atual de mudança do regime líbio. Para essa mudança, já se admite o apoio mais direto aos rebeldes, por meio do fornecimento de recursos, inclusive armas.

A Secretária de Estado, Hillary Clinton, declarou que o fornecimento de armas ainda não foi objeto de decisão, mas que seria legítimo. A defesa da entrega de armamentos aos rebeldes esbarra, porém, no fato de que os revoltosos teriam que ser treinados por assessores militares, tanto no manejo de armas quanto em disciplina e tática militar. Trata-se de um treinamento que levaria pelo menos alguns meses para ser efetivo.

Ademais, o Presidente da França, Nicola Sarkozy, e o Primeiro-Ministro britânico, David Cameron, defendem a saída do líder líbio e a discussão da Líbia pós-Kadafi. A mudança de enfoque da operação Odyssey Dawn, agora sob o comando operacional da OTAN, e o

apoio à oposição significarão um aumento muito mais direto da coalizão na guerra civil líbia. A liderança da oposição, o Conselho Nacional de Transição, tampouco se destaca pela sua organicidade. Com mais de 231 membros de diversificada extração, o Conselho mostra pouco consenso e pouca coerência interna.

De um ponto de vista mais amplo, registre-se que a China e a Rússia buscam se manter distantes da crise líbia, mesmo porque temem a reação de suas populações muçulmanas e não têm a ganhar com a intervenção. A Rússia tem destacado que a coalizão, ao se envolver na guerra civil líbia, ultrapassa a Resolução 1973 das Nações Unidas. A China manifestou-se também, em 29 de março, antes da reunião em Londres, quando o Presidente Hu Jintao recebeu Sarkozy em Pequim, firmemente contrária à ação militar, que não protegeria, segundo o dirigente chinês, os civis e poderia até levar à divisão da Líbia.

A entrada mais direta da coalizão de que participam países árabes no problema líbio traz maior incerteza quanto à duração da crise e o grau de ressentimento que a intervenção provocará no mundo muçulmano. Pode-se considerar, no momento, a possibilidade de alguns cenários para o desenrolar da situação da Líbia.

O primeiro deles: vitória de Kadafi sobre os rebeldes, o que seria inaceitável para a aliança, por causa do alto grau de comprometimento já atingido.

Segundo cenário: a divisão do país em território rebelde e área dominada pelo regime, situação em que as duas partes não deixariam de se hostilizar.

Terceiro, apoio decisivo da coalizão aos rebeldes, que, caso vitoriosos, exigiriam o exílio de Kadafi ou pediriam, com respaldo da aliança, o seu julgamento pelo Tribunal Penal Internacional.

E um quarto cenário, que seria o prolongamento do atual impasse, o que seria extremamente embaraçoso e teria alto custo, principalmente para o Governo Obama, mas também para os outros líderes, David Cameron e Nicolas Sarkozy.

Por fim, o quadro de sucesso dessas negociações diplomáticas – esse seria o último cenário –, que estão sendo entabuladas no campo diplomático sob a égide da ONU e da União Africana, que pode ser, acredito, praticamente descartada a curto prazo, pelo nível de comprometimento bélico já atingido pelas partes.

Todos esses cenários teriam como denominador comum a prorrogação da instabilidade no norte da África e no Oriente Médio, com consequências econômicas graves para a economia mundial, em busca de sua recuperação.

A Síria, por seu lado, também apresenta sinais de divisão interna, com manifestações favoráveis e

contrárias ao regime, que, ao mesmo tempo, reprime com violência e promete reforma.

O Presidente Bashar al-Assad, cujo partido Baaz está no poder desde 1963, tem prometido a abertura do regime, mas suas reformas agora levam o risco de uma derrocada do governo. Não se pode esquecer a radical posição síria contra Israel e suas boas relações com o Irã, complicadores adicionais em situação explosiva.

Eu gostaria, por fim, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, de comunicar a V. Ex^{as} que, já na próxima segunda-feira, dia 11 de abril, nós daremos início ao ciclo de audiência públicas constante da agenda 2011/2012 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater os rumos da política externa brasileira, conforme aprovado na forma do Requerimento nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Para aprofundar a discussão dos principais temas, problemas e perspectivas das relações exteriores e da defesa nacional, realizaremos, ao todo, até o final do primeiro semestre de 2012, vinte e cinco painéis de debates de alto nível, com a presença de renomados especialistas nos assuntos selecionados.

Essas 25 audiências fazem parte de cinco grandes ciclos, com os seguintes temas:

1º ciclo: Geopolítica e Relações Internacionais – com oito painéis;

2º ciclo: Economia e Finanças – com seis painéis;

3º ciclo: Defesa Nacional – com cinco painéis;

4º ciclo: Temas da Agenda Internacional – com três painéis;

5º ciclo: O Papel das Instituições e Conclusões – com três painéis.

A primeira audiência da próxima segunda-feira abordará o cenário estratégico internacional e suas perspectivas, com os seguintes subtemas:

– Egito – importância para a estabilidade geopolítica na região;

– Líbia – impacto econômico no mundo.

Estão confirmados, como palestrantes, os seguintes especialistas: o Embaixador Luís Felipe Lampreia; o Dr. Mohamed Habib, professor da Unicamp; o Dr. Christian Lohbauer, professor da USP; o Dr. Samuel Feldberg, professor das Faculdades Integradas Rio Branco, do Rio de Janeiro.

Lembro que as audiências ocorrerão sempre às segundas-feiras, às 18 horas, nesta sala nº 7 da Comissão de Relações e Defesa Nacional. Lembro, ainda, que a relevância da agenda e o desenvolvimento de seus resultados somente se confirmarão na medida

da efetiva participação e colaboração das Sr^{as} e Srs. Senadores membros desta Comissão.

Por isso, reitero, peço, solicito a presença de todos, a partir da próxima segunda-feira, às 18 horas, para que possamos dar início, dentro do escopo dos nossos trabalhos, a esse importante ciclo de debates aprovado por esta Comissão na nossa segunda reunião ordinária.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, só para uma indagação breve.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sobre este tema Egito e Líbia, haverá uma ou duas sessões apenas?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Uma sessão. Só a da próxima segunda-feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador João Pedro, por favor.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, acerca da leitura que V. Ex^a fez sobre a nota da OEA, da Comissão Interamericana de Direitos humanos, qual a providência que vamos tomar? Esta comissão toma alguma decisão, alguma iniciativa?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tenho aqui, Senador João Pedro, para colocar à deliberação do Plenário desta comissão duas moções de minha autoria que, se aprovadas, serão moções de toda Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso em relação a esse assunto específico.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Condenando?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Absolutamente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É porque tem meu acordo, tem meu apoio.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

Informo às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, lamentando o cancelamento da audiência pública que seria realizada no dia 30 de março e sugerindo a data de 27 de abril próximo, uma quarta-feira. Portanto, uma reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores caso as Sr^{as} e os Srs. Senadores aprovem a sugestão feita pelo Ministro Patriota para o seu comparecimento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Por isso, coloco à deliberação de V. Ex^{as} se concordam com a data sugerida pelo Ministro Patriota para comparecer a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no próximo dia 27, quarta-feira.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só para perguntar se o Ministro já concordou com a data.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Foi o Ministro que sugeriu a data.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ótimo. É um convite?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É um convite. Inclusive os senhores quando chegarem aos seus gabinetes já lá encontrarão a carta do Ministro, enviada a esta comissão pelo Ministro Patriota e, junto a ela, a minha resposta, dizendo que naturalmente teria que aguardar a deliberação dos membros da comissão sobre a confirmação da data do dia 27 proposta por ele.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Qual é o horário, Sr. Presidente? Quatorze horas?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Seria às 10 horas.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Ah, que bom. Às 14 horas, temos reunião da comissão mista, e a Ministra Miriam Belchior vai estar lá numa ação conjunta de Senado e Câmara, quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senadora Gleise, obrigado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa)*
De acordo.

Então, já vamos comunicar ao Ministro Patriota que a comissão aceita, com gáudio, a sua presença aqui entre nós para uma audiência no próximo dia 27 de abril, quarta-feira.

O Sr. Ministro, na carta, ele também faz um adendo e um convite a todos os membros da comissão. Por isso, estou encaminhando a carta dele a cada um pessoalmente, para que os Srs. Senadores avaliem o convite que ele está fazendo e tomem as providências cabíveis ao caso.

Informo também o recebimento do Ofício nº 93, de 2011, do gabinete da Senadora Lídice da Mata, encaminhando o Relatório ITB-Berlim, 2011, onde esteve presente integrando a comitiva brasileira que participou do evento, conforme exigência do art. 4º do Ato nº 4, de 2011, desta comissão.

O documento está à disposição do membros desta comissão junto à nossa Secretaria.

Por fim, informo o recebimento do Ofício nº 42, de 2011, do gabinete do Senador Luiz Henrique, que trata sobre a importância dos membros desta comissão acompanharem as visitas presidenciais ao exterior.

O ofício, assinado por mim, já foi encaminhado a Sua Excelência o Presidente do Senado, Senador José Sarney, solicitando as providências que julgar conveniente junto à Presidência da República para saber da possibilidade e aquiescência dessa solicitação feita pelo Senador Luiz Henrique, que considero perfeitamente compatível com o grau de convivência republicana que se estabelece hoje no Brasil de forma pujante.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Cópia dos dois documentos estão à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na secretaria da comissão.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no exercício do cargo de Governador, estabelecemos esta prática: toda missão realizada ao exterior era acompanhada de um parlamentar da base do Governo e um parlamentar da Oposição. No retorno da missão, os parlamentares que acompanhavam a comitiva governamental, podiam, por meio de relatório, comunicar aos seus pares e fazer conhecer ao Poder Legislativo a respeito de tudo o que foi tratado naquela viagem. Seria importante que essa prática fosse estabelecida com a presença de dois representantes indicados pela Comissão de Relações Exteriores do Senado e identicamente da Câmara, para que primeiro esta Comissão e a Casa tivessem conhecimento das tratativas realizadas no exterior pela ilustre Presidente da República. Por outro lado, como testemunhas da firmatura de tratados, teríamos um empenho mais forte, ambas as Comissões de Relações Exteriores, para a mais rápida aprovação desses acordos internacionais. Por isso fiz essa sugestão. Evidentemente que não podemos impor nada ao Poder Executivo, mas se o Poder Executivo pudesse adotar essa praxe, e a Comissão pudesse indicar periodicamente dois representantes, seria bom para o Governo, bom para o Poder Legislativo e bom para o País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Luiz Henrique. A idéia de V. Ex^a conta com o apoio de toda a Comissão, e nesse sentido já encaminhei ao Presidente Sarney ofício transmitindo esse posição que é de toda a Comissão de Relações Exteriores.

Antes de entrarmos na pauta de hoje, peço permissão às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para utilizar como base a característica de regime de urgência em relação

ao requerimento apresentado pelo Senador Suplicy e outros Senadores, com base também em atos já aprovados das situações extraordinárias, eu gostaria de participar a V. Ex^{as} duas moções que aqui quero apresentar em relação a esse recente episódio da OEA sobre a usina de Belo Monte. São dois requerimentos que eu classifico – se os senhores assim também as sentirem – como uma situação extraordinária que pode fazer com que o requerimento seja considerado para exame extrapauta.

“Requeiro, com base no artigo 222 do regimento Interno do Senado Federal e conforme o artigo 3º do Ato nº 2 desta Comissão de Relações Exteriores referente a situação extraordinária, seja consignado voto de solidariedade ao Governo brasileiro em razão da declaração de 1º de abril de 2011 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que solicita às autoridades brasileiras que se impeça qualquer obra de execução ate que sejam observadas condições mínimas”.

Como justificação vêm, mais ou menos, aqueles mesmos termos em que está vazada uma das comunicações feitas anteriormente aos Srs. Senadores, dizendo que realmente a posição do Governo brasileiro de repúdio a essa declaração assinada pela Organização dos Estados Americanos é completamente estapafúrdia e não merece, em nenhum momento, sequer consideração de nossa parte. Como isso tem repercussão internacional e como se há de tomar alguma decisão, o Governo brasileiro em boa hora a tomou. Acredito que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como disse há pouco o Senador João Pedro, deveria posicionar-se a esse respeito.

Há outro requerimento, que passo a ler:

“Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e conforme o art. 3º do Ato nº 2 desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente à situação extraordinária seja consignado o voto de censura à declaração [embora não seja um termo que nos agrada muito, “censura” é o termo regimental, é o que cabe pelo Regimento; poderíamos falar em voto de repúdio, mas esse termo não é regimental. Vamos entender consignado o voto de repúdio, embora tenha de ser escrito “censura”] assinada pelo secretário executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, Santiago Canton, no dia 1 de abril de 2011, em que é solicitado às autoridades brasileiras que se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas as condições mínimas”.

São esses dois requerimentos que, por ser uma situação extraordinária, eu gostaria de submeter à deliberação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores desta Co-

missão. Se V. Ex^{as} estiverem de acordo permaneçam como estão. Se alguma Senadora ou algum Senador desejar se manifestar a sua posição a respeito dessa recente declaração da OEA poderá usar da palavra. (Pausa.)

Primeiro o Senador Randolfe, a Senadora Gleisi Hoffmann e, em seguida, o Senador João Pedro. Depois?

A Senadora Gleisi, por favor.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, na realidade, desejo apenas manifestar minha concordância e parabenizá-lo pela iniciativa. É muito necessário que esta Comissão e esta Casa manifestem solidariedade ao Governo brasileiro e, de fato, faça um voto de repúdio a essa manifestação da OEA. Não há cabimento nisso. Além do mais, as medidas tomadas pelo Governo brasileiro foram rápidas, ágeis, tendo em vista a necessidade que nós temos dessa obra.

Então quero parabenizá-lo e dizer que votaremos favoravelmente a esses dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero divergir da forma por conta da medida da OEA. Essa é uma medida indevida de intervenção nos assuntos internos. Embora o Brasil seja membro da Organização dos Estados Americanos, a medida, por parte da OEA, é exagerada, indevida e intervencionista nos assuntos internos brasileiros. Nesse sentido, concordo com a proposta de V. Ex^a, com o requerimento, em virtude da forma da manifestação da OEA.

No entanto, Presidente, eu queria ponderar sobre o mérito da declaração. A OEA pede, analisa e solicita de nós uma reflexão sobre a obra de Belo Monte. Ao mesmo tempo em que destaco o fato de o Brasil ser uma das nações do planeta que tem, predominantemente, uma matriz limpa de geração de energia elétrica, inclusive é guardiã dessa condição no planeta, acredito que seria necessário o Governo brasileiro ouvir mais as populações indígenas, ouvir mais as comunidades locais sobre a obra de Belo Monte.

Então, quero aqui expressar minha divergência completa sobre a manifestação da OEA, uma intervenção indevida, mas destacar que, no mérito, creio que é necessário uma reflexão do Governo brasileiro para uma melhor análise sobre a obra de Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Randolfe. Essa circunstância a que V. Ex^a se refere é exatamente uma questão *interna corporis* do País. Então, a nós cabe decidir

sobre isso, sem qualquer tipo de ingerência ou interferência exterior.

Vale lembrar que a obra de Belo Monte, da sua concepção ao momento da instalação do seu canteiro de obras, demandou doze anos. Nesses doze anos, não foram somente os estudos técnicos e os estudos de engenharia para a construção dela, mas também a abertura de debates, de audiências públicas diversas, com diversas comunidades indígenas, com a participação ativa da sociedade civil, com a participação dos três Poderes da República. Todos nós acompanhamos mais recentemente esses fatos. E agora vem uma organização externa...

Que debatamos aqui sobre essas circunstâncias internamente, como V. Ex^a levanta, muito bem. Cabe a nós, Senadores, integrantes do Poder Legislativo, da sociedade civil brasileira, levantar essas questões. Mas cabe a nós tratar disso, e não aceitar qualquer tipo de ingerência, porque isso é um filme a que a gente já assistiu anteriormente.

São iniciativas como essas, que essas organizações internacionais tomam, que vão ganhando em escala e que permitem hoje, por exemplo, países acharem que, por razões humanitárias, podem utilizar seus exércitos, seus canhões, suas bombas para interferir na soberania de outros países.

Então, é necessário que nós possamos dar uma trava nisso de imediato. A Organização dos Estados Americanos pode discutir qualquer tema, mas a nota que foi divulgada é extremamente intrometida onde ela não é chamada. Concorde que esses outros debates, como V. Ex^a colocou, sejam travados internamente, no foro apropriado do território nacional.

Senador João Pedro, com a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Presidente Collor, primeiro, já manifestei, mas quero, mais uma vez, concordar com a nota da Comissão de Relações Exteriores, destacar e aplaudir a nota do Itamaraty e dizer às Senadoras e aos Senadores da minha tranquilidade.

Primeiro, quero chamar atenção para a decisão da CIDH, a comissão da OEA, porque ela ouviu as instituições e delibera sem ouvir o Governo brasileiro. Eu considero isso um procedimento errado. Poderia chamar o Governo brasileiro, pedir esclarecimentos e ter um posicionamento. Agora, deliberar sem ouvir o Governo brasileiro eu considero uma intromissão indevida.

É bom lembrar que o nosso Congresso, o Congresso brasileiro deliberou um decreto legislativo de 2005, adotando todos os procedimentos. E o Brasil, o Brasil de hoje, o Estado brasileiro tem instituições fiscalizadoras que funcionam com muita autonomia,

autoridade e legitimidade. O Ministério Público Federal acompanha a obra, a sociedade civil vem aqui e protesta na frente do Congresso, do Ministério, houve audiências públicas, a Funai é uma instituição por sinal presidida por um sociólogo do Pará...

Então, nós temos um mecanismo, um conjunto de leis, de normas que funcionam no País, e V. Ex^a toca no assunto. Nós temos que repudiar o que está acontecendo na Líbia, procurar outros caminhos para contribuir com a paz no mundo.

Nós tivemos um debate duro aqui no Brasil para o reconhecimento de terras indígenas que parou no Supremo, estão falando ali de Raposa Serra do Sol. Duro, profundo e democrático!

Então, nós temos condições de falar e ter tranquilidade.

Veja que, por considerar os povos indígenas responsáveis por esta Nação, eu faço de parte do meu mandato a voz dos povos indígenas e tenho plena consciência de que o Estado brasileiro e o Governo poderão fazer a obra e atender ao pleito dos povos indígenas, das populações tradicionais sem que a obra esmague culturas milenares naquela região.

Agora, o Brasil não pode viver sem energia, como também não pode deixar de dialogar, com sinceridade, com as populações tradicionais da Amazônia

Então, eles merecem a solidariedade, o apoio, políticas sérias, moradia, saúde, transporte, crédito, previdência, mas nós não podemos abrir mão de Belo Monte.

Eu quero que a Comissão da OEA se posicione de forma firme contra os Estados Unidos, que mantêm Guantánamo. Isso é grave, para mim isso é grave! Posicione-se contra a presença inglesa nas Ilhas Malvinas; não fique indiferente a OEA diante dessa situação dramática do povo do Haiti, que vive se matando por conta da miséria absoluta, da crise política. Então, eles poderiam ter uma agenda positiva e mais cuidadosa com questões mais relevantes nas Américas.

Por isso, quero concordar com os dois requerimentos e ficar com o Brasil, com a obra de Belo Monte, mas com a solidariedade e o apoio à luta dos povos indígenas daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Continua em discussão o requerimento.

Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, eu peço a palavra para discordar do que aqui foi tratado até agora. É importante, muito importante a atuação desses órgãos internacionais, desde a ONU, a OEA e todos outros que existem em menor escala.

Quando exerci, por exemplo, o mandato de Deputado Estadual e depois, por duas vezes, Deputado Federal, fui, a exemplo de milhares de brasileiros, combatente do regime militar. E recorremos várias vezes à ONU, recorremos várias vezes à OEA, recorremos até a conselhos internacionais de igrejas protestantes para denunciar as torturas e as perseguições políticas aqui no Brasil.

Naquele momento, era importante fazer isso, porque a imprensa se encontrava sob censura, e a gente não tinha condições... Havia um pavor, um medo implantado em todas as partes do País, e era praticamente impossível OAB, API, todos esses órgãos, parte da igreja progressista no Brasil avançarem mais.

De forma que eu sou muito cuidadoso neste momento. Eu acho que o Governo brasileiro, ontem, tomou uma posição oficial, clara, transparente, de protesto e de repúdio ao que a OEA fez sem ouvi-lo, mas esse protesto não pode, para o Parlamento, transformar-se em um voto de protesto quando a gente vê aqui vizinhos nossos infringindo permanentemente todos esses direitos que são fundamentais à pessoa, ao indivíduo, aos direitos humanos.

Vamos começar pela Venezuela.

Será que o Presidente da Venezuela vai se eximir da fiscalização da ONU, da OEA com relação a presos políticos, com relação a cerceamento ao direito de informar, ao direito de imprensa, ao exercício da oposição, que não tem direito de exercitar a oposição?

Essa coisa chegou agora na Argentina, onde a Presidente Kirchner, inclusive, está censurando o principal jornal de circulação na Argentina. E a OEA vai deixar de protestar contra isso, por exemplo? A ONU e outros órgãos específicos de imprensa?

Então eu vou votar contra os dois requerimentos e dizer que o próprio Senador Pedro Simon, que tem uma atuação permanente não só nas comissões como também no plenário, quando ele leva esse problema para os Estados Unidos, condenando aquela indignidade que é a prisão em território cubano, de direitos humanos, os Estados Unidos não têm direito nenhum em falar de direitos humanos a quem quer que seja, exatamente por conta da prisão de Guantánamo. Mas eles esqueceram o vizinho, que é Cuba; Cuba que nós aplaudimos quando foi derrubado um ditador que deixou o país se prostituir e roubava abertamente, para implantar um regime depois e implantou o socialismo, que se imaginava que era uma coisa livre, de total liberdade e hoje é uma ditadura. Não é muito diferente de outras ditaduras, não. Aliás, ditadura não tem diferença entre direita e esquerda: quando ela fere a liberdade humana, quando ela ofende os direitos humanos, quando não deixa a imprensa livre, ela é uma

ditadura que pode ser de direita, de esquerda, militar ou civil, ela é sempre uma ditadura.

De forma que peço escusas inclusive a V. Ex^a, até porque V. Ex^a é o autor do requerimento, mas aqui é um Parlamento em que a gente tem que ter a liberdade, até por cautela eu não voto nesse, porque eu posso subscrever contra este Governo, que eu faço oposição, mais adiante um apelo à OEA e aí eu fico sem ter condições de fazer o apelo.

Acho que o Governo se comportou bem, acho que o Governo se comportou à altura, mas respondeu, não tem nada que deixar de responder. Mesmo que se considere uma indignidade, uma ofensa, uma invasão de atribuições, tem que se responder: responder se foi um engano da OEA, que não é bem assim e que as coisas foram feitas assim; que o Palácio do Planalto inclusive promoveu o entendimento no âmbito do Palácio para que os conflitos fossem resolvidos, tudo isso.

Mas repudiar, pura e simplesmente, uma intervenção, mesmo que seja descabida, acho que não tem nenhum sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Ciro. Em seguida, o Senador Cristovam.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente Fernando Collor, eu endosso plenamente os seus dois requerimentos, e digo que esse filme nós já vimos. Acho que nós temos sim uma discussão interna, é um problema que não é só nosso, mas a maneira eu acho muito truculenta da como a OEA se reportou a esse caso. Se viesse para uma discussão para entender o caso, aí seria uma outra história; depois opinasse. Mas também discordo totalmente da forma e acho que internamente nós temos que resolver isso entre nós da melhor maneira possível, acho que tem várias saídas.

De maneira que o parabenizo pela iniciativa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Ciro.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão. Em seguida, o Senador Inácio Arruda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, acho muito positiva a iniciativa de recusar essa interferência. Sem dúvida alguma, não podemos submeter nossos projetos à vontade hoje da OEA, amanhã das Nações Unidas, depois de G 20, depois de G 4, depois de uma associação mundial de qualquer coisa. Entretanto, creio que deveríamos tomar isso como uma lição, pois precisamos olhar

com mais cuidado sobre esse projeto. Nós próprios. Nós próprios. A resistência a esse projeto aqui é muito grande. Aliás, tudo isso dever ter sido feito com a interferência de brasileiros, para fazer com que saia essa condenação.

Então, ao mesmo tempo que eu creio que nós devemos recusar a declaração da OEA, não podemos ignorar – uma coisa é recusar, outra coisa é ignorar. Recusar é o que eles fizeram. Ignorar é a gente não liga para o que eles fizeram mas nos preocupamos nós próprios. É preciso que em Belo Monte fique mais claro todos os impactos que esse projeto vai provocar na região. É preciso que se analise com cuidado os resultados financeiros que virão desse projeto que estão sendo financiados com recursos públicos. Mesmo tendo empresas privadas. Então apoio o rechaço às declarações da OEA mas eu não defenderia ignorar que existem vozes, aqui dentro e lá fora, pedindo que se estude melhor a questão de Belo Monte. Não está claro como o projeto Belo Monte será feito com relação ao meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB-AL) – Muito obrigado Senador Cristovam.

Senador Inácio, com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB-CE) – Sr. Presidente, o meu objetivo é apoiar as moções. É uma interferência absolutamente indevida nos interesses internos do Brasil, um país que tem tido esmero e até mesmo exagero em função da necessidade de proteger especialmente os povos nativos.

Não existe em lugar algum do mundo, nem em país alguma, que tenha reservas para proteção das nações nativas igual ao Brasil, nenhum. Pode procurar nos países dito desenvolvidos e nos ditos defensores dos direitos humanos que são os colonizadores antigos que cometeram genocídios brutais, inimagináveis. Foram eles que destruíram as nações nativas, assassinando brutalmente; foram eles que trouxeram os negros para cá para assassiná-los com brutalidade. Então é um povo sem direito de reclamar. Eles não deveriam ter, sequer, o direito de reclamar. Então a interferência não é ajustada. E tenho uma concordância com o Senador Cristovam com relação aos empreendimentos, do ponto de vista nosso. Nós que temos o interesse em preservar e cuidar das nossas etnias dos nossos povos com todo zelo Nós que temos que fazer e temos feito. Comparativamente com outros não há ao que discutir. Aqui, não sei se todos estão lembrados, nós criamos, no passado, na comissão, não sei se na de Direitos Humanos ou de Meio Ambiente, criamos uma subcomissão especialmente para tratar e acompanhar a construção de Belo Monte. Ela já existia, então ela foi recomposta para continuar funcionando e acom-

panhando esse empreendimento para o Brasil. Creio que temos que examinar todos os detalhes, desde a questão das nações indígenas protegidas, o máximo possível, verificar que retorno tem para elas, porque às vezes, você protege e não tem retorno algum. É um empreendimento que devemos repartir com este povo. Agora a OEA vir dizer que não temos direito a nos desenvolver, ao progresso, sinceramente não é possível. Em relação aos direitos humanos devemos pensar e, muitas vezes, recorrer. Mas essa não é a questão exatamente de direitos humanos. Aqui é uma questão de desenvolvimento econômico. Direito a garantir uma infraestrutura capaz de ajudar os povos e as tribos nativas nossas.

Então querer segurar o Brasil, não é possível. Tem razão V. Ex^a devemos repudiar essa atitude fazer o nosso voto de censura. Acho que é a medida mais adequada para que possamos a desenvolver o Brasil, a proteger as nossas tribos, acho que aí devemos exagerar mesmo, porque é proteger povos, nações. É nosso dever, nossa obrigação. Mas isso nós estamos fazendo. Comparativamente, hoje, no mundo, não há quem possa chegar perto do Brasil.

Agradeço e apoio a emenda de V. Ex^a, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB-AL) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Continua em discussão, com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente Fernando Collor, demais Colegas Senadores e Senadoras, concordo aqui com meus Colegas que me antecederam na questão do repúdio, de não se conformar de ver um órgão tão importante querer colocar o dedo no nosso nariz ou dizer o que a gente tem que fazer em termos de desenvolvimento do nosso País. Porque se nós fôssemos ouvir o que os demais querem de fora certamente nós não teríamos chegado nem até aqui. Ao longo da história sempre tem gente que não quer o nosso desenvolvimento.

Nós, de certa forma, talvez não neste momento mas para o futuro, teremos uma ameaça na geopolítica mundial. Então, quanto mais atrasar o desenvolvimento no Brasil, melhor para muita gente. Então, nós, brasileiros, principalmente no Senado, temos que tomar a decisão de dizer o que queremos fazer e iremos fazer o que é necessário para o desenvolvimento do País.

Isso nos traz uma reflexão, Senador Inácio – o senhor passou pela questão indígena, outros passaram –, que o Brasil assinou, há alguns anos, não me recordo quando exatamente, uma questão da autonomia dos povos indígenas, territórios dos povos indígenas e

está no Senado para que a gente possa discutir. Então, se a gente somar essa investida da OEA agora com a intenção de dar autonomia de territórios aos povos indígenas, nós podemos estar criando no futuro uma condição muito mais complicada para o País.

Então, a gente tem que ter consciência plena de que a nossa autonomia é inviolável, ela não pode ser, de forma nenhuma, nem questionada. Quero aqui me somar àqueles que defendem as suas observações, não seria diferente para quem já presidiu o nosso País com competência e determinação, como o senhor fez e ter uma posição diferente neste momento. O termo correto eu não sei qual é, mas a verdade é que eu não concordo, nós não concordamos com que a OEA está dizendo. Nós temos que seguir o nosso caminho, o nosso rumo e dar o desenvolvimento ao País.

É claro que cada vez que quisermos fazer uma grande usina, uma grande obra, uma grande rodovia, nós vamos ter problemas ambientais, vamos ter problemas de chocar com outros interesses, mas, como o senhor mesmo já disse, são quinze anos, quatorze anos, doze anos, discutindo uma obra dessa. Não há lugar no mundo que discuta tanto tempo, que tenha tanta paciência quanto o brasileiro tem de esperar uma obra dessa.

Será que o Governo, será que nós, sociedade, vamos ter que deixar chegar ao ponto de faltar luz na casa do cidadão comum e normal para que ele saia à rua e pegue a bandeira nossa de Senadores, de Governo, para fazer a infraestrutura necessária no País? Será que a gente tem que chegar a este ponto um dia de deixar o povo passar necessidade para tomar a iniciativa e fazer as coisas? Acho que não. Acho que nós temos que combater... não é aqui a questão da infraestrutura, mas é ali na outra comissão que eu estava que o senhor presidiu no ano passado, que a gente tem que discutir a fazer as coisas.

Então, quero parabenizá-lo e dizer que fecho integralmente com os Colegas que me antecederam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, para discutir ainda o requerimento, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vou ser bem breve, Sr. Presidente, até porque temos dois diplomatas cuja indicação temos que apreciar.

Apenas para dizer que essa é uma ameaça à soberania nacional e a soberania nacional é inalienável. Por isso eu entendo que uma resposta do Legislativo Nacional, representado por esta Casa, é muito importante para reafirmar o repúdio do Governo brasileiro

que agiu muito bem relativamente à essa interferência indevida.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação os dois requerimentos.

O primeiro deles é o voto de solidariedade ao Governo brasileiro em razão da declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA; e o segundo é o voto de repúdio ou censura à declaração assinada pelo Secretário Executivo.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados, com o voto contrário do Senador Jarbas Vasconcelos aos dois requerimentos e o voto contrário do Senador Randolfe Rodrigues ao voto de repúdio à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

Aprovados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião, quantos aos seus Itens 1 e 2, destinam-se à realização da segunda etapa de avaliação dos indicados, quando serão submetidos à arguição dos membros desta Comissão e, em seguida, à votação em escrutínio secreto.

ITEM 1

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Raymundo Santos Rocha Magno, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

O relatório dele já foi lido, já foi concedida vista coletiva a cada um dos integrantes desta Comissão, e hoje, então, passamos à sabatina dos senhores indicados.

ITEM 2

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sr^a Eliana da Costa e Silva Puglia, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senadora Ana Amelia.

Convido, para que tomem assento à mesa, a Embaixadora Eliana da Costa e Silva Puglia e o Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno.

Sejam bem-vindos a esta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, encaminhei ao Plenário requerimento que acho que veio para esta Comissão de Relações Exteriores, para apoiarmos a indicação, feita pelo Governo brasileiro, do Sr. José Graziano para ser diretor da FAO.

Só para V. Ex^a saber, ele será apreciado na próxima reunião, pela normas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Exatamente, Senador Suplicy, porque o requerimento de V. Ex^a chegou ontem à Comissão, e a pauta já havia sido distribuída às 9h45min de terça-feira.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Portanto, já os Srs. Senadores tomarão conhecimento para...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Tomarão conhecimento. Na pauta da próxima reunião, os termos do seu requerimento já constarão do documento distribuído aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Comunico aos membros da Comissão – conforme já disse – que os relatórios já foram devidamente lidos e dada vista coletiva.

Ao final das exposições, que serão realizadas pela Sr^a Ministra e pelo Embaixador, vamos conceder a palavra, como de praxe, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que desejarem sabatar os indicados, conforme a lista de inscrições que se encontra sobre a mesa.

O tempo para cada um dos indicados, a Sr^a Ministra e o Sr. Embaixador, para sua exposição será de quinze minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos, de acordo com os atos normativos desta Comissão.

E eu passaria a palavra agora para o Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno, para fazer a sua exposição.

Com a palavra S. Ex^a o Sr. Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno.

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, queria agradecer a re-

latoria do Senador Vital do Rêgo e dizer-lhes que eu tenho muita satisfação de estar aqui na comissão pela segunda vez, já que fui indicado, há três anos, para a função de representante permanente do Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional em Montreal, Canadá, com funções também relativas à Convenção de Biodiversidade, em que foi posta a assinatura quando o Presidente Collor presidiu a Rio-92.

Foi uma experiência muito gratificante, e realmente ainda tenho funções na questão da biodiversidade, pois sou representante da América Latina no Comitê de Cumprimento do Protocolo de Cartagena.

Vou lhes dar umas indicações muito resumidas sobre a Romênia. A Romênia é uma república parlamentar situada na Europa Oriental. Tem a extensão mais ou menos do Estado de São Paulo; uma população de 22 milhões de habitantes. Tem um posicionamento geopolítico muito importante porque fica na confluência entra Europa, o Oriente Médio e a Ásia Ocidental. Tem quase 100% da população alfabetizada, e grande parte da população, 40%, é rural ainda.

A Romênia tem uma ligação com o Brasil muito grande pela latinidade, pelos aspectos da latinidade. Os romanos, no séc. III, Trajano, ocuparam a região que hoje é a Romênia e passaram a mandar tropas para o Romênia, tropas inclusive de Portugal, por isso, a língua é muito parecida com o Português inclusive.

Eles se dizem, em toda literatura que se vê, que se consideram uma ilha de latinidade no mar eslavo.

Existem dois personagens do início do séc. XX que influenciaram muito o Brasil, e nós ficamos sabendo através de leituras. Um foi Tristan Tzara, em reuniões em Paris, no ateliê de Pablo Picasso. Ele incentivou muito Oswald de Andrade, Mário de Andrade e a pintora Tarsila do Amaral a fazerem, a começarem a organizar a Semana da Arte Moderna de 1922. Ele era um modernista originário da Romênia, vivendo em Paris, e o fundador do Movimento Dadaísta.

O outro foi um escritor muito interessante que, na década de 30, escreveu um livro chamada *A Teoria do Protecionismo e a Troca Internacional*. Esse livro foi distribuído a todos os empresários da época em São Paulo e foi o responsável pela filosofia de industrialização do Brasil, especialmente da criação do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, que hoje é a Fiesp. Inclusive a lei tarifária, de 1931, foi feita basicamente em cima das ideias desse cidadão romeno, vivendo em Paris na época.

O relacionamento como o Brasil vem de 1880, entre Brasil e Romênia, até 1927 um relacionamento consular; em 1928, os romenos abrem embaixada no Brasil; em 1929, o Brasil a sua embaixada na Romênia.

Três presidentes romenos vieram ao Brasil, entre eles Ion Iliescu, na época que veio chefiando a delegação romena à Rio-92. Do Brasil, visitaram o Romênia o Ministro Carlos Velloso, Presidente do STF, o Ministro Jorge Armando Félix, o Vice-Presidente, querido, falecido, José Alencar. Eu fui chefe do cerimonial dessa visita que José Alencar fez à Romênia.

Em 2010, estive na Romênia o então Ministro Celso Amorim. Ele foi suprir um déficit histórico de visitas de autoridades brasileiras à Romênia e desenvolveu uma agenda muito interessante, que pretendo utilizar como início do meu trabalho, caso V. Ex^{as} venham a me aprovar para a função de Embaixador.

Há um convite à Presidenta Dilma Rousseff para que visite a Romênia, convite que já havia sido feito ao então Presidente Lula.

A economia romena tem um momento de inflexão muito importante: foi 1989, com a queda do regime comunista. A década de 90 foi uma década de instabilidade, uma década de declínio econômico e de estagnação. A partir de 2000, eles começaram a fazer esforços para entrar na União Europeia, e para isso tiveram que fazer um enorme trabalho de reformas, privatizações de empresas estatais.

Em 2004, eles foram admitidos como economia de mercado funcional pela União Europeia; em 1º de janeiro de 2007, eles foram admitidos como membros da União Europeia. Cresceram muito rapidamente nesses anos 2000.

Estavam crescendo, em 2008, a 7,8%, e em 2009 tiveram uma recessão de 7, 1%. Em 2010 houve uma queda já registrada nos órgãos oficiais de 1,2% da economia.

O Presidente Basescu, que é o Presidente da Romênia, baseado num pequeno crescimento da economia no último trimestre, já dá indicações de que a crise teria passado, o que talvez não seja uma coisa muito segura. Deve haver um crescimento em boas condições entre 1% e 2% em 2011.

Em 2010, quando a situação ficou muito ruim, eles recorreram ao FMI, ao Banco Mundial e ao Banco Europeu de Reconstrução e obtiveram um empréstimo de 20 bilhões de euros, muito menor do que o grego, que foi 100 bilhões de euros; muito menor do que o empréstimo à Irlanda, que foi de 85 bilhões de euros; e fala-se agora no empréstimo a Portugal, pela União Europeia, de algo como 70 a 80 bilhões de euros.

Está num bom caminho; a economia se comportou bem; os cortes que foram feitos pelo governo estão surtindo efeito. O Presidente da Romênia, no início de fevereiro, fez uma declaração dizendo que o acordo tinha sido cumprido bastante bem, que eles iam abrir mão da última parcela do acordo e que iriam fazer um

acordo de precaução para o período de 2012 a 2014, justamente para dar um sinal ao mercado de que a economia está segura e de que se pode investir na Romênia.

Quanto ao comércio exterior da Romênia, 73% das exportações são feitas para a União Europeia e 72% das importações são da União Europeia. Noventa e quatro por cento do que eles exportam são produtos manufaturados e semimanufaturados, e 97% das importações também são desses produtos. O comércio foi da ordem de 34 milhões de exportações e 44 milhões de importações em 2010.

Em relação ao comércio Brasil e Romênia nesses dois últimos anos de recessão, a Romênia passou, entre os países da região da Europa oriental, de terceiro a sétimo parceiro do Brasil. Nós tínhamos um acordo econômico que foi denunciado pela Romênia quando a Romênia entrou para a União Europeia – é um mecanismo natural – e imediatamente a Romênia nos ofereceu um acordo muito vantajoso, que foi negociado, foi assinado pelo então Ministro Celso Amorim no Rio de Janeiro, num encontro que os chanceleres tiveram durante a aliança das civilizações, e esse acordo está em tramitação no Itamaraty para exposição de motivos ao Presidente da República, e seria de muita utilidade que esse acordo entrasse o mais rápido possível em funcionamento.

Há missões empresariais recentes que foram à Romênia e ficaram maravilhadas com a dimensão do mercado, com as possibilidades que o Brasil teria de exportações. É preciso lembrar que a Romênia, sendo membro da União Europeia, tem à sua disposição trinta bilhões de euros para modernizar a sua economia. Isso é um filão importantíssimo para o Brasil, para as nossas construtoras e para a tecnologia que nós temos.

Há, ainda, a possibilidade de um fórum com a América Latina a se realizar ainda este ano. Entre os latino-americanos, nós detemos 75% do mercado e do comércio, então é um assunto importante que nós... Se eu for aprovado, a embaixada estará muito atenta a esse tema.

Na dimensão cultural, deve ser inaugurado, muito proximamente, um centro de estudos brasileiros no gênero do Brasil Institute, do King's College, de Londres. Então, será mais um foco de disseminação da nossa cultura, dos nossos interesses.

Quanto à política interna, eles são, hoje em dia, governados por uma coalizão que não tem muito apoio. Há uma oposição que trabalha muito fortemente com vistas às eleições parlamentares de 2012, com o objetivo de procurar desestabilizar o governo do Presidente Basescu.

Do ponto de vista da política externa, eles têm um ativismo muito grande no âmbito regional. Mas a política externa pode se focar em três pontos: relacionamento com a Otan, por questão de segurança do país, em uma região com tanta influência de diversas áreas; com a União Europeia, por razões econômicas óbvias; e com os Estados Unidos, com quem eles têm uma parceria estratégica.

É importante dizer que o atual chanceler dá muita força a uma aproximação com a América Latina, especialmente com Brasil e Argentina. Então, isso é uma bela oportunidade que teríamos também, aproveitando a presença do chanceler Baconschi na Chancelaria.

Há uma questão muito interessante de política interna da Europa, que é a questão da entrada da Romênia no espaço Schengen, que é aquele espaço onde os nacionais não precisam... a identificação dos nacionais é muito mais fácil.

Esse problema está ligado àquele problema da etnia roma, que nós conhecíamos, antigamente, como ciganos. A Romênia é um dos países que tem uma quantidade de ciganos que imigram para os outros países, colocando em dificuldade economias como a italiana, a espanhola e portuguesa.

Como conclusão do que andei lendo, posso dizer o seguinte: a Romênia integrada na União Europeia e na Otan é um fator positivo, porque ela tem estabilidade e tem previsibilidade nas suas ações. O relacionamento bilateral está em um ótimo momento, mas pode ser expandido de uma forma muito grande e é bastante desafiador.

A Romênia tem pessoas muito importantes na cultura porque eles têm um nível educacional muito alto. Eu vou lhes dar aqui alguns nomes: Constantin Brancusi, considerado "o pai da escultura moderna"; Eugène Ionesco, dramaturgo referência do Teatro do Absurdo; Angela Gheorghiu, soprano lírico, famosíssima hoje em dia; Johnny Weissmuller, o Tarzan dos anos 50; Radu Lupu, um pianista clássico; Emeric Marsie, que viveu aqui no Brasil – não sei se ainda vive; dois Prêmios Nobel da Paz, Literatura. E, mais uma coisa curiosa: eu não sabia os traços fisionômicos do Cristo Redentor foram feitos, idealizados por um escultor romeno chamado George Leonid. Isso pode significar que há muita coisa no relacionamento bilateral que nós não conhecemos. A função do embaixador é procurar descobrir essas coisas e canalizá-las para o benefício das relações bilaterais e dos povos.

Eu lhes agradeço a atenção e estou à disposição para qualquer pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno pela sua explanação.

Passo agora a palavra à Embaixadora Eliana da Costa e Silva Puglia, indicada para a República da Guiné Equatorial.

V. Ex^a dispõe de quinze minutos, prorrogados por mais cinco, se necessário for.

A SR^a ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA –

Muito obrigado, Sr. Presidente, prezadas Sr^{as} e Srs. Senadores, constitui motivo de grande honra para mim estar aqui, hoje, para ser avaliada por V. Ex^{as} para o cargo de Embaixadora junto à Guiné Equatorial. Agradeço, igualmente, a generosa relatoria, as generosas palavras da Senadora Ana Amélia Lemos, que fez a minha relatoria na sessão passada.

Em primeiro lugar, eu gostaria de salientar algumas características da Guiné Equatorial, que, creio, devam ser consideradas sempre que se analisar nosso relacionamento com aquele país.

Destaco, em primeiro lugar, a singularidade geográfica do país em apreço. Tendo sido conformada, em seus limites atuais, ainda na época da colonização europeia, o território do país é parte insular e parte continente. Na ilha principal, antiga Fernando Pó, hoje Bioko, situa-se Malapo, a capital, a poucos quilômetros da costa camaronesa. Mais interessante ainda é destacar a posição privilegiada, no Golfo da Guiné, mais precisamente na enseada de Biafra, o que dá à Guiné Equatorial uma posição central na chamada África do Oeste. Essa localização coloca o país a apenas seis horas de voo do Brasil em linha reta das nossas costas. Infelizmente, ainda inexistente essa linha aérea ou qualquer conexão marítima direta entre os dois países.

Independente da Espanha de 68, apenas nos anos 90, com a descoberta de grandes lençóis petrolíferos e de gás em sua zona marítima, foi que o país conseguiu sair do paradigma da dependência dos grandes países doadores internacionais para se tornar um importante parceiro econômico-comercial no contexto africano. A Guiné Equatorial é, atualmente, o terceiro país exportador de petróleo do continente africano, atrás apenas da Nigéria e de Angola e à frente de países como a Líbia. Costuma pagar seus contratos de prestação de serviços e aquisições de produtos à vista. Presume-se, igualmente, que possua grande potencial mineral, principalmente no que respeita a urânio, manganês, cobre, titânio, entre outros. Apresenta grande potencial nos campos da aquicultura, agronegócio, pecuária, todas essas áreas em que o Brasil tem reconhecida excelência.

O Presidente, Teodoro Obiang foi reeleito em 2009 por mais um período de sete anos, em uma democracia, em eleições julgadas relativamente confiáveis em termos de Guiné Equatorial.

Em terceiro lugar, eu gostaria de destacar que, recentemente, o governo guinéu-equatoriano considerou o português língua oficial do país, sendo a terceira, após o espanhol, do colonizador, e o francês, dos vizinhos Gabão e Camarões.

Essa iniciativa deve-se ao fato de que um dialeto do português é falado na ilha de Ano Bom, ao sul do país, onde, aproximadamente, entre 5 e dez mil pessoas falam o dialeto do português. Por isso, Guiné Equatorial é membro associado da Comunidade dos Países de Língua portuguesa e pleiteia tornar-se membro pleno.

Por outro lado, como é sabido, o país ainda sofre com problemas sociais e estruturais graves, uma vez que grande parte de sua população ainda se encontra abaixo da linha de pobreza. Apresenta, também, carência nos campos da energia, da saúde e da construção civil, entre outros.

Após esse rápido resumo, apanhado, do que é a Guiné Equatorial – que poderemos discutir um pouco posteriormente –, passo a expor a linha de atuação que pretendo adotar em minha gestão como Embaixadora, caso seja aprovada por V. Ex^{as}.

Claro está que nossas relações bilaterais se intensificaram com a abertura das respectivas embaixadas a partir de 2005. Temos várias ações em diversas áreas que já estão em curso. Os chefes de estado já intercambiaram visitas, assim como os chanceleres e outros ministros.

Apesar do variado leque de temas que geralmente compõem a pauta de relações entre dois países, acredito que, neste caso, na Guiné Equatorial, possamos identificar quatro campos, nos quais centraram nossa atuação diplomática. De forma didática, eu gostaria de enumerar esses campos como os quatro “cês”, que são eles: cooperação, comércio, cultura e consular.

A primeira área, a cooperação, está bem desenvolvida, e já contamos com dois acordos, quadros reguladores das relações. São eles o acordo de cooperação técnica e o acordo de criação de comissão mista de cooperação.

Recentemente, a chancelaria guinéu-equatoriana sugeriu fosse a primeira reunião desta comissão mista realizada já no próximo semestre deste ano, de forma a consolidar e sistematizar as ações de cooperação em curso entre os dois governos.

Em andamento, já temos projetos nas áreas de saneamento básico, esportes, cooperação educacional e defesa. Várias outras áreas foram identificadas como promissoras para o desenvolvimento futuro, tais como pesca, agricultura familiar, regulação do setor petrolífero, administração pública, treinamento e profissionalização dos funcionários públicos.

Como os senhores sabem, senhores e senhoras, relembro apenas, o Brasil possui uma vantagem comparativa frente a outros países no quesito cooperação, pois a nossa cooperação não apenas pressupõe transferência de tecnologia, como também se baseia em experiências bem sucedidas em ambientes parecidos. O País é bem-vindo também, o Brasil, por apresentar um passado comum de colonizado, ter grande população de afrodescendentes e utilizar uma língua latina similar, o que facilita ainda mais a transferência da cooperação.

O segundo campo, ao qual pretendo me dedicar, caso aprovada por V. Ex^{as}, é o do comércio bilateral.

Nesses poucos anos em que intensificamos nosso relacionamento com esse país africano, já nos tornamos seu décimo parceiro comercial. O país Guiné Equatorial, grande exportador de petróleo e gás, importa praticamente tudo o que consome, de alimentos a materiais de construção. Em 2010, porém, o Brasil exportou menos de um décimo do que importou daquele país e menos de cem empresas brasileiras comerciam atualmente com a Guiné Equatorial.

Em 2010, o comércio bilateral alcançou US\$560 milhões, sendo apenas US\$50 milhões de exportações brasileiras e US\$510 milhões de importações de Guiné Equatorial, 100% petróleo e seus derivados. No entanto, algumas empresas brasileiras já se destacam nesse relacionamento, como a RG e Andrade Gutierrez, que ganharam importantes contratos de obras de infraestrutura.

Sem dúvida, uma tarefa primordial a fazer em Guiné Equatorial é a prospecção e divulgação das oportunidades comerciais para os nossos bens e serviços.

O terceiro campo trabalhado é o da cultura, ou seja, a difusão da língua brasileira, a divulgação da nossa cultura, que possui, como todos sabemos, vigorosas raízes africanas.

Com a decisão de tornar o Português como língua oficial do país, Guiné Equatorial passa a carecer de profissionais que ensinem a língua, já tendo, inclusive, solicitado apoio e cooperação educacional.

Quanto à cultura, as possibilidades para o Brasil são inúmeras. E aqui destaco a promoção do nosso audiovisual, da nossa música, da nossa dança, das artes plásticas, entre outros.

Interessante seria montar a primeira biblioteca de livros em Português em Malabo, iniciativa que, creio, de fácil implementação. A jovem universidade do país também deverá ser receptora de iniciativas no campo da difusão da língua portuguesa pelo Brasil.

Por fim, todo e qualquer relacionamento que se intensifica entre dois países conduz a uma outra consequência que é o aumento de intercâmbio de viagens

os seus nacionais. São profissionais liberais, empresários, professores, técnicos, familiares, turistas que vão e vêm.

Segundo o nosso atual encarregado de negócios em Malabo, já teríamos algumas centenas de brasileiros vivendo no país.

A faceta consular, o último ser, não menos importante que os outros e que proponho desenvolver, caso aprovada, reveste-se assim de suma importância, pois cada vez mais a assistência aos brasileiros no exterior, sua localização e identificação, torna-se uma das prioridades da atividade diplomática no exterior.

Bom, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ex^{as}, agradeço a imensa honra que me concederam ao escutar esse meu breve arrazoado sobre a linha de ação que pretendo adotar, caso seja a minha indicação aprovada por esta egrégia Casa.

Obrigada. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr^a Embaixadora Eliana da Costa e Silva Puglia, indicada para a missão de embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

Eu pergunto ao plenário se V. Ex^{as} desejam, porque de acordo com o Ato nº 1 da Comissão de Relações Exteriores, no seu Art. 3º, § 4º, diz o seguinte:

Excepcionalmente, ouvido o plenário da Comissão, o Presidente poderá determinar o início do processo de votação do Relatório antes do final da arguição do indicado.

Eu gostaria de perguntar às Sr^{as} e Srs. Senadores desta Comissão se V. Ex^{as} gostariam que o processo de votação dos sabatinados fosse iniciado neste momento, antes da arguição dos Srs. Senadores?

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Então, declaro aberto o processo de votação.

Ao término do processo de votação, e antes da apuração, de acordo com o disposto no Inciso IV do Art. 52 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do Art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta, a fim de que os Srs. Embaixadores sejam argüidos pela Comissão.

Eu designo, *data vênica*, com a aquiescência do Senador Mozarildo Cavalcanti, S. Ex^a para atuar como Secretário, de acordo com o Art. 116, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

A votação encontra-se aberta, os Srs. Senadores poderão já fazer a votação e, ao final da votação, ela vai se tornar secreta pelo tempo que for necessário, de acordo com o número de Senadores que desejar argüir a Sr^a embaixador e o Sr. Embaixador.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria apenas de sugerir a V. Ex^a que a votação dos nossos embaixadores seja encaminhada imediatamente ao plenário para um julgamento bem rápido, já que essa aprovação vai ser tranqüila e, também, gostaríamos de apressar esse processo em plenário, para que ambos tomem posse o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O pedido de urgência de V. Ex^a será atendido e encaminhado imediatamente à Mesa do Senado Federal.

Ao encerrarmos a votação, eu convido os Srs. Inácio Arruda e Marcelo Crivella para atuarem como escrutinadores.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pergunto se posso dar como encerrado o processo de votação.

Os Srs. Senadores já votaram?*(Pausa)*

Declaro encerrado o processo de votação dos Srs. Senadores. Como disse anteriormente, a reunião passa a ser secreta.

Solicito a todos que aqui estão e que não são Senadores que nos concedam alguns minutos.

A reunião já se tornou secreta.

(A reunião torna-se secreta.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, o ano perdeu a primavera. Nove meninas e um menino foram assassinados no Rio de Janeiro por um jovem de 23 anos que teve um episódio de loucura e deu cem tiros no terceiro andar de uma escola em Realengo. Pelo número de tiros que ele deu, podiam ter sido até mais as vítimas.

Nunca ocorreu isto no nosso País, nunca ocorreu isto no Rio de Janeiro.

Nós, aqui, com o coração estraçalhado de tristeza, eu fico imaginando essa mãe que vai ficar na porta da escola esperando a sua criança sair e nunca mais vai vê-la... Como é que a gente fica numa situação dessas?

Pedindo desculpas por interromper nossos trabalhos, Presidente, peço que seja feito um voto de pesar nosso à família.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu diria a V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella, que toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se associa ao momento de tristeza por que passa o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil, aqui representados na figura de V. Ex^a e do Senador Ministro Dornelles, pelo ocorrido e solicito a V. Ex^a que coloque

isso oficialmente para que nós possamos ainda hoje acolher, com muito pesar, esse voto que V. Ex^a propõe à nossa Comissão.

Passarei a palavra ao Senador Luiz Henrique, como primeiro Senador inscrito para arguir dos senhores embaixadores sabatinados.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vou fazer indagação, apenas salientar que esta Comissão acaba de aprovar a designação de dois diplomatas de primeiro nível, não apenas nacional, mas internacional.

O Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno, com quem tive a honra de integrar, junto com o saudoso Vice-Presidente José Alencar, uma missão à Romênia, é um dos especialistas do Itamaraty com atuação em órgãos multilaterais e conhece com profundidade a Romênia, que produziu a predecessora, aquela que desvendou o caminho da geriatria, da gerontologia, a extraordinária médica Anna Aslan, que hoje tem disseminados pelo mundo, inclusive no Brasil, seus métodos de prolongamento da vida através de dieta adequada e reposição vitamínica perfeita.

A Romênia encantou o mundo com a sua Nadia Comaneci, mostrando à comunidade internacional como um pequeno país europeu, pequeno não territorialmente, mas em presença econômica, pode produzir uma elite de ginastas olímpicos de qualidade excepcional.

O Itamaraty, a Casa do Ministério das Relações Exteriores, vai perder, com essa designação, uma diplomata de grande competência na área administrativa. Muito do que se deve dos processos de modernização procedidos no Itamaraty tiveram uma participação decisiva da Ministra de Primeira Classe Eliane.

De modo que, ao saudar a neta do extraordinário Riograndino Costa e Silva e ao saudar o Embaixador Raymundo, tenho certeza de que farão nas respectivas embaixadas um trabalho extraordinário para o aumento das relações bilaterais com esses países, o aumento do comércio, do intercâmbio econômico, do intercâmbio cultural. Não tenho dúvida de que, da sua gestão à frente das embaixadas, resultará um grande trabalho de integração desses países com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Senador Luiz Henrique.

A próxima inscrita é a Senadora Ana Amelia. Com a palavra.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma alegria muito grande a minha manifestação neste momento, especialmente por ter sido a Relatora da indicação da Presidência da República da nossa querida Diplomata, agora Embaixadora, que, não tenho dúvida, o plenário confirmará a

decisão desta Comissão de Relações Exteriores, para representação brasileira na Guiné Equatorial.

Como disse o Senador Luiz Henrique, o seu currículo na área diplomática dispensa qualquer avaliação e não suscita nenhuma dúvida. Ao contrário. Tenho a convicção plena de que, no exercício da nossa representação diplomática neste País, as relações serão ampliadas, fortalecidas para interesse bilateral. A boa diplomacia tem como resultado essa consequência e não tenho dúvida da sua competência e capacidade para bem desempenhar – não só a senhora, mas também o Embaixador Raymundo Santos, que, na Romênia, desempenhará igual papel.

Então, fico apenas grata pela oportunidade de manifestar o apoio e renovar o requerimento de urgência, para que a apreciação pelo plenário seja feita, se possível, havendo quórum, ainda hoje, Sr. Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amelia. A solicitação de V. Ex^a será atendida e encaminhado o pedido de urgência à Mesa do Senado Federal ainda no dia de hoje.

Encerrada a lista dos Senadores e Senadoras...

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já demonstramos o zelo pelo nossos dois indicados. Quer dizer, a votação aqui foi por unanimidade, já há o apelo da nossa Senadora Ana Amelia para que a gente vote, se possível, ainda hoje, mas, se não hoje, o mais tardar, terça-feira ou quarta-feira, para que a gente possa consumir a indicação dos dois nomes para que possam assumir os seus postos.

Nós estamos vendo as possibilidades, nós já temos uma boa balança comercial com a Romênia, até precisamos melhorar as trocas para que não tenha desequilíbrios. No caso da Guiné, o desequilíbrio é da nossa parte, porque compramos petróleo, então isso normalmente tem um custo muito mais elevado para nós, e queria dar uma sugestão. No caso da Guiné Equatorial, nós constituímos uma universidade no Brasil, no Município de Redenção, no Ceará, uma universidade muito importante, a Guiné é um país importante, e o fato de eles terem indicado também a língua portuguesa como língua oficial permite que a gente possa se aproximar, de imediato... Talvez fosse interessante um contato com o reitor da universidade, Paulo Speller, que é uma universidade de integração luso-afro-brasileira e está sediada naquele Município, no Estado do Ceará, para que a gente possa já começar um trabalho também de intercâmbio forte nessa área

cultural e que a biblioteca já nasça com muita energia no mundo também acadêmico.

Eu acho que esses estudantes da Guiné Equatorial podem ajudar a fortalecer essa instituição que nós acabamos de criar. Já tivemos o primeiro vestibular, os primeiros africanos também estão chegando, porque é metade de brasileiros, metade de africanos, e a Guiné é muito interessante, porque, além dos dialetos locais, tem três línguas que foram as línguas dos colonizadores, mas são línguas oficiais do país. Então, isso é muito importante para as nossas relações com essa comunidade africana.

Eu considero que a senhora pode já, de imediato, convidar o nosso reitor Paulo Speller, para que ele possa, em contato com o país, fortalecer os nossos laços de amizade e também culturais – é evidente que fortalece aí também os laços comerciais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Encerrada a lista dos Senadores inscritos....

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Fernando Collor, quero cumprimentar tanto a Embaixadora Eliana da Costa e Silva Puglia, ao Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno. Gostaria de dizer que tanto a Guiné Equatorial quanto a Romênia eu me coloco à disposição para ser um *co-acher* da rede mundial da renda básica e, a qualquer momento, estarei à disposição de, se convidado, estar presente em ambos os países para divulgar essa proposição que está sendo, nos cinco continentes, mais e mais considerada. E para isso lhes encaminho um exemplar do livro *Renda e Cidadania, Saída pela Porta*, bem como a última palestra que fiz no Congresso Norte-Americano da Renda Básica, em Nova Iorque, onde coloco os elementos mais recentes de como essa proposição vem sendo seriamente considerada em todos os países.

Meus cumprimentos e todo o sucesso nas suas respectivas missões. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Mais algum Senador ou Senadora deseja fazer alguma indagação aos Srs. Embaixadores sabatinados?

Encerrada a lista de inscrição daqueles membros da Comissão que desejavam indagar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Marcelo Crivella, pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, serei brevíssimo.

Apenas para saudar esses ilustres filhos de Rio Branco e dizer à nossa Eliana que não se preocupe tanto com o nosso desequilíbrio com a Guiné. Por quê? Porque nós temos um superávit crônico com a África. Por exemplo, com a África do Sul é mais de um bilhão. Então o ideal seria que a gente até se aproximasse mais ou não tivesse superávit com a África. Que a senhora fique muito à vontade para levar a Embrapa, levar a soja, pois somos campeões de soja; que a senhora leve o biodiesel, que a senhora leve o álcool e que nós possamos, de alguma forma, ajudar os nossos vizinhos a encontrar o caminho do progresso e da prosperidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

E, agora, passo a palavra para as suas considerações finais, ao Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno.

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO

– Muito rapidamente, eu gostaria de agradecer aos Srs. Senadores pelo privilégio de terem me acolhido aqui na comissão. Entendo que essa interação entre Executivo e Legislativo é importantíssima, nós temos esta prática, alguns outros países não têm, mas ela é muito salutar: fazer passar pelo crivo do Legislativo a indicação de um embaixador para o exterior.

Obviamente, estou à disposição de todos, eu teria enorme prazer, inclusive já houve convites recentemente, durante a visita do ex-ministro Celso Amorim, convites a parlamentares que venham, que vão visitar a Romênia, mas eu terei um imenso prazer pessoal em estar recebendo V. Ex^{as}.

Eu queria agradecer ao Senador Luiz Henrique, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Arruda, ao Senador Suplicy, ao Senador Crivella pelas simpáticas palavras a propósito de nós dois, candidatos aqui, e especialmente ao Presidente Collor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Embaixador.

Passo a palavra à Embaixadora indicada para a República da Guiné Equatorial, Sr^a Eliana da Costa e Silva Puglia, para as suas considerações finais.

A SR^a ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA – Bom, uma vez mais, Sr. Presidente, muito obrigada; à minha Relatora tão amável Ana Amélia, muito obrigada pelas suas gentis palavras; ao Senador Luiz Henrique que, pelo jeito, conhecia o meu avô, um funcionário público íntegro, historiador, a quem muito devo pela minha formação. Muito obrigada pela sua menção ao meu avô Riograndino da Costa e Silva. Aos Senadores Arruda e Crivella, tenham a certeza de que dos 4

C que eu mencionei, a cooperação é fundamental: a cooperação educacional e a cooperação nas áreas mencionadas por V. Ex^{as} como, enfim, a análise do biodiesel, do álcool. O país é muito necessitado na área da agricultura, eles ainda não produzem nada. Cooperar nesta área é um grande trunfo brasileiro. Conhecemos a fundo a agricultura familiar e podemos repassar isso a um país carente, como é a Guiné Equatorial. Tenho muito a fazer mas graças às orientações de V. Ex^a quiçá seja nesse sentido. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ)

– Sr. Presidente, eu não sabia, ela é neta do Alberto Costa e Silva?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB-AL)

– Sobrinha.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ)

– O Alberto Costa e Silva foi Embaixador da Nigéria e me contou um episódio engraçadíssimo. Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB-AL)

– Pode falar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ)

– É a pessoa que mais conhece a África. Ele disse-me que a esposa do Embaixador da Nigéria, depois que teve mais amizade com a esposa dele, porque lá na África tem-se o costume de *lobola*, em todos os países o homem paga pela sua esposa: 10 vacas. Não se assuste, Presidente, eles têm razão. Aqui no Brasil, o sujeito pega de graça e maltrata. O certo é pagar mesmo.

Então eles casam com várias esposas. O Presidente da África do Sul tem várias esposas. Então a esposa do Embaixador da Nigéria disse para a esposa do Costa e Silva: Vou fazer uma pergunta em nome da nossa amizade e intimidade. Como é que no Brasil vocês casam uma mulher com um homem? Homem é muito chato, demanda muito. Aqui na África a gente divide por 5, 6 esposas. Vocês aguentam um homem sozinhas!

A mulher brasileira veria isso como promiscuidade, com ciúmes, mas a africana acha que é muito melhor o homem ter 5 esposas, porque a chateação é muito menor.

A SR^a ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA –

Posso fazer um esclarecimento? Sou colega de turma do filho do Embaixador Alberto da Costa e Silva, mas o meu Costa e Silva não tem embaixador... Inclusive posso dizer que foi meu professor em assuntos africanos, tenho uma tese sobre São Tomé e Príncipe, defendida no Itamarati, mas infelizmente eu não sou parente do Embaixador Costa e Silva. Meu sobrenome Costa e Silva é do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ) – Você conhecia esta história?

A SRª ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA – Já ouvi esta história.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ) – Muito boa, não é? E você concorda com as africanas ou você é brasileira?

A SRª ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA – Eu sou solteira. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB-AL) – Então, com a permissão de V. Ex^{as} eu gostaria de anunciar oficialmente, agora depois da reunião secreta, o resultado.

Os Srs. Embaixadores Raymundo Santos Rocha Magno e Eliana da Costa e Silva Puglia foram aprovador pela unanimidade dos votos desta Comissão para suas respectivas missões.

Gostaria de agradecer a presença mais uma vez do Embaixador indicado para a Romênia, Sr. Raymundo Santos Rocha Magno e da Embaixador indicada para República da Guiné Equatorial, Srª Eliana da Costa e Silva Puglia e desejo a ambos, em nome de todos os integrantes desta Comissão, uma profícua e exitosa missão. Muito obrigado a V. Ex^{as}. (*Palmas.*)

Continuando nossa reunião, passamos ao Item 3 da pauta.

ITEM 3

– Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, Relator da mensagem para ler o relatório.

Não estando presente, solicitaria que o Senador Mozarildo Cavalcanti funcionasse como relator *ad hoc* do item 3 da nossa pauta que trata da indicação em caráter cumulativo para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco do Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério de Relações Exteriores.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério de Relações Exteriores, cumulativamente ao cargo de embaixador do Brasil junto à República Francesa, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco.

As considerações já estão distribuídas e eu quero apenas ler o final deste relatório que os Srs. Senadores têm em mãos. O relacionamento diplomático entre Brasil e Mônaco, segundo informe do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a mensagem presidencial, tem prescindido da plena formalização, caracterizando por importante rotina de cooperação, especialmente em matéria judicial.

O interesse recentemente renovado do governo monegasco pela expansão de seu credenciamento diplomático, no entanto, apresenta potencial de intensificação do relacionamento com o Brasil, exigindo crescente formalização.

Nesse sentido, decidiu-se pelo estabelecimento de relações diplomáticas em abril de 2010. Tal ato estimulará o aprofundamento de nossas relações de amizade e contribuirá para maior cooperação no âmbito político, econômico, cultural e humanitário.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela leitura do relatório.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do parágrafo 2º, do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 4 – não terminativo:

Mensagem do Senado Federal nº 35, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Ana Maria Pinto Morales, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República de Zâmbia. Autoria: Presidenta da República. Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, relator da mensagem, para ler o seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, a Srª Ana Maria Pinto Morales é Ministra

de Segunda Classe e foi designada para ser embaixadora do Brasil junto à República da Zâmbia.

O currículo nos impressiona. Ela entrou na carreira diplomática em 1979 e foi à Ministra de Segunda Classe por merecimento. Ela é formada em piano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e defendeu mestrado em políticas públicas internacionais na John Hopkins University. Apenas lembrando que o hospital dessa universidade – John Hopkins Hospital – é considerado o melhor hospital dos Estados Unidos há 20 anos. De maneira que a universidade é uma das melhores que há lá. E ela fez o mestrado nessa universidade.

Entre as funções desempenhadas na área pública, ela foi chefe da Divisão de Fronteiras, foi coordenadora adjunta da Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-americana de Nações. Foi chefe de gabinete da Subsecretaria Geral da América do Sul.

A Zâmbia é conhecida por sua estabilidade política, alcançada desde a sua independência. É um Estado democrático, presidencialista, multipartidário. Na época do *apartheid*, acolheu os líderes da África do Sul, que viveram lá. É uma população multiétnica e plurirreligiosa. A maioria são evangélicos, mas também 27% deles são de religiões tradicionais, e 25% são católicos.

O Presidente é o Sr. Rupiah Banda, a quem tive a oportunidade de conhecer. Logo depois, o Presidente Lula também esteve lá. O Presidente Rupiah Banda me atendeu com muito apreço, ficamos conversando por quase uma hora. Ele me disse da intenção de levar para lá os conhecimentos, a *expertise* do Brasil no cultivo da soja. Ele tem muita esperança de fazer o biodiesel. Eles têm o rio Zambeze, eles têm água, eles têm terras férteis, um bom clima.

Acima de tudo, é um dos poucos países da África que nunca esteve em guerra. Talvez seja o único.

Têm uma grande produção de cobre, o principal produto deles. Mas tinham um grave problema de tuberculose no gado, sobretudo na fronteira com a angola. E precisavam também da Embrapa e do Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, nos tratados de cooperação.

É um país, eu diria, muito bonito, agradável, muito plano. A cidade de Lusaka cresce, há representação de todos os países, há uma bolsa de valores, ainda com pouco movimento, mas uma economia de mercado.

Seu povo é muito culto, as pessoas falam seus dialetos, mas a grande maioria fala também o inglês, inclusive no campo.

Acho que o Brasil ganhou muito quando abriu lá sua embaixada. O embaixador é o Sr. Josalvo, aqui do Rio de Janeiro, carioca da Tijuca, e agora será substi-

tuído por esta nossa pianista gaúcha, Ana Maria Pinto Morales, que, espero, com essa alma artística, poética, possa compreender toda a beleza da África e aumentar as relações com o país, que já são boas, mas que hoje são muito mais econômicas, muito mais comerciais, muito mais voltadas para acordos de cooperação do que relações entre os nossos povos. O brasileiro conhece muito pouco a Zâmbia. Poucos brasileiros foram lá, não conhecem as cachoeiras do rio Zambeze, não conhecem suas planícies, seus *games*, essas reservas naturais, onde poderiam ver leões, elefantes, zebras e toda aquela rica fauna e flora africanas.

Eles também têm vastas áreas de savanas. O Brasil em Moçambique tem um projeto exitoso. Segundo os técnicos da Embrapa, a savana se assemelha muito ao nosso cerrado. De tal maneira que sonho em ver o Brasil e a África sendo os grandes produtores de biodiesel do mundo e também de soja – eles com a vantagem estratégica de estarem mais perto da China, maior mercado consumidor, do que nós.

Sr. Presidente, em rápidas palavras, falei um pouquinho sobre a embaixadora, um pouquinho sobre a Zâmbia, e esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Marcelo Crivella, pela leitura de seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 5

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Vergniaud Elyseu Filho, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Aníbal Diniz.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Aníbal Diniz, Relator da Mensagem, para ler o seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, esta Casa do Congresso nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação da Senhora Presidente da República ao Sr. Vergniaud Elyseu Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para

exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Vergniaud Eyseu Filho nasceu em São Paulo, filho de Vergniaud Elyseu e de Hilda Fernandes da Silva Elyseu.

Em 1970, graduou-se em Direito pela Universidade Mackenzie, São Paulo. É também pós-graduado em Direito Público pela Universidade de São Paulo. Frequentou ainda os cursos de Direito Internacional Privado da Academia de Direito Internacional de Haia, de Direito Comparado da Faculdade Internacional para Ensino de Direito Comparado em Estrasburgo.

Nomeado Terceiro Secretário em 1977, o Diplomata foi promovido a Segundo Secretário em 1979; a Primeiro Secretário em 1987; e, por merecimento, a Conselheiro em 1997, e a Ministro de Segunda Classe em 2004.

Em 2007 passou a integrar o Quadro Especial da Carreira.

Entre outras, destacam-se as seguintes missões de que participou o indicado, bem como os cargos por ele ocupados:

- Primeiro Secretário em missão junto aos organismos internacionais, em 1989, e na Embaixada em Viena, em 1990;
- Subchefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologia Sensíveis, em 1992;
- Subchefe da Divisão das Nações Unidas, em 1997;
- Conselheiro nas embaixadas em Bonn, 1998, e em Washington;
- Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, em 2004;
- Representante Permanente junto ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional – ACI, em 2007.

Além do currículo, consta do processo documento informativo sobre a República da Estônia.

Em 1921, a independência da Estônia foi reconhecida pelo Brasil, que inclusive foi favorável à sua participação na Liga das Nações.

A segunda independência da Estônia foi reconhecida em 1991, durante o processo de desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Trata-se de um sistema político democrático, multipartidário, com economia aberto. Quanto à sua política externa, a Estônia busca associar-se a países e agremiações maiores, com o fim de desenvolver os seus interesses nacionais. Desse modo, como membro da União Européia, sustenta a adoção de política comum de segurança e defesa e de valores, como direitos humanos, democracia, não proliferação de armamentos de destruição em massa e combate ao terrorismo.

Tendo em vista a sua tradição de excelência na prestação de serviços públicos por meio eletrônico, a Estônia pleiteia se tornar a sede da Agência da União Européia para a tecnologia da informação.

Com relação à sua economia, desde o ano de 95 o produto interno bruto estoniano vinha experimentando grande crescimento. No entanto, a desaceleração da demanda interna, aliada à crise financeira mundial, fizeram com que a Estônia entrasse em forte recessão em 2008, o que não impediu a sua decisão em aderir à zona do euro, a partir de 2001.

Em 2005, a Estônia apoiou o projeto de resolução do G4 de reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, sem porém pronunciar especificamente sobre o pleito brasileiro por assento permanente.

De 2002 a 2008, o comércio bilateral teve incremento de 856%.

No ano de 2009, verificou-se redução de 28% em função da crise financeira mundial. Nas exportações brasileiras no ano de 2009, destacam-se manufaturados e produtos primários como cartucho para espingardas, obras de tântalo, café não torrado, fios de alumínio e móveis. Já nas importações, aparelhos transmissores e receptores, ácido benzoico e seus ésteres, partes e acessórios de carrocerias para veículos.

Vale ressaltar que o Brasil tem envidado esforços para promover seus produtos na Estônia. Vale ressaltar também que a Estônia já liberou da utilização de vistos no passaporte os turistas brasileiros e que pleiteia do Brasil também a reciprocidade nesse sentido.

Ademais, cumpre registrar que existe perspectiva para cooperação bilateral no campo estratégico e em especial do etanol, uma vez que o xisto betuminoso é praticamente o único recurso natural estoniano.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito do relatório.

Este é o relatório, Sr. Presidente. Submeto-o à apreciação dos senhores componentes da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Senador Anibal Diniz pela leitura do seu relatório.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item nº 6, de caráter não terminativo.

MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2011.

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição

Federal, e com o art. 29 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Sr. Pedro Henrique Lopes Bório, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Randolfe Rodrigues, Relator da mensagem, para ler seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, chega a esta Casa o pedido de apreciação para designação do Sr. Pedro Henrique Lopes Bório, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka, exercer o cargo de Embaixador junto à República das Maldivas.

O Itamaraty e o Ministério das Relações Exteriores encaminharam vasto currículo do Embaixador Pedro Henrique Lopes Bório, do qual destaco que ele é nascido em Curitiba, em maio de 1956. Concluiu o curso de preparação à carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, assumindo o posto de Terceiro Secretário em outubro de 1977 e, subsequentemente, ascendeu a Segundo Secretário em dezembro de 1979 e a Primeiro Secretário em dezembro de 1986.

Entre os cargos e funções de S. Ex^a, exerceu o de Chefe de Gabinete do Departamento de Organismos Internacionais, Primeiro Secretário Encarregado de Negócios na Embaixada em Tóquio, Chefe de Gabinete de Departamento da Ásia e Oceania, Chefe de Gabinete e Diretor Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Diretor da Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Presidência da República, Conselheiro na Embaixada em Washington e Diretor de Programas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Foi também assessor da Presidência e Chefe da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas do Supremo Tribunal Federal e atualmente é Embaixador do Brasil em Colombo, Sri Lanka, desde 2008.

O Ministro Pedro Henrique Lopes Bório prestou importantes serviços à Administração Pública brasileira e, entre outros títulos, é Cidadão Honorário de Brasília.

Ocupou, ainda, na área cultural, as funções de Membro do Conselho Curador da Fundação Oscar Niemeyer no Rio de Janeiro e de Secretário Executivo da Comissão Brasília 50 Anos do Ministério da

Cultura e a de Secretário de Estado da Cultura do Distrito Federal.

A Chancelaria também produziu um conjunto de informações, Sr. Presidente, sobre a República das Maldivas. Destacamos que é um País que ocupa um arquipélago no Oceano Índico, composto por 26 atóis, 1.190 pequenas ilhas de coral. Sua área total, a despeito do número de ilhas, é de apenas 344km². Sua população é hegemonicamente muçulmana: 98,4% da população daquela República.

Além dessas informações, a Chancelaria também nos traz informações sobre a população do País: 369.031 habitantes; o idioma oficial é o Divehi; e, dentre a composição étnica, 97% são maldivios, 2% são árabes, 1%, africanos. Como já disse, a maioria da população é muçulmana, de denominação sunita.

É uma república presidencialista. O Chefe de Estado e de Governo é o Sr. Mohamed Nasheed. A balança comercial é amplamente favorável ao Brasil. O Sr. Mohamed Nasheed é o primeiro Presidente da República eleito democraticamente... *(interrupção na gravação)*.

Os primeiros registros da relação entre o Brasil e a República das Maldivas datam de 1988, quando o então Ministro Abreu Sodré encaminhou ao Presidente José Sarney o projeto de decreto que criava a embaixada do Brasil naquele país. Em setembro daquele ano, os dois países estabeleceram relações diplomáticas por meio de Comunicado Conjunto, assinado junto aos representantes na Organização das Nações Unidas.

Na política interna, as Ilhas Maldivas são um Estado islâmico tradicional; têm um governo central forte. O país tornou-se independente do Reino Unido em 1965 e, três anos depois, passou a ser uma república. O Poder Legislativo, o Conselho do Povo, é unicameral, com cinquenta membros, e indica o candidato a Presidente da República, que é referendado pelo povo.

Há de se destacar, Sr. Presidente, que, por ser um arquipélago e em virtude das dramáticas mudanças climáticas que vivemos no Globo, o arquipélago das Maldivas é um país sob ameaça. Segundo dados científicos, a elevação do nível dos mares pode provocar submersão total do território do país até o ano 2100.

Na política externa, a República das Maldivas tornou-se membro pleno das Nações Unidas em setembro de 1965. Em 1976, se organizou no Movimento dos Não Alinhados, é também membro da Common ELT e é um dos países membros da South Asian Association for Regional Corporation. O país sediou a 5^a, 9^a e a 16^a reuniões de cúpula do grupo em 1990, 1997 e 2009.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta egrégia Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial de S. Ex^a o Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio para acumular a Embaixada na República das Maldivas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Senador Randolfe Rodrigues pela leitura de seu relatório.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Para discutir, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero, primeiro, parabenizar o Senador Randolfe porque, pelo que eu vi, ele acrescentou muito ao relatório que está escrito aqui, e acrescentou, lembrando coisas importantes. Primeiro, dando ênfase ao que está aqui, mas de maneira muito discreta, que é o risco das Maldivas desaparecerem como país dentro de poucos anos.

Não faz muito, para chamar a atenção do mundo, eles fizeram uma reunião de ministério subaquática, todos os ministros com escafandros, e eles numa mesa. Certamente, não deveriam se comunicar, mas fizeram uma reunião ministerial debaixo do mar.

Eu, no encontro de Copenhague, numa reunião paralela da Associação dos Parlamentares, ouvi o presidente, cujo nome, que não está escrito aqui, foi citado pelo Randolfe. Ele foi atrás do nome em algum outro lugar. De todas as pessoas que eu escutei lá, a que mais me impressionou foi o Presidente das Maldivas. Primeiro, porque foi o único que falou como presidente, preocupado com o mundo inteiro. Porque o eleitor dele está ligado no global. O Presidente Obama disse: “Não tem presidente do mundo”. O nosso Lula falou muito mais para nós aqui dentro do que lá para fora. Cada presidente falou pensando no seu eleitor. O presidente das Maldivas falou pensando no mundo, porque a sobrevivência. Já há estudos de eles se mudarem todos, se nós não fizermos alguma coisa para barrar o aquecimento global.

Quero, então, parabenizar o Senador Randolfe. E, nesta comissão, que o Sr. Presidente tomou a iniciativa de a gente criar para pensar 2012, eu acho que a gente deveria convidar o Presidente das Maldivas para vir. Ele provocaria um despertar, até porque é um excelente orador, um homem de um carisma muito grande e bastante jovem ainda. Acho que ele nos despertaria para a reunião de 2012, que é muito mais importante, embora ninguém diga, que a reunião de 2014, para jogar futebol, ou a de 2016, para saltar

em altura. Com todo respeito aos que fazem isso, que eu não consigo, mas a de 2012 tem uma repercussão mundial muito maior e nós não estamos dando a devida importância.

Parabéns, Senador Randolfe. Eu espero que tudo que o senhor falou conste da Ata e não apenas o que está aqui no relatório recebido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Ainda em discussão. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, é para incorporar ao meu relatório, no todo, a sugestão apresentada pelo Exm^o Senador Cristovam. Em especial, convite ao Sr. Mohamed Nasheed, Presidente República das Maldivas. Na verdade, destacamos no relatório o fato de Maldivas vir a ser um país em extinção. Imaginem, do ponto de vista histórico para as nações, um século é amanhã de manhã. Imaginem uma nação que está em vistas de ter o seu território extinto. E é um desafio para os Estados do século XXI. Nós aprendemos, em Teoria do Estado, que o Estado moderno é composto de três elementos constitutivos indispensáveis: soberania, território e povo. Então, o território faz parte integrante da constituição da formação do Estado moderno. Nós estamos apreciando aqui um Estado que está prestes a perder um dos seus elementos integrantes.

Então, considero fundamental – destaquei esse aspecto do relatório – a perspicácia do Senador Cristovam em apresentar, e eu queria incluir aqui no relatório o convite ao Sr. Mohamed Nasheed para que nós, esse é um depoimento fundamental para ouvirmos na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A solicitação será recebida pela Mesa e colocada para deliberação da Comissão na nossa próxima reunião. O Senador subscrito desse requerimento do convite ao Sr. Presidente das Maldivas pelo Senador Cristovam Buarque e Senador Randolfe Rodrigues.

Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item nº 7 da pauta.

Mensagem do Senado Federal nº 48, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Sr. Marco Antonio Di-

niz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Butão.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, Relator da mensagem, para ler o seu Relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Para proferir o relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, esta Casa do Congresso é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz do Sr. Marco Antonio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Butão.

A Constituição, obviamente, atribui competência privativa ao Senado. O Ministério das Relações Exteriores, atende a preceito regimental e, por isso, elaborou o currículo do interessado, que passo a ler:

O Embaixador Marco Antonio é mineiro, de Belo Horizonte, filho de Wanderley Gomes Brandão e de Circéa Diniz Brandão, concluiu o curso de preparação da carreira diplomática no Instituto Rio Branco em 1972, mesmo ano em que se graduou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Nomeado Terceiro Secretário, em 1974, foi promovido a Segundo Secretário, em 1978; a Primeiro Secretário, em 1980; a Conselheiro, em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, em 2000, sempre por merecimento. Dentre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar: Primeiro-Secretário na Embaixada em Washington; Conselheiro na Embaixada em Paris; Chefe da Divisão do MERCOSUL; Ministro-Conselheiro na Embaixada junto à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO); Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais; Embaixador em Bangkok; Embaixador cumulativo nas Embaixadas em Laos, Reino da Camboja e República Popular de Myanmar; Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares; e atualmente Embaixador em Nova Delhi, desde 2008, e, cumulativamente, em Katmandu, capital do Nepal, e em Maleh, capital de Maldivas, desde 2009.

Foi, ainda, agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

Há dados básicos, mapa político, dados de política interna e externa, econômicos, bem como informações sobre as relações bilaterais entre aquele país e o Brasil, no documento enviado pelo Ministério.

O Reino do Butão organiza-se politicamente como uma monarquia constitucional, tem população de 697 mil habitantes e tem seu pequeno território de 38.394 km², incrustado entre os dois gigantes Índia e China.

O Brasil propôs o estabelecimento de relações diplomáticas com o Reino do Butão em outubro de 2004 e em maio de 2005. Embora em ambas as ocasiões a Parte butanesa houvesse indicado receber positivamente a proposta brasileira, somente em 21 de setembro de 2009 expressou formalmente o interesse em estabelecer relações diplomáticas com o Brasil.

A oficialização da intenção dos dois países caracterizou-se mediante a assinatura de comunicado conjunto entre os chanceleres de ambos os países na Assembleia-Geral das Nações Unidas, 64^a, em Nova York.

Os últimos dados apresentados no informe ministerial sobre o intercâmbio comercial bilateral dos dois países são de 2007 e diminutos. O valor total ficou em US\$77,3 mil, com déficit para o Brasil de US\$ 39,5 mil.

Há, entretanto, áreas potenciais a serem exploradas no relacionamento do Brasil com o país himalaio. Destacam-se eventuais projetos de cooperação no campo da construção civil, hidrelétricas, pontes e estradas, dada a vasta experiência do Brasil nesses setores e a carência de infraestrutura do Butão.

Estima-se que, a fim de lograr a plena implementação do 10º Plano Quinquenal do Desenvolvimento, o Butão necessitará de cerca de 300 milhões de financiamento externo, que poderiam ser canalizados também por cooperação com o Brasil na natureza o mais breve possível.

Além disso, Sr. Presidente, vale a pena lembrar, e esse é um ponto que eu acrescentei ao documento elaborado antes, que o Butão tem estado constantemente na mídia internacional pela iniciativa primeira de encontrar uma alternativa ao PIB como indicador de progresso. É do Butão que veio a ideia do FIB, Felicidade Interna Bruta, esse pequeno país que tomou a iniciativa disso. Hoje, o próprio Presidente Sarkozy tem um grupo de prêmios Nobel trabalhando, inclusive o Stiglitz, na elaboração de um indicador paralelo ao indicador da produção, na busca de saber até que ponto o país tem ou não tem bem-estar, tem ou não tem, falando uma palavra mais humanizada, felicidade, que seria um sinônimo do tecnocrático bem-estar ou ainda do mais tecnocrático PIB.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

Espero que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores tenham argumentos suficientes para votar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pela leitura do seu relatório.

Em discussão a matéria.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senadora Gleisi, com a palavra.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu tinha já lido o relatório do Senador Cristovam a respeito do Butão. Para registrar, nós tivemos um seminário, feito em Foz do Iguaçu, que foi organizado pela Itaipu Binacional em conjunto com outras entidades, para discutir responsabilidade empresarial, responsabilidade social-empresarial e também responsabilidade ambiental.

Em uma das palestras, um dos debates era exatamente com autoridades do Butão. Nós tivemos lá vários ministros. Ele tem um Ministério das Relações Familiares, o que é muito interessante. Não é apenas para ter políticas públicas em relação à família, políticas de recursos e programas públicos. Mas é também para saber como está a qualidade das relações de família: se os pais conseguem fazer a interlocução com os filhos, quanto tempo dedicam a conversar em casa. É um sistema muito interessante.

Então eu queria aqui saudar o Senador Cristovam por seu relatório, fazer esse registro. Assim como houve a sugestão de termos o Presidente das Maldivas, talvez possamos aproveitar uma oportunidade dos debates que V. Ex^a está conduzindo nos ciclos de palestra para, mais à frente, incluir um discussão sobre o Butão, trazê-los aqui, e sobre como nós fazemos a aferição do nosso desenvolvimento. Nem sempre os indicadores econômicos revelam a qualidade de vida do seu povo. Nós precisamos de outros indicadores. Penso que temos que aprender muito com o Butão.

Então queria parabenizar o relatório do Senador Cristovam. Deixar aqui registrada essa minha simpatia com o que o Butão fez. Penso que eles podem ser um referencial para nós nesse debate.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigada, Senadora Gleisi.

A Mesa fica aguardando um requerimento de V. Ex^a para que possamos convidar uma das autoridades do Butão. V. Ex^a que esteve recentemente em Foz do Iguaçu participando desse encontro poderia nos auxi-

liar, para convidá-lo ou convidá-la a participar do nosso ciclo de palestras quando o tema tiver afinidade com aquele ao qual a Senadora Gleisi se refere.

Gostaria de, ainda em discussão a matéria, com a permissão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, eu estive no Butão. Conheço o Butão. Eu lá fui em viagem para Índia, depois fui a Katmandu e depois estive no Butão.

À época, o Butão mantinha relações diplomáticas apenas com Londres e tinha representação nas Nações Unidas. Eu me lembro que a grande dificuldade que eu tive na ocasião foi exatamente de conseguir o visto. Eu não sabia, pensava que tivesse por aqui, mais perto, mas foi conseguido pelo representante do Butão nas Nações Unidas.

É interessante – e tem a ver também com a questão ambiental – que o Rei do Butão considera o turista o maior predador do meio ambiente. Então ele apenas concedia por ano 4 mil vistos para turistas que desejassem visitar o Butão porque ele tem consciência ambiental muito forte. O Butão é um país muito interessante porque também mantém as suas tradições; a roupa das pessoas, a forma de vestir ainda remonta a séculos passados. O arado ainda é utilizado na agricultura; não existe trator, não existe máquina que emita qualquer tipo de gás carbônico; é tudo feito com o arado por tração animal. O Rei também não permite que no país seja erigida quaisquer edificações que não respeitem a paisagem local. Permitir, permitia, mas não se podia construir fora daquele padrão; de forma que não se autorizava ligar água, luz, nada. Então é um país muito interessante de se conhecer. A população é muito tranqüila, muito amigável. A família real é um encanto; os jovens filhos do monarca, rapazes e moças também muito interessados na questão ambiental, muito preocupados com as questões mundiais, muito bem informados, embora lá também o acesso a televisão à época, a Internet, etc. fosse muito precário. Mas, sem dúvida, é um país que serve como referencial, tanto no campo ambiental, quando no campo da convivência familiar e em sociedade.

Então no momento em que estamos discutindo o relatório do Senador Cristovam Buarque...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta por pura curiosidade? Nada a ver com isto aqui.

Foi uma viagem já na idade adulta, de estadista, ou foi de jovem contestador querendo conhecer o mundo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Foi uma viagem posterior ao meu período como Presidente. Eu havia recebido um convite. À época eles participaram da Conferência do Meio Ambiente no Rio, em 1992. Vieram com uma delegação

importante para o tamanho do país, o que demonstrava já a preocupação deles com o tema. Aí me fizeram o convite oficialmente. E eu fui não oficialmente. Fui conhecer porque me interessei pela conversa, não me lembro quem veio representando o Rei do Butão, era alguém da família real, não me lembro se sua esposa, se a filha mais velha. Mas era uma delegação muito grande. Trouxeram um livro que fui folheando e, com as explicações que davam sobre aquilo que estávamos tratando, veio a minha idéia de visitar o Butão. Mas foi na idade adulta, Senador.

Continua em discussão a matéria.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º do artigo 3º do Ato nº 1 de 2011 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item nº 8 de nossa pauta de hoje, de caráter não terminativo: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179/2010**, que autoriza o Poder Executivo a doar a aeronave C115 Búfalo à força terrestre equatoriana.

Autoria: Presidente da República, ou melhor, Presidenta da República..

Relatoria: Senador Aníbal Diniz.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Aníbal Diniz, relator do projeto, par ler o seu relatório.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, aqui ainda está como Presidente da República porque esse projeto está em tramitação há muito tempo. Passou pela Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então retifico: Presidente da República. Obrigado.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2010, é de autoria do Presidente da República e foi apresentado ao Congresso Nacional em 7 de outubro de 2009. Em conformidade com o rito previsto no art. 64 da Constituição Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara, que a aprovou. Em seguida, a proposição foi remetida à revisão do Senado.

A finalidade do projeto é autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, a doar à Força Terrestre Equatoriana uma aeronave de fabricação canadense tipo C-115, BUFFALO, acionada por motor General Electric CT64– 820-3, matrícula 2365 e número de Série 35, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Após ser lido nesta Casa em 22 de novembro de 2010, o projeto foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e também à Comissão de Justiça e Cidadania, cabendo a essa última o exame terminativo da matéria.

Decorrido o prazo regimental, sem apresentação de emendas, a matéria foi redistribuída à minha relatoria em 23 de março de 2001.

Em síntese, não há nenhum obstáculo a essa doação, tendo em vista que é uma aeronave que não tem mais serventia para a Força Aérea Brasileira, mas tem muita serventia para a Força Terrestre Equatoriana. Então, há uma relação de duplo interesse: há o interesse da Força Terrestre Equatoriana em obter essa aeronave para utilizá-la para reposição de peças de suas aeronaves e não há nenhum prejuízo para a Força Aérea Brasileira, uma vez que ela não mais utiliza essa aeronave e também não vai usar seus componentes porque os nossos equipamentos são bem mais modernos e não precisam de reposição de peças advindas dessa aeronave.

Dessa forma, Sr. Presidente, estou inteiramente de acordo e proponho que a nossa Comissão aprove essa doação para que ela ocorra o mais rápido possível.

Era o que tinha a relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Aníbal Diniz, relator do projeto, que acabou de ler o seu relatório.

Em discussão o relatório.(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.)

Aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei nº 179, de 2011.

A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação, onde terá decisão terminativa.

Item nº 9, não terminativo:

REQUERIMENTO Nº 113, de 2010

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado à Embaixada da Argentina e ao Parlamento do Mercosul voto de solidariedade ao povo argentino quanto à exploração pelos ingleses de petróleo nas Ilhas Malvinas.

Autoria: Senador João Pedro.

Relatoria: Eduardo Suplicy.

O relatório é pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Eduardo Suplicy, Relator do projeto, para ler o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o impasse entre a Argentina e a Grã-Bretanha sobre o controle das Ilhas Malvinas entrou em fevereiro de 2010 em nova etapa. O Ministério de Relações Exteriores da Argentina advertiu o Governo

inglês que pode tomar todas as medidas necessárias para impedir as atividades da Empresa Rockhopper Exploration, que atua no mercado de extração de petróleo e gás e que anunciou ter encontrado petróleo na bacia norte das Malvinas.

A exploração inglesa de petróleo e gás nas águas da região das Malvinas gerou uma disputa diplomática entre a Grã-Bretanha e a Argentina. Paralelamente, os países latino-americanos se manifestaram em favor do país vizinho.

Para os argentinos, a exploração de petróleo e gás na área é uma ação ilegal que pode levar a consequências jurídicas e políticas.

Em nota, o governo do país platino declarou que a Argentina rechaça de maneira enérgica a tentativa de assumir ilegalmente os recursos não renováveis que são de propriedade do povo argentino.

Damos conhecimento à Inglaterra, que autoriza a exploração pelas empresas envolvidas nas atividades ilegais, que o governo argentino vai denunciar a todas as instâncias internacionais esta ação ilegal inglesa e tomar as medidas necessárias nos termos do direito internacional para impedir a continuação dessas ações ilegais.

Desde o século XIX argentinos e ingleses disputam o controle sobre as ilhas Malvinas, em 1982 partindo para o controle armado na área. O ex-Presidente Nestor Kirchner fez campanha para retomar o controle da região.

Em 17 de fevereiro deste ano, a Presidente Cristina Kirchner aumentou a pressão sobre os britânicos ao decretar que todos os barcos e navios que quiserem transitar pelas águas argentinas devem pedir autorização oficial.

Os Presidentes e Chefes de Estado dos 21 países que formam a Unasul reiteraram o respaldo aos direitos da Argentina, considerados legítimos na disputa pela soberania das ilhas Malvinas com a Grã-Bretanha.

O bloco se pronunciou a favor de que as partes envolvidas voltem a negociar uma solução pacífica e definitiva o mais brevemente possível.

A Unasul repudiou as atividades de exploração de petróleo autorizadas pelos ingleses na plataforma continental argentina, em flagrante oposição ao disposto pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que convocou as duas partes para se absterem de adotar decisões unilaterais que contrariem a recomendação da ONU.

As declarações do governo argentino aconteceram no mesmo dia em que a empresa britânica Rockhopper informou, em comunicado, que encontrou petróleo na bacia norte das Malvinas, zona de exploração de Sea Lion.

A empresa acrescentou que se trata da primeira descoberta de petróleo já realizada na bacia norte do arquipélago do Atlântico Sul. Uma campanha de perfuração realizada no fim dos anos 90 já permitiu detectar rastros de hidrocarbonetos em vários lugares dessa mesma bacia, mas não foram classificados tecnicamente como descobertas.

As repercussões e declarações em cada país motivaram as mais diversas especulações, inclusive belicistas, no ambiente eleitoral britânico, mas o importante é a discussão sobre o uso soberano dos recursos naturais, um tema que transcende a exploração dos hidrocarbonetos e se projeta sobre a exploração dos minérios da Terra e sua produção agrícola e pecuária, especialmente em tempos de subida nos preços dos alimentos e deterioração do poder de compra dos setores de menor renda.

Ademais da questão da soberania territorial, a disputa envolve questões de soberania alimentar, energética e financeira.

Neste sentido, a despeito do razoável período de tempo já decorrido, na ética da solidariedade importa renovar e reforçar o quanto seja possível a postura de comunhão do sofrimento com o povo atingido e de rejeição firme à afronta perpetrada.

Pelo exposto, opino pela aprovação do Requerimento de Voto de Solidariedade nº 113, de 2010, e que seja o mesmo comunicado à Embaixada da República Argentina e ao Parlamento do Mercosul.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Senador Eduardo Suplicy pela leitura de seu relatório.

Em discussão o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Serei breve.

Só queria cumprimentar o Senador João Pedro pela iniciativa e o Senador Suplicy pelo relatório.

Trata-se, Sr. Presidente, concretamente, de uma ação unilateral de agressão essa iniciativa do governo britânico de utilizar a plataforma continental argentina para fazer pesquisa petrolífera, um claro desrespeito ao acordo de paz mediado pela ONU, depois de 1982, em virtude da disputa das Ilhas Malvinas.

Uma das recomendações, como é dito inclusive no próprio relatório da ONU, é que ambas as nações, a Argentina e a Grã-Bretanha, se abstenham de atitudes unilaterais até a resolução definitiva do impasse, já há décadas, sobre as Ilhas Malvinas, e a própria

atuação britânica demonstra o caráter de enclave que o governo britânico – e aí numa atitude que remonta, parece-me, à lembrança em que a Grã-Bretanha era um império onde o sol nunca se punha, característica da Grã-Bretanha no século XIX –, parece que a atuação em relação às Ilhas Malvinas demonstra, mais uma vez, lamentavelmente, esse caráter intervencionista e imperialista do governo britânico.

Então, é, em especial, um compromisso da diplomacia brasileira, é um compromisso nosso, com esse país irmão, com esse país vizinho nosso, que é a Argentina, solidarizar-se com ele, em virtude de mais essa grave intervenção nesse episódio que já remonta a décadas em relação às Ilhas Malvinas.

Quero, então, congratular-me com a Comissão, com o relatório do Senador Suplicy e com a iniciativa do Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Senador Randolfe Rodrigues.

Continue em discussão a matéria.

Não havendo quem queira mais discutir, em votação o relatório que conclui pela aprovação do requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 113, de 2011, com o parecer favorável.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento de sua tramitação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu terei que me ausentar para uma reunião na Presidência do Senado e gostaria de sugerir os requerimentos de informação relativos aos adidos, conforme V. Exª nos propõe, pois sou inteiramente favorável a todos os requerimentos de informação, com as perguntas tal como V. Exª propôs, mas eu gostaria de sugerir que, relativamente ao Anteprojeto de Lei, item 17, possamos examiná-lo, uma vez obtidas as informações que V. Exª sugere em seus respectivos requerimentos, porque acredito que então teríamos mais elementos para a discussão desse Anteprojeto.

Então, é a sugestão que eu deixo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Suplicy, o item 17 está na pauta de hoje e foi lido na reunião anterior...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Portanto, ficaria desconfortável se o retirasse. Como é em caráter não terminativo, isso irá para outras comissões, e como ele é parte integrante desses outros itens anteriores da nossa pauta, eu solicitaria a compreensão de V. Exª para que nós pudéssemos levar isso adiante e discutir isso talvez no âmbito de outras comissões pelas quais esse projeto irá passar, mas ele é parte integrante, fundamental. Por isso que nós damos a conhecer com antecedência, inclusive com a leitura que foi feita na reunião anterior.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho que seria importante pensarmos bem, porque são 105 adiâncias do Brasil no exterior: 79 militares, oito agrícolas, 8 de inteligência, 12 policiais, três tributários aduaneiros. Será que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Nós temos cerca de duzentos embaixadores.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Já é bastante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Já é bastante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Então, nós vamos ter o trabalho simplesmente de...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O que me refiro nas adiâncias é exatamente em função da falta de conhecimento, de acompanhamento, de fiscalização que a Casa, no caso o Senado Federal, tem na Comissão de Relações Exteriores sobre o que fazem esses respectivos adidos nas funções para as quais eles foram designados.

Então, existem áreas que são importantes nós tomarmos conhecimento: tem a área militar, tem agora a área agrícola, de comércio exterior, a área cultural foi extinta, não há mais adido cultural. Mas, enfim, há a área de inteligência não é? A tributária também.

Então, acho que, até para o conhecimento da Casa, seria importante que conhecêssemos essas pessoas indicadas e pudéssemos melhor nos informar sobre as suas atividades, sobre o que eles propõem; o que significa ser hoje, por exemplo, um adido de inteligência do Brasil num determinado país; o que significa ser um adido da agricultura num determinado país: o que ele faz, quais são os recursos que são destinados, qual é a autonomia que ele tem de ação?

Então, em função disso tudo é que eu acredito que seja mister da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conhecer a ação desses que estão a exercer função de tamanha relevância em nome do Brasil no exterior.

Tem a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, concordo com a parte de que é importante conhecermos os requerimentos, pois em grande parte já nos darão informações.

Mas eu estava pensando é na questão relativa em que medida nós... porque V. Ex^a nos propõe de, se temos hoje 200 autoridades diplomáticas, e aqui exercemos esse trabalho, a proposta de V. Ex^a vai aumentar no que diz respeito a este aspecto de estar arguindo autoridades do Ministério das Relações Exteriores em, pelo menos, mais um terço.

Então, precisamos medir um pouco a nossa... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não há de ser nada para quem já está acostumado, para nós aqui da Comissão de Relações Exteriores, a trabalhar tantas horas seguidas.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – É que nós temos aqui atribuições múltiplas, em geral, temos de 3 a 4 pessoas, cada manhã de terça, quarta e quinta. Então...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É verdade, é verdade. Mas eu quero que V. Ex^a entenda também que cabe a mim, como Presidente da Comissão, eleito por V. Ex^{as}, de defender o espaço da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nas suas atribuições.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

Peço licença, Sr. Presidente, pois tenho que me ausentar. Mas eu quero muito me solidarizar com a proposição exposta pelo Senador Crivella, Senador Dornelles, e que V. Ex^a também falou; e certamente o Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro. Mas todos nós estamos muito consternados e expressamos aqui a nossa solidariedade a todas as famílias e a todos os estudantes da Escola Tasso da Silveira, no Realengo, do Rio de Janeiro, que, esta manhã, passou por essa tragédia com 13 mortos, pelo menos, e mais de 22 pessoas, sobretudo crianças, feridas.

Então, Sr. Presidente, a nossa solidariedade e o nosso sentimento de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Aproveitando as palavras do Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de colocar, de acordo com o Ato nº 2, art. 3º, da Comissão de Relações Exteriores, em votação o requerimento apresentado pelo Senador Marcelo Crivella, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº...., DE 2011

“Comovido e assaltado por sentimento de profunda tristeza pelo trágico acontecimento, nesta manhã, na cidade do Rio de Janeiro, requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado Voto de Pesar às famílias

das vítimas, inocentes crianças, e à Escola Municipal Tasso da Silveira, palco dessa tragédia sem precedentes na História de nosso País”.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Acho que não é necessário sequer colocar em discussão uma tragédia, uma coisa lamentável... O silêncio de todos nós já é um sinônimo da tristeza que nos toma por esse trágico acontecimento.

Submeto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras. Por dever de ofício, tenho de fazer assim.

Aqueles que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer seja apresentado voto de profundo pesar às famílias das vítimas, crianças alunas da Escola Municipal Tasso da Silveira, pela tragédia que ocorreu em suas dependências.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é louvável o zelo e a preocupação do Senador Suplicy. Mas eu queria, de antemão, tranquilizar, porque se trata de um anteprojeto. Então, nós ainda iremos apreciá-lo, ainda teremos um curso de tempo para analisá-lo.

Mas queria cumprimentar S. Ex^a pela iniciativa dos requerimentos e aqui manifestar – embora possa divergir do Senador Eduardo neste aspecto – a concordância com o teor da matéria apresentada. Considero fundamental, necessário e tão importante quanto o papel da chancelaria o papel desempenhado, as atividades desempenhadas pelos adidos nas embaixadas brasileiras no exterior. E, embora entenda, mais uma vez, o zelo e a preocupação do Senador Suplicy, e que realmente sobrecarregará ainda mais o nosso trabalho, considero indispensável a necessidade de nós, da Comissão de Relações Exteriores, apreciarmos também e termos informações sobre o papel, sobre a atuação dos adidos nas embaixadas e sobre os critérios de escolha das adidâncias nas representações diplomáticas do nosso País.

Então, é louvável o zelo do Senador Suplicy, mas teremos um bom tempo para o debate, teremos um bom espaço para o debate, visto que se trata, primeiro, de um anteprojeto.

Mas quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa do anteprojeto e pelos requerimentos apresentados, porque creio que é uma tarefa essencial a ser desempenhada por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Randolfe Rodrigues, pelas suas palavras.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permita, Senador Fernando Collor. Estou persuadido dos argumentos e, como sempre sou a favor da maior transparência, não criarei qualquer objeção ao anteprojeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Eduardo Suplicy, pelo seu posicionamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero também, na linha do Senador Randolfe, parabenizar a sua posição de fortalecimento desta Comissão. Além disso, acho que essa é uma maneira de colaborar com o funcionamento das nossas relações externas, com o próprio Itamaraty, porque através dessas sabatinas nós podemos perceber erros que, de vez em quando, acontecem. Ou até, a gente sabe, ocorrem pressões políticas para nomear pessoas que nem representam a melhor alternativa. E nós, aqui, poderíamos ser aqueles que, sem custos para o Executivo, políticos, poderíamos barrar certas nomeações, que é o nosso papel. Entretanto, acho que poderíamos esperar a vinda dessas informações que o senhor pediu, antes de votarmos a implantação desse novo critério, que incorporaria aqui o nosso papel na escolha dos adidos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sem dúvida, Senador. A idéia é exatamente termos isso implantado na medida em que estejamos recebendo as informações do Ministério das Relações Exteriores, porque elas serão indispensáveis para nortear os nossos trabalhos, o que vai de acordo com o que V. Ex^a acaba de solicitar.

Sou favorável à nossa participação. Se tivermos mais trabalho, trabalharemos mais, ou até podemos descobrir formas de simplificar o processo. Mas, em vez de adotarmos desde já, vamos esperar que voltem as informações que foram pedidas ao Ministério das Relações Exteriores. Esta é a minha sugestão: que adiemos a implantação dessa medida tão positiva que o senhor está tentando trazer para cá.

Item 10: Requerimento

Em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que criou a subcomissão permanente de acompanhamento do regime internacional sobre mudanças climáticas a competência para acompanhar o planejamento

e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Dessa forma, requeiro também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como falamos aqui no momento da discussão do nome do embaixador cumulativamente na República das Maldivas, esse encontro pode ser um dos mais importantes do século XXI inteiro. É nesse encontro que nós vamos dar continuidade ao que foi feito em 1992, sob sua liderança, mas num momento muito diferente, em que há uma consciência clara. Ali eram hipóteses sobre os problemas ambientais. Agora, são constatações dos problemas ambientais.

E creio que esta Casa não pode ficar alheia, em primeira lugar, e além disso, eu sinto que está indo muito devagar, como nós dois conversamos ontem com um funcionário de altíssimo nível, o Subsecretário das Nações Unidas, aparentemente as Nações Unidas não está fazendo o trabalho com o empenho – o senhor lembra bem – que fez o Sr. Maurice Strong, que passou anos empurrando, coordenando, analisando. O senhor até teve a oportunidade de nos dizer ontem que havia momentos em que tinham que mandar ele parar porque ele queria ir mais depressa do que o Governo brasileiro.

Então, essa comissão seria para que nós estivéssemos juntos com o Itamaraty, com – eu insisto – a Presidente da República para que esse evento tenha a grandeza que vai precisar.

Se as Nações Unidas não levam isso com a força que a gente imagina, pode ser um encontro esvaziado. E quem vai perder é o Brasil. Vai perder a Presidenta da República, porque ela é a líder desse evento; ela e o Secretário Geral das Nações Unidas, como foi o senhor e o então Secretário.

Além disso, eu me pergunto da repercussão lá fora, se nós não fizermos um bom encontro, em relação à Copa do Mundo, em relação às Olimpíadas. Vai levantar uma suspeita da nossa capacidade e competência. Então, há um interesse planetário nesse encontro, há um interesse de seres humanos preocupados que somos com o futuro da humanidade e há o interesse da Nação brasileira de mostrar ao mundo que somos capazes de ter um encontro, capazes inclusive de trazer uma grande carta ao mundo inteiro sobre como subordinar o avanço técnico aos valores

éticos de sobrevivência da espécie e como incorporar até outros itens, talvez até o próprio enfrentamento da pobreza no mundo.

Então, é nesse sentido que apresentei o projeto, depois de conversar com o senhor, que foi muito receptivo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu só queria acrescentar que pouca gente fala, mas, se eu não me engano, a Rio+20 foi ideia sua levada ao Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Foi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E que o Presidente Lula levou às Nações Unidas.

Então, mais uma razão, tendo o senhor como Presidente que vai estar aqui no próximo ano inteiro, para termos essa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão a matéria.

Eu gostaria, com a permissão das Sr^{as} e Srs. Senadores, de tecer alguns comentários sobre esse requerimento.

A década de 1990 foi marcada pelo ciclo das conferências mundiais convocada pelas Nações Unidas: a Cúpula Mundial da Criança em 1990; a Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92; a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência do Cairo sobre População em 1994; a Cúpula de Copenhagen sobre Desenvolvimento Social em 1995; a Cúpula de Beijing sobre a Mulher em 1995; a Conferência de Istambul sobre Assentamentos Humanos, o Habitat II, em 1996; a Cúpula Mundial de Alimentação em Roma em 1996 também.

Essas consequências, como lembrou Kofi Annan, ex-Secretário-Geral da ONU formam um contínuo, uma série coerente de eventos dedicados ao exame de temas interrelacionados com o bem-estar das crianças, dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, população, clima, biodiversidade, recursos naturais, emprego, comércio, segurança alimentar, habitações humanas, enfrentamentos de desastres naturais e coesão social.

A assim chamada década da conferências, que culminaria em Durban, na África do Sul, na Conferência Mundial sobre o Racismo, de 2001, descortinou um amplo horizonte de possibilidades e esperanças para o desenvolvimento da humanidade. Forjaram-se, nessas conferências, inovadores conceitos que hoje fazem parte do nosso linguajar cotidiano e que estão

incorporados aos valores gerais da nossa sociedade. São elementos naturais de como nós, como cidadãos, encaramos a realidade.

Alguns poucos exemplos nos fazem alcançar a profundidade das mudanças causadas por essas conferências. As discussões de Pequim sobre os direitos da mulher certamente influenciaram a sociedade brasileira a adotar a Lei Maria da Penha. Projetos de inclusão social e combate à pobreza, como os aplicados com enorme sucesso em nosso País, também podem buscar sua base conceitual nas ideias defendidas na Cúpula Mundial da Criança e no Habitat II, no qual V. Ex^a, Senador Cristovam, teve tanto destaque. Finalmente, não haveria debates sobre desenvolvimento sustentável com todas as suas implicações como assistimos agora durante as discussões acerca do Código Florestal Brasileiro não fosse a audaciosa e abrangente agenda adotada na Rio 92, muito apropriadamente batizada de Agenda 21.

As conferências mundiais não só catalisam a atenção e o anseio das sociedades, daí criando padrões de comportamento de caráter não coercitivo, mas também criam disciplinas, disciplinas gerais que paulatinamente se incorporam ao Direito Internacional e daí migram à legislação interna. Assim, é necessário e salutar proceder a um acompanhamento regular e crítico dos resultados alcançados de modo a verificar a sua adequação às expectativas iniciais.

A Rio 92 sofreu um primeiro processo de exame em Joanesburgo, em 1992, e o Brasil, após importante esforço diplomático, foi escolhido para sediar a Rio + 20, a realizar-se no Rio de Janeiro em junho de 2012. Estou informado de que o Itamaraty já avança com os preparativos logísticos da conferência. Logo depois do nosso encontro, procurei buscar informações junto ao Rio Branco e, de lá, obtive que já existe inclusive um embaixador ou um ministro que está já designado para tratar da questão da logística e, inclusive, está no Rio de Janeiro trabalhando com esse fim. Mas é necessário que estejamos acompanhando muito de perto.

Enfim, os preparativos logísticos da conferência é uma atitude louvável e necessária, por parte do Ministério das Relações Exteriores. Preocupa-me, contudo, o estado ainda incipiente das discussões substantivas. Nos debruçamos sobre tema de acentuada dificuldade, que no passado já deram cabal demonstração de produzir impasses políticos quase insuperáveis. O Tratado da Biodiversidade foi um deles. Ninguém se iluda, como eu não o faço, de que a Rio + 20 não terá a mesma ambição da Rio 92. Não será bem assim. O clima é outro em mais de um sentido. O cenário internacional de então, de 92, vivia os efeitos da queda do Muro de Berlim, o fim do bipolarismo, assistia ao

nascimento de novas nações, era propício, enfim, ao exercício construtivo de sonhar o futuro.

Hoje, a agenda internacional está refém, lamentavelmente, do combate ao terrorismo e da recuperação econômica das principais economias mundiais, vítimas, diga-se de passagem, de seus próprios vícios. Há, inevitavelmente, um enorme déficit de implementação dos objetivos acordados na Rio 92. Em termos de valorização da biodiversidade decididamente estratégica para um país megabiodiverso como Brasil, estamos ainda nos estágios iniciais.

Estratégica para um país megabiodiverso como o Brasil, estamos ainda nos estágios iniciais.

Tomemos outro exemplo. O Protocolo de Kyoto, parte da convenção quadro sobre mudanças climáticas. Em 2012 vencem os compromissos, Senador Cristovam Buarque, conforme já falávamos nos últimos dias, os compromissos mandatários na redução de emissão de gases de efeito estufa. E uma das preocupações que nós temos, que nós levantamos, é que o Secretário Geral da Conferência Rio+20, designado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, é um membro das Nações Unidas, mas representando a China, que é um país amigo, mas que nós sabemos tem fortes reações à implementação dessas medidas de redução das emanções.

Em 2012, portanto, vencem os compromissos mandatários da redução da emissão de gases de efeito estufa. Permanece em vigor, por outro lado, os demais instrumentos, como o mecanismo do desenvolvimento limpo e o fundo de financiamento.

Estou convencido de que é necessário relançar o marco jurídico de Kyoto, como também já havíamos conversado, Senador Cristovam, e não haverá melhor oportunidade do que a Rio+20. Uma negociação honesta e despida de visões canhestras, onde as partes aceitem as suas responsabilidades. Até junho do ano que vem teremos um trabalho enorme de articulação, de construção de consenso.

Nós sabemos que temos aí mais duas reuniões para chegarmos a Rio+20. As reuniões, eu digo, de coordenação interministerial e uma outra às vésperas da conferência, o que nos parece algo absolutamente insuficiente para nós darmos seguimento à realização da Conferência Rio+20. Daí a importância do requerimento de V. Ex^a

No pouco tempo que nos resta, portanto, devemos explorar formas de engajar outros países num esforço cooperativo, de modo que as idéias cheguem mais amadurecidas. Mas devemos, principalmente, envidar esforços para que a Rio+20 transforme-se numa plataforma para que chefes de Estado e de go-

verno lancem uma mensagem política importante de confiança e visão de futuro.

A responsabilidade que cabe ao Brasil nesse empreendimento portentoso não é menor. Nossa maior projeção internacional, nosso papel crescente e o nosso crescente peso na economia mundial, o justo pleito de maior transparência na governança mundial e o sucesso alcançado na Rio 92, todos esses fatores nos colocarão, como V. Ex^a muito bem colocou, sob forte escrutínio do resto do mundo. Nós estamos sob a lupa da comunidade internacional. A comparação que será feita da Rio+20, queiramos ou não, será com a Rio 92. Por isso, a realização da Rio+20 deverá, no nosso entender, com o apoio decisivo do Governo Federal, coordenado esse esforço pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo nosso Itamaraty. Daí a preocupação do Embaixador Danese, que já vem sentindo a enorme responsabilidade que nós temos em relação a Rio+20.

Então, cabe-nos, cada qual com a sua parcela de responsabilidade, e esta Comissão não faltarà a ela, com a Subcomissão, aprovado o requerimento do Senador Cristovam Buarque, caso aprovado; e que terá essa Subcomissão o Senador Cristovam Buarque como Presidente, uma Subcomissão com cinco integrantes desta Comissão, não mais do que isso, para que possa haver agilidade no seu funcionamento. Então cabe-nos, cada qual com a sua parcela de responsabilidade, colaborara para manter bem alta a tocha dos nossos feitos e realizações. A Comissão de Relações Exteriores deste Senado, tenho certeza, saberá responder a esse desafio com a Subcomissão de acompanhamento dos preparativos da Rio+20, que terá aprovado esse requerimento apresentado por V. Ex^a como Presidente desta Subcomissão.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o requerimento do Senador Cristovam Buarque, que cria a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional das Mudanças Climáticas.

Eu indico S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, para presidir a Subcomissão, e os demais integrantes poderemos indicar nesses próximos dias, de acordo com o que julgar conveniente o Presidente da Subcomissão, Senador Cristovam Buarque.

Item 11.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu queria fazer uma sugestão, não sei se é possível, nos itens que nós vamos ler a partir de agora... Ah, não, desculpe-me. É o Item 11, que ainda é um requerimento. Eu ia pedir o agrupamento dos Itens 12, 13 e 14, por tratarem de assuntos semelhantes, e eu ia consultar a Mesa. Mas eu não havia visto aqui que ainda é um requerimento do Senador Dornelles. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, está certo. A senhora está certa, porque eu ia ler exatamente que o Senador Dornelles pediu a retirada de pauta do requerimento que ele apresentou, disse-me ele que devido à ausência da Presidente da Anac e que ele gostaria de deixar esse assunto para ser tratado quando da vinda do Ministro das Relações Exteriores a esta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, agora, o que a senhora nos propõe vamos submeter à deliberação...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – O itens, os requerimentos que tratam de adidos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – De 12 a 16, não é isso?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – De 12 a 16, para que pudéssemos votar em bloco. Quero parabenizar V. Ex^a também pela iniciativa, porque tratam de temas similares, apenas a função de cada adido. Mas não haverá problema em relação a isso. Então, solicito a V. Ex^a ouvir da Comissão se é possível a votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Gleisi.

Então, vou ler a solicitação da Senadora Gleisi. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, rapidamente, só em relação ao requerimento do Senador Dornelles. Lógico, já foi retirado de pauta, mas, se me permite, um adendo a esse requerimento.

O requerimento é sobre a discussão, convidar a Presidente da Anac para conversarmos aqui sobre o acordo de céus abertos entre o Brasil e os Estados Unidos.

Eu queria acrescentar que também debatêssemos, nesse encontro com a dirigente da Anac, sobre o mesmo acordo que o Brasil está firmando com a Europa, que também tem o mesmo tema do acordo de céus abertos. Eu queria sugerir esse adendo, para

tratarmos desse acordo na oportunidade que formos debater o requerimento de autoria de S. Ex^a, o Senador Francisco Dornelles.

E apenas, no debate anterior, parabenizar a intervenção inteligente de V. Ex^a, a iniciativa do Senador Cristovam na criação da subcomissão. Concorro, Senador Cristovam. A Rio +20 vai ser num contexto de maior dramaticidade da questão das mudanças climáticas, de maior dramaticidade da questão ambiental do que foi a Conferência do Meio Ambiente realizada na ocasião do Governo de V. Ex^a, em 1992. E por isso, inclusive, tem uma dimensão – eu me permito, Senador Cristovam, dizer isso – dramática para o Planeta, o debate. É sem dúvida o acontecimento mais importante que sediaremos no Brasil nesta década.

Então, parabenizar a intervenção de V. Ex^a, que faz, inclusive, com a experiência de quem presidiu, de quem tomou as iniciativas dos debates que ocorreram, como V. Ex^a mesmo destacou, no decorrer da década de 90, e o Brasil foi a vanguarda com o debate de 1992, 20 anos depois, inclusive, da última Conferência Mundial do Meio ambiente. Então, a intervenção de V. Ex^a corrobora, colabora com o requerimento de criação da subcomissão. E pela iniciativa de aqui podermos acompanhar esse tema de perto, com a instalação da subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu gostaria apenas de deixar registrado que o Senador Ministro Francisco Dornelles, quando teve que se ausentar para participar de uma outra reunião, ele me pediu que retirasse de pauta o item 11, que trata de requerimento de sua autoria, dizendo ele que achava conveniente tratar do assunto objeto do requerimento com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, no momento em que ele aqui estivesse.

Então, pelo que ele me falou, não há intenção dele de chamar nenhum dirigente da Anac para tratar desse assunto, de modo que, se V. Ex^a achar conveniente chamar alguém da Agência Nacional de Aviação Civil, deixo ao seu talante elaborar o requerimento e encaminhá-lo à Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente. A ponderação do Senador Ministro Dornelles contempla. Podemos fazer esse debate, então, na presença do Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Então, com base no que acabou de solicitar a Senadora Gleisi Hoffmann, a solicitação é a seguinte: os requerimentos constantes dos itens 12 a 16 da nossa pauta são iguais no seu conteúdo e diferem

apenas em relação ao Ministro de Estado, objeto do pedido de informações, quais sejam: Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Justiça, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministro da Defesa.

Assim, tendo em vista o disposto no art. 216 do Regimento Interno, combinado com o art. 2º, inciso II, do Ato da Mesa do Senado nº 1, de 2001, que determina que cada requerimento de informações seja dirigido a apenas um Ministro de Estado, proponho que a votação dos itens 12 a 16 seja realizada em bloco, dada a pertinência temática das matérias.

Em discussão a solicitação feita pela Senadora Gleisi Hoffmann. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a apreciação em bloco dos itens 12, 13, 14, 15 e 16 da pauta, passo à leitura dos requerimentos, observando que farei a leitura completa apenas do primeiro requerimento e o enunciado dos demais, já que são de mesmo conteúdo, alterando apenas o destinatário do pedido de informação.

Item 12:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao Adido de Inteligência:

1) a relação de todas as aditâncias subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em funcionamento no exterior;

2) a relação dos respectivos adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da aditância;

3) as normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das aditâncias, bem como de seus adjuntos e seus auxiliares;

4) os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma aditância no exterior;

5) a natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;

6) a vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas

brasileiras no processo de criação de aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Então, vou passar a ler somente o introito dos outros. Esse foi o item 12, que trata do pedido de informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República relativas ao Adido de Inteligência.

Item 13:

REQUERIMENTO Nº...

Nos mesmos termos, do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Fazenda, referentes ao Adido Tributário.

Item 14:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações [já enunciadas] ao Ministro da Justiça, referentes ao Adido Policial.

Item 15:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as informações já enunciadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola.

Item 16:

REQUERIMENTO Nº...

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados os itens nºs 12, 13, 14, 15 e 16, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 17. Não terminativo.

ANTEPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2011 – CRE

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação,

pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a apresentação do Projeto de lei por esta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do Projeto de Lei pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada dia 11 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos início à agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Peço a V. Ex^{as} que, por gentileza, ao chegarem aos seus gabinetes, leiam a correspondência por mim enviada a cada um dos Srs. Membros desta Comissão, com a cópia da carta que nos foi enviada pelo Ministro Embaixador das Relações Exteriores, Antônio Patriota.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h34min)

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia onze de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Blairo Maggi**, **Jarbas Vasconcelos**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Randolph Rodrigues** e **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados,*

por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência”. O Presidente convida a compor a mesa os senhores Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Professor Mohamed Habib, da Universidade Estadual de Campinas, Professor Samuel Feldberg, das Faculdades Integradas Rio Branco, e Professor Pio Penna Filho, da Universidade de Brasília. Durante a Reunião, fazem uso da palavra o Senador **Eduardo Suplicy** e a Senadora **Ana Amélia**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e quarenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Agenda 2011/2012 – Ciclo de audiências. Rumos da política externa brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sr^{as} e Srs. Convidados, demais participantes, a Constituição Federal reserva importante missão para o Senado e para esta Comissão, no âmbito tanto das relações exteriores, quanto da defesa nacional.

Cabe constitucional e regimentalmente a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional referendar os atos internacionais celebrados pelo Poder Executivo, apreciar as indicações de chefes de missões diplomáticas permanentes e acompanhar a política exterior e a política de defesa da nação.

Ao submeter diretrizes e atos do Poder Executivo nos campos externos de defesa nacional ao exame do Parlamento por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Constituição adota o sistema de pesos e contrapesos, o *check and balances* do Direito Constitucional Anglo-saxônico. Procura, com isso, criar uma situação de equilíbrio, evitando a excessiva concentração de poderes em um dos ramos do governo. Faz com que haja um compartilhamento da ação governamental entre os Poderes Executivo e Legislativo. Por isso, dá ao Executivo a iniciativa de de-

signar representantes e negociar atos internacionais. E ao Legislativo, a capacidade de examinar e vetar essas proposições.

Assim, o Parlamento tem uma missão constitucional ativa, e não uma função meramente homologatória.

Cabe à Comissão responsabilidade direta no acompanhamento das atividades dos dois agentes por excelência da projeção externa do Estado: o diplomata e o soldado, como registrou Raymond Aron.

Para exercer essa incumbência, há necessidade de constante preparação, pois a realidade internacional frequentemente se nos apresenta de forma dinâmica, difusa, fragmentada.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação virtuais somos assoberbados pelo volume de informações, por dados que nos chegam em tempo real, simultaneamente, de todo o mundo. É essencial, portanto, ter a capacidade de processar, de analisar todas essas informações, e ter um arcabouço teórico que nos permita organizá-las.

Necessitamos, por isso, de instrumentos adequados para fazer com que uma realidade complexa e multifacetada torne-se inteligível. É essa a função de ferramentas analíticas como, por exemplo, a teoria dos sistemas, a teoria dos jogos, os enfoques do realismo e do idealismo em relações internacionais, as teorias da informação e controle.

Necessitamos, também, de precisão na definição de conceitos como poder e legitimidade, para compreender melhor modelos como o de equilíbrio de poder.

Essas ferramentas é que nos permitirão analisar o sistema internacional, fazer previsões, antecipar fatos e tendências. Enfim, elaborar cenários onde deverão atuar nossas estruturas diplomáticas e de defesa.

Para nos aportar conhecimento teórico que contribua para aperfeiçoar o trabalho desta Comissão, decidimos trazer para o nosso convívio especialistas que nos tragam suas *expertises* em campos específicos.

Vamos buscar sua colaboração para tentar melhor entender as questões que dominam a atual conjuntura internacional. Cito, a título de exemplo, a presente situação de instabilidade no mundo árabe, iniciada com a revolta na Tunísia, seguida pela queda de Mubarak, pela onda de manifestações no Bahrein, no Marrocos, no Irã, no Iraque, na Síria, entre outros, e pela crítica situação na Líbia. Essa onda de instabilidade que se espalha em efeito dominó nos provocou uma série de indagações:

Primeira, os serviços de informação dos países objeto da instabilidade teriam sido surpreendidos pelas manifestações?

Segunda, seria esse também o caso das principais potências ocidentais, com todo o seu aparato de Inteligência?

Terceira, a capacidade de resposta dos governos foi prejudicada pela falta de informações adequadas?

Quarta, os governos não detectaram o grau de desgaste de sua legitimidade?

Quinta, quais as consequências em termos energéticos?

Sexta, quais as consequências em termos políticos e humanitários do êxodo de refugiados? E aí também nós temos que ver que em África a situação também agora tende à normalidade com o que está acontecendo com a *Côte d'Ivoire*, mas que não é objeto da nossa reunião de hoje.

Sétima, qual o papel da internet e das redes sociais nas revoltas?

Oitava, qual o papel político do islamismo?

Nona, qual o cenário estratégico regional que se seguirá ao cataclismo islâmico? Como afetará o equilíbrio de poder?

Décima, como afetará o sistema internacional?

Décima primeira, quais serão as consequências para o Brasil?

Décima segunda, que mecanismos e instrumentos precisam ser aperfeiçoados para garantir a segurança e retirada dos nacionais brasileiros em países em situação de crise?

Questões como essas deverão ser abordadas nesse ciclo de audiências constante de sua agenda 2011/2012, intitulada "Rumos da Política Externa Brasileira", que ora iniciamos no âmbito da nossa Comissão, porém aberta a todos os Parlamentares, estudiosos e interessados nos temas e, principalmente, ao público em geral.

Sobre esse assunto, aproveito para informar que, nas próximas audiências, deveremos contar com a participação como ouvintes de alunos da cadeira de Introdução ao Estudo de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, ministrada pela professora Clarita Costa Maia.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitirá certificado de participação a esses estudantes e demais alunos de outras matérias em instituições superiores que, por ventura, manifestem interesse em assistir e participar das audiências. Para tanto, a secretaria da comissão manterá uma lista de presença específica para o controle da frequência dos estudantes. Essas audiências contarão com a participação de professores universitários especialistas nas áreas da Ciência Política, Economia, Relações Internacionais, de Defesa e Informações, bem como *experts*

do meio empresarial, da imprensa, de organizações de classe, representantes de missões diplomáticas e consultores parlamentares. Instalamos, assim, um fórum de debates, um núcleo de altos estudos que complemente o trabalho institucional da comissão e que também sirva para provocar a discussão de temas diplomáticos e militares pela sociedade brasileira. Tenho convicção de que esta agenda ajudará a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, composta de Parlamentares preparados e interessados em assuntos diplomáticos e militares a ter uma melhor visão dos temas internacionais e a melhor cumprida sua missão. Para tanto, contaremos também com o qualificado suporte técnico da consultoria legislativa do Senado Federal e com a sempre atenta e precisa cobertura e divulgação dos órgãos de comunicação da Casa, em especial a TV Senado, a Agência e o Jornal Senado, aos quais, de antemão, em nome desta Comissão, agradeço pelo apoio e dedicação e cumprimento pela excelência do trabalho que realizam.

A agenda está formada em cinco ciclos de palestras e debates, dividida em 25 painéis, sempre às segundas-feiras, às dezoito horas, nesta sala da comissão. Estes cinco ciclos abordarão os seguintes macrotemas:

- 1º Ciclo: Geopolítica e Relações Internacionais;
- 2º Ciclo: Economia e Finanças;
- 3º Ciclo: Defesa Nacional;
- 4º Ciclo: Temas da Agenda Internacional e
- 5º O Papel das Instituições e Conclusões.

O painel de hoje abordará o tema Cenário Estratégico Internacional e Perspectivas, com os seguintes subtemas:

Egito – Importância para a Estabilidade Geopolítica da Região e Líbia – Impacto Econômico no mundo.

Para proferir as palestras de hoje e debater esses temas foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, a quem aproveito e convido para compor a Mesa, ao tempo em que lhes apresento as boas vindas em nome dos integrantes desta Comissão: o Embaixador Luiz Felipe Lampreia; o Professor da Unicamp Dr. Mohamed Habib; o Professor da UnB Dr. Pio Penna Filho e o Professor das Faculdades Integradas Rio Branco do Rio de Janeiro Dr. Samuel Feldberg. *(Pausa)*

O Embaixador Luiz Felipe Lampreia já está a caminho do aeroporto para o Senado Federal.

Gostaria de transmitir às Sr^{as} e aos Srs. Senadores o ofício de S. Ex^a o Senador Luiz Henrique da Silveira, que coloca que, devido a compromisso desde dezembro do ano passado junto à Universidade do Vale do Itajaí, na condição de palestrante do Ciclo

de Debates da Univile, quer justificar a sua ausência e solicita o obséquio de dar ciência aos Srs. Membros desta Comissão e aos demais membros e convidados deste início do nosso ciclo de palestras.

O Professor Christian Lohbauer, da Universidade de São Paulo também convidado para participar desse painel nos avisou, na tarde de sexta-feira, dia 8, da sua impossibilidade de comparecimento e hoje, dia 11, enviou ofício justificando a sua ausência e agendando para uma outra oportunidade em um dos temas que se seguirão a esse primeiro ciclo que hoje iniciamos.

Esclareço que, conforme as regras das audiências estabelecidas no Ato nº 03, de 2011, desta Comissão, cada palestrante disporá de vinte minutos para sua exposição com a tolerância de dois minutos. Ao final da apresentação de cada um dos palestrantes, as Sr^{as} e Srs. Senadores inscritos poderão fazer suas observações e interpelações pelo prazo de três minutos.

Para as respostas, os palestrantes disporão do mesmo tempo: três minutos, com direito à tréplica dos Senadores de dois minutos e tréplica dos expositores também de dois minutos. Não estranhem porque isso aqui tem um controle muito rígido na questão do tempo e não vai haver superposição.

O mesmo procedimento será adotado para o caso de perguntas aos palestrantes feitas após as Sr^{as} e Srs. Senadores por especialistas e consultores presentes indicados pela Presidência, de acordo com o previsto nos incisos VIII e XIX do art. 2º do Ato nº 3 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ao final dos debates, também baseado no mesmo ato, inciso X do art. 2º, esta Presidência concederá a cada expositor dois minutos para os seus comentários finais.

Para dar início às apresentações, concedo a palavra ao Professor Dr. Mohamed Habib. V. S^a dispõe de até vinte minutos para sua exposição inicial.

O SR. MOHAMED HABIB – Nobre Senador Fernando Collor de Mello e Presidente desta Comissão, nobres colegas, Professor Samuel, Professor Penna, boa noite a todos os Senadores aqui presentes e ao público.

Quero agradecer ao Presidente da Comissão por esse convite que me honra muito. Confesso que eu tinha preparado uma apresentação para mais tempo do que vinte minutos. Vou tentar, então, reduzi-la bastante. Mas o assunto para o qual fomos convidados é para falar, dentro do contexto atual do Oriente Médio, em especial de dois países: o Egito e a Líbia.

O Egito tem uma importância no campo político como um país que sempre foi tratado como interlocutor entre o ocidente e o mundo árabe, e a Líbia, devido a sua importância como país portador de petróleo e de

gás natural, principalmente para a Europa. E obviamente a situação da Líbia coloca em risco esse abastecimento energético para os europeus.

O que nos interessa aqui no Brasil é analisar a questão sob a ótica brasileira. O que está acontecendo no Oriente Médio pode afetar, positiva ou negativamente, o Brasil?

Obviamente essa pergunta é bastante válida, tanto nos tempos de hoje, quando pode ter influências de fato, mas também gostaria de dizer que enxergo esta audiência, esta conversa como um momento de reflexão antecipado, ou seja, dentro do princípio da precaução, o Brasil, visto hoje como um país com potencial grande de ser produtor de petróleo, olhando para o pré-sal, que provavelmente daqui a dez anos começa a ser explorado. Isso levaria o Brasil a ocupar um patamar mais na linha de frente dos grandes produtores de petróleo. E é óbvio que para o Brasil hoje é um momento ideal para conhecer a história do Oriente Médio, a história desses países produtores de petróleo, tudo que eles passaram, inclusive para que o Brasil não cometa os mesmos erros que o mundo árabe cometeu nessas últimas dez décadas pelo menos, quando o mundo ocidental, principalmente a Grã-Bretanha, na época, elaborou o seu plano estratégico, junto com a França, e tratou do Oriente Médio já na iminência da 1ª Guerra Mundial. Na cabeça deles eles já sabiam, já visualizavam tudo isso que está acontecendo, inclusive hoje. Portanto, cabe ao Brasil, sim, estudar e conhecer não só o que está acontecendo hoje, mas também tudo que aconteceu na sua história para que o Brasil escolha um caminho com menos risco e menos erros quando comparamos com o caminho que o Oriente Médio escolheu durante essas últimas dez décadas.

Estamos falando, portanto, de uma região onde quase a totalidade dos países do Oriente Médio está em movimento de levantes populares, perturbações, revoltas populares. A maioria exige a saída dos seus governantes quando se trata de sistemas republicanos. E aquelas sociedades que vivem em monarquias exigem maior democracia e melhores condições de vida.

Esse movimento tem dimensões nunca antes vistas, pois não se trata de um país isolado ou de dois países isolados, mas mesmo o ocidente, através de vários setores na sociedade civil, já exige mudanças bastante grandes no sentido da democratização do Oriente Médio, olhando para a quase totalidade dos seus governantes como governantes não democráticos.

Olhando para o norte da África em especial, e aqui no mapa estamos vendo também a Europa para mostrar a proximidade, apenas o largo do Mediterrâneo que separa os dois, e também vendo o Mar Vermelho, como ele é tão próximo do Mediterrâneo e quanto tempo

o ocidente navegava ao redor do continente africano para conectar o ocidente com o oriente. Hoje, a partir do Canal de Suez, exatamente a partir de 1860 mais ou menos, esse caminho foi cortado para poucas horas atravessando o Canal de Suez, o que fez do Egito mais uma localização de importância estratégica geográfica para o Ocidente.

Podemos dizer que, estudando a história dos últimos cem anos, conhecemos e entendemos muito bem o que está acontecendo hoje naquela região. Obviamente, não vou falar aqui, não vou relatar cem anos. É apenas uma mensagem de que valeria a pena o Congresso Nacional, valeria a pena a Comissão de Relações Exteriores investir um pouco na questão de conhecer a história do Oriente Médio para construir o projeto, o plano estratégico brasileiro quando se trata de recursos energéticos, em especial quando se trata do Pré-Sal.

O Oriente Médio tem três questões que hoje explicam muito bem o drama que aquela região vive, independentemente do nome do país. Nós temos três tópicos: recursos energéticos, localização estratégica e relação entre árabes e israelenses em que os dois lados estão sofrendo. Está na hora de o mundo olhar com outro olhar para dar um mínimo de condições, de harmonia social para aquela região.

Quanto à primeira questão, a dos recursos energéticos, o Planeta está cheio de recursos naturais distribuídos de acordo com as características de cada região, mas há recursos mais estratégicos do que outros, há recursos mais importantes do que outros. E, sem dúvida alguma, os recursos energéticos hoje representam os recursos mais importantes, que interferem diretamente em geopolíticas, em relações internacionais.

Eu trouxe algumas informações. Optei por uma fonte de informações que, na questão energética e em outras questões que trago aqui, é uma instituição bastante atualizada em termos de dados, em termos de qualidade de dados. Sobre outras naturezas de outros dados, a CIA comete grandes erros, mas, na questão que vou apresentar aqui, a CIA é uma fonte bastante forte. Esses são *sites* públicos, comuns. Não foi preciso grande trabalho para entrar e buscar essas informações.

Primeiro, sobre a produção de petróleo, eu coloco sempre os primeiros vinte países em cada tópico para podermos visualizar o assunto. Dentre os primeiros vinte países mais produtores, numa classificação de, primeiro, quem mais produz para o vigésimo lugar, o primeiro país produtor de petróleo é a Arábia. Aos países árabes estou dando uma cor especial. O Brasil também, quando aparece, tem uma cor especial. Aqui o importante é o seguinte: os Estados Unidos

são um grande produtor. Estão na terceira posição. No entanto, como eles consomem quase três vezes o que produzem, então é um país dependente do petróleo de outros.

Não vou ler todos os nomes, mas, para os senhores acompanharem a sequência, dá para ver a concentração da cor azul, dos países árabes produtores de petróleo, entre os maiores vinte produtores de petróleo. No petróleo, o Brasil ocupa, por enquanto, a 17ª posição.

Gás natural também é uma fonte energética muito importante para o desenvolvimento, em que também os países árabes estão presentes e os Estados Unidos são o segundo maior produtor, mas, mais uma vez, trata-se de um país que produz menos do que precisa consumir. Por isso ele também é importador de gás natural.

Produção de gás natural, continuando a sequência. Percebe-se que, enquanto o Brasil era o 17º produtor de petróleo, no gás natural o Brasil ocupa a 41ª posição.

Sobre o consumo de petróleo, dá para ver agora o outro lado da questão em que os Estados Unidos são o maior consumidor de petróleo e consomem mais de 20 milhões de barris por dia. Isso equivale a quase três vezes o que produzem.

Sobre o consumo, ainda temos uma lista. Vale dizer que uma boa parte do petróleo consumido pelos países consumidores de petróleo é para gerar eletricidade. A eletricidade é a única energia que é gerada pelo homem, e não explorada pela natureza. Para isso a maior parte consome petróleo para gerar eletricidade.

No consumo de gás natural também se percebe uma sequência. Os países mais desenvolvidos são sempre os maiores consumidores de recursos energéticos.

Aqui a sequência dos consumidores de gás natural. O Brasil, no consumo do gás natural, ocupa a 33ª posição.

Em termos de populações humanas, vale a pena também colocar esse quadro. Quando falamos de consumo de recursos energéticos, temos de associar ao tamanho populacional. Por exemplo, a China tem a maior população humana. No entanto, ela consome menos energia do que os Estados Unidos, que têm menos de ¼ da população chinesa. Depois, vem a Índia, Estados Unidos... Olha, a população norte-americana é de 300 milhões e a da China, 1,3 bilhões. O Brasil é a quinta população humana. Estamos no quinto lugar.

Aqui coloco alguns países do Oriente Médio e também o caso do Egito, que foi mencionado. Irã tam-

Essa é a produção de eletricidade que já é gerada por atividades humanas através de usinas que geram eletricidade. Uma boa parte utiliza petróleo e gás natural para gerar eletricidade. Os Estados Unidos são o país que mais produz eletricidade, porque são o maior consumidor de eletricidade.

O Brasil está em décimo lugar como produtor de eletricidade, principalmente devido à grande matriz energética, baseada em hidroelétricas.

Essa é a continuação de produção de eletricidade.

O consumo está aqui também. Falamos de quem produz. Agora, quem consome. Dá para perceber claramente que os Estados Unidos são o maior produtor e o maior consumidor. A China está em segundo lugar.

Vale a pena colocar essa questão. Também estamos falando dos gastos militares e colocando os primeiros vinte países em termos de gastos militares, relacionando com a porcentagem do PIB, Produto Interno Bruto, de cada país.

Vale a pena colocar que entre os primeiros dez, sete estão no Oriente Médio. Isso é muito importante para nós entendermos por que eu disse que o Brasil precisa olhar desde já para a história do Oriente Médio para construir de forma segura o seu plano estratégico no campo de energia.

Se olharmos na página seguinte, o Brasil está na 59ª posição, apenas investindo 2,6% do seu PIB em despesas militares. Graças a Deus! Eu quero que o mundo seja igual ao Brasil. Ou seja, não devemos, por recursos energéticos, não devemos, por interesses geopolíticos, investir na indústria da morte, porque o mundo precisa abandonar essa mentalidade e partir para uma cultura de paz.

Outro indicador para mostrar o potencial do Oriente Médio em termos de atividades econômicas com um grande potencial para o Brasil investir cada vez mais nas relações econômicas e comerciais com o Oriente Médio.

O Oriente Médio, principalmente os países produtores do petróleo, é um grande consumidor de tecnologias. Eles não desenvolvem tecnologias próprias. Não têm *know how* local. Eles são compradores de tecnologias. O Brasil precisa ficar atento a isso. Eles foram obrigados a ser produtores de petróleo e compradores de energia.

Os países que mais produzem e exportam energia, que mais exportam matéria-prima são países atrasados. Os países desenvolvidos são aqueles que menos exportam matéria-prima, que raramente exportam matéria-prima, que raramente exportam energia e que sempre trabalham com valor agregado. O Brasil precisa mudar a sua política nesse sentido, porque

exportamos energia e matéria-prima, como grãos e coisas parecidas, para outros países fabricarem ração para animais e coisas parecidas. Então, somos exportadores de minérios, de matérias-primas. Somos um grande exportador de café, mas o país que mais vende café solúvel é a Alemanha, que não tem nem sequer um pé de café. Somos grandes exportadores de cacau, mas o país que produz o melhor chocolate é a Suíça. Então, são exemplos que temos de pegar para, a partir da questão energética, modificar o nosso plano estratégico.

Reservas petrolíferas. Aqui estamos falando da África. No norte da África, temos a Líbia, que é o maior produtor de recursos energéticos no continente africano, e o Egito, que tem uma produção energética que atende à demanda interna, em termos de petróleo, e que exporta gás natural.

Esses são detalhes do continente africano, que não vêm ao caso.

Esses são detalhes da produção do Egito de petróleo e de gás natural. Devido ao tempo, vamos passar isso. Não importa por enquanto.

Gás natural no Egito. Petróleo e gás no Delta do Nilo e na bacia do Mediterrâneo, nas águas nacionais.

A Líbia – também há mapas equivalentes para mostrar a geografia e a distribuição dos poços de extração de gás natural e de petróleo.

Isso é interessante para mostrar um típico país produtor de petróleo. Olhem quanto ele consome e quanto exporta. A Líbia é um país tipicamente exportador de petróleo e de gás natural.

Os grandes compradores da energia líbia estão aqui: a maior parte para a Europa, Itália, França, Alemanha, Espanha, Grécia, Inglaterra e ainda uma parte para os Estados Unidos e a China.

A mesma informação a partir de uma outra expressão gráfica. Quanto maior o diâmetro do tubo, maior a quantidade importada. A Itália, mais uma vez, está em primeiro lugar; depois vêm a Alemanha, a França e a Espanha.

No que se refere ao gás natural líbio, percebe-se claramente que a Líbia exporta a maior quantidade de gás natural produzido.

Vale a pena ver que o petróleo e o gás natural líbios são explorados por empresas que, na totalidade, são estrangeiras. A própria Líbia não tem tecnologia, não tem *know-how* para fazer esse tipo de trabalho.

Eu não quero ultrapassar meu tempo. Então, gostaria que alguém me avisasse ao chegarmos perto, por favor, Sr. Presidente.

É importante rever rapidamente o histórico dos últimos cem anos pelo menos. Estamos falando prati-

camente a partir da Primeira Guerra Mundial, quando a Europa começa a olhar – principalmente a Grã-Bretanha e a França, que começam a se preparar para a Primeira Guerra Mundial – para o Oriente Médio a partir de certos interesses.

Então, esse olhar para a história vale a pena para o Brasil começar a construir o seu processo de harmonia social, inclusive olhando para a questão do Pré-sal. E eu, egípcio de origem, que vivo aqui há 39 anos, não gostaria de ver no Brasil aquilo que eu vi no Egito nos 30 anos e 8 meses em que eu vivi lá. Então, gostaria que o Brasil, de fato, levasse muito a sério a questão de estudar com bastante dedicação a política energética brasileira.

O Canal de Suez, que é aquela linha de 220 Km que economizou viagens de várias semanas ao redor do continente africano, foi cavada, construída em 1859, durante 10 anos, inaugurada 10 anos depois e, 7 anos depois, a Companhia Canal de Suez tornou-se binacional – inglesa e francesa – no território egípcio. Por aí se começa a perceber que, sete anos depois, o Egito como um todo se tornou uma colônia ocupada militarmente pelos ingleses, na época, devido ao Canal de Suez. Então, começa a partir daí, na iminência da I Guerra Mundial, a discussão e a negociação da Grã-Bretanha com os dirigentes árabes que estavam sofrendo já na mão do império turco-otomano, sofrimento esse que fez com que várias comunidades árabes migrassem do mundo árabe, inclusive vindo para o Brasil. Aí nós vamos entender por que os árabes são chamados de turcos no Brasil: porque saíram na época da dominação turca, portanto vieram com o passaporte da Turquia. Por isso eram considerados turcos, embora de turcos não tivessem nada.

Enfim, o que aconteceu naquela época da iminência da I Guerra Mundial? O império, a Grã-Bretanha, fez um acordo com os governantes árabes, com os dirigentes árabes, de apoio durante a grande guerra e, em troca, eles seriam totalmente independentes do império turco-otomano. De fato foi. Eles se libertaram do império turco-otomano. Em compensação, foram colonizados pela Inglaterra e pela França. Foi esse o acordo que não foi honrado com a Grã-Bretanha. Isso tudo graças, ou devido, ao maldito recurso energético: o petróleo, na época, e o gás natural hoje.

Muito bem. Então veio a I Guerra Mundial. De um lado, havia os países emergentes e, do outro, os países caindo, perdendo já o poder. Vem a guerra e, exatamente, mudou-se o quadro: aqueles impérios antigos, Alemanha e Turquia, caíram e surgiram, então, os grandes aliados, que, logo após a I Guerra Mundial, formaram a Liga da Nações, que é uma organização mundial, que, depois disso, da I e II Guerras Mundiais,

foi substituída pela Organização das Nações Unidas. Mas depois da I Guerra, era Liga das Nações.

Esse é o acordo de que falamos agora há pouco, o acordo que não foi respeitado, obviamente.

Esse é o rei Faruk I, da última monarquia do Egito. Assumiu o poder em 1936, com 16 anos de idade. Rei com 16 anos de idade num país ocupado militarmente pelos ingleses. Podemos imaginar, então, como seria o país. Ele ficou até 1952, com a revolução egípcia das forças armadas.

Veio a revolução, em 1952, e caiu a monarquia sem nenhuma gota de sangue. Foi a única, por enquanto, revolução 100% pacífica.

(O Presidente faz soar a campanha.)

Em 1954, sai a ocupação britânica do Egito. Vamos rapidamente agora. Nasser, considerado o homem que construiu uma identidade árabe nos anos 50 e 60, tinha o seu projeto desenvolvimentista, nacionalista.

Em 54, Nasser recebe resposta negativa do Banco Mundial, porque ele queria construir a barragem de Assuan para gerar eletricidade. Foi impedido, obrigado a nacionalizar o canal de Suez e sofreu o primeiro ataque da Inglaterra e da França. E por aí vai a história que não dá tempo de continuar.

Nasser morre em 1971, na cidade do Cairo. Morre Nasser com o seu projeto nacional desenvolvimentista e assume Sadat, que começa a criar uma linha muito diferente da linha de Nasser e começa a sua aliança com os Estados Unidos.

Sadat fica por onze anos, depois sofre um atentado e morre. E Mubarak, que era o vice dele, assume, então, portanto, por trinta anos. E acaba saindo do poder agora, por volta de 25 de janeiro.

Termino por aqui, porque pelo jeito escapou o tempo ou ainda não? Tenho ainda um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Um minuto e trinta e dois.

O SR. MOHAMED HABIB – Essa foi aquela cena que levou à morte de Sadat, em 1981. E o Vice dele, Mubarak, que estava ao lado, assumiu então o poder.

Mubarak ficou no poder de 1981 até 2011. Apenas trinta anos como Presidente da República. Num dos meus artigos, sugeri que seria mais coerente para o Presidente encaminhar uma proposta para o Congresso Nacional, mudando o país de regime republicano para uma monarquia. Aí não teria problema nenhum. Mas república e ficar trinta anos é uma questão bastante complicada.

Desde Ronald Reagan até a Carter, todos os Presidentes norte-americanos até hoje passaram na mão do Mubarak.

O resultado do governo das ditaduras, no caso do Egito, está aqui com o fruto do Mubarak: mais de 40% da população abaixo da linha da pobreza, ou seja, na miséria, maior índice de desemprego, deterioração em todas as políticas públicas, altos índices de corrupção e nepotismo, acúmulo indevido de riquezas, estado de emergência e pressão política, não permitia nem partidos nem sindicatos nem imprensa livre, nada, nada. Isso levou, então, ao levante de 25 de janeiro, na praça central do Cairo. E, graças aos meios de comunicação e às redes sociais, o movimento terminou com o resultado relativamente positivo. Houve tentativas, obviamente, de opressão, mas não foram dramáticas como no caso da Líbia, por exemplo.

Os aliados dos Estados Unidos no Oriente Médio pediram socorro para o ditador do Egito. Obviamente os Estados Unidos não interferiram no processo e deixaram o processo desencadear.

A Arábia Saudita, os Emirados Árabes, Jordânia e Israel tiveram esse papel para tentar ajudar o Mubarak, mas não conseguiram.

O próprio ex-Vice-Presidente Dick Cheney também queria que os Estados Unidos ajudassem o Mubarak.

Essas imagens todos já conhecem. Não preciso prolongar mais, porque acredito que o meu tempo já está esgotado, mas eu me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Doutor Mohamed Habib.

Tenho a impressão, Professor Doutor Habib, que as indagações serão muito em função do que será do Egito a partir de agora, tendo sido ele sempre uma pedra basilar no equilíbrio do Oriente Médio em relação ao Ocidente, quais são as perspectivas, a sua visão de futuro da Líbia, das eleições que se avizinham, segundo o grupo militar que assumiu o governo e assim por diante. Mas isso posteriormente.

Eu tenho a honra de passar a palavra ao Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Muito obrigado, Presidente Collor.

O Sr. Professor Mohamed Habib enfocou já com grande clareza e absoluta precisão o *background* histórico do Egito que nos levou à situação presente. E eu, um pouco como sugeriu o senhor, vou procurar me concentrar no momento presente para avaliar o que se passou e o que pode se passar no Egito e na Líbia, que, entendendo, são os pontos centrais desta audiência.

Creio que o mundo todo se surpreendeu com a velocidade que o fenômeno da chamada revolta das

massas árabes se espalhou pelo Oriente Médio. Foi um pouco semelhante, de certo modo, ao que houve com o colapso da União Soviética, em 1991, no Leste Europeu. Naturalmente, no Leste Europeu havia a força de atração imensa do Ocidente, das economias prósperas e bem sucedidas do Ocidente para as quais muitos habitantes dos países oprimidos do Leste Europeu tinham tentando fugir e isso facilitava, porque era um rumo mais ou menos claro.

No caso a que nós estamos assistindo no Oriente Médio, as generalizações, a meu ver, só podem ser feitas de uma maneira muito preliminar e não vão ao fundo das coisas, não explicam o assunto, porque cada país é um país.

O movimento começou na Tunísia, de forma inesperada, e rapidamente se propagou para o Egito, numa forma que também parecia bastante semelhante. Todos tentaram ver nesse movimento uma espécie de força libertária dos jovens, dos estudantes que se comunicam por *facebook*, por *twitter* e que buscam novos ares, novas possibilidades. Mas acho que isso é apenas uma coisa superficial, porque, no fundo, o que houve no Egito foi um movimento que combinou, naturalmente, a empolgação dos jovens querendo se ver livres de um regime sufocante, um regime, como disse o Professor, que tinha se eternizado no poder, que não se renovava e, o que é pior, que prometia continuar de forma dinástica, porque Mubarak estava encaminhando a sucessão do seu filho, Gamal, goela abaixo até das forças armadas, que, claramente, não queriam essa situação, sobretudo com o pano de fundo da pobreza, da falta de oportunidades, da economia estagnada, do país sem perspectivas que era o Egito, assim como era a Tunísia também, naquele momento. Nesse ponto os dois países são bastante semelhantes, países governados por uma ditadura familiar, de certo modo, extremamente corrupta e agressiva que não podia permitir que se desse qualquer tipo de ventilação ao ambiente político de um modo geral.

Mas creio que no Egito houve um movimento – e eu disse isso na época a alguns amigos meus menos ligados à política externa e mais à economia que se surpreenderam com isso – militar ou pelo menos impulsionado, de certo modo encorajado pelos militares, porque os próprios militares estavam já descontentes com Mubarak, que havia se tornado uma figura da qual se podia prescindir, uma vez que já não vinha dele o poder. Ao contrário, ele era uma ameaça aos interesses constituídos.

Os militares no Egito... E o Professor mostrou como eles assumiram o poder em 1952 e nunca mais deixaram, malgrado várias derrotas em guerras contra Israel. O prestígio do Exército egípcio, que é fundado

no fato de que todos os jovens egípcios servem ao Exército durante vários anos, é uma instituição que se identifica com o povo egípcio. O prestígio do Exército fez com que ele pudesse inspirar um movimento que, de certo modo, favorecia essa mudança um pouco a “la gatopardo”, ou seja, é preciso que tudo mude para que tudo fique como está. Um pouco da ideia do Exército era essa.

O Exército no Egito, depois de ter, durante todo esse período, acumulado um imenso poder político, acumulou também um imenso poder econômico, porque o Egito é um país onde há muitas e importantes empresas estatais que o exército dirige. Militares dirigem essas empresas e têm interesses, têm vantagens, têm privilégios fiscais e uma série de situações às quais eles não estão preparados para renunciar. De maneira que eu acho que o exército sentiu que aquele era o momento de se livrar de Mubarak, embora naturalmente aquilo implicasse também ter que assumir mais diretamente o comando do país e correr o risco de uma transição que ninguém pode ter certeza de onde vai dar. Portanto acho que esse movimento militar é um ingrediente muito importante.

Por outro lado, também na cabeça do exército, e certamente na cabeça do próprio Mubarak naquele momento, havia a ideia de que a irmandade muçulmana estava se tornando uma contestação cada vez mais organizada. Embora a irmandade muçulmana date dos anos 30, se não me engano – não é, professor? –, e tenha sido violentamente reprimida e desbaratada por todos os regimes egípcios, inclusive o de Nasser, eles continuam a ter uma certa identificação popular e continuam, portanto, a ser, como frequentemente ocorre com partidos clandestinos na oposição, um partido particularmente disciplinado e organizado. Ou seja, no momento em que há um vácuo de poder imenso porque o Mubarak não permitia que o exército florescesse em alternativas políticas, a irmandade muçulmana é um risco e os militares certamente estavam conscientes disso quando convocaram eleições para o mês de setembro próximo, muito brevemente, para escolher o futuro presidente do país, o futuro líder.

Hoje o desafio do Exército, eu creio, é criar uma situação em que haja uma transição suficientemente clara para não ser imediatamente denunciada pelos jovens egípcios da Praça Tahrir, como já estão começando a fazer. Eles já estão começando a se manifestar e, aliás, foram reprimidos pelo exército, o que, inclusive, levou à morte de dois ou três dos jovens que estavam protestando porque havia uma delonga nos julgamentos dos crimes do Mubarak.

O fato é que o regime, a junta militar que está no poder atualmente não pode estar evidentemente

tranquila com a situação, porque toda transição desse gênero tem sua fragilidade e seus perigos. Esse é um deles. O outro é levar a uma situação que crie um problema muito grave para os Estados Unidos, que faça com que os Estados Unidos ou pelo menos o Congresso americano ponha em dúvida a ajuda militar de US\$1,5 bilhão que há vários anos dão ao Egito. Certamente as forças armadas não podem aceitar a ideia de que isso possa ser posto em perigo, porque é fundamental para eles.

A terceira coisa, além da irmandade e do problema da suscetibilidade americana, que acho que certamente deve preocupar muito a atual liderança militar no Egito, é a questão de Israel. É claro que o Egito tem todo o interesse em manter com Israel a paz, por mais que ela seja questionada no mundo árabe de um modo geral, mas tem todo o interesse em manter essa estabilidade, tanto que o Egito, inclusive quando houve conflitos em Gaza, sempre fechou a sua fronteira, quer dizer, não alimentou, pela fronteira com Gaza, uma oposição a Israel.

Agora, certamente, no momento, há um fator que pode pôr isso em perigo, que é a presença do Hamas em Gaza. O Hamas é, sabidamente, um movimento que nasceu da própria Irmandade Muçulmana e tem uma postura radical e desafiadora – já estamos assistindo a vários ataques, inclusive com mísseis lançados a partir de Gaza contra cidades e colônias israelenses na zona de fronteira. Isso, é claro, acaba provocando, da parte de Israel, uma retaliação. Por enquanto, ela tem sido limitada, mas se houver uma coisa maior, se houver uma nova situação, como a que quatro anos atrás levou à entrada das forças de defesa de Israel em Gaza, aí a posição do Egito vai ficar extremamente delicada, porque vai ser impossível para o Egito, nas circunstâncias atuais, manter a sua, digamos, boa relação com Israel no momento em que há de novo essa questão com Gaza. Creio que esse é o terceiro pesadelo deles, porque isso, certamente, levaria a uma agitação num momento já de extrema sensibilidade em toda a área, envolvendo todas as populações árabes. Isso geraria uma nova erupção de movimentação popular muito perigosa para os interesses dos que estão lá no Egito.

Creio que, com isso, a questão do Egito pode ser dita como sendo o desejo deles de uma transição tão ordenada quanto possível, mas há que se levar em consideração o tamanho dos desafios, quer dizer, há o desafio da Irmandade Muçulmana nas urnas; o desafio da economia, que não é pequeno – até agora a economia não foi revivida –; o desafio de possíveis novas manifestações contra o regime e o desafio de um quadro com Israel agravado pelo sucesso das provoca-

ções contra Israel no caso de Gaza. São, certamente, situações muito difíceis e que os membros das juntas estão levando em consideração.

Passo agora a falar sobre a Líbia, Presidente.

É claro que, na Líbia, há uma situação diferente. Primeiro, porque é uma população muito menor; segundo, porque é um país que não tem o sentimento de união nacional que tem o Egito – o Egito é um país de milênios de civilização. Até o Pós-Guerra, a Líbia não era sequer um país, a Líbia eram duas regiões: a Sirenaica, a leste, e a Tripoliltânia a oeste. Kadafi, naturalmente, fez daquilo um feudo pessoal, dele. Usa o monopólio da riqueza, usa o monopólio do petróleo, que não é pouco – está sendo explorado desde os anos 50 de maneira importante –, e, por isso, conseguiu armamentos modernos, conseguiu recrutar uma massa de mercenários em países vizinhos da África – Chade e Níger por exemplo – e, portanto, tem uma posição relativamente forte, tanto que vem sendo atacado pela aviação da Otan já há várias semanas e nada indica que esteja por cair. Aliás, aparentemente, é o contrário: a posição dele, pelo menos militarmente, é mais forte do que a posição dos rebeldes entrincheirados em Benghazi, na parte da Sirenaica justamente.

Os rebeldes tiveram êxito no começo, provavelmente pelo efeito surpresa e pela perplexidade que isso criou; tiveram um êxito grande em avançar rumo a Trípoli. Parecia até que iam chegar a Trípoli num certo momento. São pessoas que são um pouco uma colcha de retalhos, um pouco disparatadas em termos políticos, que nem se sabe bem. Os americanos falam inclusive na possibilidade de estarem terroristas da Al-Qaeda presentes, ninguém sabe exatamente quem são, de qualquer modo com uma força militar muito pequena, muito fraca. Por isso eles avançaram até certo ponto. Mas quando Kadafi resolveu ir em frente, eles foram obrigados a recuar, para praticamente até Bengasi. Foi nesse momento que, com o clamor da opinião pública ocidental, os próprios Estados Unidos, que, na verdade, tinham dado todos os sinais de que não iam participar – o Secretário da Defesa tinha dito claramente isso –, acabaram sendo levados, sob o impulso da Secretária de Estado Hillary Clinton, a entrar decisivamente no assunto. Acho que foi sobretudo a pressão da opinião pública ocidental que levou a essa mobilização e, depois, ao ataque.

Creio que essa questão tem sempre o problema de que há aí umas quantas inconsistências no objetivo estratégico, no plano estratégico que vem sendo desenvolvido pelos países ocidentais da Nato.

O primeiro deles é que, claramente, não era apenas uma ação militar. Ninguém pode achar que era apenas uma ação para salvar as pessoas em Bengasi

e tudo. Havia mais do que isso. Havia uma intenção, a meu ver, muito clara para forçar a uma mudança de regime, forçar a queda do Kadafi. Mas isso não foi possível. Ao contrário, o Kadafi tem demonstrado até uma capacidade maior de aumento de sua postura contras os rebeldes, sem dúvida nenhuma, e uma capacidade de resistência aos ataques ocidentais.

Então, a meu ver, na Líbia nós estamos caminhando para uma situação de impasse, porque os países ocidentais, não creio que tenham claramente uma estratégia resolvida. Se a estratégia deles era a de provocar uma mudança de regime, a queda do Kadafi, isso normalmente ou quase nunca pode ser realizado através de simplesmente ataques aéreos. Tem que haver uma entrada de infantaria, terrestre, tudo... Não é possível.

Certamente, não querem chegar a esse ponto. Não querem chegar a esse ponto porque isso seria também objeto de perdas, objeto de vítimas civis muito maiores ainda e, portanto, de uma reação da opinião pública ocidental.

Então, o que creio que está em marcha no momento é, primeiro, um cessar-fogo. O cessar-fogo vem sendo fortemente impulsionado pela União Africana, através do Presidente da África do Sul, e também pela Turquia, que tem desempenhado um papel diplomático cada vez maior na região.

Essa medida já foi aceita pelo Kadafi espertamente, porque o Kadafi sabe que uma medida de cessar-fogo preserva o seu regime. Ele, na verdade, vem falando disso há algum tempo e agora aceitou essas condições. E os rebeldes não aceitam porque aí seria reconhecer a permanência do Kadafi. Eles dizem que só aceitam sem o Kadafi.

Posso estar completamente equivocado, mas creio que o que me parece mais provável é que o interesse dos países ocidentais seja restabelecer um mínimo de normalidade para que seja possível retomar a produção de petróleo e a sua própria exportação, porque, como o mapa mostrado aqui pelo professor indicou, essa zona ali perto de Trípoli é a zona onde está o grosso das instalações de petróleo, os campos aqui pelo interior e a saída adiante, no golfo de Sirta, mais adiante.

Então, para Kadafi, um cessar-fogo seria uma medida importante e interessante, mas já há quem esteja começando a pensar que talvez a melhor fórmula, já que não é possível acabar com Kadafi, seja fazer uma partição da Líbia, voltar ao esquema colonial, esquema pré-1952, quando a independência foi concedida ao Rei Idris, e fazer uma partição onde seja, digamos, a Cirenaica de um lado; quer dizer, Benghazi e os rebeldes organizarem seu governo como puderem, e o

governo Kadafi se manter, talvez não pessoalmente, talvez encontrando uma maneira de fazer uma concessão a um filho dele, não sei.

Não sei se isso será realmente possível, mas creio que já é uma fórmula que pelo menos está na cabeça das pessoas, porque no fundo a Líbia não é importante estrategicamente. Quer dizer, é preciso que se dê conta disso. Diz-se que a Líbia tem muito petróleo, mas a Líbia produz tanto petróleo quanto o Brasil. O fato é que o Brasil não é dos grandes produtores de petróleo; é um produtor significativo, mas não é um produtor de porte. A Líbia exporta o seu petróleo todo, então, o petróleo da Líbia é importante para a Itália, para a França, para os países que estão envolvidos diretamente nessa situação – para a Itália, então, muito: 25% do petróleo da Itália vem da Líbia. E o Kadafi tem investimentos muito poderosos na Itália também, em várias coisas muito importantes.

De maneira que eu creio que há muita gente interessada numa situação dessas, em que haja pelo menos um interlúdio, uma parada na coisa, porque o Ocidente, eu creio que não está com apetite, e os Estados Unidos, então, muito menos. O fato de os Estados Unidos terem decidido sair da força ofensiva, tirar seus aviões, semana passada, da força ofensiva que vem bombardeando a Líbia, é claramente indicativo disso. Quer dizer, os Estados Unidos não têm possibilidade de entrar a fundo numa terceira guerra simultânea contra um país árabe, e não têm também interesse nenhum em fazer o que chamam de *nation building*, quer dizer, de ocupar o país depois de o país arrasado, para tentar reconstruir o país, refazer as bases políticas e econômicas do país. Eu acho que isso, para os Estados Unidos, é uma situação muito complicada. E os europeus, não creio que tenham força para isso. Talvez até gostassem que os Estados Unidos fizessem esse papel, mas como eles não fazem, eles estão esperando uma situação um pouco do gênero cessar-fogo em primeiro lugar, e depois evoluir para ver como caminha a coisa.

Essa é a minha impressão. Acho que a Líbia é um conflito que não pode durar muito tempo. Ali, na verdade, em todo o mundo árabe, em todo o Oriente Médio, o que realmente conta, na Península Arábica, é a situação da Arábia Saudita, é a situação do Bahrein, do Iêmen, porque ali é que estão os interesses principais. A Líbia é um *show* secundário, para os Estados Unidos, então, eles praticamente não têm comércio com a Líbia, não têm interesse maior na Líbia. Creio, portanto, que eles não têm essa sensibilidade, não têm desejo de que isso se prolongue demais, de modo geral.

Creio que o caminho, no momento, é esse. Não sei se o professor compartilha dessa minha impressão, mas acho que ninguém quer brigar demais contra o Kadafi não, além do ponto em que já foi.

Eu ficaria por aqui, Sr. Presidente, em termos de tempo. Ainda restaria um pouquinho, mas eu ficaria por aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Luiz Felipe Lam-preia.

Passo a palavra agora ao Professor Samuel Feldberg.

O SR. SAMUEL FELDBERG – Muito boa tarde, Presidente, colegas, Embaixador, senhores e senhoras presentes. Quero, primeiro, parabenizar o Presidente pela iniciativa.

É fundamental para nós, que estamos tão longe desses cenários e desses eventos, apesar da cobertura da mídia ter sido intensa, haver oportunidade de discutir esses temas com um pouco mais de profundidade.

O Professor Habib fez um excelente levantamento histórico e o Embaixador já teceu uma série de comentários a respeito dos principais focos dessas revoltas no mundo árabe. Vou aproveitar o gancho do Embaixador em relação a outros cenários que já fazem parte dos eventos das últimas semanas e tentar incluir nas preocupações que temos em relação a países como Egito e a Líbia outros países dos Oriente Médio que, certamente, estão sofrendo os impactos desse processo e vão ter desfechos provavelmente diferentes dos que já vimos até agora e que têm importância relativa, certamente muito maior do da Líbia, qualquer que seja o desfecho que possa ocorrer neste país.

Então, como o Embaixador mencionou muito bem, a Líbia é um país relativamente insignificante do ponto de vista de sua capacidade econômica. Produz menos petróleo que o Brasil e exporta o petróleo basicamente para a Europa. A dependência européia do petróleo líbio poderia ter sido sentida de forma significativa num primeiro momento, quando se interrompem as exportações pelo fato de haver um conflito na região, e refletiu, imediatamente, no aumento dos preços do petróleo. Mas a Arábia Saudita, que não está muito distante, tem capacidade extra de produção e quase que imediatamente introduziu dois barris de petróleo por dia no circuito de fornecimento internacional, o que, de certa forma, acalmou os mercados e evitou um choque nos preços de petróleo nos moldes do que já aconteceu em conflitos anteriores.

Então, nesse sentido, realmente a Líbia tem relativamente pouca importância, os cenários que o embaixador apresentou são, certamente, factíveis, o

grande problema que um governo diminuído do Kadafi enfrentaria seria o fato de a maior parte das reservas de petróleo estarem justamente no entorno de Benghazi e, portanto, um governo de Kadafi remanescente, sem o controle da área oriental, ficaria despojado dos seus recursos petrolíferos, enquanto que as suas reservas internacionais, obviamente, estão todas congeladas e não acessíveis.

Então, acho que seria difícil para um governo remanescente do Kadafi aceitar condições que diminuam significativamente a sua capacidade de se manter no poder.

Por outro lado, um outro complicador para uma divisão da Líbia seria o fato de a parte central e sul da Líbia ser uma região desértica, sem recursos, habitada por tribos nômades que nunca estiveram realmente sob o controle de nenhum governo. Aí surgem as preocupações com áreas que podem tender a se transformar no equivalente a um estado falido, nos moldes do que acontece hoje na Somália, nos moldes do que se teme possa acontecer no Iêmen.

Então, temos além da questão nacional da Líbia, da solução do problema da divisão entre o grupo em torno do governo e um grupo rebelde, também o controle de áreas que podem ser tornar muito mais problemáticas no futuro.

Do ponto de vista da intervenção das Nações Unidas, acho que temos de atentar para alguns elementos que são fundamentais, especialmente se pensarmos no que pode acontecer no futuro, e como o Brasil tem que se preocupar com o seu comportamento nas Nações Unidas, junto às comissões que tratam dessas questões que se tornaram tão críticas nos últimos meses.

A intervenção chamada de humanitária na Líbia foi realizada, primeiro, quase que à revelia dos Estados Unidos. A França tomou a iniciativa, em parte, certamente, por interesses eleitorais do Presidente Sarkozy, e os Estados Unidos foram obrigados a acompanhar a decisão francesa. Os aviões franceses praticamente já estavam no espaço aéreo líbio quando os americanos decidiram que iriam apoiar a decisão. E o fato de os Estados Unidos terem se retirado do comando e praticamente já não participarem das missões é mais um sintoma de como eles foram relutantes nesse processo, apesar de a intervenção ser, como tenho chamado, uma intervenção sem custo.

Então, por que a intervenção na Líbia? Certamente porque era necessário fazer alguma coisa para se evitar um massacre na região de Benghazi. Por outro lado, a decisão é relativamente simples de ser tomada, porque não existe custo nenhum. Os mísseis são lançados de navios que estão a uma distância razoável, não estão vulneráveis às Forças Armadas

de Kadafi. A tecnologia que foi empregada pela Força Aérea da Otan permitiu destruir as baterias antiaéreas dos líbios, evitando, também, uma ameaça aos aviões que criavam essa zona de exclusão aérea, tanto que o único avião que caiu foi um americano, provavelmente por falhas técnicas.

Então, temos uma situação em que pode ser apresentado um cenário de defesa da população civil sem custo nenhum que não seja o financeiro, mas também sem efetividade, porque o que temos visto ao longo das últimas semanas é uma falta de capacidade dessa ação baseada na zona de exclusão aérea de defender a população civil. Temos visto civis sendo mortos praticamente todos os dias, alguns deles até por ataques da própria Força da Otan, e a lição que leva a esse tipo de decisão está no histórico das intervenções realizadas pelas Nações Unidas.

Então, os formuladores das políticas externas dos países desenvolvidos têm em seu histórico a intervenção americana em Mogadishu, no começo da década de 90; mais tarde, a intervenção da ONU em Ruanda, que não se envolveu com os grupos de hutus que massacraram os tutsis; a intervenção ou suposta intervenção da ONU no episódio do desmembramento da ex-Iugoslávia, quando os mulçumanos, em Srebrenica, foram massacrados praticamente na presença dos capacetes azuis da ONU.

Então, temos uma série de eventos históricos que se refletem quando essas decisões são tomadas. E uma das razões para criar uma zona de exclusão aérea é exatamente evitar que as Forças da ONU tenham que se engajar em combates para os quais os países que teriam obrigação de fornecer as tropas não estão dispostos a fornecer tropas em número e poderio suficiente para fazer frente a tropas como as de Kadafi.

Se por um lado, obviamente, a decisão é correta se não há o desejo e a motivação para o engajamento, por outro, a crítica ao conceito da intervenção humanitária é que a intervenção não é efetiva e, se realmente houvesse interesse e a percepção da necessidade de proteger a vida dos civis, a intervenção teria que ser completamente diferente.

Obviamente, estamos vendo em outros países do mundo árabe, da Península Arábica, do Oriente Médio, em geral, outras potenciais necessidades de intervenção. Quando digo que na Líbia a intervenção foi realizada porque ela praticamente não tem custo, a comparação é feita justamente com países que são importantes no cenário internacional. Se houver uma ação equivalente a ocorrida na Líbia, na Arábia Saudita, com a repressão dos rebeldes que, nesse caso, são xiitas frente a uma monarquia sunita, nem a Otan,

nem os Estados Unidos vão poder se dar ao luxo de enfrentar os seus aliados de tantos anos, tão importantes para estabilização do fornecimento e dos preços de petróleo para o mundo industrial, para defender, eventualmente, os direitos humanos de uma minoria que se rebela. No Bahrein, temos um exemplo mais dramático. A rebelião já ocorreu e já ocorreu a repressão, inclusive por tropas sauditas, que são identificadas com a casa real de Bahrein, que é uma minoria sunita que governa uma maioria xiita no país.

Então, nós temos uma série de exemplos que diferenciam as características de cada um desses países que vêm passando por revoluções populares, algumas delas são diferenças relacionadas com as características étnicas da população e dos grupos que estão no poder; outras, como no caso do Egito, o fato de ter havido uma rebelião popular que se disseminou pela população urbana – temos que nos lembrar que uma boa parte da população é rural e praticamente não teve envolvimento com esses movimentos, mas essa população urbana tem demandas muito específicas, entre elas uma flexibilização do regime, um aumento da capacidade de representação, foi atendida pela retirada do Mubarak. Uma aluna, na época mais conturbada no Egito, me perguntou: – Mas, então, eles tiraram a máscara e o corpo continua lá? Eles tiraram a cabeça e o corpo continua lá? Eu respondi: – Não, eles tiraram a máscara e o corpo continua com a cabeça, porque o exército continua controlando o país. Quanto vai haver de efetiva flexibilização, quanto um grupo bem estruturado e bem articulado como a irmandade muçulmana, que, apesar do que foi mencionado aqui em relação à repressão ao longo dos últimos 90 anos, sempre teve algum tipo de influência, inclusive a maior parte dos grupos terroristas islâmicos que atuam ao redor do mundo de alguma forma teve sua origem na irmandade muçulmana, que certamente diminuiu a intensidade das suas reivindicações no Egito, mas se mantém preparada para participar de futuras eleições, e sem dúvida nenhuma, se as eleições realmente ocorrerem em setembro, é o grupo que tem a maior capacidade de articulação. E a pergunta é: Que demandas, eventualmente numa participação no governo, um grupo como esse vai fazer em relação às políticas que o Egito vem praticando ao longo de tantas décadas?

Um outro país muito importante nesse cenário é a Síria, que faz praticamente a ponte entre todos os grandes potenciais conflitos na região, é um aliado do Irã, faz a ponte em relação ao apoio e fornecimento de armas para o Hezzbollah no sul do Líbano, é o país que consegue determinar o que acontece no Líbano em termos da capacidade do Líbano de se firmar como estado independente, obviamente tem uma

questão pendente com Israel no que se refere tanto aos territórios ocupados das Colinas de Golan, que em várias etapas passou por processos de negociação, que ao final não levaram a nada, e a briga a liderança de pelo menos um grupo terrorista, que é o Hamas, que está estabelecido na Faixa de Gaza, cuja liderança externa está em Damasco, abertamente apoiado pelo governo sírio.

A Síria tem, do ponto de vista da sua fragilidade em termos de governo, características semelhantes ao Bahrein, uma minoria alauita, que é um dos segmentos do Islã, governando uma maioria sunita praticamente desde a década de 1960 e, certamente, um governo muito instável, mantido a custo do controle do exército sobre o país.

O surpreendente em todos esses eventos, por um lado, é o fato de que a lição não é aprendida linearmente. Então, nós tivemos muito pouca violência na Tunísia e no Egito e crescente violência na Líbia, no Bahrein; um potencial perigoso na Arábia Saudita e, na Síria, os dirigentes certamente aprenderam a lição daquilo que o Kadafi vem fazendo. A capacidade do Governo sírio de reprimir as manifestações tem sido expressada por meio da violência, e a população síria ou aqueles elementos que se engajam nas manifestações por maiores liberdades certamente têm na memória o massacre que aconteceu na cidade de Hama, em 1982, onde até hoje se estima que entre 17 mil e 40 mil sírios tenham sido mortos. O evento foi tão violento e tão controlado que até hoje não se sabe quanta gente morreu.

Por último, que queria só lembrar que um dos grandes dilemas de todo esse processo é que tudo aquilo que estava no centro das atenções, até as manifestações na Tunísia e no Egito começarem a ocorrer, de certa forma, desapareceu do cenário. Quem lembra hoje onde é o Iran ou o que o Iran está fazendo? Quem lembra o que acontece nas relações entre Israel e os palestinos?

O embaixador manifestou muito bem que aquilo é um barril de pólvora. O atentado em Jerusalém, há alguns dias, uma semana, dez dias atrás, certamente é um instrumento utilizado por elementos palestinos para lembrar que a questão palestina ainda está viva e que eles gostariam que ela não fosse esquecida.

Nos últimos dias, o Hamas tem lançado barragens de foguetes contra o território israelense. Atacou com um míssil um ônibus escolar que passava próximo da fronteira, o que leva certamente a um potencial de escalada em que é muito difícil determinar onde vai acontecer.

Não só uma retomada de conflitos de grandes proporções entre Israel e esses grupos que atacam

suas fronteiras poderia levar a uma mudança na postura do Egito, mas também teríamos que nos perguntar, se houvesse uma retomada desse tipo de conflitos, qual seria a reação ou a tomada de atitude por parte do Conselho de Segurança ou pela Assembleia das Nações Unidas em relação ao conceito de zona de exclusão aérea.

Então a Liga Árabe, semana passada, já mencionou que, em face dos ataques israelenses contra o Hamas, na Faixa de Gaza, para revidar ou tentar evitar a continuidade de lançamento de foguetes contra o território israelense, as Nações Unidas deveriam criar uma zona de exclusão aérea na região também. Obviamente isso não vai acontecer, porque os Estados Unidos vão vetar qualquer decisão desse tipo.

Mas nós temos um novo modelo que tem que ser levado em conta, que tem que ser considerado, mesmo com o que eu apresentei aqui como uma visão de que são falhas significativas quando se fala da proteção da população civil, o que não é, obviamente no caso do Hamas, em Gaza, um paralelo comparável, já que estamos falando de operações de terroristas contra um Estado soberano, membro da ONU, que utilizam civis como escudos humanos.

Para o resto do mundo, qual é a importância de tudo isso que está acontecendo?

Nós temos que antever situações semelhantes em outras regiões. Tivemos episódios na América Latina que estavam diretamente relacionados a protestos e manifestações populares contra governos que foram em algum momento substituídos aqui através de processos eleitorais.

Temos no restante da África inúmeros exemplos que normalmente não recebem atenção nem dos órgãos que deveriam se envolver com essas questões, muitos menos dos países que não têm nenhum interesse vital envolvido nesses territórios. Nós estamos vendo na Costa do Marfim, que não é um país importante do ponto de vista de fornecimento de energia, que não é um país importante do ponto de vista de seu posicionamento estratégico, que a única forma que houve de retirar o Presidente que não aceitou o resultado das eleições foi a intervenção direta de tropas francesas.

De novo, uma lição, um exemplo de que o poderio das Nações Unidas que deve atender aquilo que está na carta das Nações Unidas em relação tanto à questão da soberania nacional quanto os direitos humanos, um conceito adaptado à carta nos últimos anos, exige força de intervenção que tenha capacidade de fazer valer essas posições. O fracasso da Liga das Nações estava diretamente ligado à incapacidade de implementar suas decisões; o fracasso da atuação

das Nações Unidas durante o período da guerra fria estava diretamente ligado ao congelamento do conselho de segurança por causa da capacidade de veto de todas as potências envolvidas. A grande pergunta que temos que nos fazer aqui, como brasileiros interessados num aumento da participação brasileira nas Nações Unidas e num eventual assento permanente do Brasil no conselho de segurança é o que esse conselho de segurança pode fazer e deve fazer. Essa deve ser a nossa postura balizada naqueles valores que promovemos.

Vi com muito orgulho o posicionamento do Brasil quando foi feita a proposta para enviar um inspetor da comissão de direitos humanos para o Iran, porque mostrou, de certa forma, que estamos também colocando os nossos valores morais, pelo menos em paralelo àquilo que é visto como interesses estratégicos, interesses comerciais, que certamente nós temos com países como o Iran. Talvez noutra oportunidade nós devamos pensar também na questão da proliferação nuclear, os nossos interesses do ponto de vista de um país que ratificou o tratado de não proliferação e desenvolve energia nuclear para fins pacíficos, como devemos encarar os perigos que o mundo nos apresenta também nessa questão, especialmente em face ao que vem acontecendo no Japão, e que, da mesma forma como na Líbia, ninguém sabe como vai terminar. Vou ficar por aqui e dar oportunidade a perguntas e respostas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado ao professor Samuel Feldberg.

Passo a palavra ao Professor Pio Penna Filho.

O SR. PIO PENNA FILHO – Boa noite a todos, boa noite, Sr. Presidente, colegas, embaixador. Vou fazer minha exposição e como tive o privilégio de ter sido o último, várias considerações que eu havia anotado já foram tratadas, mas posso explorar alguns pontos enfatizados pelos meus colegas, pelos expositores de uma forma diferente. Até algumas divergências, eu gostaria de expressar, outro ponto de vista, outra perspectiva sobre a questão.

Eu estruturei minha exposição grosso modo em duas linhas: primeiro, algumas considerações mais gerais sobre os dois países em foco Egito e Líbia, depois as implicações desses acontecimentos, as respostas aos acontecimentos tanto no seu aspecto mais regional, quanto mais global; e aí sim vou colocar ao final o que eu considero ser algumas implicações importantes para o Brasil no exercício de prospecção.

Em primeiro lugar, nós temos uma situação muito interessante no norte da África. Vi ali, no começo dos acontecimentos, logo no início, quando explodiu a rebelião na Tunísia, certa euforia, entusiasmo do mun-

do ocidental pelo que estava acontecendo no norte da África. Pelo efeito em cascata. Parecia que aquele fenômeno inicial contagiaria toda a região e transbordaria para o oriente próximo contaminando de certa forma o mundo árabe numa perspectiva mais ampla. Como não poderia deixar de ser, alguns analistas mais apressados viram ali uma inspiração ocidental. Deu-se o nome da revolução de Yasmin para a revolução, como se o mundo árabe, o mundo mulçumano estivesse se convergindo para os valores tradicionais, liberais e democráticos do mundo ocidental. Eu acho que houve uma certa pressa nessas análises, incorreu-se num erro muito comum da generalização, como foi já aqui anotado e observado um pouco antes. É muito difícil, muito problemático e perigoso generalizarmos uma análise para uma região tão múltipla, tão diversa como é esta região do norte da África, em termos mais amplo sobre o mundo árabe.

Então nós temos, efetivamente, alguns elementos em comum que nos possibilitam uma análise mais geral sobre os acontecimentos, os anseios. Por exemplo: elenco alguns aspectos que são muito comuns aos países em questão, todos do norte da África e também do oriente próximo. Geralmente há uma falta de democracia, há uma participação política da sociedade restrita, ou seja, um grau muito pequeno de participação política; as tensões sociais inerentes à sociedade não conseguem se expressar por meio de reivindicações políticas. Esses países, não todos, mas boa parte deles, despertam um interesse mundial por conta dos seus recursos energéticos ou, então, pela idéia religiosa do islamismo é também muito superficialmente compreendida pelo ocidente, haja vista que se generaliza como fundamentalismo islâmico. Há uma visão míope nessa perspectiva sobre essa grande região, esse grande mundo.

Mas um outro fenômeno também muito comum a todos eles, e aqui eu chamo a atenção especial, que é uma dificuldade grande de inclusão social, de acesso a uma participação mais ativa na sociedade, isso agravado por um quadro demográfico complexo, a uma população jovem muito grande, que não vê perspectiva de inclusão social, sobretudo em um mundo em que o consumismo vigora. Então, esses elementos inerentes a esses países, essa questão, na minha opinião – como alguns autores dizem –, como uma certa bomba demográfica, ela também potencializou, e há de potencializar ainda mais – os anseios, as manifestações de setores importantes das sociedades desse mundo.

Quando nós associamos, quando nós analisamos esses fatores em comum que acabei de elencar, por exemplo, a falta de democracia, a falta de possibilidade, de participação política, ou seja, de uma mínima

possibilidade de definir o futuro, de uma perspectiva em comum que leve à inclusão, nós temos, assim um quadro que potencializa de desânimo geral. Então, na minha opinião, é aí que entra esse momento histórico, específico da explosão da insatisfação. Isso não foi um caso que aconteceu apenas e exclusivamente agora no mundo em parte do mundo árabe. Mas, em outros momentos da história nós também já havíamos visto em determinadas circunstâncias a manifestações que começam, ninguém sabe exatamente como, e também ninguém sabe como irão terminar. Mas é um momento, digamos assim, em que a história acontece um tanto mais espontânea do que aquela visão acabada que nós temos quando olhamos pelo retrovisor.

Então, essas características mostram, apontam, sinalizam para alguns elementos em comum.

Por outro lado, como eu estava dizendo um pouco antes da minha exposição, cada caso é um caso. Nós não podemos de forma alguma generalizar. Os expositores anteriores já destacaram, por exemplo, para nos atermos aos dois casos aqui focados, o Egito e a Líbia, são realidades distintas.

O Egito tem, de fato, uma perspectiva nacional muito forte, um Estado estruturado. O processo de contestação foi diferente do processo no caso da Líbia.

O regime político egípcio, por exemplo, soube muito bem, ao longo das últimas décadas, inserir-se de forma positiva no âmbito das relações internacionais. A aproximação com Israel, digamos que regularizou a inserção internacional do Egito e manteve o regime egípcio, apesar de ditatorial, em sintonia com as principais potências ocidentais, jogando um papel político importante na região.

Por outro lado – vejam que interessante –, ao contrapor o Egito e a Líbia, verificamos o seguinte: a Líbia tem um histórico bem distinto do Egito. É um país assentado em bases tribais, sem um conteúdo de identidade nacional que remeta a um passado em comum, a não ser em bases muito distintas dessa perspectiva do Estado nacional. O regime foi erigido em torno de uma ditadura pessoal que criou um regime político próprio, na maior parte do tempo contestador não só dos Estados Unidos, mas também da perspectiva da grande política ocidental. Então, são dois modelos de Estado, duas formas distintas que se estruturam ao longo do tempo.

E passamos a indagar sobre o que levou essas duas sociedades a se movimentarem. E vejam que faz muito sentido, na minha opinião, quando analisamos a insatisfação popular, ambos querendo retirar governos quase autocráticos, ditaduras que limitavam, que restringiam enormemente as possibilidades de um fu-

turo, de pensar um futuro. Por outro lado, as respostas também foram muito diferentes.

Então, eu não vejo muito, no caso do Egito, que os militares tenham tido um papel tão relevante assim, digamos, como enfatizado pelo embaixador, no processo de substituição do Mubarak. Eu acho que o Exército ficou mais acompanhando o que estava acontecendo, com grande cautela e com grande sabedoria política. Mas ele tem fôlego limitado nesse contexto específico, porque é muito difícil pensarmos no prolongamento de uma estrutura em que os militares vão governar o Egito, como está acontecendo atualmente. Já há a irmandade muçulmana também, que é outro exemplo fantástico na história do Egito, que data da década de 20, portanto, tem todo um acumulado histórico, uma experiência política impressionante de também se adaptar e de se relacionar com o regime ditatorial, em que a oposição era severamente perseguida – e aí os dois casos convergem, tanto a Líbia quanto o Egito –, mas ela consegue sobreviver, apesar, claro, das suas adaptações e das suas transformações.

Vejam que é tão interessante que, nesses episódios que desencadearam as manifestações no Egito, a irmandade ficou de fora. O que foi revelado é que a grande insatisfação, a grande onda veio das ruas. Tinham uma autonomia enorme. Ninguém controlava aquelas manifestações. E a irmandade muçulmana é uma candidata a inserir-se agora na política egípcia, mas relativizando seu conteúdo religioso, que é outro aspecto interessante.

No caso da Líbia, as manifestações já tiveram um caráter um tanto mais violento, mais separatista do que o que aconteceu no Egito. E a reação também do governo líbio foi bastante diferente do resultado do Egito, da resposta que o governo deu no caso egípcio. Mas vejam que, no caso da Líbia, é um Estado muito diferente do Egito. Em cerca de 75% dos empregos, talvez um pouco mais, o patrão é o Estado. Há uma dependência profunda do Estado em relação ao petróleo: 95% a 98% dos recursos do Estado são provenientes das exportações de petróleo e de gás. Além disso, o Estado detinha uma participação brutal na economia. Interessante que apesar de o Kadafi ter tentado executar reformas econômicas que mudasse um pouco essa estrutura, promovendo um programa de privatização de abertura para o capital internacional da exploração de atividades na Líbia, o sucesso foi muito fraco, muito relativo. O fato de o Estado deter grande parte da renda nacional e distribuí-lo de acordo com os interesses deste estado governado por um ditador também tem conseqüências e, no caso Líbio, entre o elemento tribal. Geralmente esses conflitos africanos

envolvem questões étnicas. No Egito nós temos a questão um pouco distinta.

Vou avançar porque quero chamar a atenção para outros aspectos que me parece foram pouco explorados até agora. Refiro-me ao intervencionismo.

Na minha opinião estamos assistindo a um recrudescimento de políticas intervencionistas sob o manto do humanitarismo. Constituiu-se uma desculpa perfeita para o exercício de políticas de força que até então vinham sendo contidas. Eram expressão máxima das posições norte-americanas e agora isso está transbordando para alguns países europeus que estão começando com mais desenvoltura a exercer o seu intervencionismo, coisa que até há pouco tempo tinham certa dificuldade em admitir. Talvez pelo passado colonialista. Temos por exemplo a questão do intervencionismo francês que foi destacado, aqui, que tem sido muito criticado pelos africanos, que nós damos pouca importância. Não só os líderes africanos têm questionando muito essas intervenções levadas a efeito pela França. E o interessante é que a crítica maior recai no fato de que esses países estão conseguindo legitimar essa política intervencionista por meio das Nações Unidas. Mas fica muito claro que nós estamos vivendo um mundo um pouco diferente. Nós conseguimos imaginar como se dão as intervenções, mas nunca como elas acabam. Vejam o caso dessa zona de exclusão aérea da Líbia. O mesmo argumento foi usado no Iraque. A zona de exclusão aérea do Iraque durou 12 anos até a intervenção direta dos Estados Unidos e o remodelamento, ou seja, a manobra de engenharia política para criar o Estado que interessasse ao ocidente no Iraque. Temos novamente uma zona de exclusão sendo implementada, os países ficaram um tanto perdido. A Costa do Marfim também foi referida com relação ao tempo que durou para que a intervenção fosse feita. Os países ocidentais esperaram os contestadores, os chamados rebeldes do presidente, considerado vitorioso nas eleições, chegarem às portas do palácio presidencial para promover uma intervenção. Milhares de pessoas morreram na Costa do Marfim até que as intervenções tivessem lugar. E em nome das Nações Unidas, não foram as tropas francesas que têm um histórico intervencionista na África, que é extremamente complicado. Basta lembrar, aqui, o processo de intervenção da França no genocídio em Ruanda, em 94. A quem os franceses apoiaram naquele lamentável episódio de 94. Os franceses não estavam praticando nenhuma política humanitária, estavam praticando uma política em nome de seus próprios interesses e ao lado dos futuros perpetuadores do genocídio.

Então estamos assistindo uma situação que considero um tanto perigosa, problemática e que nós de-

veríamos dar mais atenção: a retomada de políticas de força, políticas intervencionistas com que lá na frente vamos ter que nos defrontar. Não sei até que ponto se trata apenas de um caso episódico ou se estamos assistindo um novo momento nessa política intervencionista.

Como o meu tempo está curto, eu gostaria ainda de fazer algumas considerações mais gerais. Dentre elas, eu destaco que o que está acontecendo no Norte da África e no Oriente Médio, em geral, nos mostra uma instabilidade crônica nessa região. Não se trata apenas, agora, de um episódio isolado no Norte da África, ou que tenha chegado ao Norte da África. Isso indica, também, que o petróleo é, e continuará sendo um importante fator a ser considerado quando pensamos essa região no âmbito das relações internacionais. Isso quer dizer que os recursos energéticos ainda predominam, na minha opinião, inclusive, sobre questões religiosas, políticas, na região. Mas nós estamos também assistindo a um fenômeno interessante já de alguns anos, um movimento de deslocamento efetivo dos interesses dos grandes países que demandam petróleo do Oriente Médio para outras regiões. E aí que chamo a atenção para uma perspectiva de longo prazo para o Brasil.

Há, na minha opinião, um deslocamento para a zona do Atlântico Sul dos interesses dos vários países que estão gradativamente deixando o Oriente próximo ou se não deixando, mantendo os seus interesses lá, mas focando em outras regiões. Veja o caso da China, no Golfo da Guiné e no Brasil, na criação de uma infraestrutura que favoreça a exploração e exportação de petróleo.

Veja o caso dos Estados Unidos que já têm uma orientação política de transferir para o Golfo da Guiné também o quanto dependem do petróleo importado do Oriente próximo. A Índia tem um planejamento próprio para os países da região da África Ocidental e, nas perspectivas que nós temos, em alguns anos a Índia será o segundo maior país que demanda petróleo como fonte energética.

Então, nós temos, de fato, que estar atentos, pois a longo prazo alguns desses interesses convergirão para o espaço do Atlântico Sul. Acho que esses são desafios importantes para que pensemos um pouco mais em uma perspectiva de médio a longo prazo dos interesses brasileiros da política internacional. Acho que os impactos aqui no Brasil, em uma perspectiva mais imediata são muito restritos, porque os interesses brasileiros na região do Oriente próximo e no Norte da África são interesses muito limitados. Nós temos uma dependência muito baixa daquela região, seja como mercado para os nossos produtos, seja como áreas

fornecedoras de energia para o Brasil. Em outros momentos já foi mais importante, não agora. Então, isso nos faz achar que se trata de uma realidade que não tem nada a ver conosco, mas quando pensamos em termos de política internacional, acho que, a longo prazo, nós podemos extrair lições, sobretudo da forma de agir das grandes potências que acabam impondo um ritmo específico para essas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Professor Dr. Pio Penna Filho pela sua exposição e começaremos agora, pela lista de inscrição, a passar a palavra para os Srs. Senadores inscritos.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy.

Senador, são três minutos para a pergunta, três minutos para a resposta do expositor, dois minutos para a réplica e dois minutos para a tréplica.

V. Ex^a poderá fazer perguntas espaçadas para cada um dos expositores. A primeira pergunta, eu demandaria a V. Ex^a dizer a quem seria dirigida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se me permite, Presidente, farei considerações e perguntas para os quatro expositores, todos de excepcional qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E não me incomodaria se a Senadora Ana Amélia fizesse em seguida, para que todos possam depois responder às questões.

Primeiro, quero cumprimentar o Presidente pela iniciativa tão positiva e a cada um dos quatro expositores, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, o Professor Mohamed Habib, o Professor Samuel Feldberg e o Professor Christian Lohbauer, porque muito pudemos aprender. Infelizmente, o voo em que eu vim atrasou, o movimento em São Paulo hoje foi extraordinário e V. Ex^a sabe que a razão principal foi relacionada à minha pergunta, pois eu gostaria muito de perguntar sobre um tema que foi objeto do diálogo da Presidenta Dilma Rousseff com o Bono do U2.

O movimento extraordinário nos aeroportos de São Paulo hoje deve-se ao fato de 90 mil pessoas no sábado e 90 mil pessoas no domingo foram assistir a esse conjunto e muito daquilo que eles colocam nas suas canções tem muito a ver com o desejo de paz no mundo, com o desejo de se erradicar a pobreza. E, dentre os temas que justamente eles dialogaram com a Presidenta, e eu tive a oportunidade, logo antes do show, de dialogar com o Bono, assim como com o diretor principal, Oliver Buston, que é um dos organi-

zadores do evento e das preocupações do Bono e do conjunto, para que possa haver, da parte de todos os países e governos, uma ação urgente para que tenhamos maior transparência sobre a maneira como, de um lado, as empresas, como as empresas de mineração, as petrolíferas e tudo, exploram seus recursos e quanto destinam a cada país onde elas estão investindo, assim como que haja transparência na maneira como cada país utiliza os recursos para benefício de suas respectivas populações.

Então, quando os senhores mencionaram há pouco que um dos principais problemas desses países no mundo árabe muitas vezes tem sido a forma como governos ditatoriais nem sempre administram os recursos e muitas vezes até de extraordinárias riquezas advindas da exploração, seja do petróleo, seja no Egito também, do extraordinário movimento e da riqueza do turismo, que resulta do interesse tão grande de pessoas do mundo inteiro de visitar o Egito, mas também os demais países, isso tem muito a ver com a possível solução e promoção de paz. Então uma das questões que eu tenho é justamente para que possamos ajudar esses países, estimulando-os a ter maior transparência e a garantia de que os recursos utilizados na exploração do petróleo e dos recursos naturais de toda natureza sejam muito positivos para o próprio desenvolvimento econômico desses países. A campanha por transparências envolve, inclusive, o estímulo para que todas as empresas que tenham ações nas respectivas bolsas de cada país possam também dar transparência total ao que é feito dos recursos, sendo boa para a população a utilização dos recursos e, sobretudo, para a promoção de igualdade, redução da pobreza e maior justiça.

Se me permite, Presidente Fernando Collor, eu me inscrevo para uma segunda rodada, depois da Senadora Ana Amélia, ou então V. Ex^a me dê mais dois minutos para eu completar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – *Noblesse oblige* passar a palavra a nossa Senadora Ana Amélia. Em seguida, voltarei a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por dois ou três minutos. Daí ficarei contente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Fernando Collor, eu vou economizar para que o Senador Suplicy tenha mais tempo para fazer os seus questionamentos e talvez prevaleça o vezo jornalístico.

As exposições feitas são realidades completamente distintas, mesmo que não se tenha chegado até a questão da Arábia Saudita, que ainda é uma

incógnita. O Egito tem 80 milhões e a Arábia Saudita 28 milhões de habitantes. A Tunísia tem 10 milhões de habitantes e a Líbia, seis milhões de habitantes. Praticamente a situação social e a tensão social são idênticas nesses países.

O que se viu no Egito, pela mobilização da sociedade civil nessa região, é exatamente uma pressão popular. Então, eu perguntaria ao Professor Samuel, ao Professor Habib e ao Professor Penna Filho se a sociedade civil dessa região terá condições políticas de consolidar alguma mudança expressiva no sistema, incluindo aí a Arábia Saudita, que tem um regime monárquico diferenciado. Se isso é possível. Esta é primeira pergunta aos três.

E ao Professor, nosso Chanceler Lampreia, eu perguntaria se a diplomacia brasileira, nesse processo da “primavera árabe”, assim chamada pelos correspondentes internacionais, está agindo adequadamente como o momento exige pelas próprias relações que tem o Brasil, não só na dependência energética, mas também pelas próprias relações comerciais, diplomáticas e políticas com essa região.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há cerca de três semanas, o Presidente Lula foi homenageado no Clube Monte Líbano pela comunidade árabe e um dos oradores daquela noite, falando de forma muito relevante e bonita, o Professor Mohamed Habib, se dirigiu ao Presidente Lula.

No comentário, o Presidente Lula observou que ele gostaria que pudesse... Primeiro elogiou a posição do Governo brasileiro quando avaliou que seria o caso de se abster no que diz respeito ao que aconteceu na Líbia. Isso faz três ou quatro semanas, mas achou que deveria haver um maior empenho para que, quem sabe, os representantes da ONU e outros pudessem mediar melhor do que a utilização de armas.

Logo veio à mente a possibilidade que alguns têm por vezes expressado de que pudesse o Presidente Lula ser uma das pessoas a contribuir para a mediação entre as partes em conflito. Fico imaginando pessoas que pudessem ter, pela sua estatura, experiência e respeito em todo o mundo árabe e africano, no Oriente Médio, pessoas, quem sabe, se bem de saúde estivessem, ou estejam, como o Presidente Nelson Mandela ou outra pessoa que certamente contribuiria muito, o Prêmio Nobel da Paz Bispo Desmond Tutu.

Uma pergunta é se avaliam que algumas figuras como essas pudessem contribuir significativamente para a ação de mediação.

E, finalmente, quero transmitir que, há cerca de um mês, fui convidado pelo Embaixador do Iraque no Brasil para almoçar com os dois principais assessores do Presidente do Iraque, juntamente com o Presidente da Câmara de Comércio Brasil/Iraque. E me transmitiram que a proposta que levei ao Iraque para que ali pudessem seguir o exemplo de realizar uma forma de pagamento, de todos os 30 milhões de iraquianos participarem da riqueza da nação através de uma renda básica ou de um dividendo, à semelhança do que ocorre no Alasca, acaba de ser aceita. Ainda não sei todos os detalhes, mas, como o Professor Mohamed Habib conhece bem esta minha gestão e a proposta, gostaria de transmitir que quem sabe essa mesma proposição, na linha do que estava falando agora, da transparência e da melhor utilização dos recursos para todo o povo, esta seria uma maneira, acredito eu, mas gostaria de saber a opinião dos senhores, de promover a democratização e pacificação econômica e social de todos esses países, a exemplo do que precisa realizar o Iraque, para que ali as bombas não continuem a explodir a cada duas semanas em média, como temos observado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Senador Eduardo Suplicy.

Eu aditaria alguns questionamentos que faria também a todos os quatro expositores.

Essa questão do intervencionismo, todos nós sabemos como começa e ninguém sabe como termina. Todas essas intervenções que vêm sendo feitas ao longo desse período nosso, contemporâneo, têm se mostrado desastrosas. E há até intervenções que foram feitas com base em premissas falsas.

Agora temos essa questão no norte da África e no Oriente Médio. A pergunta é a seguinte: o que significa a queda de Mubarak para o Ocidente? A ascensão da irmandade muçulmana governando o Egito significa alguma ameaça à estabilidade que Mubarak, que ali esteve, sustentado pelos Estados Unidos e pelas potências ocidentais durante 40 anos... Será que essa irmandade muçulmana terá condições de manter esse quadro de estabilidade no Oriente Médio?

Em relação à Líbia. O que será que o Ocidente está pensando em relação à Líbia? Depois de enviar os seus foguetes, as suas bombas e se retirarem, o que eles estão imaginando? Acham melhor um Kadafi enfraquecido no poder ou um Kadafi fora do poder? Lembrando que na Líbia existem cerca de 800 tribos nômades e foi exatamente a região onde as forças aliadas e também as forças nacional-socialistas tiveram dificuldade em prosperar, em função do deserto e dos ataques constantes dessas tribos, que são nômades.

E o Kadafi, mal ou bem, conseguiu reuni-las em torno de um governo por eles aceito.

A minha indagação parte do princípio de que essas intervenções são muito seletivas. O que aconteceu na Côte d'Ivoire é algo impressionante em função do pouco caso que as potências ocidentais deram ao massacre que ali aconteceu. Um milhão de ivorians saíram do seu país e estão refugiados em outros países e nenhuma providência foi tomada.

Recentemente a França colocou uns canhões, deram uns tiros lá no palácio presidencial, tiraram o Presidente Gbagbo e colocaram o Ouattara, Presidente eleito.

De modo que a pergunta é especificamente em relação à estabilidade daquela região com a queda do Mubarak, que é a possibilidade de a irmandade muçulmana chegar ao poder e, em segundo lugar, se essa política é de intervencionismo que a ONU, às vezes, patrocina e, às vezes, a despeito do que a ONU nos Estados Unidos da América faz, como foi em relação ao Iraque, se isso contribui para a paz mundial e defende a população civil, que é o que todos nós estamos vendo como grande mote dessa ação militar que a Otan vem empreendendo naquela região.

Passo a palavra ao Embaixador Lampreia, para a resposta às perguntas aqui formuladas e, depois, ao Professor Dr. Mohamed Habib.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – A primeira pergunta, do Senador Suplicy, sobre maior transparência e garantia de que o petróleo seja benéfico a todos os habitantes dos países que o exploram. Acho que esse é um ponto fundamental, Senador, porque não tem sido assim. Infelizmente, a história do petróleo está mais cheia de mau uso ou até de uma maldição do petróleo do que de uso racional, digamos. Do ponto de vista positivo, teríamos o exemplo da Noruega, da Inglaterra, da Grã-Bretanha, que conseguiram não só explorar o mar, como criar um pólo de tecnologia importante e, até certo ponto, de alguns países do próprio Oriente Médio, porque na Arábia Saudita não há praticamente agitação social. Há um problema específico, que é o problema dos xiitas, que são uma minoria muito grande, mas, de um modo geral, há uma repartição muito grande. Evidentemente, a família real fica com um bom pedaço, mas a riqueza chega a todos. A riqueza, de um modo ou de outro, acaba chegando a todos. Não há miséria, assim como não há no Kuwait e em outros pequenos lugares, como Abu Dhabi ou Amã mesmo. Por isso, são lugares relativamente estáveis, embora superconservadores e muito cuidadosos.

Por outro lado, temos o caso da Nigéria, por exemplo, que é uma tragédia. É um país que poderia ser muito rico, muito desenvolvido e, no entanto, é

um emaranhado político e econômico com terroristas, divisões regionais, corrupção desenfreada e tudo. O mesmo acontece em vários outros lugares. A própria Venezuela e o México são casos em que os países estão muito longe de ter aproveitado plenamente a riqueza do petróleo.

Então, eu acho que, para um país como o Brasil, que está agora descobrindo reservas muito importantes, essa questão é fundamental – o Congresso Nacional, inclusive, terá uma responsabilidade fundamental nisso –, porque a maior transparência e a garantia de que esse petróleo não seja malbaratado, mas posto, realmente, em causas fundamentais para o povo brasileiro é uma questão central.

A pergunta da minha querida amiga Senadora Ana Amélia é se a diplomacia brasileira está ajudando a democratização nessa “primavera árabe”. Eu creio que não. Creio que os nossos meios são muito limitados nesse caso. Não creio que houvesse espaço para uma atuação, a não ser de exortação e de encorajamento, mas não creio que possa fazer uma atuação política, de fato, forte. Eu acho que o Brasil fez certo ao votar, no caso da Líbia, pela primeira resolução, no sentido dos direitos humanos, de evitar o massacre, e fez sentido também se abster na intervenção militar, porque não é da tradição brasileira. Eu fui até profético, porque a nossa embaixadora, de certo modo, anteviu que aquilo ia degenerar, não ia ficar dentro do planejado.

Sobre a mediação, Senador Suplicy, acho que, infelizmente, no caso da Líbia, seria muito difícil que uma grande personalidade internacional pudesse ter eficácia. É mais provável que a eficácia venha, por exemplo, da unidade árabe, da unidade africana, OUA e do Presidente da África do Sul, porque são instituições que carregam o peso de 48 países, que têm mais chances, a meu ver, nesse momento de ser importantes, porque é o eleitorado do Kadafi afinal de contas, é onde ele tem as relações mais sólidas. Creio que a África pode ter mais peso, mais influência.

Presidente Collor, a sua questão é sobre o intervencionismo, que tem se mostrado desastroso, sem dúvida alguma. Fez, inclusive, na minha opinião, com que os Estados Unidos tirassem um pouco o seu cavalo da chuva ao desistir de participação aérea nesse bombardeio da Líbia. Eu acho que a queda do Mubarak em si não representa diretamente uma coisa muito importante. O Mubarak era um aliado sólido, importante do Ocidente. Em certo modo, o próprio Kadafi tinha se tornado pelo menos um parceiro, mas eu não creio que o Mubarak, sendo o projeto do Exército uma transição gradual, mais firme, sem alienar os países ocidentais e romper a sua boa relação com Israel, não creio que seja uma coisa fundamentalmente grave.

A Irmandade Muçulmana, creio que tem um projeto de longo prazo. Não creio que a Irmandade Muçulmana pense em já agora ter uma maioria e governar, porque ela sabe que isso, provavelmente, seria impossível. Não houve tempo de preparar. Acho que a presença dela nessa eleição é mais de preparação de futuro. Eu acho que a Irmandade Muçulmana pensa em termos de quatro, cinco anos. Hoje, ela não pretende mais do que sair um pouco do subterrâneo em que tem vivido, vir à tona e ter a sua presença.

Quanto a sua pergunta sobre a Líbia, creio que o Ocidente está tendendo, nesse momento, a não ver que a eliminação da Kadafi seja um ponto fundamental, porque a eliminação de Kadafi teria de envolver um desembarque de tropas, e isso não creio que a França e a Inglaterra – a própria Inglaterra já está se perguntando o que está fazendo nisso. A Itália não teria interesse. Então, acho difícil que isso venha a acontecer nesse caso.

Pode ser que isso mude. Agora, se o Kadafi revelar alguma flexibilidade, abrir mão das suas prerrogativas, creio que a tendência é arrumar uma acomodação com o Kadafi, e não ir até o fim na idéia de retirá-lo do poder ou de destruí-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

Professor Doutor Mohamed Habib.

O SR. MORAMED HABIB – Quanto à questão que o nosso querido Senador Suplicy coloca, no sentido de, desde já, construir uma cultura de paz no Oriente Médio, o conceito é o mesmo para construir cultura de paz para o Planeta como um todo.

O Oriente Médio não é uma ilha no oceano; ele faz paz de uma realidade global. O Oriente Médio está inserido nos interesses dos países centrais. O Oriente Médio, como mostramos aqui na apresentação inicial, está sendo vítima de um século de exploração, de interferência e de, eu diria, laços muito fortes com os ditadores no Oriente Médio. Se o Ocidente não aceitasse a ditadura, ele teria condições de eliminar as ditaduras desde o seu início. As ditaduras continuaram porque o Ocidente dominante quis. Agora ele está falando porque os movimentos populares estão tentando tirar.

Então, há uma exigência muito forte de que o Ocidente, principalmente o Ocidente dominante, queira e tenha esse mesmo desejo que nós estamos tendo. Sem o Ocidente dominante compartilhar esse desejo uma cultura de paz no Oriente Médio nunca acontecerá.

E volto à biografia do ex-Presidente norte-americano Richard Nixon, quando ele diz claramente: “O

Oriente Médio voltará a viver em paz com o esgotamento da última gota do seu petróleo”. Isso já responde.

Então, a segunda pergunta da nossa querida Senadora Ana Amélia: a sociedade civil no Oriente Médio teria condições de encarar uma mudança? Estamos falando de povos milenares. Embora haja uma grande variação e diversidade entre eles, pelo menos a região da Mesopotâmia e do norte africano, principalmente no caso do Egito, e mesmo os países do Golfo são povos milenares que tinham civilizações em tempos passados. Então, sem dúvida alguma, eles terão todas as condições, através de suas culturas consolidadas, de fazer uma gestão democrática. O sonho deles é a democracia. Sem dúvida alguma, isso pode acontecer. O Governo brasileiro, a situação brasileira pode servir? Eu sou testemunha: na Praça do Tahrir, no centro de Cairo, os manifestantes falavam, em voz alta: “Brasil é uma referência para seguirmos”. O Brasil viveu a sua ditadura e, durante mais de vinte anos, construiu a sua democracia, chegando a colocar na Presidência um operário, trabalhador de fábrica, que deu essa estabilidade econômica, que é uma referência para o mundo árabe. Então, o Brasil pode contribuir, sim, através da sua própria experiência. Com isso, o Presidente Lula tem todo o crédito para ir até lá, junto com a delegação brasileira e com outros países, para intermediar não apenas em uma questão dramática, como é o caso da Líbia, por exemplo, pois eu não colocaria o Presidente Lula naquela situação. Ele pode ser um interlocutor do mundo árabe com o Ocidente para fazer com que o Ocidente entenda as necessidades do mundo árabe em termos de democracia. Não tem como manter uma cultura de paz no mundo inteiro com uma região vivendo em regimes de ditadura. Isso cria até o terrorismo. O terrorismo que está acontecendo nos tempos modernos nada mais é que uma resposta à opressão, de uma maneira ou de outra.

Agora, sobre a questão que o Senador...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. S^a dispõe de mais um minuto.

O SR. MOHAMED HABIB – Por favor, a sua pergunta é importante.

Sobre a estabilidade da região e o que nós vamos ter daqui para a frente. No caso do Egito, coloca-se, claramente, uma indagação – não vou chamar de preocupação. A Irmandade Muçulmana – o termo correto é Fraternidade Muçulmana; não é Irmandade, é Fraternidade. *Ikhwan Al-Muslimeen* é a Fraternidade Muçulmana. O nome já está dizendo. Essa Fraternidade Muçulmana surgiu em 1922, no mesmo ano em que foi constituído um país chamado Arábia Saudita, unindo dois países e dando para uma família, a Família

Saud, que coloca, com a garantia da Grã-Bretanha, o nome da família para o país, Arábia Saudita, o que o Ocidente assume, aceita e apoia. Então, estamos dizendo que, naquele mesmo 1922, surgiu a Irmandade Muçulmana ou a Fraternidade Muçulmana no mesmo ano em que foi criada a Arábia Saudita, no mesmo ano em que houve o mandato britânico na Palestina, que se estendeu até 1948, de 1922 a 1948. Portanto, estamos falando de uma história. A Irmandade Muçulmana, como dizem no Brasil, que é a Fraternidade Muçulmana, nesse tempo todo, nunca buscou o poder em nenhum país árabe. E ela surgiu no Egito, movimento egípcio que até hoje existe. Mesmo em 1952, eles não procuraram o poder e fizeram um acordo com o Nasser, que furou o acordo, não respeitou o acordo, quando era para passar o poder para a sociedade civil, para eleições diretas e democracia. Nasser foi o primeiro a castigar, a aprisionar, a torturar o Movimento da Irmandade Muçulmana. Eles nunca procuraram o poder. Mesmo nesse levante de 25 de janeiro, tanto a Fraternidade Muçulmana quanto o Exército declararam – há boletins oficiais dos dois – “não vamos disputar as eleições para a Presidência”. Não tem esse compromisso. Esse é o medo que o Ocidente dominante, como eu o chamo, tenta colocar na cabeça de todos: “Olha, Irmandade Muçulmana vai pegar o poder.” O que a Irmandade Muçulmana fez no mundo inteiro? Quantos países foram invadidos por movimentos islâmicos? Quantos países muçulmanos invadiram o mundo? Agora, o partido que vai surgir, sem dúvida nenhuma, como partido religioso pode disputar as eleições legislativas no Egito, no mês de setembro? Pode. O máximo que ele teria de espaço no Parlamento seria de 5% das suas cadeiras. Essa é a maior força que a Irmandade Muçulmana poderia ter no Egito hoje. O Egito sempre foi um país laico, sempre foi, até hoje.

Na época do rei Faruk I, quando a Irmandade Muçulmana era forte, o país era mais ocidental do que vários países do Ocidente. Eram conservadores em comparação com o próprio Egito. Então, a Irmandade Muçulmana não é um monstro, não é para amedrontar o mundo da Irmandade Muçulmana. O povo egípcio sabe o que quer. Eles não querem nem governo muçulmano nem legislação islâmica. Eles querem que o país seja como era antes: um país laico, um Estado laico, onde os muçulmanos, como partido, poderão disputar o Legislativo à vontade, mas não têm nenhuma condição de ocupar o poder; muito menos as Forças Armadas. Declararam, e há um boletim, com o mesmo sentido. Os candidatos mais fortes que temos hoje são dois muito conhecidos pelo Ocidente: o Mohamed El Baradei, que foi o presidente da Agência Nuclear da ONU, e o segundo, Amro Moussa, que é o atual Pre-

sidente da Liga dos Países Árabes. São dois homens moderados para o Ocidente, inclusive.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Em relação à questão da Líbia, o senhor entende...

O SR. MOHAMED HABIB – Com relação à Líbia, a minha posição é um pouco diferente do que foi dito aqui por alguns colegas. Acho que a Líbia, em termos de relação com a Europa, tem um pouquinho de semelhança com a situação iraquiana. A Europa, a Comunidade Europeia e a OTAN não estão fazendo uma intervenção efetiva hoje, porque antes, entre eles, têm que negociar como fica a questão da Líbia em termos de controle, principalmente sobre as suas reservas de petróleo. Nós sabemos muito bem que há um contrato de concessão de petróleo iraquiano por 50 anos para o governo norte-americano. E os países europeus com a Líbia? Então essa é a questão. Enquanto essa questão não se resolve entre eles é bom que a Líbia continue passando por essa situação dramática para que os que vão governar a Líbia, que vai ser a força de oposição que está se formando... Não será o Kadafi. Ele não tem como continuar. A Líbia não tem como ser partilhada para a criação de dois países.

A oposição atual, embora fragilizada, vai governar o país com total apoio da Comunidade Europeia, que, exatamente nessa situação, vai firmar os acordos para a exploração e a garantia do fornecimento energético de petróleo e de gás natural. Portanto, Kadafi não tem muito tempo, não. É uma questão de tempo, mas ele vai cair. A estrada é de mão única. Isso tudo é cronometrado, e quem está cronometrando é exatamente a OTAN e a Comunidade Europeia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Professor Dr. Mohamed Habib.

Eu gostaria, agora, de passar a palavra o Professor Pio Penna Filho para respostas às indagações, e finalizaremos com o Professor Samuel Feldberg.

O SR. PIO PENNA FILHO – Eu começo pela última. Acho que o Kadafi, de fato, é um grande problema, porque os europeus, uma vez iniciada a intervenção na Líbia, tendo em vista o histórico do Kadafi, não terão mais sossego caso Kadafi continue no poder. Então eu acho que a probabilidade maior – concordo com o professor – é a exclusão do Kadafi. Isso nos remete à retomada do terrorismo apoiado pelo Estado, suportado pelo Estado líbio. Acho que, no caso, o enfraquecimento apenas não surtiria os efeitos desejados.

Com relação à queda de Mubarak, ela encerra, na minha opinião, um período de alinhamento automático, vamos chamar assim. Uma submissão talvez seja um termo muito duro, muito forte, mas uma relação especial, um alinhamento especial com os Estados Unidos.

Acho que não vai ocorrer nenhuma revolução, nenhuma grande transformação, mas pelo menos aquela tranquilidade que os americanos encontravam no Egito e no seu papel no contexto regional muda de figura. Pode não levar à instabilidade, mas é um componente a menos na política regional norte-americana ou pelo menos tem que se preocupar mais com isso. Há uma dependência muito grande. Os militares inclusive recebem subsídios diretos dos americanos. Então, faz parte do soldo. Você tem um exército bem...

O SR. MOHAMED HABIB – Eu queria um aparte, porque pedi essa informação: US\$1,5 bilhão são oferecidos pelos norte-americanos para o Governo do Egito em nome do exército. Isso é um fato. No entanto, nunca passaram para o exército, mas ficaram nas contas do Mubarak, dos US\$ 70 bilhões que ele tem na Europa. Isso está contado, documentado e conhecido. Então, o exército do Egito é limitado nos seus armamentos, inclusive através de acordos internacionais entre os Estados Unidos e o Estado de Israel. Portanto, não há grandes investimentos até limitado no máximo de 480 mil elementos das forças armadas, enquanto o Mubarak tinha 1,6 milhão policiais para sua proteção, que ele chama força de segurança.

Desculpe a intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Professor, por favor.

O SR. PIO PENNA FILHO – A colocação da Senadora Ana Amélia sobre a sociedade civil neste País, se tem condições de consolidar uma mudança expressiva, acho que sim, porque não podemos jamais subestimar todo o acumulado histórico, como foi lembrado pelo Professor sobre a tradição milenar desses povos. Eu às vezes fico abismado – sou historiador de formação – quando a imprensa, o senso comum faz chacota com o Irã como se fosse um país irresponsável, que não tem o direito de possuir arsenal nuclear. A questão é: a não proliferação é correta? Sim. Mas acusar o povo iraniano de ser irresponsável, de ser um povo que não tem condições de lidar com assuntos internacionais é de uma burrice, de uma arrogância sem tamanho. Os iranianos são herdeiros de uma tradição persa, que já exercia o sistema de estados no Oriente próximo há séculos, antes de o Ocidente sequer imaginar existir.

Acho que essas sociedades sim têm plenas condições de mudar. Agora, claro que não será nada fácil, é um processo muito gradativo. Ainda mais quando pensamos que eles caminham para a democracia. É, sou ocidental. Que tipo de democracia? Pensar que eles vão implementar regimes democráticos à maneira ocidental é outro equívoco. Alguma democracia sur-

girá, mas não exatamente essa democracia que nós pensamos.

A questão colocada pelo Senador Suplicy, da mediação de uma personalidade. Acho que não existe neste momento, eu nunca ouvi falar de uma autoridade moral que fosse reconhecida como tal pelos dois lados. Então, de fato fica muito difícil a possibilidade de uma mediação em torno de uma pessoa que tenha o reconhecimento internacional, porque não há disposição. Até mesmo a proposta da união africana, de uma comitiva de africanos foi recusada pelos chamados rebeldes, que são outro problema, porque não sabemos a quem estamos nos referindo. São rebeldes em termos genéricos. Havia e há uma oposição líbia multifacetada no exterior. É difícil encontrar um interlocutor específico que responda pela oposição.

Com relação à questão da renda básica é sempre bom conceder às pessoas mais pobres algum tipo de rendimento. Então, onde quer que ela seja aplicada está aí uma política universal. Ela vai ter resultados, na minha opinião, benéficos. Todavia não acho que resolva o problema, por exemplo, das bombas no Iraque. Ajuda a encaminhar a situação um pouco melhor. Acho que é louvável, é algo positivo, mas muito aquém das reais necessidades a que nós assistimos lá.

Aliás, eu gostaria de fazer apenas um comentário a respeito do que foi falado aqui, a possibilidade de uma fratura, de uma divisão, de uma secessão na Líbia. Eu acho que ela é muito mais provável, apesar de considerar um exagero, num Estado curdistão no norte do Iraque, dada a atual conjuntura e o interesse norte-americano do que uma divisão na Líbia em duas partes.

E falta uma última palavra sobre a questão dos europeus com a Líbia.

Concordo novamente com o Professor que nós estamos assistindo a um exercício efetivo de uma política intervencionista com objetivos claros em relação ao controle dos recursos da Líbia. Acho que os europeus não têm consciência e essa é uma política que vai ter um resultado contraproducente, pelo menos até agora, porque vem impondo muito mais dissenso no âmbito da União Europeia do que consenso. Difícilmente eles chegarão a um denominador comum. Há muita insatisfação, por exemplo, como resultado dessas atitudes entre a Itália, a França, a Inglaterra e a Alemanha. Então, dificilmente conseguiremos ver uma orientação comum por parte dos países europeus. E menos ainda no âmbito da Otan, porque alguns descontentes também já se fizeram presentes, como no caso da Turquia, mostrando um descontentamento com uma política de forças desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Doutor Pio Penna Filho.

Passo a palavra agora, encerrando, caso não haja mais nenhuma indagação por parte dos Srs. Senadores, ao Professor Doutor Samuel Feldberg.

O SR. SAMUEL FELDBERG – Tantas questões fascinantes em tão pouco tempo!

Complementando algumas colocações que foram feitas aqui, mais do que respondendo ostensivamente, primeiro é importante lembrarmos que as civilizações milenares nessas regiões que estamos abordando não têm nenhum histórico de democracia; sempre viveram sob regimes autocráticos e esse é o grande desafio: qual deve ter o processo e quanto tempo eventualmente vai levar para que essas populações possam chegar a ser representadas junto aos seus governos.

Em relação ao *wishful thinking* do meu colega Professor Habib, eu espero que ele tenha razão, mas temo que não a tenha. Vai levar provavelmente muito tempo para que um governo democrático e efetivamente funcional surja no Egito, porque, como foi mencionado aqui em relação aos recursos dos quais o Exército se apropria, se são recursos vindos dos Estados Unidos ou gerados no próprio Egito, sem dúvida a estrutura que hoje está no poder não terá interesse em abrir mão desse poder. E eu temo que as eleições em setembro sejam somente um primeiro passo muito pequeno para que alguma modificação efetiva ocorra no Egito.

Em relação à Líbia, também *wishful thinking* o fato de que o Kadafi possa ser retirado do poder. Aliás, se nos tivermos efetivamente uma trégua na Líbia, a história nos mostra que as tréguas que ocorrem em batalhas onde os lados não estão dispostos a chegar a um acordo simplesmente fortalecem um ou os dois lados. Então, eu temo que uma trégua na Líbia, ainda que permita diminuir o número de vítimas civis, vá fortalecer a capacidade do Kadafi de se manter no poder e, por que não, um dos desenvolvimentos dessa situação não poderia ser uma divisão efetiva do país?

Em relação ao fator das intervenções, se elas efetivamente têm sentido, eu concordo com o que o Professor Pio mencionou, e a minha pergunta é: por que então a hipocrisia de chamar a intervenção de intervenção humanitária? Se a intervenção está sendo realizada com o objetivo de substituir aqueles que controlam os recursos petrolíferos no país, então o que eu disse no começo da minha exposição em relação à necessidade de efetivamente se engajar no processo para que a intervenção seja efetivamente humanitária está amplamente demonstrado através da qualidade dessa intervenção.

E, finalmente, quando o Senador Suplicy começou a falar sobre os cento e oitenta mil que assistiram ao *show* do U2, eu pensei que ele iria mencionar o caos nos aeroportos, que já provavelmente foi decorrência disso. E, para alguém que trabalha com a questão do terrorismo internacional, eu devo confessar a vocês que embarquei hoje em Cumbica com uma hora e meia de atraso e passei pela segurança sem absolutamente nenhuma segurança. Ninguém verificou o meu documento de identidade. Fiz questão de mostrar para a moça na máquina do raio X que eu tenho um vidrinho de xarope que tem menos de cem mililitros, se eu precisava tirar da pasta, e ela disse: não, imagina, não preciso nem ver. O computador continuou dentro da minha pasta.

Então, se estamos numa Comissão que trata também de questões de defesa e estamos às vésperas de eventos internacionais muito importantes, nós teríamos que nos preocupar também com essas questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Professor, eu pediria ao senhor, se fosse possível, a sua visão sobre a questão do Mubarak e a sua sucessão. Como isso se dará, qual é o cenário que o senhor vislumbra para o futuro do Egito a partir das próximas eleições.

O SR. SAMUEL FELDBERG – No período mais próximo, no médio prazo, o que eu mencionei foi que não compartilho do otimismo do Professor Habib, que certamente conhece muito bem o Egito, conhece a sociedade egípcia, mas a história das relações do Egito com as potências ocidentais, especialmente a relação da estrutura que está no poder no Egito, com ou sem Mubarak, ao longo dos últimos quarenta anos, no meu entender, apresenta pouca probabilidade de uma mudança importante.

Vai haver, provavelmente, eleições, que vão ser monitoradas internacionalmente. Aposto que nosso amigo Jimmy Carter já está de passagem comprada para o Egito em setembro, mas não acredito que o grupo que está no poder vá abrir mão de uma parte significativa do poder, qualquer que seja o resultado dessas eleições.

Mas é um primeiro passo importante para que, no futuro, eventualmente, essa situação possa mudar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E na relação com Israel, acredita que esse novo governo manterá a mesma posição?

O SR. SAMUEL FELDBERG – Se a estrutura que está no poder continuar no poder, certamente vai haver uma manutenção das relações pacíficas com Israel, primeiro porque os dois têm interesse em conter o problema em Gaza.

Quando foi mencionado aqui qual poderia ser a desestabilização nas relações entre os dois países a partir de um novo confronto em Gaza, eu tenho a impressão de que a sociedade ou aqueles que controlam o poder no Egito temem os efeitos de um aumento da influência do fundamentalismo islâmico, por mais que a Irmandade Muçulmana – ou a Fraternidade Muçulmana, como o Professor colocou – tenha se mantido à margem desses processos nos últimos anos – obviamente por uma enorme repressão. No entanto, se eles tiverem possibilidade de ampliar sua área de atuação, não vejo por que não o fariam. A Irmandade Muçulmana, sem dúvida alguma, não é um grupo nacionalista, é um grupo que tem reflexos praticamente em todo o mundo muçulmano, e eu não descartaria um futuro governo mantendo alguma pressão sobre a Irmandade Muçulmana para tentar diminuir os possíveis efeitos da sua atuação.

Se houver uma nova explosão na Faixa de Gaza, com um confronto aberto entre israelenses e palestinos do Hamas, entendo que o Egito seria pressionado por sua opinião pública a eventualmente flexibilizar a sua atuação, como aconteceu no passado em relação à fronteira, mas a preocupação da classe dirigente do Egito é muito mais próxima da preocupação dos estrategistas israelenses do que da população em si.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Feldberg.

Pergunto às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores se estão satisfeitos ou se têm mais alguma consideração a fazer.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria apenas de cumprimentar pela iniciativa. Foi brilhante a exposição de todos. Aprendemos cada vez mais sobre uma área tão importante para a nossa sociedade toda, não só para o nosso país, mas para o mundo. Grandes ensinamentos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amelia.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas, já que o Professor Samuel Feldberg comentou sobre o U2, fazer algumas observações.

Os aeroportos de Cumbica e de Congonhas estavam lotados, eram impressionantes as filas hoje à tarde. O meu voo para cá atrasou: eu deveria ter chegado às 17h30min, mas cheguei depois das 18h30min. Eu fui perguntando às pessoas: “Vocês foram ver o U2 ontem ou anteontem?” A resposta era invariavelmente “sim”. Para cada dez pessoas, em torno de cinco haviam ido ao show.

Mas o que gostaria de dizer é que ali houve uma manifestação muito bonita, expressão das aspirações de paz no mundo. As músicas deles têm muito a ver com isso. Lembro, inclusive, que a música “One”, que significa todos estarmos juntos, foi precedida das belas palavras do Bispo Desmond Tutu, expressando a vontade de realização de paz e de entendimento no mundo. Antes da última música, que apela também para a realização da paz, ele fez uma homenagem: solicitou que todos ali acendessem seu isqueiro ou o celular – milhares de pessoas estavam com o celular na mão – para homenagear os mortos na escola do Realengo. Foram colocados os nomes de todas as crianças mortas, e a última música foi, portanto, muito comovente, um apelo para o entendimento e a paz no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia; o Professor Mohamad Habib, da Unicamp; o Professor Samuel Feldberg, das Faculdades Integradas Rio Branco, e do Professor Dr. Pio Penna Filho, da Universidade de Brasília, pela grande e inestimável contribuição aqui oferecida.

A segunda reunião do ciclo de palestras, porque esta questão hoje tratada não se esgotará nesta reunião, nós estaremos continuando ainda a bater um pouco mais nessa tecla, porque vários pontos deverão ainda ser abordados... Então, a segunda reunião do ciclo de palestras, intitulada “As insurgências do mundo islâmico e seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e África Setentrional”, ocorrerá na segunda-feira, dia 25 de abril, com a presença do Embaixador Marcos Azambuja, hoje no Cebri, Centro Brasileiro de Relações Internacionais, e dos Professores Reginaldo Nasser, da PUC-SP, Dênis Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Márcio Scalécio, da PUC-RJ, e da Dr^a Arlene Clemesha, também da Universidade de São Paulo, da USP, aliás uma lembrança do Senador Eduardo Suplicy.

Convoco, portanto, os senhores membros para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 14 de abril, reunião ordinária, quinta-feira próxima, às 10 horas, neste plenário.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 20 horas e 46 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia quatorze de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Valadares, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Marcelo Crivella, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Cyro Miranda e Inácio Arruda**. Justificam a ausência os Senadores **Cristovam Buarque** e **Jarbas Vasconcelos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 7ª e da 8ª reunião, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados e ofícios da Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores **Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias e Luiz Henrique**. O Presidente registra a presença do Senador **Casildo Maldaner**. O Presidente informa o recebimento de ofícios do Ministro das Relações Exteriores, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Luiz Henrique. O Senador **Luiz Henrique** faz uso da palavra. O Presidente comunica aos membros o despacho acerca do Requerimento nº 381/2011, do Senador Cícero Lucena e coloca em votação o despacho. Aprovado. Tem início a análise da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 30, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco*”. Relator “ad hoc”: Senador **Vital do Rêgo**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 47, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor PEDRO HEN-*

RIQUE LOPES BORIO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas”. Relator: Senador **Randolfe Rodrigues**. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 48, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Butão*”. Relatora “ad hoc”: Senadora **Gleisi Hoffmann**. O Presidente declara aberto o processo de votação e faz a chamada para distribuição das cédulas. A sessão é tornada secreta às dez horas e quarenta e sete minutos e é reaberta às dez horas e cinquenta e um minutos. **Resultado dos itens 1, 2 e 3: Apreciadas as mensagens. Item 4 – Mensagem (SF) nº 35, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Zâmbia*”. Relator: Senador **Marcelo Crivella**. **Item 5 – Mensagem (SF) nº 46, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VERGNIAUD ELYSEU FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia*”. Relator: Senador **Aníbal Diniz**. O Presidente convida os embaixadores a tomarem assento à mesa. A Embaixadora Ana Maria Pinto Moraes faz sua exposição. O Embaixador Vergniaud Elyseu Filho faz sua exposição. O Presidente registra a presença do Deputado Jorginho Mello. Fazem uso da palavra os Senadores **Randolfe Rodrigues, João Pedro, Gleisi Hoffmann**. O Presidente declara aberto o processo de votação. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella e Aníbal Diniz**. A reunião é tornada secreta às doze horas e vinte e um minutos e é reaberta às doze horas e vinte e cinco minutos. **Item 6 – Mensagem (SF) nº 31, de 2011, de**

autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Djibouti*”. Relator “*ad hoc*”: Senador **João Pedro**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 7 – Mensagem (SF) nº 58, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta*”. Relator: Senador **Francisco Dornelles**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 8 – Mensagem (SF) nº 33, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura*”. Relator: Senador **Randolfe Rodrigues**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. O Senador Randolfe Rodrigues assume a Presidência. **Item 9 – Mensagem (SF) nº 44, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus*”. Relator: Senador **Cyro Miranda**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 10 – Requerimento (SF) nº 319, de 2011**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que “*requer voto de apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no período 2012-2015. A eleição ocorrerá durante a 37ª Sessão da Conferência da FAO, a realizar-se de 25 de*

junho a 2 de julho de 2011, em Roma”. Relator: Senador **Aníbal Diniz**. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy** e **João Pedro**. Resultado: aprovado o Parecer favorável. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Aníbal Diniz** e **Fernando Collor**. O Presidente registra a presença do Deputado Francisco Escórcio. **Item 11 – Requerimento nº 16, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que “*nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja alterada a composição da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, criada através do Requerimento nº 2, de 2009-CRE, passando a mesma a ser constituída por oito membros Titulares e igual número de Suplentes*”. Resultado: aprovado o requerimento. Faz uso da palavra o Senador **João Pedro**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e dezenove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 7ª e 8ª reuniões.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovadas.

Comunicados.

Ciclo de audiências.

Informo às Sras e aos Srs. Senadores que, no último dia 11, segunda-feira desta semana, às 18 horas, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu início ao Ciclo de Audiências Públicas constantes de sua agenda 2011/2012, intitulada: *Rumos da Política Externa Brasileira*.

O primeiro painel tratou do tema *Cenário Estratégico Internacional e Perspectivas, com os sub-temas Egito, importância para a estabilidade geopolítica da região, e Líbia, impacto econômico no mundo*. Como expositores, tivemos a presença do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, do Professor da Unicamp, Dr. Mohamed Habib, do Professor das Faculdades Integradas Rio Branco do Rio de Janeiro, Dr. Samuel Feldberg, e do Professor da UnB, Dr. Pio Penna Filho. Estiveram presentes no encontro os Srs. Senadores Jarbas Vas-

concelos, Blairo Maggi, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, Ana Amélia e Randolfe Rodrigues.

Como anunciado na oportunidade, aproveito para informar que nas próximas audiências deveremos contar com a participação, como ouvintes, de alunos da cadeira de Introdução ao Estudo de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, ministrada pela professora Clarita Costa Maia.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitirá certificado de participação a esses estudantes e demais alunos de outras matérias ou de outras instituições superiores que, porventura, manifestem interesse em assistir e participar das audiências. Para tanto, a Secretaria da Comissão manterá uma lista de presenças específica para o controle da frequência dos estudantes.

O segundo painel será realizado no próximo dia 25 de abril, também segunda-feira, às 18 horas, na sala da Comissão, quando será debatido o tema *As insurgências do mundo islâmico e os seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e na África setentrional*. Para essa audiência, foram convidados os seguintes palestrantes: Embaixador Marcos Azambuja, ex-Secretário-Geral e ex-Ministro interino do Ministério das Relações Exteriores, Professor Reginaldo Nasser, da PUC, São Paulo, Professor Márcio Scalécio, da PUC, Rio, Professor Denis Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a Professora Arlene Clemesha, da Universidade de São Paulo, USP.

Sr^{as} e Srs. Senadores, chegou ao meu conhecimento o comunicado do Ministério de Relações Exteriores de Cuba, datado de 9 de abril passado, em que aquela chancelaria lastima a absolvição do terrorista Luis Posada Carriles no Tribunal de El Paso, no Texas, em processo por haver prestado informações falsas às autoridades de imigração norte-americanas.

O Sr. Posada Carriles é um conhecido terrorista, responsável, entre outras, pela explosão em pleno vôo da aeronave cubana de aviação, em 1976, causando a morte de 73 pessoas, e por uma série de atentados contra instalações turísticas em Cuba em 1997. O processo a que respondeu Posada Carriles, é importante recordar, não está ligado a seus atos terroristas ou às mortes causadas, mas a infrações da legislação de imigração dos Estados Unidos, apesar da apresentação, durante as treze semanas do processo, de variadas provas de seus crimes.

O comunicado considera a absolvição uma contradição da política antiterrorista do governo norte-americano e que a decisão de não julgá-lo por terrorismo é *“um insulto ao povo de Cuba e às famílias enlutadas pelas ações de Posada”*. O Sr. Posada Carriles nasceu em Cuba, mas é hoje cidadão nacionalizado venezuelano.

O curioso é que, apesar de se encontrar em situação de aparente permanência irregular em território americano, o que normalmente levaria à imediata expulsão, como ocorre diariamente com centenas de cidadãos, inclusive nossos, nacionais, ele lá permanece.

Enquanto isso, como registrou a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil, em moção de 16 de março passado, cinco cidadãos cubanos, Gerardo Hernández, René González, Antonio Guerrero, Ramón Labañino e Fernando González, estão encarcerados injustamente há 12 anos. Segundo notícias da imprensa, mesmo o ex-Presidente Jimmy Carter considera essa situação pouco defensável para os Estados Unidos e faz votos de que os cinco sejam, em breve, devolvidos às suas famílias.

Como Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu me solidarizo com o pleito pela imediata libertação dos cinco cidadãos cubanos. É sabido que existem mecanismos no sistema jurídico americano para tal fim, basta que se tome a decisão.

Manifesto o meu mais veemente repúdio a qualquer ato terrorista, de qualquer origem, forma ou manifestação. Não podemos permitir que a intolerância e a violência se transformem em linguagem corrente de nosso mundo. Temos, como legisladores, o dever de envidar esforços para que os conflitos naturais em qualquer sociedade sejam resolvidos com a força da razão e jamais com a razão da força.

Preparativos da Rio mais 20.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2012, será realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, marco da passagem de duas décadas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, realizada, como todos sabemos, com bastante êxito, seja no que tange aos avanços conceituais que trouxe, seja na sua impecável execução. Contudo, como manifestei há uma semana, é necessário e salutar proceder a um acompanhamento regular e crítico dos resultados alcançados, de modo a verificar a sua adequação às expectativas iniciais, como os compromissos assumidos em 1992, quais sejam a Declaração do Rio e a Agenda 21, a Convenção sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção para o Combate à Desertificação. Desse exercício de revisão crítica, se desenvolvido de forma competente e desprendida, surgirá, sem dúvida, uma visão do que almejamos para os próximos vinte anos.

O principal legado da Rio 92, a ser reafirmado, é o consenso internacional quanto à necessidade de

promover o avanço equilibrado do desenvolvimento econômico, do bem-estar social e da proteção ambiental, como pilares interdependentes do desenvolvimento sustentável. A decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que ratificou a realização da Rio mais 20, indicou que a conferência deverá tratar de dois temas específicos: 1) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; 2) moldura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Devemos, como cidadãos conscientes da gravidade desses temas a serem considerados na Rio mais 20, eleger aquelas proposições que consideramos prioritárias, as de maior consequência, e sobre elas despende o nosso melhor esforço. Não é ocioso repetir que não se espera da Rio mais 20 os mesmos resultados da Rio 92. O necessário é alcançar uma agenda enxuta, objetiva, ambiciosa na qualidade do aporte e não na extensão da amplitude de assuntos. Outro resultado positivo a ser alcançado é uma maior coerência e coordenação entre as organizações envolvidas com a implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Dentre os problemas graves que devem merecer atenção especial da comunidade internacional durante esse próximo período de revisão, cito a escassez de financiamento internacional e a pouca disponibilidade no que se refere à transferência de tecnologia. São questões transversais, que atravessam todo o espectro temático da Agenda 21 e que têm repercussão na área da biodiversidade, do combate à desertificação, da modificação dos padrões de consumo, enfim, são daqueles temas maiores, apropriados, a serem apreciados numa agenda que se quer objetiva.

Tenho a satisfação de comunicar a V. Ex^{as} que, no dia 7 de abril passado, logo após a reunião desta Comissão em que foi aprovado o requerimento de criação da subcomissão da Comissão de Relações Exteriores para o acompanhamento da Rio +20, o Senador Cristovam Buarque e eu próprio recebemos o Embaixador Luiz Alberto de Figueiredo Machado, atual Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Itamaraty, que, em breve, será Subsecretário-Geral do Meio Ambiente, Energia e Tecnologia, bem como o Ministro Laudemar Gonçalves, Coordenador-Geral Logístico da Rio +20, para ouvir do andamento dos preparativos para um evento em que tudo é superlativo.

Na vertente da preparação da agenda, o Embaixador Figueiredo discorreu sobre a arquitetura do processo de decisão nacional. Nos moldes da preparação da Rio 92, deverá ser estabelecida uma comissão

nacional, cuja atribuição será a articulação dos vários aspectos da participação do Brasil na Rio +20.

Também deverão ser criados comitês de caráter mais específico, abrangendo os três pilares do desenvolvimento sustentável – o econômico, o social, o ambiental –, de modo a valorizar a participação de todos os setores da sociedade.

Durante as árduas negociações intergovernamentais que se avizinham e que serão realmente árduas, o Brasil pretende exercer uma liderança adequada, benfazeja, sem imposições, como é característico e tradicional de nosso comportamento internacional.

Contudo, devemos insistir em patamar elevado de representação. É importante que a conferência conte com representação política de alto nível, a fim de assegurar a maior legitimidade possível para os resultados alcançados.

De minha parte, tenho reiterado a todas as delegações estrangeiras com que me reúno e aos Embaixadores com os quais me avisto, de países estrangeiros, a importância de que se façam representar no mais alto nível.

Nas duas últimas semanas, pude manifestar essa necessidade ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Defesa e Forças Armadas do Senado Francês, à Vice-Ministra das Relações Exteriores da Lituânia e aos Embaixadores da Eslováquia, do Kweit, da República Tcheca e de Cuba.

Convido V. Ex^{as}, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, membros desta Comissão, a também manifestar o interesse brasileiro em todas as ocasiões em que estejam com autoridades estrangeiras.

Na vertente dos preparativos logísticos, o Ministro Laudemar Gonçalves disse-nos dos numerosos contatos preliminares já estabelecidos no nível federal, estadual e municipal.

Baseado em dados da própria ONU – isto é importante de se fazer notar – e na experiência recente de conferências internacionais, a organização da Rio +20 estima a presença entre 120 e 150 chefes de Estado e de governo e uma afluência de até 50 mil delegados.

A Rio +20 constitui, ademais, importante momento para a cidade e o Estado do Rio de Janeiro estimularem a implantação de modelos sustentáveis de investimentos em transporte e infraestrutura urbana, o que, como nos foi asseverado, será incentivado pela organização.

Quero registrar ainda a diretriz adotada pela Comissão de Logística: qualidade e legado. Qualidade como demonstração da capacidade brasileira em organizar megaeventos, já um prenúncio para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas; e como uma demons-

tração a mais da nossa maior e mais intensa participação na economia mundial, além de nosso potencial em assumir maiores responsabilidades internacionais.

O legado será a contribuição da Rio +20, a dois anos da Copa do Mundo e a quatro dos Jogos Olímpicos, à infraestrutura da própria cidade – aquisição de equipamentos para aeroportos, viaturas, equipamentos de comunicação, centrais de controle, além do inestimável treinamento para as nossas Forças Armadas, forças de segurança e demais organizações envolvidas.

Concordamos em que é útil e importante manter contato frequente entre a nossa subcomissão de acompanhamento dos preparativos da Rio +20 e as instâncias da organização da conferência. Ela cumpre com a função constitucional de fiscalização que se incumbe ao Poder Legislativo, mas é principalmente um canal aberto para aqueles que foram encarregados desta imensa responsabilidade, para que eles possam indicar aos legisladores os pontos de maior dificuldade e, eventualmente, solicitar o apoio de nossa Casa.

Finalmente, gostaria de ler, como sinal palpável do engajamento brasileiro no mais alto nível com o sucesso da Rio + 20, trecho do § 24 do Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, assinado em Pequim no último dia 12 de abril, quando da visita da Presidenta Dilma Rousseff:

“Assinalaram a relevância – ambos os Presidentes – dos entendimentos no âmbito do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) para o sucesso da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima a ser realizada em Durban, na África do Sul. Manifestaram, ainda, o compromisso dos dois países com o êxito da Conferência – na linguagem e nesses comunicados diplomáticos nenhuma palavra é colocada por acaso. Então, é importante que nós possamos dar o exato peso das palavras contidas neste comunicado –. Manifestaram, ainda, o compromisso dos dois países com o êxito da Conferência – o de fazer com que a conferência seja realizada em termos favoráveis ao que nós estamos buscando? Não.– O compromisso com o êxito da as Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se no Rio de Janeiro em junho de 2012, na qual serão discutidos os temas “a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e “o marco institucional para desenvolvimento sustentável.”

É sinal dos mais auspiciosos que engaja a responsabilidade de uma potência por vezes arisca em assumir um papel mais protagonista em temas ambientais. E, por certo, forçará movimentos também em outros importantes atores internacionais.

É importante assinalar que o Secretário-Geral da Conferência Rio mais 20 já foi nomeado pelo Sr. Ban Ki-moon e será o Sr. Sha Zukang, integrante da delegação chinesa com assento nas Nações Unidas.

Como complemento desse comunicado gostaria de informar às senhoras e aos senhores que ontem, em contato mantido com o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, ficou agendada para o dia 3 de maio, terça-feira, uma reunião de trabalho exclusivamente para tratar dos preparativos da Conferência Rio + 20, lá no Rio de Janeiro. Além da equipe técnica da Prefeitura e dos membros da Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores destinada ao acompanhamento da Rio + 20, participarão da reunião os representantes das Nações Unidas encarregados do evento, bem como os representantes do Itamaraty e do Ministério da Defesa responsáveis pela promoção, planejamento e organização da Conferência.

Tenho plena convicção de que, com providências como estas de iniciativa da nossa Comissão, poderemos desencadear de vez o apoio e o devido acompanhamento de todo processo de realização deste que será em 2012 o mais importante evento mundial sobre meio ambiente. Não sou eu quem o digo, mas a própria Nações Unidas.

Da Agenda Tentativa, que já esta sendo elaborada pelo Prefeito do Rio de Janeiro, com o apoio do Sr. Governador e do Sr. Vice-Governador daquele Estado e dos Senadores com assento nesta Casa representando o Estado do Rio de Janeiro, consta, inclusive, visita às instalações onde serão realizadas as reuniões da Conferência Rio + 20, localizada nas imediações do Porto do Rio de Janeiro.

Gostaria de participar às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de ofício de Gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo nos seguintes termos, enviado à Mesa do Senado ontem, lido em plenário e já tendo efeito imediato, o que é aqui indicado.

Este é o ofício encaminhado ao Sr. Presidente do Senado Federal, Presidente José Sarney, pelo Gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo:

“Sr. Presidente, nos termos regimentais, indico o Senador Lindbergh Farias como membro suplente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDN, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Em nome desta Comissão, desejo dar as boas-vindas ao Senador Lindbergh Farias e que na sua convivência conosco, sobretudo diante da preparação da Conferência Rio + 20, possa V. Ex^a ter o papel que, todos nós temos certeza, irá desempenhar e se desincumbir muito bem.”

Tenho também a informar às Sr^{as} Senadoras e aos Senhores da constituição da Subcomissão de Acompanhamento da Rio + 20.

Como disse e ficou estabelecido na nossa última reunião, seria uma Comissão enxuta, basicamente executiva, que tivesse uma facilidade de mobilidade e de reunião.

Como membros titulares, Senador Cristovam Buarque, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Luiz Henrique, Senador Francisco Dornelles e Senador Aloysio Nunes Ferreira. Como membros suplentes, Senador Blairo Maggi, Senador Lindbergh Farias, Senador Marcelo Crivella – e gostaria que atentassem, Srs. e Sr^{as} Senadoras, que os três Senadores do Rio de Janeiro estão participando desta Comissão pelos motivos que todos nós podemos bem depreender –, Senador Inácio Arruda e Senador Randolfe Rodrigues.

Fica, portanto, constituída esta Comissão que deverá se reunir proximamente, assim que chegue na próxima segunda-feira ao Brasil o Senador Cristovam Buarque, indicado para ser o Presidente da Comissão, e o Senador Francisco Dornelles, indicado para ser o Vice-Presidente da referida Comissão.

A todos os integrantes da Subcomissão Rio + 20 desejo o maior e melhor êxito e sucesso nesta sua incumbência, nesta sua nova incumbência.

Senadora Gleisi, pela ordem, por favor.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, queria muito parabenizar pela condução desse tema e pela atenção que esta Comissão está dando, porque, de fato, como V. Ex^a disse, vai ser o grande acontecimento ambiental do mundo e o Brasil vai recepcioná-lo. Então, a nossa responsabilidade não é pequena e V. Ex^a sabe dessa dimensão. Gostaria de parabenizar essa tratativa, a forma como V. Ex^a está conduzindo.

Eu queria lhe fazer uma consulta. Primeiro, fico muito lisonjeada de participar dessa Subcomissão, o que me dá condições de me aproximar muito do tema, de acompanhar, o que é muito importante para o nosso País. Mas consulto, até pela entrada agora do Senador Lindbergh nesta Comissão de Relações Exteriores como nosso suplente, já que S. Ex^a não fazia parte até então, se não seria o caso, Senador Collor, de trocarmos e ele ficar na titularidade da Comissão e eu na suplência. Terei a mesma vontade de trabalho e determinação, até porque o Senador Lindbergh é do Rio de Janeiro, está muito animado e eu acho que terá uma participação muito ativa. S. Ex^a conhece bastante o Rio e penso que vai poder ajudar muito mais a Comissão. Mas quero deixar claro que como suplente não deixarei de participar, porque é um tema que conside-

ro da maior importância, tenho muito carinho e quero acompanhar V. Ex^a em todas essas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Ex^a fazendo essa solicitação e o Senador Lindbergh Farias aceitando, esta Presidência nada tem a obstar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, só fazer um agradecimento pessoal a V. Ex^a por ter me chamado ontem no plenário. Esse é um tema... O Rio de Janeiro tem um grande calendário no próximo período. Em 2011 vamos ter organização dos Jogos Mundiais Militares, em 2012, Rio + 20, em 2013, tudo indica, vai ser decidido em Madrid agora que o Rio de Janeiro vai sediar a Jornada Mundial da Juventude Católica, um evento que mobiliza de dois a três milhões de pessoas com a vinda do Papa aqui ao Brasil.

Em 2014, a Copa é em todo o País, mas o Rio vai ser o centro da mídia. Em 2016, serão as Olimpíadas. Então, nós temos uma grande responsabilidade no Estado do Rio de Janeiro.

Agradeço muito a V. Ex^a por ter me chamado para fazer parte desta comissão. É com grande prazer que vou trabalhar. Acho que a experiência de V. Ex^a foi fundamental para criar esta subcomissão. É um momento de reafirmação do papel do Brasil no mundo e da sua liderança no mundo e 2012 vai ser determinante para este novo momento. É com muito prazer que venho a esta comissão, agradecendo a V. Ex^a, para fazer parte desta subcomissão e para trabalhar aqui junto. Muito obrigado pelo seu convite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sou eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Lindbergh Farias, pelo fato de estar aqui trabalhando conosco, nesse projeto de tamanha envergadura. Entendo pelas suas palavras que também V. Ex^a aceita o que falou aqui a Senadora Gleisi Hoffmann ao pedir para que V. Ex^a seja membro titular da subcomissão, com a Senadora Gleisi passando à condição de suplente da referida comissão. Então, assim será. O pedido de V. Ex^a será atendido e eu peço à Mesa que, por favor, faça a devida alteração, colocando o Senador Lindbergh Farias como membro titular da Subcomissão de Acompanhamento da Rio mais 20, no lugar da Senadora Gleisi, com a Senadora Gleisi como suplente do Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desculpe-me, Presidente Collor, o Senador Pedro Simon está me chamando atenção para o fato de que eu não agradei à Senadora Gleisi. Muito obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A alteração já foi devidamente realizada – es-

tou agora assinando -, tendo, então, como membros titulares os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira. Como suplentes, estão os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues.

Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Também quero agradecer a V. Ex^a pela designação do meu nome para integrar essa comissão e dizer a V. Ex^a que, a exemplo do que falou a Senadora Gleisi Hoffmann, o nosso empenho será total para bem representar esta comissão e esta Casa naquela comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, pela aquiescência de V. Ex^a à indicação feita pela Mesa, para que V. Ex^a faça parte da Subcomissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Rio mais 20.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Presidência deseja ainda prestar um esclarecimento a respeito da providência adotada após o encerramento da última reunião ordinária da comissão, realizada no dia 7 deste mês. Momentos antes da referida reunião, chegou à Secretaria da Comissão, proveniente da Secretaria-Geral da Mesa, o Requerimento nº 381, de 2011, por meio do qual o Senador Cícero Lucena solicitava autorização para se ausentar do País no período de 10 a 18 de abril, a fim de participar do 10º Encontro Internacional do Investimento Empresarial, Economia e Comércio, atendendo a convite do governo de Shanxi, China.

Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, o Ato nº 4, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estabelece um rito para a apreciação dessa modalidade de requerimento por este colegiado, no qual está previsto a designação de relator e a posterior apreciação do relatório pelo Plenário da comissão. Não tendo sido possível, portanto, naquela ocasião, submeter o requerimento ao rito previsto, mas sendo necessário, por outro lado, que a comissão se manifestasse sobre a solicitação de S. Ex^a, cuja viagem estava marcada para o último domingo, dia 10, esta Presidência avocou a relatoria da matéria *ad referendum* do nosso colegiado.

Proferi, então, o seguinte despacho:

“A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu, na manhã de hoje, quando a sua reunião ordinária estava prestes a ser iniciada, o requerimento em epígrafe, de autoria do ilustre Senador Cícero Lucena. Os Atos nº 2 e 4, de 2011, desta Co-

missão estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento que não pôde ser observado, tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza o Presidente da Casa a despachar solicitação de licença quando sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o requerimento ao Plenário desta Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, ad referendum do colegiado.

As razões para opinar favoravelmente estão contidas no convite que acompanha o requerimento, especialmente a importância de promoção de intercâmbio comercial entre Brasil e a China, dois países que apresentam elevadas taxas de crescimento econômico e desenvolvimento neste início de século.

Em síntese, portanto, esta Presidência opina pela aprovação do Requerimento nº 381/2011, do Senador Cícero Lucena.

Sala da Comissão, 07 de abril de 2011.”

Gostaria de esclarecer que essa providência somente foi adotada diante da urgência da solicitação. Nosso propósito, com a edição dos Atos nºs 02 e 04, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi o de fazer com que procedimentos rotineiros, que podem ser adotados de forma organizada e sem prejudicar o andamento dos trabalhos, observem os devidos ritos processuais. Por isso mais uma vez exortamos a todos para que, quando pretenderem apresentar esse tipo de requerimento, o façam no tempo devido. Cito aqui, com louvor, o exemplo da ilustre Senadora Lídice da Mata, que teve requerimento de missão internacional aprovado em tempo hábil e que, tão logo retornou da viagem, apresentou o relatório correspondente.

Para concluir o processo de tramitação do Requerimento nº 381/2011, resta agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, submeter a decisão desta Presidência a V. Ex^{as}.

E eu coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Na reunião do último dia 7 de abril, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deliberou favoravelmente pela apresentação de projeto de lei que altera a Lei nº 11.440, de 29/12/2006, para estabelecer a obrigatoriedade da aprovação pelo Senado Federal

do nome dos escolhidos para titular de aditância nas representações diplomáticas.

Informo aos Srs. e Sr^{as} Senadoras membros da Comissão que a matéria foi lida no Plenário do Senado Federal, no dia 11 de abril último, autuada como Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, e encontra-se com prazo para recebimento de emendas perante a Mesa do dia 13 ao dia 19 deste mês.

Dando início a nossa pauta do dia de hoje, nossa pauta deliberativa, gostaria de fazer algumas considerações para melhor entendimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores dos procedimentos que serão hoje adotados.

Na reunião de hoje, nós temos cinco mensagens com indicação de embaixadores. São os itens de 1 a 5. Os itens de 1 a 3 referem-se a indicações para, cumulativamente com o cargo atual, exercer o cargo de embaixador não residente junto a outro país. Dessa forma, procederemos ao anúncio dos itens 1, 2 e 3 e, uma vez que já foram lidos os relatórios no último dia 7 de abril, abriremos o processo de votação em escrutínio secreto. Nessa modalidade de indicação não é necessária a presença e a sabatina das autoridades indicadas, uma vez que já foram objeto de arguição pública quando de sua indicação para a embaixada residente. Assim, após o início do processo de votação dos três primeiros itens da pauta, itens 1, 2 e 3, dar-se-á prosseguimento à pauta com a sabatina dos embaixadores indicados nos itens 4 e 5 até que se ultime o processo de votação.

Em seguida, então, teremos a sessão secreta, no momento em que será feita a apuração dos votos e, depois, reaberta para ouvirmos a apresentação dos Srs. Embaixadores que hoje estarão aqui para fazer essas suas apresentações. Desse modo, constituir-se-ão dois momentos de votação.

Comunico ainda que cada votação será realizada por meio de cédula e não mais por aquelas esferas branca e escura. Será realizada por meio de cédula única contendo o nome dos indicados para o respectivo cargo.

Eu gostaria de ver a relação dos Senadores para fazer a chamada, para que os Srs. Senadores pudessem, então, recebê-las e iniciar o processo de votação dos itens 1, 2 e 3 ao mesmo tempo.

A cédula que os senhores receberão... Nesta cédula constarão o nome dos três indicados para exercer cumulativamente na embaixada que já ocupam suas funções nos respectivos países aqui indicados.

Tem o local do voto “sim”, do voto “não” e abstenção. Cada um dos senhores, então, colocará o “X” e depositará o voto na urna. Passo a ler, então, os itens 1, 2 e 3, porque serão analisados em conjunto.

Item 1, não terminativo.

Mensagem do Senado Federal nº 30, de 2011.

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Observação: no dia 07 de abril de 2011, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Item 2, não terminativo.

Mensagem do Senado Federal nº 47, de 2011.

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, IV, da Constituição Federal e com o art. 39 da Lei 11.440, de 29 de dezembro 2006, a escolha do Sr. Pedro Henrique Lopes Bório, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Observação: no dia 07 de abril de 2011, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Item nº 3, não terminativo.

Mensagem do Senado Federal nº 48, de 2011.

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Sr. Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Butão.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Observação: dia 07/04/2011 foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Declaro aberto o processo de votação para os itens 1, 2 e 3 da pauta. E, de acordo com o que aqui foi colocado, com a permissão de V. Ex^{as}, começo a fazer a chamada dos Srs. Senadores para receberem, aqui na mesa, a cédula e promoverem o início da votação.

(Procede-se à chamada dos Srs. Senadores)

Senador Aníbal Diniz;
Senador Vital do Rêgo;
Senador Acyr Gurgacz;
Senador Pedro Simon;
Senadora Gleisi;
Senador Blairo Maggi;
Senador Antonio Carlos Valadares;
Senador, Ministro Francisco Dornelles;
Senador Gim Argello.

Eu pediria aos Senadores que, assim que assinassem, por favor, se dirigissem à cabine de votação para acelerarmos o processo.

Senador João Pedro.
Senador Paulo Bauer.
Senador Lindbergh Farias.
Senador Randolfe Rodrigues.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo o Senador Anibal Diniz, para atuar como Secretário.

(A reunião torna-se secreta às 10h47min e retorna às 10h50min)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A reunião está reaberta.

Passamos ao próximo item da nossa pauta.
Item 4, não terminativo.

Mensagem do Senado nº 35, de 2011. Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Ana Maria Pinto Morales, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Zâmbia.

Autoria: Presidenta da República.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Item nº 5.

Não terminativo.

Mensagem do Senado Federal nº 46, de 2011. Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Vergniaud Elyseu Filho, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Autoria: Presidenta da República.
Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Convido para que tomem assento à Mesa os Embaixadores Ana Maria Pinto Morales e Vergniaud Elyseu Filho.

Comunico aos senhores membros da Comissão que, na reunião do dia 7 de abril de 2011, foram lidos os relatórios referentes às Mensagens nºs 35 e 46, ambas de 2011, e concedida vista coletiva das matérias.

Informo aos indicados que o tempo destinado à exposição será de até vinte minutos com uma tolerância de dois minutos.

Passo a palavra à Srª Ministra Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial Ministério das Relações Exteriores, Srª Ana Maria Pinto Morales, para iniciar sua exposição. Tem V.Exª a palavra.

A SRª ANA MARIA PINTO MORALES – Exmo. Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Exmo. Sr. Relator Marcelo Crivella, excelentíssimos membros desta Comissão, é com especial honra que eu me encontro aqui, depois de ser indicada pela Presidência da República para assumir a função de Embaixadora do Brasil junto ao Governo da República da Zâmbia. É especial também a minha satisfação pela oportunidade que os senhores me deram de vir aqui expor a percepção que tenho das relações entre Brasil e Zâmbia, país praticamente do continente vizinho que, para nós brasileiros, tem um significado muito importante.

Se trataria, no caso de V.Exªs me aprovarem para essa função, do meu regresso ao Continente africano. Já estive como Chefe da Embaixada em Harare, no Zimbábue, entre 1994 e 1995, como Encarregada de Negócios. Eu era Conselheira nesse momento.

Essa experiência valeu muitíssimo para a minha carreira. Foi uma experiência muito rica com uma sociedade interessante e que, nesse período, vivia um momento excelente, uma conjuntura muito especialmente avançada.

Infelizmente o Zimbábue hoje não é o País que era nessa época. A Zâmbia praticamente tomou o lugar do Zimbábue na região e acho que, se eu puder trabalhar, vai ser muito interessante.

Eu estou como Ministra Conselheira do Brasil na Embaixada em Lima. Em Lima estamos, nesse momento, vivendo um momento histórico. Nós temos uma cooperação viva na fronteira. A fronteira que era fechada hoje é totalmente aberta. A região determina hoje a política externa bilateral, o relacionamento bilateral. É uma cooperação muito intensa. Eu acho que essa experiência agora em Minas ainda me amadureceu muito mais, e amadureceu principalmente a minha convicção de que trabalhar com os países em desenvolvimento é algo fundamental para o Brasil.

O Brasil e a Zâmbia têm uma origem colonial comum, uma herança comum bastante similar em termos de problemas sociais, uma vez que ambos os países temos uma dívida histórica e social com uma boa parcela das respectivas populações. Nós temos

programas. O Brasil está com um programa social bastante avançado que pode oferecer muito à Zâmbia e estamos, então, recomeçando, relançando o relacionamento bilateral.

Desde 2007, nós temos novamente uma embaixada na Zâmbia. E justamente coincidiu com um momento histórico do País. O Kennedy Kaunda, que foi o líder nacionalista mais importante da Zâmbia e esteve no poder entre 1964, o ano da independência do País, até 1991, era um líder regional muito importante. Era um líder dos países de linha de frente. Ele era um líder em todo movimento de apoio às insurgências em favor da libertação nacional nos países vizinhos.

A Zâmbia foi sede, desde o início, da ANC, o partido antiapartheid da África do Sul. Acolheu muitos refugiados. Ainda mantém campos de refugiados de conflitos em países da região, principalmente Rodésia, Angola e República do Congo. A antiga Rodésia hoje é o Zimbábue. Essa posição do Kennedy Kaunda fez com que a Luzaka se tornasse, para muitos analistas dessa época, principalmente entre os anos 60 e 90, do auge do conflito na região, o centro das atividades diplomáticas da África Austral. Havia quem dizia que o que acontecesse com a Zâmbia, com Kennedy Kaunda, afetaria todos os movimentos, toda a região.

Kennedy Kaunda foi muito forte como Presidente. Essa posição como estadista e como personalidade regional fortaleceu muito a sua posição interna. Inclusive ele criou um sistema de partido único, em 1972, e pode se manter nessa posição de ser o único candidato presidencial em todas as eleições até 1991.

Coincidiu esse período de final da era Kennedy Kaunda com o final dos conflitos na região. Inclusive, com o final do apartheid, a independência da Rodésia, que se tornou Zimbábue, e o final dos conflitos em Moçambique e Angola, Kennedy Kaunda começou a se tornar também um pouco redundante e irrelevante. Ele foi forçado, pacificamente, a entregar o governo ao seu sucessor, em 1991, que foi eleito por um partido de movimento multipartidarista democrático, o MMD, que está no poder até o momento.

Essa transição pacífica foi praticamente a primeira no continente africano. A Zâmbia é um exemplo para os países em desenvolvimento em geral, mas principalmente para a África subsaariana. Tem um regime estável, uma economia pujante para a região e uma média de crescimento. Principalmente do ano 2000 para cá, uma média de 5% a 6% de crescimento do PIB por ano. É realmente considerável para a região.

A Zâmbia é um país, como os senhores vêem, em clave. É um país mediterrâneo. Tem oito vizinhos. Ela tem muita consciência dessa posição e da necessidade de paz na região, para que ela possa escoar

suas exportações e se comunicar com o exterior, fora do Continente. Kenneth Kaunda teve essa posição, durante os conflitos nos países da região, fortemente pacifista e de "conservação". Isso foi muito criticado em alguns contextos, principalmente na questão do conflito angolano, mas o espírito que o movia era justamente o de paz, que é uma característica fundamental do povo zambiano. E ele teve muito sucesso nisso. Nunca enviou tropas a nenhum dos conflitos. O Zimbábue enviou tropas para a solução do conflito em Moçambique, mas Zâmbia se tornou um centro diplomático no meio de tanto conflito. Foi realmente muito importante.

Essa fase de 2001 para cá, principalmente, é uma fase fantástica, em que o Brasil começou a se tornar cada vez mais interessado na vida, no que ocorria em Zâmbia. Em 2001, a vitória de Mwanawasa, que foi outro do MMD, que, como eu disse, desde 91, é o partido que está no poder, em função justamente de uma fragmentação muito forte dos partidos de oposição, que se proliferaram tremendamente, principalmente pelo afastamento de membros do próprio MMD.

É um país que tem muita consciência dessa singularidade, desse papel importante na região. E, de 2001 para cá,... Em 2001 houve uma eleição emblemática, porque, naquele momento, na campanha eleitoral, o Presidente promoveu a campanha de buscar um terceiro mandato, com uma mudança na Constituição para um terceiro mandato, e Zâmbia novamente mostrou maturidade: impediu a mudança, com a aceitação, então, do Presidente. Ele cedeu, não se candidatou e Mwanawasa foi eleito, mas faleceu, como os senhores sabem, pelas informações que o Itamaraty forneceu, dois anos depois. E o atual Presidente foi eleito, em 2008, para completar o mandato. Este ano, nova eleição presidencial.

O Brasil, desde 2003, vem desenvolvendo uma política de aproximação intensa com a África. Zâmbia está, no momento, coroadando uma trajetória extremamente positiva não só no plano político, como eu lhes falei, mas econômico também. A Fitch Ratings e também a Standard & Poor's acabam de ascender Zâmbia para o grau de investimento B+. E é um grupo muito pequeno de países africanos que tem esse *rating* positivo: Nigéria, que é uma grande economia, Quênia e África do Sul. Zâmbia está entre o grupo mais avançado. E essa trajetória positiva de abertura aos investimentos externos também se vê analisada no plano internacional, como o que acaba de dizer o *The Times* de Londres, que Zâmbia é um dos melhores dez países em termos de crescimento, de rapidez com que cresce a economia. Está entre os dez melhores países, nesse sentido.

É um país muito rico em minérios. O sétimo maior produtor de cobre. A Vale do Rio Doce já tem projeto em andamento, no *Copperbelt*, que é a região grande produtora. Existe um cinturão do cobre, que vai do Congo, desce, passa por Zâmbia e vai até mais ao sul. A Vale do Rio Doce já está com uma *joint venture* juntamente com uma empresa, a Rainbow, da África do Sul. Está produzindo, ainda não começou a produzir, mas está em andamento o projeto de produção de cobre. E acaba de anunciar que fez uma oferta para comprar uma grande empresa, uma grande produtora de cobre sul-africana, a Metorex. Recentemente, ontem mais precisamente, assumiu grande destaque na imprensa especializada o fato de a Vale do Rio Doce ter dado mais um passo para se tornar uma das maiores produtoras de cobre no mundo. E ela quer comprar a Metorex, internamente avaliando a oferta que acaba de apresentar.

Essa nossa situação de ter uma grande produtora e outras grandes empresas no entorno, como em Angola, onde temos grandes participações de empresas brasileiras; Moçambique, com a possibilidade de que esse projeto seja retomado Moatize; e Zâmbia, que vai se tornar um ponto estratégico para as grandes empresas brasileiras.

A Vale já declarou que essa região do sul do continente africano está no caminho para a Ásia. O grande consumidor, hoje, de minérios brasileiros é a China. Então, ao passar com esses minérios para a China, na volta se abasteceria em portos de Moçambique ou da África do Sul e retornaria. Portanto, seria altamente rentável para a Vale desenvolver essa região. E outras empresas virão, porque os portos africanos, principalmente Moçambique e Angola, são de interesse de grandes empresas construtoras brasileiras.

E a rede de ferrovias e rodovias que estão em planejamento vai tornar Zâmbia um local estratégico para a produção mineral de toda essa região sul-africana. O interesse brasileiro imenso de apoiar essas empresas... Temos outras empresas importantes também na área de mineração, mas mais de serviços, que é a U&M Mineração que, desde 2007, está na Zâmbia, com terraplanagem e grande maquinaria para facilitar a mineração.

O que ocorre é que isso se tornou uma base importante para a nossa política de cooperação, uma vez que o Brasil é um grande parceiro dos países pequenos africanos, de todo o continente africano. Atualmente, temos relações diplomáticas com absolutamente todos os países africanos. Isso é uma iniciativa, uma campanha muito importante, uma vez que a cooperação com o nosso vizinho, o continente africano, é importantíssima não somente para levarmos a nossa

cooperação, o nosso conhecimento, a tecnologia para esse continente, mas também para termos parceiros importantes num plano nacional dentro do nosso esforço de cooperação sul-sul. Todos os grandes temas globais são temas que nos afetam diretamente. E o Brasil está cada vez mais ativo no plano internacional justamente porque tem consciência de que os grandes conflitos estão nos países médios e pequenos.

Portanto, nós, países médios e pequenos, temos que estar unidos para também participarmos e sermos sujeito nessa iniciativa, nesse sistema. O povo africano também necessita ser instrumentalizado para ter participação, ser incluído nessa formação da política do sul com relação ao norte. Precisamos sentar e dialogar os grandes temas em todas as regiões do mundo, porque todos nos dizem respeito, sim. Mas há muita crítica dizendo que o Brasil não deve se meter, deve deixar os grandes conflitos para os grandes. Não concordamos.

O Governo brasileiro tem mostrado que pode ser ouvido, sim; e, no longo prazo, será importante e será muito considerada toda iniciativa tomada por nós. Tudo isso dentro desse espírito sul-sul e da solidariedade que temos que ter com todos os nossos vizinhos, inclusive os africanos.

Estou trabalhando com um vizinho importante, como o Peru. Agora, se os senhores me derem a oportunidade, quero trabalhar com a Zâmbia, porque realmente é vital trabalharmos com eles. É um país importante e tem voz ativa em todos os mecanismos regionais e sub-regionais de integração.

Ambos os países são líderes em todos os movimentos de integração regional. E isso é fundamental. Mas para que seja sustentando, estruturado, temos que incluir os nossos povos. Então, a nossa política de cooperação com todos os países do sul é fundamental e tem sido muito rica. A cooperação com Zâmbia é riquíssima.

Estive olhando e verifiquei que foram discutidas, na última comissão mista, em março, cinco áreas do setor social, oito áreas do setor econômico e outros temas mais de interesse principalmente de Zâmbia. Eles olham para nós com expectativa. Nós temos tecnologia adaptada a eles, nós temos um nível de desenvolvimento tecnológico do qual eles necessitam. Nós temos conhecimento, nós temos programas de inclusão social que eles querem duplicar, que eles têm interesse. Eles estão esperando por nós. Temos que dar ênfase e continuar a trabalhar e implementar. É uma coisa nova.

Nós reabrimos a Embaixada em 2007. Em 2010, houve dois encontros presidenciais. Foram assinados mais de dez, porque tem outros pequenos acordos

administrativos, instrumentos de cooperação. As áreas são infinitas. Cada vez que nos encontramos com os zambianos eles listam muito mais temas. Nós estamos abertos para isso.

Acho que se eu tiver essa chance, quero estar em Lusaka para levar inclusive todas as iniciativas dos senhores para enriquecermos muito mais ainda a relação bilateral.

Eu agradeço muitíssimo aos senhores. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a Sr^a Ministra pela sua exposição.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Vergniaud Elyseu Filho, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

V. Ex^a tem até 20 minutos para fazer a sua exposição, Embaixador.

O SR. VERGNIAUD ELYSEU FILHO – Muito obrigado. Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, Exm^o Sr. Relator, a quem agradeço desde logo a preparação do relatório, Exm^{os} Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu começarei com uns dados básicos muito rapidamente apresentados sobre a Estônia, de forma a situar um pouco o País, inclusive com alguma pincelada sobre seus aspectos históricos.

A Estônia, como sabem, é uma pequena república parlamentar, sua extensão não vai além de 45.227 Km², a população está em torno de 1,340 milhão de habitantes, mas é um país muito pujante, sobretudo com um grande parque tecnológico centrado muito em tecnologia da informação, o que é uma característica bastante interessante para um país que, até um tempo atrás, era uma das repúblicas da ex-União Soviética e que já esteve, ao longo de sua história, sujeita a várias ocupações de outros países.

A Estônia de hoje é um país que optou por uma democracia de tipo ocidental e uma economia de mercado aberto. Ela tem sido extremamente eficiente em matéria de gestão econômica, como elaborarei um pouquinho mais adiante.

O Presidente da Estônia, Toomas Hendrik Ilves, nasceu, na realidade, na Suécia, de família estoniana, é um acadêmico de formação liberal, que lecionou em universidades americanas. Sua eleição, em 2006, foi logo interpretada pelos analistas como um sinal claro do desejo de ocidentalização desse pequeno país báltico.

O Primeiro Ministro, Andrus Ansip, é um homem de formação em área química e agrícola, mas que tem um MBA pela Universidade de York, no Canadá.

E o Ministro das Relações Exteriores é um jovem cientista político formado pela prestigiosa Universidade Tartu, na própria Estônia.

O PIB do país, como os senhores estão informados, é em torno de US\$14,710.

Dizia há pouco que a Estônia esteve sujeita à dominação de vários países ao longo de sua história. Mais recentemente, nos século XX – seria interessante mencionar –, houve a proclamação da República da Estônia, em 1918. E, em 1921, já o Brasil reconheceu essa independência.

A independência da Estônia foi interrompida, digamos assim, em 1940, quando ela foi incorporada à União Soviética, para restar sob o domínio soviético até 1941 apenas, quando invadiram as tropas da Alemanha nazista.

De qualquer forma, em 1944, houve a reanexação à União Soviética e só em 1991 é que a independência efetiva da Estônia foi restabelecida – aí com a queda do regime comunista.

O marco da maior importância na história estoniana – aqui deve ser mencionado – é a sua adesão à União Européia. Na verdade, essa adesão foi precedida, ocorreu em maio de 2004... Em março do mesmo ano, a Estônia já havia aderido à Otan-Organização do Tratado do Atlântico, isso devido às suas preocupações estratégicas.

Eleições parlamentares foram realizadas em 2007 e venceu uma coalizão de centro-direita, poderíamos assim definir, formada pelo Partido da Reforma, ao qual pertencem o primeiro-ministro e o ministro das relações exteriores. Esse partido tem uma tendência centro-direitista. Na coalizão, participaram também o Partido IRL, que é de tendência conservadora, e o Social Democrata. O Presidente Ilves faz parte do Social Democrata.

Nas eleições ocorridas este ano, em março passado, a coalizão se manteve no poder. Os Social-democratas já haviam deixado o poder em 2009, no entanto, tiveram uma votação extremamente expressiva, quase que dobrando o número de seus representantes no parlamento, no Riigikogu.

Essa foi uma pincelada histórica rápida, mas gostaria de falar um pouquinho sobre economia, porque um grande destaque da Estônia tem sido a sua capacidade de bem gerir a economia.

Ela cresceu muitíssimo a partir de 1995, com uma interrupção em 2000, quando o resultado não foi bom; mas, de qualquer forma, ela vinha crescendo a um ritmo muito acelerado até 2007, quando sua economia começou a sofrer um processo de arrefecimento. Esse processo se deveu, primariamente, por questões de queda da demanda interna. Porém,

como os senhores se recordarão, em 2008, houve a crise, iniciou-se a grande crise financeira mundial, e a Estônia, como não poderia deixar de ser, sofreu um impacto muito forte.

Entre 2008 e 2009, houve uma queda de 14,1% no seu Produto Interno Bruto e o desemprego chegou a atingir 13,8%, em 2009.

A produção industrial foi afetada; os investimentos estrangeiros fugiram – e os investimentos estrangeiros vinham sendo muito importantes para o desenvolvimento da Estônia.

Então, houve realmente um esforço muito grande do governo, creditado em grande medida ao Premier Ansip, no sentido de reverter essa tendência. Diria que essa reversão já começou a ocorrer, não só pelo fato de que em 2010 já se acusou um crescimento de 1,5% na economia estoniana, mas também pelo fato de que a Estônia cumpriu com todos os requisitos para entrada na zona do euro, e a moeda oficial da Estônia hoje, a partir de 1º de janeiro deste ano, é o euro. Isso tem um impacto que vai muito além do simbólico. Quer dizer, facilita as relações de comércio, dá credibilidade e prestígio à Estônia, sob esse aspecto de gestão econômico-financeira.

Então este é um marco muito importante: a entrada na zona do euro.

Quanto ao comércio bilateral, vou falar um pouco sobre aquilo que afeta o Brasil. O intercâmbio entre Brasil e Estônia tinha dado um salto muito importante, de modo que passamos, em 2002, de US\$6,1 bilhões para um patamar de US\$ 71,2 bilhões, em 2005. Foi o pico do intercâmbio.

É claro que a partir da crise financeira já mencionada, houve uma queda inevitável. Ficamos em um patamar de 42,3%, em 2009, mas já há indício de recuperação clara e já estamos, neste momento – com estatísticas de 2010 –, apontando um patamar de US\$61,7 bilhões.

Esse patamar, indubitavelmente, ainda é muito baixo para o relacionamento com o Brasil. Não há dúvida de que exportamos e importamos muito pouco da Estônia, mas não é surpreendente, já que é uma relação bastante nova e o Governo brasileiro tem se empenhado numa política de procurar nichos de comércio os quais nos permitiriam aumentar essa relação comercial.

O Brasil tem exportado basicamente alguns produtos. É uma pauta variada, não consta apenas de produtos primários, como o café. Temos exportado móveis, cartuchos, carabinas, carabinas de cano liso. Algo um pouco limitado, mas acredito que haja um potencial muito grande para crescimento.

Se os senhores me permitirem assumir esse posto, trabalharei fortemente para abrir novas fontes de comércio, novas possibilidades de incremento desse comércio bilateral. Tenho algumas idéias que deixarei para expor ao final, mas devo dizer que há um potencial grande.

Do ponto de vista da Estônia, temos importado alguns bens até industrializados: partes de equipamentos telefônicos, partes para a indústria automobilística. De fato, é ainda um comércio incipiente.

Antes de entrar diretamente no assunto relacionamento Brasil/Estônia, que é, naturalmente, o foco central da nossa exposição, darei uma pincelada muito rápida no aspecto de política externa.

Na política externa, a Estônia tem um claro entendimento de que, como país pequeno, não tem uma capacidade muito grande de influenciar as decisões internacionais. Por isso ela busca, sabiamente – creio eu –, uma política de associação a agremiações maiores. À União Européia é um exemplo óbvio, mas há outras: a OCE, a OCDE, outras entidades em que a Estônia procura atuar. Ela faz parte, por exemplo, do Conselho dos Estados do Mar Báltico, ao qual pertencem também países como Alemanha, Rússia e Polônia, além dos países nórdicos e dos bálticos, e ali procura alinhar a criação de um mercado de energia.

A energia é o aspecto fundamental para a Estônia, porque o país tem apenas um produto natural: o xisto betuminoso, que ela utiliza largamente para funções energéticas, mas essa não é a fonte mais econômica e, logicamente, a mais celebrada – digamos assim –, em termos de fonte energética. Ela está, portanto, sujeita a importar uma grande quantidade, uma substancial quantidade de gás natural da Rússia. Na história da relação da Estônia com a Rússia, embora seja prioridade da política externa estoniana estabilizar as relações com a Rússia, não há dúvida nenhuma que, vez por outra, existem algumas tensões.

Então é um relacionamento muito cuidadoso, porque a Rússia é, ao mesmo tempo, o maior parceiro comercial da Estônia e o maior fornecedor de energia. É uma relação de política externa muito delicada e cuidadosa.

A relação com os Estados Unidos, obviamente, a Estônia procura dar a isso uma prioridade muito grande. Há muito tempo, no ano passado, em uma reunião dos chanceleres de países da OTAN, que foi realizado em Tali, a Secretária Hilary Clinton esteve presente e, enfim, houve conversações bilaterais muito importantes e, de fato, o relacionamento com os Estados Unidos também é muito importante.

Ela faz parte da OTAN. Entrou para a OTAN em março de 2004. É uma prioridade inclusive, tendo

em vista a história. Ela acha que, do ponto de vista estratégico, é fundamental que ela se aproveite do guarda-chuva da OTAN para sua proteção. Embora, claramente, haja, digamos, no que se refere à Rússia, uma motivação muito forte para o estabelecimento da relação em boas bases.

Há uma população russa muito grande vivendo na Estônia. Isto, produto de uma imigração em massa que ocorreu entre 1944 e 1955. Os russos emigraram fortemente para a Estônia e, ali, constituíram uma minoria que, às vezes, tem os seus reclamos e tem o problema da dificuldade da língua. O governo estoniano exige, para que se tenha a cidadania da Estônia, que se conheça a língua. E, na minoria russa, isso é um pouco complicado. Enfim, são dados...

O SR. – *(Fora do microfone.)*

O SR. VERGNIAUD ELYSEU FILHO – Sim. Havia uma base militar na Rússia que foi estabelecida... Eu queria citar um outro elemento simbólico que, talvez, não foi de maior destaque, mas que gerou, certamente, tensões. Havia um monumento ao soldado do exército vermelho, em Tali. Por força de uma lei, esse monumento foi retirado e gerou tensões com a minoria russa e também com o governo russo. Embora, claramente a Rússia de hoje não é a União Soviética, mas, de qualquer forma, isso gerou certas tensões. Então, é uma relação delicada. É uma relação que eles procuram tratar com muito cuidado e, enfim, acho que é essencial esse cuidado.

Existem outras prioridades. A Estônia valoriza muito também a ONU, as Nações Unidas, por um princípio muito lógico – com o qual concordo plenamente –, que, para um país pequeno, a diplomacia multilateral é fundamental. O que dá o poder de voz e igualdade de condições com os países grandes. Então, a Estônia é ativa no quadro da ONU, participa de operações de paz, já participou no Líbano e em outras operações de paz. É um país muito envolvido com a ONU.

Já que toquei em ONU, falarei rapidamente do Conselho de Segurança. Tudo indica, nas nossas reuniões de consulta política com a Estônia, que ela vê muito bem a pretensão brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança. No que se refere ao interesse pessoal da Estônia, ela pleiteia uma vaga, não permanente, a mais para o grupo da Europa Oriental, a qual pertence no quadro da ONU. Tem lógica.

Faltam apenas três minutos e poucos, entrando mais diretamente no relacionamento Brasil – Estônia, que é que nos interessa, eu diria que há campo para um incremento, de imediato, nos setores comercial e turístico. No setor comercial vai haver uma missão comercial, que está programada para abril, visitar a Estô-

nia. Já houve alguns contatos iniciais, e já se percebe que há possibilidade de nichos importantes.

Eu ousaria sugerir, dado o meu grande interesse pelo aspecto de aviação, e sabendo que a Estonian Air acaba de incorporar dois jatos de fabricação canadense, que são concorrentes dos nossos da Embraer, eu ousaria pensar que poderia sondar a nossa Embraer sobre uma possibilidade futura de conseguir alguma operação comercial para a venda desses excelentes jatos regionais que nós possuímos.

Então, é uma coisa que não está, digamos, verificado em nenhum documento até o momento, mas é uma ideia.

Do ponto de vista comercial, então, temos muito o que fazer.

Há uma dificuldade, e essa dificuldade atinge também o aspecto de visto, o aspecto turístico, que é justamente a isenção do visto para os estonianos, porque nós já gozamos dessa isenção de visto em passaportes comuns para os brasileiros que vão à Estônia. E gozamos disso por força de uma decisão comunitária de 2004. Nós já negociamos um texto de um acordo de isenção de visto para os estonianos para que eles possam ter o mesmo acesso livre, de visto, ao Brasil e, aí, incrementar o turismo e facilitar as relações comerciais. Este acordo já foi negociado, já foi aprovado pelo Parlamento Europeu, mas submetido ao Conselho da Europa. É apenas uma questão de tempo dentro da burocracia da União Europeia, mas parece que está em fase de apreciação e poderá, então, ser submetida ao Congresso para aprovação, e esse será um grande marco se conseguirmos logo superar esse obstáculo.

O desenvolvimento turístico é um pouco complicado, sobre o aspecto da distância, da falta de voos diretos, mas isso talvez seja superado. Houve ainda, neste ano, a participação de agentes de turismo brasileiros e da empresa aérea TAM numa feira que se chama Tour Est, dedicada ao assunto. Então, há o interesse da parte brasileira. Creio que, malgrado o problema preço, porque o destino de longo curso dos estonianos preferido é a Tailândia, que é um pouquinho mais barato do que o Brasil; mas isso, talvez com pacotes turísticos, se possa ajeitar.

Do ponto de vista cultural, há outros elementos.

Mas, creio que já falei o essencial e prefiro, então, deixar outros esclarecimentos para eventuais perguntas que haja.

Agradeço muito a atenção dos senhores,
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado, Embaixador Sênior Eliseu, Ministro

de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira Diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

Vamos conceder a palavra às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores inscritos para as indagações aos indicados presentes e com assento à mesa.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, Embaixadora Ana Maria, Embaixador Vergniaud.

O primeiro questionamento é para a Embaixadora Ana Maria. Vendo aqui os dados sobre a situação política da Zâmbia, chama-me a atenção que, do ponto de vista político, e em especial na região em que a Zâmbia está, na África Centro Meridional, a Zâmbia é uma exceção de estabilidade política no Continente, desde a sua independência. Entretanto, pelas informações que nos chegaram, temos um ambiente de tensão política, após a eleição do atual Presidente Rupiah Banda – acredito que seja assim a denominação ao nome do Presidente da Zâmbia –, então, parece-me que esse é um momento de tensão atual. A pergunta é nesse sentido. Essa tensão, em decorrência da eleição do atual presidente, que era vice do presidente anterior, pode ter alguma repercussão na estabilidade do país? E, mais adiante: como a região meridional da África tem tido um processo – tivemos o regime do *apartheid* por muitos anos, e tivemos, no conjunto dos países ali do sul, um clima de instabilidade política, a situação política hoje não é a mesma, a da África do Sul tem uma democracia estável e os demais países também estão estabilizados. Esta instabilidade atual, em Zâmbia, pode ter maiores consequências? Pergunto ainda nesse sentido: próximo a Zâmbia, no conjunto dos países africanos, nós temos um problema criado pelas fronteiras europeias. Os europeus demarcaram as fronteiras, mas ao construírem as atuais fronteiras acabaram criando uma grande explosão de conflitos étnicos no continente. Isso aí ficou fortemente marcado na década de 90, com os acontecimentos em Ruanda. Essa possibilidade de conflitos étnicos, que é muito presente na África, de conflitos tribais, é uma possibilidade também na Zâmbia?

São estas as perguntas para a Sr^a Embaixadora. E, para o Embaixador Vergniaud – acertei a pronúncia –, a história da Estônia, da vizinhança com a Rússia, esta vizinhança, parece-me que, ao longo do tempo, tem sido um incômodo para a própria Estônia. A Estônia se torna independente em 1918 e é ocupada pelas tropas nazistas; é, antes, anexada pela União Soviética e depois é reanexada. O que me chamou a atenção nos dados políticos da Estônia é que nas últimas eleições lá, eu não vejo a presença de partidos de esquerda.

O partido que tem a maioria no parlamento é o partido da reforma, que é um partido que se define como de centro-direita; o partido de centro tem a segunda bancada e se define como centro-esquerda; o partido pró-pátria e rés pública são partidos conservadores, aí temos o partido social democrata, enfim, é curioso um país que foi ocupado pela União Soviética durante quase todo o século XX não ter um partido comunista ou um partido em que se reivindique tipicamente o partido, claramente como um partido de esquerda. Vejo que tem um conjunto de tensões da Estônia – sempre tem alguma razão de tensão – com a federação russa. Nesse sentido, a pergunta é a seguinte: o fato de a Estônia ter um governo mais ocidentalizado, denominadamente liberal, e se afastar cada vez mais da política russa, inclusive do histórico de pertencer à União Soviética e também o fato de ela estar na OTAN, isto não pode aguçar as relações, não pode ter como decorrência a deteriorização das relações com a Rússia? E quais os resultados dessa provável e eventual tensão?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra a Sr^a Ministra.

A SR^a ANA MARIA PINTO MORALES – Obrigada.

Obrigada por sua pergunta. Eu acho que essa questão política na Zâmbia é muito interessante, uma vez que, falando da última eleição do atual presidente, ele está exercendo um mandato tampão. Com a morte do titular, ele venceu a última eleição.

Temos três grandes partidos políticos na Zâmbia, que o partido à frente do qual Kenneth Kaunda dominou a cena política nas primeiras décadas de independência. Houve muita fragmentação na eleição de 2001. Esta eleição ficou muito polarizada, principalmente com a eleição do Banda foi polarizado todo o debate político entre o MMD e a frente patriótica de Michael Sata. E a fraqueza do outro grande partido, do Kenneth Kaunda houve uma debilidade com o afastamento dele da vida política. Essa polarização tem muito a ver com a fragmentação e com o sistema de eleição.

Na Zâmbia, o Presidente não é eleito com 50+1. Então, ele tem apenas um turno e o que mais voto recebe é eleito. Isso gera muita discussão, há muita tensão típica da campanha atual, mas não há o elemento tribal, uma vez que Kenneth Kaunda enfraqueceu essas tensões. É um país dos mais urbanizados de toda a África Subsaariana, então perdeu o elemento tribal na discussão política. Há sim líderes locais, mas a discussão, hoje, é entre grandes partidos nacionais. Então, a tensão existe, o perigo de instabilidade sempre existe, mas a conjuntura é outra. Os países em volta estão já numa fase posterior aos conflitos internos; a

possibilidade de que o povo zambiano reeleja Banda é muito grande nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sra. Ministra, com a palavra o Ministro Vergniaud..

O SR. VERGNIAUD ELYSEU FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero apenas fazer um pequeno esclarecimento. O Presidente havia me perguntado sobre bases militares. Efetivamente houve, durante a dominação soviética. Mas não creio que seja o caso atualmente. A Estônia zela muito pela sua independência nos dias de hoje, e é membro da OTAN. Foi a primeira grande agremiação a que ela se filiou antes mesmo da União Europeia.

Mas, entrando diretamente na pergunta do Senador Randolfe, eu gostaria realmente de tocar nesse ponto da seguinte forma. Ele lembrou que não existe partido de esquerda. Na verdade, o partido do centro, que está na oposição é, na realidade, um partido de centro-esquerda. E o partido que se chama União Popular da Estônia é o que tem defendido os interesses das minorias russas. De modo que há, sim, uma representação de uma visão mais à esquerda dentro da Estônia. Os partidos têm ficado relegados à oposição o que não é surpreendente em um país que preza muito a sua independência em relação, especialmente, à antiga União Soviética.

Mas há um ponto interessante que foi revelado nessa eleição de 6 de março de 2011, que é o desempenho do Partido Social Democrata. A social democracia, na Estônia, não tinha assim grande impacto e houve uma queda ... Inclusive, os analistas dão o Partido Social Democrata como o grande vitorioso das eleições desse ano, porque eles tinham 10 assentos no parlamento subiram para 19. Nenhum outro partido teve um desempenho comparável. Eles estão com 17,1% dos votos, embora não façam parte da coalizão subiram muito. E subiram muito por quê? Porque a crise econômica internacional ajudou a colocar o foco sobre aspectos mais sociais e temas sociais, naturalmente, são mais caros a partidos de esquerda do que a partidos conservadores, que têm uma visão mais pragmática. Então, acho que essa votação expressiva, muito expressiva da social democracia revela uma certa mudança de posição filosófica dos eleitores estonianos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues, V. Ex^a está satisfeito?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

Senador João Pedro com a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, chama a atenção, evidentemente, de forma positiva, o que quero dialogar com a Sr^a Ana Maria Pinto Morales. De antemão, quero desejar um período exitoso na África. Mas, me chama a atenção, lendo aqui sobre os tratados de cooperação do Brasil com a Zâmbia que, na realidade, começa em 1980, a relação de cooperação de amizade e tem um vácuo e se observa os tratados em 2010.

O que quero refletir aqui? Primeiro, quero aplaudir a política externa brasileira no sentido da aproximação com os países africanos, mas precisamos intensificar isso com um projeto estratégico na relação do Brasil, nesse caso específico, com a Zâmbia. Olhamos a presença do Brasil com acordos bilaterais em 1980, que entraram em vigor em 1986, e aí há um vazio. Então, espero que essa relação seja profunda, seja estreita, seja soberana.

As informações que V. Ex^a nos deu acerca da vontade de fortalecer a estabilidade política, econômica e social na Zâmbia são muito importantes para aquele povo. Inclusive, há um tratado de cooperação no que diz respeito ao tratamento do HIV, o que é muito importante para o povo africano. O campo da segurança alimentar, quero chamar a atenção para isso. A liderança do Brasil a cada dia galga importância, haja vista a reunião que está acontecendo agora com os países que compõem o BRIC. A viagem da Presidenta Dilma à China demonstra o papel do Brasil no mundo. Então, aprofundar a relação do Brasil com a Zâmbia, com os países africanos, é muito importante para a África. Um país como o Brasil, que tem liderança internacional, precisa olhar para o povo africano.

Desejo que a presença de V. Ex^a aqui demonstre a intenção de não só corrigirmos a indiferença dos países ricos e dos países em desenvolvimento em relação à África, mas também de materializarmos uma relação solidária, soberana e profunda entre o Brasil e o povo da África, entre setores culturais e econômicos do Brasil com o povo da Zâmbia. Desejo-lhe sucesso na empreitada na Zâmbia!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

A palavra continua facultada à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada.

Na realidade, eu gostaria de parabenizar a exposição dos Embaixadores aqui.

Cumprimento o Embaixador Vergniaud. Desejo-lhe também muito sucesso. É um grande desafio, pelo

que o senhor nos disse aqui. Espero que possamos contribuir nesse processo, sempre que necessário.

Também desejo à Ministra Ana Maria muito sucesso. Fiquei muito impressionada com seu entusiasmo com o continente africano. Quero reforçar as palavras do nosso Senador João Pedro sobre a importância disso para nós.

Tenho apenas uma dúvida: anteriormente, havia uma embaixada nossa na Zâmbia, mas fechamos essa embaixada e a reabrimos agora. Isso teve a ver com a situação política do País, ou foi mais uma questão de contenção de recursos do Itamaraty? Eu queria somente que isso fosse esclarecido.

De fato, quero desejar-lhe muito sucesso. Colocamo-nos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem a palavra a Sr^a Ministra.

A SR^a ANA MARIA PINTO MORALES – Muito obrigada pelas palavras de V. Ex^{as}. A parceria entre Itamaraty e Congresso Nacional é importantíssima para a política externa. Realmente, é muito gratificante ouvi-los nesse sentido.

Estabelecemos nossa primeira embaixada na década de 70. Nós a abrimos em 1982 e a fechamos em 1996. Nossas relações diplomáticas devem datar do início da década de 70. Como eu havia dito na minha apresentação, houve um período em que esses países, toda essa região da África Austral esteve muito concentrada nos conflitos regionais.

Com a nossa embaixada em Zimbábue, em Harare, participávamos de reuniões de países de linhas de frente, e, nesse período em que decaiu muito a nossa atuação na Zâmbia, eu estava lá; estava exatamente chefiando a missão no Zimbábue. Nós éramos muito ativos, aí houve a abertura, o *apartheid* foi destruído. E, aí, começou uma rivalidade entre o Presidente Mugabe e o Presidente Mandela, este com toda a sua personalidade, o seu brilho, e houve décadas, dos anos 60 aos 90, de concentração de toda a política regional nos conflitos entre os países ali. E o Brasil estava numa fase em que fechava embaixadas; como de fato fechou embaixadas, fechou consulados. Era um estágio por que nós passamos e que, embora eu não pretenda justificar, acho que essa nossa nova investida, nesse novo século, é realmente importantíssima. E, justamente coincide com a estabilidade, sim. A estabilidade levou a uma abertura econômica muito importante, a uma relevância muito maior desses países para a política externa brasileira. Acho que o Presidente Lula foi muito sensível a isso quando ele, a partir de 2003, começou a dar uma grande ênfase ao Continente africano, visitando vários países, realizou várias visitas à África. E aí nós começamos a desenvolver projetos. Os pro-

jetos, sim... O acordo marco de cooperação é antigo, mas não tínhamos nenhum ajuste complementar, nenhum projeto específico. Agora, eles proliferaram. De 2003 para cá, é o momento. Em 2006, Zâmbia abriu a embaixada residente aqui em Brasília; em 2007, nós reabrimos a nossa em Lusaka. A partir daí se intensificou o diálogo, e é realmente uma nova etapa, uma etapa em que os países estão muito mais integrados; é uma etapa de pujança econômica, de melhor uso dos seus recursos nacionais, para que nós possamos cooperar melhor. Acho que a reorganização, a nova vivência dos dois países é algo histórico.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Satisfeita, Senadora, com a resposta? (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se concordam que possamos dar início ao processo de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A Mesa aguarda a presença dos Srs. Senadores para receber a cédula e proceder à votação dos indicados.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, primeiro eu gostaria de justificar a minha ausência nas primeiras três votações ocorridas aqui para embaixadores em função cumulativa. Estive presente hoje no ato de iniciativa do Deputado Marcon, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, com a presença de representantes do MST, para a memória dos quinze anos do massacre de Eldorado de Carajás. Lá, precisei usar da palavra exatamente no momento em que houve a votação. Então, gostaria de registrar o meu voto favorável às três indicações de embaixadores para cargos cumulativos.

Mas quero cumprimentar a Ministra Ana Maria Pinto Morales, indicada para ser embaixadora em Zâmbia, e o Embaixador Verginaud Elyzeu Filho, indicado para ser Embaixador na Estônia.

E estava observando ali, no mapa de Zâmbia, que se trata de um dos países que não tem vizinhança seja com o Oceano Atlântico ou com o Oceano Índico do lado mais oriental das nações africanas.

Gostaria de saber por onde escoam as principais exportações e onde são realizadas as importações de Zâmbia por via marítima. Se mais do lado ocidental ou oriental, porque Zâmbia está exatamente no centro da África. E notei que, por uma faixa bastante estreita, Zâmbia, que é um país bastante grande, tem também uma fronteira com a Namíbia. E queria informar a V. S^a

que estive, em fevereiro último, na Namíbia para conhecer de perto uma experiência pioneira em uma vila de apenas mil habitantes, uma vila rural muito pobre, onde há três anos se iniciou a experiência pioneira de uma renda básica igual para todos os seus mil habitantes, da ordem de US\$100,00 da Namíbia por mês. Uma experiência com resultados muito significativos e positivos. Eu imagino que isso possa estar tendo repercussão em Zâmbia. E gostaria de estimular que esse debate possa, de fato, ali ocorrer.

Zâmbia tem um Coeficiente de Gini de desigualdade um pouco abaixo apenas... Melhor do que o do Brasil, 0,507. Estamos com nosso Coeficiente de Gini melhor do que há oito, dez anos, que era acima de 0,60, nos anos 90, agora, próximo de 0,53, 0,52. Zâmbia tem 0,507, mas ainda é um país muito pobre e dos mais desiguais. E com um IDH de 0,395, colocando-se, portanto, em 150º lugar dentre os países relatados no Pnud. Nós brasileiros, por exemplo, estamos, no último relatório do Pnud, com 0,699, em 73º lugar.

Então, gostaria de me colocar à disposição da senhora, como Embaixadora, porque tenho interagido muito com os países da África no debate a respeito do tema da renda básica. E vou transmitir a ambos os indicados tanto meu livro quanto a palestra mais recente que realizei, no Congresso norte-americano, a respeito da renda básica, em 27 de fevereiro último. E gostaria também de me colocar à disposição sobre esse tema junto ao Embaixador Vergniaud Elyseu Filho, mas fico surpreso com o grau do Coeficiente de Gini da Estônia.

E gostaria até de perguntar: o senhor mencionou que na Estônia não há propriamente um partido, digamos, mais à esquerda. Tem de centro e de centro-esquerda, pelo que entendi. Mas é interessante observar que a Estônia tem hoje um Coeficiente de Gini de 0,36. Portanto, indicando, em relação a quase todos os países, ser um dos países com grau de igualdade relativa bastante acentuado e um IDH também relativamente alto. Não que o PIB *per capita* da Estônia seja dos mais altos, mas o IDH, classificando-se em 34º lugar, é de 0,812, bastante alto.

Gostaria de lhe perguntar: esse coeficiente de desigualdade bastante baixo e o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano bastante alto deram-se mais em função das ações recentes, após a independência da Estônia em relação à União Soviética, ou tem muito que ver com o período em que ela viveu como uma parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas? Foram as instituições daquele período da União Soviética que, de alguma forma, em alguns aspectos, perderam? E como é hoje o conjunto das instituições da Estônia?

O que perdura em relação ao período do regime socialista e em que medida a Estônia tem conseguido hoje harmonizar, digamos, a democracia com um regime de mercado, mas, ao mesmo tempo, com instituições que a têm levado a ter esta característica de alto IDH e baixo coeficiente de desigualdade?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, a Srª Ministra.

A SRª ANA MARIA MORALES – Obrigada.

Senador Suplicy, V. Exª toca num ponto que é essencial, realmente: a questão da insularidade e da mediterraneidade da Zâmbia. A Zâmbia tem problemas. A preocupação que sempre guiou, como havia dito na minha apresentação, a política externa de Kaunga é esta convicção de que é preciso haver paz, para que tenham canais com seus vizinhos, para que tenham relações estáveis, para que os canais... Ela depende dos vizinhos para escoar suas exportações e para importar produtos essenciais.

No momento, Durban, na África do Sul, é o porto utilizado, o mais utilizado para as exportações. Então, corta-se Zimbábue e vai-se à África do Sul, a Durban. Por Tanzânia, também há um outro canal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A senhora poderia repetir, por favor?

A SRª ANA MARIA MORALES – Durban não está no mapa; é um porto importante da África do Sul, por onde se escoam... Esse é o caminho tradicional, até o momento, de escoamento de exportações e importações, porque o grande fornecedor do mercado de Zâmbia é a África do Sul, um grande parceiro na região.

Então, o canal de escoamento de exportações e a via de importação são a África do Sul.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E mesmo as exportações brasileiras vão até o outro lado...

A SRª ANA MARIA MORALES – Também utilizam, inclusive... É difícil de...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... ou passam em porto da Namíbia ou da África do Sul, mais abaixo?

A SRª ANA MARIA MORALES – África do Sul. África do Sul, muito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No Atlântico ou...

A SRª ANA MARIA MORALES – Do outro lado. Durban está no lado do Índico. O que ocorre é que muitas das exportações nossas... Os produtos entram na África do Sul, são reembalados e reexportados para Zâmbia como produtos sul-africanos; não entram nas estatísticas.

Nós temos estatísticas bastante... não são tão confiáveis em função disso. Agora, nós temos um grande superávit, que diminuiu um pouco com Zâmbia. Esse é um dos fatores de dificuldade para se calcular exatamente os valores de comércio.

Por Tanzânia, mais ao norte, há outro canal. Zâmbia tem um caminho estimulado mais recentemente. O interesse da Zâmbia é Moçambique, atualmente, e Angola. Zâmbia tem um projeto de saída por Luanda, o corredor de Lobito, que querem reestruturar – isso é importante para a saída para o Atlântico –, e os portos de Angola, que são mais próximos que Durban. Há dois portos em Moçambique que vão ser muito interessantes para a Zâmbia, e a Vale vai ter um papel fundamental para a construção dessas ferrovias. Terá que haver, pelo menos, para a Vale dois portos em Moçambique, porque um só não será suficiente. A Vale vai ser um dos maiores produtores de cobre e cobalto, cobre principalmente, nessa região. O Brasil importa essencialmente cobalto da Zâmbia, não importamos cobre. Mas a região produtora é a mesma, é o Copperbelt da Zâmbia, e deve escoar por dois portos. Isso é algo em que proximamente vamos estar com empresas envolvidas em reconstrução, em ampliação de portos e construção de vias, rodovias e ferrovias. E Angola será importante para o Atlântico, Tanzânia já é usado, mas o mais importante é Durban na África do Sul.

E essas informações sobre renda mínima são fundamentais para mim.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Ministra.

Sr. Ministro Vergniaud.

O SR. VERGNIAUD ELYSEU FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Suplicy, ouvi com atenção a sua pergunta. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que uma resposta realmente autorizada sobre esse aspecto requereria um aprofundamento bastante maior da história da Estônia. Mas me parece que o sob o domínio soviético, obviamente, deve ter havido um certo achatamento de diferenças sociais e isto terá contribuído para uma sociedade sem grandes disparidades. No entanto, acredito que uma influência extremamente positiva, nessa característica social da Estônia, é a proximidade muito grande com a Suécia. A Estônia, inclusive, esteve sob domínio sueco numa gestão considerada benigna no seu passado mais remoto. Mas mais recentemente, a cooperação com países nórdicos, em especial a Suécia, certamente revelou uma proximidade muito grande de perspectivas sociais. Como o senhor sabe, a Suécia é um país de uma sociedade extremamente igualitária.

É claro que vem retrocedendo um pouco em governos mais recentes, mas com um sistema social fantástico, com garantias, enfim todos os cuidados básicos, educação, saúde para toda a população e isso, certamente, é uma influência muito positiva na composição da sociedade estoniana, que por ter, também, uma população pequena, é um país de população pequena, é mais fácil de implementar um sistema socialmente mais justo, aparentemente.

Então, creio que esses dois fatores terão tido alguma influência nesse Índice de Desenvolvimento Humano positivo. É verdade que a economia de mercado, tal como aplicada na Estônia, não configuraria, a meu ver, nada parecido com tipo de capitalismo selvagem. É sim uma economia de mercado aberto, mas que preserva certas instituições, e acredito que o governo também tenha um papel essencial em estimular elementos básicos na sociedade.

Então, essa é uma resposta que eu poderia dar neste momento, sem, digamos um estudo mais aprofundado para saber se outros fatores poderiam ter influenciado esse resultado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pergunto ao Senador Suplicy se está satisfeito.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, quero ser breve, apenas para saudar os Ministros, desejar a eles muito sucesso no desempenho da função e dizer da minha satisfação de ver uma Ministra ocupar um cargo na Zâmbia. Por quê? Porque acho que as relações diplomáticas, especialmente na África, ganham muito com o toque feminino. Acho que a alma feminina é imprescindível para se compreender a África na sua grande dimensão.

Não podemos nos esquecer de que, na década de 60, a África era palco para todas as utopias. Todos olhavam a África com imensa esperança, achando que se alcançaria o caminho do progresso, desenvolvimento e até do sonho da sua unidade. Mas quem hoje visita a África, quem hoje corre a África vê, com certo desalento, conflitos étnicos. Aqueles jovens que foram responsáveis pelo processo de libertação estudaram na Europa, na Alemanha, na França, e trouxeram para a África, talvez, a pior doutrina política que já se inventou, que a teoria das nacionalidades. Embora não se saiba muito bem o que é uma nação, isso caiu, diríamos assim, num terreno fértil, porque o homem africano não é zambiano, não é africano do sul, não é moçambicano; ele é zulu, xhosa, tswana, xan-

gani ipedi bembe, ele é o homem da sua tribo, ele é o home da sua etnia, homem do seu clã, da sua família e, normalmente, deve lealdade primária ao seu chefe tribal. E eles têm a sua língua, sua maneira de ser, de comer, de vestir.

De tal maneira que começa um confisco cambial tremendo do campo para a cidade, para se criar a estrutura de Estado. E, quando se percebe que será no Estado, na capital, na área urbana a distribuição das benesses do poder, os conflitos todos aparecem sobretudo se o sujeito pertencer ao clã, à tribo, à linhagem do governante. Então, há conflitos, décadas de conflito em todos os países de um modo geral.

Agora, o povo africano é extremamente criativo, amoroso. Uma das coisas mais lindas que já vi na minha vida – acho que já citei isto aqui – é a porta de uma escola na África. Pode ser em Burkina Faso, na Zâmbia, pode ser em Angola, Quênia, Malawi, Uganda. É uma beleza, é um primor vemos aquelas crianças tão arrumadinhas, às vezes, saindo de casas tão precárias, e os pais com tanto orgulho de verem essas crianças estudando.

Lá na Zâmbia, eu tive problemas. Há dezessete anos, tivemos problemas. Fui até a Suprema Corte, ganhei, mas não adiantou. Por quê? Porque o Presidente não respeitou a decisão da Suprema Corte. Hoje, graças a Deus, temos um país que sempre foi pacífico, mas agora está muito mais institucionalizado. Há a Bolsa de Valores, que funciona, mercado de capitais, estão atraindo investimento, o Presidente Rupiah Banda é um homem de cabeça muito aberta, o Embaixador já fez uma grande administração, mas agora vai, sem dúvida alguma, melhorar ainda mais com essa ilustre dama gaúcha que vai dirigir nossa diplomacia. Desejo a ela toda sorte de sucessos. Eu pediria a ambos acerca da questão dos brasileiros. Fui Presidente de uma CPI há sete anos que tratou dos brasileiros da diáspora. Já vou concluir, Sr. Presidente. E produzimos um relatório que hoje jê muito utilizado no Itamaraty e deu início a várias proposições legislativas, algumas já aprovadas pelo Presidente, outras ainda tramitando. Há brasileiros na Zâmbia. Na Letônia, não sei. Então, peço aos Srs. Embaixadores e aos Srs. Cônsules que verificassem e se aproximassem da colônia. É realmente extraordinário. Esses brasileiros da diáspora mandam para o Brasil, seis, sete bilhões de dólares por ano. Não há nada que tenha tanto valor agregado quanto essas remessas que eles, com sacrifício, enviam para suas famílias. Era só isso, Sr. Presidente. Mais uma vez, quero me congratular, confraternizar por estarmos aqui diante de dois grandes profissionais, pelo seus currículos, por suas biografias, da nossa diplomacia e por saber que o nosso Brasil vai estender seus laços

culturais e econômicos para a Europa e também para a África. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Antes de encerrar a reunião, concedo a palavra ao Senador Aníbal Diniz, pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Não tenho propriamente uma indagação a fazer, tenho uma manifestação de um voto de absoluto sucesso para a Ministra Ana Maria Morales e sua missão lá na Zâmbia. Da mesma forma, para o Ministro Vergniaud Elyseu Filho, na sua missão lá na Estônia. São realidades bem diferenciadas em que os interesses do Brasil são também diferenciados, mas me sinto absolutamente contemplado com a manifestação de sensibilidade e de interesse da Ministra Ana Maria Morales em levar uma diplomacia solidária àquela região do continente africano. Ao Sr. Vergniaud, de todas as curiosidades que pudemos ver da República da Estônia, primeiramente, sentimos esse interesse em aproximação maior com o Brasil, verificado na sua simplificação, na sua dispensa da utilização de visto para a entrada de turistas brasileiros naquele país. E, sendo um país integrante da União européia, significa que também eles estão dando uma demonstração de carinho e de apreço para com o povo brasileiro que, às vezes, tem sido maltratado em alguns aeroportos da Europa.

Então, acho que a gente pode pegar esse exemplo como sendo de boa vizinhança, o qual a gente tem de retribuir e estabelecer essa reciprocidade.

Por último, a curiosidade em relação à tecnologia da informação, que eles têm se pautado muito por um governo eletrônico. Cidadãos estonianos são cidadãos *on line*, que executam as suas relações, os seus pagamentos de impostos, os seus serviços para com o estado, praticamente tudo *on line*, algo que pode, numa relação de parceria com o Brasil, a gente trazer experiência para cá. Então, isso tudo me deixa muito à vontade e feliz com sua indicação.

Quero dizer que estou completamente orgulhoso por essa decisão da Presidente Dilma, e tenho certeza de que é a decisão também desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e desejar aqui os meus votos de absoluto sucesso para bem representar o Brasil naquela República.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Anibal Cruz.

De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada, a partir de agora, em secreta, a fim de que os Srs. Embaixadores, depois dessa arguição, aguardem o resultado da apuração.

Designo a Senadora Ana Amélia para atuar como Secretária, de acordo como art. 16, §2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Estando reaberta a nossa reunião e dando prosseguimento à nossa pauta, para registro processual, designo o Senador Vital do Rêgo como relator *ad hoc* da Mensagem nº 30, de 2011, item 1 da nossa pauta, cuja relatoria pertencia ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Designo ainda a Senadora Gleisi Hoffmann como relatora *ad hoc* da Mensagem nº 48, de 2001, item 3 da nossa pauta, cujo relator original era o Senador Cristovam Buarque.

Gostaria de dar conhecimento a todos os senhores e senhoras presentes do resultado da apuração dos votos conferidos à Srª Ana Maria Pinto Morales, indicada Embaixadora na República da Zâmbia, e ao Sr. Vergniaud Elyseu Filho, para a República da Estônia. Ambos foram aprovados pela unanimidade dos votos dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras desta comissão, obtendo cada um 15 votos favoráveis.

Item 6. Não terminativo.

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 31, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Djibuti.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Acir Gurgacz.

Indico o Senador João Pedro como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Da relatoria.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão do preceito regimental, o currículo da indicada. Nascida em Aimorés, Minas Gerais, em 20 de dezembro de 1954, ingressou na carreira diplomática em 1983 por concurso, tornando-se Terceira Secretária no ano seguinte. Entre as funções desempenhadas na administração pública, destacam-se: Assistente da Divisão de América Meridional, 1994, Assistente da Divisão Pessoal, 1997, Subchefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1998.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Cônsul Adjunto no Consulado Geral de Milão, em 1990, de Conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas, em 2007, e de Embaixadora em Adis-Abeba, em 2010.

No tocante ao relacionamento bilateral, convém registrar que o Brasil estabeleceu relações com o Djibuti, em outubro de 1996, mediante assinatura do comunicado conjunto pelos seus respectivos representantes permanentes nas Nações Unidas, de acordo com a nota enviada pelo Itamaraty. Embora o relacionamento bilateral ainda seja incipiente, os dois países têm buscado maior aproximação nos últimos anos.

O Presidente djibutiano também já esteve no Brasil, em 2005, para participar da Cúpula América do Sul – Países Árabes.

Em março de 2009, lembra o documento do Ministério das Relações Exteriores, realizou-se, na Chancelaria djibutiana, a cerimônia de entrega de credenciais à então Embaixadora não residente do Brasil em Djibuti, Ana Maria Sampaio Fernandes. Seguiram-se manifestações de interesse no desenvolvimento da cooperação técnica e na maior aproximação entre os dois países. Tem-se dado importância à aproximação bilateral na área agrícola.

Nos últimos anos, o intercâmbio comercial bilateral tem-se resumido basicamente a exportações do Brasil para Djibuti, em proporções bastante modestas, assevera o relatório do Itamaraty. Nesse sentido, o açúcar é o principal produto exportado, mas também constam da pauta comercial máquinas, peças mecânicas e carne de aves. Há ainda a participação de construtoras brasileiras em obras portuárias na cidade de Djibuti, considerada de extrema importância para a economia do País.

É importante observar, ademais, que, nos últimos anos, a economia djibutiana tem crescido de forma significativa. Segundo os dados do Banco Mundial, o país cresceu 5% em 2009, sobretudo em função dos investimentos estrangeiros na infraestrutura portuária.

A projeção do FMI para 2011 é de um aumento do Produto Interno Bruto da ordem de 6,5%, sendo que as estimativas de valores para as exportações e importações seriam, respectivamente, US\$986,5 milhões e US\$1,676 bilhão.

Ante o exposto, Srs. Senadores, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do parágrafo segundo do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 7º da pauta, não terminativo. Mensagem do Senado Federal nº 58, de 2011.

Submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Autoria: Presidenta da República; Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Ministro Francisco Dornelles, para proferir seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria, antes de entrar diretamente no relatório, dizer que V. Exª tem uma situação ímpar. V. Exª pensa que é alagoano, e consideramos V. Exª carioca.

Durante o período em que V. Exª esteve na Presidência da República, mostrou um carinho especial ao Rio. Há obras importantes no Rio decorrentes do seu processo decisório. V. Exª foi responsável pelo sucesso da Rio 92.

Queria, como Senador do Rio, agradecer à V. Exª a criação da Subcomissão Rio +20, que será capitaneada por V. Exª nesta Comissão e que, estou certo, será extremamente importante para acompanhar tudo que vai ocorrer no Rio, nos próximos anos.

O Rio vai sediar importantes eventos. E V. Exª mostrou, mais uma vez, a sua preocupação e o seu amor pelo Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Ministro Francisco Dornelles, pelas suas sempre generosas palavras.

Tem V. Exª a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz ao Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador José Viegas Filho ingressou na carreira diplomática em 1964

e tornou-se Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1992.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores, destacam-se a de Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, Chefe da Equipe Brasileira de Negociação de Reforma do Tratado de Tlatelolco, Embaixador em Copenhague, Lima, Moscou, Madri e Roma, além de ter ocupado o cargo de Ministro de Estado de Defesa.

O Embaixador Viegas é um daqueles diplomatas que honram o Itamaraty pela sua competência, pela sua idoneidade, pelos grandes trabalhos prestados ao País.

As relações entre o Brasil e Malta não são intensas, tendo atualmente como foco a cooperação financeira e a isenção de vistos. Sobre esse último ponto, importa destacar que Malta descartou unilateralmente a exigência de visto para turistas brasileiros e que é importante que venha a receber o mesmo tratamento.

No âmbito das trocas comerciais, observam-se déficits para o Brasil, que tem importado circuitos integrados, e nós exportamos açúcar, carne bovina e mercadoria de embarcações.

Malta é uma república parlamentarista, majoritariamente católica, composta por três ilhas principais, Malta, Gozo e Comino. País neutro militarmente, parte da União Européia, tem uma das maiores densidades populacionais do mundo.

Sr. Presidente, em vista das informações e do conceito e da capacidade do Embaixador José Viegas Filho, o meu parecer é favorável a que seja aprovada a sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Ministro Francisco Dornelles.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 8, também em caráter não terminativo: Mensagem do Senado Federal nº 33, de 2011. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Fernando de Andrade Serra, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, da mesma forma que o Senador Ministro Dornelles, eu queria, antes de proferir o meu relatório, registrar o meu agradecimento pela designação para compormos a subcomissão especial que vai acompanhar a Conferência Rio + 20. V. Ex^a tem uma relação direta com o acontecimento dessa Conferência. Como já foi destacado pelo Ministro Dornelles, foi sob a sua gestão na Presidência da República que realizamos o que considero a mais importante conferência que tivemos no planeta nos últimos vinte anos, que foi a Eco 92 no Rio de Janeiro. Conferência inclusive na qual o Brasil deu exemplo ao mundo. Por isso lhe parabeno pela sua organização e por sediar uma conferência de tal porte. Da mesma forma, V. Ex^a acolheu aqui o requerimento do Senador Cristovam e deu célere encaminhamento para a constituição dessa subcomissão que, utilizando as palavras do Senador Cristovam, creio que será o mais importante evento da década. Teremos Olimpíadas no Brasil, teremos Copa do Mundo, mas nenhum será tão importante quanto essa conferência que teremos ano que vem no Rio de Janeiro. Sou de um Estado da Amazônia e seis dos dezesseis municípios do meu Estado no dia de hoje estão sob estado de emergência em virtude das fortes chuvas lá ocorridas. Isso está acontecendo no Amapá, está acontecendo no Acre, o que não ocorria em outros tempos, em outras chuvas. Chuvas na Amazônia temos há muito tempo, temos há séculos, há milênios, mas as de agora têm sido mais intensas. Isso é consequência direta das radicais mudanças climáticas que temos tido em nosso planeta. E V. Ex^a, à frente dessa Comissão, tem dado a importância que se deve para um encontro da maior magnitude, que é o encontro da semana que vem.

Então eu queria somente fazer esse registro, preliminarmente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Indo ao relatório, chega-nos a designação da Presidente da República para apreciação da indicação do Sr. Luiz Fernando de Andrade Serra, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.

A Constituição Federal atribui essa competência a nós, do Senado Federal. O Ministério das Relações Exteriores atendeu o preceito regimental enca-

minhando *curriculum vitae*, que rapidamente passo a descrever.

Nascido em dezembro de 1949 no Rio de Janeiro, filho de Valter de Almeida Serra e Maria Helena de Andrade, o Sr. Ministro concluiu o curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco em 1972.

O diplomata indicado desempenhou importantes cargos na chancelaria e, no exterior, foi Terceiro Secretário encarregado de negócios na Embaixada em Tunis em 1981; Assessor e Chefe substituto da Divisão da África I em 1984; Conselheiro encarregado de negócios na Embaixada em Moscou em 1988; Conselheiro da Embaixada em Paris em 1991; Subchefe da Secretaria de Relações com o Congresso em 1994; Ministro Conselheiro encarregado de negócios na Embaixada em Bonn em 1996; Ministro Conselheiro encarregado de negócios na Embaixada em Berlim; Assessor Chefe da Assessoria Internacional do Ministério das Comunicações e Embaixador em Burkina Fasso, em 2006.

Quanto ao posto para o qual foi indicado, o Sr. Luís Fernando cumpre trazer à colação algumas informações, também sobre a República de Cingapura.

A República de Cingapura estabeleceu-se definitivamente como estado soberano, em 1965, após integrar a federação independente da Malásia, durante dois anos.

Cingapura tem regime parlamentar estável e importante polo de negócios do Sudeste asiático, em função de sua base industrial de alta tecnologia e sua relevância como centro financeiro e entreposto comercial.

Cingapura está situada no estratégico estreito de Málaca, por onde passa a maior parte do petróleo do Oriente Médio, destinado aos mercados asiáticos. O porto de Cingapura é o maior do mundo em volume de contêineres, e constitui referência em termos de modernização e eficiência. Cingapura vem se tornando um dos maiores polos petroquímicos e de refino do petróleo, não somente do Sudeste da Ásia mas, também, de toda a Ásia.

O elevado grau de abertura da economia cingapuriana tornou o país extremamente vulnerável às oscilações do mercado externo, o que afetou o desempenho de sua economia, após a eclosão da crise financeira internacional. Teve crescimento negativo de 1,3% em 2009 e voltou a crescer em 2010, na estimativa de 8,4%.

O Brasil possui profícuas relações bilaterais com Cingapura; foi o principal parceiro comercial do Brasil na Associação de Nações do Sudeste Asiático.

A agenda bilateral entre o nosso País e Cingapura expandiu-se para novas áreas como logística portuária e aeroportuária, cooperação acadêmica e combate a doenças tropicais.

Cingapura ainda não conta com embaixador residente. É política de Cingapura manter poucas embaixadas residentes no exterior, que atualmente somam menos de duas dezenas. Cingapura mantém, desde 2006, escritório comercial em São Paulo.

Entre 2003 e 2008, antes que fossem sentidos os efeitos da crise internacional, o intercâmbio bilateral cresceu 411,8%, superando os US\$3.8 bilhões. Em 2009, o comércio caiu 49,2%, percentual que observado no comércio global brasileiro teve queda de 24,3%. O intercâmbio retomou o crescimento em 2010. O comércio em combustíveis é parte importante da pauta. O Brasil exporta óleo combustível e importa querosene de aviação e gásóleo, com forte atuação da Petrobrás.

Sendo assim, Presidente, essas são as informações prestadas. Considero que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores têm as informações necessárias e estão aptos para apreciar a designação do Embaixador brasileiro em Cingapura.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor . PTB – AL) – Muito obrigado Senador Randolfe Rodrigues pela leitura de seu relatório.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 9:

Não terminativo.

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 44, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art.52, inciso IV da Constituição Federal e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro, de 2006, o nome do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira da Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus.

Autoria: Presidenta da República

Senatoria: Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Cyro Miranda, relator da mensagem para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado Sr. Presidente, quero lhe agradecer

o privilégio de poder relatar a pessoa do Sr. Renato Luiz Rodrigues.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missões diplomáticas de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República deseja fazer do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Paulo Afonso Marques e de Eloá Rodrigues Marques, tendo nascido em 04 de março de 1944, em Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Ingressou na carreira diplomática em 1970, ano em que se tornou 3ª Secretário, promovido a Conselheiro em 1982, a Ministro de Segunda Classe em 1990 e a Ministro de Primeira Classe em 1997, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na área pública, destacam-se a de Chefe da Divisão Econômica Latino-Americana (1989), Chefe da Divisão de Programas e Promoção Comercial (1991), Chefe da Divisão de Operação Comercial (1992), Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (1993), Chefe do Departamento de Integração Latino-Americana (1994), Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Barcelona (1999), Embaixador em Kiev (2003). O indicado ostenta ainda inúmeras comendas outorgadas por diferentes países.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à Mensagem Presidencial sumário executivo sobre Belarus. O documento apresentado dá notícias históricas do relacionamento bilateral, bem como oferece informações relativas ao intercâmbio comercial entre os dois países. O Governo brasileiro reconhece, juntamente com a maioria da comunidade internacional, a independência da República da Bielorrússia em dezembro de 1991. No romper do ano seguinte, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países. Em setembro de 2010, o Brasil estabeleceu a embaixada residente em Minsk.

Visando aprofundar o relacionamento bilateral, o Presidente Lukashenko visitou o Brasil em março de 2010. Na oportunidade, foram abordados assuntos econômicos e comerciais, que resultaram em propostas de criação de Comissão de Comércio Brasil/Bielorrússia

e na possibilidade de instalação da montadora Bielorrússia em maquinário agrícola no Estado de Goiás.

O comércio bilateral, que ainda não é expressivo – R\$700 milhões –, apresenta-se superavitário para os bielorrussos. Importamos cloreto de potássio e óleo *diesel* e exportamos açúcar, fumo e caixas de marcha para veículos automotores.

Em conformidade com as informações da nossa Chancelaria, há um único ato bilateral vigente desde 2006: cuida-se do acordo para isenção de visto para passaportes diplomáticos oficiais ou de serviços.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Era somente isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

Passamos ao Item 10 da pauta, não terminativo.

ITEM 10

Não terminativo.

REQUERIMENTO Nº 319, DE 2010

Requer voto de apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), no período 2012-2015. A eleição ocorrerá durante a 37ª Sessão da Conferência da FAO, a realizar-se de 25 de junho a 02 de julho, de 2011, em Roma.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Anibal Diniz, para proferir o seu parecer.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Aceito o bom presságio para o meu futuro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – São parentes, não é, Senador? Então, está tudo em casa.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É uma coincidência apenas.

Sr. Presidente, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, o Requerimento nº 319, de 2011, objetiva a apresentação de voto de apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no período de 2012 a 2015. O autor esclarece ainda que a eleição ocorrerá durante

a 37ª sessão da Conferência da FAO, a realizar-se de 25 de junho a 02 de julho, em Roma.

O Senador Suplicy justifica a iniciativa, tendo em conta a estatura intelectual e a trajetória profissional do candidato, bem como o exitoso programa de políticas públicas vocacionadas ao combate à pobreza realizado nos últimos anos em nosso país. A proposição veio a esta Comissão com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.

O requerimento em análise é, a vários títulos, louvável. A trajetória de vida do Professor Graziano é exemplar, seu currículo, superlativo. Nele observamos convergência entre experiência teórica e prática nos assuntos tratados pela organização internacional em causa. Nesse sentido, a sólida formação acadêmica no Brasil e no exterior nas áreas de segurança alimentar e nutricional, de agricultura e desenvolvimento rural, é manifesta.

Soma-se a essa circunstância, a atuação do candidato na promoção e no fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural no Brasil e no exterior. Entre nós, merece destaque a coordenação da elaboração do Programa Fome Zero; no exterior, a condição de Sub-Diretor da FAO e representante regional para a América Latina e Caribe.

Para além dessa importante dimensão pessoal, cumpre registrar a relevância do exemplo brasileiro para o mundo na busca da segurança alimentar e no combate à pobreza como consequência. Nosso país representa, nesse domínio, exemplo a ser seguido. Assim, a candidatura do Professor Graziano é coerente com as políticas públicas implementadas em nosso país nos últimos anos e representa o anseio de vê-las discutidas em foros multilaterais para a sua eventual adoção em outros países.

Deve-se recordar, por igual, que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura cuida de assunto que diz respeito diretamente à humanidade. Ela ganha, sim, em importância.

Trata-se, por fim, de entidade que contou desde o primeiro momento com o apoio decidido do Brasil. Lá brilhou, entre outros brasileiros, o grande Josué de Castro. Verifica-se, portanto, a consistência da candidatura, que merece, sem dúvida, nosso decidido apoio.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 319, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Muito obrigado, Senador Aníbal Diniz.

Em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, o Senador João Pedro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero agradecer o parecer do Senador Aníbal Diniz, que tão bem expôs o mérito e as razões pelas quais o Governo brasileiro – já o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o havia indicado, no que foi reforçado pela posição da Presidente Dilma Rousseff – indica José Graziano da Silva para ser o Diretor-Geral da FAO, posição que foi tão enobrecida nos anos 50 pelo nosso grande geógrafo, médico e cientista Josué de Castro, um dos precursores de tudo o que tem sido o combate à fome, à pobreza absoluta, prioridade maior da Presidente Dilma Rousseff.

Sou testemunha de como José Graziano da Silva, ao longo das últimas três décadas, como professor da Unicamp, mas também tantas vezes próximo ao Presidente Lula, constituiu-se num de seus principais assessores e teve papel fundamental nos programas de combate à fome e à pobreza absoluta no Brasil. Depois, foi designado Diretor da FAO para a América Latina em Santiago do Chile, onde nos últimos anos trabalhou. Graziano reúne os méritos para chegar a essa condição que, certamente, honraria o Governo brasileiro.

O Senador João Pedro há pouco me chamou a atenção para notícia que está na imprensa hoje, segundo a qual os diversos candidatos – são cinco – à Direção-Geral da FAO, portanto se trata de uma competição forte, de uma eleição democrática entre todos os países do mundo e ali José Graziano, certamente, expressou seus objetivos fundamentais e a forma de querer colaborar com todos os países, da mesma maneira como sempre fez ao longo de sua vida. Acho que se além do Poder Executivo, que fez a indicação, houver também o apoio do Congresso Nacional, do Senado Federal, isso fortalecerá essa candidatura numa disputa que, pelo que observamos na imprensa, será difícil, porque muito equilibrada, com bons candidatos. Por isso, acho que esse requerimento faz um sentido bastante grande.

Muito obrigado e obrigado ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero aplaudir a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e do Relator da matéria. Estamos votando e, na minha compreensão, é da natureza desta Comissão se manifestar em

relação a um organismo tão importante como a FAO. E fazer de forma peremptória a defesa de um ilustre brasileiro, estudioso, homem público, que é Francisco Graziano. Então, tem o meu apoio. Não é um espaço qualquer, haja vista a disputa em torno de 190 países, vários candidatos.

Mas quero destacar aqui que ontem, em Roma, já aconteceu o debate sobre o espaço da FAO. O nosso ilustre brasileiro já estava lá ontem. Assim, essa manifestação e a atenção do Senado a este debate é muito importante, como é importante aprovarmos uma moção não só porque o Brasil tem a contribuir, mas porque o Brasil está bem representado na FAO na figura do nosso querido professor José Graziano da Silva.

Parabéns pela iniciativa do nosso companheiro Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Da mesma forma, quero cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Aníbal Diniz por ter proferido o relatório pela indicação de tão importante brasileiro que, com certeza, com sucesso, honrará o nosso País à frente da FAO.

Não tendo mais...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pela ordem, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, quero fazer uma menção e uma proposição acerca do informe político e internacional dado pelo Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, no início desta reunião. S. Ex^a fez uma menção sobre a declaração do Ministério das Relações Exteriores da República de Cuba.

Quero, então, fazer uma proposição sobre a dimensão e o relato do Ministério das Relações Exteriores. Estou apresentando verbalmente e, em seguida, faço por escrito, para que esta Comissão possa dar para a ONU. E dentro da nossa metodologia, o requerimento tem que ser lido no âmbito da Comissão. Levanto esta questão porque considero grave o que aconteceu no Texas, do ponto de vista da absolvição do Sr. Luis Posada Carrilles, cidadão que vive em Miami, é da Venezuela e é conhecido pelo povo cubano, pelo governo cubano por conta do que fez em Cuba.

Em 1976, comprovadamente, ele foi o responsável pela explosão do avião da companhia Cubana de Aviación, em Barbados, que provocou o falecimento de dezenas de pessoas. Foi também responsável por outro atentado na cidade de Havana, a explosão das instalações turísticas, inclusive com o falecimento de

um turista italiano. Pois bem, articulou também um assassinato no Panamá, quando da visita do Presidente Fidel Castro. E agora, recentemente, o Presidente Collor leu um informe de que no dia 8 de abril o cidadão foi absolvido. Esse cidadão não é terrorista do ponto de vista americano, só fez isso contra o povo cubano, numa articulação dos Estados Unidos para desestabilizar Cuba que todos nós conhecemos.

Então, estou apresentando verbalmente esse requerimento porque a ONU precisa conhecer, no sentido de denunciar, essa farsa dos Estados Unidos contra o povo, o governo cubano.

Quero aplaudir a iniciativa do Presidente Fernando Collor de dar conhecimento ao Senado sobre essa decisão da Justiça dos Estados Unidos. Mas também quero aqui prestar a minha solidariedade ao povo cubano, que padece com o bloqueio socioeconômico.

Aproveito para lembrar que nos Estados Unidos há cinco cubanos presos. E quero aqui levantar a minha voz – porque também essa acusação é uma farsa – a favor da libertação desses cubanos.

Fica aqui, Sr. Presidente, nesta sessão da Comissão de Relações Exteriores, neste dia, aqui no Senado, não só a minha vigilância, mas também o repúdio a essa decisão da Justiça americana contra o povo cubano ao favorecer um cidadão que não fez outra coisa senão boicotar, dificultar a construção de Cuba, um país soberano.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Eduardo Suplicy, antes a Presidência deve informar ao Senador João Pedro que aguardará o encaminhamento do requerimento da lavra de S. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Apresentarei ainda hoje à secretaria desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeitamente. E, com certeza, na próxima sessão apreciaremos.

Senador Eduardo Suplicy, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O Senador Aníbal Diniz lembrou agora que acha que V. Ex^a esqueceu de colocar em votação o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Já irei colocar.

É que antes de colocar em votação, concedemos a palavra ao Senador João Pedro, que apresentou uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Antes de falar sobre o tema que o Senador João Pedro mencionou, seria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeitamente.

Senador Aníbal Diniz é em relação a mesma questão?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito.

Então, vamos apreciar o voto de apoio à candidatura do professor José Francisco Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização Unidas para a Alimentação e Agricultura–FAO.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Aprovado o voto de apoio à candidatura do professor José Graziano da Silva, a matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu não estava aqui no primeiro momento da sessão, como já justifiquei na cerimônia dos 15 anos de memória do massacre de Eldorado dos Carajás, mas quero também, como fez o Senador João Pedro, solidarizar-me com manifestação lida pelo Presidente Fernando Collor a respeito do episódio da absolvição do Sr. Luis Posada Carriles, que foi responsável, segundo todas as evidências, pela explosão em pleno vôo da aeronave da Cubana de Aviação, em 1976, quando 73 pessoas foram mortas, e ainda por inúmeros atentados, como o Senador João Pedro mencionou, em 1997.

Considero importante a manifestação do Ministério de Relações Exteriores de Cuba, segundo a qual constitui um insulto ao povo de Cuba e às famílias enlutadas pelas mortes ocorridas então. Considero importante que possa o governo norte-americano estar ciente de que essa atitude corresponde a uma contradição em relação à manifestação sempre realizada, inclusive pelo Presidente Barack Obama, de condenação de todos os atos terroristas, conforme o Presidente Fernando Collor aqui, inclusive, ressaltou.

Também quero manifestar solidariedade à solicitação, ao apelo no sentido de que possam os cinco

cidadãos cubanos – Gerardo Hernández, René González, Antonio Guerrero, Ramón Labañino e Fernando González –, encarcerados injustamente há 12 anos, em breve, conforme a manifestação do governo cubano, ser devolvidos ao convívio de suas famílias, em Cuba.

Eu gostaria, portanto, de também me solidarizar à manifestação do Presidente Fernando Collor, que, inclusive, nesse assunto, teve o apoio recente do ex-presidente Jimmy Carter, que esteve visitando Cuba. Acredito que, à medida que esses passos forem dados pelos Estados Unidos da América, mais próximos estaremos daquilo que tem sido a manifestação dos governos brasileiros nas últimas décadas, e, inclusive, dos demais chefes de Estado das nações das três Américas, para que o governo dos Estados Unidos dê fim, termine com o embargo, o bloqueio com respeito a Cuba.

É muito importante que possamos, inclusive, estimular o governo cubano a realizar ações na direção do fim do embargo, como também estimular que os Estados Unidos da América possam acabar com esse embargo.

Lembro que, em 23 de julho de 2008, o então senador e candidato à presidência dos Estados Unidos, Barack Obama, que, felizmente, foi eleito, expressou, de uma maneira muito bela, diante do Portão de Brandemburgo, que, agora, não era mais o tempo de existirem muros que separem os que muito têm dos que pouco têm, pessoas de quaisquer origens, raças, migrantes dos não migrantes, e assim por diante.

Eu, então, fiquei muito otimista e, aqui, registrei que esperava que, em breve, pudesse o governo do Presidente Barack Obama acabar com o muro que separa os Estados Unidos do México e acabar com o embargo contra Cuba, para que os cidadãos norte-americanos e cubanos possam ir de lá para cá, e vice-versa, e possam, inclusive, estimular o governo cubano a dar maior liberdade de movimento para os seus próprios cidadãos.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador Suplicy.

Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O que caracteriza um ato terrorista é aquele ato de violência extrema em que as vítimas são completamente indefesas e não teria um ato em que o terrorismo estaria mais explícito e configurado do que a explosão de uma aeronave em pleno voo, com seus passageiros todos vítimas indefesas. Então, diante de uma tipificação como essa, é absolutamente abominável que o governo americano, que tem a postura mais traumática em relação ao terror, tenha a postura complacente por se

tratar de alguém que tenha praticado um ato contra a República cubana.

Nesse sentido, quero manifestar a minha solidariedade e apoio à propositura do Senador João Pedro, a partir da sugestão do Senador Fernando Collor de Mello e dizer que nós temos, sim, de nos posicionar nesse momento, particularmente durante essa gestão do Presidente Barak Obama, porque nunca as condições estiveram tão reunidas para a gente ter um avanço na política internacional, principalmente no que diz respeito à relação Estados Unidos – Cuba. É o momento de se rever esse posicionamento antiquado que os Estados Unidos vem mantendo há tanto tempo. Diria que agora, com a presença de Barak Obama, na presidência, um democrata, uma pessoa que tem um senso de humanidade bastante evoluído e que se pauta pelas relações multilaterais, ele tem por obrigação rever essa posição dos Estados Unidos em relação a Cuba.

Acho que a gente faz, de bom tamanho, nesse momento, um posicionamento de nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em relação a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador Aníbal.

Passamos, então, ao último item de nossa pauta. Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de, aqui, saudar a manifestação da Presidenta Dilma Rousseff, que deu sinal verde, para acabar com o sigilo eterno dos documentos públicos, classificados como ultrassecretos. Gostaria de lembrar que, em 2010, até atendendo sugestão do próprio Itamaraty e da Casa Civil, eu e o Senador Eduardo Azeredo, apresentamos requerimentos para que também a CRE pudesse examinar.

Quero aqui dizer que considero importante esse posicionamento, que coincide com o meu.

Até gostaria, tendo em vista a manifestação da Presidenta Dilma Rousseff, sugerir ao ex-Presidente Fernando Collor de Mello, que possamos ajudar na tramitação rápida, pois ela gostaria que esse projeto, que tramita hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde o Relator é o Senador Walter Pinheiro, e que depois está previsto para vir a CRE, que possamos dar os passos necessários à votação dessa matéria com a necessária urgência e prioridade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Presidente Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de trazer ao conhecimento desta Comissão a declaração conjunta, hoje assinada em Sania,

na China, na reunião de líderes do Brics, constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Hoje, assinado esse comunicado conjunto, ele, no seu item 23, trata da Conferência Rio+20. O que eu acho de extrema importância.

Eu gostaria de dar conhecimento, portanto, com a permissão de V. Ex^a, às Sr^{as} e aos Senadores aqui presentes.

Diz o seguinte o item 23, um comunicado conjunto do Brics:

“A realização do desenvolvimento sustentável como ilustram a declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Agenda 21, o Plano de Implementação de Joanesburgo e os tratados multilaterais ambientais devem ser importante veículo para a promoção do desenvolvimento econômico.

China, Rússia, Índia e África do Sul manifestam seu apoio para a realização, no Brasil, da Conferência das Nações Unidas de 2012 sobre Desenvolvimento Sustentável e estão dispostos a trabalhar com o Brasil para chegar a um compromisso político novo e alcançar resultados positivos e práticos nas áreas de crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental no quadro do desenvolvimento sustentável.

Brasil, Rússia, China e África do Sul apreciam e apóiam a Índia como sede da 11^a Conferência das Partes (COP-11) da Convenção sobre Diversidade Biológica e da 6^a Conferência das Partes (COP/MOP 6) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a ser realizada em outubro de 2012.”

Esse comunicado, esse parágrafo muito especial é parte integrante desse documento. Isso demonstra muito claramente o compromisso não somente do Governo brasileiro, mas também agora dos países que compõem o BRICS, com o êxito da Conferência do Meio Ambiente Rio+20. Eu gostaria, portanto, de dar conhecimento a esta Casa.

Era isso o que gostaria de dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Presidente Collor, o comunicado de V. Ex^a só reforça o quanto esta Comissão, dirigida por V. Ex^a, tomou importante decisão na constituição da Subcomissão de Acompanhamento da Conferência Mundial do Meio Ambiente, Rio+20, que teremos no ano que vem, no Rio de Janeiro.

Vamos ao último item da pauta.

Item 11.

REQUERIMENTO Nº ..., DE 2011.

Da Comissão de Relações Exteriores. Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se seja alterada a composição da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira,

criada por meio do Requerimento nº 2, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores, passando a mesma a ser constituída por oito membros titulares e igual número de suplentes.

O requerimento é de autoria do Senador Mozerildo Cavalcanti e do Senador Presidente Fernando Collor, subscrito também por este Senador.

Está em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Submeto o requerimento à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Plenário do Senado Federal.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, o senhor pode ler os nomes dos membros? A composição já está concluída?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Na verdade o requerimento, Senador, altera a composição atual.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Amplia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Amplia a composição. Então, a Subcomissão da Amazônia terá a incorporação de mais membros para o seu pleno funcionamento.

Antes de encerrarmos esta reunião, agradecemos a presença de todos os Senadores e Senadoras.

Convocamos a próxima reunião para realizar-se no próximo dia 25 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos prosseguimento à agenda Rumos da Política Externa Brasileira.

Teremos, na segunda-feira, o painel As Insurgências do Mundo Islâmico e seus Reflexos na Estabilidade Política do Oriente Médio e África Setentrional, com os seguintes convidados: Embaixador Marcos Azambuja; Professor Reginaldo Nasser, da PUC do Rio de Janeiro; Professor Márcio Scalécio, da PUC do Rio de Janeiro; e Professor Denis Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Declaramos encerrada esta reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(Levanta-se a reunião às 13h19min)

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e cinco de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, e Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a mesa os senhores Embaixador Marcos Azambuja, Professor Reginaldo Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor Márcio Scalécio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Professor Eduardo Viola, da Universidade de Brasília e Professora Arlene Clemesha, da Universidade de São Paulo. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque** e a Senadora **Ana Amélia**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e doze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Inicialmente, gostaria de dar conhecimento às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores aqui presentes do teor do ofício encaminhado pelo ilustre Senador Luiz Henrique, que diz:

“Tendo em vista que ocorrerá, nesta tarde de hoje, a cerimônia de início da construção da fábrica de motores da General Motors, em Joinville, não poderei, como gostaria, participar da audiência pública agendada por V. Ex^a para esta segunda-feira. A atração da General Motors para este Estado resultou de um longo trabalho que realizei como Governador [ele, Senador Luiz Henrique], o que torna indispensável a minha presença no referido evento. Assim, peço que considere justificada a minha ausência.

Senador Luiz Henrique da Silveira.”

Há alguns comunicados a fazer.

No último dia 11, às 18 horas, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu início ao ciclo de audiências públicas constantes de sua agenda 2011/2012, intitulada “Rumos da Política Externa Brasileira”. O primeiro painel tratou do tema “Cenário Estratégico Internacional e Perspectivas”, com os subtemas “Egito – A Importância para a Estabilidade Geopolítica da Região” e “Líbia – Impacto Econômico no Mundo”.

Como expositores, contamos com a presença do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-Ministro das Relações Exteriores; do Professor Dr. Mohamed Habib, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); do Professor das Faculdades Integradas Rio Branco, do Rio de Janeiro, Dr. Samuel Feldberg; e do Professor da Universidade de Brasília (UnB) Dr. Pio Penna Filho.

Estiveram presentes no encontro os Senadores Jarbas Vasconcelos, Blairo Maggi, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, Ana Amélia e Randolfe Rodrigues.

O primeiro expositor foi o Professor Mohamed Habib, da Unicamp, que assinalou que, para o Brasil, o debate sobre o que vem ocorrendo na Líbia e no Egito fornece a possibilidade de um momento de reflexão antecipada, uma vez que o Brasil possui um grande potencial na produção de petróleo. Por isso, sugeriu que se faça uma análise dos últimos 100 anos da história do mundo árabe, de modo a extrair lições que venham ser úteis ao País, principalmente para se traçar um plano estratégico brasileiro no campo energético, já que se trata de recursos que interferem diretamente na geopolítica e nas relações internacionais.

Lembrou que, no último século, o tipo da relação entre a Europa e o Oriente Médio, com base nos interesses energéticos, comerciais e geopolíticos, sempre foi estabelecido pelos países centrais, em função da hegemonia que exercem na região. O Professor Moha-

med ressaltou que, dos dez países com gastos militares em relação ao Produto Interno Bruto, sete estão no mundo árabe. E, entre os vinte maiores produtores de petróleo, dez são do mundo árabe. Entretanto, dos vinte maiores consumidores de petróleo, apenas dois, Arábia Saudita e Irã, pertencem àquele grupo de nações.

Ao mesmo tempo, 42% da população do Egito encontram-se abaixo da linha de pobreza e, nas palavras dele, em um ambiente de corrupção, nepotismo e falta de liberdade, além de altos índices de desemprego, deterioração das políticas públicas e acúmulo indevido de riquezas, o que levou, ao seu ver, ao levante de 25 de janeiro no Cairo. Por fim, acrescentou que, como egípcio que vive há 39 anos no Brasil, “não gostaria de ver aqui o que vi no Egito. Por isso, deve-se levar a sério a questão da política energética brasileira e a questão educacional”.

O segundo expositor foi o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, que observou que o mundo se surpreendeu com a velocidade dos acontecimentos no norte da África e no Oriente Médio. Recordou que o movimento começou na Tunísia de forma inesperada e, rapidamente, propagou-se ao Egito. Nesse país, recordou, tentaram identificar o movimento com a força libertária dos jovens. Porém, ressaltou o papel dos militares do Egito, que já se encontravam descontentes com o então Presidente Hosni Mubarak.

Na opinião do Embaixador Lampreia, a Líbia teria menos importância estratégica que o Egito, pela menor população e menor produção de petróleo. A seu ver, a reação das forças do líbio Muamar Kadafi aos ataques militares dos rebeldes pode levar a situação a um impasse. No seu entendimento, ataques aéreos apenas não bastam para derrubar o governo de Kadafi. Além disso, assinalou que o mais provável é que o interesse dos países ocidentais seja o de restabelecer o mínimo de normalidade com a retomada da produção de petróleo, que interessa mais diretamente à Itália, à França, ao Reino Unido e à Alemanha.

Segundo o Embaixador, os Estados Unidos não têm interesse em uma nova guerra com um país árabe. Segundo ele, só entraram na Líbia por pressão da opinião pública. Por isso, trata-se de um conflito que não pode durar muito, a ponto de enfatizar que já existe quem pense que o melhor seria a partição da Líbia. Por fim, o Embaixador Lampreia voltou a destacar que, dentro do cenário da geopolítica mundial, a Líbia é secundária. Para ele, o importante é estar na Arábia Saudita e em outros grandes produtores de petróleo.

Em seguida, falou o Professor Samuel Feldberg, das Faculdades Integradas Rio Branco, do Rio de Janeiro, que também ressaltou a menor importância relativa da Líbia. Na sua opinião, trata-se de um país

relativamente insignificante do ponto de vista de sua capacidade econômica, que produz menos petróleo que o Brasil e exporta basicamente para a Europa. Tanto é que, de acordo com ele, a Arábia Saudita, quase imediatamente, aumentou sua produção em dois milhões de barris de petróleo por dia e, com isso, acalmou os mercados.

Para o Professor Feldberg, a crise na Líbia acabou abafando outros cenários importantes, como a questão nuclear no Irã e os conflitos entre Israel e palestinos. Segundo ele, para o resto do mundo, a crise no mundo árabe mostra que se torna cada vez mais importante antever situações semelhantes que possam vir a acontecer. Na sua opinião, uma trégua na Líbia, agora, pode fortalecer a capacidade do líder Kadafi em se manter no poder.

Falando mais especificamente sobre o Brasil perante a crise árabe, o Professor Feldberg aponta para a principal pergunta que devemos fazer junto às Nações Unidas, considerando as aspirações do País em integrar, de forma permanente, o seu Conselho de Segurança. A pergunta seria: o que o Conselho deve e pode fazer diante de crises como essa do mundo árabe?

O quarto e último expositor foi o Professor da Universidade de Brasília Pio Penna Filho, que, de início, considerou que houve certa precipitação e generalização dos analistas, ao supor que o efeito Tunísia e Egito se proliferaria pelo resto do mundo árabe, dentro das aspirações liberais e democráticas do mundo ocidental. Chamou a atenção para o que ele denominou de recrudescimento da política intervencionista sob o manto do humanitarismo.

Outro fenômeno por ele destacado é a falta de inclusão social existente nesses países, o que potencializou as manifestações. O Professor Pio Penna alertou ainda para o movimento que se tem verificado, de deslocamento de interesses em termos de exploração de recursos energéticos dos grandes países ocidentais, que estão, aos poucos, saindo do Oriente Médio para outras regiões. De acordo com ele, esta pode ser uma perspectiva de longo prazo para o Brasil e para a zona do Atlântico Sul. Vários países estão deixando o Oriente Médio ou focando outras regiões, como se pode ver na atuação da China na África. Trata-se, assim, conclui o Professor, de um verdadeiro desafio para o Brasil.

Eu gostaria de comunicar às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores e aos presentes que, no último dia 19, foi instalada a Subcomissão Permanente de Acompanhamento dos Preparativos da Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que será realizada em 2012. Essa Subcomissão foi instalada, e foi eleito, para ser seu Presidente, o Senador

Cristovam Buarque e, para ser o seu Vice-Presidente, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

A primeira reunião dessa Subcomissão é da maior importância para que a realização desse evento possa ser algo semelhante ao êxito alcançado com a Rio-92, para que o Senado da República acompanhe *pari passu*, colaborando, no que for possível, com aqueles a quem cabe a organização do evento, respectivamente, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa e outros Ministérios que também estão participando de uma comissão interministerial, e mostrando o interesse do Senado da República e desta Casa Legislativa no êxito e no sucesso dessa Conferência.

É importante ressaltar que, no comunicado conjunto, assinado pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo seu correspondente chinês, Presidente Hu Jintao, no último dia 13 ou 12 – num parágrafo do comunicado conjunto, está explícito isso –, eles assumem o compromisso com o êxito da Conferência. Isso foi muito alvissareiro para todos nós que desejamos ver essa Conferência trazer os resultados que todos nós aguardamos, até porque, em 2012, cessa a vigência do Tratado de Kyoto.

Desejo ao Senador Cristovam Buarque pleno êxito. Não tenho dúvida de que ele o alcançará na incumbência dessas suas novas atribuições e continuará honrando o Senado da República nesta nova tarefa que lhe cabe nesta quadra da nossa Sessão Legislativa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à realização do segundo painel “As Insurgências do Mundo Islâmico e seus Reflexos na Estabilidade Política do Oriente Médio e da África Setentrional”, integrando o tema “Geopolítica e Relações Internacionais” dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012”.

Para proferir as palestras de hoje e debater esse tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem convido para compor a Mesa: o Embaixador Marcos Azambuja; o Professor Dr. Reginaldo Nasser, da PUC-SP; o Professor Márcio Scalécio, da PUC-RJ; o Professor Dr. Eduardo Viola, da UnB; e a Professora Dr^a Arlene Clemesha, da Universidade de São Paulo (USP). Peço que deem entrada no recinto da Comissão os senhores convidados.

Desejando, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, as melhores boas-vindas à senhora e senhores palestrantes, informo aos senhores convidados que o tempo da apresentação inicial será de até 20 minutos para cada um. Após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras, para os esclarecimentos que S. Ex^{as} acharem necessários.

Esclareço que, conforme as regras das audiências, estabelecidas no Ato nº 3, de 2011, desta Comissão, cada palestrante disporá de até vinte minutos, com tolerância de mais dois minutos. Ao final da apresentação de cada um, os Srs. Senadores poderão fazer suas observações, no prazo de três minutos, com réplica de três minutos, com direito à tréplica de dois minutos. O mesmo procedimento será adotado para o caso de perguntas aos palestrantes feitas, após as perguntas das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores, por especialistas e consultores presentes ou por alunos, estudantes que se fizerem presentes por ocasião desta reunião, naturalmente de acordo também com o previsto nos incisos VIII e IX do art. 2º do Ato nº 3 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ao final dos debates, também baseado no mesmo Ato (inciso X do art. 2º), serão concedidos a cada expositor dois minutos para os comentários finais.

Podemos dar início ao debate, então. O nosso tema de debate é “As Insurgências no Mundo Islâmico e seus Reflexos na Estabilidade Política do Oriente Médio e da África Setentrional”.

Passo a palavra ao nosso primeiro palestrante, o nosso Embaixador Marcos Azambuja.

O SR. MARCOS AZAMBUJA – Obrigado, Sr. Presidente. É um prazer revê-lo e estar aqui. Talvez, eu não devesse estar aqui. O que está acontecendo no Oriente Próximo e Médio é uma coisa que não sei como começou, em que ponto se encontra e como vai terminar. Essa é uma declaração inicial que desqualifica um pouco qualquer apresentador. Mas Oriente Médio recomenda grande prudência de tom e grande limite de sabedoria. É um lugar em que profetas são maltratados, geralmente são liquidados. Desse modo, falar daquilo requer uma cautela extraordinária.

Mas vou lhes falar que está acontecendo um movimento, uma onda de acontecimentos que não sei se guardam entre si umnexo causal. Não sei se o que aconteceu na Tunísia precede, necessariamente, o que acontece no Egito, o que acontece Líbia, no Iêmen. Não sei exatamente a causalidade disso. O que parece certo é que regimes que eram ossificados, que eram cristalizados, que eram tolerantes com a corrupção estão sendo sacudidos por uma onda de rejeição a essa longevidade no poder, a essa corrupção no exercício do poder e a uma incapacidade de se ajustar ao mundo moderno.

O Oriente Médio – o Oriente Próximo, como se dizia antes, e o Oriente Médio – é uma realidade que temos na mão, mas é uma região que se estende do Atlântico, onde está o Marrocos, até o fundo do Mediterrâneo oriental e é uma região de diversidade cultural e religiosa extraordinária. O que está acontecendo

atinge, portanto, o norte da África e também o Oriente Médio especificamente, no caso preciso do Iêmen e da Síria, que são caracterizadamente países do Oriente, qualquer que seja a definição de Oriente Médio.

O que está acontecendo me parece um processo benéfico, benévolo. Estou a favor do que está acontecendo, porque noto uma série de coisas importantes. Primeiro, noto a espontaneidade dos acontecimentos. Não há sugestão de que as sublevações se devam a influências externas. A Tunísia não se levantou por que a França queria ou por que a antiga Rússia queria ou por que a Arábia Saudita queria. A espontaneidade e a autenticidade do movimento é grande. Segundo, há um efeito laico. Não se conseguiu, até agora, estabelecer uma ideia religiosa ou sectária. Não estão acontecendo coisas por que árabes, islâmicos, judeus queiram. Acontece uma insurgência que brota de uma vontade de justiça, de vontade de liberdade. Portanto, há, numa região em que tudo é tão marcado pelo sectarismo, uma tendência, uma visão não sectária, não religiosa. Terceiro, tudo aponta em direção à ideia de combate à corrupção e de desejo de maior democracia e de maior participação.

Não se podem imaginar movimentos mágicos. Nada vai acontecer de um momento para o outro que altere padrões de comportamento pluriseculares. Mas, de fato, na Tunísia, que já era um país da região europeizado e europeizante e que, se quiserem, etnicamente, é bérbere e cartaginês e muito pouco árabe, acontece uma série de coisas que não são as mesmas que aconteceram no Egito, em que um regime longo e já desgastado foi substituído não pelo povo exatamente, mas pelo Exército, que assume um interinato, enquanto se organiza uma nova ordem política.

Na Líbia, a situação é inteiramente diversa. A Líbia é um país fragmentado entre tribos, regiões. A própria existência coesiva da Líbia é difícil defender. A Líbia nunca existiu muito como Líbia, mas, sim, como Trípolitânia, mas, sim, como Cirenaica, mas, sim, como colônia, primeiro, romana e, depois, italiana, e, depois, foi objeto de cobiça durante a Segunda Guerra Mundial, como fonte de petróleo. É difícil situar a Líbia como um país integrado. Portanto, mesmo hoje, vê-se que a ruptura se deu naquela linha falha que fica entre Benghazi, Tobruk e Trípoli. Desse modo, há isso.

No Iêmen, está acontecendo uma coisa importante, porque é um país do âmago do arabismo. Iêmen é, por definição, “arquiárabe da península”, tem todos os títulos da sua arabidade.

E, finalmente, há um fato novo, de imensa gravidade, que está acontecendo na Síria, onde há uma repressão extraordinária, uma violência que não cessa. Portanto, a Síria é outro dado. A Síria tem relação com

Israel, que leva a que o que acontece na Síria deflagre tensões naturais e inseguranças naquela relação tão permanentemente difícil entre Síria e Israel.

Então, estamos vivendo um momento em que parece haver uma insurgência geral de uma civilização contra certos padrões de comportamento.

Um dos nossos problemas com o mundo islâmico é que não temos sido contemporâneos. O Islã viveu seu grande apogeu quando a Europa vivia a sua idade média. O Islã começa sua decadência quando começamos o nosso renascimento. Nós não temos sido contemporâneos a cada momento. Nós estamos em etapas diferentes, contraditórias do nosso desenvolvimento. Então, talvez, isso não tenha sido possível. Houve um tempo em que o Islã era o refúgio dos perseguidos, por razões religiosas e políticas. O êxodo que se dá dos países cristãos em direção aos países árabes é real e verdadeiro, e a Península Ibérica é exemplo disso. O cristianismo parecia uma religião violenta e militarizada, e o Islã, uma cultura de paz e de civilização, mas, agora, há o contrário: o Islã é que parece militarizado e beligerante, e o cristianismo, civilizado e moderado.

Portanto, estamos vivendo um momento em que, talvez, o Islã e o Ocidente tenham encontrado certa contemporaneidade, certa simultaneidade de impulsos. O que eles estão fazendo não precisa ser decodificado, é fácil entender. Querem regimes que tenham alternância no poder, que tenham prestação de contas necessárias ao povo, que tenham condições de *aggiornamento*, de modernização. Um dos grandes problemas do Islã é que, como o Profeta Maomé legislou sobre tudo, o espaço para a modernização quase não existe, sem que esse espaço tenha um caráter quase herético.

Uma das sabedorias do Cristianismo é que há uma separação clara entre César e Deus. Quer dizer, há muita coisa sobre a qual a religião cristã nada tem a dizer ou tem pouco a dizer, herdando isso um pouco do mundo judeu. Enquanto isso, o Islã legisla sobre tudo. O Islã é um sistema de fé, de conduta, de Direito Processual Civil e Penal. O Islã cobre tudo. Quem vê a extensão do Corão, comparado aos Evangelhos, dá-se conta de que é uma especificidade muito maior da regulamentação por ordem divina.

O problema também do Islã é que, enquanto os Evangelhos cristãos são linguagem de parábola e aproximação, o Islã é a linguagem direta de Deus. Não há como fazer um exercício interpretativo. Aquilo é Deus falando diretamente. É heresia sugerir: “Não, não foi bem assim; outro evangelista sugeriu outra coisa”. Não! Aquilo é o mandato divino.

Desse modo, estamos com problemas de toda sorte, aos quais isso se somou. É um lugar do mundo

em que tudo se complica. Se eu tivesse de escolher um lugar de complexidade máxima, eu escolheria o Oriente Médio. No Oriente Médio, há uma espécie de *carrefour* de religiões, de culturas, de línguas, da história, de petróleo. Há abundância de petróleo, mas escassez de água. Então, as dificuldades se sobrepõem. E há ali os remanescentes de grandes impérios. Quer dizer, só naquela região pequena, há o império turco, com toda sua tradição otomana; o império iraniano, remontando à Pérsia; o califado, o Egito e, agora, Israel, com uma nova força. Então, isso existe em um território muito exíguo.

Creio que todos nós que conhecemos aquela região nos damos conta, primeiro, da proximidade das coisas. As coisas têm impacto mundial, mas se dão em escala municipal. Não digo que a distância entre Damasco e Jerusalém e entre Jerusalém e Irã possa ser percorrida por caminhantes, mas é uma distância que se cobre em vinte minutos ou em meia hora de automóvel. Quer dizer, a proximidade leva a uma coexistência muito difícil. E cada civilização investida de um mandato divino. Quer dizer, nós não temos ali aquela acomodação do humano. Nós estamos diante de imensas construções.

Então, o que está acontecendo creio que é bom, é necessário, era mesmo inevitável. Mas não vejo ainda a saída. Não sei o que vai acontecer. Portanto, volto ao meu capítulo de negativo essencial. Eu não sei se a Síria, como está, sobrevive. E não sei se uma nova Síria será uma força de maior instabilidade ou estabilidade.

Israel, com toda razão, está preocupado, porque Israel estava acomodado a uma situação que lhe era desfavorável, mas os inimigos eram conhecidos, as regras do jogo eram mais ou menos históricas. Agora, como é que vai ser?

Então, o que noto na relação internacional é um sentimento de perplexidade. Ninguém sabe exatamente o que vai ser.

O Brasil tem e deve ter, naquela região, uma posição muito prudente. Não temos excedente de poder para sermos um grande ator ali. Temos de acompanhar, essencialmente, através do multilateralismo, o que deve ser feito, votar nas relações certas e manter uma proximidade suficiente para termos influência e bastante longe para não sermos envolvidos naquilo que não temos cacife para determinar.

Portanto, creio que o voto brasileiro no Conselho de Segurança foi sábio, foi uma abstenção, com a Rússia, com a China, com a Índia e com a Alemanha, sugerindo: "Devagar com esse andor!". Uma nova intervenção ocidental num país islâmico é desastrosa. Nós já estamos vivendo os ônus do Afeganistão e do Iraque, e, agora, uma terceira presença surge. E aí,

sobretudo, a presença, o ativismo na Líbia tira a legitimidade. O que são movimentos, como eu disse, verdadeiramente espontâneos passam a ser mais uma expressão de uma nova intervenção ocidental em lugares ricos em petróleo. E aí volta a haver a ideia de que essa intervenção se dá por motivos petrolíferos, sionistas ou antissionistas, e voltam os clichês todos da desconfiança e da suspeita.

Portanto, o Brasil está se comportando com sobriedade nesse caso. Creio que estamos, portanto, no bom caminho.

Vejo a situação tão turva no momento, que não sei o que pode acontecer. Tenho uma desafeição real ao regime Kadafi. O Kadafi representa uma mistura de histrionismo e de corrupção extraordinária. Mas, agora, choca-me também um pouco que Itália e França se manifestem ultrajadas, com o fato de que conviveram há 40 anos em condições de cordialidade. Não podemos esquecer que a Ministra das Relações Exteriores, a Ministra da Defesa da França saiu há semanas, por compactuar a proximidade com o regime tunisino. Quer dizer, esses protestos de indignação e de ultraje humanitário, parece-me, são um pouco tardios. Tenho um pouco de dúvida se as crises internas na França e na Itália não estão levando a que se procure um adversário externo que gere uma legitimidade maior. Se a Itália e a França perderem sua influência no Magrebe, nesse norte da África, não lhes sobrará influência em lugar nenhum.

Portanto, não podemos esquecer que a Itália foi potência colonial na Líbia, que a França tem no Magrebe o seu último reduto de influência real. Portanto, tenho dúvidas sobre isso. E a própria Inglaterra me parece uma oposição. Eu estaria a favor da interdição do espaço aéreo, porque é um dado importante. Mas tenho dúvidas sobre a extensão disso a uma política de mudança de regime e de desestabilização do regime Kadafi, sem ter pelo regime nenhum apreço, nem respeito.

Não sei se estou chegando ao fim do meu tempo. Alguém controla o tempo aqui? Ah, ainda tenho esse tempo. Ainda há tempo para eu me estender um pouco mais.

Portanto, estamos vivendo um movimento tectônico amplo que não tem dono. Todos nós sabemos que, com esses movimentos que começam com essa espontaneidade difusa, vão terminar surgindo líderes novos para novos tempos. A situação não fica eternamente sem dono. O poder abomina não só o vácuo, mas o anonimato do poder. Então, agora, vão surgir novos líderes no Egito, na Tunísia, na Síria. O que está havendo é uma revolução, uma mudança de comportamento sistêmico, que vai gerar a criação de novos

líderes. Mas os novos líderes não surgiram. Não consigo ouvir o nome de uma nova figura identificada com o que está acontecendo. Pelo contrário, a impressão que se tem é de um sentimento difuso de protesto. Não conheço quase nenhum movimento que se tenha iniciado com o suicídio de um vendedor de frutas ambulante, que foi como tudo isso começou na Tunísia. É uma coisa extraordinária! É que, debaixo disso, havia uma imensa sensação de que o Oriente Médio e o Oriente Próximo estavam ficando para trás. Há a ideia de um *aggiornamento*, de uma modernização acima de tudo.

Parece-me que o Egito foi o que melhor encaminhou isso, porque, no Egito, o Exército tem uma capacidade de ser o garantidor do poder. Desse modo, ali isso foi bem feito, e se está agindo com sabedoria.

O que mais me surpreende e mais me inquieta é a Síria. Na Síria, não imaginei que fosse acontecer isso. Nos regimes não democráticos, a informação, por sua vez, é defeituosa; a gente não sabe bem o que está acontecendo. E, no caso da Síria, a relação com Israel perturba a clareza; há interesses em dizer coisas por um lado ou por outro. Não imaginei que o governo do Presidente Hassan fosse tão vulnerável e fosse reprimir com tanta ferocidade o que está acontecendo. Ele pode sobreviver, ganhar, mas creio que as raízes da sua legitimidade, que já eram tênues, estão afetadas de maneira permanente.

Portanto, para o Brasil, que tinha se envolvido demais, a meu ver, na questão iraniana e na sua vinculação com a Turquia, naquele caso – o Brasil tinha sido excessivamente hiperativo –, convém sobriedade. Ali só se aventura sem pisar com cuidado quem não sabe das complexidades da situação. Tudo ali é um campo minado, e a Líbia, sobretudo, é literalmente um campo minado. Até agora, ao caminhar naquelas dunas perto de Benghazi, perto de Tobruk, você corre um grande risco de voar pelos ares, porque, no deserto, as minas ficam em lugares desconhecidos. Portanto, é com esta metáfora que concluo: tudo aquilo é um campo minado. Há minas debaixo das areias, e essas areias são, portanto, perigosas até para um ato pacífico, até mesmo numa caminhada depois do almoço.

Portanto, creio que o Brasil deve agir com a defesa de princípios, limitar-se à ação multilateral e se dar conta de que não tem poder para influenciar. Creio que estamos agindo com sobriedade, com prudência e com sabedoria. Mais do que isso, não se pode pedir isso a nós neste momento.

Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço muito a S. Ex^a o Embaixador Marcos Azambuja, pela sua brilhante exposição.

Agora, passo a palavra à Professora da Universidade de São Paulo, Dr^a Arlene Clemesha.

A SR^a ARLENE CLEMESHA – Muito obrigada. Obrigada pelo convite para estar aqui.

As revoluções no mundo árabe se estendem por cinco meses, desde a autoimolação do jovem Mohamed Bouazizi, na Tunísia, em 17 de dezembro do ano passado. Foi o que deflagrou as revoltas. Em pouco tempo, na Tunísia, derrubou-se o Presidente Zine El Abidine Ben Ali. E, a partir de 25 de janeiro, esse processo se estendeu ao Egito, com uma manifestação já marcada anteriormente para o Dia da Polícia, que desembocou num novo processo revolucionário, que também derrubou, em menos de um mês, o governo de Mubarak, que estava há trinta anos no poder. E, até hoje, continuam exigindo reformas democráticas para a realização de eleições livres e limpas. Junto com os cidadãos que tomaram as ruas de maneira espontânea, homens e mulheres de todos os cultos, islâmicos, coptas, sem qualquer distinção, estavam também movimentos populares pré-existentes que vinham tentando organizar uma oposição dentro do país em condições extremamente difíceis até então.

Há diferenças gritantes da revolução em todos esses países, na Tunísia; no Egito; na Líbia, onde desembocou rapidamente esse processo de revolta numa guerra civil; no Iêmen, onde se espera que, a qualquer hora, caia o seu Presidente; no Bahrein, com especificidades em relação à maioria xiita, que vem protestando nas ruas, reprimida, com o envio de tropas da Arábia Saudita; e na Síria, também com ecos em outros países. Ou seja, o processo de revolta, que, de fato, se configura numa revolução, que não se sabe até onde vai chegar, é um processo revolucionário e ecoa em diversos países, em pelo menos a metade de todos os 22 países que compõem a Liga Árabe.

Em meio a diferenças gritantes, que se explicam pelo próprio fato de os países árabes serem muito diferentes entre si, o que têm em comum todas essas revoltas em curso é o fato de que elas são laicas. Existem condições dignas de vida, trabalho, democracia, direitos humanos e liberdade de expressão. Quando a população toma as ruas da forma como tem tomado, em massa, aparece a verdadeira dimensão dos tão mencionados e citados grupos religiosos extremistas, que são minoritários, que não possuem respaldo popular, que não têm ampla inserção social. E, neste momento, isso fica muito mais claro do que anteriormente.

Entre as conquistas menos tangíveis, nem por isso menos importantes, temos visto a derrubada dos mitos mais persistentes a respeito dos árabes, em particular, e dos islâmicos, em geral. As mulheres, sobre as quais recaem os piores estereótipos, não são submissas

pelo fato de usarem o *hijab*, o lenço. Nas ruas, elas participam ativamente. No Iêmen, notadamente, uma das grandes oradoras nas ruas é uma mulher, mãe de três filhos: Tawakkol Karman. Na Tunísia, no dia 11 de abril, aprovou-se o princípio da paridade eleitoral. Os partidos políticos terão de apresentar o mesmo número de mulheres que o de homens nas listas eleitorais.

Os povos árabes demonstram que não apenas desejam a democracia, mas que também estão dispostos a lutar por ela. Reivindica-se, em última instância, a formação de governos representativos e a conquista da soberania nacional, ou seja um contexto árabe, ao mesmo tempo, mais democrático e menos submisso a potências estrangeiras na região.

Cabe salientar uma das distinções básicas entre todas essas revoltas. No Egito e na Tunísia, o *establishment* percebeu que poderia permanecer no poder na ausência dos governantes, dos Presidentes Mubarak e Ben Ali. Na Líbia, assim como na Síria, pelo contrário, o regime não se dissocia do Estado, tanto é que membros descontentes desses governos, como o chefe das forças especiais Abdel Fatah Younis e o Ministro das Relações Exteriores, Mussa Kussa, na Líbia, tiveram de desertar, pois não havia como substituir Kadafi a partir de dentro.

Na Síria, segundo a versão do governo, protestos que varrem o país são obras de conspiradores externos, representam uma insurreição armada de salafis, membros de um movimento islâmico puritano de linha dura. No entanto, o que se vê, através de entrevistas nas ruas e de análises políticas da história mais recente do país, é a frustração generalizada com o regime de Damasco, que alimenta a insurreição e, de forma alguma, filiações ou crenças religiosas.

O fato é que o movimento salafista na Síria não é forte. O serviço secreto Moukhabarat reprimiu e praticamente aniquilou os extremistas religiosos na década de 80. Quando o partido Baath assumiu o poder em 1963, o braço sírio da Irmandade Muçulmana, criada há pouco tempo, partiu para a ofensiva naquele momento, propondo a criação de um estado islâmico no lugar da rigorosa laicidade do novo regime Baath. Na década de 70, a Síria foi marcada pela luta dos irmãos muçulmanos contra o governo de Hafez al-Assad, pai do atual Presidente. Ameaçado de morte pelos radicais islâmicos e com o precedente de um recente assassinato que marcou a região, o assassinato do Presidente egípcio Anwar al-Sadat, em 1981, al-Assad autorizou que seu irmão Rifaat al-Assad conduzisse uma campanha de extermínio da Irmandade Muçulmana, que foi massacrada, o que derivou no massacre da cidade de Hama, em 1982, no qual morreram, provavelmente,

de dez a vinte mil pessoas. Esse golpe aniquilou na Síria a força dos extremistas religiosos.

Mais do que isso, as experiências dos islâmicos tanto na Síria como no Egito, na década de 80, mostraram que esse regimes árabes não poderiam ser derrubados por meio de assassinatos ou subversões de grupos minoritários.

Na Líbia, diferentemente da Tunísia e do Egito, a onda de protestos contra o regime conduziu rapidamente a uma guerra civil que completa dois meses e promete estender-se ainda mais. Às vésperas do iminente massacre da cidade de Benghazi, é que se aprovou a Resolução nº 973 no Conselho de Segurança da ONU. Contava com amplo apoio internacional, mas nem sempre atendia a chamados locais de auxílio, por meio da imposição de uma zona de exclusão aérea, que promete rapidamente se transformar e transbordar o seu mandato inicial, chegando a uma ação de mudança de regime, nem sempre isso representa um verdadeiro ato de solidariedade. Ou seja, abraçar o chamado de solidariedade exige uma avaliação muito mais cuidadosa da opção intervencionista. O desejo de agir em nome do povo líbio exige que se avalie as opções existentes à luz do princípio básico de legitimidade que toda intervenção deve satisfazer. Ou seja, não prejudicar, isto é, não causar, no final das contas, mais danos através da intervenção. A probabilidade de que a intervenção atendesse o princípio de não prejudicar deveria ter sido analisada sob o pano de fundo, em primeira instância, dos precedentes históricos da região, além das realidades logísticas locais, isenção de interesses particulares dos estados interventores inclusive.

E a solução negociada tampouco tem sido muito mencionada, afinal de contas, em 10 de abril, uma delegação da União Africana encontrou-se com Kadafi. Levaram um mês de atraso, já que a viagem tinha sido aprovada em 10 de março, um mês antes e deveria ter se completado até o dia 20 de março. O objetivo era convencer Kadafi a recuar as suas tropas, mas a aprovação da resolução três dias antes, ou seja, em 17 de março, e os ataques franceses sobre as defesas aéreas líbias no dia 19 atrasaram o encontro dessa delegação com Kadafi. Quando finalmente chegou a delegação a Trípoli, tiveram uma recepção pouco entusiasta, o mesmo se repetiu em Benghazi, tampouco houve entusiasmo na recepção dessa delegação, e a conclusão é que os líderes rebeldes e os seus apoiadores não estavam interessados em qualquer oferta que mantivesse Kadafi, a partir do momento em que essa luta estava instaurada com a intervenção externa a favor dos revoltosos.

Bem, dos argumentos contrários à intervenção, saltam à vista as tragédias relacionadas a longa história de intervenção externa na Ásia Ocidental e norte da África, sem adentrarmos aqui nessa história bastante conhecida de todos, afinal de contas o Iraque é o exemplo que mais chama a atenção, lembrando que, antes mesmo de se aprovar a invasão do Iraque em 2003, uma zona de exclusão aérea já estava em vigor desde 1991, e acabou essa zona de exclusão aérea servindo de pretexto ou justificativa para dizer: olha, ela indica a existência de um desejo de mudança de regime. E isso foi uma das bases, então, da invasão, da consolidação de uma visão a favor da invasão do Iraque. Bom, começou assim, através de uma instauração de uma zona de exclusão aérea.

As considerações humanitárias invocadas para justificar uma intervenção raramente estão isoladas de motivadores e interesses outros. De fato, a Resolução nº 973 da ONU não apenas é questionável como representa o resultado de anos de *lobby* a favor do reconhecimento da chamada doutrina do direito de intervir com o seu conceito derivado de responsabilidade de proteger.

A elaboração da teoria do direito à ingerência externa ocorreu a partir dos anos 80 e insere-se no esforço de redefinir a ordem mundial, subordinando a soberania nacional aos princípios de democracia, Estado de direito, direitos humanos, meio ambiente, e assim por diante, interpretados, no entanto, naturalmente, de acordo com os interesses e conveniências das potências, que são as únicas com capacidade militar para promover a intervenção em outros países. A guerra do Golfo foi justamente o que abriu caminho para a consolidação do chamado direito à ingerência humanitária, que teria motivado várias operações da ONU na Somália, Ruanda, Bósnia, Serra Leoa, assim por diante. Entretanto, os limites do conceito de ingerência humanitária foram progressivamente aparecendo, em função das críticas sobre a sua parcialidade formuladas principalmente por potências emergentes.

Hoje, a ausência de movimentação política e a improbabilidade de uma solução negociada na Líbia se apresentam como consequência da chamada intervenção humanitária, que endureceu ambos os lados e tornou qualquer diálogo impossível. Acreditamos que a assistência internacional deveria girar em torno daqueles que podem ser apontados como os interesses conhecidos e estabelecidos da população civil local. Ou seja, o envio de ajuda humanitária sem ignorar os aspectos sempre complicados, problemáticos em relação a qualquer tipo de envio de assistência, mas toda prioridade deve ser dada ao envio de medicamentos, alimentos, água potável, assim por diante. Em segundo

lugar, a criação de corredores de evacuação de civis, que não estão instaurados. Deveriam ter sido criados por intermédio de esforços internacionais, sem deixar todo o ônus para os vizinhos Egito e Tunísia, países pobres que se encontram nos estágios iniciais de suas próprias transições políticas.

Portanto, agir em defesa da população líbia com base no princípio de não prejudicar oferece muitas obrigações e poucas possibilidades, é certo. Mas, no final das contas, deveria haver um maior grau de humildade, ao imaginar o papel que podemos exercer no curso da luta do povo líbio, principalmente a comunidade internacional não está intitulada a tomar as rédeas hoje ou ditar o cenário pós-regime de amanhã.

A dinâmica posta em marcha, na qual nenhum dos lados aceita menos do que a aniquilação do outro, constitui certamente a receita para uma guerra civil prolongada.

Dado que os bombardeios falharam, em última instância, até o momento, poderia se concluir, por outro lado, que é o momento para que a Otan, por sua vez, pressione os revoltosos e que a União Africana, de seu lado, pressione Kadafi para que cheguem a um armistício e abertura de negociações, apenas pensando em vislumbrar uma solução ou outra que não seja o recrudescimento das forças intervencionistas.

Bem, na verdade, temos, nesse cenário, uma certa coerência de ação quando vemos e notamos que se defende a intervenção na Líbia e também a intervenção no Bahrein. Só que na Líbia a intervenção se dá em nome da defesa dos revoltosos e no Bahrein a intervenção está sendo realizada para reprimir os revoltosos. Mas, se olharmos um pouco mais longe, tudo que está se defendendo, que está se executando, mesmo que não se diga, é a intervenção externa contra, no final das contas, uma situação de autonomia e de busca de autonomia por parte dessas populações.

Mudanças importantes foram, de toda forma, postas em curso a partir do momento em que dezenas de milhões de egípcios, tunisianos, sírios, jordanianos, iemenitas politizaram-se e alguns dos piores regimes policiais do Planeta resultaram ser mais frágeis do que se podia imaginar, e, se não caíram na década de 80 por ação de extremistas religiosos, de pequenos grupos que não tinham bases populares, hoje começam a cair por obra das populações em massa nas ruas.

O cenário político está se alterando rapidamente no norte da África e Oriente Médio, tanto dentro dos Estados como sua relação com o mundo. No Egito, é provável que qualquer novo governo seja menos próximo aos Estados Unidos e à Israel e, na Líbia, apesar da oposição ser militarmente fraca, é possível que derrote Kadafi com o apoio da OTAN e, nesse caso, é

extremamente duvidoso que, após a partida de Kadafi e sua família, cesse a intervenção estrangeira em um Estado produtor de petróleo como a Líbia.

Nas últimas décadas, a política dos Estados Unidos no Oriente Médio foi construída a partir de estreitos laços com basicamente alguns Estados: Israel, Egito e Arábia Saudita, além do Paquistão. Hoje, essa política apresenta diferenças significativas nesses três países. É visível que, nos últimos anos, a relação com Israel vem se tornando cada vez mais tensa. Basta ver como os Estados Unidos ficaram isolados, ao serem os únicos a votarem contra o projeto de resolução no Conselho de Segurança, que condenava a continuada expansão dos assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados. Até o momento, tudo indica que serão também o único, no Conselho de Segurança, a vetar o ingresso da Palestina na ONU em setembro próximo, na qualidade de Estado independente e membro permanente. O que irá reforçar o seu isolamento nessa questão – o isolamento dos Estados Unidos.

Agora, é possível ainda, devido às muitas críticas que Obama tem recebido, que ele aumente o seu envolvimento na região, buscando atender até mesmo chamados da Inglaterra, França para exercer essa intervenção. Mas o seu isolamento já é visível, muito mais visível no Oriente Médio do que antes desse processo revolucionário.

Eu queria terminar dizendo que, no Oriente Médio, essas revoluções inacabadas por certo, mas que apontam na direção de uma vontade de instaurar um contexto mais democrático, maior autonomia, essas revoluções têm o efeito de romper, mostrar a fragilidade, a falsidade inclusive daquela linha divisória imaginária que divide Ocidente/Oriente, que divide um Ocidente democrático e progressista, moderno, modernizado, avançado de um Oriente atrasado, radical, extremista etc, quando revela que no Egito a população foi às ruas para derrubar um governo que era mantido no poder pela grande democracia do mundo – um governo autoritário aliado dos Estados Unidos.

Então, essa revolução tem derrubado muitos mitos, tem derrubado muitas fronteiras e linhas imaginárias. Acho importante, interessante a gente pensar em como que essa divisão que temos em nossa mente principalmente entre um Oriente atrasado e um Ocidente avançado caem por terra, por obra hoje, desse processo revolucionário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professora Dr^a Arlene Clemesha, pela sua exposição.

Passo a palavra ao Professor Dr. Márcio Scalécio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O SR. MÁRCIO SCALÉRCIO – Boa noite a todos!

Agradeço-lhes o convite para estar aqui, acompanhado dessas pessoas que, realmente, entendem do tema.

A princípio, apresentaria duas sugestões de reflexão, que são sugestões de reflexão mesmo, porque o embaixador e a Professora Arlene levantaram uma questão importante de que esses eventos estão em andamento. Eles estão em andamento, portanto, nós estamos falando de eventos no calor dos acontecimentos.

O primeiro fato, elemento de reflexão que apresento, é que, em 2011, foi ano em que aconteceu alguma coisa no panorama internacional. E aconteceu alguma coisa no Oriente Médio, Golfo e norte da África. As populações árabes foram às ruas. Estou aqui designando árabes em virtude de uma identidade cultural que foi fortalecida principalmente no momento pós-colonial. As ruas árabes não eram vazias como desertos. As ruas árabes foram tomadas por manifestantes em movimentos contrários ao colonialismo. Inclusive, os países árabes foram vanguarda dos movimentos de lutas por libertação nacional depois da Segunda Guerra Mundial. As ruas árabes encheram-se novamente de manifestantes contra governos efetivamente autoritários, truculentos, corruptos e ineficientes. Pode-se dizer isso sobre o Governo do Egito, que foi derrubado; pode-se dizer isso sobre o Governo da Tunísia, que foi derrubado; pode-se dizer isso sobre o Governo da Líbia; pode-se dizer isso sobre o Governo da Síria, por exemplo. Eu também não vou falar o nome de todos os países aqui. Então, fica subentendido que minha lista é mais longa.

Em 2011, aconteceu alguma coisa onde muitos não esperavam: nos países árabes. Imagina-se que aqueles que se entendem como culturalmente árabes vivam ainda na idade média, virados para Meca, totalmente divorciados do mundo moderno, totalmente divorciados do resto do planeta. Imagina-se que são atrasados, que são retrógrados e que estão vivendo no dia de ontem. Mas não é assim. De modo nenhum, é assim. E ainda bem que as multidões foram para rua para dizer: “Nós não somos assim”.

Então, a primeira questão é esta: 2011 é um ano em que aconteceu alguma coisa. A segunda questão é: “Bem, mas por que foi em 2011?”. E, aí, é que entramos no terreno do risco. Fazer já uma tentativa de levantamento um pouco mais qualificado, um pouco melhor do que faria um jornalista bem informado, de por que foi em 2011. Bom, eu me arrisco ao que eu vou dizer agora, baseado no que tenho lido de autores árabes falando de si próprios. Por que eles foram às ruas? Por que eles resolveram protestar?

Um tipo de avaliação que me parece simpática, para tentar entender esse processo, tem como ponto de partida anos 80 e 90, do século passado, quando o modelo de desenvolvimento de organização capitalista mais sofisticado começou a se constituir de modo mais audacioso, estabelecendo redes de interesse e de ação mais sofisticada em economias do chamado Terceiro Mundo e do velho Leste Europeu. Concomitantemente a isso, tem-se a desagregação da União Soviética, a crise do socialismo real e as transições dos regimes militares para os regimes civis na América do Sul.

Um pouco depois dessas transições, das confusões no Leste Europeu, das lutas intestinas da velha União Soviética, tem-se transições e, ao mesmo tempo, a introdução desses mecanismos do capitalismo mais sofisticado. Isso aconteceu em países da África do Norte e em alguns países do Golfo, só que sem a transição política. Os governos, com as características que eu sugeri – na verdade, eu disse enfaticamente no início da minha intervenção –, eles permaneceram praticamente intactos, enquanto essas modalidades de capitalismo mais sofisticados se espalharam por várias áreas do mundo.

Ora, isso vai trazer uma série de modificações em alguns países, como, por exemplo, o Egito, a uma ampliação de grupos de classe média, de jovens mais educados, mais sintonizados com a tecnologia globalizada mais sofisticada. Isso vai trazer uma possibilidade de inclusão ou de participação dessas áreas nesse capitalismo globalizado triunfante, que anos 90 é década de triunfo desse modelo.

Por outro lado, os países de ponta do Ocidente apostam na mais clássica e deslavada *hell politic* em relação a como lidar com esses governos. Basicamente, o exemplo clássico disso é a relação dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental com o Egito. O governo autoritário de Mubarak não começa com Mubarak. O Governo egípcio de Mubarak é aparentado com a revolução dos oficiais livres dos anos 50, que, depois, foi liderado pelo Gamal Abdel Nasser, após sua morte por infarto, em 1970, é substituído por Anwar al-Sadat. Este último acaba fazendo o acordo de paz com Israel. Então essa situação do Egito é mais longa, não é caracterizada exclusivamente pelo Mubarak, que, parece, durou mais tempo.

Os países de ponta do Ocidente, os Estados Unidos, lidam com esses governos de modo positivo, olhando para o lado relativo aos graves problemas que esses governos possuem, fundamentados em três elementos principais que são os pilares da política desses países no Oriente Médio. Primeiro, o petróleo e o gás natural têm que continuar fluindo; segundo, os suspeitos radicais mulçumanos têm que ser mortos ou postos

na cadeia, coisa que esses governos fizeram animadamente desde de 2001, especialmente, e, terceiro, a segurança de Israel tem que ser salvaguardada, tem que ser protegida. Esses são os pilares.

Regimes como o do Egito receberam subvenções mensais ou anuais, não me lembro, dos Estados Unidos para ser bons meninos. Então, essa é a linha de como se dá essa relação.

Há relatórios organizados pela ONU dos anos de 2002 e, depois, de 2003, avaliando as economias dos países árabes. São relatórios de 2002 e de 2003. São relatórios muito bem feitos, cuidadosos, etc e tal. Esses relatórios apontaram para qual conclusão? No seu conjunto, esses países estão com suas economias estagnadas. São datados de 2002 e de 2003. O que significa isso? Aqueles jovens – não são os jovens da classe pobre – da classe média ampliada dos anos 90 de alguns desses países não têm perspectiva de futuro. Aí, ocorre a crise de 2008, com esses países, especialmente os do norte da África, fortemente vinculados às economias européias, especialmente da Europa mediterrânea.

A crise de 2008 acontece no cenário de elevação bastante significativa dos preços internacionais das *commodities*, quer dizer, dos alimentos, do cuscuz. Então a carestia piora, as perspectivas de trabalho se tornam mais difíceis, e os regimes que antes eram entendidos como complicados passam a ser entendidos como detestáveis.

Os jovens antenados na economia internacional, mundializada, mobilizam suas armas de destruição em massa: telefones celulares, computadores e redes sociais. Numa aliança de oportunidade – e não oportunista, porque o termo oportunista na nossa língua virou um termo pejorativo –, uma aliança de oportunidade com grupos religiosos que não necessariamente são grupos religiosos constituídos por radicais dispostos a explodir pizzarias a qualquer momento – grupos religiosos, que são importantes nesses países e que têm uma experiência nesses países, por exemplo, no Egito, não só de ter um trabalho social muito amplo, como também de enfrentar a truculência do regime.

Então, essa conjugação de situações pode ser ampliada por meio de uma coisa que estou chamando de “efeito espelho”. O egípcio se viu no tunisino; os sírios se viram nos egípcios; os árabes da área do Golfo se viram também nos egípcios, nos sírios e nos tunisinos. Não sei se essa é a melhor explicação. Mas acho que a névoa dos acontecimentos imediatos vai se dissipando por essa linha de argumentação.

Uma outra questão é a seguinte: até agora, apenas em dois países esses movimentos foram vitoriosos. Só foram vitoriosos na Tunísia e no Egito, sendo que,

apesar de serem apenas dois países, isso não quer dizer pouca coisa porque o Egito é muito importante. O Egito é o país árabe mais populoso e é o país árabe com carências tremendas, por exemplo, falta de comida para a sua enorme população, mas, ao mesmo tempo, o Egito tem muita influência por causa dos intelectuais das universidades, tem muita influência na área religiosa. O Egito tem muito peso no mundo árabe. Mas, até agora, apenas em dois países esse movimento foi vitorioso.

Qual o momento que vejo como diferenciador desse movimento até agora? Foi a resistência bem-sucedida do Coronel Kadafi, na Líbia. E, aí, entro nas seções pontos a ponderar. Eu também me oponho a intervenções armadas na soberania de países, a princípio. Mas, se não fosse a Resolução 1973, da ONU, estabelecendo a área de exclusão aérea na Líbia, muito provavelmente o Coronel Kadafi teria tomado Benghazi há seis domingos. Isso poderia produzir um recuo do ânimo do movimento em outras áreas árabes. Isso é uma questão.

Uma outra coisa é como se interpreta a resolução da ONU, porque ela diz que os países membros estão autorizados a fazer tudo aquilo que for possível para manter a zona de exclusão aérea e proteger vidas civis. A resolução da ONU não diz: "Vamos bombardear até derrubar o Coronel Kadafi". Isso já é interpretação da França e da Grã-Bretanha.

A Líbia degenerou numa guerra civil, porque o Coronel Kadafi tem a favor dele as três ou quatro brigadas treinadas que existem na Líbia. Governos desse tipo, governos autoritários mantêm os arsenais próximos. Então ele tem o controle das armas pesadas. Algo similar ao que aconteceu na desagregação da velha Iugoslávia, pois os sérvios tinham o controle de boa parte dos arsenais do Exército Federal iugoslavo, e há falta de ânimo bastante grande para transformar a intervenção aérea numa intervenção com tropas dentro da Líbia. Ninguém quer enviar essas tropas, porque todo mundo sabe que isso pode ser uma situação muito difícil e porque os Estados Unidos estão renunciando à liderança ali. E, aí, é o outro ponto – eu prometi dois e já estou no quarto.

O outro ponto é, ao recuar de liderar o processo de estabelecimento da ação da ONU na Líbia, os Estados Unidos perdem prestígio entre seus aliados da região e até entre seus adversários. Os Estados Unidos vão ter de lidar com essa questão de o que eles vão fazer com o prestígio deles. Recuar de liderar uma ação da OTAN, para mim, é novidade. Os americanos já tinham sido recalcitrantes nos anos 90 em atuar na Europa e, agora, estão hesitando em cumprir um papel mais desvolto na Líbia porque já estão engajados

em dois países muçulmanos. Estão engajados no Iraque, estão engajados no Afeganistão.

Para finalizar, concordo com o Professora Arlene, quando ela disse, com muita sabedoria, que esses movimentos demonstram claramente que não é verdade que os árabes, por serem árabes culturais, estão condenados e destinados a viver sempre sujeitos a regimes autoritários. Isso não é verdade. Assim como os sul-americanos também não estavam condenados nem sujeitos a viver debaixo de regimes autoritários.

Há uma série de problemas no futuro porque isso é assim mesmo. Brigar pela democracia, transições democrática, isso é problemático mesmo. Por exemplo, a junta militar que no Egito, por enquanto, nada mais é do que mais do mesmo – saiu Mubarak, entrou o Conselho Supremo da Revolução –, marcou uma transição em que está estabelecido lá um prazo de seis meses para fazer a nova constituição do Egito. Seis meses é muito pouco para esse tipo de debate, a não ser que se faça a constituição ali, debaixo da gaveta, e apresente-a para ser referendada ou não pela população quinze dias depois.

A transição da África do Sul levou sete anos. Foi um processo de sete anos. Então, por que pressa nessas coisas? Agora o que vai acontecer no Egito vai ser muito importante não só para os desdobramentos do processo dos movimentos no próprio Egito, como também nos demais países árabes. Então isso é uma questão: ficar de olho no Egito com bastante atenção.

Uma outra questão é a Síria, que, creio, tem problemas tremendos. A Síria tem um convívio entre grupos comunitários que é difícil. O grupo alauita, que controla o poder e as Forças Armadas na Síria, é a minoria da minoria, da minoria da minoria, dentro da Síria. O atual Presidente Bachar al-Assad, pasmem, é um reformista. Começou a tentar fazer aberturas dentro da economia síria. Fez uma aliança mais forte com grupos sunitas prósperos dentro da Síria. Quer dizer, é possível que o governo não tenha condições, até por problemas internos, de estabelecer um procedimento de transição interessante, porque, ao mesmo tempo ele é marcado por ações de eliminar o estado de emergência, soltar alguns presos políticos, mas mandar a Polícia reprimir duramente os manifestantes.

Então é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Estou grato ao Professor Márcio Scalécio pela sua exposição.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Viola, Professor da Universidade de Brasília.

O SR. EDUARDO VIOLA – Muito obrigado pelo convite.

Vou fazer algumas reflexões um pouco diferentes do que tinha preparado, porque muita coisa já foi falada e com as quais concordo. Talvez, eu vá me focalizar em alguma coisa sobre a qual tenho um ponto de vista diferente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que vejo quatro dimensões fundamentais em todo esse processo no Grande e Médio Oriente. E o mais importante, neste momento, é a onda democratizadora, a dimensão onda democratizadora. Mas há outras três que eram predominantes no passado e que estão interrelacionadas com a onda democratizadora, que são as rivalidades geopolíticas interestatais, tanto entre Estados da região, quanto em relação às grandes potências, que têm interesses na região. Essa dimensão é importante.

A terceira dimensão muito importante é a dos conflitos religiosos. Ela não é a dimensão principal neste momento; era, até pouco tempo atrás, não é mais neste momento, mas não quer dizer que desapareceu. Ela está presente agora e pode adquirir uma importância maior no futuro, não sabemos.

A quarta dimensão é a dimensão dos conflitos étnico-tribais. Essa é uma dimensão, comparada com as outras três, um tanto secundária, porque, na verdade, a questão étnica mais profunda é uma questão que não está muito no centro hoje, que é a questão curda, digamos, que afeta Síria, Turquia, Iraque e Irã. Mas há outras de menor escala, como, por exemplo, a questão de redes tribais, no caso da Líbia, que explica bastante porque a Líbia entrou num processo de guerra civil.

Então, desse ponto de vista, eu gostaria de falar um pouco sobre a inter-relação dessas quatro dimensões.

Em relação à dimensão da onda democrática, o primeiro ponto que eu queria assinalar é: é real que Médio Oriente e o norte da África foram áreas que ficaram alheias à terceira onda da democratização. Então, até agora, era o processo mais tardio no mundo de onda democratizadora, junto com a China, obviamente, embora, no caso da China, tenha havido um momento profundo em 1989, que não houve em vários países árabes.

Então, nesse sentido, esse processo é algo que, inclusive, praticamente todos os analistas não previam que podia acontecer. Uma coisa muito importante quanto à primavera árabe, agora, que confirma novamente o que aconteceu no segundo semestre de 1989 no Leste Europeu, é a muitas vezes baixa capacidade de previsão das relações internacionais e da ciência política, a complexidade exponencial do sistema internacional. O sistema internacional é cada vez de mais alta complexidade, cada vez menos linear e cada vez menos previsível. Nós precisamos fazer, permanente-

mente, mapas do futuro, cenários de futuro, sabendo que estão errados totalmente e que temos de corrigi-los todos os dias, mas se não temos mapas, é pior ainda. Mas qualquer pessoa que tenha um mapa fixo está perdida, parece-me que a cada ano mais, porque o sistema internacional é crescentemente complexo; a complexidade aumenta em aceleração, há uma aceleração da complexidade – de todos os sistemas, e não apenas do sistema internacional.

Então, por isso que há dificuldade de previsão, por isso que os analistas, mas não só os analistas, as agências de inteligência, com quantidades de analistas, computadores, programas de todo tipo imaginável, não previram a primavera árabe. Isso é extraordinário, eu diria que pede uma reflexão profunda para ver que a gente tem que ser bastante humilde. A gente tem que tentar entender permanentemente o que acontece, mas o fluxo da realidade é de uma aceleração gigantesca.

Então, é nesse sentido. Começou essa onda democratizadora, e ela se estendeu como uma onda que é uma onda do Grande Médio Oriente, pelo menos do mundo árabe. Eu diria que não devemos esquecer que há um precedente importante dessa onda, que foram, em 2009, as eleições iranianas, em junho de 2009. Foi um processo profundo, que foi reprimido culturalmente pelo regime. Mas junho de 2009 e os meses posteriores mostraram também, no Grande Médio Oriente, uma revolução democrática, no caso, abortada, digamos, mas que está, também, como um vetor de causalidade de todo esse processo, e, por sua vez, todo esse processo pode reverter sobre o Irã no futuro também. O Irã é parte também disso.

Aí, o importante, penso, deste ponto, apenas para completar, é algo um pouco diferente do que foi falado até agora: é que vejo a necessidade de diferenciar os regimes do Grande Médio Oriente em quatro tipos de regimes, ou três regimes e uma situação que não é regime. São as democracias; os regimes híbridos, semidemocráticos; os regimes autoritários e as situações semianárquicas.

As democracias do Grande Médio Oriente são três: Turquia, Israel e Líbano – com problemas, as três. A Turquia seria a que mais claramente é uma democracia, mas Líbano tem uma situação que, ao mesmo tempo em que é uma democracia, tem várias das características, em alguns outros aspectos, não, e uma situação sempre altamente instável.

As semidemocracias, hoje – abril, fim de abril, 25 de abril de 2011 não é a mesma coisa que quatro meses atrás – são Marrocos, Egito – Egito hoje se pode considerar não mais um regime autoritário, mas uma semidemocracia, por vários processos que aconteceram – Jordânia, Iraque, Tunísia e a parte da Cisjordânia

da Palestina. Essas são semidemocracias que podem, inclusive, avançar para democracias, dependendo de como evolua o processo. Daqui a um ano já, Egito pode ser uma democracia em consolidação, Tunísia pode ser uma democracia em consolidação.

Os regimes autoritários – que são de diversos tipos, graus maiores de autoritarismo e de controle do Estado pela sociedade, chegando ao totalitarismo – os graus extremos porque são potências importantes são Irã e Arábia Saudita. Irã não era, até meados de 2009, mas era, no início da década de 80, um regime totalitário; e hoje Irã novamente é um regime totalitário. Arábia Saudita é um regime totalitário desde que se estabeleceu na década de 30, de diversos tipos. Os dois, de toda maneira, são islâmicos por definição; um, uma monarquia; o outro é uma república. Depois, nós temos outros regimes autoritários: Síria, Kuwait, Catar, Emirados, Bahrein, Omã, Argélia e, na Palestina, Gaza diferenciada. Então, na Palestina, a Cisjordânia é uma semidemocracia, na Palestina, Gaza é um regime autoritário.

E, por último, as duas situações semianárquicas. Uma que é semianárquica, já de guerra civil, é a Líbia, e outra semianárquica, que pode levar a uma fragmentação total, desintegração, anarquia total, que é Iêmen.

Então, o que temos tido de janeiro até hoje? Alguns avanços na seguinte direção: dois regimes autoritários, Tunísia e Egito, transformaram-se, por enquanto, em semidemocracias e podem – é uma hipótese favorável, mas não necessariamente a mais provável – chegar a ser uma democracia; ao mesmo tempo, processos em outros casos... No caso claro de Bahrein foi um processo, digamos, de um regime autoritário que poderia ter avançado para uma semidemocracia e foi abortado pela intervenção estrangeira, pela intervenção, basicamente, saudita. A situação do Iêmen é uma situação de instabilidade crescente e de potencial conflitivo mais gigantesco, inclusive porque o atual Iêmen é uma unificação de dois países, duas sociedades que eram de lados opostos da Guerra Fria há 50, 40 anos.

Então, temos esse processo que podemos chamar, em termos gerais, de onda democrática, que gerou, como falou Márcio, por enquanto, apenas duas situações claras de mudança de regime, ainda não para democracia, mas para semidemocracia. No caso da Líbia, parou na guerra civil e, no caso de Bahrein, terminou numa reestabilização autoritária, que obviamente, de toda maneira, é imprevisível o quanto vai durar. Da situação do Iêmen, já falei.

Em relação à geopolítica, à rivalidade geopolítica, essa segunda dimensão é fundamental, continuando sendo fundamental. Não acho que dá para dizer que...

Embora essas dinâmicas sejam autônomas de cada sociedade, são processos de rede. É fundamental o que falava Márcio, digamos, sobre a juventude, são privadas parcialmente, e globalizadas, com tecnologias da informação, mais educadas; ou seja, são revoluções das expectativas não realizadas. Ela é decisiva, é um vetor decisivo, como falava Márcio também.

A outra questão decisiva é a moderação da Irmandade Muçulmana – isso Arlene também falou – ou seja, em casos decisivos, como Egito e Síria, a Irmandade Muçulmana foi tão violentamente reprimida, em períodos diferentes – muito extenso, no caso do Egito, concentrado, no caso da Síria – que a Irmandade Muçulmana atual é muito diferente do que já foi, porque era, realmente, muito mais radical, extremista, pró-Sharia. Hoje, todos os indicadores apontam como moderação o tipo de liderança da Irmandade Muçulmana.

Por exemplo, no processo do Egito, foi fundamental a convergência, embora iniciada por uma juventude secular. Digamos que está secular, mas não antirreligiosa, não é secular *a la* ocidental, digamos, *a la* europeia, ou coisa assim. A convergência da Irmandade Muçulmana moderada, da nova liderança da Irmandade Muçulmana foi decisiva na transição mais ordenada que houve, que foi a do Egito.

Então, nesse processo todo, nós temos os interesses das potências regionais e extrarregionais, que é importante levar em consideração. Por exemplo, quais são os interesses de todas essas grandes potências? A estabilidade do fluxo do petróleo. Essa é a primeira condição. Ou seja, todas as grandes potências estão a favor de mudanças de diferentes tipos, mas a primeira condição – e na verdade não é para as grandes potências, mas para todos os países do mundo – é a estabilidade do fluxo do petróleo. Ou seja, isso afeta totalmente; os perdedores disso são quase todos os sistemas internacionais. Então, esse é um ponto importante.

O segundo ponto é como, de uma onda democratizadora, aí se afeta diferentemente as grandes potências do ponto de vista do que seria o *soft power* delas no sistema internacional, por exemplo, ou seja, a União Europeia e Estados Unidos, apesar de os Estados Unidos serem um apoiador fundamental de regimes autoritários como o Egito e Arábia Saudita; se o processo de democracia é favorável à lógica do sistema, a Estados Unidos e Reino Unido, à União Europeia. Já a China teme extraordinariamente a onda democratizadora. Então, embora esteja totalmente *low profile* no cenário internacional, internamente aumentou extraordinariamente a repressão e o controle social – permanentemente nós temos notícia disso, de quanto a China teme o impacto da primavera árabe

dentro da China. A Rússia teme menos, mas também teme. É interessante isso, porque aqui vem um ponto onde entramos nós, Brasil. Para nós, é favorável a democratização, muito favorável, porque somos uma democracia. Isso é uma coisa que acho que as elites decisórias do Ministério das Relações Exteriores não compreendem profundamente, na minha opinião. Então, esse seria um segundo ponto.

O terceiro ponto é a questão das potências regionais, ou seja, os interesses de Israel, Turquia, Egito e Irã, que são as quatro potências regionais. Irã, por exemplo, está muito interessado na desestabilização dos regimes autoritários sunitas, que, em geral, são pró-americanos. Isso não quer dizer que tenha sido um vetor em produzir isso; tem alguma influência significativa apenas sobre Bahrein, mas a lógica fundamental de Bahrein foi autônoma de Bahrein, não foi do Irã. Ao mesmo tempo, Irã se sente profundamente ameaçado pela revolução na Síria. Este é um ponto decisivo. Irã está intervindo maciçamente na Síria para manter o regime de Assad. Ou seja, a derrubada do regime de El-Assad é algo perigosíssimo para o regime iraniano. Esse é um ponto que eu gostaria de destacar muito, de como a questão geopolítica se entremescla com a questão toda.

As outras potências, Israel, Turquia, todos temem... Israel, Turquia, Egito e inclusive Arábia Saudita temem a estabilidade que possa derivar da situação síria, mas não se sentem profundamente ameaçados pela derrubada do regime sírio, pela democratização da Síria. Entretanto, o Irã sim se sente profundamente ameaçado pela democratização da Síria.

Bem, Israel, em termos gerais, que é uma sociedade profundamente dividida, está profundamente preocupada – inclusive o partido dominante, hoje, muito mais isso. Israel é um caso claro, as elites israelenses são um caso claro hoje de como eles subdimensionam o papel da onda democrática e sobredimensionam o papel da rivalidade geopolítica, por exemplo, e dos conflitos religiosos.

Os conflitos religiosos, no Médio Oriente, são, basicamente, três: xiita/sunita dentro do islamismo; islamismo/judaísmo e islamismo/cristianismo, embora de importância muito menor no caso de islamismo/cristianismo. Então, Israel vê isso através de lentes profundamente... Mesmo pessoas mais críticas dentro de Israel temem muito isso, porque eles sobredimensionam muito a dinâmica geopolítica, então minimizam a questão da onda democratizadora.

Então, já que está acabando meu tempo, passando para a terceira dimensão, a dos conflitos religiosos, esse tipo de conflito religioso é fundamental em dois países que não estão no centro agora do conflito, que

são Líbano e Iraque. No Líbano e Iraque, a questão religiosa é fundamental. No caso do Líbano, é de cunho religioso; no caso do Iraque, também, porque tem toda a questão, digamos, curda. Eles não estão no centro hoje, mas podem estar amanhã. Esse é todo um processo muito aberto, de alta complexidade. Não estão hoje. Aí sim, nesses países, Iraque e Líbano, a questão religiosa é muito importante. Nos outros, tem uma importância menor que nesses, mas pode escalar a importância. Por exemplo, na dinâmica da Síria, nada garante que não haja processos de recontaminação de identidade religiosa sobre a onda democratizadora, por exemplo. Isso pode acontecer. E é um perigo. De certa parte, o regime Baath secular – que está combinado ao mesmo tempo com essa minoria alauíta religiosa, mas que não é religiosa, são 15% da população que pertencem a uma religião – garante um Estado laico. O Partido Baath é um partido do tipo antirreligioso, secular e... A outra cara, digamos... É Baath de um lado, nasserismo, de outro lado, como partidos antirreligiosos surgidos na década de 50 no mundo árabe; no caso do Baath, na década de 40.

Então, nessa questão da Síria, é fundamental ver a complexidade, onde você tem uma sociedade multirreligiosa, onde houve conflitos anteriores, onde Baath era visto... Ao mesmo tempo que alauíta é, antes que nada, como o Baath, garantidor do pluralismo religioso na sociedade síria, até certo ponto. Porém, quando sunitas, mais radicalizados, tentam contestar, a repressão é de uma brutalidade extrema. Isso é 1982.

E há outro caso onde as minorias religiosas podem adquirir muita importância, no caso da Arábia Saudita, a minoria xiita, porque grande parte do petróleo saudita está na região de minoria xiita. Aí, obviamente, quando estamos... Por exemplo, no território xiita da Arábia Saudita há muito mais pluralismo que no resto da Arábia Saudita. Ou seja, se fosse pelo que acontece na Arábia Saudita xiita, a Arábia Saudita não seria um regime totalitário, não seria um extremo de autoritarismo. Isso é interessante.

Entrando, então, no último ponto, dos conflitos étnico-tribais, acho que não dá tempo para falar sobre a importância curda. A questão curda é muito importante, pode ganhar mais importância. Tudo isso nós podemos ver que pode ficar mais ou menos por aqui nos países em que estão, pode se aprofundar e se estender mais. Futuro totalmente aberto. Minha aposta é de que continua, mas não sei com que nível de profundidade. Mas também pode parar aqui. Temos que estar muito abertos a isso. A questão curda pode... Os curdos são minoria, uma nação, um contingente populacional muito importante, que não têm ainda Estado nação no mundo, embora tenham adquirido agora um

estado significativo de autonomia no caso do Iraque. Os grandes vitoriosos da invasão anglo-americana são os curdos.

Enfim, concluo por aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Eduardo Viola, da Universidade de Brasília.

Passo a palavra ao nosso último palestrante de hoje, o Dr. Reginaldo Nasser, Professor da PUC de São Paulo.

O SR. REGINALDO NASSER – Boa noite a todos!

Obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui conversando com os colegas, os senadores, os convidados sobre um acontecimento, como já ficou claro aqui, da maior importância não só para o Oriente Médio e para o norte da África, mas também para o mundo em geral. Há grande desvantagem para quem fala por último porque os colegas já abordaram vários pontos que eu havia assinalado para minha exposição, então, eu preferi reordenar minha fala e destacar algumas questões sobre as quais tenho divergências com o que foi dito aqui.

A primeira questão que eu observaria é a respeito do olhar que temos para o mundo árabe. Até nesse sentido, fica claro no próprio título do tema da Mesa que se refere a mundo islâmico e não mundo árabe. Na verdade, as revoluções e as insurgências estão ocorrendo no mundo árabe, porque a Turquia, a Indonésia e outros estão fora disso. Isso revela uma percepção, isso revela uma construção do imaginário, não só o imaginário no sentido mais abstrato, mas aquele em que universidades, intelectuais, institutos de pesquisa trabalharam durante – eu diria – mais ou menos 32 anos. E vou dizer por que 32 anos.

O fato que se evidenciou – inclusive nessa crise que veio à tona em torno do filho do Coronel Kadafi que defendeu tese de doutorado na respeitabilíssima London School of Economics and Political Science – veio à tona, porque não é fato casual. Como o debate prossegue lá na Inglaterra, expôs um sistema de corrupção e financiamento dos institutos de pesquisa das universidades da Inglaterra. Aqui, portanto, trata-se de pontuar algumas questões que considero importantes.

Por que 32 anos? Porque o ano revelador é o ano 1979; não é 1989, com a Queda do Muro, porque isso não tem – não diria importância nenhuma – tanta importância para o Oriente Médio. 1979, sim: revolução no Irã e guerra no Afeganistão. Momento em que os Estados Unidos e as potências ocidentais viam, no início, com bons olhos, os movimentos religiosos. O assessor de segurança do Presidente Jimmy Carter, Brezinski, criou um termo que chamou Arco das Crises.

O que era esse Arco das Crises? Propositadamente, os Estados Unidos criariam crises no Oriente Médio e as estenderiam até as repúblicas da União Soviética de cunho islâmico, para que houvesse um processo de desintegração. Inclusive, estão na Internet os textos, o mapa de Brezinski, a dissolução dos Estados nacionais.

E esse modelo, que vem até os dias de hoje, está em crise. É um modelo muito fácil de trabalhar, muito fácil de operacionalizar para as grandes potências, principalmente as potências ocidentais. É um modelo binário: de um lado, o Islã, seja na forma de Estado, como no Irã, seja na forma de movimentos não-estatais, que são os denominados movimentos terroristas; de outro lado, as ditaduras, pouco importa se repúblicas ou monarquias, as ditaduras seculares que se opõem a esse movimento.

Isso se revelou muito claramente agora nessa crise. O WikiLeaks está aí para todo mundo ver a verdadeira chantagem que Mubarak fazia a todo momento com os Estados Unidos. Ele se colocava na seguinte posição: é melhor ter o Mubarak no poder, com todos os problemas, do que a Irmandade Muçulmana. Na parte externa, a chantagem era ter recursos, ter armas para se contrapor ao Irã. Então, essa dualidade, esse binômio se colocava, inclusive, no interno e no externo. E foi assim que a política externa, que as relações dos Estados Unidos e dos países europeus se mantiveram durante todos esses anos.

É esse o modelo que vem em crise. Por quê? Embora se busquem ainda referências a movimentos islâmicos, está cada vez mais difícil demonstrar o mínimo nexos com o radicalismo islâmico. Quer dizer, quando se iniciou a revolta na Tunísia, se voltarmos para alguns jornais da grande mídia da época, veremos que se pontuava aqui e ali – isto era dito por algum jornalista, por algum analista – o seguinte: “Vamos estar atentos. Logo, logo, aparecem os radicais”. Mas estes não apareceram na Tunísia, não apareceram no Egito, não apareceram no Bahrein, não apareceram na Síria. Agora, estão encontrando-os na Líbia, porque essa também era a chantagem do Muammar Kadafi, que caiu nas graças do Ocidente porque seguiu a imigração para a Europa, assinou um tratado com o Berlusconi, assinou um tratado com a Comunidade Europeia, recebeu bilhões de dólares, saiu da lista de país suspeito – não era mais *rogue state* – e cooperou.

Hoje, saiu uma grande reportagem no *The New York Times*, com documentos, sobre Guantánamo. É uma revelação, está na primeira página desse jornal. Lá consta também a colaboração da polícia do Kadafi para entregar a Guantánamo. E quanto ao Kadafi, era o mesmo argumento: ele se oporia ao Irã na parte externa e se oporia a supostos movimentos ligados

a Al Qaeda na parte interna. Então, por isso, agora a única salvação do Ocidente – salvação no sentido desse modelo – é a esperança, é a Líbia, porque já se está dizendo que as armas estão indo para as mãos do Al Qaeda.

Muito bem. É esse mundo que está agonizante. Se ele vai ser extinto completamente, nós não sabemos, mas há sinais promissores de que ele está sendo extinto. Portanto, é um mundo mais complexo – quando digo complexo, divirjo de algumas interpretações sobre o Oriente Médio e o mundo árabe –, mas não exótico.

Por que estou dizendo que não é exótico? Vejam, no caso da Líbia principalmente, logo no primeiro momento, começaram a levantar a ideia de como se comportariam ou como estavam se comportando as tribos. Pois bem, não sei se os senhores sabem qual é a população urbana da Líbia. 85% da população da Líbia é urbana. Boa parte desses países do mundo árabe, a grande maioria da população hoje é urbana, são massas urbanas, há uma classe média em ascensão, ou seja, há uma mudança na estrutura social desses países.

Então, aqui, essas referências eternas a um passado que supostamente se refaz são falsas. Por isso é que não se entende o que está acontecendo.

Na verdade, as revoltas não são nos Estados nacionais, as revoltas estão ocorrendo nas cidades – as revoltas foram em Túnis, no Cairo, Suez, Trípoli, Benghazi e assim por diante – é um fenômeno das grandes cidades, da concentração de massas. É só olharmos os rebeldes lá em Benghazi: todos com carros muitos modernos com as metralhadoras e os lança-mísseis em cima.

Então, há uma alteração demográfica muito grande. Tenho aqui, a propósito, um dado interessante: cerca de um terço da população tem até 15 anos. A projeção é de que, até 2030, a população do Oriente Médio tenha crescido 132%. E a grande maioria dessas pessoas vai para as cidades, aumentando a concentração dessas massas urbanas. Então, é lá que está o foco, é lá que está acontecendo. Não vou repetir aqui as análises que os colegas já fizeram sobre esse processo econômico e também das novas tecnologias de representação que têm acontecido.

Muito bem. As reivindicações são econômicas, políticas, sociais, coisa que não causa espanto. Quem acompanha minimamente um instituto dos Estados Unidos, o Zogby, que faz levantamentos de opinião pública, das percepções da rua árabe, já sabe disso. Há cinco anos eles fazem isso. As cinco, seis, sete primeiras questões, todas, são relacionadas a questões econômicas, sociais e políticas, como em qualquer lugar do mundo.

Então, parece-me que algumas interpretações que vêm à tona, intencionalmente ou não, ao abordar a complexidade do Oriente Médio, elas só têm a função de tornar esse mundo afastado, como se houvesse um outro mundo diferente daquele em que nós vivemos. Não é assim. É interessante que no Bahrein, por exemplo, saem às ruas jovens, mulheres etc., que são pobres em sua grande maioria, excluídos politicamente. Mas aí vem alguém e fala: “Ah, mas é xiita”. Então, é interessante que as identidades, quando convém, elas se sobrepõem às outras que se manifestaram anteriormente.

Portanto, é esse mundo que está mudando, e a repercussão vai ser evidente na geopolítica e na política externa dos outros países, desses países e dos outros. Isso ainda está difícil de ver. Por enquanto ainda não há nenhum sinal de alteração – e acho isso claro, porque é um problema interno num primeiro momento – para saber como lidar com a questão política.

Por exemplo, o caso do Egito, de ter um Congresso, um Parlamento onde as questões de política externa, como a questão de Gaza, as relações com Israel e as relações com os Estados Unidos possam ser debatidas, isso já é um grande avanço. O que vai resultar daí nós não sabemos, mas é um processo mais difícil de controlar. Aquele mundo em que se sentavam Mubarak, Netanyahu e o Presidente dos Estados Unidos acabou, pelo menos para esses países. São outras pessoas que vão se sentar para discutir isso também. Tal como quando senta o Presidente dos Estados Unidos está o Congresso norte-americano, também quando senta o Presidente do Egito vai estar o Congresso do Egito. Com isso é difícil de lidar, não há dúvida alguma.

Portanto, esses movimentos trazem em si a perspectiva de uma mudança, mudança essa que, num primeiro momento, está acontecendo no âmbito interno. Então, como o Viola destacou, há transições no Egito e na Tunísia, principalmente, mas o Iêmen também já mostra sinais de caminhar para a transição.

Outro aspecto que eu queria destacar aqui é que, nessa mudança geopolítica, há outro país perdedor: o Irã. Eu me espantei com boa parte das análises, que dizem que o Irã é o vencedor. Por que essa análise de que o Irã é o vencedor? Porque ficam presos a esse binômio xiita-sunita. Não é verdade que essa questão é real no Irã. Qual é o mundo do Irã? Para o Irã, para Ahmadinejad, para Netanyahu, é ótimo haver a intervenção dos Estados Unidos, é ótimo haver ditaduras na Arábia Saudita e na Líbia e é muito ruim haver democracia. Então, no Irã – estou dizendo Irã, mas é o modelo iraniano –, foi Ahmadinejad que saiu perdendo. Como eu disse, Israel é outro que sai perdendo. É interessante ver que no decorrer dos acontecimentos

isso se evidenciou. Logo nos primeiros movimentos na Praça Tahir o desespero do Netanyahu, que apelou explicitamente para os Estados Unidos para que fizessem algo que mantivesse Mubarak no poder. Isso foi declarado, foi explícito isso.

Quando ainda resistia, Israel levantou uma ameaça à sua segurança nacional porque cruzou uma fragata iraniana o Canal de Suez. Então veja que por vezes é patética a atitude dessas lideranças internacionais frente a essa situação nova que está aparecendo no Oriente Médio.

Voltando à estrutura social, eu diria que a urbanização, a demografia, o aparecimento de jovens intelectuais desempregados, são esses os problemas. Os problemas não são os minaretes, não são as burcas. Este é o problema: o ocidente teima em resistir. É patética a atitude do Sarkozy, se não fosse trágica. Agora a atitude que a Europa quer tomar é a de rever o Tratado de Livre Circulação na Europa. Então, vejam o desespero que está diante do mundo que quer a democracia. É muito interessante porque até a revolta da Tunísia qual era o discurso? Levar a democracia ao Oriente Médio e ao norte da África porque assim as relações seriam mais harmoniosas, cooperativas. Pois bem, vem a democracia e aparece um verdadeiro desespero. Não sabem como lidar com isso. Estão completamente despreparados.

Nesse sentido, tem a ver com – ainda tenho alguns minutos – aquilo que considero importante para o Brasil. Eu vou divergir do Embaixador porque acredito que o Brasil deve ter uma posição mais assertiva. Ter uma posição mais assertiva não quer dizer irresponsável, nem voluntarista, mas é o momento propício. Por quê? Porque esse modelo das grandes potências, mais uma vez, se esgotou. Esgotou de forma trágica e esgotou de forma agora que fica evidente que a “rua árabe” se manifestou contra esse tipo de política.

Veja só: dou o exemplo da Turquia, que saiu à frente há muito tempo, porque hoje é – acredito que será mais ainda com esse movimento – o país mais importante na região do Oriente Médio; começou a atuar de forma mais firme na questão palestina, sem romper com Israel, apareceu como mediador de Síria/Israel, tem aumentado significativamente a ajuda externa aos palestinos e a outros movimentos e, assim, a Turquia vai se evidenciando como uma grande liderança regional. Acredito que o Brasil, guardadas as particularidades – óbvio, não tem a mesma posição da Turquia –, teria um imenso papel a cumprir porque é muito bem visto não é pelos governos árabes, é pela rua árabe. Como disse aqui alguém – não lembro se o Viola ou o Márcio – é um país democrático, respeita

os regimes internacionais. Por que não se credenciar nesse momento em que se esgotou esse modelo?

Eu diria que o modelo que está se esgotando, além de tudo que eu disse aqui, é o modelo que foi montado pelos impérios. É interessante que, quando se fala da história do Oriente Médio, isso é feito para lembrar dos *sheiks*, dos camelos, mas não do imperialismo; esquece-se do imperialismo.

E isso não é casual. Logo quando aconteceu a questão da Tunísia, é óbvio que a possibilidade de acontecer em todo o mundo árabe estava colocada, porque é uma crise sistêmica, é um Estado que está em crise, é um Estado que alguns chamaram de Estado rentista, mais especificamente, que vive da concentração do petróleo. É um Estado ditatorial. É um Estado que foi formado de uma coalização de elites nacionais e internacionais. Esse Estado está em crise. Se ele está em crise, portanto, ele revela uma questão sistêmica. É claro que cada um desses países tem suas particularidades, como foi relatado aqui, e uma dessas particularidades é o poder militar. Naqueles onde o poder militar estava mais concentrado e tinha uma formação mais burocrática e profissional e que foi pressionado, a transição se fez e em outros não. Então a presença militar ainda é um problema com que se lidar no Egito. Não há dúvida nenhuma, porque as estimativas – não é só um problema político; é um problema econômico – dão conta de que 30% da economia do Egito está na mão de militares. A ajuda americana não foi apenas para comprar armas; foram comprados complexos hoteleiros nas ilhas. Então houve uma montagem da estrutura econômica do Egito que vai ser difícil. É um longo processo. Enfim, é esse Estado, é essa economia, que está em crise.

Entendo – reitero – que o Brasil tem um papel muito importante nisso e que devemos pensar seriamente na forma como deveremos agir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Fico grato ao Professor Dr. Reginaldo Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

As inscrições estão abertas para as Sras Senadoras e os Srs. Senadores.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia. Em seguida, eu a concederei ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Suplicy.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Professor Reginaldo, aproveitando, já que o senhor foi o último a falar, tendo em vista a referência bem colocada sobre a questão da London School of Economics, eu queria saber o que foi errado nesse processo. Foi o dinheiro da Líbia que entrou numa instituição respeitada internacionalmente, ou foi fazer vista grossa, nessa instituição,

a um regime cujo líder era, no mínimo, exótico e não inspirava confiança? Essa é a pergunta para o senhor.

Professor Viola, o senhor disse que a academia especializada nas relações exteriores não previu isso. E ela não está sozinha, porque nenhum economista do mundo previu a crise americana, que foi um abalo sísmico no mundo, por conta do que estava acontecendo ali. Portanto, não há novidade em relação a isso.

O senhor, se entendi bem, como o Professor Viola, falou não da omissão, mas da ausência de um protagonismo mais vigoroso do Brasil nesse processo. De que maneira, Professor?

Pergunto ao Professor Márcio: o senhor deu um valor grande às questões relativas a essa situação econômica, à falta de emprego, à força das redes sociais, mas não estariam, Professor, esgotados os regimes desses países com tantos anos de sufocamento das liberdades? Qual é o papel eventual que tem a Al-Qaeda em tudo isso, se é que existe esse papel?

Para a Professora Arlene: as lideranças das oposições nesses países todos estão em condições de manter um processo de consolidação de uma democracia que, aparentemente, está sendo buscada?

Para o nosso Embaixador Marcos Azambuja – lamentavelmente, não pude assistir à sua exposição, porque eu estava presidindo a sessão do Senado –, eu gostaria de perguntar: pela sua experiência, eu queria saber da sinalização do que vai acontecer nessa região na relação com o ocidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Passo a palavra inicialmente, pela ordem das perguntas formuladas pela Senadora Ana Amelia, ao Professor da PUC de São Paulo, Dr. Reginaldo Nasser.

O SR. REGINALDO NASSER – Tenho dois minutos. (Pausa.)

Acredito que esse episódio é muito revelador e que devemos observar todas as suas consequências. Inexplicavelmente, o debate está acontecendo, pelo que posso acompanhar, apenas na Inglaterra. Lá existe um *site* que se chama *openDemocracy*, que tem reverberado esse debate. Ele vai além, não é apenas a defesa de doutorado do filho do Kadafi – isso ele teria todo direito de fazer –, foi um financiamento para um instituto de pesquisa sobre democracia, sob os auspícios, sob a assinatura do diretor Anthony Giddens, que foi assessor do Blair e que manifestou explicitamente que a Líbia estava no caminho certo. Então, não é só receber isso, são as manifestações que vinham. Qual era a interpretação? Que a Líbia se opunha ao terrorismo, que a Líbia era contra a Al Qaeda, que a Líbia entrou no regime de não proliferação de armas de destruição em massa e que, portanto, deveria ter crédito. É esse o problema. E é com esse problema

em mente que deveríamos também nos voltar para os nossos institutos de pesquisa e nos precavermos com os institutos norte-americanos, franceses e outros mais.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Nasser.

Concedo a palavra ao Professor Eduardo Viola, da Universidade de Brasília.

O SR. EDUARDO VIOLA – Senadora Ana Amelia, na verdade, o argumento forte quanto ao aumento do protagonismo brasileiro foi feito pelo Professor Reginaldo. Eu não sei se seria favorável a um aumento tão forte.

Entendo que há coisas que podemos fazer e outras que não podemos. Nós temos apenas *soft power* para influenciar limitadamente, somos uma democracia e, certamente, poderíamos ter uma atitude muito mais significativa de apoio à democratização, de condenação à repressão feita pelos regimes em diversas situações. Isso é algo totalmente consistente com nossos valores e isso nós poderíamos fazer através de declarações. Não mais do que isso, o resto é uma dinâmica multilateral.

Eu acho que foi um erro o Brasil ter se absterido na resolução sobre a Líbia – isso levaria a uma longa discussão. Acho que o Brasil deveria ter votado a favor, porque essa posição implicaria consequências diferentes, por exemplo, das consequências que adviriam de posição semelhante da Alemanha. São duas democracias que votam contra, os outros são autoritarismos, e há a Índia, que é um caso mais complexo. A Alemanha, como membro da Otan, se votasse a favor, teria de estar no terreno, ou seja, teria de atuar. Como ela estava discordando, não precisava pagar o preço de entrar militarmente – a população alemã tem muita resistência a isso por múltiplas razões históricas. No caso do Brasil, era diferente: não havia a menor expectativa de que o Brasil tivesse de colocar equipamentos militares. E lembremos que essa resolução foi apoiada e pedida pela Liga Árabe, Líbano, membros do Conselho de Segurança, fundos principais, articuladores e redatores da declaração. A abstenção brasileira foi uma abstenção que, como em muitos outros aspectos, acompanha meio que automaticamente algumas posições da política externa da China, ainda que os interesses nacionais do Brasil e da China sejam divergentes em várias áreas e convergentes em outras. Neste caso, porém, os interesses são opostos, porque se há um país que teme a onda democratizante no Oriente Médio é a China. Nós, no entanto, só temos a ganhar, porque, como falava Reginaldo, não apenas somos uma democracia, mas não temos culpa naqui-

lo lá, não fizemos impérios lá. Nós e, provavelmente, a Índia, nesse sentido, só temos a ganhar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Viola.

Concedo a palavra ao Professor Doutor Márcio Scalécio, da PUC do Rio de Janeiro, para responder às indagações formuladas pela Senadora Ana Amelia.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe-me, Professor, desculpe-me, Presidente, mas eu gostaria de acrescentar algo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O Professor deu valor grande à questão das redes sociais. O senhor entendeu que esse rastilho de pólvora chegará a outros países da região, incluindo o Irã. No Irã, que tem um regime muito mais fechado do que os outros, as redes sociais terão a mesma força?

O SR. MÁRCIO SCALÉRCIO – Nesse caso, eu me irmano com o que disseram os Professores Nasser e Viola. Já houve um processo desse tipo no Irã, que foi no período da reeleição do Ahmadinejad. O Irã não está fora disso, não. O que não quer dizer que o regime do Irã seja um regime totalmente fechado. Não é. Agora, essa ação de jovens e de pessoas com habilidades de fazer uso dessas máquinas e de fazer política através dessa linguagem, isso veio para ficar. E não é só no mundo árabe, é no mundo todo que está havendo a capacidade de mobilização por esse tipo de coisa.

Isso já foi demonstrado, por exemplo, na campanha do Presidente Obama, quando ele fez uso bastante grande desse tipo de instrumento na sua campanha eleitoral, inclusive com efeito multiplicador, mandando e-mails, mandando cem e-mails para vários eleitores, etc.

Segundo, a Al-Qaeda não é tão forte quanto se imagina, nem seus simpatizantes e os suspeitos de serem seus simpatizantes, o que é mais grave. O sujeito é preso e apanha em tudo quanto é canto por ser suspeito, quer dizer, é a degradação da condição de suspeito a culpado. Pois bem, desde 2001, as pessoas da Al-Qaeda foram presas, foram mortas, foram liquidadas em várias áreas da região. Então, ela teve um enfraquecimento bastante significativo, creio eu. E quando eu digo que religiosos participam desse movimento, não quer dizer religiosos radicais, mas religiosos e religiosos organizados.

Por exemplo, no Cairo, sabe-se de irmandade sustentando a logística de manutenção de hospitais de campanha, ali na Praça Tahrir, para manter os manifestantes mobilizados. Agora, a capacidade de se manter mobilizado muito tempo é outra coisa, que é muito mais complicado, muito mais difícil.

E mais uma vez eu digo, a atenção, pelo menos a minha, está direcionada ao Egito e no processo de lá, porque o processo será sintomático, com um peso muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Scalécio.

Concedo a palavra à Professora Doutora Arlene Clesmesha, da Universidade de São Paulo, respondendo à indagação da Senadora Ana Amelia.

A SR^a ARLENE CLEMESHA – Obrigada.

Senadora, a sua pergunta é absolutamente legítima, afinal de contas, quando essas revoltas começaram, buscava-se uma liderança em todas elas e sem encontrá-la.

No Egito, por exemplo, o retorno de uma liderança que já vivia no exterior causou muita expectativa, mas pouco efeito. Na verdade, o que temos visto é o surgimento muito rápido de novas lideranças no processo revolucionário em curso.

Na Tunísia, em menos de um mês, Ben Ali foi derrubado, mas depois os protestos continuaram até a derrubada de todos aqueles que tinham formado gabinetes e apoios antigos. Então, o processo continua; ele não para.

No Egito, também, temos a presença de movimentos antigos que estão fazendo parte da tentativa de organização social e política para a formação de novos partidos. Parece que se registraram cerca de 300 novos partidos em pouco menos de dois meses, no Egito, após a derrubada de Mubarak. Já havia movimentos: o Movimento 6 de Abril, o nome de uma greve que tinha sido brutalmente reprimida; o Movimento Kefaya, ou seja, “basta”; o Movimento somos todos Khaled Said, um jovem espancado e morto pela política egípcia. Então, havia um movimento social, mas sem lideranças claras dentro de um contexto de repressão absoluta de toda a organização política.

Portanto, há uma realidade que está permitindo o surgimento rápido de novas lideranças, de novos partidos, ali onde o processo pelo menos começa a permitir isso.

No Yêmen e no Bahrain também vemos, sim, a possibilidade do surgimento dessas lideranças nas ruas, já que a população demonstra saber muito bem o que quer. E assim como nos outros países.

Na Líbia, especificamente, antes mesmo de começar a guerra civil, de se caracterizar uma situação de guerra civil, já havia a formação de conselhos regionais, ou seja, a população se reunindo para garantir o abastecimento de luz, de água, pagamento de salários, isto é, o funcionamento da sociedade. Pouco depois, a situação degringolou para uma guerra civil.

Então, numa situação de crise revolucionária, como é a de hoje, a sociedade tem se mostrado capaz de se organizar muito rapidamente, e as lideranças estão surgindo.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Dr^a Arlene.

Passo a palavra ao Embaixador Marcos Azambuja.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Para a minha pergunta não ficar muito vaga, eu gostaria de focar na questão do petróleo, Embaixador, porque falei da relação Ocidente e Oriente Médio com foco na questão do petróleo, especificamente. Obrigada.

O SR. MARCOS AZAMBUJA – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^a Senadora.

Eu acho que o movimento que está acontecendo é a prova sistêmica, parece-me uma boa palavra. E está numa fase tão larvar, tão inicial que não detecto ainda nem futuras lideranças, nem futuras tendências. Ou seja, da mesma maneira que o mundo acadêmico diplomático militar foi incapaz de prever como ia começar e como ia acontecer, devemos ter a mesma modéstia de imaginar como vai terminar.

Inicialmente, estamos num processo em que ainda há uma explosão de insatisfações – que foram apontadas – econômicas, sociais, voltadas contra a corrupção, mas é difícil e não vi ainda uma nomenclatura das novas lideranças, quem são os nomes.

No Egito, parece-me claríssimo, que o Exército reassume de uma maneira... Mas não podemos esquecer que Mubarak era um homem do Exército, como era Sadat, ainda assim o Exército volta a assumir explicitamente o seu poder.

Na Tunísia, também sinto a insatisfação, mas os nomes não me parecem...

Queria dizer uma coisa, que considero importante, em defesa da sabedoria brasileira, eu creio. Não éramos cobrados a mandar tropas ao Oriente Médio, mas era conveniente para o Brasil, que ia votar a favor da resolução até que a ela foram acrescentados elementos que permitiam que o objetivo inicial, que era um programa de interdição do espaço aéreo, fosse transformado em uma licença para agir além disso, bastante mais amplo. Então, o Brasil, que votava a favor, passou a ter uma situação “não quero impedir isso porque há muito de bom nessa resolução, mas não quero comprar o bilhete inteiro”. E todos nós, sobretudo os de mais idade, já vivemos muitas vezes este filme: começa com a ideia da defesa humanitária, o envio de assessores especiais, de conselheiros técnicos, a garantia que não haverá presença militar e, pouco a pouco, o que era uma ação humanitária vai-se transformando num processo de intervenção clássico.

O que eu acho é que o movimento nos países da região trouxe uma legitimidade que vinha da espontaneidade. Eu acentuei meu apreço pelo caráter laico, pelo caráter libertário. Foi dito pelo Prof. Viola uma coisa que acho muito importante: o precursor de tudo isso foi o Irã. Foi truncada a vontade de democracia vivida no Irã, mas houve manifestações de um alcance... O Irã viveu momentos extraordinários – não levo mais 30 segundos –, o Irã organizou o que seria uma grande eleição democrática e acabou, ele mesmo, viciando um processo que até um certo momento parecia exemplar. Ele convida a imprensa, a mídia mundial para assistir e, depois, há uma falsificação dos resultados tão grosseira que era evidente.

Portanto, acho que o Brasil agiu com uma certa cautela, porque ainda não sabe definir os limites e, sobretudo – embora eu reconheça que no Oriente Médio há uma nova agenda –, a velha agenda continua subjacente.

A Europa continua a desejar o fluxo livre do petróleo, mas também deseja que não haja o fluxo livre da imigração econômica. Não podemos ter dúvida disso. Há uma vontade coletiva de impedir que o Oriente Médio saia do Oriente Médio, que resolva seus problemas lá dentro.

E eu temo que vamos viver um processo muito cruel de fronteiras fechadas, de discriminação contra imigrantes, porque a Europa em crise quer tudo, menos imigrantes no momento.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Embaixador Marcos Azambuja.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por esse ciclo e parabenizar cada um dos cinco apresentadores, pois, há muito tempo, eu não via um debate que me cativasse tanto.

De qualquer maneira, tenho dois tipos de perguntas. A primeira é algo que faltou para mim. Quando assisto à televisão – e não passo disso, salvo sendo curioso –, vejo uma diferença grande entre o que aconteceu em todos os outros países e o que está acontecendo na Líbia. Não vejo o povo nas ruas na Líbia. Não é que a ditadura da Líbia seja menos pior que as outras, talvez seja até pior, mas, no Egito, a gente via a praça cheia de gente. No Iêmen, a gente pensa que o povo todo está na rua. Na Líbia, o que vejo são rebeldes com armas e com caminhonetes. Então, eu me pergunto: de onde vêm essas armas e esses rebeldes? No caso dos outros países, parece que estou vendo o povo saindo de casa e indo para a rua. Na Líbia, não sei de onde eles estão vindo. Então, a pergunta é: existe

ou não uma diferença entre os dois movimentos, o da Líbia e o dos outros países?

Segundo, de onde esse povo está vindo? Essas armas vêm de onde? Esses rebeldes surgem como? Ele batem ponto de dia e vão fazer guerra de noite? Ou surgiu um caos tremendo, e ninguém mais trabalha? Eu quero saber isso.

A outra coisa é uma especulação: vocês acham que, quando terminar isso, vai ganhar o caos ou a ordem? Segundo, vai ganhar o Islã, vai ganhar a democracia, ou vai ganhar uma nova coisa, que seria uma democracia islâmica, mais ou menos como a Turquia, ou uma coisa mais sofisticada?

São essas as perguntas em relação à diferença entre a Líbia e os outros e em relação a quem vai ganhar, na especulação de vocês: o caos ou a ordem? A democracia, o Islã ou outra coisa, que seria uma democracia islâmica?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Eu pediria ao Professor Dr. Reginaldo Nasser que oferecesse a primeira resposta à indagação.

O SR. REGINALDO NASSER – Quanto à primeira questão, do movimento na Líbia, nós só podemos nos basear nos relatos dos jornalistas. Não há como nos referirmos.

Se nós acompanharmos esses relatos, sim, houve momentos... O momento inicial é semelhante aos outros. Houve, sim, gente saindo das casas em Trípoli. Houve gente, que ganhou projeção, saindo em Benghazi e outras cidades. Este é o primeiro ponto. Há várias fases.

Num primeiro momento, inclusive, todos já davam como certa a saída de Kadafi, porque o único, num primeiro momento, o único refúgio dele era alguns setores de Trípoli, porque parte de Trípoli já estava sublevada.

Então, houve uma reversão... É difícil a gente ter as informações precisas, mas o Márcio abordou algumas questões específicas, da força do Saddam, eu acrescentaria do serviço de inteligência... Quer dizer, a repressão foi mais eficaz. Não é que não houve movimento.

Quanto às armas, todo mundo sabe que elas são precárias, extremamente precárias, rudimentares. É Exército de Brancaléone. E, por isso, é um dos problemas que estão acontecendo.

Quanto à questão do islã e da democracia, eu perguntaria o seguinte: por que essas questões apareceram para nós como antagônicas? É por isso que eu situei o ano de 1979 num caso específico, que foi o do Irã. Aquilo que foi específico acabou se tornando regra. Sim, é perfeitamente possível – por que não?

– que tenha Islã e democracia. Não vejo problema quanto a isso.

Então, temos que olhar mais para a estrutura do Estado e o regime político e menos para a questão de se é religião ou secular. Está aí a prova. Como o Márcio disse, o Irã, relativamente ao Egito e à Arábia Saudita, é um regime mais livre, e os outros são seculares. Então, acredito que nós devemos sair dessa oposição.

Por último, não dá para fazer uma previsão, mas dá para apontar algumas tendências. Eu nomearia quatro atores desse processo: o movimento islâmico... Como o Márcio disse aqui, não é Al-Qaeda nem nada, mas organizações como a Irmandade Muçulmana, que é uma. Outro, algo que ainda não está muito bem organizado, que nós poderemos denominar de movimentos urbanos, essas massas urbanas que se mobilizaram nas ruas, os militares e – não vamos descartar, porque eles ainda vão tentar influenciar o processo – as potências externas, quer dizer, as grandes potências. Então, vai surgir da dinâmica desses atores o tipo de regime que será implementado.

Tem uma questão geral, sistêmica, como eu disse, e tem as questões particulares. No caso do Egito, por exemplo, eu posso afirmar que será muito difícil, dadas essas especificidades militares, desalojá-los completamente do poder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Reginaldo.

Tem a palavra o Professor Viola.

O SR. EDUARDO VIOLA – Em relação à primeira questão, quero dizer que concordo plenamente com Reginaldo. Mas eu queria entrar na segunda pergunta, sobre quem ganha. Sobre o caos e a ordem, no Iêmen, é mais provável que ganhe o caos. Na Líbia, a tendência, se não houver um apoio maior – e há uma relutância muito grande americana; por isso, dificilmente, isso acontecerá – do Ocidente, será preciso armar, construir um exército. Inclusive, há diferença regional da Sirenaica em relação à Tripolitânia. Kadafi não pode impor um controle total sobre o território, e vamos para uma situação de caos bastante perigosa. Até agora, isso é o mais provável, a não ser que se aprofunde a intervenção ocidental. Obviamente, os Estados Unidos não querem saber disso. Não há intenção nos Estados Unidos para isso. O americano não quer saber disso. E os britânicos e franceses também não têm muito apoio para isso. Uma coisa é a lógica dos dirigentes; outra coisa é a disposição de pagar, como dizem sempre os anglosaxônicos, em termos de tesouro, de dinheiro, por esse tipo de intervenção.

Então, a tendência maior hoje é, infelizmente, na Líbia, a do caos, bem como no Iêmen. No Egito e na Tunísia, a tendência é para a ordem, para uma ordem

de democracia. A democracia islâmica surgiu a partir da morte de Khomeini e, particularmente, a partir da vitória de Khatami nas eleições de 1997 até as eleições de 2009. Essa seria uma democracia islâmica realmente, onde há pluralismo, mas também um poder teocrático que define os limites da pluralidade e que regula os conflitos. Esse é um poder absoluto, muito mais do que um poder moderador, inclusive, que é teocrático. Esse tipo de democracia islâmica, parece-me, não acontece mais.

Ou seja, agora, o que vem são democracias onde está presente a religião islâmica, como religião majoritária. É democracia, mas terá um tom da sociedade, que é islâmica. Um modelo que vem mais limitado, primário e primitivo é o da Turquia, que não é uma democracia islâmica; é uma democracia onde o islamismo tem importância. Democracia islâmica iraniana não é mais a referência.

Mas da Síria é muito mais difícil falar, porque, inclusive, agora, as coisas são muito mais difíceis de avaliar. Poderá haverá uma repressão super sangrenta, por exemplo, e não há uma organização alternativa suficiente. Pode haver uma repressão brutal e sangrenta na Síria nas próximas horas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Viola.

Passo a palavra ao Professor Dr. Márcio Scalécio, da PUC do Rio de Janeiro.

O SR. MÁRCIO SCALÉRCIO – Vou ser rápido.

Faço minhas as palavras do Professor Nasser, por um lado, mas, por outro lado, com um acréscimo: por que não se vê tanta gente assim na Líbia? Porque lá está numa situação de indefinição e, então, as pessoas têm até medo de serem filmadas, de aparecer, esse tipo de coisa. O país está em guerra civil. E o regime é muito truculento. Então, há até, eu diria, menos informação e as pessoas estão se guardando mais.

Tem uma coisa que eu estou avaliando para a Líbia: que o negócio da Líbia vai continuar enquanto a munição das tropas do Kadafi continuarem a existir. Porque, se você conseguir interromper os fluxos de reposição desse equipamento, ele vai ter que mudar de perfil de resistência. Ele não vai conseguir resistir como está resistindo até agora. Essa é uma hipótese que pode acontecer dentro de duas ou três semanas, o equipamento dele começar a se esgotar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Márcio.

Concedo a palavra à Professora Dr^a Arlene.

A SR^a ARLENE CLEMESHA – Para não repetir o que já foi dito, eu queria só complementar também que, sim, de fato é difícil fazer qualquer tipo de previsão – por isto, uma caracterização é mais cabível –, mas

seria interessante olhar o processo por suas potencialidades, porque, mesmo que alguns retroajam, mesmo que não consigam avançar para onde estão caminhando, para a direção apontada, ou seja, democratizante e assim por diante, o processo foi deslanchado. Isto é muito importante e pode ter uma influência a longo prazo. Eu acho que é interessante, então, olhar por aí.

Então, podemos ter situações de fato de caos, situações de mudança de regime, situações... Mas, como um processo, ele é importante por essas potencialidades deslanchadas e por toda a caracterização conjunta que se fazia, que ainda se faz dessa região árabe, incluindo alguns países islâmicos não árabes, como o Irã, que, de fato, faz parte desse processo e que cai a partir de agora.

Também nesse sentido é interessante a gente pensar que, sim, esse processo começou em dezembro, mas ele vem de um processo mais longo, por exemplo, que a gente poderia, possivelmente, apontar como tendo começado com a Primeira Intifada, em 87, que teve uma característica também popular, democrática, o movimento do Sahara Ocidental, o próprio movimento curdo... Existem muitas fontes de transformação democratizante dentro da região.

Os povos árabes, que vemos como muito distantes da nossa realidade, às vezes difíceis de compreender, são antigos, extremamente orgulhosos da sua cultura, da sua tradição, do papel que tiveram como centro do mundo numa determinada época, a época do Islã clássico, época que foi do século VIII ao século XIV, estendendo um pouco, século XIII. O mundo árabe foi o centro do mundo e a língua árabe foi a língua culta do mundo, como o francês foi até há pouco tempo.

Isso tudo se vê dentro desse movimento. A importância que tem tido para a população o resgate do orgulho, da cultura, da possibilidade de se expressar, isso abre uma potencialidade que eu vejo como positiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador Marcos Azambuja.

O SR. MARCOS AZAMBUJA – Falarei rapidamente, e aí é bola de cristal, de fato.

Creio que os países ricos produtores de petróleo têm meios de comprar a oposição, que é, vamos dizer, a solução saudita. Você injeta tais recursos em programas de assistência, de vantagens, que você responde à demanda de justiça por um processo, se você quiser, de sedução e corrupção.

A segunda coisa que pode acontecer – o Sudão foi exemplo disso – é a fragmentação do que são unidades políticas em novas unidades. Quer dizer, é possível a fragmentação.

Nós, como sul-americanos, temos a ideia da santidade do mapa político. Essas regiões, não. Esses

mapas não correspondem a uma forma de legitimidade profundamente arraigada, mas à imposição de regimes colonizadores e imperiais. Pode haver fragmentos e fraturas.

O Professor Nasser disse, com razão, que há uma urbanização imensa hoje na Líbia, mas quem veio para as cidades veio do campo, que era tribalizado. Benghazi, ao se fazer mais urbana, ou Tobruk, deixou de ter a sua matriz cultural de onde eles vieram. Portanto, as divisões perduram, atenuadas, mas a urbanização não é uma superação das dificuldades.

Portanto, eu acho que nós vamos ter um leque de opções muito grande. E, sobretudo, o que me parece hoje é que nós estamos tão no segundo minuto do primeiro tempo, que é infinitamente difícil prever o desenvolvimento. O que eu não vejo ainda, mesmo no Egito ou na Tunísia, – e eu tenho sido um pregador da onda democratizante – é que eu estou vendo uma substituição de poder, mas não ainda, de fato, no Egito ou na Tunísia, um triunfo da democracia. O que houve foi uma tutela mais clara de quem sempre deteve o poder. Desaparecem pessoas, mas as estruturas, a meu ver, ainda perduram. Eu estou de acordo que elas estão fragilizadas, mas o que me parece claríssimo é que no Egito o exército tomou as redes como sendo a única força verdadeira atuante na vida social do país.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Marcos Azambuja.

Eu perguntaria ao Senador Cristovam Buarque se está satisfeito com as respostas, se teria alguma colocação a mais a fazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Creio que, pela hora e por tudo isso, é melhor eu dizer que estou satisfeito, mas quero dizer que aquelas armas ninguém as guardava em casa. Ou foram do Exército... Muito bem. Então, foram por desertores do Exército.

O SR. MARCIO SCALÉRCIO – E de depósitos ilegais e armas transferidas do Egito, que é na fronteira. Há contrabando aí também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Fernando Collor, V. Ex^a proporcionou hoje uma aula de extraordinário nível e agradeço aos cinco apresentadores, porque, felizmente, neste horário, eu acho que o povo brasileiro, por intermédio da TV Senado, está tendo oportunidade de escutá-los, e certamente todos nós aqui aprendemos muito com os professores Eduardo Viola, Márcio Scalercio, Arlene Clemesha, com o Embaixador Marcos Azambuja e com o professor Reginaldo Nasser.

Eu queria perguntar um pouco. Tantas questões já foram salientadas. Em que medida o processo de democratização não apenas político, mas econômico terá grande importância para que esses problemas sejam resolvidos?

E gostaria de lhes perguntar um pouco mais: que caminhos poderá o Governo brasileiro enfatizar, ainda mais tendo em conta que o Brasil parece estar muito atento ao que ali se passa?

Durante o Governo do Presidente Lula, ao longo desses oito anos, e assim continua a Presidenta Dilma Rousseff, no seu trabalho diplomático, mas é fato que o Brasil interagiu muito mais com o mundo árabe. Houve os inúmeros incômodos, inclusive, de Chefes de Estado dos países árabes e da África e do Oriente Médio com os Chefes de Estado da América Latina. O Brasil aumentou consideravelmente as suas relações de comércio, de investimentos, de relações culturais as mais diversas com todos os países da região que hoje está sendo forçada.

Ademais, como diversos senhores e senhoras aqui enfatizaram, o Brasil tem tido a possibilidade de influenciar muito os países árabes nessa situação crítica de transformações em função do nosso exemplo.

Presidente Fernando Collor, quando eu visitei o Presidente da Assembleia Nacional do Conselho de Representantes Al-Mashadani no Iraque, em janeiro de 2008, ele me recebeu na sua casa. Eu estava com o Embaixador Bernardo Azevedo Brito, que me disse “olha, ele o está recebendo em sua casa por uma consideração especial, inclusive com a vestimenta típica árabe, em vez de tê-lo recebido ali no parlamento”.

E as palavras dele foram assim “eu o estou recebendo como um verdadeiro amigo do Iraque, porque o senhor vem de um país que conseguiu se transformar de uma ditadura para a democracia por meios pacíficos e porque o senhor vem aqui trazer uma sugestão para nós, e eu o recebo como um verdadeiro amigo do Iraque”.

Eu cito isso porque ainda hoje a Senadora Ana Amelia presidia a sessão, e eu assinalei que achei muito correta a declaração feita pelo Governo brasileiro hoje de preocupar-se com o elevado número de pessoas que infelizmente foram mortas nos últimos dias na Síria, em diversas cidades, e o Governo brasileiro repudia o uso da força contra os desarmados manifestantes e expressa a expectativa de que possa haver, sobretudo, diálogo e influência, que são típicos nossos de poder realizar um entendimento. Ao mesmo tempo, isso se casa com as declarações feitas ontem pelo Papa Bento XVI perante 100 mil fiéis ali na sua Missa de Páscoa, quando ele não apenas reiterou a importância de se chegar a um entendimento que não

seja pelas armas, como também fez um apelo – e isso é uma coisa que eu gostaria de lhes perguntar – para que os países europeus tenham a generosidade de receber em solidariedade os que fogem dos conflitos africanos e tentam uma nova vida na Europa.

Isso tem a ver um pouco com o que eu queria lhes perguntar, porque não conheço: em que medida os povos árabes hoje têm liberdade de locomoção entre eles próprios, quer dizer, entre esses países? E, sobretudo, em situações como essas de conflitos, se alguns países estão recebendo os irmãos árabes de outros países onde por ventura a situação não seja... Porque, afinal, alguns estão, portanto, se deslocando ali dos países em conflito para a Itália, para a França, preocupando...

Agora, por outro lado, a União Europeia tem nos dado extraordinário exemplo, que é a livre circulação de pessoas entre os países. Quer dizer, integração para valer haverá, inclusive, aqui no Mercosul, na América Latina, nas três Américas, quando tivermos a possibilidade de não haver mais muros que nos separem quando houver a possibilidade de pessoas poderem escolher onde viver, do Alasca à Patagônia, um dia. Eu espero que isso possa acontecer.

Quando eu pergunto sobre exemplos de democratização do ponto de vista econômico, eu queria até lhes relatar: há um exemplo importante que eu quero até saber melhor no Irã. Muito recentemente, o Irã, ano passado, aprovou uma nova lei para extinguir os subsídios à energia do petróleo, da gasolina, do óleo diesel, assim por diante. Ao aumentar os preços de seus combustíveis para venda para o público em geral, quis como que compensar isso. Obviamente os que gastam mais em gasolina, em óleo diesel etc., nas suas casas etc., tudo o que é forma de energia, são aqueles que têm mais recursos. Então, o que fez o Irã com essa lei? Resolveu, ao mesmo tempo em que aumentou o preço que será pago mais significativamente pelos que gastam mais, mas tendo em conta o conjunto da população, inclusive os que têm menos recursos, resolveu pagar a todo cidadão, a toda pessoa no Irã US\$80 a cada dois meses, o que significa US\$40 a cada mês, para os 70 milhões de iranianos, o que, de alguma forma, tem a ver com a proposição de uma renda básica, ainda que modesta.

O nosso Embaixador do Brasil no Irã quer que eu vá lá dialogar a respeito para trocar ideias. Mas se os senhores e as senhoras souberem...

E, finalmente, Sr. Presidente, como ainda recentemente eu pude participar, com a professora Arlene Clemesha, do diálogo entre Palestina e Israel na América Latina, ali em Montevidéu, e ela foi uma das eminentes participantes, eu gostaria de lhe perguntar em

especial: que efeito terá – a esta pergunta todos podem responder – esse processo de democratização em meio a conflitos, para que eventualmente haja a realização de um melhor entendimento entre Palestina e Israel?

Aqui, ressalto que, como a Presidenta Dilma foi classificada entre os cem mais influentes da Revista *Time*, acredito que o peso do Governo da Presidenta Dilma Rousseff é até maior agora para exercer essa benéfica influência para realização da paz, do melhor entendimento, no espírito do que foi dito na nota do Governo brasileiro de ainda hoje, como também na do Papa Bento XVI. Mas como poderá o Brasil ainda influenciar isso? E como a própria Presidenta Dilma, com essa maior qualificação, poderá promover o melhor entendimento entre Palestina e Israel?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Embaixador Marcos Azambuja.

O SR. MARCOS AZAMBUJA – Sr. Presidente, muito obrigado.

Senador, não é possível não concordar com a generosidade dos seus sentimentos, da sua visão. O senhor tem uma visão do ser humano, da sua solidariedade que é inobjetável. Portanto, eu não teria nada a dizer a não ser que eu espero que, de tudo isso, nasça uma maior compreensão entre israelenses e palestinos, uma maior solidariedade entre os países da região, uma maior liberdade de ir e vir para os atores desses países, tudo isso, portanto, eu apenas compartilho.

Eu queria dizer, respondendo a certos pontos que foram levantados, primeiro que há uma tradição importante de fluxos de pessoas nesse mundo do oriente médio, mundo árabe, islâmico. Há uma grande atração de mão de obra para os países petrolíferos, do golfo, em que a população é, por definição, irrisória e onde as necessidades de trabalho são imensas, e a remuneração muito convidativa.

Portanto, há um grande fluxo de mão de obra que se estende. O que essa crise sistêmica já causou foi uma grande fuga da mão de obra migratória não local que deixou a Líbia, que deixou... Há uma perda de qualificação. Toda revolução ou todo sistema, num primeiro momento, gera um deslocamento de pessoas, de capitais, de interesse que é punitivos.

As revoluções, às vezes, são indispensáveis, mas sempre onerosas em termos materiais e humanos. Ela nunca é uma solução barata, econômica. Portanto, eu não tento impedi-las, mas procuro evitá-las, porque eu creio que elas são caras, difíceis, dispendiosas.

Portanto, o que acontece é que esse movimento de pessoas no mundo árabe, islâmico, do Oriente Mé-

dio se dá num momento de muito pouca generosidade internacional. O mundo europeu está saindo de uma crise muito grave. Não há nenhuma disponibilidade de aceitação. Quem procurar refúgio e asilo vai encontrar sociedades menos abertas do que eram há cinco, dez anos atrás. Portanto, isso é uma das coisas.

O Brasil, eu creio, tende a agir com generosidade e também sempre com uma certa prudência. Nós vamos ter de atrair ou aceitar eu creio mão de obra de países vizinhos, porque o Brasil começa a ter uma carência – eu não precisava dizer isso aqui – de mão de obra mesmo não treinada. Então, países Bolívia, Paraguai vão começar a nos trazer grandes números, e o problema da generosidade em grandes números é que ela deixa de ser um problema individual moral para ser um sistema, um problema econômico, coletivo. É fácil a generosidade individualizada, é difícil defendê-la com 100, 200, 300 mil pessoas.

Portanto, creio que temos de agir naquela fronteira – é difícil – entre a generosidade do impulso e a prudência do gesto. Temos de encontrar um ponto de equilíbrio, que não é fácil encontrar. Mas é claro que vozes como a sua trazem exatamente o impulso na boa direção. É o que eu acho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Melo. PTB – AL) – Tem a palavra a Dr^a Arlene.

A SR^a ARLENE CLEMESHA – Senador Eduardo Suplicy, sobre o caráter, eu concordo de fato com o que disse o Embaixador Azambuja: que existe uma tradição muito grande de locomoção de populações entre os países árabes. Isso acontece, não todos, mas são 22 os países que compõem a Liga Árabe. Não dá para generalizar completamente.

Por exemplo, o Catar tem uma população de dois milhões de habitantes. Desses dois milhões, apenas 400 mil são catarês. O restante são parte dessa movimentação há mais tempo, há menos tempo no país.

A mesma coisa na Líbia. Os primeiros a saírem da Líbia quando a situação se transformou numa guerra civil eram trabalhadores egípcios. Há muitos egípcios também trabalhando nos países do golfo. Então, existe, sim.

Agora, falta uma maior integração. A Liga Árabe, por exemplo, as suas determinações não são cumpridas necessariamente por todos os países. Ou seja, todas as indicações têm caráter indicativo. A integração é limitada à medida que reflete a própria diferença, diferença política, diferença social e diferença de interesses entre cada país árabe, que são muito grandes. Então, seria muito proveitoso que houvesse essa maior integração e que a situação caminhasse para isso.

No Irã, US\$40 por mês vão fazer uma diferença tremenda para a população. O salário médio – estive lá

algumas vezes – é de uns US\$100 por mês. Vai fazer uma diferença, muito grande. Isso é muito interessante.

Realmente, esperamos que, na verdade, vindo para cá, pensando no que eu ia falar, me ocorreu realmente esse fato de que falta a primavera árabe chegar a Israel também. Falta, porque o Estado Israelense, que é denominado uma democracia, tem uma série de medidas implantadas e outros projetos de lei tramitando no parlamento que são bastante opressivos para 20% da população que é palestina, mais de 20% até hoje.

Então, por exemplo, existe um projeto de lei que obrigará, se aprovado, todo não israelense que quiser reclamar a cidadania a jurar lealdade ao Estado judeu de Israel, ou seja, ao caráter religioso do Estado. Isso fica muito complicado para todo aquele que não é judeu e que é cidadão israelense.

Outra medida recente também israelense muito controversa é que o Estado, há pouco tempo, o Governo, há pouco tempo, proibiu comemorações da Nakba por parte de qualquer organização, escola, entidade que receba fundos do Governo.

A Nakba significa a catástrofe. O 15 de maio de 1948, que foi a independência para Israel, foi também a expulsão, ao mesmo tempo, de 800 mil palestinos do território que se tornou Israel. E a população da Palestina de Israel, que são dois milhões de habitantes, eles lembram. É um fato histórico recordado todos os anos pela população. Então, eles se veem proibidos de formalmente comemorar uma data histórica para eles.

Ou seja, há uma série de medidas que são antidemocráticas pior por parte de Israel, e seria muito interessante que a primavera árabe incorporasse, chegasse a mais esse país do Oriente Médio, que, afinal de contas, é parte do Oriente Médio, o Estado de Israel. E se reclama como parte do Oriente Médio e direciona a sua intervenção neste sentido: de ser aceito, cada vez mais, como parte do Oriente Médio.

Eu só queria lembrar e dizer que me pareceu muito interessante de fato a questão levantada pelo senhor na reunião da ONU em Montevidéu sobre a possibilidade, o que aconteceria se se instalasse uma Renda Básica de Cidadania em Israel Palestina a partir da renda obtida nas cidades santas. Afinal de contas, que patrimônio têm em comum? As cidades sagradas, os locais sagrados? Isso seria realmente uma forma de criar uma ideia de coletividade comum e de bens comuns, ou seja, de existência comum de israelenses e palestinos. Seria realmente muito interessante. E quem sabe não se caminha para esse tipo de panorama?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a Professora Doutora Arlene Clemesha, da USP.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Reginaldo Nasser, da PUC de São Paulo.

O SR. REGINALDO NASSER – Eu tenho poucas questões a acrescentar, apenas complementar minha fala e aproveitar a colocação da Arlene também. É preciso uma primavera também lá para os palestinos, porque sinceramente eu procurei não ouvir nenhuma declaração do Hamas ou da Autoridade Palestina a respeito desses momentos que estão acontecendo no Oriente Médio.

Então, acho que deve ser um processo que venha instaurar algo novo no Oriente Médio. Essas lideranças também do Hamas e da Autoridade são lideranças do passado. Eles se movimentaram, se opunham, se recompunham, faziam as suas alianças nesse terreno. Portanto, está mais do que na hora de surgir lá também.

O Márcio falou por alto, eu vou enfatizar. Ele fez referência, mas o grande problema no Oriente Médio em geral, norte da África e particularmente no Egito, hoje, é a questão dos alimentos. O Egito hoje importa 70% dos alimentos consumidos. Então, veja a situação em que estão colocados esses países com a alta dos alimentos no mercado internacional. Tudo isso não é uma questão episódica. Ele revela um modelo econômico que se estruturou não a dezenas de anos, mas há séculos.

Infelizmente, vou me aliar ao embaixador, vou colocar a minha dose de ceticismo, porque essa variável econômica, vamos dizer assim, até o momento, pelo que eu tenho acompanhado, não foi colocada na mesa. Acredito que ela será, mas vai ser mais difícil derrotá-la que até tirar os militares do poder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Nasser.

Passo a palavra ao Professor Doutor Márcio Scalécio, da PUC do Rio de Janeiro.

O SR. MÁRCIO SCALÉRCIO – Quanto à questão Israel-Palestina, que eu escolhi para responder, qualquer governo mais democrático que seja eleito no Egito terá necessariamente uma postura mais dura, terá mais reticências em relação à postura do governo israelense, por exemplo, este governo israelense em relação a como lida com o problema dos árabes dentro da Palestina. Qualquer governo mais democrático vai ter que ter mais sensibilidade em relação à sua opinião pública, e a opinião pública árabe cobra fortemente esse tipo de coisa.

Então, eu creio que, até por uma questão de vizinhança, esse cenário ele vai adentrar Israel. Concordo com o que o Professor Viola disse: a sociedade israelense é muito dividida. E eu tenho notícias e lido manifestações de intelectuais de cidadãos israelenses, de judeus israelenses saudando a primavera árabe

como um momento alvissareiro para o Oriente Médio todo e como um modo de Israel finalmente poder viver em paz com seus vizinhos de modo mais pleno. Vejo dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Scalécio.

Passo a palavra ao Professor Viola, na UnB, Universidade de Brasília.

O SR. EDUARDO VIOLA – Senador, em relação a toda tarefa que for dedicada ao conflito Israel-Palestina, a longo prazo, todo esse processo vai ser muito favorável para um acordo de paz neste momento, salvo se o processo se deteriorar na onda democrática. E, para isso, o destino da Síria é fundamental. Se Síria vai para um processo de extrema repressão ou de fragmentação semianárquica, Israel vai se sentir extremamente ameaçado, e se vai congelar a situação. É necessário Israel despolarizar, e, neste momento, o *establishment* dominante é muito conservador, mas uma proporção importante da população de Israel é muito diferente e quer a democracia, quer o Estado palestino definitivamente. Isso é muito importante. Se a democracia avança, no curto prazo, há muito cautela do lado de Israel, porque terá de haver eleições, uma série de processos. Mas, no médio prazo, a primavera árabe provocará uma miniprimavera... Israel não precisa muito, digamos, de uma democracia, mas tem restrições, como falava alguém. Mas democratização árabe significa reversão da tendência de erosão da democracia israelense, por serem parte de um Estado fortaleza, um Estado guarnição, ameaçado por terrorismo, por uma série de coisas.

Então, quer dizer, a despolarização, a democratização do mundo árabe é decisiva para um acordo de paz Palestina-Israel, e, nesse sentido, o destino da Síria é superdecisivo para a questão, e isso está agora fortíssimo. Ou seja, se a Síria vai para uma democratização, isto será decisivo, mesmo que o governo seja mais duro com Israel, no caso do Egito, não será muito duro nunca, mas o fundamental é que será uma democracia. As democracias têm uma capacidade de diálogo entre si que não têm as não democracias entre si ou os regimes autoritários com as democracias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Viola.

Eu perguntaria ao Senador Eduardo Suplicy se está satisfeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu gostaria apenas de dar aos senhores conhecimento de um quadro do que os países gastam em

armamentos em relação ao seu produto interno. Em primeiro lugar está Omã: gasta 11,4% do seu PIB em armamentos. Depois, o Catar: 10% do seu PIB. Depois, a Arábia Saudita: 10% do seu PIB. Em seguida, o Iraque: 8,6% do seu PIB. Jordânia: 8,6 do seu PIB. Israel: 7,3. Iêmen: 6,6. Depois, em oitavo, Armênia: 6,5. Nono: Eritreia, 6,3. E, em décimo, Macedônia, com 6% do seu produto interno.

Então, dos dez países que mais investem em armamentos, sete deles estão na região que hoje é objeto do nosso estudo e da nossa análise, o que significa que, se em épocas de paz chegavam a esse percentual de investimento, a partir de agora, a tendência, infelizmente, poderá ser de aumentar.

Também quero dar conhecimento aos senhores membros da Comissão e aos senhores palestrantes de que, na última semana, na semana anterior à Semana Santa, estive com autoridades da região, com duas autoridades de dois países diferentes – nenhuma delas do Egito –, e perguntei a elas, na conversa, o que imaginavam poderia ser o desfecho para uma possível democratização do processo político no Egito. Eles disseram firmemente acreditar que os militares passariam, que seria votada a Constituição, que seriam realizadas eleições livres. E perguntei sobre a fraternidade islâmica. Eu falava irmandade, e um deles me corrigiu: “Não, não é irmandade, é fraternidade islâmica”. Enfim, é a questão de tradução; talvez, possa ser isso. Mas a irmandade ou fraternidade islâmica não teria a menor possibilidade de chegar ao poder no Egito, porque, como aqui já foi dito por alguns dos palestrantes, eles foram, em épocas passadas, praticamente dizimados. Hoje, os remanescentes dessa irmandade ou fraternidade islâmica são todos eles voltados muito para a busca da paz. Eles buscam sempre atuar em causas humanitárias, e não há liderança que se notabilize, neste grupo remanescente da fraternidade islâmica, que pudesse ter disposição ou chances de se eleger. E fiz uma pergunta mais direta: “Então, quem, eventualmente, hoje, se a eleição fosse revisada, seria eleito presidente do Egito?”. Isso foi perguntado em conversas em momentos diferentes, é claro. Os dois falaram no Sr. ElBaradei e no Sr. Moussa. Eles estão acreditando firmemente que um desses dois será o futuro presidente do Egito quando se restabelecerem as eleições diretas para a Presidência.

Eu gostaria de colocar, agora, aqui, a palavra à disposição dos senhores palestrantes, para suas considerações finais, começando pelo Embaixador Marcos Azambuja.

O SR. MARCOS AZAMBUJA – Não há o que acrescentar. A discussão foi útil, valiosa e nos deixa com as perplexidades inevitáveis. Toda conclusão so-

bre esse quadro do Oriente Médio que chegue a recomendações claras, a uma definição simples e a uma ideia do que vai acontecer foi uma discussão inútil. A complexidade é a matriz mesma da nossa reflexão. Estamos no início de um processo que aumenta a complexidade da região mais complexa do mundo. Não devemos perder isso de vista, mas não perder também a ideia de otimismo.

O que sempre achei é que o que está acontecendo é bom, no longo prazo, para todos. O marco está apontando a direção a mais liberdade, mais democracia, mais abertura, modernização, e é esse o déficit que essa parte do mundo... Volto a um ponto que eu disse a primeira vez, Sr. Presidente: o Ocidente e o Mundo Islâmico não têm sido simultâneos. Enquanto eles tiveram, entre o século VIII e o século XIV, um brilhante renascimento, nós vivíamos os anos da nossa Idade Média; quando nós saíamos para o Renascimento, eles entraram nesse ciclo de empobrecimento cultural e de lutas internas. Portanto, vamos ver se, finalmente, Ocidente e Mundo Islâmico encontram o mesmo passo e se fazem finalmente contemporâneos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Marcos Azambuja. Tem a palavra o Professor Doutor Nasser.

O SR. REGINALDO NASSER – Eu queria agradecer e parabenizar a Comissão de Relações Exteriores por este debate. Acredito que é um tema que ainda necessitará da nossa intervenção, da nossa reflexão. Complementando ainda a observação que eu havia feito sobre as universidades inglesas, volto a esse tema, porque é justamente o momento em que o Brasil e outros países da América Latina teriam também a contribuir com reflexão e participação nesse processo.

Aproveito até para saudar essa lembrança do Senador quanto à questão dos armamentos e complementar que a gente deveria agregar um outro quadro: o de quem vende, porque é isso que mantém a estrutura de poder no Oriente Médio. Então, há uma elite, o *lobby* militar nos Estados Unidos, o *lobby* petrolífero, que se articula com os *lobbies* das elites árabes. Portanto, nesse aspecto, não há Ocidente e Oriente, há uma coisa só, que é o poder das elites, e é esse que precisa ser quebrado de uma vez por todas. Mas será muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Nasser.

Passo a palavra ao Professor Viola, da Universidade de Brasília.

O SR. EDUARDO VIOLA – Agradeço muito a oportunidade, é uma reflexão interessantíssima. Eu aproveitaria apenas para dizer uma coisa: acho que há um déficit de participação do Congresso brasileiro

na formulação, na definição da política externa. É claro que, na maioria dos países democráticos aprofundados, pelo menos as comissões de relações exteriores têm uma ativa participação na discussão da política externa, e esse é claramente um déficit do Congresso brasileiro. Espero que, nessa minha reflexão, aumente o interesse, a participação. Evidentemente que vocês estão muito interessados nisso, não é por vocês, mas é um problema importante do Brasil aumentar a participação do Congresso na política externa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Professora Viola. É exatamente isso que nós, aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estamos tentando realizar com esse ciclo de debates, com esse ciclo de palestras e com o acompanhamento mais de perto da política externa brasileira, de acordo com o que resolveram as Sras Senadoras e os Srs. Senadores em recente reunião que aqui foi revisada.

Passo a palavra à Professora Doutora Arlene Clemesha.

A SRA ARLENE CLEMESHA – Eu queria reforçar o agradecimento e parabenizá-los também, como já foi feito, por essa iniciativa dessa discussão muito importante. Eu não teria essencialmente muito a acrescentar. Como palavras finais, quero apenas dizer que me parece que fica clara agora a necessidade de olhar para o que se chama o mundo árabe com mais cuidado, reconhecendo que não se trata de um todo homogêneo, são realidades muito distintas sob essa denominação. A própria denominação “mundo árabe” é falsa, não se trata de um mundo sequer islâmico. É preciso olhar, pensando realmente nos seus diferentes ritmos de desenvolvimento, nos diferentes países. Concordando, então, com o que disse também o Embaixador Azambuja, fazendo minhas suas palavras finais, lembro que são países que estão integrados em uma condição específica dentro do mundo. Não há uma divisão entre nós e eles. A ideia de que, hoje, as linhas de conflito que dividem o mundo são linhas culturais entre Ocidente, Oriente, islâmicos e não islâmicos, são conceitos que estão caindo por terra por meio dos movimentos da chamada primavera árabe hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professora Doutora Arlene Clemesha.

Passo a palavra ao Professor Doutor Márcio.

O SR. MÁRCIO SCALÉRCIO – Agradeço a todos. Obrigado, Senador. Gostei muito de participar deste evento. Os colegas, hoje, estavam em ponto de bala.

Digo uma coisa para meus alunos sobre esse assunto, porque dou um curso sobre Oriente Médio

na PUC: não sou um acadêmico distante dos acontecimentos, tentando manter um distanciamento para ter uma pureza analítica mais interessante coisa nenhuma. Estou, nestes últimos meses, de corpo e alma favorável às multidões que reocuparam as ruas árabes lutando por democracia, por melhores condições de vida, esse tipo de coisa. Então, é análise e posição política sobre a análise. Não vejo nenhum distanciamento em relação a esse tipo de coisa.

Muito obrigado a todos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu não queria perder a chance de aproveitar a sugestão do meu colega de departamento na UnB, Viola, quando ele diz que a gente deveria ter uma influência maior. Eu queria dar uma sugestão: enquanto formos membros do Conselho de Segurança, toda vez que o Brasil tiver de votar, faríamos uma reunião desta comissão e discutiríamos que voto nós sugerimos. Fica aqui essa sugestão para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque! Eu pediria que deixássemos essa questão para discutirmos na nossa reunião ordinária na próxima quinta-feira.

Antes de encerrarmos esta reunião, eu gostaria de comunicar às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores e de trazer ao conhecimento desta Comissão a instalação da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Na ocasião, foram eleitos para o Biênio 2011-2012 os Senadores Cristovam Buarque, Presidente, e Francisco Dornelles, Vice-Presidente, respectivamente.

Em sua 2ª Reunião, a referida Subcomissão aprovou requerimento para realização de diligências por parte de seus membros para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com acompanhamento do Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20.

O primeiro encontro dar-se-á no próximo dia 2 de maio, no Rio de Janeiro, com o Prefeito Eduardo Paes, com o Governador Sérgio Cabral, com técnicos das Nações Unidas que já estão no Brasil trabalhando para a realização da Conferência das Nações Unidas Rio+20 e com representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa.

Agora, sim, antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença a todos, em especial aos nossos convidados, ao Embaixador Marcos Azambuja, ao Professor Reginaldo Nasser, ao Professor Márcio Scalécio, ao Professor Eduardo Viola e à Professora Arlene Clemesha, pela grande e inestimável contribuição aqui oferecida.

Informo ainda sobre a terceira reunião do ciclo de palestras, intitulado A Importância das Atividades de Inteligência para o Brasil, sua Diplomacia e suas Forças Armadas, as Causas do seu Fracasso em Prever os Atuais Movimentos Populares no Mundo Árabe, tema que foi aqui muito tratado. Ninguém conseguiu prever o que estaria por acontecer naquela região do planeta, como também somente um economista conseguiu prever a crise de 2008. Então, é interessante como esses grandes países, essas grandes potências, que conseguem jogar um foguete pela janela de uma casa, não tenham conseguido detectar que havia esse movimento já entranhado no corpo da sociedade desses países que hoje estão vivendo esse conflito, a ponto de não poderem minimamente prevê-los.

É bom lembrar que a primeira declaração da Secretária de Estado norte-americana, no dia 25 de abril, dia em que começaram as movimentações na Praça Tahir, foi a de que o apoio teria de ser dado ao Sr. Mubarak. E, nesse mesmo dia, ela saiu dessa declaração de apoio ao Sr. Mubarak para uma quarta e última declaração, no próprio dia 25 de abril, pedindo mudanças e a substituição de Mubarak no poder. Falo da Secretária de Estado da maior potência do mundo, os Estados Unidos da América, o país detentor de mais conhecimento de pesquisas de informações. Então, nossa reunião será feita para tratar disso. Será realizada na próxima segunda-feira, dia 2 de maio, com a presença do Professor Denilson Feitoza; do Professor Eugênio Diniz, da PUC de Minas Gerais; do Sr. Joanisval Gonçalves e do Sr. José Manuel Ugarte, da Universidad de Buenos Aires.

Por fim, convoco as senhoras e os senhores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião ordinária, quando teremos audiência pública com a presença do Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, que será realizada no próximo dia 27 de abril, quarta-feira, portanto, depois de amanhã, às 10 horas, neste plenário. Para essa reunião, convido todas as senhoras e todos os senhores membros desta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e sete de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Antônio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da nona e da décima reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: **Requerimento nº 17, de 2011 – CRE**, de autoria da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, que “*Nos termos do art. 90, IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, evento de dimensão global, requeiro a realização de Diligências por parte dos membros desta Subcomissão, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor. Nesse sentido, a primeira reunião será realizada entre os membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com o Exmo. Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, autoridades locais, diplomáticas e Organismos Internacionais, no dia 02 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, sendo convidado, ainda, o Exmo. Sr. Governador Sérgio Cabral para a reunião.*”. **Resultado:** aprovado o requerimento. **Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento nº 2, de 2011-CRE**, de autoria do Senador Pedro Simon, aprovado em 03 de

março de 2011, que, “*nos termos do inciso V do §2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja convidado o **Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antonio de Aguiar Patriota**, diante da situação de emergência instalada em países do Oriente Médio, para informar e discutir com os senadores sobre a condição em que vivem atualmente os milhares de brasileiros naquelas nações, bem como avaliar o impacto e as consequências nas relações desses países com o Brasil*”. O Presidente convida a compor a mesa o Senhor Ministro Antonio de Aguiar Patriota, que realiza sua exposição. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues e Cyro Miranda**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 9ª e 10ª reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há comunicados a serem feitos.

Comunico às senhoras e aos senhores membros desta Comissão o recebimento de ofício do Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, que diz o seguinte:

Sr. Presidente, em reunião de líderes realizada nesta semana, ficou decidido que os trabalhos do plenário desta Casa serão desenvolvidos em torno de pautas temáticas. E, dessa forma, houve a sugestão de que as Comissões também adotassem esse procedimento, o que reforçaria os objetivos traçados pela Casa na apreciação de matérias de temas prioritários ao País.

Sendo assim, dirijo-me a V. Exª, no sentido de solicitar a colaboração quanto ao desenvolvimento e à deliberação de pautas temáticas também no âmbito desta Comissão.

Nesse sentido, a sugestão inicial é a de que, na última semana do mês de abril, o Plenário e as Co-

missões analisem e votem matérias relacionadas ao tema “saúde”; na primeira semana do mês de maio, projetos relativos ao tema “segurança pública”; e, na semana seguinte, matérias relacionadas a outros temas de direitos sociais.

Solicito ainda a contribuição de V. Exª na sugestão de outros temas que possam ser objeto de elaboração de pautas temáticas a serem apreciadas pelos Plenários da Casa e das Comissões do Senado Federal.

Por fim, segue, em anexo, levantamento realizado pela Secretaria-Geral da Mesa acerca das matérias em trâmite nesta Casa, organizadas segundo o assunto tratado, bem como relação adotada na classificação do assunto das proposições no Senado Federal.

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal.

Há outro ofício do Presidente da Casa em que S. Exª comunica:

Foi protocolizado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento do Senador Cyro Miranda, solicitando a tramitação, em conjunto, do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003, e do Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2009 (cópia em anexo).

Nesses termos, solicito a V. Exª a remessa do Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2009, que tramita nesta Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa, para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece, in verbis: “O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em plenário”.

Atenciosamente, Senador José Sarney.

Vamos passar ao Item 1 da pauta de hoje.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011 – CRE

Nos termos do art. 90, IX e XII, do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a larga envergadura internacional, diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, evento de dimensão global, requiro a realização de diligências por parte dos membros desta Comissão para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, a primeira reunião será realizada entre os membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas com o Exmº Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, com autoridades locais diplomáticas e com or-

ganismos internacionais, no dia 2 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, sendo convidado ainda o Exmº Sr. Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, para a reunião.

Autoria: Subcomissão Permanente da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Observação: aprovado na reunião da Subcomissão realizada no dia 19 de abril de 2011.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 17, de 2011.

Segunda parte da nossa parte de hoje: audiência pública.

A segunda parte de nossa reunião destina-se à realização de audiência pública com o Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, para, em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011, desta Comissão, de autoria do Senador Pedro Simon e também do Senador Ministro Francisco Dornelles e, diante da situação de emergência instalada em países do Oriente Médio, informar e discutir sobre a condição em que vivem atualmente os milhares de brasileiros naquelas nações, bem como avaliar o impacto e as consequências nas relações desses países com o Brasil.

Convido para compor a mesa o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota.

Inicialmente, gostaria de dar a V. Ex^a, Sr. Ministro Antonio Patriota, as melhores boas-vindas em nome de todos os membros desta Comissão. No momento em que o mundo atravessa turbulências importantes, a nossa sub-região, o nosso subcontinente atravessa um período de calmaria e, ao contrário do que ocorre no restante do mundo, até um período extremamente promissor. Seja V. Ex^a muito bem-vindo, Sr. Embaixador. E eu concedo a palavra a V. Ex^a para fazer a sua exposição.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, antes de passar então a palavra ao Embaixador Ministro Patriota, concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Bom dia a V. Ex^a, bom dia, Ministro, é um prazer tê-lo aqui.

Eu queria só justificar, porque, daqui a algum tempo, eu vou ter que me ausentar da reunião. Esta-

mos com a Comitativa dos Senadores do Paraguai e, como relatora das Notas Reversais, fui convidada para acompanhá-los à Presidência da Câmara e do Senado. Então, infelizmente não vou poder ficar o tempo todo. Daí queria já pedir desculpas e dizer que é uma alegria muito grande recebê-lo nesta Casa e nesta Comissão.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann. A Senadora é a relatora do Projeto de Lei das Notas Reversais, em relação à questão de Itaipu, que será apreciado amanhã na reunião desta Comissão.

Passo, então, agora, a palavra ao Sr. Ministro Antonio de Aguiar Patriota para fazer a sua exposição.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores e Senadoras, colegas da imprensa e do Itamaraty, é um prazer para mim poder me dirigir à Comissão hoje. Desde o meu discurso de posse como Ministro eu mencionei que tinha intenção de manter contato estreito com o Legislativo e com outros setores da sociedade brasileira sobre a política externa, de modo que esta é a primeira oportunidade, mas tenho certeza de que será a primeira de muitas. E, desde já, me coloco à disposição de todos aqui nesta Comissão sobre qualquer tema, independente dessa conversa que teremos hoje.

Eu acho que hoje eu poderia falar um pouquinho sobre o tema que motivou a minha presença aqui, a situação do mundo árabe e como isso tem repercutido nas relações internacionais, como o Brasil tem reagido não só para defender os brasileiros que estão nesses países, mas também para pronunciar-se sobre a maneira como os temas têm sido trazidos aos diferentes órgãos, aos Conselhos de Direitos Humanos, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. E também, transcorridos um pouco mais de cem dias do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, quem sabe, fazer um breve apanhado da política externa nesses primeiros meses em que alguns caminhos já foram delineados, um certo estilo já foi estabelecido. E, como eu dizia ao Presidente Fernando Collor, uma boa mistura, eu creio, entre pragmatismo e idealismo na abordagem das grandes questões nacionais.

Sobre a questão do mundo árabe, obviamente, desde que o tunisino se imolou em dezembro do ano passado, desencadeando movimentos na Tunísia, no Egito, esse foi um processo que tomou o mundo de surpresa pela rapidez com que contaminou todos os países do mundo árabe praticamente, com poucas ex-

ceções, e pela repercussão profunda que está tendo nessas sociedades, desafiando previsões anteriores, inclusive, de que alternativa no mundo árabe seria ou regimes autocráticos que manteriam a estabilidade ou, então, o fundamentalismo islâmico que seria talvez a única outra alternativa de governo.

E, na verdade, o que nós assistimos foi algo muito diferente. Foram manifestantes, pacificamente, reivindicando maiores possibilidades de participação nos processos políticos, melhores oportunidades econômicas, melhores condições de vida, liberdade de expressão. Frequentemente coalizões inusitadas entre jovens estudantes, profissionais liberais, representantes de movimentos já mais tradicionalmente estabelecidos, como a Fraternidade Muçulmana no Egito, até mesmo membros do exército, no caso do Egito e da Tunísia.

Enquanto as manifestações se desenvolveram no ambiente em que as forças armadas não combateram os manifestantes com violência sistemática, parecia que esse movimento e esses processos poderiam se encaminhar numa direção que eu chamaria de benigna – benigna no sentido de proporcionar progresso democrático, progresso institucional e avanços na direção do que estava sendo reivindicado.

No entanto, com o alastramento da crise para a Líbia, nós passamos a assistir a outro padrão de comportamento de forças armadas em relação a manifestantes desarmados. E esse padrão de comportamento, obviamente inaceitável individualmente pelo Governo brasileiro, mas por boa parte da comunidade internacional e pelo próprio mundo árabe, é que introduziu uma dimensão muito mais complexa no tratamento de todo esse processo no mundo árabe.

É muito interessante verificar que, a partir do momento em que membros da família do Kadafi disseram que iam reprimir com violência as manifestações, isso desencadeou, em primeiro lugar, uma reação do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra. E até mesmo antes de o Conselho de Direitos Humanos deliberasse sobre a questão, a Liga dos Estados Árabes, baseada no Cairo, suspendeu a Líbia da Liga, pelas atitudes que ela teve em relação aos manifestantes em Benghazi, em particular. Subsequentemente, com apoio do Brasil, o Conselho de Direitos Humanos abordou a questão, propôs a suspensão da Líbia do Conselho – isso foi decidido pela Assembleia-Geral das Nações Unidas poucos dias depois e o assunto foi levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas pelas suas implicações para a paz e segurança das regiões e no plano internacional.

Eu acho que é muito importante frisar que, na etapa inicial da resposta da comunidade internacional à situação na Líbia, houve um interessante e inusitado

padrão de decisões por consenso, tanto no Conselho de Direitos Humanos em Genebra, como na votação da Resolução 1970, em Nova York, no Conselho de Segurança, que estabelecia o embargo de armas contra a Líbia, congelava haveres do Kadafi e de um grupo de assessores mais imediatos dele e até submetia a questão ao Tribunal Penal Internacional.

Essa resolução, embora previsse medidas inusitadamente fortes, foi aprovada por consenso pelos 15 membros do Conselho de Segurança, o que sinaliza uma atitude de imposição de limites ao que seria aceitável no mundo árabe em termos de recursos da força contra manifestantes não armados.

Faço uma pausa aqui para dizer o seguinte: durante todo esse período inicial, uma óbvia preocupação do Governo brasileiro e do Itamaraty foi com a proteção dos nacionais brasileiros nesses países.

No Egito, a comunidade era relativamente pequena, havia um número grande de turistas que ficaram meio que presos no tumulto e aguardando a possibilidade de regresso ao Brasil. A Embaixada foi instruída a prestar toda a assistência, e, em poucos dias, pudemos auxiliar todos aqueles que queriam regressar a voltarem em segurança. Fortalecemos, na nossa Embaixada, com recursos humanos adicionais, e representantes do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior baseados no Líbano também se voluntariaram para ajudar. E a situação foi equacionada de forma relativamente simples.

Já na Líbia, onde várias empresas brasileiras tinham presença em obras diversas – ampliação do aeroporto de Trípoli, obras de saneamento em Benghazi, Petrobras e Andrade Gutierrez também, com quase 400 nacionais brasileiros que tinham sido deslocados para trabalhar nessas obras –, confrontamo-nos com uma situação bem mais complexa e começamos a trabalhar com os representantes dessas empresas, Queiroz Galvão e Odebrecht, em particular, para encontrar a fórmula que permitisse a todos os brasileiros que o quisessem regressar em segurança e no mais breve prazo.

Houve um pequeno resíduo de brasileiros casados com nacionais da Líbia que preferiram ficar onde estavam, mas a verdade é que, num espaço curto, conseguimos autorização de sobrevoos e pouso para dois aviões que levaram os operários e funcionários da Odebrecht de Trípoli para Malta. Tivemos que trabalhar também com o Governo de Malta para que eles fossem recebidos e tivessem uma recepção, digamos assim, sem entraves burocráticos – muitos deles estavam sem os papéis necessários.

A mesma coisa foi feita para os brasileiros em Benghazi, a serviço da Queiroz Galvão, que foram

evacuados por um navio fretado pela Embaixada do Brasil em Atenas, e embarcados depois de algumas peripécias, porque o mar estava revolto, enquanto isso, havia uma escalada de violência em Benghazi. Mesmo assim, conseguimos levá-los todos – e alguns nacionais de outros países também – para a Grécia, em segurança, e o governo grego também prestou uma assistência muito valiosa em receber esses nacionais, mesmo os que não tinham os documentos todos em perfeita ordem.

Então, fecho esse parêntese para voltar à reação da comunidade internacional à crise na Líbia.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Também houve uma ação importante do Itamaraty com respeito ao jornalista brasileiro do jornal *O Estado de S. Paulo*, pelo qual V. Ex^a intercedeu. Eu queria só lembrar que foi uma das ações importantes.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito oportunamente lembrado. Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Supply, porque nós mantivemos... O nosso Embaixador George Ney de Souza Fernandes, aliás, teve um desempenho que acho muito honroso e um engajamento pessoal até além do que poderia ser esperado, deslocando-se, em situações de certa periculosidade, a Benghazi e ao aeroporto de Trípoli para dar toda a assistência. E foi graças à intervenção pessoal dele e da nossa também perante a Embaixada da Líbia que conseguimos libertar o jornalista Andrei Netto, do jornal *O Estado de S. Paulo*, já depois que todos esses brasileiros tinham podido partir da Líbia.

Voltando ao tratamento da questão do Conselho de Segurança, a época em que a situação adquiriu contornos mais complexos foi quando se começou a discutir a questão de imposição de uma zona de exclusão aérea. Essa é uma medida que já envolve uma intervenção militar, considerada mais grave e que tem de ser aprovada sob o Capítulo 7 da Carta das Nações Unidas – é o capítulo que trata do recurso à força, e, obviamente, decisões sobre o Capítulo 7 não podem ser adotadas de forma precipitada ou leviana. Mas, até esse ponto, contávamos com o apoio dos países da Liga Árabe, e os países vizinhos consideravam que era desejável e aconselhável adotar essa medida. E eu acredito que, se o objetivo tivesse permanecido exclusivamente o de adoção de uma resolução para imposição de uma zona de exclusão aérea, o Conselho de Segurança teria mantido o seu consenso no tratamento

Sucedeu que, na mesma semana em que se conversava sobre esse tema, alguns membros permanentes do Conselho introduziram a ideia de medidas adicionais para proteção humanitária, para a proteção dos civis, mas medidas adicionais numa linguagem que abria uma janela grande.

Aqui, aliás, queria prestar um tributo, porque fiquei muito contente em ver que o Senado, a Comissão de Relações Exteriores aprovou uma resolução de apoio ao que viria a ser a decisão brasileira de abstenção em relação à Resolução nº 1973.

Não apenas o Brasil, um conjunto importante de países, inclusive alguns que acabaram não se abstendo, mas que me manifestaram pessoalmente suas hesitações, consideraram que aquele parágrafo que falava em medidas adicionais para a proteção da população civil podia se transformar num veículo para uma ação militar que seria difícil de controlar, limitar ou monitorar de forma multilateral. E é um pouco isso ao que assistimos.

A história, os senhores já conhecem: cinco países se abstiveram, por coincidência os Brics, que estavam no Conselho de Segurança – Brasil, Rússia, Índia e China –, mas também a Alemanha.

Eu mantive contato estreito com os representantes, com os chanceleres desses países, ao longo desse processo, inclusive com o Chanceler Guido Westerwelle, da Alemanha, que compartilhou, em grande medida, as preocupações que tínhamos quanto à abertura de uma janela perigosa de possibilidade de ação militar, inclusive com risco de provocar resultados contrários àqueles que seriam o objetivo da resolução. Ou seja, se o objetivo é proteção de civis, redução da violência, a questão do recurso a força, nos termos do que foi colocado, na verdade facilitava uma escalada da violência.

É ao que temos assistido, de certa forma, inclusive agora, ontem, com o bombardeio da residência do Kadafi, o que é de questionável compatibilidade com os termos da resolução, porque não está claro em que medida isso aí protege a população civil. Isso já é, claramente, uma derrapagem em direção àquilo que se convencionou chamar de mudança de regime. E mudança de regime num país que tem poucas instituições, não tem constituição, o próprio Kadafi se designa como líder de um processo, e não tem um estatuto institucional definido, é uma coisa muito arriscada, porque corremos o risco de abrir as portas, inclusive, para a presença de grupos fundamentalistas, terroristas, aí, sim – já existem talvez alguns indícios de que isso possa ocorrer –, com consequências muito imprevisíveis.

De lá para cá, temos tentado manter contato frequente e coordenação com um conjunto de interlocutores, não apenas aqueles que compartilham as nossas idéias, mas também outros do Conselho de Segurança, para monitorar a situação e ver como ela pode ser encaminhada da melhor forma.

Temos apoiado com muita intensidade os esforços da União Africana. A Líbia, como os senhores sabem,

faz parte do mundo árabe, também faz parte da África, mas, tradicionalmente, ela tinha uma atuação muito forte no seio da União Africana. Na União Africana, foi criado um grupo do qual faz parte o Presidente da África do Sul Jacob Zuma, que tem procurado assumir a liderança no processo diplomático. E é o processo diplomático que consideramos o mais aconselhável, o mais avisado.

Fomos convidados, inclusive, para uma reunião em Adis Abeba, sede da União Africana, para participarmos, enquanto membros do Conselho de Segurança, junto com outros membros, mas, em particular, eles que tinham se absterido na votação da Resolução nº 1973, para uma deliberação sobre como traçar um mapa do caminho para uma solução diplomática do caso líbio, que começaria com um cessar-fogo, obviamente, negociado entre as autoridades *status quo*, em Trípoli, e os rebeldes em Benghazi, mas incluiria um monitoramento internacional do cessar-fogo, a previsão de um período de transição que levaria, eventualmente, à organização de eleições e uma transição para a democracia. Consideramos que esse ainda é o melhor caminho e, inclusive, durante a viagem à China, da Presidenta Dilma Rousseff, quando ela se encontrou na ilha de Hainan com os líderes dos Brics, ela conversou bastante com o Jacob Zuma, da África do Sul, apoiando esses esforços, que consideramos realistas e que contam com autoridade do respaldo africano, onde se insere a Líbia

Evidentemente, existem outros movimentos também, foram organizados grupos de contato, através de uma reunião em Londres e, subsequentemente, outra no Catar, que reúne aqueles que participam da Ação Militar Humanitária, assim chamada. Esse grupo de contato está deliberando sobre apoio adicional aos rebeldes, apoio adicional esse que, na minha opinião, deveria ser discutido no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, porque poderá envolver a necessidade de resoluções adicionais. Não são medidas que poderiam ser cobertas pela resolução adicional. Questões como utilização dos fundos congelados do Kadafi e seus assessores, para transferência aos rebeldes, por exemplo. Ou questão de armamento dos rebeldes. Como fazer isso se existe um embargo de armas no momento? Sem falar na questão do bombardeio de alvos que não são diretamente relacionados à questão da proteção da população civil. De modo que existem questionamentos sobre o teor dessas deliberações que, na nossa opinião, deveriam estar tendo lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e não fora dele. Esperamos que seja esse o tratamento dado através dos *briefings*, dos relatórios

que são exigidos, inclusive pelas resoluções regulares do Conselho, sobre a Líbia.

Temos apoiado também, é bom lembrar, o trabalho do assessor do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, que é o ex-chanceler da Jordânia Al-Khatib, que tem procurado se entrevistar com todos os atores na Líbia. E outros países também estão envolvidos, com os quais tenho conversado regularmente. A Turquia é um ator muito importante hoje, como os senhores sabem, naquela região do mundo, e é interessante compartilhar aqui a informação de que, até a adoção da Resolução nº 1973, a Turquia estava bastante envolvida na busca de uma mediação entre os rebeldes em Benghazi e as autoridades em Trípoli, o que teria sido um curso de ação desejável, se ele tivesse podido prosperar.

Essa é um pouco a avaliação que faço da situação até a crise da Líbia. Evidentemente, o tumulto não parou aí. Continuamos com situações que envolvem perda de vida e violência, no Bharein, no Iêmen e agora na Síria, de uma maneira que também se revela preocupante. O Itamaraty emitiu uma nota, nesta segunda-feira, falando da importância de um processo inclusivo, da inaceitabilidade do recurso à força, para debelar manifestações de civis desarmados. Já foi apresentado ao Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, uma iniciativa de exame da situação na Síria. Aqui faço um parêntese também, para dizer que, do nosso ponto de vista, são tantos os casos, hoje em dia, no mundo árabe, que envolvem violência, morte de manifestantes, etc, que o que teríamos favorecido é uma abordagem temática da sublevação, como um todo, e que, inclusive, abordasse outros aspectos da questão, que consideramos relevantes. Por exemplo: a situação dos imigrantes que buscam refúgio, em função da violência nesses países, na outra margem do Mediterrâneo – na Itália e França –, e que estão sendo rechaçados por esses países.

A Ministra Secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário, quando se dirigiu ao Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, no início do mês de março, lembrou que, em situações como essa no mundo árabe, é muito importante tratar os movimentos migratórios, os refugiados com humanidade, com um espírito de tolerância, mas infelizmente não é isso que estamos observando.

Desse modo, o que nós favorecemos, em consulta com outros países no Conselho de Direitos Humanos, teria sido uma abordagem mais transversal e que incluísse esses outros aspectos, essas outras dimensões.

Um breve comentário para dizer que, nos meus contatos com o Secretário-Geral da Liga Árabe, Sr. Amr Mussa – que, inclusive, hoje em dia, é também

um candidato à presidência do Egito –, e com outros chanceleres da região, eu sempre identifico uma receptividade muito positiva em relação ao Brasil. Houve um comentário, em particular, que eu queria comentar aqui, de parte do Secretário da Liga Árabe, Amr Mussa, segundo o qual, o Brasil estendeu a sua mão ao mundo árabe de uma maneira muito clara desde que liderou o processo que nós chamamos de Aspa, aquela cúpula reúne a América do Sul e os países árabes.

A primeira cúpula foi organizada em 2005, aqui em Brasília, por iniciativa do Presidente Lula; uma segunda, no Emirado do Catar. Estava prevista para este ano uma terceira, em Lima, que teve de ser postergada em função dessa turbulência toda. Mas é um mecanismo, um processo de cúpulas, a cada três anos, que aproximou muito a América do Sul do mundo árabe com uma agenda essencialmente de cooperação, uma agenda positiva, inclusive num momento, se lembramos 2004, 2005, em que o mundo árabe, o mundo islâmico era muito estigmatizado em função do 11 de setembro, em função dessa percepção de que as alternativas lá estavam entre fundamentalismo e autoritarismo.

Houve manifestações de inquietação em alguns quadrantes do mundo quanto a essa iniciativa, que se revelou exatamente no espírito em que ela foi lançada: um veículo de aumento de comércio, eis que existe, por exemplo, um foro empresarial também da Aspa; um aumento de contato entre os dirigentes políticos, de contato cultural. No particular, foram várias iniciativas muito interessantes, inclusive o lançamento de um livro intitulado *Amrik*. O Embaixador Ruy Nogueira, Secretário-Geral, à época responsável também pelo setor cultural do Itamaraty, teve um papel na elaboração desse livro que reflete toda essa presença árabe na América do Sul e como os dois mundos já estão interligados pela história e por fluxos migratórios há muitos séculos, em um tipo de exercício de cooperação que valoriza as comunidades e que traz benefícios para os dois lados.

Agora, recentemente, inclusive, há uma exposição sobre o Islã – não sei se ainda está aqui, em Brasília – que é a maior exposição já organizada no Brasil sobre arte islâmica, também fruto dessa cooperação levada a cabo no seio da Aspa.

Sei que estou me estendendo um pouco, mas acho que é muito importante introduzir um outro elemento aqui que é a questão do conflito Israel/Palestina, que também faz parte desse caldo de turbulência e de sublevação no mundo árabe neste momento.

Em primeiro lugar, um comentário de que foi interessante notar que as manifestações na Tunísia, no Egito e subsequentes, inclusive na Líbia, não tiveram componentes anti-israel, antiocidente ou anti qualquer

outra ideologia, o que também vai de encontro a certas concepções, certas mistificações, certos preconceitos de que, ao se destapar a panela de pressão desses regimes autocráticos, o que se observaria seriam ressentimentos violentos contra o Ocidente ou contra Israel. Isso não aconteceu; não houve bandeira queimada, não houve manifestações desse estilo.

Não obstante, acho que seria incompleto fazer uma apresentação aqui sem mencionar a importância da questão Israel/Palestina para o futuro da região como um todo, aliás, para o futuro da paz e da segurança internacionais de um modo geral, uma vez que pode ser considerado o conflito mais sensível e mais potencialmente desestabilizador que existe no mundo.

Hoje, assistimos a um perigoso, eu diria, momento de estagnação no processo de paz, o que só pode ser objeto de preocupação na medida em que mudanças muito significativas estão ocorrendo no mundo árabe como um todo, mudanças que terão impacto por gerações. Só estamos vendo o começo. Na verdade, estamos vendo esses processos evoluírem, mas não sabemos exatamente como eles terminarão.

Esta seria uma oportunidade, na opinião de muitos, para que israelenses e palestinos avançassem nas suas discussões sobre uma paz baseada em dois Estados convivendo lado a lado, em torno de fronteiras que já conhecemos. Mais ou menos, seriam os contornos de um acordo baseado nas fronteiras de 1967, com eventualmente algum ajuste de lado a lado.

Não enfrentar esse problema é criar uma espécie de bomba retardamento que pode complicar muito a situação na região. E, aqui, existe a questão das lideranças internacionais que têm condições de levar isso adiante e de pressionar as partes. Como os senhores sabem, o Brasil reconheceu a Palestina como Estado, e mais de cem países já o fizeram depois que o Brasil tomou essa decisão na nossa região, na qual alguns países ainda não tinham reconhecido a Palestina como Estado. Sucessivamente, os países fizeram a mesma coisa.

No ano passado, na Assembleia-Geral da ONU, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, havia declarado que estaria engajado no processo de paz e que esperava que, um ano depois – ou seja, em setembro deste ano –, um Estado palestino pudesse sentar-se na Assembleia-Geral como mais um membro das Nações Unidas, talvez o de número 194, porque, agora, o sul do Sudão deverá ser o de número 193. Mas, hoje, parece que a perspectiva de que isso aconteça é relativamente remota.

Houve um voto muito importante no Conselho de Segurança no dia 18 de fevereiro, em que foi levada à deliberação do Conselho uma moção considerando

que Israel deveria interromper, congelar os assentamentos nos territórios ocupados, que é aquilo que toda a comunidade internacional considera como ingrediente essencial para que as negociações procedam. Não obstante, foi vetada a resolução, por um voto contrário – o voto norte-americano –, mas foi muito interessante ver em que medida já existe um consenso de todo o restante da comunidade internacional de que o congelamento dos assentamentos é um elemento absolutamente essencial no progresso das negociações e de que, se isso não for levado em consideração, se isso não ocorrer, ficará muito difícil avançarmos. E ficamos neste *status quo* preocupante.

Eu poderia fazer uma pequena interrupção aqui, para, depois, voltar a falar um pouco mais sobre a política externa de um modo geral, mas, antes de concluir, eu diria que o mundo árabe tem denominadores comuns e que o contágio das manifestações revela que o que acontece num lugar é seguido muito de perto em outros locais, sobretudo o que acontece no Egito, eu diria, porque, no Egito, há praticamente a metade da população do mundo árabe. Quando as manifestações se desenvolveram de forma pacífica e resultaram na saída do Governo de Hosni Mubarak – agora, há a possibilidade de que haja um calendário de eleições parlamentares e presidenciais, com uma renovação política –, isso, evidentemente, foi sentido em todas as partes, desde as monarquias do Golfo até o norte da África, até o Marrocos, em sentidos diferentes.

Mas o mundo árabe é um mundo de grande oportunidade, um mundo que ainda está muito à margem dos processos de globalização, que têm levado prosperidade à Ásia, que têm trazido prosperidade crescente para a América Latina. Para os senhores terem uma ideia, a renda *per capita* no mundo árabe, em média, é metade da renda *per capita* na América Latina, é claro com disparidades muito grandes: há rendas *per capita* de US\$60 mil no Catar e de menos de US\$1 mil por ano na Mauritânia. Aí se introduz o elemento da diversidade dentro de um mundo onde existem denominadores comuns importantes, mas diversidades e discrepâncias de nível de desenvolvimento muito grandes. Também é um mundo de uma população jovem e desempregada em grande medida. O desemprego chega a até 25% na população que está na faixa dos 20 anos.

Tudo isso é para dizer o seguinte: no dia em que caiu Hosni Mubarak, o Brasil tinha organizado uma sessão do Conselho de Segurança, presidimos o Conselho de Segurança no mês de fevereiro, sobre a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento.

Ora, é isso que temos promovido aqui na nossa região. Quero criar uma zona de paz na América do Sul, e acho que estamos conseguindo fazê-lo, mas com

a consciência cada vez mais premente de que, sem desenvolvimento, sem oportunidade, sem redução de desigualdade, sem criação de emprego, sem eficiência econômica nós não conseguiremos construir isso. Acho que essa mensagem é muito poderosa.

O debate que desencadeamos no Conselho de Segurança tinha mais por objetivo o Haiti, que é um pouco laboratório dessas ideias, quer dizer, a ideia de que não é só pela via militar, não é só pela via da Operação de Paz das Nações Unidas que a gente vai estabilizar um país e criar condições para que ele saia de ciclos crônicos de violência, mas que é necessário ter um olhar muito sério para a questão do desenvolvimento. Não obstante, foi o dia em que caiu Hosni Mubarak. E, durante os contatos que tivemos no almoço com outros chanceleres do Conselho etc., ficou muito patente que essa, no fundo, é uma fórmula; uma fórmula simples, mas que precisa ser implementada no mundo árabe. Paz como função de oportunidade econômica, de oportunidade de participação em processos políticos de maior liberdade de expressão.

O Brasil, até pelo exemplo que dá hoje em dia, individualmente, em sua região, acaba sendo um modelo interessante. Isso foi até reconhecido e mencionado pelo Presidente Barack Obama nas conversas dele com a Presidente Dilma Rousseff.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro Antonio Patriota, pela explanação que acaba de fazer. Vamos dar início às indagações formuladas pelos Srs. Senadores. O primeiro inscrito é o Senador Valdir Raupp, depois o Senador Randolfe e, em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro Antonio Patriota, inicialmente, queria parabenizá-lo duplamente: pela brilhante exposição e pelo aniversário que V. Ex^a está comemorando hoje. O Senado Federal, esta Comissão, está sendo brindada com a sua presença aqui.

Queria apenas fazer uma pergunta. O assunto é mais sobre os países árabes, um requerimento do Senador Pedro Simon, que não pôde se fazer presente, mas queria fazer uma pergunta sobre o Haiti.

Os Estados do norte, sobretudo o Estado de Rondônia e o Estado do Acre, estão recebendo alguns imigrantes refugiados haitianos. Em Rondônia, já são mais de 130. Estive em uma reunião do Itamaraty, recentemente, com o Governador do meu Estado, Confúcio Moura, e lá fomos informados de que haveria a possibilidade de uma entrada em massa, em torno de 20 mil haitianos por ano no Brasil, tendo em vista que o Brasil vive um bom momento de sua economia, com muita geração de empregos, e é um País atraente não

só para o Haiti, mas, se continuarem explodindo essas crises nos países árabes, também poderão entrar refugiados desses países para o Brasil. O Brasil sempre acolheu bem os seus imigrantes, os seus refugiados, mas a preocupação é com as nossas fronteiras. Nós estamos preparados para fazer a triagem desses refugiados nas fronteiras do nosso País?

Então, a pergunta era essa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ministro Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador.

Esse fenômeno do ingresso de haitianos pelo Acre é algo que nos preocupa obviamente. O Secretário-Geral, Ruy Nogueira, manteve reuniões com o Ministério da Justiça e depois houve uma reunião inclusive convocada pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, envolvendo outras áreas, o Gabinete de Segurança Institucional, entre outras, para ver se era um fenômeno, digamos assim, tópico ou uma tendência e como reagir a ela.

Preocupações de diversas ordens, inclusive, porque, com o surto de cólera no Haiti, também havia essa questão da saúde pública e, felizmente, rapidamente nos demos conta de que nenhum dos haitianos que estavam na fronteira já tinham passado o período de incubação, de modo que não havia essa ameaça.

A situação desses haitianos poderá ser contornada, eu acho que, através de uma absorção, porque inclusive revelaram-se pessoas relativamente capacitadas para exercerem atividades profissionais.

E o Conare, que é o órgão que julga a questão do refúgio – obviamente, não há aqui uma perseguição política, eles são mais refugiados humanitários –, deverá se pronunciar sobre o estatuto definitivo deles. Mas a percepção neste momento, no dia de hoje, é que o fenômeno não deverá agravar-se pelo menos no curto prazo. Agora, o que o Itamaraty pode fazer e está fazendo é entrar em contato com o Equador e o Peru, que são os países por onde eles ingressam e de onde estão vindo esses refugiados, imigrantes humanitários – como quer que nós o chamemos – porque eles não exigem visto de entrada nos seus países. Nós, inclusive, mandamos missões para Quito e Lima. O embaixador Ruy Nogueira esteve em Quito com o Chanceler Patiño para conversar sobre o assunto e também uma missão da Subsecretaria que cuida de assuntos consulares esteve em Lima.

Na verdade, a cooperação do governo peruano é a mais fundamental, porque a fronteira é com o Peru. E creio que estejamos avançando numa via construtiva para que haja um controle maior de ingresso nos aeroportos peruanos desses haitianos e isso também contribuirá para reduzir.

Mas eu diria que, além desse esforço para lidar com a questão tópica, o Brasil continua engajado na estabilização do Haiti em si mesmo, um país que viveu um período de turbulência política com violência e, depois, foi acometido pelo terremoto de 12 de janeiro do ano passado, surto de cólera, uma sucessão de ocorrência que desestabilizaram em grande escala o país e resultaram no êxodo de alguns nacionais. Eu acho que eu posso aqui também transmitir uma mensagem de um otimismo cauteloso em relação aos últimos desenvolvimentos, através de uma ação concertada entre os países mais envolvidos com a estabilização do Haiti neste momento, que envolve obviamente o Brasil, mas outros também membros do Conselho de Segurança, os próprios Estados Unidos. Na questão do Haiti, Brasil e Estados Unidos cooperam de maneira muito efetiva e isso está refletido no comunicado conjunto adotado pelo Presidente Obama e pela Presidente Dilma.

Conseguimos evitar que o processo eleitoral que começou mal em fins de 2010 descarrilasse e agora o conselho eleitoral permanente do Haiti acaba de decretar, sem questionamentos, de uma maneira que foi aceita como legítima, a vitória do candidato Martelly a presidência e a sua posse deverá ser no próximo dia 14 de maio.

É muito importante que essa transição política ocorra de maneira serena, sem tumulto no Haiti, porque, obviamente – aqui eu volto àquela nossa interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento –, o que o Haiti mais precisa neste momento é de apoio para reconstrução. Reconstrução que já era de um país muito pobre, o mais pobre das Américas, quando surgiu o terremoto. E projetos de desenvolvimento econômico, social e educacional são muito nessa direção que estamos trabalhando com outros atores importantes.

Foi uma satisfação ver que neste mês de abril em que a Colômbia preside o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Colômbia decidiu organizar um debate especial sobre o Haiti, também assumindo responsabilidade sobre o futuro do país e que há um reconhecimento crescente – o que pode parecer óbvio, mas não é necessariamente, porque havia resistências muito grandes no Conselho de Segurança de que se tratasse da dimensão desenvolvimento na promoção da paz – de que o importante agora é encontrar fórmulas que canalizem os recursos que já estão sendo doados em quantidade suficiente para projetos que representem progresso econômico. Isso aí, sem dúvida nenhuma, estancará o processo de êxodo, porque o haitiano – e acho que nisso ele é muito até como o brasileiro – é muito apegado à sua cultura, à sua terra. Há uma diáspora haitiana grande nos Estados Unidos e no Canadá, que pode contribuir muito para o futuro

desenvolvimento do país e com condições estáveis de possibilidades de participação no esforço e desenvolvimento do país tenho certeza de que eles o farão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Patriota.

Com a palavra o Senador e Ministro Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, queria tomar a liberdade de fazer uma proposta a V. Ex^a, se for cabível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Antes de entrar nos questionamentos, gostaria de saber se o Ministro pode fazer uma exposição sobre as linhas gerais da política externa brasileira, a participação do Brasil nos problemas econômicos internacionais, principalmente na OMC e depois daria continuidade ao questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Se o Sr. Ministro Antonio Patriota aceitar, coloco a sugestão do Senador Francisco Dornelles à deliberação de V. Ex^{as} membros da Comissão.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovado.

Daremos 20 minutos ao Ministro Antonio Patriota para tratar da política externa brasileira, de um modo geral, por proposição e aprovação dos membros desta Comissão, por parte do Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, com a palavra, pela ordem, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – A sugestão do Senador Dornelles vem ao encontro de duas perguntas que eu tinha a fazer. Eu tinha pensado como ele, mas ele elaborou melhor.

Eu gostaria de colocar as duas perguntas para que viessem no bojo dessa fala. São duas coisas, Ministro. A primeira é saber quais são as mudanças poderão ocorrer na política externa do Governo Lula para o Governo Dilma. Os jornais falam para cá, falam para lá. Inclusive eu deixo aqui sugestão ao Presidente de que se o senhor achar que é melhor uma sessão secreta para o senhor dizer tudo, a gente poderia convocar uma sessão secreta só de Senadores. Mas o que for possível dizer aqui de público, gostaria de saber que diferença. Porque a política externa do Presidente Lula e do Ministro Celso Amorim, que eu

chamo até de Lula Amorim, para mim foi um dos pontos mais altos do Governo Lula. Mas a política externa é feita pelo interesse do Estado mas depende da personalidade do Chefe do Estado, da personalidade do próprio Ministro. A sua comparada com a do Celso é muito parecida: a história, a vida, a mente, o coração. A da Presidenta Dilma é diferente do Presidente Lula, em termos de história, coração e mente. Eu queria saber se há mudanças, no que for possível.

E o segundo, sem querer sair da pauta, porque sei que o nosso Presidente é muito rigoroso, vou encontrar um caminho para colocar um outro tema. Quero saber se a crise no Oriente Médio pode trazer alguma complicação na nossa reunião do Rio mais 20. Essa é a maneira de eu colocar Rio mais 20 no seu discurso. Essas são as duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Senador Cristovam Buarque.

Entendo que as colocações feitas pelo Senador Cristovam Buarque estão servindo de encaminhamento ao requerimento verbal aprovado por esta Comissão, de autoria do Senador Ministro Francisco Dornelles.

Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra, pela ordem..

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

No mesmo sentido, se o senhor me permitir e o Ministro também, o meu questionamento é na direção do encaminhamento proposto pelo Ministro Senador Dornelles, e no mesmo sentido do Senador Cristovam.

É uma pergunta bem breve que eu creio que pode ser contemplada na exposição agora do Ministro Patriota. Além de cumprimentá-lo pelo aniversário, quero cumprimentá-lo pela política externa do Governo brasileiro. Faço minhas também as palavras do Senador Cristovam. Foi no último período o ponto alto dos oito anos do Governo Lula que busca a construção de um mundo mais multilateral. A pergunta especificamente é sobre o Mercosul. Sou um entusiasta e acho importantíssimo os movimentos e as mobilizações que fazemos em torno do Mercosul e a ampliação do papel da construção de um grande mercado comum. Entretanto, vejo que nós estamos muito bem integrados ao sul da América do Sul, mas como é Mercosul a ideia seria o conjunto da América do Sul.

O que nós poderíamos fazer para avançar na integração mais ao norte, em especial em países vizinhos como o Suriname, a Guiana – a Venezuela já está praticamente integrada -, mas em especial com esses países, para avançarmos mais no projeto e na ideia do Mercosul ao norte da América do Sul. Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Também fica subentendido que esse questionamento do Senador Randolfe Rodrigues servirá como encaminhamento, como foi feito pelo Senador Cristovam Buarque, ao requerimento apresentado verbalmente pelo Senador Ministro Dornelles e aprovado pelas Sr^{as} e Srs. Senadores desta Comissão.

Ministro Antonio Patriota, V. Ex^a dispõe de vinte minutos, prorrogáveis por tantos quantos forem necessários.

O importante, antes de V. Ex^a ter a palavra, Sr. Ministro, é notar como mudou o foco do interesse não somente da Comissão, como do Senado e da própria elite pensante deste País, do momento em que foi feito este convite a V. Ex^a para aqui comparecer e o momento em que o seu comparecimento se dá.

O enfoque estava muito voltado para a situação dos nacionais que viviam, à época, nos países conflagrados ao norte da África e do Oriente Médio e também do futuro dessa região, e passa agora permeado pelo evento Rio+20 – aqui lembrado pelo Senador Cristovam Buarque, que preside a Subcomissão Permanente de Acompanhamento dos Preparativos da Rio+20 no âmbito desta Comissão –, como também pela questão colocada pelo Senador Randolfe, do Mercosul e do processo de integração também ao norte do País. Enfim, tudo isso dentro das linhas, das diretrizes gerais da política externa brasileira.

Era essa observação que gostaria de fazer, e passo a palavra, com muito prazer, à S. Ex^a o Ministro Antonio Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Presidente. Agradeço a oportunidade de fazer um balanço da política externa, porque, de fato, acho que é um momento adequado para fazermos isso, já transcorridos cem dias. Tivemos, há pouco, o Dia do Diplomata, em 20 de abril, em que a Presidenta Dilma Rousseff honrou-nos com sua presença no Itamaraty. Ela fez um discurso que, de certa maneira, já apresentava uma primeira avaliação do que foi a política externa este ano, desde a posse em 1º de janeiro.

Eu começaria dizendo que a própria posse já foi significativa, no sentido que nunca havia comparecido a uma posse de Presidente brasileiro um número tão grande de delegações de outros países, o que mostra que este Governo começa a partir de um patamar diferente do que começou, digamos, o primeiro Governo Lula, em 2003. E aí já está uma primeira mudança para já começar a responder um pouco ao Senador Cristovam Buarque.

Uma coisa é um país que superou a mais grave crise econômica financeira desde 1929 da maneira

como o Brasil superou, recuperando o crescimento econômico rapidamente, reduzindo pobreza, reduzindo desigualdades, desenvolvendo uma matriz energética ambientalmente saudável, a mais limpa entre os países de desenvolvimento comparável, com crescente ênfase na questão dos direitos humanos – foram criadas secretarias de promoção da igualdade de gênero, promoção da igualdade racial. Os próprios direitos humanos ganharam uma secretaria com nível ministerial. Desse modo, houve avanços quantitativos e qualitativos, eu diria, no transcorrer dos últimos anos, que se refletiram numa presença internacional de perfil muito mais elevado. Isso aí também comporta seus aspectos quantitativos – número de abertura de embaixadas, abertura de consulados.

Um dado curioso, mas que envolve até o trabalho da Comissão de Relações Exteriores, é o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países. Havia vinte países com os quais não tínhamos relação alguma – pequenas ilhas do Pacífico, alguns da Ásia, alguns da África. Hoje em dia, isso já não ocorre. Isso significa um alcance verdadeiramente global da diplomacia brasileira.

De modo que assumir um Governo com esses instrumentos de ação internacional, com essa autoridade que conquistamos por meio do que foi obtido aqui no plano nacional cria oportunidades muito mais amplas de atuação. E também deve-se levar em conta que o mundo está em fase de transformações aceleradas.

Também levar em consideração que o mundo está em fase de transformações aceleradas. Fala-se, por exemplo, na multipolaridade. Esse é um termo que talvez não defina da maneira mais adequada aquilo que vivenciamos, porque ainda existe um pólo, os Estados Unidos, que tem poder superior a qualquer outro. Em termos militares, por exemplo, o orçamento militar norte-americano corresponde a quase que o equivalente a todos os orçamentos militares no mundo. Em termos econômicos, há uma perda de poder relativo, ainda existe uma defasagem grande, mesmo em relação ao segundo colocado, que é a China.

De modo, ainda há resquícios de certa unipolaridade, multipolaridade crescente, mas também com um dos pólos emergentes mais forte do que os outros, que é a China, despontando – alguns falam de um G2, ou seja, um condomínio, o que acho pouco provável, mas existem características, até certo ponto, em alguns debates sino-americano – e outros polos, aí incluídos pólos tradicionais, Europa, a Rússia, que foi um pólo importante durante toda a época da guerra fria, e países, como Brasil e Índia, que, aí sim, pela primeira vez na sua história diplomática ou como membros da Comunidade Internacional, assumem responsabilidades

verdadeiramente globais e são tratados como interlocutores incontornáveis na maior parte dos temas ou em todos os temas significativos da agenda internacional, desde os temas financeiros e econômicos que são abordados no G20, até o comércio internacional na OMC, em que Índia e Brasil fazem parte do grupo seleto de cinco países que, junto com União Européia, Estados Unidos – na verdade é um grupo que pode ser de quatro, tem um geometria variável, também passa a incluir Japão, Austrália e alguns outros.

Na questão ambiental, ficou muito claro, na Conferência de Copenhague, como naquela fotografia em que se via o Presidente Lula, o Presidente Obama, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao da China, o Primeiro-Ministro Manmohan Singh, da Índia, que estava se configurando ali um grupo restrito, de atores incontornáveis, para tratamento de questões de interesse global e a própria questão da governança global, que é uma das questões mais importantes para o mundo contemporâneo. Vimos o G8 ser suplantado pelo G20; vimos o surgimento desses mecanismos, que ainda não têm uma configuração cristalizada, na área ambiental, e estamos trabalhando também pela reforma do Conselho de Segurança. Essa é a mais difícil de ser realizada, mas é um tema que não sairá da agenda tão cedo.

Então, faço essa primeira consideração porque, para se falar do que mudou, do que mudará, é muito importante ter em mente tudo que foi realizado nos oito anos que antecedem a posse da Presidenta Dilma.

Tendo dito isso, qualquer síntese da política externa tem, obviamente, que começar pela nossa região. Agradeço muito a pergunta e o comentário do Senador Randolfe, porque, sem dúvida, a prioridade é a vizinhança, é fator da geografia que não mudará e que permanece em nossa agenda internacional como item número um.

Na relação com a Argentina, vimos que a primeira visita da Presidenta Dilma foi à Argentina, onde ela manteve um longo encontro bilateral com outra líder do sexo feminino, a Presidenta Cristina Kirchner. Acho que foi um entendimento excelente, em que abordaram temas da pauta bilateral, da agenda internacional e regional e adotaram comunicado conjunto abrangente, que inclui não só áreas de interesse já consolidado, como comércio, aí talvez enveredando por novas dimensões, como a promoção de contatos mais intensos entre os setores privados, a criação de um fórum de altos executivos entre os dois países, mas também aprofundando a cooperação em áreas sensíveis, como espaço exterior, como área nuclear, e também com um forte componente na área social. O fato de duas mulheres terem conquistado as posições de líderes dos

Estados argentino e brasileiro representa uma vitória do ponto de vista social, a questão da igualdade de gênero, e não poderia deixar de estar na agenda dos dois Países também um forte componente de aprofundamento da cooperação nessa área.

A partir daí, o Mercosul, que faz 20 anos este ano, permitiu que o Brasil, de 1991 até 2010, exportasse de US\$2 bilhões para US\$22 bilhões para os países vizinhos. Evidentemente, a Argentina é o mercado mais importante, mas não só essa cifra em si é eloquente, acho que é bom levar em consideração também a qualidade desse comércio: são preponderantemente produtos de elevado valor agregado. Na verdade, o Mercosul e a América do Sul, como um todo, transformam-se, hoje em dia, em um mercado privilegiado para toda a indústria brasileira. Isso é muito importante, quando tentamos superar outros obstáculos no nosso comércio exterior, por exemplo, com a China, em que a composição é, ao contrário, predominantemente de *commodities*.

Queria tranquilizar o Senador Randolfe de que estamos muito atentos para o resto da América do Sul. O Tratado Constitutivo da Unasul – espero que seja muito em breve ratificado pelo Congresso Nacional – entrou em vigor no dia 11 de março, foi realizada uma reunião no Equador, e isso culmina em um trabalho que veio sendo desenvolvido, também, desde 2003/2004, para a configuração de um espaço de cooperação, diálogo político, desenvolvimento de infraestrutura, aproveitamento dos recursos energéticos, aumento do comércio entre os países, o que configura, na verdade, para qualquer pessoa que olhe o mapa, um continente: o continente sul-americano. E um continente sul-americano que hoje se distingue, no mundo em desenvolvimento, sobretudo, pelo fato de que é composto exclusivamente por democracias de tipos diferentes, talvez orientados por pensamentos diferentes, mas, não obstante, países em que os líderes são democraticamente eleitos e todos eles buscando formas de crescimento econômico com inclusão social.

Também o desafio histórico que conhecemos, que América Latina e América do Sul têm tido que enfrentar, sempre foi o das desigualdades muito exacerbadas e, hoje em dia, vemos governos democraticamente eleitos confrontando esse desafio e com resultados que são encorajadores, em sua grande maioria, e, em particular, o Brasil dando uma demonstração de grande liderança nessa esfera. Isso cria um ambiente muito propício, muito favorável à integração sul-americana, que acho que precisa ser aproveitada. Na verdade, acho que vivemos um momento extraordinário aqui na América do Sul, com taxas de crescimento que nunca foram observadas. Na média, a América do Sul

cresceu mais de 6%. O país que mais cresceu – aliás, um fato pouco conhecido –, o Paraguai, cresceu 14% em 2010. No conjunto, o Mercosul cresceu cerca de 8%, de forma que um vigor econômico, um dinamismo das sociedades sul-americanas, que propicia uma aproximação que não pode deixar de levar em conta os desafios ainda muito grandes que enfrentamos, em termos de pobreza, de violência urbana e em termos da ameaça que representa a questão do tráfico de drogas, do narcotráfico e da instabilidade, da ameaça que isso pode representar para os nossos projetos de desenvolvimento.

O que a Unasul tem demonstrado é uma capacidade de criar mecanismos em que tanto as nossas forças podem ser colocadas em favor do projeto de integração, como também as nossas vulnerabilidades podem ser debatidas em um ambiente cooperativo. Criamos um Conselho de Defesa Sul-Americano, que tem propiciado uma transparência nos gastos militares, nas doutrinas, e uma aproximação entre os militares de diferentes países, o que foi muito útil em situações como as tensões vividas entre Colômbia e Venezuela, Colômbia e Equador e a própria situação interna boliviana, que chegou a causar preocupação em 2008. Acho que não teria sido equacionada da mesma forma se não fosse a existência da Unasul e outros mecanismos que, como o Conselho sobre a questão do combate ao problema mundial das drogas – e fazemos questão de dizer que o problema é mundial, não é um problema sul-americano –, criam as condições para desenvolvermos estratégias que envolvam não só agendas bilaterais – que já desenvolvemos Brasil-Bolívia, Brasil-Colômbia –, mas um esforço conjugado.

Nesse contexto, a responsabilidade do Brasil é muito grande porque, obviamente, é o País que tem fronteiras com quase todos os demais, exceção feita a Equador e Chile, além do que representa mais de metade do PIB, mais de metade do território, mais de metade da população, e é um modelo de desenvolvimento que, segundo todas as análises, está produzindo resultados positivos.

Eu voltei ontem de Caracas, onde compareci a um outro exercício que nos leva à fronteira mais ao norte ainda do que Suriname e Guiana – e depois posso até falar um pouco sobre Suriname e Guiana –, que é o exercício que levará à configuração da Comunidade de Estados da América Latina e Caribe, também uma iniciativa que foi liderada pelo Brasil com a cúpula de Costa do Sauípe, na Bahia, como os senhores se recordam. Ali, pela primeira vez, todos os líderes da América Latina e do Caribe se reuniram sem participação de outros. Isso aí nós já vínhamos fazendo no seio das Nações Unidas, no seio do que se conven-

cionou chamar o Grulac – Grupo da América Latina e Caribe, para coordenação em torno de candidaturas e outros assuntos que têm a ver com a agenda da ONU. Porém, em nível de chefes de estado, foi uma iniciativa pioneira, que foi, subsequentemente, levada adiante pelo México, com a cúpula de Cancun, e, agora, em julho deste ano, a Venezuela deverá organizar a cúpula que consolidará o processo e propiciará a adoção de procedimentos específicos para essa comunidade.

A ideia é que seja um organismo relativamente flexível e que propicie um fórum de intercâmbio, de experiências entre os distintos subprocessos de integração. Então, assim, a Unasul terá a sua mensagem, o Mercosul terá a sua mensagem, a Caricom, o Sica, o México, mas num espírito de crescente aproximação em torno de uma agenda positiva.

Desse modo, essa agenda continuará sendo prioritária. Nós continuaremos dando uma atenção também diferenciada a cada um dos nossos vizinhos. Estamos nos organizando para termos embaixadas cada vez mais eficientes aqui na região – e é uma prioridade grande para o Brasil isso – e lidarmos inclusive com algumas agendas difíceis, como essa questão dos garimpeiros na fronteira norte. Agora, recentemente, criamos um grupo de trabalho com o Suriname – e acabou de voltar o Embaixador Gradilone, que está aqui na plateia, que é o subsecretário da parte de brasileiros no exterior e consular – para que não criemos problemas para economias que são vulneráveis, que representam menos de 1% do PI brasileiro, com 500 mil habitantes e cuja relação com o Brasil não seja ditada por problemas ambientais, por problemas sociais criados por uma imigração desordenada, quando, na verdade, há muito que se pode fazer em termos de comércio, investimentos e organização da relação em torno de objetivos construtivos que propiciem emprego e oportunidades para essas populações.

Olhando um pouco mais longe, o que o governo da Presidenta Dilma realizou que acho que merece ser lembrado aqui? Contatos com os principais polos do mundo emergente. Não só já tinha havido a sinalização de um interesse numa reunião entre os dois chefes de estado de Brasil e Estados Unidos, e fomos informados, um pouco antes do discurso sobre Estado da União do Presidente Obama, em janeiro, de que, na verdade, gostaria de visitar o Brasil e anunciaria, nesse discurso, que ele visitaria a América Latina, que, de certa maneira, era um compromisso antigo que ele havia assumido e que não havia realizado. Depois daquele encontro da Conferência das Américas, mantido em Trinidad e Tobago, nunca tinha havido um encontro de alto nível entre o Obama e as lideranças

latino-americanas. De forma que isso foi uma oportunidade interessante.

Além disso já foi marcada, desde o início do ano, uma visita à China, que também foi acertada com o emissário chinês à posse da Presidenta Dilma. E essa visita à China teve outro desdobramento interessante, que foi a cúpula dos Brics na ilha de Hainan, onde a Presidenta manteve esse encontro plurilateral com os líderes de Rússia, Índia, China e África do Sul e também reuniões bilaterais com o Presidente Medvedev, com o Primeiro Ministro Manmohan Singh, com o Presidente Jacob Zuma, já tendo chegado de um encontro, uma visita de Estado, em Pequim, com o Presidente Hu Jintao, com o primeiro Ministro Wen Jiabao e outros líderes chineses.

Tentando ser sintético, isso que se apresenta é uma articulação, ainda nos primeiros meses de Governo, de contatos do mais alto nível com todos os pólos do mundo emergente. Ficou um pouco de fora a Europa. Mas aí entra o papel do chanceler, que é de compensar aquelas áreas em que a Chefe de Estado não está podendo cobrir no momento com alguma iniciativa.

Eu, quando a Presidente Dilma me pediu para comparecer ao Fórum Econômico de Davos, aproveitei para fazer uma escala em Bruxelas, onde me encontrei com o João Manuel Durão Barroso; com o Presidente do Conselho Europeu Herman Van Rompuy; e também com a alta representante para assuntos de relações internacionais e de segurança, a Catherine Ashton, que, aliás, deve visitar o Brasil agora, no dia 18 de maio. De modo que também preenchemos esse espaço de contatos com a União Europeia.

Ainda nesse espírito de síntese, e para além das agendas bilaterais – mas eu vou falar um pouco das agendas bilaterais, o espírito em que elas são desenvolvidas –, eu acho que a Presidente Dilma já demonstrou o seu estilo, as suas prioridades, a sua maneira de interagir com essas lideranças, reunindo dois aspectos, também para simplificar: um deles, com resultados muito concretos em áreas em que o Brasil precisa estabelecer parcerias, se quiser galgar o próximo estágio de desenvolvimento econômico e de competitividade industrial, sobretudo.

Então, tanto com Obama quanto com Hu Jintao e outras lideranças, muita ênfase na questão do comércio, um comércio equilibrado, um comércio mutuamente benéfico – e aí com os Estados Unidos e China há características diferentes: com os Estados Unidos, há um déficit grande que estamos vivenciando agora, até em função de questões cambiais, e outras, como a recuperação do mercado brasileiro, o dinamismo da economia brasileira; com a China, como comentei, é essa questão da qualidade do comércio.

Então, foram questões abordadas com alguns detalhes. A questão dos investimentos, como investimentos em áreas que possam aumentar a produtividade brasileira, contribuindo para que exportemos produtos com maior valor agregado. Também uma ênfase muito grande em ciência, tecnologia, inovação e educação, porque sabemos que, em desenvolvimento em áreas de tecnologia de ponta, nós corremos o risco de não acompanharmos a rapidez do desenvolvimento que observamos em certas regiões do mundo, na Ásia principalmente, hoje em dia.

Então, essa seria a vertente pragmática, objetiva, orientada por resultados e muito preocupada com o próximo estágio do desenvolvimento brasileiro.

Mas eu acho também que há uma outra vertente, uma vertente mais idealista, que lida com a qualidade e com o tipo de sociedade que nós queremos construir para o Brasil e com os tipos de sociedades com as quais nós gostaríamos de interagir internacional. E aí entram as questões do progresso social, do combate à fome e à pobreza, dos direitos humanos; as questões de gênero também que figuraram tanto na agenda com a Argentina como já existem mecanismos com os Estados Unidos. Aliás, com os Estados Unidos existem também mecanismos, que já datam de antes, mas que continuam a receber muita ênfase, que são trocas de experiências na promoção da igualdade racial. E somos as duas maiores sociedades em número de afrodescendentes do mundo e das Américas, e jamais tínhamos sentado para compartilhar experiências e examinar como é que podemos fortalecer mutuamente as nossas estratégias de promoção da igualdade.

Da mesma forma, essa questão qualitativa entra na agenda de uma outra maneira; ela entra na agenda da seguinte forma: nós não queremos um mundo multipolar de cooperação crescente entre as potências tradicionais, entre os novos pólos emergentes como Índia e Brasil, por exemplo, mas um mundo que ignore a situação das economias menores, mais vulneráveis e que estão ou em estagnação ou vivendo situação de obstáculo ao seu desenvolvimento, de pobreza extrema, etc.

De modo que esse mundo multipolar que queremos ver emergir, que seria a multipolaridade da cooperação, ela só será possível se for muito atenta ao que eu, às vezes, chamo de G-172. E o que é o G-172?

São os 172 países membros da ONU que não participam do G20, mas que têm um papel no mundo que nós queremos que seja democrático, que diferentes pontos de vista sejam levados em consideração.

Nesse G172, há países desenvolvidos, também há países microestados, com suas problemáticas ambientais e outras. Existe grande parte da África sub-

saariana, uma região do mundo à qual nós estamos obviamente vinculados, pela geografia, pela história, à qual nós não podemos parecer indiferentes e com a qual temos estabelecido não só um crescente relacionamento a título de relações bilaterais, abertura de muitas embaixadas, programas de cooperação em agricultura, em desenvolvimento industrial e outros, combate à pobreza, saúde, mas também diálogo político, porque é uma região interessantemente, a África, onde os mecanismos de coordenação – eles têm, por exemplo, um conselho de paz e segurança da união africana – estão muito além de qualquer coisa que tenhamos aqui na Unasul, e que também podem ser fonte de inspiração até mesmo para os nossos processos de integração.

Então, num esforço de síntese, o que nós conseguimos, em poucos meses, estabelecer foi o compromisso com a América do Sul, com a integração regional; a interação, no mais alto nível, com os polos emergentes; e uma postura que reflete a preocupação com uma multipolaridade cooperativa que não ignore os pontos de vista e a situação daqueles que, de outra forma, estariam excluídos dos grandes processos decisórios internacionais.

Rio+20 é um importante componente da nossa agenda internacional; será, provavelmente, a maior conferência internacional deste mandato da Presidenta Dilma Rouseff.

Serão dois os temas principais.

O primeiro, a economia verde – economia verde é um conceito um pouco derivado do conceito de desenvolvimento sustentável, que é aquele que emergiu na conferência que o senhor acompanhou de perto, Senador Collor, em 92. Como primeira consideração em termos de economia verde, o que nós não queremos ver acontecer é a consideração ambiental ser utilizada como pretexto para o protecionismo ou para critérios discriminatórios, ou para outros entraves ao comércio, à cooperação internacional. Isso tem que ser deixado claro desde o início, porque, se o conceito de economia verde tiver que emergir como conceito verdadeiramente universal e que beneficia todas as sociedades, indiscriminadamente, independente do seu nível de desenvolvimento, cada país terá que ver nesse conceito benefícios para a sua sociedade, seu futuro. Então, tem que ser economia verde com combate à pobreza, com inclusão social, com oportunidades acrescidas para aqueles que estão engajados, digamos assim, no salto que precisa ser dado em termos de desenvolvimento econômico e que evite os equívocos, os padrões de consumo, os padrões que levaram à poluição, que nós constatamos ainda hoje em dia elevada em grande parte do mundo industria-

lizado. Mas também poderia se refletir, e tem se refletido, em países menos desenvolvidos, na medida em que eles não adotem as tecnologias limpas. Essa será a tônica da nossa atuação em relação ao tema da economia verde.

E o outro tema é o da governança global, em que nós precisamos examinar o que já existe para construir em cima do programa das Nações Unidas para o meio ambiente, para a comissão do desenvolvimento sustentável, talvez ampliando as atribuições do Ecosoc. O Ecosoc é um órgão das Nações Unidas um pouco à procura de uma nova identidade, porque já deteve, no passado, muita influência nos grandes debates econômicos e comerciais multilaterais, e que caiu um pouco na mesmice e na burocracia. Mas que poderia, por exemplo, ter suas atribuições acrescidas como um conselho econômico social ambiental, incorporando plenamente a dimensão ambiental ao que nós esperamos ser o futuro, o futuro do desenvolvimento.

Aliás, quando falamos em Rio+20, a ideia não é só 20 anos depois da Eco92, como alguns chamavam em 1992, mas também Rio+20 olhando os 20 anos a partir de 2011, 2012.

O Brasil, posicionado como poucos estão no mundo hoje em dia para assumir um papel de liderança nesse debate, por tudo o que representa o modelo de crescimento que conquistamos – mencionei rapidamente a matriz energética mais limpa do mundo para um país dessa dimensão e desse tamanho de economia, os progressos em relação à redução da pobreza, o que se reflete em benefícios ambientais –, nos dá uma grande oportunidade de demonstrar o que já temos conseguido realizar e trabalhar para que os objetivos ambientais da comunidade internacional se sobreponham a essas clivagens Norte-Sul, que têm contaminado muito esse debate, e sejam efetivamente objetivos que possam ser globalmente compartilhados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato ao Embaixador, Ministro Antonio Patriota pela sua segunda explanação nesta nossa reunião.

Eu passo agora a palavra aos Senadores que estão inscritos pela ordem.

O Senador Raupp já fez a sua indagação e não se encontra mais presente; o Senador Randolfe é o segundo inscrito, também já foi a outra Comissão e já deve estar de volta... Ah, o Senador Randolfe acaba de chegar.

Senador Randolfe, pergunto a V. Ex^a se gostaria de fazer algum questionamento ao Sr. Ministro Antonio Patriota.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu já me encontro contemplado pela resposta do

Ministro ao meu questionamento anterior, mas pode ser tema para um detalhamento maior.

Fico muito satisfeito, com a intenção de avançarmos no Mercosul. Como já lhe informei, tenho um particular entusiasmo, e é um caminho, parece-me, do mundo hoje a articulação dos mercados comuns, pela articulação das regiões mais próximas. Eu considero fundamental avançarmos para, de fato, como o senhor mesmo alertou, que o Mercosul se concretize como uma união americana, e união com esse conjunto de Estados e nações com os quais temos uma particular identidade, em especial da América do Sul, em que o Brasil cumpre um papel fundamental para o desenvolvimento da própria região. Somos uma potência regional. E os demais países vizinhos veem, em nós, no Brasil, aqui no continente sul-americano, esse papel de liderança que temos a cumprir aqui.

Eu considero particularmente importante para a minha região, para a Amazônia, que avancemos ao norte da América do Sul o tanto que já conseguimos avançar ao sul da América do Sul com Uruguai, Argentina, Paraguai, que inclusive é embrião do Mercosul. Creio, assim, ser um passo importante. Espero que, o quanto antes, o Parlamento do Paraguai aprove o ingresso da Venezuela. Estive, há pouco tempo, em visita ao embaixador do Suriname, o Estado que represento aqui tem a nossa fronteira europeia com a França, e eu considero importante, fundamental, avançarmos nessa integração ao norte com os nossos, digamos, irmãos menores da América do Sul, o Suriname e a Guiana, com a Venezuela e, assim, é uma outra relação com a França, com o Département D'Outre-mer da Guiana Francesa. É uma outra relação, aí uma relação com a Europa.

Mas tenho particular interesse e me sinto satisfeito com a resposta de V. Ex^a para que, o quanto antes, possamos falar do Mercosul de fato como integração total da América do Sul e não somente do sul da América do Sul. E fico feliz com a informação do seu encontro recente em Caracas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, respondendo à sua pergunta, se me sinto contemplado, eu me sinto contemplado, mas não saciado. É como se me dessem a chance de provar uma guloseima e eu ficasse com vontade de mais. Mas não é hora hoje, além de não ser a finalidade do que está na pauta.

Mas eu gostaria de termos a oportunidade de aprofundarmos mais.

Mas gostaria que tivéssemos a oportunidade de aprofundarmos mais o que vai mudar ou não daqui para frente na política externa, para evitarmos riscos de deixarmos grandes conquistas de lado – embora eu não esteja vendo esses riscos, mas quem sabe o que os jornais dizem – e, ao mesmo tempo, de aproveitarmos coisas novas. Nem sermos os mesmos, apenas continuidade, nem sermos tão diferentes que joguemos fora o que construímos pelo Lula/Amorim, até porque de repente a combinação dos nomes vai ficar até melhor com Dilma/Patriota.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro Antonio Patriota, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pelo seu aniversário. Espero que se repita por décadas e décadas. E quero fazer aqui uma declaração de absoluto apreço ao Itamaraty, que considero talvez a melhor massa crítica de que dispõe este País.

Eu mesmo pude experimentar isso como Governador, tendo no meu primeiro mandato, na Secretaria de Relações Internacionais, que eu criei, o hoje Ministro Conselheiro na Embaixada da Alemanha, Roberto Colin.

O saldo de oito anos foi que a economia dobrou, nós atraímos centenas de novas empresas, instituições de elevada excelência como a ENA da França, que tem a sua subsele em Florianópolis, como a Universidade de Saint-Etienne, como a única escola do Teatro Bolshoi fora da Rússia. E realizamos eventos internacionais extraordinários, como o Conselho Mundial de Turismo e tudo o mais.

Eu poderia até lhe dizer que se cada Estado tivesse na sua Secretaria de Relações Internacionais um diplomata do Itamaraty, isso seria excepcional, não apenas para a integração entre Estados e União, mas para estreitamento da grande tarefa que executa o seu Ministério.

Eu vou lhe fazer uma pergunta relativamente à questão africana. Todos nós sabemos que a África foi objeto de cobiça, primeiro do Império inglês, que dominou 25% das terras submersas do mundo; foi o maior império de toda a história da humanidade, que fez a sua diplomacia através da Companhia das Índias Orientais e através do talento de figuras como Lawrence da Arábia e como Cecil Rhodes, autor da doutrina de que a África devia ser inglesa do Cabo ao Cairo. E a diplomacia da metralhadora Maxim, além do processo de tráfico de escravos. Até o ponto em que com o enfraquecimento do Império inglês, a África foi sendo partilhada em acordos internacionais europeus, em que cada nação mais importante ficou com um pedaço.

Portugal já tinha e ficou; Alemanha ganhou; a França, a Bélgica, a Itália, a Espanha. O resultado disso é que o mapa da África é praticamente um loteamento, é um desenho de um grande loteamento.

Eu lhe pergunto se efetivamente não sobram ressentimentos nessas revoltas contra os europeus e a civilização ocidental e se não há processos separatistas nesses países que estão se libertando de ditaduras, como existe um movimento no Saara ocidental, no Marrocos.

Se não há em outros países, também, além da libertação das ditaduras, o desejo autonomista de outras partes territoriais deste País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Com a palavra o Ministro Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador, pelas suas referências ao Itamaraty e também nós sabemos das suas relações estreitas com o meu antecessor, Ministro Celso Amorim, e tive o prazer de recebê-lo quando era Embaixador em Washington, de modo que é um prazer estar aqui consigo.

Em relação à África é uma excelente pergunta, porque permite abordar um pouco uma parte do mundo que é de importância estratégica para o Brasil, somos parceiros no Atlântico Sul. Sempre é bom lembrar, também, o *status* desnuclearizado da América Latina, o que também nos credencia com muita autoridade. A própria trajetória do Brasil nessa questão do uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, consignado na nossa Constituição e na nossa ação diplomática, o que nós conquistamos com a Argentina nesse plano e nosso desejo de transformar o Atlântico Sul numa zona de paz e de cooperação. Já existem mecanismos, inclusive que estiveram meio adormecidos, mas que estamos, agora, tentando reavivar com a cooperação do Uruguai e da Argentina. Deve haver uma reunião ministerial, este ano, no Uruguai de todos os ribeirinhos do Atlântico em torno desse objetivo comum de transformação do Atlântico Sul em zona de paz e cooperação.

Mas, olhando mais especificamente para a África, o senhor falou de ressentimentos, de processos separatistas. Sem dúvida, desde aquela Conferência de Berlim, em 1884, em que os europeus retalharam a África com fronteiras arbitrárias que desconheciam as tradições, as divisões lingüísticas e separavam etnias e agrupamentos pela mera conveniência do colonialismo. Até hoje foi uma trajetória muito longa, de muito sofrimento de desarticulação social. Muitas vezes, e isso a gente sente nas Nações Unidas, com muito vigor, eu fiz a experiência do que chamo de sabedoria africana. O Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU, por exemplo, acho que era um bom representante dessa

sabedoria africana que vem de uma linhagem tradicional, antiga, de líderes familiares, tribais e tudo isso sofreu uma desarticulação no colonialismo. E, hoje, a África, a duras penas, está conseguindo se reerguer.

Hoje em dia, o mundo crescentemente ver e o Brasil, seguramente, também, a África por um ângulo positivo. Pelo ângulo do dinamismo, econômico, da superação da pobreza, superação dos entraves que representavam a estagnação.

Recentemente, havia um artigo no *The Economist* dizendo que África, nos próximos anos, será a região do mundo que vai crescer à taxas as mais elevadas. Porque essas taxas muito elevadas da Ásia, inclusive algumas aqui na América Latina, que já não serão tão sustentáveis assim no próximo estágio de desenvolvimento vão começar a aparecer, sobretudo nas regiões de maior potencial, como o entorno da África do Sul, a Nigéria, que é um país grande de extraordinário potencial também muito complexo e, às vezes, fragilizada por divisões e dissensões internas mas verificamos o potencial e o mundo está muito atento a isso. A presença chinesa na África é crescente, na Índia; no Brasil mesmo não só essa presença das embaixadas que eu comentei mas crescentemente grandes empresas brasileiras desenvolvendo projetos extremamente ambiciosos. Há um projeto da Vale do Rio Doce na Guiné-Conacri, por exemplo, de mais de 2 bilhões de dólares que representará talvez o maior investimento na Guiné-Conacri, até interessante ouvir os geólogos da Vale dizendo que eles encontram lá, do outro lado do Atlântico, as mesmas condições geológicas do Pará no Brasil. São muitas semelhanças que trazem de volta a memória da proximidade geográfica entre os dois continentes.

De modo que é um continente de extraordinário potencial para o qual a comunidade internacional olha com crescente interesse, pelas oportunidades que poderá oferecer: econômicas, comerciais e outras. Também há os processos políticos que estão amadurecendo e lideranças que se renovam. É claro que as manchetes de jornais, frequentemente, são produzidas pela crise, guerras civis, a situação na Côte d'Ivoire também representou um desafio importante até mesmo para a nossa diplomacia em termos de como lidar com a comunidade brasileira, preservar a integridade e proteção da nossa embaixadora em Abidjan, mas existem muitas histórias de êxito. Existe, além da África do Sul, que superou o regime do *apartheid*... Aliás, hoje, dia 27 de abril. Eu sei, porque coincide com o meu aniversário a data nacional da África do Sul, do fim do *apartheid*, uma data importantíssima para a África do Sul. Moçambique evoluindo numa direção de crescente amadurecimento político, estabilidade e

crescimento econômico, apesar de ser um país pobre. Angola, um país que cresceu 25% em alguns desses últimos anos dessa última década. Um país como Mali, que é um país menor, sem litoral, mas que é um exemplo de governança democrática. Gana, um outro país que é exemplo de boa governança e de oportunidades econômicas.

Eu acho que nós temos que olhar crescentemente para a África como uma região composta por países que podem ser parceiros muito importantes para o Brasil numa série de áreas.

Essa questão dos processos separatistas é uma preocupação, sem dúvida, porque a filosofia da União Africana é de que não se devia mexer nas fronteiras que resultaram do processo colonial da Conferência de Berlim etc., porque era meio que mexer num vespeiro. Mas, o que estamos assistindo são algumas manifestações de mudança que não sei até que ponto revelarão uma tendência ou não. Mas, o sul do Sudão se separou do norte já com base num referendo que era previsto por um acordo bilateral alcançado para por fim a um conflito que vicejava há décadas no Sudão. Há diferenças bastante marcadas entre o norte, que é mulçumano, vinculado ao mundo árabe, e o sul que não é mulçumano, que é muito mais vinculado à África negra, ao Quênia, a Uganda e essa vizinhança meridional. Até certo ponto foi um processo pacífico, embora tenha havido mortes e violência, mas parece ser um exemplo de, digamos assim, separação amigável, com um monitoramento muito atento da comunidade internacional para que continue assim.

Mas uma outra situação que poderá se configurar, e que trabalhamos para que assim não seja, será um desafio, é preservar a integridade territorial da Líbia, porque essa situação que se criou com os rebeldes em Bengasi, uma região que sempre resistiu a autoridade do clã Kadafi, agora recebendo apoio muito direto de diversos atores internacionais, inclusive sendo reconhecido o governo de transição no oriente líbio como único governo legítimo da Líbia por vários países. A França começou esse processo, mas a Itália também; outros até no mundo árabe. Fala-se do Catar, do Kwait enveredando pelo mesmo caminho. Poderão representar também uma ameaça à integridade territorial. Nos perguntamos se isso é deliberado, se é motivado por interesses puramente pacíficos e de cooperação, ou se não é maneira de dividir para imperar, em vista das riquezas petrolíferas da Líbia, assim como se fez no passado.

Eu não me aventuraria a fazer uma previsão se isso é uma tendência ou não, mas é uma questão que estará presente na agenda africana nos anos e nas décadas por vir.

Eu voltaria, de qualquer forma, a enfatizar também o interessante que é o engajamento para um país como o Brasil na agenda política com os africanos, porque há um patrimônio de conhecimento histórico, de capacidade de articulação de idéias e pensamento político diplomático que acho fascinante. Por exemplo, a nossa presença em Adis Abeba, não só bilateral junto ao governo da Etiópia, mas também como observadores da União Africana. Aliás, hoje somos observadores tanto da União Africana quanto da Liga Árabe, no Cairo. Isso nos proporciona acesso à complexidade africana e nos ensina muito sobre como lidar com esse continente ao qual nos unem muitos laços importantes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro.

Eu perguntaria ao Senador Luiz Henrique se está satisfeito com a...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria de saber somente se o Sr. Ministro poderia detalhar alguma coisa relativamente a esses movimentos separatistas no Saara Ocidental e no Marrocos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem a palavra o Ministro Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – O movimento separatista do Saara Ocidental do Marrocos está mantido um pouco na geladeira, desde que houve aquela marcha verde do Marrocos, no processo de descolonização do que era o Saara Espanhol. Isso foi o processo de descolonização da Espanha e de Portugal, na África que, como recordamos, foi muito atabalhado e gerador de instabilidade. Obviamente que um território tão extenso passar a ser ocupado por um país africano, como o Marrocos, isso gerou reações na vizinha Argélia, Mauritânia e outros países, e o que a comunidade internacional, as Nações Unidas, em particular, procurava fazer era preservar a paz, reduzir ou evitar que essa situação desencadeasse uma guerra de proporções amplas. Mas é uma situação não resolvida que, segundo alguns, poderia resolver-se através de um Saara Ocidental independente, mas para isso é necessário seja organizado um referendo; para ser organizado um referendo é necessário quem é que vota, quem são os sarauís ocidentais – há uma grande controvérsia como identificar isso e como proceder, além dos interesses dos países vizinhos ali, cada um trabalhando para que as teses contrárias aos seus interesses não prospere.

De modo que eu não vejo grande mudança no *status quo*, num futuro imediato; é um tema que continua na agenda do Conselho de Segurança, existem relatórios periódicos que são feitos sobre a situação, e o mais positivo que se possa dizer é que não em sido fator de instabilidade significativa, ou de violência

significativa até mesmo por muito espaço e população do Saara Ocidental.

Mas é um resquício, é uma questão não resolvida do processo de descolonização, como o senhor bem lembrou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Embaixador, Ministro Antonio Patriota.

Com a palavra o Senador e Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro, inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo aniversário: 18 anos de idade e 200 de sabedoria. Estou certo. (*Risos.*) Mas quero cumprimentá-lo pela exposição, pela competência como o Itamaraty conduz a política externa do país. E quero colocar duas questões.

Primeiro, acredito que esta semana foi assinado um acordo de integração entre a Colômbia, o Peru, o Chile e o México – AIP. Qual é a repercussão da assinatura desse acordo? Em que momento ele se confronta ou não confronta com a Unasul e com o Mercosul? Qual foi a meta desses países ao firmarem esse acordo?

Segundo, pergunto a V. Ex^a: Quais são as metas, preocupações, problemas que V. Ex^a e o Itamaraty vêm na área do comércio internacional do país? Quais são os problemas, os temas hoje objeto de discussão na Organização Mundial do Comércio? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ministro Antonio Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Na verdade, fiquei lhe devendo uma elaboração mais detalhada sobre a OMC, mas agora V. Ex^a me permite que eu retorne ao tema, além desse, o Arco do Pacífico, que é um tema também interessante.

Na verdade, a motivação para esse acordo comercial que deverá agora reunir México, Colômbia, Peru e Chile foi a perda da força do projeto da comunidade andina. A Venezuela se destacou da comunidade andina para se apresentar como candidata ao Mercosul – esperamos que ingresse plenamente, com a ratificação pelo Congresso paraguaio, em breve. E, com isso, o Mercosul se fortaleceu, outros projetos se fortaleceram, e a comunidade andina se enfraqueceu de certa forma.

O México já tinha um acordo de livre comércio com a Colômbia, de modo que aí não há muita novidade com a aproximação com a Colômbia. O que pode ser novidade foi a aproximação com o Peru, e aí também o que aconteceu foi o seguinte: o projeto inicial envolvia a Bolívia e o Equador. Mas Bolívia e Equador resolveram sair do projeto. Então, ficou essa configuração, que não é contígua dessas economias, que são economias que se caracterizam também em

outros aspectos; todas elas negociaram acordos de livre comércio com os Estados Unidos.

Ontem estive em Caracas para essa conferência da comunidade dos Estados latino-americanos e do Caribe. Mantive um encontro bilateral com a minha colega Chanceler do México, Patricia Espinosa. Falamos um pouco sobre essa iniciativa, e ela me explicou um pouco dos termos que estou compartilhando aqui hoje, também a outra característica dos países que são voltados para o Pacífico. Eles participam das reuniões da APEC, de modo que há uma convergência, uma sobreposição de interesses no relacionamento deles com as economias asiáticas, uma proximidade e uma possibilidade de articulação de posições nas reuniões da APEC, que é essa iniciativa das economias da Ásia e do Pacífico, das quais não faria sentido o Brasil ou os países do Atlântico participarem.

Mas penso que nós devemos examinar ou olhar para iniciativas como essa com naturalidade, como processos que fazem parte da busca, que também é a nossa motivação nas relações internacionais, de vantagens, de aproximação com diversidade de parceiros. Nós sabemos o quanto a economia mexicana padecia por ter um comércio tão pouco diversificado. E acho que uma das grandes ênfases da atual política mexicana é justamente a diversificação, uma busca de maior parceria com países da região latino-americana. Lembro também que nós estamos em vias de ingressar numa negociação de um acordo que chamamos de acordo estratégico de integração com o México, que deverá envolver uma liberalização comercial de parte a parte, um comércio Brasil-México já conhecendo um dinamismo significativo – está acima de US\$7 bilhões o comércio bilateral – e investimentos mexicanos muito importantes no Brasil, como os senhores sabem, e crescentemente importante do Brasil no México. De modo que a reafirmação da minha colega Patricia Espinosa era sobretudo de grande interesse na parceria com o Brasil e de interesse também nesse projeto mais amplo da comunidade de Estados latino-americanos e do Caribe, que aproximará todos esses subprocessos de integração, como comentei há pouco, num exercício de coordenação e de partilha de experiências e de busca de vantagens mútuas entre todos nós.

Não há como um país dizer se essa iniciativa vai favorecê-lo ou não. Cada país busca os seus interesses. Existem iniciativas que o Brasil toma independentemente também. Por exemplo, há uma iniciativa Brasil-Caricom, que o Presidente Lula lançou e que envolve o Brasil e as 13 nações da Caricom. Individualmente eu acho que é uma iniciativa que tem um grande potencial econômico, comercial e de aproxima-

ção de países que têm uma forte herança africana na sua identidade nacional.

Seriam esses os comentários que eu teria a fazer sobre isso, acrescentando um detalhe muito interessante. Ontem, a cobertura pela imprensa brasileira dessa iniciativa do Arco do Pacífico coincidiu com a presença no Brasil da futura Secretária-Geral da Unasul, a ex-Chanceler da Colômbia Sr^a María Emma Mejía. Isso demonstra que a Colômbia também está procurando se posicionar da maneira mais vantajosa possível, pelos seus interesses, o que é natural – se isso é o que queremos para nós, devemos considerar natural que outros queiram para si –, mas com forte engajamento num processo de integração sul-americana. Isso é uma novidade e, por essa razão, sublinho muito.

Quando as tratativas iniciais sobre a configuração da Unasul foram lançadas em torno de 2004, 2005, o entusiasmo colombiano era visivelmente menor do que de outros parceiros, digamos assim. E o fato de a Colômbia ter agora apresentado uma candidata para assumir a Secretaria-Geral e demonstrado empenho e interesse em trabalhar com todos os vizinhos sul-americanos, em todas as frentes, comercial, econômica, de defesa e outras,

É um sinal muito alvissareiro, sobretudo num momento em que o governo do Presidente Juan Manuel Santos restabelece relações de cooperação com seus vizinhos venezuelanos e equatorianos e se volta mais aqui para a vizinhança sul-americana. De modo que isso é um ponto muito positivo.

Sobre a OMC e sobre perspectivas de política comercial para o Brasil. Sem dúvida um tema que surgirá com grande força nos próximos meses será o futuro da Rodada de Doha, porque o que contemplamos hoje é um impasse criado pelo redimensionamento das exigências norte-americanas em particular.

Como o senhor que acompanha muito esses tema sabe, nós tínhamos chegado muito perto de um acordo em julho de 2008, um acordo que só não fechara em 80%, sobretudo nas áreas de serviços, produtos industriais e agricultura, em função de dificuldades norte-americanas e da Índia, todas muito típicas e que pareciam até relacionadas aos processos eleitorais desses países, sobretudo pro conta das eleições na Índia, que a impediam de fazer uma ou outra concessão em agricultura.

Ao retomarmos o debate, após uma pausa determinada pela interrupção das negociações de julho de 2008, o que aconteceu? Setembro de 2008 é a grande crise internacional, Lehman Brothers e tudo isso que continua a repercutir até hoje, com efeitos muito significativos sobre comércio internacional e sobre a distribuição do poder econômico. De lá para cá, os países

emergentes cresceram a taxas muito mais elevadas que as economias desenvolvidas, como sabemos, e passaram a absorver proporções crescentes das exportações norte-americanas, europeias e outras.

Assim, num contexto como esse, fica difícil contemplar exigências adicionais dos países desenvolvidos, aquelas que configuravam o pacote de julho de 2008. Mas foi exatamente isso que aconteceu. Por circunstâncias da política doméstica nos Estados Unidos, até certo ponto, e com a União Europeia, no primeiro momento, apoiando essa ideia, foram feitas exigências adicionais dos chamados países emergentes – Índia, China e Brasil – em um contexto em que esses países já estavam dando uma contribuição adicional às exportações das economias desenvolvidas. De modo que essa proposta não teve futuro, não decolou. E, ao não decolar, provocou uma reação de frustração do lado norte-americano que agora reexamina suas opções. Contudo, as opções parecem ser pouco encorajadoras do ponto de vista da conclusão da Rodada em termos que seriam aceitáveis para o Brasil, que seriam aqueles do pacote de 2008.

Como reagir a essa situação? O que nós continuaremos declarando e trabalhando para que aconteça é que encontremos o caminho de transformar a Rodada de Doha em uma rodada do desenvolvimento, que é o espírito pelo qual ela foi lançada em 2001, ou seja, uma rodada que abordasse aquelas áreas que tinham ficado à margem dos processos de liberalização comercial na OMC, muito em particular a agricultura, onde o mundo em desenvolvimento tem nichos específicos, a África, mas também países como o Brasil e outros com potencial e competitividade.

Redesenhar o processo negociador com ambições desmesuradas nas exigências que serão apresentadas sem oferecimento de contrapartidas significativas parece ser uma receita para o fracasso. E, aí, começamos a ter que examinar o horizonte de um impasse prolongado. Como reagir a isso? Nós, evidentemente, nos coordenaremos com o G-20 comercial, que foi aquele que emanou da reunião ministerial em Cancun, que inclui Índia e China. O G-20 comercial, inicialmente formado para lidar com as negociações do capítulo agrícola, hoje em dia acaba funcionando como um mecanismo de coordenação mais amplo para discutir como levamos adiante esse processo.

E, se o processo não avançar, teremos de examinar alternativas.

Em grande medida, o Brasil já demonstrou, já definiu que quer ser um ator no plano comercial, com uma diversidade de parceiros. Isso nos serviu de uma forma muito positiva durante a crise econômica, com a diminuição da atividade econômica no mundo de-

envolvido, em particular. O aumento das exportações para o Oriente Médio, para a África, para a Ásia, para mercados não tradicionais, foi muito significativo. Até mesmo, ouvi de personalidades, como o Diretor-Geral do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, comentários no sentido de que outros países deveriam emular o Brasil e fazer a mesma coisa, ou seja, não colocar todos os ovos numa cesta só.

Mas aí ressurgem também as ideias sobre acordos comerciais birregionais ou bilaterais. Continuamos empenhados na conclusão de um acordo com a União Europeia. Isso está em pauta e, talvez, até adquira maior prioridade, em face de um impasse prolongado na Rodada de Doha. E procuraremos também outras formas de aproximação com outros parceiros. Com os Estados Unidos, agora, assinamos, como o senhor acompanhou durante a visita do Presidente Obama, o Tratado de Cooperação Econômica e Comercial, que não envolve desgravamento tarifário, nem poderia, porque teríamos de ter negociado com o Mercosul. Mas é um Tratado que pode contribuir para a superação de entraves burocráticos, aduaneiros e outros. Nós o chamamos de Teca. É um exemplo de coisas que estarão por vir de forma mais intensa, dependendo do cenário da Rodada de Doha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro.

Concedo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro, em que pesem todas essas barreiras e algumas restrições, no Brasil, hoje, não há problema algum na exportação de produtos agrícolas, que estão sendo exportados grande quantidade, às vezes até com conotações problemáticas no mercado interno.

Em decorrência da situação cambial, a indústria sofre grandes problemas. O setor de serviços brasileiro é forte. O que o Brasil ganharia hoje se fosse assinado o acordo de Doha? Esse é um ponto.

Em segundo lugar, nosso comércio com o Mercosul expandiu enormemente nesses últimos anos, e o Brasil esteve muito presente na área de serviços, principalmente, em países da África. Quais os problemas que terão as empresas brasileiras que atuam na África com essas mudanças políticas que estão ocorrendo na região?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem a palavra o Ministro Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Segundo alguns cálculos – evidentemente, esses cálculos precisam ser atualizados sempre –, o Brasil ganharia pelo menos R\$6 bilhões em acesso adicional com a conclusão da Rodada de Doha nos termos que estava mais ou menos concebida em julho de 2008, em

função do rebaixamento de tarifas para setores em que somos competitivos. Os compromissos também assumidos em termos de subsídios agrícolas seriam altamente favoráveis no médio e no longo prazo.

Mas, sem dúvida, a questão cambial afeta nosso comércio. Inclusive, estamos numa conversa com o Diretor-Geral da OMC, para tentarmos encontrar uma forma de organizar um debate sobre a questão cambial na OMC, que, por enquanto, será um debate mais acadêmico do que propriamente direcionado a um resultado concreto. Mas isso, sem dúvida, reflete uma situação que nos afeta e que passa a ter uma importância crescente.

Desse modo, sua pergunta é relevante, inclusive porque, como órgão responsável por negociações comerciais, o Itamaraty, ao longo da negociação da Rodada de Doha, assim como ocorreu em outros exercícios negociadores, sempre mantém uma coordenação muito estreita com o setor privado e tenta identificar as prioridades, as áreas sensíveis, e refletir, da melhor maneira possível, nas suas estratégias negociadoras, essas percepções.

O que temos identificado, na verdade, é que, talvez, haja uma queda progressiva, uma diminuição, até certo ponto, de intensidade no interesse na conclusão imediata da Rodada de Doha.

Não obstante, por razões políticas e até pelo nosso engajamento com o Sistema Multilateral de Comércio e como um País que usa frequentemente, e não só usa frequentemente mas tem tido grandes vitórias com o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, não interessa ao Brasil uma OMC enfraquecida, porque o enfraquecimento levará à ameaça do unilateralismo, do protecionismo, de medidas tomadas à margem da OMC, restrições voluntárias e outras do estilo que serão prejudiciais ao nosso interesse.

Assim que eu considero que ainda há um interesse econômico significativo e também interesse sistêmico na preservação do próprio sistema internacional de comércio, que é um que nos tem beneficiado e onde temos podido levar reivindicações e reclamações com resultados positivos para o Brasil.

No que se refere à África, à presença de investimentos brasileiros e à situação de instabilidade, eu considero que as relações econômicas e comerciais com a África estão ascendentes, elas continuam crescendo e as oportunidades aumentando e a competitividade das grandes empresas brasileiras ou até de menores, pequenas e médias ou de prestador de serviços ou dos produtos brasileiros nos mercados africanos está bastante estabelecida. De modo que não vejo uma ameaça a essa tendência, que é uma tendência que já se observa de algum tempo para

cá, em função de acontecimentos episódicos na Côte d'Ivoire ou no norte da África, porque, como eu citava há pouco, as perspectivas de crescimento acelerado a taxas elevadas no continente africano continuam sendo muito promissoras e, se não houvesse outra maneira de explicar isso, é evidente que o resto do mundo está se engajando de maneira muito assertiva na África. E até mesmo para defendermos um pouco o nosso espaço, acho importante que tenhamos uma política de aproximação muito intensa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ministro Dornelles, satisfeito? (*Pausa.*)

Obrigado Ministro Patriota. Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Embaixador, primeiro, parabéns, felicidades a V. Ex^a. Eu quero voltar, começando a minha fala, sobre a presença dos haitianos no Brasil. E aqui fazer um apelo para o Itamaraty no sentido de articular com os outros ministérios, o de Direitos Humanos, o Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça, para olhar com um grau de relevância a presença dos haitianos no Brasil. No Amazonas, e precisamente em Manaus, há uma presença em torno de mil haitianos, além de em Rondônia e no Acre, mas a maior presença é de haitianos que chegam à Tríplice Fronteira pelo Peru, com Colômbia e Brasil.

A situação dos haitianos é difícil. O Brasil que tem uma responsabilidade lá no Haiti, no sentido de participar da construção daquele país, tem agora a responsabilidade de como tratar os haitianos que chegam aqui por conta da crise política, da miséria absoluta que vive o Haiti. Então, quero fazer um apelo nesse sentido. Aliás, dois apelos: olhar os haitianos no Brasil com foco no Amazonas, porque há um número expressivo, e a presença da Embrapa na África ganhou uma grande repercussão com a presença do Presidente Lula andando pelos países africanos, mais precisamente em Gana, quando a Embrapa ali montou um escritório. E não é para ficar só em Gana – cumpre um papel em Gana –, mas em toda a África.

Nós poderíamos falar bastante sobre a importância de um instituição tão estratégica, tão renomada como a Embrapa – que, inclusive, fez aniversário ontem.

Tenho informações de que diminuiu a presença da Embrapa no sentido de articular políticas não só em Gana como na própria África. E gostaria de fazer um apelo no sentido de o Itamaraty rearticular essa presença da Embrapa no continente africano.

E mudando um pouco, considero essa agenda recente do Brasil, a presença do Presidente Obama, a ida da Presidenta Dilma à China, a presença do Brasil na reunião do Brics, isso mostra um outro país,

um país protagonista. Essa agenda por si só mostra a importância do Brasil no mundo atual. E considero estratégica a presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. E esta é a minha pergunta: qual o grau de relevância que o Itamaraty está dando nesse processo que não é simples, é complexo? Como está se dando hoje essa articulação, essa construção da presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU?

Considero isso estratégico por conta dessa liderança. O Brasil construiu uma relação internacional e tem que ser essa uma presença diversa, não só num pólo, na Ásia, na União Europeia, olhando as parcerias na América Latina. E considero esse espaço, esse desafio fundamental para o Brasil, por conta do papel que vem desempenhando principalmente nesses últimos anos o nosso País.

Considero acertada a posição do Brasil em relação à Líbia. Vejo a ONU extremamente confusa porque trata a Líbia de uma forma – da pior forma – e trata a Síria...a presença da ONU no conflito dos outros países de forma muito diferenciada e isso mostra a sua confusão.

Considero da maior importância o Brasil ser incisivo nesse encaminhamento dado ao conflito da Líbia em reconhecer um grupo – e são processos diferentes. Considero importante o povo na rua, a sociedade ali no Egito e eles provocam um processo. Isso faz parte da luta, mas os caminhos que a oposição na Líbia levou nesse confronto em questionar o governo do Kadafi e apoiado pela ONU considero um caminho, do ponto de vista internacional, uma vergonha. A convivência e o encaminhamento dado pelo Conselho de Segurança, com o voto contrário do Brasil e posições importantes como da Alemanha, da China, considero relevante isso. E muito perigoso e acho importante o Brasil ser muito incisivo no sentido de condenar esses procedimentos de favorecer de uma forma menos o conflito interno na Líbia.

Quero destacar nesta conversa aqui essa articulação política dos intelectuais em Israel, que há poucos dias fizeram uma manifestação apoiando o Estado Palestino. Acho que o Brasil deve continuar nessa articulação internacional, fazer a defesa do Estado Palestino. Mais do que isso, a presença do Brasil, do Itamaraty, lá na Palestina é extremamente positiva, a presença lá do escritório. Mas o Brasil intensificar esse processo da criação do Estado Palestino.

Voltando da Palestina para o Mercosul.

O questionamento do Senador Dornelles me mostra a importância de o Brasil olhar com mais cuidado essas articulações. O México vem e articula esse bloco aqui – não é o México, mas o México faz parte dessa articulação recente com países membros nos-

sos. Nós fizemos uma batalha grande em 2009, aqui no Congresso, para a Venezuela participar, ampliar o bloco. O que o Brasil, no sentido de ampliar esse bloco... Eu considero importante isso. Eu quero colocar aqui o papel da Colômbia e do Peru na ampliação do bloco do Mercosul. Então, o Mercosul precisa... São vinte anos, avançamos muito. V. Ex^a acaba de dar os dados de ampliação do comércio, mas nós precisamos aprofundar essa relação. Avançamos no sentido de sinalizar com a ampliação com a Venezuela, e o Paraguai tem a palavra. E por que não fazermos isso no sentido da Colômbia e do Peru, para ampliarmos o Mercosul? Enfim, aprofundarmos essa relação tão importante para o Brasil e para a América Latina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador João Pedro.

Ministro Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Obrigado, Presidente.

Talvez eu vá começar pelo último comentário. Nós já estamos fazendo isso que o senhor está sugerindo. Na verdade, já há uma conversa com a Colômbia, muito exploratória, sobre Mercosul. Mas, independente dessa conversa, porque o Mercosul é uma união aduaneira. Nós já temos acordos de livre comércio com todos os países da América do Sul. De modo que isso aí é uma aproximação que já ocorreu. E o que eu acho muito importante hoje, até sublinharia aqui, em função de contatos que tenho mantido aqui com a Fiesp, com o Dr. Paulo Skaf e outros, e a turma dele lá em São Paulo, é a consciência crescente – isso não era assim há cinco, seis anos – de que a integração sul-americana, o comércio, os investimentos e a cooperação econômica com os nossos vizinhos sul-americanos é estratégica, e é algo de que temos que cuidar com muita atenção. Eu fiquei muito satisfeito de ver como, por exemplo, o Presidente Mojica, do Uruguai, foi recebido há pouco tempo lá na Fiesp, para uma manhã de conversas em torno de objetivos dessa natureza. De modo que a resposta é de que já estamos fazendo e já estamos também trabalhando com o próprio México para nos aproximarmos econômica e comercialmente.

Voltando um pouco atrás nos seus comentários, eu não podia concordar mais com as suas palavras em relação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. É um assunto sobre o qual trabalhei bastante na minha carreira, inclusive quando trabalhei na missão junto a ONU em Nova York, sob as ordens do então Embaixador Celso Amorim. Ele é um processo complexo, assim comparável, talvez, para um parlamentar, a um processo de emenda constitucional, porque envolve uma emenda à Carta da Nações

Unidas. Primeiro, tem que ter uma aprovação de 2/3 dos membros; depois tem que ter ratificação inclusive dos cinco membros permanentes atuais. Dentre os cinco membros permanentes atuais, nem todos eles são muito entusiastas da ideia de se abrir o Conselho de Segurança a novos membros permanentes, ainda que esses novos membros permanentes, digamos, não gozem de todas as prerrogativas, porque existem algumas ideias segundo as quais os novos membros não poderiam ter poder de veto, o que é até mesmo questionado como algo pouco democrático na situação atual. Mas, se o processo de reforma é complexo, é demorado, envolve decisões políticas que mobilizarão Parlamentos no mundo inteiro – e sabemos que isso pode ser um processo demorado. Por outro lado, tenho a convicção – e todos os nossos contactos nas Nações Unidas e bilaterais revelam o fato de que esse é um tema que não sairá da agenda internacional. Não sairá, porque quando falamos de governança global – e hoje eu pude tocar um pouco na ideia de que o G20 foi um progresso em relação ao G8, é mais representativo e está se consolidando como um fórum privilegiado para o tratamento de questões econômico-financeiras. Ou, então, quando abordei a governança no plano ambiental, o consenso emergente é de que não podemos enfrentar os desafios do século 21 com os mecanismos do século 20. E a atual configuração do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi decidida no final da Segunda Guerra Mundial, não reflete o mundo de hoje. E a percepção predominante é precisamente essa.

Nós temos coordenado na ONU, em Nova York, no seio do chamado G4, que envolve Brasil, Índia, Alemanha e Japão, uma coalizão. E essa coalizão tem uma historinha. No início do debate sobre a reforma do Conselho de Segurança, nos anos 90, corríamos um risco, que teria sido grave, de que o Conselho se ampliasse para incorporar apenas países desenvolvidos na categoria de Membros Permanentes. E os dois países desenvolvidos e mencionados, na época, eram Alemanha e Japão. O fato de termos nos associado – Índia, Brasil, Alemanha e Japão – ajudou a impedir que essa corrente de pensamento, digamos assim, prosperasse e isso não foi um pequeno êxito. Muitas vezes, na diplomacia, a gente não pode celebrar o que deixou de acontecer, mas, na verdade, se evitou uma reforma que teria acontecido nos anos 90, que teria agravado os desequilíbrios no seio do Conselho de Segurança. E logo depois do episódio da invasão do Kuwait pelo Iraque e da coalizão internacional que foi montada para restabelecer a independência do Kuwait, em que o Japão e a Alemanha desempenharam um papel importante, inclusive financeiro, havia essa ameaça de evoluirmos nessa direção.

Hoje em dia, vivemos num mundo muito diferente. Os senhores têm acompanhado toda essa abordagem pela imprensa, as análises, se a manifestação do Presidente Obama foi significativa ou não foi, ou quando ele disse que manifestava apreço pela aspiração brasileira de assumir uma posição como Membro Permanente do Conselho de Segurança, na verdade, eu considero, como alguém que acompanha esse assunto há muitos anos, uma manifestação bastante significativa, porque ela reflete exatamente o reconhecimento de que ao se abordar a reforma do Conselho de Segurança, hoje 2011, século 21, não poderemos deixar de fora países do mundo em desenvolvimento, países emergentes, como Índia e Brasil.

E a mesma manifestação, um pouco diferente, foi feita em relação à Índia, em que eles disseram: nós antecipamos, com expectativa positiva, o ingresso da Índia no Conselho de Segurança como Membro Permanente.

Tudo isso para dizer que estamos extremamente engajados nesse debate, junto com Alemanha, Japão e Índia, também envolvendo a África, porque o Conselho de Segurança não poderá ser reformado sem envolver algum país africano como Membro Permanente. É interessante que, este ano, estão no Conselho como Membros Não Permanentes, por processo eleitoral, Brasil, Índia e África do Sul, o que já dá ao Conselho de Segurança, na configuração de 2011, um certo sabor de multipolaridade em sintonia com o mundo contemporâneo.

Isso vem revelar que, para que as decisões do Conselho possam ser implementadas, para que se chegue a consensos, como V. Ex^a muito bem sinalizava que não representem desvios de estratégia ou derrapagens ao uso da força, ao recurso militar nas relações internacionais, é muito importante que países com capacidade de influir na opinião predominante das suas regiões, mas também globalmente, estejam lá representados. E vejo assim até mesmo nas sociedades onde há alguma resistência à reforma do Conselho, no nível governamental, uma crescente aceitação na opinião pública e no meio acadêmico, no âmbito daqueles que refletem sobre o sistema internacional, um crescente reconhecimento de que isso terá que ser enfrentado com coragem.

O senhor falou da Embrapa – até temos aqui o nosso Embaixador em Gana, que está sendo removido para um outro posto, Luiz Fernando Serra. Foi uma presença pioneira a abertura desse escritório da Embrapa em Gana, ainda de uma forma como tentativa, mas justamente com esse objetivo de beneficiar não só o próprio país, mas também de se envolver em projetos de cooperação nos países vizinhos. Há

no Mali, por exemplo, uma fazenda modelo de algodão, que representa uma iniciativa exitosa e exemplo de algo que poderá ser feito até melhor no futuro, em países africanos.

Lembro aqui que toda essa nossa atuação na África, até a reunião que o Presidente Lula havia convocado no Brasil, de ministros da agricultura africanos, no ano passado, em maio, reflete muito daquilo que eu disse mais cedo: não queremos viver num mundo de polos que se coordenam entre si e ignoram a situação das economias mais vulneráveis. E isso demonstra o quanto nós estamos engajados na questão da segurança alimentar na África e no progresso rural nesse continente. Isso também se reflete aqui, na nossa candidatura à direção-geral da FAO, na pessoa do Professor José Graziano, que esperamos possa ser eleito em junho deste ano, porque representa exatamente esse compromisso do Brasil com o desenvolvimento rural, com as boas práticas na agricultura e com uma ideia de que temos muito a compartilhar com outros países.

A Embrapa abriu um escritório em Gana, mas também abriu no Panamá. Temos projetos aqui com todo o Caribe insular, sobretudo nas pequenas ilhas. Com muito pouco, tem-se um impacto muito grande. E, assim, voltando – como eu fiz de baixo para cima –, para reafirmar aqui o nosso engajamento com o equacionamento adequado da questão dos haitianos; a questão dos haitianos que envolve aspectos migratórios, mas também envolve aspectos humanitários, aspectos de segurança, e os diferentes interlocutores no governo brasileiro estão coordenados para abordar isso da maneira mais apropriada possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador João Pedro, gostaria de saber se concluiu suas indagações.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Vou voltar duas questões.

Conselho de Segurança. Acho que tem que ser com muita persistência e com muita articulação. Acho que Brasil e Índia aí... O problema é que os Estados Unidos querem a reforma, desejam, mas querem levar o Japão. E a China... Alemanha.

Mas vamos lá. O lugar do Brasil é lá, no Conselho de Segurança.

Embrapa. Eu quero fazer um apelo, porque as informações que tenho é de que a Embrapa diminuiu essa sua presença. E um país que precisa de alimentos...

A África precisa de arroz. E uma empresa como a Embrapa, com o conhecimento que tem, com a tecnologia que tem pode fazer muito pela economia, pelo povo da África. O Itamaraty pode rearticular isso. Esta Comissão pode tratar deste assunto, mas estou apro-

veitando este encontro, esta audiência pública, para pedir que o Itamaraty trate, junto com o Ministério da Agricultura brasileiro, dessa presença, do fortalecimento do povo desse continente, que precisa do conhecimento, da *expertise*, da tecnologia que a Embrapa detém. É um vizinho de que não podemos esquecer; e temos que nos lembrar do processo histórico do Brasil com a África. Então, a Embrapa pode fazer muito e precisa ser fortalecida.

Agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ministro Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Só para dizer que eu concordo em gênero, número e grau completamente com V. Ex^a e, na medida em que pudermos contribuir para uma presença mais forte da Embrapa na África, no mundo em desenvolvimento de forma geral, o senhor tem um aliado aqui no Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

O próximo inscrito é o Senador Eduardo Suplicy, mas o Senador Cristovam Buarque gostaria de...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É porque é em torno do assunto. São duas coisas: uma é que alguns analistas consideram... Aliás, antes eu queria dizer que temos aqui a presença do Embaixador do Brasil no Haiti no momento mais difícil que aquele país atravessou. E eu me lembro de que, quando fui lá, tivemos que caminhar dentro de tanques, com capacetes, coletes à prova de balas e outras coisas.

Mas eu queria dizer o seguinte: alguns analistas dizem, Ministro, que nos juntarmos à Alemanha, à Índia e ao Japão terminou alienando alguns apoios dos adversários desses países. A própria China pode manifestar simpatia, mas, no íntimo, não quer saber da Índia nem do Japão. Essa é uma das coisas que eu queria dizer.

O outro ponto é o seguinte: não seria mais progressista e mais simpático no mundo lutarmos contra a membresia permanente no Conselho? É a pergunta que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Esse é o questionamento, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É o questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

Ministro Patriota, por favor.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Essa pergunta, em termos acadêmicos, eu acho que ela se coloca e tem até força. Seria mais democrático, seria mais... Eu não tenho dificuldade com a ideia em si. A questão é aquela da ratificação da reforma pelos cinco

atuais membros permanentes, que é uma exigência da Carta da ONU. É irrealista imaginar que algum membro permanente concorde em ratificar um acordo em que ele próprio deixa de ser membro permanente. Isso seria inconcebível. De maneira que temos que trabalhar com a realidade da maneira como ela é, tentando introduzir mais equilíbrio e fórmulas mais equitativas no processo decisório do Conselho, construindo com a base existente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É que a cláusula não é pétrea. Podemos lutar contra a cláusula de que eles tenham o poder de vetar novos membros permanentes.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Poder de vetar novos membros permanentes?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É. Mudar a Carta para acabar...

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Eles continuariam sendo membros permanentes?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não. Seria acabar com membros permanentes.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Isso eu não sei se os congressos norte-americanos... O senhor imagine o Congresso norte-americano ratificando um acordo em que os Estados Unidos deixariam de ser um membro permanente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu sei que é muito difícil, mas eu pergunto se não é uma bandeira dessas que a gente sabe que daqui a cem anos é que vai prevalecer, quando esses países deixarem de ter a importância que têm. Mas não seria uma bandeira democratizante no cenário mundial, que justificasse ao Brasil investir nisso, já que está sendo tão difícil conseguir um lugar para nós?

Mas não precisa...

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Não precisa responder? (Risos.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não quero insistir aqui em tomar o tempo não. Pode ser realmente uma pergunta, neste momento, acadêmica.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Eu poderia fazer um comentário: é que esse tipo de postura, que considero legítima, democratizante, progressista – concordo –, é frequentemente adotada por aqueles que querem atrapalhar a reforma possível. Então, em nome de um ideal melhor, na verdade o que eles estão querendo é melar o jogo. Então, nós ficaríamos numa companhia muito problemática, quer dizer, não ficaríamos na companhia daqueles que querem introduzir mais equilíbrio na composição atual e querem adequar, na medida do realismo político, o Conselho às realidades contemporâneas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, Senador Fernando Collor; prezado Ministro Antonio de Aguiar Patriota, meus cumprimentos pela maneira como V. Ex^a, sob a orientação da Presidenta Dilma Rousseff, vem conduzindo o Ministério de Relações Exteriores e honrando muito também, em sua continuidade, o trabalho do Ministro Celso Amorim e o avanço extraordinário que aconteceu durante o Governo do Presidente Lula nas nossas ações internacionais de relações com todos os países do mundo.

Aqui tenho procurado sempre dar apoio, inclusive, na última segunda-feira, outra vez, quando da manifestação do Itamaraty quanto aos esforços para a realização de entendimento não por meio da força das bombas, das forças militares, mas, sobretudo, do diálogo, conforme ressaltou V. Ex^a, em consonância com comunicações anteriores, e também com o voto do Brasil, que aqui foi objeto do nosso apoio, também mencionado por V. Ex^a. Na semana passada, também devo dizer que aprovamos a indicação, por consenso de apoio, para a eleição para a FAO do Professor José Graziano, dado os méritos que ele tem tido.

No que diz respeito à questão dos países árabes, gostaria de perguntar em que medida chegou a haver um esforço, quando do diálogo mencionado por V. Ex^a havido na China com a Presidenta Dilma e o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, a respeito da possibilidade de haver um diálogo de pessoas que pudessem, até pela sua autoridade moral e histórica, contribuir mais ainda para esse entendimento.

Refiro-me a pessoas como Nelson Mandela, mas que, talvez por sua condição de saúde, não tenha condições de fazer o que ele já realizou em momentos anteriores para a superação de conflitos na África. Ele seria a pessoa ideal. Ao lado dele, pensei no Prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu. Inclusive imagino, dado a aquilo que V. Ex^a mencionou, da importância do Brasil, ao promover o diálogo de todos os chefes de Estado da América Latina com os chefes de Estado da África e do Oriente Médio, o nosso ex-presidente Lula, que tem tido a disposição de muito colaborar com a cooperação do Brasil para com a África, conforme tantas declarações dele. Tendo em conta até que o Presidente Lula chegou a ter diálogos com o chefe de Estado da Líbia Muamar Kadafi, na circunstância em que os próprios países da ONU têm dito que, se conseguir realizar um diálogo que ainda não se conseguiu, se esse não seria um esforço com maior possibilidade de sucesso, que pessoas como essas pudessem, em algum lugar, ter o diálogo com as pessoas envolvidas no conflito? Será que essa não seria uma maneira mais

eficaz do que, por exemplo, como V. Ex^a mencionou, bombardear parte da residência de Muamar Kadafi? Inclusive causando ferimentos de pessoas. Se ele estivesse lá talvez tivesse sido atingido, não aconteceu.

Mas, enfim, as suas palavras no sentido de que o Brasil quer muito colaborar para que em cada região do mundo, tal como aqui na América Latina, possamos ter a paz com desenvolvimento, os esforços de erradicação da pobreza e a expansão do direito de liberdade de expressão em todas as partes.

E quero aqui, também, cumprimentar os esforços da nossa responsável embaixadora ali no Conselho de Segurança da ONU, que tem se pronunciado de uma maneira muito consistente e brilhante, como a nossa Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, ali se pronunciou, expressando o apoio do Brasil, de uma maneira muito afinada com o Itamaraty, sobre as questões de democracia, dos direitos humanos, da liberdade de expressão, como algo que o Brasil hoje defende – e, felizmente, vivemos numa democracia – e com a busca do aperfeiçoamento de nossas próprias instituições.

Relacionado a isso, também gostaria de fazer uma pergunta. Há o anúncio de que, possivelmente, a Presidenta Dilma Rousseff visitará Cuba proximamente. Li na imprensa que isso poderá ocorrer. E temos visto em Cuba transformações bastante significativas como, por exemplo, nesses últimos meses, a libertação de diversos dissidentes que tiveram a possibilidade de se deslocar para a Espanha. Existem sinais importantes – e essa é uma das minhas indagações –, mas em que medida, quando aqui esteve o Presidente Barack Obama, nos diálogos com a Presidenta Dilma Rousseff, com V. Ex^a, teria havido algo relativamente a Cuba, em especial porque o Brasil, juntamente com os demais países das Américas, tem sugerido ao Presidente Barack Obama e aos presidentes anteriores dos Estados Unidos que se encerre o embargo ou bloqueio com respeito a Cuba. Eu até imaginei que aqui, seja no almoço no Itamaraty, seja lá no Teatro Municipal, pudesse o Presidente Barack Obama referir-se a isso. Mas notei que, tanto aqui quanto em Santiago ou em El Salvador, ainda mais próximo de Cuba, ele não tratou, nessas ocasiões, desse tema. Parece que está amadurecendo, na medida em que Cuba der sinais de modificações tais como as recentes modificações na sua própria economia e, segundo informações, no que diz respeito a uma maior liberdade de expressão. Ali, por exemplo, a blogueira Yoani Sanchez, que formula críticas do cotidiano do que se passa em Cuba e, às vezes, tem causado preocupações às autoridades cubanas, pelo que li agora, teve o seu *blog* liberado para circulação em Cuba.

Então, queria perguntar, segundo o Embaixador Ruy Nogueira me informou, que o Itamaraty se fará representar pelo Ministro Carlos Ceglia, Chefe do Departamento do Oriente Médio, na reunião que ocorrerá proximamente no Catar, de 09 a 12 de maio, quando haverá conferências do Ministério do Exterior, com a reunião ali de Chefes de Estados, além de personalidades políticas acadêmicos, empresários, jornalistas etc., reunião aliás para a qual fui convidado.

Preciso até responder, amanhã, se possível, se venho ou não aceitar este fórum porque esse poderia ser um espaço muito interessante de debate sobre toda a questão da superação dos problemas e de como avançar na direção de maior democracia no Oriente Médio. O fórum vai tratar da reforma no Oriente Médio, estabilidade internacional, liberdade de imprensa, sua importância no avanço de processo de mudança, futuro econômico no Oriente Médio. O Catar talvez seja o país de mundo que tem maiores condições de realizar reformas econômicas em benefício de sua população. Se me permite, V. Ex^a mencionou que, na África, há disparidades muito grandes de renda *per capita*, de US\$1 mil ou US\$2 mil até o Catar, que está com mais de US\$60 mil. O Catar vem aumentando tanto sua renda *per capita*, Ministro Antonio Patriota, que, no ano passado, a renda *per capita* chegou a US\$101 mil para os seus 848 mil habitantes, segundo dados do Fundo Monetário Internacional, de 2010. São, em 2010, para US\$88.232,00 para, em 2011, US\$101.827, um avanço maior que a nossa renda maior *per capita*, de US\$10 mil. O Catar, com essa *per capita*, é o país que mais poderia implementar, para todos os seus quase 900 mil habitantes, uma renda básica com direito universal para sua população, o que poderia contribuir muito como exemplo para a superação dos conflitos em toda região dos países árabes. Finalmente, e V. Ex^a já aqui mencionou, acredito seja muito importante que o Brasil possa contribuir para a realização de um entendimento de paz e superação dos conflitos entre Israel e Palestina. Achei muito importante a decisão do Brasil de reconhecer o Estado da Palestina, a área geográfica da Palestina, conforme antes do conflito havido com Israel. Eu gostaria que esse esforço fosse estimulado. Meus cumprimentos pela maneira como V. Ex^a tem conduzido isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB – AL) – Gostaria de registrar aqui, Sr. Embaixador, Ministro Antonio Patriota, a presença do Senador Pedro Simon, com autor do requerimento convidando-o para hoje comparecer aqui e tratar da política externa brasileira.

Passo a palavra a V. Ex^a para as considerações sobre as indagações do Senador Suplicy.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Tivemos uma longa manhã aqui de conversa muito estimulante. Aproveito o primeiro comentário do Senador Eduardo Suplicy sobre necessidades de considerarmos outras idéias para ver como se equaciona a questão da Líbia. Acho que um formato assim, aberto como este, não é o mais apropriado para aprofundarmos as idéias e possíveis iniciativas que estão sendo consideradas, mas eu não queria deixar de dizer que uma manifestação desta Comissão, como foi a do Requerimento nº 248, de 2011, adotada em 5 de abril, dá muita força diplomacia brasileira em buscar coordenação com países que compartilham os mesmos sentimentos.

Leio aqui, por exemplo, um parágrafo preambular, em que é dito que, “advertindo que a tentativa de derubada *manu militare* do governo ditatorial de Kadafi sem um processo negociado de transição poderia levar o país ao caos e até mesmo à secessão territorial com a parte oeste ficando sob o domínio de partidários de Kadafi e a leste com as forças de oposição; constatando que a intervenção militar até agora só conseguiu aumentar a temperatura do conflito interno líbio com o aumento dos embates armados e dos números de vítimas, inclusive civis inocentes”, enfim, manifestações dessa ordem só nos dão força para procurar atuar nessa direção que V. Ex^a comenta e que, aliás, também assinalaria aqui, é um pouco a linha que tem defendido o Sumo Pontífice, o Papa...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – É, exatamente. Eu me referi, em meu pronunciamento de segunda-feira, que o pronunciamento de V. Ex^a foi condizente com a manifestação do Papa Bento XVI na missa de Páscoa perante cem mil pessoas.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Exatamente. De modo que trabalharemos, sim, e estamos buscando a interlocução possível para avançar nesse tipo de avaliação da situação.

Não há projeto de visita a Cuba na agenda da Presidenta Dilma. Ela deve, sim, ir ao Paraguai e ao Uruguai no mês de maio e, ao referir-me a minha visita ao Paraguai, que vai ser na data do bicentenário do Paraguai, uma data muito importante, sublinhar a importância de ratificação do acordo por troca de Notas sobre Itaipu, que já passou na Câmara e agora será colocado perante o Senado também, sei que a Senadora Gleisi Hoffmann que nos honrou com sua presença no começo da nossa conversa de hoje, está muito empenhada em conseguir que isso aconteça. Sem dúvida, é um ingrediente essencial no relacionamento nosso com o vizinho, que é um vizinho importantíssimo para o Brasil, como os senhores sabem.

O terceiro assunto, se o Obama teria comentado... Na verdade, o Obama não comentou muito Cuba.

Como os senhores sabem, Cuba, nos Estados Unidos, é praticamente um assunto de política interna. Eu frequentemente até me refiro aos livros do Presidente Obama, tem a autobiografia dele e o livro *Audácia da Esperança*, que é muito interessante, em que ele apresenta um pouco a visão de mundo dele. A visão de mundo dele é uma visão com a qual muitos de nós nos sentiríamos muito confortável em apresentar algo semelhante. Ele próprio diz que o país de onde ele vem, os Estados Unidos, são capazes do melhor, mas às vezes também do pior, nas relações internacionais. Ele próprio foi contra a invasão do Iraque, como nós sabemos, antes de ser presidente e tenho certeza de que uma conversa com o pensador Obama, o autor desses livros, Obama, revelaria convergências muito grandes que o Presidente Obama talvez não tenha capacidade de implementar exatamente da maneira que ele gostaria, em função até mesmo do peso do Estado da Flórida no processo eleitoral norte-americano.

Mas isso aqui fica um pouco por conta de um comentário pessoal que faço, como alguém que acompanhou as eleições de 2008 nos Estados Unidos, como embaixador e como alguém que se preocupou em examinar os escritos do Barack Obama.

Agora é um assunto que continua importante para o Brasil, se dúvida, o relacionamento com Cuba, e ontem, mais uma vez, na reunião de Caracas da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe pude cumprimentar rapidamente o Chanceler Bruno Rodrigues, que já esteve aqui em mais de uma ocasião, queremos desenvolver um relacionamento próximo, estamos envolvidos na construção do Porto de Mariel e também muito atentos às reformas, às mudanças, inclusive agora, fruto agora desse último congresso do Partido Comunista, que está introduzindo a alta hierarquia cubana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tudo bem, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perguntaria ao Senador Pedro Simon se gostaria de fazer alguma consideração como autor do requerimento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agradeço a sua gentileza, Sr. Presidente, e peço desculpas ao Chanceler.

Eu e a minha brilhante companheira, brilhante e jovem, podia ser minha filha, ela tem dito, com muita razão, que está muito complicada a nossa vida aqui no Senado. Eu tive a honra de fazer um que solicitou a vinda de V. Ex^a, antes mesmo da ida da Presidente à China. V. Ex^a está aqui. Ali do outro lado, parece piada, mas no Brasil não é piada, está o grupo dos 13

numa guerra em termos de futebol e a gente está tentando apaziguar. E hoje na Comissão de Constituição e Justiça nós tínhamos o que para mim é a data mais importante desde que eu estou aqui. É uma tentativa de tentar furar as medidas provisórias.

O Presidente Sarney teve coragem de entrar e o Senador mineiro, o Aécio, entrou com uma emenda através da qual eu acho que seria fantástico. Continua a medida provisória. O Presidente da República entra com a medida provisória, só que em vez de entrar em vigor imediatamente, nós temos um prazo de quatro dias. Mas, pelo menos, é pior do que nada. Temos um prazo de quatro dias para dizer se ela entra em vigor imediatamente ou não. Se nós acharmos que não, continuam os 150 dias, só que não está em vigor.

Pois esta Comissão, com seus assuntos tão importantes que o futebol ficou para outro dia, transferiram. Então, por isso eu peço desculpa.

Em primeiro lugar, eu quero felicitá-lo. Não sei se o senhor tem a explicação por que seu pai lhe deu o nome de patriota. Se meu pai estivesse vivo eu perguntava para ele. Não digo Patriota mas por que o senhor não deu um nomezinho melhor, Pedro, que é dito como Pedro Malasarte sempre...

Mas V. Ex^a está tendo uma atitude pela qual eu tenho o maior respeito e a maior admiração. V. Ex^a, na sua seriedade, na sua sobriedade, na sua forma de agir...

E era muito amigo do seu antecessor, inclusive, participei como Líder do Governo quando ele foi Chanceler pela primeira vez. Mas acho que se há um setor que a sociedade está acompanhando com muito respeito é este de V. Ex^a. E olha que a situação é realmente muito complicada. Isso que está acontecendo no Oriente Médio é uma interrogação em que se pergunta qual é o fato novo. Se a Líbia, até ontem, depois de 30 e tantos anos, parecia que estava tudo bem, obrigado. De repente, sem nenhuma religião atrás, nenhum líder, nenhum partido político, nenhum país estrangeiro que tivesse feito um esquema, de repente, quase que uma convulsão espontânea e acontece o que aconteceu. No Egito, a mesma coisa. O pai, 30 anos; o filho, já com 11 anos, de uma hora para outra acontece o que está acontecendo.

É interessante essa análise e esse debate, e até que ponto é a Internet, são esses meios de comunicação... O Obama realmente deu uma demonstração em nível mundial. O senhor, dez vezes mais do que eu, sabe que o Obama se candidatou a Presidente para fazer nome, para consolidar, fazer crescer, porque tinha dois anos de Senador da República, qual era a chance que ele podia ter. Ali a candidata democrata estava praticamente nomeada. No entanto, ele ganhou. E o método pelo qual ele ganhou é que foi importan-

te. Uma mocidade de milhões de jovens, que estavam completamente desinteressados, que há muito tempo nem participavam de campanha nem de votação, fizeram um movimento que foi crescendo, que foi crescendo. Ele recusou dinheiro público, dinheiro que não era na base das grandes importâncias, das grandes empresas, mas eram importâncias pequeninas dadas de modo espontâneo e, na verdade, já foi a eleição. Claro que de um lado estava um que dizem que era um dos maiores oradores dos últimos tempos que os Estados Unidos tiveram. Isso dever ter ajudado muito, mas eu faço uma ligação porque ali também aconteceu isso. E o senhor sabe mais do que eu: nos Estados Unidos, é interessante: as tais da primária existem. Mas já existem tanto no Partido Republicano como no Democrático os votos garantidos, os votos estáveis que são votos vitalícios que garantem o resultado. E esses votos diziam que Clinton estava eleita, porque esses votos eram todos dela. Os chefes de partidos estavam todos com ela. De repente, esse voto mudou porque o Obama acompanhou a mudança da sociedade.

Esse fato que está acontecendo lá me chama muito atenção, porque começou bem com a alegria da gente, mas pode terminar mal, porque a Líbia está numa situação dramática que nós não sabemos. Acho, com todo respeito, o Presidente da Líbia é uma figura que não digo que seja anormal, mas normal ele não é. Tem muitos vácuos na cabeça dele. Nós sabemos como começou, mas não se sabe como termina. E o Brasil, é muito interessante. Em primeiro lugar, digo a V. Ex^a o que sempre eu disse: o Itamaraty é um órgão que nos orgulha. A ditadura militar fez o que fez, mas não atingiu o Itamaraty. Inclusive foi na própria ditadura militar que o Brasil mais se aproximou da África, mais se aproximou do Terceiro Mundo. E tivemos relações enormes, dependência enorme do Brasil com relação aos Estados Unidos – o Cone Sul, Brasil e Chile, o Paraguai, Uruguai e Argentina, mas não foi com o Itamaraty que essas coisas foram feitas. Então, veio a Nova República e, desde o governo de V. Ex^a, Presidente, até hoje, o Itamaraty vem tendo uma linha de muita dignidade e respeito. No governo passado, houve, desde o início, uma espécie de duplo comando, quer dizer, o Ministro de fato e do coração do Presidente. Acho que o nosso Ministro Celso teve muita categoria. Alguns dizem de última categoria, mas o outro é que levou para o lado dele. Mas, na verdade, teve.

Mas como V. Ex^a me orientaria no sentido do que esperar daqui por diante? Acho importante o Brasil participar do Conselho de Segurança. Eu só não sou tão fanático. Eu preferiria a Unesco, um órgão de cultura, ou até o Banco Mundial. Porque ali nós sabemos que infelizmente há mudança no geral, sim. Está lá dentro

a Índia, ou países desenvolvidos que tirem isso de países que nem têm mais representatividade. A Inglaterra está lá porque está lá; a França está lá porque está lá. Mas como a França está lá e a Índia não está lá? Como o Brasil vai adiante nessa caminhada? Infelizmente, eu vejo que aquela história daquele presidente que, quando os russos pensaram entrar em Cuba com artefatos de guerra, ele disse: "Não, no nosso quintal ninguém mexe". Na verdade, eles nos consideram o seu quintal. Acho que o primeiro gesto, nestes últimos anos, foi um gesto com relação ao Brasil, foi o fato de o Obama vir ao Brasil antes de a Presidente ter ido lá. Veio e trouxe a família, a mulher, as filhas. Foi um gesto realmente importante. Mas a realidade é que a América Latina não significa muito para os americanos. É uma coisa para que nós nem ligamos, mas caiu o Muro de Berlim, o mundo festeja que tenha caído o Muro de Berlim, mas se ergueu o muro no México. Está lá um muro enorme, dividindo a miséria do México com relação ao americano, por causa, de um lado, da droga, mas de outro, porque eles não querem que os latino-americanos entrem. E, se deixar entrar, irá muita gente.

Outra coisa que vejo como um fator muito positivo: Brasil, Índia, China, Rússia e a África do Sul. Acho que é um fator novo que mexe. Não é nada, não é nada, há o tamanho territorial de um lado, a população do outro, e o próprio poderio da economia: a Índia crescendo como está crescendo; a China, nem se fala; a Rússia com um poderio atômico só inferior ao dos Estados Unidos. Acho que o Brasil entrou bem nessa caminhada, entrou bem nessa discussão.

Eu creio que a Presidente Dilma está sendo muito positiva. Para ser sincero, eu sou fã dela. Acho que a atuação dela vem sendo de destaque. Essa viagem à China, esses seis dias. Não sei, mas deve ser bem complicado esse negócio. Ainda mais ela, é muito engraçado ela estar caminhando ali com o Presidente chinês... Não sei, mas ela se saiu muito bem. E acho que a declaração dos países com relação aos direitos humanos foi muito positivo. É a primeira vez que a China assina um documento dessa natureza, reconhecendo a importância do significado...

Acho que nós temos um grande papel nesse sentido, e V. Ex^a tem uma posição realmente muito importante nesse sentido. Acho que esse diálogo, esse entendimento, nessa posição triste dos europeus, agora... Na verdade, não é fácil a situação deles, porque se eles deixarem abertas as portas, metade da Turquia vai para a Alemanha. Então, eles têm que ter um certo controle. Não podem é exagerar, mas ele têm que ter um certo controle.

Por outro lado, eu achei, por exemplo, magnífica a atuação da Maria do Rosário. Quando ela foi à Europa, o grande debate é de que ela iria falar e todo mundo iria cobrar dela a posição do Brasil em relação ao Irã, mostrando que a Presidente da República havia tomado uma posição diferente em relação ao Lula. Enquanto o Lula abraçava, ganhava título, chamava de meu amigo, ela votou contra, ou pelo menos se absteve. Falou a Ministra Hillary; não sei a opinião de V. Ex^a, mas acho que ela não foi feliz, não disse nada com nada. E aí estava o mundo inteiro olhando o que a Maria do Rosário iria dizer. E ela se saiu com muita categoria: "Direitos humanos no Brasil, nós defendemos a vida inteira. Defendemos sempre, não é de acordo com interesse, de acordo com a vontade. Não é conforme os americanos e europeus que, conforme o lado e o momento em que se encontram, estão do lado de lá, estão do lado de cá. Eu – disse ela – já estive do lado de lá, peguei cadeia, violência, quando os americanos fecharam a democracia no Brasil". E ela falou com tanta seriedade que foi tremendamente aplaudida.

Então, eu acho que temos um grande caminho pela frente. E acho que V. Ex^a, diplomata, com essa fisionomia, e com o nome de Patriota, com toda a sinceridade, tem uma grande missão pela frente.

Ao nosso Presidente. Acho que nesses dois anos, a nossa Comissão vai ter um papel diferente. Passei 25, 26 anos aqui sempre lamentando a inexistência desta nossa Comissão, pois, na verdade, ela não tinha significado nenhum. Votar ela votava os embaixadores; o Presidente mandasse quem mandasse, o embaixador era aprovado com a maior tranquilidade, porque ninguém tomava conhecimento. Discutir, debater, até houve um momento em que convidamos o chanceler para pedir para ele que, na véspera da reunião da Assembleia-Geral das Nações Unidas, ele mandasse alguém aqui para discutir com os que vão lá para sabermos o que vai ser tratado, o que vai ser discutido. Porque é piada, o cara vai lá para passear e não sabe o que eles estão falando, ele não tem nenhuma ideia do que está sendo discutido.

Mas não foi adiante. Absolutamente não foi adiante.

Eu acho que a posição da Comissão de Relações Exteriores dos Estados Unidos é a de grande comissão. O cidadão quando vai lá ele treme, porque é uma comissão importante.

No Brasil é diferente. Mas, cá entre nós, na posição mundial, a posição do Brasil com a posição dos Estados Unidos, é muito maior do que a nível local a nossa posição. A nossa Comissão é zero, pelo menos era zero, e a Comissão dos Estados Unidos é diferente.

Então, esse debate que está sendo feito e que vai ser feito, essa participação da Comissão, com toda a sinceridade, acho que podia ter uma via de duas mãos com V. Ex^a. E V. Ex^a pode usar a Comissão no sentido dos caminhos a serem percorridos, e podia nos facilitar no sentido daquilo que nós devemos fazer.

Acho que essa decisão, esse debate, essa ideia é da maior importância, mas depende muito de V. Ex^a colaborar conosco.

De resto, o meu carinho muito grande e a convicção de que V. Ex^a será um grande Patriota não apenas no nome, mas no seu trabalho também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ministro Antonio Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Olha, só posso agradecer muito as palavras tão afetuosas e dizer que, do que depender de mim e do Embaixador Ruy Nogueira, do Itamaraty, estaremos à disposição.

Como eu disse nas minhas palavras introdutórias, esta aqui será a primeira de muitas visitas e esperamos permanecer em contacto frequente.

Concordo inteiramente com o perfil que o Brasil tem hoje em dia, internacional. Mas é fundamental mantermos um diálogo com o Congresso, com a Comissão de Relações Exteriores, com a sociedade civil, com o meio acadêmico; e faço isso como um democrata convicto.

Só um esclarecimento sobre o meu sobrenome. O meu sobrenome é bastante comum em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, e ele data do século XIX, durante uma época de grande nacionalismo no Brasil. E foi grande, que surgiram sobrenomes como Brasil, Pernambuco, Patriota, Brasileiro...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Bastante comum no sentido de que há muita gente com o nome de Patriota, ou no sentido de que há muito patriota?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – No sentido de que há muita gente com o sobrenome Patriota. E acredito que muitos patriotas também...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pelo visto, mais patriotas do que no Rio Grande do Sul.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – (Risos.) No Sul do País, não há, a não ser os que tenham imigrado. Mas foi o mesmo fenômeno que se deu na origem do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Senador não foi feliz, porque não se brinca com a verdade.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Além disso...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É fato, há mais Patriota no Nordeste.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – O senhor comentou muito bem, que essa história na Líbia nós vimos como está e não sabemos como vai acabar. Aliás, na declaração de voto do Brasil, quando foi votada a Resolução nº 1973, havia uma mensagem um pouco nesse sentido.

Se os senhores me permitirem, à guisa de conclusão, eu ia fazer uma breve referência ao fato de que, nestes poucos meses em que estive à frente do Itamaraty, pude contar com a assessoria extremamente valiosa dos diplomatas, começando pelo Secretário-Geral, Ruy Nogueira, que está aqui conosco, dos subsecretários, demais chefias da Casa, mas também – e este era o ponto que eu queria mencionar –, até com heroísmo, de parte de funcionários diplomatas e funcionários administrativos que se encontraram em situações limite no mundo árabe, diante dessas sublevações todas, no Cairo, depois em Trípoli, na Côte d'Ivoire, e também no Japão recentemente, onde estive para visitar o nosso pessoal e a comunidade brasileira, em face de uma tragédia de proporções comparáveis ao fim da Segunda Guerra Mundial, segundo os próprios japoneses. E queria deixar o registro aqui do orgulho que tenho de ter podido contar com esse tipo de patriotismo e de assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro.

Pergunto ao Senador Pedro Simon se tem alguma consideração a fazer. (*Pausa.*)

Temos mais dois oradores inscritos, o Senador Cyro Miranda e o Senador Paulo Bauer. Nós temos também, em seguida, um almoço, e eu perguntaria a V. Ex^{as} se gostariam de conversar no almoço ou se gostariam as suas perguntas aqui mesmo, em plenário.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, serei breve. Embora saiba do adiantado da hora...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, quero parabenizar duplamente o Ministro, primeiro, pelo seu aniversário, uma estrada longa, bem pavimentada; haverá alguns quebra-molas, mas o senhor vai passar suavemente. Segundo, porque esta Casa tem recebido inúmeras sabatinas de embaixadores de altíssimo nível, por meritocracia. Ficamos muito contentes porque o Brasil, na sua Diplomacia, está sendo muito bem representado.

Ao meu Presidente que comanda esta Casa, obrigado pela oportunidade.

Vou fazer uma pergunta rápida, em relação à preocupação do Exm^o Senador Pedro Simon expressa em seu requerimento.

V. Ex^a poderia descrever a atuação do Ministério das Relações Exteriores quando há repatriação de nacionais nas áreas de conflito? Há brasileiros entre os refugiados de guerra na região? Caso haja, que medidas assistenciais e humanitárias têm sido adotadas para resguardar sua integridade?

Uma outra pergunta seria: uma recente resolução da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, alardeando suposto desrespeito no Brasil aos direitos dos povos indígenas, foi prontamente rechaçada pelo Governo brasileiro, mediante o Ministro das Relações Exteriores. Não obstante, tal episódio remete-nos à questão de respeito aos direitos humanos do Brasil. Nesse passo, pergunto: como o Brasil tem atuado dentro do Conselho de Direitos Humanos da ONU no sentido de promover e incentivar observação dessas garantias no cenário mundial? O País tem cumprido a sua parte? Isto é, seguido as recomendações emanadas daquele órgão?

Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem a palavra o Senador Paulo Bauer. E o Ministro Patriota responderá em conjunto.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Presidente, quero contribuir com a brevidade e quero fazer apenas uma indagação ao Sr. Ministro, a quem cumprimento pelo aniversário.

No período do Governo do Presidente Lula, foram instaladas 95 missões diplomáticas permanentes em todo o mundo, pelo Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Menos? A informação que eu recolhi é de que foram em torno de 95.

Quase a metade delas é não cumulativa e pelo menos um quarto delas está no mundo islâmico, naquela região do Planeta.

É natural que o Brasil hoje seja um grande ator comercial no mundo. Isso se deve, inclusive, à ação do próprio Itamaraty, que contribuiu muito que assim acontecesse quando iniciou ações nessa área, principalmente na área árabe, na área islâmica.

Sabemos que o esforço é muito grande para manter toda essa equipe diplomática, mas é preciso fazer uma observação: eu tenho anotado aqui, por exemplo, que, no Turcomenistão, a nossa atividade comercial, a relação comercial decresceu 24% nesse período de oito anos. No Cazaquistão, 63% de decréscimo. No Azerbaijão, 59% de decréscimo. E poderíamos falar de Serra Leoa, do Sultanato de Omã, de Burkina-Faso e de outros mais, onde houve decréscimo.

A pergunta é: se há um trabalho no Itamaraty no sentido de se criar essas representações, essa ação

diplomática nesses países, essas missões permanentes, e há um decréscimo na atividade econômica entre o Brasil e aquele país, desfavorável ao Brasil, devemos raciocinar que é adequada a continuidade desse processo de criação dessas representações, ou deveríamos rever as já criadas?

Claro que o Brasil é um país parceiro, queremos ter boas relações com o mundo, etc., etc., mas, no fim, naturalmente poderíamos pensar assim: qual é a razão efetivamente de criarmos essas representações em tantos lugares novos, se, comprovadamente, em muitos lugares, principalmente na área islâmica, há essa queda na atividade econômica?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ministro Antonio Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – As perguntas são muito abrangentes e levariam um longo tempo para serem respondidas em profundidade; de modo que, com a benevolência dos senhores, vou me limitar a alguns comentários breves, até porque temos o nosso almoço muito em breve.

Eu falei um pouquinho da situação dos brasileiros no mundo árabe no começo da exposição. Os que quiseram ser repatriados em zonas de conflito nós encontramos caminhos para voltarem ao Brasil. Agora temos um pouco um desafio na Síria, onde há uma comunidade grande de binacionais – eles têm dupla nacionalidade na maioria das vezes; são pessoas de classe média, de posses, que não dependerão necessariamente de um apoio do Governo se quiserem sair do país, mas são muito integrados também, de modo que não antecipamos uma dificuldade especial. Estamos muito atentos a todas as situações e, à medida que surgirem emergências, trabalharemos, obviamente, para tentar resolvê-las.

O senhor mencionou também as sabatinas. Fico muito feliz com o comentário de que são de alto nível. Eu tenho dois aqui que vão ser sabatinados, o Embaixador Luis Fernando Serra, e estava aqui antes também o Embaixador Renato Marques; um vai para Cingapura e outro, para a Bielorrússia. Esse é um trabalho que nos aproxima e que, na medida em que seja também valorizado aqui pelos Srs. Senadores, dá-me muita satisfação saber.

Quanto ao Conselho Interamericano de Direitos Humanos, efetivamente preparamos uma resposta à comunicação que recebemos, demonstrando essencialmente que não há causa para aquelas manifestações, porque no Brasil já cumprimos com os quatro temas que eles levantaram: audiências públicas fazem parte da nossa legislação, levando em consideração a opinião dos povos indígenas, as considerações ambientais; não há povos indígenas em isolamento na área da usina de

Belo Monte; a questão da saúde também está sendo tratada com toda a seriedade. Enfim, a essência da resposta é para dizer: não há objeto nessa colocação que está sendo feita ao Brasil, e aqui estão as razões por que não existem. De modo que isso seja cuidadosamente examinado pelos membros da Comissão.

Política no Conselho de Direitos Humanos seria tema para uma manhã inteira. Entre as poucas coisas que considero essenciais, em primeiro lugar, é aplicar internamente, quer dizer, cuidar da situação de direitos humanos no Brasil. Em relação a isso, a Presidenta Dilma Rousseff tem sido muito firme em dizer que ela quer, em primeiro lugar, liderar o exemplo. Claro, temos nossas insuficiências, mas temos também uma atitude de abertura, de transparência e de disposição ao debate sobre essas insuficiências e até mesmo uma coisa que é um convite aberto a todos os relatores temáticos do Conselho de Direitos Humanos para que visitem o Brasil, façam suas recomendações.

Grande parte delas ou já estão tentando ser implementadas, ou poderão ser implementadas. Se alguma não for razoável, for considerada injustificável, também isso será debatido de maneira aberta e transparente.

Agora, um aspecto muito importante da nossa atuação é que o debate sobre os direitos humanos é muito frequentemente contaminado por uma polarização norte-sul. Como se os países altamente desenvolvidos já tivessem obtido o grau de excelência e não precisassem fazer ajustes, e tivessem toda a sabedoria acumulada para ensinar o que os menos desenvolvidos devem fazer. Acho que essa percepção é muito equivocada, porque, se olharmos para a história da humanidade, talvez os piores abusos, a destruição e a violência em maior escala tenha sido cometidos por países altamente desenvolvidos. Não preciso evocar aqui nenhum exemplo, acho que todos nós sabemos exatamente a que me refiro.

De modo que a vigilância é necessária em todos os expertos dos graus de desenvolvimento das regiões do mundo. E é muito isto o que defendemos no Conselho de Direitos Humanos: que todos se submetam a um exame e que compartilhem as práticas, o que está dando certo, o que não está, e concordem em examinar e avaliar as suas próprias situações.

Em relação à abertura de embaixadas, o número é menor, mais ou menos a metade. Se acrescermos consulados e missões permanentes talvez cheguemos em cinquenta mais ou menos.

Poderá haver casos individuais em que o comércio diminuiu: Cazaquistão, Turcomenistão, Azerbaijão, isso em função da nossa autossuficiência energética. Eles são grandes exportadores de petróleo, de gás. Nós, hoje em dia, não precisamos importar esses produtos.

Outro aspecto poderá ter sido a crise econômica de 2008. Muitos países passaram por uma crise violenta, inclusive na África, Burkina-Faso pode ser um exemplo disso também.

Agora, temos que consideram, em primeiro lugar, a reciprocidade. Quem abre embaixada aqui no Brasil, em princípio, consideramos que está investindo no relacionamento conosco, e procuramos abrir naquele capital também. Existe o aspecto bilateral do relacionamento, mas também existe o aspecto multilateral. Quanto maior a interlocução do Brasil em termos mais globais, mais conseguiremos avançar causas que são importantes para o Brasil, seja em direitos humanos, seja em paz e segurança, seja na questão ambiental, nos fóruns das Nações Unidas que cuidam desses temas, porque teremos como dialogar diretamente com essas capitais e, cumulativamente, às vezes, com países menores, até onde não se justificaria abrir uma embaixada, mas através dessa rede de postos cumulativos que estamos estabelecendo.

Finalmente, se examinarmos países do porte do Brasil, esses polos emergentes, outros que já emergiram, consolidados, a verdade é que estamos na média do número de embaixadas para países que têm interesses globais e uma atuação internacional ativa, multifacetada e propositiva em diferentes campos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pergunto ao Senador Cyro e ao Senador Paulo Bauer se estão satisfeitos.

Muito obrigado.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

Antes de encerrarmos nossa reunião, gostaria de comunicar aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que, ontem, a Presidenta Dilma Rousseff criou a Comissão Permanente de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

A ideia é fazer o PAC das fronteiras, ou seja, como o Governo não tem condições de levantar mais recursos além daqueles já disponíveis para o PAC, de modo geral, a proposta será canalizar os investimentos já existentes para essas áreas.

Dou conhecimento às Sr^{as} e aos Srs. Senadores da criação dessa comissão permanente porque ela estará subordinada ao Ministério da Integração Nacional, e eu acredito que é fundamental que o Ministério das Relações Exteriores esteja também participando desse processo, já que se trata de fronteira, um tema e um assunto constante da preocupação das Sr^{as} e dos Srs. Membros da Comissão de Relações Exteriores.

Deixo aqui apenas como uma lembrança para o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota,

mas, na próxima reunião ordinária nossa, que se realizará amanhã, trataremos dessa questão, que submeterei aos Srs. Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Há também uma solicitação, Sr^{as} e Srs. Senadores, do Senador Eduardo Suplicy, que recebeu uma convocação de última hora para se ausentar do País.

Naturalmente, como todos os Srs. Senadores sabem, foi aqui aprovado um ato normativo que especifica e determina que todas essas solicitações cheguem com antecedência de 48 horas das reuniões; porém, este é um caso que me parece mereça ser abordado como uma exceção.

Assim, eu colocaria à deliberação do Plenário se podemos ler esse requerimento de solicitação de viagem do Senador Eduardo Suplicy hoje para podermos deliberar amanhã na nossa reunião ordinária. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, passo a ler o requerimento.

REQUERIMENTO Nº 438, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 13 e do art. 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, entre os dias 03 e 06 de maio de 2011, quando participará de colóquio sobre o tem “Unidos na diversidade, solidários na adversidade”, em Lisboa, Portugal, a convite do Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como do Fórum de Lusofonia, no âmbito da III Bienal de Culturas Lusófonas, a convite da Câmara Municipal de Odivelas, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, deste Regimento Interno, que se ausentará do País no citado período.

Está lido o requerimento. E pediria então que, de acordo com a deliberação do plenário, fosse colocado amanhã para deliberação dos Srs. Senadores na nossa reunião ordinária.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Antes de encerrar esta reunião, gostaria de agradecer, mais uma vez, ao nosso Ministro Antonio Patriota por ter aceito o convite formulado por esta Comissão, baseado no requerimento apresentado pelo Senador Pedro Simon, e dizer-lhe, Ministro Antonio Patriota, que todos nós, pelo que me foi dado perceber, ficamos muito satisfeitos com a qualidade da sua exposição e também com a sintonia que está existindo entre a condução da política externa e o que pensa aqui a quase unanimidade dos Srs. Membros da Comissão de Relações Exteriores.

Como disse o Senador Pedro Simon há poucos instantes, é muito importante que haja essa maior interação entre o Itamaraty e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, a fim de que nós possamos colaborar, de alguma forma, não somente na formulação da política externa, mas também na colocação de alguns pontos que nós, aqui e acolá, julguemos importantes fazer chegar ao Itamaraty e fazer chegar ao Governo brasileiro para que sejam devidamente analisados.

Até o presente momento, nesses primeiros meses de governo da Presidenta Dilma Rousseff e de V. Ex^a como Ministro das Relações Exteriores, nós temos verificado que há uma coincidência, seja com a abstenção dada no Conselho de Segurança, seja com o pedido de cessar fogo na Líbia, enfim, seja com a ação que vem sendo tomada na defesa dos nacionais que estão vivendo nessas regiões conflagradas. E também – não foi aqui colocado antes, mas V. Ex^a lembrou muito bem – a ação que teve o Itamaraty junto aos brasileiros residentes em Tóquio e que foram duramente vitimados por aquela hecatombe ocorrida no mês passado.

Enfim, essa sintonia e esse entrosamento é que nós esperamos, todos nós aqui, com muita sinceridade, estabelecer em relação ao Itamaraty na condução da política externa brasileira, cumprimentando, mais uma vez, V. Ex^a pela qualidade, pela profundidade da exposição com que V. Ex^a nos brindou.

Muito obrigado ao Sr. Ministro Antonio Patriota.

Convoco a todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras para que, amanhã, na nossa próxima reunião ordinária, estejamos aqui presentes, dia 28 de abril, às 10 horas, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e dezessete minutos do dia quatorze de abril de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora

e dos Senhores Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, José Pimentel, Marcelo Crivela, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e João Vicente Claudino**. Compareceu ainda o Senador não-membro **Álvaro Dias**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 7ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para conhecimento: Ofício nº 043/2011, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson José Hübner Moreira, encaminhando cópia em meio magnético do relatório de gestão da prestação de contas ordinária anual 2010 da ANEEL. A Presidente convida o Senhor Cláudio Passos Simão para tomar assento à Mesa. Em seguida, dá-se início à deliberação da Pauta. **ITEM ÚNICO – MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2011**, de autoria da Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor Cláudio Passos Simão, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.*” Usam da palavra os Senadores **Álvaro Dias, Ricardo Ferraço e Blairo Maggi**. A Presidente concede a palavra ao Senhor Cláudio Passos Simão para fazer a sua exposição. A Presidente concede a palavra aos Senadores Walter Pinheiro, Vital do Rêgo, Álvaro Dias, Marcelo Crivella, Blairo Maggi e Vanessa Grazziotin. A Presidente coloca o **ITEM 1 – EXTRA-PAUTA** em votação: Requerimento nº 15, de 2011 – CI, de autoria do Senador Cyro Miranda que “Venho requerer a V. Ex^a, nos termos do art. 279, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão da Mensagem reconduzindo Cláudio Passos Simão ao cargo de Diretor da ANAC, até que o Ministério Público conclua as investigações em curso”. Usam da palavra para encaminhamento da votação os Senadores Vital do Rêgo e Álvaro Dias. A matéria foi Rejeitada por 12 votos Não e 2 Sim, com votos contrários dos Senadores Cyro Miranda e Aloysio Nunes Ferreira. Usam da palavra para questionamentos ao indicado os Senadores **Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Álvaro Dias, Francisco Dornelles, Vicentinho Alves, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Walter**

Pinheiro, Acir Gurgacz, Pedro Taques, Casildo Maldaner e Blairo Maggi. A Presidente inicia o processo de votação, chamando nominalmente os Senadores para exercerem o direito ao voto. A Presidente convida os Senadores Marcelo Crivella e Vital do Rêgo para serem os escrutinadores. A seguir, a Presidente proclama o resultado, sendo a matéria Aprovada a indicação do Senhor Cláudio Passos Simão para Diretor da ANAC por 12 votos Sim, 1 Não e 1 Abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do Ofício nº 43, de 2011, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson José Moreira, encaminhando cópia, em meio magnético, do Relatório da Gestão de Prestação de Contas Ordinárias Anual (2010), da Aneel.

O referido documento está à disposição dos senhores membros na Secretaria da Comissão.

Passemos agora à pauta.

Convido o Sr. Cláudio Passos Simão para que tome assento à Mesa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu creio que esta sabatina é inoportuna neste momento. Nós deveríamos adiá-la e aguardar o pronunciamento do Ministério Público. É do conhecimento público que há investigação em relação a denúncias que envolvem o Sr. Cláudio Passos Simão, o sabatinado do dia de hoje.

Assim, para evitar que nós possamos ter aqui uma sabatina nervosa, tensa, eu sugiro a V. Exª que adie este evento até que o Ministério Público possa se pronunciar a respeito dessas denúncias.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sr. Senador Álvaro Dias, eu solicitaria a V. Exª que formalizasse o requerimento. Em seguida, eu o colocaria em votação, não sem antes passar a palavra ao Sr. Cláudio Passos para que ele faça a suas observações a respeito dos fatos que foram aqui colocados...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu pediria, então, o adiamento até que cheguem os colegas Senadores, uma vez que nós estamos apenas em dois – eu e o Senador Ricardo Ferraço – além de V. Exª, é claro. Creio, pois, que seria importante que os Senadores pudessem ouvir a exposição do Sr. Cláudio Passos para, depois, fazer o questionamento e, eventualmente, votar “sim” ou “não”, se nós insistirmos em realizar esta reunião.

Eu acho um absurdo o governo encaminhar um nome para apreciação do Senado Federal nessas circunstâncias. Se tivermos que deliberar a respeito, temos que ouvi-lo e temos que oferecer a oportunidade a todos que o ouçam.

Não estamos fazendo nenhum julgamento do Sr. Cláudio. Eu não o conheço. Estou aqui apenas cumprindo o meu dever. A nossa obrigação no Senado Federal não é cumprir uma formalidade apenas: o governo indica, nós ouvimos, fazemos de conta que estamos questionando e depois aprovamos. Mas, nessas circunstâncias, é demais! Isso depõe contra o governo, contra o conceito do governo e depõe contra a imagem do Senado federal.

Nós não podemos avaliar cegamente indicações dessa natureza. Aqueles que se submetem a uma sabatina devem estar conscientes de que podem se submeter a toda sorte de questionamentos sem receio das consequências. Ocorre que, neste caso, há dúvidas, há o que se questionar, há denúncias na grande imprensa do País, há um procedimento adotado pelo Ministério Público. Assim, penso que deveríamos aguardar. Essa, a nossa posição.

Não creio que seja papel do Senador da base aliada simplesmente avaliar sempre as indicações que vêm do governo. Até no sentido de colaborar com o próprio governo, de apoiar a Presidente e a sua equipe, deve, a meu ver, o Parlamentar situacionista impedir que fatos dessa natureza ocorram.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias, eu entendo as razões de V. Exª. Estamos aguardando, embora já tenhamos a frequência exigida pelo Regimento assinada pelos Srs. Senadores, atendendo a solicitação de V. Exª, nós vamos aguardar um maior número de Senadores, para que a gente possa iniciar a fala do Sr. Cláudio Passos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Consulto S. Exª e admito que não tive oportunidade, nos últimos dias, de me debruçar sobre esse tema que relata o Senador Alvaro Dias. Estou surpreso em saber que estaremos julgando uma indicação para um órgão dessa importância, e o indicado, que também não conheço, está *sub judice*, sob inquérito, sob investigação do Ministério Público Federal. E não me sinto à vontade também para fazê-lo. Precisaríamos, então, de um esclarecimento desse fato em si, para que nós pudéssemos prosseguir na questão de mérito, porque há uma premissa. Há uma premissa colocada e me parece que essa premissa precisa ser devidamente esclarecida para o conjunto dos Srs. Senadores. Pelo menos esse é o meu juízo de valor.

Então indago S. Exª sobre que denúncias são essas, que questionamentos são esses, que investigações são essas que o Ministério Público está fazendo para que eu possa, em seguida, exercer, no mérito, a minha intervenção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Eu agradeço a intervenção de V. Exª e passarei ao Relator Blairo Maggi, para que ele possa oferecer algumas informações aos Srs. Senadores.

E eu gostaria também de dizer, Senador Ferraço, que, após a intervenção do Senador Blairo, nós ouviremos o Sr. Cláudio Passos, para que a gente possa formar um juízo de valor a respeito das colocações feitas aqui.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a nossa Presidente, a Senadora Lúcia Vânia, demais Colegas aqui presentes.

Esse é um assunto que nós já deveríamos ter liquidado há uns quinze dias mais ou menos, mas, em função de agenda, acabamos transferindo e chegamos hoje para fazer a arguição.

É claro que, quanto mais o tempo passa, mais vão se organizando aqueles que são contrários a uma indicação. E a gente tem de entender que, dentro desses órgãos de Governo, principalmente numa recondução como essa, há gente a favor e há gente contra. Isso, em todos os lugares, é assim.

Como chegaram ao meu conhecimento e ao conhecimento da Presidente Lúcia Vânia alguns comentários, aos quais o Senador Alvaro Dias está se referindo agora, neste momento, eu tomei o cuidado de chamar o Sr. Passos aqui para conversar com ele e relatei todas as eu não diria denúncias, mas os comentários que estão sendo feitos a respeito de algumas matérias. Ele deu todas as explicações necessárias a

mim, por escrito inclusive. Eu encaminhei a todos os Senadores desta Comissão uma cópia dos esclarecimentos do Sr. Passos. E, não satisfeito com isso, ou pelo menos para trazer aqui aos Colegas Senadores e Senadores uma questão mais tranquila, eu pedi também uma nota técnica da Advocacia do Senado Federal, que me entregou na tarde de ontem, sobre esses pontos aqui levantados: sobre as questões de denúncia do Ministério Público, sobre isso, sobre aquilo.

Na realidade, eu posso até ler a nota. Acho que vou ler a nota, para tranquilizar os Colegas. A nossa assessoria técnica aqui do Senado não encontrou absolutamente nada e fez levantamentos, procedeu aos levantamentos junto aos órgãos federais, como, por exemplo – deixe-me pegar aqui –, junto ao TRF, o correspondente aqui da Região, da 3ª.

Não há absolutamente nada contra o Sr. Passos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Permite-me um aparte? A notícia diz o seguinte: “o inquérito civil público da Procuradoria da República em São José dos Campos, interior de São Paulo, investiga, há cerca de um ano, os atos do ex-Presidente da agência Nacional de Aviação – Anac, Cláudio Passos Simão, desde quando era gerente as instituição. Portanto, está na Procuradoria da República, em São José dos Campos, interior de São Paulo, há um ano o inquérito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – A nossa consultoria levantou também e, segundo informou, não passam de notícias que estão circulando. Vou proceder à leitura do relatório, porque acho que é importante para que todos tenham a mesma informação.

Nota técnica da Advocacia do Senado Federal.

O gabinete do Senador Blairo Maggi encaminhou Ofício nº 65/20011 pelo qual solicita a elaboração de nota técnica em face dos documentos encaminhados pelo Sr. Cláudio Passos Simão, indicado para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, Anac. Como expressamente mencionado no Ofício nº 65, de 2011, os documentos foram encaminhados ao Senador relator da mensagem, da indicação a título de defesa do indicado em razão das denúncias veiculadas pela imprensa. As matérias publicadas fazem menção a um inquérito civil público da Procuradoria da República de São José dos Campos, São Paulo, que teria por objeto investigar os atos do indicado desde quando ele era gerente geral de certificação dos produtos aeronáuticos da Anac.

De acordo com as matérias, o Ministério Público suspeitaria da legalidade da contratação pela Anac da Organização Brasileira para Desenvolvimento da Certificação Aeronáutica (DCA-BR), contratação essa proposta pelo indicado quando chefiava o setor de certificação de produtos aeronáuticos. Contudo, realizada

pesquisa pelo nome do indicado, no *site* do Tribunal Regional Federal da 3ª Região de São Paulo e Mato Grosso do Sul, assim como *site* do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que engloba o Distrito Federal, constatou-se que não consta nenhuma ação distribuída contra o indicado em decorrência dessa investigação. Nem mesmo no *site* eletrônico da Procuradoria da República em São Paulo se logrou encontrar nem o referido inquérito civil, nem qualquer outro procedimento instaurado contra o indicado.

Junto ao *site* do tribunal de Contas da União, o TCU, a pesquisa eletrônica não trouxe nenhum procedimento contra o indicado ao cargo de diretor-geral. Por outro lado, pela leitura da própria matéria publicada na revista *Época*, nota-se que o juízo do órgão do Ministério Público ainda é muito preliminar: encontra-se ainda no campo das possíveis investigações, sem nenhuma convicção formada, longe, portanto, da individualização e de eventuais responsabilidades.

Quanto aos fatos, verifica-se que o DCA-BR encontra-se registrado como organização social civil de interesse público, portanto, uma Oscip, não tendo fins lucrativos. Por isso, foi contratada sem licitação em 2007 para ser certificadora oficial da agência reguladora por um prazo de cinco anos, entre o ano de 2007 e 2012, ajuste esse firmado mediante termo de parceria com prazo de vigência de 60 meses e repasses previstos, totalizando 42 milhões, 468 mil e 428 reais. O indicado era gerente de certificação de produtos aeronáuticos em dezembro de 2008, quando propôs à Anac a contratação da DCA-BR, como certificadora de produtos aeronáuticos.

De acordo com as informações prestadas pela Anac, encaminhadas pelo indicado, o objeto desse ajuste teve a finalidade de execução de atividades e projetos de suporte de indústria aeronáutica brasileira nas seguintes áreas: programas de treinamento específico para novos servidores; programas de treinamentos continuados para todos os servidores, consultoria técnica em certificação aeronáutica, assessoria técnica em programas específicos de PD.

Nas informações prestadas pela Anac à Procuradoria da República em São José dos Campos, São Paulo, foram abordados os seguintes pontos:

A qualificação da pessoa jurídica sem fins lucrativos como Oscip é competência do Ministério da Justiça, conforme a Lei 9.790. Os resultados atingidos com a execução do termo de parceria são avaliados por comissão de avaliação, submetendo-se, inclusive, à auditoria independente. A celebração de ajustes foi procedida de consulta ao Conselho de Políticas Públicas ao Conac.

O processo de seleção da Oscip é discriminatório ao gestor. Aplica ao termo da parceria que possui regulamentação da Lei 9.790 e o Decreto 3.100, de 99. O indicado apresenta considerações em sua defesa em que aduz que o termo de parceria decorreu da necessidade de disseminar e incentivar um conhecimento técnico específico que é importante para a aviação civil brasileira.

Que o processo, as decisões tomadas pela Anac observam a legislação pertinente, contudo, inclusive, com a autorização específica do Conselho de Aviação Civil. Que o acompanhamento, a fiscalização e o cumprimento das obrigações nos termos da parceria são executados no âmbito da Anac por uma comissão de avaliação da Superintendência da Administração e Finanças pela auditoria. Afirma. Com respeito estrito às normas internas aplicáveis, sem que tenha sido apontada qualquer irregularidade pelos órgãos de controle, a auditoria da Anac, Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, Tribunal de Contas da União e nem pela Procuradoria-Geral de São Paulo. O fato de o indicado em 17 de março de 2008 ter sido nomeado para o cargo de comissão Assessor Técnico da Diretoria e Operações de Aeronaves por um ato do chefe de seu gabinete da presidência da Anac foi bem apreciado no parecer 122/2011 da Procuradoria Federal junto à Anac, que aduz que a matéria encontra-se fundamentada na Lei 9.784, de 99, pois a delegação somente é vedada para adição de ato normativo para a decisão em recurso administrativo ou competência exclusiva do Diretor-Presidente da Anac.

Além disso, a ampliação de delegação atendeu à necessidade de se promover o princípio da continuidade administrativa.

Pelas análises dos fatos suscitados pela leitura das cópias e documentos juntados aos autos apreciados aqui sob aspectos eminentemente técnico-jurídicos, conclui-se no sentido de nada existir de concreto contra o indicado na esfera judicial que impeça a apreciação do nome do indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, Anac, ou que, de antemão, recomende a não deliberação sobre seu nome.

Portanto, Srs. e Sras Senadores, também estou aqui com as cópias dos requerimentos que foram feitos aos tribunais, as consultas, aliás.

Portanto, Srª Presidente, eu mantenho a minha aprovação pelo nome do indicado, a minha recomendação, o relatório é pela aprovação. Tenho aqui comigo, como já disse, repassei aos Srs. Senadores e Sras Senadoras desta Comissão as cópias das respostas do Sr. Cláudio Passos sobre as pseudo denúncias que há contra ele.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Após ouvirmos o Dr. Cláudio Passos, nós colocaremos em votação o requerimento do Senador Cyro Miranda solicitando a suspensão desta votação.

Com a palavra o Dr. Cláudio Passos.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia Presidente da Comissão de Infraestrutura, Exmº Sr. Senador e Relator Baliro Maggi, vice-presidente da comissão, Exmºs Srªs e Srs. Senadores, e demais autoridades aqui presentes, Srªs e Srs. bom dia, é para mim uma distinção retornar a esta Casa na condição de indicado para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, onde trabalho desde a sua instalação, em março de 2006, e como diretor a partir de outubro de 2008. Toda minha vida profissional, inicialmente como militar do quadro de engenheiro da Aeronáutica, formado pelo ITA e depois como servidor civil comissionado foi dedicada ao serviço público e em especial a atividades relacionadas a segurança operacional da Aviação Civil Brasileira.

Não obstante, toda a experiência profissional adquirida aprendi muito nos últimos três anos na Anac, os quais foram, totalmente, dedicados a trabalhos e projetos nas áreas de aeronavegabilidade e operações aéreas, conjuntamente com a diretoria colegiada, nomeada no início de 2008.

Somos um País de dimensões continentais e que desde cedo demonstrou sua vocação aviatório, tendo tal aspecto contribuído fundamentalmente para a integração do vasto território...

A SRª LUCIA VÂNIA (Bloco/PSDB–GO) – Pediria silêncio, para que a gente possa ouvir as explicações e o currículo do Sr. Cláudio Passos.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Somos um País de dimensões continentais e que desde cedo demonstrou sua vocação aviatório, tendo tal aspecto contribuído fundamentalmente para a integração do vasto território e para construção de uma aviação civil brasileira, que é referência mundial, hoje, em projeto e fabricação de aeronaves, aviação geral, aviação executiva, transporte aéreo, serviços especializados e outros.

Como parte de todo esse processo evolutivo o Governo brasileiro instalou em 2006 uma agência reguladora destinada a regular e a fiscalizar a aviação civil brasileira. A esta autarquia foram atribuídas não só as atividades relativas a segurança operacional e a segurança dos atos quanto interferência ilícita, mas também a regulação dos aspectos econômicos e dos direitos dos passageiros.

Desde então tenho por objetivo trabalhar, incessantemente no estabelecimento de um modelo de autarquia capaz de absorver, substituir e modernizar

as funções das antigas organizações do comando da Aeronáutica que compunham o sistema de aviação civil, construir uma agência reguladora ágil e eficiente, buscar de forma perene elevar os padrões de qualidade dos serviços das agências e, principalmente, os níveis de segurança operacional da Aviação Civil Brasileira. Nesse sentido tornou-se imperativo otimizar processos e desenvolver sistemas capazes de certificar, supervisionar e fiscalizar operações de cerca de 3.500 aeródromos, 13.500 aeronaves certificadas, envolvendo, aproximadamente, 38 mil profissionais da aviação distribuídos por cerca de 1.100 empresas dentre empresas de transporte aéreo, de táxi aéreo, oficinas de manutenção, fabricantes de aeronaves e outros produtos, escolas, aeroclubes e outras instituições co-relacionadas.

A partir de 2008 começamos a migrar de um modelo de serviços e fiscalização presenciais e de rotinas de trabalhos informais para uso intensivo de tecnologia da informação, obtendo maior interação com os regulados e abrangendo serviços digitais nas áreas de aeroportos, aeronaves, aeronavegantes e empresas.

Transissionamos de uma estrutura vertical e hierárquica, característica de organizações militares para uma estrutura horizontal, orientada para resultados e com metodologia de trabalho formalmente hierárquica, característica de organizações militares para uma estrutura horizontal orientada para resultados e com metodologia de trabalho formalmente definida, dando partida a processos de certificação e fiscalização mais sistemáticos, abrangentes e integrados. Concomitantemente com a atualização do marco regulatório aplicável à aviação civil, a implementação desse modelo tem exigido uma gradual transformação de mentalidade e cultura organizacionais, bem como a necessidade de adaptação a novos procedimentos, nem sempre bem aceitos e compreendidos, pois, invariavelmente, são analisados sob a ótica das antigas rotinas. Nesse sentido, optou-se por desenvolver processos robustos e padronizados, menos suscetíveis a fatores subjetivos. Hoje, um cidadão brasileiro que queira acompanhar o processo de aprovação de aeródromos privados, fazer uma reserva de marcas de nacionalidade, agendar uma vistoria técnica de uma aeronave, verificar o processo de andamento no registro aeronáutico, agendar e acompanhar pedidos relativos a processos de emissão de licenças e habilitações, de exames teóricos, de exames de licenças provisórias, da emissão de licenças provisórias para a aprovação em vôos de *check* ou mesmo fazer uma reclamação na condição de passageiro, encontra esses e outros serviços *on line* no portal da ANAC, na Internet, acessível em sua casa e no escritório por meio de seu computador, sem que

haja necessidade de se deslocar a qualquer cidade ou qualquer unidade em que a agência exista. Ainda em 2010, a impressão das licenças passou a ser realizada pela Casa da Moeda do Brasil, o que permitiu maior segurança para a agência e para o cidadão, além do conforto para o mesmo receber o documento em sua residência. Alguns indicadores de gestão que serão apresentados a seguir demonstram o crescimento constante da aviação civil brasileira: o número de aeronaves, o número de licenças emitidas, o número de certificações, o número de avaliações e qualificações. Melhorias na eficiência, produtividade e no tempo de atendimento têm sido progressivamente obtidas, como, por exemplo, a emissão dos certificados de aeronavegabilidade pelo registro aeronáutico, cujo tempo médio reduziu de 25 dias para em torno dos 7 dias atuais. A redução foi fruto da informatização de todo o processo de emissão de certificados, usando como ferramenta básica a Internet, conforme pode ser visualizado no número de e-mails tratados pela área. Hoje, todo o processo de reserva de marcas é feito pela Internet, processo antes manual, só executado no Rio de Janeiro por meio de despachantes, totalmente dependente de despachantes, anteriormente. Também decorrente da informatização de todo o processo, houve aumento no número de vistoria das aeronaves, com redução nos dias entre atendimento e a realização da vistoria. Na construção amadora, apesar do aumento no número de processos, houve uma sensível redução no prazo de análise e aprovação. Também na análise dos processos de modificações em aeronaves houve sensível melhora, o que ocasionou o aumento do número de processos recebidos e analisados. Na área de fiscalização, uma das atribuições essenciais da ANAC, vários processos foram informatizados, permitindo um sensível incremento no número de fiscalizações realizados em todas as áreas, inclusive a de operações, como apresentado. Foi igualmente desenvolvido e operacionalizado um processo inteligente e integrado, elaborado a partir de informações coletadas de sistemas não só da ANAC, mas também do Comando da Aeronáutica, o sistema de fiscalização Decolagem Certa, DCERTA, implementado ao longo de em 2010, que cruza em tempo real informações das aeronaves e tripulação que deseja operar no sistema aéreo brasileiro com as bases de dados de certificação de aeronaves e aeronavegantes, identificando possíveis não conformidades e autuando os infratores, bem como orientando planejamento de ações de fiscalização. Dificilmente ações individuais de fiscalização teriam números tipo 65.000 verificações feitas ao longo de um único mês.

No intuito de controlar e fiscalizar aeronaves privadas estrangeiras que desejam ingressar no espa-

ço aéreo nacional, temporária ou definitivamente, no caso de nacionalização foi desenvolvido um sistema de autorização de sobrevôo totalmente informatizado, que agiliza os processos da emissão de autorização de sobrevôo no Brasil e orientações conjuntas de controle e fiscalização entre as autoridades aeronáuticas, policiais e fazendárias.

Também visando a alavancar ações conjuntas de fiscalização, a ANAC celebrou recentemente convênios e acordos de cooperação mútua com a Receita Federal e com a Polícia Federal do Brasil.

Com tais medidas, temos observado uma redução progressiva nos indicadores de vôos realizados com discrepância no espaço aéreo brasileiro e a consequente redução em cerca de 21% no índice geral, ponderados de acidentes da aviação civil brasileira nos últimos três anos, quando comparado ao total horas voadas brasileiros, correlacionados com o combustível consumido.

E também não podemos deixar de ressaltar que nesse período, os últimos três anos, também tivemos duas auditorias internacionais, nas quais a ANAC logrou acima de 85% de cumprimento, chegando ao nível da autoridade americana a 100% de cumprimento com todos os requisitos de segurança exigidos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, enfatizo que esta exposição não tem absolutamente a intenção de ressaltar realizações de minha área de atuação no primeiro mandato, como diretor de aeronavegabilidade da Agência, pois elas sempre abrangem o trabalho harmônico e construtivo de diversas áreas da ANAC, mas sim prestar contas e apresentar à Casa os principais desafios e alguns indicadores do dia a dia da ANAC. Não é, absolutamente, um processo concluído, muito resta ainda a realizar, muitos desafios existem ainda a superar e tenho nítida consciência disso.

Nesse sentido, gostaria de ressaltar três aspectos que foram fundamentais nesse processo de transição da Agência. Primeiramente, o foco da atuação em priorizar a segurança operacional da aviação civil brasileira, sem a qual não existe transporte aéreo. Em segundo lugar, a importância de um ambiente de trabalho harmônico, coordenado, cooperativo e construtivo na gestão da segurança operacional da Aviação Civil Brasileira. Por último, a consciência e confiança no caminho trilhado, a partir do entendimento e da aceitação dos desafios impostos, para estabelecer uma nova mentalidade, uma nova cultura organizacional e criar uma Agência reguladora, moderna, ágil e eficiente, mesmo embora sendo uma Agência nova que ainda tem um efetivo de servidores de carreira na ordem de 60% do previsto na lei que a criou.

Muitos são os desafios que se apresentam, mas acredito que por eles e através deles que continuamos crescendo e evoluindo na busca por soluções criativas e eficientes.

Muito obrigado.

Estou à disposição das senhoras e dos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Agradeço ao Sr. Cláudio Passos.

Quero comunicar aos Srs. Senadores que o Sr. Relator abriu mão dos questionamentos, reservando o direito de se pronunciar após os demais Senadores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias, o primeiro inscrito, Líder do PSDB.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem, se o Álvaro Dias me permite. Há um requerimento sobre a Mesa que me parece que busca inclusive fazer a suspensão. Só por uma questão da ordem, eu acho que valeria a pena decidirmos essa questão e passarmos... Se é, efetivamente, o requerimento apresentado por um membro desta Comissão... Decidido isso, nós vamos para o processo natural de apreciação, não é? Acho que... Eu queria fazer um apelo... Acho que é importante o Senador Alvaro Dias poder falar, mas eu queria invocar, também, o fato de darmos prioridade, nesse aspecto, inclusive aos membros da Comissão. Quero ouvir o Senador Alvaro Dias, sem nenhum problema, mas acho que é importante também que a gente pudesse ter... a própria questão.

Então, só à guisa de organizar o debate... Para que a gente pudesse definir, porque, se temos o requerimento, então vamos decidir a continuidade da apreciação da indicação do Sr. Cláudio Passos Simão e, na sequência, nós vamos para o posicionamento de cada Senador, de cada Senadora aqui presente, no que diz respeito à sabatina no processo que é o trâmite normal desta Comissão.

A Srª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Senador Walter Pinheiro, eu gostaria apenas de dizer a V. Exª que sabemos que, regimentalmente, o requerimento tem precedência. No entanto, eu acho que seria muito mais prudente que se fizessem os questionamentos para que ele... Uma vez que foram colocadas aqui as denúncias, eu acredito que seria muito mais prudente que os Srs. Senadores pudessem fazer os questionamentos e, após, a gente colocar o requerimento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senadora, pela ordem; Senador Vital do Rêgo.

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Pela ordem, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só para apelar a V. Exª... Sei do empenho de V. Exª na

organicidade destes trabalhos. Mas, precedentemente, por força regimental, o requerimento tem a preferência. E, aí, para que a sessão transcorra, dentro da normalidade que V. Exª tanto prima, nós gostaríamos, em nome da Liderança do Governo, de pedir a V. Exª para, cumprindo o Regimento, colocar o requerimento em votação para, depois, iniciarmos a oitiva dos Srs. Senadores.

Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Com a palavra, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Srª Presidenta, é exatamente para justificar o requerimento. Eu quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro a deferência e apenas informar que é regimental e eu falo na condição de Líder do Partido. Nas Comissões há essa prerrogativa da Liderança de também puder usar da palavra como se membro da Comissão fosse.

A razão do requerimento, Srª Presidente, está no Regimento. Primeiramente, há um dispositivo que assegura a possibilidade de se requisitar informações. O § 4º do art. 183 diz o seguinte:

“Além da arguição do candidato e do disposto no art. 903, a Comissão poderá realizar investigações e requisitar, da autoridade competente, informações complementares.”

Portanto, a solicitação que fazemos de suspensão dessa sabatina, e seu consequente adiamento, tem o objetivo de buscarmos informações complementares.

Eu lei a Portaria nº 41, de abril de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 69, de 13 de abril de 2010, página 30.

“Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e considerando que consta do procedimento preparatório nº 134014000067/2008, instaurado de ofício, o Ministério Público Federal, através do Procurador da República, signatário, determina a conversão do presente feito em Inquérito Civil Público para a execução de termo de parceria entre a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC – e a Organização Brasileira para o Desenvolvimento da Certificação Aeronáutica – DCA – sediada neste município.

Para tanto, determino a realização das seguintes diligências: 1. o registro do procedimento como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO; 2. a comunicação da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhada de cópia desta Portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06; 3. o acautelamento dos autos em cartório, no aguardo de resposta ao Ofício [...].

São José dos Campos, 7 de abril de 2010.”

Precisamos dessas informações complementares. Não sabemos qual o resultado dessas diligências determinadas pelo Ministério Público Federal, conforme Portaria publicada no Diário da Justiça.

Fica mal para esta Comissão e para o Senado Federal deliberar sobre a indicação para uma função de tamanha importância. Sabemos do caos aéreo do País, que não é eventual, que é permanente. Se coloco o dedo neste celular e vou à página do Twitter, encontro reclamações de usuários da Aviação Civil no Brasil, parados em aeroportos, em razão da incompetência que há no serviço da aviação civil do nosso País. Eu não preciso dizer do caos que há no Brasil. Vivemos isso semanalmente. Não estou discutindo isso agora. Estou discutindo a questão ética, que é essencial para o Senado na avaliação do nome indicado para ocupar uma função de relevância, de importância.

Portanto, Sr^a Presidente, estamos fazendo um apelo aos Srs. Senadores. Temos indagações importantes a fazer. Aconteceram irregularidades. A própria permanência do Sr. Cláudio Passos Simão à frente da Anac é irregular, é ilegal. Houve uma estratégia de esperteza, ao final do mandato dele, para assegurar sua permanência na Anac. Há denúncias que partem de próprios servidores da Anac e que, depois, vamos apresentar ao sabatinado no dia hoje. Mas, preliminarmente – e o Senador Valter Pinheiro tem razão –, precisamos deliberar sobre este requerimento, para, depois, então, voltarmos às indagações.

Peço, portanto, a V. Ex^a que dê preferência a esse requerimento. E faço, mais uma vez, um apelo às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores. Estamos diante de um fato em que não estamos autorizados a realizar um pré-julgamento. O que desejo é que o Sr. Cláudio saia dessa situação ileso. Esse é o meu desejo. Mas temos de dar tempo para que isso se comprove, para que a lisura dos procedimentos por ele adotados à frente da Anac possa se confirmar, para que possamos referendar seu nome nesta Comissão e no plenário do Senado Federal.

Essa é a razão da solicitação que faço. Há diligências importantes que devem ser feitas. E temos tempo para analisar isso. É melhor adotarmos uma postura de prudência, para não cometermos um grave equívoco, deliberando de forma apressada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr^a Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Atendendo à solicitação do Líder do Governo, Senador Vital do Rêgo, e do Líder do PSDB, Alvaro Dias, vamos colocar o requerimento em votação.

Antes disso, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr^a Presidenta, penso que podemos deliberar, porque as preocupações do Senador Alvaro Dias foram respondidas pelo nosso Relator. Ele fez consultas em todos os sites, em todos os Tribunais, e há o parecer da Advocacia-Geral do Senado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Crivella...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador Alvaro Dias, eu ouvi V. Ex^a com todo o respeito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não houve conclusão do inquérito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas a verdade é que nada consta, em todas essas diligências feitas pelo nosso Relator – inclusive, não consta do inquérito –, que desabone a figura indicada e que nos dê autoridade para constranger um funcionário que foi indicado pelo Ministro da Defesa, que já passou por esta Comissão anteriormente e que, hoje, vem aqui para prestar seu depoimento.

E quero lembrar que, nesse último período da Anac, Srs. Senadores, tivemos um caso que deve ser analisado por nós. Os servidores da Anac, quando ela foi criada, pela medida provisória, podiam ficar 36 meses, renováveis por mais 24. Depois, teriam que ser substituídos e contratados através de concurso público. Isso instado pelo Ministério Público. Era da lei. De tal maneira que os servidores, e eram centenas, milhares, que tiveram que prestar concurso público e não lograram êxito, ficaram inconformados. As denúncias chegaram ao meu gabinete, as denúncias chegaram a todos os Senadores, difamando todos os diretores. Mas eram motivações pessoais. E era uma imposição da lei. De tal maneira que nós devemos considerar isso tudo com muita calma, com muita paciência. Agora, não podemos ignorar todo o exaustivo trabalho feito pelo nosso Relator, que leu aqui para nós que nada consta contra o indicado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu não sou advogado, sou engenheiro agrônomo, mas o que o Senador Alvaro Dias leu aqui, a Portaria nº 41, eu consultei a Casa. Pedi à Consultoria de Advogados da Casa um parecer e que fizessem um levantamento do que estava sendo dito. Eles me disseram, por escrito – está nas mãos dos senhores –, que nada consta. E a Portaria nº 41 – já consultei a Casa e estou dizendo que não sou advogado e que não vou defender tese aqui – diz: Inquérito Civil Público para acompanhar a execução de um termo de parceria entre a Agência

Nacional de Aviação Civil. Quer dizer, não é contra o nosso indicado, é para execução. Acompanhar a execução. Então, eu não sou advogado, só quero trazer a informação do que a Consultoria da Casa me passou.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O senhor está dizendo que não houve indiciamento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, não houve. Aqui ele está dizendo o seguinte: que há um inquérito civil público para acompanhar a execução.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu também não estou dizendo que houve indiciamento. Eu disse que há um inquérito em curso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidente, nós estamos votando no mérito. Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas isso não impede...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Vamos votar o requerimento? Eu estou reivindicando...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu apelo pela votação do requerimento para depois entrarmos no mérito da questão de todos os Senadores...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo, quem pediu a palavra agora foi a Base do Governo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Foi para encaminhar a votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, eu só não coloquei em votação em função da solicitação de ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para encaminhar a votação, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E com a sua capacidade e tranquilidade, Presidente, vamos encaminhar a votação do requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Também solicito pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Que pudesse dar o encaminhamento à votação, por gentileza...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar, Jorge, o requerimento. E entramos na discussão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Requerimento.

Requer o adiamento de discussão.

Venho requerer a V. Exª, nos termos do art. 279, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão da mensagem reconduzindo Cláudio Passos Simão ao cargo de Diretor da Anac, até que o Ministério Público conclua as investigações em curso.

Em votação o requerimento.

O requerimento é de autoria do Senador Cyro Miranda, subscrito pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Para encaminhamento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para encaminhar, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, eu gostaria de me congratular com o cuidado e com a responsabilidade com que o Relator da matéria tratou o assunto. A nota técnica explicativa da Advocacia Geral do Senado fala e dissecas todas as dúvidas que possam ser suscitadas. Nós vamos à discussão da matéria. Em nome da Liderança do Governo, peço para rejeitar o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para encaminhar, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu apenas acrescento, até em respeito ao Senador Blairo Maggi, que é uma figura da maior respeitabilidade e que tem a minha admiração, que há documentos comprovando que, no Parecer do dia 21 de novembro de 2008, o ex-Procurador-Geral em exercício, Rogério Emílio de Andrade, já havia questionado a legalidade da parceria. Portanto, não é apenas para acompanhar.

O documento recomenda à Superintendência de Administração e Finanças da Anac a suspensão do pagamento, dada a irregularidade constatada. Portanto, houve constatação de irregularidade e suspensão de pagamento. Seis dias depois, a pedido do próprio Andrade, a então Diretora-Presidente da Anac, Solange Vieira, publicou a sua exoneração no Diário Oficial em 3 de dezembro. Prosseguem as informações.

Portanto, não estamos julgando ninguém, não pretendemos julgar ninguém, repito, mas queremos tempo para esclarecer os fatos. Há fatos que estão proporcionando a suspeição em relação à figura do Sr. Cláudio Passos Simão. Há suspeição. Não é uma condenação. Nós não estamos condenando, mas suspeição existe, e nós precisamos esclarecê-la. Nós não podemos votar, aprovar e sermos induzidos a um erro, a um grave equívoco do qual possamos nos arrepender depois. Por isso, é uma questão de cautela, de prudência. Se há esse questionamento sobre a prática de ilegalidades, devemos esclarecê-las cabalmente antes de aprovarmos o nome.

É evidente que estamos aqui com apenas um voto de oposição. Eu próprio não voto nesta Comissão, mas temos de registrar isso e, obviamente, contar com a compreensão dos Senadores da base governista para dar que este tempo que a oposição está solicitando, com o adiamento desta reunião pelo menos por mais

uma semana, para que possamos esclarecer esses fatos diretamente junto ao Ministério Público. Nós não pedimos muito tempo, pedimos mais uma semana, para que possamos ouvir o Ministério Público, mesmo que informalmente. O Senador Cyro, o Senador Aloysio Nunes, o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Lúcia Vânia, que integram esta Comissão, poderão ouvir, mesmo que informalmente, representantes do Ministério Público, para que possam trazer os esclarecimentos cabais a esta Comissão antes do voto dos Srs. Senadores.

Este é o apelo que formulo. Peço à liderança do Governo, se possível, rever esse posicionamento, oferecendo esta oportunidade de esclarecimento, que pode ser, inclusive, em benefício do Sr. Cláudio Passos Simão. Se eventualmente nós constatarmos que não há nenhuma razão para as suspeitas que se levantam, teremos a grandeza de voltar a esta Comissão e apresentar os cumprimentos ao Sr. Cláudio Passos, mas queremos ter esta oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Os Srs. e as Srªs Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se acham.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) –

Rejeito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Espere um pouco. Permaneçam como se acham. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento, com o voto contrário do Senador Cyro Miranda, Aloysio Nunes.

Continua a discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Pela

ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Vamos seguir a ordem dos inscritos.

Pela ordem, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Não justifiquei, porque meu líder fez todo esse arrazoado. Eu sinto respeito, evidentemente, mas acho que até o nosso convidado não vai se sentir muito à vontade como ele certamente gostaria se seu nome fosse aprovado. Certamente vão se esclarecer as dúvidas, e ele ficaria muito mais confortável. Para nós, que temos essa missão, é muito ruim quando se encontram várias questões na justiça a respeito e elas não são esclarecidas.

Acho que a missão desta Casa – não é porque o Governo indica que vamos aprovar ou deixar de aprovar – é passar pelo bom senso. Então, respeito, evidente, mas fica aqui registrado que essa não é a nossa missão, e fica desconfortável para o próprio convidado.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– A primeira inscrita é a Senadora...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) –

Pela ordem, queridíssima Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Pela ordem, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) –

Não sei se, de acordo com o Regimento, V. Exª já poderia abrir a votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Senador, infelizmente, não vou abrir a votação, em função da polêmica do questionamento do Senador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só

estou fazendo uma consulta a V. Exª e, se V. Exª anuir, consultar o Plenário sobre a manifestação do Plenário...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Não. Eu reservo a mim o direito de organizar a votação. Acredito que todos que estão aqui têm seriedade e nós vamos fazer o questionamento e posteriormente nós abriremos a votação.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Srª Presidenta.

Quero cumprimentar o Senador Blairo Maggi pelo relatório que apresenta; cumprimenta o Sr. Cláudio Passos, os Senadores que aqui estão. Cumprimento V. Exª, Senador Blairo Maggi, não apenas pelo relatório mas pelo cuidado. Nós acabamos de votar um requerimento de adiamento da matéria de votação de análise a aprovação, votação da indicação do Dr. Cláudio Passos para a Anac.

Eu quero dizer que votei contra esse adiamento, porque essa é uma matéria que a gente já vem discutindo na CI, nesta Comissão. Lembro que foi V. Exª que alertou a todos nós, salvo engano, a duas reuniões atrás, foi V. Exª que orientou todos nós que lêssemos, que acompanhássemos, que estudássemos e que nos preparássemos para a sessão e para a audiência do dia de hoje. Então a semana que o Senador Álvaro Dias fala já passou. A busca de um contato com o Ministério Público já passou, já passou. Nós tivemos tempo para isso, nós fomos alertados para isso. Então eu questiono da mesma forma, por que não fizeram? Para protelar o quê? Uma agência que tem cinco diretores e só tem dois e um presidente interino, numa área com tantos problemas como é a área da aviação civil?

Então eu acho, primeiro, o Ministério Público tem total liberdade de atuação, não só o Ministério Público, mas todas as entidades que promovem investigação no País, e tem que continuar. Não é porque nós vamos votar hoje a indicação do Dr. Cláudio Passos que tudo vai parar. Não, eu acho que até deve continuar com mais força. E aí eu repito as palavras do próprio

Senador, até para o bem do Dr. Cláudio Passos. Isso porque eu vejo aqui dois fatos que estão querendo transformar em duas grandes denúncias. Uma delas seria a dispensa, duas notícias, seria a dispensa de uma licitação para certificação à Aeronáutica e que teria, teria tido uma participação do Dr. Cláudio Passos, por ser uma pessoa preparada e que atua nessa área de certificação, pelo que eu li no currículo. Então isso está sendo investigado.

O outro é porque ele foi contratado como assessor. Qual o problema alguém ser contratado como assessor? Eu acho que têm problemas outros que nós não conhecemos e precisamos conhecer. E aí seria bom que os Senadores todos se debruçassem nisso. A quem interessa criar essa confusão toda? Se alguém tem denúncias mais concretas, mais objetivas do que essa tem que mostrar, tem que mostrar, para que a gente tenha condições de expressar uma opinião e um juízo de valor.

Sr^a Presidente, eu fiz aqui uma relação de perguntas. Eu vou procurar fazer de forma bem estética, porque tenho certeza de que todos os Senadores vão abordar as mesmas questões.

Primeiro, eu ouvi da sua exposição que a Anac dispõe de 60% do quadro que poderia ter de servidores efetivos, 60% apenas do que poderia ter. Gostaria que o senhor dissesse o porquê disso, por que não consegue atingir os 60%. E se isso tem alguma coisa a ver, essa falta de pessoal, com essa decisão recente que vem sendo adotada no Brasil inteiro, inclusive na minha cidade, na minha cidade, de fechar os escritórios da agência. Não há mais funcionários da agência nos Estados. Eu viajo todas as semanas para o meu Estado e encontro pessoas diferentes, que são servidores da Anac, que estão indo para lá trabalhar, mas estão lotados aqui. E vão para lá e voltam de lá e vão para lá e voltam de lá.

E aqui outra notícia datada do dia 18 de fevereiro dando conta do fechamento do escritório de Curitiba e que também serão fechados os escritórios de Recife, de Porto Alegre e outras cidades, de Manaus, a minha cidade também com o escritório fechado. Eu não entendo isso.

Então, que o senhor nos explicasse porque isso vem acontecendo e desse a sua opinião pessoal em relação a essa política.

Aeroportos brasileiros. Eu gostaria que o senhor nos dissesse, de forma muito sintética, a quantidade de aeroportos que temos no Brasil, quantos estão certificados e homologados e quantos não estão. Falo isso porque sou de um Estado que tem 62 municípios somente, mas 90% desses municípios não têm aeroporto homologado e não têm estradas também, só tem os

rios. Aí, duas opções: ou viajar com aviões fretados, e correr o risco de descer naqueles aeroportos que não estão homologados, ou passar trinta dias, dez dias, quinze dias viajando de barco.

Juntando a isso, pergunto: qual é a sua opinião e o que a Anac vem fazendo para desenvolver uma política de aviação regional, uma política para fortalecer, que nós não temos no Brasil hoje. Não temos nem a infraestrutura aeroportuária, nem aviação. As empresas que entram para atuar na aviação regional saem com pouco tempo, e a gente deixa o povo, principalmente aqueles que vivem em lugares mais isolados, numa desassistência total. Então, quero ouvir a sua opinião em relação à aviação regional, inclusive sobre projetos de leis que tramitam, que incentivam empresas que atuam na aviação regional.

Sobre Copa do Mundo, sobre Olimpíadas. A infraestrutura aeroportuária talvez seja um dos grandes problemas nossos. Temos discutido isso em várias comissões. Pergunto: como a Agência de Aviação Civil tem acompanhado esse debate? Há uma comissão formada para acompanhar isso?

Dr. Cláudio Passos, a minha cidade tem o terceiro maior aeroporto em movimentação de cargas, mas é um aeroporto que foi construído em 1976 e, de lá para cá, não sofreu nenhuma reforma significativa, nenhuma, absolutamente nenhuma. E nós não temos ainda, Dr. Cláudio Passos, o projeto básico elaborado. A Infraero sequer fez o projeto básico. Não é apenas o nosso aeroporto, vários aeroportos estão com problemas. Então, o que a Anac tem feito, se tem conhecimento deste caso, se está acompanhando o organograma e o que tem feito para ajudar na solução desses problemas, se há uma comissão.

Por fim, que o senhor fale sobre a política do céu aberto. O Senador Dornelles, que aqui está, tem levantado muito esta preocupação da abertura do espaço aéreo brasileiro, principalmente para empresas norte-americanas. O Senador deve falar sobre isso, é uma preocupação que todos nós temos e que eu gostaria que o senhor falasse também.

Obrigada, Sr^a Presidenta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Apenas para propor que nós pudéssemos em bloco, talvez de dois ou três Senadores, indo apresentando os nossos questionamentos para que pudéssemos socializar o acesso ao microfone e pudéssemos compartilhar desta audiência de sabatina.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Consulto o Plenário se concordam com a sugestão do Senador Ferraço.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiro gostaria de cumprimentar o Dr. Cláudio Passos Simão pelo seu exitoso currículo técnico. A sua formação seguramente atesta conhecimento e expertise para o desenvolvimento das suas atividades à frente da Agência Nacional de Aviação Civil. O currículo de V. Ex^a é, de fato, admirável, o que sinaliza, com muita clareza, os esforços que V. S^a deve ter desenvolvido ao longo da sua vida profissional para alcançar esses títulos.

Entretanto, eu acho que esta é uma oportunidade para que possamos fazer uma indagação concretamente a respeito do fato levantado aqui pelo eminente Senador Alvaro Dias, para que o senhor possa ter oportunidade de esclarecer para o conjunto das Sr^{as} e Srs. Senadores.

A questão é a seguinte: a Procuradoria da República de São José dos Campos abriu inquérito civil público, há cerca de um ano, para investigar procedimentos administrativos de sua gestão relacionados à certificação de produtos aeronáuticos. Diz a nota que, em 2006, sob a chancela do Procurador-Geral da agência, o Sr. Cláudio Passos instruiu contratação sem licitação da Organização Brasileira para o Desenvolvimento da Certificação Aeronáutica, uma Oscip fundada meses antes por 37 ex-funcionários temporários da agência, para funcionar como certificador oficial da Anac. O contrato teria rendido, até o final deste ano, 42,4 milhões à organização, cujos fundadores eram comandados do Sr. Cláudio Passos na agência.

Seria muito importante se pudéssemos ter de V. S^a um esclarecimento acerca desse fato, da motivação, dos fundamentos legais que levaram V. S^a a tomar essa decisão, por que efetivar a contratação dessa Oscip sem licitação, sem que o mercado fosse consultado, sem que uma saudável competição pudesse ser estabelecida em torno desse tema, que é absolutamente estratégico, porque certificação tem a ver com qualidade, tem a ver com responsabilidade, tem a ver com compromisso, tem a ver com padrão do serviço que se presta ao contribuinte e à sociedade brasileira. Essa é a questão que paira. Nós gostaríamos que V. S^a pudesse fundamentar a decisão administrativa adotada, dando-lhe condição de oferecer a sua defesa.

A outra questão diz respeito à medida provisória que criou a Secretaria de Aviação Civil. Nós saudamos essa MP, porque vimos por parte da Presidenta Dilma

uma enorme determinação e compromisso em intervir, com clareza, na Infraero, para alterarmos o rumo dessa companhia, que, no tempo, se mostrou ineficiente para atender as demandas e os desafios da conjuntura e da infraestrutura aeroportuária brasileira. Entretanto, essa MP não revogou o art. 1º, que mantém a Agência Nacional ainda vinculada ao Ministério da Defesa.

A pergunta é: por que não vincular a Agência Nacional à nova secretaria tendo em vista que as atribuições que anteriormente eram dadas ao Ministério da Defesa foram destinadas ou direcionadas à Secretaria de Aviação Civil, que tem, inclusive, status de Ministério.

Também questiono V. S^a a respeito de como V. S^a e o conjunto dos diretores da Anac vêm – isto já foi perguntado pela nossa Senadora Vanessa – o impacto do céu aberto, acordo que passa a vigorar entre o Brasil e os Estados Unidos a partir de 2015, sobretudo no que toca o equilíbrio econômico e financeiro das empresas nacionais e sobre os preços em favor dos usuários.

A minha terceira indagação diz respeito à Resolução nº 115/2009, porque me associo a tantos Municípios e regiões do nosso País, tantos Senadores, inclusive o Senador Vital do Rêgo, que tem tratado do tema do fortalecimento da aviação regional. Essa portaria,

Ela, adequadamente, pressupõe, determina um conjunto de requisitos para segurança. Entretanto, considerando que 90% dos Municípios brasileiros não têm corpo de bombeiros, como nós vamos compatibilizar essa questão? Nós temos demandado as companhias a respeito do aprofundamento, de uma melhor presença nas regiões brasileiras, tendo em vista a dimensão continental do nosso País.

Como compatibilizar uma coisa com a outra, sendo que você exige que se tenha para que a companhia possa se instalar, ao mesmo tempo que você não tem a infraestrutura adequada para que ela possa se instalar.

Então, parece-me um contraditório que talvez merecesse uma avaliação da Anac e eu quero indagar a V. S^a a respeito desse tema.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Muito obrigado, Sr. Cláudio.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Sr. Cláudio Passos deveria ter-se afastado da diretoria da agência no dia 19 de março deste ano, quando terminou o seu mandato, para aguardar uma possível recondução.

Servidores da Anac denunciam que o Sr. Cláudio atuou em causa própria para continuar na agência após o término do seu mandato.

As denúncias revelam que foi publicada, no *Diário Oficial da União*, a Portaria nº 481, de 16/03/2011, assinada pelo Sr. Cláudio, que dá poderes ao chefe de gabinete do diretor-presidente para efetuar nomeações para os cargos de assessoria CA1 e CA2.

Portanto, o próprio Sr. Cláudio assinou uma portaria, antes de concluir o seu mandato, conferindo poderes ao chefe de gabinete para realizar nomeações dessa natureza.

No dia seguinte, portanto, foi assinada a Portaria nº 514, pelo Sr. José Carlos Ferreira, então chefe de gabinete, nomeando o senhor para exercer o cargo em comissão de assessor técnico na Diretoria de Operações de Aeronaves, código CEA2.

Portanto, houve uma providência, na melhor das hipóteses, suspeita, no sentido de assegurar a continuidade do Sr. Cláudio na Anac, mesmo após o término do seu mandato.

Então, nós indagamos se isso é verdadeiro, se essas portarias foram mesmo assinadas, se V. S^a confirma isso tudo, porque isso dá margem a um processo por improbidade administrativa. Eu imagino que, se V. S^a confirmar, deveria estar consciente dessa hipótese de um processo por improbidade administrativa.

Por essa razão, estou indagando se o senhor confirma essas informações e o que o senhor teria a dizer sobre essas irregularidades.

O regimento interno da Anac, no seu art. 11, define claramente as atribuições do chefe de gabinete, que são: planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do gabinete, não cabendo a ele assinar documentos de nomeação de servidores, atribuição que é do diretor-presidente, não podendo ser delegada ao chefe de gabinete.

Portanto, se essas portarias foram assinadas, há uma irregularidade.

O senhor entregou a esta comissão documentos que tentam justificar alguns dos atos praticados que foram considerados irregulares.

Um desses documentos é um parecer da procuradoria da Anac, que tenta, com uma medida frustrada, justificar a assinatura da portaria.

A legislação citada no parecer não fornece amparo para qualquer alteração dessa natureza no regimento da Anac e os argumentos de que haveria necessidade de preservar a continuidade administrativa, em virtude da vacância do cargo de diretor-presidente, apesar de tentar justificar boas intenções, não pode ser seguida pela administração pública, que se caracteriza pelo regimento jurídico e não pelas boas intenções.

É essa questão das portarias assinadas. Houve, portanto, burla ao Regimento da Agência, se isso se confirmar; burlando as regras da Agência evidentemente que não deveria estar sendo indicado novamente à função. Se houve burla obviamente não deveria estar aqui.

No dia 17 de março, foram publicadas portarias assinadas pelo senhor, enquanto estava investido do cargo de diretor-presidente, ignorando os princípios da administração, e nesse mesmo dia é publicada a sua nomeação para o cargo de assessor técnico, antes do término do seu mandato. Essa é a questão que coloco.

A outra questão que o Senador Ricardo Ferraço já fez referência é sobre a questão da OSCIP, mas antes eu faço referência a um e-mail que recebi de servidores da ANAC, eles fazem denúncias e mencionam que sofrem ameaças, eles afirmam que as ameaças se esse manifesto com denúncias fossem veículos. Eles dizem: "cabeças iriam rolar", isso estou colocando entre aspas, é afirmação dos denunciante, que são servidores da ANAC. É uma ameaça atribuída a V. S^a, peço respeitosamente que esclareça sobre a veracidade disso, se essa informação procede, se houve ameaça às lideranças dos servidores da Agência e se o senhor sabia que essas ameaças estavam sendo atribuídas ao senhor.

E essa questão da Procuradoria, vamos mais uma vez reafirmar, a investigação da Procuradoria da República em São José dos Campos se dá em razão de possível ilegalidade na contratação, pela ANAC, da organização brasileira para desenvolvimento da certificação aeronáutica, por 42,4 milhões, sugerida pelo senhor, quando chefiava o setor de certificação de produtos aeronáuticos. É uma OSCIP formada por ex-funcionários da Agência, como se sabe. As indagações, por que contratar uma OSCIP com todas as condições para se suspeitar de uma ilegalidade, quando o senhor poderia ter sugerido a capacitação dos próprios servidores da ANAC para exercer a certificação da Agência?

Os servidores da ANAC possuem condições para isso. Pelo menos é o que consta. Considerando-se que para assumir um cargo dessa natureza deve-se ter reputação ilibada, agir obedecendo aos princípios da legalidade, transparência e impessoalidade, considerando-se que existem investigações em curso pelo Ministério Público sobre suspeita de improbidade administrativa, enquanto exerceu o mandato de diretor, e que os próprios diretores da ANAC estão insatisfeitos e apresentam denúncias, o senhor acha que está confortável na condição de indicado para ocupar essa função?

Houve também, e nos já tratamos disso, mais uma afronta à Legislação vigente quando alterou norma

interna de forma ilegal. De acordo com o Regimento Interno da Agência, cabe ao diretor-presidente orientar a atuação da ANAC das negociações internacionais e a própria norma interna reza que é vedada à diretoria delegar a qualquer órgão ou autoridade as competências previstas nesse artigo, art. 24, Inc IV. O senhor delegou competência à Superintendência de Relações Internacionais para que ficasse responsável por essa atribuição, que é específica do diretor-presidente. Portanto, é mais uma denúncia de servidores da própria ANAC, relativamente a um desrespeito ao Regimento. V. S^a tem conhecimento de que essa competência é passível de delegação ou não é passível de delegação. Qual é o seu entendimento? Isso realmente ocorreu?

São algumas das indagações. Para concluir, eu lamento que esta Comissão esteja tão disposta a avaliar uma indicação dessa natureza, que, na melhor das hipóteses, fica sob suspeição e que não oferece segurança em relação ao próprio desempenho, porque alguém acossado pelo Ministério Público sob investigação não pode ter, evidentemente, a tranquilidade que se exige para o exercício de função tão relevante e não terá certamente a autoridade que se exige para comandar a ANAC.

São as indagações que formulo a V. S^a.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia PSDB – GO)

– Com a palavra o Sr. Cláudio Passos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) –

Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia PSDB – GO)

– Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – A

Senadora Vanessa levantou o problema do céu aberto, como eu queria fazer também essa indagação, faço minhas a colocação da Senadora Vanessa.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia PSDB – GO)

– Com a palavra o Senador Cláudio Passos.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr^a Pre-

sidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia PSDB – GO)

– Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr^a Pre-

sidente, quero só encaminhar aqui um questionamento sobre... V. S^a, Sr. Cláudio, conhece bem, rapidão, um minuto, V. S^a sabe do problema dos aeroclubes do Brasil. A classe de aviadores está muito aquecida, qual é o projeto que V. S^a tem para os aeroclubes do Brasil?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia PSDB – GO)

– Com a palavra o Sr. Cláudio Passos.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado,

Sr^a Presidente.

Primeiro aspecto relativamente ao efetivo da Agência, realmente a Agência hoje está com 60% do

seu efetivo, esse efetivo é todo contratado através de concurso público que tem sido realizado progressivamente, com as devidas autorizações do Ministério do Planejamento e está dentro de um cronograma acordado com a área de planejamento do Governo. A ANAC gostaria de ter mais gente? Sim, gostaria de já ter completado, de ter mais. Seria importante? Seria sim, mas faz parte de um processo que foi estabelecido, foi acordado. A ANAC está pleiteando a continuidade, ela também não poderia contratar 100% dos funcionários depois se aposentarem automaticamente. É uma Agência nova, então tem que haver um processo progressivo de admissão de servidores e também a capacidade da Agência de treiná-los adequadamente. Profissionais dessa área não se formam em pouco tempo, em algumas áreas específicas, como eu vou esclarecer depois a questão dos termos de parceria, não existe nem local no mundo onde se possa formar esse tipo de especialistas, exceto nas autoridades.

Se o fato de estar com 60% do efetivo se tem a ver com o fechamento dos escritórios, diretamente não. O fechamento dos escritórios ele é fruto indiretamente sim, diretamente não e vou explicar por que. O fechamento dos postos, foi avaliada no passado a questão da funcionalidade desses postos. O que melhor das hipóteses no passado tivemos no antigo departamento de aviação civil pouco mais de 60 postos de serviços. Temos neste País quase seis mil municípios, temos 3.500 aeródromos, temos 750 aeródromos públicos, que são aeroportos dos quais 150 com horários regulares de trânsito. Isso significa que a representatividade desses números em termos da realidade ela não corresponde.

Segundo, a distribuição desses postos obedecia a uma orientação de uma estrutura antiga, uma estrutura que estava localizada em regiões militares.

Uma análise do mapa e do movimento no Brasil demonstra que esta distribuição ela não é equânime, ou seja, nós não temos a representatividade que realmente seria adequada ao nível de movimento que existe em cada uma dessas áreas.

Terceiro, a análise de cada um desses postos de serviço demonstrava uma diversidade e despadronização e desqualificação dos serviços prestados. Uns só atendiam passageiros, outros atendiam passageiros e pilotos com licença, outros recebiam documentos, não existia, nunca houve uma padronização realmente a isso. Com o processo de modernização da agência houve uma dificuldade muito grande, houve uma tentativa inicial em se padronizar esse serviço, mas houve muitas dificuldades. Então, direcionamos a política administrativa da agência para uma centralização rápida que tornasse os processos impessoais, com

maior qualidade, com menor tempo de serviço e que não fossem suscetíveis a aspectos pessoais.

Futuro, é questão da representação da agência nos Estados como postos de serviço, não faz sentido. Agora, como uma representação de uma agência nacional dentro de uma federação, para outras atividades, tipo: qualidade de serviços, níveis de segurança, representatividade é algo que a ANAC, futuramente, vai ter que repensar com o crescimento do número de servidores e com a adequação de funções para que isso possa ser feito. Essa é a minha visão, a ANAC vai ter que repensar essa representação, mas de uma outra forma, não na forma de postos de serviço, como tem sido colocado.

Relativamente à questão dos aeroportos, aeroportos certificados e homologados, a ANAC gostaria de deixar claro para os senhores, a minha área de especialização é aeronavegabilidade e a diretoria, hoje, é especializada e eu trabalhei esses três anos focado em melhorar os índices de segurança da parte dos aviões, os indicadores, as auditorias que tivemos, ou seja, me debrucei muito nisso. Mas como diretor do colegiado eu tenho que me estender a outros assuntos, então no meu nível de auto executivo, especificamente, posso relatar um pouco mais em detalhes essa área.

Questões de homologação, ou certificação, são dois aspectos diferentes. O que se chama, hoje, de homologação de um aeroporto é a aprovação do projeto do aeroporto, das instalações físicas em termos de projeto. O que se chama de certificação é a parte operacional, que vai um pouco além e inclui a parte de contra incêndio e diversos outros aspectos. A certificação, hoje, ela não é aplicável a todos os aeroportos, ela é aplicável, ela tem uma resolução que classifica em função do nível de movimento, que envolve nível de disposição, severidade, exposição a riscos, que define quais os aeroportos que serão certificados ou não e existe um cronograma disso. Então, na verdade, muitos aeródromos hoje, a parte de homologação é que é a abertura dela ao serviço e todos os aeródromos públicos, que são os aeroportos, são homologados. Todos são homologados, eles só abrem ao serviço, um aeródromo privado para ser aberto ao serviço público ele tem que ser homologado, ele tem que ser transformado. O aeródromo privado para ser aberto ele é cadastrado. O que é esse cadastramento? Simplesmente são verificadas as condições de projeto desse aeródromo e ele pode iniciar o serviço. Então esse é o processo.

Simplesmente são verificadas as condições desse projeto de aeródromo e ele pode iniciar o serviço. Então esse é o processo normal da agência.

Relativamente à política de aviação regional, a Anac é uma autarquia. A Anac não pode fazer política

e não compete a ela a política. A Anac cumpre a política preconizada pelo governo. Então a parte realmente vem da administração direta e não da autarquia.

Se há uma necessidade de uma política regional e eu devo concordar com a senhora que em certas situações, em certos locais nós temos que ser sensíveis a isso. A Anac está pronta para colaborar em atividades desse tipo e em grupos de trabalho. Mas a Anac não pode fazer política. Não compete à Anac direcionar a política nacional. Apenas cumprir aquilo que é determinado pelo Conselho de Aviação Civil.

Relativamente à Copa e Olimpíadas é um desafio, mas é o mesmo desafio que nós temos em função do crescimento da aviação civil brasileira. A aviação civil brasileira, em termos de passageiros, cresceu no ano passado mais que qualquer outro país do mundo. Então o desafio da Copa e o desafio das Olimpíadas é o desafio de 2012, de 2013 que nós temos e tem que ser enfrentado. Com a criação da nova Secretaria, eu não tenho dúvidas, ela envolve a integração de diversos órgãos, de diversas áreas, e eu não tenho dúvidas de que esse assunto será endereçado adequadamente. A Anac está pronta para contribuir com esse grupo de trabalho naquilo que pode. Por enquanto, ela administra as restrições da infraestrutura. E é isto que a Anac faz hoje: ela administra as consequências das restrições da infraestrutura.

Com relação à política de céus abertos, na verdade a Anac não faz a política de céus abertos. A Anac cumpre a política nacional de aviação civil preconizada pelo governo brasileiro e pelas resoluções do Conac, em que elas estabelecem os aspectos principais a serem endereçados, que vêm estimular a concorrência no setor da aviação civil, buscar redução a barreiras, a entradas de novas empresas no setor, estabelecer diretrizes que confirmam ao mercado o papel de equilibrar oferta e demanda, prevalecendo a liberdade tarifária nos serviços de transporte aéreo, aperfeiçoar mecanismos de negociação buscando evitar restrições a ofertas nos serviços internacionais e estimular comércio, turismo e conectividade do Brasil com os demais países e assegurar múltipla designação de empresas nos serviços internacionais.

Então todas as diretrizes que têm sido cumpridas pela Anac nos acordos internacionais são estritamente as previstas no Plano Nacional de Aviação Civil. Mais uma vez a ANA cumpre a política estabelecida pelo governo, segue à risca. Ela não cria a política de aviação civil.

Relativamente à indagação do Sr. Senador Ricardo Ferraço, termo de parceria, esse termo de parceria foi idealizado em 2007, foi proposto em 2007, quando eu era gerente geral de certificação de produtos aero-

náuticos. Certificação de aviões só existe em poucos países do mundo. Hoje são quatro países no mundo que certificam aviões de grande porte: Estados Unidos, Europa, Canadá e Brasil, ninguém mais. Esse conhecimento é restrito a poucas pessoas, poucas áreas, a quem teve experiência e pode ser qualificado nesse sentido. O Brasil quando decidiu ter uma indústria aeronáutica no século passado, lá pelos idos de 1960 e 1970, em que decidiu investir num projeto internacional de qualificação de pessoas, em que enviou diversas pessoas ao exterior, trouxe essa qualificação para o País. Criou-se uma indústria e uma capacidade de certificação.

Nossa capacidade de certificação foi treinada e estabelecida pelo próprio organismo norte-americano, a FAA, que nos capacitou e passou a trabalhar conjuntamente conosco. Isso tudo era uma atribuição dentro de uma organização dentro do Centro Técnico Aeroespacial que não era parte da autoridade de aviação civil que era o antigo DAC. Na antiga estrutura do então Ministério da Aeronáutica eram diferentes áreas que cumpriam as suas funções. Então, nós tínhamos o departamento de aviação civil que cuidava de operações de manutenção de aviação civil e nós tínhamos a área do Centro Técnico Aeroespacial que cuidava da certificação de produtos e de toda essa parte.

Esse conhecimento só existia lá. Só existia nessa área, em nenhum outro lugar. Até a década de 90 o efetivo do então Instituto de Coordenação e Fomento Industrial foi começando a chegar a um final de um processo. Neste processo, começamos a ter os primeiros problemas com a certificação de produtos brasileiros. E esses problemas envolviam a aposentadoria dos servidores experientes, sem a devida reposição – porque nós não tínhamos, naquela época não tivemos a reposição de pessoas, por questões internas não só do governo, mas também do setor específico –, e nós começamos a ter diversas crises, como tivemos em 1996, depois em 2000, que culminaram com praticamente a paralisação de certificação de todos os aviões projetados e fabricados neste país.

Foi então que se fez todo um plano de qualificação que pudesse resgatar isso. Toda a estrutura da certificação foi modificada, eu já trabalhava nessa área, nós modificamos toda a estrutura e preparamos para que em cinco anos ela pudesse ser implantada e pudessemos recuperar. A Anac só foi implantada em 2006.

Então, nesse processo todo, nós tínhamos que contratar novos servidores. Os novos servidores tinham que ser treinados. Quem poderia treinar esses servidores se os quadros de servidores eram diminutos. Então o que aconteceu é que esse grupo de pessoas que trabalhavam não sob a minha responsabilidade,

alguns trabalhavam no instituto que eu trabalhava, alguns trabalhavam na certificação de aviação civil, outros trabalhavam na certificação militar, outros trabalhavam na certificação de qualidade, este pessoal que propôs fazer o treinamento dos novos servidores da Anac. Esse termo de parceria não terceirizou absolutamente atividades de certificação. Ele apenas livrou a mão de obra de certificação para que agisse na atividade fim. E mais, os servidores tinham meio período de instrução e meio período de treinamento prático com os seus processos trabalhando com esses servidores. Então este foi o objetivo do termo de parceria.

Por que da inexigibilidade de licitação? Porque neste país não existe ninguém que tenha conhecimento de certificação que não seja oriundo daquela área onde está concentrada essa atividade. Todo o processo foi feito seguindo todas as disposições legais, todas as exigências, com tudo que a procuradoria e todas as áreas exigiram, inclusive com a aprovação do órgão de consulta superior que era o Conac, e existe uma resolução específica do Conac autorizando a certificação de produtos da Anac a celebrar termo de parceria com este tipo de entidade.

Então, nada foi feito absolutamente por minha vontade ou por minha intenção; foi feito por minha proposta seguindo todos os trâmites legais e com todas as avaliações.

Gostaria apenas de acrescentar, relativamente ao parecer do Procurador Emílio que, na verdade, este parecer a que o Exmo. Sr. Senador se refere, foi o segundo parecer do Rogério Emílio, porque o primeiro, dado dez dias antes, ele tinha aprovado. E esse segundo foi dado no dia em que ele foi exonerado. É só isso que eu gostaria de ressaltar aos senhores. Não tenho nenhum problema em conversar sobre esse assunto; não tenho nenhuma dificuldade em explicar esse assunto; não tenho nenhuma dificuldade nem temor em expor aos senhores. Não tenho dúvidas do que fiz, do que precisava ser feito, do quão importante era para este País arranjar uma solução adequada e legal, tanto que a Procuradoria da Anac foi usada à exaustão para saber o que pode ser feito e o que não pode ser feito. O que não pode ser feito não será feito e essa tem sido a minha postura em toda a minha vida profissional e pessoal.

Relativamente à segunda pergunta do senhor, relativamente à medida provisória da Secretaria de Aviação Civil, eu me sinto desconfortável no assunto...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria aos Srs. Assessores um pouco de silêncio para que possamos ouvir.

O SR CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – No caso da medida provisória a Anac é uma autarquia. Então a

Anac realmente não trabalhou nesse documento. Sinto dificuldades, inclusive, de comentar. Como autarquia a nossa função é cumprir, é cumprir exatamente, fazer exatamente o que o Executivo manda. Então, sinto-me realmente desconfortável, não tenho uma questão. A autarquia tem funcionado, a autarquia não tem tido interferências. Então não tenho dificuldades nesse assunto.

Relativamente à questão dos céus abertos, já comentei com os senhores, posso acrescentar ainda que em termos de fatos, a indústria de transporte aéreo brasileiro é extremamente eficiente e competitiva, extremamente eficiente e competitiva. Nossas empresas aéreas dominam 62% do mercado sul americano, nossas empresas aéreas, no movimento para os Estados Unidos, competem com as maiores e com eficiência. Em algumas rotas elas dominam muito mais o mercado do que as empresas estrangeiras. Ou seja, elas têm condições de competir nesse mercado. Então, as medidas que a Anac tem adotado seguindo a política em termos de liberalização e que envolvem resultados como redução, nos últimos dez anos, em 30% da tarifa média, acessos às classes C e D a esse tipo de voo, desconcentração dos voos do eixo Rio/São Paulo. Esse é um dos efeitos dessa liberalização. Então, há uma série de efeitos paralelos que precisam ser também considerados.

E, relativamente à Resolução nº 115, que o senhor comentou, essa resolução veio substituir uma instrução antiga do comando aeronáutico que era muito mais restritiva, muito mais restritiva e era extremamente penalizante. Essa resolução foi estudada, ela classificou por tamanhos, por movimentos, por riscos específicos e lançou toda uma política nova em relação a esse assunto. Agora, as questões específicas, como o senhor comentou, a áreas com dificuldade, casos específicos, principalmente de locais ou regiões, têm que ser tratados como específicos e não como gerais. Tudo que se fala em termos desta resolução trata de risco de segurança. Segurança significa que podemos quantificar e precisar esse tipo de atividade. Então, uma coisa é o senhor aplicar uma resolução dessa inteiramente, genericamente, a todo um país que tem diferentes matizes. Agora, a própria legislação da Anac já prevê a possibilidade de especificidades, ou seja, nós temos um regulamento que prevê desvios, possibilidades, avaliações. Para isso, temos que substanciar tecnicamente esses desvios. As propostas têm que analisar o nível de risco e se ele é adequado ou não e como ele pode ser mitigado, porque estamos falando de serviços prestados à população, estamos falando de vidas que podem ser afetadas nesse processo.

Relativamente à minha nomeação como assessor, reitero que eu poderia estar confortavelmente na

minha casa, aguardando a sabatina, recebendo o meu salário de diretor da Agência, porque eu tinha direito a quatro meses de quarentena por uma proposta interna de um diretor que gostaria que eu o continuasse assessorando naquilo que é o meu conhecimento. Eu aceitei continuar a trabalhar ganhando menos do que eu ganharia e me submetendo a todo esse processo.

Tudo o que foi feito foi com o devido conhecimento e aval da Procuradoria. Agora, eu não editei a norma de delegação, ela já existia. A norma de delegação é antiga, já existia e foi feita com o parecer da Procuradoria e tudo. O que simplesmente foi feito foram alterações que eram necessárias, como o próprio Procurador disse, para sustento futuro da agência. Foi só isso o que eu fiz. Não houve nenhuma proposta minha desse processo, eu simplesmente aceitei uma opção que foi dada para que eu continuasse trabalhando com a minha especialização e com o meu conhecimento. É isso que eu posso dizer aos senhores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só para esclarecer, diz aqui: Foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 481, de 16/03/11, assinada pelo senhor. O senhor está dizendo que não assinou esta portaria que dá poderes ao chefe de gabinete para efetuar as nomeações. O senhor não assinou essa portaria?

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Eu alterei a portaria que já autorizava.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então, o senhor alterou a portaria?

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E qual foi a alteração?

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Foi dessas duas nomeações.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente. A denúncia é exatamente esta.

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então V. S^a está confirmando.

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Sim. Mas a intenção foi dar sustento à agência conforme...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Houve, portanto, uma ação em causa própria. É esta a denúncia dos servidores da Anac.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Senador, esse assunto foi submetido à Procuradoria da Anac junto à Anac, que é da AGU, antes que esse ato fosse tomado. Depois, ela foi consultada novamente se seria o caso de improbidade. Este é o parecer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não estou dizendo que V. S^a não teve coadjuvantes nesse ato. V. S^a teve coadjuvantes, teve parceiros.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Relativamente ao e-mail de servidores: nunca houve ameaças de minha parte absolutamente, nunca houve. Não existe nenhum caso de ameaça. Desconheço qualquer tipo, não é esse o meu perfil. E gostaria também que ficasse bem claro: nunca tive essa percepção dentro da Anac, seja como Diretor-Geral de Aeronavegabilidade ou como substituto.

Nós temos hoje 1050 servidores de carreira, reguladores, mais 350 servidores RJU e mais os comissionados. Ou seja, na Anac trabalham cerca de 1800 pessoas, e eu não acredito que o número de servidores que fez isso seja representativo. Eu nunca tive essa percepção, absolutamente. Nunca fiz um comentário, nunca na minha vida fiz um ato que não fosse legal, como militar ou como engenheiro do ITA. Tudo o que tenho na minha vida, tudo o que sou, foi o serviço público que me deu. E eu faço questão de defender um serviço público de qualidade e idôneo.

Agora, se os senhores me permitem: eu contrariao interesses internos? Sim, contrario. Para aquilo que não é justo, para aquilo que não é lícito, para aquilo que não é correto, eu contrario sim, senhor. Então, se existem pessoas contrariadas, eu gostaria de saber exatamente o porquê. Contrariei interesses internos? Muitos. Contrariei, sim, senhor.

Mais uma pergunta do Sr. Senador Alvaro Dias relativamente às competências da SRI. O que a Anac fez simplesmente foi instruir a SRI quanto aos princípios que deveria utilizar na discussão dos acordos, e esses princípios nada mais são do que aquilo que está na política nacional de aviação civil. E esses acordos, depois, são do nosso conhecimento. Essa delegação não foi feita por mim. Houve uma decisão do colegiado, e essa área não está afeta à Diretoria Geral de Aeronavegabilidade. Então, não existe um ato meu sobre esse assunto. Se existe alguma denúncia nesse sentido, desculpe, mas é infundada. Não existe ato meu.

Relativamente à pergunta do Senador Vicente: a questão dos aeroclubes está inserida numa questão macro de treinamento. Não existe absolutamente a ideia de que a Anac não esteja apoiando os aeroclubes. Não é isso. O que a Anac apóia é muito mais do que os aeroclubes, é um programa de treinamento e centros de treinamento que sejam capazes de qualificar pilotos não apenas para voar. Não só pela sofisticação só das aeronaves, mas pelo uso intensivo de tecnologia no espaço aéreo, formar um piloto não é mais só pé e mão, envolve muito mais do que pé e mão. Então, não existem restrições da Anac a aeroclubes. O que existe é a preocupação da Anac com uma política de formação de pessoal ampla e que seja abrangente em todo o país.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Dr. Cláudio, eu vou ainda encaminhar vários questionamentos. Quero só registrar que sou aviador comercial há 31 anos, convivo diretamente com a classe e exerço a minha profissão de aviador. Como eu me inscrevi – sou o quinto –, vamos falar sobre os aviadores do Brasil com relação à Anac.

O voto que darei para V. Ex^a é muito mais um voto de confiança para mudarmos muitas coisas que vou relacionar logo em seguida.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda. Em seguida, o Senador Delcídio Amaral e, logo em seguida, o Senador Vital do Rêgo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr^a Presidente, eu gostaria, baseada no Regimento, de fazer uso da palavra, porque não me considere contemplada com as respostas do Dr. Cláudio Passos. Então, eu gostaria de um tempo de dois minutos, que é o que prevê o nosso Regimento, para fazer a complementação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Eu solicitaria a V. Ex^a que ouvissemos os três e, depois, voltássemos para V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Alvaro Dias teve essa prerrogativa.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Perfeitamente. Não só ele, mas também o Senador Vicentinho.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Só estou pedindo o mesmo tratamento.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – V. Ex^a o terá.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr^a Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Walter Pinheiro, eu solicitaria a V. Ex^a que ouvisse o Senador Flexa Ribeiro, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Gostaria de saber quantos Senadores ainda estão inscritos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Eu citei os três que fariam perguntas agora: Cyro Miranda, Delcídio Amaral e Vital do Rêgo. Logo em seguida falarão V. Ex^a e o Senador Vicentinho Alves.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu proporia a V. Ex^a que ouvissemos agora os cinco restantes e,

aí, o nosso indicado, Dr. Cláudio Passos, responderia as perguntas dos cinco Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – O Plenário concorda com a sugestão do Senador Flexa? *(Pausa)*.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Conta com o nosso apoio para concluirmos essa fase de sabatina.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Pois não.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr^a Presidente, acho que o Dr. Cláudio não analisou nem respondeu o questionamento da Senadora Vanessa Grazziotin sobre o problema do céu aberto. É inacreditável que um presidente da Anac não tenha condições e não se tenha preparado para falar sobre a política de céu aberto, que envolve diretamente a posição de empresas brasileiras e estrangeiras de aviação. É o fato mais importante que existe hoje.

V. Ex^a aqui está enfocando a defesa de seus problemas pessoais, mas V. Ex^a tem de falar conosco sobre sua posição em relação à política de céu aberto, o que existe na política de céu aberto, quem está ganhando e quem está sendo prejudicado com essa política. Isso é extremamente importante.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB — AM) – Serei breve.

Agradeço ao Senador Dornelles. É exatamente isto, eu não me sinto contemplada com as respostas que foram dadas. Pelo menos no meu entendimento, o Dr. Cláudio se deteve naquilo que não é o principal.

Falamos de uma ação civil pública sobre uma licitação, mas temos outras ações civis públicas que não dizem respeito a uma questão específica, a um ato administrativo, mas dizem respeito à política da Anac. Eu me referi, e volto a me referir, ao fechamento dos escritórios. O que o senhor falou aqui, Dr. Cláudio, é algo muito grave: “Nós estamos fechando os escritórios porque eles são postos, eles não têm procedimentos unificados nacionalmente, mas depois, posteriormente, a gente vai ver como...”

Acho que não dá. Se está errado, mantém como está até que se construa uma nova forma de atendimento à população. Nós não estamos falando de todos os três mil aeroportos, do interior do país inclusive, mas dos aeroportos das capitais, que não terão mais... Foi baixada uma portaria que, segundo o próprio Ministério Público, não obedeceu os trâmites que deveria ter obedecido – quanto à audiência pública, e não poderia

ser um ato monocrático. Eu gostaria que V. Ex^a falasse sobre isso, porque estou falando de uma população que se utiliza do transporte aéreo e está completamente desassistida, de norte a sul do país. Quero que o senhor fale sobre isso.

Sei, Dr. Cláudio, que não é papel da Anac determinar política, mas é papel da Anac fiscalizar a aplicação da política estabelecida pelo Poder Executivo. Eu perguntei a sua opinião, e o senhor, de forma muito rápida, disse que concorda que a política de aviação regional tem de ser revista.

Eu tenho aqui uma carta que recebi há dois dias. É do prefeito do Município de Itacoatiara, que é o terceiro... O Senador Blairo Maggi sabe perfeitamente: lá há um porto, um dos maiores portos graneleiros do nosso país, é uma cidade muito importante. E está aqui: o aeroporto está sendo fechado. Isso vai impedir a chegada de 1,2 mil trabalhadores ligados à Petrobras para fazer pesquisa.

Nós não temos aeroportos homologados, e não me refiro apenas ao meu Estado, mas à Amazônia, Dr. Cláudio. Não adianta fechar o aeroporto. Fechar o aeroporto não adianta! A população fica desassistida e ele continua funcionando irregularmente.

Então, como a Anac está agindo diante desses casos graves que existem no Brasil, sobretudo na Amazônia?

Sr^a Presidente, se a senhora quiser deixar que ele responda depois das outras perguntas, para colaborar, por mim não há problema nenhum.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr^a Presidente, muito obrigado. Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero me aliar ao seu pronunciamento, Senadora Vanessa. Em relação só aos aeroportos, nós fizemos recentemente uma visita a Angra dos Reis – éramos sete Senadores – e tivemos que sair correndo. Voamos até as 17 horas, porque o aeroporto não era balizado. Estudava-se, na mesma época, uma estratégia de tirar o pessoal em caso de algum problema sério na usina. Quer dizer, as coisas estão bem descasadas. Mas esse é o assunto que a Senadora Vanessa colocou, só estou corroborando.

Há também dois aspectos, um deles o Senador piloto Vicentinho vai colocar, que é a parte dos checkadores de voos, que foram devolvidos para a Aeronáutica, mas ele vai especificar.

Eu tenho um problema aqui que gostaria de passar ao senhor, para ver como o senhor imagina se isso é possível ou não. Estamos nos deparando agora com uma coisa muito engraçada na empresa TAM. Ela ago-

ra faz reserva de assentos, que chama de “assento conforto”. É a primeira fila, a saída de emergência, e o senhor tem que...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – A Gol também? Bem, em detrimento de diminuir o espaço das outras, porque vimos mal-acomodados, eu gostaria de saber se a Anac pode e deve fazer alguma coisa. Você tem que pagar um percentual, uma taxa a mais, para poder ir ao conforto. Daqui a pouco, vamos ter também aquele que pode ir em pé e aquele que pode ir sentado. Não sei se o senhor lembra da época do bonde, quando a gente ficava segurando. Do jeito que vai, como não tem fiscalização nenhuma, tudo vai correndo frouxo.

Mas eu pergunto ao senhor o seguinte: Independente das condições dos aeroportos, que não são tratados...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Já se vai em pé na Inglaterra? Pois é. Então, qualquer hora, vamos fora do avião. *(Risos.)* É. Se já vão em pé, então vamos fora do avião.

Independente, Dr. Cláudio, das condições precárias dos nossos aeroportos... Estou falando de aeroporto grande, não estou falando do chiqueirinho que temos em Goiânia, não. Aquele é o único aeroporto pior do que qualquer rodoviária do País. Mas estou falando de um aeroporto do tipo de Guarulhos. Eu estava chegando de um voo internacional, fazendo uma conexão para a minha cidade, e havia senhoras grávidas deitadas no chão, porque houve atraso de 50 minutos no voo. Numa sala de embarque, cabiam 100 pessoas e havia 300, porque eram três voos e iam se acumulando os atrasos. Eu gostaria que o senhor me explanasse rapidamente. Mas vou passar uma dúvida minha aqui.

V. S^a assinou um parecer técnico propondo a contratação do DCA-BR; mas, posteriormente, um parecer do Sr. Rogério Emílio de Andrade, Procurador da Advocacia-Geral da União em exercício, pediu anulação do contrato. Apenas doze dias depois, outro parecer, agora do Procurador Titular Gabriel de Mello Galvão, convalidou o contrato. Essa questão me parece nebulosa e gostaria que V. S^a falasse sobre esse episódio, que, numa avaliação preliminar, me parece um claro direcionamento de contrato da DCA-BR.

A segunda é que, apesar de todas as demandas dos usuários da aviação civil brasileira, na maioria, estarem direcionadas aos problemas de infraestrutura dos aeroportos e ao descaso das companhias aéreas com os passageiros, a ex-presidente Solange Vieira disse, em entrevista concedida à jornalista Miriam Leitão, que

a prioridade da Anac na gestão dela era aumentar a competição do mercado brasileiro.

A impressão que me passa é de um certo descaso com a qualidade dos serviços prestados, com o bem-estar dos passageiros. Qual seria a prioridade de V. S^a à frente da Anac?

Era só.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria cumprimentar a Senadora, nossa Presidenta, Lúcia Vânia, o Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura, os demais Senadores e Senadoras, e cumprimentar o Dr. Cláudio Passos Simão, da Anac.

Eu queria fazer, Senadora Lúcia Vânia, algumas ponderações, algumas considerações com relação a esta sabatina.

Primeiro, registro o trabalho que o Senador Blairo Maggi fez como relator. Ele foi além daquilo que, efetivamente, competia a ele como Senador da República e como relator. Ele buscou informações adicionais até no sentido de dar segurança aos Senadores e às Senadoras que participam da Comissão de Infraestrutura e vão votar nesta sabatina, inclusive com esse parecer que nós recebemos da Advocacia do Senado Federal, um serviço muito competente, que nos auxilia muito no dia-a-dia do nosso trabalho no Senado da República.

Então, primeiro registro isso, dizendo que na última reunião da Infraestrutura eu disse que tinha sido relator do processo do Dr. Cláudio Simão, mas eu fui relator do processo do Dr. Pellegrino, que é outro diretor, também, técnico da Anac, como também é o Dr. Cláudio Simão.

Eu me sinto absolutamente confortável não só com o relatório do Senador Blairo Maggi, como também com o parecer da Advocacia do Senado Federal. Portanto, com as explicações do Dr. Cláudio Simão e com esse parecer da Advocacia, eu me sinto muito confortável para votar.

Eu queria fazer alguns registros que, talvez, dentro do que pude ouvir do Dr. Cláudio Simão, eu entendo pertinentes a alguns aspectos deste debate que estamos fazendo aqui.

Eu fui o relator da Anac, Agência Nacional de Aviação Civil, aqui no Senado Federal e é importante registrar que esse projeto vinha-se arrastando há anos no Congresso Nacional.

Para os Srs. Senadores e Senadoras terem uma ideia, o Nelson Marchezan foi o primeiro relator desse projeto. Deputado honrado do Rio Grande do Sul, ele foi o primeiro relator do projeto da Agência Nacional de Aviação Civil aqui no Congresso.

Eu, agora, não consigo me lembrar do ano, mas, num determinado momento, a FAA ou, melhor dizendo, o governo dos Estados Unidos, numa das visitas do ex-Presidente Fernando Henrique aos Estados Unidos, deixou muito claro que, nessa questão da homologação, certificação, o Brasil poderia perdê-la se não fosse criada uma agência nacional de aviação civil.

Existiram vários fatores que cercaram essa decisão e outros de foro interno, tanto é que esse projeto já vinha tramitando na Câmara quando foi dada celeridade à criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

Eu fui o relator e queria fazer algumas considerações que entendo importantes.

Primeiro, como disse o Dr. Cláudio Simão aqui, certificações, são poucos os países que as fazem no mundo. Eu conheço Canadá, Estados Unidos e Brasil, e não sei quais são os países da Europa. São pouquíssimos os países que têm esse conhecimento, esse *know-how* que o Brasil conquistou e consolidou ao longo da sua história.

Portanto, isso exige um nível de especialização enorme, porque nós estamos mexendo com um setor sensível e estamos mexendo com pessoas.

Isso foi uma grande conquista.

Portanto, em função disso e por outras razões também, eu acho que a decisão tomada foi correta de se criar uma Agência Nacional de Aviação Civil. Com o Presidente Lula, esse projeto também foi priorizado, e nós o aprovamos aqui no Senado, na Comissão de Infraestrutura. Depois, ele foi para o plenário.

O que eu queria registrar aqui? Dentro desse projeto, para tornar a Agência Nacional da Aviação Civil efetivamente civil, uma agência civil, havia todo um cronograma de liberação de militares, um cronograma estabelecido de 20% ao ano. Só que essa é uma área sensível. O DAC prestou um serviço extraordinário para o País, assim como a Anac tem prestado, com críticas. Eu mesmo tenho várias críticas à Anac, porque acho que a Anac está perturbando demais, principalmente a vida dos pilotos que estão lá nos Estados: em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso, em Rondônia. Ela está fechando postos, portanto criando entraves, dificuldades e onerando aqueles pilotos que operam em outros Estados brasileiros.

Eu gostaria aqui de fazer o registro de que, em função desse escalonamento, não tínhamos velocidade e muito menos vagas suficientes para fazer essa transição. Então, esse assunto, essa Oscip que foi aqui discutida, e a decisão do Dr. Cláudio Simão, o momento era o seguinte: escolher se morre enforcado ou ir para o paredão. Não tinha saída. Por quê? Porque havia uma necessidade clara de se qualificar quadros, treinar pessoas.

Não podemos pegar uma pessoa concursada para homologar, para certificar produtos aeronáuticos. Isso seria uma irresponsabilidade absoluta. Entendo esse procedimento exatamente com o intuito de atender a lei que criou a Anac e prestar um bom serviço e, ao mesmo tempo, manter essa imagem que o Brasil tem como um País que faz certificação.

Dito isso, cara Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Dr. Cláudio Simão... Eu já aprovei aqui diretor de agência reguladora. Olha, é difícil, é difícil, pelo perfil, pelo currículo. Os dois técnicos reconhecidos da Agência Nacional de Aviação Civil, um é o Dr. Cláudio – estou me referindo à direção –, o outro é o Dr. Pelegrino. Eu não posso deixar de considerar alguém, e me desculpem alguns Senadores, com a formação do Sr. Cláudio Simão. Ele é um engenheiro do Ita. Nós sabemos que o representa o Ita. O Ita é uma das melhores escolas, talvez uma das melhores escolas do Brasil e um instituto respeitado, que desenvolveu toda uma elite aeronáutica que levou o Brasil a essa posição privilegiada, não só de certificação, mas também no papel da Embraer. Nós não podemos esquecer essas coisas.

É uma pessoa que tem efetivamente um currículo exemplar. Ah, mas o Ministério Público está investigando. Mas porque o Ministério Público está investigando, então ele está condenado? Espera.

Recentemente tivemos denúncias contra o Vice-Presidente da República. Esta semana soubemos que o Ministério Público já arquivou. Ele iria condenar o Vice-Presidente da República? O Ministério Público está investigando. Então tem que haver alguns princípios de razoabilidade para fazer uma abordagem como essa e uma sabatina nesse nível.

Só para concluir, Sr^a Presidente, porque sei que tem outros oradores, esse tipo de denúncia na Internet, no Twitter. Eu, quando fui relator do Dr. Pelegrino, observei a mesma coisa. Gozado, devem ser as mesmas pessoas, porque foram muito duras, muito militares, arbitrárias. Recebi muitas mensagens nesse sentido. Eu acho que não é assim que vamos construir uma Agência Nacional de Aviação Civil forte, que é o que todos nós esperamos, a despeito dos problemas da Anac.

Então, gostaria de aqui fazer justiça: o Dr. Cláudio Simão é um excelente técnico, respeitado. Estou muito confortável com o parecer do Senador Blairo e com o parecer da Advocacia do Senado. Portanto, eu vou votar, sim, pela indicação do Dr. Cláudio Simão a uma das diretorias da Anac.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr^a Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pela

condução serena, objetiva, imparcial e competente dos trabalhos. Depois, quero dizer que, embora participe de muitas comissões, vou me acostumar a ficar mais tempo na comissão que V. Ex^a preside, porque é a primeira comissão em que somos bem servidos: tivemos pão de queijo, os Senadores comeram bem. Somente uma mulher com a sensibilidade de V. Ex^a para tomar atitudes como essa.

Volto à sabatina do Dr. Cláudio.

Não quero me alongar, porque o Senador Delcídio foi, numa linguagem médica, cirúrgico nas avaliações técnicas de quem foi o relator do processo de criação da Anac e das avaliações objetivas e jurídicas de um técnico, que é o Dr. Cláudio. Quero também enaltecer, referendar e valorizar a aguçada relatoria do Senador Blairo Maggi.

Esta sessão tinha dois momentos. O primeiro momento, circunstanciado aos fatos elencados pela oposição, que eu respeito e que precisavam ser esclarecidos – e foram esclarecidos à exaustão. Antes, porém, de forma precoce e sapiente, o Senador Blairo conseguiu uma nota técnica de quem de direito podia dá-la, que é a Advocacia-Geral do Senado, sobre aqueles dados que municiavam o seu relatório.

Feitos esses esclarecimentos, reconheço que a Senadora Vanessa, o Senador Dornelles e o meu piloto de confiança, o Senador Vicentinho Alves, têm todo direito de questionar a política da Anac, que deve receber reparos, mas não a indicação do Dr. Cláudio. A política da Anac deve receber reparos, porque nenhum de nós está satisfeito. Eu mesmo acho licenciosa a relação da Anac com as empresas. Eu, que sou paciente, consumidor constrangido dos serviços de empresas aéreas, sinto-me mal nos dias – e são tantos! – em que precisamos usar o transporte aéreo neste país.

A Anac ainda é muito impotente. Eu queria que o Dr. Cláudio me desse uma relação entre autuação e infração. Quanto de eficácia há no cumprimento das autuações, porque os aeroportos têm dezenas e centenas de vítimas das empresas aéreas.

Sou Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Aviação Regional, que fundamos e criamos ainda como Deputado Federal. Gostaria de saber qual é a participação da Anac na aviação regional; fortalecer a posição de Vanessa e de Dornelles com relação ao céu aberto; perguntar sobre a prática de *overbooking*, saber o que tem sido feito pela Anac para diminuir essa situação tão vexatória e se a Anac está acompanhando os dados, as informações que chegaram agora por força de investigações do governo francês a respeito do fatídico voo 447, que tanto interessa à aviação mundial.

Essas são as perguntas que faço de forma objetiva sobre a política da Anac, porque entendo, como entendeu o eminente engenheiro, Senador Delcídio, a importância de ter um técnico da sua qualificação, do seu comportamento, da sua dureza, inclusive, em desagradar quando é necessário. Acho que a Anac está muito bem entregue tanto com o Dr. Pellegrino quanto com V. S^a.

E não tenho o mesmo conforto que teve o orador que me antecedeu para votar em V. Ex^a, eu também tenho.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, com os nossos agradecimentos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só pediria aos Srs. Senadores que não declinassem o voto, uma vez que o voto é secreto.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves, pela ordem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eminente Relator, colega Blairo Maggi...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu estou dando a palavra pela ordem, porque pela inscrição V. Ex^a é logo em seguida ao Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro, Senador Vicentinho Alves e Senador Walter Pinheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Vice-Presidente e Relator, Senador Blairo Maggi, Dr. Cláudio Passos Simão, indicado à Conselheiro da Anac, Sr^{as} e Srs. Senadores... Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a pediu para não se declarar o voto por ser secreto, mas já está declarado na votação do requerimento do Senador Alvaro Dias; o voto, praticamente, é do conhecimento de todos. O único que ainda pode ser secreto é o meu, porque estava em uma reunião na Norte Energia e ainda não votei.

Mas antes de fazer as perguntas, se V. Ex^a me permite, gostaria de prestar um esclarecimento ao Senador Delcídio do Amaral.

Senador Delcídio, V. Ex^a fez uma referência à formação técnica do Dr. Cláudio Passos e eu concordo. Ele é formado em Engenharia pelo ITA, o que não deixa nenhuma dúvida com relação à formação técnica, por ser o ITA uma escola de excelência em nível nacional, Senador Blairo Maggi. Só que se o Senador Delcídio do Amaral fosse perguntar ao Robô Ed sobre o ITA, ele iria responder ao Senador Delcídio, Senadora Lúcia Vânia, que ITA é pedra, que vem de Itapetininga, como respondeu quando perguntei sobre o ex-Presidente Itamar Franco.

Quero solicitar ao alimentador do robô, Senador Walter Pinheiro, que ele faça a correção quando se...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Robô Ed, quem é este robô?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

...que ele faça uma correção quando se consultar sobre o nobre Senador Delcídio do Amaral. Porque a resposta vem que “Amaral” é uma planta amarga e esse Senador é uma doçura de pessoa. Então, Senador, entre no *site* da Petrobras...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sempre há exceções.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É

porque o Robô Ed não lhe conhece. Então, quero que V. Ex^a entre no *site* da Petrobras e registre essa correção. Mas vamos... É porque...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – As perguntas, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Eu vou entrar. Eu acho que o robô Ed está cansado de viajar nas poltronas apertadas da TAM e da GOL!

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Senador Walter...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Mas, Dr. Cláudio, eu vou fazer as perguntas. É só para relaxar, Presidente! É só para relaxar.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Não, foi muito bom! Eu acho que foi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Nós estamos muito tensos aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Mas acontece que o nosso sabatinado está cansado. Já tem duas horas a sabatina aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ele

precisa relaxar também!

Dr. Cláudio, muitas das perguntas, a maioria delas acredito que já foram feitas e V. S^a já as respondeu.

Eu gostaria de perguntar a V. S^a primeiro: qual o orçamento da Anac? Qual o orçamento da Anac? Qual a receita que a Anac tem? E aí nós vamos saber qual é o contingenciamento que a Anac sofre, por parte do Governo Federal. Quando eu tive a oportunidade de visitar V. S^a para pedir-lhe, como o fiz quando a Dr^a Solange presidia, há um ano e meio, quando houve a ameaça de fechamento dos postos da Anac nos aeroportos, inclusive do Pará, e em outros do Brasil, ela atendeu e não fez o fechamento. Ela recuou da portaria e, lamentavelmente, V. S^a não recuou, manteve o fechamento, dizendo que seria a partir de então feito virtualmente pela rede mundial dos computadores.

Ora, se com a presença da Anac nos aeroportos os usuários já não eram atendidos, imaginem por meio da Internet! Eu quero dizer aqui, pela TV Senado, o que

eu lhe disse na visita que fiz: isso é um desrespeito para com os brasileiros. Um desrespeito! Não estou dizendo que a culpa é sua. Não estou dizendo. Eu apenas acho que a Anac não cumpre com a sua obrigação.

Morte anunciada. V. S^a me disse que, há cinco anos, a Aeronáutica vinha retirando o efetivo dela, a cada ano, 20%, e esses eram os últimos 20% e iriam retirar. Então, a Anac foi omissa. E é por isso que eu lhe perguntei qual era o orçamento e qual era a receita, porque ela foi omissa em não repor o efetivo, para que não houvesse o fechamento desses postos de serviço.

Segunda pergunta: qual é o conceito do Aeroclube do Pará na Anac? O Aeroclube do Pará forma pilotos comerciais e é o único aeroporto no Norte – e não sei se no Nordeste, Senador Vicentinho – a formar aeroporto. A Amazônia brasileira – e, aí, há a Senadora Vanessa – é, sem sombra de dúvida, uma área descoberta, em termos de segurança, na aviação. E não é possível que a Anac, além de se omitir no atendimento ao usuário, omita-se na questão da segurança, na formação de pilotos e na homologação de revisões de carteiras e de aeronaves. As pessoas agora terão de vir a Brasília para fazer revisão de carteira de saúde.

E eu gostaria que V. S^a dissesse qual é o conceito que o Aeroclube do Pará tem na Anac. V. S^a disse que esses aeroclubes precisam ser melhor estruturados.

Terceira pergunta. Eu não vou entrar no mérito com relação à contratação da empresa que aqui já foi questionada, da DCA-BR. Não vou entrar no mérito. Precisava ter continuidade no serviço, um serviço essencial para a aviação civil. Não vou entrar no mérito. Eu só perguntaria a V. S^a se não foi tentado, junto ao Ministério Público, quando esses trinta e sete funcionários, segundo informações que me foram dadas pelos próprios funcionários da Anac, foram demitidos porque seus contratos temporários estavam vencidos, V. S^a não tentou, junto ao Ministério Público, fazer um termo de ajuste de conduta? Senador Pedro Taques, V. Ex^a que é oriundo do Ministério Público... É comum se fazer isso. Os governos fazem para que se mantenham os funcionários enquanto a Anac treinava novos funcionários para serem contratados por concursos. Isso é feito permanentemente. Quanto custava para a Anac esses 37 funcionários que vão custar, pelo que foi dito aqui na nota técnica, R\$42,4 milhões por ano por esses contratos? V. S^a, na resposta que deu ao Senador Alvaro Dias, foi enfático – quero parabenizá-lo pela forma como V. Ex^a respondeu – ao dizer que não compactua com os ilícitos e que, se há pessoas contrariadas, e pode existir, com a gestão de V. S^a por isso, ou seja, porque não compactua com ilícitos. Pergunto: que ilícitos são esses a que V. S^a se refere? Quem os praticou ou pratica? Por que V. S^a não de-

nunciou essas ilicitudes que deixou pairar no ar quando deu a resposta há pouco. Porque se V. S^a não fizer essa denuncia aqui, agora, nesta audiência, V. S^a vai, no mínimo, estar sendo cúmplice desses ilícitos.

Se V. S^a tem conhecimento, não compactuou – e quero parabenizá-lo novamente por isso – e as pessoas que praticaram esses ilícitos estão contrariadas com V. S^a, eu gostaria que V. S^a dissesse aos Senadores quem os praticou, de que forma eles foram feitos. E, mais anda, Dr. Passos: V. S^a disse há pouco também e eu queria entender. Tenho questionado, desde o momento em que cheguei ao Senado Federal, o seguinte: as agências reguladoras, Senador Blairo Maggi foram criadas no Governo Fernando Henrique, porque, quando o Governo Fernando Henrique assumiu o papel importante de retirar o governo de áreas que poderiam ser absorvidas pela iniciativa privada, entrando na privatização, era necessário criar agências reguladoras que pudessem proteger o usuário. Essas agências, Dr. Cláudio, teriam que ser não comandadas pelo Governo Federal, não pelo Executivo; elas teriam que ter liberdade de ação, teriam que ter, inclusive, poder para discordar do Governo Federal. Tanto que, quando o Presidente Lula assumiu, houve, num primeiro momento, no primeiro governo do Presidente Lula, discordância achando que as agências reguladoras queriam se contrapor, em nível de poder, com os ministérios. E elas foram esvaziadas lamentavelmente. E se viu o que aconteceu: colocaram pessoas sem competência como conselheiros das agências e que, depois, já no segundo governo, elas começaram a ser recuperada.

Pelo que sei, a Presidente Dilma já deu o norte de que as indicações para as agências reguladoras serão técnicas e não serão políticas, e ela está correta, porque as agências reguladoras têm que ter liberdade para agir em defesa do consumidor. Mas V. S^a disse que a agência reguladora tem que fazer o que o Executivo manda, aí não dá para entender. Acho que V. S^a podia muito bem, Senador Blairo, ser o secretário executivo, ou melhor ser o Ministro da Secretaria de Aviação Civil, porque aí, sim, para fazer o que o Executivo manda. Mas, uma agência reguladora para fazer o que o Executivo manda, é lamentável.

Fiz um projeto de lei – V. Ex^a falou aqui no Procurador-Geral da agência – para que o Procurador das agências reguladoras tivesse mandato, porque acho um absurdo, Senador Pedro, que o procurador de uma agência reguladora seja indicado pelo Presidente. Qual é a autonomia que esse Procurador vai ter para fazer um parecer contrário ao Presidente? Nenhuma. Ao passo que se ele tiver mandato vai dizer: “Não, o usuário

está sendo prejudicado; vou contrariar o interesse do colegiado, porque acho que tem que ser esse”.

Então, fiz um projeto de lei que está correndo aí, está engavetado, porque o Governo não tem interesse. Foram todos – pior ainda – levados para a Advocacia Geral da União, que é quem indica hoje. O único Procurador-Geral que tem mandato é o do Cade, o único. Todos deveriam ter. E V. S^a vai ter mandato. Com mandato, V. S^a não estará submetido à vontade do Poder Executivo. Nem pode. V. S^a está lá para servir como agente para defender o usuário brasileiro, para defender os interesses dos brasileiros, intermediando as empresas de aviação com a política do Governo Federal.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Vicentinho Alves. Posteriormente, os Senadores Dornelles, Walter Pinheiro e o Acir Gurgacz.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores,...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero dizer que o Senador Gurgacz é o último orador inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente,...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Pedro Taques é o último.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr^a Presidenta, vou procurar ser bastante breve e bastante objetivo. Primeiro, parabenizar o Relator, colega e amigo, Senador Blairo, dizer ao Dr. Cláudio que é um prazer conhecê-lo pessoalmente, porque conheço a sua biografia, a sua competência, sua honradez; tenho alguns questionamentos, como aviador e falando em nome dos aviadores do Brasil.

Quando inicio falando sobre os aeroclubes, naturalmente já começo inclusive parabenizando a Anac pelas bolsas que tem para os alunos de baixa renda. A Anac paga 27.5 horas, num curso de 40 horas, e ainda dá hospedagem para os alunos no Brasil. A minha cidade, Porto nacional, o aeroclube tem lá oito alunos bolsistas. Essa é uma boa preocupação. Sugiro que amplie o número de bolsistas. E quando eu digo aeroclubes é porque fora da Aeronáutica todos os aviadores iniciam, mesmo os que estão cursando Ciência Aeronáutica, nos aeroclubes.

Sugiro, Dr. Cláudio, que haja subsídio na aviação para os aeroclubes – começando aí –, para que baixe a hora para que os alunos tenham mais acessos aos aeroclubes, até porque o mercado de trabalho na aviação está superaquecido, e precisamos incentivar cada vez mais.

Sugiro também, com relação a convênios de manutenção de aeronaves, que a Anac tenha essa preocupação.

Venho muito preocupado porque a Anac vem direcionando a sua preocupação mais para a aviação comercial, deixando o foco com relação aos aviadores civis, que voam nas empresas executivas, ou inclusive particulares, como eu. De modo que hoje, Dr. Cláudio, não justifica um profissional aviador sair lá de Cuiabá, do Senador Pedro Taques, do Senador Blairo, ou lá de Campo Grande, do Senador Delcídio, para vir fazer uma prova em Brasília, quando antes se fazia nesses Estados. Quer dizer, fica completamente inviável. Não justifica um aviador requerer um cheque – o cheque é checar; muitas vezes não se compreende a nossa linguagem –, e o senhor sabe, todos nós sabemos que a carteira vence em um ano, com uma demora de três, quatro meses; isso para fazer um cheque ou um recheque. Quer dizer, quando ele vai fazer um cheque ou um recheque já está vencida. E, pior, está tudo centralizando no Rio de Janeiro. Não tem sentido um aviador de Belém ter o seu assunto tratado no Rio de Janeiro. Se antes, no DAC, Departamento de Aviação Civil – a Anac nada mais é do que a sequência do DAC – tínhamos isso tudo descentralizado.

Há uma preocupação dos aviadores do Brasil na conduta disso, Dr. Cláudio, que precisamos melhorar, facilitar a vida dos profissionais. Talvez, quem sabe, possamos, de um ano para a renovação, ir para dois anos; melhorar o atendimento com relação aos checadores. A fila está enorme. Hoje, um aviador, para requerer o seu cheque, tem que fazer, no mínimo, com 80 dias de antecedência. Quer dizer, está completamente inviável a questão dos aviadores, principalmente na aviação civil.

Então, precisamos melhorar isso. Claro que quando digo que o meu voto é de confiança é porque acredito que o senhor vai cuidar bem dessas deficiências. Precisamos voltar os atendimentos para os Estados, que lá em Cuiabá se faça a provinha de regulamento. Não precisa vir a Brasília – não compreendo isso; que não vá para o Rio de Janeiro.

Outra preocupação que tenho, que é gravíssima e que eu acho que a Anac poderia ter uma prioridade nesse sentido, é com relação aos governos de Estados. Para o senhor ter uma ideia, o meu Estado, Tocantins, com 139 cidades, só tem seis pistas homologadas: Araguatins, Araguaina, Gurupi, Palmas, Dianópolis e Porto Nacional. Precisava haver convênios, articulações de governo, porque não dá um Estado com 139 cidades, Senador Vital, e só seis homologadas. E todas as outras, quando ainda precariamente existem, são clandestinas. Então, o senhor, diretor de aereona-

vegabilidade, precisa estar atento a isso. Estou dando o exemplo de Tocantins que pode estar ocorrendo na maioria dos Estados brasileiros. Precisamos estar bem atentos com relação a esses assuntos.

Preocupa-me também a questão da segurança de voo. Observo, e a Nação toda, no que diz respeito aos controladores, todos capazes, todos os pais de família e mães, enfim, que ali estão trabalhando, mas de forma muito exaustiva. Está muito escasso o número de controladores de voos no País, e isso é um perigo para a segurança de voo. Precisamos ter muita atenção, melhorar a questão salarial, melhorar a condição de trabalho. Estamos observando que o Governo brasileiro está se equipando cada vez melhor – isso é muito bom –, mas precisamos dar mais atenção às pessoas, aos profissionais, aumentar o número e a qualificação.

Para finalizar, eu também me preocupo e não entendo como um passageiro decola de Palmas, para ir a Imperatriz ou Belém, e tem que vir a Brasília e voltar por cima de Palmas, indo até lá. Tínhamos que coordenar melhor essas companhias aéreas. Estamos fazendo apenas os interesses deles. Acho que tem que conciliar também o interesse da população. Não tem cabimento. Poderia um voo sair de Brasília, Palmas; Imperatriz, Belém, ou São Luis. Todos serem jogados em Brasília, num desconforto total, já que a infraestrutura de aeroportos toda é precária. De modo que precisava redirecionar essa questão com relação à aviação comercial. E Palmas, que é o meu Estado e tenho que falar também sobre ele, tem nada mais do que um aeroporto estratégico para a Região Norte do País. Dali poderiam surgir muitos voos importantes.

Por último, Dr. Cláudio, quero reafirmar o seguinte: a Anac está direcionando muito para as companhias aéreas. Bom. Mas que mude também a atenção para atender também os aviadores da aviação civil, que nós chamamos no Brasil. Há dois ou três dias, lá em Goiânia, da Senadora e Presidente Lúcia Vânia, houve uma reunião com quase cem aviadores. E ali voei no serviço aéreo do Governo de Goiás, inclusive quando o nosso querido Governador Irapuan Costa Júnior, a senhora era a primeira-dama, eu era aviador ali do Serviço Aéreo do Governo de Goiás, voava o king inclusive. De modo que houve essa reunião em Goiânia, três dias atrás. Tenho ótimo relacionamento com os aviadores de Goiás e aqui estou encaminhando também essa reivindicação, para que a gente facilite a vida desses profissionais, porque não dá, Dr. Cláudio, parra que um profissional renove a carteira dele, que deveria ser, no mínimo, de um ano, está sendo de cinco meses, seis meses. Não existe quase checadores no Brasil. É uma deficiência de gestão.

Então, quero dizer e antecipar a minha confiança no senhor. Sei da sua competência, da sua credibilidade – isso é indiscutível da minha parte –, porém, em termos de gestão, precisamos avançar nesses aspectos.

Espero, nos próximos dias, fazer uma visita ao senhor, com alguns representantes da Aviação Civil do Brasil, para que a gente volte à normalidade com relação a tudo isso.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Dornelles. Em seguida, Senador Walter Pinheiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Comandante Brigadeiro, Dr. Cláudio, V. Ex^a sabe muito bem que eu tenho todo tipo de restrição à administração da Sr^a Solange Vieira na Anac, sob todos os aspectos.

Em relação às denúncias apresentadas contra V. Ex^a, considero que V. Ex^a foi absolvido pelo brilhante parecer do Senador Blairo Maggi. Acho que, então, o que eu desejaria, é que V. Ex^a desse as linhas básicas da política de céu aberto. Estamos abrindo o céu brasileiro, que é tão grande quanto o europeu, que corresponde aos Estados Unidos, para 50, 40, 60 empresas estrangeiras. A contrapartida seria que eles estariam abrindo o céu, mas só temos duas empresas. É aquela história de que falei, é goiabada de goiaba com abóbora. Eu queria que V. Ex^a colocasse quais são as restrições, quais são as precauções, como V. Ex^a vê a posição das empresas brasileiras nessa política de céu aberto e quais são as salvaguardas que colocamos em relação à abertura do céu brasileiro.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também vou economizar nas palavras, antecedido por diversos Senadores e Senadoras, mas eu queria, até muito na linha do que colocou aqui o nosso mestre Dornelles, ele que está numa relação muito afinada com Vanessa, mas sem nenhuma hostilidade a D. Solange, eu acho que o importante é a gente separar as coisas desse processo de sabatina. É óbvio que, em uma sabatina, a vida pessoal, a conduta pessoal de quem vai ocupar um cargo público – e, no caso específico de V. S^a, é uma recondução... Portanto, cabe, sim, a este Colegiado ter as informações e até buscar, como fez sobejamente bem o nosso Senador Blairo Maggi, as informações para nos dar a tranquilidade – e a V. S^a também – de que não há absolutamente nada que desabone ou que crie embaraços no que diz respeito à recondução ao cargo dessa forma, criando um ambiente mais seguro.

Então, todos nós estamos tranquilizados diante dessa apresentação do relatório. E, além disso, acho que V. S^a responde, não só em documentos como aqui peremptoriamente tem colocado os motivos que levaram ou as reações a partir das questões levantadas sobre a sua conduta.

Todo homem público – e esperei até para falar isso... Gostaria de ter dito isso na presença do Senador Alvaro Dias, por isso fiz questão de pedir que o requerimento fosse votado imediatamente, até para limparmos a área. Porque, se tínhamos dúvidas ou incertezas, efetivamente teríamos que suspender. Se nós tínhamos condições de fazer o que estamos fazendo agora, o correto era continuar e; portanto, promover a sabatina, e tratar dessa questão direta.

Mas acho que há um ponto importante nessa relação com V. S^a, tanto aqui na sabatina quanto da nossa posição: pouco nós temos conseguido fazer aqui no Congresso acerca das agências. E, aí, não é uma questão de caráter pessoal, dirigida a quem quer que seja, a quem dirigiu a Anac, a quem passou pela Anac, às turbulências que a Anac terminou enfrentando a partir dos problemas com os aeroportos, a conduta de ex-dirigentes ou coisa do gênero, mas é exatamente o conceito em relação à atuação das agências reguladoras como um todo. E o primeiro aspecto, que vem inclusive embutido em uma das questões da tentativa, digamos assim, para sermos mais corretos e não acompanharmos só a lógica da divulgação, a tentativa de atribuir a V. S^a relações ou facilidades para com aqueles que deveriam ser duramente inclusive fiscalizados pela agência – a história da captura...

Então, o que a gente gostaria de ouvir de V. S^a aqui, neste momento, é isso: de que forma... E não é para maltratar ou coisa do gênero. Eu tenho dito isso, meu caro sabatinado, em relação a todas as agências. De nada adianta o trabalho do senhor, com todo esmero, com todo esforço, para multar a TAM, a GOL, sei lá quem mais seja, se as coisas não aconteceram. Então, é muito melhor que o senhor aja para efetivamente nós termos o serviço do que o senhor aja para punir aquele que não nos prestou o serviço. Não nos interessa isso. Essa é uma agência reguladora, não uma caixa registradora para ficar aplicando multas e mais multas. A multa é uma consequência de não lograr êxito na efetiva fiscalização e no cumprimento das tarefas de cada um.

Portanto, esse é o papel preponderante. Todavia, para isso, parece-me que a agência tem, de certa forma, adotado posturas que vão na direção contrária dessas expectativas: fechamento de postos... A Senadora Vanessa, há pouco, levantava a questão do Norte. Ainda,

essa redistribuição das tarefas dentro dos aeroportos, a definição efetiva dessas funções.

Acho que é importante o senhor nos dizer quais os motivos que levaram a esse fechamento de alguns postos de serviços, a esse remanejamento. Reconheço que a ferramenta, hoje, da teleinformação ou o processo de cada vez mais se utilizar os mecanismos da Internet ou de telecomunicação ou da interação direta do passageiro, do usuário, com essas ferramentas, mas nada substitui a ação contundente da Agência. Então, essas medidas foram contrárias.

Há outra questão que eu gostaria de levantar: houve um *boom*, uma explosão do ponto de vista do uso de aeroportos, com uma quantidade de passageiros muito grande, consequentemente. Então, reduzimos nossa capacidade, meu caro Senador Blairo Maggi. Há concursados que não foram chamados. O senhor pode me dizer que essa pode ter sido uma política do Governo central em relação a isso. Mas houve essa atitude por parte da Agência de redução de quadro. E chamo de redução de quadro, porque, quando amplia minha demanda, estou reduzindo meu quadro, evitando que haja a condição efetiva de trabalhar com essas questões.

Agora, eu me refiro a esse jogo dos chamados táxis aéreos, dos serviços prestados de forma complementar ou auxiliar à estrutura comercial mais pesada. Por que a fiscalização nessas áreas é extremamente fragilizada e, eu diria, em certa medida, sem qualquer proteção para o usuário?

Então, eu gostaria que o senhor nos desse elementos para votarmos no senhor. Gostaria que o senhor falasse do seu comprometimento com essas questões. Há muito mais do que uma simples adesão de membros da base do Governo, como se, necessariamente, vindo de lá para cá, tivéssemos de colocar seu nome. V. S^a tem larga experiência no setor da aviação. Vem da Aeronáutica, é um homem experimentado, engenheiro formado numa grande escola reconhecida neste País. Portanto, é alguém que pôde, ao longo dos anos, dedicar-se com acuidade ao tema. Inclusive, pode muito mais até do que o engenheiro Delcídio Amaral, que, com toda a sua experiência, não teve a mesma oportunidade que o senhor teve, de se dedicar com exclusividade ao assunto.

Então, queremos ouvir de alguém que a gente quer colocar na Agência qual é a sua bagagem, o seu conteúdo e a sua experiência, para fazer literalmente um comparativo entre a fase em que o senhor era diretor e a atual. Qual é sua expectativa agora? É preciso que diga dos problemas encontrados e da sua disposição. Sei que estou tratando com um conselheiro, não com um conselho. Uma andorinha só, talvez, não faça ve-

rão, mas é possível que essa andorinha nos diga qual é a disposição efetiva de entrar nesse colegiado e dê respostas eficazes para esse drama. É preciso tratar da questão do céu aberto, da questão do deslocamento e do atendimento, da situação dos voos, do processo de programação, da forma como têm funcionado nossos aeroportos.

Os nossos aeroportos ainda funcionam no velho esquema, num esquema antigo: o tamanho do aeroporto é pautado pela história da necessidade do *check-in*. Estamos em outra fase. Hoje, o *check-in*, talvez, seja a etapa mais tranquila, já que todos nós, numa escala crescente, adotamos a postura de fazer o *check-in* em casa. Então, o aeroporto tem de mudar sua característica, olhando a fase posterior ao *check-in*. Não é essa a estrutura atual dos aeroportos, não é a atual estrutura física, nem a estrutura conceitual adotada na gestão desses aeroportos.

Dr. Cláudio, não se pode dizer que a Infraero faz isso, porque ela não o faz. Quem tem de ir lá para cima, cobrir isso e pressionar, na minha opinião, é a Anac. Várias tarefas são desenvolvidas pelas operadoras, e elas se combinam com as questões de voo. Talvez, essa coisa híbrida... Eu nem chamaria isso de híbrido, mas de um negócio meio confuso, pois se diz que este é papel da Infraero, que aquele é papel da Anac. Isso tem causado esse descompasso e essa prestação de serviço – desculpe-me a veemência – muito ruim ao cidadão brasileiro.

Quero da Anac a mesma coisa que quero da Anatel, da Aneel. As agências não podem continuar sendo capturadas por empresas, as agências não podem continuar tendo uma postura de leniência, as agências não podem continuar prestando serviços para as empresas, as agências são instrumentos para a prestação de serviços para a população, para garantir o serviço. Esse é o papel central da Anac, e é importante que o senhor nos diga isso, até para nos tranquilizar.

Na parte inicial, o senhor recebeu salvo-conduto de Blairo Maggi, que, com toda sua engenharia da agricultura, resolveu transgenicamente providenciar uma semente que nos permitisse navegar, ou melhor, voar neste debate mais qualitativo sobre qual é o seu real papel na agência, ir além dessa questão dos ataques ali e acolá. Ainda que isso seja importante – a sua conduta pessoal é fundamental –, queremos saber, efetivamente, o que o senhor vai fazer nessa agência.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Feliz daquele que precisa de uma engenharia para provar a sua idoneidade!

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr^a Presidente, inicialmente quero cumprimentá-la por seu trabalho, pela maneira tranquila pela qual conduz os trabalhos nesta comissão.

O relatório do nosso Senador Blairo Maggi foi muito esclarecedor. Aliás, não só o relatório do Senador, mas também a nota técnica da Advocacia do Senado. Entendo que essa questão está vencida, Dr. Cláudio, e, para não ser repetitivo, quero colocar apenas duas questões.

Eu acompanho a preocupação do Senador Dornelles quanto ao espaço aéreo brasileiro. De fato, as poltronas das aeronaves brasileiras são apertadas, o espaço é pequeno, mas são empresas brasileiras. Temos obrigação de cuidar de nossas empresas. Eu entendo que as empresas nacionais são patrimônio do Brasil. Nós precisamos cuidar dessas empresas.

O segundo ponto diz respeito aos aeroportos das pequenas cidades, principalmente na região amazônica. As exigências da Anac em relação à abertura e ao fechamento de aeroportos são muito complicadas, são muito complexas.

Na minha cidade de Ji-Paraná, por exemplo, por causa disso, ora fecha-se aeroporto, ora se ameaça fechar, vem a fiscalização. Gasta-se um tempo muito grande e também recursos da sociedade para conseguir manter aquele aeroporto de Ji-Paraná, sendo que a frequência de aeronaves e passageiros lá é grande.

Sempre há ameaças de fechamento de aeroportos. É esse o caso de Ji-Paraná, de Cacoal, de Pimenta Bueno, que teve seu aeroporto fechado. Enfim, precisamos de uma atenção maior nesse aspecto. Se tivermos problemas em nossos aeroportos nas cidades pequenas, precisamos da Anac para ajudar a resolvê-los. Fechar os aeroportos não é a solução. Temos cidades na Amazônia que ficam isoladas em função do fechamento dos aeroportos. Essa é uma preocupação grande. Peço a V. S^a que dê uma atenção especial a essas questões no sentido de ajudar as pequenas cidades a melhorar seus aeroportos e não ir direto ao fechamento. Essas exigências devem ser analisadas, evidentemente, tendo em vista a segurança nos aeroportos, o que é fundamental, mas às vezes aeroportos são fechados por pequenos detalhes, por questão relacionada, por exemplo, a equipamento parcial de bombeiros. É uma preocupação grande. Gostaria que V. S^a desse uma atenção especial a esse assunto e que pudesse esclarecer a todos sobre como é feita essa política de abertura de novos aeroportos.

Em Cacoal, por exemplo, fizemos um esforço concentrado de parlamentares no ano passado, junto com o governo do Estado, com a prefeitura para conseguirmos colocar o aeroporto de Cacoal dentro

das especificações brasileiras. Mas até agora não conseguimos uma empresa brasileira que fizesse um pouso para atender a sociedade daquela região. E teria uma frequência grande de passageiros, mas não conseguimos ainda uma empresa regional para fazer a ligação de Cacoal com Porto Velho, de Cacoal com Vilhena, com Cuiabá, enfim, interligar a rede nacional de linhas aéreas.

Então, peço a V. S^a que nos dê uma atenção especial com relação a essas questões dos aeroportos pequenos, Dr. Cláudio.

São essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o último orador inscrito, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Cláudio Passos Simão, sou suplente nesta Comissão, não voto, mas tenho o direito constitucional de fazer perguntas. Portanto, quero fazer três perguntas de forma bem objetiva.

Gostaria de uma reflexão sua a respeito da segurança e a função da Anac, já que esse órgão é responsável pelas atividades relacionadas à segurança operacional e à segurança contra atos e interferências ilícitas, como o senhor bem sabe; e as relações da Anac com relação à Polícia Federal, tendo em vista atos terroristas. Se a Anac tem pensado nisso. Enfim, as suas reflexões a respeito desse ponto.

Segunda questão. Penso que a principal atribuição da Anac é a defesa dos direitos do cidadão passageiro. Penso que esta é a função de uma agência criada por um governo, criada por um Estado que se diz democrático. Li e ouvi o seu discurso no meu gabinete, tendo em vista que estava atendendo pessoas. Assim, gostaria que V. S^a revelasse aqui três ações que entende que devem ser implementadas pela agência para defesa do cidadão que é consumidor desse tipo de produto, ou seja, do cidadão passageiro, pois não vi em seu discurso nenhum compromisso de defesa do cidadão consumidor, do passageiro. Gostaria, portanto, que V. S^a revelasse três ideias suas como diretor dessa agência.

E a última indagação. Gostaria de ouvir a sua reflexão a respeito da verdadeira promiscuidade que existe entre diretores das agências, que uma hora tomam conta do sistema e outra hora passam a ser fiscalizados pelo próprio sistema, mesmo respeitando o período de quarentena. Quero ouvir uma reflexão a respeito disto: uma hora está tomando conta do galinheiro; outra hora é raposa deste mesmo galinheiro. Gostaria de ouvir suas reflexões a respeito dessa promiscuidade que existe. Não estou falando apenas

em relação à agência na qual V. S^a pretende exercer o cargo de diretor, mas uma reflexão desse sistema, desse modelo.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Cláudio Passos Simão.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Devido à amplitude das perguntas, inicialmente vou ser genérico nos assuntos, procurando abordar cada uma das áreas e, depois, retornando ao assunto específico de cada uma das perguntas de V. Ex^{as}.

Começo pela questão dos céus abertos. Sou brasileiro e como tal defendo e sempre defendi o nosso País para os brasileiros. Todas as minhas ações e decisões são no sentido de proteger e promover aquilo que é nosso, sem dúvida alguma. Esse é o aspecto fundamental e primeiro de minhas ações.

A maior parte dessas perguntas são relacionadas a atuações de áreas que estão fora da minha diretoria colegiada, da minha área de atuação, ou seja, da minha ação administrativa direta, mas estão sob minha decisão no colegiado e em termos de visão futura, prospectiva e tudo.

Então, relativamente à questão de céus abertos, não coaduna abrir o céu do Brasil para que empresas internacionais tomem conta. Não tomei nenhuma decisão, nem existe nada na agência relativamente à cabotagem, vôo interno, oitavas ou nonas liberdades. Absolutamente, isso não existe. O que há, ao que estão chamando de céus abertos, são medidas de liberalização que estão promovendo a amplitude do mercado brasileiro, o crescimento do mercado brasileiro, inclusive das empresas brasileiras, inclusive do nosso mercado de trabalho. As empresas brasileiras cresceram tanto que nos últimos anos internamente, no processo, e continuam crescendo progressivamente nesse mercado de liberdade tarifária e tudo.

Posso dizer ao senhor que as medidas são de liberalização, mas, na minha visão, não coaduno com aquilo que possa prejudicar empresas brasileiras.

Agora, essas discussões têm acontecido no Plenário da Anac, são de conhecimento das empresas e, até onde eu saiba, todas elas concordam com os passos que têm sido dados, porque isso foi discutido na plenária da agência.

Então, meu entendimento como diretor é o de que estamos indo na direção daquilo que essa área realmente entende como bom e está acompanhando. Agora, se eu tiver alguma clara evidência de que há prejuízos a nossas empresas ou ao Brasil, serei o primeiro a não aceitar. Mas não é esse o resultado, não é essa a amplitude dos céus abertos. Não envolve, absolutamente, abrir o céu brasileiro para qualquer

empresa internacional, muito menos o mercado interno. Absolutamente, não existe essa discussão e, particularmente, considero isso um despautério.

Um tema extremamente polêmico diz respeito aos postos de serviço e representação.

Quando falei da relação ou não dos 60%, muitos postos fecharam porque as pessoas retornaram para o comando da Aeronáutica ou se aposentaram e, dentro desse percentual, priorizamos serviços centralizados. Então, a maior parte desses postos foi praticamente extinta e nós, dentro do cronograma de concursos previstos, tivemos que priorizar o serviço executado.

Pelos indicadores que temos visto, não há piora da segurança, da fiscalização. Ao contrário, a fiscalização individual de 3.500 aeroportos, ou 13.500 aeronaves, ou de 38 mil profissionais da aviação dificilmente será eficiente se não houver processos robustos e fiscalização inteligente. A fiscalização tem de ser extremamente inteligente e cirúrgica, direcionada. A Anac tem tentado partir do princípio da boa-fé. Em vez de exigir a todos os nossos usuários e requerentes que comprovem uma série de coisas, a Anac está partindo para a crença na boa-fé das pessoas que submetem aquilo e se tiver, cruzando informações, nós vamos chegar ao detalhe, se existem discrepâncias. Por isso os sistemas, ou seja, é uma mudança completa de filosofia e de visão, com índices de eficiência muito maiores.

Agora, essa representação específica nos Estados, como eu disse para a senhora, não é questão de fechar e agir. É uma das nossas maiores preocupações e, aí, eu associo a V. Ex^a, Senador Walter, a captura nessas pontas era enorme. Enorme. Enorme e difícil de controlar.

Então, existe uma visão prospectiva nesse sentido do serviço, da eficiência, da idoneidade e da padronização, realmente, para que exista um serviço isento, um serviço transparente. O que a gente procura fazer é transparência, então, muitos dos serviços estão sendo colocados na Internet, e não só a prestação do serviço, mas o acompanhamento dos serviços, para que exista essa transparência.

A melhor forma de não deixar que as agências sejam capturadas, para mim, a principal ferramenta é a transparência. São a transparência, os processos impessoais, os processos claros, em que todos têm direito e podem especificar. E, também, escancarar os procedimentos internos, ineficiências internas e tudo.

Questões diversas sobre aeroportos pequenos. Também existe uma diretoria específica, hoje, especializada e interessada no assunto. Tem um diretor na Anac responsável pelo assunto, mas, na minha visão de diretor, eu coaduno com os senhores. Há muito que ser feito, nós precisamos trabalhar nisso, tenho-me

disposto a trabalhar nisso e o que eu posso fazer, não por estar aqui, mas por concordar com os senhores, é levar todos esses assuntos à diretoria, com a visão.

A Anac, como agência reguladora, executa a política do governo.

Eu não disse que faço o que o governo manda, não. Eu faço o que está na lei, o que é previsto na lei. O que o governo manda é o que está na lei e o que está na lei é minha responsabilidade pessoal. Não adianta eu vir, aqui, dizer aos senhores que eu não fiz isso porque alguém me mandou, porque a responsabilidade é minha e eu estou bem ciente disso. Agora, eu tenho a obrigação de seguir a lei e não posso sair desse trilha.

Então, nesse sentido, eu, particularmente, nunca tive nenhuma influência de nenhum membro do governo sobre minhas decisões, sobre meus pareceres. Eu posso falar da minha parte: eu, como diretor desde setembro de 2008, nunca tive nenhuma influência em minhas decisões externas, relativamente ao meu mandato na agência. Nunca tive problemas dessa natureza.

Prioridades. V. Ex^{as}, em diversas situações, falam de minhas prioridades e tudo.

Minha prioridade é segurança. É segurança, a segurança da aviação. Sem segurança, não existe transporte aéreo. Não existe.

Isso começa em 1910, quando se começou a voar. Naquela época, na década de 1910, em que o índice de acidentes extrapolou absurdamente, a sociedade percebeu que o negócio chamado aviação, como um ente econômico, estaria seriamente ameaçado se não houvesse uma estrutura que controlasse, restringisse e trouxesse a segurança da aviação civil.

Então, a agência tem, basicamente, três assuntos. Não posso dizer que é só o direito do passageiro o do usuário, porque quando se tem a aviação em geral, o usuário não é um passageiro, mas o próprio piloto, a própria empresa de manutenção. Portanto, na verdade, a agência tem três vertentes básicas: a segurança, que envolve uma série de serviços compulsórios dessa área; a regulação dos serviços diretos – aí envolvendo serviços aéreos, aeroportuários, em diversos sentidos –; e há a vertente do usuário, dos direitos do usuário. Essa parte de serviços não envolve só a relação passageiro com empresas, mas também a relação de empresas que são também autorizadas pelo sistema, como a interface de um serviço aéreo com o serviço aeroportuário, dentro de um contexto não só de serviço, mas também de segurança.

Quanto ao orçamento da Anac, a agência está se adaptando ao contingenciamento previsto pelo Governo, naturalmente. Os cortes foram menores na fiscalização, e a Anac optou internamente que iria seguir à risca a manutenção da de todos os trabalhos

da área de fiscalização, preferindo cortar o orçamento das áreas que não são afins, ou seja, preservando ao máximo a área de fiscalização.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia – Bloco/PSDB-GO) – Pois não.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Estou ficando preocupado porque está vazando. A turma já está vazando. Como estamos na reta final, se V. Ex^a puder abrir a votação... Compreendo bem as regras da Comissão de Infraestrutura, mas a minha preocupação é com o quórum.

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia – Bloco/PSDB-GO) – Vamos aguardar a conclusão.

Tenho aqui um pedido do Senador Maldaner. Peço a S. Ex^a que ou abra mão ou acrescente a pergunta rapidamente, para que ele possa responder e, assim, encerrarmos a discussão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB-SC) – É muito breve. Sou suplente na Comissão. Talvez o assunto já tenha sido tratado; se foi, perdoem-me.

Dr. Cláudio, apenas para que eu entenda. O senhor está sendo indicado para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, autarquia vinculada ao Ministério da Defesa. Soube que há ou houve um decreto criando a Secretaria Nacional de Aviação Civil desvinculada do Ministério da Defesa, autônoma.

A sua agência ficará vinculada à Secretaria Nacional de Defesa? Parece que foi criada uma Secretaria Nacional de Aviação, não é isso?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – É isso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB-SC) – A Secretaria Nacional de Aviação Civil, desvinculada do Ministério da Defesa. Porque aqui diz que a sua agência é vinculada do Ministério da Defesa. Só para que eu entenda esse organograma. Essa é a questão.

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia – Bloco/PSDB-GO) – Peço ao Sr. Cláudio Passos que seja um pouco mais sucinto, para que possamos encerrar, senão iremos prejudicar a votação.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Especificamente da Secretaria de Aviação Civil, com a criação da Secretaria de Aviação Civil, a informação que tenho é a de que a Anac será vinculada à Secretaria e não mais ao Ministério da Defesa. Isso já está sendo tratado pelo Governo Federal. Essa é a informação que tenho.

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia – Bloco/PSDB-GO) – Encerrada a discussão, passaremos a palavra ao Senador Blairo Maggi para as últimas observações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

Os questionamentos que eu fiz ao Dr. Cláudio, principalmente com relação aos profissionais, as dificuldades que esses profissionais brasileiros estão encontrando na Agência, e dizem respeito exatamente à aeronavegabilidade e à diretoria dele, eu gostaria de ouvi-lo. Porque não tem cabimento, como eu disse, um profissional aviador sair de Campo Grande, sair de Belém, sair de Cuiabá, sair de Palmas e vir fazer uma prova de regulamento em Brasília. Isso não existia antes. Precisamos discutir melhor. E também a falta de checadores...

Pode liberar, Presidente, mas a falta de checadores e a concentração no Rio de Janeiro com relação... É isso que eu gostaria que melhorássemos...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Cláudio Passos.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Excelência, só para deixar claro: não está subordinado à minha diretoria a navegabilidade de avião.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria...

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – É a Diretoria de Operações Aéreas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores...

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Mas eu tenho conhecimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ...que vamos fazer uma audiência pública convidando o Presidente da Anac para estar aqui, juntamente com os técnicos, para que possamos dirimir todas essas dúvidas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Tenho o nosso apoio para essa audiência pública, Presidente.

E a questão dos aeroportos das cidades pequenas, Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Vou tentar responder rapidamente, em um minuto, a todas as questões. As questões de pilotos e tudo não é... Pelo programa da Anac, o que está sendo feito, nenhum piloto vai ter que viajar. Ao contrário, faz tudo de sua cidade, não precisa nem ir a Cuiabá. Pode fazer de Corumbá ou de onde estiver. As provas... Está sendo progressivamente implementado. O que nós tivemos foi que, em algumas pontas, não seguiram o processo de transição, e aí, o que eu vejo é um problema da Anac no processo de implantação. Mas de maneira alguma a demanda dos senhores, seja em termos de pilotos, seja em termos de aeroportos, com seus diversos problemas... Isso precisa ser ouvido e precisa ser respondido pela Anac. E eu pessoalmente estou aberto a isso, a me empenhar, como diretor no cole-

giado, a cada um desses assuntos. Sem problemas. Inclusive o dos aeroportos pequenos, de que eu entendo claramente as especificidades, as necessidades e as dependências. Mas o assunto precisa ser tratado com especificidade, cada caso em cada caso. Não vejo dificuldade alguma em análises desse tipo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi. Um minuto só. Logo em seguida, estará aberta a votação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É duro. Passei quatro horas aqui ouvindo e tenho um minuto para fechar meu relatório.

Srª Presidente, serei bastante rápido. Estou tolhido.

Quero apenas agradecer a presença de cada uma das Srªs e dos Srs. Senadores, também agradecer à Advocacia Geral do Senado, através do Dr. Alberto Cascais, que nos deu o parecer para levar adiante esta audiência. E para deixar meus colegas Senadoras e Senadores mais tranquilos, conversei agora com o ex-Procurador Pedro Taques e nosso colega Senador, sobre o que significa esse Inquérito Civil Público para acompanhar a execução. É isso mesmo que está escrito. É para acompanhar. Não tem nenhuma ação contra o Dr. Cláudio nesse sentido.

Então, quero agradecer a todos. E vamos à votação porque tem gente que já está perdendo o avião. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não está vazando, está voando.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está aberto o processo de votação.

Senador Delcídio Amaral. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senador Lobão Filho. *(Pausa.)*

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Mário Couto. *(Pausa.)*

Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Senador Fernando Collor. (Pausa.)

Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Senador José Pimentel. (Pausa.)

Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Senador Vicentinho Alves. (Pausa.)

Senador Pedro Taques. (Pausa.)

Senador Rodrigo Rollemberg. (Pausa.)

Senadora Vanessa Grazziotin. (Pausa.)

Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Senador João Alberto Souza. (Pausa.)

Senador Wilson Santiago. (Pausa.)

Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Senador Eduardo Amorim. (Pausa.)

Senador Ivo Cassol. (Pausa.)

Senador Aécio Neves. (Pausa.)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Pausa.)

Senador Ciro Miranda. (Pausa.)

Senador Jayme Campos. (Pausa.)

Senador Armando Monteiro. (Pausa.)

Senador João Vicente Claudino. (Pausa.)

Convido os Senadores Marcelo Crivella e Vital do Rêgo para o escrutínio. (Pausa.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Proclamação do resultado, Sr. Presidente.

Uma abstenção.

Um voto NÃO; doze votos SIM.

A SR^a. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Vamos à apuração.

Uma abstenção.

Um voto NÃO; doze votos SIM.

Foi aprovado o Sr. Cláudio Passos para a Diretoria da Anac.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h44min)

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e 15 minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e onze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senado-

res **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Mário Couto, Fernando Collor, José Pimentel, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Cassildo Maldaner, Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da ata da 8ª reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para conhecimento: Aviso nº 271 – GP/TC, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da presidência, Ministro Augusto Nardes, que consoante o disposto no caput do art. 99 da lei 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011) aponta indícios de irregularidades na construção da BR – 440 – ligação entre a BR – 267 e a BR – 040. Informa também, nos termos do art. 94, § 1º, inciso IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011, que a continuidade da obra, de interesse dessa comissão, implica potencialidade de ocasionar prejuízos materialmente relevantes ao erário; Ofício SF nº 466/2011, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, informando que em reunião de líderes da casa, ficou decidido que os trabalhos do Plenário do Senado serão desenvolvidos em torno de pautas temáticas e, dessa forma, houve sugestão de que as Comissões também adotassem esse procedimento, o que reforçaria os objetivos traçados pela casa na apreciação de matérias de temas prioritários ao país. Desse modo, a sugestão inicial é a de que, na última semana do mês de abril, o Plenário e as Comissões analisem e votem matérias relacionadas ao tema saúde; na primeira semana do mês de maio, projetos relativos ao tema segurança pública; e na semana seguinte, matérias relacionadas a outros temas e de direitos sociais. Antes de iniciar a pauta, a Presidente submete a deliberação o **Requerimento nº 16, de 2011-CI**, de sua autoria, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que ao rol dos convidados previsto nos Requerimentos nº 12 e 14 de 2011-CI, que solicitam a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater os investimentos recentes e perspectivas para o Transporte Aéreo, a Infraestrutura Aeroportuária e a conclusão das obras planejadas pela Infraero com vistas a Copa de 2014, sejam adicionados os seguintes convidados: Carlos Álvares da Silva Campos Neto, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e José Márcio Monsão Mollo, Presidente do Sindicato

Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA. Antes do início do uso da palavra pelos convidados, o Senador Mário Couto registrou seu descontentamento com o não comparecimento do Presidente da INFRAERO. Também, a Senadora Vanessa Grazziotin registrou descontentamento, frisando que aguarda a presença desta autoridade em uma próxima Audiência Pública. Em seguida, dá-se início à realização da audiência pública em cumprimento aos Requerimentos nºs 12 e 14, de 2011-CI, aprovados em 07 de abril, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Vanessa Grazziotin, respectivamente, e Requerimento nº 16, de 2011 – CI, para debater a ampliação e o aperfeiçoamento da Infraestrutura Aeroportuária, bem como sobre o planejamento com vistas aos grandes eventos esportivos programados para 2014 e 2016 e as mudanças advindas da criação da Secretaria de Aviação Civil, e também, sobre o andamento das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, na cidade de Manaus, com a presença dos seguintes participantes: Carlos Álvares da Silva Campos Neto, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; José Márcio Monsão Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; e Miguel Capobianco Neto, Coordenador da Unidade Gestora da Copa do Governo do Estado do Amazonas – UGP Copa. Após a apresentação dos convidados, usam da palavra a Senadora **Vanessa Grazziotin** e o Senador **Mário Couto**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico o recebimento do Aviso nº 271, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Augusto Nardes, que, consoante o disposto no *caput* do art. 99 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, aponta indícios

de irregularidades na construção da BR-440, ligação entre a BR-267 e a BR-040.

Informa também, nos termos do art. 94, § 1º, inciso IV, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011, que a continuidade da obra de interesse desta Comissão implica potencialidade de ocasionar prejuízos materialmente relevantes ao Erário.

Acuso também o recebimento do Ofício nº 466, de 2011, do Presidente do Senado, Senador José Sarney, informando que, em reunião de líderes da Casa, ficou decidido que os trabalhos do Plenário do Senado serão desenvolvidos em torno de pautas temáticas, e, dessa forma, houve sugestão de que as Comissões também adotassem esse procedimento, o que reforçaria os objetivos traçados pela Casa na apreciação de matérias de temas prioritários ao País.

Desse modo, a sugestão inicial é a de que, na última semana do mês de abril, o Plenário e as Comissões analisem e votem matérias relacionadas ao tema saúde; na primeira semana do mês de maio, projetos relativos ao tema segurança pública; e, na semana seguinte, matérias relacionadas a outros temas e de direitos sociais.

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal que, ao rol dos convidados previstos nos Requerimentos nºs 12 e 14, de 2011, da Comissão de Infraestrutura, que solicitam a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater os investimentos recentes e as perspectivas para o transporte aéreo, a infraestrutura aeroportuária e a conclusão das obras planejadas pela Infraero com vistas à Copa de 2014, sejam adicionados os seguintes convidados:

– Sr. Carlos Álvares da Silva Campos Neto, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e

– Sr. José Márcio Monsão Mollo, Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias;

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Convido, para comporem a Mesa, como convidados, e participarem desta audiência pública, o Sr. Carlos Álvares da Silva Campos Neto, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); o Sr. José Márcio Monsão Mollo, Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias; o Sr. Miguel Capobianco Neto, Coordenador da Unidade Gestora da Copa, do Governo do Estado do Amazonas – GP Copa.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos nºs 12 e 14, de 2011-CI, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Vanessa Grazziotin, respectivamente, aprovados em 7 de abril, e ao Requerimento nº 16, de 2011-CI, de minha autoria, com a finalidade de debater sobre a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura aeroportuária, o planejamento com vistas aos grandes eventos esportivos programados para 2014 e 2016, as mudanças advindas da criação da Secretaria de Aviação Civil, bem como sobre o andamento das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes na cidade de Manaus.

Informo aos Srs. Senadores que foi convidado o Presidente da Infraero, Sr. Augusto do Valle, que solicitou fosse adiada a sua presença para que aqui estivesse junto ao Secretário de Aviação Civil e junto à Anac.

Eu gostaria de dizer, Srs. Senadores, senhores convidados, que é com satisfação que a Comissão de Serviços de Infraestrutura dá início a essa audiência pública, na qual debateremos a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura aeroportuária do País.

A audiência realiza-se em cumprimento aos Requerimentos nºs 12 e 14, de 2011, de autoria, respectivamente, como já foi dito aqui, do Senador Ricardo Ferraço e da Senadora Vanessa Grazziotin, a quem cumprimos pela iniciativa de propor a presente reunião.

Agradeço, desde já, a participação e a presença dos senhores expositores já aqui nominados.

Trataremos, nesta reunião, da capacidade aeroportuária brasileira para lidar com as demandas que esse setor sofrerá nos próximos anos. Discutiremos mudanças conjunturais decorrentes da criação da Secretaria de Aviação Civil e o andamento das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus.

Podemos afirmar que um dos fatores que inspiraram a presente audiência foi a publicação da nota técnica do Ipea, intitulada "Aeroportos no Brasil: investimentos recentes, perspectivas e preocupações", de autoria do Sr. Carlos Álvares da Silva Campos Neto, presente a esta reunião, e do Sr. Frederico Hartmann de Souza.

A referida nota conclui, com bastante propriedade e com apoio em dados e análises contundentes e reveladoras, que os investimentos públicos no setor aéreo, nos últimos anos, não acompanharam o crescimento da economia brasileira da segunda metade da década de 2000. Essa defasagem tornou mais evidentes os problemas do setor, especialmente com a proximidade da Copa e das Olimpíadas e eventos que colocarão à prova a capacidade de infraestrutura do País.

As conclusões do estudo são extremamente preocupantes. Embora o plano de investimentos da Infraero tenha sido bem idealizado, tudo indica que ele não vem sendo executado com a eficiência esperada.

O apagão aéreo de 2007/2008 não foi seguido, por sua vez, de um reforço de investimentos que se mantiveram estáveis nos anos seguintes. Catorze aeroportos brasileiros operam acima de sua capacidade no que concerne à movimentação de passageiros.

E essas são apenas algumas entre as várias questões problemáticas apontadas pelo estudo do Ipea, que, ao final, aponta a existência de fortes indícios de que as obras de preparação para a Copa do Mundo de 2014 não ficarão prontas em tempo hábil.

Não pretendemos aqui fazer uso político dessa pesquisa. Pelo contrário. Devemos valorizar o trabalho realizado por instituições sérias e capacitadas como o Ipea.

Os estudos e as pesquisas produzidos pelos técnicos do Instituto não têm o propósito de criar constrangimentos ou embaraços, mas devem ser vistos como um alerta franco, técnico e responsável. Apontam os problemas, onde quer que eles existam, não com o propósito de polemizar, mas de contribuir para que se busquem as soluções enquanto ainda é tempo.

Está bastante claro que se deve adotar uma série de medidas com a máxima brevidade para que a infraestrutura aeroportuária brasileira não entre em colapso no curto prazo.

Esta audiência pública, portanto, é realizada com o intuito de analisarmos os problemas e discutirmos as possíveis soluções para o caos que impera no setor aéreo brasileiro neste momento.

Informo que, para o melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de vinte minutos para cada convidado.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Antes de V. Exª começar a dar a palavra aos convidados, não entendi... O Presidente da Infraero foi convidado?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim; o Presidente da Infraero foi convidado e solicitou o adiamento, uma vez que, segundo a sua assessoria, ele estava recém-empossado no cargo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – O adiamento significa o quê? Vamos ter que fazer outra audiência?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim. Nós teremos que fazer outra de qualquer forma, porque ficou estabelecido, na Comissão, que

nós iríamos, primeiro, ouvir quem está com a mão na massa e, depois, ouvir o Governo, ou seja, aqueles órgãos que são responsáveis.

Na verdade, nós realizaremos outra audiência, que será conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional, para ouvirmos o Secretário de Aviação Civil, o Presidente da Infraero e o Presidente da Anac.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – De qualquer forma, Sr^a Presidente, quero deixar registrada nos Anais a minha insatisfação pela não vinda do Presidente da Infraero, porque eu vim aqui com a finalidade de ouvir o Governo e de falar para o Governo. Acho que a audiência pública de hoje fica extremamente prejudicada com a não vinda dele.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Será registrada, Senador.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Da mesma forma que fez o Senador que me antecedeu, eu também quero registrar aqui que nós sentimos muito a ausência da Infraero, mas eu compreendo, Senador, eu compreendo.

Na realidade, estou aqui com a medida provisória de março, mês passado, de 2011, que cria a Secretaria Nacional de Aviação Civil. A mudança da direção da Infraero foi recente também.

De fato, eu fui comunicada. O que eles estão nos pedindo é um tempinho pequeno a mais. Pensamos até na possibilidade – não é Senadora Lúcia Vânia...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – (...) de transferirmos a audiência como um todo, transferirmos para outro momento que não será longe: uma ou duas semanas, no mais tardar. Acho que nós precisamos deliberar sobre essa questão aqui. Em uma ou duas semanas, no mais tardar, é bom que eles venham e que a audiência seja conjunta.

Aproveito para sugerir também que não seja apenas com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, mas também com a Comissão de Meio Ambiente, que criou uma subcomissão para tratar de assuntos de Copa de Mundo. Amanhã, alguns dos convidados aqui presentes estarão em outra audiência pública na subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização Financeira e Controle.

Então, que fizéssemos uma audiência conjunta com representantes não só da Infraero, mas da Anac

e da Secretaria de Aviação Civil e com todas as Comissões que têm envolvimento.

Neste momento, acho que é importante a presença tanto do representante do IPEA como do Sindicato Nacional dos Aeroviários, representando o grupo do Estado do Amazonas, que vai apenas dar um exemplo. O que se passa no Amazonas não é diferente do que se passa em outros Estados, em outros aeroportos. Nós vimos isso pelo estudo do IPEA.

Seria uma forma de nos prepararmos para a audiência subsequente. Considero que a nossa atuação aqui tem sido muito importante, até no sentido do convencimento do Governo de que algumas coisas estão corretas. Entretanto, em outras coisas é preciso haver recuo.

Cito já um exemplo, Senadora Lúcia Vânia. V. Ex^a deve lembrar-se da audiência pública muito concorrida, muito polêmica, com o diretor da Anac. Lá nós cobramos muito a política da Anac de fechamento dos escritórios, não só dos postos – como ele queria dizer –, mas dos escritórios. E a notícia que temos hoje é de que foi publicada uma nova Portaria, de nº 788, revogando – veja, Senadora – a Portaria nº 310, de fevereiro deste ano. Ou seja, a Portaria nº 788, de 20 de abril, revoga a Portaria nº 310, que era a que tinha fechado escritórios e postos da Anac no Brasil inteiro. Então, nós voltamos a ter escritórios e postos da Anac no Brasil inteiro. Isso é uma prova concreta. Não é um discurso, mas uma prova de que nós estamos sendo ouvidos: nossas críticas, nossas ponderações. De fato, há um grupo novo entrando no setor aéreo brasileiro, e esperamos que esse novo grupo ajude a resolver tantos imbróglios, tantos problemas que foram gerados e criados.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senadora Vanessa.

Quero dizer, Senadora, que nós estamos profundamente satisfeitos com as audiências que temos promovido aqui. Tanto a audiência do trem-bala quanto a sabatina do novo diretor da Anac geraram resultados altamente positivos, sinal de que os questionamentos que estão sendo feitos aqui não têm objetivo eminentemente político. São questionamentos que visam a colaborar para o bom andamento dos serviços em todo o País.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Álvares da Silva Campos Neto, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

V. S^a dispõe de vinte minutos para a sua exposição.

O SR. CARLOS ÁLVARES DA SILVA CAMPOS NETO – Boa tarde a todos.

Queria agradecer esse convite para que o Ipea pudesse estar aqui presente no Senado para apresentar os resultados desse nosso estudo.

Queria só fazer uma observação inicial. São realizados trabalhos no Ipea que são de assessoria direta ao Governo e, portanto, são documentos que não se tornam públicos, não são publicados. Outros estudos, na sua maioria, transformam-se em documentos públicos. Alguns deles, como os livros, tentam transmitir a posição da casa. Então, são documentos que não são assinados; são documentos que representariam a casa. E outros documentos, como a nota técnica e os textos para discussão, são documentos assinados. Então, representam mais o ponto de vista do próprio técnico do que o da própria instituição.

Dito isso, como o meu tempo é curto, vou fazer uma apresentação bem breve.

Bom, o que nos motivou a fazer o estudo foi buscar avaliar os investimentos no setor aeroportuário nos últimos anos; estimar o impacto do crescimento da demanda, haja vista a atual capacidade dos principais terminais aeroportuários, porque a demanda vem crescendo significativamente, acima de dois dígitos, nos últimos anos – e nós tentamos ver o impacto desse crescimento –; examinar as possibilidades de conclusão das obras da Infraero nos prazos previstos; e discutir alternativas de participação do setor privado dentro do setor aeroportuário.

Quero só chamar a atenção para o fato de que, na verdade, o objetivo do nosso estudo não é focar a Copa do Mundo, mas o programa de investimentos da Infraero está todo previsto visando à Copa do Mundo. Então, nós tivemos que nos ater a esse plano de investimento.

Eu queria lembrar que, numa outra publicação que o Ipea fez, nós chamamos a atenção para o fato de que se tem que pensar no setor aéreo trinta anos à frente. Infelizmente, nós não estamos ainda conseguindo chegar perto disso. Hoje, o nosso horizonte de programas de investimentos atém-se aos anos de 2014 e 2016.

Então, quero só chamar a atenção, porque a nossa preocupação é com as deficiências do setor aeroportuário brasileiro que estão ocorrendo hoje. A demanda cresceu demais, e os aeroportos praticamente estão do mesmo tamanho. Desse modo, não precisamos aguardar 2014 para que os problemas venham a aflorar. As dificuldades elas são vivenciadas hoje.

Fizemos um levantamento do investimento do setor aéreo brasileiro, no período de 2003, a 2010 e o que percebemos é que é um setor que ainda carece muito de recursos fiscais.

O aporte de recursos fiscais do próprio orçamento tem sido nos últimos anos mais significativos do próprio investimento da Infraero, e colocamos então nesse gráfico, nessas curvas. O que percebemos é uma certa retomada dos investimentos a partir de 2008, mas os investimentos já foram mais significativos nos anos de 2005, 2006.

Então, depois da queda do avião da Gol, em 2006, nós não conseguimos identificar um esforço adicional no sentido de mitigar já os problemas enfrentados naquela ocasião.

Então, fizemos essa avaliação, analisamos aprofundadamente o programa de investimentos da Infraero. O nosso foco são os terminais de passageiros e o que nós identificamos... Esses dados são do final de janeiro, pois precisamos de dois ou três meses para podermos escrever, publicar.

Com dados de final de janeiro, bastante atuais, percebemos que os projetos de ampliação ou de construção de novos terminais de passageiros, eles em Manaus, Fortaleza, Brasília, Guarulhos, Salvador, Campinas, Cuiabá, Confins e Porto Alegre, eles estão ainda em fase de projeto. Alguns um pouco mais adiantados, já fizeram licitação, mas de modo geral ainda estão em fase de projeto. Apenas Galeão está com as suas obras andando, segundo o cronograma. Natal tem um aeroporto novo, São Gonçalo do Amarante, que sequer tem prazo previsto, vai ser o primeiro aeroporto brasileiro com o investimento parcialmente privado, mas a sua operação não será privada. E Recife é uma obra simples; é apenas uma construção de uma torre de controle.

Então, o que percebemos é que de 2003 a 2010 foi investido no setor aéreo 8,8 bilhões. Isso dá uma média anual nesse período 1,1.

O programa de investimentos da Infraero planeja investir 5,6 bilhões. Isso dá uma média nos próximos quatro anos de 1,4 bilhão.

Então, de 1,1 para 1,4 não conseguimos identificar aí um esforço tão significativo quanto seria necessário.

Uma outra constatação que fizemos está no nosso estudo é que de 2003 a 2010, a Infraero tinha recursos previstos para investimentos da ordem de 7,5 bilhões, o que efetivamente conseguiu realizar 3,3 bilhões.

Isso dá uma execução média nesse período em torno de 40 a 44%.

De modo que, se esse percentual de execução, se esse grau de eficiência que a Infraero apresentou nos últimos anos, continuar nos anos à frente, nós chegaríamos em 2014, com a Infraero tendo investido 44% dos 5,6 bilhões o que daria algo em torno dos 2,5 bilhões, que, evidentemente, seria absolutamente preocupante.

Uma primeira conclusão dos nossos estudos. Os investimentos programados são insuficientes para fazer face ao crescimento da demanda e existe grande possibilidade de serem parcialmente executados, se mantido o mesmo percentual de execução, que a Infraero vem tendo nos últimos anos.

Aqui apresentamos, também com dados oficiais da própria Infraero, o crescimento do movimento de passageiros nos aeroportos brasileiros passou de 71 milhões para 154 milhões, um crescimento de 116% neste período, como a média anual acima de 10%, um crescimento muito significativo da demanda. E esse resultado é muito positivo: é consequência, por um lado, do crescimento econômico, do crescimento do emprego, do crescimento da renda, do avanço da fronteira econômica; por outro lado, a redução do preço real das tarifas e facilidades de pagamento, o que fez com que alguns milhões de brasileiros passassem a ter acesso ao transporte aéreo, que não tinham até então. O crescimento é muito auspicioso, mas infelizmente os aeroportos não puderam se adequar a esse crescimento.

Então, de 2003 a 2010, o movimento de passageiros cresceu 117%, mas, relativamente aos aeroportos, também com os dados da própria Infraero, constatamos que dos 20 maiores aeroportos brasileiros, 14 deles, que estão em vermelho, operam 14% acima da sua capacidade: Guarulhos, Congonhas, Confins, Brasília, Porto Alegre, Fortaleza, Viracopos, Manaus; enfim, são 14 aeroportos dos 20.

Outros três aeroportos, em verde, já estão operando no que o setor costuma chamar de limite de eficiência operacional, que é entre 80% e 100% da sua capacidade. E apenas três aeroportos apresentam a margem mais tranqüila de operação que seria Galeão, Salvador e Recife.

Então, apenas chamando a atenção para esse dado que acho relativamente preocupante: dos 20 maiores aeroportos, brasileiros 17, estão tendo problemas de excesso de demandas com relação a capacidade instalada.

Uma segunda conclusão, então, é que o crescimento da demanda foi muito expressivo nos últimos oito anos e a estrutura dos terminais aeroportuários pouco se alterou, provocando o estrangulamento em 17 dos 20 maiores aeroportos brasileiros.

Nós também fizemos uma avaliação sobre se os prazos previstos pela Infraero estariam adequados. E nós utilizamos então essa média de tempo de execução de obras públicas de infraestrutura econômica no Brasil.

Com relação, por exemplo, à licença ambiental, pela pesquisa, nós fizemos o levantamento de todas as licenças ambientais, de instalação, emitidas pelo

IBAMA entre 2005 e 2010. E os prazos médios estão colocados aí. São 12 meses para poder fazer o projeto; 38 meses é o prazo médio para emissão de licença por instalação por parte do IBAMA. E eu lembro que, na verdade, são necessárias três licenças: a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Esse prazo se refere à licença de instalação.

Uma licitação, se nada der errado, ocorre em seis meses, e as obras civis, físicas, precisam de um prazo estimado de 36 meses. Um terminal aeroportuário não é uma obra civil simples, requer um prazo adequado para sua construção: algo em torno de seis a sete anos é o prazo mínimo para a construção de novos terminais de passageiros.

A pergunta é: esses prazos previstos são realmente factíveis? O que estamos mostrando é que a análise mais detalhada mostrou uma enorme dificuldade para que a maioria dos empreendimentos em terminais de passageiros fique pronta a tempo de atender ao evento. Se mantidos os prazos médios para cumprimento dessas várias etapas, receia-se que, dos treze terminais que estão recebendo investimento, dez deles não serão concluídos até 2014, estamos incluindo aí Curitiba, que poderia, a princípio, ser inaugurado em junho de 2014. Esse levantamento no dia de hoje já teve atraso, já sabemos que não ficará pronto a tempo.

É importante observar que temos a suposição de que não haverá problema de prazo na execução das obras relativas a pista, pátio e terminais provisórios. Também não estamos considerando possíveis intervenções do Tribunal de Contas da União, porque, nos aeroportos de Goiânia e Vitória, essas intervenções já se prolongam em torno de cinco anos, elas estão paralisadas, não estamos contando isso.

Então, uma terceira conclusão é que, no atual estágio dos projetos da Infraero e considerando-se os prazos médios de execução de obras de infraestrutura no Brasil, existe remota possibilidade deles ficarem prontos nos prazos previstos antes de 2014.

Uma outra preocupação nossa foi com relação a essa ampliação prevista para os terminais de passageiros dentro do programa de investimentos da própria Infraero.

O plano de investimento apresenta essas capacidades que os aeroportos terão depois dessas obras concluídas.

Também realizamos uma projeção de demanda relativamente conservadora para estimarmos o que seria o movimento de passageiros para o ano de 2014, e aí não está incluído o pico que ocorreria naquele mês, mês e meio da Copa. Essa é uma demanda normal da própria economia brasileira.

Com base no que a própria Infraero informa que será a capacidade desses terminais depois das obras e essa projeção de demanda que fizemos, o quadro se apresenta como o que está colocado. Se fosse possível essas obras ficarem prontas dentro do prazo previsto para o final de 2013, 2014, nós chegaríamos em 2014 com essa situação que está colocada.

Já teríamos, mesmo com a nova capacidade, problemas em Guarulhos, Brasília, Salvador, Confins, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Fortaleza, Natal, Cuiabá. Já seriam aeroportos que estariam de novo operando acima de 100% da sua capacidade, teríamos apenas alguma folga no Galeão, Campinas e Manaus.

Como disse, mesmo que fosse possível concluir os investimentos nos terminais de passageiros nos prazos previstos, a situação dos treze aeroportos nas cidades-sede continuariam com sobrecarga. Constatou-se que dez aeroportos apresentaram, em 2014, movimento superior à sua capacidade.

Portanto, o atual plano de investimentos não vislumbrou uma projeção adequada para o aumento esperado da demanda para os próximos anos. A gente reconhece que é muito difícil. A demanda realmente cresceu expressivamente nos últimos anos. Ter feito uma projeção anterior disso é uma coisa realmente difícil.

A outra alternativa é que a defasagem de tempo entre o início e a conclusão de obra nos aeroportos é de tal forma longa, quando a obra fica concluída, ela já é insuficiente diante do crescimento da própria demanda.

Então, uma quarta conclusão do estudo é que, mesmo que ficassem prontos, o crescimento da demanda faria com que dez dos treze terminais analisados já entrariam em operação acima de 100% da sua capacidade em 2014.

Agora, caminhando para o fim. Esta não está na nossa nota técnica, isso é um estudo publicado que fizemos no ano passado no IPEA, onde já vislumbrávamos a possibilidade de ou abertura de capital da Infraero ou atrair o capital privado para o setor parece que já uma decisão que será tomada. A Presidente Dilma já tem sinalizado nesse caminho.

Então, colocamos essas cinco alternativas. Uma seria a simples abertura de capital da própria Infraero. A concessão de lotes de aeroportos rentáveis também não rentáveis tem sido também uma possibilidade comentada, aventada, discutida. Conceder exploração privada apenas os poucos aeroportos rentáveis por meio de concessões, e aí a Infraero ficaria com os demais aeroportos, necessitando, então, de um suporte de orçamento fiscal ainda mais forte, porque haverá perda da sua receita. Construção de novos terminais nos aeroportos atuais por meio de parceria público-privada

ou concessão simples ou até mesmo a construção de novos aeroportos pela iniciativa privada por meio de PPP ou concessão simples, seriam novos aeroportos, cujo investimento, cuja administração e operação seriam exclusivamente do setor privado.

Mesmo com essa possibilidade da vinda do capital privado somar com os investimentos do setor aeroportuário brasileiro hoje, chamamos a atenção de que para abrir o capital da Infraero é necessário regularizar a sua situação patrimonial. Ela é uma empresa que não tem ativos, os aeroportos estão em áreas que pertencem à União. É necessário fazer, então, esse acerto patrimonial, o próprio novo presidente da Infraero deu a declaração que era algo em torno de três anos para fazer um processo desse.

Lembramos que os processos de concessão simples ou de parceria público-privada exige também a criação de uma normatização rígida que envolve várias instâncias da administração pública não é uma coisa rápida para poder ser feita. A modelagem dessas alternativas também não são de simples execução, demandam prazos relativamente longos para sua elaboração, a modelagem econômico-financeira, desses projetos, principalmente se for por meio de parceria público-privada, que o Governo Federal não tem ainda experiência nessa área, demandaria tempo para que essa modelagem pudesse ser feita. Em seguida, teria que ser feito ainda a concorrência pública com a anuência prévia do TCU quanto à acuidade dos custos apresentados nessa modelagem. E, por fim, a própria empresa vencedora, o consórcio precisa de um tempo para poder se preparar e realizar esse investimento.

Então, a nossa quinta conclusão, encerrando, mesmo as alternativas de abertura de capital da Infraero e da participação do setor privado no setor aeroportuário demandam alguns anos para serem efetivados, não podendo ser computados como uma alternativa para 2014.

Aí, muito rapidamente, a gente faz algumas sugestões de políticas públicas no sentido de que as instituições tenham uma sinergia ou uma interação maior entre os órgãos que tratam de licença ambiental, de regulação, de fiscalização. É necessária uma integração maior entre Executivo, TCU e Congresso. Então, precisaríamos caminhar nessa linha para que pudéssemos ter uma eficiência, uma agilidade maior para tocar obras no setor aeroportuário brasileiro.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Carlos Álvares da Silva Campos Neto.

Quero também registrar a presença aqui do Sr. Frederico Hartmann de Souza, coautor desse estudo.

Concedo a palavra ao Sr. José Márcio Monsão Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Primeiramente, meus agradecimentos pelo convite, pela oportunidade que nós temos de participar desses trabalhos.

O que nós trouxemos para exposição é basicamente o que já foi apresentado pelo Dr. Carlos. Nós tivemos acesso a esse estudo muito bem elaborado pelo Ipea, e as conclusões do nosso trabalho, desenvolvido junto com a Coppe/UFRJ, recém-atualizado, chega às mesmas conclusões do trabalho do Ipea. Trata-se de uma situação realmente muito preocupante, não só para a Copa de 2014, como para além da Copa, nós diríamos que até o ano de 2020.

A situação dos aeroportos brasileiros, realmente, é quase insolúvel para os grandes eventos mundiais que terão lugar no Brasil em 2014 e 2016. Então, a minha exposição será rápida porque o nosso estudo tem basicamente os números do Ipea, focando-me mais no aeroporto de Manaus conforme foi demandado aqui.

Então, o primeiro estudo sobre os aeroportos no Brasil, os aeroportos das doze cidades sede, foi feito em conjunto com a Coppe do Rio de Janeiro e divulgado em janeiro do ano passado. Então, o estudo que eu hoje vou apresentar rapidamente – o completo já se encontra com a Comissão – é uma atualização dos números de estudo de 2010.

De 2010 para a atualização de hoje, a preocupação só fez aumentar, porque houve um aumento substancial do número de passageiros e de aeronaves e não houve uma evolução da parte dos aeroportos, nem dos terminais de passageiros nem na construção de pistas, nem mesmo na construção de pistas de *taxi* ou de estacionamento de aeronaves.

Nós podemos ver nesse gráfico a evolução do número de passageiros de 2003, como já mostrado aqui pelo estudo do Ipea, até 2010, e a previsão até 2016. Essa cor azul aqui representa os dados observados efetivamente; esse, em verde claro, era a nossa projeção para o ano de 2010, que já se mostrou desatualizada; e esse, em verde escuro, é a nova projeção de crescimento. Nós também utilizamos como parâmetro para a evolução do número de passageiros por ano mais ou menos 10%. Lembramos que o ano passado nós fechamos com 23,7% o aumento de passageiros, e, neste mês de março, o aumento de passageiros foi de 25%, coisa que não ocorre nem mesmo na China, a invejada China.

Então, nós vemos que, em 2010, o movimento anual de passageiros já foi bem superior àquele previsto, ficando em torno de 155 milhões, como já de-

monstrado no estudo do Ipea; e a nossa previsão para 2014, já que esse é o ano que nós estamos tomando como referência, é que se vai chegar a mais de 260 milhões de passageiros. O que vai ocorrer é um caos completo, sem dúvida nenhuma.

Na segundo *slide*, nós vemos o movimento anual de aeronaves, que também tem crescido substancialmente.

Antes, eu queria chamar a atenção para o seguinte: a cada sete anos, a demanda de passageiros dobra de tamanho. Então, nós podemos dizer que também nos próximos sete anos haverá praticamente o dobro do número de passageiros do que ocorreu em 2010.

Da mesma forma, o movimento anual de aeronaves. A previsão nossa ficou abaixo da realidade, bem como as previsões para o ano de 2014. Então, observa-se que, a cada dez anos, dobra de tamanho o movimento de aeronaves. É esperado um movimento maior ainda para os próximos anos, porque as empresas aéreas têm investido bastante na aquisição de novos aviões. Nós temos uma revisão de novas aeronaves para o ano de 2010 em torno de 40 a 50 aeronaves. Tirando aquele número de substituição, deve restar um número efetivo de 30 aeronaves novas para atender a essa demanda que hoje já está em torno de 70 a 75% da taxa de ocupação dos aviões.

Existe um princípio no transporte aéreo de que, quando se tem uma taxa de ocupação de 70%, já existe uma demanda reprimida que justifica novos investimentos. Então, nós já estamos com uma taxa muito acima do que normalmente se usa para novos investimentos no setor aéreo no mundo todo.

E nos preocupa bastante também esse movimento anual de aeronaves que não aparece muito para o passageiro, porque não estamos tratando aqui do terminal de passageiros, mas de pista, de pista de *taxi* para os aviões se deslocarem e dos estacionamentos dos aeroportos.

Então, muito se fala sobre a construção de terminais de passageiros e muito se tem dito, principalmente de parte da Infraero e do Governo, que se irá construir os chamados MOPs, os terminais provisórios, que a imprensa chama de “puxadinho”. Esses MOPs, da mesma maneira que o Dr. Carlos colocou a sua preocupação, nós temos também a preocupação, primeiramente, de que eles se tornem, em vez de provisórios, permanentes. Em segundo lugar, eles só servem para melhorar, de forma perfumada, digamos, o embarque dos passageiros.

Então, aqui em Brasília, o aeroporto tem uma capacidade para 10 milhões de passageiros/ano. Em 2010, transitaram 14,5 milhões de passageiros. Foi construído um MOP aqui em Brasília para uma capa-

cidade de 2 milhões de passageiros. Significa que esse MOP já não serve, já não atende mais a demanda.

Há a previsão da construção de um MOP no aeroporto de Guarulhos, que é um aeroporto extremamente problemático. Lá também a construção desses MOPs não atenderá ao número de passageiros que transitará pelo aeroporto de Guarulhos em 2014.

Todavia, não adianta se construir um MOP, como se construiu em Brasília, porque em Brasília há um sério problema de pátios de estacionamento. Então, não adianta colocar 5, 6 ou 10 milhões de passageiros a mais se o avião não consegue chegar ao aeroporto. Graças a Deus, aqui não temos problemas de pista como há em outros aeroportos brasileiros, mas temos um problema sério de pátios de estacionamento. Quem já pegou avião em Brasília, na parte da manhã cedo ou na parte do final da tarde, pode ver que muitas vezes o avião fica parado esperando um lugar para estacionar, para parar. Isso porque não foram feitos investimentos em pátios para estacionamentos e também não estão previstos.

Da mesma maneira como já foi exposto pelo Dr. Carlos, os números que temos aqui são sempre os da Infraero – é bom que se repita –, da mesma maneira que o trabalho do Ipea, onde os números são sempre da Infraero; não são números nossos nem de recortes de jornal.

Então, esses aeroportos, em vermelho, é onde já se está com a capacidade ultrapassada, como já mostrou o trabalho do Ipea. No aeroporto do Rio de Janeiro, o Galeão, ainda existe uma situação confortável; é um aeroporto que até o ano de 2020 não deverá ter problemas, ao contrário do Santos Dumont que já está com a sua capacidade praticamente esgotada.

Brasília é um problema muito sério. O crescimento do aeroporto de Brasília é muito maior do que o dos outros aeroportos brasileiros e tende a crescer mais ainda. Aqui já se vem trabalhando, hoje, com a capacidade muito superior, ou seja, 10 milhões é a capacidade dele e transitaram, em 2010, 14 milhões. Essa aqui é a tabela da hora-pico em que a situação se mostra ainda mais grave. E por aí vai da mesma maneira como exposto pelo Dr. Carlos.

Nós vamos ter, mesmo que realizadas todas as obras prometidas pela Infraero, que a maioria dos grandes aeroportos brasileiros estará com a sua capacidade totalmente esgotada em 2014. Ou seja: mesmo com todas as obras concluídas – e também não acreditamos que haja tempo para tanto –, nós vamos ter um problema muito sério no movimento de passageiros nos principais aeroportos brasileiros.

Em relação ao aeroporto de Manaus, nós temos aqui que o terminal de passageiros tem uma área de

construção de 44 mil m², sendo previstos, para 2014, 87 mil m². A capacidade, hoje, é de 2,5 milhões, e a capacidade, com as obras previstas pela Infraero, é de 5 milhões. Isso me chama a atenção porque, segundo a empresa – e ontem houve uma discussão sobre o aeroporto de Manaus, Senadora, não sei se a senhora tem conhecimento –, segundo o Superintendente de Manaus, segundo a Infraero, espera-se que até o final de maio deste ano seja publicado o edital e, em novembro, sejam iniciadas as obras. Ele fala que, em novembro, sejam iniciadas as obras. A previsão, pelo *site* da Infraero, para o início dessas obras era fevereiro de 2011. Isso significa que, se as obras começarem em novembro, nós já temos uns oito meses de atraso. E ele fala que essas obras aumentarão a capacidade para 13,5 milhões de passageiros. Segundo o *site* da própria Infraero, as obras elevarão a capacidade do terminal para 5 milhões. Então, eu realmente na sei que números são esses dados por essa entrevista da Infraero sobre o aeroporto de Manaus.

A demanda de passageiros no aeroporto de Manaus, em 1999, foi de 2,9 milhões; em 2014, será de 2,8 milhões. Para os pátios das aeronaves, como se vê aqui, não há previsão de aumento.

Situação das obras no aeroporto de Manaus. Há um atraso na conclusão do projeto básico e no início das obras. Segundo a informação que consta dessa reportagem saída hoje, esse projeto básico, pressupõe-se, já está pronto, porque ninguém pode lançar uma licitação sem a conclusão do projeto básico. todavia, já há atraso, tanto para a conclusão do projeto quanto para o início das obras de acordo com os próprios dados da Infraero.

Esse é o movimento de passageiros ao longo dos anos no aeroporto de Manaus. Ai também se vê um crescimento significativo e uma previsão, para o ano de 2014, de 4 milhões de passageiros. Então, ele vai chegar já praticamente esgotado. Segundo os dados da Infraero, em 2010 foram 2,7 milhões e, ainda segundo dados da Infraero, prevê-se 3 milhões. Segundo os dados do estudo desenvolvido pela Coppe, nós vamos chegar a quase 4 milhões de passageiros em 2014. Da mesma forma que o Dr. Carlos concluiu o seu estudo, o aeroporto de Manaus, em 2014, se todas as obras forem feitas e concluídas, já estará com a sua capacidade absolutamente estourada.

Movimento de aeronaves – e chamo a atenção sempre, porque é muito importante. Embora todo mundo preste atenção nos terminais de passageiros, o movimento de aeronaves é muito importante. Nós vemos aqui o crescimento constante e o crescimento previsto para 2014. De 60 mil aeronaves/ano, com pousos e decolagens, sem que haja previsão, por parte da Infra-

ero, de construção de novos pátios de estacionamento ou de melhoria da pista, ou da realização das obras de pistas de taxiamento.

Esse aeroporto é extremamente complicado, porque, como os senhores podem ver na fotografia, ele já foi feito há 35 anos e de uma maneira, digamos, bastante primária. Primeiro, como a grande maioria dos aeroportos brasileiros, à exceção de Brasília, Galeão e Guarulhos, todos os aeroportos brasileiros só tem uma pista. Costuma-se dizer no setor, não só no Brasil mas no exterior, que o aeroporto que só tem uma pista não é aeroporto, porque qualquer problema que haja com essa pista, um desastre ou uma reforma, que sempre se faz necessária, inevitavelmente se fecha o aeroporto. Então, aqui nós só temos uma pista e não temos nenhuma pista de saída rápida, ou seja, se o avião começa a pousar aqui e pode frear por aqui, ele já poderia sair diretamente e liberar a pista. Isso não ocorre. Ele tem que vir até o fim da pista e fazer o taxiamento para o terminal de passageiros. E não existe nas obras da Infraero qualquer previsão sobre a construção de novas pistas ou de pistas de taxiamento para dar agilidade ao uso dessa pista.

Esta, a situação do aeroporto em Manaus.

Em conclusão, se me permite o Dr. Carlos, nós assinamos em baixo do estudo do Ipea, que também foi realizado, da mesma maneira que o nosso, com os números oficiais do Governo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. José Márcio e concedo a palavra ao Sr. Miguel Capobianco Neto, Coordenador da Unidade Gestora da Copa do Governo do Estado do Amazonas.

O SR. MIGUEL CAPOBIANCO NETO – Obrigado, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Obrigado pelo convite formulado a nós na UGP-Copa – Unidade Gestora da Copa do Estado do Amazonas.

Eu teria muito pouco a acrescentar ao que foi dito aqui em relação ao aeroporto de Manaus. Apenas é importante frisar que, coincidência ou não, ontem foi feita uma audiência pública na Infraero local, regional, onde foi apresentado o novo projeto básico para a contratação das obras do aeroporto, do terminal de passageiros, na verdade.

Em função dessa audiência pública, ficou claro que o projeto básico, que já vem sendo discutido há muito tempo, até porque ele já está em elaboração há aproximadamente quatro anos, tendo sido finalizado agora este ano... Foi apresentado a nós – eu no caso estava representando o Governo do Amazonas e o público presente era basicamente composto por operadores aviários, de empresas aéreas.

O que o projeto apresenta, primeiramente, é um incremento de 100 milhões em relação ao que estava previsto para o projeto inicialmente. O projeto hoje está orçado em 426 milhões, sem nenhuma intervenção em pista ou em pátio de estacionamento de aeronaves, apesar de se saber que, mesmo aumentando o número de *fingers*, ou seja, de acessos a aeronaves de grande porte... Aumentaram em dois *fingers*, totalizando oito *fingers* em operação. Todavia, não foi ampliado nem o pátio de aeronaves, nem a pista. Existe a previsão de um novo projeto de ampliação de pista. Essa pista que os senhores acabaram de ver tem hoje, se não me engano, 2.700m e seria ampliada para 3.500m. Mas não nesse projeto que foi apresentado. Isso seria um projeto futuro.

E o que nos preocupa em relação à Copa, que é o objetivo em relação a essa unidade gestora do Amazonas, é que o projeto do novo terminal é um projeto de reforma. E, sendo um projeto de reforma, por mais que se faça todas as previsões e cronogramas de obras, ele é passível de uma série de imprevistos, principalmente porque se faz uma reforma com um aeroporto em operação. E isso nos preocupa porque isso demandar alguns atrasos, e estes podem comprometer a operação do aeroporto para a Copa de 2014, até porque Manaus será uma das sedes da Copa.

Além do que o aeroporto de Manaus, como foi colocado aqui, não sofre grandes reformas há muito tempo. É necessário que se preveja, com maior exatidão, essas futuras reformas em todos os aeroportos do Brasil. A última revisão do plano aeroviário nacional foi feito há 10 anos.

É necessário que esse Plano seja revisto, até porque o Brasil passa por um novo momento. Trata-se de uma demanda geométrica, em termos de crescimento, no uso do aeroportos, e o plano aeroviário, por mais que tenha sido bem estudado há alguns anos, não se teria como prever esse crescimento de demanda.

Acredito que esteja mais do que na hora de se rever isso. Essa Secretaria de Aviação Civil pode, com certeza, abraçar essa empreitada nova de revisão – esses novos parâmetros, com novos indicadores que estão demonstrados pela Infraero, como foi bem colocado aqui nesta audiência.

Era o que tinha a acrescentar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO.) – Agradeço ao Sr. Miguel Capobianco e passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que é uma das autoras do requerimento.

Logo em seguida, concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr^a Presidente. Primeiramente, gostaria de cumprimentar nossos convidados, agradecer a presença de cada um – Dr. Miguel Capobianco*, Dr. José Márcio* e Dr. Carlos Campos* – e dizer que estou convencida nem a partir do estudo do IPEA, nem a partir do estudo que fez o sindicato das empresas aeroviárias, mas a partir daquilo que temos acompanhado, Senadora Lúcia Vânia, no sentido de que algo está errado – e muito errado! – dentro da Infraero e no encaminhamento das reformas das construções dos novos aeroportos.

Não vou ter condições de falar muito sobre o aeroporto de Brasília, sobre o aeroporto de São Paulo, sobre o aeroporto de Curitiba, porque conheço pouco as suas realidades. Agora, com relação ao aeroporto de Manaus, transito há mais de 12 anos todas as semanas. Então, nós acompanhamos.

Mais do que isso. Durante esse período, na Câmara dos Deputados, não apenas eu mas os integrantes todos da Bancada se preocuparam muito com esse assunto. Várias audiências públicas como esta foram realizadas e várias promessas são feitas há anos.

Então, acho que, ao invés de, pura e simplesmente, criticarmos o trabalho que fez o IPEA, que coincide muito com o realizado pelo o setor aeroviário, temos que buscar as saídas e soluções.

A título de exemplo, para não ficar somente nas palavras, trouxe aqui alguns, mas vou ler apenas um ofício da Infraero, o mais recente de todos. Dr. José Márcio, o senhor falava sobre as divergências apresentadas pela própria Infraero em relação ao aeroporto de Manaus. Não sei se, com relação aos outros aeroportos, é assim também, mas nós estamos tratando de uma divergência, que é a penúltima com a última informação, mas há a antepenúltima, “anteantepenúltima” e a “anteanteantepenúltima”, cujas contradições são maiores ainda.

Tenho um ofício aqui, encaminhado pelo Ministro Jobim, assinado pelo então Presidente, Dr. Murillo Marques Barbosa, datado de 24 de junho de 2010, ou seja, de quase um ano atrás. Eles disseram que o Projeto básico está em fase final de elaboração, baseado em informações outras, que ele recebeu de outros órgãos internos, dizendo que a empresa responsável pelo projeto básico não conseguiu atender aos prazos. Teve um problema, precisou ter aditivo, outra empresa foi contratada, ou seja, não temos as exatas informações do que aconteceu para levar a esse atraso exagerado e inadmitido da reforma do aeroporto de Manaus, que não é de agora, não é a partir do planejamento da Copa, ele vem de muito antes.

Como o senhor disse, é um aeroporto que tem 35 anos, e nunca sofreu, de lá para cá, nenhuma intervenção. Mas esse ofício da Infraero, assinado pelo Presidente e encaminhado à Câmara pelo Ministro Jobim, diz que o projeto básico está em fase final de elaboração, com previsão de conclusão para o mês de agosto. E agosto de 2010 era a previsão para a conclusão, e está previsto o início das obras para fevereiro de 2011. Lá se foi fevereiro. Agora, o projeto básico, eles entregaram na audiência pública de ontem, lá na Infraero de Manaus, fizeram essa exposição, entregaram parte do que seria esse projeto básico, mas igual a esse já vimos muitos com números diferentes, com projeções diferentes, com valores diferentes. Começou com R\$170 milhões; passou para R\$200 e poucos milhões; R\$320 e poucos milhões no ano passado; e agora, R\$426 milhões. Então, fica difícil fecharmos os olhos para isso.

Então, o que foi dito lá? Que as obras serão concluídas em 2013 – o Dr. Miguel estava presente. Nossas ações tem este exato objetivo: a conclusão das obras. O que nós queremos é a conclusão das obras. Não tenho dúvida de que algo está errado dentro do setor aeroviário brasileiro. Acabei de falar aqui da medida provisória que cria a Secretaria Nacional da Aviação Civil, do dia 18 de março. Portanto, há um pouco mais de um mês.

Por isso, nós temos que ser até tolerantes com essa nova direção do setor aeroviário brasileiro. Então, há uma Secretaria com *status* de Ministério, cujo objetivo principal e único é este: cuidar do setor aeroviário brasileiro.

A Infraero mudou de direção também. Agora, o de que precisamos – e o que nos assusta – são esses dados técnicos do período e do tempo que leva as reformas dos aeroportos. Não podemos atrasar nem um dia quanto mais meses e anos, que é o que vem acontecendo. Não podemos de jeito algum, porque a confusão não é só na questão das obras, mas na própria organização do sistema.

Tivemos a oportunidade, nesses últimos dias, de estarmos com alguns diretores da ANAC – inclusive com um diretor que já sendo reconduzido e que está com a sua redução já aprovada. Ele tentou de forma vazia, na minha opinião – e o tempo é o senhor da razão, porque o tempo mostrou que a forma como ele tentava justificar era vazia – explicar a política da aviação civil, por exemplo, de fechamento dos escritórios.

Não sei como agência pode funcionar com um escritório na capital central. Como é que uma agência pode funcionar assim? Uma agência com tantas atribuições como a ANAC. Resultado: uma Portaria, de dias atrás, anulando a Portaria anterior.

Então, isso me anima. Eu sei que a Presidenta Dilma reuniu os seus principais Ministros e os ligados ao setor e deu um comando que já havia sido dado anteriormente, no sentido de que tudo mudasse, com a finalidade de as coisas começarem a ocorrer.

Efetivamente, as minhas perguntas todas seriam dirigidas à Secretaria Nacional da Aviação Civil, à Infraero e a eles, mas eles não estão presentes. Eu compreendo a ausência neste momento, mas não vou compreender daqui a duas semanas. Já há um compromisso do Líder do Governo de que nós faremos essa audiência com a presença deles. Acho que o melhor caminho não esconder a sujeira para debaixo do tapete. O melhor caminho é expor todos os problemas para que possamos enfrentá-los de frente, abertamente.

Sou aliada do Governo Federal, mas não é por causa disso que vou fechar os olhos e dizer que está tudo bem. Não seria uma boa aliada. Eu seria uma péssima aliada, e nós estamos dizendo isso há muito tempo.

Esse documento da Infraero não é o único. Podemos trazer, nos últimos seis, sete anos, um de cada semestre, semelhante a este – não pode continuar assim. Uma empresa tão importante como a Infraero, um setor tão importante como esse, sendo tratado dessa forma.

Para quem está de fora – e eu estou de fora – soa como um atentado deliberado, como uma ação deliberada, porque não é possível. Estamos vendo os dados aí. Quando chega a 70% da capacidade, acende a luz vermelha. Esperar chegar a 120, 110 e a luz vermelha ainda não ser acesa? Por que tratar dessa forma que posso dizer leviana? Então, me considero uma grande aliada desse Governo. Por isso, a gente tem ajuda, sim.

Em relação ao IPEA, quero aqui, Dr. Carlos, dizer que o trabalho que o IPEA, não só nesse setor, nessa área, mas o trabalho que o IPEA realiza em todas as áreas é muito importante para o Estado brasileiro, e o Estado brasileiro está acima de nós, acima de todos nós. Está acima dos Senadores, como o Senado está acima dos Senadores. Está acima de qualquer Governo. Isso é que é importante. Somos um país agraciado, e agraciado não apenas pela vontade divina, suprema, porque colhemos o fruto daquilo que plantamos. Temos a Copa do Mundo. Temos as Olimpíadas. O Brasil é um país destaque no mundo hoje. Conseguimos um feito que não sei se conseguiríamos, mas não foi fruto do acaso. Foi fruto de tudo de positivo que vem acontecendo no Brasil, e muita coisa positiva vem acontecendo.

Queremos colocar os aeroportos, o setor aeroviário, nesse lugar, no lugar das coisas positivas. Tirar do lado negativo e colocar nas coisas positivas. A Copa

vem aí. Temos aqui uma subcomissão. Têm várias subcomissões e são vários os problemas. Agora, o Governo Federal tem que dar o exemplo. Não adianta CGU, não adianta BNDES, Caixa Econômica cobrar dos Governos estaduais por que o projeto das arenas não está correto e da mobilidade não estar também, porque a situação muito delicada está na Infraero. Essa é de responsabilidade exclusiva do Governo Federal.

Então, cumprimento os senhores. Agradeço a colaboração. Todos esses dados que os senhores levantam aqui para nós são dados muito importantes, porque são dados nos quais nos baseamos. Não é apenas um ato empírico, mas é um ato em que há uma correspondência científica, um trabalho respeitado e que ajuda muito ao Brasil. Então, teremos em breve uma reunião, uma audiência com os setores do Governo. Essa audiência de hoje nos ajuda muito a preparar esse segundo momento tão importante. Aliás, os frutos, como disse a Senadora Lúcia Vânia, nós já estamos colhendo. Não é, Senadora? As mudanças vêm acontecendo e espero que em breve a gente veja, *in loco*, essas obras avançando em passo muito rápido.

Só queria perguntar, Dr. Carlos... O senhor falou... Talvez eu tenha me desligado um pouco aqui, mas na conversa que tivemos lá o senhor falou da possibilidade de defendermos os “puxadinhos”, os terminais provisórios. O senhor levanta isso pelo tempo, mas pelo tempo que leva uma obra de infraestrutura aeroportuária normalmente. Mas lhe pergunto: digamos que todos os prazos daqui para frente sejam obedecidos, que haja uma atuação diferenciada da anterior... É óbvio, temos situação de normalidade e situação de emergência. Coloco essa como uma situação de emergência. Essa é uma situação de emergência, porque, se seguirmos os trâmites normais, seriam sete anos para um aeroporto. O senhor não acha que, se começarmos tudo agora e nada mais atrapalhar, se houver boa vontade de todos os setores, de todos os segmentos, chegaríamos à Copa de 2014 com esses aeroportos plenamente construídos, reformados, mesmo com a capacidade já esgotada, mas, pelo menos, para resolver o problema desse grande evento que vamos ter daqui a alguns poucos anos?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra Dr. Carlos.

O SR. CARLOS ÁLVARES DA SILVA CAMPOS NETO – Obrigado.

Realmente gostaria de poder ter bastante convicção de que, mesmo que as coisas venham ocorrer de maneira muito célere, poderíamos nos tranquilizar quanto ao prazo, porém, faltam três anos. Se a obra civil demora 36 meses, estamos em fase de projeto, mesmo que uma série de novas providências sejam

tomadas com relação à Lei nº 8.666, inversão de fases, o que for possível fazer, eu ainda fico apreensivo. Talvez não caiba a mim dar essa opinião, mas eu pensaria em um plano B, que pudesse ser feito em três anos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO.) – Antes de passar a palavra para o Senador Mário Couto, gostaria de fazer um comentário. Acredito que o estudo apresentado pelo Dr. Márcio deveria ser acatado pelo Governo com humildade, porque, na verdade, os dados estão aí. Não há como discordar disso. Pode-se alterar um ou outro fato, mas a análise está bem feita, científica, sem nenhuma pretensão de ordem. A pretensão é apenas de chamar a atenção para os gargalos e as dificuldades.

Acho que, quando se estabelece, ele coloca de forma muito clara. O Governo deveria ter a humildade de aceitar isto: 38 meses para uma licença ambiental. Isso poderia ser reduzido. É um dado que o Governo tem à mão para melhorar. A mesma coisa, o projeto – doze meses. O Governo poderia ter à mão e procurar avançar na direção de simplificar, de cortar tempo aí. No entanto, o que sentimos é que o estudo é subestimado, ou mesmo criticado, porque aponta a verdade.

É muito duro e triste convivermos com esses fatos. Esta Comissão existe exatamente para que possamos dar oportunidades a todos aqueles que querem participar, discutir, todo o problema de infraestrutura do País. Não temos aqui a pretensão de formar opinião disso ou daquilo; o que nós queremos é que as pessoas participem e mostrem o seu trabalho.

É o que está sendo feito hoje aqui com esses dois estudos, que considero importantíssimos, que deveria ser, sem dúvida alguma, um elemento em cima da mesa da Infraero, da Secretaria de Aviação Civil, e principalmente da Presidenta da República.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado, Sr^a Presidente. Primeiro, quero parabenizar o Ipea pelo relevante serviço prestado à Nação, agradecer a presença dos convidados e lamentar, mais uma vez, Presidenta, seja por qualquer motivo, que não esteja aqui o Presidente da Infraero.

Aliás, nos últimos anos, Sr^a Presidenta, nobre Senadora, verificamos as mudanças constantes na Presidência da Infraero. Lembro-me de que, há pouco tempo – V. Ex.^a não estava ainda aqui neste Senado –, participei da Comissão de Inquérito relacionada ao apagão aéreo. Naquela época, era uma senhora a Presidenta da Infraero; parece-me que o nome dela é Denise.

Questionamos aquele acidente, que nenhum de nós, brasileiros, gostamos de recordar. Questionamos por 90 dias. Chamamos todos aqueles que, de perto,

sentiram a necessidade de melhorar os aeroportos deste País, veio à tona. O Brasil gritou; o Brasil clamou; o País reclamou! O País sofreu a morte de seus irmãos brasileiros.

Logo depois, um novo acidente da TAM revoltou mais ainda o País. Relatório do Presidente da Comissão de Inquérito, Senador Demóstenes Torres, foi lido, e o Governo, com a sua maioria, rasgou e jogou no cesto de lixo, minha nobre Presidenta. São esses os caminhos que levam este País a não andar. V. Ex.^a acabou de falar: “o Governo deve ter mais humildade”. Aquele relatório punia algumas pessoas que praticavam corrupção dentro do órgão, mas elaborou um estudo profundo de diagnóstico para o Governo. Se tivessem tomado providências naquela época, nós não estaríamos enfrentando o caos hoje nos aeroportos do País. Mas governo é governo. Tem maioria, rasgou, arquivou. Não serviram para nada os noventa dias. A partir daquele momento, este Senador jurou que não participava mais de comissão de inquérito neste Senado pela vergonha a que assisti naquele momento. Eu queria que o Presidente da Infraero estivesse aqui para me escutar, Presidenta, mas eu não vou perder a oportunidade quando ele vier.

Presidenta, eu repito a palavra da nobre Senadora: “eu não sei o que está acontecendo”. Pelos quatro meses de Governo da Presidenta Dilma, é muito pouco para nós opinarmos, mas eu acho, tenho a impressão de que a Presidenta Dilma é muito devagar. Tenho a impressão de que, como executora, não vai dar certo. O Brasil, Presidenta, vai ser sede de uma Copa do Mundo. Por isso, estão falando em reformar e construir aeroportos, senão, Presidenta, nem se falava.

Na época dos desastres, foram feitas pelos Senadores desta Casa, Senadora Vanessa, visitas *in loco* nos aeroportos de todo o País, meu nobre companheiro, de todo o País, e foi verificada *in loco* a situação de cada um, de cada um. Nenhuma providência foi tomada de lá para cá. Chamamos o Ministro Jobim aqui, nesta Comissão, com essa mesma preocupação que temos hoje, em 2011. Isso foi há quatro anos. E toma-lhe promessas.

Lembro-me agora de uma promessa que o Ministro fez naquela época. Dizia ele: “aquelas pessoas que têm uma certa altura não têm condições de sentar em um banco de avião”. Lembra? Está pior. Parece que puxaram mais. Os meus joelhos – eu não tenho meniscos nem ligamentos – doem do Pará para cá. Belém é longe. São duas horas e quarenta minutos. E o Ministro veio. Eu cobrei e ele ficou aborrecido comigo. Isto é questão de governo: ou é inoperante ou é operante. Isso é questão de governo. Sei que não vai dar em nada. Sei que vão atrasar. Sei que a Fifa vai gritar.

Sei que vão ameaçar de a Copa não ser aqui. Oxalá, tomara que seja. Já tenho minhas dúvidas. Como brasileiro, brasileiro apaixonado que sou pela nossa Seleção, pelo meu País, nem gostaria de pensar, mas só estão falando isso – quero repetir, Sr. Presidente – porque é Copa do Mundo, meu nobre técnico do Ipea. Senão não estavam nem falando. É triste pensar que, a qualquer momento, pode acontecer desastre de aviação aérea. É triste pensar isso neste País.

Precisamos, Senadora Vanessa, trazer imediatamente o novo Presidente da Infraero aqui. E não é só isso, não é só isso, não é só ele que tem que vir. Tem que vir o Ministro também, Presidenta, a esta Comissão. Faça isto: traga. V. Ex^a vai ver eu cobrar dele o que ele prometeu há quatro anos e não cumpriu até hoje. Estão esperando acontecer outro desastre para tornar a falar.

Obrigado, Presidenta. Este é o nosso País.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Mário Couto.

Pergunto aos expositores se teriam alguma observação a fazer. *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. expositores e parabenizando a todos pelo trabalho, dedicação e, acima de tudo, espírito brasileiro de cada um.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

ATA DA 10^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Jorge Viana, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Vicentinho Alves, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, Cyro Miranda e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 9^a Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para co-

nhecimento: Convite da EMBRAER, do vice-Presidente Executivo de Assuntos Corporativos, Horacio Aragonés Forjaz, para uma visita de um dia à sede da EMBRAER, em São José dos Campos, no próximo dia 5 de maio; Correspondência nº 42/2011, da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, do Diretor Presidente, Wilen Manteli, solicitando que aquela entidade possa contribuir nos trabalhos que serão desenvolvidos no âmbito da comissão; Correspondência nº 10436/PR/2011 do Presidente INFRAERO, Antonio Gustavo Matos do Vale, no qual justifica o não-comparecimento na audiência pública, realizada dia 26 de abril, colocando-se a disposição para participar de semelhante reunião no próximo mês de maio nessa comissão, inclusive em conjunto com outras comissões desta casa. Antes do início das deliberações, a Presidente destaca a presença, hoje, nesta Reunião, do Prefeito Luiz Carlos Folador, do Município de Candiota – RS, que veio acompanhado de uma comitiva de Vereadores, para uma visita a esta Comissão. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2011**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PEDRO BRITO DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, na vaga do Senhor Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa.” A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Flexa Ribeiro, para fazer a leitura do seu Relatório. Após a leitura do Relatório, usa da palavra para discutir a matéria o Senador **José Pimentel**. A Presidente concede vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **ITEM 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010**, de autoria do Deputado Betinho Rodado, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária.” A matéria é adiada devido à ausência do Relator. **ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2009**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Autoriza o Governo Federal a criar a Agência Nacional de Energias Renováveis (ANER).” A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Flexa Ribeiro, para fazer a leitura do seu Relatório. Após a leitura do Relatório, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores **Cyro Miranda e José Pimentel**. É aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, e, no mérito pela sua aprovação, com a Emenda nº 01 – CI. A matéria é encaminhada à Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. **ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº 655, de 2007**, de autoria do Senador Magno Malta, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibiraçu e de Viana, na BR-101/ES, e o trecho que liga a BR-101 ao porto de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo.” A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator. **ITEM 5 – Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2010**, de autoria do Senador Magno Malta, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para excluir da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal os trechos rodoviários urbanos que especifica.” A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator. A Presidente faz a inversão da pauta e aprecia o **ITEM 8 – Requerimento nº 17, de 2011 – CI**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país, com os seguintes convidados: Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO; Carlos Eduardo Pelegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; e Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC. Informo que a aprovação desta Audiência Pública tendo como um dos convidados o Presidente da Infraero, irá atender os Requerimentos nº 10, de 2011– CI, de autoria do Senador Francisco Dornelles, nº 12, de 2011– CI, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e nº 14, de 2011 – CI, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.” A matéria é aprovada. **ITEM EXTRA-PAUTA: Requerimento nº 18, de 2011 – CI**, de autoria das Senadoras Vanessa Grazziotin e Lúcia Vânia, que “Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com as presenças do senhor

Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; o senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o senhor Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Aviação Civil – SNAC.” A matéria é aprovada. Após a aprovação dos Requerimentos usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e José Pimentel. **ITEM 6 – Projeto de Lei da Câmara nº 45 de 2009**, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz e outros, que “Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem à BR-222.” A Presidência comunica a presença do Deputado Federal Eduardo Gomes (PSDB/TO). A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Flexa Ribeiro, para fazer a leitura do seu Relatório. Durante a leitura, o Relator altera o Relatório, modificando o tipo de emenda. Após a leitura do Relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria. **ITEM 7 – Requerimento nº , de 2011 – CI**, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE com a presença das seguintes autoridades: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; um representante do Departamento de Proteção do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC; e um representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.” A matéria é adiada devido à ausência do autor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião ordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª reunião.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico o recebimento de convite da Embraer, assinado pelo Vice-Presidente de Assuntos Corporativos da empresa, Sr. Horácio Forjaz, para uma visita de um dia à sede da Embraer, em São José dos Campos, no próximo dia 05 de maio. O Diretor Presidente, Sr. Frederico Fleury Curado, e outros integrantes da Embraer receberão a delegação de parlamentares e terão a oportunidade de discorrer sobre a situação atual da empresa e suas perspectivas de negócios futuros. Ênfase especial será dedicada à criação da Embraer Defesa e Segurança.

A Embraer disponibilizará o transporte aéreo a partir do Aeroporto de Brasília, na manhã do dia 05, com retorno previsto ao término da visita.

Àquele parlamentar que tem interesse em representar esta Comissão em uma visita à Embraer, o convite está à disposição na Secretaria.

Comunico também o recebimento de Correspondência nº 42, de 2011, da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, assinada pelo seu Diretor Presidente, Sr. Willien Manteli, solicitando que aquela entidade possa contribuir nos trabalhos que serão desenvolvidos no âmbito da Comissão.

Comunico ainda o recebimento de Correspondência nº 10.436, de 2011, da Presidência da Infraero, do Presidente Antonio Gustavo Matos do Vale, na qual justifica o não comparecimento à audiência pública realizada no dia 26 de abril, colocando-se à disposição para participar de semelhante reunião no próximo mês de maio, inclusive em conjunto, se for necessário, com outras Comissões desta Casa.

Os referidos documentos estão à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Gostaria de, neste momento, destacar a presença, nesta reunião, do Prefeito Luiz Carlos Folador, do Município gaúcho de Candiota, que veio acompanhado de uma comitiva de Vereadores para uma visita a esta Comissão.

Se os Srs. Senadores já têm sobre as bancadas a pauta, daremos início à Ordem do Dia.

Item 1:

MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2011

(Não Terminativo.)

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Pedro Brito do Nascimento* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), na vaga do Senhor *Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa*.

Autoria: Presidente da República

O Relator é o Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra para fazer o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a gosta de ser nominada de “presidente” ou de “presidenta”?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Fique à vontade. V. Ex^a pode escolher.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não; eu quero homenageá-la. V. Ex^a pode escolher.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Presidente”, diferentemente da Presidenta Dilma.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Sr. Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi; Sr^{as} e Srs. Senadores, por meio da Mensagem nº 59, de 2011 (nº 87, de 2011, na origem), a Sr^a Presidenta da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Pedro Brito do Nascimento, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), na vaga do Sr. Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa.

A Antaq, autarquia especial vinculada ao Ministério do Transporte, foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação de políticas de transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)”.

Determina o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que os membros da Diretoria da Antaq serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, III, “f”, da Constituição Federal. Em complementação, estabelece que o ocupante de cargo de Diretor da instituição deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da Agência e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito estabelecido no art. 383 da nossa carta regimental.

Consta dos autos da presente mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, do Regimento Interno do Senado e ao disposto no art. 1º, I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades”.

Segundo informa o currículo apresentado, o Sr. Pedro Brito do Nascimento é cidadão brasileiro, nas-

cido em 5 de abril de 1950. Sua formação acadêmica abrange graduação em Economia, realizada na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), entre 1971 e 1975, e mestrado em Administração Financeira na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluído em maio de 1978.

Seu currículo revela ainda a participação em cursos de instituições nacionais e internacionais de renome, como Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de empresas privadas de prestigiosa notoriedade, como IBM, Unisys International Company e Citicorp Investment Bank.

Iniciou sua vida profissional, aos 14 anos de idade, como funcionário do Banco do Nordeste S.A.. Faço, aqui, um parêntese, para registrar que, naquela época, na década de 60, era possível que, com a idade de 14 anos, a pessoa tivesse um aprendizado para já iniciar uma vida com um olhar para o futuro de profissional. Hoje, há sérias restrições para se dar uma orientação aos jovens. Apesar de o Governo e V. Ex^a, com uma atuação na área social bastante intensa, buscar também dar uma atenção a essa juventude que, lamentavelmente, ao não ter espaço para sua formação, acaba indo para a marginalidade.

No Banco do Nordeste, Pedro Brito do Nascimento entrou mediante concurso público. Nessa instituição, galgou as mais diversas posições possíveis, chegando a Superintendente Financeiro responsável pelas áreas financeiras de contabilidade e de mercado de capitais.

Sua experiência inclui importantes experiências executivas, tais como Presidente do Banco do Estado do Ceará, Secretário de Fazenda do mesmo Estado, e Superintendente-Geral da Bolsa de Valores.

No âmbito do Governo Federal, ocupou os cargos de Chefe de Gabinete, Secretário-Executivo e Ministro de Estado do Ministério de Integração Nacional.

Mais recentemente, entre 2007 e 2010, ocupou o cargo de Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, sendo o primeiro titular da pasta criada para incentivar o desenvolvimento portuário do País.

Análise do *curriculum vitae* encaminhado evidencia, assim, que a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho funcional do indicado credenciam-no para o exercício do cargo para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 73 da Lei nº 10.233, de 2001, bem como as exigências constantes do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura no

tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão: *curriculum vitae* conforme especificado no inciso I e demais declarações relacionadas no inciso II.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Pedro Brito do Nascimento, constante da Mensagem nº 59, de 2011 (nº 87/2011 na origem).

O nosso relatório, Sr^a Presidente, Sr. Vice-Presidente, é favorável à indicação do Sr. Pedro Brito do Nascimento para o cargo de Diretor da Antaq.

Essa agência, Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, é de fundamental importância, principalmente para a região amazônica, da qual o Senador Blairo Maggi e V. Ex^a também fazem parte.

Nós lutamos, há anos, pela implantação do sistema hidroviário e não entendemos porque, até hoje, os governos, ao longo de décadas, não tomaram a iniciativa de priorizar o sistema hidroviário para reduzir os custos do transporte, aumentar a competitividade dos produtos brasileiros e fazer com que essa grande região seja agregada ao nosso País, ao se melhorar a interiorização do transporte, barateando seu custo e tirando a sobrecarga sobre as estradas.

Espero que o Dr. Pedro Brito do Nascimento, com a longa experiência profissional mostrada em seu currículo, ao ser aprovado pelo Senado Federal e por esta Comissão, e assumindo a função na Antaq, possa vir ajudar a que possamos acelerar a implantação do sistema hidroviário. Temos que completar a hidrovía Araguaia-Tocantins, pois fizemos apenas uma pequena parte, com as eclusas de Tucuruí, retornando a navegabilidade no trecho do rio Tocantins, ainda precariamente, pois é preciso fazer o derrocamento a jusante da barragem, das eclusas; precisamos completá-la. Precisamos fazer a hidrovía Teles Pires-Tapajós-Juruena; a hidrovía iniciada pelo Senador Blairo Maggi, do Madeira, para Itacoatiara, que está funcionando, mas precisamos implantar várias outras, não só na Amazônia. Temos lá a Tietê-Paraná.

Sonho, Senadora Lúcia Vânia, no futuro, a médio e longo prazos, que possamos navegar este Brasil internamente, ligando todas as bacias, a do Amazonas, a do Prata, do Tietê-Paraná, fazendo com que este País tenha a navegação interior totalmente possível.

Esse é o relatório.

Teremos, na próxima quinta-feira, a sabatina do indicado da Presidenta Dilma Rousseff.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidenta, quero parabenizar o nosso Relator, nosso Senador Flexa Ribeiro, pelo parecer e registrar que conheço o indicado Pedro Brito do Nascimento desde quando ele era bancário do Banco do Nordeste, aonde chegou muito jovem como cabista – um termo que usávamos, ou seja, menores aprendizes da rede bancária. Ingressou por concurso público. Em seguida, ascendeu na vida funcional junto ao Etene, órgão técnico que forma os melhores gestores públicos da região Nordeste.

Tínhamos duas grandes escolas, Sr^a Presidenta, além das universidades, o BNB-Etene e a nossa antiga Sudene. Na década de 70 a até metade da de 80, esses eram os dois grandes instrumentos de formação de gestores públicos da região Nordeste.

A Sudene foi extinta em 2001 – ela já tinha sido bastante esvaziada durante a década de 90 – e ficou apenas o Etene fazendo esse papel. E o nosso Dr. Pedro Brito, como é conhecido, além de ser um gestor dessa área, era também um dos formadores desses quadros de gestores públicos para a região Nordeste.

Temos hoje, em vários governos estaduais, em vários setores da iniciativa privada e também nas universidades, pessoas que passaram pelo Etene, na turma de Pedro Brito, os antigos cabistas.

Em seguida, o Banco do Estado do Ceará faliu. Isso no final da década de 80, e, para recuperar aquela instituição financeira, foi indicado Pedro Brito como presidente. Foi feita uma gestão muito significativa, o banco foi recuperado e passou a ter um papel de bons resultados para a nossa economia.

Com a vinda do Ministro Ciro Gomes para o Ministério da Integração Social em 2003, ele também veio como um dos gestores. Após a ida do Dr. Lacerda para a Prefeitura de Belo Horizonte, na gestão do nosso ex-governador Aécio Neves, ele assume a Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional e, com o licenciamento do Ministro Ciro Gomes, assume aquele Ministério, dando continuidade a todo um trabalho de planejamento de desenvolvimento regional e, para a nossa região Nordeste, ali a Transnordestina, uma ferrovia que integra a nossa economia, a economia do Piauí, com os portos da nossa região, com o Porto do Pecém, no Ceará, o Porto de Suape, em Pernambuco, em sua primeira fase.

Em seguida, na sua segunda fase, já está projetada a sua interligação com a Norte-Sul, que pega aqui o nosso cerrado, nossas estradas de Goiás, do Tocantins e chega ao Porto de Itaqui, no Maranhão, em São Luís, estamos a 170km entre a Norte-Sul e a Transnordestina. Na terceira etapa, também queremos integrar todo esse modal de transporte ferroviário,

setor em que ele atuou como Ministro de Estado e Secretário-Executivo.

Em seguida, com a criação da Secretaria Nacional dos Portos, ele assume esse papel de Ministro naquela Pasta – uma Pasta muito difícil –, em que os nossos portos eram subaproveitados, até porque a nossa indústria de navios, os nossos estaleiros tinham sido desativados no final da década de 70 e, como não tínhamos navios, como não fabricávamos navios, terminávamos também não priorizando o transporte marítimo, o transporte aquaviário.

Com o nosso Governo, o Presidente Lula assumiu um compromisso de fazer a substituição de importação, alavancando esse setor. Hoje temos vários estaleiros em funcionamento. Um dos motivos da geração de muito emprego, de muito trabalho no Estado do Rio de Janeiro, foi exatamente a reativação dos estaleiros que tivemos ali, até a década de 70. Em seguida, expandimos essa forma de fazer e, hoje, no Estado de Pernambuco, temos dois grandes estaleiros também produzindo navios.

A nossa Petrobras – que pagava em média 9 bilhões de dólares por ano, somente de fretes – resolveu fazer uma substituição de navios por navios próprios, como forma de diminuir os custos da nossa dívida de contas-correntes, que impacta bastante com o pagamento de fretes. Ao lado disso, o Pedro Brito dá continuidade a uma política de melhoria dos nossos portos, aprofundando os seus calados. Lembro muito bem que o Porto do Mucuri, no Ceará – primeiro porto construído ainda na Segunda grande guerra, na metade do século XX –, estava com um calado apenas de oito metros e meio. Hoje, já está com 14 metros de profundidade, e o Porto do Pecém tem 17 metros de calado. E temos uma série de outros portos em que foram feitas dragagens, aprofundamentos e melhorias.

Tínhamos uma questão gravíssima na gestão dos portos, conflitos constantes entre os setores. Foi feita toda uma política de aproximação, de superação desses gargalos e ainda tem muita coisa por fazer, mas já melhorou bastante. E a nossa Tucuruí – a que o nosso relator aqui faz referência –, todo o processo de integração, que vinha desde a década de 70, é uma obra inacabada. Foi feito um esforço grande – a primeira etapa está entregue –, mas ainda tem uma série de outros, para dar continuidade. O nosso Rio São Francisco já foi o grande escoador da produção, pelo transporte aquaviário, e hoje precisamos também dar continuidade a esse processo. Portanto, a ida do Pedro Brito para a Antaq é a certeza de que essas políticas que ele vinha fazendo nos portos darão continuidade agora num outro patamar, e que integra esse diálogo, envolvendo os entes do pacto federativo, os

municípios – que precisam ser ouvidos – os governos estaduais, o governo federal, a iniciativa privada –, para que possamos ter uma redução de custo nos fretes, na diminuição do custo do transporte da nossa produção e, ao mesmo tempo, resolver um conjunto de gargalos que temos num país que hoje é a sétima economia do planeta e que se prepara para, em 2015, ser a quinta potência econômica do planeta. Este país necessita ter um sistema de transporte integrado: o marítimo, o terrestre, o ferroviário, o aéreo – e é por isso que todos nós estamos muito empenhados – seja Governo, seja Oposição – para dar uma resposta e, por meio disso, a economia brasileira continuar crescendo, gerando emprego, renda e melhorando a qualidade do nosso povo.

Por isso, nossa Presidente, nosso voto é favorável também.

Quero aqui parabenizar, mais uma vez, o nosso relator Flexa Ribeiro, pelo seu parecer, e esperamos que, na próxima sessão, tenhamos aprovação do Pedro Brito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º, art. 2º, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Item 2:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2010
(Não terminativo.)

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010, decisão não-terminativa.

O relator é o Senador Inácio Arruda.

Não estando presente S. Exª, retiramos a matéria para que ela seja lida na próxima reunião.

Item 3:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2009
(Não Terminativo.)

Autoriza o Governo Federal a criar a Agência Nacional de Energias Renováveis (ANER).

Autoria: Senador Marcelo Crivella

O Relator é o Senador Flexa Ribeiro, a quem convido para fazer o seu relatório.

Eu gostaria apenas, antes do leitura do relatório, Sr. Senador, de dizer que a matéria será apreciada em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, o relatório que será lido não tem caráter terminativo.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 495, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, é constituído de cinco artigos. O art. 1º

autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Nacional de Energias Renováveis (ANER), um órgão de natureza autárquica, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, com sede e foro na cidade de Brasília.

Peço permissão à Presidente, Senadora Lúcia Vânia, para saudar o Senador Eduardo Azeredo que hoje recebe a homenagem com aposição do seu retrato na Sala da Comissão de Relações Exteriores.

Será a que horas, Presidente? *(Pausa.)*

Daqui a pouco. Então, eu pediria a V. Exª que aguardasse o término da Comissão de Serviços de Infraestrutura para que nós pudéssemos ir até lá prestigiá-lo.

Darei continuidade à leitura do relatório.

O art. 2º define o objetivo institucional da ANER, qual seja, a coordenação do processo de transição do uso intensivo de energias não renováveis para formas renováveis de utilização do potencial energético do País, bem como o estudo e a elaboração de políticas públicas para apoiar o aprimoramento da matriz energética nacional, visando ao desenvolvimento sustentável. Esse artigo, em seu §1º, impõe à ANER a obrigação de atuar em estreita colaboração com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O art. 3º, em seu *caput*, contém dez incisos que definem fontes e formas renováveis de utilização do potencial energético do País.

O art. 4º estatui que as despesas resultantes da execução da Lei deverão correr à conta de dotações constantes do Orçamento da União.

O art. 5º corresponde à cláusula de vigência da Lei.

A matéria foi lida em Plenário no dia 3 de novembro de 2009, e remetida às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

O PLS nº 495, de 2009, visa à criação de uma agência que, nos moldes da Aneel e da ANP, exercerá um importante papel regulatório no País, com o foco no esforço global de desenvolvimento da utilização das formas mais limpas de transformação da energia e de seu uso sustentável.

A proposição de autoria do eminente Senador Marcelo Crivella inova ao prover o Poder Público de uma estrutura especialmente destinada ao acesso às formas baratas, limpas e confiáveis de transformação da energia, um desafio inadiável para a garantia da sustentabilidade do planeta.

De fato, o uso atual das energias renováveis em escala comercial vem sendo postergado, principalmente, pela falta de investimentos e, conseqüentemente, por elevadas tarifas e por barreiras tecnológicas.

O Senador Marcelo Crivella faz referência, Senadora Lúcia Vânia, à energia eólica, à energia solar, térmica, que deverão ter, daqui para frente, o uso mais acelerado com o avanço da tecnologia, barateando o custo da geração.

A criação, no Brasil, de uma agência capaz de prover o País de mecanismos de planejamento adequado e de uma coordenação ágil e competente dos órgãos governamentais que interagem no tratamento desse tema está em harmonia com as diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU).

A criação da Agência Internacional de Energias Renováveis, a Irena, é o resultado de um compromisso assinado por 137 países, cuja principal motivação foi a criação de instrumentos capazes de facilitar o acesso à informação e o estímulo à implantação de matrizes energéticas que privilegiem as formas renováveis de energia.

O Brasil, dono de um invejável potencial desse tipo de transformação energética, dará um grande passo ao criar uma agência nacional semelhante à Irena.

A iniciativa do Senador Marcelo Crivella é, portanto, louvável e tempestiva. Observamos apenas que a redação necessita de um pequeno ajuste, razão pela qual apresentamos a emenda abaixo.

Voto.

Em face do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 495, de 2009, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI, ao PLS nº 495, de 2009: *“Renomeie-se como parágrafo único o §1º do art. 2º do PLS nº 495, de 2009”.*

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente, essa matéria vai ser votada na próxima...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Essa matéria está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria somente salientar o papel da Aneel e da ANP. Não se está sobrepondo mais uma agência? Já há estrutura dentro da Aneel e da ANP. Eu queria, se possível, que fosse dado esse esclarecimento por parte do Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Crivella, ao propor a criação de mais uma agência reguladora de energias renováveis – V. Exª tem razão –, retira da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Nacional de Petróleo (ANP) a questão das energias renováveis. Basicamente a intenção dele é relativa à energia eólica e à energia solar, duas fontes de energia renovável. Com o desenvolvimento da tecnologia, tem se avançado no uso dessas duas energias, mas não na velocidade que poderia ser propiciada pela potencialidade do nosso País tanto na questão dos ventos, quanto na questão da luz solar.

A intenção do Senador Marcelo Crivella é criar uma agência específica para essas fontes de energias renováveis e de energias limpas, de tal forma que, no Brasil, possa haver, nessas linhas de geração de energias limpas, um avanço maior e, com a atração de novas tecnologias, um barateamento na geração de energia. Essas energias se agregariam ao setor de geração de energia, junto com o nosso carro-chefe, que continuará sendo a geração hídrica, que, sem sombra de dúvida, é e continuará sendo a maior fonte de geração de energia do nosso País.

A Aneel tem uma função importante, evidentemente, em todas as fontes de geração de energia, não só na questão da energia renovável, mas também na questão termoeletrica, na questão das energias térmicas a gás e das energias obtidas de derivados de petróleo, que são aquelas que dão equilíbrio ao sistema quando há uma baixa reserva de energia hídrica.

Então, a preocupação do Senador Crivella é a de dar a essas outras fontes de energia um tratamento especial.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador, falo da minha preocupação, porque penso que poderiam ser melhor aparelhadas essas duas agências naquilo que nelas estivesse faltando. Tenho medo de que a gente venha a contribuir com o custo Brasil. Cada agência criada gera um custo cuja extensão não podemos avaliar, dependendo do tipo de agência. Então, venho com essa preocupação. Parece-me que subcomissões são criadas para desenvolver alguma coisa, quando isso pode ser desenvolvido dentro das agências já criadas.

Isso representa realmente no custo Brasil, e estamos preocupadíssimos com o inchaço e o custo que estamos carregando. Então é sob essa ótica que eu gostaria que fosse analisado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Cyro, V. Exª tem toda a razão. Eu acho que essa

preocupação de V. Ex^a tem fundamento, mas a preocupação do Senador Crivella, e eu estive conversando com ele para que pudesse concluir favoravelmente o parecer, é a de que, pelas atribuições e responsabilidade da Aneel no sentido de ter a gestão do setor energético nacional, possamos ter um racionamento ou uma deficiência de oferta de energia no futuro próximo se os projetos que estão sendo tocados não tiverem o andamento previsto em seu cronograma.

Temos aí Belo Monte, que a cada momento tem o sobressalto de ter suas obras suspensas por embargos de vários tipos. Temos que ter Belo Monte gerando até 2014, 2015. Se Belo Monte não entrar em funcionamento, nós vamos ter sérios problemas para que o Brasil possa continuar crescendo a taxas médias de 5% a 6% ao ano. Não vamos ter energia e, sem energia não vamos ter crescimento. Ou então vamos ter energia de fontes sujas, ou seja, vamos ter que poluir queimando petróleo, petróleo bruto, pesado, ou transformando também essas termas como fonte o gás.

Acredito que a preocupação do Senador Crivella, e ele disse a mim que seria esta, é dar um tratamento diferenciado a essas fontes que o avanço da tecnologia vem buscando baratear. Hoje, no mercado, o preço da geração tem caído. Os leilões têm mostrado isso, mas ainda não chegam próximo do que seria o necessário para que pudesse haver investimentos mais firmes da iniciativa privada tanto na geração eólica quanto solar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Ex^a tem razão. A preocupação é válida. É para dar celeridade. Mas aí estamos começando a entrar numa seara de que as agências atuais não estão funcionando com os seus propósitos. Nós acabamos de criar mais uma na aeroportuária, porque não se tem na Anac e na Infraero uma eficiência, então já se criou um *status* de ministério.

A nossa preocupação, e sei que a do senhor também, S. Ex^a sabe que nós estamos combatendo muito esse inchaço. Ou a gente começa a tirar poderes e diminuir o tamanho dessas agências já criadas, porque senão vamos abrir mais um flanco para pôr apadrinhados... V. Ex^a sabe perfeitamente o que nós estamos evidenciando nesses últimos anos. Essa é a minha preocupação e não discordo da sua preocupação. A sua preocupação é extremamente válida. Quando o Senador Crivella propôs, realmente ele quer dar celeridade a esses projetos, mas a minha preocupação é que já existem agências que deveriam dar celeridade, dar urgência para esses projetos, senão, vamos parar o Brasil.

É só nesse confronto que eu me entendo. Aqui está na aeroportuária, agora aqui, e assim vamos criando agências e mais agências, porque as que es-

tão não estão satisfazendo os seus propósitos. A sua preocupação, como relator, acho perfeita, mas gostaria que analisasse esse outro lado nosso, que vamos flancos e mais flancos e apadrinhamento, e por aí a coisa está indo.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu concordo, Senador Cyro, com a sua preocupação.

A questão da competência e da eficácia das agências reguladoras. Eu sou um Senador de oposição, tenho feito aqui várias referências. Ainda ontem, na CCT, num audiência pública em que estávamos discutindo novos critérios para aprovação de outorgas e concessões de rádios e televisões, eu fiz uma referência à Anatel, que, lamentavelmente, não cumpre a sua obrigação, que é de fiscalizar o sistema de comunicação no Brasil. E não cumpre por várias razões: primeiro porque o Sistel, que é a taxa cobrada dos usuários do sistema de comunicação, através das tarifas, Senador José Pimentel, que recolhe próximo de R\$2 bilhões por ano – e desses R\$2 bilhões, que deveriam ser todos transferidos para o objetivo fim que é a fiscalização, ele é utilizado em sua grande parte para superávit primário do Governo, dívida pública – vai para Anatel, não sei este ano, algo em torno de R\$350 a R\$400 milhões. E a Anatel acaba não cumprindo com sua obrigação de fiscalizar o sistema.

Então, quando o Governo do presidente Fernando Henrique tomou a posição no sentido de privatizar áreas em que eram necessários investimentos que o Governo não tinha capacidade de fazer – e o fez de forma correta, está aí o resultado na telefonia – era necessário criar as agências reguladoras para proteger o usuário. Agência reguladora não compete com ministério. O Ministério determina a política e a Agência reguladora faz a regulamentação e a fiscalização e defende o usuário. Não pode ser apêndice do Governo, tem que ser independente do Governo; por isso seus diretores tem mandato, autonomia para exercerem as suas funções.

No primeiro Governo do Presidente Lula, foi entendido agências reguladoras querendo competir com os Ministérios e elas foram esvaziadas nas suas funções. Já no segundo Governo foram recuperadas e, agora, a Presidente Dilma tem dito que as agências reguladoras serão recuperadas nas suas funções e as indicações não serão políticas, serão técnicas. Serão técnicos para exercê-las.

Eu quero propor ao Senador Cyro, se V. Ex^a tem as dúvidas e as dúvidas são corretas, que nós possamos, em contato com o Senador Crivella, inclusive fazermos uma audiência pública com a Aneel, a ANP,

para que nós possamos discutir com o Senador Crivella, a questão da criação da Aner. Na conversa que eu tive com o Senador, ele me deu argumentos que me levaram a concluir pelo parecer da aprovação, mas V. Ex^a tem razão de que nós precisamos ter transparência na questão.

E, apesar de não ser terminativa a discussão aqui na Comissão, mas o mérito deve ser discutido da Comissão de Infraestrutura. Então, nós podemos fazer uma audiência pública, combinado com o Senador Crivella as pessoas que deverão ser convidadas e aí tirar as dúvidas todas para que a sociedade e os Senadores possam votar com consciência a necessidade da criação da Aner.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu concordo plenamente. V. Ex^a é de muito bom senso, e gostaria de subscrever esse requerimento. Concordo plenamente.

A SR^a PRESIENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, até a Legislatura passada acolhia os projetos autorizativos. Nesse início de Legislatura, fizemos uma discussão com ao pares daquela Comissão e resolvemos não mais acolher os projetos autorizativos. Tomamos essa iniciativa, porque no projeto autorizativo não há previsão constitucional. A Câmara Federal já alterou o seu Regimento que era de 1972, a exemplo da nossa, e todos os projetos autorizativos que ali chegam são arquivados, porque não têm previsão constitucional.

Há duas sessões, a que V. Ex^a participou, nós alteramos o Regimento do Senado, por unanimidade, para que os projetos autorizativos sejam transformados em propostas a serem encaminhadas ao Executivo e não mais como projetos de lei porque não têm previsão constitucional.

Essa alteração regimental foi para o plenário do Senado e estamos aguardando a sua modificação. Portanto nós temos um Regimento do Senado Federal que é de 1972 que prever, como o senhor muito bem aqui registra, o projeto de lei autorizativo.

O Constituinte de 88 resolveu modificar essas proposições, tendo em vista que tudo aquilo que implica em aumento de despesas... Depois veio a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2001, que é competência exclusiva do Executivo, que é o caso concreto desse projeto de lei.

Após a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Câmara Federal alterou o seu Regimento Interno e todos os projetos autorizativos, quando de iniciativa da Câmara Federal, é transformado em requerimento subscrito por

aquela comissão e encaminhado ao Poder Executivo para que ele analise e transforme em instrumento legal, se achar razoável dentro do seu planejamento. Quando é do Senado, como a Câmara não tem essa competência, vai ao Arquivo.

Portanto, como essa matéria estava sobrecarregando a agenda do Senado e, ao mesmo tempo, os interesses justos dos nossos Senadores e Senadoras não chegavam ao Executivo, nós resolvemos há duas sessões alterar o Regimento do Senado Federal, na Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, e está pendente de votação no plenário do Senado. Na primeira oportunidade que tivermos quando da desobstrução da pauta do Senado, pretendemos aprová-lo. Portanto, esse projeto de lei, não sei se já passou pela CCJ, parece-me que não, ele vai à CCJ para ter esse encaminhamento.

O mesmo já fizemos com dois outros, com posição unânime dos membros daquela comissão. Estamos alterando o procedimento que tinha aqui no Senado Federal, tendo em vista o que prever a Constituição.

No mérito, sou daqueles que entendo que nós não tínhamos necessidade de criar uma outra agência, porque a energia produzida no setor eólico e no setor solar utiliza a mesma estrutura: os linhões para fim de transmissão e a rede para fazer chegar às nossas casas, indústrias, fábricas aos nossos estabelecimentos.

E essas redes, da maneira como estão estruturadas, nós não teríamos como ter uma outra forma de agilizar. O objetivo aqui era captar recursos e nós hoje temos uma estrutura montada dentro da Sudene e junto ao Ministério que facilita essa captação de recursos, inclusive com a realização de leilões futuros em que a oferta de energia eólica não está sendo suficiente para o que ali se apresenta. Exatamente por isso, o Ceará e o Rio Grande do Norte – dois Estados que têm hoje os maiores parques, as maiores indústrias de energia eólica no Brasil – estão alterando o conjunto de procedimentos para agilizar uma série de investimentos que estão previstos para esses dois Estados. E terminamos de inaugurar a primeira indústria de energia solar no Município de Tauá, no coração do semiárido e na região dos Inhamuns, onde temos o menor índice de chuvas do Brasil, exatamente para dar potencialidade.

Encontramos, nosso Senador Flexa Ribeiro, um problema, porque essas placas de energia solar exigem que sejam lavadas de épocas em épocas, em face da poeira, e, ao cair esse sedimento sobre as placas, diminui a captação da energia. E aí, como temos pouca água armazenada na região, estamos fazendo uma barragem e uma adutora para chegar exatamente onde está essa primeira grande fábrica solar, para que possamos fazer a limpeza permanente das suas placas

e, com isso, aumentar a captação dos raios solares e a maior produção de energia.

Portanto, vamos acompanhar seu voto, mas tendo clareza de que, na CCJ, ele vai ter o encaminhamento de dois outros que já demos neste ano de 2011, ao início desta Legislatura.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e colocamos o projeto em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Lembrando que, para não ter nenhuma divergência, lá na CCJ, vamos dar esse encaminhamento regimental.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O relatório passa a constituir parecer da Comissão.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM 4:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 655, DE 2007 *(Terminativo.)*

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibirapu e de Viana, na BR-101/ES, e o trecho que liga a BR-101 ao porto de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

O relatório é pela aprovação do projeto.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a Presidente da Comissão, Senador Lúcia Vânia, e os Senadores aqui presentes.

Vamos retirar de pauta o Item 4 e o Item 5 também, Senadora. Nós temos que pegar algumas informações que chegaram hoje pela manhã a esta relatoria e, portanto, peço para retirar de pauta o Item 4 e o Item 5, que seria o próximo a ser votado.

Eu não me inscrevi para falar na relatoria da questão da Aner, mas só para deixar minha opinião também: temos tantas agências reguladoras que penso não temos necessidade de nenhuma agência a mais. E o grande problema é que, cada vez que se cria uma, não se tira a burocracia que se criou na anterior e se criam novas. E o Brasil vem perdendo a capacidade de produzir, de inovar, em função da burocracia que nós mesmos estamos criando aqui.

Mas, como o Senador Pimentel já deu aqui o que vai acontecer com o projeto, não cabe mais muita discussão, mas cabe o registro, porque precisamos é de destravar o País, e não criar mais burocracia. Imaginem uma nova agência dessas: como é que vamos fazer a conectividade dessas redes? Um faz eólica, outro faz isso, e, na realidade, a Aneel é a agência reguladora de todo o processo de energia elétrica.

Então, fica muito complicado todo esse processo. Acho que o encaminhamento que será dado na CCJ já resolve o assunto, e nós não temos que nos preocupar com ele, mas, se não houvesse esse procedimento na CCJ, com certeza teríamos que abrir aqui discussões muito maiores, e o embate seria muito grande em torno do assunto.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Retirados de pauta os Itens 4 e 5.

Item 6:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2009 *(Terminativo.)*

Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem à BR-222.

Autoria: Deputado Giovanni Queiroz e outros.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Antes de passar a palavra a V. Exª, eu gostaria apenas de colocar em votação um requerimento que visa conciliar três outros que já foram votados aqui, para convidar o Presidente da Anac, o Secretário da Aviação e o Presidente da Infraero.

Estamos apenas compatibilizando os requerimentos que já foram feitos. Para isso, vou colocar em votação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin. Para simplificar tudo que foi votado em relação a esses convites, ela agrupou as outras Comissões, para que seja realizada uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Desenvolvimento Regional, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Infraestrutura. As quatro comissões convidaram os três expositores. Portanto, estamos conciliando e fazendo uma única audiência pública envolvendo as quatro comissões.

Por isso, gostaria de colocar esse requerimento em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Então, vamos fazer a audiência pública em conjunto com as demais Comissões.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidenta Lúcia Vânia, quais são os convidados para essa audiência pública? Refiro-me às pessoas convidadas, aquelas do requerimento que acabamos de aprovar.

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Já foram nominados nos outros requerimentos. São os Srs. Antonio Gustavo Matos do Vale, Carlos Eduardo Pellegrino e Wagner Bittencourt de Oliveira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Pellegrino é...

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É o Diretor Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil; Wagner Bittencourt de Oliveira é Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil; e Antonio Gustavo Matos do Vale é Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Esses nomes já haviam sido votados nos requerimentos assinados por V. Ex^a

O Senador Francisco Dornelles apresentou requerimento convidando o Presidente da Anac; o Senador Ricardo Ferraço, em seu requerimento, convidou o Presidente da Infraero; e a Senadora Vanessa Graziotin convidou o Secretário Nacional de Aviação Civil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já temos data prevista para a audiência?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não; não temos.

Agora, tenho que combinar com os Presidentes das demais comissões para que marquemos a data.

O Presidente da Infraero já disse que estaria à disposição a partir da próxima semana. Ele justificou – li aqui hoje – que não veio à nossa audiência por estar recém-empossado naquela instituição e que ele gostaria de se inteirar melhor dos problemas para, depois, vir aqui.

Fizemos a audiência pública com o representante do Ipea e o Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Aeroviário. Pudemos conhecer os estudos que foram ali feitos e encaminhei aos Srs. Senadores, a seus gabinetes, todo esse estudo, para que possamos, na próxima audiência pública com as autoridades já mencionadas, ter subsídios para fazer nossos questionamentos em relação à questão dos aeroportos.

Essa questão inquieta a Casa, haja vista que as quatro comissões fizeram o mesmo convite.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não só a Casa, mas todos os brasileiros e também o Governo, a ponto de a Presidenta Dilma ter anunciado que irá privatizar aeroportos. Irá entregar à iniciativa privada a expansão e a construção de aeroportos para

que seja atendida à demanda dos eventos desportivos da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

O que acontece hoje, no Brasil, é um caos no sistema aeroportuário brasileiro. Vamos ter, nesta audiência pública, oportunidade de discutir. Lamento apenas, Senadora Lúcia Vânia, porque poderíamos fazer a audiência, colocando os dois lados, colocando o Ipea junto para termos o contraponto, para ouvirmos os dois lados. Ouvimos um lado, na audiência anterior, e vamos ouvir agora os órgãos de governo. O Ipea também é governo, mas está numa posição contrária ao novo Ministério, à nova Secretaria, à Infraero e à Anac.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidente, esse é um bem problema. Nos só estamos tendo problemas no transporte aéreo porque melhoramos a renda do nosso povo. A partir de 2003, já são 35 milhões e 700 mil pessoas que saíram dos extratos populares, que não tinham acesso aos meios de consumo e nem tampouco utilizavam as pontas aéreas. Fico muito feliz quando pego o avião e vejo ali “n” rostos que até ontem nem passavam pelo aeroporto e que, muitas vezes, iam ao aeroporto nos dias de domingo para tentar ver de longe um avião. Hoje não. São todos usuários do transporte aéreo, estamos tendo um crescimento médio de 14% ao ano na procura por passagens aéreas, pela utilização do avião. E é exatamente por isso que, se há um bom problema para enfrentarmos é este, que é fruto do crescimento econômico, da melhoria da renda nas nossas famílias. Se formos para os micros e pequenos empresários, em 2003, tínhamos apenas 1 milhão, 337 mil micros e pequenos empresários formais no Brasil. Fechamos dezembro de 2010 com 5 milhões 800 mil pequenos e microempresários formais no Brasil. Esse setor gerou 15 milhões e 70 mil novos empregos, empregos de verdade, com carteira assinada desde 2003. Isso é resultado de um esforço de toda a sociedade brasileira. Precisamos, sim, ampliar ossos aeroportos, oferecer oportunidades para que esse povo que, até ontem, só via avião de longe, no aeroporto, aos feriados e domingos, quando iam ali passear com sua família.

Lembro-me muito bem da rota Fortaleza-Juazeiro do Norte, em que os aviões saíam de linha porque não havia passageiros na década de 90. Hoje, temos que ampliar o aeroporto, que não comporta mais a quantidade de passageiros que embarca no terminal de Juazeiro do Norte, só para dar um exemplo. Isso não é diferente no Pará, no Goiás, em todos os Estados brasileiros. É bom registrar que estamos, sim, fazendo concessão para a ampliação, para agregar

mais serviços e não para vender o patrimônio público que já foi financiado pelo povo brasileiro.

Sou um daqueles que, quando aprovamos as PPPs, as parcerias públicos e privadas, foi exatamente para isto: para que a iniciativa privada possa aportar seus recursos, ajudando o Estado nacional na sua infraestrutura, ampliando o que não tínhamos e não vendendo o que já fizemos. Então, essa é uma boa causa, será uma excelente audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Senador Pimentel e digo que feliz o governo que tem um parlamentar da sua qualificação para defendê-lo.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, Senador Lúcia Vânia, admiro o Senador Pimentel não é de hoje não. Há bastante tempo, quando ele estava no Ministério da Previdência, esteve conosco na bancada do Pará, fazendo um trabalho magnífico, buscando verbas dos Parlamentares para levar atendimento aos pensionistas e aposentados do INSS aos municípios do nosso Estado, colocando unidades para que os aposentados não tivessem que viajar centenas de quilômetros para tirar sua aposentadoria, e foi atendido.

Era uma obrigação do Executivo, não precisava usar verba de parlamentar, mas com essa forma de agir, ele tentou convencer os parlamentares a atender, com as nossas emendas, a necessidade da ampliação física das unidades do INSS, e, agora, ainda ontem, no plenário, ele lutou para aprovarmos – e aprovamos – o quadro de funcionários, a contratação de funcionários, pois as unidades estavam prontas e não podiam funcionar porque não havia quadro de pessoal.

Mas, Senador José Pimentel, V. Exª é um otimista. Eu aprendi agora o que V. Exª chama de “bom problema”. Eu ainda não conhecia os bons problemas. Problema nunca é bom. Mas V. Exª chama de “bom problema” o caos que está vivendo o sistema aéreo brasileiro. Eu, por similitude, diria que V. Exª também chamaria de “bom problema” se, pelo aumento da população, faltasse alimento para o povo. Também seria um bom problema: aumentou a população, falta comida... E, aí, V. Exª diria: “Olha, esse aí é um bom problema”.

É uma forma inteligente e determinada, como disse a Senadora Lúcia Vânia, de V. Exª defender o 13. Aí eu diria a V. Exª que um bom problema que nós dois temos é termos perdido a cobertura florestal e não termos que comprar pentes. Assim, fazemos uma economia. Este é um bom problema; não o caos que a população brasileira tem que enfrentar.

Se houve – e realmente houve – um aumento da capacidade de ganho real da população, com o avanço

de camadas da sociedade brasileira de menor renda para classes de maior renda; se houve acesso ao sistema aéreo, como é verdade, o Governo, no entanto, que estava trabalhando nesse sentido, deveria ter tido a visão de que, ao ter possibilitado esse acesso, deveria ter previsto a infraestrutura necessária. Ou seja: não houve o planejamento por parte do Executivo. Então, não é um bom problema. Nós temos, isso sim, um grande problema, e precisamos resolver esse problema rapidamente.

Conte com a oposição construtiva do PSDB ao longo de todo esse tempo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero começar registrando que a população brasileira está diminuindo. Nós tivemos, até 2003, pela penúltima estatística, que nós tínhamos, 2,35 crianças por mulher. O nosso levantamento demográfico de 2010, do IBGE, trouxe esse número para 1,86. E, como a senhora e o nosso Senador Flexa Ribeiro sabem, quem trabalha com previdência, obrigatoriamente, tem que trabalhar com estatística e com planejamento. E nós tínhamos o planejamento, em 2003, quando eu relatei a Emenda Constitucional nº 41, de que iríamos chegar a 2050 com 249,5 milhões de habitantes. Com o planejamento feito em 2009, em face desses dados demográficos, confirmados em 2010, nós vamos chegar a 2050 com 215 milhões de habitantes. Portanto, a população brasileira não vai crescer tanto.

Segundo, nós tivemos o cuidado de criar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tirando do MAPA a agricultura familiar, exatamente para que houvesse duas grandes estruturas: uma cuidando do agronegócio, com olhar mais exportador – e as exportações cresceram muito, fruto da produtividade e do empenho dos nossos produtores rurais; do outro lado, outra cuidando da agricultura familiar, para diminuir o conflito agrário e dar produtividade a esse setor que até então era muito frágil. E, hoje, 70% dos alimentos que vêm para a nossa mesa vêm da agricultura familiar. Por isso, nós estamos tendo abastecimento bastante para esse novo consumo que o Brasil está tendo.

Terceiro, seu eu fosse um daqueles que têm frustração com a perda de cabelos eu já teria feito um implante como muitos fazem.

E me mantenho careca, porque me orgulho do que a natureza nos oferece. Sou daqueles, Flexa Ribeiro, que aprendi com o sofisma. Não confunda as coisas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Pimentel, eu não disse que a população brasileira tinha aumentado. Eu me referi à ponderação de que seria também um bom problema se houvesse aumento da população e não houvesse alimento para ela. V. Ex^a diria que é um bom problema, mas não é bom problema.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Isso já resolvemos com a agricultura familiar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu não me referi à população brasileira. Eu me referi ao “bom problema”, à expressão que V. Ex^a utilizou. Não existe bom problema. Um problema nunca é bom.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Espero que nossa pauta seja parecida com outros temas que estão na Ordem do Dia. Mas é bom lembrar: não sou poeta. Por isso, vivo os casos concretos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nem filósofo, como também não sou.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para ler seu relatório sobre a matéria referente ao Item 6 da pauta, já anunciado.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto é de extrema importância para o Estado do Pará.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa, permita-me registrar a presença honrosa do nosso Deputado Eduardo Gomes, que nos honra com sua presença na Comissão de Infraestrutura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E é aniversariante do dia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mais uma vez, nossos cumprimentos!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Como eu dizia, Senadora Lúcia Vânia, esse projeto é de extrema importância para o Estado do Pará.

O Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2009, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz e de outros, propõe alterar a descrição da BR-222, que liga Fortaleza, no Estado do Ceará, ao entroncamento com a BR-158, no Estado do Pará, com o propósito de incluir novos pontos de passagem no trecho planejado que vai de Marabá até o final da rodovia.

Segundo a justificativa que acompanha o projeto, o referido trecho, assim como a BR-158 no sudeste do Pará, não tem traçado definido. Nessa região, foram implantados cerca de 150 projetos de assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com uma população de 130 mil habitantes – o Pará é, dos Estados da Federação brasileira, o que

tem o maior número de assentamentos do Incra; quarenta por cento dos assentamentos do Incra no Brasil estão no Estado do Pará –, cujo atendimento requer a implantação imediata de infraestrutura rodoviária. O detalhamento da descrição, com a especificação das localidades que mais demandam o atendimento direto pela BR-222, teria por objetivo imprimir maior agilidade ao processo de implantação da rodovia.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado nas Comissões de Viação e Transportes (CVT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). No Senado, foi distribuído com exclusividade à Comissão de Serviços de Infraestrutura. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos regimentais, em face da distribuição exclusiva, compete a esta Comissão analisar a proposição quanto ao mérito, bem como quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

O PLC nº 45, de 2009, versa sobre o sistema nacional de viação, matéria de competência da União, a teor do art. 21, XXI, da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é legítima, por não haver reserva atribuída a outros Poderes, conforme estabelece o art. 48 da Constituição Federal. O projeto atende ainda aos princípios do ordenamento jurídico vigente e se apresenta de acordo com as normas da boa técnica legislativa.

Ademais, o PLC nº 45, de 2009, é adequado quanto ao mérito, uma vez que visa a definir com precisão o traçado de uma rodovia apenas planejada, colaborando para a agilidade de sua implantação. Com essa medida, o Poder Público poderá promover o atendimento de comunidades que, atualmente, são servidas por estradas municipais e estaduais em condições precárias.

Acreditamos, porém, que o traçado da BR-222 deveria ser estendido até o entroncamento com a BR-163, planejada, a nossa famosa Santarém-Cuiabá, como forma de trazer ainda maior contribuição para o desenvolvimento da região, uma das maiores produtoras de cacau do País. A inclusão desse novo trecho – cerca de 600 km – contribuiria para potencializar o crescimento da indústria e, principalmente, para atrair empresas às localidades vizinhas.

Vale acrescentar que, apesar de Estado do Pará cultivar apenas 67 mil hectares de cacau, contra os mais de 500 mil hectares do Estado da Bahia, o cacau do Pará tem produtividade média de 881 quilos por hectare, enquanto o da Bahia produz em torno de 285 quilos por hectare, segundo dados da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

Por essa razão, propomos acrescentar no traçado da BR-222, como novos pontos de passagem, as lo-

calidades de São Félix do Xingu e de Novo Progresso, esta no entroncamento com a BR-163.

Voto.

Pelo exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2009 (Projeto de Lei nº 2.200, de 2007, na origem), com a emenda de redação que apresentamos.

Faço uma ressalva, Srª Presidente, que no parecer encaminhado à Secretaria da Comissão, no voto, estava registrado “com a emenda de redação que apresentamos”. Fizemos a correção que a emenda apresentada não é de redação, é de mérito. Então já substituímos o parecer, retirando a expressão “de redação”, porque o projeto retornará à Câmara, em função da emenda de mérito que fizemos no projeto do Deputado Giovanni Queiroz.

Como eu disse, esse projeto é de fundamental importância para o meu Estado, o Estado do Pará, que, apesar de ser o segundo maior Estado em dimensão territorial da federação brasileira é o de menor malha rodoviária federal do Brasil, é o que tem a menor malha rodoviária federal. O Deputado Giovanni Queiroz fez uma proposta, nesse projeto de lei, para adequar o traçado da BR-222, que inicia em Fortaleza e liga com a BR-163, passando por pontos importantes de assentamentos já criados pelo Incra, onde estão assentadas 130 mil pessoas. Isso dará possibilidade a esses pequenos agricultores de escoar a sua produção, como está dito, na produção cacaueira da produção.

Então pediria aos meus Pares que pudessemos aprovar o projeto. Ele é terminativo, nós não vamos poder, não temos quórum aqui para aprovação, mas já fica para a reunião próxima a discussão e votação. Ele irá a plenário e, do plenário, volta à Câmara, para que possa ser aprovado definitivamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai ser votada na próxima reunião, quando teremos o quórum qualificado.

O item 7 da pauta será votado na próxima reunião, uma vez que o autor do requerimento, o Senador Vital do Rêgo, não está presente. Assim, seu requerimento será votado na próxima reunião.

Comunico a V. Exªs que o Senador Cyro Miranda irá representar a Comissão de Serviços de Infraestrutura na visita à Embraer. Se outros Senadores se interessarem, o convite está à disposição aqui na Comissão.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezenove minutos do dia treze de abril do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Lobão Filho, Marisa Serrano e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira, Aécio Neves e Cícero Lucena. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente faz o seguinte comunicado: No dia 5 de abril o Senador José Agripino foi designado membro suplente desta comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu. Dando prosseguimento a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira parte reservada à definição e escolha dos membros de duas subcomissões, tendo sido adiada. E a segunda parte está destinada a deliberação de proposições. **ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 11/2011-CDR**, “Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com objetivo de avaliar os resultados da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), bem como os impactos regionais dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para tanto indico como convidados: Fernando Bezerra de Souza Coelho, Ministro da Integração Nacional; Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão.” **Autoria:** Senador ARMANDO MONTEIRO. Após o encaminhamento do Requerimento feito pelo autor, usam da palavra os Senadores Ana Rita e Wellington Dias. Resultado: Aprovado. **ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 12/2011-CDR**, “Requeiro nos termos do art. 58, § 2º,

inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e o artigo 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) uma Audiência Pública no sentido de discutir a universalização dos serviços de internet banda larga, com a presença das seguintes entidades: Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da ANATEL; Luiz Eduardo Falco, Presidente da OI; Antonio Carlos Valente, Presidente do Grupo Telefônica; José Formoso Martinez, Presidente da EMBRATEL; e Rogério Santanna, Presidente da TELEBRAS.” Autoria: Senadora ANA AMÉLIA. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, usam da palavra os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado o requerimento, com a inclusão de um representante do Ministério das Comunicações e um representante do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC. **ITEM 03 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2009, “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências.”** Autoria: Senador Gilberto Goellner. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório pela Senadora Ana Amélia. Ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 13/2011-CDR, “Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à organização e realização do Projeto “II Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa 2014”, a ser realizado em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados, na forma de Fóruns nas Assembléias Legislativas dos Estados cujas capitais foram definidas como sedes da Copa do Mundo de 2014. Requeiro, ainda, que as visitas às cidades-sedes sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para assessorar esta Presidência.”** Autoria: Senador BENEDITO DE LIRA. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. –

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos, se for da conveniência das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, a dispensa da leitura da ata.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Havendo a dispensa da leitura, submeto-as à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes: a primeira parte reservada à definição e escolha dos membros das duas subcomissões; e a segunda, reservada para deliberação de proposições.

Então, faremos uma inversão e vamos para a segunda parte, já que a primeira parte, que é para a indicação dos membros das duas subcomissões – a Subcomissão Codesul e a Subcomissão da Copa –, teremos que discutir com as Senadoras e os Senadores quem deseja participar de cada uma das subcomissões.

Comunicados e convites.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo convida todos os membros da Comissão para participar da reunião da Câmara Empresarial do Turismo. Hoje será oferecido um coquetel às 19 horas; e amanhã, quinta-feira, dia 14 de abril, às 12 horas, será oferecido um almoço na sede da CNC aqui em Brasília. Na ocasião, será feita a apresentação dos membros da Câmara Empresarial de Turismo daquela entidade.

O Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) na figura de sua presidente, Sr^a Nilde Brum, convida a todos os membros para a 78ª reunião que acontecerá no Hotel Villa Mazzaropi, em Campos do Jordão, no próximo dia 14 às 10 horas.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, na figura de seu presidente, Sr. Antonio Oliveira Santos, convida a todos os membros para participar da visita técnica à Estância Ecológica Sesc Pantanal, localizada no Estado do Mato Grosso. A visita está programada para acontecer entre os

dias 2 e 5 de junho próximos, ocasião em que serão debatidos problemas como: sustentabilidade da Copa 2014. As Senadoras e os Senadores que desejarem participar podem entrar em contato com a secretária da Comissão para maiores informações.

Comunico que a partir de 5 de abril o Senador José Agripino foi designado membro suplente desta Comissão em substituição à Senadora Kátia Abreu.

A CDR e a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados realizarão, no dia 27 de abril, a partir das 18 horas, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no Senado Federal, coquetel de lançamento dos Anais do XII Cbratur, Congresso Brasileiro de Atividade Turística, evento que foi realizado no ano passado no dia 1º de dezembro.

Todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores estão convidados para participar destes eventos.

A segunda parte: requerimentos

Requerimento nº 11, de 2011 – CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II; e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública perante esta douta Comissão com o objetivo de avaliar o resultado da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, bem como os impactos regionais dos investimentos do Programa de Aceleração de Crescimento. Para tanto, indico como convidados: Fernando Bezerra de Sousa Coelho, Ministro da Integração Nacional; Miriam Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão. Autoria: Senador Armando Monteiro.

Concedo a palavra ao Autor do Requerimento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Agradeço, Sr. Presidente.

Senhoras e Senhores Senadores, o objetivo deste requerimento é promover uma avaliação dos resultados da política nacional de desenvolvimento regional, que foi instituído há quatro anos.

Então, creio que, diante dos persistentes e até crescentes desníveis regionais e inter-regionais, seria muito próprio que esta Comissão pudesse fazer essa audiência para ouvir os Ministros na perspectivas do novo governo, para que se promova uma avaliação dos resultados dessa política.

Como é sabido, as macro-regiões menos desenvolvidas, notadamente o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, têm uma participação muito inferior ao conjunto da sua população. Digo a participação no produto econômico do País.

Essas três regiões respondem por pouco mais de uma quarta parte do produto econômico do País. No entanto, as suas populações representam quase 43% da população brasileira. Significa que os brasi-

leiros dessas regiões tem uma renda per capita muito inferior à média nacional.

Então, é imperativo, é urgente que se promova uma reavaliação dessa política no sentido de verificar se os instrumentos que foram utilizados produziram resultados. Aproveito também a oportunidade para fazermos uma avaliação, acho que é oportuno, dos impactos do Programa de Aceleração de Investimento nessas regiões.

Por isso estamos solicitando trazer os Ministros da Integração Nacional e do Planejamento.

Eram essas as justificativas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Em discussão (Pausa.)

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, um minuto.

Nós estamos aqui para...

Sr. Presidente, quero apenas lembrar que a Ministra está sendo convocada para estar nesta Comissão e também na Comissão de Assuntos Econômicos. Discutimos isso ontem, e eu acho que seria muito mais interessante se pudéssemos fazer uma audiência conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional com a Comissão de Desenvolvimento Econômico. Acho que seria muito mais rico.

Para a Ministra, em função de a sua agenda ser muito extensa, possivelmente não será possível estar presente nas duas comissões. Se nós fizermos uma reunião conjunta das duas comissões isso em muito enriquece o debate e possibilita a presença da Ministra.

Acho que seria mais prudente se procedêssemos dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu quero devolver a palavra ao autor, porque parece-me, Senadora, que são talvez assuntos divergentes e, outra coisa, os requerimentos terão de ser aprovados nas duas comissões, aqui e na Comissão de Assuntos Econômicos.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Também estou recebendo a informação de que ela está sendo convocada para a Comissão de Orçamento. São três convites para a Ministra estar aqui. Eu não sei se teremos possibilidade de fazer esse agendamento.

Então, para garantir de fato a presença dela, acho que é superimportante – e ela com certeza faz questão de estar aqui –, mas não sei se teria agenda para atender ao pedido de três comissões. Por isso estou sugerindo que façamos conjuntamente para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Compreendo a preocupação de V. Ex^a, mas o autor do requerimento poderá se manifestar para ver se há concordância ou não, porque ela não obrigada a atender ao convite no mesmo dia. Ela poderá fazer

um escalonamento para participar dos convites ou convocações quando for necessário.

Compreendo e louvo a iniciativa de V. Ex^a, mas a palavra está com o autor do requerimento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, respeitando inteiramente as razões que foram trazidas pela nossa ilustre Senadora, eu gostaria de discordar, porque creio que a Ministra tem que atender efetivamente a vários convites, sobretudo levando em conta que o Ministério do Planejamento tem uma atribuição muito ampla no conjunto da formulação das políticas do País. Não é algo que se localize, que se compartimente em um setor.

Como a origem deste requerimento está diretamente ligada às questões de desenvolvimento regional, que é o foco específico desta Comissão. Por exemplo, o convite que foi formulado à Ministra para que ela compareça à CAE diz respeito aos cortes que foram efetuados no Orçamento geral da União.

Portanto, são assuntos que me parecem específicos e que, portanto, justificariam inteiramente o nosso pedido. Volto a dizer, com todo respeito à posição da nossa Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu compreendo, sim, a preocupação do nosso Senador para discutir a questão das emendas, dos cortes no Orçamento. Não é isso...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Lá.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Lá, ela vai discutir a questão do PAC. E se for esse o tema a ser tratado aqui, por isso proponho gostaria de que seja conjunta.

O SR. O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu, mais uma vez insisto, talvez porque a nobre Senadora não tenha podido se deter mais no exame do meu requerimento, em que o foco aqui é desenvolvimento regional, exclusivamente. Nada tem com emendas parlamentares.

É uma avaliação da política nacional de desenvolvimento regional, que foi instituída há quatro anos e que por isso merece um exame desta Comissão.

Além disso, aproveitamento para avaliar os impactos dos investimentos do PAC com uma visão regionalizada também, já que entendemos que o PAC deve ser um instrumento também de correção dos desníveis regionais.

Então, o enfoque é fundamentalmente no desenvolvimento regional,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bom, eu quero dizer aqui que compreendo a preocupação da Senadora Ana Rita, mas quero dizer que entendi aqui perfeitamente a posição do Senador Armando Monteiro.

Eu acho que como a Comissão tem um enfoque na área regional, certamente nós teremos aqui uma apresentação focada nas obras, nas ações para o desenvolvimento regional.

Na verdade, trata-se de um convite. Serão convidados, isso está claro aqui. Quero dizer apenas, como quem está acompanhando do governo neste instante, todos nós sabemos que o Governo está até 30 de abril agora empenhado em definir sobre o detalhamento dos cortes que foram anunciados. Certamente, somente a partir de maio, pelo que compreendi, pelo calendário, é que se vai ter uma noção, por exemplo, ritmo, do andamento, do conjunto de obras que são colocadas.

Então, eu acredito que, em se tratando de uma audiência nesse sentido, é importante para que tenhamos mais subsídios, inclusive, para o trabalho nas diversas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Nesse sentido, Sr. Presidente, eu realmente estou revendo essa posição, porque o foco da discussão são as regiões. Então, isso é de fundamental importância. Se fôssemos discutir a questão do PAC de um modo geral, a minha preocupação era que fizéssemos uma audiência conjunta para que possamos ter a riqueza do debate das duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Muito obrigado, Senadora.

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os usuários de Internet no Brasil sabem que especialmente banda larga é um serviço caro e lento.

Tenho me ocupado deste tema na tribuna do Senado e é uma necessidade urgente, considerando não só a situação econômica do País, as suas necessidades de desenvolvimento, a sua logística cada vez mais eficiente, mas também pensando nas nossas exigências e desafios futuros como a Copa de 2014 e também as Olimpíadas, no Rio de Janeiro, em 2016.

Dados do IPEA, Sr. Presidente, indicam que 34% das conexões de Internet é de até 256 kilobytes por

segundo e só 1% das conexões são superiores a 8 megabytes por segundo.

A utilização da banda larga também é muito restrita, apenas 21% dos domicílios brasileiros possuem serviço de banda larga e a maioria desses domicílios está localizada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Promover, portanto, a qualidade da prestação de serviços de Internet nas localidades distantes dos grandes centros é também fornecer competitividade aos municípios na atração de novos investimentos.

As condições de comunicação são determinantes para que as empresas que procuram novos locais para expandir seus negócios, gerando emprego e renda.

Portanto, é necessário um exame desta matéria.

Quero já me antecipar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que há uma recomendação da Base do Governo no sentido de que essa audiência, que eu propus, limitado a esse elenco, a esse rol de convidados, seja ampliada essa audiência pública com representação do Secretário do Ministério das Comunicações, Secretário-Geral, representante do Instituto de Defesa do Consumidor, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e também do Coletivo Brasil de Comunicação Social, o Intervozes.

Concordo ...

O SR.PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –

Requerimento nº 12, de 2011, CDR.

Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os art. 93, II, e o art. 104, “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, uma audiência pública no sentido de discutir a universalização dos serviços de Internet, banda larga, com a presença das seguintes entidades: Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Anatel; Luís Eduardo Falco, Presidente da Oi; Antônio Carlos Valente, Presidente do Grupo Telefônica; José Formoso Martínez, Presidente da Embratel; e Rogério Santana, Presidente da Telebras.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Todos os usuários de Internet no Brasil, especialmente banda larga, sabem que se trata de um serviço caro e lento. Tenho me ocupado desse tema na tribuna do Senado. É uma necessidade urgente, considerando não só a situação econômica do País e as suas necessidades de desenvolvimento, sua logística cada vez mais eficiente, mas também pensando nas nossas exigências e desafios futuros, como a Copa de 2014 e também a Olimpíada do Rio de Janeiro, de 2016.

Dados do IPEA indicam, Presidente, que 34% das conexões de Internet são de até 256 kilobytes por

segundo e apenas 1% das conexões são superiores a 8 megabytes por segundo. A utilização da banda larga é muito restrita. Apenas 21% dos domicílios brasileiros possuem serviços de banda larga, e a maioria desses domicílios está localizada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Promover, portanto, a qualidade da prestação de serviços de Internet nas localidades distantes dos grandes centros é também fornecer competitividade aos municípios na atração de novos investimentos. As condições de comunicação são determinantes para as empresas que procuram novos locais para expandir seus negócios gerando emprego e renda. Portanto, é necessário um exame desta matéria.

Quero me antecipar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que há uma recomendação da base do Governo no sentido de que esta audiência que eu propus, limitada a este elenco, a este rol de convidados, seja ampliado, nesta audiência pública, com representação do Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, representante do instituto de defesa do consumidor e também da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Coletivo Brasil de Comunicação Social, o Intervozes.

Concordo plenamente com essa sugestão, porque se amplia o debate em torno de um tema muito especial.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo pode dividir essa audiência pública em duas etapas, intercalando e colocando em conjunto essas sugestões com as que eu fiz ou então fazer, como está sugerido também, já que tem proposta idêntica na Comissão de Ciência e Tecnologia, fazer uma discussão conjunta dessa matéria. Então, nós temos aí duas alternativas.

Até porque eu tenho me preocupado muito, Sr. Presidente, porque essas audiências públicas têm tido pouca presença dos Parlamentares. Isso também acho que para a nossa própria contribuição, para o próprio respeito ao Legislativo seria conveniente, porque no conjunto aparentemente a ocorrência e a presença de Parlamentares seria maior. Então, queria submeter à apreciação do Sr. Presidente e dos Srs. Senadores.

O SR.PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro quero louvar a iniciativa, eu acho que é um tema, Senadora Ana Amélia, da maior relevância, acho que de interesse nacional e temos todo o interesse.

Como V. Ex^a lembra, estivemos debatendo com alguns Parlamentares a importância de termos junto com os órgãos que têm ou a tarefa de executar, de operar, a gente tem que ter a tarefa de planejar, de normatizar. Então, eu acho que ... eu acho que a gente convidar aqui nessa audiência pelo menos a presença

do Ministério das Comunicações, eu acho que o Cesar Alvarez, que é o Secretário Nacional, que está mais diretamente ligado a essa área, eu acho que é importante inclusive termos o contraditório na apresentação. Eu acho que também o lado dos consumidores, quer dizer nós temos aí, como a senhora mesmo lembra, nós temos uma queixa no custo do Brasil, eu acho que era importante ouvir o lado dos consumidores.

Tem uma entidade, eu pedi informações, que é o Coletivo Brasil de Comunicação Social, o Sr. João Brant seria a pessoa que apresentaria.. Acho que poderíamos com isso termos a condição de um debate, como ela mesmo coloca, estamos com problema, de um lado muitas audiências, veja, sei que muitas vezes uma audiência que tenha mais de quatro debatedores termina ficando um tempo mais curto para debater, mas acredito que no caso de alguns dos debatedores, eles serão mais para poder prestar uma informação específica ali naquele tema e é importante a gente debater assim. Por isso, acho que essa sugestão dada aqui, do Instituto, do representante do Ministério e dos consumidores, e aí tem dois dos consumidores, escolher pelo menos um, certo, que pudesse participar eu acho que é de bom tamanho.

O SR.PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.

Pergunto a autora se concorda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria de, resumindo para facilitar a compreensão dos Srs. Senadores e do Sr. Presidente, só seria acrescido um representante do Governo, no caso o Secretário Executivo Cesar Alvarez; e um representante dos consumidores, que pode ser o IDEC, ou mesmo o Intervozes, que é a proposta do Senador Wellington Dias. Então, seria dessa forma, essa audiência pública, aqui na nossa Comissão.

O SR.PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Encerrada a discussão. Em votação.

Com o requerimento da Senadora com os acréscimos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Quero pedir permissão às Srªs e aos Srs. Senadores, permissão aqui tem um requerimento aqui, extra pauta, que possa ser objeto de discussão e aprovação essa matéria por conta exatamente de termos tido encontro com o Presidente da Comissão de Turismo e Desporto na Câmara dos Deputados que precisamos fazer umas ações conjuntas entre

De termos tido um encontro com o Presidente da Comissão de Turismo e Desporto na Câmara dos Deputados, precisa fazer umas ações conjuntas entre a Comissão de Turismo do Senado e da Câmara dos

Deputados. Eles aprovaram o requerimento lá e nós estamos propondo a apreciação das Srªs e dos Srs. Senadores deste requerimento. Na hipótese de concordarem, nós então poderemos fazer essas ações conjuntas.

Requerimento 13, de 2011. Requeiro nos termos do disposto nos art. 9, 11 e 12 e 104, “a”, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à organização e realização do Projeto, segundo fórum legislativo das cidades sedes de Copas do Mundo de Futebol no Brasil. O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa 2014, a ser realizada em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, de fóruns nas assembleias legislativas dos Estados, cujas capitais foram definidas como sedes da Copa do Mundo de 2014.

Requeiro ainda que as visitas nas cidades sedes seja assessoradas por um consultor legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para assessorar esta Presidência.

Sala das Comissões, Benedito Lyra, Presidente. Em discussão.

Encerra a discussão. Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR.PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Com a palavra, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, quando cheguei, estávamos em reunião de outra comissão, já havia sido aprovado o Requerimento do Senador Armando Monteiro convidando os Ministros de Indústria e Comércio e do Planejamento, no caso a Ministra e o Ministro da Integração, Fernando Bezerra, para uma audiência pública.

Nós aprovamos, no dia de ontem, na Comissão de Infraestrutura, um convite também à Ministra Mirian Belchior para debater o PAC, o mesmo tema. Então, eu apenas sugiro a V. Exª que veja com o Senador Armando Monteiro se não é o caso de fazermos essa audiência pública em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Senadora Vanessa, já foi discutido isso aqui e ficou definido, a Comissão definiu que as audiências serão feitas isoladamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, já foi definido e sem fazer conjunto com nenhuma outra Comissão?

O SR.PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL)

– Não. Foi aprovada pelo Plenário esta decisão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É porque eu li o requerimento e era pelo PAC, ontem aprovamos para ela vir discutir o PAC.

O SR.PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL)

– O argumento do Senador Armando e a Comissão entendeu é de que lá ela vai dar explicações talvez sobre cortes no Orçamento da União ou sobre PAC, mas aqui é para tratar única e exclusivamente da política de desenvolvimento regional, através dos instrumentos do Governo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, Senador, seria importante que V. Exª, como Presidente da Comissão, solicitasse da Consultoria da Casa um estudo sobre o PAC nas nossas regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sobretudo, que para nos subsidiar para essa audiência pública, não só os projetos, percentuais, previstos, os percentuais liberados, a situação, o andamento das obras, então seria muito importante já que vamos ter uma audiência específica com esse foco.

Era isso.

O SR.PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL)

– Aceito a solicitação de V. Exª e peço à Comissão, à Secretaria para tomar as providências, para municiar todas as Srªs e Srs. Senadores no momento da audiência pública.

Item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado Federal nº 316, de 2009, que tem como autor o Senador Gilberto Gaudem e tem como Relator a Senadora Ana Amélia, que tem a palavra para o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, em análise nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado, 316, de 2009, de autoria do Gilberto Goelner, que tem por objetivo alternar o art. 39, da lei 10.257, de 10 de julho de 2001, denominado Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural.

A proposição é composta de três artigos: o primeiro, que estabelece critérios de classificação dos municípios, em função do tamanho da população, da densidade demográfica e da composição do produto interno bruto municipal; o segundo parágrafo revoga o art. 12, do Decreto Lei 13.011, de 2 de março de 1938; o terceiro parágrafo traz a cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a essa última decisão terminativa.

Com o fim da 53ª Legislatura, a proposição teve a sua tramitação continuada na nova Legislatura, nos termos do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esgotado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição.

De acordo com o art. 104, “a”, VIII, do Regimento Interno, do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a proposição em análise.

O Projeto trata de matéria inserida na competência legislativa, concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme o Inciso I, art. 24, da Constituição Federal.

O art. 48, da Constituição de 1988, estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Ademais, nos termos do caput do art. 61, da Carta Maior, a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

Tais dispositivos constitucionais legitimam a iniciativa parlamentar sob análise.

No tocante à técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversas ao tema tratado na proposição. Não foram observados vícios nessa redação.

Não foi detectado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, qualquer óbice quanto à constitucionalidade da proposição. Também não foram encontrados vícios de juridicidade.

No mérito, sou favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009.

Como bem argumenta o autor, a classificação atual do espaço urbano e, por conseguinte, do espaço rural, dos municípios brasileiros, carece de objetividade e de critérios. A Legislação que define esses critérios foi publicada em 1938, assim entendendo não é mais capaz de abranger as necessidades de compreensão e análise da ocupação territorial do nosso País, que foi profundamente alterada desde então.

A aplicação de normal legal, tão defasada, resulta na produção de um retrato irreal da urbanização do território. Desse modo, municípios absolutamente carentes de estruturas mínimas, que deveriam existir em um centro urbano, são considerados como tal nas estatísticas oficiais, embora devessem receber, em função de suas carências, outra classificação.

Srª Presidente, a proposição em análise apresenta novos critérios e classificação dos municípios brasileiros com o objetivo de corrigir essa distorção.

Foram propostas cinco categorias para a classificação dos municípios, levando em consideração combinações das seguintes variáveis: número de habi-

tantes, composição do produto interno bruto municipal e densidade demográfica.

Portanto, considero meritório o Projeto de Lei em tela e concordo com o autor sobre a necessidade de se eliminar a distorção do entendimento que temos do grau de urbanização do nosso País e de se ter uma melhor compreensão das reais condições e necessidades de cada localidade, município.

Desse modo, como bem alerta o autor, políticas públicas, voltadas para a solução dos problemas urbanos e rurais, poderão ser planejadas com maior precisão, permitindo aumentar a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Infelizmente, esse Projeto de Lei é terminativo na Comissão e, não havendo quorum, nós teremos que obrigatoriamente transferir o debate, a discussão da matéria e a votação para uma próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, nossa reunião está encerrada.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas do dia vinte de abril do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ana Amélia, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Paulo Paim e José Pimentel; e ainda dos Senadores Blairo Maggi, Eduardo Braga e Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves, João Durval, Ciro Nogueira, Aécio Neves, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a reunião está dividida em duas

partes, sendo a primeira parte reservada à definição e escolha dos membros da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do CODESUL e da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, e a segunda parte destinada à deliberação de proposições. A primeira parte é adiada. Segue-se, então, à apreciação de proposições: **ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 14/2011-CDR**, “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; Sr. Adalberto Coelho, Diretor da Federação das Indústrias do Estado da Bahia-FIEB e Membro do Conselho de Integração Nacional da CNI; Sr. Francisco Carlos Cavalcanti, Superintendente do Banco do Nordeste na Paraíba e Sr. Jair Pereira, Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba”. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Após o encaminhamento do Requerimento feito pelo autor, procede-se à votação. Resultado: Aprovado. **ITEM 02 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2009**, “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Gilberto Gollner. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora, para reexame da matéria. Usaram da palavra os Senadores Vital do Rêgo, Paulo Paim, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, havendo número regimental, dou por aberta a 7ª Reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 54ª Legislatura.

Como ainda não há número para deliberação, passo a fazer uns comunicados.

A CDR juntamente com a Comissão Turismo e Desportos da Câmara dos Deputados realizarão no dia

27 de abril, a partir das 18h, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no Senado Federal, o coquetel de lançamento dos Anais do 12º Cebratur – Congresso Brasileiro de Atividade Turística. O evento foi realizado no ano passado no dia 1º de dezembro.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), na figura de seu Presidente Antônio Oliveira Santos, convida todos os membros a participar da visita técnica à Instância Ecológica Sesc/Pantanal, localizada no Estado de Mato Grosso. A visita está programada para os dias 2 a 5 de junho, ocasião em que serão debatidos temas como “Sustentabilidade da Copa de 2014”.

Os Senadores que desejarem participar podem entrar em contato com a Secretaria da Comissão para maiores informações.

Acontecerá na próxima terça-feira, dia 26 de abril, às 10h, no plenário da Câmara dos Deputados, um sessão solene em homenagem ao Dia do Agente de Viagem.

A Senadora Ana Amélia pede a retirada do Item 2 da pauta, de sua autoria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para aproveitar o momento, convido todos os Senadores para, na próxima segunda-feira, às 11h da manhã – Senador Vital do Rêgo, Senador Benedito de Lira, Senador Eduardo Amorim, já conversei com todos –, participar, no plenário do Senado, de uma sessão em homenagem aos aposentados e pensionistas de todo o País.

A sessão terá início às 11 horas. A Presidência espera a presença de 400 aposentados. Eles virão, em uma caminhada, da igreja matriz de Brasília até o Senado, para participar dessa sessão, que terá como centro do debate o reajuste dos aposentados e o famigerado fator previdenciário, que eu persigo, tentando eliminá-lo há mais de dez anos.

Parece que estamos caminhando agora. A Presidente Dilma deu sinal verde para a discussão da matéria, e o Ministro Garibaldi já manteve várias conversas com sua equipe. E, recentemente ele deu uma entrevista dizendo que o fator previdenciário, de fato, é maldito.

Então aproveitando esse minuto, enquanto aguardamos a composição do quórum, convido a todos a participar deste que será um momento muito bonito de homenagem a esses homens e mulheres que construíram o nosso País e estão buscando uma política

mais justa para a sua velhice. Como eu digo, para poder viver e envelhecer com dignidade.

Era isso. Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Queria agradecer ao nobre Senador Paim. Na verdade, esse tema é interessante demais. Esperamos que tenhamos êxito, porque é muito justo. Na verdade quem paga o preço de tudo isso é aquele que, ao longo de 30, 40 anos, trabalhou, contribuiu, e que, infelizmente, na aposentadoria, não percebe um salário compatível com o serviço que ele prestou. E era o que todos desejávamos. Mas vamos trabalhar, Senador. Acredito que a sua luta não será em vão.

Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Quero me associar, mais que ao convite, a uma intimização parlamentar daqueles que têm espírito público para apoiar o Senador Paim nesta sua luta gloriosa e que será coberta de pleno êxito em futuro bem próximo. E todos admiram o Senador Paim, pelos quatro cantos do Brasil, por esta obstinação santa, esta obsessão santa atrás de valorizar os aposentados, dar-lhes dignidade, e, no caso da economia de cada um, acabar com este famigerado fator previdenciário.

Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex^a, que tem sido um dos mais ardorosos defensores do Nordeste na Presidência desta Comissão, que ontem recebemos aqui, na Subcomissão Especial destinada a debater o desenvolvimento da Região Nordeste, o Diretor de Planejamento e Articulação Política da Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Sr. Guilherme Maia Rebouças. S. S^a nos ofereceu a nós, nordestinos, um plano nacional de desenvolvimento do Nordeste concebido pela superintendência.

Até o momento em que pude ouvir sua fala, gostei muito. Em termos teóricos, o plano é sensacional. Agora, a Sudene carrega consigo, para nós nordestinos, um descrédito muito grande. E, depois de todas as crises de ação e execução da Sudene, depois de práticas tão perniciosas à economia nacional e regional na década de 80 e 90, tivemos a transformação em agência, que agora voltou à condição de Sudene. Continua formulando, planejando, mas lamentavelmente continuamos sem a execução necessária.

Foi, todavia, um começo. Gostei do que vi e espero que o Banco do Nordeste do Brasil, que é o executor das ações da Sudene no Nordeste, mude sua política e fique mais próximo dos anseios da população.

Esse é o informe que eu queria oferecer até porque a Senadora Vanessa Grazziotin estava sendo ardorosamente esperada, havia uma expectativa muito

grande. Ela fez o cabelo e está cada vez mais elegante. E, com ela, nós temos quórum para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número legal para deliberação, proponho às Senadoras e aos Senadores a dispensa de leitura da Ata.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Peço a dispensa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Coloco em votação o requerimento verbal do Senador Vital do Rego, que pede a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos para a segunda parte da reunião.

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CDR

Requeiro nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Robert Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. Adalberto Coelho, Diretor da Federação das Indústrias do Estado da Bahia e membro do Conselho de Integração Nacional da CNI; Sr. Francisco Carlos Cavalcanti, Superintendente do Banco do Nordeste na Paraíba; e Sr. Jair Pereira, Presidente da Associação dos Mutuários de crédito rural da Paraíba.

Assina o Senador Vital do Rêgo.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, ontem pude externar, da tribuna do Senado, para meus Pares e para o Brasil a angústia por que passam milhares e milhares de nordestinos, especialmente para mim os paraibanos, pequenos e médios agricultores que contraíram empréstimos junto ao Banco do Nordeste e que estão hoje padecendo de uma avassaladora crise de sobrevivência por conta do aumento geométrico – não é aritmético – dos seus encargos e das suas dívidas.

Esta Casa já discutiu isso outras vezes. Até faço justiça ao Senador Roberto Cavalcanti, que, no fim do ano passado, provocou uma reunião, uma audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas o desespero continua. O Banco do Nordeste continua inflexível na cobrança aos pequenos agricultores, mesmo aqueles com respaldo legal, e nós estamos solicitando aqui, nesta Comissão que V. Ex^a preside com tanta força, com tanta determinação, que a gente possa definir a data de uma audiência pública, chamando

o Presidente do Banco do Nordeste, a Confederação Nacional de Agricultura, a Superintendência do Banco na Paraíba e outras superintendências que também têm o mesmo problema em outros Estados, além do Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba, o Sr. Jair Pereira.

Peço o apoio dos colegas membros desta Comissão para aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Submeto à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quanto ao Item 2 da pauta, a Senadora Ana Amelia fez um requerimento verbal pedindo que ele fosse retirado da pauta.

Submeto a votos o requerimento da Senadora Ana Amelia.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está retirado da pauta o Item 2.

Há um item na pauta que versa sobre a designação dos membros da Comissão da Copa, da Comissão do Sul, mas vou fazê-lo discutindo com alguns Senadores a fim de saber quem deseja participar dessas comissões, uma vez que já foram criadas quatro Subcomissões e o número de Senadores é bem pequeno para que possamos contemplar a todos. Então, é interessante conversar com cada um.

Assim, quem desejar participar, espontaneamente, comunica e, se necessário, o Presidente fará a indicação dos outros membros, mas terá de conversar para evitar que amanhã ele não tenha como conciliar os horários.

Encerrada a Ordem do Dia, com a palavra o eminente Deputado, ou melhor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco /PT – RS) – O eterno deputado, como alguns dizem.

Senador Benedito de Lira, primeiramente, quero cumprimentar V. Ex^a pela ponderação sobre as subcomissões. De fato, eu alertei, no primeiro dia que tivemos trabalho na Comissão de Direitos Humanos, que a gente tem treze comissões permanentes, se não me engano, e quase trinta subcomissões. É humanamente impossível nós... Eu até gostaria de estar em uma série de outras subcomissões, mas isso é humanamente impossível. A gente não faz bem nem uma coisa nem outra. Por isso, o alerta de V. Ex^a conversando com cada senador que vai dar prioridade àquela subcomissão.

Senador, na verdade, é a primeira reunião de que participo. Sou suplente nesta Comissão, que está fazendo um grande trabalho, que estou acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu gostaria que V. Ex^a encontrasse um horário, sempre que possível, e viesse abrilhantar a Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Farei, farei. E a pergunta que faço a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Senador Paim está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu só queria fazer uma pergunta a V. Ex^a, que, talvez, os outros Senadores já encaminharam.

Eu tenho uma preocupação muito grande com o turismo interno, principalmente o interno, que é o que vai gerar postos de trabalho em nosso País. Eu não sei se já foi encaminhado a esta Presidência um pedido para que o Ministro do Turismo venha apresentar seu programa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dia 27.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já está marcado?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está marcado para o dia 27.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, eu quero apenas dizer que me somarei aqui para dialogarmos com ele sobre a importância desse Ministério, que é a fonte geradora, eu diria, mais forte do emprego no futuro, principalmente num país bonito como o nosso.

Então, meus cumprimentos à Comissão. Estarei aqui no dia 27, porque queremos inclusive discutir com o Ministro a perspectiva do turismo para o idoso, para as pessoas com deficiência e para os trabalhadores. Aproveitarei o momento, então, para colocar o meu ponto de vista.

Agradeço a V. Ex^a. Parabéns à Comissão, que já havia tomado a iniciativa, a que somente quero somar-me.

Meus cumprimentos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Paim. Realmente...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – (...) eu concordo e comungo com a sugestão de V. Ex^a. Nós precisamos fortalecer realmente o turismo interno. Nós temos maravilhas para serem mostradas, e é preciso apenas que se lhes deem oportunidades.

A Comissão vai trabalhar junto ao Ministério do Turismo para que as coisas possam acontecer. É evidente que tenho contado muito com o apoio, com a

dedicação e com o entusiasmo dos membros desta Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom-dia, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

Na realidade, eu não faço parte desta Comissão, mas vim a esta reunião para, primeiramente, dizer que vi, na pauta de hoje da Comissão, que há aqui programada a instalação de uma Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Assim, vim informar a esta Comissão que, lá na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nós já temos uma comissão dessas em andamento, que, inclusive, eu presido.

Nós já temos um plano de trabalho, um plano de o Prodasen fazer todo um controle para a gente, por meio de um programa que está sendo desenvolvido. Já tivemos audiências públicas com a cidade de Curitiba. Na terça-feira, estaremos recebendo Bahia e, na quarta-feira, Amazonas.

Então, nós já estamos em andamento e já temos vários requerimentos discutidos e aprovados para convidarmos para vir aqui o pessoal, por exemplo, de aeroportos, da área de segurança, da área de saúde. Enfim, eu queria pedir à Casa e oferecer que pudéssemos trabalhar em conjunto nesta Comissão. Nós já temos trinta e poucas subcomissões aqui no Senado e está faltando Senador para discutir, com tantas comissões e subcomissões que temos aqui.

Então, eu gostaria de, deixando aqui registrado que nós já temos uma subcomissão dessas em funcionamento, fazer um convite, principalmente à Senadora Lídice da Mata, que me parece é a autora desse requerimento, para que pudéssemos fazer em conjunto esse trabalho.

Tenho observado, aqui na Casa, que, como temos muitas comissões e subcomissões, quando a gente traz alguém para conversar, não vem quase ninguém, muito poucos Senadores têm comparecido nas discussões. E, em determinados momentos, percebo que há até uma falta de respeito para com aquele que é convidado.

Outro dia, nós convidamos o Prof. Pinguelli para vir até aqui, um senhor de mais de 80 anos de idade, que veio do Rio de Janeiro até aqui, perdeu o voo, fez duas alternativas para chegar à cidade, chegou aqui quase às duas horas da tarde, sem almoçar, foi almoçar às cinco horas da tarde e, na sessão, havia apenas eu, como Senador ouvinte, e a nossa Presidente, que estava na Mesa.

São estes os aspectos que acho são ruins para a Casa, de termos várias comissões tratando do mesmo assunto.

Eu gostaria aqui, então, de deixar registrado que já existe essa comissão e convidá-los a fazer parte da nossa comissão, para que nós não façamos a repetição de pessoas que vêm, num dia, para falar na Subcomissão do Meio Ambiente e, no outro dia, para falar na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Era essa a minha informação, Presidente, e agradeço a palavra aqui, nesta Comissão.

Muito obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nós precisamos discutir isso. Darei uma checada no Regimento da Casa, conversarei com a autora do requerimento, porque já foi aprovado, consequentemente, a comissão já está criada, só não está ainda instalada. Já há uma relação de parceria entre a Comissão de Desenvolvimento e Turismo do Senado e a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. Já fizemos o primeiro foro para tratar dos assuntos relacionados à Copa na cidade de Fortaleza, e vamos fazer o próximo agora no dia 02/05 na cidade de Recife.

Então, é um assunto que realmente hoje está chamando a atenção de todo o País e, particularmente, do Congresso Nacional, mas eu quero comunicar ao nobre Senador Blairo Maggi que, na nossa Comissão, precisamos ver apenas o procedimento regimental. Uma coisa eu acho que não invalida a outra.

O senhor tem razão quando diz que, às vezes, os plenários ficam esvaziados de Senadores. Mas é aquilo que disse o Senador Paim: em função do número crescente de comissões e de subcomissões, temos de acomodar todos nesse mesmo contexto. Consequentemente, sendo o número de Senadores de 81, isso gera conflitos, choque de horários no momento de conciliar os interesses.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero somente fazer coro às colocações do Senador Blairo Maggi. De fato, temos muitas subcomissões na Casa, em todas as comissões, muitas delas que se repetem, o que não acho ruim. Agora, o que nós precisamos fazer, inclusive, Presidente – seria bom que o senhor tivesse uma reunião com a assessoria, com a secretária e os membros do corpo técnico da

comissão – para que buscasse um trabalho permanente e interligado.

Por exemplo, aqui criamos uma Subcomissão da Amazônia. Na Comissão de Relações Exteriores, existe a mesma subcomissão. Claro que o foco delas é diferente. Aqui nós tratamos do desenvolvimento regional e integração nacional e lá eles têm mais o foco da fronteira. Entretanto, nós já temos um acordo, um acerto de que vamos fazer um trabalho conjunto, uma participa do que a outra faz. Isso nos ajuda muito a ampliar a presença das Senadoras e dos Senadores nos debates, Sr. Presidente.

Então, quero, ao fazer essas observações, defender a necessidade, nesta Comissão do Turismo, de que seja também criada uma comissão para acompanhar os assuntos da Copa do Mundo, e que esse trabalho seja feito juntamente com a subcomissão presidida pelo Senador Blairo Maggi sempre. E é plenamente possível. Aprova-se requerimento lá; aprova-se requerimento aqui; fazemos as atividades conjuntas.

E, de minha parte, Senador Blairo Maggi, digo o seguinte: aquilo que diz respeito à Amazônia, queríamos também fazer um trabalho em conjunto. Já há um requerimento aprovado na Comissão de Infraestrutura para trazer os órgãos ligados aos aeroportos, ou seja, a Secretaria de Aviação Civil, o Presidente da Infraero, todas as entidades ligadas, e nós estamos tendo dificuldade para trazê-los.

A audiência pública, Senador Blairo, estava marcada para o dia 26. Foi-nos pedido, pela Infraero e pela Secretaria de Aviação Civil, o adiamento dessa audiência, com o qual podemos concordar, contanto que a data esteja marcada. E nós poderíamos juntar, Sr. Presidente.

Então, quero fazer um requerimento verbal – não sei se isso é possível – para que esta Comissão aprove a realização dessa audiência pública, e faríamos também com a Subcomissão da Copa, com o pessoal da aviação civil para debatermos a situação dos aeroportos, porque já está aprovado na Comissão de Infraestrutura, e vai ser uma audiência pública muito concorrida.

Então, faço aqui, verbalmente, um requerimento para que façamos uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, envolvendo as subcomissões relativas à Copa, para debater a situação dos aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a intervenção da Senadora Vanessa, e gostaria do seguinte: como se trata de um importante requerimento, que a Senadora Vanessa faça isso por escrito para a próxima reunião deliberativa da comissão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já fiz.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, quero dizer, primeiro ao Senador Blairo, que compreendo a sua preocupação, que é minha também, no sentido de que possamos nos agrupar o máximo possível para debater temas.

A Senadora Vanessa deu um exemplo sobre a questão da Amazônia. Eu daria o exemplo, também, da subcomissão que trata de *crack*, e que há numa outra comissão também uma outra subcomissão tratando do assunto; ou mesmo da criança e do adolescente, onde nós temos uma frente que trata da política de criança e adolescente, que é uma frente mista, Senado e Câmara; e nós temos, também, uma subcomissão, dentro da Comissão de Direitos Humanos, que trata da mesma coisa.

Na Câmara, essas questões são resolvidas de uma maneira melhor. Nós fizemos, – e o senhor foi Deputado também – inúmeras vezes, reunião de comissão com requerimento para fazermos reunião conjunta da comissão, não é nem da subcomissão, para tratarmos de assuntos que dizem respeito a diversas questões.

Eu soube que na Comissão de Infraestrutura há uma subcomissão para tratar da questão da Copa do Mundo, porque o viés é outro: a questão da Copa nesta Comissão diz respeito ao turismo. Nós não estamos fazendo apenas uma análise da fiscalização da infraestrutura das ações da Copa, ou mesmo da infraestrutura financeira. E cito um exemplo: para nós, o viés da qualificação profissional do receptivo nos aeroportos é uma questão essencial, ela é uma questão do turismo e não uma questão de infraestrutura; ela não é uma questão de fiscalização dos recursos que serão gastos nisso, mas de todo um ambiente das agências de viagem, da hotelaria, da qualificação dos taxistas em diversas línguas, dos garçons; das metas que o Ministério do Turismo determinou, colocou no seu plano nacional, para que sejam alcançadas e garantidas. Então isso é uma atribuição específica da Comissão de Turismo, na medida em que essa Comissão de Turismo vai atuar nessa dimensão.

Então, creio que é um viés diferente, é possível um trabalho conjunto, é claro. Há um fórum que envolve as assembleias legislativas, que também já existe em articulação com a Câmara. Aliás, esse fórum não é de agora, mas desde a legislatura passada que nós realizamos juntos; tem um cronograma próprio, específico.

Creio que é possível fazer, sim, uma unificação de agendas. É claro que, em alguns momentos, a agenda

da Subcomissão de Turismo tratará das questões que dizem respeito às questões vinculadas ao turismo, e que teremos a participação também do Senador Blairo e de todos aqueles que participam da subcomissão... Inclusive, é difícil porque a subcomissão já foi aprovada e nós teremos que sentar e agendar juntos sem nenhuma dificuldade. Eu não tenho, inclusive, a pretensão de coordenar esse trabalho unicamente, mas quero fazê-lo, portanto, com a participação de todos e a coordenação do Senador Blairo, contanto que tenhamos os aspectos relacionados com o fazer do turismo, que é para nós essencial.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a intervenção da Senadora Lídice da Mata.

Antes de passar a palavra à Senadora Ana Rita, eu gostaria de fazer uma comunicação.

Nessa parceria entre Câmara e Senado das duas Comissões de Turismo, nós já fizemos uma programação que pode sofrer uma alteração, mas num primeiro momento está definida. No dia 02/05 haverá um encontro no Fórum, em Recife; no dia 16/05 na sua terra, Porto Alegre; no dia 30/05, em Manaus; no dia 13/06, em Belo Horizonte; no dia 27/06, em Salvador; no dia 11/07, no Rio de Janeiro; no dia 01/08, em São Paulo; no dia 15/08, em Cuiabá; no dia 22/08, em Natal; no dia 05/09, em Brasília; e dia 19/09, em Curitiba.

Senadora Ana Rita, estou vendo sua aflição. Nós não estamos nessa comissão, não estamos nesse rol... (*Risos.*) Mas isso é sede da Copa.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – São as cidades sede da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – São os Municípios sede da Copa.

Concedo a palavra a V. Ex^a

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Benedito de Lira.

Quero aqui ratificar as preocupações levantadas pelos nossos colegas Senadores e nossas colegas Senadoras – o Senador Blairo Maggi, a Senadora Vanessa e a Senadora Lídice da Mata. Acho que é importante buscarmos formas de fazer discussões em conjunto. Temos muitas comissões, estamos criando várias subcomissões e várias frentes parlamentares. Ontem, por exemplo, a Comissão de Educação não teve quórum. Isso é um prejuízo, porque, além de não conseguirmos dar andamento aos projetos em tramitação nesta Casa, também não conseguimos fazer os debates necessários que precisam ser feitos. Então, na medida do possível, temas que perpassam mais de uma Comissão devem ser tratados em conjunto. Por

que isso? Porque o debate, além de enriquecido, ficará mais rápido. Isso é extremamente importante. Eu, particularmente, me sinto extremamente mal quando não consigo estar em duas comissões ao mesmo tempo.

Ontem, por exemplo, três ou quatro comissões funcionavam simultaneamente. Em algumas delas somos titulares, em outras somos suplentes. Ontem, não pude estar presente na Comissão de Educação porque estava também na Comissão de Direitos Humanos, discutindo a questão dos indígenas. Era uma discussão extremamente importante, mas que nos absorveu a manhã inteira.

Então, acho que é preciso repensar uma fórmula, um jeito, uma metodologia em que possamos conciliar esses horários de tal modo que não fiquemos tão sobrecarregados a ponto de não contribuirmos de forma efetiva com as discussões.

Então, acho que é importante, sim, criarmos subcomissões, de temas que são de relevância para a sociedade, mas é importante também que não haja duplicidade em várias comissões. Caso contrário, acabamos por ficar de fora do debate. Ou seja: tiramos os debates importantes das Comissões – é importante que sejam feitos nas Comissões – e os transferimos para as subcomissões. E ficamos fora do debate.

Deixo essa sugestão e esse pedido para que tenhamos essa atenção e esse cuidado, no sentido de que possamos, de forma igualitária, participar de todo o processo. Com isso não quero dizer que sou contra subcomissões, de forma nenhuma. Acho que é importante criarmos subcomissões, que têm um papel extremamente importante, mas, na medida do possível, devemos nos somar às demais comissões para que possamos qualificar o debate e possibilitar a participação de todos os Senadores e Senadoras que tenham interesse no tema. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não tenho nenhuma dúvida de que todos têm razão. Todos querem dar sua contribuição em se tratando de um tema tão importante quanto a da Copa. Sou daqueles que falei, na primeira audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, se não me engano, que eu tinha essa preocupação: particularmente acho que deveríamos ter uma reunião com o Presidente da Casa, todos os Presidentes das Comissões para dialogarmos sobre essa integração. De fato, é complicado, porque não estamos dando conta efetivamente nem de estarmos presentes nas comissões principais. Calculem os senhores se cada um de nós tiver que participar das subcomissões tantas quantas estão sendo criadas. Na

minha comissão, a de Direitos Humanos, também estão sendo construídas subcomissões; na de Assuntos Sociais também. Então, é um problema que se criou. Por exemplo, eu tenho informações de que há três subcomissões que, em um único mês, estarão em meu Estado. E eu não poderei estar em nenhuma delas. Elas se reúnem para debater temas similares ou paralelos. Mas eu vou ter que estar aqui, no Senado. Então, temos que ver como construir uma saída, um acordo político da valorização, por exemplo, da proposta que está sendo discutida aqui sobre o turismo. Ao mesmo tempo, temos que responder de forma adequada.

Eu diria que seria muito bom se pudéssemos reunir todos os presidente de Comissão – eu me somaria a V. Ex^a -, numa reunião com o Presidente, com uma proposta que traríamos para as comissões, e os Senadores é que iriam deliberar: “Olhe, podemos fazer isso, isso ou aquilo”. Não haveria nenhum prejuízo para a proposta da Senadora Lídice da Mata – e entendo que a intenção dela é das mais elogiáveis.

Seria isso, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Uma última questão, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Concordo integralmente, quero inclusive deixar claro que, ao propor isso, não tive a pretensão de assumir nenhuma liderança nesse assunto. Mas a minha preocupação principal, concordando com o Senador Paim, é que não esvaziemos as comissões da Câmara daqueles que são seus trabalhos fundamentais.

Então, podemos até chegar a uma conclusão, em acordo com todos, de que devemos suspender as subcomissões e incorporar, na pauta da comissão, todos os debates que estão previstos nas subcomissões. Isso eu acho que seria maravilhoso.

Ontem, por exemplo, tivemos um grande debate sobre a questão da Sudene, do Nordeste, e nós dois tínhamos que estar na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). E estivemos na CAE. E perdemos esse debate.

Nós vamos ter que conciliar melhor os horários das comissões, para poder responder... Eu ainda participei do final do debate da Sudene, mas, infelizmente, não pude participar como um todo, como também o senhor, que é nordestino e que gostaria de estar nessa discussão.

Então, eu acho que termina que as subcomissões absorvem um pouco mais a pauta das principais comissões. É o caso que estamos sofrendo na Comissão de Educação, em que o grande número de audiências

públicas está nos impedindo de tratar, de forma mais efetiva, de assuntos como, por exemplo, o Plano Nacional de Educação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permite um aparte, Senadora Lídice da Mata? (*Pausa.*)

Vou dar um exemplo: na Comissão de Assuntos Sociais, há uma Subcomissão de Trabalho e Previdência. Eu sou o presidente, V. Ex^a é a vice. Mediante a sua proposta, que achei muito positiva, essa subcomissão, queiramos ou não, pela relevância do tema, acaba tirando o foco que seria da comissão principal. E é lá na principal que deveríamos discutir trabalho e Previdência, mas, como existe essa subcomissão já há muitos anos aqui na Casa, eu não sei se a sua proposta não traria nenhum prejuízo para as chamadas comissões regionais, como essa que V. Ex^a lembrou agora. Mas, quanto às subcomissões temáticas, que pertencem à comissão principal, quando o tema vai para uma subcomissão, ela meio que esvazia a principal, e a gente não consegue estar nem na principal, nem na que foi criada.

Por isso, eu me somaria à posição de V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Portanto, acho que V. Ex^a poderia encaminhar e liderar esse movimento de uma reunião com todos os presidentes da comissões e com o Presidente da Casa.

O que eu não acho que seja justo é a Comissão de Turismo não discutir os seus temas porque outra comissão decidiu debater. Aí estaríamos prejudicados naquilo que é a nossa atribuição primeira como Comissão de Turismo, que é tratar do desenvolvimento regional e do turismo nesta comissão, em função de que a Comissão de Assuntos Sociais resolveu tratar, por exemplo, da Copa e das relações sociais da Copa. Isso pode acontecer.

O que é necessário é que nós possamos, de forma comum, debater aqueles temas que são comuns, mas nós não podemos deixar de tratar daquilo que é essencial como prioridade do assunto de cada comissão.

Imagine V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Turismo, ser perguntado sobre o que é que a sua comissão está fazendo sobre a Copa do Mundo, que é o principal evento turístico dos próximos quatro anos, e V. Ex^a não ter o que dizer. V. Ex^a tem que dizer: “Estou fazendo isso, isso e aquilo”. E não pode dizer, por exemplo: “Não, eu não estou tratando porque a Comissão de Fiscalização está tratando”.

Essa é a minha preocupação. Perdoe-me o excesso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Acho que as sugestões são as mais plausíveis possíveis.

Associo-me à sugestão do Senador Paim, e vamos trabalhar exatamente em cima disso e convocar a área técnica para estabelecer os parâmetros daquilo que a Senador disse: “Como é que aqui é a Comissão De Desenvolvimento Regional e Turismo e deixa de se tratar isto porque está sendo tratado na Comissão de Assuntos Sociais, está sendo tratado na Comissão de Relações Exteriores.”

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está certo: o eixo da Comissão de Turismo hoje é a Copa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está sendo tratado na Comissão de Relações Exteriores. Então, é preciso que coloquemos as coisas no seu devido lugar.

Antes de encerrar a reunião, gostaria de desejar aos companheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma Páscoa tranquila, feliz, ao tempo em que também estendo esse cumprimento a todos os que aqui se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só me somando a V. Ex^a: comam peixe, porque faz bem, inclusive, para a saúde. Isso porque sou gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Levanta-se a reunião às horas e minutos.*)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2011.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **GLEISE HOFFMANN, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, EDUARDO AMORIM, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPPLY, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral e Rodrigo Rollemberg. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz,

informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 5, de 2011-CRA**, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de debater junto ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **INCRA**, acerca da aplicação dos procedimentos administrativos de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na faixa de fronteira definidos na **Instrução Normativa – TCU Nº 63/2010**, com a presença dos seguintes convidados: Senhor **Celso Lisboa de Lacerda** – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Senhor **Richard Martins Torsiano** – Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA. Após as exposições dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Gleisi Hoffmann, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, João Pedro, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Jayme Campos e Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 9ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 226, de 2011, da Coordenação Geral de apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, subscrito pelo Sr. Agnaldo José de Lima, que solicita a indicação de um membro titular e um suplente para participarem da Câmara Temática de Seguros do Agronegócio do MAPA.

Informo o recebimento do Ofício nº 413, de 2011, subscrito pelo Sr. Wilson Roberto de Sá, Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, o qual manifesta preocupação em relação à transferência para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) da responsabilidade sobre a inspeção industrial e sanitária do pescado e seus derivados, atividade que compete ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Comunico o recebimento do Ofício nº 113, de 2011, datado de 20 de abril do corrente ano, subscrito pelo Sr. Júlio Augusto Kampf, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), no qual demonstra a sua estranheza com o lançamento da campanha nacional permanente contra o uso de agrotóxico pela Universidade de Brasília, que associa, em sua propaganda, a imagem distorcida de um avião agrícola como poluidor de alimentos. Solicita, ainda, o Sindicato um posicionamento desta Comissão de Agricultura no sentido de esclarecer aos órgãos do Poder Público sobre as especificidades da atividade aeroagrícola.

O Expediente será encaminhado à Consultoria Legislativa do Senado Federal para elaboração de nota técnica sobre o assunto.

Agradeço à Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que coordenou, no dia 15 de abril, um debate aqui na Comissão de Agricultura sobre as assimetrias do Mercosul. Agradeço também a participação do Senador Roberto Requião, do Paraná, como um dos expositores convidados. Num painel bastante produtivo, foram ouvidos especialistas do setor público, da diplomacia, da política e do setor agropecuário, que se dispuseram a falar sobre o Mercosul e a importância do agronegócio brasileiro para o comércio da região. Comentou-se também a balança comercial favorável ao Brasil; no entanto, ressaltou-se que, infelizmente, quem vem pagando a conta são os produtores da região sul. Por isso, é necessário corrigir as distorções que, muitas vezes, fazem com que os produtores brasileiros não consigam competir com produtos de outros países do bloco, os quais, muitas vezes, são produzidos com matéria prima brasileira, vendidos aqui no Brasil com um preço abaixo do mercado.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promoverá amanhã, dia 29/11, às 14h, mais um ciclo de debates. Dessa vez, o quarto seminário da série Agricultura em Debate terá o objetivo de avaliar a atuação dos frigoríficos no mercado de carne bovina e derivados, incluindo a compra, junto ao produtor rural, bem como a estratégia do Governo Federal na aplicação dos recursos do setor.

Hoje, receberemos o Presidente do Incra, Dr. Celso de Lacerda, para falar sobre a regularização fundiária nas faixas de fronteira, assentamentos e outros temas.

A regularização de terras nas faixas de fronteira é um problema antigo que tem dificultado em muito as atividades econômicas de produtores rurais que vivem nessa área. São mais de milhares de produ-

tores rurais que possuem as suas propriedades em faixa de fronteira.

Esta área representa cerca de 143 milhões de hectares, segundo o INCRA, ou aproximadamente 17% do território nacional, abrangendo os 11 Estados que possuem limites territoriais com outros países. Alguns Estados, como o Acre, estão quase totalmente inseridos na faixa de fronteira. O nosso Estado de Rondônia tem 52% de sua área na área de fronteira, abrangente 27 dos seus 52 Municípios.

A ausência de regularização fundiária das propriedades rurais localizadas nas faixas de fronteira impedem a incorporação de uma parcela mais ampla dos produtores rurais nos programas de incentivo à produção e no acesso ao crédito. Essa situação criou um cenário de insegurança jurídica, visto que esses produtores não possuem o documento de posse da sua terra.

A expectativa dos produtores rurais é que os milhares de processos instaurados no Incra há quase uma década sejam concluídos. Essa expectativa foi gerada pela Instrução Normativa nº 63/2010, que criou um procedimento administrativo simplificado para pequenas e médias propriedades, que, entre outras características, dispensa alguns procedimentos técnicos, como a apresentação da planta georreferenciada do imóvel. A medida atinge concessões ou alienações efetuadas por várias décadas em áreas de domínio da União, onde o Estado não poderia atuar ou que não contaram, à época, com o assentimento do Conselho de Segurança Nacional.

A normativa 63 foi publicada em outubro de 2010. E já se passaram seis meses e, como a medida ainda não atingiu resultados esperados, convidamos o Incra para posicionar aos Senadores desta Comissão sobre a aplicação da norma e também sobre os procedimentos de regularização fundiária, de maneira geral executados no Brasil pelo órgão.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 5, de 2011, aprovado em 23/02/2011 de autoria desta presidência com a finalidade de debater acerca da aplicação dos procedimentos administrativos de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na faixa de fronteira, definidos na Instrução Normativa do TCU nº 63 de 2010, bem como de assuntos relacionados como meta de assentamento, reordenamento e regularização fundiária, georreferenciamento e outros temas, com a presença do Dr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do

Sr. Richard Martins Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra.

Convido, para compor a mesa, o Dr. Celso Lacerda e o Dr. Richard Martins.

Passo a palavra, então, ao Dr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do nosso querido Incra.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Obrigado, Senador Acir.

Primeiramente, queria agradecer a oportunidade de poder vir hoje à Comissão de Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária pela primeira vez.

Antes de passar ao Dr. Richard fazer uma exposição sucinta sobre o tema, que queria dizer que, apesar de há menos de 30 dias eu estar presidindo o Incra, eu não sou novo nesse trabalho, há 16 anos trabalho com a questão da reforma agrária no Paraná. Fui Superintendente do Incra no Estado do Paraná por cinco anos, enfrentei problemas para a gente avançar nesse trabalho de ratificação de títulos na faixa de fronteira do Paraná porque cada Estado tem as suas peculiaridades de titulação e faixa de fronteira. Então, não é uma coisa igual para todos os Estados que possuem faixa de fronteira internacional. E por três anos eu fui Diretor de Obtenção de Terras aqui em Brasília, que é uma área diferente dessa de ordenamento fundiário. Agora, há quatro semanas, já estou como Presidente, e a gente tem feito inicialmente um levantamento de todas as missões do Incra, uma delas é a ratificação de títulos, a regularização fundiária.

Pelo Brasil ser um país muito grande, um país continental, é um trabalho complexo a ser concluído, mas a gente tem todo o interesse de avançar nisso no intuito de não prejudicar nenhum produtor rural no Brasil e dar segurança jurídica para a produção agropecuária.

Então, sem muito mais delongas, eu queria passar a palavra para o Richard, que vai fazer uma apresentação breve para que a gente possa entender a base disso e, depois, posteriormente, poder discutir alguns temas de interesse dos Senadores.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Bom-dia a todos e a todos. Agradeço também ao Senador pelo convite e cumprimento na pessoa do senhor os demais Senadores, o nosso Presidente Celso e os assessores do Incra que estão presentes.

É uma oportunidade extremamente importante porque o tema ordenamento fundiário e regularização fundiária, às vezes, é pouco compreendido dada a complexidade dele, principalmente em relação à faixa de fronteira. É um tema que se trata no País desde a Lei nº 601, que é a Lei de Terras, de 1891, e essa faixa, que, anteriormente, no seu início, quando determinado com uma faixa de segurança, ela tinha seus 66

km; ela se expandiu até os 150km e, nesse período, os Estados acabaram emitindo títulos de propriedade, boa parte deles indevidamente e que cave, então, a União, através de lei que determine e garanta a ratificação, ratificar os títulos expedidos pelo Estado nesse período dentro da faixa de fronteira.

Nessa faixa nós temos cortes e períodos que determinam a possibilidade dessa ratificação. Os cortes de que estamos falando é que, em períodos, legislações determinaram que essa faixa tinha até 66km; depois, essa faixa se ampliou para 100km; depois, para 150km, que é a extensão que temos hoje de faixa fronteira.

Gostaria de registrar que este tema nós tratamos em 2008, 2009 e 2010 com a prioridade dentro da direção nacional do Incra e com as Superintendências que têm esse tema como pauta principal. Esse tema trazido por representação dos agricultores, parlamentares e pela Comissão de Assuntos Fundiários da CNA; nós fizemos reuniões tanto aqui em Brasília, como nos Estados em que nós temos esse problema mais presente, a exemplo do Estado do Paraná, onde nos reunimos com a federação de agricultores, com a representação de parlamentares e apresentamos naquele momento a alteração da Instrução Normativa. Esse é um registro importante porque esse é um tema que está sendo debatido, está sendo esclarecido, porque ainda tem muitas dúvidas em relação a ele.

Um outro esclarecimento importante é que a ratificação dos títulos é um procedimento mais tranquilo, eu diria, do que o processo de regulamentação fundiária efetivamente, em que pese ele seja também uma regularização efetiva da situação de ocupação e uso da terra.

Quanto à regularização fundiária, para se ter ideia, o destaque das áreas pública e privada que está sendo feito, hoje, por exemplo, no norte do País, pelo programa Terra Legal, programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, tem acontecido. Esse destaque de terras públicas ou terras estaduais para regularização fundiária para posseiros na Amazônia até o limite de quinze módulos fiscais está sendo feito sem maiores problemas, com a peculiaridade de, na faixa de fronteira, termos de submeter esses processos ao Conselho de Segurança Nacional, para o assentimento prévio, para possibilitar a ratificação desses títulos.

Quero registrar também algo importante: ontem, foi instalada, no Itamaraty, a Comissão de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, na qual está presente uma série de Ministérios e uma representação dos prefeitos, para tratar dos temas específicos da faixa de fronteira, e a regularização fundiária é um

deles. A responsabilidade pela regularização fundiária cabe ao Incra.

Vamos fazer uma apresentação sucinta, para mostrar mais ou menos o cenário atual, o que levou às alterações normativas do Incra e em que pé estamos no processo de regularização na fronteira do País.

O que é a faixa de fronteira? É a linha imaginária constituída por uma faixa interna de terras, que se estende até 150 quilômetros, paralelamente à linha divisória terrestre do território nacional com outros países. Desde 1955, identifica-se fisicamente com a Zona de Segurança Nacional. Para que serve essa faixa? Serve para outras coisas, mas, basicamente, serve para materializar o antigo objetivo de exteriorização da posse do Estado brasileiro em relação aos países confrontantes e para especificar a dominialidade pública federal das terras indispensáveis à defesa do território nacional, considerando o aspecto de segurança nacional. Ela foi estabelecida pela Lei nº 601, a Lei de Terras, da época do Império, em 1850, e foi absorvida pela Constituição de 1891, no seu limite de 66 quilômetros. Expandiu-se para 100 quilômetros na Constituição de 1934 e para 150 quilômetros na Constituição de 1937. Foi também recepcionada pela Constituição de 1946 e pela Constituição de 1967, com a Emenda nº 01/69, e pela Constituição Federal de 1988, mantendo-se aí até o limite de 150 quilômetros.

O que é a ratificação dominial? Trata-se de um instrumento jurídico de que se serviu o legislador ordinário para confirmar o domínio federal sobre a faixa fronteira e para, ao mesmo tempo, proteger a posse exercida pelo possuidor de boa-fé.

Alguns diplomas legais tratam do tema: a Lei nº 4.947, de 1966, que fixa as normas de Direito Agrário – lá está contida a autorização para a ratificação –; a Lei nº 6.634/79, que dispõe sobre a faixa fronteira e a concessão de terras públicas; a Lei nº 1.414/75, que trata do processo de ratificação das terras da faixa fronteira; e a Lei nº 9.871/99, que estabelece o prazo para ratificar as concessões feitas pelos Estados-membros.

Há a faixa de fronteira de 0 a 100 quilômetros por Estados-membros. Ali há os Estados que estão inseridos na faixa de fronteira, a área em hectares constituída na faixa e a área total do Estado. Então, via de regra, cita-se o exemplo do Acre, que praticamente está todo dentro da faixa de fronteira, com 15 milhões de hectares na faixa de fronteira, sendo que seu território total compreende 15,258 milhões de hectares. O Rio Grande do Sul tem uma área relativamente menor, mas é o Estado em que há o maior número de Municípios dentro da faixa de fronteira, como vamos ver adiante.

No próximo *slide*, está o mapa que visualiza bem as faixas determinadas, a de 66 quilômetros, a de 100 quilômetros e a de 150 quilômetros, sendo que esta última é a faixa com que trabalhamos hoje. São 150 quilômetros da fronteira para dentro do País.

Adiante!

Aí está o total de Municípios por região e por unidade da Federação.

Na Região Norte, nos Estados de Rondônia, do Acre, do Amazonas, de Roraima, do Pará e do Amapá, 98 Municípios estão inseridos na faixa de fronteira – o número de Municípios correspondentes está na última coluna.

Na Região Sul, como eu disse antes, nós temos o maior número de Municípios. Inseridos na faixa de fronteira ali são 182; no Paraná, 139; em Santa Catarina, 82. O total da Região Sul é de 403 Municípios inseridos na faixa de fronteira. No Centro-Oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 69 Municípios. No total do País, são 570 Municípios inseridos na faixa de fronteira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pelo mapa ali, São Paulo teria uma pontinha, mas não se ficou com nada na fronteira. Pelo mapa tinha uma pontinha.

O SR. PEDRO NOVAIS – São Paulo está fora. É um erro geográfico ali também, Senador.

Os temas da Instrução Normativa nº 63 – o que é necessário e o que precisa de ratificação. São as alienações e concessões de terras devolutas efetuadas pelo governos estaduais nas seguintes situações: na faixa de até 66 km de largura, a partir da linha da fronteira no período compreendido entre a vigência da Constituição de 1891 até a Lei 4.947, de 1966. Então, até 66 km, há possibilidade da ratificação pelo Governo Federal pelas alienações e concessões feitas pelo Estado nessa faixa de 66 km. Na faixa que vai de 66 km a 150 km, a partir da fronteira, no período de vigência da 2.597, de setembro de 1955, até a Lei 4.947, de 1966.

Pode passar, por favor.

Também as alienações e concessões de terras devolutas dos Estados efetuadas sem o prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional. Antes com determinada faixa de segurança, alguns Estados emitiram título sem o assentimento prévio. Então, dentro dessas áreas, os imóveis que estão na faixa de 66 km a 100 km de largura no período da vigência da Constituição de 1934 até a vigência da Lei 2597, de 1955. E na faixa de 100 km a 150 km de largura, a partir da linha de fronteira no período da vigência da Constituição de 1937 até a Lei 2.597, de 1955.

Quais títulos poderão ser ratificados? Todos aqueles que deram entrada no Incra com base na Lei 10.787,

de 2003, com pedido de ratificação até 31 de dezembro de 2003, que é o prazo determinado pela Lei 10.787.

Das razões da proposta de alteração. Esse texto trata daquilo que nos levou a alterar os normativos internos do Incra para acelerar a ratificação x na faixa de fronteira. Então, da constatação inicial, temos ainda milhares de processos que foram instaurados dentro dos prazos legais, dezembro de 2003, paralisados com instrução e análise, que dependeriam de realização de vistoria na quase totalidade dos casos, esbarrando, obviamente, na insuficiência de estrutura operacional para isso. Então, se fosse exigível a vistoria em cada caso, que era o que a legislação anterior previa, obviamente não teríamos condições de fazer esse trabalho diretamente com vistoria desses imóveis.

A outra questão: a responsabilidade pela obtenção do laudo agrônomo a cargo dos interessados e a elaboração de peças técnicas já referenciadas pela autarquia nos casos de pequenas e médias propriedades, o que onera e retarda em demasia o processo de ratificação. Esse também era um problema sério, porque, imaginem que, do volume de processo que nós temos, exigir que o proprietário fizesse, ou mesmo o Poder Público, o georreferenciamento de todos esses imóveis tornaria inexequível a ratificação desses títulos. E a constatação de extrema dificuldade operacional para contemplar adequadamente as diferentes situações trazidas pela norma à época, incluindo tratamentos específicos de tamanhos diferentes de imóveis.

Também das razões da proposta, da alteração do normativo, o que definimos? Fixar ordinariamente três procedimentos de ratificação, considerando as situações de imóveis rurais com área de até 15 módulos fiscais, com comprovação de uso e exploração baseadas na DP – Declaração do Produtor –, que todo mundo conhece. Trata-se de um formulário de cadastro entregue no INCRA;

b) mais de um imóvel cujo somatório não exceda 15 módulos fiscais. A ideia e o que está no normativo é fazer vistoria de fiscalização mais célere, imóveis rurais com área acima de 15 módulos fiscais, de acordo com o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial, atendendo os parâmetros da Lei nº 8629, de 1993.

Distinguimos as situações, de acordo com a realidade de campo, para que os imóveis rurais, o proprietário, o produtor, o pequeno agricultor que tenha um único imóvel até o limite de 15 módulos fiscais – que é o limite da média propriedade no País –, não tenha ali, como pré-requisito para ratificar o seu título, a necessidade de se fazer uma vistoria. O trabalho vai ser feito com base nas DPs, na Declaração do Produtor, e também não há exigibilidade do georreferenciamento,

porque vamos aproveitar as peças que já foram executadas na época em que ele entrou com o processo de ratificação ou na época em que ele tenha esse título.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – É a maioria quase que absoluta.

Chegamos também numa dimensão – e aqui é importante registrar que em toda discussão que fizemos para construir esses normativos, junto à Procuradoria do INCRA, fomos até o limite daquilo que era previsto na legislação. Para quem tem mais que um imóvel, em que a soma dos dois não ultrapasse 15 módulos fiscais, conseguimos aí – a Procuradoria defendeu sempre a necessidade de uma vistoria com base no Manual de Obtenção de Terras – constituir uma figura de uma vistoria mais célere em um dos imóveis, para possibilitar a ratificação desses títulos. E quem está acima de 15 módulos fiscais, ou seja, acima da média propriedade, do ponto de vista jurídico, não tinha como ter um outro parâmetro, a não ser fazer a vistoria e avaliação de acordo com o que está previsto no Manual de Obtenção de Terras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Depende da região. Na Amazônia, por exemplo, pode chegar a 1500. Há lugares que pode chegar a 600.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Não, 15 módulos. A Senadora perguntou até quanto pode chegar. 15.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – O menor módulo do Paraná é Curitiba, que é 4 hectares; e o maior é Querência do Norte, que é 46. Varia muito. E, no Norte, é maior ainda.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Se multiplicarmos 46 por 15, chegamos no limite da média propriedade, onde o cidadão não está passível de uma vistoria.

Das principais alterações.

A ratificação atrelada aos registros imobiliárias, desvinculada da definição de imóvel rural. Aqui, a partir da Constituição e da definição do imóvel prevista no registro imobiliário, definimos a necessidade de ratificação.

A vistoria mais célere para o cumprimento da função social, quando o procedimento de ratificação referir-se a um ou mais imóveis rurais de mesmo proprietário, e o somatório das áreas dos seus registros, passível de ratificação, não exceder o limite de 15 módulos fiscais.

Das alterações realizadas, que constituem a instrução normativa nº 63. Fixar esses três procedimentos de ratificação, considerando as situações de:

1) Uso da DP – Declaração do Produtor –, para comprovação do uso e exploração, nos casos de interessados com um único imóvel de até 15 módulos fiscais, facultado ao INCRA a realização de vistorias, sempre que houver dúvidas relativas aos dados declaratórios do interessado. Estou partindo do princípio de que, a partir de sua declaração, podemos confiar nas informações do cidadão, e encaminhamos o processo de ratificação a partir das informações da Declaração do Produtor.

2) Vistoria mais célere para o cumprimento da função social, quando o procedimento de ratificação referir-se a um ou mais imóveis rurais de mesmo proprietário e o somatório das áreas de seu registro, passíveis de ratificação, não exceder o limite de 15 módulos fiscais. Também faculta o INCRA, nesse caso, a possibilidade de formalizar convênios, termos de cooperação técnica, instrumentos congêneres ou solicitar ao interessado apresentação de laudo agrônomo atualizado, para aferimento da função social da propriedade.

Então há possibilidade do próprio produtor rural, o próprio agricultor também apresentar o laudo agrônomo para comprovar essa questão.

3– vistoria.

De acordo com o manual de obtenção de terras, conforme prever a Lei 8629 para os imóveis acima do limite da média propriedade e acima de 15 módulos fiscais.

2. dispensar o georeferenciamento para imóveis até 15 módulos.

Sabemos que essa questão traz um ônus ao agricultor, para o poder público obviamente será um problema do ponto de vista da capacidade operacional e do ponto de vista de recursos. Então, dispensamos a necessidade do georeferenciamento para os imóveis até 15 módulos fiscais. Não é condição para ratificação. Salientamos que se o produto era irrelevante para a ratificação quando contraposto a área registrada. Com a nova proposta será utilizado o material cartográfico disponível nas superintendências regionais para os casos de imóveis até 15 módulos fiscais. Nós temos um acervo de informações e plantas georeferenciadas nas superintendências regionais na época em que esses agricultores levaram e protocolaram os processos no INCRA para conseguir a ratificação.

Ratificação:

Ratificação atrelada aos registros imobiliários desvincular a definição de imóveis rurais.

Embora o imóvel rural constitua-se no objeto de vistoria para aferição dos índices de produtividade com a consequente classificação fundiária, quando se tratar de caso de obrigatoriedade da realização de vistoria, a ratificação por imóvel terá por objeto os registros imobiliários, pois a precariedade da situação dominial é inerente aos mesmos, sem nenhuma relação direta ou difusa com a definição do imóvel rural.

Estamos aproveitando os registros imobiliários para garantir a constituição do que se caracteriza como imóvel rural.

Do que foi construído no último período – está aí a instrução normativa que nós apresentamos em reunião com a Federação no Paraná, então temos uma avaliação muito positiva pelo menos das entidades representativas dos pequenos agricultores e da própria CNA – Comissão de Assuntos Fundiários – é uma avaliação de evolução desse processo de ratificação. Estamos num processo, também, de garantir que seja executado o trabalho nas superintendências regionais. Como há previsão, obviamente são importantes parcerias, convênios com universidades com o próprio Governo do Estado para ampliar nossa capacidade operacional para chegar a esse processo de ratificação. Em Cascavel, por exemplo, está concentrado o maior número de processos no âmbito nacional há uma unidade específica no INCRA para tratar da questão da ratificação dos títulos e queremos ampliar isso no âmbito nacional. Obrigado.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Gostaria de fazer uma observação importante para quem não conhece esse tema.

É que não são todos os títulos ou todas as propriedades de faixas de fronteiras que são passíveis de ratificação, ou que tenham a necessidade de ratificação. São essas que estão estabelecidas ali e que se resumem, basicamente, a grosso modo em títulos que foram concedidos pelos Estados, em determinados momentos, naquelas circunstâncias que foram apresentadas nessa apresentação.

Como disse o Richard o Estado do Paraná, para se ter uma ideia, é o que concentra o maior número de pedidos – 28 mil pedidos – desse número, talvez 26 mil sejam de pequenos, que é até 15 módulos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco.PT-PR) – Sr. Presidente, Primeiro queria fazer uma saudação ao INCRA, em particular ao nosso Presidente do INCRA, Dr. Celso Lisboa de Lacerda, paranaense, lá de nossa terra, é uma das pessoas que conheço com grande competência nos assuntos relacionados à agricultura, à agricultura familiar, às questões fundiárias que prestou um grande serviço ao INCRA do Paraná e também ao

Governo Federal em todo esse tempo em que esteve à frente de vários projetos.

Quero lhe desejar muita sorte e êxito na direção do INCRA. Não é uma tarefa fácil pelos problemas que nós conhecemos e os senhores apresentaram aqui. Quero também saudar a apresentação do Dr. Richard Martins Torsiano fez, muito esclarecedora.

Queria tirar algumas dúvidas. Na apresentação o senhor se referiu à legislação que determina os procedimentos para a regularização. Pelo que entendi o INCRA baixou uma normativa. É possível isso, não contradiz com a disposição legal?

Eu queria saber a data dessa normativa, desde quando ela está vigorando. E em razão da sua informação, considerando o Paraná, a região da nossa fronteira, em que a maioria das propriedades se enquadra nessa normativa, quero dizer que achei muito válida, muito boa, que é um pouquinho o que estamos discutindo em relação ao Código Florestal, para que o pequeno agricultor não precise fazer a sua declaração, não precise fazer o referenciamento para comprovar a APP, a reserva legal, possa ser também através de um instrumento declaratório. Até a Ministra do Meio Ambiente tem colocado isso para propriedades de até 150 hectares, para não ter custos, porque o pequeno produtor, a pequena propriedade não tem condições de contratar pessoas para fazer os processos. Eu queria saber se vocês trabalham com prazo? Como isso se daria em relação a esses processos que estão no Paraná, cerca de 26 mil, segundo o que o senhor falou, que se adequam a esses limites da normativa; se tem condições de o INCRA dizer: bem, este ano nós temos condições, por essas normas, de fazer a regularização. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Dr. Celso com a palavra.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Senadora, primeiro, obrigado pelas palavras, mas essa discussão a respeito da implementação do cumprimento da lei de ratificação de títulos de faixa de fronteira passou por um período longo de um entendimento jurídico entre várias procuradorias. Inclusive à época em que era Superintendente no Paraná, eu presenciei uma reunião que houve em Cascavel, em que a discussão era tamanha que se reuniu procuradorias de vários órgãos, inclusive do Senado, para verificar se existia necessidade de alteração ou não da lei para que isso, efetivamente fosse concretizado. Culminou que não haveria necessidade, eram somente entendimentos de interpretação. Esses entendimentos foram elaborados; nós produzimos uma primeira normativa que resolveria o problema em 2008/2009, mas ela trouxe, ainda, al-

guns problemas operacionais para ganhar a velocidade de fato; e aí culminou com essa instrução, que é de outubro do ano passado, e por isso que, efetivamente, até pelo final de um governo, início de outro, apesar de se passarem seis meses, foi um período em que pouco se produziu no sentido de ganhar velocidade. Mas, como já disse o Richard, com a preocupação de resolver o problema, onde a gente tem mais demanda, que é no Estado do Paraná, nós deixamos um escritório do INCRA especificamente para fazer esse trabalho em Cascavel, e ele basicamente vai ser iniciado agora num volume mais acelerado, porque as ratificações já vinham sendo feitas; não que o processo estivesse paralisado, mas já vinham sendo feitas, vinham sendo feitas num período muito longo, ou era muito lenta a resposta pela nossa capacidade e a dificuldade jurídica e a forma em que era feita, porque tinha que fazer vistoria *in loco*, então não existia capacidade para se fazer isso. Nós ainda não temos condições de dar um prazo final para fazer isso, mas eu queria aproveitar a pergunta para dizer que estamos muito preocupados, o INCRA como um todo, em dar condições de qualidade e celeridade nas respostas do INCRA. Então, vamos passar por um processo muito forte de informatização de vários processos. Não dá mais para ficar preenchendo declaração de produtor em papel na era em que tudo é *on line*. Já iniciamos isso no final do ano passado. Então, não é uma coisa de se dizer que o governo passado não fez nada, esse vai fazer. Não, isso já vem sendo feito num passado próximo, e efetivamente ganharemos velocidade quando tivermos todos esses processos informatizados, como já existe na declaração de produtor, que uma parte é informatizada; o produtor consegue o CCIR pela Internet. O processo de georreferenciamento, que quem está aqui entende que é o de certificação de imóvel rural, que é uma coisa complexa, nós estamos trabalhando na informatização.

Eu acredito que no médio prazo nós vamos melhorar muito, não o INCRA, mas a vida do produtor rural brasileiro com esse planejamento que estamos elaborando para informatizar esse processo. E aí, a médio prazo, nós vamos melhorar muito não o Incra, mas a vida do produtor rural brasileiro com esse planejamento que a gente está elaborando, de informatizar todo esse processo. E aí acredito que daqui a 30 a 60 dias, nós teremos condições de dar um prazo definitivo de quando nós vamos dar conta de resolver o problema desses pedidos de ratificação, que se encontram no Incra, nesses Estados principais.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Dr. Lacerda,...

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Pois não, Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Já que o senhor falou a respeito dessa inovação que vai ser introduzida com a informatização, mas há um contingenciamento de verbas públicas orçamentárias em todos os setores: alguns perderam mais, outros perderam menos. Eu queria saber se, no caso do Incra, houve alguma limitação orçamentária que poderá comprometer esse plano de informatização dos sistemas.

O outro ponto é em relação à área de fronteira. Há uma discussão sobre a participação estrangeira na área de fronteira. Eu queria saber como é que o Incra vê essa questão de aquisição de terras nessa área por grupos estrangeiros?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Com relação ao contingenciamento, Senadora Ana Amelia, nós sofremos um contingenciamento, mas felizmente não foi impactante talvez como tenha sido em outros órgãos. É lógico que impacta, porque a gente faz um plano, mas o nosso orçamento este ano, aprovado nesta Casa, ele teve um ganho em relação ao ano passado. Então o contingenciamento trouxe ao orçamento do Incra praticamente para o patamar do ano passado. Por isso que os impactos vão ser menores.

Acho que a aquisição de terras por estrangeiros é uma questão que avaliamos como uma coisa séria. Nós precisaríamos unir esforços para poder buscar alternativas para ter um controle efetivo, regular isso, porque o Incra não consegue regular com a legislação que tem hoje em vigor. Acredito que, talvez, num outro momento a gente pudesse propor, fazer algumas reuniões de trabalho para discutir esse tema.

Recebi, esta semana, uma Comitiva do Vietnã, que já havia conversado anteriormente com alguns secretários de países africanos; a China já comprou quase a metade da África e eles estão... apesar de que no Vietnã não existe propriedade privada, são concessões de dez, vinte, trinta anos, a China também está arrumando brecha na lei e tomando conta do território vietnamita.

E no Brasil a gente não tem a dimensão do tamanho disso, o país é tão grande, as estruturas são ainda incipientes para controlar isso, a gente não consegue ter um controle razoável sobre o nosso território.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É muito importante a sua informação, Presidente Lacerda. O que é que os vietnamitas, a propósito, porque é importante essa informação, estão interessados, porque isso pode sinalizar até uma orientação para a discussão de uma nova regulamentação a respeito da propriedade da terra.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Não. O interesse da vinda deles aqui é saber como o Brasil está produzindo, que modelo tecnológico, como está preservando as florestas; é mais no sentido ambiental mesmo, porque eles estão preocupados com o avanço de grandes multinacionais lá no Vietnã, com a produção de transgênicos, de venda indiscriminada de agrotóxico, etc. Então eles vieram aqui para ver como isso acontece no Brasil. O foco não era tanto esse. Na conversa eles manifestaram a preocupação de que também eles enfrentam um problema com a compra de terras por estrangeiros.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, Sr. Vice-Presidente Waldemir Moka, quero cumprimentá-los pela iniciativa de convidar o Presidente Celso Lisboa de Lacerda, do Incra, e o Sr. Richard Martins Torciano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária para este diálogo com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sr. Presidente, nós temos hoje nos visitando, e estiverem presentes ontem na Comissão de Relações Exteriores, inúmeros Senadores e Deputados do Paraguai. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para abordar algumas questões.

Ainda ontem, um dos Senadores do Paraguai informou-me que a participação de aproximadamente 400 mil “brasiguaios” contribuiu para o crescimento recorde havido no Paraguai, no ano passado, de 14,4% de crescimento do PIB. Fiquei pensando um pouco e tenho umas perguntas que gostaria de fazer.

Sempre tem havido certos problemas de tratamento, ora de brasileiros no Paraguai, ora de paraguaios no Brasil. Então, fico pensando se, nessa questão relativa a terras, há equidade de tratamento para pequenos, médios, grandes proprietários de áreas rurais, para estrangeiros, como paraguaios no Brasil – e deve haver algo semelhante em outras fronteiras – e vice-versa, brasileiros no Paraguai, que porventura tenham ali propriedades.

Entre esses 400 mil “brasiguaios”, obviamente, há muitos trabalhadores rurais, mas também agricultores familiares, proprietários. Então, em que medida essa política relativa a ratificação de alienações e concessões de terras leva em conta se se trata de uma grande empresa, de uma empresa multinacional, ou se se trata de um pequeno, de um médio, de um grande agricultor; se há considerações para isso no nível,

digamos, de todas as áreas fronteiriças. E se há um tratamento homogêneo àquele que acontece para todo o território brasileiro.

Mas, Sr. Presidente Acir Gurgacz, é a primeira vez que o Presidente Celso Lisboa de Lacerda comparece a nossa Comissão. Se V. Exª me permitir, já que é autor do requerimento para uma finalidade – e ele não veio para outra finalidade –, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade excepcional para indagar um pouco da política relativa ao desenvolvimento da reforma agrária no Brasil. Então, eu agradeceria muito se o Presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, pudesse nos falar brevemente sobre os planos de metas que têm o Governo da Presidenta Dilma Roussef para este ano, em especial. E, se houver uma perspectiva dos próximos anos, quais são as áreas que estão previstas de serem utilizadas para assentamentos. Se possível também nos informar qual é a previsão de número de trabalhadores ou agricultores que serão assentados; as diretrizes e a característica dos assentamentos.

Se o Incra normalmente promove uma forma de assentamento onde se estimula a forma cooperativa de produção, ou mais: a organização de trabalhadores familiares ou de agricultores familiares individuais, como tem se caracterizado isso e qual a diretriz.

E gostaria, sobretudo, de assinalar que, se examinarmos a evolução do coeficiente Gini de desigualdade de distribuição de renda no Brasil, a desigualdade evoluiu de maneira positiva. O coeficiente Gini de desigualdade, que era em torno de 0,59 no ano 2001/2002, foi baixando, ano a ano, para algo em torno de 0,53, 0,52, pelos últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Mas isso no que diz respeito à distribuição de renda. Agora, no que diz respeito à distribuição da riqueza, em especial da propriedade fundiária, os dados de que pelo menos tenho conhecimento indicam que o coeficiente Gini de desigualdade da propriedade fundiária ainda se encontra acima de 0,80. É a última observação, Sr. Presidente.

Então, eu agradeceria se pudesse nos informar se o Incra tem o último dado relativo à concentração da propriedade fundiária e, obviamente, a perspectiva de diminuição desse indicador, e, certamente, a evolução da reforma agrária contribuirá para que caminhemos numa direção de maior igualdade e justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra ao Senador João Pedro e peço a V. Exª e também ao Senador Eduardo Suplicy que possamos manter o foco com relação à legalização fundiária, porque senão nosso presidente do Incra...

Ele não veio preparado para fazer um raio X do que o Incra está fazendo no nosso País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu compreendo que o objetivo da visita foi outro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A preparação foi feita exatamente para nós...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas nada como aproveitar essa visita para algo que é de tanta relevância.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, mas faremos outra audiência pública específica para os temas gerais do Incra, que é importante, evidentemente, para todos os nossos produtores rurais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Antes, passo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) -Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse também para fazer algumas indagações aos ilustres diretores do Incra aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra, o Senador João Pedro.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria, da mesma forma, de me inscrever para ficar na lista após o Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a está inscrito.

Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, neste início eu quero desejar sucesso aos novos dirigentes do Incra, que estão recebendo a grande e desafiadora incumbência de trabalhar, em nível nacional, a questão fundiária. E não só isso: a responsabilidade do Incra foi crescendo, e, com seu papel como protagonista da questão da terra, tem um compromisso grande com a agricultura familiar. É um desafio fazer a gestão em nível nacional, por conta das nossas regiões, das diferenças, dos conflitos, das tensões.

Mas eu desejo ao Celso Lisboa, na presidência do Incra, que seja uma gestão exitosa. Que V. S^a possa dirigir uma instituição importantíssima para o Brasil. O Incra guarda uma *expertise*, um conhecimento. É uma instituição nacional, e espero que V. S^a monte

uma equipe que possa dar conta e responder a esse grande desafio que é fazer a regularização fundiária, a gestão dos projetos dos assentamentos do Incra. Enfim, desejo sucesso nessa nova empreitada. V. S^a tem condições, tem competência e tem história para fazer esse grande trabalho.

Eu fiquei com uma dúvida, e cheguei ligeiramente atrasado na hora em que havia uma exposição facultando ao Incra e liberando o georreferenciamento para áreas de até quinze módulos. Não é isso?

Isso se dá em que contexto? Porque considero o georreferenciamento importante, principalmente para tirar dúvidas do grande que chega, alguém que discute o conflito de área, e, sem o georreferenciamento, fica difícil mensurar quem tem razão na hora de um conflito, mesmo numa pequena área.

Reconheço o custo do georreferenciamento, mas ele é um instrumento de precisão, para garantir, principalmente, a legalidade, os direitos de quem trabalha, de quem detém o imóvel.

Essa é uma questão, mas não poderia deixar de abordar o papel do Incra, principalmente nos últimos anos, o que ele fez – e fez muita coisa positiva. E também gostaria de fazer um breve comentário acerca dos créditos com os quais o Incra trabalha: o crédito fomento e o habitação.

Aqui faço um corte na minha fala sobre os créditos, no que diz respeito à Amazônia.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a, junto ao MDA, começasse a pensar em um crédito diferenciado para a Amazônia. Hoje, o Incra tem assentamentos, projetos e está presente, mas precisamos melhorar o padrão de vida das famílias que estão nos assentamentos. O Senador Acir conhece o da Amazônia.

Hoje é alto o padrão de exigência para a construção de uma casa de madeira, com uma área pequena. A legislação exige que a madeira seja manejada, trabalhada. não pode ser qualquer madeira, senão se cai na ilegalidade, o dono da casa, o servidor do INCRA. Então, tem-se que comprar uma madeira certificada, o que encarece, porque a madeira certificada está na capital, não está – no nosso caso – no rio, na pequena cidade. Isso aumenta o custo da madeira. Não vejo nenhuma dificuldade de comprar o tijolo, a telha. Por que o agricultor não pode morar numa casa de tijolo, emassada, com cobertura de telha de barro? Porque o custo disso é elevado, por menor que seja a área da casa, já padronizada.

Mas gostaria de levantar a questão do crédito diferenciado para a Amazônia, por conta das distâncias naquela região. O Incra tem muitos e bons assentamentos, bons projetos, e esse aumento do valor do

crédito melhoraria a qualidade de vida dos assentados. O Governo vem aumentando esse valor. Hoje, para a habitação, está algo em torno de R\$18, R\$19 mil. V. Ex^a poderia precisar o valor do crédito hoje.

O Incra cumpre um papel importante em todo o Brasil, mas principalmente na Amazônia. Estou à disposição para ajudar no debate, no fortalecimento do Incra, para trabalhar, apoiar, estar presente, junto. Há milhares e milhares de famílias que estão nos projetos no Incra.

É evidente que a Amazônia requer todo cuidado em relação à terra pública. Fico arrepiado com o fato de estrangeiro querer terra na Amazônia, principalmente terra pública. Não é a terra; hoje, é a floresta. Temos que olhar estrategicamente para a floresta, para as potencialidades da floresta.

Há setores que gostam de ver a floresta queimando, eu gosto de ver a floresta em pé e gerando renda. Dá para ter muita renda com floresta em pé. Podemos olhar de forma diferenciada, principalmente terra pública. Tem que ter um padrão de rigor. Quem deve ter terra pública? Acho que ela deve ser distribuída, fundamentalmente com os brasileiros que precisam de terra para morar, de floresta de água límpida, boa – e V. S. também poderia dar uma opinião. Sei que está chegando na Presidência do INCRA, mas pergunto se o INCRA está acompanhando e como está acompanhando esse debate sobre o Cógigo Florestal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador João Pedro. O nosso Estado de Rondônia é um grande exemplo de um Estado da Amazônia, em que foi feita uma reforma agrária, e a colonização do Estado se deu em função da grande atuação do INCRA, nos anos 70 e 80. O INCRA teve uma responsabilidade muito grande para com...

O SR. – Sr. Presidente, não só 60 e 70, o INCRA continua trabalhando muito bem. Nos anos 90, 2000... Neste século.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu me referi à imigração para o Estado de Rondônia, que se deu nos anos 70 e 80. Evidente que queremos continuar – derrubando os seus 50% de terra em Rondônia, se for possível – contribuindo para o desenvolvimento do nosso País. Mas estamos em outro momento. Por isso me referi aos anos 70 e 80.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka, para as suas considerações, e peço que depois respondamos, em bloco, para ficar mais ágil para os nossos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente da nossa Comissão, Senador Acir, Presidente do INCRA, Dr. Celso Lisboa, e o nosso Richard. Eu, cerca de 15 dias atrás, tive uma audiência com o Presidente do INCRA, e me fiz acompanhar pelo Governador do meu Estado, Mato Grosso do Sul, Governador André Puccinelli. Lá estivemos até porque o Governo do Estado quer muito uma parceria. A minha fala é nesse sentido.

Acompanhei esse debate, Celso. Chequei aqui em 1998 e lembro-me de que o ex-Prefeito de Cuiabá, Wilson, propôs uma lei exatamente com essa questão da ratificação dessas terras chamadas região de fronteira. De lá para cá, só na gestão anterior a do Celso, temos três instruções normativas, se não me falha a memória. Isso demonstra a dificuldade em fazer esse processo.

Agora há pouco, vi o nosso Senador João Pedro perguntar sobre essa questão da dispensa do georreferenciamento. A quantidade de propriedade, João Pedro, é um negócio impressionante. E outra coisa: há uma dificuldade do pequeno produtor, realmente o serviço é caro. Só no Mato Grosso do Sul, temos praticamente sete mil processos. Corrija-me aí. É uma estrutura de servidores muito modesta para a dimensão desse tipo de serviço, portanto, considero fundamental dizer que – quero dizer que conheci o Celso lá –, as informações que temos são as melhores possíveis. É um funcionário de carreira que já passou por superintendência, tem uma formação técnica, conhece o assunto e tem uma visão absolutamente isenta em relação a isso. Sempre querem dar algum tipo de discussão quando se coloca um viés ideológico nessas questões, não podemos tratar isso. São concessões que foram feitas em situações diferentes. Uma primeira legislação até 60 km, depois 150.

Então, temos várias situações em que essas concessões foram feitas. E estamos falando aqui de legalizações exatamente desse tipo de propriedade e não aquela que foi adquirida. Eu digo o seguinte: se queremos consertar a questão fundiária do País, meu caro Presidente, nós temos que consertar inicialmente essa questão da área de fronteira. No meu Estado, temos 78 municípios; 44 têm fronteira. Disse-me o Presidente que dos 52 municípios de Rondônia, 27 têm fronteiras. Então, essas coisas acabam criando para esses Estados que têm fronteiras – Mato Grosso do Sul tem fronteira seca com Paraguai e Bolívia – essa situação. Imaginem 150 km de fronteira. Não estamos falando apenas de cidades vizinhas, porque, nesse raio de 150 km, temos municípios que acham até que não são áreas de fronteiras e, na verdade, são.

Então, estou querendo colocar aqui que o foco desta audiência pública é exatamente esse. Acho que o Senado, esta Comissão, deve dar ao Presidente todo o apoio necessário, talvez aporte de recursos, gente, pessoas para que possamos, em um espaço de tempo razoável, realmente fazer com que essa questão seja uma questão absolutamente legalizada. É esse o fundamento, porque a pior coisa que há é quando um produtos vai ao Banco do Brasil, quer tomar um empréstimo e não tem, na verdade, a posse da sua terra ou está questionado.

Então, é preciso resolver. Essa é uma questão fundiária que, na minha avaliação, é um problema técnico que precisamos resolver. Eu teria três perguntas a formular, mas por uma questão de economia de tempo, vou passar ao Presidente. São perguntas feitas pela assessoria do meu Partido, são questões técnicas que devem ser resolvidas, mas vejo que outros Senadores querem usar a palavra. Gosto sempre de ser objetivo na minha fala. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Pergunto aos Senadores se vamos ouvir todos os Senadores antes de passarmos a palavra aos nosso convidados ou vamos alternar.

Vamos, então, ouvir os Senadores primeiro.

Senador Ivo Cassol, do nosso Estado de Rondônia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento o Presidente do Incra, Celso Lacerda, desejando-lhe sucesso, ao senhor e a toda sua equipe. Ao mesmo tempo, aproveito a oportunidade, já que o senhor está com uma tarefa nova pela frente, para dizer que, com certeza, o senhor vem colocar o Incra para funcionar. Infelizmente, Sr. Presidente, nos últimos oito anos, o Incra estagnou, o Incra parou. A exemplo disso, no Estado de Rondônia, que é o Estado do Presidente desta Comissão, Senador Acir, temos a região de Machadinho, onde foram assentadas mais de sete mil famílias. Foram assentadas há 15, 20 anos, mas as famílias não têm título de terra, não têm acesso ao crédito, não há assentamento de escola, muitos assentamentos não têm estrada e não têm assistência técnica. Ao mesmo tempo, nesse últimos oito anos, se o senhor fizer um apanhado dentro do Incra, isso vai servir como base para o senhor levar para a própria diretoria, sua própria equipe. Pergunte a eles quantos títulos definitivos eles emitiram nos últimos oito anos no Estado de Rondônia? É uma situação preocupante.

É uma situação preocupante, porque o nosso Estado de Rondônia serviu de modelo da reforma agrária na década de 70, 80, como o próprio Presidente da Comissão frisou agora há pouco. E, além de não

ter, Presidente, essa assistência aos assentados, nós temos ainda outra grande dificuldade. E aí eu queria pedir encarecidamente que os cargos do Incra nos Estados sejam ocupados por pessoas técnicas capacitadas e competentes. Chega de botar puxa-saco e baba ovo, que não tem competência, ou porque fez parte da eleição ou porque faz parte do partido. Temos que botar pela sua competência e não simplesmente porque o cara foi sindicalista ou o quê. Pode até ter sido sindicalista, pode até fazer parte de um partido, mas desde que ele faça parte daquilo, que tenha conhecimento da atividade que está fazendo para poder cobrar da sua equipe.

O senhor entrando recentemente no Incra vai ter oportunidade de, por favor, trocar a procuradora do Incra no nosso Estado de Rondônia. Troca essa procuradora. É uma trava. Presidente Acir, nos ajude nisso. É uma trava, um empecilho. Ela prejudica o Estado de Rondônia em tudo que se possa imaginar, em tudo o que se possa imaginar. Para ela, nada pode, nada consegue, nada está certo. Devolva ela para a União, ela não é nem do Incra. Devolva ela para a União.

Vou dar um exemplo. Olha a dificuldade que o agricultor tem para ganhar um pedaço de terra. Ele vai para a zona rural. A sua esposa estudou um pouquinho e lá ela fez um concurso para o município, para ser professora na linha. Resultado, vai assumir a vaga de professora lá na linha, na zona rural, o marido perde o direito de ter a propriedade da terra. Isso é um absurdo! Se for na legislação, isso vai mudar. É inaceitável. Então, agora você vai trazer uma pessoa da cidade, que não tem conhecimento da zona rural, e vai implantar lá no assentamento, quando se pode aproveitar o próprio pessoal que está lá dentro da comunidade?

Então, são situações que estamos vivendo no Estado de Rondônia e tem que se tomar providências urgentemente para que a gente possa deixar de frustrar os nossos produtores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela explicação que V. Ex^a deu o problema é a procuradora ou a lei? E V. Ex^a propõe que se modifique a lei? Porque, se por acaso, a procuradora está cumprindo a lei... Só para pensar um pouco alto, quem sabe ela esteja procurando cumprir a lei, que não é tão boa e que precisa ser modificada. V. Ex^a tem razão no seu exemplo. Imagine o agricultor perder a terra pelo fato de a esposa passar no concurso e se tornar professora. O exemplo é bom.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – As duas coisas. Se estiver na lei, da maneira que está tem que mudar. Já deviam ter mudado. E a procuradora, infelizmente para o nosso Estado, ela tem prejudicado toda

a regularização fundiária. A título de sugestão, fui governador por dois mandatos no Estado de Rondônia. Muito se cobra para evitar o desmatamento. E a maioria dos desmatamentos que havia no nosso Estado, infelizmente, é porque o Incra só anda de carona, só chega atrasado e não regulariza, e quando chega para regularizar chega tarde. Então, em vez de fazer assentamentos na Amazônia, por que não o Incra começar a fazer em torno das grandes cidades e utilizar a mão de obra do assentado? De que maneira? Produzindo fruticultura. Porque coloca lá no meio do mato, não tem estrada, não tem condições, não tem isso, não tem aquilo, é o que tem acontecido e que estamos aqui na Comissão para levantar a questão de quantos por cento dos proprietários que ganharam que tem a terra, a exemplo do que foi denunciado no Mato Grosso e em Rondônia também não é diferente.

Então, segurar esses pequenos produtores no assentamento agrário em redor dos grandes centros produzindo frutas, hortaliças facilita a vida, é mais fácil para dar assistência técnica, é mais econômico, mais barato. O Senador João Pedro, do Amazonas, acabou de falar aqui. O Incra leva o assentado para dentro do mato. Resultado, para o cara poder derrubar uma árvore e fazer a casa dele, o Ibama vai e mete a taca no cara, multa, quando, na verdade, naquele assentamento o cara podia tirar a madeira dele, fazer a sua casa.

Até para se fazer uma ponte para o cidadão, lá dentro, você vai lá, faz a ponte para dar assistência ao produtor, aí vem o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente atrás, e caneta e multa nos caras. Então, o que é que está faltando? V. Ex^a vai ter essa oportunidade, a partir de agora, de fazer esse entrosamento entre as próprias entidades do assentamento, da questão ambiental e do Ministério da Agricultura, para o próprio Governo se entender. Infelizmente, assistimos, no passado, um puxando para um lado, outro atirando para outro, e o povo no meio, sendo prejudicado. Só quero buscar isso aí.

A questão da Procuradora, por gentileza, é só o senhor levantar os dados de Rondônia com os técnicos antigos e o senhor vai perceber. Ao mesmo tempo, vamos dar oportunidade para os próprios servidores do Incra voltarem a produzir. Quero ser bem claro aqui para o senhor, quando falei aqui na questão de que não se emitiram títulos, nada. O Incra sempre teve um quadro eficiente e competente. Infelizmente, nos últimos anos, o Incra se arrebuçou. Arrebuçaram e desestruturaram o Incra, não sei qual política foi, porque faltou entendimento dos próprios parceiros, dos próprios colegas, de um lado e de outro, quando falam de outras entidades. Precisamos voltar a devolver isso

aí, regularizar as terras, ter o acesso do crédito e ter assistência técnica, porque não adianta botar homem no campo, lá dentro, quando você, ao mesmo tempo, não dá condições dele poder produzir – e isso estava faltando.

Só queria propiciar mais dados, estamos sempre à disposição para compartilhar e ajudar a desenvolver a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol. Passo a palavra, pela ordem de inscrição...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Apenas para pedir desculpas, vou me retirar agora da Comissão e queria pedir desculpas também ao Dr. Celso e ao Dr. Richard, mas sou relatora de dois projetos da Comissão de Relações Exteriores, e a reunião está para começar. Desejo sorte aos debates e fique muito feliz com a proposta que o Incra está colocando – creio que temos aí uma boa solução a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos a sua presença aqui conosco, desde as 8h30min, quando iniciamos nossa Comissão.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos, do Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir; Sr. Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka; ilustres convidados, Dr. Celso, Presidente do Incra, Dr. Richard, Diretor do Orçamento; nossos colegas senadores e senadoras, serei bem objetivo nas minhas indagações e na formatação das minhas observações.

Aqui já foi falado quase tudo em relação à atuação do Incra, durante sua história e existência em nosso país. Todavia, Dr. Celso, V. Ex^a, que está chegando agora neste órgão – acho que um dos órgãos mais importantes do nosso país, diante da nossa dimensão continental e, sobretudo, das problemáticas que temos em relação às políticas fundiárias do nosso país –, imagino que V. Ex^a saiba o tamanho da missão e da responsabilidade que tem que enfrentar daqui para frente. Todavia, gostaria de fazer três observações: primeiro, acho que o Incra, nos últimos anos, passou a ser um órgão muito amoroso, para não dizer, em termos pejorativos, ineficiente naquilo que é da sua responsabilidade. É um verdadeiro clamor. Posso falar pelo meu Estado do Mato Grosso – V. Ex^a deve conhecer – um Estado de dimensão continental, com

900.000 km² e, sobretudo, com um número enorme de problemas fundiários. Creio que os Estados que têm maiores problemas fundiários, neste país, sejam o Pará e Mato Grosso, por conseguinte, Rondônia – não conheço outros com problemas desse tamanho.

O Incra tem que ser renovado, o Incra se envelheceu, Dr. Celso. Não tenho dúvida alguma – já fui Governador do Estado e Prefeito – de que o Incra foi muito eficiente lá atrás, haja vista, Senador Waldemir Moka, que teve belos assentamentos. Vou me referir a um deles aqui, que é a cidade de Lucas do Rio Verde. Na década de 1970/1980, o Incra fez aquele assentamento e hoje transformou-se em uma das belas e promissoras cidades deste país, uma cidade que, hoje, tem capacidade de produzir com tecnologia

Uma das belas e promissoras cidades deste País. . Uma cidade hoje tem capacidade de produzir com tecnologia, tecnificou a sua produção e passou a ser orgulho de todos nós matogrossenses. Mas lamentavelmente temos acompanhado que o Incra não tem cumprido com suas finalidades. Vou exemplificar.

Os assentamentos de Mato Grosso, hoje passou a ser um verdadeiro problema não só para os assentados mas, sobretudo, para o próprio Governo Estadual e o próprio Incra. Diante das dificuldades, das deficiências, não só na questão da assistência técnica, das obras de infraestrutura, de linhas de crédito, eu particularmente que percorro o Estado fui governador, sou Senador, às vezes, fico aborrecido de ver a falta de uma política pública decente, condizente com o cidadão que está ali a procura de uma perspectiva de vida melhor para ele e sua família. Acho que o Governo Federal tem que fazer um replanejamento, sobretudo o INCRA, para nós conseguirmos dar um mínimo de dignidade para aquelas pessoas. Se V. Ex^a for a um determinado assentamento, sairá com o coração doído ao ver milhares de pais de família vivendo abaixo da linha de miséria, enquanto a proposta do Governo Federal, então capitaneada pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, ele querem o quê? Melhorar as condições de vida daqueles menos afortunados e, na prática, não é o que está acontecendo.

No entanto, para ser mais objetivo, propus aqui a criação de uma agência reguladora e já foi aprovado por esta Comissão e teve como relator da matéria o ilustre Senador Ivo Cassol. Trata-se do PLS 401 que busca regulamentar a compra de terras por estrangeiros. Hoje, tenho quase certeza de que não tem em seu cadastro, Dr. Richard, as informações precisas, ou seja, até então não sabia há poucos dias, quantos milhões de hectares estão nas mãos dos estrangeiros. Pelo que me consta temos 3. milhões de hectares de terra

nas mãos de estrangeiros. E como bom brasileiro, nós temos um compromisso com a nossa soberania nacional de termos aqui alguns critérios, sobretudo para não ficarmos amanhã ou depois, a mercê de estrangeiros dominando a nossa produção e passarmos a ser refém daqueles que não têm compromisso com a política agrícola e sobretudo a política fundiária neste País.

Nós aprovamos aqui, Dr. Celso, em 2008, uma medida provisória que V. Ex^a tem conhecimento dela. Essa medida fornece as ferramentas e os instrumentos para que o INCRA possa regularizar os problemas que temos hoje: a questão da regulamentação fundiária na Região Amazônica no Brasil. São quase 63 milhões de hectares de terra. Este é o problema que nós temos. O foco é nós regularizarmos Dr. Celso, caso contrário, quando falo de desmatamento na Amazônia – nós viramos na Amazônia o vilão. O cidadão que mora nessa vasta região do Brasil é menos importante que um pássaro selvagem. Na medida em que lamentavelmente, você vê lá é a força nacional, a polícia federal, o IBAMA, a Sema do Mato-Grosso a perseguir o cidadão que está produzindo. Não apenas o grande produtor, mas também o pequeno, que está caindo na peia, está sendo preso, algemado como se fossem bandidos e não são bandidos.

Então temos uma medida provisória que foi aprovada, transformada em lei, dando ferramentas suficientes para o Incra buscar uma política condizente com esta lei aqui. Ou seja, facilitou sobremaneira, as terras até 1500 hectares, poderão ser regularizadas; até 4 módulos terá muito mais facilidade. No entanto não podemos, Dr. Celso, transformar o Incra numa imobiliária. A proposta, inicialmente, era de que quando fosse regularizar essas terras, os preços que o Incra iria praticar eu acho que não é possível o cidadão pagar os valores que estavam propostos. O Incra tem um compromisso de rever esses valores, sob pena de o pequeno produtor e até o médio não ter capacidade de pagar. Minha preocupação é daqui a pouco ser transformado num balcão de negócios e ficar muito difícil o cidadão buscar essa regulamentação fundiária.

A minha preocupação é transformamos em um balcão de negócios, e ficar muito difícil para o cidadão ir ali buscar esta regularização fundiária. De forma que V. Ex^a tem uma ferramenta fantástica, facilita, dá instrumentos para que V. Ex^a possa regularizar milhões de hectares de terra em nosso País e com isso darmos a garantia e segurança jurídica. O nosso maior problema na Amazônia, Dr. Celso, é a falta de segurança jurídica. Nós vivemos em um País em que o cidadão não sabe o que está acontecendo. A Lei de Código Florestal, que estávamos trabalhando em cima dela, da

década de 60, hoje não vale. Por isso foram publicados trezentos e tantos decretos, portarias e resolução, e o cidadão vive hoje intranquilo. É aquela velha história: trocar pneu de carro andando. Então, precisamos de segurança jurídica não somente para o grande, mas para o pequeno.

Eu vi lá na região do médio e baixo Araguaia, há poucos dias, uma verdadeira tristeza. O povo me procurando, aquele cidadão humilde, que foi para lá, foi assentado e, daqui a pouco, o próprio INCRA, em conjunto com o IBAMA e a Polícia Federal, vai lá, prende e arrebenta. Está um verdadeiro caos. Então, V. Ex^a tem uma ferramenta importante na sua mão. Não ao certo se V. Ex^a já tem, mas isso aqui facilita sobremaneira no bom sentido; dá condições para que o INCRA seja mais ágil na consecução do que pretende fazer em nosso País.

Dr. Celso, V. Ex^a está assumindo agora, mas faço uma denúncia grave, séria. O balcão de negócio em que se transformaram os assentamentos. V. Ex^a teve ter acompanhado uma matéria que saiu há poucos dias no programa Fantástico ou no Jornal Nacional, a venda de lotes na região norte do Estado, na cidade de Guarantã especificamente. Um balcão de negócios em que o cidadão está intermediando como se fosse um verdadeiro corretor! Diz-se Presidente da Associação de Assentados. Isso tem que acabar, esse cidadão tem que estar na cadeia, preso; não somente ele, mas o próprio assentado, que está fazendo o quê? Pega um lote para ser beneficiado, dizendo que tem vocação para a terra, e depois vende para o vizinho ou para outras pessoas que nada tem a ver com a terra. Naquele local em que estive, já há cidadão com 1.500, 2.000 hectares, casas que foram iniciadas com recursos do INCRA abandonadas. Acho que neste caso o INCRA tem que ser mais severo, tem que ser mais zeloso na aplicação para que não fique como um órgão incompetente, que não tem compromisso com o assentado, que não tem compromisso com a regulamentação fundiária. Lamentavelmente, hoje, o INCRA é visto... é o grande vilão do momento.

Todavia, eu quero me propor – a V. S^{as} que vêm hoje aqui nesta audiência pública, de forma muito elegante – e dizer que V. S^a tem o nosso apoio aqui neste Senado, sobretudo nós que temos compromisso com a cidadania, com os menos afortunados, com aqueles que têm vocação para trabalhar a terra. Eu imagino que havia uma escassez de recursos no INCRA, mas, me parece que a reforma orçamentária melhorou, e se tiver que melhorar, nós temos que fazer um trabalho hercúleo para melhorar aqui também. Nós temos a prerrogativa. Eu mesmo, como membro titular da

Comissão do Orçamento, estou com toda a disposição para ser o porta-voz do INCRA nesta Casa, para negociar com o Presidente da Comissão, Senador Vital do Rêgo, com o relator da matéria, ou poderei até ser indicado relator setorial, para ser o porta-voz do INCRA, para que ter recurso suficiente para atender à demanda. Caso contrário, o INCRA vai sempre ser criticado e como um órgão emissor de certidão à base do que o senhor sabe lá, que um geo dificilmente...

No INCRA hoje 90% dos geos que estão saindo é por meio de mandado de segurança. Não é possível! Como vamos conviver com isso. Eu conheço gente que me procura e diz: Senador Jayme Campos, pelo amor de Deus, eu dei entrada num pedido de geo há cinco anos, seis anos e até hoje não tive acesso.

Não é possível! Quando sai é por meio mandado de segurança, vai um juiz lá e obriga, ameaça com prisão. E aí sai o geo. Nós temos que dar um basta a tudo isso. Eu reconheço as dificuldades, sei que o INCRA envelheceu nos últimos anos. Temos que modernizar. Eu vinha para cá, ouvindo a rádio Senado, e ouvia V. S^a falando aqui que, lamentavelmente, alguns setores do órgão estão no tempo do arco da velha, para falar como nós mato-grossenses falamos. Está na hora da modernização, da informatização para termos acesso aos documentos, aos cadastros, etc. De maneira que estou apostando nessa diretoria; menos conversa, menos discurso e mais ação. É isso que esperamos de V. Ex^{as} como os novos gestores que comandam esse tão importante órgão. Talvez muitas pessoas nem saibam a importância que o Incra tem, mas que mexe com a vida de milhões de brasileiros.

Por isso estou aqui dizendo que estou solidário com V. Ex^a; conte comigo na expectativa e na esperança de que o Incra vai cumprir com a sua missão de ser, com certeza, o velho Incra que fundou cidades e que hoje é o orgulho de milhares de brasileiros que moram, não só no Mato Grosso, mas em outras partes deste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para contribuir com V. Ex^a, essa questão de regularização fundiária é muito importante. No momento em que o Brasil discute a preservação das florestas, em que discutimos a reforma do Código Florestal, a maneira mais prática para se manter a reserva em pé é regularizando as famílias que estão no campo. Sem a regularização não há compromisso do agricultor para com a legislação: ele não tem documento, ele não está legal perante a Lei; como é que se vai exigir que ele cumpra a Lei se ele não tem documento da sua terra?

Então é só para contribuir com o Senador Jayme Campos.

Passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Sr. Presidente, só um minuto, antes de passar a palavra para o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Quero aproveitar para falar sobre o Georreferenciamento de Rondônia e dizer que lá a situação é diferente: é só na Justiça, é só com mandato; não se consegue fazer um georreferenciamento com autorização do Incra, a não ser com mandato judicial. Infelizmente, é triste isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu tenho que pedir licença, pois preciso ir à Comissão de Relações Exteriores, porque o primeiro item da pauta refere-se a um projeto de minha autoria. Então, vou pedir licença para, quem sabe, eu possa voltar ainda para ouvir as perguntas. Mas eu pretendo ir para lá. E peço desculpas ao Presidente Celso Lisboa de Lacerda. Meus cumprimentos pelo seu trabalho. E espero que possa responder as perguntas que deixei aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço pela sua presença conosco, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a nos ajuda muito na condução dos trabalhos desta Comissão.

Com a palavra o nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Presidente Acir, meu Vice-Presidente Moka; nobres participantes deste debate, representando aqui o Incra, no caso o Sr. Celso Lacerda, Presidente, e o Diretor Richard.

Eu fico pasmado, porque achava que havia ainda aquela questão de fronteira para legalização mas lá no Paraguai, pois os brasiguaios que lá vivem levantam, muitas vezes, a temeridade de que estão lá há 30, 40 anos, produzindo, e vivem a insegurança de legaliza ou não legaliza suas terras. Eles procuram a gente, muitas vezes, são lindeiros em alguns lugares; há muitos catarinenses, amigos nossos, que lá moram. Então trazem essa preocupação para nós levantarmos o problema no Mercosul.

São brasileiros que lá vivem, estão radicados, seus filhos lá nasceram, que produzem, e sentem-se inseguros.

Quero dizer da insegurança que existe – inclusive o Senador Moka e outros colegas levantaram aqui – ainda no Brasil em questão de fronteira e não está

legalizado isso. Até no nosso Brasil, até no nosso País! Dentro de casa ainda temos um dever a cumprir, acho que tínhamos vencido essa etapa.

Ouvi aqui depoimentos de alguns colegas – agora, por último, foi o Senador Jayme Campos, que fez um verdadeiro desabafo, e achei que tínhamos vencido essa etapa. Convivi isso em Santa Catarina quando Governador, no fim dos anos 80, começo dos anos 90, quando eles me acordavam no fim de semana, me dizendo: Olha, foi invadida uma área tal, fazenda tal, estão lá os assentados com barracas, etc. E havia na época uns agentes que preparavam isso, eram profissionais da área, que procuravam um feriado para levar todo mundo lá para uma área, mesmo produtiva, e criavam um problema social. E aí os proprietários entravam na Justiça, pediam uma segurança, a reintegração de posse, iam ao Governador para que eu mandasse a Polícia Militar fazer o despejo. Havia mulheres, crianças... aquilo era um drama! Para ver se corria sangue e dizerem que o Governador mandou bater, prender, etc.

Então a gente vivia um drama muito pesado. Isso aconteceu nos anos 80, começo dos anos 90 no meu Estado, e sentimos isso.

Hoje, no meu Estado, até porque não tem mais o que invadir, é um Estado que representa apenas 10% do que é o Mato Grosso, que tem 900 mil Km². Nós temos 90, 92, 94 mil Km²; é a décima parte. Então, isso era comum em Santa Catarina. Hoje não mais, porque não há mais espaço para isso.

Nós temos vários assentamentos hoje. Eu acho que houve profissionalização em Santa Catarina. Há vários assentamentos como exemplo de produtividade, de acordo com a vocação das localidades. Eu acho que é um modelo até o que nós temos em São Miguel do Oeste, Guaraciaba, cooperativas de assentamentos produzindo, em Abelardo Luz e outros lugares no meu Estado, que são um espetáculo.

Então, eu acho que não é fácil a situação dos que saíram das cidades e foram para os arrabaldes, para o interior, para produzir, sem condições de viver. Talvez até na própria região, nos Estados em que ainda há espaço, como é o caso de Rondônia, como disse o Senador Ivo. Temos que levá-los e dar-lhes condições técnicas para eles ali começarem, sem ficarem abandonados. E essa questão tem que ser muito bem orientada, conscientizada. Isso é fundamental para que não tenhamos problema dessa ordem.

Mas eu quero apenas fazer aqui um desabafo. Eu não sabia que nós ainda estávamos convivendo com tantos problemas sociais com que nós convivíamos àquela época. Isso hoje ainda está muito presente no Brasil.

Olha, meu caro Presidente Celso Lacerda, eu não queria estar em seu lugar, eu não gostaria de passar por isto que está aí pela frente. Como também o nosso diretor Richard. Claro que as condições precisam ser oferecidas, mas...

E ainda estamos convivendo com isso? Eu achei que era no Paraguai a questão da segurança da fronteira. Outras questões estão caminhando mais ou menos bem, mas ainda existem os agentes disso, que no meu tempo... Será que alguns catarinenses não foram para essas regiões? Nós temos muitos produtores catarinenses que estão produzindo pelo Brasil inteiro. Mas, diante disso, nós precisamos ter cuidado. Olha, eu quero aqui dizer que é uma missão, é uma missão para ser levada com seriedade. E precisar buscar o Poder Judiciário é duro. A credibilidade da entidade precisa estar presente. É levar com muita força, muita vontade e ser correto. Acho que aí oferece aquela seriedade, que é importante, sem dúvida alguma, para a regularização, para a profissionalização, no bom sentido. Ver quem tem vocação para isso. E aí, de acordo com a região, com o meio em que se encontram, de acordo com a sustentabilidade. Tudo isso é bem-vindo, e nós estamos aqui para oferecer as condições para isso.

Hoje nós já estamos em outro tempo em nosso Estado, mas o Brasil não está ainda.

Eram os comentários que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Para encerrar as perguntas, Dr. Celso, faço um questionamento, até em função de todos os que os Senadores fizeram nesta manhã.

Faz parte da sua administração uma reestruturação do Incra, internamente? E a quantidade de funcionários que o Incra tem é suficiente para atender à demanda, principalmente com relação à legalização fundiária no nosso País? Essa é uma questão.

A outra é em relação ao Programa Terra Legal, especificamente no Estado de Rondônia. Nós sabemos que é um convênio entre o MDA, o Incra e o Governo do Estado. Existe um prazo para conclusão desse trabalho, desse Programa Terra Legal? Na Amazônia especificamente, mais no Estado de Rondônia. Existe mais ou menos uma projeção de término da execução desse trabalho, que é muito importante? Nós entendemos que o Programa Terra Legal tem como foco a região amazônica, a regularização fundiária. E o trabalho está sendo feito; nós temos acompanhado isso, principalmente no Estado de Rondônia. Mas existe um planejamento de quando é que se termina esse programa, qual é o objetivo final ou o tempo para que

isso seja regularizado, todas as terras no Estado de Rondônia?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria também que o Presidente soubesse que estamos à disposição caso haja necessidade de modificação da atual legislação, no sentido de dar condições ao Incra, porque, muitas vezes, a própria legislação impede, amarra, entrava o trabalho técnico do Incra. Se a sua equipe ou o senhor tem alguma dificuldade do ponto de vista da legislação, qual seria a contribuição poderia oferecer, no sentido de melhoria da legislação que propiciasse que esse trabalho, principalmente o da legalização de toda essa estrutura fundiária? Essa seria uma grande contribuição de nossa comissão ao Incra, no sentido de dotá-lo também de uma legislação que possa tornar mais fácil e eficiente sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra ao Dr. Celso para que responda os questionamentos dos nossos Senadores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Diante da presença dos Senadores que fizeram suas indagações, V. Ex^a deveria dar prioridade aos que estão presente. Depois da resposta à nossa indagação, passaria a responder a daqueles que não estão presente. O mínimo de consideração e respeito por aqueles que estão até agora aguardando.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço a presença de V. Ex^a em nossa comissão, nesta manhã. V. Ex^a contribui muito para os nossos trabalhos. Portanto, peço ao Dr. Celso que atenda o pedido do Senador Jayme Campos, respondendo inicialmente a aqueles Senadores que estão presente.

Muito obrigado.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Bom, para responder bem, precisaríamos entrar a tarde de tanto questionamento.

A questão agrária no Brasil é bastante complexa, e se faz muita confusão, como percebi aqui, quanto aos entendimentos daquilo que foi ou não foi feito. O desconhecimento daquilo que o Incra tem feito. Eu, como estou no Incra há mais de oito anos, digo que o Incra tem feito muito, só que precisa fazer muito mais.

Muito resumidamente, quero primeiro esclarecer que o trabalho de ratificação de título em faixa de fronteira é regido por uma legislação e não tem vínculo com a obrigatoriedade de georreferenciamento de imóveis rurais da Lei 10.267. Nesse ponto, parece-me que houve uma certa confusão.

A ratificação de título, pelo menos no meu entendimento, não tem causado maiores problemas aos produtores, a não ser pela questão da insegurança jurídica, porque o proprietário consegue, mesmo sem ter o título ratificado e tendo que ratificar, ir ao banco tomar um financiamento. Então, não vemos nenhum impedimento grave na falta de ratificação.

Já no trabalho de georreferenciamento, a obrigatoriedade da lei, ela impacta mais; porque hoje o proprietário que não fez o georreferenciamento não consegue vender o imóvel, não consegue desmembrá-lo.

Devo dizer que estamos atentos a todas essas questões. No trabalho de georreferenciamento, temos plena consciência de que o Incra, sozinho, não tem capacidade de dar resposta e já temos o seguinte plano: temos um passivo em todas as superintendências.

Aí concordo com o Senador Jayme Campos e outros Senadores, quando colocam, é aquela velha coisa de criar uma demanda para um órgão público, cria-se uma dificuldade para o produtor para, depois, muitos servidores de má-fé ficarem vendendo facilidades. Precisamos acabar com isso.

Acredito que vamos, em médio prazo, melhorar essas condições, porque estamos fazendo uma parceria com o Exército para dar conta de resolver o problema desse passivo que há dentro do Incra. É o que já existe lá de solicitação. São milhares, e o Estado mais complicado é o do Mato Grosso. Temos isso levantado muito claramente.

Já estamos com um sistema basicamente desenvolvido. A certificação vai ser *on-line*, informatizada, o que vai facilitar muito a vida do produtor. Isso já está sendo testado, inclusive. Esperamos que, em médio prazo, se consiga resolver esse problema, porque sabemos que é um problema que está afetando muito o produtor rural.

Segundo, da questão global do Incra vieram muitas perguntas e queria responder em bloco, para dizer o que estamos pensando fazer. Como não conheço, obviamente, tudo do Incra – porque não conheço o trabalho e as peculiaridades de alguns Estados, mas conheço a ação do Incra –, o grande problema do Incra – que recebe muitas críticas – é que ele tem muitas atribuições e, em um país do tamanho do Brasil, o Incra, obrigatoriamente, para cumprir todas essas atribuições precisaria de uma estrutura muito maior

do que a que ele tem hoje, porque cada vez vai acumulando mais funções.

Um trabalho importantíssimo que o Incra tem que fazer – e faz – é o controle da estrutura fundiária, que dá um trabalho imenso. São 829 milhões de hectares para serem controlados, regularização fundiária, reforma agrária – com toda a sua complexidade, porque tem que obter a terra, fazer um estudo de desenvolvimento, construir estrada, construir casa, distribuir água, energia elétrica, dar assistência técnica, fazer agroindústria, auxiliar na comercialização e, agora, tratar de demarcação de áreas de quilombolas, que é cumprir um decreto, regulamentando a Constituição. É uma demanda enorme e, muitas vezes, o Incra tem dado um passo maior que a perna, fica fazendo muitas coisas e, muitas vezes, faz mal feito.

Vou dar um exemplo – uma cobrança que veio velada – de um assentamento de 30 anos em que as famílias não receberam o título da terra. Muitas vezes, o Incra prioriza liberar a construção de uma casa em um assentamento a fazer um trabalho de titular assentamento, mas garanto a vocês que vamos fazer isso, porque é uma determinação da Presidenta Dilma. Nesse início, estamos fazendo um diagnóstico e um dimensionamento do Incra – e garanto que a Presidenta tem interesse em resolver esse problema, ela me cobrou isso e não tenho dúvida de que, se eu não der conta disso, ela vai me tirar e vai colocar outro, porque ela quer resolver o problema da qualificação dos assentamentos.

Como lembrou o Senador, como o Brasil é muito grande, talvez o pessoal que está em Rondônia e Mato Grosso – como só chegam problemas para a gente – não veja as experiências extraordinárias que temos no sul do País, por exemplo. O Incra, nesses vinte anos de trabalho com reforma agrária, retirou da miséria mais de um milhão de famílias, isso significa cinco, seis milhões de pessoas que eram miseráveis e saíram da miséria só com o trabalho de reforma agrária, sem considerar o trabalho de regularização fundiária que vem sendo feito. No Nordeste, fizemos um trabalho de regularização fundiária extraordinário ano passado, no Ceará e em vários Estados. Eu pediria, Senador, o seguinte: o Senador Jayme Campos citou a medida provisória que virou lei, que é o Programa Terra Legal. Este programa não está sob a gestão do Incra, então preferiria não falar sobre ele, porque ficou sob uma coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apesar de usar a estrutura do Incra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Existe um convênio com o Incra?

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Não, na realidade a própria regulamentação do programa,

a estrutura toda é do Incra. Servidores, veículos, equipamentos... O orçamento é do Incra, mas a gestão, a coordenação, é separada, pois é feita pelo MDA. É uma secretaria chamada SERFAL – Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. Ela está sob a gestão política de outro grupo no MDA, é uma secretaria no MDA que obviamente tem uma relação com o Incra, mas não é uma gestão política do Incra. Sabemos que o trabalho de regularização não é simples.

Quero fazer só um comentário, para não ingerir nesse programa que não é de minha responsabilidade. Ocorre que o trabalho braçal e demorado já se iniciou. Mas, se for ver os resultados até agora, constaremos que eles são muito poucos. Temos que fazer todo um trabalho de georreferenciamento de todos os imóveis, cadastramento. Então, licitações foram feitas, parcerias com o Exército. Então, esse trabalho vem sendo feito nos últimos anos. E, como é um trabalho extraordinário, a lei vale por cinco anos, prorrogáveis por mais cinco. Como a lei foi aprovada em 2008, vai até 2013 ou 2014, prorrogáveis por mais cinco. Então, não sei que decisão política o governo vai tomar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente Celso, só para eu me situar melhor. Quer dizer que tem um novo INCRA então aí, capitaneado pelo MDA?

Eu imagino que as atribuições tivessem que ficar no Incra, com a supervisão, talvez, do MDA, para dar mais conforto ou dar mais apoio, porque o Incra é o órgão que tem *know how* suficiente para fazer esse trabalho no Brasil, até pela sua história. Acho que desvirtuaram um pouco; criaram quase que um novo Incra. Porque o Incra é vinculado ao MDA, não é?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Isso,

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ao MDA. Então, não tinha razão, não tinha porque essa atribuição passar para o MDA, na medida em que o MDA tem o Incra como aliado, ou seja, ele já é vinculado a esse ministério.

Diante disso, o que vejo? Criaram um novo Incra, e espero que esse novo Incra dê certo, pelo menos nessa sua missão de regularização fundiária da Região Amazônica.

Acho que já começou errado. Quem tem *know how*, quem tem experiência, quem tem até um inventário de toda essa problemática são vocês do Incra. O MDA vai ter que buscar no seu arquivo para levar lá para o MDA.

Então, quer dizer que o MDA ficou responsável por essa política de regularização fundiária diante des-

sa medida provisória que foi aprovada e transformada em lei? Só para eu me situar melhor.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – A exposição do senhor, Senador, tem fundamento. Assim como eu avalio também – opinião minha – que não temos necessidade, no Brasil, hoje, de uma agência reguladora para controlar. Se dessem condições ao Incra fazer, o Incra faria, até porque quem faz o controle da estrutura fundiária do Brasil é o Incra.

E vocês fizeram algumas críticas que eu acredito que são importantíssimas, ou seja, que o Incra precisa qualificar um pouco mais a sua gestão e seu controle, sem nenhum demérito para a gestão passada, até porque eu estava na gestão do Incra nesses último oito anos. Mas é um processo de qualificação constante que tem de haver, e é isso que eu, particularmente, estou me predispondo a fazer. É o compromisso que assumi com a Presidenta Dilma e com o Ministro Afonso, do MDA, ou seja, tentar dimensionar as ações do Incra de acordo com a sua capacidade. Ou, se a gente tiver ações relevantes e maiores para fazer, a gente deve aumentar o Incra. E é o questionamento que o senhor fez: vai ter uma reestruturação no Incra? Precisa de mais servidores?

O que nós estamos fazendo é um diagnóstico do Incra todo e do que lhe é demandado no campo da regularização fundiária. Porque a Serfal, Terra Legal, é Amazônia Legal. Na época, foi retirada do Incra essa função, pelo que eu sei, por um pedido do fórum dos governadores da Amazônia. Mas eu também acreditava que esse trabalho deveria ficar dentro do Incra, porque você potencializa trabalho.

Mas nós vamos fazer um trabalho de dimensionamento do Incra, vamos fazer um planejamento de trabalho muito rigoroso e, em cima dessa demanda, nós vamos avaliar a necessidade de reestruturar o Incra, ou não, e vamos propor isso à Presidenta Dilma. Sua Excelência está disposta a recepcionar isso, como o Ministro Afonso, e, inclusive, de dar condições ao Incra de fazer.

Acredito que, até meados do ano, vamos ter um plano bem definido do que nós precisamos e o que nós vamos fazer nesse governo da Presidenta Dilma. E isso vai passar por algumas propostas de mudança na legislação sim. Vou dar um exemplo, que é o que o Senador Ivo Cassol colocou aqui: é um absurdo o INCRA ter que retirar de um assentamento um agente comunitário de saúde, que, por obrigação do próprio programa, tem que ser moradora da comunidade. Mas a Lei nº 8.629 é clara quando diz o seguinte: “funcionário público não pode ser assentado”. Então, precisa mudar, porque isso recai em injustiças.

É lógico que não se pode assentar um funcionário do Incra, e havia alguns casos desses, que excluímos no ano passado. Mas há casos que precisam ser revistos. Vou dar outro exemplo: motorista de transporte escolar na Amazônia, que é diferente do de Santa Catarina. Na Amazônia, um barqueiro ganha meio salário mínimo por mês para levar as crianças para a escola e para trazê-las de volta de barco. Ele não pode ser um beneficiário da reforma agrária? É lógico que pode. Então, isso tem de ser corrigido. Vamos propor algumas alterações de legislação, para melhorarmos a nossa efetividade e ganhar velocidade.

Vamos, sim, trabalhar com emancipação. Já recebi uma comitiva de prefeitos de Mato Grosso, há alguns dias, que demandava isso. E a gente reconhece que isso tem de ser feito. Mas reconhecemos também que há o risco de se titular ou de se emancipar um assentamento e de, daqui a pouco, acontecer o que já acontece nos assentamentos: um assentamento de cem famílias pode, daqui a pouco, virar de novo uma fazenda. Essa é a preocupação. E como podemos garantir que isso não vai acontecer? A partir de momento em que dermos as condições de essa família ser autossuficiente do ponto de vista econômico. E aí essa família, pelo seu histórico de sofrimento, por já ter feito parte dos sem terra, não vai ser tão facilmente assediada para vender a terra, se esta for sustentável do ponto de vista econômico, se a família estiver vivendo bem, se os filhos estiverem na escola. E temos de propiciar isso, cuidando da infraestrutura básica, da assistência técnica, das condições de comercialização. E há a preocupação do Incra de garantir essas condições, para, depois, titular. Reconhecemos que o Incra não titulóu, mas vamos titular, no próximo período, principalmente os assentamentos muito mais antigos – inclusive, muitos deles perderam até a característica de um projeto de assentamento. Então, não existe mais motivo de manter isso sob a tutela do Incra. A gente vai entrar nesse trabalho de titulação, sim, não tenho dúvida.

Há questões pontuais. O Senador disse do problema da Dr^a Percida, de Rondônia. São questões que vamos avaliar, sim, até porque há um problema: os procuradores federais não são funcionários do Incra, mas da PGF. Mas temos condições de fazer essa discussão, sim, sem problema.

Senador, mais do que o senhor, eu tenho a necessidade de montar uma equipe técnica de superintendentes, porque, senão, a gente não age. A Presidenta, por ter minha escolhido para ser o Presidente do Incra, sem qualquer prepotência, sinalizou que pretende uma gestão mais técnica no Incra. E a Presidenta está dando as condições para a gente fazer as coisas, sim.

Mas também tenho muito esse desejo, esse anseio de contar com uma equipe de trinta superintendentes técnicos, porque, senão, nada adianta. Se meramente houver políticos para fazer política, para aparelhar quem o colocou lá, infelizmente vamos continuar com problemas. Podemos informatizar sistemas, podemos melhorar nossas condições, podemos ter mais orçamento, podemos contar com mais funcionários, mas não vamos ter a eficiência necessária, como eu desejo.

Eu queria concluir, para passar a palavra para o Richard, que, talvez, tenha de responder a algumas questões.

Quero dizer que estou no Incra há oito anos e que lá vou continuar. Sei da dimensão do desafio e do problema, mas isso não me assusta, porque conheço essa área. Só estou no Incra, porque, particularmente, sei que há muita coisa a ser resolvida na questão agrária do Brasil, pela dimensão que o País tem, pelo histórico dessas titulações, que criaram muitos problemas, e, principalmente, porque acredito demais no programa de reforma agrária.

A sociedade não conhece o que é a reforma agrária no Brasil, apesar desses problemas. Vou citar um dado que, talvez, os senhores não tenham. O Incra, nesses últimos seis anos, construiu quatrocentas mil casas em assentamentos, entre reformas e casas novas.

E isso pouca gente sabe, porque é pouco divulgado. Mas é um programa extraordinário. E, daqui uns 60 dias, 90 no máximo, vamos divulgar uma pesquisa que fizemos no ano passado nos assentamentos, que vai espantar por alguns números de produção que os assentamentos têm, sem contar a questão social, que é tirar o miserável e incluir ele numa condição produtiva, numa condição de poder comer bem, de poder morar, sabendo que a gente tem muita coisa pra fazer ainda, que vocês colocaram aqui, assentamentos que não têm estrada, que não têm acesso à água, que não têm casa. Precisamos resolver isso ainda. É que a gente tinha um passivo enorme e, como disse o Senador, a gente teve que trocar a roda andando e ainda temos que trocar algumas rodas. Mas a gente vai melhorar muito, não tenho dúvida disso, e nós vamos precisar do apoio de vocês sem nenhuma dúvida.

Concluo dizendo que, pelo meu perfil, eu não vou fazer isso ideologizando esse processo, porque o que dificulta o processo de reforma no Brasil é justamente o grau de ideologização que tem nesse trabalho. E acredito que muito pragmaticamente, quer dizer, ideologia todo mundo tem, mas não precisamos extremar. E esse campo da reforma agrária é extremado e isso não leva a nada, não ajuda ninguém. Eu resumiria esse problema como fiz ao responder a uma tevê espanhola que me

perguntou por que o Brasil era tão grande, com uma população de 180 milhões, à época, e tinha conflito de terra. É difícil de um brasileiro responder a isso, ainda mais um gestor do Incra. Por que somos uma população pequena, um continente e tem conflito, tem morte? Então, não dá pra gente conviver com isso mais.

A ideia é fazer o mais bem-feito possível, e vou me dedicar o máximo para isso, sem ideologização extrema, sem polemizar, sabendo que não podemos atender só a reforma agrária, temos que atender o produtor, dar segurança jurídica. Esse é o meu objetivo. E eu quero contar com vocês, sim, para ajudar não só na mudança de algumas legislações, mas no apoio político em seus Estados. O Incra tem muita consciência de que não fazemos nada sozinho, temos que buscar parcerias de outros órgãos dentro do Governo Federal, dos governos estaduais e dos Municípios. Esse é o nosso propósito e vamos tentar intensificar muito mais em um plano muito mais rigoroso agora.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Diretor, só para complementar. Nós temos já na faixa de fronteira uma situação vivida em Nova Mamoré; pequenos produtores com propriedade de 50 e 100 hectares. Em vez de o Incra ir lá e regularizar aqueles produtores, sabe o que a Superintendência do Incra em Rondônia fez a pouco tempo atrás? Foi lá retirar aqueles produtores de lá para colocar outros produtores em cima. Quase houve derramamento de sangue no Município de Nova Mamoré.

Quando o senhor falou que o Incra tem feito muito, e eu quero lhe parabenizar, com certeza deve ter sido no Estado do Paraná mesmo, que é o seu Estado, o que levou o senhor à presidência do Incra e a Presidente colocar em suas mãos essa tarefa. Quero parabenizar o senhor, desejar sucesso, porque, na verdade, o Incra do Estado de Rondônia esses oito anos ficou parado, ficou estagnado. Dou um exemplo. Aproveitei a equipe do Incra, o Paulinho Brandão, que foi meu Secretário do Meio Ambiente no Estado de Rondônia, que foi um grande profissional, um grande técnico, fez vários assentamentos no Estado de Rondônia, a região do Colorado, a zona da mata, e o outro exemplo é o Brito, do Incra, de Pimenta Bueno, que também foi meu secretário de Estado, fez um grande trabalho.

Então o Incra tem pessoas competentes e capacitadas. Infelizmente, nós últimos anos, esses profissionais, técnicos, perderam espaço para membros políticos e partidários. Não sou nada contra isso, mas que se coloque os puxa-sacos como assessor, “as-pone”, como assessor de nada, para que os outros possam trabalhar e produzir.

Por isso quero parabenizar porque com certeza esses dados do Incra que o senhor passou, em sua

maioria, são no Sul, como o senhor falou, as coisas que aconteceram lá. Mas na região Norte, da minha Rondônia; de Mato Grosso, do Jayme; e outras regiões, a situação do Incra, infelizmente...se nós tivermos que dar nota ao Incra de Rondônia, de zero a dez, com certeza, dá menos que zero. O senhor me desculpa a franqueza. Mas quero parabenizá-lo por ter sido nomeado para esse cargo, com certeza, pelo grande trabalho que fez no Estado do Paraná.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Tem algumas questões pontuais, sendo bem breve também, com relação à preocupação da ratificação dos títulos na faixa de fronteira, no Paraná, para ampliar a capacidade de trabalho, nós fizemos uma parceria com Unioeste e o Instituto de Terras (ITCG) e repassamos recursos a essas instituições para garantir a maior capacidade operacional para ratificar esses títulos. No ITCG, nós estamos fazendo o processo de digitalização de todo acervo fundiário, que vai ser a base para fazer a ratificação dos títulos. E a Unioeste está com pessoas contratadas dentro da unidade de Cascavel para fazer a análise de todos os processos de ratificação.

E tem uma proposta da Faep, que certamente vai ser contemplada, em que nós estabelecemos uma parceria com a Emater para ampliar essa possibilidade e a capilaridade lá no Estado do Paraná. E outros Estados, obviamente, que tivessem possibilidade de convênio com a Emater, para ajudar e contribuir com esse processo.

Com relação a inelegibilidade de georreferenciamento, o Presidente já colocou e, Senador Waldemir Moka, no ano passado, nós tivemos uma reunião lá com a Federação, também com os produtores e com a Secretária Tereza Cristina. Nós temos necessidade de uma parceria com governo do Mato Grosso do Sul, colocamos isso. Nós disponibilizamos recursos no final do ano, através da nossa Diretoria, de R\$4 milhões, para fazer a parceria. Infelizmente, teve um parecer complicado do ponto de vista lá que inviabilizou celebrar essa parceria, mas a parceria está de pé, porque nós temos interesse. O Estado de Mato Grosso do Sul é exemplar no País do ponto de vista do acervo fundiário, tem excelente acervo fundiário, eu diria que é o mais qualificado do País hoje. Rondônia tem um excelente acervo, está todo digitalizado também, que é a primeira área toda digitalizada no País que nós temos.

No Estado de Mato Grosso nós temos que fazer esse trabalho e nós temos interesse porque o Estado de Mato Grosso do Sul se colocou à disposição para colocar servidores para certificar os imóveis no passivo que temos lá.

O SR. – Só uma observação. Vejam a que ponto chega, às vezes, a disputa política. No ano passado, sei lá, devolveu-se o dinheiro que o Incra mandou para fazer a parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Para se ver a que ponto chegou...

Eu só quero perguntar ao Dr., mas não sei, eu tenho uma impressão muito boa do nosso Presidente e acho que nós temos que aproveitar essa condição técnica, nós aqui do Senado, e dar todas as condições para que a gente possa fazer com que o Incra realmente possa fazer esse trabalho, que é basicamente técnico.

Essa é uma questão difícil, complexa e precisa realmente de gente tecnicamente competente e capaz.

Obrigado, Richard..

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Há complexidade, principalmente em relação ao território amazônico – quem conhece a região, quem já esteve lá sabe da dificuldade que é, inclusive, ter acesso às áreas passíveis de regularização fundiária naqueles Estados da Amazônia. E há complexidade fundiária ainda maior no Estado de Mato Grosso com relação à ação do Governo do Estado ao longo do tempo, dentro de terras públicas federais.

Então, é importante nós termos aqui também, como já discutimos com os governos dos Estados em tempos anteriores, uma iniciativa mais proativa dos governos estaduais com relação às terras estaduais e ajudar no processo de regularização fundiária dessas terras. Não vou entrar na seara do Programa Terra Legal, mas algumas questões que nós acompanhamos são importantes. Por exemplo, no Estado de Rondônia, se tem lá hoje – para não dizer que o Incra não fez nada – há cerca de um ano, cerca de 19 mil posseiros cadastrados que estão com os processos administrativos sendo abertos para o processo de regularização fundiária.

Além disso, tem um convênio com o Governo do Estado de Rondônia, que não é pequeno, de R\$17 milhões, de repasse do Incra para Governo do Estado de Rondônia para regularizar 12 mil posseiros. Eles têm um prazo, que é o prazo do convênio para fazer esse trabalho, exatamente. Então, tem parceria já estabelecida. Assim como em Mato Grosso tem uma parceria de R\$ 4 milhões para desenvolver.

Agora, é muito importante que os Estados fortaleçam seus institutos de terras. Onde nós temos instituto de terras fortalecido, onde se predominam terras devolutas, por exemplo, no Nordeste, Vale do Jequitinhonha, norte de Minas. O Estado de São Paulo não tenho parceria, mas trabalha no Pontal do Paranapanema e não é no Estado do Presidente, o Paraná, Paranapanema, e não é no Estado do Presidente no Paraná, onde nós conseguimos uma parceria mais forte. Onde tem um sistema de estudo de terra estruturado nós atingimos em dois anos cerca de 120 a 130

mil pequenos posseiros regularizados. Então esse é o número da regularização fundiária. Onde se tem essencialmente terras devolutas e que o Governo do Estado é um parceiro ele trabalha e fortalece o estudo de terras com repasses de recursos em parceria, em trabalho com o Incra nós conseguimos atingir esse número da regularização fundiária.

Levantou também, Senador Jayme Campos, a falta com relação ao controle de aquisição de terras por estrangeiros. Temos um problema aqui, todos conhecem que é o parecer do Geraldo Quintão, da AGU, em 96, onde, a partir daquele parecer, inviabilizou a possibilidade de controle pelo Incra de qualquer aquisição de terras por estrangeiros de pessoa jurídica brasileira com capital estrangeiro. A partir dali temos um número que identifica que aumentou o número de aquisição de terras por pessoa jurídica mas não tem identificação se é realmente estrangeiro porque não houve controle a partir desse parecer, que foi alterado agora pelo Ministro Adams, onde ele retomou essa necessidade do controle a partir de pessoa jurídica brasileira com capital estrangeiro.

Com relação à certificação que é um problema, em Mato Grosso nós já estabelecemos uma força-tarefa e no ano passado conseguimos garantir a liberação de 30 milhões de hectares, não é pouca coisa. São 30 milhões de hectares em Mato Grosso com processo de certificação da força-tarefa. Essa força-tarefa dar continuidade, fizemos reuniões com a federação com o presidente e os representantes.

Para finalizar temos uma proposta em termos de cooperação que está instruída, fizemos discussões com o General do Exército para finalizar todos os processos de certificação, chamado de GEO, e trazer esses processos para o quartel general do exército aqui em Brasília. Isso vai ter um custo de 3 milhões de reais. Numa linha de produção, nós vamos fazer a certificação para resolver o passivo, só que isso também é muito importante o apoio dos Senadores porque há necessidade de contrato temporário que o Exército tem. É importante que o Ministério do Planejamento garanta esse contrato temporário por um tempo determinado ao Exército para que a gente possa estabelecer esse termo de cooperação para resolver isso.

Além disso, resolvendo o passivo a partir de junho estamos com a possibilidade já contratada da automatização de todo o processo de certificação de imóveis em âmbito nacional.

Das questões levantadas por hora é isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM-MT). – Queria fazer um aparte ao Dr. Richard e ao Dr. Celso.

Dr. Celso, V. Ex^a tem conhecimento de que no ano passado passou por aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e na Comissão de Meio Ambiente, uma transferência de áreas da gleba Maicá para o

Estado do Mato Grosso. Mais ou menos na ordem de 1 milhão, 226 mil hectares.

A minha indagação é: Será – isso aqui vai ser um piloto vamos ver se o Governo de Mato Grosso vai dar conta dessa vazão de titular, quero ver. Estou apostando que a coisa anda, porque ouvimos pessoas indagando que o Estado deveria tomar conta, vai dar mais velocidade, etc. Estando na mão do Estado, imagino que o prefeito, o cidadão humilde do povo atrás. Espero que Intermat tome providências para buscar essa regulação. Foi 1 milhão, 226 hectares que o Governo Federal transferiu para o Intermat do Governo do Estado.

Pois bem, V.Exª fala aqui em transferência para o Exército. Acho, espero que o Exército também, estou fazendo uma crítica mas no bom sentido, dá agilidade. No ponto que dá mais vantagem para o Incra é que o Exército dispensa licitação, ou seja, não vai fazer licitação, com toda aquela burocracia. Creio que, nesse caso, é prático. No entanto, o Exército tem que dar agilidade. Nas estradas, Presidente, infelizmente o Exército é moroso. Eles estão construindo um trecho da BR-163 até a divisa com o Pará, de 55 Km, até agora, foram executados 28 Km em 4 anos. Muito demorado. Já fui lá 3 vezes e ouço as cobranças.

Se tudo correr bem, ganhar do pessoal lá que anda devagar. Então, tem que pedir também ao Exército que agilize também. Caso contrário, entra na fase da burocracia e não vira nada, vai continuar o mesmo marasmo, a mesma demora, a mesma lentidão e não produz nada. Então, estou apostando que, primeiro, se der certo essa transferência de terra que foi feita no Mato Grosso para a Intermat de um milhão e duzentos, se andar rápido, acho que nada tem a opor que, amanhã ou depois, o próprio INCRA busque uma parceria com o Estado para dar velocidade, assim como também com o Exército. Vamos apostar, vamos torcer. Eu não sei, mas os salários dos servidores do INCRA é deste tamanho, micro, cheio de penduricalhos, até risco de periculosidade, não é nem salário, nem subsídio. Tem que ter um salário melhor. Você não vai achar um bom profissional com um salário de miséria como aquele lá. Por exemplo, você pega o piso salarial do funcionário, R\$800,00, R\$ 1.000,00, e aí vem vindo, vem um monte de penduricalho para virar R\$ 3.000,00, 4.000. Você não vai achar profissional, porque o funcionário quando se aposenta ele não leva esses penduricalhos, ele leva somente o piso, que é uma miséria. Temos que rever a tabela, até porque fui procurado por uma comissão do INCRA pedindo – porque outros órgãos do governo ganham um bom salário. Para iniciar a conversa aqui, um agente da Polícia Rodoviária Federal em início de carreira ganha de R\$ 8.000,00 a R\$ 9.000,00. E aí, você pega como exemplo um técnico de alto nível do INCRA, com vinte, trinta anos de casa, com um salário

bem pequeninho. E aí o cara às vezes desvirtua da sua função, começa a andar pelos subterrâneos. Nós temos que rever a tabela, brigarmos com o Ministro do Planejamento, ir até lá e exigir um melhor salário para os técnicos do INCRA. Caso contrário, vai continuar como está: devagar, como sempre, porque ele não ganha o suficiente, alguns começam a fazer bico em escritório, etc., para compensar com um complemento salarial. Isso apenas a título de sugestão, pois acho que V. Sª tem, também, essa missão de lutar por melhores salários para os servidores do INCRA, que hoje ganham uma merreca. Salvo melhor juízo, já melhorou de um ano, um ano e meio para cá. Mas eu vi o holerite do pessoal e, lamentavelmente, eles ainda ganham muito pouco para aqueles que trabalham de fato.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Moka para fazer os seus questionamentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sei que o Dr. Celso tem isso como prioridade, mas no Mato Grosso do Sul nós temos uma interinidade. Eu não quero polemizar esse assunto, porque a nossa visita lá repercutiu no Estado como se o Governador fosse indicar alguém. E eu até invoco o seu testemunho. O Governador foi muito claro, nós estávamos juntos, quando disse que não indicava ninguém, que estava ali apenas querendo ser parceiro, e até dizendo que no final do ano devolvera um recurso, que era de uma parceria com o Governo do Mato Grosso do Sul. E lá nós temos condições de ajudar o INCRA, sobretudo nessas questões todas, como um todo. E o Mato Grosso do Sul é um Estado que precisa muito resolver essas questões.

Então, Dr. Celso, para finalizar, estão me chamando... aqui nós temos o funcionamento de várias, mas eu penso que a minha saída agora não trará prejuízo. Mas eu quero dizer que fico muito contente, muito feliz porque a Presidente Dilma tenha depositado em V. Sª essa responsabilidade. V. Sª me parece ser, sob todos os aspectos, não sei a opinião dos outros Srs. Senadores, um homem com experiência, competência técnica e capaz de, com equilíbrio, resolver... Nós só vamos resolver dessa forma, com determinação, com competência e, sobretudo, mostrando a realidade da questão fundiária no País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu passo a palavra ao Dr. Richard para as suas considerações finais.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Eu posso fazer as considerações finais. O Richard já finalizou.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Já finalizou muito bem.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Somentemente agradecer ao Senador Moka e dizer que, de fato, o

Governador Puccinelli não foi lá indicar ninguém, foi pedir agilidade na nomeação do superintendente porque estamos com um superintendente interino lá no Mato Grosso do Sul há vários meses, e isso traz prejuízo para todo mundo. Mas já estamos intensificando essas discussões com o Ministro Afonso, que tem dialogado com o Ministro Palloci, para a gente definir logo esse quadro de superintendentes.

Quando aos questionamentos do Senador Jayme, o que o senhor colocou tem pertinência. Mas esclarecer que, nessa parceria com o Exército, na realidade, não são os quadros do Exército que vão fazer esse trabalho técnico; o que o Richard falou é que tem um pedido do Ministério do Planejamento para liberar a contratação temporária de uma equipe técnica que o Exército vai contratar. E o prazo desse termo de cooperação é de um ano, para dar conta de todos os processos que têm aí do passivo e que já estão na superintendência. E aí a gente elimina esse problema; agora, os novos, que virão a partir de junho, eles já serão informatizados.

Com relação às áreas públicas dessa gleba que foi passada de Mato Grosso, o Incra tem buscado esse trabalho de parceria com os Estados. Como exemplo, no Estado do Amapá, o Governo Federal já passou todas as terras federais para o Estado, inclusive georreferenciadas, que o Incra já referenciou.

No Estado de Roraima, agora, nós repassamos – estamos na fase final – 10 milhões de hectares, de glebas federais, e já passamos 6 milhões; e como a gente não georreferenciou, mas nós passamos o dinheiro para o Estado, que inclusive não foi o Incra, foi o Programa Terra Legal que repassou do dinheiro, 10 milhões de reais, para o Estado fazer o georreferenciamento.

Então é isso o que a gente vai intensificar, essas parcerias, União, Estado e Município, para a gente dar conta de resolver o problema do produtor rural lá na ponta, e dar essa tão esperada segurança jurídica, lembrando que o país é enorme, a gente tem muitos problemas.

Concluo dizendo que eu não tenho a pretensão de, no final do Governo da Presidente Dilma, se eu eventualmente ainda estiver como Presidente do Incra, de resolver todos os problemas agrários do país, porque eles são muito grandes. Mas a gente vai avançar muito nessa missão, e reitero essa parceria com o Senado, que a gente vai precisar muito, e com os Srs. Senadores na ação política de liderança, que V. Ex^{as} exercem em seus Estados, para que ajudem a gente politicamente a avançar nesse trabalho de regularização fundiária e reforma agrária.

Eu fiquei muito satisfeito com o que ouvi aqui e essa predisposição de contribuir para que a gente avance nesse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Celso e Dr. Richard. Nós agra-

decemos a presença dos senhores na nossa audiência pública e quero deixar esta Comissão à disposição do Incra. Em tudo o que for importante, o que for necessário, nós estaremos à disposição.

Sabemos do tamanho do nosso país e do tamanho do trabalho que o Incra tem para ajudar os nossos produtores rurais, desde o Rio Grande do Sul até os nossos Estados de Rondônia, de Roraima etc. Quer dizer, o Brasil é muito grande. E os problemas são exatamente do tamanho do nosso país.

Desejamos sucesso ao Dr. Celso neste seu novo momento de vida, que é administrar o Incra, e deixamos aqui, mais uma vez, à disposição toda a nossa Comissão naquilo que puder ajudar.

Antes de encerrar a nossa reunião, desejo lembrar que amanhã, dia 29 de abril, sexta-feira, às 14 horas, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, realizará o IV Seminário do Ciclo de Debates, com o objetivo de analisar o seguinte tema: avaliar a atuação dos frigoríficos no mercado de carne bovina e derivados, incluindo a compra junto ao produtor rural, bem como a estratégia do Governo na aplicação de recursos no setor, com a presença dos seguintes convidados:

Sr^a Marcela Campos Gomes Fernandes, Coordenadora Geral de Análise de Infrações nos Setores de Agricultura e Indústria do Departamento de Proteção e de Defesa Econômica da Secretaria de Direitos Econômicos, do Ministério da Justiça;

Dr. Paulo Sérgio Mustefaga, Assessor Técnico da Superintendência Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

Dr. André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes.. Gerente do Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira 1 do BNDES; Dr. Celso de Jesus Júnior, Gerente do Departamento de Agroindústria do BNDES; Dr. Luiz Augusto Santos Lima, Procurador da República, representante do Ministério Público Federal no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Dr. Péricles Salazar, Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos – Abrafrigo; Dr. Luiz Antonio Freitas Martins, Diretor Comercial do Grupo JBS e Friboi; Dr. Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne Brasileira.

Lembro ainda que os cidadãos poderão fazer perguntas e participar do debate por meio da Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado; pelo Twitter @alosenado; pelo telefone 0800612211 – a ligação é gratuita por telefone fixo, celular ou telefone público.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 55 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011.

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nº 2 - Alterada e 3. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Edmar Arruda, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, Jorge Pinheiro, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro e Rui Costa; - Senadores titulares: Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Gleisi Hoffmann, João Vicente Claudino, Magno Malta, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; - Deputados suplentes: Agnolin, Benjamin Maranhão, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, Luiz Argôlo, Roberto Teixeira, Sueli Vidigal, Valmir Assunção e Vaz de Lima; - Senador suplente: Anibal Diniz. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - Deputados: Ademir Camilo, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, João Magalhães, José Priante, Júlio Cesar, Luciana Santos, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; - Senadores: Francisco Dornelles, Itamar Franco, Jayme Campos, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Amauri Teixeira. ABERTURA: às quinze horas e um minuto, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. AVISOS: O Presidente anunciou a realização de reunião conjunta de audiência pública da CMO com as Comissões de Desenvolvimento Urbano e Finanças e Tributação, em 26 de abril, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com as presenças da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior e do Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, para prestarem esclarecimentos acerca dos Decretos nºs 7.445 de 01/03/2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011, e dá outras providências; o Decreto nº 7.418 de 31/12/2010, que prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009; e os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011, Lei nº 12.381 de 09/02/2011, em atendimento ao Requerimento nº 02/2011-CMO, de autoria do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), ao qual foi anexado o Requerimento nº 04/2011-CMO, de autoria do Deputado José Priante (PMDB/PA), aprovado na 1ª Reunião Ordinária realizada em 6 de abril. Os Ministros discorrerão, ainda, a respeito do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, PLN nº 02/2011, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 01/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional. O Deputado Gilmar Machado, fazendo uso da palavra, avisou que o Ministro da Secretaria de Relações Institucionais manifestou interesse em comparecer em reunião da CMO em outro momento, tendo em vista que a Ministra Miriam Belchior tratará também do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. O Presidente aquiesceu em desmembrar a reunião e marcar nova ocasião para ouvir o Ministro. O Presidente passou à apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 1ª e 2ª Reuniões Ordinárias, realizadas nos dias 6 e 13/04/2011, respectivamente. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram aprovadas por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. ORDEM DO DIA: Pauta nº 2 Alterada. 1 - Apreciação do Of. n 354/2011/PSDB, de 8 de abril de 2011, indicando o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG) para o Cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão, tendo em vista a renúncia do Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE) para exercer o cargo, conforme o Of. n 356/2011/PSDB. O Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de se fazer a eleição do referido cargo por aclamação. Tendo sido objeto de consenso, a proposta para eleição por aclamação foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou eleito e empossado o Primeiro Vice-Presidente da Comissão para 2011, o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG). 2 - Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 1/2011-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 755.000.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA). Foram apresentadas 22 emendas. Voto:

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 18 e de 20 a 22, e pela rejeição da emenda nº 19. Ausente o Relator, foi designada a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) como relatora ad hoc. Em conformidade com o disposto no §2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas indicadas pela relatora em seu voto. Ao discutir a matéria, o Deputado João Dado (PDT/SP) teceu comentários acerca da origem dos recursos alocados para o atendimento do referido Projeto, que segundo ele, são oriundos das emendas parlamentares vetadas na Lei Orçamentária Anual de 2011 e reforçou a necessidade de restabelecer tais emendas. O Senador Aníbal Diniz (PT/AC), embora tendo apoiado o voto do relator, também reivindicou o restabelecimento das emendas. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3 - Apreciação do Requerimento nº 1/2011-CMO (Alterado), conforme decidido na 1ª Reunião Ordinária, em 6/4/2011, que “Requer a realização de Audiência Pública em dois momentos, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO, do Diretor-Geral do DNIT e do Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura – SINICON; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal.” Autor: Deputado Claudio Cajado (DEM/BA). Apreciação adiada em virtude da ausência do autor. 4 - Apreciação do Requerimento nº 3/2011-CMO, que “Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização – CMO, determine que o Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalize “in loco” as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis”. Autor: Deputado Rubens Bueno. Apreciação adiada em virtude da ausência do autor. 5 - Apreciação do Requerimento nº 5/2011-CMO – Retirado da pauta a pedido do Autor, Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), através do OF./GDDF/054/11, do dia 13.04.2011. 6 - Apreciação do Requerimento nº 6/2011-CMO, que “Requer a realização de audiência pública.”(Para debater a atual situação das obras paralisadas e as inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União. Solicita ainda, a presença das personalidades a seguir: Sra. Mirian Aparecida Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA). Autor: Deputado Rubens Bueno (PPS/PR). Apreciação adiada em virtude da ausência do autor. Pauta nº 03. 1 – Apreciação do Ofício Conjunto nº 3/2011/Coff/Conorf, que propõe a “Correção de erro de ordem técnica verificada no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011)” – Nota Técnica Conjunta nº 02/2011 - COFF/CD – CONORF/SF. Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle/SF. Não houve debate.Em votação: aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, fazendo constar correção na Nota Técnica Conjunta nº 02/2011 - COFF/CD – CONORF/SF, no item 1. Apresentação, alínea c, onde consta: “quando deveria ser “0036” corrigir para: “quando deveria ser “0033”. 2 - Apreciação do Requerimento nº 7/2011-CMO, que “Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a pagar”. Autor: Deputado José Priante (PMDB/PA). Apreciação adiada em virtude da ausência do autor. 3 - Apreciação do Requerimento nº 8/2011-CMO, que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento”. Autora: Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR). Fez uso da palavra a autora da proposição, Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), que apresentou as razões que justificam o escopo do requerimento. Não houve debate. Em votação: aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. ENCERRAMENTO: o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e vinte e dois minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia vinte e sete de abril, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador VITAL DO RÊGO. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Boa tarde a todos os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas; aos senhores assessores; aos profissionais da imprensa.

Pego a compreensão de todos e o silêncio natural para que possamos dar início à nossa reunião extraordinária.

Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas nº 2 e 3, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se sobre a mesa dos nossos trabalhos.

Há *quorum* regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Informo que, no dia 26 de abril, terça-feira, às 15h, neste plenário, será realizada reunião de audiência pública conjunta da CMO com a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, com a presença da Exma. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos acerca do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2012, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, juntamente com o Sr. Ministro de Estado das Relações Institucionais, Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, para prestar esclarecimentos sobre o Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências; o Decreto nº 7.418, que prorroga a validade dos restos a pagar não processados e inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009; além dos vetos à Lei Orçamentária anual de 2011 — Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 —, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011 da CMO, de autoria do Deputado Claudio Cajado, ao qual foi anexado Requerimento nº 4, de autoria do Deputado José Priante, aprovado na primeira reunião ordinária no último 6 de abril.

Havendo concordância...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra, pela ordem, Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nós tínhamos, inclusive, conversado com o Ministro e S.Exa. se colocou à disposição de vir conjuntamente com a Ministra. Só que, como a LDO está gerando alguns...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Algumas divergências, alguns ruídos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - ...alguns ruídos que vão merecer uma conversa um pouco mais aprofundada, S.Exa. entende que seria melhor a Ministra fazer uma audiência para os Parlamentares terem mais condições de fazer esse debate e, depois S.Exa. viria em outra reunião, numa próxima data que acertamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - De ofício — já que não houve votação do requerimento do Ministro Luiz Sérgio e havia o entendimento político da presença do Ministro Luiz Sérgio —, desmembramos essa reunião para a oitiva do Ministro Luiz Sérgio em outra oportunidade. Até porque os ruídos da LDO já são altos demais.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, V.Exas. concordam com as dispensas das leituras das atas? (Pausa.)

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: primeira reunião ordinária, em 6 de abril; segunda reunião ordinária realizada em 13 de abril.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0294/11****19/04/2011**

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Repito: conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008.

EXPEDIENTE**I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:**

- 1) Of. Pres. nº 071/11/CFT, de 6 de abril, do Deputado Cláudio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, solicitando autorização para utilizar a sala de Reuniões desta Comissão, para reuniões em 23 de março, 27 de abril, 25 de maio e 29 de junho, com a Secretaria da Receita Federal; 4 de maio, 1º de junho e 6 de julho, com a Secretaria do Tesouro Nacional; e 13 de abril e 13 de julho, com o Banco Central do Brasil; sempre às quartas-feiras, entre 9 e 10 horas.
- 2) Of. Pres. nº 075/11/CFT, de 6 de abril, do Deputado Cláudio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, informando a aprovação com alteração do Requerimento Nº 14/2011, daquela Comissão, que trata da realização de reunião de audiência pública conjunta com a CMO, para ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior. E confirma, a presença daquela Comissão na Audiência Pública Conjunta, no dia 26 de abril, às 15 horas, no plenário nº 2 da Câmara dos Deputados.
- 3) Of. n. 352/2011/PSDB, de 8 de abril, do Líder do PSDB, Deputado Duarte Nogueira, indicando o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG), em substituição ao Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE), como membro titular desta Comissão.
- 4) Of. n. 356/2011/PSDB, de 8 de abril, do Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE), comunicando o seu pedido de desligamento do cargo de 1º Vice-Presidente, que ocupa nesta Comissão.
- 5) Ofício nº 196 (CN), de 11 de abril de 2011, do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, comunicando que recebeu as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2010, dos seguintes Órgãos:
Governo Federal, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Ministério Público da União, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público; Tribunal Superior Eleitoral, Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de primeiro e segundo grau e Senado Federal.
- 6) OF/GAB.JCB Nº 022/11, de 12 de abril, do Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA), Coordenador da Bancada do PR nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.
- 7) OF.B/50/11, de abril, do Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), Coordenador da Bancada do PSB nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.
- 8) OF GAB Nº, de 13 de abril de 2011, do Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), Coordenador da Bancada do PP nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.
- 9) OF GAB Nº, de abril de 2011, do Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO), Coordenador da Bancada do PTB nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.
- 10) OF GAB Nº, de abril de 2011, do Deputado Fábio Ramalho (PV/MG), Coordenador da Bancada do PV nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.
- 11) Of. nº 192/2011 - LPR, de 12 abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL; Deputado Lourival Mendes, Líder do PTdoB; Deputado Aureo, Líder do PRTB; Deputado Jânio Natal, Líder do PRP; Deputado Felipe Bornier, Líder do PHS; Deputado Edivaldo Holanda, Líder do PTC; e do Deputado Dr. Grilo, Líder do PSL, comunicando que apoiam a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0294/11****19/04/2011**

12) Of. Conjunto n.º 3/2011/Coff/Conorf, de 13 de abril, do Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Wagner Primo Figueiredo Júnior e do Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Orlando de Sá Cavalcante Neto, comunicando que foram identificados alguns erros materiais no processamento das emendas que constam das programações orçamentárias do Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381/2011).

13) Ata da reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, realizada em 22 de março de 2011, informando a posse do novo Coordenador daquele Fórum, Deputado Edinho Bez (PMDB/SC).

14) OF./GDDF/054/11, de 13 de abril, do Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), solicitando a retirada do requerimento nº 05/2011-CMO, de sua autoria, cuja solicitação foi deferida pelo Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) Ofício nº 250/2011, de 6 de abril, do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 6 de abril.

2) Of. nº 012/GAB/BM, de 12 de abril de 2011, do Deputado Benjamin Maranhão (PMDB/PB), justificando ausência no período de 5 a 7 de abril.

3) Ofício nº 297/2011, de 14 de abril, do gabinete do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 13 de abril.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão INDEFERIDOS pelo Presidente:

1) Of. nº 003/2011 GAB531, de 13 de abril, da Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE), justificando ausência nos dias 13 e 14 de abril.

- Expedientes solicitando alteração em emendas apresentadas ao PLN 59/2010-CN (PLOA para 2011):

1) Ofício nº 016/2011-GABDEL, de 6 de abril, do Deputado Edio Vieira Lopes (PMDB/RR), solicitando alteração do subtítulo da Emenda 2370.0006, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA para 2011).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):

1) Of. n. 372/2011/PSDB, de 13 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Vaz de Lima (PSDB/SP).

2) OF nº 063/GAB, de 13 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Valmir Assunção (PT/BA).

3) OF/GAB/I/Nº 340, de 13 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Benjamin Maranhão (PMDB/PB).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação da Receita (CAR):

1) Of. n. 378/2011/PSDB, de 13 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG).

2) OF nº 062/GAB, de 13 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Zé Geraldo (PT/PA).

3) OF/GAB/I/Nº 338, de 13 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Genecias Noronha (PMDB/CE).



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ **COM REDAÇÃO FINAL**
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0294/11 **19/04/2011**

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):

- 1) OF nº 060/GAB, de 13 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Weliton Prado (PT/MG) como Coordenador do Comitê e o Deputado Geraldo Simões (PT/BA) como membro.
- 2) OF/GAB//Nº 337-A, de 13 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado João Magalhães (PMDB/MG).
- 3) Of. nº 197/2011 - LPR, de 14 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando a Deputada Gorete Pereira (PR/CE).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

- 1) Of. n. 370/2011/PSDB, de 13 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG).
- 2) OF nº 061/GAB, de 13 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Gilmar Machado (PT/MG).
- 3) OF/GAB//Nº 339, de 13 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Danilo Forte (PMDB/CE).
- 4) Of. nº 197/2011 - LPR, de 14 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) em substituição ao Deputado Giroto (PR/MS).

- Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

- 1) OF. GSPDAV Nº 067/11, de 5 de abril, do Senador Paulo Davim (PV/RN), indicando o próprio nome.
- 2) OF/GAB//Nº 313, de 6 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado José Priante (PMDB/PA).
- 3) OF nº 049/GAB, de 6 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Geraldo Simões (PT/BA).
- 4) OF N.º 086/2011 - GSIFRA, de 11 de abril, do Senador Itamar Franco (PPS/MG), indicando o próprio nome.
- 5) OF.B/046/11, de 13 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do PSB, indicando o Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE).

- Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012:

- 1) OF nº 050/GAB, de 6 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Rui Costa (PT/BA).
- 2) Of. n. 374/2011/PSDB, de 13 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE).
- 3) Of. nº 198/2011 - LPR, de 14 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Giroto (PR/MS) em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PR/PB).

- Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relatora do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015:

- 1) Ofício nº 047/2011 – GLDBAG, de 6 de abril, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR).

- Expedientes encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ **COM REDAÇÃO FINAL**
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0294/11 **19/04/2011**

- 1) Of. Nº 178, de 29 de março de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR).
- 2) Of. Nº 199, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), em substituição ao Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR).
- 3) Of. nº 180/2011 - LPR, de 5 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Giroto (PR/MS).

- Expedientes encaminhando indicação para Primeira-Vice Presidência da CMO:

- 1) Of. n. 354/2011/PSDB, de 8 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG), para o cargo de 1º Vice-Presidente desta Comissão.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2010 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhados pelos seguintes órgãos:

- Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 6 de abril:

- 1) Aviso nº 396/2011 (Acórdão nº 834/2011): Auditoria de natureza operacional nas áreas de recuperação de crédito e de gestão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.
- 2) Aviso nº 423/2011 (Acórdão nº 840/2011): Obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins – MG.

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 13 de abril:

- 1) Aviso nº 480/2011 (Acórdão nº 940/2011): Limitações de empenho e movimentação financeira promovidas pelo Poder Executivo, no período de janeiro a junho de 2007, condizentes com a meta de resultado primário estabelecida para o Governo Federal no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2007.

Avisos GP/TCU de 14 de abril:

- 1) Aviso nº 282/2011: acusando o recebimento do Of. Pres. nº 123/2011-CMO, de 12/04/2011, que encaminha aquele Tribunal, cópia do Relatório nº 2/2010, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves (COI) e solicita providências relativas ao mesmo.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros da Comissão e às lideranças partidárias nesta data.

Ordem do Dia.

Em virtude da renúncia do Deputado Sérgio Guerra, PSDB, de Pernambuco, ao cargo de 1º Vice-Presidente desta Comissão, comunicada através do Ofício nº 356, de 2011, o Líder do PSDB Deputado Duarte Nogueira encaminhou a esta Comissão indicação do Deputado Rodrigo de Castro para o respectivo cargo, através do Ofício nº 345, de 2011, da Liderança do PSDB, em 8 de abril.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação. *(Pausa.)*

Deputado Gilmar Machado com a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sim, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ **COM REDAÇÃO FINAL**
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0294/11 **19/04/2011**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Com a concordância do Deputado Gilmar Machado e não havendo discordância de nenhuma das Lideranças — até para manter o rito do processo eleitoral de toda a Mesa Diretora —, em votação a proposta de eleição por aclamação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Foi aprovada a eleição do Deputado Rodrigo de Castro por aclamação.

Declaro eleito e empossado o Deputado Rodrigo de Castro como 1º Vice-Presidente da Comissão para o exercício 2011.

S.Exa. está na Casa? *(Pausa.)*

Ele tem tanto voto que nem precisa vir aqui. *(Risos.)*

Pauta 2.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 1/2011-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$755.000.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator: Senador Walter Pinheiro.

Foram apresentadas 22 emendas.

O voto do Sr. Relator é favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 18, e 20 a 22, e pela rejeição da Emenda nº 19.

O Relator se encontra presente? *(Pausa.)*

Como o Relator não se encontra presente, nos termos regimentais designo como Relatora *ad hoc* a Senadora Gleisi Hoffmann, para proceder à leitura do relatório.

Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Voto do Senador Walter Pinheiro:

"Votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1/2011-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, com a consequente rejeição da Emenda nº 19. As Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21 e 22 devem ser declaradas inadmitidas pela Presidência da Comissão Mista de Orçamentos, nos termos do art. 15, inciso XI, da Resolução nº 1, de 2006."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Lido o voto da Sra. Relatora *ad hoc*, o relatório está em discussão.

Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós apresentamos cinco emendas ao projeto de lei de crédito suplementar especial que o Governo Federal encaminha, pelos motivos de ter havido corte de todas as emendas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de nós termos um trabalho, com muita ênfase, voltado a essa área.

Nós acreditamos que esse corte foi decorrente exatamente deste crédito suplementar para o Bolsa Família. Então, fico me perguntando, Sr. Presidente, o que é mais importante: estabelecer o aumento do Bolsa Família para além do previsto anteriormente ou atender e honrar o Orçamento votado nesta Casa com as emendas dos Parlamentares, que, ao destinarem o recurso, conhecem a entidade assistencial, conhecem a relevância dos serviços. Parece-me sempre importante destacar o que é uma entidade assistencial: é o Estado que paga para ser Estado, não como nós, que somos o Estado que recebemos para ser Estado. As entidades assistenciais a que nós destinamos as emendas tiveram os seus recursos suprimidos por veto da Presidenta Dilma Rousseff. E nós acreditamos que não foi uma medida que atenda ao interesse da assistência social, porque as entidades foram todas nomeadas e escolhidas através de emendas parlamentares, emendas essas cujas execução acompanhamos.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0294/11****19/04/2011**

Então, eu acredito que, no sentido até da boa aplicação do recurso público, essas emendas de Parlamentares deveriam ter sido preservadas. Como não o foram, apresentamos as emendas em substituição aos recursos complementares ao Bolsa Família, sem contudo, Sr. Presidente, dizer que o acréscimo de recursos ao Bolsa Família não fosse bom. Na minha interpretação, houve a exclusão dos recursos das emendas parlamentares para concessão de um crédito suplementar para o Bolsa Família. Acredito que não foi uma medida correta e, por esse motivo, ainda que elas tenham sido consideradas inadmissíveis pela Comissão, por questões regimentais, eu penso, e devo registrar, que, no mérito, as emendas parlamentares deveriam ter sido preservadas. Espero que o Governo Federal possa rever essa posição e num momento posterior, ainda no exercício de 2011, possa restabelecer essas emendas através de programas do MDS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. SENADOR ANÍBAL DINIZ - Sr. Presidente, só para reforçar o apoio ao voto do Relator.

Ainda que nós todos estejamos solidários a todas as Prefeituras e a todos os Governos de Estado que estejam hoje às voltas com a liberação das emendas dos Restos a Pagar de 2008 e 2009, nós não podemos colocar uma situação em confronto com a outra. E há necessidade desse crédito suplementar. Ele é imprescindível para a política de seguridade social do Governo e principalmente porque é isso que tem ajudado imensamente as populações mais carentes, mais isoladas das regiões mais pobres do País. Então, nós não podemos colocar uma situação em confronto com a outra. Na realidade, nós temos que defender, sim, um mecanismo para liberação das emendas, principalmente aquelas destinadas aos Municípios mais pobres. Precisamos, sim, votar esse crédito suplementar, fundamental para o nosso desenvolvimento social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Agradeço ao Senador Aníbal Diniz.

Não havendo mais nenhum orador inscrito para discutir a matéria, vamos à votação.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Pauta 2.

Requerimentos.

Apreciação do Requerimento nº 1, de 2011, conforme decidido na reunião ordinária de 6/4/2011, que requer a realização de audiência pública...

O autor não está presente. Fica adiado para a próxima reunião.

Apreciação do Requerimento nº 3/2011-CMO, que requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização — CMO, determine que o Tribunal de Contas da União — TCU, fiscalize *in loco* as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis.

Autor: Deputado Rubens Bueno.

O autor está presente? (Pausa.)

Adiado para a próxima reunião.

Pauta 3.

Ofício Conjunto, nº 3/2011/Coff/Conorf, que propõe a correção de erro de ordem técnica verificada no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) – Nota Técnica Conjunta nº 02/2011.

Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, e Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A errata está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0294/11****19/04/2011**

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 2.

Apreciação do Requerimento nº 7/2011-CMO, que requer ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a Pagar.

Autor: Deputado José Priante.

S.Exa. está presente? *(Pausa.)*

Não. Adiado para a próxima reunião.

Item 3.

Apreciação do Requerimento nº 8/2011-CMO, que requer a constituição de Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da Comissão Mista de Orçamento — CMO, e sugerir medidas de aperfeiçoamento.

Autora: Senadora Gleisi Hoffmann, que está presente.

Concedo a palavra a S. Exa.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Trata-se de um requerimento para que constituamos, no âmbito desta Comissão, um Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário na Casa, entre eles uma avaliação da aplicação, nesses 4 anos, da Resolução nº 1, de 2006, uma resolução que trouxe importantes avanços a esta Comissão, como a definição de relatoria de receita, comitês especializados, rodízio entre os Parlamentares.

Mas sabemos que precisamos ir muito além, precisamos aperfeiçoar o processo aqui. Temos visto sempre, na imprensa e em discussões na Casa, questionamentos sobre o processo orçamentário no Parlamento, e queria aproveitar o momento em que o Executivo também deve nos enviar aqui um Plano Plurianual, com uma visão de longo prazo, de planejamento de Governo, de forma diferenciada, para pedir que a Casa também, através de sua autorreflexão possa ajudar a melhorar o processo orçamentário.

Então, desde a questão dessa avaliação da resolução, passando também pelas questões das emendas parlamentares — como nós podemos melhorar isso e fazer um Orçamento que realmente reflita a necessidade — até a importância das emendas apresentadas por Deputados e Senadores. Que nós possamos caminhar para um sistema e um processo em que, de fato, as emendas tenham acolhida e possam ter execução. Portanto, que seja entregue aquilo que é compromissado. Enfim, é uma série de questões que me faz apresentar este requerimento.

Gostaria que a constituição do Grupo de Trabalho pudesse se dar para que, num prazo de 40 dias, nós trouxéssemos a esta Comissão contribuições para o aperfeiçoamento do processo orçamentário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Parabenizo V. Exa. pela iniciativa.

O requerimento está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação na Câmara dos Deputados.

As Srs. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação no Senado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Parabenizo a Senadora Gleisi Hoffmann.

O nosso Vice-Presidente chegou. Já o declaro eleito e empossado. Venha aqui, à mesa, e receba o aplauso de todos. *(Palmas.)*

Eu disse que o senhor tinha tantos votos que não precisa nem trabalhar. Já está eleito. Está eleito.

Só para registro da Taquigrafia, na errata que nós votamos, na nota técnica que votamos, o Item “c” da apresentação diz: “...No Estado do Rio de Janeiro foi 0031, quando deveria ser 0033”, e não 0036. Para registro da Taquigrafia.

O requerimento do Deputado Rubens Bueno também fica adiado, devido à ausência do Deputado. Há mais algum? *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, franqueada a palavra aos senhores e não havendo mais nenhuma ordem em discussão, desejo a todos uma boa tarde e uma semana bem santa.

CONGRESSO NACIONAL**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2011, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; E DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e onze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); e de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados (CDU/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sra. Miriam Aparecida Belchior, para prestar esclarecimento sobre os temas: *Decreto nº 7.445 de 01/03/2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011, e dá outras providências; o Decreto nº 7.418 de 31/12/2010, que prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009; e os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011, Lei nº 12.381 de 09/02/2011, em atendimento ao Requerimento nº 2/2011-CMO, de autoria do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), ao qual foi anexado o Requerimento nº 4/2011-CMO, de autoria do Deputado José Priante (PMDB/PA), aprovado na 1ª Reunião Ordinária realizada no dia 6 de abril; e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (PL nº 2/2011-CN), conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.* Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - Deputados: Agnolin, suplente da CMO/CN; Alex Canziani, suplente da CMO/CN; Amauri Teixeira, suplente da CFT/CD; Andre Vargas, titular da CMO/CN e Titular da CFT/CD; André Zacharow, titular da CMO/CN; Arlindo Chinaglia, titular da CMO/CN; Audifax, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDU/CD; Bruna Furlan, titular da CDU/CD; Carlos Magno, suplente da CMO/CN; Carmen Zanotto, titular da CFT/CD; Celso Maldaner, suplente da CFT/CD; Claudio Cajado, titular da CMO/CN; Cláudio Puty, titular da CFT/CD; Danilo Forte, suplente da CMO/CN; Dilceu Sperafico, titular da CMO/CN; Edivaldo Holanda Junior, titular da CDU/CD; Edmar Arruda, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Fábio Ramalho, titular da CMO/CN; Genecias Noronha, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD e titular da CDU/CD; Geraldo Resende, suplente da CMO/CN; Geraldo Simões, titular da CMO/CN; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Giroto, titular da CMO/CN; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Gorete Pereira, suplente da CMO/CN; Heuler Cruvinel, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD e Titular da CDU/CD; Hugo Leal, suplente da CMO/CN; Jean Wyllys, titular da CFT/CD; Jerônimo Goergen, titular da CFT/CD; João Carlos Bacelar, suplente da CMO/CN e suplente da CDU/CD; João Dado, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; João Paulo Lima, suplente da CDU/CD; José Airton, suplente da CMO/CN; José de Filippi, titular da CDU/CD; José Guimarães, titular da CFT/CD e suplente da CDU/CD; José Humberto, titular da CFT/CD; José Mentor, suplente da CFT/CD; José Priante, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Júlio Cesar, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Júnior Coimbra, titular da CFT/CD; Leopoldo Meyer, titular da CDU/CD; Lira Maia, suplente da CFT/CD; Luciano Moreira, titular da CFT/CD; Lucio Vieira Lima, titular da CFT/CD; Luiz Argôlo, suplente da CMO/CN; Marçal Filho, titular da CMO/CN; Marcelo Matos, suplente da CDU/CD; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Maurício Trindade, titular da CFT/CD; Mauro Nazif, suplente da CFT/CD; Nilton Capixaba, titular da CMO/CN; Odair Cunha, suplente da CFT/CD; Pauderney Avelino, titular da CFT/CD; Paulo Maluf, suplente da CFT/CD; Pedro Eugênio, titular da CFT/CD; Policarpo, suplente da CFT/CD; Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN; Reginaldo Lopes, suplente da CFT/CD; Reinhold Stephanes, suplente da CFT/CD; Roberto Britto, titular da CMO/CN e titular da CDU/CD; Roberto Dornier, titular da CDU/CD; Roberto Teixeira, suplente da CMO/CN e suplente da CDU/CD; Rodrigo de Castro, titular da CMO/CN; Rosane Ferreira, titular da CDU/CD; Rubens Bueno, titular da CMO/CN; Rui Costa, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Rui Palmeira, titular da CFT/CD; Sueli Vidigal, suplente da CMO/CN; Valmir Assunção, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD; Valtênir Pereira, titular da CMO/CN; Vaz de Lima, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD; Vilalba, titular da CDU/CD; Weliton Prado, suplente da CMO/CN; Wellington Roberto, titular da CMO/CN; e Zeca Dirceu, suplente da CFT/CD; – Senadores: Acir Gurgacz, titular da CMO/CN; Anibal Diniz, suplente da CMO/CN; Cyro Miranda, titular da CMO/CN; Delcídio do Amaral, suplente da CMO/CN; Francisco Dornelles, titular da CMO/CN; Gleisi Hoffmann, titular da CMO/CN; Inácio Arruda, suplente da CMO/CN; Itamar Franco, titular da CMO/CN; Ivo Cassol, suplente da CMO/CN; Jayme Campos, titular da CMO/CN; João Vicente Claudino, titular da CMO/CN; Lídice Da Mata, suplente da CMO/CN; Magno Malta, titular da CMO/CN; Vital do Rêgo, titular da CMO/CN; e Walter Pinheiro, titular da CMO/CN. Compareceram, ainda, os Deputados Benedita da Silva, Darcísio Perondi, Edinho Bez, Efraim Filho, João Ananias, Roberto Balestra, Ronaldo Benedet, Vilson Covatti e o Senador Pedro Taques, parlamentares não integrantes das Comissões participantes. ABERTURA: A reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), que convidou as seguintes

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

autoridades para tomarem assento à mesa: Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012; Deputado Roberto Britto (PP/BA), 1º Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados; Deputado Cláudio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e o Senador Delcídio do Amaral (PT/MS), Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O Presidente informou que de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser interrompido se permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. O Presidente anunciou a presença da Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Deputado Márcio Reinaldo Moreira e do Relator-Geral da proposta orçamentária para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia. Em seguida, o Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, a Ministra Miriam Belchior cumprimentou os parlamentares e autoridades presentes, em especial os parlamentares e os representantes das três Comissões pela iniciativa e aprovação unânime dos requerimentos, possibilitando a realização da reunião conjunta com debate mais amplo das Comissões envolvidas. Saudou o Presidente e disse esperar uma colaboração permanente no trato das matérias enviadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo e fez, inicialmente, apresentação em *dashow* sobre o tema "Perspectivas da Economia Brasileira e Mundial". Em seguida, prestou os devidos esclarecimentos sobre os assuntos objetos dos requerimentos aprovados. No curso de sua apresentação, foi interpellada pelo Senador Inácio Arruda. Finalizou a sua apresentação às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra, pela ordem, ao Senador Inácio Arruda, que declarou ter documento constando abaixo-assinado, de iniciativa dos concursados presentes no recinto, para ser entregue. O debate foi iniciado. O presidente comunicou que outorgaria a palavra primeiramente aos autores dos requerimentos. Fez uso da palavra o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), que agradeceu o fato da Ministra ter aceitado o convite e teceu alguns questionamentos relativos ao tema. Houve consenso no sentido da palestrante se pronunciar após as intervenções de um grupo de parlamentares. Interpelaram a expositora os Deputados José Priante (PMDB/PA), Amaury Teixeira (PT/BA), Rui Costa (PT/BA), Heuler Cruvinel (DEM/GO), Roberto Britto (PP/BA), Cláudio Puty (PT/PA), Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), Arlindo Chinaglia (PT/SP) e os Senadores Delcídio do Amaral (PT/MS) e Gleisi Hoffmann (PT/PR). A palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo grupo de interpelladores. Foi assegurada réplica ao Deputado Claudio Cajado e a Ministra respondeu aos seus questionamentos. O Presidente informou que estava sendo preparado requerimento de iniciativa da Mesa Diretora da CMO para ouvir, em reunião de audiência pública, o Presidente da Caixa Econômica Federal, o Ministro da Secretaria de Relações Institucionais e a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Presidente anunciou, ainda, a existência de trinta e dois parlamentares inscritos para o debate e propôs a divisão em três blocos de dez interventores, aos quais seria concedido prazo de três minutos para os seus questionamentos. Havendo consenso quanto a proposta apresentada, participaram do segundo bloco de interpelladores os Deputados Júlio Cesar (DEM/PI), José Guimarães (PT/CE), Pauderney Avelino (DEM/AM), Zeca Dirceu (PT/PR), João Carlos Bacelar (PR/BA), Raimundo Gomes de Mattos (PSDB/CE), Vaz de Lima (PSDB/SP), Pedro Eugênio (PT/PE) e o Senador Walter Pinheiro (PT/BA). Foi assegurada réplica ao Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Fez uso da palavra o Deputado Efraim Filho (DEM/PB), que sugeriu a continuidade do debate com os remanescentes da lista de inscritos, o que foi prontamente atendido pelo Presidente, que deu seguimento à discussão. Fizeram uso da palavra os Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Rui Palmeira (PSDB/AL), Giroto (PR/MS), Carmen Zanotto (PPS/SC), Paulo Maluf (PP/SP) e João Ananias (PCdoB/CE). O Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate e passou a palavra a Ministra para proceder as respostas e as considerações finais. A expositora respondeu os últimos questionamentos proferidos, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e ao Presidente pela forma segura e respeitosa como fora conduzida a reunião. O Presidente ressaltou a configuração segura, clara e didática com que a Ministra conduziu a sua exposição. ENCERRAMENTO: não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu as presenças da Sra. Miriam Belchior, dos parlamentares e demais autoridades, e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados às dezenove horas e seis minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Peço a atenção, a compreensão, o apoio imprescindível das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, dos profissionais da imprensa, das assessorias da Câmara dos Deputados e do Senado, que nos honram com a presença na tarde de hoje, para que tenhamos uma sessão coroada de pleno êxito, assim como querem as Comissões Mista de Orçamento do Congresso, de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Convido para compor a Mesa o Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; o Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Roberto Britto; o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Deputado Márcio Reinaldo Moreira; o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, que está presente como convidado. Já nos honra com sua presença a Sra. Miriam Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2011, com a participação das seguintes Comissões: pela Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação e de Desenvolvimento Urbano; pelo Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Comunico a presença do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, convidado por esta Comissão.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, que já nos dá a honra da sua presença, para prestar esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências; Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010, que prorroga a validade dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009; e os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011, de autoria do Deputado Claudio Cajado, ao qual foi anexado o Requerimento nº 4, de 2011, de autoria do Deputado José Priante, aprovado na primeira reunião ordinária; Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006.

Anuncio a presença da Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira e do Relator-Geral da proposta orçamentária para 2012, eminente e eterno presidente, Deputado Arlindo Chinaglia.

De acordo com o estipulado no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, sem apartes.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, no prazo de 5 minutos. Iremos fazer um acordo para diminuir um pouco esse tempo por conta da quantidade de participantes.

Informo que a lista de inscrição para o debate já se encontra aberta.

Com a palavra a Sra. Ministra do Planejamento, que terá 30 minutos, prorrogáveis por mais 10, de acordo com a conveniência de S.Exa. e da Mesa.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Boa tarde a todos.

É um prazer estar, pela primeira vez, no Congresso Nacional como Ministra do Planejamento. Já estive aqui como Coordenadora-Geral do PAC, em várias Comissões, mas esta é a primeira vez que venho como Ministra do Planejamento.

Saúdo o Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a qual, acredito, teremos um relacionamento de colaboração permanente, visto que cabe a esta Comissão a análise do PPA, da LDO e de todas as suplementações orçamentárias que o Governo mandar para o Congresso.

Cumprimento o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; o Deputado Claudio Cajado, autor do requerimento de convite para a minha presença aqui; o Deputado José Priante, também autor do requerimento; o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Deputado Cláudio Puty; os Deputados Rui Costa e Amauri Teixeira, autores do requerimento de convite pela Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Roberto Britto, Vice-Presidente da Comissão de

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

Desenvolvimento Urbano, e o Deputado Heuler Cruvinel, também autor de requerimento de convite pela Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, consultores desta Comissão, senhores jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, senhoras e senhores, começo agradecendo pela aprovação unânime dos requerimentos de convite nas três Comissões e também pela possibilidade de fazer essas reuniões conjuntas que permitirão, suponho, um debate mais amplo com o conjunto das Comissões envolvidas.

São muitos temas, vou tentar seguir o tempo que me foi disponibilizado, para que possamos fazer o debate na sequência.

Vou aproveitar uma apresentação que o Ministro Guido Mantega fez hoje no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sobre as perspectivas da economia brasileira e mundial. Em seguida entrarei na LDO, nos cortes orçamentários, no PPA, enfim, nos temas que me trazem a esta Comissão.

(Segue-se exibição de imagens.)

Mostrando esse mapa do mundo, quero fazer uma reflexão sobre a recuperação da economia mundial e do Brasil.

Primeiro, estamos vindo de uma lenta recuperação. O Brasil, felizmente, mais rápido do que os demais países, saiu da crise, mas encontramos um mundo dividido entre países avançados e emergentes.

Se observarmos o gráfico — é um gráfico com as estimativas de variação do PIB pela revista *The Economist* —, veremos que os países mais avançados estão com baixo crescimento, com alto desemprego, foram 300 milhões de empregos perdidos e apenas uma parte recuperada, grandes *deficits* fiscais e inflação em alta. Eles ainda não superaram a crise.

Podemos ver, neste mapa, toda a Comunidade Europeia, o Reino Unido, o Japão com previsões de crescimento do PIB bastante singelas para 2011.

Por outro lado, os países emergentes, representados pela cor azul, entre eles o Brasil, a Rússia, Índia e China (BRIC), Arábia Saudita, Coreia, Indonésia, com alto crescimento, baixo desemprego, equilíbrio fiscal, inflação em alta, assim como os países desenvolvidos, mas já superaram a crise de maneira muito mais rápida do que os chamados países de primeiro time. Dessa vez, o Brasil está entre esses emergentes que estão puxando o crescimento mundial.

Superada a crise no Brasil, temos ajustes a fazer, desafios a enfrentar. Gostaria, aqui, de referir-me a três deles: a consolidação fiscal, o combate à inflação e a questão do câmbio valorizado.

Nós estamos fazendo ajustes para manter o crescimento sustentável num patamar próximo a 5% e enfrentar os problemas nacionais e internacionais. Propusemos, no início de fevereiro, uma consolidação fiscal que está representando a reversão dos estímulos econômicos de 2009/2010, necessários naquele momento para segurar a nossa **economia**. Então, sejam os subsídios, sejam as desonerações para o consumo.

Fizemos o corte de 50 bilhões de reais, a fim de reduzir os gastos públicos e manter os investimentos. Cumprimos um papel importante para abrir o caminho para o controle da inflação e, por consequência, para a redução dos juros básicos, objetivando menor crescimento das despesas do Governo em relação ao crescimento da economia.

Quero mostrar aqui como estamos nesse rumo. Temos o resultado primário do Governo Central no primeiro trimestre. Em verde, temos o ano de 2010, e, em vermelho, 2011. Janeiro conservou-se mais ou menos no mesmo patamar; fevereiro já tivemos 1,2 bilhão de reais, em 2010; 2,5 bilhões de reais, em 2011; março, no ano passado, não fizemos *superavit*, com menos 4,5 bilhões de reais. Este ano, já fizemos mais de 9 bilhões de reais de *superavit* em março.

Isso significa, em termos acumulados, a meta do primeiro quadrimestre. Todos sabem que estabelecemos metas de *superavit* por quadrimestre. A nossa meta é de 22,9 bilhões de reais. Nós, até março, ou seja, no primeiro trimestre, já ultrapassamos o *superavit* previsto na nossa programação.

Aqui também é para mostrar como estamos conseguindo, de fato, segurar os gastos públicos.

Estas são as variações do primeiro trimestre de 2010 para 2009 e de 2011 para 2010, em termos nominais e em termos reais.

Para ser mais rápida, vou direto aos termos reais. Se compararmos com o crescimento nominal do PIB, a receita líquida subiu 5,2%, enquanto as despesas caíram 4,4%. Isso demonstra exatamente esse esforço de consolidação que o Governo vem fazendo e já com sucesso.

Isso nos leva à continuidade de uma política de solidez fiscal, em que vimos cumprindo o resultado primário em torno de 3%, e o País vem reduzindo o *deficit* nominal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL

26/04/2011

No período 1995/2002, tínhamos um *deficit* médio de 7%; entre 2003 e 2010, essa média caiu para um *deficit* de 2,9%. Temos a previsão de chegar a menos de 2% no ano de 2011. Isso tudo sem fazer uso do fundo soberano, que, como os senhores sabem, monta mais do que 0,5% do PIB. Fizemos essa economia que continua preservada para os momentos de vacas magras. Não precisamos usá-la sequer em 2009.

Se compararmos com os outros países, vemos que o Brasil é um dos países do G-20 com maior solidez fiscal.

Então, na cor vermelha estão os países que têm *deficit* nominal de 4% — Estados Unidos, Reino Unido, França, Egito, Índia, Japão. Entre 2% e 4% de *deficit*, representados pela cor verde, estão Rússia, Austrália, Turquia e Itália. Na cor azul, estão a China, a Arábia Saudita e o Brasil, com menos de 2% de previsão de resultado fiscal nominal em 2011.

Esse movimento todo implica redução da nossa dívida pública, que vem caindo desde 2003. Tivemos uma regressão em 2009, e não preciso explicar aqui as *razões* que levaram a essa regressão.

Já estamos retomando o patamar de 2008. Acreditamos que, neste ano de 2011 — aqui é só o acumulado até fevereiro —, voltaremos aos patamares de 2008.

Passada a consolidação fiscal, entro no segundo ajuste a que me referi: o controle da inflação.

Este mapa, baseado em dados da *The Economist*, é importante e nele percebemos uma evolução, em todo o mundo, dos índices de inflação. Mas é importante perceber como o avanço do índice de inflação no Brasil é proporcionalmente inferior a de outros países.

Só para exemplificar, a Rússia sobe de 6,5% para 9,4%; a China quase mais do que dobra, de 2,4% para 5,4%; o Canadá de 1,4% para 3,3%; enquanto o Brasil sobe de 5,2%, do ano passado, para 6,3% de previsão neste ano. Isso mostra que esse fenômeno é mundial, e que, proporcionalmente, não tivemos o mesmo impacto na inflação que os outros tiveram.

Essa é uma inflação fundamentalmente de *commodities*, que precisa ser muito bem cuidada para não contaminar o resto da economia. Ela ocorre basicamente: por choque de oferta por problemas climáticos e por aumento do consumo por conta do aumento da renda mundial, com redução da pobreza em muitos países, entre eles o Brasil; por causa da crise do Oriente Médio e do norte da África, que atinge os produtores de petróleo, com significativos impactos no custo dessa *commodity*; por especulação financeira; e por causa de políticas monetárias frouxas nos países desenvolvidos para garantir o crescimento.

Esta curva em vermelho representa 19 categorias de *commodities* mais negociadas no mundo. Vemos que, nessas *commodities*, o índice cresceu 37,8% e os alimentos, 43,2%. Então, essa é uma inflação de caráter internacional.

Como tem esse caráter internacional, a inflação depende de medidas internacionais também, mas nós, no Brasil, estamos atentos para impedir o contágio desse fator internacional na nossa economia. Para isso, nós — o Governo, o Banco Central — estamos utilizando as diversas armas monetárias e fiscais contra a inflação.

Aqui quero destacar o estímulo ao aumento da oferta agrícola, que é fundamental, tanto interna quanto externamente, por causa da maior safra. Nós vimos batendo recordes de safra todos os anos e este ano bateremos de novo, o que será importante para essa acomodação de preços internos e também para evitar contágio com alimentos industrializados. Outra medida é o corte da despesa pública, a que eu já me referi, que reduz a demanda e implica redução da inflação.

A terceira medida é a redução da expansão do crédito. Uma das grandes qualidades do nosso crescimento foi a disponibilização de crédito no País. O que estamos fazendo agora é um ajuste no ritmo do crédito no Brasil. Mas não podemos matar a galinha dos ovos de ouro, pois o crédito é fundamental para alavancar o investimento, que, por sua vez, é fundamental para dar um crescimento sustentável ao País.

Por isso, estamos mirando um crédito de 4,5% do PIB, reduzindo, do ano passado para cá, de 7,5% para 4,5%, o que significa na nossa demanda interna sair de um patamar de 10%, que tivemos em 2010, para um patamar de cerca de 6% da demanda interna deste ano. Ou seja, o nosso mercado interno foi fundamental na época da *crise*. Nós precisamos mantê-lo, mas numa situação um pouco mais tranquila do que a que vinha acontecendo até o ano passado.

Esse ajuste que estamos fazendo não é tradicional, porque se trata de uma redução seletiva do consumo e não do investimento. A tradição é, num momento como este, cortar absolutamente tudo. Nós não estamos fazendo isso. O que estamos fazendo é continuar os estímulos ao investimento, ao PAC, ao Programa Minha Casa, Minha Vida e ao investimento privado, porque acho que esse é um consenso de que o investimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL
26/04/2011

é fundamental para o crescimento sustentável do Brasil. O mercado interno é fundamental também, mas sozinho ele é insuficiente para garantir o crescimento de qualidade para o nosso País.

Com isso, acreditamos que o País continuará crescendo, como ocorreu no período do Presidente Lula, que cresceu em média 4%. Nós acreditamos que agora, durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, vamos ter um crescimento médio em torno dos 5%.

Esse crescimento vai continuar gerando empregos, como gerou nos últimos anos. Não no mesmo patamar do ano passado, mas ainda num patamar alto, e em muitos setores da economia praticamente podemos considerar que teremos pleno emprego.

Isso nos coloca desafios importantes, como o da educação, do ensino técnico e da qualificação da mão de obra. A Presidenta Dilma irá lançar o PRONATEC nos próximos dias, exatamente para dar conta desse desafio importante do novo momento da economia brasileira.

O terceiro ajuste a que eu quero me referir é o cambial. Nós estamos vivendo um momento de crescimento dos fluxos financeiros internacionais. Na cor laranja está demonstrado que os fluxos vêm crescendo desde 2008, enquanto o investimento direto externo partiu de 325,3 bilhões de dólares e ainda não chegou a 200 bilhões de dólares. Esse é um problema importante, porque alimenta a inflação e inunda nossos mercados de recursos, propiciando especulação.

É importante dizer que se isso é o que está acontecendo no mundo — não foi possível colocar aqui a informação —, o Brasil já retomou os patamares de 2008 no investimento direto. Em 2010, nós já tivemos 48,5 bilhões de investimento direto, e há uma previsão, este ano, entre 50 bilhões e 60 bilhões de investimento direto, o que é muito importante para nossa economia, mas nós temos de lidar com a barra laranja, que é a especulação financeira.

Por isso, aqui, vemos como está se dando o movimento do câmbio, o fluxo financeiro no País desde janeiro. Então, em janeiro de 2011, nós tivemos uma entrada maior do que a saída, de 14,4 bilhões de dólares. Só para os senhores terem referência, em 2002, todas as reservas do País eram 15 bilhões de dólares. Quer dizer, é mais ou menos no mesmo patamar. Esse movimento, em fevereiro, recuou para 8 bilhões de dólares, manteve-se mais ou menos, no mês de março, com 9 bilhões de dólares, e até o dia 20 de abril de 2011 nós estamos empatando.

Claro que há volatilidade nesse tipo de fluxo financeiro. No entanto, acreditamos que as medidas que vêm sendo adotadas começam a surtir efeito no controle da valorização do real.

Nós começamos em outubro de 2009 essa ação cambial que o Governo fez. O Brasil foi pioneiro na taxação do capital externo. Nós, digamos assim, rompemos um tabu e depois completamos com outras ações nessa mesma direção. Hoje, essa é uma receita que vem sendo recomendada por várias instituições internacionais como medida de proteção para cada um dos países.

Isso é fundamental para impedir o excesso de capitais especulativos, a sobrevalorização do real e a guerra cambial, que nos desfavorece no mercado internacional.

O resultado das medidas é que conseguimos moderar a valorização do real — provavelmente o dólar estaria abaixo de R\$ 1,40 — e moderar parte da entrada de capitais especulativos.

Como conclusão dessa primeira etapa, acho que nesses ajustes que estão sendo realizados, os números e essas informações apontam que estamos no caminho certo.

Vamos ter resultados de curto, médio e longo prazo. Não vamos interromper o ciclo de crescimento e vamos criar condições para continuarmos crescendo, reduzindo as desigualdades de maneira sustentável para o País.

Esse é um quadro geral que achei muito interessante, apresentado pelo Ministro Guido Mantega, hoje, na reunião do CDES, e eu quis aproveitar essa oportunidade única com um público tão qualificado para apresentar essas informações.

A seguir, passo às informações a respeito do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012. Estou aqui exatamente para a audiência prevista na resolução da CMO que prevê a presença do Ministro do Planejamento para apresentar as informações gerais da proposta enviada ao Congresso.

Em primeiro lugar, nossos parâmetros econômicos para 2012: crescimento do PIB de 5%; IPCA (variação acumulada) de 4,5%; IGP-DI (variação acumulada) também de 4,5%; Índice de Estimativa de Receita — IER de 4,96%, que esta Comissão usa para seus trabalhos; salário mínimo de R\$ 616,34; taxa de câmbio média de 1,76%; crescimento da massa salarial nominal de quase 10%; e uma taxa de juros, em dezembro de 2012, de 10,75%.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL

26/04/2011

O resultado primário que está embutido na proposta da LDO é de 3,1% do PIB, equivalente a 139,8 bilhões de reais, e está fixado em termos nominais nos mesmos moldes do ano passado, ou seja, da LDO vigente. Dos 139,8 bilhões de reais do setor público consolidado, 97 bilhões de reais do Governo Central que correspondem a 2,15% do PIB, e Estados e Municípios com 42,8 bilhões de reais que correspondem a 0,95% do PIB.

O projeto de lei também prevê a possibilidade de abatimento da meta, relativa ao PAC, em 40,6 bilhões de reais, equivalente a 0,9% do PIB, mesmo percentual da LDO de 2011.

Com esses parâmetros e o *superavit* previsto, que já vimos cumprindo, conforme mostrei anteriormente, só houve uma redução em 2009 em função da crise internacional, mas vamos retomar a queda da dívida pública, o que também já mostrei na apresentação do Ministro Guido.

Com relação às prioridades e metas, apontamos na LDO as ações do PAC e as ações relativas à superação da extrema pobreza como as que teriam prioridade na alocação de recursos na LOA de 2012.

Regras para a antevigência do LOA de 2012, caso o Congresso não consiga votar o Orçamento até o final do ano, o que espero não aconteça. (*Pausa.*) O Presidente desta Comissão está dizendo que vai votar. Espero que ele tenha o apoio dos demais Parlamentares.

O primeiro bloco de liberação integral, que tradicionalmente é feito, contém as despesas obrigatórias, as bolsas de estudo, o pagamento de estagiários, as ações de prevenção a desastres e as despesas do Tribunal Superior Eleitoral com eleições.

Estamos trazendo e recolocando ao Congresso a proposta de duodécimos não apenas para despesas de custeio, mas também para despesas de investimento e inversões financeiras do PAC e das despesas do orçamento de investimentos das estatais.

Por que o Governo traz isso de novo à avaliação do Congresso Nacional? Exatamente por aquilo que conversamos e que apresentei há pouco: investimento é fundamental para o crescimento sustentável do País. Se há consenso em relação a isso, parece-me que seria natural ter o duodécimo também para investimento, para que não parássemos as obras e os investimentos necessários ao crescimento continuado do País. Por esta razão, trazemos de novo essa proposta ao Congresso e esperamos que, no debate, consigamos caminhar para uma posição comum.

Obras e serviços com indícios de irregularidades. O projeto de lei enviado pelo Governo preserva a redação da LDO de 2011, introduzindo condição adicional para uma obra ser considerada no Anexo IV, no qual estão as obras que têm de ser paralisadas.

A nossa proposta é de que o TCU só possa enviar ao Congresso para paralisação obras que tenham passado pelo menos por decisão de um dos Ministros do Tribunal ou pelo conjunto dos Ministros e que resultem num acórdão.

Por que estamos propondo isso? Nos últimos 4 anos, o Governo e o Tribunal de Contas, especialmente por conta do PAC, vêm construindo um novo patamar de relacionamento bastante produtivo e que tem funcionado bem, parece-me, tanto para o Tribunal de Contas quanto para o Governo Federal.

Assim como o Congresso e toda a sociedade brasileira, o Governo tem o maior interesse em paralisar obras que tenham irregularidades graves. Acho que temos consenso nisso. O que verificamos, nos últimos anos, é que uma série de obras vai para o Anexo IV e, depois, quando melhor analisadas, percebe-se que não haveria razão de terem sido paralisadas.

Cito um exemplo: dos 34 empreendimentos que o Tribunal de Contas mandou para o Congresso ano passado, 12 foram retirados quando o Governo apresentou seus argumentos ou fez ajustes atendendo a recomendações do Tribunal de Contas. Nossa aposta é nesse diálogo com o TCU.

Tomando um dos exemplos, lembro que, em 2009, a Refinaria Abreu e Lima — todos sabem da importância desse investimento para a Região Nordeste — recomendou a paralisação de seis contratos, todos por recomendação de auditoria técnica, sem que tivesse passado ainda pelos Ministros. Depois disso, dadas as informações necessárias, todos foram liberados. Se o Presidente Lula não tivesse tido a corajosa decisão de vetar essa parte do Anexo IV, teríamos 22 mil trabalhadores que estavam na obra naquele momento despedidos.

O Deputado João Paulo está aqui e sabe muito bem o que significa essa obra para Pernambuco e para o Nordeste. É esse tipo de problema que queremos evitar ao fazer essa proposta.

Despesa de pessoal é a mesma regra desde 2009, ou seja, qualquer reestruturação de carreiras precisa já estar em tramitação no Congresso até 31 de agosto. É a mesma regra, nada mudou.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

O que talvez seja uma inovação maior que estamos enviando na LDO são as despesas ressalvadas da limitação de empenho. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias que o Governo enviou prevê a exclusão de todos os itens relacionados a esse tema. Estamos fazendo essa proposta ao Congresso para reduzir a rigidez orçamentária e permitir maior flexibilização na execução orçamentária.

As ações ressalvadas subiram de 2,4 bilhões de reais, em 2004, para 10,3 bilhões de reais em 2010, um crescimento de 323%. Se eu levar em conta os vetos que realizamos nessa área, que são mais 1,6 bilhão de reais, chegamos a quase 400% de aumento.

Inicialmente só tínhamos Ciência e Tecnologia, Combate à Fome e EMBRAPA como ressalvados. Essa lista foi aumentando, aumentando.

Quero citar um dado que considero importante para a reflexão dos senhores. Se em 2011 retirarmos do Orçamento as despesas obrigatórias, o PAC e as ressalvadas, sobrar um espaço fiscal de 37 bilhões de reais para dar conta de todas as despesas discricionárias dos Ministérios e também das emendas dos Parlamentares. Então, estou cristalizando 10 bilhões de reais, que não podem ser modificados, e não posso atender às demandas, sejam dos Ministérios, sejam dos Parlamentares. Consideramos que isso é um engessamento desnecessário.

Para os preocupados com a questão de Ciência e Tecnologia, Combate à Fome e EMBRAPA, há um compromisso do Governo. A despeito de não ter mantido esses temas como ressalvados, queremos manter os mesmos níveis de investimentos para essas áreas. Essas ações são muito importantes seja para o crescimento do País, na questão de Ciência e Tecnologia, seja para o Combate à Fome, na questão da erradicação da pobreza absoluta. Então, manteremos os níveis de investimento, independente de elas serem ressalvadas.

Reprogramação orçamentária de 2011, relativa ao convite do Deputado Claudio Cajado, desta Comissão Mista de Orçamento.

Falarei muito rapidamente sobre a reprogramação orçamentária, porque os senhores já a conhecem. O Governo fez uma reavaliação de receitas e despesas, na lógica que eu já apresentei de consolidação fiscal, da necessidade de reduzir o gasto público.

Para contribuir com esse momento da economia brasileira, o Governo resolveu fazer um ajuste nas suas despesas em 50,1 bilhões de reais. Em despesas obrigatórias, 15,7 milhões de reais; em despesas discricionárias, 36,2 milhões de reais, e 1,6 milhão de reais relativo a vetos à LOA de 2011.

Além disso, tivemos que acrescentar 3,5 bilhões de reais para fazer frente a créditos extraordinários que vão ser executados durante o ano e não estavam previstos na lei orçamentária. Isso significa uma redução no PIB das despesas para 17,8% do PIB, 1% menor do que realizamos em 2010. Lembro que aquele quadrinho que mostrei sobre a redução das despesas mostra o resultado dessa consolidação.

Nas despesas obrigatórias, dos 15,8 bilhões de reais, 3,5 bilhões de reais com pessoal, 2 bilhões de reais em benefícios previdenciários, 3 bilhões de reais em abono e seguro-desemprego, 9 bilhões em subsídios e subvenções, 1,5 bilhão para os fundos do Nordeste e da Amazônia para projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas — PHC e para a Transnordestina, e transferências para a Agência Nacional de Águas — ANA no valor de quase 160 milhões de reais.

Redução das despesas obrigatórias. Estamos fazendo — os senhores devem conhecer bem — um esforço administrativo com as seguintes medidas: auditoria na folha de pagamento, uma auditoria externa que vai não só fazer a auditoria, mas também construir uma nova metodologia permanente para que esse trabalho possa ser feito pelas equipes do Governo Federal permanentemente; entrada em funcionamento do novo sistema de alerta para auditoria das despesas com pessoal, que tem parâmetros estabelecidos, e tudo o que sair fora desse parâmetro automaticamente gera auditorias; cruzamento do cadastro federal de servidores federais com o de 13 Estados e com o da Previdência para minimizar superposições, duplo vínculo etc.; auditorias especiais em fiscalização, que estamos finalizando em 61 universidades, a partir de irregularidades que encontramos em algumas delas; adiamento dos concursos públicos e revisão de novas admissões — há várias pessoas aqui com faixinhas e camisetas. Estamos fazendo uma análise cuidadosa desses concursos. Temos que fazer um ajuste sim, mas no ano de 2011, não é uma perspectiva dos 4 anos.

E estamos garantindo a manutenção dos serviços fundamentais para a população. Então, para a ampliação do REUNI, já liberamos 3.600 professores para as universidades. Também liberamos professores para as escolas técnicas, que ficaram prontas e precisavam iniciar as aulas. Foram mais 4 mil professores de escolas técnicas, entre outros na área de licenciamento ambiental.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

Estamos fazendo, como eu disse em outros momentos, uma análise com lupa para avaliar aqueles que são efetivamente necessários.

Redução das despesas discricionárias. São 36 bilhões de reais. Nós fizemos um esforço. A equipe da Dra. Célia Corrêa, da Secretaria de Orçamento Federal — SOF, fez um trabalho muito bom com todos os Ministérios, em que cada Ministério pôde apresentar suas prioridades, sintonizadas com a definição da Presidenta de preservar os investimentos e os principais programas sociais do Governo.

Queria, inclusive, mostrar a V.Exas. o quadro a seguir. Além do PAC totalmente preservado, a Educação teve um aumento de 4,6 bilhões de reais, mesmo com o ajuste de 1 bilhão; a Saúde vai ter um aumento, neste ano, de 9,7 bilhões de reais em relação a 2010; e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mais 1 bilhão de reais.

Então, só nesses 3 Ministérios houve um acréscimo de mais de 15 bilhões de reais, que, juntamente com a decisão de manter o PAC — daqui a pouco vou falar do Minha Casa, Minha Vida —, demonstram, com clareza, a orientação do Governo de preservar do corte o que é prioridade para o País: os programas sociais e os investimentos que garantam desenvolvimento sustentável.

Programa Minha Casa, Minha Vida, origem do convite do Deputado Heuler Cruvinel. Quero dizer que os recursos disponibilizados em 2011 são quase 5% superiores aos recursos de 2010. Então, eles são suficientes para dar conta do que já foi contratado até o ano passado, na primeira etapa do programa. E serão suficientes — acho que amanhã se vota a medida provisória. O Relator, o Deputado André Vargas, está ali. Parece que a medida provisória será votada amanhã na Câmara dos Deputados.

Estamos mantendo a meta de 2 milhões de unidades, que foi lançada na segunda etapa. V.Exas. podem ver que, em termos de Orçamento da União, neste ano, nós teremos um pouco a mais do que no ano passado. O subsídio do Fundo de Garantia, no mesmo patamar. E o recurso para financiamento do Fundo de Garantia sobe de 19,4 bilhões para 21 bilhões de reais, num total de 41,1 bilhões de reais, o que garante a continuidade desse programa que considero não só um êxito, mas acho que todos aqui consideram fundamental para o crescimento do País e para dar condições dignas de moradia para o nosso povo.

Redução das despesas discricionárias. No dia 1º de março, a Presidenta fez um decreto limitando diárias e passagens. No caso de áreas de fiscalização e poder de polícia, nós fizemos um corte de 25%. Em todas as outras áreas, nós reduzimos, limitamos os gastos com diárias e passagens à metade. Além disso, nós restringimos quem pode autorizar diárias e passagens. Concentramos nos Ministros todas as viagens internacionais e em grandes grupos de viajantes ou em um grande número de diárias. O máximo de delegação é para as unidades externas. E mesmo estas, a partir de cotas definidas por cada Ministro, do contrário ele não pode delegar.

Além disso, suspendemos contratações para aluguel, aquisição e reforma de imóveis; aluguel de veículos, máquinas e equipamentos.

Um outro tema relacionado à consolidação fiscal são os vetos à LOA de 2011, fruto também do convite do Deputado Claudio Cajado.

Os vetos têm basicamente 2 blocos. O primeiro deles, manutenção de rodovias, no montante de 241 milhões de reais. O objetivo foi evitar sobreposição de programações.

Há algum tempo, o Governo Federal decidiu, no caso de manutenção — não de investimentos em rodovias, ampliação, duplicação etc. —, ter uma dotação para cada Estado. Por quê? Porque isso dá maior flexibilidade ao DNIT para atender ao conjunto do Estado.

Quando se carimba um recurso para um trecho de rodovia, se houver problema em outro trecho é preciso mandar uma suplementação para o Congresso para poder atender àquele problema. Isso atrapalha a manutenção das rodovias. Por essa razão, fizemos os vetos.

Só para os senhores saberem, temos, no PAC, para a manutenção de rodovias, 4,3 bilhões de reais, o que nos parece bastante razoável para manter a malha rodoviária federal sem precisar ficar carimbando trechos de BRs.

Em relação às programações ressaltadas, aqui há uma coerência com o que nós mandamos na LDO: conter a expansão desse tipo de despesa, que só amarra o nosso Orçamento.

Aqui, quero fazer uma pequena observação. Quando nós fizemos essa discussão no interior do Governo, não foi simplesmente uma canetada; a decisão foi refletida. Nós identificamos para onde iria todo este 1 bilhão e 382 milhões de reais. Sabemos que há Parlamentares que foram muito prejudicados com essa medida porque concentraram suas emendas em áreas que foram vetadas. Então, a conversa que tivemos no

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****26/04/2011**

interior do Governo é que quando a Secretaria de Relações Instituições — está aqui o Sr. Luiz Azevedo — fosse discutir com o Congresso a liberação de emendas, levaria isso em consideração, para que esses Deputados não fossem penalizados por causa dessa decisão pelo veto. Então, este é um compromisso do Governo: quem concentrou 90%...

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Peço a minha inscrição, por favor.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Pois é. É isso aí, Senador Inácio Arruda.

Plano Plurianual, muito rapidamente. Aqui também em resposta ao convite dos Deputados Rui Costa e Amauri Teixeira, da Comissão de Finanças e Tributação.

Nós estamos começando a fazer o Plano Plurianual, que será enviado ao Congresso no final de agosto, como manda a Constituição. Nós achamos que o PPA é um instrumento fundamental que a Constituição de 1988 trouxe para o planejamento público, e temos interesse em valorizar esse instrumento.

Acreditamos que durante o período do primeiro mandato do Presidente Lula conseguimos aumentar a sintonia entre o PPA e os compromissos de Governo, entre outras medidas, com aquela de fazer o PPA rolante: vamos atualizando o PPA e ele continua...

Por exemplo, o PROUNI, cuja importância não é preciso mencionar, não estava no primeiro PPA, ele é fruto do ano seguinte. Mas ele passa a incorporar, na sequência, o PPA. Então, essa foi uma medida importante.

A segunda medida foi a discussão com a sociedade. O que nós queremos fazer com o PPA 2012/2015? Nós queremos que ele seja capaz de dar conta da cada vez maior complexidade das políticas públicas no País. O momento que o País vive exige políticas públicas muito mais complexas, intersetoriais e interfederativas, e aplicadas no território.

Por isso, estamos trabalhando, como está aqui, para resgatar a função de planejamento, valorizar o PPA como instrumento de planejamento de cada um dos Ministérios e do Governo; que ele incorpore, de fato, os compromissos da Presidenta; que ele se torne um instrumento gerencial do Governo, e não mais um papel que eu preciso preencher; e que ele possibilite que sejamos capazes de fazermos um monitoramento mais efetivo das ações do Governo, especialmente aqueles relativos aos fóruns que a Presidenta Dilma Rousseff criou: o da infraestrutura, o da erradicação da extrema pobreza, o do desenvolvimento econômico, o dos direitos de cidadania.

Além disso, criar espaço para a questão da intersetorialidade e da aplicação regional dos recursos. Vamos fazer, no início de junho, a discussão pública com a sociedade, para ter maiores contribuições, antes de enviar ao Congresso Nacional.

Quero dizer que esses desafios que estamos apresentando para enfrentarmos em relação ao PPA não implicam nenhuma mudança relativa ao atual arcabouço institucional do PPA. Nós não mexemos no que é constitucional nem infraconstitucional, mas vamos trabalhar para torná-lo, de fato, um instrumento de gestão. Quando o Governo mandar o PPA, nós vamos realizar uma audiência pública aqui, que certamente será o espaço bastante adequado para essa discussão.

O meu último ponto — como diriam os americanos, é o último, mas não menos importante — é a questão dos Restos a Pagar. (Pausa.)

O decreto citado aqui — não me lembro mais o número —, em dezembro, na verdade, já foi um trabalho que o Governo avaliou naquele momento, inclusive discutido com a Presidenta, no sentido de darmos maior tempo aos Prefeitos, porque, em geral, as emendas são... E não só emendas, mas também as programações dos Ministérios são realizadas pelas Prefeituras; um pouco pelos Estados, mas, fundamentalmente, Prefeituras. Então, nós demos, com aquele decreto, mais 4 meses para o processamento dos Restos a Pagar — RAP não processados.

Os senhores sabem que o decreto engloba os Restos a Pagar de 2007, 2008 e 2009 não processados. O Presidente está me ajudando aqui, é o Decreto nº 7.418.

Esse é um dado de uma semana, porque todo dia, na hora em que processa, muda o número, mas nós temos 9 bilhões e 800 de RAP não processados. Temos uma parte pequena obrigatória, excetuados Saúde e PAC, que o decreto de dezembro já excepcionalizava. Desses, em 2007, são 550 milhões. Em 2008, 1 bilhão e 400; em 2009, 3 bilhões e 300.

Em algumas ocasiões, recebi Parlamentares lá no Ministério, alguns inclusive estão aqui. Vários nos apresentaram sugestões de como tratar esse tema. Nós resolvemos fazer um pente-fino, para entender a situação de cada um deles. A Secretária Célia Corrêa e a equipe do Secretário Arno Augustin, junto com a Caixa Econômica, todos os Ministérios e a Secretaria de Relações Institucionais — SRI, se envolveram profundamente

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

nesse trabalho. Na semana passada, eles nos apresentaram uma parte dos dados. Precisavam finalizar. Esse trabalho está sendo finalizado hoje. Nós pretendemos, então, levar à Presidenta amanhã ou depois de amanhã, dependendo da sua agenda, para uma definição a respeito disso. Temos até o dia 30 para essa definição.

Uma das minhas tarefas aqui hoje é exatamente ouvir, além daquelas sugestões que já me foram apresentadas, outras sugestões de como tratar essa questão. Nós precisamos resolvê-la até o próximo dia 30.

Com isso, encerro a minha fala inicial. Desculpe-me, Presidente, se eu me estendi, mas eram muitos temas. Coloco-me à disposição para as questões que V.Exas. considerarem necessárias.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradecemos a V.Exa. A Sra. Ministra demonstra objetividade, didática, transparência e segurança no seu desempenho.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra, pela ordem, o poeta do Ceará, Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - O poeta aqui é o Senador Vital do Rêgo. Isso dá rima que não acaba mais. Não vou nem começar, porque brincadeira com o Senador Rêgo não dá certo.

Peço a palavra pela ordem — já me inscrevi com o Luizinho para tratativas particulares — apenas para fazer uma solicitação que V.Exa. já tratou, Ministra Miriam, a respeito dos concursados aqui presentes. Eles fizeram um abaixo-assinado de Senadores e me incumbiram de fazer a entrega.

Embora V.Exa. já tenha mostrado que há acessibilidade, que está sendo feito um trabalho no Ministério do Planejamento para tratar do assunto, vou entregar o abaixo-assinado, porque tenho de cumprir todas as minhas tarefas. Essa foi uma. Estou aqui com um abaixo-assinado de 51 Senadores. Então, é relevante que V.Exa. possa também receber esse documento. Antes, colho a assinatura do nobre Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Senador Inácio Arruda.

O debate será, neste momento, iniciado. Agradeço a compreensão dos senhores com o silêncio imprescindível para a manutenção da ordem.

Darei a palavra, inicialmente, aos autores dos requerimentos nas três Comissões. Esperamos o poder de síntese, em um tempo menor do que 5 minutos para cada um dos participantes. Concederemos em torno de 3 minutos, até porque são seis Parlamentares, abrindo com o Democratas.

Meu querido companheiro Claudio Cajado está com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e os demais membros da Mesa, em especial a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Ficamos felizes por V.Exa. aceitar o convite, feito de forma plural por várias Comissões, para explanar assuntos importantíssimos para o País.

Ministra, o País espera uma posição de V.Exa. e do Governo Dilma a respeito de algumas questões que vamos levantar agora.

A primeira delas, vou iniciar pelo final da explanação de V.Exa.: as sugestões em relação ao Decreto nº 7.418, que trata dos Restos a Pagar não processados em 2007, 2008 e 2009.

Como V.Exa. pediu a sugestão, já vou aqui ofertá-la. Simplesmente prorrogar o decreto, porque temos vários vieses. Primeiro, o decreto atinge, com a expressão "não processados", obras em andamento, obras que não foram iniciadas e processos que estão praticamente licitados ou em fase final de licitação e que terão, se o decreto permanecer, fulminados de morte o seu pretenso início; e as obras que estão em andamento ficarão como elefantes brancos no País.

Queria justificar essa sugestão com uma simples razão. Primeiro, não podemos punir os gestores que assinaram os convênios, grande parte Prefeitos, mas também uma grande parte Governos de Estados.

O Governo da Bahia, por exemplo, tem dezenas de convênios que o decreto simplesmente atinge e prejudicará não apenas os Municípios, mas o Estado como um todo, porque muitas dessas obras são estruturantes.

Portanto, se formos levar em consideração que os convênios assinados com alguns Ministérios, como, por exemplo, o Ministério das Cidades, passam necessariamente pela intervenção da Caixa Econômica Federal, que às vezes leva de 2 a 3 meses para analisar um projeto, envia em diligência ao conveniado e espera mais 30 a 60 dias para obter resposta e mais 3 meses para fazer a réplica, só aí são quase 9 meses, dois terços de um ano. É impossível que se puna apenas um lado, que seria o lado dos gestores, sejam Prefeitos e Prefeitas ou Governadores e Governadoras de Estado.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****26/04/2011**

Com isso, acho que pontuamos claramente essa crítica construtiva de que esse decreto só atinge um lado, só prejudica um lado, que é o lado de quem fez o convênio.

Então, se a intenção é fazer com que haja um corte nas despesas de investimento etc., essa não é a melhor opção, porque prejudica Municípios brasileiros que não têm de onde tirar recursos para investimentos.

Portanto, fica aqui ofertada a V.Exa. a sugestão de prorrogação de, no mínimo, 6 meses, porque muito desses processos estão em fase final para serem iniciados ou completados. O termo "não processados", Ministra, tem a ver com o termo contábil, porque parece que não há consenso nem no Governo sobre o que significa "não processados". Contabilmente, tem que ser liquidado. E para ser liquidado tem que estar 100% executado. Imputar ao Ministro que assinou o convênio a responsabilidade de liquidar um processo que não está executado 100% vai criar futuramente um problema para o Governo Federal, nos Ministérios que assinarem esse decreto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. dispõe de apenas mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que tenha um pouco de tolerância. Serei objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Por mim, ouviria V.Exa. durante toda a noite. O nobre Deputado sabe da amizade e do carinho que tenho por V.Exa., mas se não definirmos...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sei.

Ministra, foram três os objetos do meu requerimento. Este foi o primeiro. Portanto, ofereço à Ministra a sugestão, porque tenho certeza de que não apenas a Secretaria de Relações Institucionais...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos ouvir o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O segundo objeto diz respeito aos vetos à lei orçamentária. E permita-me dizer que eu entendi errado ou houve dois pesos e duas medidas.

Por quê? O Governo, na LDO, apresenta a justificativa de que determinados programas não poderão ser contingenciados, ou seja, define conceitualmente que aquele programa é importantíssimo e merece ter sua continuidade assegurada até com o não contingenciamento. Os Parlamentares apresentam emendas nesse sentido: *"Bom, nós consideramos que esses programas realmente são importantes e vamos fazer com que os Municípios brasileiros possam ingressar nesses programas"*. E, de repente, não se pode contingenciar e o Governo veta.

Esse é um artifício para fazer com que o conceito caia por terra. A obra é importante e não pode ser contingenciada, as emendas apresentadas pelos Parlamentares com esse conceito foram aprovadas pelo Congresso e depois elas são vetadas pelo Executivo. Eu não entendi.

Qual é o conceito errado? O do Executivo, que disse que essas obras são importantes e não podem ser contingenciadas, ou o do Legislativo, que acreditou e teve uma surpresa com o veto?

Por outro lado, vemos que houve incremento na arrecadação. De janeiro a março de 2011, em relação a janeiro a março de 2010, houve quase 20% a mais de arrecadação, ou seja, o Governo está fazendo o seu superávit. E seria crível, aceitável, fazer investimentos importantes para o País, principalmente tirando a prerrogativa do Congresso Nacional de decidir sobre a matéria orçamentária, ficarem com o veto?

Queremos debater essa questão em outro momento, Sr. Presidente e Sra. Ministra, porque o Governo não pode legislar somente sobre matéria orçamentária. Se a palavra final cabe ao Congresso Nacional, o que temos feito aqui não tem sido aceito pelo Governo, diante das mudanças.

Não falo apenas sobre a aprovação das emendas que são objeto de discussão no Congresso Nacional. Temos por tese o respeito às diferenças regionais, aos Estados da Federação, à prerrogativa que os Municípios têm de serem representados pelos seus Parlamentares, mas, acima de tudo, às políticas públicas, que nós consideramos importantes implementar.

Gostaria de ouvir V.Exa. sobre o seguinte: é importante que o Congresso dê a palavra final e o Executivo, em parceria com o Legislativo, possa fazer com que as políticas públicas se efetivem no País, ou a palavra única e monocrática é do Executivo?

Essa é a discussão que precisamos travar. E essa questão do veto traz à baila esse tema.

Por último, Sr. Presidente, em 1 minuto queria, em relação...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Já se passaram 7 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Em relação ao contingenciamento...

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Deputado Cajado, eu também quero falar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL

26/04/2011

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sei, Deputado Devanir. V.Exa. vai falar, para nossa alegria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Cajado, conclua.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Em relação ao contingenciamento, V.Exa. deixou clara a questão. V.Exa. disse que para o Programa Minha Casa, Minha Vida não vai haver solução de continuidade. Mas houve um corte de 5 bilhões de reais, o que corresponde a quase 40% do que estava previsto originalmente. O Governo errou nas contas, já que, originalmente, apresentou esses números e depois, com o contingenciamento, manteve esses números, ou ele vai rever, como está revendo, a meta?

Então, é importante que tenhamos em mente se esse corte será apenas provisório ou se esse corte se efetivará até o final, havendo ou não excesso de arrecadação, como já se demonstrou que está havendo neste primeiro trimestre.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado José Priante, também autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero saudar a Ministra, cumprimentá-la pela diligente atenção à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação. Com certeza, a audiência desta Comissão já retrata a ansiedade do Poder Legislativo em ouvi-la, em atentar para os dados apresentados por V.Exa. nesta tarde/noite.

Lamentavelmente, os Prefeitos e os outros governantes haverão de tomar chá de maracujá por mais alguns dias, no sentido de aguardarem uma informação, que foi e é um sentimento político generalizado neste País: ver os Restos a Pagar prorrogados, em função exatamente do que foi bem dito aqui pelo Deputado Cajado, os Municípios mais pobres, mais carentes, que passam por mais dificuldades, lá dos rincões do Norte, do Pará, minha terra, e do Nordeste estão aguardando esse gesto do Governo. E foi esse o sentimento que levou esta Comissão e outras Comissões a fazerem ao Governo um apelo no sentido dessa prorrogação.

Se fizermos uma continha rápida aqui, de maneira bem geral, ampla, o ano passado foi um ano de eleição. Três meses antes da eleição e 3 meses depois da eleição, em função do processo eleitoral, houve uma suspensão de praticamente todos os encaminhamentos de medição, de pagamento de todas as ordens.

No ano passado, o Orçamento atrasou. Só foi sancionado em fevereiro. Em março houve o contingenciamento do Orçamento, greve da Caixa Econômica, uma série de fatores que não podem ser, efetivamente, desperdiçados como parâmetro de avaliação desse processo.

É claro que nós sabemos que os Restos a Pagar, na conta do Orçamento, acabam sendo uma espécie de orçamento paralelo. Aliás, fica para o novo Relator da LDO uma avaliação a ser feita junto com esta Comissão e com o Parlamento de modo geral do que aconteceu há alguns anos. Existia um dispositivo na própria LDO que já definia uma espécie de regulamentação do critério da proporcionalidade, o que seria prorrogado dos Restos a Pagar e o que não seria.

Mas eu acho que se viveu uma situação atípica nos últimos meses, Ministra, que pode e deve sensibilizar o Governo — essa é uma expectativa que têm todos os Prefeitos e Governadores do Brasil com relação ao Governo da Presidente Dilma. Eu me somo a essa expectativa. Tenho certeza de que não haverá essa frustração dos gestores deste País afora, particularmente dos mais pobres, dos que mais estão na expectativa, porque não têm capacidade de promover investimentos em seus Municípios.

Concluindo, destaco que eu me somo à expectativa de todos aqueles que aguardam essa resposta positiva do Governo Federal. É esse é o sentimento dos gestores do meu Estado, o Pará, da Capital Belém e de todo o Norte do Brasil.

Ministra, tenho certeza de que a influência de V.Exa., levando todo o sentimento que está sendo expressado aqui, convencerá internamente o Governo a prorrogar esse prazo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Priante a obediência, como sempre, ao horário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Amauri Teixeira, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Inicialmente, Ministra, quero parabenizá-la. Um dos nossos objetivos ao convidá-la foi exatamente para prestar esse esclarecimento.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

O Governo Dilma tem-se caracterizado pela presença de todos os seus Ministros nesta Casa para vir prestar esclarecimentos — e como convidados, não só por obrigação constitucional. Hoje, pela manhã, esteve aqui o Ministro José Eduardo Cardozo; o Ministro Padilha já esteve aqui diversas vezes; também já esteve o Ministro Afonso; o ~~ho~~ ex-Senador, Ministro da Ciência e Tecnologia, já esteve aqui e virá novamente.

O Governo tem travado um diálogo permanente no sentido de estabelecer uma boa convivência com o Parlamento. Mas mesmo sendo da base, mesmo concordando com as medidas — elas são necessárias para debelar a inflação e para segurar o ritmo —, achamos que deve haver nelas alguns ajustes.

Primeiro, concordamos que o decreto deve ser prorrogado, não só porque há obras iniciadas — sabemos que um dos grandes prejuízos deste País é iniciar obras e não terminá-las —, mas compras já foram feitas, máquinas foram compradas. O Prefeito de Amargosa esta semana me disse que comprou máquina de convênio e que a compra vai ser cancelada. Os pequenos e médios Municípios, sobretudo do Norte e Nordeste deste País, não têm como arcar.

Ministra, preocupa-nos não só garantir — e nos alegra ter garantido para a Saúde e para a Educação um aumento nos investimentos... Preocupava-nos muito, e V.Exa. trouxe um esclarecimento bastante necessário, o corte na área de Educação, a implementação dos Institutos de Educação e Pesquisa, os IEPs. Fui a Irecê. Inclusive, lá se dizia que os ares-condicionados dos IEPs de Irecê não seriam instalados em função de cortes. Fico muito satisfeito com o esclarecimento de V.Exa. de que não haverá corte, mas aumento de recursos para essas áreas, sobretudo para a Saúde e a Educação. Mas também nos preocupa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. tem mais um minuto.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Vou concluir. Não vou fazer como fez o Deputado Cajado.

Mas também nos preocupa não só garantir investimentos para áreas essenciais, tanto de infraestrutura econômica como sociais, como para setores estratégicos de Governo.

O corte de diárias da Receita Federal tem de ser melhor precisado, para não impedir seu funcionamento, assim como na contratação de pessoal para a Receita Federal e para o Ministério do Trabalho, que é essencial para o combate do trabalho escravo; para a Polícia Rodoviária Federal... Na Bahia, Ministra, o número de mortes aumentou muito; passou de 6, no ano passado, para 22 neste ano. É preciso identificar, porque isso reduz....

O IPEA é um órgão de um setor estratégico. Então, há diversos órgãos estratégicos no Governo que precisam ter garantidos seus investimentos, como a ANATEL e outros, para manter o Estado brasileiro funcionando no mesmo nível, para manter, inclusive, o desenvolvimento econômico deste País.

Ministra, gostaria de parabenizar V.Exa. e dizer que confiamos que esses cortes serão feitos com critério.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Amauri Teixeira.

Com a palavra o Sr. Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - Sr. Presidente, parabenizo a Ministra Miriam Belchior pela sua apresentação e toda a área econômica do Governo pelo foco que tem mantido no combate à inflação, sem perder de vista a necessidade de manutenção dos investimentos, porque são esses mesmos investimentos que, num futuro breve, nos ajudarão a combater a inflação à medida que criam condições para o País crescer, desenvolver-se e melhorar a oferta, o que com certeza ajuda o País a gerar emprego e a evitar a inflação.

Por isso, parabenizo a Ministra por sua apresentação e pela política firme de combate à inflação, sem perder o horizonte na geração de emprego, moderando o crescimento e o consumo.

Ministra, percebe-se, pela fortíssima audiência nesta Comissão hoje à tarde, que o tema que todos querem discutir mais urgentemente nesta Casa, além da fundamental importância da LDO e do PPA, é a questão dos Restos a Pagar.

Tenho certeza de que a Presidente Dilma vai analisar o tema com carinho, com base nos dados levantados por toda a equipe técnica do Governo.

Eu, que sou Deputado de primeiro mandato, assumi agora, portanto, não tenho emendas de 2007, 2008 e 2009. Tenho convivido com um conjunto de Prefeitos — do meu e de outros Estados — e Governadores, como o do Estado da Bahia, e ouvido deles a respeito de recursos importantes que estão alocados para investimentos nos Municípios e nos Estados, e que são frutos dessas emendas.

Nós temos, evidentemente, um grande gargalo. Deixo uma sugestão para a área técnica do Governo analisar. Não é possível haver procedimentos similares para obras de importância, vulto e investimentos muito diferentes. Uma pequena quadra construída num colégio municipal não pode ter o mesmo procedimento de

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

investimentos de 5 milhões, 10 milhões, 20 milhões num Estado ou num Município, como é feito hoje. Não é possível que obras cujos procedimentos tenham sido iniciados sejam várias vezes analisadas por técnicos diferentes; cinco, seis, oito, às vezes dez técnicos pegam um processo e cada um encontra uma vírgula diferente em cada lugar.

Portanto, o número de Prefeitas e de Prefeitos ansiosos, eu diria até o Governo do Estado... Há obras importantes, como a real estruturação da Feira de São Joaquim, feira popular importantíssima, na qual trabalham quase 20 mil pessoas, que dependem dessas emendas que foram apresentadas. Por isso, é urgente e necessário que, por unanimidade, aproveemos também em nossa Comissão o adiamento.

Esse adiamento se faz necessário até para o próprio Governo ter, de forma mais detalhada, um raio X mais preciso da condição de cada obra. Assim, em breve, daqui a 2, 5, 6 meses, quando o corte for feito, que seja um corte mais cirúrgico, limpando esse passivo do que não irá se realizar ou do que não tenha, efetivamente, condições de se materializar, e preservando o que... Até porque, como V.Exa. mesma falou, há importância em se manter os investimentos porque muitas dessas emendas, a maioria delas, são destinadas à infraestrutura, algumas na área de saúde, na área de educação e urbana. Por isso a necessidade urgente que os Municípios ou os próprios Estados têm da manutenção dessas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Rui Costa.

Com a palavra o Deputado Heuler Cruvinel, também do Democratas, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, para que nós concluamos a participação de todos os autores de requerimentos.

O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sra. Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a quem, primeiramente, quero agradecer por atender ao nosso requerimento para que aqui estivesse hoje, a fim de fazer a explanação sobre a LDO para 2012 e também prestar esclarecimentos sobre a dotação orçamentária para 2011, nesta junção das três Comissões.

Lógico que os Restos a Pagar são de importância para todos os Prefeitos, os quais estão esperando essa prorrogação de, no mínimo, 6 meses, até 31 de dezembro deste ano. Mas o que eu quero falar é relativo ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na condição de candidata, no ano passado, a Presidente Dilma havia assegurado que nenhum contingenciamento que se fizesse necessário atingiria programas sociais do Palácio do Planalto. Porém, há alguns dias, foi anunciado que o Governo bloqueou 40% do Orçamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, que oferece moradias à população de baixa renda, às pessoas carentes.

Sendo esse programa uma das principais bandeiras de campanha da Presidente Dilma e sendo que a dotação orçamentária desse programa residencial, que era de 12 bilhões e 700 milhões de reais para o ano de 2011, foi reduzida para 7 bilhões e 600 milhões de reais, V.Exa. não considera incoerente o corte de verbas nesse programa, no valor de 5 bilhões e 100 milhões de reais, sendo que houve a ampliação da máquina governamental, com a manutenção dos 37 Ministérios já existentes e a criação de outros, e também a criação da Autoridade Pública Olímpica?

É só isso, Sr. Presidente, economizando o tempo gasto pelo meu colega Claudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos somar os dois e dar a média.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Se V.Exa. me permitir, eu posso usar o resto do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Cajado é uma figura!

Indago aos Srs. Presidentes das Comissões envolvidas na reunião se desejam fazer uso da palavra. Com certeza, farão.

O 1º Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, o queridíssimo Deputado Roberto Britto, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Ministra, gostaria de parabenizá-la pela sua exposição, realmente brilhante, muito clara, objetiva. Fiquei satisfeito com a sua exposição.

Mas tenho aqui algumas questões que eu gostaria que, se possível, V.Exa. esclarecesse.

O problema deste Decreto nº 7.418, que é o decreto das emendas — vamos considerá-lo assim —, sobre o qual por demais os colegas já comentaram, nós estamos sabendo muito claramente.

Porém, o que me deixa preocupado é que o Governo Lula criou o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, que tem um resultado fantástico. Sabemos o que ele representou e o que representa para o nosso País. E V.Exa. foi uma daquelas pessoas que realmente conduziu essa locomotiva do PAC. E as emendas parlamentares, Ministra, são um verdadeiro PAC dos pequenos Municípios.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

Eu sou da Bahia, do Nordeste, e sabemos que as cidades de 3 mil, 4 mil habitantes não têm FPM, não têm ICMS do Governo Federal e muito menos receita própria. Então, vivem e sobrevivem sobremaneira das emendas dos Parlamentares.

Essas emendas não podem ser contingenciadas. Essas emendas, Ministra, têm que ser aplicadas para o bem dos Municípios, para o bem do nosso País; caso contrário, V.Exa. verá a falência dos pequenos Municípios.

Eu falo isso porque sou votado em 415 Municípios do Estado da Bahia, que tem 417 Municípios. Conheço praticamente todos os Municípios da Bahia e sei dos problemas neles existentes.

Faço aqui um apelo, em nome do povo baiano, em nome do povo brasileiro, para que V.Exa. possa, com sua sensibilidade e sua alma feminina, prorrogar esse decreto até o final do ano.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de trazer outra questão também referente a isso. É o problema da Caixa Econômica Federal. Não temos nada contra a Caixa, só elogios a fazer. Mas, Ministra, o que estão fazendo com a Caixa e o que a Caixa está fazendo conosco é um verdadeiro absurdo. A Caixa não tem funcionários, não tem técnicos para fazer análise. É preciso, Ministra, que se coloquem outros bancos — como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste — para que possam fazer análise dos projetos. Esses projetos não podem ficar à mercê dos técnicos, porque nós estamos sendo prejudicados em função da falta de técnicos para a análise dos projetos. Esse é o apelo que faço.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano sente-se extremamente honrada em estar participando desta sua apresentação, e eu tenho certeza de que V.Exa. virá outras vezes, pela sua simpatia e cordialidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Roberto Britto.

Peço que a assembleia continue com a mesma disciplina e o mesmo silêncio. A reunião está correndo com a máxima disciplina e a compreensão de todos os Deputados.

Com a palavra o economista e companheiro Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Cláudio Puty. É assim a pronúncia?

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sim, é indígena.

Obrigado, Senador Vital do Rêgo. Gostaria de saudar, em seu nome, todos os membros da Mesa e das Comissões, particularmente da Comissão de Finanças e Tributação, que presido.

Sra. Ministra, quero parabenizá-la. A apresentação de V.Exa. esclarece para a imprensa e para todos nós Parlamentares alguns dos elementos que fazem o Governo Dilma como continuação do Governo Lula ser um sucesso.

Ao colocar na LDO duas importantes prioridades, o combate à pobreza extrema e o PAC, acenamos que a inclusão social é um dos elementos centrais que marcou nosso projeto nos últimos anos e nos vai guiar também nos próximos.

Como mencionou o Deputado Roberto Britto — quem já participou de um governo sabe que se tem de ter foco, como em tudo na vida —, o objetivo do Governo Federal é ter foco e mirar nas obras que vão destravar a logística do País e possibilitar taxas de crescimento sustentável.

Saímos do varejo e entramos numa nova fase: o Governo planeja o seu futuro. Em um ano de PPA, isso é fundamental. Então, a primeira LDO do Governo Dilma sinaliza claramente um rumo para o País. Isso é fundamental.

Quero também tecer alguns comentários sobre outros itens associados à apresentação de V.Exa. que têm sido tema de debate na imprensa — vale a pena para aqueles como eu, da base do Governo, empreender tanto com a Oposição quanto com setores que considero excessivamente conservadores da nossa valorosa imprensa. Ficou muito claro em sua apresentação, pelos resultados dos primeiros 3, 4 meses do ano, que o esforço de ajuste fiscal do Governo é consistente. Há um contingenciamento acima da média do contingenciamento dos últimos anos, uma sinalização importante de que o Governo não vai medir esforços no sentido de, no momento em que superamos a crise econômica, que aqui no Brasil assumiu mesmo aspectos de marolinha, acumularmos gordura, cortando alguns gastos ineficientes. O resultado do Governo nesses primeiros meses sinaliza que há compromisso com a austeridade fiscal. Porém, não uma austeridade fiscal feita em anos talvez de não tão boa memória, uma austeridade fiscal que tratava qualquer gasto como algo a ser contingenciado, até mesmo as despesas de investimento necessárias para destravar o País.

Ao retirar a possibilidade das obras do PAC do cálculo do superávit primário, seguindo aquele movimento feito anteriormente de retirada de investimento da PETROBRAS, do grupo ELETROBRAS, o

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

Governo sinaliza que, de um lado, organiza as contas públicas e, de outro, consegue orientar no sentido do crescimento sustentável. Isso está presente nessa outra LDO e é um elemento fundamental para que consigamos conter a inflação a partir da disciplina fiscal e, ao mesmo tempo, avançar na capacidade instalada.

Por fim, outro debate diz respeito às, talvez, mal interpretadas ações do Governo no que se refere às ações do TCU para o embargo de algumas obras fundamentais. Não é correto, do ponto de vista do crescimento econômico, daquilo que almejamos para os próximos anos, que relatórios preliminares, sem acórdãos, sem decisão monocrática de Ministro do Tribunal de Contas, possam paralisar obras.

Quero saudar o Governo por se mostrar absolutamente aberto a prestar informações ao Tribunal de Contas da União no sentido de pedir, por meio da LDO, a possibilidade de enviar as informações antes que as obras sejam paralisadas. Como se mostrou aqui e foi noticiado pelo jornal *O Globo*, das trinta e tantas obras paralisadas com simples informações adicionais, 12 já foram liberadas.

Portanto, não podemos penalizar o País. Queremos, sim, rigor na fiscalização, austeridade, abertura das contas, combate à corrupção, mas não podemos, com relatórios preliminares, paralisar obras tão importantes.

Parabéns a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Cláudio Puty.

Com a palavra o meu queridíssimo colega, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, uma das maiores autoridades do Senado, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL - Cumprimento o Presidente, o Senador Vital do Rêgo; o Vice-Presidente da Comissão de Orçamento; os Senadores e Senadoras, os Deputados e Deputadas Federais presentes. Cumprimento também os Presidentes de Comissão, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator da LDO 2012, e especialmente a Ministra Miriam Belchior e a sua equipe.

Eu quero registrar, Ministra, a forma didática, objetiva e ágil da apresentação feita por V.Exa. Primeiro, mostrou o cenário brasileiro, mas mostrou também o cenário internacional. Às vezes percebemos, ao longo do tempo, que centram fogo em alguns números da macroeconomia brasileira, mas esquecem que existe hoje uma ocorrência importante, que é a preocupação, em vários países, com a inflação, sobretudo a inflação relacionada a *commodities*, o que ficou muito claro na exposição de V.Exa.

O compromisso com a meta de inflação de 4,5% é a maior preocupação do Governo, que vai perseguir de todas as maneiras, mas entendendo que o Brasil está comprometido com o crescimento, mantendo, portanto, taxas de crescimento ao longo do Governo da Presidenta Dilma próximas de 4,5%, 5%.

É importante registrar os cortes que foram feitos até para que se revertesse o quadro de crise que havia em 2009. Muitas pessoas afirmam que estão cortando agora porque gastaram muito lá atrás. Não é verdade. É que a realidade era diferente da que vivenciamos hoje.

A questão do superávit mantido em 3%, dentro daquilo que vinha sendo projetado. São números muito importantes, especialmente no que se refere — é fundamental registrar isto — à relação entre dívida pública e PIB, que está caindo, hoje de 37%, aproximadamente, mas com previsão de 25,7% para 2015. É um dado absolutamente alvissareiro, uma informação muito importante para todos nós do Congresso Nacional.

Os compromissos do Governo, especialmente com a LDO, com os próximos orçamentos, alinhando as ações do Governo com a LDO. Isso é extremamente relevante. Há preocupação do Governo, particularmente do Ministério do Planejamento, quanto ao alinhamento das ações governamentais com a LDO, para que a LDO seja, de fato, um instrumento de políticas do Governo.

Minha cara Ministra Miriam Belchior, estão aqui vários Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos. Considero muito feliz a iniciativa do Senador Vital do Rêgo de chamar todas as Comissões, uma vez que várias Comissões queriam ouvi-la.

Para concluir, também manifesto minha preocupação. Digo isso em nome dos Senadores e Senadoras. O Brasil, fundamentalmente, tem grandes desafios — a infraestrutura, a logística e, acima de tudo, o combate à miséria, que são prioridades da Presidenta Dilma —, mas não podemos deixar de lado, mesmo em se tratando de projeto de bilhões, de milhões, principalmente os eventos originados das emendas parlamentares. Às vezes, quando falamos em 150 mil, 200 mil reais, parece que é pouco, em razão do que vai gastar, por exemplo, a PETROBRAS ou o Programa de Aceleração do Crescimento, mas aquilo impacta o dia a dia dos Municípios, o dia a dia das pessoas. O Brasil existe e vive nos pequenos e médios Municípios.

Eu não tenho dúvida de que a Presidenta Dilma vai avaliar essa questão com muito cuidado, com muita sensibilidade, porque os Prefeitos, as Prefeitas e as comunidades das pequenas cidades e dos médios



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL
26/04/2011

Municípios esperam por essa decisão. Não podemos interromper emendas que já foram liberadas, serviços que estão sendo prestados. Podem vir a ser suspensos por questões de 2007, de 2008, talvez de 2009. Menciono tratamento que já foi proposto aqui, de extensão talvez do decreto, para que os Municípios se ajustem.

Ministra Miriam Belchior, V.Exa. é uma Ministra dinâmica. Observe também a questão da Caixa Econômica Federal. Os nossos Prefeitos e Prefeitas têm enfrentado muitas dificuldades para viabilizar esses recursos para as suas cidades. Portanto, é necessária uma atenção especialíssima nessa análise dos projetos pela Caixa Econômica Federal.

Para concluir, Sra. Ministra, no que se refere à questão do Tribunal de Contas relatada aqui, que é uma inovação nesta LDO, penso que a decisão de um Ministro é fundamental. Não podemos suspender uma obra com relatório preliminar. Estão aí várias obras paralisadas por causa de relatórios preliminares do Tribunal de Contas da União.

Outro aspecto importante: não podemos comparar obras do Programa de Aceleração do Crescimento — dou como exemplo um que V.Exa. citou, a RNEST — com obras da Caixa Econômica Federal de moradia, de casa popular. Não se pode confundir uma casa de força de uma usina com uma edificação de uma casa popular. São questões bem diferentes.

Pela maneira com que V.Exa. fez sua explanação, com muita competência, acreditamos que vamos fazer um bom trabalho na Comissão de Orçamento. E o Governo, se Deus quiser, vai começar, em 1º de janeiro, com o Orçamento de 2012 já vigente.

Parabéns, Ministra Miriam Belchior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral.

Vamos ouvir agora os três eminentes Relatores dos projetos que passaremos o ano analisando.

Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero cumprimentar todos os Srs. Senadores, todos os Srs. Deputados, as lideranças aqui presentes.

Cumprimento a Ministra Miriam Belchior, parabenizando-a pela excelente apresentação desse contexto orçamentário brasileiro.

Quero agradecer a todos os colegas e lideranças que nos apoiaram relativamente a essa missão árdua e delicada de elaboração da LDO. Precisamos contar com o apoio de todos os companheiros. Agradeço, sobretudo, ao Senador Walter Pinheiro, que foi uma das pessoas que, desde o primeiro momento, se colocou junto conosco, bem como ao Sr. Deputado Gilmar Machado, ao Sr. Senador Francisco Dornelles, ao meu amigo Deputado Roberto Britto, Vice-Presidente que participa desta reunião, ao Presidente da Comissão. Agradeço à Ministra do Planejamento a simpatia, aos colegas da SOF, onde passei mais de 15 anos de minha vida.

Estamos muito entusiasmados com essa missão, acreditando que podemos, Ministra, fazer uma caminhada juntos: Ministério do Planejamento, Comissão Mista de Orçamento, nosso Relator-Geral, o Deputado Arlindo Chinaglia, nosso eterno Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, que tem a incumbência de relatar aqui o PPA, peça decisiva para o futuro do Brasil no que diz respeito aos investimentos públicos.

Eu gostaria, Sra. Ministra, de fazer um apontamento para V.Exa. sobre uma questão que nos preocupou. Ao discutirmos a mensagem do Executivo, pudemos ver que o projeto da LDO para 2012 estabelece que a meta de resultado primário do setor público deva ser de 139,8 bilhões, número que V.Exa. nos apresentou há pouco. E esse projeto prevê que essa meta pode ser reduzida em 40,6 bilhões para atender o PAC em 2012.

O Poder Executivo tem-se utilizado até agora desse mecanismo para reduzir a meta na elaboração, mas não na execução. E, em 2011, o Orçamento está sendo contingenciado em 50 bilhões, dos quais 32 decorreram justamente dessa faculdade de abatimento. O dispositivo da LDO, portanto, está sendo utilizado para reduzir a meta de resultado primário apenas na elaboração, mantendo-se, na execução, a meta cheia, o que compromete a execução das demais despesas. Nessa situação, a vigora, o Orçamento de 2012 poderia ser iniciado já com o contingenciamento desses 40,6 bilhões. Isso provocaria a inexecução de grande parte do orçamento decorrente de contingenciamento durante o exercício futuro. Pergunto a V.Exa. se já existe alguma proposta para equacionar tais problemas futuros. Essa matéria é fulcral dentro desse contexto que passamos já a analisar.

Tenho várias outras perguntas, Sra. Ministra, mas vou me bater ainda mais um pouco nesse aspecto dos Restos a Pagar, que já foi cantado e decantado por vários companheiros. Creio que é muito importante para



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL

26/04/2011

esses Prefeitos e para os nossos Municípios. Quando viajamos pelo interior de Minas Gerais, identificamos ainda aquele interior pobre. Aqui ouvi observações do Senador Delcídio e de colegas da Bahia, mostraram também um quadro parecido com essa expectativa que, muitas vezes, eu sinto.

Eu acho que é muito importante que a Presidenta Dilma, apoiada por uma proposta de V.Exa., de fato, possa prorrogar esse decreto, que seria um verdadeiro calote, com inúmeras execuções judiciais já a caminho. Há escritórios de advocacia montados para isso em muitos lugares. Vejo que poderemos desarmar um grande problema burocrático e judicial futuro, mas vejo que esse estoque de Restos a Pagar é crescente a cada final de exercício.

Eu me coloco à disposição dos colegas e de V.Exa. para, talvez, armarmos algum mecanismo no qual a LDO possa minimizar esse aspecto, talvez criando alguma forma de gestão mais eficaz, com reserva financeira específica para bancar os Restos a Pagar futuros, a fim de não deixarmos que a receita corrente do exercício futuro pague os Restos a Pagar de 2 ou 3 anos atrás.

Então, quero me colocar à disposição para estudarmos juntos. Teremos mais de 60 dias pela frente. Estou à disposição de V.Exa., dos seus técnicos, do nosso Relator-Geral, de todos os colegas, da Relatora do PPA, a fim de que possamos realmente caminhar de mãos dadas e ter, no final do ano, um resultado positivo, tanto na LDO, até o mês de julho, quanto no orçamento anual, para que a LDO seja um instrumento facilitador da elaboração do orçamento e também do PPA.

Agradeço a gentileza de V.Exa. e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Muito obrigado, Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Passo a palavra à Relatora do PPA, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer uma saudação à nossa Ministra do Planejamento. É um prazer tê-la nesta Casa.

Também destaco a exposição inicial que V.Exa. fez, engrandecendo a Comissão Mista de Orçamento, trazendo para cá a discussão dos grandes temas nacionais, das políticas de macroeconomia deste País, colocando a política fiscal como uma das sustentadoras dessa grande política, ao lado das medidas macroprudenciais, das restrições seletivas que se tem feito no consumo e no crédito, da gestão da política de juros, dos ajustes de câmbio, mostrando a importância da política fiscal para que tenhamos um bom desenvolvimento da economia do País. Acho que isso é muito relevante e deve ser, com certeza, um dos focos da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Mostra o que significou já a consolidação fiscal proposta por V.Exa., pelo Ministério da Fazenda, com os cortes orçamentários. Pudemos ver que o resultado primário já foi ultrapassado no primeiro quadrimestre — já está em 25 bilhões. Com certeza, isso é um dos fatos que nos está levando a segurar o processo inflacionário no País, a despeito do processo inflacionário mundial.

Quero dizer também a V.Exa. que fico muito feliz em relatar o Plano Plurianual, porque ele é uma consolidação do resgate da função de planejamento do Estado. Mais do que isso, vem agora como um instrumento gerencial de governo, o que é muito importante. Tenho certeza de que vai contribuir muito para enriquecer os debates no Congresso e também para que possamos acompanhar as prioridades do Governo.

Em relação à LDO há pontos importantíssimos sendo trazidos a esta Casa, como a questão da elevação constante e consistente do valor do salário mínimo, política que foi aprovada pelo Congresso Nacional e que já está na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Menciono ainda a redução acentuada da dívida líquida em relação ao PIB, o reforço dos programas de aceleração do crescimento, com a manutenção do dispositivo que permite a retirada dos investimentos do PAC do cálculo da meta de superávit primário, 1/12 de execução dos investimentos. Realmente não podemos interromper os investimentos, principalmente em relação à Copa do Mundo e às Olimpíadas. Cito ainda a exigência, para que as obras sejam paralisadas, de que haja decisão de pelo menos um dos Ministros do Tribunal de Contas da União. Há que se ter responsabilidade institucional nesse processo. Louvo esta informação: os cortes processados no Orçamento precisam vir acompanhados de medidas firmes e fortes de gestão.

Parece-me que são pontos relevantes a serem discutidos nesta Comissão. Agora, a impressão que tenho, Ministra, é de que começamos a discutir esses pontos relevantes, discutimos, mas caímos naquilo que me parece o mais relevante para esta Comissão, as emendas parlamentares. Ou seja, acabamos reduzindo o debate à questão das emendas. Não que eu não ache as emendas importantes. As emendas são importantes. Aliás, emendar é um dos pressupostos desta Casa. Agora, não dá para dizer que as emendas parlamentares são responsáveis pela redução da pobreza ou pelo desenvolvimento da infraestrutura deste País. Sempre

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

tivemos emendas de orçamento — acompanho há muito tempo a Comissão Mista de Orçamento —, mas só houve redução consistente da pobreza no País quando ocorreu um programa estruturado de governo, que foi consubstanciado no PAC, no Minha Casa, Minha Vida, numa política de crescimento do salário mínimo, na política que existe no Ministério de Desenvolvimento Social, o Bolsa Família, e na distribuição de renda. As emendas auxiliam esse processo.

Parece que tínhamos, até para resolver o RAP, os Restos a Pagar, e essas questões de emenda, de nos debruçar um pouco sobre o processo interno da Casa. Não me parece consistente continuarmos, por exemplo, com os valores de emendas que existem hoje para os Deputados e Senadores, até porque não há condições de fazermos essa execução. E nós ficamos brincando. Aumentamos receita, apresentamos emendas; depois essas emendas são empenhadas, e ficam em Restos a Pagar. E seguimos nessa discussão, prometendo algo que muitas vezes não podemos entregar aos nossos Prefeitos, aos nossos governantes.

Então, parece-me que esta Casa poderia também realizar uma discussão — o Ministério do Planejamento pode nos ajudar, principalmente a SOF — para que haja um processo de colocação de emendas cuja execução seja factível, o orçamento não venha cem por cento programado e não possamos aumentar a receita para consubstanciar emendas. Que o aumento de receita seja depois do aumento que venha a ser discutido por crédito. Precisamos ter, Ministra, por parte do Executivo também, havendo essas adequações na Casa, a certeza de que haverá a execução das emendas propostas. A criação de um grupo de trabalho foi aprovada na última reunião da Comissão — o Presidente Vital do Rêgo tem se empenhado muito nisso —, para se melhorar o processo orçamentário.

Precisamos da colaboração do Congresso Nacional no que se refere a todas as medidas e esforços que o Governo e a sociedade brasileira vêm fazendo quanto ao enfrentamento da inflação e à gestão da macroeconomia do País.

Deixo isso registrado e digo que também temos responsabilidade nesse processo.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de propor que a Ministra responda esse primeiro bloco de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Sua questão de ordem está plenamente aceita. Vamos concluir com os Relatores. A Ministra se pronunciará durante 10 minutos, e depois retomaremos a lista de inscritos para proceder à oitiva de todos os Senadores e Senadoras.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, outra questão de ordem, que pode ser aditada à questão de ordem do companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Peçam a palavra pela ordem, em observação ao Regimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

V.Exa. permitirá que haja tréplica?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não sei. (Risos.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não, Sr. Presidente. Não, não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, é regimental.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu quero levantar a seguinte questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu vou pedir ao Deputado José Guimarães... Vamos continuar.

Vou conceder a palavra ao meu Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia. Permita-me sempre chamá-lo assim, em homenagem a V.Exa., Deputado. Com todo o seu cabelo branco, seu passado, sua experiência, V.Exa. continuará sendo sempre meu Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral do Orçamento.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado.

Cumprimento todos os membros da Mesa, especialmente a Ministra Miriam Belchior.

Eu avalio que, pela função, a palavra mais importante neste momento é a do Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Eu quero fazer um registro inicial e dizer que essa sua disposição, Deputado, como Relator da LDO, ouvindo a Comissão Mista de Orçamento e ao mesmo tempo articulando com o Governo no sentido de darmos saída para atingir os objetivos e manter aquele que é o papel precípua desta Comissão, só pode estar orientada pelo Presidente desta Comissão, o Senador Vital do Rêgo. Imagino que aí vai estar o nosso maior desafio.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****26/04/2011**

Com toda a cautela necessária, Ministra, é evidente que na sua apresentação inicial — quero cumprimentá-la por isso — estão os objetivos mais nobres. Ocorre que alguns Parlamentares, inclusive da base do Governo e do PT, ponderaram sobre a necessidade de conciliar e o papel que o Congresso tem naturalmente de, com a responsabilidade devida, também fazer valer a sua opinião. Penso que aí vai estar o nosso trabalho. A sua exposição aqui hoje contribui também para o absoluto desarmamento de espírito. V.Exa. não fugiu de nenhum tema, apresentou aquilo que é a posição de governo. Eu diria até que não surpreendeu. Pode ter surpreendido aqueles que imaginavam inicialmente que V.Exa. poderia tentar não jogar tanta luz sobre problemas difíceis de serem solucionados.

Eu quero dizer que, com referência a Restos a Pagar, em que pese o próprio nome — se são restos a pagar, deveriam ser pagos —, o cuidado que devemos ter é no sentido de que os Restos a Pagar não passem a governar o País a partir de agora. Da maneira como V.Exa. fez a apresentação e da maneira como também foi aqui ponderado por vários Deputados e Senadores, creio que estou moderadamente otimista quanto a nós, ao debatermos este Orçamento, conciliarmos aquilo que é um passado que tem de ser resolvido e aquilo que é um futuro que tem de ser objetivado, tem de ser buscado.

Cumprimento V.Exa. e me solidarizo com o Relator da LDO e, claro, com a Relatora do PPA, que chamou a atenção de maneira bastante exuberante para a responsabilidade que esta Comissão tem demonstrado.

Parabéns a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Arlindo Chinaglia.

Com a palavra a nossa Ministra Miriam Belchior, para, num prazo de 10 minutos, tentar sintetizar as suas respostas aos Srs. Deputados e Senadores, nesta primeira etapa.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - ~~Vou tentar falar nos 10 minutos.~~

Eu agrupei os questionamentos por temas. Em alguns casos, vou até citar o Deputado ou o Senador que apresentou a questão, mas vou responder por bloco, porque eu acho que fica mais fácil, já que as perguntas se superpõem.

Quero começar com o Minha Casa, Minha Vida. O primeiro esclarecimento importante: a tabela ali, acho, mostra que o Minha Casa, Minha Vida não é só OGU. Se fosse só OGU, ele seria um terço, um pouco mais, 40% do programa. É importante saber que os recursos do Minha Casa, Minha Vida não são só recursos orçamentários, também são recursos do Fundo de Garantia. Então, não é possível pegar o ajuste feito no Orçamento e fazê-lo como esse tendo sido o corte, de 40%. Não foi isso. Foi feito o ajuste de 14%.

Vários Deputados já passaram aqui e me perguntaram: “Vai ser ajustado o preço das unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida em cada uma das regiões do País?” Nós estamos trabalhando exatamente nisso. É provável que o Congresso, neste mês ou no começo do próximo, aprove a medida provisória. Então, esses recursos, que são 5% superiores aos do ano passado, serão suficientes para garantir, repito, aquilo que já está contratado e em andamento.

Nós já entregamos 250 mil unidades. Até o final do ano, serão 500 mil unidades. Acho que 78% do milhão já estão em andamento, porque uma grande parte foi contratada no final do ano passado. Então, esse é um programa exitoso, é fundamental tanto para o desenvolvimento do País quanto, do ponto de vista social, para a garantia de moradia digna para a população brasileira de baixa renda.

O compromisso da ex-Ministra Dilma, atual Presidenta Dilma Rousseff, é, de fato, manter a meta dos 2 milhões de unidades. E os recursos previstos neste ano garantirão a etapa que vai ser feita neste ano.

Gostaria de fazer um comentário em relação ao que apontou o Deputado Heuler. Eu considero que há, sim, gorduras no Governo Federal. Nós estamos trabalhando fortemente para que essas gorduras sejam dissipadas, mas me causa estranheza ataque à constituição da APO e da Secretaria de Aviação Civil, dado que são dois desafios importantíssimos para o desenvolvimento do nosso País. Mas, claro, este é um espaço democrático para o nosso debate.

Eu acho que essa é uma preocupação comum. Todos aqui, suponho, querem os 2 milhões de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida. Nós estamos trabalhando para isso.

Uma observação a respeito da receita foi feita, se não me engano, pelo Deputado Claudio Cajado. É verdade que houve incremento em relação a 2010, mas, se formos ver o que está previsto para 2011, vamos perceber que essa diferença é bastante pequena, exatamente porque a receita foi muito ampliada relativamente a 2010.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

Eu costumo dizer para os Ministros que, quando sair no jornal que a receita bateu recorde em relação ao ano anterior, não se animem, porque a comparação tem de ser feita com o que está previsto na receita orçamentária, que, em geral, é maior do que o que esse recorde significa. De fato, a receita subiu, inclusive os números apareceram aqui, mas isso não representa, quanto à receita que saiu do Congresso, o que estamos considerando dentro do Governo Federal.

No que diz respeito aos concursos, vou repetir o que disse: estamos agindo com cuidado, estamos tomando conta especialmente daqueles que estão prestes a vencer. Esses estamos pegando primeiro. Os que não estão vencendo agora estamos deixando para depois. Então, peço paciência a todos, ao pessoal da ANEEL, ao pessoal da ANATEL, ao pessoal do Ministério do Trabalho, a vários outros. A promessa que existe é de que estamos analisando o assunto com todo o cuidado. Como eu disse, estamos começando pelos concursos que estão para vencer. Assim que tivermos, vamos anunciar, com cuidado.

Foi apresentada preocupação com as diárias. Em alguns casos, tivemos essa preocupação. Por isso fizemos uma proposta de ajuste de apenas 25% nas áreas de polícia e de fiscalização, exatamente para preservar esses serviços, que são fundamentais para o País. Agora, sabemos que existe gordura. Vão um dia antes, voltam um dia depois do necessário... É possível otimizar isso. Todos os Ministros estão se esforçando para fazer essa tarefa.

Em relação à LDO, queria aproveitar a oportunidade e já agradecer ao Relator do Orçamento, Deputado Arlindo Chinaglia, e à Senadora Gleisi Hoffmann, que vai ser a Relatora do PPA. O Ministério do Planejamento estará absolutamente à disposição dos Relatores da Comissão Mista, de todos os Deputados e Senadores, mas à disposição (*falha na gravação*) para que consigamos conduzir a discussão e a aprovação desses importantes instrumentos de planejamento do Governo brasileiro da melhor maneira possível, trabalhando para gerar consensos na medida do possível.

O Deputado Márcio me apresenta um questionamento relativo à meta de primário. Nós precisamos ter, Deputado, flexibilidade na execução. Isso é importante. V.Exa., que já foi da SOF, sabe muito bem disso, pois lidou com essas dificuldades permanentemente. Nós respeitamos o papel do Congresso Nacional, mas acreditamos que todos aqui tenham convicção da importância da execução orçamentária para o desenvolvimento do País. Então, alguma flexibilidade é necessária, mesmo que tenhamos algumas desvantagens nisso. O que posso dizer ao senhor é que estamos dispostos a conversar a respeito do assunto.

Em relação ao RAP, eu queria fazer um esclarecimento de que o decreto não alcança apenas emenda. É meio a meio: emenda e programação dos Ministérios. Alguns Parlamentares se referiram às emendas, mas metade se refere à programação dos Ministérios. É importante que cada um dos senhores saibam que não estamos discutindo apenas emendas, estamos discutindo também a execução dos Ministérios.

Concordo com os vários Parlamentares que defenderam as emendas —consideramos que elas são constitucionais, portanto, são importantes — que atendem principalmente aos pequenos Municípios. Concordo com essa avaliação. Mas eu acho também que temos de enfrentar algumas circunstâncias dos dois lados, do lado do Governo e do lado do Congresso Nacional.

Apesar do esforço fenomenal que a Caixa faz, temos problemas, e eles precisam ser enfrentados. Precisam ser enfrentados não apenas contratando-se mais pessoal para a Caixa, o que acho necessário, mas também simplificando-se procedimentos, para facilitar a questão para as Prefeituras, sem perder o rigor dos controles. Não deve haver mais que um técnico ou mais que um critério de análise. É um problema que enfrentamos até no PAC. Então, essas são questões que precisamos enfrentar.

Eu acredito que o Presidente da Caixa, Jorge Hereda, que vivenciou conosco o PAC e era o Vice-Presidente de Governo, responsável exatamente pela execução disso, esteja absolutamente comprometido com passos importantes nessa direção.

Sei que aqui há propostas de mudança. Pergunta-se: *“Por que não se diversifica? Por que é só a Caixa?”* É uma observação que me parece razoável; no entanto, é preciso ter *expertise*. Para um banco montar equipes e ganhar *expertise* quanto a isso, leva um tempo. Portanto, precisamos avaliar qual é o caminho mais curto para que isso se realize, se é um investimento maior na Caixa, se é a diversificação, se é a soma desses dois caminhos.

O Deputado José Priante fez comentários. Eu só queria realizar alguns pequenos ajustes. O Orçamento do ano passado abriu em fevereiro, mas nós não estamos falando de Restos a Pagar de 2010, eles não são alcançados pelo decreto. Da mesma forma que é verdade que o período eleitoral não permite assinatura de contrato, é verdade que permite a análise de processos. Não é necessário paralisar a análise de processos. Os

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****26/04/2011**

processos continuam sendo analisados. Eles só não podem ser assinados no período eleitoral. Isso é só para lidarmos com aqueles argumentos que valem a pena, de fato, e não com outros que não estão diretamente relacionados ao problema.

Quero reiterar aos senhores que nós fizemos este levantamento. Foi e voltou 13 vezes, não é isso, Célia? Exatamente porque quisemos ter um levantamento muito acurado da situação, para podermos tomar uma decisão que pareça ao Governo a mais justa possível. Por isso há o compromisso desse cuidado, talvez não com o atendimento de todas as demandas que aqui foram apresentadas, mas certamente com uma decisão cuidadosa, responsável em relação a esse tema.

Acredito que a Senadora Gleisi Hoffmann e também, um pouco, o Deputado Márcio Reinaldo e o Deputado Arlindo Chinaglia tenham feito reflexões importantes no sentido de não pensarmos só para trás, pensarmos também para frente. Como não voltar a ter esse problema? Acho que essa é uma reflexão importante para o Congresso Nacional. E nós, do Governo, pensamos em como resolver isso para frente.

Agradeço ao Deputado Cláudio Puty, ao Senador Delcídio, ao Deputado Arlindo, à Senadora Gleisi as referências elogiosas à minha pessoa. Não sei se as mereço.

Eu reitero toda essa parte inicial, econômica. Eu ia fazer uma outra, mas gostei tanto da que o Ministro Guido apresentou hoje de manhã no Conselho, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que substitui aquilo que minha equipe preparou, e eu também nessa madrugada, por essa outra. Entendi que ela trazia dados bastante importantes para dividir com os senhores e, como disseram alguns Parlamentares, tornar essa discussão dentro do Congresso de alto nível, com a CMO e as demais Comissões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Concluímos a primeira parte desta reunião conjunta...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, V.Exa. não concederá a tréplica?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ainda não.

Deputado Claudio Cajado, a lista continua aberta. Há 32 inscritos. A lista continua aberta. O que faremos a partir de agora, com a anuência dos senhores? São três blocos de dez Parlamentares. Neste primeiro bloco, vamos conceder 3 minutos a cada Parlamentar. Vamos tentar ouvir todos.

Com a palavra...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem. Eu tenho o maior respeito por V.Exa. Sua decisão não vou contestar. Agora, isso prejudicará um pouco futuras reuniões conjuntas, porque o debate é salutar. A Ministra respondeu algumas indagações, mas ficaram outras sem resposta. E eu gostaria de complementar. Se for para o final...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu ainda não me posicionei. V.Exa. me permita, com todo o afeto que lhe tenho. Eu quero ouvir todos, em respeito a todos os Deputados...

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - Há outros Deputados que querem falar...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. já falou, Deputado. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - Só estou defendendo quem não falou ainda, Deputado Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Mais de 30 Parlamentares ainda vão se posicionar, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem, eu aguardarei pacientemente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos começar a segunda parte da reunião.

Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Srs. Presidentes de Comissões, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, vou ser breve.

Ministra, vou direto ao assunto: veto à Lei Orçamentária Anual 2011. Primeira justificativa, superposição de programações das rodovias, manutenção. Acho até justo, Ministra. O que não acho justo são as programações ressaltadas, porque estão contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por que o Governo não vetou logo a LDO? Para que o Congresso não fosse enganado e colocasse no Orçamento e, depois, tivesse de vetar aquilo que, de forma enganosa, fomos induzidos a fazer? Esse é o primeiro questionamento.

V.Exa. disse que aqueles Parlamentares que tiveram veto em torno de 90% seriam considerados. Como é que se considera uma matéria vetada se ela não existe mais, Ministra? Eu gostaria de saber como isso funciona no Ministério de V.Exa.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

Segundo assunto, Restos a Pagar. Ministra, fui Prefeito, Presidente de Associação de Prefeitos e sei das dificuldades em que vivem os Prefeitos brasileiros. Com Restos a Pagar de 2007, 2008 já não concordo, quanto mais com de 2009. Não deu tempo de processar. Eles foram empenhados no fim de 2009. Entraram em 2010, e nós ficamos engessados durante todo o processo eleitoral. Por mais que V.Exa. diga que não foi, foi. Eu vi muitos Ministérios que nem consideraram. Ficaram paralisados lá nos Ministérios.

V.Exa. criou um suspense aqui. Tenho certeza de que *in off* V.Exa. vai terminar com esse suspense. No final desta reunião, V.Exa. vai anunciar a prorrogação desse decreto. *(Risos.)*

Por fim, Ministra, a LDO desse ano de 2009... Eu coloquei um dispositivo no art. 17, § 1º, alínea "p", para dar transparência às transferências constitucionais. Vou explicar para V.Exa.: o Governo arrecada todos os tributos compartilhados, classifica e divide de acordo com o que determina a lei ou a Constituição. Só que, nos depósitos judiciais, em todos os Programas de Recuperações Fiscais — REFIS, nos 1, 2, 3 e 4, o da crise, nos refinanciamentos administrativos, no Financiamento Estudantil — FIES, em todos o Governo está classificando sob pressão da Comissão de Finanças. Todos os meses nós nos reunimos lá. Já foram pagos, nesses dois últimos anos, Ministra, 5 bilhões de reais. Se não fosse nossa ação fiscalizadora, não existiriam nem para Estado nem para Município. E o que é pior: só pagaram a metade. Estão devendo 5 bilhões também, porque fizeram por estimativa e, quando se faz estimativa, atribui-se aos dois tributos principais compartilhados, Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, um percentual que oscila entre 25% e 32%, excluída a Previdência, quando, na realidade, ele representa 46%, 47%.

Queremos, Ministra, que esse artigo que está na LDO seja cumprido, porque foi aprovado e não foi vetado, embora aqui haja outro artigo que eu coloquei para dar transparência à renegociação dos débitos dos Estados. Esse pelo menos foi vetado. O outro está em vigor e não está sendo cumprindo, como também não estão sendo cumpridas essas programações ressalvadas, vetadas, que tanto prejudicaram os Parlamentares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Agradeço ao Deputado Júlio Cesar.

Passarei duas informações rápidas à Comissão Mista de Orçamento enquanto temos *quorum*: o Ministro Luiz Sérgio já confirmou para a próxima semana sua presença em uma audiência pública, para continuarmos tratando dos assuntos referentes aos requerimentos aprovados. A Mesa está fazendo um requerimento de audiência pública com a Caixa Econômica Federal, em conjunto com a Secretaria das Relações Institucionais e com o Ministério do Planejamento, para discutir a execução dessas obras que estão na Caixa. A Ministra já se mostrou susceptível à abertura de um diálogo com outras instituições.

O Deputado José Guimarães tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, quero apresentar quatro questões às Sras. e aos Srs. Parlamentares, não sem antes fazer uma exposição preliminar.

Ministra Miriam, houve muita expectativa sobre a vinda de V.Exa. a esta Casa. É Ministra novata. Não digo que V.Exa. não tenha uma trajetória de militância política, sobretudo forjada na luta e depois no serviço público. Eu fiquei impressionado positivamente. Quero dar um depoimento no sentido de que V.Exa. passou no teste, sobretudo pela segurança com que apresentou o conjunto das quatro questões levantadas pelos requerimentos dos Srs. Parlamentares.

O primeiro ponto que quero tratar é sobre a LDO. Não é pouca coisa para este País, que ainda convive com um índice de pessoas vivendo na extrema pobreza, o Governo fixar como um dos elementos centrais da LDO o combate à pobreza. Essa questão não é um problema apenas de governo, é do País, e precisamos transformar a LDO numa diretriz, para que todos os entes federados, de fato, assumam essa questão como uma questão estratégica do nosso modelo de desenvolvimento econômico e social.

No Nordeste brasileiro, 49% da população vive em situação de pobreza. Há 10,7 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema. Só no Ceará, há quase 1 milhão de pessoas vivendo nessa situação.

Então, quando o Governo diz para nós... Nós, do Governo e da Oposição, deveríamos dar as mãos para enfrentar essa guerra que é o combate à pobreza. Essa é a primeira consideração que quero fazer.

A segunda consideração é sobre o PPA e a ideia da regionalização. Nós não enfrentaremos o problema das desigualdades regionais e de renda se não regionalizarmos os investimentos do Orçamento.

Foi correto quando o Presidente Lula teve um olhar diferenciado para o Nordeste, porque hoje o Nordeste deixou de ser região exportadora de mão de obra desqualificada para o sul. Eu, que tenho irmãos que foram embora para o sul na década de 70, hoje vejo que todo mundo quer voltar para o Nordeste, uma região

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****26/04/2011**

que cresce a taxas superiores às taxas nacionais, com consumo e com renda. Portanto, essa regionalização é questão fundamental.

A terceira questão é sobre economia, que V.Exa. explicou no primeiro momento. Acho que isso dá tranquilidade a esta Casa. Ouvi muitos colegas Deputados preocupados com o descontrole do processo inflacionário. Os dados apresentados por V.Exa. — dívida, salário, inflação próxima à meta, redução de juros — dão tranquilidade para percebermos que o Brasil vai continuar crescendo e garantindo sua sustentabilidade.

A quarta questão é sobre Restos a Pagar. Faço uma sugestão, Ministra: separe 2007 e 2008. É muito pouco. No meu Estado, por exemplo, com o pouco esforço que fizemos, já reduzimos de 327 milhões para 135 milhões nos últimos 15 dias os Restos a Pagar na negociação com Caixa e Prefeituras. Faço uma sugestão: prorroque 2009, e 2007 e 2008 vão de acordo com o estágio da obra: iniciada, licitada. Obra a obra, para analisar o que fazer. Mas 2009, Ministra... Essa é a segurança que o Congresso Nacional precisa ter. Todos, Oposição e Governo. É muito investimento, uma parte relacionada a obras estruturantes e a outra a obras das mais variadas. Acho que preservar 2009 está de bom tamanho.

Parabéns, Presidente Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado José Guimarães.

Peço atenção. Imagino o cansaço de todos os senhores, mas, para que consigamos continuar com êxito esta sessão, peço à assistência o maior silêncio possível.

Deputado Pauderney Avelino, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente da Comissão, Sra. Ministra, fiquei preocupado quando, hoje pela manhã, nós, na Comissão de Justiça, recebemos a visita do Ministro da Justiça, que veio para participar de um seminário sobre a separação e a independência dos Poderes. E nós percebemos, Ministra, que a fala do Ministro José Cardozo, realmente, foi muito abalizada. S.Exa. conhece bem do que fala. E o que nós entendemos é que o Congresso Nacional e o Executivo não estão tendo uma relação de poderes independentes.

Eu louvo a atitude de V.Exa., que veio aqui e fez uma explanação dentro daquilo que se propôs, mas há questões de fundo nesta LDO que eu não vi, em nenhum momento, serem tratadas aqui, questões que dizem respeito à separação e à independência dos Poderes. E eu, igual à Senadora Gleisi Hoffmann, considero as emendas parlamentares importantes, mas acho que elas não podem ser o fim dos Parlamentares que compõem esta Casa. Essa relação foi criada ao longo do tempo e aprofundada nos governos dos últimos anos.

Algo que precisa ser dito é sobre nossa preocupação com o descontrole da inflação. Nós a estamos vendo e sentindo no bolso. Hoje eu dizia que fazia muito tempo — lá se vão mais de 16 anos desde que o Plano Real foi criado — que eu não sentia tão perto a insegurança que a inflação traz. Nós vemos no combustível, a gasolina, que pesa no orçamento dos cidadãos; no supermercado, que pesa no orçamento do dia a dia dos cidadãos, sejam as hortaliças, sejam os gêneros de primeira necessidade. Tudo está subindo de uma forma brutal. Há um descontrole da inflação. Lamentavelmente, há um descontrole na inflação, repito, e nós não torcemos por isso. Nós não torcemos por isso. Nós queremos a estabilidade.

Eu estou percebendo que não é só a política monetária que está sendo implementada no nosso País que vai resolver o problema da contenção da inflação. Não é só a política monetária, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Eu acho que o Executivo precisa tomar medidas mais drásticas, com a contenção das despesas correntes. E, no primeiro bimestre, Ministra, nós vimos que as despesas aumentaram em relação ao bimestre passado, em mais de 17%. No primeiro bimestre de 2010.

Eu estou preocupado com a ousadia do Executivo — e aí, permita-me, eu quero ser cavalheiro, não vou falar, de forma nenhuma, com a educação —, a ousadia com que o Executivo está agindo nesta LDO. Primeiro: propõe que a fiscalização das obras seja feita da forma como lhe aprovar. Ou seja, o Tribunal de Contas da União deixa de ser um fiscal, como está sendo agora, e a Comissão do Orçamento do Congresso Nacional, que tem um comitê de acompanhamento das obras, se não as acompanha, é por omissão. Agora, o Governo tem uma base aqui de mais de 400 Deputados, e o Congresso Nacional está abrindo mão das suas prerrogativas de fiscalizar.

Ministra, eu não concordo com essa alteração que a LDO propõe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado, para concluir.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu preciso apresentar mais dois pontos, Senador. Só dois pontos, por favor. É importante, porque aqui vem todo mundo aplaudir. Eu também quero aplaudir pontos positivos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL
26/04/2011

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Fale, Deputado, com objetividade e síntese, por favor, para obedecer o prazo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

Então, não concordo com essa alteração que está sendo proposta com relação à fiscalização das obras. Não posso concordar. Se o Congresso concordar, estará, mais uma vez, com uma venda nos olhos, dizendo: "Não precisa mais mandar projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, para ele fazer de conta que vai votar e apreciar". O art. 52 dessa LDO já vai permitir as alterações orçamentárias, desde que não modifiquem o valor global. Mas, inclusive, o Grupo de Natureza de Despesa, o GND, pode mudar de investimento para custeio. Se as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores não se derem conta disso, o Governo, o Executivo, poderá fazer a seu bel-prazer, à revelia do Congresso Nacional e desta Comissão, Senador Vital do Rêgo.

Tenho outra questão. Há tantas coisas para dizer. Quanto ao art. 54, a Presidenta da República delega, no âmbito do Poder Executivo, a abertura de créditos suplementares a que se refere o caput do art. 54.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Peço a V.Exa. que conclua.

Eu vou concluir, mas já que ninguém fala sobre essas coisas, eu tenho que falar! Parece que só eu estou falando disso! Quero chamar as consciências dos senhores! Não é possível que aqui, com mais de 400 Deputados, sem contar os Senadores, alguém não se dê conta disso! O Deputado Márcio Reinaldo Moreira já falou das metas. Mas nós temos outras questões. Por exemplo, como vai ser resolvida — foi discurso da campanha da Presidenta e não pode ficar no blá-blá-blá — a ampliação do investimento na educação? Temos hoje de 4.5% do PIB para 7% do PIB. Alguma coisa tinha que estar na LDO! E não está. Nós não podemos simplesmente ficar nas promessas.

Enfim, nos Restos a Pagar, dos 128 bilhões que ficaram no ano passado, já foram pagos este ano 8 bilhões de investimento, um pouco mais de 8 bilhões, 8,5 bilhões, mais ou menos, de Restos a Pagar — isso só em 2011 — e o Orçamento de 2011 propriamente dito, o orçamento fiscal, não chegou a 500 milhões de reais.

Nós temos hoje, Ministra, 3 orçamentos em vigor no País: um orçamento fiscal e o da seguridade; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — e haja emissão de títulos pelo Governo e aprovação desta Casa desses títulos, para capitalizar o BNDES, para esse banco fazer os empréstimos a juros subsidiados —; e ainda temos o orçamento das estatais. E o custeio, Ministra, é grave. Eu já coloquei na LDO de anos atrás e vou voltar a apresentar como emenda neste ano a fiscalização das estatais, o custeio das estatais, que não passa pelo Orçamento. Nenhum de V.Exas. aqui sabe o que as estatais estão fazendo com o custeio, porque é diferente do investimento, Senador. O investimento passa, mas o custeio não!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado. Permita-me V.Exa., porque seu tempo encerrou.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu lamento, Sr. Presidente. Infelizmente, vou cumprir o horário, mas gostaria de continuar falando para que V.Exas. coloquem a mão na consciência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Nós teremos outras oportunidades, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra, meu caro amigo Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Sr. Presidente desta Comissão, meu caro Senador Vital do Rêgo, em primeiro lugar, quero muito diretamente dizer que não é nenhuma surpresa de nossa parte o fato de haver firmeza e tranquilidade na exposição da Ministra. Até porque, na realidade, o que faz a Ministra do Planejamento é exatamente apresentar o correto remédio que este Governo apresenta neste primeiro momento.

Então, quem participou, quem tem a capacidade de estar junto nisso, apresenta essa tranquilidade. Nada forjado nem tampouco elaborado e que precise ser lido minuciosamente, como se fosse um exercício do dever.

Primeiro, gostaria de tocar no assunto que diz respeito aos aspectos da macroeconomia. Nós não podemos discutir aqui a LDO. Por isso, acho importante um Relator como o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, porque temos a capacidade de fazer exatamente a junção do que significa a LDO, o Orçamento e o PPA na macroeconomia.

Louvo, inclusive, a atitude corajosa do Governo em trazer para cá o debate regionalizado do Plano Plurianual, a busca de vincular as ações que vão automaticamente para o Orçamento, para esse PPA,



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL
26/04/2011

ganhando, portanto, contornos de ações duradouras, não pontuais, e tratando a LDO, efetivamente, como caminho e diretriz e não apresentando um conjunto de emendas à LDO, transformando-a em colcha de retalhos para, depois, na execução orçamentária, tentar fazer anexos ou coisas do gênero.

Portanto, meu caro Presidente, acho que essa atitude é correta para enfrentar este momento e a ela se soma, Ministra, a atitude do Banco Central. Logo, é óbvio que o foco do mercado, hoje, é começar a reclamar do fato de o Banco Central ter optado por 0.25 e não por 0.5. Eu, inclusive, chamo isso de macroprudência do nosso Governo, tomando medidas que possam compensar, porque senão seria contraditório.

O Governo que fala na LDO e que prepara a intervenção de combate à pobreza não poderia, de forma alguma, tomar medidas, mesmo que corretas, de confronto em relação à possibilidade de uma escalada inflacionária. Essa mediação é exatamente para permitir que mantenhamos o consumo. E aí vai a liberação de emendas. Por que a liberação de emenda, nesse contexto, se encaixa na necessidade desse minucioso trabalho? As emendas, além de tocar obras em Municípios, também são fonte de geração de postos de trabalho e servem para um processo de aquecimento de economia local, o que vai ao encontro do que a Ministra apresentou aqui. Vamos mantendo isso e fazendo uma ligação com os projetos estruturantes. Ao mesmo tempo, mantém-se uma política efetiva e local de combate à pobreza. Acho que é importante tratar desse assunto.

Ao louvar a atitude do Banco Central, quero chamar a atenção para uma questão que muita gente levantou: a nossa equipe econômica poderia usar ortodoxamente uma única direção, que seria a taxa de juros. Não é essa a medida. A medida se localiza no IOF, pode chegar aos depósitos compulsórios e ir ao encontro, inclusive, da própria redução do número de parcela de financiamento. Por que não se tomou essa medida drástica em nenhuma ponta? Porque não nos interessa, também, baixar o consumo ao extremo, mas, como V.Exa falou, mantê-lo equilibrado, mas sob controle, ao mesmo tempo aquecendo a economia e permitindo que tomemos atitudes para a empregabilidade e para expulsar efetivamente da economia.

Ministra, chama-me muito a atenção o caso dos combustíveis, já mencionado por alguns. Eu quero até defender a posição do BNDES, que poderia agir duramente nessa questão.

O que ocorre hoje com o crescimento do preço do litro da gasolina associada ao álcool? Os veículos que não rodam com um quarto de álcool terminam rodando com o tanque cheio de álcool, Deputado Amauri Teixeira. Onde isso está acontecendo? Os usineiros, experimentando a alta do açúcar no mercado internacional, principalmente, reduziram, meu caro Deputado Claudio Cajado, sua capacidade de produção de álcool, para aumentar, inclusive, a produção do açúcar. O BNDES poderia regular isso, sim, estabelecendo que os financiamentos estivessem associados, nesse momento, à produção de álcool e não à de açúcar. Isso serviria, neste momento, como elemento regulador do preço.

Nós deixamos de produzir 3 bilhões de litros de álcool nesse período, porque toda a produção foi canalizada, Geraldo, para a produção de açúcar. Então, acho que é importante trazer à tona essas questões, para não ficarmos só imaginando que o contingenciamento é um ataque exclusivo à liberação das emendas.

Por último, Ministra, eu quero tratar, de forma bem enfática, da questão das emendas na linha do que muita gente já falou. Particularmente acho que é fundamental que saibamos o que há de obra em curso. É fundamental isso, porque nós vamos conviver com um prejuízo brutal com a paralisação dessas obras. Se porventura essas obras tiverem irregularidades, caberá ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, a partir inclusive da regra proposta aqui, suspendê-las. Mas acho que não cabe, nesta medida, suspender pelo corte da liberação de recursos.

O segundo aspecto do Restos a Pagar seriam obras a que a própria Caixa Econômica já havia dado o o.k., já havia permitido, já havia todo um processo em curso para a sua liberação, mas não liberou, na maioria dos casos, em decorrência de processos eleitorais, sejam eles disputas estaduais, sejam até a própria eleição presidencial.

O terceiro aspecto, que é possível mensurar e a respeito dele tomar uma atitude, refere-se a todos os casos em que a própria Caixa e, eu diria, os Ministérios, encontraram dificuldades para a apreciação daqueles projetos e, portanto, para a consequente liberação de recursos. Não teria como refazer esse caminho agora, uma vez que eu diria até que ele está perdido.

Acho que essa seria talvez a medida mais correta para trabalharmos com 2007 e 2008 e experimentarmos 2009 como um princípio, algo que pudesse ser trabalhado até dezembro e, portanto, tocado.

Só há mais uma coisa que eu gostaria de salientar. A Ministra já respondeu, mas acho que é importante frisar aqui, porque fica perpassando a ideia de que houve um corte brutal em relação a concursos. S.Exa. reafirma aqui o fato de o Estado estar preocupado e discutindo caso a caso, até para entender onde áreas vitais

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****26/04/2011**

para esses projetos que aqui estão necessitariam inclusive da liberação de alguns dos concursos, permitindo, assim, que os quadros públicos pudessem ser recompostos para atendimento dos serviços.

Acredito que a melhor notícia vem exatamente dessa forma serena, tranquila e responsável com que a Ministra apontou no início da sua apresentação e que nos deixa a certeza de que a decisão tomada no que diz respeito a Restos a Pagar obedecerá exatamente a esse critério rigoroso de serenidade e compromisso com os cofres públicos.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao colega Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Deputado José de Filippi. *(Pausa.) Ausente.*

Com a palavra o nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo de Castro. *(Pausa.) Ausente.*

Comunico aos Srs. Deputados que a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados já começou.

Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, antes de mais, quero nada parabenizar a Ministra não só pela sua vinda até aqui, atendendo ao nosso convite, mas pela exposição que fez. Acredito que, para todos os Deputados presentes, a cada vinda de Ministros e Ministras do Governo da nossa Presidenta Dilma a esta Casa, a cada visita que os Ministros fazem também aos nossos Estados, fica muito fácil perceber os motivos que levam o Governo da Presidente Dilma a tão rapidamente já ter índices tão altos de popularidade. A Ministra, com muita serenidade, competência e humildade, fez uma exposição que mostra que o Brasil está no rumo certo. Os números nos provam isso e foram muito bem apresentados.

Quero me somar aos demais Deputados no que foi dito em relação aos Restos a Pagar. É o meu primeiro mandato de Deputado Federal. Não tenho emendas para serem honradas agora neste início de mandato, mas fui Prefeito por duas vezes, fui Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Paraná por três gestões e sei da importância que têm esses recursos. Concorro plenamente com alguns Deputados e até mesmo com a Senadora Gleisi Hoffmann, no sentido de que temos que dar grandezas, dar foco a outras ações, a outras decisões políticas, a outras questões que são também de grande relevância para o desenvolvimento do País, para a distribuição de renda, para a geração de emprego, mas há um hábito, há um costume, há compromissos políticos, há pronunciamentos públicos, há licitações que foram feitas, há ordens de serviços que foram dadas e que não podem, de uma hora para outra, não ter esse suporte do Governo Federal.

Reforço a necessidade de aperfeiçoamentos na Caixa Econômica Federal e um ou outro Ministério que ainda faça a execução direta desses recursos.

Espero que a Ministra leve ao conjunto do Governo essa nossa preocupação, sensibilize os demais Ministros e que tenhamos até o final desta semana uma boa notícia para comemorarmos, pelo menos do ano de 2009, e que os anos anteriores sejam olhados com muito critério realmente. Como eu disse, aquilo que já foi feito, aquilo que já está em execução precisa, de toda maneira, ser honrado.

Agradeço a oportunidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Agradeço ao Deputado Zeca Dirceu. Seja muito bem-vindo.

Com a palavra o Deputado Danilo Fortes. *(Ausente.)*

Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu quero parabenizar a Ministra Miriam, que carinhosamente, no Governo anterior, chamávamos de Mãe do PAC nas suas vindas a esta Comissão ou ao café da manhã da bancada do Nordeste.

Quero falar a todos sobre a importância dos investimentos em infraestrutura feitos no País, que aumentaram e muito a utilização da mão de obra não escolarizada na construção civil — digo isso na condição de engenheiro. Eu vi quantos engenheiros foram empregados nos últimos quatro anos em razão das políticas que V.Exa., Ministra, implementou neste País junto com o ex-Presidente Lula e com a atual Presidenta Dilma Rousseff.

Eu quero dizer a V.Exa., Ministra, que esse contingenciamento e esse decreto podem causar um efeito sanfona no País, que não pode mais decrescer na infraestrutura, porque senão nossa geração vai pagar um preço muito alto. Quando eu me formei, há dez anos, não havia mercado de trabalho. Ou seja, engenheiro, naquela época, foi para o mercado informal, foi para o mercado financeiro, porque não havia emprego. Hoje me



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL
26/04/2011

orgulho do título de engenheiro e, nas universidades, estudantes de engenharia já são procurados por olheiros para entrar no mercado formal de trabalho e ganhando muito bem.

Com o Programa Minha Casa Minha Vida, com a realização de obras de infraestrutura sendo feitas nos lugares mais longínquos, temos tido uma grande dificuldade de arregimentar pessoas para ocupar novos postos de trabalho. Não temos mão de obra no País. Isso é fruto do Governo democrático que V.Exa. ajudou a implementar na gestão passada e continua ajudando na atual.

Não podemos pagar pelo efeito sanfona, de diminuição do crescimento e do ritmo acelerado que temos no Brasil. O País hoje é referência mundial, e um corte drástico como esse pode afetar imensamente o crescimento.

Não quero ser muito prolixo, porque muitos colegas já se manifestaram a respeito desse assunto, mas quero citar um exemplo do meu Estado, a Bahia: um empenho realizado na cidade de Ilhéus, uma urbanização, um assentamento precário, do qual o Governo do Estado da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano, assinou contrato em 31 de dezembro de 2007. Ou seja, entra no Decreto 7.418, de 2010, mas até hoje não foi desembolsado um real para essa obra, porque, infelizmente, a Caixa Econômica tem no contrato irregularidades jurídicas e de engenharia.

Eu fui até o Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado, que me encaminhou para o diretor que acompanha as obras da Caixa Econômica. Ele disse: *"Olha, Deputado, infelizmente nessa obra a Caixa Econômica não tomou as devidas providências que deveriam ter sido tomadas"*.

Isso reflete, Sra. Ministra, a realidade do País como um todo, do País globalmente, e nós não podemos pagar por isso. Acredito que V.Exa. e a Presidenta Dilma, com a sensibilidade que têm de terem transformado a economia do País, não deixarão de atender ao anseio com que todos esses Deputados, Senadores, Senadoras, Deputadas vêm, de forma suprapartidária, pleiteando nesta Comissão.

Estamos unidos no Congresso Nacional para que V.Exa. reveja, junto com a Presidenta Dilma, esse Decreto nº 7.418, de 2010. V.Exa. tem ainda papel muito relevante para que nossa geração não venha a sofrer com o efeito sanfona neste País, que precisa continuar crescendo. Tenho certeza absoluta de que V.Exa., com a Presidenta Dilma, dará continuidade a esse desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - **Agradeço** ao Deputado João Carlos.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nobre Ministra, realmente, quando abrimos os jornais, principalmente os de grande circulação no Nordeste, vemos as contradições do Governo Dilma. É importante que a Assessoria de V.Exa. tome conhecimento da sistematização apresentada pela imprensa nacional entre a prática e o discurso do Governo.

Nós aqui estamos fazendo um papel fictício. A peça orçamentária já é fictícia. E isso se agrava cada dia mais. Com certeza, o nobre Presidente Arlindo Chinaglia terá a grande missão de restaurar as prerrogativas do Congresso Nacional, porque a cada dia estão usurpando o poder do Legislativo.

Essa proposta da LDO tem coisas absurdas, a partir do Tribunal de Contas da União. Fico até feliz quando vejo o posicionamento da Ministra e a coragem da atual Presidente em dizer que vão restaurar o conceito de planejamento. Isso é importante. Vai fazer uma revisão dos concursos, vai aperfeiçoar os compromissos do Governo, vai regionalizar o desenvolvimento do País. Nunca antes em nosso País o planejamento foi executado. Ele era debatido, se apresentavam as propostas, mas está aí a falência do sistema de saúde, está aí a luta do Sistema Único de Saúde. O telefone toca, e é para dizer que há mais um óbito por conta de dengue no Ceará. O Prefeito de Reriutaba está em coma, com dengue hemorrágica. E dizem que é porque acabou a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira — CPMF, isso e aquilo.

Eu creio que V.Exa., Sra. Ministra, foi muito feliz em apresentar para a Comissão essas propostas, a partir do replanejamento e da missão que tem o Ministério do Planejamento e da competência e obrigatoriedade com que nós, políticos, temos de exercer as nossas prerrogativas.

Por que a classe política hoje está sendo tão levada no deboche? Por falta de posicionamento. Não é questão de partido A, B ou C, mas de nós vermos qual o limite que existe no Congresso Nacional. O Senador Vital do Rego Filho vai ter a missão de coordenar esta Comissão. E nós vamos rever as propostas de aumento do auxílio alimentação — é como se não tivesse inflação —, a do trabalhador rural. Há inúmeras questões na LDO e, com certeza, nosso grande Relator, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, pela vivência, experiência,

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****26/04/2011**

nome e tradição que tem na Casa, vai honrar o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, todos os Deputados e Senadores, a fim de que possamos, de uma hora para outra, com uma canetada, dizer que não vai haver veto em emenda. Nunca antes, na história do País, se vetou emenda individual.

Para concluir, Sr. Presidente, eu recebi uma medalha das Santas Casas de Misericórdia por ter alocado recursos para elas no Orçamento da União. E o primeiro veto foi em minha emenda individual para as Santas Casas. Vou devolver a medalha, pois não sou merecedor dela.

Essas são as minhas observações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego Filho) - Agradeço ao querido Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Vou dar a palavra a mais dois Srs. Deputados, para concluir a primeira etapa, ao meu querido Deputado Vaz de Lima e ao Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e também o meu Presidente Cláudio Puty, o Relator Márcio Reinaldo Moreira, os que passaram por aqui e a Sra. Ministra.

Vou apresentar três questões, Sra. Ministra. Primeiramente, permita-me fazer um papel que preciso fazer. Eu gosto muito disso aqui. Sou "twitteiro". Nesse tempo que estou aqui, recebi 23 mensagens no Twitter, todas elas dizendo a mesma coisa. Eu achei interessante a mobilização dos meninos: "*Deputado, pergunte a Ministra sobre a situação crítica das aposentadorias no Banco Central — BACEN. Esperamos a ampliação de vagas do concurso*". Estou cumprindo o meu papel. Isso é uma coisa importante. Nós temos de falar. É nosso papel. Cada um podia ter falado. Todo mundo recebeu mensagens e podia ter feito isso.

Em segundo lugar, vou só pedir a V.Exa. para confirmar uma frase que eu quero utilizar: "*Investimento é fundamental para o crescimento sustentável do País*" — fecha aspas. Miriam Belchior. Está correto. Ótimo.

Em terceiro lugar, vou ao foco que o Presidente Puty me pediu. E começo utilizando uma palavra do Deputado Pauderney. Ousadia foi a expressão usada por S.Exa. Muita ousadia do Executivo mandar na LDO essa história de paralisação preventiva das obras irregulares. Acho que estou vivendo em outro País. Não posso acreditar nisso. Acho uma temeridade o Executivo querer se imiscuir nas coisas do Legislativo.

Há pouco tempo rejeitamos veementemente, pela palavra do nosso Presidente Marco Maia, uma intenção, uma conversinha que houve no Supremo Tribunal Federal de se instituir o controle prévio da constitucionalidade dos nossos projetos. Não dá para acreditar que esta Casa, meu Relator, imagine sequer perder tempo com essa proposta. Essa é uma coisa *interna corporis*, uma coisa desta Casa, uma conquista da sociedade ao longo dos anos. Como vamos permitir que o Executivo se imiscua na soberania, na independência, na autonomia desta Casa? Ministra, não podemos aceitar isso.

Concluo fazendo o meu questionamento: Ministra, V.Exa. não concorda que os poderes constituídos devem manter os controles prévios concomitantemente, sem abrir mão das indispensáveis medidas cautelares, instrumentos cuja validade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal?

Deixo aqui mais a minha indignação, Presidente: que esta Casa não fique de joelhos perante o Executivo e esta Comissão não perca talvez a maior de todas as suas prerrogativas, a de fiscalizar e cautelarmente paralisar obra suspeita de irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, pela ordem. Está havendo votação nominal. Como vamos administrar isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos ter de administrar, porque a votação nominal regimentalmente...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Eu vou lá e volto, então.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. vá até lá e volte, porque sua presença é imprescindível para esta Comissão, meu querido Prefeito e Governador João Paulo.

Com a palavra o Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Sr. Presidente, Sra. Ministra, caros colegas Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, quero fazer algumas observações a respeito da primeira parte da apresentação da Ministra.

Eu gostaria de registrar minha concordância com a forma pela qual o Governo, por meio da equipe econômica da qual V.Exa. faz parte, vem tratando a questão do câmbio, talvez a mais importante, deixando de olhar os juros e seus fatores, os seus preços correlatos. A questão está sendo tratada como único instrumento



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL

26/04/2011

do qual o Governo poderia lançar mão, com a adoção de medidas que corajosamente contrariam certos segmentos do mercado que até se locupletam muito quando os juros são aumentados, com a adoção de medidas que procuram taxar o capital que, vindo para cá, especulativo como é, em vez de gerar desenvolvimento, gera aumento de dívida e desequilíbrio cambial.

Parabéns ao Governo e a V.Exa., por fazer parte desse esforço que vem implementando essa política. Outra questão diz respeito à observação do Deputado Raimundo, que há pouco falava do planejamento. A Presidente Dilma, evidentemente... Não tenho aqui a transcrição da citação que o Deputado Raimundo fez, mas ela se refere a aperfeiçoamentos no planejamento. Nós, que somos da base do Governo, que defendemos o Governo Lula e o Governo da Presidenta Dilma, jamais chegamos ao exagero de imaginar que tudo tenha sido feito e completado no Governo do Presidente Lula. Mas uma coisa é certa, Deputado Raimundo, o planejamento ia ser destruído no Governo anterior.

Aquele conceito de eixo de desenvolvimento, na minha modesta opinião de economista e de quem procura estar em dia com as questões de planejamento, é um antiplanejamento. Os eixos de desenvolvimento propugnados na ocasião, no Governo Fernando Henrique Cardoso, deixavam enormes vazios no território brasileiro, concentrando-se apenas em poucos polos ditos de desenvolvimento, que geravam desigualdades. O PAC vem procurando, desde o início, suprir essa lacuna.

Temos muito a avançar, inclusive no plano das políticas de desenvolvimento regional, Ministra Miriam, no qual entendo que precisamos e podemos avançar ainda muito, apesar de termos tido uma política de desenvolvimento regional não prevista nos planos, mas, na prática, implementada. E a Refinaria Abreu e Lima é um dos exemplos eloquentes disso.

Durante décadas, Pernambuco e o Nordeste lutaram para ter uma refinaria, e o Governo não tinha coragem de chamar a PETROBRAS para ser o que ela é hoje: parte integrante da política de desenvolvimento do País, e não uma empresa que olha apenas para o seu umbigo. Portanto, referindo-me à Refinaria Abreu e Lima, completo o que disse o nobre colega que me antecedeu e falou da intervenção ou interferência do Executivo sobre uma prerrogativa do Legislativo.

Não entendi, na sua explanação, que haveria essa interferência. Entendi, sim, que o Governo que V.Exa. representa procura, por meio da LDO, coibir um açodamento do Tribunal de Contas, que coloca à consideração desta Comissão de Orçamento a suspensão de obras quando não há ainda opinião final formada.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, meu nome foi citado. Peço, então, a palavra, conforme prevê o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A contradição V.Exa. vai fazer oportunamente.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Não, Sr. Presidente. Segundo o Regimento, deve ser agora. Meu nome foi citado, e tenho essa prerrogativa, a não ser que V.Exa. queira proceder da mesma maneira que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não, Deputado. Eu vou obedecer o Regimento e dar a V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, quero dizer ao nobre Parlamentar que estou citando o que a Ministra apresentou. Está aqui: "*resgatar o planejamento*". E "*resgatar*" significa o quê? Se consultarmos o *Aurélio*, veremos que resgatar é buscar novamente, é rever.

Em segundo lugar, S.Exa. falou dos eixos. Recordo-me muito bem — e V.Exa. estava presente — que, em 2003, o ex-Presidente Lula esteve no Banco do Nordeste, no Estado do Ceará. Celso Furtado era vivo. E o Presidente assumiu um compromisso público com Ciro Gomes de resgatar a SUDENE, que até hoje é uma figura decorativa no planejamento do Norte e do Nordeste.

Era o que queria acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Concedo a palavra à Ministra Miriam Belchior, nesta primeira fase da terceira etapa da nossa reunião.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, faltam poucos oradores. Como os argumentos, muitas vezes, são coincidentes, poderíamos esgotar a lista de oradores, e a Ministra responderia de uma vez só.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****26/04/2011**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É lúcida, oportuna e inteligente a sugestão de V.Exa., que faz parte do conjunto das oposições da Casa, e me resguarda na condução deste trabalho. Uma vez que a Ministra já concordou, vamos fazer assim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Edmar Arruda. (Pausa.) Ausente.

Deputado João Dado. (Pausa.) Ausente.

Deputado Efraim Filho — e agora não sei se V.Exa. legislou em causa própria.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não, Sr. Presidente, porque não estava sob o meu poder a lista de inscritos. E, como não foi em causa própria, pelo menos foi oportuna a intervenção.

Ministra, de forma bem simples, pois acredito que há muitos assuntos, quero ser bem direto, para que a resposta também possa ser no mesmo sentido.

V.Exa. falou sobre o aumento nos investimentos na saúde, salvo engano, na faixa de 9,7 bilhões de reais.

Matéria que tramita nesta Casa pode ter interferência direta sobre a LDO 2012: a regulamentação da Emenda nº 29, que estabelece um piso para os investimentos na área de saúde. V.Exa. tem o domínio das contas públicas e do planejamento. Pergunto se V.Exa. entende que, para a regulamentação da Emenda nº 29, que obriga o Governo a gastar um percentual com a saúde, seria necessário um novo imposto para financiar esse custo ou se as contas públicas do Governo o comportariam.

Como estava muito barulho, vou repetir a parte final, Ministra: se a houver a aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que determina um piso de investimentos na área de saúde por parte do Governo Federal, acredita V.Exa., com o conhecimento que tem das contas públicas e do planejamento do Governo, que isso afetaria as contas para 2012, a ponto de ser necessário um novo imposto para aumentar a arrecadação? Ou as contas do Governo comportariam esse piso que, segundo se estima, representa um acréscimo de cerca de 20 bilhões de reais para o investimento na saúde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado Efraim Filho.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho. (Ausente.)

Concedo a palavra ao Deputado Rui Palmeira.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Sr. Presidente, primeiro, saúdo os aprovados em concurso público que estiveram ou ainda estão aqui.

A propósito, Sra. Ministra, considero uma medida extremamente infeliz do Governo Federal a suspensão dos concursos. Até entendo a suspensão dos que estavam previstos, mas não nomear o cidadão e a cidadã que passaram anos e anos esperando, estudando, batalhando e finalmente foram aprovados é uma decisão infeliz e extremamente cruel por parte do Governo Federal.

Ministra, por conta do adiantado da hora, vou ater-me apenas a uma questão.

Preocupa-me a tentativa do Governo Federal de tolher o Tribunal de Contas da União, até porque, quando era Oposição, o PT ajudou a aprovar neste Congresso Nacional as normas que barravam o envio de dinheiro a obras suspeitas de irregularidades, tudo na esteira do famoso TRT de São Paulo, do notório Juiz Lalau. Agora, porém, o Governo quer alterar essa regra, o que é extremamente preocupante.

Em 2010, o Governo já alterou a LDO, obrigando que a paralisação de obras só acontecessem após audiência pública. Agora, quer alterar mais uma vez, por meio do art. 91, que diz o seguinte: "(...)sejam objeto de decisão monocrática de ministro do TCU ou acórdão, que tenham apreciado as razões apresentadas pelos gestores aos quais foram atribuídas as supostas irregularidades".

Ora, Sras. e Srs. Deputados, se a obra não vai ser paralisada, qual será o interesse desses gestores ou dessas empresas em prestarem esclarecimentos ao Tribunal de Contas da União? É lógico que não vai funcionar. Deputado Vaz de Lima, o TCU vai ser engessado! Isso é óbvio.

Fica a nossa crítica a essa outra medida infeliz — para dizer o mínimo — por parte do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Rui Palmeira.

Concedo a palavra ao querido Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO - Sr. Presidente, por intermédio de V.Exa., cumprimento a todos.

Ministra Miriam Belchior, entendo que governar é um exercício de paciência. Estou olhado para V.Exa. há mais de 4 horas, e V.Exa., a quem agradeço a presença, continua com a mesma serenidade.

Apenas para enriquecer o que V.Exa. discutirá com a nossa Presidenta, passo às suas mãos documento sobre o que está acontecendo no Brasil e no meu Estado. Todos estamos angustiados com a prorrogação ou não do decreto e com os Restos a Pagar. Isso porque começou a haver ações públicas, por



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0314/11

COM REDAÇÃO FINAL
26/04/2011

intermédio do Ministério Público, condenando Prefeitos com base em denúncias de associações de bairros ou de qualquer pessoa no sentido de que a obra foi paralisada porque o Prefeito roubou o dinheiro ou sumiu com o recurso.

Como exemplo, tenho aqui inquérito do Ministério Público do meu Estado em que está dito que consta da Representação *"eventual desvio de verba destinada a investimento em drenagem e pavimentação"*.

É só o que eu quero deixar com V.Exa., agradecendo-lhe a paciência em nos ouvir e pedindo que, com o bom senso que possui, pense que todos precisamos da prorrogação do decreto e do pagamento do RAP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Agradeço ao Deputado Giroto, principalmente o atendimento ao limite de tempo.

Com a palavra o Senador Pedro Taques. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Cyro Miranda. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Edinho Bez. (Pausa.)

Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e os demais membros da Mesa e formulo votos de boas-vindas a Sra. Ministra.

Alguns dos meus questionamentos já foram contemplados, em especial a dos concursados — e quero acreditar que, em cada área, serão vistos com muito respeito os candidatos.

Com relação ao Decreto nº 7.418, entendo importante que todos sejam prorrogados, 2007, 2008 e 2009, uma vez que já temos uma grande quantidade de obras financiadas pela União paradas, inacabadas. A retomada dessas obras implica reajuste de contratos e descrédito dos órgãos públicos das três esferas de Governo — municipal, estadual e federal. Quando uma obra não é concluída, há a crítica da comunidade e, de outro lado, o desperdício do recurso público, e somos taxados de caloteiros. É assim que é visto.

Venho da gestão estadual, área em que sofremos com essas situações — e isso sem contar a depreciação das obras paradas. Faço, então, um apelo para que haja uma prorrogação, nem que as regras mudem no futuro. Portanto, para essas que já estão contratadas, peço que o prazo seja prorrogado.

Ministra, com muito carinho e respeito, quero dizer que, desde que cheguei a esta Casa, aliás, a partir do momento em que soube que viria para cá — sou do Estado de Santa Catarina —, a minha preocupação é relativa ao fato de que, na grande maioria dos Municípios de pequeno e médio portes, em especial de pequeno porte, ruas asfaltadas e pavimentadas são aquelas por onde passa o ônibus circular.

Para não falar de outra, vou falar da minha cidade. Se o Programa Minha Casa Minha Vida exigir o asfaltamento para as pessoas físicas, com certeza absoluta — e estou dizendo o que eu tenho ouvido das pessoas —, o sonho vai embora. Esta é a frase mais clara: o sonho vai embora.

Por quê? Porque, dos grandes empreendedores, dos que estão fazendo complexos habitacionais de mil, duas mil residências, podemos exigir tudo, agora, a grande maioria das nossas cidades são grandes bairros com lotes adequados — e não estou falando de nenhuma área de risco, mas de bairros estruturados — em que as ruas são apenas patroladas e cascalhadas. Portanto, há como exigir outra infraestrutura como estabelece a Medida Provisória nº 514. Tenho incomodado o pessoal da Assessoria do partido sem descanso por estar muito preocupada com o momento em que essa MP for para o plenário, uma vez que não se conhece ainda o relatório final. Não se pode exigir dos pequenos construtores, dos pequenos empreendedores que as ruas sejam pavimentadas, com asfalto ou calçamento.

O terceiro assunto, Ministra, é relativo à saúde, meu setor de origem. Com certeza, esses 9 bilhões vão somar, mas os gastos com saúde são alarmantes no nosso País, até porque a Medicina tem evoluído. Tenho acompanhado esse processo. Fui Secretária Estadual de Saúde e defendo o sistema público de saúde, inclusive porque conheço a demanda da nossa população pela ampliação dos serviços de saúde. Com os recursos previstos, não vamos corrigir a tabela do SUS. E, com isso, a cada dia perdemos hospitais e profissionais que não querem mais atender pelo sistema público em razão da remuneração dos serviços.

Vou encerrar, para não estourar o tempo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Obrigada, Deputada.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Maluf.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

O SR. DEPUTADO PAULO MALUF - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro, congratulo a Sra. Ministra pelo brilhante resultado de sua exposição.

Permito-me fazer algumas considerações na qualidade de ex-Governador, ex-Prefeito e ex-Presidente da Caixa Econômica Federal — instituição para a qual deixo meu elogio pelo seu funcionalismo, que é da melhor qualidade —, ex-Secretário de Estado, ex-Presidente da Associação Comercial e duas vezes quase ex-Presidente da República (*Risos.*) Quase fui, não me quiseram, mas não tem problema, estou vivo, ainda não sou nome de rua.

Ministra, estamos discutindo um pouco de microeconomia, mas quero discutir macroeconomia — e V.Exa. vai me entender muito bem. Há uma mentira histórica e científica sob o ponto de vista da Economia de que juro alto é a melhor maneira de combater a inflação. Digo isto, porque juro alto no mundo só tem na Argentina, na Venezuela e na Turquia, e estes países não constituem paradigma para a economia brasileira.

O juro do euro é abaixo de 3% ao ano, o juro americano é de 0,25% ao ano, o juro japonês é de 0% ao ano, o juro chinês é 3,25% ao ano. E estamos tentando catar pedrinhas na rua para fazer economia, tentando combater a consequência da falta de orçamento, quando, na realidade, devíamos combater a causa da falta de orçamento.

Sabe muito bem V.Exa. — e quem sabe a maioria dos Deputados não teve a paciência de estudar o tema? — o quanto custa a manutenção das nossas reservas. Cada vez que o Banco Central diz: “*Temos 300 bilhões!*” e quer comemorar, honestamente, tenho vontade de fazer uma missa de sétimo dia, porque estamos pagando 12% de juros SELIC internamente e lá fora, no BIS, recebendo 1%.

Primeiro, esses 11% dos 300 bilhões são 33 bilhões de dólares que se constituem em 50 bilhões por ano de custo da manutenção da reserva. Segundo, cada vez que eles aumentam em 1% o juro, a rolagem da dívida, que é 1 trilhão e 600 bilhões em números redondos, requer mais de 16 bilhões. Só com esse 1% dá para pagar todas as emendas, e não é preciso mais nada. Ou seja, os 12% de 1 trilhão e 600 bilhões são quase 200 bilhões por ano, que, somados aos 50 bilhões da manutenção da reserva, resultam em 250 bilhões.

Ministra, sem ironia: estatize o Banco Central para resolvermos os problemas brasileiros, pois o Banco Central está nas mãos dos banqueiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Paulo Maluf.

Tem a palavra o Deputado Valtenir Pereira. (*Pausa.*) Ausente.

Tem a palavra o Deputado João Paulo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO - Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sra. Ministra, demais membros da Mesa, apesar de ter me ausentado para ir votar, fiquei aqui quase todo o tempo, e, pude ouvir a Ministra, a quem parabeno pela clareza e firmeza da explanação e, sobretudo, pela tranquilidade demonstrada durante a reunião.

Digo isso não com a experiência vivida pelo ex-Governador Maluf em tantos mandatos no Executivo, mas de quem viveu experiência extremamente feliz de ter sido, por 8 anos, Prefeito da cidade de Recife. E, vindo de uma experiência de Vereador e Deputado Estadual, estou no meu primeiro mandato de Deputado Federal.

Entendo as dificuldades que enfrenta o Executivo, porque vivemos conjuntura em que há diversas variáveis. Por não deter todos os componentes da economia, muitas vezes, o Governo se depara com situações em que há necessidade de fazer ajustes difíceis ou mesmo duros. Acima de tudo, o diálogo, a capacidade de reflexão e a sensibilidade para os problemas dos mais humildes, dos mais pobres, são fundamentais para a resolução dos grandes problemas. E quem conhece a periferia, o problema do povo nas comunidades das regiões metropolitanas e do interior do Estado sabe que, em muitos casos, uma pequena obra tem significado superior ao de uma grande obra de infraestrutura urbana, do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida da população.

Com isso, quero dizer à Ministra que sei — e tenho sido procurado pelos servidores concursados, que estão querendo uma agenda com a Ministra, e pelos servidores do Ministério do Trabalho, que também estão com uma pendência já com decisão judicial — que essas decisões são difíceis de serem tomadas por um governante. Mas venho reafirmar a confiança na Presidenta Dilma e na Ministra. Muitas vezes, para quem está no Executivo a problemática é tão grande, e há tantos detalhes essenciais à vida, que não se consegue chegar lá perto.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

A meu ver, este encontro aqui foi extremamente positivo e importante. E sei, Ministra, que o pleito maior nesta Comissão hoje, na verdade, é a prorrogação do decreto. Mas, com certeza, se isso não for possível, haverá uma sinalização por parte do Governo em relação àquelas questões imprescindíveis para a vida da população e dos próprios governos, tendo em vista que o Governo Federal manifesta preocupação também com a governabilidade, independentemente da posição política dos Prefeitos, porque isso também é de nossas bases e de outras bases. Tenho, portanto, convicção de que os governantes municipais e estaduais, bem como os Parlamentares, serão tratados com muito respeito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado João Paulo, liderança referencial do Estado de Pernambuco, a participação.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda. (Pausa.)

Ausente.

Com a palavra o Deputado Weliton Prado. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Primeiro, Sr. Presidente, meus parabéns. É a Paraíba presidindo a Comissão de Orçamento. É a força do Nordeste. E, por sinal, por meio de um Presidente que é do setor da saúde, um fisioterapeuta.

Sra. Ministra, eu não a conhecia pessoalmente e estou ansioso para ouvi-la. Sei que V.Exa., além de simpática, é gigante, um dos brilhantes quadros do Ministério do Planejamento e também que tem sensibilidade política.

Apesar de ser da base aliada, quero dizer que vai ser um horror se houver corte nas emendas — e acredito que V.Exa. já tenha sentido isso. Parece que V.Exa. vai decidir amanhã ou depois de amanhã, então, recomendo cuidado.

Estou curioso para saber a sua opinião sobre a regulamentação da Emenda 29. V.Exa. sabe conhece os números melhor que eu. Sou médico de criança, fui criado em enfermaria e em posto de saúde, faço prevenção. Sabe V.Exa. que o gasto de 1,8 real por brasileiro/dia, na saúde, não é nada. Sabe também V.Exa. que, segundo o IBGE, 62% dos gastos em saúde no Brasil são privados — apenas 38% são públicos — e que somos o último país no que diz respeito a recursos para a saúde. V.Exa. disse muito bem na sua apresentação que o Ministério está cumprindo, sim, o PIB nominal. Isso é verdade, mas ele tem umas contas atrasadas.

Quanto à regulamentação, entendo que é uma oportunidade maravilhosa que a Presidenta Dilma e V.Exa. têm de resolver o financiamento do setor. O financiamento é a ameaça maior — com eficiência, é óbvio, mas financiamento. E não preciso chorar aqui, porque a imprensa está mostrando a crise, e essa foi a grande bandeira da Presidente Dilma. Aliás, acredito que a Presidente Dilma vai se consagrar como mãe da saúde e mãe da educação.

Portanto, estou curioso para ouvir a sua palavra, Ministra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Concedo a palavra ao Deputado João Ananias, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Obrigado, Senador.

Saúdo a Ministra e quero dizer que não foi nada combinado. A turma da saúde chegou junta aqui porque estávamos participando, até agora, de um debate na Comissão de Seguridade Social e Família.

Faço coro ao Deputado Perondi. Sendo mulher, V.Exa. tem uma sensibilidade muito maior do que a nossa, como também a Presidenta Dilma, que já disse isso e assumiu esse compromisso perante a Nação.

Fui gestor do setor saúde no Estado do Ceará, fui Secretário de Estado da Saúde na última gestão no Governo de Cid Gomes. E, por mais investimentos que o Governo Cid Gomes tenha feito nesse setor, ainda é pouco. É pouco porque temos um atraso histórico, temos a acumulação de um passivo malicioso, um passivo profundamente nefasto. Refiro-me aos poucos investimentos feitos na saúde ao longo de muitos anos, acumulando os problemas que vão desde o SUS, como um todo, aos hospitais universitários.

Quando no movimento estudantil, fui militante do movimento pela reforma sanitária brasileira. Depois, lutamos muito pelo Sistema Único de Saúde e não podemos deixar que essa situação o esmerilhe, que o coloque a pique — e há muita gente querendo isso, muita gente da iniciativa privada, Ministra, quer isso, ou seja, não quer o SUS como esse grande sistema abrangente que não permite o nicho de mercado. E é isso que

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****COM REDAÇÃO FINAL****26/04/2011**

é o SUS. Mas há quem queira que o SUS defina, que continue desgastado e possa até um dia ruir, para que volte aquele sistema das filas que tínhamos no passado do INPS e do FUNRURAL, no qual quem podia pagar, pagava; e quem não podia, morria.

Portanto, apelo para V.Exa. na condição de ex-gestor, militante, médico e cidadão no sentido de que a Emenda 29 e o financiamento do SUS sejam resolvidos de vez no Governo da Presidenta Dilma e no Ministério de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado João Ananias a participação.

Comunico à Ministra Miriam Belchior que 31 Sras. e Srs. Deputados e Senadores se pronunciaram nesta reunião de 3 horas e 55 minutos até agora e concedo a palavra S.Exa. para as suas considerações finais.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Sr. Presidente, algumas das questões foram semelhantes, e eu não vou repetir as respostas para não cansá-los. Vou tentar sintetizar, porque sei que há muitas reuniões em andamento na Casa.

Primeiro, o Deputado Júlio Cesar. A Secretária Célia Correa levantou a questão a que o Senhor se referiu sobre os demonstrativos de depósitos judiciais. Ela me passou um bilhete dizendo que a LDO dispõe, que essas informações deverão ser divulgadas pela Internet e que isso é competência da Receita Federal. Então, estou me comprometendo com V.Exa. no sentido de que vamos levantar essa situação e enviar uma resposta, porque não é do Ministério do Planejamento — e mesmo do Ministério do Planejamento, nem todas as coisas eu sei diretamente.

Em relação ao Minha Casa Minha Vida, só complementando, a questão que a Deputada apresentou é uma “escolha de Sofia”, é uma situação difícil em que temos que trabalhar qual é a melhor maneira de resolver. Não podemos repetir situações de programas habitacionais da década de 1970, que levaram a população para muito longe, sem água, sem esgoto, sem transporte, sem escola e até sem comércio, por serem bairros muito distantes da área urbana já consolidada das cidades. Então, não queremos repetir esse erro, mas considero que a preocupação que a Deputada apresentou pode proceder em determinadas circunstâncias.

A questão é como lidarmos com isso para, ao abrir um pouquinho a porteira, não permitir que ela seja escancarada. Então, essa é a preocupação que temos no Governo, porque acreditamos que precisamos dar moradia digna. E moradia digna é, sim, a casa, o apartamento, mas em condição de as crianças poderem estudar perto de onde moram e de se ter acesso a serviços públicos, inclusive de saúde.

Quanto à questão dos concursos — e gostaria que o Deputado que está saindo me ouvisse neste instante — acho que é importante fazer uma distinção. Há situações diferentes. Há situações em que o que temos são excedentes, pessoas que não se classificaram para o número original de vagas. E esta é uma situação que é diferente de outras, dos concursos para os quais não foram chamadas os primeiros lugares.

No geral, nessas circunstâncias — e o caso da ANEEL é exatamente um desses —, o resultado dos concursos ainda têm tempo grande de validade.

Então, está havendo, sim, uma mistura entre as chamadas iniciais de concurso — e, aí, há direitos dentro do prazo de vencimento dos concursos — e os excedentes de concursos, quando os primeiros já foram chamados, mas há um excedente de aprovados interessados em entrar. É esse o cuidado que estamos adotando.

Em relação ao financiamento na saúde, quero repetir o que a nossa Presidenta Dilma Rousseff disse: o financiamento da saúde deve ser uma discussão da sociedade brasileira. Acho que o Congresso já se posicionou sobre isso em 2007, ao acabar com a CPMF, mas essa é uma discussão que precisa ser feita com a sociedade. O que a sociedade quer em relação a isso? Não é nem o Governo sozinho, nem o Congresso sozinho, essa é uma discussão mais ampla que precisa ser travada com a sociedade brasileira.

Em relação a algumas observações sobre a LDO, posso estar enganada, mas tenho a impressão de que há algum mal-entendido — e a tramitação da LDO dará conta de esclarecer se é de fato um mal-entendido ou se é um problema de divergência incontornável.

Vou aqui citar a Presidenta Dilma mais uma vez: “*Só quem viveu nas trevas é capaz de valorizar o momento da democracia e da pluralidade*”. Então, para nós, independência de Poderes é uma questão de honra. Portanto, não há nenhuma intenção do Executivo de desmontar a independência dos Poderes.

Quero reiterar o que falei quando fiz a apresentação, acredito que todos que estão nesta sala creiam que seja importante paralisar obras que tenham irregularidade grave. Duvido que haja alguém aqui não tenha

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ****COM REDAÇÃO FINAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****Número: 0314/11****26/04/2011**

esse posicionamento. E o que propomos é que fique claro a existência de grave irregularidade. Essa é a nossa proposta.

Citei apenas um de uma série de exemplos que demonstram a razão dessa proposta. Demitir 20 mil pessoas em Pernambuco, sem constatar claramente que havia grave irregularidade, constituiu erro para as pessoas, para o Estado, para o Nordeste e para o País. É disso que estamos tratando, não queremos subverter atribuições dos Poderes desta Nação.

A exemplo do Deputado João Paulo, que foi Prefeito, foi Secretária Municipal por muitos anos, e, na época, o Governo Federal não repassava recursos aos Municípios. Na minha cidade, quando conseguimos uma emenda para fazer 16 apartamentos — e estamos falando de 1 milhão de moradias do Minha Casa, Minha Vida, fora o PAC —, comemorávamos como nunca. Na minha cidade resolvemos os problemas de drenagem com recursos próprios, porque nem o Governo Estadual, nem o Governo Federal aportavam recursos. Isso mudou com o PAC, especialmente para os Municípios, os grandes e os pequenos.

Se já era importante no PAC 1, com urbanização e saneamento; agora, aumentamos para 13 temas, que atendem diretamente às cidades: saneamento, urbanização, drenagem, contenção de encostas, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, creches e pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, máquinas e equipamentos para manutenção de estradas vicinais... Ou seja, ampliamos o leque exatamente porque achamos que é tarefa do Governo Federal ajudar os Municípios a enfrentar os problemas urbanos.

O Governo Federal também está fazendo sua lição de casa, dando apoio para que os pequenos, médios e grandes Municípios possam enfrentar a atual situação.

Para encerrar, e antes de agradecer a todos a recepção, quero dizer que vivemos numa democracia, este espaço é plural, e acho que cada um de nós valoriza isso. Mas devo discordar de algumas falas de Parlamentares.

A inflação, acredito, é preocupação de todos aqui, mas, reafirmo, não queremos voltar atrás no tempo e adotar medidas que façam o País parar de crescer, que gerem desemprego e nos tirem deste momento absolutamente especial por que passa o Brasil. Não vamos adotar medidas que derrubem a economia brasileira.

Acreditamos que é possível fazer diferente. Em 2009 muitos desacreditavam que o Brasil sairia rapidamente da crise. Por muitas vezes, o Presidente Lula foi ironizado por causa disso, e o resultado está aí.

Para aqueles que questionam os nossos compromissos, digo que temos 8 anos e quase 4 meses de compromissos entregues à sociedade. Nosso País cresceu, a desigualdade foi reduzida, muitos empregos foram criados, gerando bastante renda para os trabalhadores. Esse foi o compromisso entregue pelo Presidente Lula, junto com a então Ministra Dilma, hoje Presidenta, e ele continuará a valer neste País.

Agradeço aos Presidentes das Comissões aqui reunidas e a todos os Parlamentares a honra do convite e, especialmente, o tratamento respeitoso e democrático que recebi.

Reitero ainda que nós do Executivo estamos à disposição do Congresso Nacional para discutir os temas importantes para o nosso País.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço à Ministra a objetividade, os esclarecimentos e a forma didática, transparente e segura de sua exposição.

Muito obrigado a todos os companheiros Presidentes e às Sras. e Srs. Deputados e Senadores.

Fiquem todos com Deus.

Está encerrada a reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 27 DE ABRIL DE 2011.

[illegible]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Não havendo *quorum*,
convoco reunião para a próxima quarta-feira, dia 4 maio, às 14h30min.
Muito obrigado.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361**, fax:3303-1053
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 698 páginas

OS: 2011/12026